



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 135ª SESSÃO À 144ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 44
17 AGO. A 31 AGO.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Apelo em favor da moralidade na administração pública do País. Senador Antonio Carlos Magalhães.	252	Registro da matéria intitulada “Lula perde pontos com a segurança”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 6 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra.	134
Destaque para a necessidade de transparência na gestão pública. Comentários sobre emendas apresentadas por S.Exa. ao Projeto de Lei da Câmara nº.5, de 2005, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Roberto Cavalcanti.	259	Registro do artigo intitulado “Refis eleitoral”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2006. Senador Papaléo Paes.	135
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro de artigo intitulado “Reajustes salariais do primeiro semestre são os melhores desde 1996, diz Dieese”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 17 de agosto de 2006. Senador Sibá Machado.	95	Registro da matéria intitulada “Um ‘negócio’ de R\$ 30 milhões”, publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 2 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	136
Registro da nota intitulada “O dono das estradas”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 26 de julho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	110	Registro da matéria intitulada “Oposição quer que Okamoto vá ao Senado se explicar”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 16 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra.	155
Registro do artigo intitulado “A cerimônia da hipocrisia”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2006. Senador Papaléo Paes.	111	Registro da matéria intitulada “Dinheiro a conta-gotas”, publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 16 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	157
Registro do editorial e da matéria intitulados: “Inoportuno” e “Desconforto para presidente”, publicados, respectivamente, nos jornais <i>O Globo</i> e <i>Correio Brasileiro</i> , em suas edições de 4 de agosto e 23 de julho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	112	Registro das matérias intituladas: “Lula afirma a artistas que elite quis fazê-lo ‘sangrar’” e “De ataques e quadrilha”, de autoria de Mônica Bergamo e Clovis Rossi, publicadas, respectivamente, pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006. Senador Antonio Carlos Magalhães.	180
Registro do artigo intitulado “Constituinte golpista”, de autoria do ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 9 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	115	Registro da matéria intitulada “Alckmin: onda de violência é represália”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 8 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	231
Registro do artigo intitulado “Zona Franca brigará por exclusividade na TV digital”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 15 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	132	Registro do editorial intitulado “Os riscos do descontrolo”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra.	233
		Registro da matéria intitulada “Dois atos falhos e uma revelação”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 11 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	282
		Registro da entrevista intitulada “Não ao trabalho infantil”, concedida pela Delegada da DRT/AM, Gláucia Reis Credie, publicada no jornal <i>Diá-</i>	

	Pág.		Pág.
<i>rio do Amazonas</i> , edição de 13 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	283	Registro da matéria intitulada “Petistas evitam mencionar o mensalão no horário político”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 16 de agosto de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	445
Registro da matéria intitulada “Educação e segurança estão carentes de investimentos, diz ONG”, publicada no jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , edição de 24 de julho de 2006. Senador Sérgio Guerra. .	284	Registro da matéria intitulada “OAB rejeita idéia de Constituinte defendida por Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 8 de agosto de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	456
Registro do artigo intitulado “A Constituinte é um golpe parlamentar”, do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 6 de agosto de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ...	321	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Registro da entrevista intitulada “País tem nojo e medo”, concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ao jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 20 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	322	Manifestação contrária ao arquivamento de denúncias contra Senadores acusados de quebra de decoro parlamentar. Senador Demóstenes Torres.	77
Registro da matéria intitulada “Ataque do PCC é reação à ofensiva do Estado”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra.	323	Considerações sobre o arquivamento de denúncias contra Senadores acusados de quebra de decoro parlamentar. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Heráclito Fortes.	80
Registro da matéria intitulada “O governo quer tomar as terras deles”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 19 de julho de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	345	Considerações sobre o arquivamento de denúncias contra Senadores acusados de quebra de decoro parlamentar. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador José Jorge.	80
Registro da entrevista intitulada “Lula foi um desastre”, concedida pelo Senador Jorge Bornhausen ao jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 6 de agosto de 2006. Registro da matéria intitulada “TSE multa presidente em R\$900 mil”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra.	347	Considerações sobre a conduta ética do Senador Antero Paes de Barros. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Alvaro Dias.	247
Registro da matéria intitulada “TSE condena Lula a pagar R\$900 mil”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 18 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	352	Manifestação em defesa da honra de S.Exa. Senador Magno Malta.	289
Registro do artigo intitulado “O exemplo de São Paulo”, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	353	Manifestação de solidariedade ao Senador Magno Malta. Senador Roberto Cavalcanti.	294
Registro da matéria intitulada “Fracasso nas urnas ronda ex-ministros”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	403	Manifestação de solidariedade ao Senador Jefferson Peres e apelo no sentido de que reconsidere sua decisão. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	434
Registro do artigo intitulado “Vergonhas e erros de Lula”, de autoria do jornalista Rubem Azevedo Lima, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 24 de julho de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	405	BANCOS	
Registro do artigo intitulado “Muito além do jardim”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado na sua coluna do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	443	Comentários sobre excessivo lucro dos bancos no Governo Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Jorge.	300
		Preocupação com a questão dos altos juros cobrados nos empréstimos bancários e com o reajuste de suas tarifas. Senador João Alberto Souza.	366
		Considerações acerca da alta taxa de juros praticada no Brasil. Aparte ao Senador João Alberto Souza. Senador Paulo Paim.	367
		CORRUPÇÃO	
		Comentários à matéria publicada no jornal <i>El País</i> , intitulada “Brasil está desencantado com políticos”. Considerações sobre o quadro de desencanto e desesperança que se generaliza em	

	Pág.	III	Pág.
todo o País, com relação aos políticos. Senador Alvaro Dias.	186	Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	124
Considerações sobre o quadro de desesperança da população brasileira frente à crescente corrupção praticada no País. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Marcos Guerra.	186	Atribuições ao apoio e recursos para projetos de infra-estrutura na região amazônica, principalmente no Pará. Senador Luiz Otávio.	433
Considerações sobre o crescimento dos índices de corrupção no Governo Lula. Senador Héralcito Fortes.	224	DROGAS	
(CPI)		Importância do investimento nas políticas de prevenção ao uso das drogas. Senador Magno Malta.	187
Considerações sobre o possível envolvimento de S.Exa. em fraude no Orçamento para favorecer compra de ambulância e superfaturamento para a Planam. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Magno Malta.	78	EDUCAÇÃO	
Satisfação à opinião pública brasileira sobre fatos atribuídos à pessoa de S.Exa. pelo Senhor Vedoin, através de matéria veiculada pela revista <i>Veja</i> . Senador Antero Paes de Barros.	245	Justificativa a Projeto de Lei de autoria de S.Exa. que cria, no âmbito do Ministério da Educação, a Escola Técnica de Construção Naval, no Município de Cruzeiro do Sul, no Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	139
Considerações sobre as denúncias que culminaram com a instalação da CPMI dos Sanguesugas. Senador Magno Malta.	289	Registro da realização, no dia 27 de agosto de 2006, do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, em todo o País. Defesa da idéia da educação de qualidade como prioridade nacional, necessária ao crescimento econômico do País. Senadora Íris de Araújo.	175
CRIME ORGANIZADO		Considerações a respeito da idéia da educação de qualidade como prioridade nacional, necessária ao crescimento econômico do País. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Marcos Guerra.	177
Apresentação de idéias e informações a respeito da atual conjuntura criminal desenfreada, exercida em especial pelo Crime Organizado. Senador Romeu Tuma.	191	Considerações a respeito da idéia da educação de qualidade como prioridade nacional, necessária ao crescimento econômico do País. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senadora Heloísa Helena.	177
CUMPRIMENTOS		Considerações sobre legislação que destine recursos para as universidades. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Roberto Cavalcanti.	244
Cumprimentos ao Senador Paulo Octávio pela iniciativa do Projeto de Lei do Senado 90/03, de autoria de S.Exa. que, “dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual”. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Marco Maciel.	107	Importância do papel das escolas técnicas de ensino profissionalizante. Senador Paulo Paim. ...	335
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Comentários sobre a importância do papel das escolas técnicas de ensino profissionalizante. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Roberto Saturnino.	336
Prejuízos ao Pólo Industrial de Manaus diante de declarações do Ministro das Comunicações com relação ao enquadramento dos produtos de TV digital dentro da Lei de Informática. Senador Arthur Virgílio.	121	Comentários sobre a importância do papel das escolas técnicas de ensino profissionalizante. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Marco Maciel.	337
Considerações a respeito do Parque Industrial do Amazonas, que representa a democratização do esforço de industrialização no País.		Registro da entrevista concedida pelo Professor Aguinaldo Nascimento Figueiredo ao jornal <i>O Estado do Amazonas</i> , em sua edição de 20 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	436
		ELEIÇÕES	
		Críticas à exibição de fotos de obras não iniciadas, veiculadas pelas emissoras de TV durante	

	Pág.		Pág.
o horário eleitoral, na campanha pela reeleição do Presidente Lula. Crítica à retirada da estrela vermelha do PT da propaganda. Senador José Jorge.	81	Lamento pelo comportamento de alguns artistas brasileiros, que são referenciais na sociedade, e que declararam apoiar Lula sem preocupação com a ética. Senador Almeida Lima.	381
Críticas quanto à forma de elaboração da propaganda eleitoral gratuita. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Heráclito Fortes.	82	Manifestação de alegria ao visitar vários municípios do Estado do Pará, especialmente da região sul e sudeste do Estado, em companhia do candidato a Governador, Almir Gabriel. Senador Flexa Ribeiro.	392
Considerações sobre o novo cenário político que se dará no Brasil, após o processo eleitoral de 2006. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Sibá Machado.	83	Preocupações quanto ao rumo do Brasil, por causa da possibilidade de um segundo mandato do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges. Senador Flexa Ribeiro.	399
Comentários ao programa eleitoral do Presidente Lula na televisão. Senador Arthur Virgílio.	121	Considerações sobre vários resultados de pesquisas eleitorais. Participação de S.Exa. na solenidade de lançamento do programa de governo do Presidente Lula, visando sua reeleição. Senadora Ideli Salvatti.	420
Indagações sobre as perspectivas que o Presidente Lula, como candidato à reeleição, possui, no tocante ao desenvolvimento de políticas governamentais destinadas à melhoria na distribuição de renda e ao reajuste do salário-mínimo. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	150	Comentários sobre o favoritismo do Presidente Lula nas pesquisas eleitorais na Região Norte. Senador Luiz Otávio.	433
Críticas à atitude do Presidente Lula, no tocante a sua pré-candidatura à Presidência da República. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias.	168	ESPORTE	
Considerações sobre o uso da máquina pública pelo Presidente Lula, em sua campanha eleitoral. Senador Antonio Carlos Magalhães.	180	Registro do apelo ao Major Brigadeiro do Ar José Eduardo Xavier, para que apóie os jogos esportivos dos Centros Federais de Educação e Escolas Agrotécnicas da Região Norte do Brasil. Registro do lançamento da Campanha Flamengo PAN 2007, no dia 22 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	168
Comentários à consulta do jornal <i>Gazeta do Povo</i> que mostra o desinteresse da população de Curitiba em acompanhar a propaganda eleitoral. Senador Alvaro Dias.	186	GOVERNO FEDERAL	
Críticas à propaganda enganosa veiculada pelo Governo Lula, apoderando-se de obras que nada têm a ver com a sua atual administração. Senador Flexa Ribeiro.	213	Considerações sobre a continuidade, no Governo Lula, das políticas começadas no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Flexa Ribeiro.	217
Apelo em favor da decência nas eleições 2006. Senador Antonio Carlos Magalhães.	252	Críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	311
Críticas ao autoritarismo do Partido dos Trabalhadores. Senador Heráclito Fortes.	278	Críticas às declarações do Presidente Lula, durante o lançamento de seu programa de governo, em São Paulo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	385
Questionamentos sobre os recursos gastos para financiar a campanha eleitoral. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes. ...	307	Registro de recentes viagens que fez a diversos municípios do interior do Estado do Ceará, onde pôde atestar que o Governo Lula está tentando implantar uma cultura do não-trabalho na tradição cultural brasileira. Senador Tasso Jereissati.	387
Preocupação com a grave crise por que passa o País e a apatia da população, cuja solução é a participação de todos na política, com a renovação das práticas políticas. Senadora Íris de Araújo.	377	Críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Antonio Carlos Magalhães.	389
Considerações sobre a revolta da população diante do processo eleitoral atual. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Paulo Paim.	377	Críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Flexa Ribeiro.	389
Considerações sobre a apatia da sociedade com relação ao processo eleitoral. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Flexa Ribeiro.	379	Apelo à população brasileira, no sentido de analisar os rumos que o Brasil está tomando, atra-	
Responsabilidade da sociedade brasileira pela escolha de seus representantes políticos. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Almeida Lima.	381		

	Pág.		Pág.
vés dos programas governamentais que iludem o povo. Senador César Borges.	396	Voto de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em São Paulo, no dia 27 de agosto de 2006. Senador Marco Maciel.	332
Alerta para a falta de moralidade pública do Governo Lula, no tocante à política assistencialista. Aparte ao Senador César Borges. Senador Romeu Tuma.	397	Homenagem de Pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em São Paulo, no dia 27 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Paulo Paim.	332
Necessidade urgente de uma correção de rumo nas políticas artificiais e de fôlego curto as quais o Governo Lula tem recorrido. Senador Marcos Guerra.	406	HOMENAGEM PÓSTUMA	
HOMENAGEM		Homenagem à memória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, pelos 30 anos de sua morte. Senador Paulo Octávio.	204
Homenagem ao Desembargador Antonio Elias de Queiroga, do Estado da Paraíba, que se despede da magistratura, ao completar setenta anos de idade. Senador Roberto Cavalcanti.	92	Homenagem à memória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, pelos 30 anos de sua morte. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Marco Maciel.	206
Homenagem pelo Dia do Maçom. Senador Luiz Otávio.	159	Homenagem aos 30 anos da morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Senador Eduardo Azeredo.	266
Homenagem ao município de Colatina/ES, que completa 85 anos de emancipação política. Senador Marcos Guerra.	207	Homenagem à memória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, pela passagem dos 30 anos de sua morte. Senador Renan Calheiros.	285
Registro do aniversário de 50 anos de atividades da agência de propaganda da Bahia, Publivendas, atualmente Morya. Senador César Borges.	272	IMPrensa	
Homenagem pelas comemorações, no dia 25 de agosto, data do aniversário de Caxias, do "Dia do Soldado". Senador Edison Lobão.	288	Aplauso às novelas da Rede Globo, por abordagens de assuntos sobre as pessoas com deficiência. Senador Paulo Octávio.	106
Comemoração do Dia do Corretor de Imóveis. Senador Paulo Octávio.	355	Solicitação de transcrição da edição histórica da revista <i>Fatos e Fotos</i> , que relata a trajetória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Senador Paulo Octávio.	204
Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Romeu Tuma.	358	Registro de correspondência recebida do Senhor Luiz Gushiken, manifestando-se sobre matéria da revista <i>Veja</i> a respeito de sua pessoa, e que foi objeto de pronunciamento de S.Exa. no Plenário do Senado Federal. Senador Heráclito Fortes.	278
Homenagem ao Dia do Soldado, comemorado em 25 de agosto de 2006. Senador Romeu Tuma.	400	JUDICIÁRIO	
Encaminhamento de requerimento de voto de aplauso para as entidades governamentais e não-governamentais que serão agraciadas com a Medalha Paulo Freire, em Recife, no dia 30 de agosto de 2006. Senadora Ideli Salvatti.	408	Registro da sentença da Juíza da 6ª Vara Cível, do TJDF, reconhecendo que houve dano moral com relação à pessoa de S.Exa., em razão da atribuição de responsabilidade no desvio de dinheiro para a campanha do PT, feita pelo jornal <i>Correio Brasiliense</i> . Senador João Alberto Souza.	184
HOMENAGEM DE PESAR		Considerações sobre o dano moral concernente ao Senador João Alberto Souza em relação à atribuição de responsabilidade no desvio de dinheiro para a campanha do PT, feita pelo jornal <i>Correio Brasiliense</i> . Aparte ao Senador João Alberto Souza. Senador Magno Malta.	185
Apresentação de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Moacyr Dalla, ocorrido em 20 de agosto de 2006. Senador Heráclito Fortes.	153		
Homenagem de Pesar pelo falecimento, no dia 20 de agosto de 2006, do ex-Senador Moacyr Dalla. Senador Marcos Guerra.	178		
Homenagem de Pesar pelo falecimento, no dia 20 de agosto de 2006, do ex-Senador Moacyr Dalla. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador Magno Malta. ...	179		

	Pág.		Pág.
LEGISLAÇÃO ELEITORAL			
Reflexões sobre o sentido do voto para a democracia, e referências à fala do Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do TSE. Senador Marco Maciel.	103	ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Antonio Carlos Magalhães.	393
Comentários sobre a reeleição e a ampliação dos mandatos para 5 anos. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Sibá Machado.	107	Necessidade de mudança na forma de elaboração do Orçamento da União. Senador Paulo Paim. ...	415
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		(PA)	
Mensagem n° 212, de 2006 (n° 674/2006, na origem), de 7 de agosto de 2006, que restitui autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n° 95, de 2001 (n° 2.589/2000, na Casa de origem), que altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil – Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial, sancionado e transformado na Lei n° 11.341, de 7 de agosto de 2006.	119	Satisfação com que os paraenses recebem a equipe do BID, a fim de iniciar as tratativas do financiamento do Portal da Amazônia e da macrodrenagem da bacia da Estrada Nova. Pedido de concessão de financiamento ao município de Ananindeua, no Pará, para melhoria nos serviços de infra-estrutura. Senador Luiz Otávio.	276
Mensagem n° 213, de 2006 (n° 712/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Josal Luiz Pellegrino, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Zâmbia.	325	Condições para o pleno desenvolvimento do Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador César Borges.	394
Mensagem n° 214, de 2006 (n° 708/2006, na origem), que restitui autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n° 57, de 2006 (n° 3.168/2000, na origem), que dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física, sancionado e transformado na Lei n° 11.342, de 18 de agosto de 2006.	340	POLÍCIA	
MULHER		Considerações sobre a situação em que se encontra o policial brasileiro. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Roberto Cavalcanti.	194
Necessidade de maior participação das mulheres brasileiras na política. Senadora Íris de Araújo.	119	Esclarecimentos ao serviço da Polícia Federal, no tocante às investigações das facções criminosas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romeu Tuma.	225
ORÇAMENTO		Posição do Departamento de Polícia Federal, como entidade federal. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Sibá Machado.	226
Considerações sobre a apresentação de emendas ao Orçamento, que destinam recursos para concretização das obras dos metrô dos Estados da Federação. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Marco Maciel.	256	POLÍTICA	
Denúncia sobre o atraso no repasse de verbas do Governo Federal para os Estados. Senador Flexa Ribeiro.	392	Reflexões sobre matéria intitulada “Será o fim do populismo?” de autoria do jornalista Mino Carta, publicada na revista <i>Carta Capital</i> , edição de 12 a 18 agosto de 2006. Senador Roberto Saturnino.	141
Considerações sobre o desvio no repasse de verbas do Governo Federal para os Estados. Aparte		Comentários ao artigo da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , intitulado “Os bobos da corte”. Senador Almeida Lima.	381
		Manifestação de desalento com a vida pública provocado pela crise ética que tomou conta da política no País. Senador Jefferson Péres.	431
		POLÍTICA AGRÍCOLA	
		Destaque para os avanços do Brasil em tecnologia de reprodução bovina. Senador Aelton Freitas.	153
		Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>A Tarde</i> , sobre a cacauicultura na Bahia. Senador César Borges.	272

	Pág.		Pág.
Alerta para o desprezo no tratamento da cacauicultura no Brasil. Aparte ao Senador César Borges. Senador Heráclito Fortes.	274	Críticas às decisões arbitrárias do IBAMA, que atingem o Estado do Espírito Santo. Senador Marcos Guerra.	443
Investigação policial para descobrir se houve transporte da bactéria que ocasionou a praga vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau na Bahia. Aparte ao Senador César Borges. Senador Sibá Machado.	275		
Registro da importância da 29ª Exposição da Expointer, um dos mais importantes eventos agropecuários e de máquinas agrícolas da América Latina, realizado no Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	448	POLÍTICA DE TRANSPORTES	
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		Cumprimentos à Empresa Aérea GOL pela aquisição de novas aeronaves. Preocupação com o tratamento dispensado aos passageiros daquela empresa. Senador Paulo Octávio.	106
Destaque para a importância de parceria entre as instituições de ensino e as empresas, necessárias ao desenvolvimento do País, especialmente na área da Ciência e Tecnologia. Senador Marco Maciel.	242	Manifestação de preocupação com o des-caso do Governo Federal, no que diz respeito aos recursos para a concretização das obras do Metrô de Belo Horizonte. Reafirmação da necessidade de investimentos nas ferrovias e hidrovias em todo o País. Senador Eduardo Azeredo.	255
Considerações sobre o episódio "Google Brasil". Senador Alvaro Dias.	285	Considerações sobre o transporte rodoviário no Brasil. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Sibá Machado.	257
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		Destaque para a necessidade de investimentos em infra-estrutura no País, especialmente em transportes. Senador Marcos Guerra.	285
Considerações sobre a perspectiva de independência completa do Brasil até o ano de 2022, bicentenário da Independência, a partir do desenvolvimento de políticas governamentais destinadas à melhoria na distribuição de renda e ao reajuste do salário-mínimo. Senador Sibá Machado.	147	POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA	
POLÍTICA DE EMPREGO		Questionamentos sobre a política econômica do Governo Lula. Senadora Heloísa Helena.	220
Considerações sobre a geração de empregos nos diversos setores da economia. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Marcos Guerra.	281	Considerações sobre o crescimento da taxa de juros no Governo Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Flexa Ribeiro.	221
Considerações à pesquisa mensal de emprego, do IBGE, sobre o aumento do desemprego e a queda do poder de compra. Senador José Jorge.	296	Destaque para as reivindicações da classe empresarial do Estado do Paraná. Senador Alvaro Dias.	234
Considerações acerca do desemprego, um dos mais graves e devastadores problemas a afligir a classe trabalhadora brasileira. Senador Valdir Raupp.	402	POLÍTICA ENERGÉTICA	
POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE		Registro de informações sobre a relação do Brasil com a Bolívia no episódio do gás. Senador Heráclito Fortes.	97
Aplausos ao êxito do Programa de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia, o chamado Proteger. Senador Valdir Raupp.	319	Comentários sobre a dependência brasileira do gás boliviano. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Sibá Machado.	99
		Considerações sobre o petróleo, fator propulsor do desenvolvimento da economia do País. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Marcos Guerra.	249
		Alerta contra decisão equivocada da ANP, e apelo em favor da inclusão da Paraíba na Oitava Rodada de Licitação dos Blocos Exploratórios. Senador Roberto Cavalcanti.	294
		Considerações sobre a exclusão dos Estados de Pernambuco e da Paraíba da Oitava Rodada de	

VIII

	Pág.		Pág.
Licitação dos Blocos Exploratórios. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Roberto Cavalcanti.	297	Considerações sobre a falta de investimentos no setor têxtil brasileiro. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador Antonio Carlos Magalhães.	420
Comentários sobre a existência de petróleo no Estado do Piauí. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Heráclito Fortes.	298	Recebimento de ofícios da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval (Sina-val), solicitando a discussão e aprovação de projeto que autoriza a Petrobrás Transporte S.A (Transpetro) a elevar temporariamente seu limite de endividamento para operações de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Senadora Ideli Salvatti.	420
Intenção de propor a instalação de uma CPI para investigar a Petrobrás, após as eleições 2006. Senador Antonio Carlos Magalhães.	426		
Considerações sobre a continuidade das obras do gasoduto da Bahia, cuja construção foi paralisada no Governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Jorge.	428		
POLÍTICA INDUSTRIAL		POLÍTICA INTERNACIONAL	
Cobranças de garantias do Governo Federal para que os incentivos fiscais para a produção de aparelhos de TV Digital fiquem restritos ao Pólo Industrial de Manaus, assim como os da fabricação dos conversores de televisores analógicos em digitais. Senador Arthur Virgílio.	168	Comentários ao livro “O Relatório da CIA”, que apresenta os cenários desenhados pela Agência de Inteligência dos Estados Unidos para a situação internacional nos próximos anos. Senador Sibá Machado.	86
Considerações sobre as empresas e segmentos que geram emprego de forma intensiva e resultado de pesquisa da CNI sobre a questão. Destaque para os segmentos moveleiro e mobiliário e as dificuldades por que passam os setores têxtil e calçadista. Senador Marcos Guerra.	266	Críticas à leitura do relatório da Agência de Inteligência dos Estados Unidos, sobre a situação internacional nos próximos anos. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	87
Considerações sobre as necessidades por que passam as empresas brasileiras, especialmente o setor têxtil e calçadista. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador Roberto Cavalcanti.	267	Críticas ao discurso do Senador Sibá Machado, referente a previsões da CIA sobre o futuro do Brasil. Senador Heráclito Fortes.	91
Considerações sobre as necessidades por que passam as empresas brasileiras, especialmente o setor têxtil e calçadista. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador César Borges.	268	Críticas à proposta do Presidente Lula de realização de uma Assembléia Constituinte. Senador Heráclito Fortes.	144
Concentração de esforços para que seja diminuído o custo da produção nas indústrias brasileiras. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador Sibá Machado.	269	POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Análise de decisão divulgada em 24 de agosto de 2006, relacionada à questão da indústria da laranja e de sua produção pelos citricultores brasileiros, que teria aceitado pagar indenização de 100 milhões de reais ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a fim de encerrar investigação sobre formação de cartel. Senador Eduardo Suplicy.	303	Questionamentos sobre o PT que trabalha e o PT que festeja. Senador Heráclito Fortes.	189
Sugestão ao Congresso Nacional no sentido de que modifique a legislação, a fim de determinar a queima de confecções e têxteis apreendidos como contrabandeados. Senador Marcos Guerra.	417	POLÍTICA SALARIAL	
Considerações sobre a geração de empregos através da indústria têxtil. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senadora Ideli Salvatti.	419	Encaminhamento à Mesa de projeto que altera a lei que dispõe sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores. Senador Antonio Carlos Magalhães.	385
		POLÍTICA SOCIAL	
		Apelo pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 90/03, de autoria de S.Exa. que, “dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual”. Senador Paulo Octávio.	106
		Satisfação com a meta atingida pelo Programa Bolsa-Família no Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	417

	Pág.	IX	Pág.
POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA			
Comentários à entrevista do Ministro Luiz Fernando Furlan, rebatendo matéria publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , com relação a uma desaceleração da economia brasileira. Senador Roberto Saturnino.	207	Protesto contra as comparações feitas entre o Presidente Lula e o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Senador Heráclito Fortes.	211
Considerações ao uso do Programa Bolsa Família como fuga das reais demandas da economia nacional. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Sérgio Guerra.	222	Protesto às comparações feitas entre o Presidente Lula e o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Senador Paulo Octávio.	212
Comentários sobre matérias publicadas em jornais referentes à redução da desigualdade social no País e aos comparativos da lucratividade das empresas. Senadora Ideli Salvatti.	248	Comentários sobre as realizações do governo do Presidente Lula. Senador Sibá Machado.	215
Registro da reunião, no dia 24 de agosto de 2006, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a fim de debater o Plano Estratégico de Crescimento com Distribuição de Renda. Senador Sibá Machado.	270	Justificação de referência feita ao Presidente Lula, equivalente a Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, fato que causou polêmica por parte de seus pares. Senador Roberto Saturnino.	342
POLÍTICA TRABALHISTA			
Considerações sobre a adoção de medidas para os trabalhadores assalariados, promovidas pelo Governo Lula. Enfoque especial aos funcionários da Volkswagen. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	218	Críticas às declarações do Presidente Lula e à incapacidade de seu governo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	426
Comentários sobre a crise gerada pela possibilidade de fechamento da fábrica da Volkswagen, no ABC Paulista. Senador Sibá Machado.	270	Críticas às declarações inconseqüentes do Presidente Lula, em discurso na Confederação Nacional da Indústria, referindo-se ao apagão no ano de 2001. Senador José Jorge.	430
Angústia por que passam os funcionários da Volkswagen, devido a possibilidade de fechamento da fábrica. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	271	Comentários acerca da ignorância do Presidente Lula ao grande potencial energético brasileiro. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Antonio Carlos Magalhães.	431
Justificação de projeto que S.Exa. apresentou para dispor sobre a contribuição assistencial dos trabalhadores. Senador Paulo Paim.	448	Considerações sobre atitude do Presidente Lula que, pressupondo-se reeleito, planeja controlar os meios de comunicação “com idéias ditatoriais”. Senador Arthur Virgílio.	436
Justificação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Senador Valdir Raupp.	455	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Recordação dos sete meses de Jânio Quadros no governo. Senador Heráclito Fortes.	97	Manifestação em defesa da Lei 11.301/2006, que concede aposentadoria especial para carreira do magistério, tendo em vista a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral da República. Senador Paulo Paim.	335
Críticas à postura do Presidente Lula diante dos escândalos de corrupção. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Heráclito Fortes.	209	Preocupação com a anunciada “nova reforma” da Previdência e defesa no sentido de que a mesma promova justiça social. Senador Paulo Paim.	368
PROGRAMA SOCIAL			
		Participação de S.Exa. em debate, no dia 30 de agosto de 2006, entre os candidatos à Presidência da República, promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, quando foram discutidos temas relativos à reforma tributária, sindical, previdenciária e trabalhista. Senador Paulo Paim.	415
		Comentários sobre o Programa Bolsa-Família. Senador Eduardo Suplicy.	303
		Críticas ao excessivo gasto com os programas sociais, particularmente, o Programa Bolsa-	

	Pág.		Pág.
Família. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador César Borges.	387	radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia.	26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO			
Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2006 (nº 2.181/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.	1	Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2006 (nº 2.202/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.	30
Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2006 (nº 2.182/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.	4	Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2006 (nº 2.203/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camaragibe, Estado de Alagoas.	39
Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2006 (nº 2.183/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.	6	Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2006 (nº 2.026/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum – Açú, Estado do Maranhão.	46
Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2006 (nº 2.185/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.	8	Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2006 (nº 2.207/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.	48
Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2006 (nº 2.190/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.	10	Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2006 (nº 2.208/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.	51
Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2006 (nº 2.195/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.	14	Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2006 (nº 2.209/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.	54
Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2006 (nº 2.199/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.	23	Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2006 (nº 2.226/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina.	57
Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2006 (nº 2.200/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de		Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2006 (nº 2.230/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.	59

Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2006 (nº 2.231/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

62

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2006 (nº 2.233/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

64

Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2006 (nº 2.241/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

69

Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2006 (nº 2.268/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguaari – AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.

71

Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2006 (nº 2.236/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

74

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL

Projeto De Lei nº. 14, de 2006-CN, referente à Mensagem nº. 90, de 2006-CN (nº. 713/2006, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 2.155.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

316

PROJETO DE LEI DO SENADO

Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2006 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada. Senador Flexa Ribeiro.

161

Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica

Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ...

162

Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá. Senador José Sarney.

238

Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2006, que altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para dispor que o Tribunal de Contas da União é competente para julgar ordinariamente as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária. Senador José Sarney.

239

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2006, que revoga o § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para suprimir restrições ao eleitor que deixa de votar. Senador Marco Maciel.

360

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006, que dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão lavra ou licença. Senador Marcos Guerra.

362

Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2006, que altera a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores. Senador Antonio Carlos Magalhães.

363

Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2006, que acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º-A à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências. Senador Marcos Guerra.

412

Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências. Senador Paulo Paim.

452

REFORMA POLÍTICA

Registro do lançamento do livro “Reforma Política no Brasil”, de iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

	Pág.		Pág.
em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. Senador Arthur Virgílio.	168	rodoviária brasileira, mais conhecido como “operação tapa-buraco”. Senador Arthur Virgílio.	131
REGIMENTO INTERNO			
Comentários sobre o fim do voto secreto para o processo de cassação. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador José Agripino.	109	Requerimento nº 924, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do maestro e compositor Moacir Santos, ocorrido em 6 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	131
Justificação a requerimentos de informações dirigidos aos Ministros dos Transportes e da Fazenda. Justificação a requerimento de informações dirigido ao Ministro das Comunicações. Senador Arthur Virgílio.	121	Requerimento nº 925, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do editor Armando Campos, ocorrido em 4 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	131
Justificação a requerimento de informações dirigido ao Ministro da Fazenda, tendo em vista o pedido de autorização para elevação temporária de limite de endividamento da Transpetro. Senador Heráclito Fortes.	212	Requerimento nº 926, de 2006, que requer que a Hora do Expediente da sessão do dia 29 de agosto de 2006 seja destinada a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis. Senador Paulo Octávio.	152
Justificação a requerimento de informação que S.Exa. encaminhou à Mesa e solicitação de cópia do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Senador Heráclito Fortes.	251	Requerimento nº 927, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do excelentíssimo Senador e excelentíssimo Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla. Senador Sibá Machado.	155
Justificação a requerimento de informação que encaminhou à Mesa, solicitando informações da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	251	Requerimento nº 928, de 2006, que requer que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, o pedido de autorização para elevação temporária de limite de endividamento da Petrobrás Transportes S.A. (TRANSPETRO), no valor de R\$5,6 bilhões, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Heráclito Fortes.	164
Justificação a requerimento de voto de congratulações ao Senhor Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar, edição 2006, concedido pelo Guia Exame - Você S/A. Senador Marcos Guerra.	278	Requerimento nº 929, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao atleta Roger Gracie pela conquista do título de Vice-campeão Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	165
Justificação de encaminhamento de requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento de Dom Lucas Mendes de Almeida. Senador Romeu Tuma.	400	Requerimento nº 930, de 2006, que requer Voto de Aplauso aos atletas do Amazonas, pela brilhante participação no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	165
REQUERIMENTO			
Requerimento nº 921, de 2006, que requer ao Ministro das Comunicações, informações acerca de pretensas alterações, pela via de Medida Provisória, na legislação relativa à fabricação de itens para TV Digital. Senador Arthur Virgílio.	129	Requerimento nº 931, de 2006, que requer Voto de Aplauso, ao atleta amazonense Xande Ribeiro, pela conquista do Título Absoluto do 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	166
Requerimento nº 922, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o perfil dos Declarantes do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), por faixa de renda, baseadas nas declarações entregues entre os anos de 2000 e 2006. Senador Arthur Virgílio.	130	Requerimento nº 932, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Senhora Maria Edice Caitete, que completou 75 anos de idade. Senador Arthur Virgílio.	166
Requerimento nº 923, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes sobre os resultados obtidos com o programa do governo federal para recuperar parte da malha		Requerimento nº 933, de 2006, que requer Voto de Aplauso para Dom José Afonso Ribeiro que, aos 78 anos, deixou a Diocese de Borba- AM. Senador Arthur Virgílio.	166

Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº 934, de 2006, que requer Voto de Aplauso para o jovem atleta amazonense Emanuel Castro, que se sagrou campeão da Copa Samel de Judô. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento nº 935, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Padre Elói Roggia, nomeado Bispo da Prelazia de Borba-AM. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento nº 936, de 2006, que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, moção de congratulações ao empresário Fernando de Oliveira Carvalho pelos cinqüenta anos de atividade do Grupo Publivendas de Publicidade. Senador Antonio Carlos Magalhães.</p> <p>Requerimento nº 937, de 2006, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006 que, “altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p> <p>Requerimento nº 938, de 2006, que requer que seja formulado voto de congratulações ao Senhor Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, e aos Diretores e funcionários daquela Empresa, pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar edição 2006, concedida pelo conceituado Guia Exame Você S/A. Senador Marcos Guerra.</p> <p>Requerimento nº 939, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em 27 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo. Senador Marco Maciel.</p> <p>Requerimento nº 940, de 2006, que requer que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal também seja ouvida com relação ao PLS nº 146/2006, além da Comissão constante do despacho inicial. Senador Paulo Octávio.</p> <p>Requerimento nº 941, de 2006, que requer que seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida aos 75 anos de idade, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Requerimento nº 942, de 2006, que requer Voto de Aplauso para as entidades governamentais e não governamentais que foram agraciadas em 30 de agosto de 2006 com a Medalha Paulo Freire, em Recife. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Requerimento nº 943, de 2006, que requer a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 16 de agosto de 2006, na cidade de</p>	<p>Belém, da Professora Anunciada Chaves. Senador Luiz Otávio.</p> <p>Requerimento nº 944, de 2006, que requer que seja apresentado Voto de Congratulações ao Senhor Délio Mutran pela comenda “Empresário do Ano de 2006”, outorgada pela Associação Comercial do Pará – ACP. Senador Luiz Otávio.</p> <p>Requerimento nº 945, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Moacyr Dalla, ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional, ocorrido no dia 20 de agosto de 2006, no Espírito Santo. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento nº 946, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo naufrágio da embarcação “Quatro Netos”, ocorrido no dia 18 de agosto de 2006, no rio Solimões, deixando uma pessoa morta e duas desaparecidas. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento nº 947, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornalista Jaime Sirotsky agraciado com o Título de Sócio Honorário da Associação Nacional de Jornais na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, promovido pela entidade, da qual o homenageado é Presidente, pelas oportunas afirmações em defesa da liberdade de expressão no Brasil. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento nº 948, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao paleontólogo Alexander Kellner e aos colegas e colaboradores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, pela remontagem do esqueleto fossilizado de maior dinossauro já descrito no Brasil. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento nº 949, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Petróleo Sabbá/Shell, pela decisão de fazer novos investimentos no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento nº 950, de 2006, que requer Voto de Aplauso aos patinadores - mirins de Sobradinho/DF, Emerson dos Santos e Tiago Silva Nascimento, de 10 e 9 anos de idade, classificados em primeiro lugar na 15ª Maratona de Patinação de New York, realizada no dia 26 de agosto de 2006, bem como, à Professora Tuca Reichert, que preparou os jovens atletas. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>SAÚDE</p> <p>Registro da realização, no Rio de Janeiro, do 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e do 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, a fim de debater o tema “Saúde Coletiva no mundo globa-</p>
167	408
167	408
167	409
241	409
241	410
332	410
365	411
365	411
408	411

XIV

	Pág.		Pág.
lizado: rompendo barreiras sociais, econômicas e políticas". Senadora Lúcia Vânia.	231	que se abatem sobre alguns integrantes da Casa. Senador Roberto Cavalcanti.	259
Críticas ao Ministro da Saúde por sua atitude em evento no dia 24 de agosto de 2006, em Juiz de Fora/MG. Senador Heráclito Fortes.	299	Cumprimentos à Presidência do Senado, pela iniciativa da homenagem prestada às pessoas portadoras de necessidades especiais, que integram o quadro funcional da Casa. Senador Paulo Paim.	368
Registro de um caso de negligência médica ocorrido em hospital do Rio de Janeiro. Senadora Íris de Araújo.	447	Cumprimentos aos funcionários da Casa, portadores de necessidades especiais e ao Presidente Renan Calheiros que tanto tem impulsionado as atividades desenvolvidas no Senado Federal, com vistas à valorização da pessoa com deficiência. Senadora Lúcia Vânia.	406
SEGURANÇA PÚBLICA		TELECOMUNICAÇÕES	
Melhoria da prestação dos serviços de segurança pública. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Marco Maciel.	195	Críticas à ameaça de interferência na Anatel, pelo Ministro das Comunicações, o Senhor Hélio Costa. Senador Heráclito Fortes.	299
Indignação com a forma que é tratada a área de segurança pública no País. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senadora Heloísa Helena.	195	TURISMO	
Reivindicação de investimentos para o sistema prisional brasileiro. Senadora Heloísa Helena.	220	Elogios ao desenvolvimento alcançado pela indústria brasileira de turismo e apelo no sentido da destinação de novos incentivos ao turismo no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.	229
Pedido de desculpas ao povo de Alagoas pelo transtorno causado com a ida do presidiário Fernandinho Beira-Mar. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Heráclito Fortes.	224		
Lamento pela situação de extrema violência que assola todo o País. Senadora Íris de Araújo.	447		
SENADO FEDERAL			
Registro de profundo respeito ao Senado Federal, com relação à atitude diante das denúncias			

Ata da 135ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Octávio e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GSSS2 nº 337

Brasília, 17 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que resolvi renunciar ao cargo de suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução ao Senado Federal nº 20/1993, encarecendo-lhe as necessárias providências para efetivação imediata deste intento, tendo em vista a citação do meu nome pela CPI dos Sanguessugas.

Na expectativa da melhor acolhida, manifesto a V.Exª Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Serys Sihessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2006

(Nº 2.181/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 26 de outubro de 2005, que autoriza

a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de agosto de 2006.
– **Aldo Rebelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 110, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 471, de 26 de outubro de 2005, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 23 de fevereiro de 2006. **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 304 EM

Brasília 9 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG, no Município de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53710.000839/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 471, DE 26 DE OUTUBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000839/98 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1340 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG, com sede na Rua Santo Antônio, nº 875-B – Centro, no Município de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º31'31"S e longitude em 43º41'47"W, utilizando a frequência de 105,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES RELATÓRIO Nº 88/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53710.000.839/98, protocolizado em 27 de agosto de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG, Município de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG, inscrita no CNPJ sob o número 01.695.216/0001-81, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Santo Antônio 875-B – Centro, no Município de Ouro Branco, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18 de março de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado o motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Adonay de Radiodifusão – Processo nº 53710.000.278/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: constataram algumas pendências passíveis do cumprimento das exigências formuladas nos ofícios nºs 3.875/01 e 6.386/01. Ocorre que, os referidos documentos foram devolvidos pelos Correios pelo seguinte motivo: mudança de endereço e endereço desconhecido, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 8.228, datado de 21 de novembro de 2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou

solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 1.002 de 7 de março de 2005, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Vale ressaltar que até a presente data a Entidade não interpôs recurso.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Conselheiro Lafaete – s/nº – Bairro 1º de maio, no Município de Ouro Branco, Estado do Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20°21'31"S de latitude e 43°41'47"W longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 73, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE. compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom, houve justificativa às folhas nº 221.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação

da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **c, e, h, i e j** da Norma Complementar nº 1/2004, retificação da denominação da entidade na Ata de Fundação, no Estatuto Social e no CNPJ da entidade, ata de definição da real denominação da entidade, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 78 a 257).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 187 e 188, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas nºs 220 e 221. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas nº 1 a 257, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h, i e j** da Norma Complementar

nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG;

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
José Raimundo Alves	Presidente
Edísio Rufino Torres	Dir. Operações
Elenice Madalena da Silva	Dir. Administrativa

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Santo Antônio nº 875-B – Centro, Município de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais;

– Coordenadas geográficas

20°31'31" de latitude e 43°41'47" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 220 e 221, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 187 e 188 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710.000.839/98 de 27 de agosto de 1998.

Brasília, 27 de abril de 2005. – **Lídia Souza El-Carab Moreira**, Relatora da Conclusão Jurídica, Chefe de Serviço/SSR – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 28 de abril de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 388, DE 2006

(Nº 2.182/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de janeiro de 2006, que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 143, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 25 de janeiro de 2006, que "Outorga concessão à Fundação Nelson Rocha, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais".

Brasília, 7 de março de 2006.



MC nº 274 EM

Brasília, 27 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53710.000330/2001, de interesse da Fundação Nelson Rocha, objeto de concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e com o art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 25 DE JANEIRO DE 2006

Outorga concessão à Fundação Nelson Rocha, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000330/2001.

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Nelson Rocha, para explorar, pelo prazo de quinze anos, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

PARECER Nº 360/2004/DOS/SSCE-MC

Referência: Processo nº 53710.000.330/2001

Interessada: Fundação Nelson Rocha

Assunto: Outorga de concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa.

Ementa: Independe de licitação pública a outorga para serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa. Atendimento as exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portada Interministerial nº 651, de 15-4-99.

Conclusão: Pelo deferimento.

I – Dos Fatos

1. A Fundação Nelson Rocha com sede na Rua Tupis, nº 1518, Barro Preto, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30190-062, requer, nos presentes autos, que seja-lhe outorgada permissão para executar Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com finalidade exclusivamente educativa, utilizando o Canal 11+E, disponível no plano básico de distribuição de canais (fls. 69 e 132), na Cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

2. O Estatuto da entidade, registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro A nº 22, preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão (fls. 134/142).

3. De acordo com a Ata de reunião de Diretoria realizada no dia 24-1-2003, deliberou-se, por unanimidade, pela reeleição da Diretoria sendo mantidos os mesmos integrantes e os respectivos cargos:

HORMEZINDA ROCHA	PRESIDENTE
ADRIANA FONSECA GOULART ROCHA	SECRETÁRIA
TÚLIO FREITAS SOUZA	TESOUREIRO

4. A documentação pertinente aos diretores foi anexada aos autos encontrando-se às fls. 23 a 49; 76 a 78; 99 a 101; 111 a 121 e 126 a 128.

II – Do Mérito

5. A outorga de permissão para executar Serviço de Radiodifusão Sonora e de Sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra **a** do inciso XII do artigo 21).

6. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31-10-1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **in verbis**:

“Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

7. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão de sons e imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

8. A documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores encontra-se completa e em ordem.

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quer quanto aos sócios quer quanto a seus diretores, conforme declarações.

10. A entidade apresentou declaração constante às fls. nº 3, dos autos, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-1999, perante o Ministério das Comunicações.

11. Releva ressaltar que a Fundação Nelson Rocha apresentou justificativa para a utilização do canal (fls. nº 2 e 132), na qual pretende incentivar a educação e a cultura.

12. De acordo com os registros existentes nesse Ministério, a entidade abaixo formulou igual pedido de TVE para aquela mesma localidade:

– Fundação Educativa e Cultural João Soares Leal Sobrinho (proc. nº 53710.00099/2001), sobrestado por estar com documentação incompleta.

III – Conclusão

13. Diante do exposto, e estando o presente processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria, o pedido poderá ser deferido a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à douta Consultoria Jurídica para prosseguimento.

14. Posteriormente à decisão da outorga, se for o caso, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para a apreciação do ato, conforme dispõe a Constituição Federal (§ 1º art. 223).

É o parecer **sub-censura**.

Brasília, 15 de julho de 2004. – **Fernando B. Miranda**, Advogado.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Em 15-7-2004. – **Vânea Rabelo**, Coordenadora-Geral de Outorga de Serviços de Áudio, Substituta.

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica.

Em 15-7-2006. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Encaminhem-se à douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em 16-7-2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2006

(Nº 2.183/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 3.048, de 20 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 146, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 3.048, de 20 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

Brasília, 7 de março de 2006.

MC nº 357 EM

Brasília, 6 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.003541/2002, de interesse da Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Serra, Estado do Espírito Santo.

2. De acordo com o art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 3.048, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003541/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

PARECER Nº 338/2002 – DOSR

Referência: Processo nº 53000.003541/2002

Interessada: Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão

Ementa: Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão: Pelo deferimento.

I – Os Fatos

A Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha, com sede na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Serra, Espírito Santo, mediante a utilização do canal 252 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo como um de seus objetivos promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente está ocupado pelo Sr. José Luiz Dantas da Silva, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pela Sra. Leonora Dantas da Silva Vescovi e de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pela Sra. Adriana Dantas da Silva Siviero

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada por eles e juntada à fl. 20 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional,

onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **sub-censura**.

Brasília, 18 de dezembro de 2002. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo.

À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 18 de dezembro de 2002. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 18 de dezembro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 18 de dezembro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2006

(Nº 2.185/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de fevereiro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 16 de março de 1999, a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 156, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 9

de fevereiro de 2006, que “Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Ipiaú, Estado da Bahia”.

Brasília, 13 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 322 EM

Brasília, 18 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto, para renovação da concessão outorgada a Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município Ipiaú, Estado da Bahia, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2. A Requerente recebeu a outorga, originariamente, pelo Decreto nº 83.122, de 1º de fevereiro de 1979, publicado no **Diário Oficial da União** de 2 de fevereiro de 1979. A concessão foi renovada, a partir de 16 de março de 1989, pelo Decreto s/nº de 15 de agosto de 1994, publicado no **Diário Oficial da União** de 16 de agosto de 1994, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 128, de 1995, publicado no **Diário Oficial da União** de 6 de outubro de 1995.

3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 16 de março de 1999.

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53640.001742/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

DECRETO DE 9 DE FEVEREIRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Ipiaú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Ipiaú, Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001742/98.

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 16 de março de 1999, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onde média, no Município de Ipiaú, Estado da Bahia outorgada à Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. pelo Decreto nº 83.122, de 1º de fevereiro de 1979, e renovada pelo Decreto de 15 de agosto de 1994, publicado no **Diário Oficial da União** de 16 de agosto de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 128, de 1995, publicado no **Diário Oficial da União** de 6 de outubro de 1995.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de fevereiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.



PARECER Nº 111/2005/CONEN/CGLO/DEOC/SC/MC

Referência: Processo nº 53640.001742/98

Interessada: Rádio Educadora de Ipiaú Ltda.

Assunto: Renovação de Outorga

Ementa: Concessão para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em ondas médias, cujo prazo teve seu termo final em 16-3-1999.

Pedido apresentado Tempestivamente.

Regulares a situação técnica e a vida societária da entidade.

Conclusão: Pelo deferimento.

1. Rádio Educadora de Ipiaú Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Ipiaú, Estado da Bahia, requer renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 16 de março de 1999.

I – Dos Fatos

2. Mediante Decreto nº 83.122, publicado em 2 de fevereiro de 1979, foi aprovado o ato que outorga a concessão à Rádio Educadora de Ipiaú Ltda., para explorar, por 10 anos o Serviço de Radiodifusão Sonora em ondas médias, no Município de Ipiaú, Estado da Bahia.

3. A outorga foi renovada por 10 anos, a partir de 16 de março de 1989, através do Decreto Legislativo nº 125, 1995, publicada no **DOU** de 6-10-1995.

II – Do Mérito

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece o prazo de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora, e 15 (quinze) anos para o serviço de radiodifusão de sons e imagens, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 22, § 5º).

5. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

6. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final em 16 de março de 1989, pois começou a vigorar em 2-2-1979, com o advento do Decreto nº 83.122, publicado no **DOU** de 2-2-79.

7. O pedido de renovação da outorga, ora em exame, foi protocolizado na Delegacia do Ministério das Comunicações na Bahia dia 25 de novembro de 1998, portanto, dentro do prazo legal (fl. 1).

8. A requerente tem seu quadro social a composição relacionada às fls. 104/109, tendo em seu quadro diretivo aprovado pelo Poder Concedente com a seguinte composição:

SÓCIO	COTAS	VALOR NOMINAL EM R\$
Irene Rodrigues Irujo	4.750	4.750,00
Luiz Raimundo Coelho Maia	250	250,00

CARGO	NOME
GERENTE	Irene Rodrigues Irujo

9. A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica o Laudo de Vistoria da Anatel à fl. nº 73/80.

10. É regular a situação da concessionária/permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. Nº 141.

11. Consultado o nosso cadastro, verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

12. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 16 de março de 1999.

III – Conclusão

Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É o parecer **sub-censura**.

Ao Coordenador das regiões Norte e Nordeste. Brasília, 6 de abril de 2005. – **Silvana Oliveira Moreno**, Advogada, região Norte/Nordeste.

Submeta-se ao Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Brasília, 8 de abril de 2005. – **Marcelo Fiuza Lima**, Coordenador região Norte/Nordeste.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2006

(Nº 2.190/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 510, de 8 de novembro de 2005, que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 51, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 383, de 10 de agosto de 2005 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Leticia (ACRBL), no Município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria nº 475, de 31 de outubro de 2005 – Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, no Município de Jaraguá do Sul – SC; e

3 – Portaria nº 510, de 8 de novembro de 2005 – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA, no Município de Presidente Sarney – MA.

Brasília, 31 de Janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 316 EM

Brasília, 18 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA –, no Município de Presidente Sarney, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53720.000601/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 510, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000601/99 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1010 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA, com sede na Rua da Garagem, s/nº, Bairro do Aeroporto, no Município de Presidente Sarney, Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas

com latitude em 2°35'50"S e longitude em 45°21'42"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 72/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.720.000.601/99 protocolizado em 10 de setembro de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA, Município de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.

I – Introdução

1. A Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA inscrita no CNPJ sob o número 03.326.580/0001-08, no Estado do Maranhão, com sede na Rua da Garagem, s/nº, Bairro Aeroporto, Município de Presidente Sarney, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 17 de julho de 1999 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 11 de dezembro de 2001 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando à distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado no Alto Bonito, Bairro Aeroporto, no Município de Presidente Sarney, Estado do Maranhão, de coordenadas geográficas em 2°35'50"S de latitude e 45°21'42"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 36, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novo endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom as coordenadas são as mesmas do Aviso, conforme folhas 147.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **c**, **e** e **i** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, ata de retificação da denominação da entidade, cópia do CNPJ

retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade como disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 41 a 182).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 98, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 146 e 147. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 182, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA;

– Quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Raimundo do Espírito Santo Ferreira	Presidente
Eudes Pedro Ribeiro Moreira	Vice-Presidente
Rosimeire Dávila	1ª Secretária
Darly de Jesus Pimenta	2ª Secretária
Magno César Carvalho Alves	1º Tesoureiro
Rômulo Ribeiro Carvalho	2º Tesoureiro

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua da Garagem, s/nº, Bairro Aeroporto, Município de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.

– Coordenadas geográficas

2°35'50" de latitude e 45°21'42" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 146 e 147, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 98 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.720.000.601/99 de 10 de setembro de 1999.

Brasília, 12 de abril de 2005. – **Lídia Souza El-Carab Moreira**, Relatora da conclusão Jurídica, Chefe de Serviço/SSR. – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 13 de abril de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 13 de abril de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 72/2005/RadCom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de abril de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2006

(Nº 2.195/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 164, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 103, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 164, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 56 EM

Brasília, 12 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 53/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM Serrote Ltda. (Processo nº 53650.000657/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira**.

PORTARIA Nº 164, DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000657/2000, Concorrência nº 53/2000-SSR/MC, e do Parecer/Conjur/MC nº 378, de 16 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta

dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO

RÁDIO FM SERROTE LTDA

SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

Brasileiro, Solteiro, Maior, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Santos Dumont nº 7.797 – Aptº 501 - Dunas, portador da identidade profissional nº 5.267, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará – OAB/CE, inscrito no CPF sob o número 122.358.143 - 87; e

LUIS MOURA DA COSTA

Brasileiro, Casado, Representante Comercial, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Dr. Ratisbona nº 175 - Fátima, portador da cédula de identidade RG Nº 97002597174 – S.S.P./CE, inscrita no CPF sob o número 041.309.872 - 91.

CONSTITUEM.

Entre si, na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições, a saber:

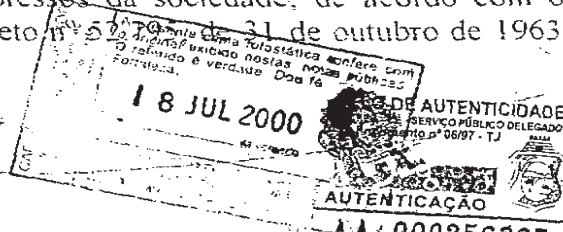
CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade se denominará **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, e terá por finalidade a execução dos serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda Média (O.M.), mediante autorização do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade, de acordo com o que preceitua o Artigo 3º do Decreto nº 57.700, de 31 de outubro de 1963, que

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA
Advogado
OAB - 5267



(Continuação do contrato social de constituição da RÁDIO ~~FM~~
SERROTE LTDA - fl. 02)

instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportaçãõ dos encargos e sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da sociedade tem como endereço a cidade de **PACATUBA**, Estado do **CEARÁ**, na **Avenida José Guilherme nº 566 – Nova Pavuna**, podendo abrir e fechar agências, sucursais e escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre que assim convier, **NÃO TENDO FILIAIS PRESENTEMENTE.**

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir de **27 de Março de 2.000**. Se necessário for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da lei.

CLÁUSULA QUINTA

a) As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros;

b) Qualquer alteração contratual, assim como a transferência de cotas, dependerá de prévia autorização do Poder Concedente

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que impõem as leis, decretos, regulamentos, ~~ed~~edictos ou decisões emanadas do Poder

(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FMA SERROTE LTDA – fl. 03)

Concedente e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, é referentes à legislação de radiodifusão.

CLÁUSULA SÉTIMA

A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um mínimo de 2/3 (dois terços) de brasileiros ou brasileiros natos.

CLÁUSULA OITAVA

A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessão ou permissão de radiodifusão sonora em geral no País, além dos limites fixados pela legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA

O capital social é de RS 10.000,00 (Vinte Mil Reais), representado por 100 (Cem) cotas no valor de RS 100,00 (Cem Reais) cada uma, subscritas pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIO COTISTA	%	COTAS	(RS)
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA	50	50	5.000,00
LUIZ MOURA DA COSTA	50	50	5.000,00
T O T A L	100	100	10.000,00

(Continuação do contrato social de constituição da RÁDIO FM
SERROTE LTDA - fl. 04)

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com o Artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA

A integralização do capital social será efetivada pelos sócios da seguinte forma:

a) 10% (dez por cento), ou seja RS 1.000,00 (Hum Mil Reais), em moeda corrente nacional, neste ato;

b) O restante, ou seja 90% (noventa por cento), será integralizado no período de 02 (dois) anos de acordo com as necessidades de aquisição dos equipamentos indispensáveis ao funcionamento de uma emissora de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda Média (O.M.), tais como: transmissor, caixa de sintonia, torre, antenas, sala de áudio, discos e acessórios, assegurando, assim, a integralização total do capital social e o fiel cumprimento do prazo a ser estabelecido pelo Poder Concedente para a instalação da emissora a ser outorgada

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do capital social, consoante o que determina a lei.

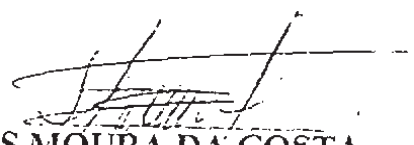
(Continuação do contrato social de constituição da RADIO
SERROTE LTDA – fl. 05)

**CLÁUSULA
DÉCIMA-SEGUNDA**

A sociedade será administrada pelo sócio *LUIS MOURA DA COSTA*, na função de *DIRETOR - ADMINISTRATIVO*, o qual fará uso da firma judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar poderes especiais ou totais a terceiros através de procurações e mediante autorização do Poder Concedente.

PARÁGRAFO ÚNICO - No uso de suas atribuições, o Diretor – Administrativo, assinará da seguinte forma:

RADIO FM SERROTE LTDA


LUIS MOURA DA COSTA
Diretor - Administrativo

**CLÁUSULA
DÉCIMA-TERCEIRA**

Os sócios terão como remuneração quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do imposto de renda e que serão levadas à conta de despesas gerais.

(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FÊNIX SERROTE LTDA – fl. 06)

**CLÁUSULA
DÉCIMA-QUARTA**

O uso da denominação social, nos termos da **CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA** deste instrumento, é vedado em fianças, aval e outros atos de favor estranhos aos interesses da sociedade, ficando o **Diretor**, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-QUINTA**

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, por força da lei, a sociedade automaticamente se dissolverá, sendo observados os dispositivos da lei. Cabendo aos herdeiros do sócio falecido o capital e os apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou a interdição depois de 06 (seis) meses após a aprovação do balanço geral anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) prestações mensais iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a aprovação dos citados haveres.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-SEXTA**

Os sócios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme Portaria nº 06/86, de 16/09/86, do D.N.R.C.

(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FÁB
SERROTE LTDA – fl. 07)

**CLÁUSULA
DÉCIMA-SÉTIMA**

Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-OITAVA**

A 31 de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato de conta de lucros e perdas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os lucros ou prejuízos apurados em balanço geral anual serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas ou capital.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-NONA**

Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da sociedade para a resolução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes contratantes.

(Continuação do contrato social de constituição da RADIO EXT
SERROTE LDA - fl. 08).

CLÁUSULA VIGÉSIMA

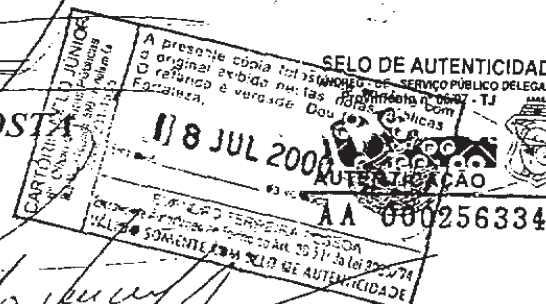
Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10/01/19, a cuja observância, como as demais cláusulas deste contrato, se obrigam Diretora e Sócios - Cotistas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

FORTALEZA (CE) 23 de Março de 2.000

→ **SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**

→ **LUIZ MOURA DA COSTA**



TESTEMUNHAS:

1.) **CRISTIANO LIMA DE MENEZES**
RG Nº 90002160094 - S.S.P./CE

2.) **FRANCISCO FIRMIANO BRAGA**
RG Nº 8905002007306 - SSP/CE

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA
Advogado
OAB - 8287

(À Comissão de Educação - decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2006**

(Nº 2.199/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 631, de 14 de dezembro de 2005, que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 165, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 631, de 14 de dezembro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 16 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 387 EM

Brasília, 20 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás, no Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.000121/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 631, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000121/99 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1833 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás, com sede na Rua Alberto Schmidt, nº 208, sala “E” – Centro, no Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º37’56”S e longitude em 51º01’21”W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Helio Costa.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 181/2605/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.790.000.121/99, protocolizado em 3 de março de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás, Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás, inscrita no CNPJ sob o número 02.862.187/6001-68, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Alberto Schmidt, 208, sala “E”, Bairro Centro, Município de Sapiranga, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de fevereiro de 1999, subscrito por representante legal no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 9 de setembro de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando à distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Assis Brasil, 205, no Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 29°38’03”S de latitude e 51°00’15”W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 106, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se ainda, que as coordenadas do local de instalação participante do Aviso nº 5 não são as mesmas que a tornaram a selecionada, pois, em resposta ao ofício nº 9.745 datado de 16-6-2004, ou seja, na apresentação do projeto técnico, foram apresentadas as reais coordenadas geográficas do local de instalação do sistema irradiante aferidas pelo profissional habilitado, conforme fls. 231, 240 e 355. Os novos dados foram analisados e aceitos conforme fls. 362 e 363.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a, b, c, e, f, g, h, i e j** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 108 a 359).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 355 e 356, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas

folhas 360 e 361. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim a documentação, especificamente exigida pela legislação específica e contida nos autos no intervalo de folhas 1 a 359 dos autos, corresponde ao que segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás;

– Quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Anilton Moacir de Oliveira Pereira	Coordenador Gerak
Joaquim Antônio de Souza Goulart	Vice Coord. Geral
Paulo Renato Vechietti	1º Secretário
Egon Kirchheim	2º Secretário
João Daniel Tasso Carafinni	1º Tesoureiro
Antônio Machado	2º Tesoureiro
Nelson Spalaor	1º Suplente
Deoclécio Grippa da Silva	2º Suplente
Oldair Pagliarini	3º Suplente

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Padre Antônio Vieira, L9, QP 519, Bairro Oeste, Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

– Coordenadas geográficas

29°37'56" de latitude e 51°01'21" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 360 e 361, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 355 e 356 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.790.000.121/99, de 3 de março de 1999.

Brasília, 24 de agosto de 2005. – **Aline Oliveira Prado Magalhães Lopes**, Relatora da conclusão Jurídica, Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária. – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relatora da conclusão Técnica, Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 26 de agosto de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

Aprovo o Relatório nº 181/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 25 de agosto de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, Substituto.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 394, DE 2006**

(Nº 2.200/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de fevereiro de 2006, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 9 de fevereiro de 2000, a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 155, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 9 de fevereiro de 2006, que “Renova a concessão outorgada à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Jacobina, Estado da Bahia”.

Brasília, 13 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 321 EM

Brasília, 18 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Jacobina, Estado da Bahia, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2. A Requerente recebeu a outorga, originariamente, pelo Decreto nº 84.336, de 21 de dezembro de 1979, publicado no **Diário Oficial da União** de 24 de dezembro de 1979. A outorga foi renovada pela última vez, a partir de 8 de fevereiro de 1990, através do Decreto s/nº de 17 de fevereiro de 1997, publicado no **DOU** de 18 de fevereiro de 1997, sendo tal renovação aprovada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 11 de 1999, publicado no **DOU** de 12 de março de 1999.

3. Pretende a Requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 8 de fevereiro de 2000

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53640.000153/00, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

DECRETO DE 9 DE FEVEREIRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Jacobina, Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000153/00.

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de fevereiro de 2000, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Jacobina, Estado da Bahia, outorgada à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. pelo Decreto nº 84.336, de 21 de dezembro de 1979, e renovada pelo Decreto de 17 de fevereiro de 1997, publicado no **Diário Oficial da União** de 18 de fevereiro de 1997.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de fevereiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.



PARECER/MC/CONJUR/GSL/ Nº 1606 – 1.13 /2005

PROCESSO Nº 53640.000153/00

Ementa: Concessão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias. Pedido de renovação formulado intempestivamente – Aplicação dos princípios da continuidade do serviço público, da mínima intervenção, da boa-fé objetiva e da proporcionalidade. Em caráter excepcional, é de ser relevada a intempestividade da apresentação do requerimento renovatório. Admite-se a apresentação de certidão positiva com efeito de positiva, pela exegese do art.206 do CTN. Descumprimento do art. 38, **b** da Lei nº 4.117/1962 – irregularidade que não obstaculiza o deferimento do pedido de renovação, que reveste-se de legalidade.

I – Do Relatório

1. Veio a exame desta Consultoria requerimento formulado pela Rádio Clube Rio do Ouro Ltda., concessionária do serviço de Radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Jacobina, Estado da Bahia, solicitando a renovação da concessão outorgada pelo Decreto nº 84.336 de 21 de dezembro de 1979, publicado no **DOU** 24 de dezembro de 1979. A última renovação da concessão, para o período compreendido entre 8-2-1990 e 8-2-2000, ocorreu através do Decreto s/nº de 17 de fevereiro de 1997, publicado no **DOU** do dia 18 subsequente e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 11, publicado no **DOU** de 12 de março de 1999.

2. O pedido de renovação foi protocolado na Delegacia Regional do Ministério das Comunicações na Bahia em 6 de abril de 2000, ou seja, após o término do prazo legal para requerê-lo.

3. O processo foi objeto de análise pelo Departamento de Outorga de Serviços, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério – DOS/SSCE/MC, nos termos da Informação nº 148/2005/CONEN/CGLO/DEOC (fls. 134/136), tendo aquele Departamento concluído favoravelmente ao pleito, mesmo diante de sua intempestividade

4. Vieram os autos para análise desta Consultoria Jurídica.

II – Da Análise

5. Inicialmente, cumpre examinar a possibilidade de autorizar a renovação da permissão. Embora a interessada a tenha requerido intempestivamente, passa-se a transcrever, por oportuno, a legislação pertinente ao tema.

6. A Lei nº 5.785/72, regulamentada pelo Dec. nº 88.666/83, dispõe, **in verbis**:

“Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.”

7. As condições para a renovação da outorga podem ser divididas em cinco espécies: a) temporal (requerimento entre os 180 e 120 dias anteriores ao término dos respectivos prazos; b) formal (submissão aos requisitos legais, regulamentares e contratuais, durante a vigência da concessão e ao tempo da renovação – art.113, incisos 1 e 2, Decreto nº 52.795 de 31-10-1963); c) técnico-financeira (ostentar as condições de oferta dos serviços em termos técnicos e econômico-financeiros – art.113, inciso 3, Decreto 52.795/1963); d) moral (manter-se em conformidade aos padrões de idoneidade moral – art.113, inciso 3, Decreto nº 52.795/1963); e) finalística (atendimento ao interesse público, particularmente no que se refere à finalidade educativa e cultural da radiodifusão – art. 113, inciso 4, Decreto nº 52.795/1963).

8. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Dec. nº 52.795/63, prevê no parágrafo único do art. 32, **in verbis**:

“A permissão entrará em vigor após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição, publicada em ato competente.”

9. Consultando-se os dados do processo, verifica-se que a requerente deixou transcorrer *in albis* este prazo. Somente em 06 de abril de 2000, protocolou requerimento manifestando seu interesse em obter a renovação da concessão, cujo termo final ocorreu em 8-2-2000.

10. Analisando-se a legislação pertinente a este ponto, tem-se que a situação da requerente, conforme dispõe o artigo 7º do Decreto nº 88.066/83 configuraria, em tese, caso de *perempção*, cuja consequência é a perda do direito de ter renovada a outorga, pois deixou de cumprir exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço. Não obstante, essa regra deve

ser cotejada com os princípios que regem a Administração Pública, em especial o serviço público, bem como deve ser examinada à luz da intenção do legislador constitucional quando tratou da matéria.

11. O art. 223 da Constituição Federal, em seus parágrafos, dispõe, **in verbis**:

.....
 “ § 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.”

12. Da leitura dos dispositivos depreende-se que a exigência de quórum qualificado e votação nominal apenas no caso de não-renovação, dificultando a aprovação do ato, demonstra, claramente, a intenção do legislador de evitar que a outorga regularmente obtida deixe de ser renovada.

13. Ora, a Constituição Federal ocupa posição de supremacia em nosso ordenamento jurídico, a ela se subordinando todas as demais espécies normativas, do que resulta que seus preceitos devem ser sempre considerados diante do caso concreto.

14. Deste modo, em conformidade com o que foi dito acima, ainda que intempestivamente requerido, não se deve eliminar, de plano, sem examinar todos os fatos envolvidos, a possibilidade de renovação da outorga, tendo em vista que a orientação constitucional é no sentido de propiciar a renovação.

15. Há que se avaliar ainda a regra da preempção em relação ao princípio da continuidade do serviço público. A exploração dos serviços de radiodifusão é serviço público que o Estado tem obrigação de prestar por si ou através de concessão ou permissão, em obediência ao princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal, previsto no art. 223, **in fine**. E, em ambos os casos, deve zelar pelo bom funcionamento do serviço.

16. Nesse sentido, a Lei nº 8.897/95, que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, estatui:

“Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade,

eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.”

17. Observe-se que o princípio da continuidade subordina o exercício do serviço público, seja ele prestado diretamente pela Administração ou por meio de concessão ou permissão, decorrendo do dever inerente à Administração de desempenhar a atividade pública, não podendo dispor do interesse público.

18. Assim, o princípio da continuidade deve ser considerado no momento de se decidir pela renovação ou não, pois é preciso reconhecer que, no presente caso, a cessação do serviço acarretaria grande prejuízo à coletividade, o que justifica a renovação da outorga.

19. O ilustre autor Augustín Gordillo, em sua obra, Tratado de derecho administrativo. 3ª ed. Bueno Aires: Fundación de Derecho Administrativo, 1998. t.2. p. 52, acentua que:

“La continuidad no significa que la actividad sea ininterrumpida, sino tan sólo que satisfaga la necesidad pública toda vez que día se presente; pero tampoco es una característica uniforme. Ella residiría en que se satisfaga oportunamente – sea en forma intermitente, sea en forma ininterrumpida, según el tipo de necesidad de que se trate – la necesidad pública. Pero ello no es así, pues no se trata de una determinación abstracta que baga la doctrina em función de la necesidad pública a satisfacer, sino de una decisión concreta del orden jurídico em función de la posibilidad material de prestar el servicio o atender la necesidad pública.”

20. Note-se que a interessada jamais interrompeu o serviço prestado. Inexistiu dano ao usuário, mantiveram-se as finalidades essenciais desse tipo de execução da finalidade pública. É de ser temperada a inobservância de apenas uma das cinco condições para renovação de outorgas, a temporal, mediante o concurso do princípio da proporcionalidade, que se completa por três elementos: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. A proporcionalidade ou a razoabilidade, como prefere o Supremo Tribunal Federal (HC nº 80.379/SP, HC nº 80.448/RN, ADIMC nº 2.353/ES, AGRAG nº 269.104/RS), é um instrumento essencial à defesa dos direitos fundamentais, aqui se inserindo a prerrogativa de comunicar e de receber comunicação, afetando o radiodifusor e os usuários de seus serviços.

21. Tanto certo quanto evidente que a intempestividade não pode ser negada. No entanto, o Ministério

das Comunicações suprimiu o avoengo, e louvável, proceder de informar os entes radiodifusores, com necessária antecedência, sobre o vencimento de suas concessões ou permissões, o que não ocorreu.

22. Não obstante, remanescendo intacta a prestação do serviço, destaca-se o princípio da mínima intervenção nas outorgas de radiodifusão. Como já salientado na Nota/MC/Conjur/OLRJ/Nº 0550-1.13/2004, importa “acentuar que o constituinte revelou imensa preocupação com o papel social, político e econômico dessas concessões, imputando ao Poder Executivo a responsabilidade por sua outorga e renovação, mas, cometendo ao Legislativo a função de atribuir eficácia àqueles atos.

23. Conservar a possibilidade de renovação da outorga, haja vista existentes todas as demais condições normativas, exceto a temporal, é algo razoável ante o cotejo evidente dos meios e fins. Da mesma forma configura-se o posicionamento adotado na Nota/Conjur/OLRJ/Nº 1710-1.13/2004. Em reforço a esse princípio, note-se que a Constituição Federal somente admite o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, por força de decisão judicial (art. 223, § 4º). Não é por outro motivo que, de modo extremamente revelador quanto à opção por esse primado, “a Constituição Federal ignorou a tradicional diferença conceitual entre os institutos da concessão e permissão, ligada, basicamente, à precariedade da permissão, pois exigiu, em ambos os casos, que a não-renovação dependesse de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal” (MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretado** e legislação constitucional. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004. p.2.050).

24. Além do que, o interesse da requerente na renovação é patente, pois, pela análise dos autos verifica-se que a requerente juntou a documentação estabelecida no Decreto nº 88.066/83, que deu nova regulamentação à Lei nº 5.785/72, tratando dos requisitos e exigências para obtenção da renovação da concessão do serviço de Radiodifusão de som e imagem, no Ato Normativo nº 1, de 1999, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados; na Lei nº 8.212/1991, e na Lei nº 8.036/1990.

25. Está a requerente em dia com o Fistel (fls. 133) e encontra-se operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme Laudo de Vistoria Técnica da Anatel (fls. 42 a 51 e 73 a 87).

26. Também é regular a sua situação em face das Fazendas Estadual (fls. 39), Municipal (fls. 40), do INSS (fls. 38), e da Caixa Econômica Federal, gesto-

ra do FGTS (fls. 12), destacando-se que as certidões positivas com efeito de negativa apresentadas geram os mesmos efeitos da certidão negativa exigida para a presente renovação, tendo em vista a exegese do art. 206 do Código Tributário Nacional.

27. É preciso registrar que a solicitante deixou de comprovar adequadamente a quitação dos débitos de tributos e contribuições federais, limitando-se a juntar certidão emitida pela Receita Federal (fl. 37) deixando de apresentar certidão negativa expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Porém, a presente Consultoria, em homenagem ao Princípio Constitucional Explícito da Eficiência na Administração Pública, atesta a quitação dos respectivos débitos, anexando aos autos, juntamente ao presente parecer, a respectiva “Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União”.

28. Os últimos quadros societário e diretivo aprovados pelo Ministério das Comunicações, através das Portaria nº 30 de 2000, têm a seguinte composição:

COTISTAS	COTAS	VALOR (em R\$)
Pedro Irujo Yaniz	26.877	R\$26.877,00
Djalma Ribeiro da Costa Lino	123	R\$ 123,00
TOTAL	27.000	R\$27.000,00

CARGO	PESSOA EXERCENTE
Sócio - Gerente	Djalma Ribeiro da Costa

29. Recentemente, através de seu “Instrumento de Alteração Contratual e Consolidação do Contrato Social”, a requerente alterou seu quadro diretivo, investindo ao sócio minoritário Pedro Irujo Yaniz a qualidade de sócio-gerente, juntamente com o sócio majoritário, sem comunicação ao Ministério das Comunicações no prazo de 60 dias, conforme determinado no art. 38, **b**, da Lei nº 4.117/1962.

30. Quanto a este aspecto, cumpre ressaltar que a exigência prevista no art. 38, **b**, da Lei nº 4.117/1962 foi acrescentada pela Lei nº 10.610/2002, visando resguardar as normas previstas naquela lei, que dispõem sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, impondo à participação do capital estrangeiro nessas empresas um limite de 30% do capital total ou do capital votante.

31. Observa-se que as alterações efetivadas pela requerente não implicaram em alterações substanciais no seu quadro societário, não havendo alterações das pessoas físicas que detêm seu controle acionário, nem do percentual de quotas pertencentes a cada um, em comparação ao último quadro aprovado pelo Ministério das Comunicações, não implicando em qualquer violação aos limites da citada Lei nº 10.610/2002.

32. Face ao exposto, em atenção ao princípio da razoabilidade, não se pode recusar o direito à renovação da permissão requerida em razão do descumprimento de formalidade legal que não acarretou real prejuízo ao interesse público, considerando-se sanada a irregularidade verificada pela apresentação do atual quadro diretivo e societário da requerente no presente processo.

III – Da Conclusão

33. Diante do exposto, cumpridas as praxes processuais no que se refere à análise técnico-jurídica da matéria, não havendo óbice ao deferimento do pedido, propõe-se o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos próprios – Decreto e Exposição de Motivos – à consideração do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

34. Posteriormente, deverá a matéria ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante o disposto do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, para que o ato de renovação possa surtir seus efeitos legais.

35. Em se tratando de concessão, nos termos do art. 60 da Lei nº 5.785/72, compete ao Presidente da República decidir o pedido.

36. É o parecer, o qual submeto à apreciação do Sr. Coordenador Jurídico de Radiodifusão.

Brasília, 17 de outubro de 2005. – **Guilherme Salgado Lage**, Advogado da União – Conjur/MC.

De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Em 3-11-2005. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídico de Comunicação Eletrônica.

Aprovo. Encaminhe-se o presente processo acompanhado do respectivo ato ao gabinete do Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para as providências de sua alçada.

Em 17-11-2005. – **Marcelo Hobaika Bechara**, Consultor Jurídico.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2006

(Nº 2.202/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 143, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 83, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 143, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.

Brasília, 13 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 64 EM

Brasília, 12 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 054/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM Serrote Ltda. (Processo nº 53650.000666/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira**.

PORTARIA Nº 143, DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000666/2000, Concorrência nº 054/2000-SSR/MC, e do Parecer/Conjur/MC nº 431, de 20 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Jaguaruana, no Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO

RÁDIO FM SERROTE LTDA

SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

Brasileiro, Solteiro, Maior, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Santos Dumont nº 7.797 – Aptº 501 - Dunas, portador da identidade profissional nº 5.267, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará – OAB/CE, inscrito no CPF sob o número 122.358.143 - 87; e

LUIZ MOURA DA COSTA

Brasileiro, Casado, Representante Comercial, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Dr. Ratisbona nº 175 - Fátima, portador da cédula de identidade RG Nº 97002597174 – S.S.P./CE, inscrita no CPF sob o número 041.309.872 - 91.

CONSTITUEM,

Entre si, na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade se denominará **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, e terá por finalidade a execução dos serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda Média (O.M.), mediante autorização do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade ~~de acordo com o que~~ preceitua o Artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1965, ~~que~~

(Continuação do contrato social de constituição da **RÁDIO RMA SERROTE LTDA - fl. 02**)

instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportação dos encargos e sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da sociedade tem como endereço a cidade de **PACATUBA**, Estado do **CEARÁ**, na **Avenida José Guilherme nº 566 – Nova Pavuna**, podendo abrir e fechar agências, sucursais e escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre que assim convier, **NÃO TENDO FILIAIS PRESENTEMENTE.**

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir de **27 de Março de 2.000**. Se necessário for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da lei.

CLÁUSULA QUINTA

a) As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros;

b) Qualquer alteração contratual, assim como a transferência de cotas, dependerá de prévia autorização do Poder Concedente

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que impõem as leis, decretos, regulamentos, códigos ou decisões emanadas do Poder

(Continuação do contrato social de constituição da **RÁDIO FÁK SERROTE LTDA** – fl. 03)

Concedente e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão.

CLÁUSULA SÉTIMA

A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um mínimo de 2/3 (dois terços) de brasileiros ou brasileiros natos.

CLÁUSULA OITAVA

A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessão ou permissão de radiodifusão sonora em geral no País, além dos limites fixados pela legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA

O capital social é de RS 10.000,00 (Vinte Mil Reais), representado por 100 (Cem) cotas no valor de RS 100,00 (Cem Reais) cada uma, subscritas pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIO COTISTA	%	COTAS	(RS)
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA	50	50	5.000,00
LUIS MOURA DA COSTA	50	50	5.000,00
T O T A L	100	100	10.000,00

(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM SERROTE LTDA - fl. 04)

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com o Artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA

A integralização do capital social será efetivada pelos sócios da seguinte forma:

a) 10% (dez por cento), ou seja R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais), em moeda corrente nacional, neste ato;

b) O restante, ou seja 90% (noventa por cento), será integralizado no período de 02 (dois) anos de acordo com as necessidades de aquisição dos equipamentos indispensáveis ao funcionamento de uma emissora de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda Média (O.M.), tais como: transmissor, caixa de sintonia, torre, antenas, sala de áudio, discos e acessórios, assegurando, assim, a integralização total do capital social e o fiel cumprimento do prazo a ser estabelecido pelo Poder Concedente para a instalação da emissora a ser outorgada

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do capital social, consoante o que determina a lei.

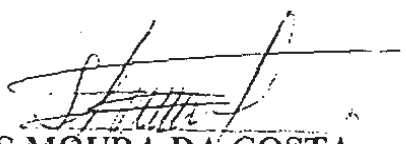
(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM SERROTE LTDA – fl. 05)

**CLÁUSULA
DÉCIMA-SEGUNDA**

A sociedade será administrada pelo sócio *LUIS MOURA DA COSTA*, na função de *DIRETOR - ADMINISTRATIVO*, o qual fará da firma judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar poderes especiais ou totais a terceiros através de procurações e mediante autorização do Poder Concedente.

PARÁGRAFO ÚNICO - No uso de suas atribuições, o Diretor – Administrativo, assinará da seguinte forma:

RADIO FM SERROTE LTDA


LUIS MOURA DA COSTA
Diretor - Administrativo

**CLÁUSULA
DÉCIMA-TERCEIRA**

Os sócios terão como remuneração quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do imposto de renda e que serão levadas à conta de despesas gerais.

(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM SERROTE LTDA - fl. 06)

**CLÁUSULA
DÉCIMA-QUARTA**

O uso da denominação social, nos termos da ~~CLÁUSULA~~ DÉCIMA - SEGUNDA deste instrumento, é vedado em fianças, aval e outros atos de favor estranhos aos interesses da sociedade, ficando o Diretor, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-QUINTA**

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, por força da lei, a sociedade automaticamente se dissolverá, sendo observados os dispositivos da lei. Cabendo aos herdeiros do sócio falecido o capital e os apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou a interdição depois de 06 (seis) meses após a aprovação do balanço geral anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) prestações mensais iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a aprovação dos citados haveres.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-SEXTA**

Os sócios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme Portaria nº 06/86, de 16/09/86, do D.N.R.C.

(Continuação do contrato social de constituição da ~~RADIO FMM~~
SERROTE LTDA – fl. 07)

**CLÁUSULA
DÉCIMA-SÉTIMA**

Os administradores da entidade serão brasileiros natos ^{ou} naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-OITAVA**

A 31 de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato de conta de lucros e perdas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os lucros ou prejuízos apurados em balanço geral anual serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas ou capital.

**CLÁUSULA
DÉCIMA-NONA**

Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da sociedade para a resolução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes contratantes.

(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM SERROTE LDA – fl. 08).

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10/01/19, a cuja observância, como as demais cláusulas deste contrato, se obrigam Diretora e Sócios Cotistas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

FORTALEZA (CE) 23 de Março de 2.000 .

→ SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

→ LUIS MOURA DA COSTA

TESTEMUNHAS:

25/03/2000
1.) CRISTIANO LIMA DE MENEZES
RG Nº 90002160094 – S.S.P./CE

Francisco Firmiano Braga
2.) FRANCISCO FIRMIANO BRAGA
RG Nº 8905007007306 – SSP/CE
com o original dou fé.



19 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Claudio Martins
T.º 1970

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2006**

(Nº 2.203/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 397, de 23 de agosto de 2005, que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda, para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 85, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 397, de 23 de agosto de 2005, que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

Brasília, 13 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula Silva.**

MC nº 258 EM

Brasília, 29 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 162/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação

de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53103.000154/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 397, DE 23 DE AGOSTO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000154/2002, Concorrência nº 162/2001-SSR/MC e do Parecer Conjur/MC/MGT nº 1263-2.29/2005, de 15 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. CONTRATO SOCIAL

JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua professor Nabuco Lopes, 63 Apartamento, 304 – Ed. Terra Mar – Jatiúca – Maceió/AL, identidade nº 1.251.714 – SSP/AL e CPF nº 140.494.905 – 44 e **ILDEFONSO ANTONIO TITO UCHÔA LOPES**, brasileiro, casado, químico industrial, residente e domiciliado no Condomínio Aldebaram, Alfa, D4 – Tabuleiro –, Maceió/AL, identidade nº 226.019 – SSP/AL e CPF nº 133.432.544-87, por este instrumento particular de contrato social, constituem uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, visando explorar serviços de radiodifusão, entidade esta que se regerá pela legislação em vigor, sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – A sociedade girará sob a denominação de **SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, e terá como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (Televisão), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA II – A Sede da Sociedade será na Av. Dona Constância, 205 – Jatiúca – Maceió/AL, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA III – O Foro da Sociedade será o da Comarca de Maceió/AL, eleito para conhecer e decidir em primeira instância, as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

CLÁUSULA IV – O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida pelo consentimento dos sócios, observando quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA V – O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ficando assim distribuído entre os cotistas:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
1. JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA	50.000	50.000,00
2. ILDEFONSO ANTONIO T. UCHÔA LOPES	50.000	50.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

CLÁUSULA VI – A subscrição e integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

a – 30% (trinta por cento) do capital, ou seja, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no ato da assinatura do presente instrumento;

b – Os restantes R\$70.000,00 (setenta mil reais) que serão integralizados, com o interesse da sociedade no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA VII – A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 2º in fine do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA VIII – As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA IX – As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA X – A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Primeiro – É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusivamente e nominalmente a brasileiros.

§ Segundo - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

CLÁUSULA XI - Os administradores da Entidade serão brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XII - O quadro de funcionários da Entidade será formado preferentemente de brasileiros, ou constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XIII - Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XIV - A sociedade será administrada por um ou mais de seus cotistas, sob a denominação que lhes couber, quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na Cláusula XI deste instrumento, aos quais compete, in solidum ou cada um de per si, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal, atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da Empresa.

CLÁUSULA XV - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Sócio-Gerente, o cotista **JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA XVI - O Sócio-Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição.

CLÁUSULA XVII - É expressamente proibido ao Sócio-Gerente, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social, assim como em nome da Sociedade, prestar fiança, cauções, avais ou endossos de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

CLÁUSULA XVIII - A título de pró-labore, o Sócio-Gerente poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre os cotistas que representem a maioria do capital social, para vigor num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural deste logo considerado para todos os fins, como encargo operacional da empresa, e, como tal, dedutível da receita bruta.

CLÁUSULA XIX - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado do ativo líquido, apurado em balanço, pelo número de cotas.

CLÁUSULA XX - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios exercido, ou não, o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XXI - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro a faculdade de optar entre:

- a - a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes ou,
- b - o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, de acordo com os termos da Cláusula XIX deste instrumento, caso, por motivo qualquer não possa ingressar na Sociedade.

CLÁUSULA XXII - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior, as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

CLÁUSULA XXIII - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91 do Decreto número 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto número 91.837/85.

CLÁUSULA XXIV - O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância para efeito de arquivamento no órgão público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XXV - O exercício social coincidirá com o ano civil ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XXVI - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXVII - A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas, recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XXVIII - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade a fim.

CLÁUSULA XXIX - Não sendo ou deixando de ser permissionária ou concessionária de serviço de radiodifusão, poderá alterar qualquer das cláusulas, sem consentimento prévio dos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XXX - O início das atividades da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim, por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram datilografar o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na anverso de 06 (seis) folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, após o que o levarão a registro no órgão competente, para que produza os efeitos legais.

Maceió/AL 04 de maio de 2000

[Signature]
JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA

[Signature]
ILDEFONSO ANTONIO TITO UCHÔA LOPES

**USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**

[Signature]
JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA
Sócio-Gerente

[Signature]
Arildo Carneiro de Sousa
Advogado
OAB/AL 4.315 CPF 48.128.114-8

TESTEMUNHAS:

1ª *[Signature]*
VANIA LINS UENON
CPF- 296 633 434-91

2ª *[Signature]*
ELIEDA OMEVA DE LIMA
408 224 194-91

CERTIFICO que a presente cópia fotostática e de igual teor ao original exibido, do que dou fé:

Maceió AL 27 MAR 2002

- 1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
- Celso Sarmento Pontes de Miranda
- Tabelião
- Mariana Pontes de Miranda L. de Farias
- Edilma Substituta
- Edilma Rangelino
- Escrevente

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE MACEIÓ
Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, N. 88
Centro - Maceió - Alagoas

RECONECO as firmas por semelhança de:
JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA, ILDEFONSO
ANTONIO TITO UCHÔA LOPES.....
Maceió, 08 de Maio de 2000
EM TESTEMUNHO DA VERDADE

CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA
- Tabelião Vitalício -
MARIANA PONTES DE MIRANDA L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta -
EDILMA RANGELINO
- Escrevente Autorizada
174789/02915002600188-1



CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO
Títulos e Documentos e P. Jurídicas - Maceió - AL

RUA TIBÚRCIO VALERIANO, 101/105 CENTRO - MACEIÓ - AL - CEP 57020-200

OFICIAL: LUMAR FONSECA DE MACHADO
SUBSTITUTO: LUIZ PAES FONSECA DE MACHADO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº 37792
O QUE CERTIFICO E DOU FÉ. *[Signature]*
MACEIÓ - AL 8 MAI 2000

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 397, DE 2006**

(Nº 2.206/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 467, de 24 de novembro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar, por 10(dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum – Açú, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 109, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 467, de 24 de novembro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.

Brasília, 23 de Fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 293 EM

Brasília, 30 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo, no Município de Apicum-Açú, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53720.000220/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 467, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º do art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000220/01 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1167 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo, com sede na Rua Principal, s/nº Povoado de Turirana – Centro, no município de Apicum-Açú, Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 01º33'01”S e longitude em 45º03'24”W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 186/2004/ RADCOM/DOS/SSCE/MC -APMC

Referência: Processo nº 53720.000220/01 protocolizado em 14-5-01.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária FM do Povo, município de Apicum-açú, Estado do Maranhão.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo, inscrita no CNPJ sob o número 04.390867/0001-51, no Estado do Maranhão, com sede na Rua Principal, s/nº – Povoado de Turirana – Centro, município de Apicum-Açú, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 9 de maio de 2001 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 9-4-01 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Principal, s/nº – Povoado de Turirana

na – Centro, no município de Apicum-açú, Estado do Maranhão, de coordenadas geográficas em 01°33'01”S de latitude e 45°03'24”W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas foram mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 68, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que pôr sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, V, VIII, da Norma nº 62/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 71 a 132).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 96/97, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 127 e 128. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 155 dos autos corresponde aos que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo,

• Quadro diretivo

Presidente: Rozinalva Viana Santos
 Vice-presidente: Cláudio Luis Lima Cunha
 Secretário-Geral: Manoel de Jesus Lopes Costa
 Tesoureiro: Cláudio Jorge Lima Cunha

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

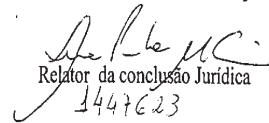
Rua Principal s/nº – Povoado de Turirana – Centro, Município de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.

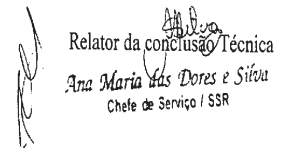
• Coordenadas geográficas

01°33'01" de latitude e 45°03'24" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 127 e 128, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 96 e 97 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53720.000220/01 de 14 de maio de 2001.

Brasília, 24 de junho de 2004.


 Relator da conclusão Jurídica
 1447623


 Relator da conclusão Técnica
 Ana Maria das Dores e Sifeu
 Chefe de Serviço / SSR

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2006

(Nº 2.207/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação De Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 532, de 17 de novembro de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 112, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 532, de 17 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 23 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 341 EM

Brasília, 23 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM, no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.001196/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 532, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.001196/98 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/ nº 1.836 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM, com sede na rua Marechal Floriano Peixoto,

nº 167, no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis-subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 32º01'27"S e longitude em 52º05'55"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 100/2005/ RADCOM/DOS/SSCE/MC – LHMB

Referência: Processo nº 53790.001196/98, protocolizado em 11-9-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM, Município de Rio Grande – RS, Estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM, inscrita no CNPJ sob o número 02.712.520/0601-52, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 167, Município de Rio Grande, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 9 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 5-11-1998 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Marechal Deodoro, nº 78, Cidade Nova, no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 32°01'46"S de latitude e 52°06'35"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 110, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, passando a constar: 32°01'27"S e 52°05'55" W no seguinte endereço: Rua General Bacelar, nº 224 – centro, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados (fls.315/316).

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a, c, f, g, m, o** da Norma Complementar nº01/2004, com-

provação de necessária alteração estatutária, Assentimento Prévio, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 112 a 331).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 315/316, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 332 e 333. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 334 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h, i e j** da Norma Complementar nº 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM;

• Quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Luiz Carlos Troina	Presidente
Júlio César Pereira da Silva	Vice-Presidente
Jacy Renato Silva da Silva	Secretário Geral
Antônio Braz da Silva Neto	2º Secretário
Maria das Dores Medeiros	1ª Tesoureira
Fátima Rosemary de Lima	2ª Tesoureira
Brasulino Correia da Silva	Diretor de Operações
Darcy Coelho Filho	Vice-Diretor de Operações
René de Souza Miguel	Diretor Cult. Com. Social
Gilmar da Rocha Bastos	Vice-Dir. Cult. Com. Social
Luiz Carlos Moreira Gomes	Diretor Patrimônio

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua General Bacelar, nº 224 – Centro, Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

• Coordenadas geográficas

32°01'27" de latitude e 52°05'55" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 332 e 333, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 315/316 e que se referem à localização da estação para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53790.001196/98, de 11 de setembro de 1998.

Brasília, de maio de 2005. – **Lúcia Helena Magalhães Bueno**, Relator da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 23 de maio de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 24 de maio de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 0100 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC, Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 30 de maio de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 399, DE 2006

(Nº 2.208/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 160, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 151, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da portaria nº 160, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 9 de março de 2006.



MC nº 162 EM

Brasília, 26 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53770.002016/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Oliveira.**

PORTARIA Nº 160, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro

de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.002016/98 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 660 – 1.08/2004 resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC, com sede na Praça São Fidélis, s/nº – Centro, no município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º38'46”S e longitude em 41º44'49” W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 127/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.770.002.016198, protocolizado em 1º de setembro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC, localidade de Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

I – Introdução

1. A Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC, inscrita no CNPJ sob o número 02.514.756/0001-84 no Estado do Rio de Janeiro, com sede na Praça São Fidélis, s/nº, Centro, cidade de São Fidélis, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 1º de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu trans-

missor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça São Fidélis, s/nº, Centro na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, de coordenadas geográficas em 21°38'46"S de latitude e 41°44'49"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 64 e 65, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, retificação da denominação na ata de fundação e no estatuto social da entidade, certidão cartorária comprovando o registro da ata de fundação

e do estatuto social da entidade, cópia do CNPJ e/ou Estatuto Social das entidades que apoiaram a iniciativa da entidade requerente, cópia do CNPJ retificado da requerente, declaração de que a entidade requerente não possui vínculos de subordinação com outra entidade e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 70 a 138).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 114 e 115, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 120 e 121. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade (ininteligível) no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 91 a 138 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, concluí a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC;

– Quadro diretivo

Presidente: João Benedicto Damiano Alonso;
Vice Presidente: Luiz Carlos Reis de Amorim;
Secretário: José Nilton Gomes Vieira;
Tesoureiro: Roberto Cabral Lopes;
Diretor de Patrimônio: Luiz Carlos Pontes;
Assessor Jurídico: Antônio Manoel Abreu Sardemberg.

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça São Fidélis, s/nº, Centro, cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

• Coordenadas geográficas

21°38'46" de latitude e 41°44'49" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 120 e 121, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 114 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.770.002.016/98, de 1º de setembro de 1998.

Brasília, 20 de abril de 2004. – **Lídia Souza El-Calab Moreira**, Relatora da conclusão Jurídica – **Maria Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2006

(Nº 2.209/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 8, de 5 de janeiro de 2006, que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 162, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 8, de 5 de janeiro de 2006, que outorga autorização à Sociedade Hervalense de Artes e Recreação para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 16 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC nº46 EM

Brasília, 17 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Sociedade Hervalense de Artes e Recreação, no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa

demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.004681/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 8, DE 5 DE JANEIRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, Interno, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004681/03 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 2090 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Sociedade Hervalense de Artes e Recreação, com sede na Rua Rafael Pinto Bandeira, nº 778, no município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 32º01'25"S e longitude em 53º23'44"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Tito Cardoso de Oliveira Neto.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 261/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.004681/03, protocolizado em 22 de abril de 2003

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Sociedade Hervalense de Artes e Recreação, município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Sociedade Hervalense de Artes e Recreação, inscrita no CNPJ sob o número 05.102.846/0001-56, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Rafael Pinto Bandeira, nº 778, no Município de Herval, dirige-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 3 de abril de 2003, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 28-1-04, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Meridional de Difusão Comunitária, Educativa e Cultural de Herval – Processo nº 53000.008804/03, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: O local proposto para a instalação do sistema irradiante, considerando as coordenadas geográficas indicadas pela requerente, se encontra a 3,818Km de distância das coordenadas geográficas constantes do Aviso, publicado no **DOU** de 28-01-

2004, ou seja está situado além do raio máximo de 1Km, em infringência ao disposto no subitem 5.1 alínea **g** da Norma Complementar 01/2004, estando em desacordo com as especificações técnicas da citada convocação, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 18.772, datado de 18 de novembro de 2004 e 622 de 16 de fevereiro de 2005, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-02-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Rafael Pinto Bandeira, nº 778, no município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 32°01'25"S de latitude e 53°23'44"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 87 e 88, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom as coordenadas geográficas são as mesmas que a tomaram selecionada.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do

cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a**, **c**, **d** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e Certidão Cartorária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 132 a 205).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 138 e 139, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 167 e 168. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 207, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar 1/2004 e ainda, demais declarações e docu-

mentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Sociedade Hervalense de Artes e Recreação;

– Quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Nataniel Falconiere de Almeida	Presidente
Serlem Costa	Vice-Presidente
Maria Édna da Silva Larré	Secretária e Tesoureira

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Rafael Pinto Bandeira, 778 – Centro, município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul;

– Coordenadas geográficas

32°01'25" de latitude e 53°23'44" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 167 e 168, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 138 e 139 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Sociedade Hervalense de Artes e Recreação, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.004681/03, de 22 de abril de 2003.

Brasília, 8 de novembro de 2005. – **Vilma de Fátima Alvarenga Faria**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 8 de novembro de 2005. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 401, DE 2006

(Nº 2.226/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 650, de 22 de dezembro de 2005, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 216, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 650, de 22 de dezembro de 2005, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 4 de abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 4 EM

Brasília, 4 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI, no Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.000489/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Tito Cardoso de Oliveira Neto.**

PORTARIA Nº 650, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000489/01 e do Parecer/MC/Conjur/ABM/nº 0265 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI, com sede na Rua Avelino Ludwig, nº 35, Centro, no Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º29'29"S e longitude em 49º25'19"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

INFORMAÇÃO Nº 1.921/2004 – RADCOM/DOS/SSCE/MC – SLP

Referência: Processo nº 53.740.000.489-61 de 27-7-2001

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Interessado: Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI, na localidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina.

Conclusão: Processo instruído.

Trata-se o presente processo de pedido de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina, formulado pela Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI.

Em decorrência da análise da documentação instrutória do processo em epígrafe e de acordo com a Nota/MC/Conjur/MRD/nº 0912 – 1.08/2004, datada de 11-8-2004, foram apontadas as seguintes pendências: necessidade de retificação da denominação no Relatório, alteração do endereço da sede, menção do cargo de vice-diretora cultural e de comunicação social, alteração estatutária e esclarecimento a respeito do item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação, tendo em vista que as coordenadas não são as mesmas do Aviso.

Desta forma, seguiram-se diligências para a apresentação da alteração estatutária, tendo sido a mesma encaminhada pela Requerente.

Salientamos que a denominação da Entidade é Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI e que está sediada à Rua Avelino Ludwig, nº 35, Centro.

Em relação ao quadro diretivo, está composto da seguinte forma:

Presidente: Adriano da Cunha
Vice-Presidente: Worli José Becker
Secret. Geral: Antônio Oscar Laurindo Junior
2º Secret.: Atair Francisco de Andrade
1º Tesoureiro: Valdecir Luiz Goedert
2º Tesoureiro: Aldori Kreusch
1º Dir. Operações: Élcio José Goedert
Vice-Diretor de Operações: Evanildo Soares
Dir. Cult. de Comum. Social: Nilberto Sezerino
Vice Cir. Cult. e Com. Social: Neuza Sebold Esser
Dir. de Patrimônio: Marcos de Souza.

Esclarecemos que as coordenadas, inicialmente apresentadas não são as mesmas constantes no Roteiro de Instalação da Estação, vez que a Entidade alterou o local de instalação do sistema irradiante, alterando dessa forma as referidas coordenadas, conforme documentos

de fls. 144, 145 e 238. As novas coordenadas apresentadas foram arredondadas, para constarem com dois dígitos inteiros. Os dados foram analisados e acatados por este Departamento, conforme documentos de fls. 296 e 297. Desta forma, entendemos ter complementado a documentação instrutória do processo.

Frente ao saneamento do processo e ainda, considerando o Relatório nº 199/2004 – DOSR/SSR/MC, este Departamento conclui que toda a documentação constante dos autos encontra-se de acordo com a legislação atinente.

Face ao exposto, faz-se mister o retorno dos autos à Consultoria Jurídica, para apreciação do relatado, no sentido de conceder a Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

Brasília, 27 de outubro de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 27 de outubro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo a Informação nº I.921/2004/Radcom/DOS/SSCE/MC – SLP. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 27 de outubro de 2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2006

(Nº 2.230/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 537, de 17 de novembro de 2005, que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 208, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 537, de 17 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

Brasília, 4 de abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC nº 342 EM

Brasília, 23 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB, no Município de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53720.000135/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do

presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 537, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000135/02 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/nº 1789 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB, com sede na Rua Antônio Lisboa, nº 213, no Município de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 1º13'39"S e longitude em 48º17'42"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 157/2005/ RADCOM/DOS/SSCE/MC – LHMB

Referência: Processo nº 53720.000135/02 protocolizado em 25-3-2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB. Município de Santa Bárbara do Pará – AFASB, Município de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

I – Introdução

1. A Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB, inscrita no CNPJ sob

o número 04.798.243/0001-78, no Estado do Pará, com sede na Rua Antônio Lisboa, nº 213, Município de Santa Bárbara do Pará, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 22 de março de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 28-1-2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou teu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos.

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos senão instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Agostinho Gomes, s/nº – centro, no município de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará, de coordenadas geográficas em 01º10'05,87"S de latitude e 48º18'07,23"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 94/95, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço

proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, passando a constar: 01°13'39"S e 48°17'42"W no seguinte endereço: Rua Antônio Lisboa, nº213 – centro, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme fls. 126.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **g**, **m**, **o** da norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, declaração do endereço da sede, bem como Certidão Cartorária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 97 a 224).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 126, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas nº 215 e 216. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 225 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade; e Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB,

– Quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Antônia Mônica Rodrigues Fortes	Presidente
Davi Salomão Alves Costa	Vice-Presidente
Eunides da Silveira Barbosa	1ª Secretária
Kleber Santos dos Santos	2º Secretário
Ana Júlia Leão Soares	1ª Tesoureira
Jackson Barata da Silva	2º Tesoureiro
Claudinéia Silva Barros	Diretor de Patrimônio
Rubens de Souza Rocha	Diretor Social e Desportivo

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Antônio Lisboa, nº 213 – centro, Município de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

– Coordenadas geográficas

01°13'39" de latitude e 48°17'42" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 215 e 216, bem

como “Formulário de Informações Técnicas” – fls 126 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53720.000135/02 de 25 de março de 2002.

Brasília, de julho de 2005. – **Lúcia Helena Magalhães Bueno**, Relatora da conclusão Jurídica, Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária, mat. 2312714, SERAC/CORAC/DEOC/SC – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da Conclusão Técnica, Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária, mat. 1320958, SENGRCORAC/DEOC/SC.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 28 de julho de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 28 de julho de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 157/2005/Radcom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 29 de julho de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 403, DE 2006

(Nº 2.231/2006, Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 617, de 1º de dezembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 191, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 617, de 1º de dezembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 27 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 388 EM

Brasília, 20 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.007034/2002, de interesse da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que levou este Ministério a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 617, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o § 1º do art. 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007034/2002, e do Parecer/MC/Conjur/MGT/nº 909 – 1.07/2005, de 27 de maio de 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

PARECER Nº 255/2004/COSUD/CGSA/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.007034/2002

Interessada: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa.

Ementa: Independe de licitação pública a outorga para serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa. Atendimento as exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-99.

Conclusão: Pelo deferimento.

I – Dos Fatos

1. A Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações com sede na Av. João de Camargo, nº 510, na Cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, CEP 37540-000, requer, nos presentes autos, que seja-lhe outorgada permissão para executar Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa, utilizando o Canal 300E disponível no Plano Básico de Distribuição de Canais (fls. 105), na Cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

2. O Estatuto da entidade, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas Títulos e Documentos e Registro de Protesto de Títulos, Comarca de Santa Rita do Sapucaí, Livro A2, preenche os requisitos do Código Civil e se encontram de acordo com a legislação específicas de radiodifusão (fls. 144/161).

3. De acordo com a Ata de Assembléia Extraordinária da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações, registrada no cartório de Santa Rita do Sapucaí – MG, sob nº 6.408 e 8.293 – livro A-02, na Cidade de Santa Rita do Sapucaí (fls. 36 e 184), o quadro diretivo é o seguinte:

NOME	CARGO
Adonias Costa da Silveira	Presidente
Wander Wilson Chaves	Diretor Executivo

CONSELHO DIRETOR:

ADONIAS COSTA DA SILVEIRA	PRESIDENTE
NAVANTINO DIONIZIO BARBOSA FILHO	VICE-PRESIDENTE
JOSÉLIO SOUSA DE SÁ	DIRETOR-VOGAL
JOSÉ FRANCISCO DA ROSA	DIRETOR-VOGAL
JÚLIO CÉSAR TIBURCIO	DIRETOR-VOGAL
JOSÉ PAULO FASARELLA	SUPLENTE
MELQUISEDEC FRANCISCO DA SILVA	SUPLENTE

4. A documentação pertinente aos diretores foi anexada aos autos, encontrando-se às fls. 47/52 e 178/182.

II – Do Mérito

5. A outorga de permissão para executar Serviço de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra **a** do inciso XII do artigo 21).

6. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 3-10-1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **in verbis**:

“Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

7. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão de sons e imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

8. A documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores está completa e em ordem.

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quer quanto aos sócios, quer quanto a seus diretores, conforme declarações das fls. 16, 22, 28 e 34.

10. A entidade apresentou declaração constante às fls. 46, dos autos, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria interministerial nº 651, de 15-4-1999, perante o Ministério das Comunicações.

11. Releva ressaltar que a Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações (FINATEL), já atua diretamente com o sistema de ensino, voltado à pesquisa e extensão nas áreas de ciência e tecnologia, cooperando com os órgãos governamentais na preparação e formação de pessoal especializado para implantação, operação e desenvolvimento do sistema nacional de telecomunicações, além de possuir sua sede na localidade de Santa Rita do Sapucaí, elementos estes que se identificam com o enfoque previsto no art. 1º da Portaria interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.

12. De acordo com os registros existentes neste Ministério, as entidades abaixo formularam igual pedido de outorga para o serviço com finalidade educativa para a localidade de Santa Rita do Sapucaí/MG:

– Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão, Processo nº 53710.000705/2002; atualmente com documentação incompleta.

– Fundação Educativa e Cultural de Radiodifusão, Processo nº 53710.001045/1995; atualmente com documentação incompleta.

– Fundação Brasil Cultural – FUNBRAC, Processo nº 53.830.000466/2002; atualmente com documentação incompleta.

III – Conclusão

13. Diante do exposto, tendo em vista que o presente processo está devidamente instruído, e em conformidade com os dispositivos legais que regem

a matéria, o pedido poderá ser deferido a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

14. Posteriormente à decisão da outorga, se for o caso o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para a apreciação do ato, conforme dispõe a Constituição Federal (§ 1º art. 223).

É o parecer **sub-censura**.

Brasília, 28 de maio de 2004. – **Vânea Rabelo**, Coordenadora de Radiodifusão região Sudeste e Distrito Federal – **Rodrigo Mendes de F. Correia**, Estagiário de Direito.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2006

(Nº 2.233/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 644, de 22 de dezembro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 161, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 644, de 22 de dezembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 16 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 8 EM

Brasília, 4 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu, no Município de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.020204/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Tito Cardoso de Oliveira Neto**.

PORTARIA Nº 644, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.020204/03 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1366-108/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu, com sede na Rua Padre Afonso Correa, nº 8, sala 01 – Centro, no Municí-

pio de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º24'00"S e longitude em 53º28'02"W, utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO Nº 130/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.020204/03 protocolizado em 27 de julho de 2003.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu, Município de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu, inscrita no CNPJ sob o número 05.763.232/0001-15, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Padre Afonso Correa, 8 – Sala 1 – Centro, Município de Taquaruçu do Sul, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 18 de julho de 2003 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 28 de janeiro de 2004, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha I, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Monsenhor Vitor Batistela, 120, Sala 2, no Município de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 27°53'57"S de latitude e 53°27'58"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise mediante Serviço Público Federal de 9 de setembro de 2003.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 351 e 352, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom houve justificativa às folhas 455.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a**, **b**, da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e Certidão Cartorária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 422).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 451 e 452,

firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 454 e 455. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 457, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98, e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu;

– Quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Alfredo Blanco Alves	Presidente
Abílio Argenta	Vice-Presidente
Edmundo Agostinho Dalla Nora Zanon	1º Secretário
Elino Ficagna	2º Secretário
Vilson Sonchiado	1º Tesoureiro
Airton Inácio Jung	2º Tesoureiro
Marcos Antônio Lazarotto	Diretor de Operações
Ilário Botton	Vice Dir. Operações
Belonir Sponchiado	Dir. Cult. Com. Social
Roselene Marion	Vice Dir. Cult. Com. Social
Ademir Dimas Argenta	Diretor de Patrimônio

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Monsenhor Vitor Batistela, 98 – Centro, Município de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

– Coordenadas geográficas

27º24'00" de latitude e 53º28'02" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de

Análise de Instalação da Estação" – fls. 454 e 455, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 451 e 452 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.020204/03 de 22 de julho de 2003.

Brasília 4 de julho de 2005. – **Vilma de Fátima Alvarenga Fanis**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 4 de julho de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 4 de julho de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 0136/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

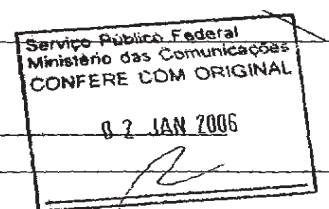
Brasília, 5 de julho de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Comunicação Eletrônica.

RELAÇÃO DE PROCESSOS CONCORRENTES PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

MUNICÍPIO: TAQUARUÇU DO SUL	UF: RS
SELECIONADA: Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu	
Nº DO PROCESSO: 53000.020204/03	
Critérios adotados para seleção: Atendimento aos preceitos da Lei 9612/98 de 19/02/1998, ao Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/98 de 03/06/1998, à Norma Complementar 02/98, aprovada pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 191 de 06/08/1998 e alterada pela Portaria nº 83 de 19/07/1999.	

SEM CONCORRENTES – ÚNICA INTERESSADA NA LOCALIDADE

Brasília, 04 de julho de 2005	
Responsável:	<i>Vilma Alvarenga Fanis</i> Vilma Alvarenga Fanis Stape: 1366009



PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº1.366-1.08/2005**Processo:** 53000.020204/03 – RS**Ementa:** Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária. A documentação apresentada obedece os padrões legais. Pelo deferimento do pedido.**I – Introdução**

1. Vem a esta Consultoria Jurídica o processo em referência **sub examen**, por despacho do Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, em que o Diretor do Departamento de Outorga de Serviços, ao concluir a instrução do mencionado processo administrativo – consubstanciando-se no Relatório nº 0130/2005-RADCOM/DOS/SSCE/MC – (fls. 458 a 462) – opina pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu, no Município de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, “no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas (...)” no respectivo processo administrativo.

2. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência “Das Consultorias Jurídicas” no contexto da Advocacia-Geral da União.

II – Fundamentos Legais e Normativos

3. A requerente manifestou interesse “...em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 Km”, com centro localizado de acordo com o indicado no item 10 do mencionado Relatório, onde pretende instalar o sistema irradiante de sua estação, solicitando, também, em seguimento, a designação de canal para a prestação do serviço nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

4. Da análise da documentação apresentada, em atendimento aos preceitos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, da Norma Complementar nº 02/98, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, constatou-se o seguinte:

- a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu do Sul foi a única a demonstrar interesse na prestação do serviço naquele Município, conforme as informações prestadas no item 3, do Relatório, fls. 459;

- os atos constitutivos da entidade, sua personalidade jurídica, compreendendo as atas de constituição e de eleição dos dirigentes, o seu Estatuto Social, declarações de responsabilidade firmadas por seus dirigentes, bem como manifestações de apoio da respectiva comunidade, entre instituições e pessoas jurídicas da localidade, estão de acordo com as normas, como depreende do item 9 do Relatório;

- as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada nos presentes autos, estão de acordo com o estabelecido na legislação, basicamente as regras da Norma nº 2/98, a teor dos itens 5 a 8 do Relatório.

III – Conclusão

Ex positis concludo que a documentação apresentada pela requerente está em conformidade com a legislação que regula os atos de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga deverá seguir os preceitos do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

Finalmente, resta o encaminhamento do processo e propostas do ato correspondente à apreciação do Ex^{mo} Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

O Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223, da Constituição, deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando produzir seus efeitos legais.

À superior consideração.

Brasília, 1º de setembro de 2005. – **Geralda Aparecida Teixeira**, Assistente.

De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Em 2005. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica.

Aprovo. Encaminhe-se o presente processo, acompanhado dos respectivos atos ao Gabinete do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

Em 20-12-2005. – **Marcelo Bechara de S. Hobaixa**, Consultor Jurídico.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 405, DE 2006**

(Nº 2.241/2006, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão à
Fundação Cândido Garcia para executar ser-
viço de radiodifusão de sons e imagens na
cidade de Umuarama, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de março de 2006, que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 328, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 13 de março de 2006, que “Outorga concessão à Fundação Cândido Garcia, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Umuarama, Estado do Paraná”.

Brasília, 9 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 93 EM

Brasília, 24 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53740.001168/2000, de interesse da Fundação Cândido Garcia, objeto de concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

2. O Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, em seu art. 1º, inciso V, outorgou concessão à Fundação WALPECAR – Waldevino Pereira de Carvalho para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Umuarama, Estado do Paraná, através do mesmo canal (51+E).

3. No entanto, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.612, de 2002, referente a tal ato de outorga, foi arquivado pela Câmara dos Deputados, em razão de sua anti-juridicidade, conforme comunicado a esta Pasta

pelo Aviso nº 1.031-C.Civil, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

4. Destarte, afigura-se necessária a revogação do supra mencionado dispositivo, a fim de viabilizar a outorga da concessão em questão à Fundação Cândido Garcia.

5. De acordo com o art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

6. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 13 DE MARÇO DE 2006

Outorga concessão à Fundação Cândido Garcia, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.001168/2000, Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Cândido Garcia para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Fica revogado o inciso V do art. 1º do Decreto de 6 de setembro de 2001, que outorgou concessão à Fundação WALPECAR – Waldevino Pereira de Carvalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de março de 2006; 185º da Independência e 118º da República – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

PARECER Nº 3/2005/CGSA/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53740.001168/2000

Interessada: Fundação Cândido Garcia

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens para fins educativos.

Ementa: Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Conclusão: À apreciação da Douta Conjur.

I – Dos Fatos

A Fundação Cândido Garcia, com sede no Município de Umuarama, Estado do Rio Grande do Sul, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Umuarama/PR, mediante utilização do canal 51-E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira que estipulou, dentre seus objetivos, executar e manter serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação que tutela os serviços de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente registrada junto ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob o nº 1.222, do livro A/PJ, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

O cargo de Diretor Presidente está ocupado pelo Sr. Cândido Garcia, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

Compõem a Diretoria Executiva da entidade, ainda, a Sra. Neiva Pavan Machado Garcia (Vice-Presidente), o Sr. José de Oliveira (Tesoureiro) e a Sra. Odethe Alves de Oliveira (secretária).

II – Do Mérito

A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está prevista na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea **a**).

É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo, competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço.

A concessão do canal 51-E, pleiteado pela Requerente, foi outorgada à Fundação WALPECAR – Waldevino Pereira de Carvalho, através de portaria exarada nos autos do processo nº 53000.007612/2000.

Por intermédio do Aviso nº 1.031 – C. Civil, foi encaminhada ao Ministério das Comunicações cópia da Mensagem nº 33 de 2004, através da qual o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados comunica o arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.612, de 2002, referente ao ato que outorga a concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos no Município de Umuarama, Estado do Paraná, à Fundação WALPECAR – Waldevino Pereira de Carvalho, em virtude de injuridicidade do referido Projeto.

A Carta Magna, prevê no § 3º, de seu artigo 223, **verbis**:

“Art. 223. (...)
(...)”

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores”.

Assim, nos termos do dispositivo constitucional, a eficácia do correspondente ato de outorga está condicionada à deliberação do Congresso Nacional.

Não obstante a existência do óbice supra relatado, a documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores encontra-se em ordem, atendendo o determinado pelo artigo 15, do Decreto nº 52.795/63 e aos demais dispositivos legais aplicáveis.

A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

O regulamento dos serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe deu o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado

no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão para fins exclusivamente educativos.

O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração nos autos (fls. 78).

Não há concorrentes para outorga de permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela localidade.

III – Conclusão

Diante de todo o exposto, estando o processo devidamente instruído e relatado, em observância aos dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, sugerimos o envio destes autos à Douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para apreciação.

É o parecer, sub censura.

Brasília, 4 de janeiro de 2005. – **Denise Menezes de Oliveira**, Advogada.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 4 de janeiro de 2005. – **Vanea Ribeiro**, Coordenadora-Geral de Outorga Serviços de Áudio, Substituta.

Encaminhe-se o processo ao Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 4 de janeiro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Encaminhem-se os presentes autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 4 de janeiro de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 406, DE 2006

(Nº 2.268/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n 73, de 8 de março de 2006, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Ara-

guari – AP a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 355, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 73, de 8 de março de 2006, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cutias, Estado do Amapá.

Brasília, 11 de maio de 2006.



MC nº 99 EM

Brasília, 22 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP, no Município de Cutias, Estado do Amapá, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto

com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000205/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 73, DE 8 DE MARÇO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei Nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53100.000205/04 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 0161 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP, com sede na Rua Manoel Raimundo Pereira, s/nº – Centro, no Município de Cutias, Estado do Amapá, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 00º59'15" S e longitude em 50º48'12" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0004 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53100000205/04 protocolizado em 15-3-04.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP, Município de Cutias, Estado do Amapá.

I – Introdução

1. A Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP inscrita no CNPJ sob o número 06.118.911/0001-02, no Estado do Amapá, com sede na Rua Manoel Raimundo Pereira, s/nº, centro, Município de Cutias, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 5 de Março de 2004 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 28 janeiro de 2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• Atos Constitutivos da Entidade/Documents Acessórios e Aspectos Técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em

área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Manoel Raimundo Pereira, s/nº, centro, no Município de Cutias, Estado do Amapá, de coordenadas geográficas em 00º59'15"S de latitude e 50º48'12"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 148, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1, alíneas **c,h,i,j** da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 154 a 207).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 134, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 150 e 151. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 207, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados

às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h,i e j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP;

– Quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Vili Souto de Melo	Diretor Geral
Hélia Pereira Amoras de Melo	Diretora Administrativa
Altair José Almeida Costa	Diretor de Operações

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Manoel Raimundo Pereira, s/nº, centro, Município de Cutias, Estado do Amapá.

– Coordenadas geográficas

00º59'15" de latitude e 58º48'12" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 150 e 151, bem

como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 134 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53100.000205/04 de 15 de março de 2004.

Brasília, 12 de janeiro de 2006. – **Luciana Coelho Costa**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 12 de janeiro de 2006. – **Alexandra Luciana Costa**, Diretora do Departamento de Outorga de Serviços Substituta.

Aprovo o Relatório nº /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 12 de janeiro de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 407, DE 2006

(Nº 2.236/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.918, de 16 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 94, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Ex-

posição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.918, de 16 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

Brasília, 15 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC Nº 283 EM

Brasília, 5 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.008091/2000, de interesse da Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira**.

PORTARIA Nº 2.918, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.008091/2000, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

Art. 2º A permissão ora outorgada rega-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

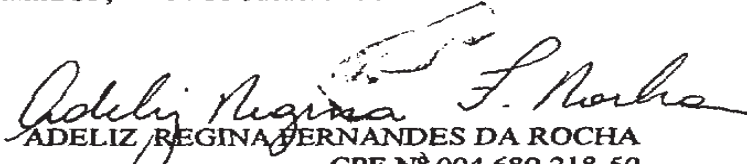
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Juarez Quadros do Nascimento.

FUNDAÇÃO CULTURAL NIVALDO FRANCO BUENO **ATA DE REUNIÃO** **DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO.**


Aos quatorze dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Andradina, Estado de São Paulo, na Rua Homero Rodrigues Silva, 1092 – ANDRADINA/SP, ADELIZ REGINA FERNANDES DA ROCHA, ALEXANDRA FERNANDES ROCHA RICCIARDI, CESAR ANTÔNIO RICCIARDI, MARCELO FERNANDES ROCHA, CAROLINA EMATNE RANGEL ROCHA, MÁRCIO FERNANDES ROCHA, ADÉLIA VIANNA PARANHOS FERNANDES, MANUEL CARLOS VIANNA PARANHOS, DÉBORA DO ESPÍRITO SANTO PARANHOS, JOSÉ GOMES DA SILVA, WASHINGTON ANTÔNIO GALDINO DA COSTA, SAMUEL FRANCO DA ROCHA, ARNALDO DE JESUS FERNANDES, OLGA MARIA AVERSA FERNANDES, EDMILSON DOURADO DE MATOS, reuniram-se em Assembléia Geral para deliberar sobre a constituição da primeira diretoria da **FUNDAÇÃO CULTURAL NIVALDO FRANCO BUENO**, conforme dispõe seus Estatutos. Dando início aos trabalhos foi indicada para presidir os trabalhos da sessão a Sra. ADELIZ REGINA FERNANDES DA ROCHA, que, por sua vez, nomeou a Sra. ALEXANDRA FERNANDES ROCHA RICCIARDI para secretariar. A seguir submetidos à votação os nomes dos presente para a constituição da primeira Diretoria da Fundação, foram eleitos para Diretora Presidente – Sra. ADELIZ REGINA FERNANDES DA ROCHA, brasileira, casada, professora, identidade nº 5.644.539-SSP/SP e CPF nº 004.680.218-50, Diretor Vice-presidente MÁRCIO FERNANDES ROCHA, brasileiro, radialista, solteiro, identidade nº 18.713.764 e CPF nº 165.485.478-61, Diretor Secretário – Sra. CAROLINA EMATNE RANGEL ROCHA, brasileira, casada, dentista, identidade nº 26.436.002-3 e CPF nº 213.382.048-58, Diretor Administrativo e Financeiro – Sr. MARCELO FERNANDES ROCHA, brasileiro, casado, radialista, identidade nº 18.713.765 – SSP/SP e CPF nº 252.885.138-30, montada a Diretoria, ficou deliberado que a investidura dos eleitos nos referidos cargos se dará após a aprovação de seus nomes pelo Ministério das Comunicações e pelo Ministério Público, conforme determina a legislação específica que rege a matéria. Dando prosseguimento aos trabalhos, a Sra. ADELIZ REGINA FERNANDES DA ROCHA, Diretora Presidente, colocou em votação a eleição dos membros do Conselho Fiscal, tendo sido eleitos, por unanimidade, como Membros efetivos o Sr. WASHINGTON ANTÔNIO GALDINO DA COSTA, brasileiro, casado, funcionário público, identidade nº 3.999.587 e - CPF Nº 311.511.088-04, Sr. ARNALDO DE JESUS FERNANDES, brasileiro, casado, médico, residente na Rua Santos Dumont, 1.937 Aptº 92 – Toledo/PR, identidade nº 6.452.570-SSP/PR e CPF nº 827.516.848-15, ALEXANDRA FERNANDES ROCHA RICCIARDI, brasileira, casada, administradora de empresa, residente na Rua Mato Grosso – 101 – Bl. 1 Aptº 42 – Andradina/SP, identidade nº 18.713.763-SSP/SP e CPF nº 067.346.638-84, e como Membro suplente Sr. SAMUEL FRANCO DA ROCHA, brasileiro, casado, aposentado, residente na Rua Silveira Martins, 418 – Vila Falcão – Bauru/SP, identidade nº 3.868.454-SSP/SP e CPF nº 639.926.558-49. Logo após colocou também em votação a eleição dos Membros do Conselho Curador, tendo sido eleitos, como efetivos o Sra

ADÉLIA VIANNA PARANHOS FERNANDES, brasileira aposentada, viúva, residente na R. Antônio Alves, 25-25 Aptº 701 – Bauru/SP, identidade nº 4.800.762 e CPF Nº 120.143.688-56. MANOEL CARLOS VIANNA PARANHOS, brasileiro, casado, aposentado, residente na Rua Graúna, 148 Aptº 41 – Moema – São Paulo, identidade nº 2.794.234, e CPF 026.107.368-00, DÉBORA DO ESPIRITO SANTO PARANHOS, brasileira, casada, aposentada, residente na Rua Graúna, 148 Aptº 41 – Moema, identidade nº 232.956, e CPF Nº 026.107.108-44, como Membro Suplente Sra. OLGA MARIA AVERSA FERNANDES, brasileira, casada, do lar, residente na Rua Santos Dumont, 1937 Aptº 92 – Toledo/PR, identidade nº 6.061.580-2 e CPF nº 048.052.888-84,. A seguir foi colocado em votação os Membros do Conselho de Programação, sendo eleitos Sr. CÉSAR ANTÔNIO RICCIARDI, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua Mato Grosso, 101 Bl. 1 Aptº 42 – Andradina/SP, identidade 18.357.811 e CPF nº 045.667.868-97, , MÁRCIO FERNANDES ROCHA, brasileiro, solteiro, radialista, identidade nº 18.713.764, CPF nº 165.485.478-61, EDMILSON DOURADO DE MATOS, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua Projetada 138 – CECAP – Andradina/SP, identidade nº 12.667.815, CPF nº 004.685.358-88, MARCELO FERNANDES ROCHA, brasileiro, casado, radialista, residente na Av. Saudade, 999 Aptº 32 – Araçatuba/SP, identidade nº 18.713.756 e CPF nº 252.885.138-30. Finalmente, a palavra foi dada a quem quisesse e não houve manifestação, portanto deu-se por encerrada a Assembléia. Lavrando-se a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai por todos os presentes assinada, devendo ser publicada no Diário Oficial, para que produza seus efeitos legais.

Andradina/SP, 14 de outubro de 1999

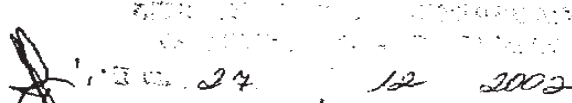

ADELIZ REGINA FERNANDES DA ROCHA
CPF Nº 004.680.218-50


ALEXANDRA FERNANDES ROCHA RICCIARDI
CPF Nº 067.346.638-84


CESAR ANTÔNIO RICCIARDI
CPF Nº 045.667.868-97


MARCELO FERNANDES ROCHA
CPF Nº 252.885.138-30


CAROLINA EMATNE RANGEL ROCHA
CPF Nº 213.382.048-58


12 2002

SECRETARIA DE INTERIORES
Sra. EUGÊNIA JANCZYK
Esp. Assessoria
Andradina - SP

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 387 a 407, de 2006**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do **Parecer nº 34, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, inciso II, alínea **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no art. 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos e de Educação, respectivamente, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que os Requerimentos:

Nºs **233, 234 e 235**, de 2006, lidos na sessão de 7-3-2006;

Nº **291**, de 2006, lido na sessão de 20-3-2006;

Nº **451**, de 2006, lido na sessão de 19-4-2006; e

Nº **507**, de 2006, lido na sessão de 3-5-2006;

Foram despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entretanto, antes da manifestação daquele Órgão técnico, os seus objetivos foram atendidos.

Nestas condições, os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as instituições brasileiras passam por um momento delicado, não propriamente pela estabilidade institucional que adquirimos e que a crise ou as crises não conseguiram abalar, mas porque vários membros, especialmente do Congresso Nacional, têm sido sistematicamente atingidos pelos mais variados escândalos.

A importância do mandato parlamentar é inquestionável. Não podemos, de forma alguma, ter um desencanto por parte da população em relação à atuação parlamentar, em relação à importância do Parlamento. O Parlamento é soberbo e tem funções vitais como a de fiscalizar o Poder Executivo, de manter a estabilidade, com a elaboração de leis e com a revogação de outras, e até de promover investigações quanto a seus próprios membros e quanto a irregularidades praticadas nos Poderes da União.

Por isso, a perda de um mandato é de uma gravidade extraordinária. Primeiro, porque quem faz a escolha do Parlamentar é o eleitor. É aquele que vota em um conjunto de proposta e de idéias esperando que o Brasil possa ir adiante e melhorar. E muitos Parlamentares têm se descuidado dessa verdadeira missão que a Constituição nos confia e que também devemos trilhar.

Sr. Presidente, sempre digo que foram os políticos que atolaram o Brasil, serão os políticos que vão retirar o Brasil desse mar de lama em que ele se encontra. Por isso, sou contra todo tipo de campanha que vise colocar o Parlamentar na vala comum. Dizer que não vai votar, que vai votar em branco, que vai votar nulo é um descompasso terrível, porque alimenta a idéia de que a instituição do Poder Legislativo é fracassada e falida; alimenta a idéia do golpe; alimenta a idéia do totalitarismo. E, na realidade, o Parlamento é imprescindível para que o País possa funcionar muito bem.

Dentro do Senado Federal e dentro dos Parlamentos de maneira geral, temos algumas Comissões funcionando. No Senado, propriamente dito, temos, em relação ao comportamento dos Senadores, a Corregedoria, que fiscaliza o comportamento do Senador na Casa, se ele está dando bom exemplo, se ele foi descortês, se ele faltou com o relacionamento que lhe é devido, se ele

cometeu alguma falta. A Corregedoria, que tem aqui no Senado como Corregedor-Geral o nosso querido Romeu Tuma, tem esse papel vital para manter a urbanidade, a serenidade dentro da própria Casa. E temos o Conselho de Ética. Ele existe para cumprir uma determinação da Constituição Federal, que diz claramente, no seu artigo 85, que perderá o mandato o Senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar. Então, a função da Corregedoria é distinta da função do Conselho de Ética.

Alguns Senadores nossos foram acusados por uma pessoa, o Sr. Vedoin, de participar de um esquema fraudulento, de um esquema que macula a imagem do Parlamento e dos próprios Senadores. Esse Sr. Vedoin disse que três dos nossos Senadores participaram desse esquema de ambulância superfaturada.

Quero dizer a todas as senhoras e a todos os senhores que tenho boas referências dos três Senadores. Em relação à Senadora Serys Slhessarenko, minha vizinha de gabinete, posso dizer que tive oportunidade de viajar com S. Ex^a, representando o Brasil. Nós fomos à Antártica para conhecer a importância das pesquisas, a importância de termos ali uma base brasileira, e temos um relacionamento muito bom. O Senador Magno Malta, que tem um procedimento parlamentar cuja referência é muito boa, também é um homem que combate aqui sistematicamente o crime organizado e pugna corretamente pelo endurecimento das leis penais. E, em relação ao Senador Ney Suassuna, confesso que não tenho com S. Ex^a um relacionamento tão estreito quanto com os demais. Mas também, sempre que exerço a Liderança do PFL, o Senador Ney Suassuna tem sido correto no aspecto de acertarmos, fazermos os entendimentos parlamentares, e ele cumprir sempre com esse entendimento.

Mas nada disso pode fazer com que os interesses privados se sobreponham aos interesses públicos. Daí por que me pareceu e soou bastante estranha a declaração do Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal de que iria arquivar, sem passar pelo Conselho de Ética, todos os procedimentos, a representação encaminhada pela Mesa do Senado, que tem origem na chamada CPI dos Sanguessugas.

O Presidente do Conselho, qualquer que seja ele, não tem essa atribuição. O poder majestático dado ao Presidente do Conselho é para verificar se não existe alguma picuinha contra um Senador, para verificar se não estão trazendo para cá questões estaduais, ou questão relativa à vida privada do Senador, ou se não diz respeito a um passado, quando esse Senador não era Parlamentar, ou se o fato imputado, de cara, não implica quebra de decoro parlamentar.

Portanto, não pode, de maneira alguma, pensar o Presidente do Conselho de Ética que ele substituiu esse Conselho. O Conselho de Ética tem atribuições claríssimas. E a mais grave delas, a mais solene delas é permitir que os Senadores façam a investigação sobre um colega seu, o que é difícil.

Hoje, pela manhã, quando vim para cá, tive oportunidade de ligar para o nosso Presidente, Senador Jorge Bornhausen. Disse a ele: Presidente, estou indo a Brasília neste momento, praticamente em um recesso branco, porque minha posição pessoal é a de que não podemos aceitar esse arquivamento. Temos que recorrer ao Plenário e, se for o caso, ir ao Supremo Tribunal Federal. E eu não esperava outra atitude do nosso Presidente, que disse: “É a posição do PFL, Demóstenes. O PFL também pensa da mesma forma. E mais, editei uma resolução dizendo que todos aqueles envolvidos sequer terão a oportunidade de disputar as eleições pelo PFL”.

Então, Sr. Presidente, qual é o meu objetivo ao utilizar a tribuna hoje?

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Demóstenes Torres, ouço com atenção V. Ex^a, como sempre faço em todas as questões, até em função do nosso relacionamento desde a época em que V. Ex^a era Secretário de Segurança do seu Estado. Aliás, que Secretário de Segurança! Fez um ótimo trabalho e, por isso, hoje, disputa o Governo do Estado e fala ao seu povo, a quem prestou um serviço dos mais significativos. Quando presidia a CPI do Narcotráfico, estando em seu Estado, corroborando com V. Ex^a, disse-lhe que, em combate ao crime organizado, ao narcotráfico, encontrava em V. Ex^a uma referência ética, moral para o seu Estado. V. Ex^a nos acolheu durante aqueles dias. A partir dali, travamos esse conhecimento. A partir de sua chegada ao Senado, ao mesmo tempo, com as questões que envolvem segurança pública que requerem esse tipo de enfrentamento, tendo em vista seu conhecimento técnico e jurídico, V. Ex^a ganhou respeito rapidamente nesta Casa e na Comissão de Justiça, e travamos os nossos melhores entendimentos. Sempre concordei com V. Ex^a e não discordaria em momento algum, principalmente neste, quando vi, com muita surpresa e, naquele primeiro instante, com muita tristeza e uma dose exacerbada de indignação, o meu nome ser citado, e de forma muito leviana, porque CPI se constitui com um fato determinado, e o

fato determinado dessa CPI era investigar fraude no Orçamento para favorecer compra de ambulância e superfaturamento para a Planam. Nunca apresentei emenda alguma, nunca favoreci a Planam – ouvi falar em Planam em jornal –, não conheço o Sr. Vedoin, não há uma emenda sequer deste Parlamentar. Não me enquadro aí, mas eles diziam que tinham me dado um carro. Num primeiro momento, não entendi nada disso; fiquei extasiado. Depois, deram a referência. Mas tudo isso está nos documentos que já enviei à Corregedoria e à Comissão de Ética, apresentando minha defesa. E a estou mandando ao gabinete de V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, como membro dos mais significativos do Conselho de Ética. O tal carro que me foi emprestado pelo Deputado Lino Rossi era de sua propriedade. Não havia empresa alguma, carro de terceiro, e nunca me falaram em Orçamento nem em corrupção. Devolvi esse carro há um ano e três meses e, ontem, apresentei aqui no plenário um recibo da empresa que levou esse carro e o devolveu ao seu verdadeiro dono. O carro está lá na porta do seu verdadeiro dono, que se apresentou com um documento em que afirma: “É verdade o que o Senador disse, o carro é meu, de placa tal; emprestei porque quis. Ele me devolveu na data tal e não tem absolutamente nada a ver com isso, não tem conhecimento disso. As responsabilidades são minhas porque eu emprestei, e ele me devolveu”. Então, fico me perguntando, Senador Demóstenes, sobre o critério adotado. O Senador Amir Lando falava sempre comigo, inclusive no penúltimo dia, das suas agruras, do seu sofrimento, das pressões que estava sofrendo, e encerrou a conversa comigo no último dia dizendo: “Olha, Magno, graças a Deus, por você ser um homem de bem, essas coisas não pegam em você, não têm nada a ver com você. Durma tranquilo meu filho”. E, no outro dia, eu o vejo gaguejando, incluindo meu nome na lista e excluindo o nome de pessoas extremamente comprometidas. Eu não entendi e vim à tribuna. Enquanto eu estava discursando, ele ligou para o celular do Senador Tuma pedindo para falar comigo. Ele queria dizer-me que o arrolasse como minha testemunha de defesa, que ele iria me defender em qualquer instância porque não tinha nada contra mim. Só me falta ver chover para cima porque o resto, tudo eu já vi. Como minha história, meu nome, aquilo que construí com tanta dificuldade vai para o lixo, maculado dessa forma tão vil? Pior que isso foi que três critérios foram estabelecidos para incluir ou tirar nomes da lista: primeiro, Parlamentares que tivessem recebido dinheiro, ou seja, apresentado emenda e recebido dinheiro; segundo, aqueles cujos asses-

sores receberam em conta etc.; e terceiro, nos casos em que o próprio Parlamentar recebeu em conta ou em *cash*. Não me enquadro em nenhum dos três. Não estou em nenhum deles. Nunca apresentei emenda; estou fora do fato determinado, mas incluíram o meu nome. Quero lembrar que presidi a CPI do Narcotráfico, contrariando interesses. E há muitas afirmações hoje que não são palavras jogadas ao vento, como de que estou pagando o preço de ter sido o autor da CPI dos Bingos. É possível? É, mas tenho três caminhos. Um homem de bem tem três caminhos na vida, Senador Demóstenes Torres – não quero atrapalhar seu discurso, e V. Ex^a está me deixando falar porque entende o meu momento; hoje minha alma está tranqüila, está em paz diante de Deus. Numa situação dessas, o homem tem três caminhos: ou ele confia em Deus e espera esse justo juiz fazer justiça por ele; ou, pela vergonha que tem, ele se suicida, tira sua vida; ou tira a vida de outros. Que caminho seguir? Nenhum dos dois últimos, mas esperar em Deus, porque as minhas mãos estão limpas, Senador. Eu não bebi essa água suja; eu não atolei minhas mãos. É por isso que todo dia estou aqui no plenário, usando o microfone, falando à Nação, porque é o único lugar que tenho para dar essas explicações. Eu não tenho como repercutir nas grandes redes. Este é o meu único lugar. Fico feliz ao vê-lo fazer este pronunciamento, porque V. Ex^a, com o conhecimento que tem, com a sensibilidade e sabedoria que tem, conhecimento jurídico e noção que tem, haverá de ver, nas documentações que este Parlamentar envia ao Conselho e ao seu gabinete, que V. Ex^a não terá nunca de se envergonhar da amizade que sempre devotou a mim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Senador Magno Malta, o depoimento de V. Ex^a é a prova maior de que nós temos que abrir o processo de investigação. V. Ex^a tem que ter oportunidade de se defender, e a oportunidade é essa. Se o Presidente do Conselho de Ética determina o arquivamento **a priori**, como é que nós vamos entender que não houve uma atitude corporativista para beneficiar um ou dois, que acaba beneficiando a todos e tolhendo a possibilidade de um homem como V. Ex^a fazer a sua defesa?

Então, este é o momento em que a certeza não existe. Não existe a certeza para se fazer a resolução acusando quem quer que seja e não existe a certeza de que haja o momento certo para o arquivamento. Por isso, o processo é sábio; é o chamado **in dubio pro societate**, em determinado ponto – perdoem-me o latinório –, e o **in dubio pro reo** em outro. Agora é o momento de a sociedade investigar. Depois poderá

ser o momento de promovermos o arquivamento disso. A declaração cabal da absolvição de V. Ex^a é muito melhor do que um acordo de gabinete em que não se permita a V. Ex^a expor o que está expondo agora.

Ouço o aparte do ilustre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Caro Senador Demóstenes Torres, louvo sua determinação de se deslocar de seus afazeres de campanha no Estado de Goiás e vir aqui cumprir seu dever parlamentar de mostrar, em primeiro lugar o seu descontentamento com matéria publicada hoje na imprensa sobre procedimentos que seriam tomados pelo Senador João Alberto Souza, que, infelizmente, não está no plenário – possivelmente não esteja nem em Brasília.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Peço a V. Ex^a e ao Brasil que ponderassem sobre essas declarações. Quando o Senador João Alberto disse que não se basearia em depoimento de um bandido, não disse que arquivaria o processo. Além do depoimento prestado pelo Sr. Vedoin, há outras provas; e creio que é exatamente nessas provas que o Presidente do Conselho de Ética se baseará. Quanto ao Senador João Alberto, causa-me estranheza a interpretação dada porque o perfil e a biografia de S. Ex^a não são exatamente esses. O Senador João Alberto foi Secretário de Segurança Pública no Maranhão, foi Governador, e foi implacável na perseguição a bandidos, a pistoleiros, a foras-da-lei. Aliás, nesse período, o Piauí pagou um preço muito alto, porque muitos fugiram para o meu Estado com medo da ação de João Alberto, então tivemos um período de muita dificuldade lá. Quero fazer isso por dever de justiça a um Senador, pois quero crer não tenha sido essa a sua intenção, a de simplesmente dizer que mandaria arquivar o processo, até porque ele sabe que não tem poder para isso. O Senador João Alberto é um homem muito cioso da sua atuação, da sua responsabilidade, é um Parlamentar respeitado na Casa.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Lamentavelmente, S. Ex^a não está aqui. Eu não tenho procuração para defendê-lo, mas o crédito que ele tem, ao longo da convivência aqui com todos nós, remete-me ao direito de fazer este preâmbulo, que não é uma defesa, mas apenas um testemunho de dor. Gostaria, inclusive, de ouvir uma manifestação mais concreta do Presidente do Conselho sobre essa questão. De qualquer maneira, o pronunciamento de V. Ex^a, baseado no que está escrito na imprensa hoje, é louvável. Nós

realmente precisamos ter cautela com esse fato, até para preservar três companheiros nossos que estão com seus nomes citados, mas que têm o direito de apresentar suas defesas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente.

Fico grato com a intervenção de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, extremamente equilibrada e ponderada, que mostra também nossa confiança e nossa esperança de que o nosso Presidente tenha sido mal interpretado.

Senador Heráclito Fortes, a delação premiada é um instituto do Direito justamente para que aqueles que estão envolvidos no crime tenham oportunidade de falar o que sabem, de apresentar as provas e de, com isso, obter uma diminuição da pena. Desqualificar uma pessoa por ser ela um delinqüente não vale, até porque não é o arcebispo de Brasília que sabe do envolvimento desse criminoso com Parlamentares.

Quem, na Itália, ajudou a desmontar a máfia? Um mafioso, Tommaso Buscetta, o homem que tinha a contabilidade dessa máfia. O Sr. Vedoin tem a contabilidade da máfia. A Polícia Federal, o Ministério Público Federal, um juiz federal, no Mato Grosso, chegou a cancelar dez dias de audiência para ouvi-lo. Em decorrência das suas declarações, um Deputado Federal já renunciou. Não pode ser, então, o Senado Federal quem vai dizer que ele não tem a credibilidade necessária, por ser um delinqüente, para apresentar as provas.

Então, a nossa obrigação, neste momento, é iniciar as investigações.

Pode ser que amanhã nossa obrigação seja absolver todos os Senadores ou condená-los à perda de mandato. Agora, o objetivo, neste instante, é fazer aquilo que a sociedade cobra de nós, que é nosso dever constitucional, que é nosso dever regimental: promover a investigação para condenar aqueles que foram acusados ou absolvê-los, limpando, de uma vez por todas, suas biografias.

Assim, Sr. Presidente, fico muito feliz com a oportunidade que V. Ex^a me deu.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com muito prazer, Senador José Jorge, futuro Vice-Presidente.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Caro Senador Demóstenes Torres, em primeiro lugar, quero dizer da alegria de nós todos por termos V. Ex^a aqui hoje, saindo da sua campanha a Governador no Estado de Goiás.

Lá estaremos, juntos, na semana que vem. Penso que V. Ex^a tem razão. Na realidade, o Conselho de Ética tem de examinar esse processo e dar oportunidade de defesa aos três Senadores que foram citados pela CPI. No relatório da CPI e nas declarações de seus membros, principalmente do Relator, foi dito que os Senadores e Deputados deveriam defender-se no local específico, que é a Comissão de Ética.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Então, é necessário que a Comissão de Ética examine cada processo e que dê prazo de defesa para que todos nós possamos, então, analisar o caso. Foram apenas três os Senadores citados, e, portanto, teremos tranquilidade para examinar e, certamente, fazer justiça em relação ao que efetivamente aconteceu. Essa é a nossa obrigação, esse é o nosso dever, e nós iremos cumpri-lo. V. Ex^a tem razão quando vem aqui exatamente para esclarecer algumas declarações, que, a meu ver, foram mal interpretadas, mas que, colocadas no contexto, servirão exatamente para ajudar a esclarecer o fato. Obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem, Senador José Jorge. V. Ex^a é uma espécie de jurista *ad hoc*. Relator da Reforma do Judiciário, teve oportunidade de desempenhar um brilhante trabalho.

Presidente Geraldo Mesquita, tive a oportunidade de ser promotor de júri, e o promotor de júri faz a investigação. Tive a oportunidade também de iniciar minha carreira no Tribunal do Júri pedindo absolvição, o que, aliás, não era um instituto novo. Getúlio Vargas, quando foi promotor de justiça, no início do século XX, também começou a sua carreira – naquela época o cargo se chamava promotor público – pedindo absolvição. Então é nosso dever promover a investigação e é nosso dever, utilizando-se da palavra mencionada pelo Senador José Jorge, praticar justiça. A justiça não pode ser tolhida. A esperança, na verdade, não pode ser abortada; é por isso que temos de fazer as investigações. Espero, sinceramente – aqui vejo a Senadora Serys Slhessarenko, minha amiga, e o Senador Magno Malta, meu amigo –, que os Senadores citados saiam limpos desse processo. Essa é a nossa esperança, é o que queremos que aconteça, mas temos de investigar. Se fizermos o arquivamento agora, o Senado Federal estará envolvido por uma imensa *pizza*, e isso nós não podemos tolerar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, próximo inscrito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos temas que eu abordaria neste plenário ontem seria a questão da relação do Presidente Lula com o PT na campanha eleitoral.

O Presidente Lula é o petista mais ilustre, sendo seu Presidente de Honra. Ele concorre à Presidência da República pelo PT pela quinta vez. Quando assumiu o Governo, mandou construir uma grande estrela vermelha do PT nos jardins do Palácio da Alvorada. Seu Governo sempre foi solidário a todas aquelas pessoas do PT que foram, direta ou indiretamente, envolvidas nos escândalos. Vimos que ele foi solidário com o Ministro José Dirceu, envolvido na questão do “mensalão” e que teve, por isso, que pedir demissão. O Presidente disse, Senador Heráclito Fortes, no programa de televisão da Rede Globo, que demitiu o Ministro José Dirceu, o que não é verdade. O Ministro José Dirceu é que pediu demissão quando quis e bem entendeu. Pediu demissão, saiu do Governo e foi, posteriormente, cassado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, foi condenado na CPI, condenado na Comissão de Ética e condenado no Plenário.

Aliás, ele foi um dos poucos condenados pelo Plenário. A partir daí, o Presidente Lula nunca se afastou do Ministro José Dirceu e sempre foi solidário com todas as ações que ele realizou.

O Waldomiro Diniz, que foi filmado pedindo dinheiro de um bicheiro, também não foi demitido; pediu demissão. Está aí o **Diário Oficial**, que pode ser verificado.

O Ministro Antônio Palocci também pediu demissão quando foi pego quebrando sigilo do caseiro. Foi provado e comprovado que ele realmente mandou a Caixa Econômica Federal, uma instituição de 140 anos, um dos maiores bancos do País, entre privados e públicos, quebrar sigilo bancário para atender a uma solicitação do Ministro da Fazenda.

Na realidade, esses casos e outros foram acontecendo durante o seu governo. Muitos Deputados envolvidos no “mensalão” eram importantíssimos. No caso dos “sanguessugas”, a maioria dos Deputados envolvidos são pouco conhecidos, são do chamado “baixo clero” da Câmara. No caso do “mensalão”, eram as estrelas, eram os Líderes, especialmente do PT e dos três Partidos coligados, que estavam envolvidos. Mas praticamente todos foram absolvidos pelo Plenário,

com a ajuda e o apoio do Presidente Lula e do PT. Na verdade, a ligação é grande e permanente.

Agora, na campanha, a estrela do PT desapareceu, sendo que, quando aparece, não está mais pintada de vermelho. Ontem, eu disse ao Senador Sibá Machado – que agora trocou sua estrela por uma maior – que ele está desatualizado na cor, porque a estrela dele ainda é vermelha.

Essa estrela não existe mais, Senador.

Na realidade, ele está desatualizado. A estrela do PT agora é da cor do Brasil, é verde e amarela. Essa aí não é mais para se apresentar.

O Presidente Lula, no seu programa, não apresenta o PT. Quer dizer, ele quer se deslocar do PT, porque ele sabe que o PT, por conta de tudo o que aconteceu... Eles fazem pesquisa qualitativa, e, aparentemente, pelo que as pesquisas qualitativas mostraram, o Presidente Lula deve se apresentar como uma espécie de candidato suprapartidário. É isso que ele quer passar para o povo.

Mas acho que o povo brasileiro não tem tão pouca informação como o Governo acredita. Ele sabe que Lula e PT e PT e Lula são a mesma coisa. Eles teriam mais lucro se ele assumisse isso, apesar de ainda estarmos no começo da campanha, de ter havido apenas dois programas eleitorais e de o Presidente Lula estar na frente e achar que vai ganhar no primeiro turno. Mas não há nada decidido. Basta lembrar o que ocorreu com aquele plebiscito da consulta sobre as armas. O “sim” estava ganhando de 80% a 20%; e, quando começaram os programas de televisão, o “não” ganhou de 70% a 30%.

Na realidade, começa-se agora, e é preciso que o Presidente Lula se apresente com a verdade.

Ontem já falamos aqui sobre o programa eleitoral que ele apresentou no primeiro dia; uma série de questões, de obras inexistentes foram mostradas como feitas, inclusive com foto.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, acho que V. Ex^a ontem não estava aqui, mas apareceu uma foto da refinaria de Pernambuco em que não foi colocado ainda nenhum tijolo. Mas a foto já está no programa eleitoral.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, o Brasil passa, no momento, por uma epidemia chamada rotavírus. Agora mesmo, conversava com uma jornalista que está acamada, com esse mal. Os sintomas são ruins, a pessoa não tem disposição para nada. Parece que temos também outra epidemia, que é o “PTvírus”. Ninguém quer andar com essa estrelinha mais. O que tem de estrela escondida por aí,

Senador Sibá Machado, não está no gibi! Aliás, existe uma loja de vender produtos do PT que, dizem, está indo à falência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É de Okamoto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não vende nada. Não, Okamoto é infalível, é outra coisa. Senador José Jorge, é incrível a cara-de-pau de um Presidente da República tentar enganar a população brasileira, mostrando ou tentando passar à opinião pública uma gestão que não aconteceu no Brasil. O Presidente, após quatro anos de Governo – Senador Sibá Machado, V. Ex^a é o homem da geografia –, não sabe nem o tamanho da nossa fronteira. Vive no mundo da lua. Não conhece exatamente nada do que se passa no Brasil. É verdade. Ele foi sincero. Ele diz: “Eu não sei de nada”. Mas ele não sabe de nada com relação ao nosso País. Senador Sibá Machado, como pode um Presidente da República fazer programa de ficção, enganando o povo brasileiro? E a revolta é grande. Os *e-mails* estão chegando aos gabinetes, e V. Ex^a não vai fugir à regra. As pessoas estão revoltadas porque os metrô de Fortaleza, de Salvador e de Pernambuco mostrados no programa não existem, assim como a usina Abreu e Lima. Dessa forma, a Líder do Governo pode se dar ao luxo de vir para cá toda de branco, para ver obra de asfalto. Ora, de branco, ninguém vai ver estrada, porque, em estrada, há poeira, há lama, há tudo. Se for virtual, sim, porque é em estúdio. É uma brincadeira, é um deboche, é um achincalhe o que se está fazendo com o povo brasileiro. Senador José Jorge, quero louvar o Tribunal Superior Eleitoral pelo aperfeiçoamento das regras de campanha eleitoral, mas é preciso impor maior rigidez com relação à propaganda eleitoral gratuita, a começar pelo fato de que de gratuito não existe nada, não é, Sr. Presidente? Sabemos quanto custa um programa eleitoral, a produção, a maquiagem. Ontem vi um candidato ao Governo de São Paulo branco – ele parecia uma vela de estearina – porque estava usando maquiagem. Para que aquilo? Tentava mostrar o que ele não é por dentro e por fora. Com o atual modelo, meu Presidente, os candidatos usam a cabeça dos outros e protegem a sua, e você termina votando num cidadão que não conhece. A que os candidatos deveriam ser obrigados? Deveriam apresentar-se em cenário fixo, com a legenda do Partido. Se o Partido tem como símbolo a estrela, deveria ser obrigado a mostrar o símbolo, sem escondê-lo, porque isso é uma farsa que se tenta montar com a logomarca partidária. O candidato deveria mostrar a cara, sendo obrigado, inclusive, a participar

de debates. Do jeito que está, não adianta. O Sr. Pitta foi eleito em São Paulo – louvo a genialidade do Sr. Duda Mendonça – com o tal do “fura-fila”, prometendo um trem rápido em São Paulo. Os paulistanos ficaram encantados com aquele projeto e foram à fila votar no homem. Está aí o “fura-fila”. Furou promessa. Pois agora a campanha do Sr. Lula é uma edição do vale-a-pena-ver-de-novo do “fura-fila”, com vários metrô, com obras. É preciso lembrar ao povo de Missões, no Ceará, que ele foi há um mês nessa cidade e teve a coragem de inaugurar a pedra fundamental da obra da ferrovia Transnordestina. E o que fez, Senador Sibá Machado? Pegou os vagões do trem do metrô de Fortaleza, que não funciona, e passeou nos vagões com ar-condicionado, com a imprensa, tomando drinques, aquelas coisas. V. Ex^a sabe como é, pois acompanha a comitiva presidencial. Durma-se com um barulho desse. Portanto, louvo a atitude de V. Ex^a. Logo mais, se a generosidade do Presidente permitir, uma vez que estou usando o art. 17, vou debater com o Senador Sibá Machado a segunda parte da questão energética brasileira. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes.

Eu também gostaria de acrescentar um segundo assunto, sobre essa questão da participação do Duda Mendonça na campanha do Presidente Lula. Ontem, um dos principais jornais do Brasil denunciou que o Sr. Duda Mendonça está acompanhando e examinando toda a propaganda e dando a palavra final em relação à propaganda eleitoral do Presidente Lula.

Ora, o Sr. Duda Mendonça tem duas relações com essa situação. Primeiro, ele confessou, depois de pego pela CPI, ter recebido US\$10 milhões no exterior da campanha anterior do Presidente Lula. Por conta disso, como o processo está correndo, em algum momento ele deve ser punido. Qualquer princípio ético diria que ele deveria ser afastado de prestar serviços ao Governo.

O que o Governo fez, Senador Roberto Cavalcanti? Ele afastou Duda Mendonça. Ele foi afastado da propaganda do Poder Executivo, diretamente do Governo, mas manteve o contrato do Sr. Duda Mendonça na Petrobras, um dos maiores contratos do Brasil. Inclusive, uma das suas duas ou três agências elaboraram a campanha sobre a auto-suficiência de petróleo. Gastou-se – se não me engano – R\$39 milhões nessa campanha de auto-suficiência; dinheiro que daria para construir casa popular, escola, fazer cultura. Pelo menos 30% desse dinheiro é do Governo, porque o Governo é o maior acionista da Petrobras.

Efetivamente, o Sr. Duda Mendonça é quem, por trás do pano, comanda a campanha do Presidente Lula, campanha essa igual à outra: cara e artificial.

Aprovamos um artigo aqui praticamente por unanimidade, inclusive com o apoio do Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante, proibindo essas cenas externas. Proibia-se, por exemplo, apresentar a fotografia de uma refinaria que não existisse. Só poderiam aparecer os candidatos, teria de haver debate etc., para o povo se informar melhor. Mas o Presidente Lula vetou esse artigo. Na época, até não entendemos direito por que ele vetou, mas agora já sabemos por que foi: é porque a sua idéia é fazer exatamente o mesmo programa da vez anterior, um programa caro, artificial, para que a população não seja devidamente informada.

Concedo um aparte ao eminente Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, sobre a estrela do PT estar ou não sendo veiculada no material de propaganda eleitoral da campanha do Presidente Lula: a mídia de hoje faz uma comparação muito interessante, mas não julgo que esse tema seja o mais importante do nosso debate; não é tão relevante se aparece ou não a estrela, se está vermelha ou se está da cor da Bandeira do Brasil. Para nós, será um honra se o PT concordar em transportar as cores da Bandeira do Brasil para a estrela, mas temos o nosso vermelho garantido. O Presidente Lula reproduziu o que ele mesmo disse em resposta à imprensa nacional. Todos sabem que o Presidente Lula é do PT, é filiado ao partido, foi um de seus fundadores, um dos que idealizou a construção desse partido. Aliás, segundo o comentário que li no jornal, também a campanha de Geraldo Alckmin escondeu, quando fez todo o histórico de vida de Geraldo Alckmin, a imagem do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Volto a dizer que esse não é o tema mais importante a ser tratado. Importante mesmo é a discussão em torno de como será o novo governo, seja sob os auspícios do Presidente Lula, de Geraldo Alckmin ou de qualquer outra pessoa. Precisamos mesmo é construir o Brasil em um cenário de futuro. Ontem, tínhamos iniciado um outro debate importante. Dizíamos estar convencidos de que o Brasil está pavimentando o caminho para um salto de qualidade, para um salto de grande qualidade no cenário mundial. Temos procurado reduzir as distorções internas, as dificuldades e as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres que hoje existem. Esse fosso precisa ser reduzido ao máximo. Chamo a atenção também para os investimen-

tos de longo prazo que o Brasil está fazendo para que a alta tecnologia seja criada aqui mesmo, para evitar a nossa dependência de países mais desenvolvidos e assim por diante. Penso ser esse o cenário no qual deveriam se dar os nossos debates. A história do Presidente Lula, a história do PT, todos nós já conhecemos e, com certeza, é uma história que vai continuar contribuindo muito para o sucesso de nosso País, para o seu futuro. É o que todos nós desejamos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a, como sempre, tem uma resposta para tudo aquilo que acontece. Aliás, V. Ex^a presta um grande serviço ao PT, ao seu partido, pois está sempre presente discutindo, formulando etc. No entanto, creio que mesmo não sendo a discussão mais importante aparentemente, já que as discussões mais importantes seriam em torno das obras, dos programas e dos projetos, também é importante porque o eleitor vai decidir o seu voto basicamente a partir dessas informações.

O eleitor decide a partir das informações veiculadas pela televisão, pelo rádio e pelos jornais, mas principalmente em função das veiculadas pela televisão, que correspondem a praticamente 80% do que é transmitido por todas as mídias nas eleições, ou seja, é por meio dessa mídia que o eleitor decide. É necessário que os programas eleitorais permitam que o eleitor saiba a verdade. Sob esse ponto de vista, a discussão é importante. Quer dizer, como estamos no primeiro dia do programa eleitoral, e a tendência, com o desenrolar do programa, não só do Presidente Lula como de outros, é que eles se afastem mais da verdade por conta do acirramento das posições, seria bom que no programa todos os candidatos fossem um exemplo de verdade. Infelizmente, o do Presidente Lula, por conta daquelas obras que não existiram, esteve muito longe de um programa que facilitasse a decisão do eleitor.

Concedo um aparte, se o Presidente me permitir, ao Senador Heráclito Fortes antes de encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O compromisso que o Senador Geraldo Mesquita tem com a democracia faz com que, às vezes, interprete o Regimento de maneira a permitir que o Brasil participe desse debate. Mas, Senador Sibá Machado, V. Ex^a quer falar de coisas importantes. Vamos deixar a estrela de lado! Jogue a estrela no lixo! Não é lá que V. Ex^a quer? Vamos colocar a estrela no lixo, pronto! Ninguém fala mais na estrela, a estrela vai para o lixo, aí, fica só a sua como símbolo de um passado que ninguém quer mais que retorne. Pronto! Vamos falar de gastos

de campanha. Senador Sibá, entre na *Internet* e veja os gastos de campanha do Partido dos Trabalhadores na eleição passada e compare-os com os de agora. Escolha o Estado. Em qualquer um deles V. Ex^a vai ver como é cristalina a tese do caixa dois desavergonhado que o partido usou na campanha passada. Um Deputado Estadual do Piauí, João de Deus, era Presidente do PT e me denunciou porque eu teria feito gastos altos na campanha para o Senado – segundo ele, dois milhões e pouco –, mas os meus gastos foram todos declarados, sem nenhum problema com os declarantes. Eu gastei um milhão setecentos e pouco, e o João de Deus se elegeu, Senador José Jorge, gastando apenas vinte e seis mil reais.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Esse é bom!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ele só pode ter andado de jumento, porque não consumiu combustível! Como, salvo engano, ele só fez cinquenta camisetas, ele deve ter distribuído as mesmas camisetas pelo Estado afora, a cada lugar ele levava as mesmas camisetas: é o milagre da multiplicação dos pães! Não tinha material de propaganda, não tinha nada e nem viajava de avião – devia ser carona. Na primeira declaração parcial, agora, ele já gastou o dobro do que foi gasto na eleição passada. Senador Roberto Cavalcanti, examine São Paulo, compare os gastos dos candidatos a Governador e a Senador em 2002 com os previstos para esta campanha. Os números são semelhantes em todos os Estados. O telespectador que está nos assistindo, se tiver curiosidade, acesse o Tribunal Eleitoral e veja a prestação de contas de 2002 – vai do Lulinha até quem V. Ex^a quiser – para afastar qualquer dúvida que ainda reste de que essa história de “mensalão” foi uma jogada política, que o “mensalão” foi uma acusação irresponsável. Não foi não! O mensalão” foi um fato grave, mas ainda mais grave é que estavam fazendo arrecadação fora do período de campanha. Estavam enchendo as burras de dinheiro sabe Deus para quê. De forma, Senador José Jorge, que aquele discurso de pureza o PT jogou no lixo muito antes de jogar a estrela. A estrela é agora, simbolicamente, na campanha, mas aquele discurso de pureza, compromisso com a honestidade, preservação do patrimônio público – “no meu palanque não sobe ladrão” – mudou, Senador José Jorge. Parabéns pelo tema que V. Ex^a aborda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade, eu...

Quer outro aparte?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quero.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Rapidinho, porque o Presidente já está olhando de cara feia para mim!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, acabamos pegando carona no discurso de V. Ex^a para fazer o debate, mas V. Ex^a não se importa, não é?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, fique à vontade.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quando Delúbio esteve nas CPIs, ele admitiu publicamente a utilização do que ele chamou de “recursos não-contabilizados”, o que oficialmente é caixa dois. Isso foi posto e publicado, ele assumiu isso na CPI. E mais: essa discussão chegou à Justiça, Marcos Valério entrou na Justiça para receber de volta o dinheiro que emprestou, são 55 milhões de reais, e o PT nacional assimila essa dívida.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O PT já pagou?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vai ter de pagar esse dinheiro...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas pagou alguma coisa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, é impossível pagar tão rapidamente; assumiu a dívida, vai dar um jeito de pagar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Como é que o PT gasta o que não pode?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Está trabalhando incessantemente para arrecadar recursos e pagar o que deve. Então, é claro que houve, sim, e isso foi dito nos depoimentos nas CPIs. Então, é claro que houve, sim. Foi dito, nos depoimentos das CPIs, que houve restos de campanha. Houve declaração de valores cujos recursos não foram contabilizados. Isso foi dito e admitido. Agora o PT assume uma dívida de R\$55 milhões. Isso está público.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas não estamos dizendo que isso não existe.

O SR. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Estou reiterando por causa de um debate travado com o Senador Heráclito Fortes. Para nós, isso não é problema. Até admitimos que foi um trabalho muito ágil...

O SR. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não é problema, não é?

O SR. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E devemos concordar com ele e respeitá-lo no sentido de fazermos uma campanha mais enxuta. O próprio Roberto Jefferson disse, em depoimentos à CPI, que acreditava que o único partido que não praticava arrecadação do

chamado recurso não contabilizado ou caixa dois era o recém-criado P-SOL. Os demais o praticavam. O ex-Deputado disse que fazia mais de vinte anos que era Parlamentar e sempre teve que fazer caixa dois para se eleger. Com base nisso, fez uma denúncia daquelas. Ou seja, nivelou todo mundo. O PT ficou sozinho para pagar essa conta. Não fomos atrás de Roberto Jefferson para exigir comprovação de que outros faziam essa prática também. Deixamos isso de lado. Vamos assumir o problema criado dentro do PT que é pagar os R\$55 milhões. Isso é público e notório. Vejam o porquê da minha estrela no peito. Os números lidos ontem pela Senadora Ideli Salvatti mostram que o PT é um Partido respeitado; e que saiu de 850 mil filiados, para mais de um milhão agora. São pessoas que procuram a sede do nosso Partido e que querem se filiar espontaneamente. Isso para mim é motivo de orgulho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Também, com esse dinheirão todo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Isso é a turma do cargo de confiança;

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O Presidente Lula está no posto desde janeiro de 2003. Se fosse por isso teríamos que ter inchado o partido lá em 2003. Não há inchaço. O que há é um crescimento e esse crescimento tem que ser respeitado. É a democracia. Eu gostaria até de lembrar uma frase que foi muito mal colocada – sei que não expressa o pensamento da pessoa que disse, muito menos do próprio partido –, que o PT precisava ser extinto. Quero dizer que isso foi, digamos, um deslize de expressão. Mas é preciso considerar que para o tamanho da democracia brasileira esse convívio é muito importante. E seja o PT ou qualquer partido que cometer esse tipo de erro tem que ser mesmo punido por tal. Nesse caso nós vamos pagar, sim, os R\$55 milhões.

O SR JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero dar um voto de confiança ao Senador. Os credores podem ficar tranquilos. Se eu fosse credor do PT, o PT devendo R\$ 55 milhões, Senador, eu não iria dormir tranquilo. Realmente é um dinheiro muito acima das posses de um partido. A principal fonte de recurso dos partidos políticos é exatamente o fundo partidário, e são valores muito inferiores a esse R\$55 milhões.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aliás, os credores que estiverem com documentação e habilitados deverão, a partir de segunda-feira, procurar o Senador Sibá Machado, que assume aqui publicamente esse compromisso. E como é homem de palavra, vai honrar; ele vai marcar e fazer um acordo, negociação da dívida tal qual o Palocci fez com relação ao FMI. É o

PT da nova fase, honrando os compromissos. Parabéns, Senador Sibá Machado! É de homens como V. Ex^a que o Brasil precisa. Honre o compromisso que o seu partido assumiu!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em vez de procurarem o Senador Sibá Machado, pois se formaria uma fila muito grande no gabinete de S. Ex^a, devem procurar o tesoureiro do PT, que fará diretamente o pagamento.

Eu devo dizer que em Pernambuco aconteceu isso a que o Senador Heráclito se referiu. Na minha eleição para Senador, o candidato que disputou contra mim, o ex-Ministro Humberto Costa, que agora é candidato a Governador, declarou que tinha gasto na eleição R\$30 mil. Tal valor não daria nem para andar de táxi durante a eleição inteira. Aliás, ele tinha muito mais material do que os outros candidatos, como sempre foi o caso do PT. Pelo menos agora estamos com uma eleição em que as contas e as despesas estão aparecendo, bem como os recursos e de onde vêm as fontes. Dessa maneira o Brasil caminha. Se dependesse do PT, estaria da mesma forma, Senador Geraldo Mesquita.

Então, nós queremos exatamente dizer isto, precisamos de um programa eleitoral verdadeiro em que cada um mostre aquilo que realmente fez e não esconda o que considera que hoje poderia não dar voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao ilustre companheiro Senador Sibá Machado.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem a palavra. Está inscrito.

Em seguida, falará o Senador Heráclito Fortes, que propõe a permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem e na semana passada, tentei aqui fazer o que imagino ser o dever de casa do nosso País frente aos desafios do futuro do mundo, a relação entre os países e os povos. Hoje volto com a avaliação do que foi a leitura que fiz de **O Relatório da CIA**, em que se mostram cenários – segundo a inteligência americana – de como será o mundo em 2020. E o texto coloca: “Onde estará o Brasil em 2020?”, uma pergunta. “Brasil, planejamento e liderança”, isso seria o título de artigo que inclusive pretendo publicar.

Trata da seguinte maneira, Sr. Presidente: “Brasil – o País do futuro”. Um sonho simplório. Cantado e decantado. Repetido resignadamente diante da timidez de nossa presença mundial. Uma ilusionista tentativa

de explicar por que, apesar de toda nossa riqueza natural, continuávamos patinando no interminável lodo do subdesenvolvimento.

Nas livrarias, nesse momento, encontramos um livro intitulado **O Relatório da CIA** – como será o mundo em 2020, da Editora Ediouro, que nos diz que aquele sonho simplório pode deixar de ser apenas uma visão ufanista. Depende de compreendermos e aceitarmos o desafio de iniciar o futuro no presente.

O Relatório, preparado pelo Centro Nacional de Inteligência dos Estados Unidos, é a visão dos americanos do norte de como poderemos encontrar o mundo no ano de 2020. Analisa quatro cenários possíveis.

Em se tratando de Estados Unidos da América do Norte, a preocupação que principalmente norteia o trabalho é a liderança mundial. Quem dominará o mundo? Que países serão os líderes? Como se exercerá essa liderança?

Avaliam o avanço do islamismo e suas conseqüências. Analisam a possibilidade de problemas regionais se alastrarem para outras regiões e se transformarem em conflitos generalizados. Num outro extremo, avaliam a possibilidade de uma “*Pax Americana*”, cenário no qual os Estados Unidos da América tentariam ser a polícia do mundo. Mas, fundamentalmente, avaliam cenários intermediários em que prevaleceria a globalização. Nesses cenários, as interdependências entre países seriam muito mais complexas.

Eles até admitem que haverá inevitavelmente uma mudança da globalização e do capitalismo mundial de um rosto mais americano para um rosto mais asiático.

No prefácio, analistas avaliam – e aqui é Heródoto Barbeiro, e gostei muito da sua contribuição – que o mundo de 2020 poderá ser uma combinação dos cenários estudados e outros cenários não avaliados.

Como brasileiro, nossa grande curiosidade é saber como o Brasil estará colocado nesses cenários.

O Relatório prevê que, em 2020, as atuais potências, chamadas de G-8, continuarão a dominar o mundo. A esse pequeno clube deverão ter acesso apenas mais uns poucos países. Além de China e Índia, que certamente estarão entre os líderes mundiais, também são candidatos a Indonésia, a África do Sul e o nosso Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só um instante para que eu possa concluir o meu pensamento.

Cito aqui parte do livro:

Da mesma maneira que os analistas se referem ao século XX como ‘o século americano’, o começo do século XXI pode ser visto como o momento em que alguns países em desenvolvimento – liderados pela China e pela Índia – chegarem à maturidade econômica.”...“As potências ‘novatas’ – China, Índia e talvez outras, como Brasil e Indonésia – podem promover novos alinhamentos internacionais, marcando um rompimento definitivo com algumas práticas e instituições pós-Segunda Guerra Mundial.”...“Apenas um revés abrupto do processo de globalização ou uma crise maior nesses países impediria sua ascensão”.

Sempre segundo o Relatório, em 2020, Brasil, Indonésia e África do Sul, estarão dentre os líderes mundiais dependendo da superação de situações atuais.

Atualmente, ao procurar ampliar seus parceiros comerciais e “promover novos alinhamentos internacionais”, o Brasil já trilha esse novo caminho.

Em determinado momento, o livro avalia o seguinte:

“A distância entre os países ricos e pobres deve aumentar, uma vez que os maiores benefícios da globalização irão para os países e grupos que podem acessar e adotar novas tecnologias. De fato, o potencial de conquistas tecnológicas de um país será definido em termos de investimentos no sentido de *integrar* e *aplicar* as novas tecnologias disponíveis globalmente.”...“As nações que ficarem para trás na adoção de tecnologias tendem a ser as que fracassaram anteriormente na aplicação de políticas que estimulem o uso de novas tecnologias”.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a está lendo um relatório de autoria de quem?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Da CIA.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Da CIA?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Outro dia, a Líder do Governo pediu para ouvir opinião de jornalista, sabendo de antemão que jornalista não tem direito de usar da tribuna a não ser que se eleja. Meu caro jornalista Fonseca, decano da imprensa nesta Casa, eu gostaria que V. S^a, como testemunha ocular da

História do Brasil, nos últimos trinta anos, examinasse o que estamos vendo aqui hoje e verificasse a que está reduzido o Partido dos Trabalhadores. O PT, que sempre condenou os americanos, o imperialismo, faz agora apologia de um Relatório da CIA e nele se baseia para os seus próximos passos. Senador Geraldo Mesquita Júnior, não há estrela que se segure no alto com um discurso desses. Senador Sibá Machado, o Palácio não está sendo correto com V. Ex^a. Está lhe mandando, na pauta, discursos que não ficam bem para um revolucionário como V. Ex^a, que, no passado, lutou por terras, subiu no tamborete e correu o risco de ser tragado pelas águas das barragens no Norte do País. V. Ex^a está reduzido a leitor de um Relatório da CIA no plenário do Senado da República. Vou-lhe recomendar: fale baixinho para Fidel Castro não ouvir. O velho está se recuperando da operação, está com a saúde abalada. Quando ele souber que o Governo do companheiro Lula, do camarada Lula está se baseando em Relatório da CIA, mas fale mais baixo ainda...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, permita-me só um instante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –..., pois o Presidente Hugo Chávez é truculento. Se ele souber que o Governo do PT se baseia...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, só um minuto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A forma como V. Ex^a está falando está ferindo minha pessoa. Acho que, se mantivermos o debate num nível elevado... Sempre concordei, nunca fugi e não fugirei do debate, mas acho que neste momento V. Ex^a me trata de uma forma muito preconceituosa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, de maneira nenhuma!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Acho injusta a forma com que V. Ex^a está me tratando neste momento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, de maneira nenhuma!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não? Eu estou achando. Eu acho que aí desqualifica demais.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, de maneira nenhuma!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Deixe-me concluir meu pensamento.

Podemos voltar ao debate, mas no nível anterior. Aceito o debate, mas no nível anterior.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então V. Ex^a cassa o aparte que tinha me concedido?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, só estou lhe dizendo que V. Ex^a está me ferindo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a está lendo o Relatório da CIA ou não está, prevendo o que o Brasil vai ser daqui a 20 anos?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Prefiro concluir minha leitura e voltamos para o debate...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Por que a gente não lê o relatório do Governo Lula sobre as perspectivas brasileiras?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... mas vamos voltar em outro nível, em outro patamar. Nesse patamar é complicado.

Eu quero respeitar todos os Senadores nesta Casa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me trata de uma forma que não posso aceitar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu estou preocupado com a saúde do Fidel.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não posso aceitar essa maneira, infelizmente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fidel, se souber disso, se zanga, rompe. Por menos disso, Hugo Chávez rompeu com Israel.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está me tratando aqui como um garoto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, pelo contrário.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu tenho 48 anos de idade e sei da responsabilidade do meu mandato, que me foi conferido pela vontade do povo do Acre...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Da Senadora Marina Silva.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... e da nossa aliança política.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E V. Ex^a tem honrado muito as ceroulas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu quero vir para cá com isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E V. Ex^a tem honrado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero vir para cá com isso. Ao fazer a defesa do Governo, eu o faço por convicções e não recebo recado de ninguém. Aliás,...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a, infelizmente, não está fazendo defesa do Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sou um rebelde por natureza. Se eu sentir que as pessoas querem me ferir...

Podem me enganar à vontade, mas, se eu sentir que é para me ferir, aí sei brigar também.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu não posso ser tratado dessa maneira!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Espera aí, V. Ex^a não recebeu do Palácio a incumbência de fazer esse discurso? (Pausa.) Peço desculpa a V. Ex^a se não recebeu do Palácio a incumbência...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nenhum pronunciamento meu pode ser tratado como menino de recado, porque temos entre nós o princípio do diálogo; nós dialogamos, conversamos, comentamos, mas cada um de nós aqui tem de ser respeitado dentro da sua capacidade pessoal.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá, eu vou fazer...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu fiz uma leitura de um livro há 30 dias. Tão logo o vi na livraria – era lançamento –, gostei, li, achei-o, de certa forma, importante para uma avaliação sobre os procedimentos que o nosso País está adotando.

Tenho feito, da maneira que posso fazer, uma defesa da política externa do Presidente Lula, porque a considero uma política soberana e respeitosa com os ideais do nosso povo.

Faço essa defesa por convicção. As relações exteriores do Brasil são as melhores de que tenho conhecimento. Ontem falei a respeito do ex-Presidente Getúlio Vargas, sobre quem tenho duas visões. A primeira, foi a de abominá-lo por ter sido um ditador, aquele que mandou prender Olga Benário e a entregou a Hitler. Depois, aprendi que Getúlio Vargas foi um pensador do futuro do País e que pensou em nunca dar as mãos aos interesses norte-americanos. Faço essa defesa por convicção.

Também sou um leitor, gosto da leitura e leio muito. Tive dificuldade de estudar na minha vida, mas rompi essas amarras e hoje trabalho brilhantemente, fazendo o que posso para honrar o mandato que me foi conferido.

V. Ex^a foi injusto comigo ao me tratar dessa maneira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Peço desculpas a V. Ex^a. Não tenho compromisso com o erro. Quero pedir desculpas a V. Ex^a. Se V. Ex^a comprou o livro na livraria...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como faço mensalmente. Ao receber o salário do Senado, compro livros, os leio e os passo a outras pessoas, porque acho que esse intercâmbio é bom para todos mantermos o espírito do diálogo e do respeito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, retiro o que disse. O Palácio não lhe mandou nada, foi V. Ex^a quem fez isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Foi, por vontade minha.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Veja como o PT mudou. O PT do passado, se visse...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não. Se V. Ex^a faz uma crítica à minha pessoa por estar com a estrela vermelha e comentar um livro que é parte de uma pesquisa do Centro de Inteligência do Governo Norte-Americano, aceito essa observação de V. Ex^a. Essa observação eu aceito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a tem a sorte de o PT de hoje não ser mais aquele. O PT de antigamente, após um discurso desses dessa tribuna, levaria V. Ex^a para o Conselho de Ética e lhe puxaria as orelhas, porque não iam admitir que se contrariasse, de maneira nenhuma, a luta do Fidel. Aliás, o Fidel foi quem deu proteção a brasileiros do PT e fez treinamento com vários deles, simbolizados pela figura do Sr. José Dirceu. É uma ofensa a Fidel Castro, a Hugo Chávez e a Evo Morales, e aí é uma incoerência. Agora, V. Ex^a perdoar o Getúlio Vargas é a mesma coisa de Lula perdoar o Newton Cardoso. É só questão de tempo e de espaço, de hora e de lugar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, eu não estou aqui dizendo que estou perdendo Getúlio Vargas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não! V. Ex^a perdoou. E citou Olga Benário.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Aprendi a ter outra visão sobre ele, o que não o exime das mazelas praticadas contra aqueles que perderam os seus direitos civis e políticos, cassados por ele.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu vou encerrar. V. Ex^a falou sobre Getúlio Vargas. Vou falar daqui a pouco sobre Jânio Quadros.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Inclusive, quero até aproveitar a oportunidade para dizer que, por conta do falecimento de um ex-ditador do Paraguai, o nosso País, que acho que já cumpriu com a sua missão cidadã de dar asilo – não sei nem se é político ou qual caráter tem –, já deu a sua cota de respeito à pessoa humana. Agora, espero que não

passe de mais nada disso, porque isso não o exime daquilo que ele praticou...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Olha o que V. Ex^a está dizendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...como eu acho que o povo chileno, em relação a Pinochet, tudo isso... Não defendo que se faça aqui uma espécie de caça às bruxas, de desenterrar coisas do passado, isso não é preciso. Mas não aceito também que se trate essas pessoas como se nada tivesse acontecido. Isso também não posso aceitar, porque muitos jovens perderam a vida, e não exime Getúlio Vargas de ter cerceado o direito de pessoas que, naquela época, lutaram tanto por um ponto de vista diferenciado de seu modo de pensar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, cuidado com o que diz a respeito do Pinochet, que o Partido de V. Ex^a pode ter mandado um representante aos funerais – do Pinochet, não; do Stroessner.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Espero que isso não tenha acontecido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Veja bem o que V. Ex^a está dizendo. Agora, eu estou prejudicando a Nação...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu espero que isso não tenha acontecido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...e peço desculpas ao Brasil, que nos ouve. Eu quero me deleitar com essa apologia que V. Ex^a faz da CIA, desse livro que V. Ex^a comprou, como faz todo mês. Eu gostaria que V. Ex^a continuasse esse discurso, pois acho que ele é histórico e mostra exatamente as duas faces do PT. V. Ex^a mostra, com isso, que tem pensamento próprio e que sua linha é essa. Afinal de contas, a CIA é de um país que tem uma freira assassinada barbaramente em terras brasileiras, e o Brasil deve satisfações à opinião pública sobre aquele episódio. Então, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso que faz sobre a CIA, aquela que V. Ex^{as} acusavam que nos fiscalizava e, com um satélite, procurava saber das nossas riquezas. Parabéns a V. Ex^a, um petista do novo tempo, que está com o olho voltado para o futuro. Parabéns! Continue e vou ouvi-lo com muita atenção.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado. Então, volto ao texto, Sr. Presidente.

Em resumo, a capacidade de desenvolver e apropriar novas tecnologias seria uma espécie de “linha de corte” a dividir os países entre aqueles já desenvolvidos ou com grande potencial de desenvolvimento e aqueles condenados a um eterno subdesenvolvimento.

Dentro da preocupação americana de dominação mundial, dada a avaliação de que China e Índia serão as novas potências, o livro se detém muito a analisar o potencial e a velocidade do crescimento desses dois gigantes. Os outros países são pouco citados.

Em referência explícita ao Brasil, diz o seguinte:

Os especialistas reconhecem que o Brasil é um país-pivô com sua vibrante democracia, uma economia diversificada e uma população empreendedora, um grande patrimônio nacional e sólidas instituições. O sucesso ou fracasso do Brasil em equilibrar as medidas econômicas pró-crescimento com uma agenda social ambiciosa, que busca reduzir a pobreza e igualar a distribuição de renda, terá um profundo impacto no desempenho econômico e político da região (América Latina) nos próximos 14 anos.

Ou seja, mesmo numa análise visando a um mundo cada vez mais globalizado, a probabilidade de o Brasil ascender à liderança mundial dependerá da capacidade de combater as desigualdades sociais e de superar a absurda concentração de riquezas nos próximos anos.

Um outro dado relevante é a importância que o Relatório dá ao poderio militar de cada país. Além do poder econômico e do gigantismo do mercado, no caso de China, Índia e Indonésia, um elemento que muito pesa na análise é o volume dos investimentos na área militar, principalmente na construção de artefatos bélicos nucleares.

O Brasil é o único país incluído entre os possíveis líderes que não é citado por seu poderio ou investimentos militares.

Não se prevê escassez de energia no mundo em 2020. Entretanto, para manter seu crescimento, o consumo de energia dos países desenvolvidos, principalmente China e Índia, deverá crescer em mais de 100% até 2020. São todos países dependentes de energia importada.

Estados Unidos, Europa e Japão já consumiram todas as suas reservas de energia. Queimaram florestas, esgotaram o potencial hidráulico. Exploraram as reservas de gás e petróleo. E as reservas de carvão restantes encontram-se muito comprometidas.

Tem muito pouca insolação anual nesses países e as fontes alternativas de que dispõem, como ventos e combustíveis verdes, ou são muito tímidas ou também estão exploradas quase ao limite de sua capacidade.

China, Índia e Indonésia, dado o ritmo de seu crescimento, também são absolutamente dependentes de combustíveis importados.

O Brasil, por sua vez, tem potencial que o coloca em situação incomparavelmente mais confortável. Apesar de criminosas devastações, ainda possui as maiores florestas do globo. Não explorou todo o potencial hidráulico. Desenvolve e domina tecnologias inovadoras. Tem terras, água e sol em abundância. Conseguiu conquistar uma segura auto-suficiência na área de petróleo que ultrapassará o período do Relatório (14 anos). Tem reservas de gás para garantir o abastecimento de seu mercado por um período de tempo que também ultrapassa os limites do Relatório.

Entretanto, não basta o Brasil ser tão privilegiado pela natureza se não houver determinação política para explorar esse potencial em prol de seu próprio crescimento.

O Brasil sempre foi riquíssimo. Sempre foi destaque mundial em recursos naturais e, no passado, foi líder mundial na produção de produtos da maior relevância, como açúcar, café, cacau, borracha e outros. Mas essa riqueza sempre nos foi saqueada. Nunca foi usada de forma séria e inteligente para desenvolver o País, assim como nunca serviu para melhorar a vida de nosso povo.

Até recentemente, desprezavam e desmontaram todos os órgãos de planejamento do Estado brasileiro. Pregavam que o País deveria privatizar todos os seus recursos.

Se aquela ideologia continuasse a vigorar, teríamos jogado fora a única possibilidade de integrar o restrito clube dos países desenvolvidos.

Atualmente, houve a compreensão da importância do planejamento, do investimento, do domínio e da aplicação de tecnologia de ponta.

Na área energética, o Brasil é destaque mundial no desenvolvimento de tecnologia.

Programas como Biodiesel, H-bio, Alcool Combustível, Proinfa (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), de Eficiência Energética e outros, que são programas de governo e/ou da iniciativa privada, incentivados e implementados principalmente no atual Governo, colocam o Brasil em destaque mundial e, definitivamente, abrem as portas para um desenvolvimento sustentado e sustentável.

Assim, enquanto todos os outros países conquistam a posição de líderes mundiais contando com seu poderio bélico, ou seja, por seu poder de destruição, o Brasil conquista essa mesma posição por sua capacidade de produzir energia de forma sustentável, em respeito à vida e ao Planeta Terra.

Não é possível esperar 2020 chegar para se tomar providências para realizar concretamente o potencial

de liderança. Há que se compreender o desafio, *planejar e construir 2020* desde já. Para o Brasil, 2020 é aqui e agora.

Encerrando, Sr. Presidente, e agradecendo a tolerância de V. Ex^a, volto ao seguinte comentário: o Relatório, é claro, foi feito por um grupo de pesquisadores de universidades de vários países. Alguns deles eu já havia lido, como é o caso de Peter Schwartz, que escreveu “A arte da previsão – planejando o futuro e um mundo de incertezas”. Eu li esse livro alguns anos atrás, quando ele trabalhava para diversas empresas multinacionais. No livro ele expõe o que acha quais serão os cenários futuros muito prováveis. Trabalhava para a Shell, e, segundo seu estudo, tirou a Shell da oitava posição mundial em petróleo para a segunda ou terceira posição.

Trata-se de pessoas que já trabalham com esse cenário. Se nós levaremos a sério o Relatório da CIA ou não, é outra discussão. Trato aqui de um pensamento de como serão esses cenários, alguns dos quais estão em franco desenvolvimento.

Então, imagino que, no nosso País, onde foi implantado o sistema interligado de energia elétrica, que junta todas as Regiões brasileiras, no momento em que uma região tem chuva, a outra tem sol, ou seja, uma compensando a outra. Com a produção da cana-de-açúcar, podemos usar o bagaço da cana; com uma boa safra da principal agricultura de exportação brasileira, que é a soja, podemos usá-la. Pode ser a mamona, cuja produção está sendo incentivada, ou pode ser o dendê, cuja produção está sendo incentivada lá na Amazônia.

Pode-se ter a compensação de geração com diversas fontes.

Então, o Brasil não precisa recorrer, em nosso entendimento, àquilo que outros países inevitavelmente terão que recorrer. Ou recorrerão a nossas tecnologias limpas de uso de biomassa, ou vão recorrer àquelas tecnologias que em algum momento parecia que não queriam mais, como é o caso da energia nuclear.

Investimento no ensino superior.

Temos que represar aqui no Brasil a nossa própria inteligência. Eu li em algum lugar que, quando os aliados invadiram as ruas de Berlim na Segunda Guerra Mundial, soldados russos perderam tempo indo aos museus pegar peças antigas, enquanto os americanos foram exatamente onde estavam escondidos os grandes inteligentes indivíduos do Exército alemão e os levaram para os Estados Unidos. Daí nasceu o princípio do foguete e tantas outras inovações que marcaram a Era Espacial. Então, reter inteligência é muito importante, e eu vejo hoje o esforço do Governo em potencializar as universidades...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não deixe de citar o combate à fome para seu pronunciamento ficar completo, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já chego lá. Vou já conceder o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Solicito que o Senador Sibá Machado conclua seu discurso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já vou concluir.

Investimentos sociais.

Os investimentos sociais são para reduzir essas distâncias. Eu também discordo de que o País pare no Bolsa-Família. Eu discordo e acho que todos discordam, mas é uma porta de entrada, nós não temos outro caminho a não ser fazer chegar o pão na mesa de quem não tem. O errado é ficar sempre assim. Então, nós temos que buscar investimentos para que um dia a gente saia disso. O programa não é para manter as pessoas dependentes do Bolsa-Família. O programa é o ponto de partida. Há também a questão do investimento em salário mínimo, investimento em crédito e da facilitação de acesso a esses investimentos.

No desenvolvimento do Brasil – e aí vou encerrar – há um debate muito grande.

Ontem, vi uma reportagem que me chamou a atenção, pois gosto dessa linha de pensamento. Refiro-me aos grandes centros de produção de petróleo no Brasil. A reportagem fez alusão a Macaé, onde existem duas cidades: a dos ricos e a dos pobres. Isso não podemos aceitar como sinônimo de crescimento. Portanto, debater o crescimento pelo crescimento está errado. Crescimento de quem e para quem? O que queremos é um Brasil que se desenvolva e no qual todas as riquezas geradas possam ser espraçadas para todas as pessoas deste País. É neste cenário que volto a dizer: o Relatório da CIA, correto ou incorreto, diz que há um lugar para o Brasil no futuro. Quais são os caminhos? Esses que, no meu entendimento, o Presidente Lula está implementando com tanto brilhantismo e capacidade.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Por nada, Senador Sibá Machado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que remeta cópia do importante discurso proferido há pouco pelo Senador Sibá Machado, como

Líder do Governo, às seguintes pessoas: Fidel Castro, Hugo Chávez e Evo Morales. Estou pensando também em solicitar cópia para Muammar Kadafi. Mas talvez não deva fazê-lo, pois Kadafi, recentemente, está de namoro com os norte-americanos. Então, pelo menos, mande cópia para esses Chefes de Estado que mencionei. Não deixe de também enviar cópia para o Ministro Luiz Gushiken, que foi rebaixado ao segundo escalão do Governo e designado para fazer um estudo estratégico do Brasil. Não é preciso fazê-lo; pode seguir o relatório da CIA.

Solicito também o envio de uma cópia ao General Félix, da Inteligência brasileira, para que veja como os americanos estão dominando os nossos segredos: nosso solo, nosso céu!

Os americanos estão mais avançados nas informações, porque o PT tanto combatia, Senador Marco Maciel, o Projeto Sivam. O PT se voltou contra o projeto Sivam e tentou, por denúncia inclusive, atrasar o projeto – embora hoje o toque – exatamente porque o Governo americano ia ter acesso a dados que são da economia interna, segredos de Estado. Mas, como o PT modernizou-se, peço apenas, Senador Presidente, que essas cópias sejam enviadas a esses Chefes que mencionei, porque servirão, evidentemente, para estudo interno no Brasil.

Para o Fidel e para o Chávez não. Para eles é para que tomem conhecimento de que o PT mudou. Com certeza, vão se decepcionar. O PT não é mais aquele. Tiraram a estrela dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB–AC) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, próximo orador inscrito, pelo art. 17.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, presto hoje uma homenagem ao Desembargador Antonio Elias de Queiroga.

É muito gratificante estar na tribuna do Senado Federal falando sobre homens de bem. Neste Brasil de hoje, extremamente fragilizado no tocante aos seus homens públicos, chegar à tribuna para falar sobre um homem de bem é muito gratificante! Nós brasileiros precisamos de momentos positivos, para referenciar coisas boas. Estamos cansados de tanta notícia ruim, falcatuas e complicações. Como brasileiro e cidadão, todos temos o desejo de ouvir falar sobre notícias boas. Isso é o que me traz hoje a este plenário, a esta tribuna.

Jurista por vocação, apaixonado pela possibilidade de fazer o justo e o certo, que juntos denominamos de “o bem”, o Desembargador Antonio Elias de Queiroga é um humanista. Simples como somente

os sábios conseguem ser, ele é conhecedor da alma humana, sabedor de suas fraquezas, mas também da grandeza que pode alcançar.

Como jurista, sempre estive à frente de seu tempo. Como Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, revolucionou o Poder Judiciário, informatizando e integrando comarcas, dando transparência ao Judiciário e satisfação e informação ao usuário. Tudo isso há mais de dez anos, quando a máquina de escrever ainda dominava os cartórios e as salas de audiência.

Queiroga, como me permito chamá-lo, completa hoje 70 anos e deixa a magistratura. “Após 42 anos de serviço à magistratura paraibana, sendo 18 anos ao Tribunal de Justiça, venho despedir-me da judicatura, à qual procurei servir com correção, dedicação e ética.” A frase é do Desembargador Antônio Elias de Queiroga, mas não está escrita em nenhum discurso e, sim, em uma carta, enviada ao Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Desembargador Júlio Paulo Neto.

O Desembargador Queiroga, que deixou a Magistratura após completar 70 anos de idade, preferiu não comparecer à sessão de despedida, ontem, no Tribunal Pleno.

O temor de não suportar a emoção venceu o desejo de dar, ainda de toga, o último abraço a seus colegas desembargadores. Pede ao Presidente do Tribunal que transmita aos juízes e servidores do Poder Judiciário, “com quem sempre tive o melhor convívio, respeito e admiração a minha palavra de despedida”.

Queiroga, em sua despedida, se considera completo. “Realizei-me ao compreender a importância de minha vocação. O Poder Judiciário enriqueceu-me com o exemplo de seus grandes juízes e a amizade de inúmeros deles, bem assim de ilustres membros do Ministério Público e advogados.”

Na carta, fala da carreira, da dedicação: “Doei-me ao meu ofício com amor, com espírito público, com coragem e honestidade. As angústias do mundo presente não me afugentaram. Pelo contrário, animaram-me a escrever uma mensagem de confiança, de igualdade e de fraternidade, inspirado no destino transcendental da criatura humana. Sempre sonhei com uma Justiça que fosse ou que seja a imagem da perfeição, não a perfeição absoluta, que é o dom de Deus, mas aquela que traduza o mais alto grau de beleza a que pode chegar uma instituição humana”.

Na despedida, o abraço aos amigos e a vocação de vida completa: “Adeus a todos os meus pares, adeus aos que me incentivaram, aos que me compreenderam; adeus a todos os que revelaram os meus erros, aos que, de uma forma ou de outra, se inseriram na grande paisagem humana do Poder Judiciário, com que a

vida me gratificou. Peço desculpas por não comparecer, pessoalmente, ao plenário desta Corte. Não suportaria a emoção. Sei dos sentimentos que me dominam no momento em que me despeço do Poder Judiciário do meu Estado. Esse transe é próprio de quem busca uma carreira por vocação”.

Um pouco de sua história: em 17/08/1936, Antônio Elias de Queiroga nascia no alto sertão da Paraíba. É um homem de muitas pátrias. Nasceu em Souza, morou em Nova Acauã, aprendeu a ler em São Domingos, viveu em Pombal, estudou em Patos e em Recife. Mas o homem de várias pátrias se completa mesmo voltando aos seus lugares, seus berços, onde em cada lugar, em cada canto, encontra um pedaço de sua vida.

É nesse quebra-cabeça do passado, da saudade, montado a peça, emoção por emoção, encontra a felicidade de homem pleno, da família, dos amigos, da Paraíba, da vida: Antônio Elias de Queiroga, o eterno filho de seu Vicente e D. Olívia, o eterno menino da Nova Acauã.

De 1945 a 1948, estudou em São Domingos, conheceu as primeiras letras na pequenina escola onde funcionava na casa do Chefe da Estação de Trem, sob o comando da primeira professora, D. Júlia.

– 1949 – estudou em Pombal no grupo escolar João da Mata, onde concluiu o primário.

1950 a 1954 – Em 1950, Antônio Elias de Queiroga é levado por seu cunhado José Carneiro Cavalcanti para o Internato de Monsenhor Vieira, em Patos, onde cursou o Admissão e o Ginásio.

1955 a 1962 – Concluído o ginásio, em Patos, foi morar em Recife, onde cursou o Clássico de 1955 a 1957, no Colégio Padre Félix. Em 1958, prestou vestibular e tornou-se acadêmico da tradicional Faculdade de Direito de Tobias Barreto.

– 1962 – Volta a residir em Pombal, onde instala escritório de advocacia, exercendo a profissão de advogado durante dois anos.

– 1963 – Em março, começa a namorar Onélia. Noivam em 09 de setembro do mesmo ano. Em 1965, uniram-se pelo matrimônio.

– 1964 – Submete-se a concurso público para Juiz de Direito e é aprovado em segundo lugar e nomeado para a Comarca de Bonito de Santa Fé.

– 1965 – Foi removido para Uiraúna e substituiu as Comarcas de Sousa e de Antenor Navarro, hoje, São João do Rio do Peixe. Passou por diversas comarcas, por Campina Grande e depois para João Pessoa, onde foi titular da 5ª Vara Cível.

– 1988 – Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba, promovido pelo critério de merecimento e nomeado em 09 de março daquele ano.

– 1995 – Chegou ao topo da carreira que escolheu como sacerdócio, a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba no biênio fevereiro de 1995 a fevereiro de 1997.

– 1996 – Assumiu interinamente o Governo do Estado da Paraíba, por dois períodos, substituindo o então Governador José Targino Maranhão. O primeiro período foi de 13 a 22 de abril de 1996 e o segundo, de 21 a 27 de julho do mesmo ano.

– 1997 – Assumiu a Vice-Presidência e a Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral e, no ano seguinte, a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, onde presidiu com maestria as eleições estaduais.

Juiz e professor, sempre buscou repassar os ensinamentos adquiridos ao longo de sua vida. Foi professor do Estado em 1968; professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba, sendo titular da cadeira de Direito Civil; professor de Direito Constitucional e Processual Civil da Unipê de 1974 a 1979 e professor da Escola Superior de Magistratura Desembargador Almir Fonseca (Esmaf).

Escritor na área de Direito, publicou mais de 20 trabalhos, sendo ainda, para muito orgulho da Paraíba e nosso, colunista do jornal **Correio da Paraíba**.

O grande advogado e professor paraibano Paulo Américo Maia bem definiu o Desembargador Queiroga na orelha do livro **Responsabilidade civil e o novo Código Civil**:

Apaixonado pela mulher, a escritora Onélia, e pela rédua de filhos e netos, o desembargador Queiroga dedica à família o resultado final da obra: “por tudo que representam para mim”, [dizia o Desembargador]. A dedicatória, como não poderia deixar de ser, se estende à memória do Desembargador Mário Moacyr Porto, outro gigante parido na Paraíba.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a transcrição nos Anais do Senado Federal da carta enviada ao Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba pelo grande civilista paraibano Desembargador Antonio Elias de Queiroga, datada de ontem, 16 de agosto de 2006, em razão da sua aposentadoria compulsória, hoje, 17 de agosto de 2006.

De forma pessoal, dou meu testemunho da vida honrada e virtuosa do Desembargador Antônio Elias de Queiroga.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. Fica nas mãos de V. Ex^a cópia da carta, enviada ao Presidente do Tribunal, a qual muito nos honraria se estivesse transcrita nos Anais deste Senado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ROBERTO CAVALCANTI EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Carta de Queiroga

João Pessoa, 16 de agosto de 2006

Meu caro presidente, Desembargador Júlio Paulo Neto

Após quarenta e dois anos a serviço da Magistratura paraibana, sendo dezoito anos no Tribunal de Justiça, venho despedir-me da judicatura, á qual procurei servir com correção, dedicação e ética, em que pesem as dificuldades originadas de minhas naturais limitações.

Realizei-me, ao compreender a importância de minha vocação. O Poder Judiciário enriqueceu-me com o exemplo de seus grandes Juizes e a amizade de inúmeros deles, bem assim de ilustres membros do Ministério Público e Advogados.

Doei-me ao meu ofício com amor, com espírito público, com coragem e com honestidade. No meu caminhar afanoso, em que como diz São Paulo, “andamos pela fé e não pela vista”, encetei os meus passos.. As angústias do mundo presente não me afugentaram. Pelo contrário, animaram-me a escrever uma mensagem. Pelo contrário, animaram-me a escrever uma mensagem de confiança, de igualdade e de fraternidade, inspirado no destino transcendental da criatura humana. Sempre sonhei com uma justiça que fosse a imagem da perfeição, não a perfeição absoluta, que é dom de Deus, mas aquela que traduza o mais alto grau de beleza a que pode chegar uma instituição humana.

Agradeço, na pessoa de Vossa Excelência, a compreensão e simpatia que recebi de meus colegas, desde o primeiro momento, tanto dos amigos, como dos novos companheiros de jornada, sem exceção, que sempre me honraram com demonstrações inequívocas de apreço e compreensão, provas estas que guardarei como a mais cara lembrança que levo deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Adeus a todos os meus pares; adeus aos que me incentivaram, aos que me compreenderam; adeus a todos os que relevaram os meus erros, aos que, de uma forma ou de outra, se inseriram na grande paisagem humana do Poder Judiciário, com que a vida me gratificou.

Rogo a Vossa Excelência que transmita aos Juizes de Direito do Estado da Paraíba, com quem sempre tive o melhor convívio, respeito e admiração, a minha palavra de despedida, extensiva também aos servidores do Poder Judiciário.

Peço desculpas por não comparecer, pessoalmente, ao plenário desta Corte. Não suportaria a emoção. Sei dos sentimentos que me dominam no momento em que me despeço do Poder Judiciário do meu Estado. Esse transe é próprio de quem busca uma carreira por vocação.

Reafirmo, por último, a Vossa Excelência, a minha afetuosa estima, consideração e amizade fraterna.

Cordialmente

Antônio Elias de Queiroga

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Perfeitamente, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro aqui, porque recebo esta notícia da **Folha Online**, que os reajustes salariais do primeiro semestre são os melhores desde 1996, segundo o Dieese.

Na minha opinião, cabe este registro, porque me leva a acreditar, mais uma vez, que é o acerto na política econômica que acaba dando todas as condições para que a classe trabalhadora brasileira possa galgar melhores ganhos nos seus contratos de trabalho, nas suas relações trabalhistas com seus empregadores.

Portanto, creio ser um registro que vale a pena. Peço a V. Ex^a que publique a íntegra dessa nota nos Anais desta Casa. Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senhor Presidente e prezados colegas,

Aproveito a oportunidade para ler uma informação publicada hoje pela **Folha Online**. Essa informação me deixou contente com um ex-sindicalista e como senador da base de apoio do governo. A notícia, entendo, é um reflexo do bom desempenho da economia brasileira e, ao mesmo tempo, a reafirmação do bom desempenho do governo Lula, aliás, confirmada pelas últimas pesquisa que avalia o governo e mede as intenções do presidente da República.

FOLHAONLINE

17/08/2006 - 11h32

Reajustes salariais do 1º semestre são os melhores desde 1996, diz Dieese

da **Folha Online**

As negociações salariais do primeiro semestre foram as melhores já obtidas pelos trabalhadores no período desde pelo menos 1996, ano em que o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) iniciou a pesquisa sobre reajuste salarial.

Das 271 negociações para recomposição salarial acompanhadas pelo Dieese nos primeiros seis meses deste ano, cerca de 96% fecharam acordos de reajustes iguais ou superiores à inflação medida pelo INPC (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE.

O resultado das negociações deste ano mostra um avanço de 10 pontos percentuais em relação a igual intervalo de 2005, quando a proporção dos reajustes capazes de ao menos repor as perdas inflacionárias foi de 85,1%.

Por setores econômicos, o levantamento do Dieese mostra que as negociações acompanhadas no primeiro semestre resultaram em maiores reajustes salariais no comércio, onde 91% das categorias conseguiram recomposições superiores ao INPC.

Na indústria, esse percentual equivale a 84% e no setor de serviços, a 77%.

Segundo o Dieese, vários são os fatores que contribuíram para este bom desempenho das negociações, como a expansão do mercado consumidor interno, estimulada pela maior oferta de crédito, pelo efeito dos programas sociais dos governos estaduais e federal e pelo impacto dos últimos aumentos reais do salário mínimo oficial.

"Além dos esforços empreendidos pelo movimento sindical na busca de ganhos salariais, o crescimento da economia nacional, embora ainda insuficiente para suprir as necessidades que se colocam, tem colaborado para a realização de negociações vantajosas para os trabalhadores nos últimos três anos", avalia o Dieese.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Perfeitamente, Senador Sibá Machado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, também peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de juntar à transcrição do Senador Sibá Machado o discurso de campanha do Presidente Lula sobre a questão salarial brasileira, quando prometeu dobrar o salário do brasileiro.

Obrigado por ser atendido.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Sibá Machado, V. Ex^a há pouco exaltou e fez a apologia da figura de Getúlio Vargas. Concordo em parte com V. Ex^a.

O mês de agosto no Brasil é um mês em que perdemos alguns vultos da nossa história. Semana que vem, não vamos reverenciar a morte na data, mas vamos reverenciar um fato que foi muito importante na história do Brasil: a renúncia de Jânio Quadros.

Jânio Quadros, que encantou o Brasil com o seu discurso de renovação, de promessa de mundo novo e de mudanças, no sétimo mês, quando percebeu que estava traindo o povo brasileiro e que não estava cumprindo as promessas feitas e o compromisso assumido com a Nação brasileira, alegando pressões que recebia das chamadas forças ocultas, optou em ficar em paz com a sua consciência. Vendo a impossibilidade de cumprir aquilo que havia criado de expectativa para com esta Nação, em um ato unilateral, renunciou, dando início a uma crise, contornada pela habilidade de brasileiros como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, San Tiago Dantas, que, por meio de uma exaustiva negociação, conseguiram demover opiniões contrárias no Brasil para a posse de um Vice-Presidente que se encontrava na China, mais especificamente em Formosa. Isso permitiu que o Sr. João Goulart fizesse um caminho de volta calculadamente demorado, tomasse posse – aí já com a transformação do regime de presidencialismo para parlamentarismo – e assumisse finalmente o governo brasileiro.

Os sete meses do Sr. Jânio Quadros foram sete meses de factóides: suspensão de briga de galo, proibição de biquíni na praia de Copacabana, pintura de carros públicos. Muitas das medidas eram corretas, mas para cada fato daquele dava-se um destaque tremendo na imprensa. A imprensa procurava, com muita avidez,

saber o conteúdo dos implacáveis bilhetinhos do Jânio. Eu era criança e quero até aconselhar o Senador Sibá, em sua visita mensal às livrarias de Brasília, a procurar encontrar, pelo menos nos sebos, o livro chamado “Os bilhetinhos do Jânio”. Proibiu briga de galo. A briga de galo é proibida no Brasil e é feita apenas na clandestinidade. Anos depois, o marqueteiro-mor do Partido dos Trabalhadores, Duda Mendonça, foi preso exatamente porque descumpria a lei e promovia brigas de galo no Rio de Janeiro.

Mas o Sr. Jânio Quadros pelo menos teve uma coisa na vida, que é a coerência. Não atentou contra as instituições democráticas, não quis cercear a imprensa, não pediu em nenhum momento que a imunidade parlamentar fosse quebrada. O Sr. Jânio Quadros viu que não tinha força para honrar a própria palavra, aquela expectativa criada, e optou pela única saída com que pudesse, posteriormente, ele próprio, acompanhar a consequência dos seus gestos. Em um país que vinha traumatizado de uma crise dez anos antes que culminou com o suicídio de Vargas.

Mas o Sr. Jânio tem um traço fantástico nesse episódio. Ele não teve forças para combater estruturas implantadas no País, mas ele teve força e foi implacável no combate à corrupção. Não se tem notícia de um companheiro de Jânio fazendo caixa dois, fazendo arrecadação paralela. Não se tem notícia, no governo do Sr. Jânio Quadros, da malversação do dinheiro público. Ao contrário, os barnabés, como eram chamados, à época, os funcionários públicos, tremiam de medo de serem pegos em algum desacerto e serem vítimas dos sarcásticos bilhetinhos do Jânio. Muito diferente do que ocorre hoje.

Estou fazendo essa introdução esperando o retorno do Senador Sibá Machado ao plenário, porque quero continuar o debate de ontem sobre o gás da Bolívia.

O Senador Sibá Machado disse aqui que o acordo quanto ao gás da Bolívia ia muito bem, Senador Geraldo Mesquita, que os investimentos seriam aumentados e que o acordo com o Sr. Morales estava de pé. Aí, meu caro Presidente, louvo, mais uma vez, Dr. Carreiro, a força da TV Senado. Ao chegar ao meu gabinete, comecei a receber, insistentemente, *e-mails* e telefonemas de ouvintes do Mato Grosso revoltados com a informação imprecisa sobre a relação entre o Brasil e a Bolívia no que diz respeito ao gás.

Mandaram-me notícias de fatos acontecidos justamente ontem:

Bolívia ameaçou cortar gás, afirma MT.

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), pediu a intervenção da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) e do ministro Silas Rondeau (Minas e Energia) para assegurar o

fornecimento de gás à usina termelétrica de Cuiabá (MT) que seria interrompido ontem por “motivação política” do presidente da Bolívia, Evo Morales, segundo avaliou o governo estadual.

Esse artigo conta sobre as humilhações que o Brasil vem sofrendo por parte do governo do vizinho país.

Paralelamente, recebi um artigo de uma brasileira. Baseio-me nas informações originárias de brasileiros. Tenho pavor de informações da CIA, porque estas não são boas para o Brasil, são boas para o governo americano, haja vista as informações que a CIA passa aos Estados Unidos nas questões da violência que toma conta da região do Golfo e circunvizinhança. Portanto, peço aqui a transcrição do artigo da jornalista Sheila Fontes, que escreve especialmente para o Diário de Cuiabá.

Mato Grosso poderá parar. Esse será o reflexo do desabastecimento de gás natural que está caindo a cada dia pelo governo boliviano, e divulgado ontem em tom de alarme pela Usina (...), mais conhecida como Termelétrica de Cuiabá. Responsável por 70% do suprimento de energia do Mato Grosso, a usina é a principal fonte energética do estado.

Mostro também matéria da IstoÉ Dinheiro desta semana:

Diálogo de surdos.

Agravou-se a disputa entre os ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente. O ministro de Minas e Energia, Silas Rondau, acusa a colega Marina Silva de dar apoio aos radicais do meio ambiente em prejuízo da construção de hidrelétricas. Pelos cálculos de Rondau, cresce o risco de um novo apagão a partir de 2010, se projetos como Belo Monte (AM), de 12 mil megawatts, e o complexo do Rio Madeira (RO), de 6 mil megawatts, continuarem enterrados por falta de licenças ambientais.

Enquanto o Brasil passa por essa crise seriíssima, o Presidente anuncia como fato consumado e concreto a construção dessas duas unidades, sem que sequer os Ministros do seu Governo cheguem a uma conclusão técnica sobre o episódio. É lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esses fatos aconteçam no País.

O Senador Sibá Machado irritou-se quando eu disse que os discursos pronunciados por ele, tinham origem no Planalto. Longe estou de tentar diminuí-lo ou ofendê-lo. Tenho pelo Senador Sibá Machado a maior admiração, o maior respeito, e nada haveria de incorreto se S. Ex^a aqui, como porta-voz do Governo

– exerce, aliás, um papel de resistência, enquanto os titulares fogem do plenário –, transmitisse essas informações.

Eu mesmo acabo de ler um artigo – de que pedi transcrição – de uma jornalista do Mato Grosso, e não me sinto diminuído em fazê-lo, porque creio que presto um serviço ao País quando divulgo fatos em que acredito.

O lamentável disso tudo, Sr. Presidente, é que, enquanto esses fatos graves acontecem, o Presidente saracoteia nos corredores do Banco do Brasil cantando “Lula lá”. Quando começaram a cantar “Lula lá”, ele pediu: “Cala, cala, cala, cala”. Ficaram pensando, meu caro jornalista Fonseca, que era para cumprimento da Lei Eleitoral. Mas não; ele não queria o “Lula lá” porque aquela música é coisa do passado. Aquele “Lula lá” era da época em que o Partido era inteiro na dignidade de comportamento, quando cantores e artistas brasileiros se juntavam para, de maneira uníssona, cantá-la. Ele agora mudou de música! É uma música sofisticada. Ele não queria que tocasse a música antiga. Mas passou, desrespeitando a Lei Eleitoral, bom pedaço da tarde, ou da manhã, nas dependências do Banco do Brasil, que, aliás, fez algumas greves este ano, neste Governo, cobrando os maus-tratos do Presidente da República com aquela Casa. Se examinarmos a fotografia ou a cena, não eram mais do que seis ou oito funcionários daquela Casa. Aquela instituição, que foi modelo para o País, que vem numa defasagem salarial ao longo do tempo e que Sua Excelência prometeu recuperar, motivado, inclusive, por ter em seus quadros, na sua equipe de Governo, vários funcionários originários dela, ficou só na conversa e na balela. Vai ver que prometeu para o próximo mandato. Aliás, Sua Excelência tem tentado passar à opinião pública que, no próximo mandato, vai fazer tudo que prometeu no atual e que não fez.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O povo brasileiro acredita se quiser.

Sr. Presidente, mais uma vez, louvo a rapidez da interação entre o ouvinte e o Senador, proporcionada pela TV Senado. Eu estava travando um salutar debate com o Senador Sibá Machado, S. Ex^a fazendo apologia da CIA e eu preocupado com a saúde de Fidel Castro. Não resta dúvida de que, se Fidel Castro tomar conhecimento de que o Governo brasileiro agora se baseia em informações da CIA para fazer previsões, vai ficar bastante decepcionado.

Mandaram-me um texto de um líder, cuja inserção nos Anais solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, que diz o seguinte:

Assim, sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-

se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e pôr-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões de governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana.

Esse texto, Senador Sibá Machado, muito adequado para o momento atual no Brasil, é de autoria de um anarquista russo facilmente encontrável nas livrarias que freqüentamos. É do século XIX, de autoria de Mikhail Badunin, que viveu entre 1814 e 1876. Morreu jovem, portanto.

Senador Sibá Machado, lamentei V. Ex^a não estar no plenário, mas fiz a transcrição de informações que me chegaram sobre os reais fatos envolvendo a relação do Brasil com a Bolívia nesse episódio do gás.

Quero dizer que sempre fui contra ação popular, aquelas ações populares demagógicas, inconseqüentes, irresponsáveis, de que partidos de Oposição faziam uso no passado e de que hoje, quando assumem o Governo, fogem como o diabo foge da cruz. Entretanto, se tivermos a confirmação do que disse aqui V. Ex^a e for ampliado o acordo envolvendo o gás da Bolívia e o Governo brasileiro, entrarei com uma ação popular contra o Presidente da República, por dois motivos: primeiro, é um acordo danoso e nocivo contra o Brasil; segundo, eu o farei por segurança, para que S. Ex^a não diga à Nação brasileira depois que não sabia do que aconteceu.

A partir do momento em que ingressarmos com a ação popular e o Presidente da República for notificado, ele saberá que o gesto contra o Brasil é criminoso e que foi proposta uma ação popular.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, contando com a generosidade do Senador Paulo Octávio.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito, a ação popular é um direito constituído. Ela pode até ter sido usada por algumas pessoas de maneira banalizada, não digo irresponsável, mas desnecessária. Ela é um instrumento importante para que a sociedade civil se apresente em juízo e faça alguma reclamação.

No caso do gasoduto, ouvimos a explicação do porquê de a Petrobrás ter ido até a Bolívia: precisávamos de um combustível como o gás para abastecer o setor industrial do centro-sul brasileiro. Depois, houve até incentivo para que a indústria automobilística produzisse

carros com dois ou até três tipos de combustível. Não temos fontes de produção de gás e o Brasil começa a ir atrás de fontes agora, mesmo que tardiamente. A Petrobras vai fazer prospecções para saber se o Brasil pode ser auto-suficiente em gás num futuro não tão distante. A única fonte de gás que temos está na Bolívia, e um rompimento de qualquer natureza com a Bolívia significa que desabasteceremos São Paulo, Rio e outros Estados que hoje têm o gás como um dos importantes combustíveis. Acho extremamente responsável o que o Governo do Presidente Lula está fazendo. Se há uma opinião de maior soberania da Bolívia e o gás está sendo usado de maneira correta ou incorreta, acho que a reclamação que temos ouvido, que é justa, é que o Brasil não pode tratar isso como uma coisa tão simples, pois não é uma coisa simples. Mas um rompimento, por exemplo, se o Brasil quiser se manter, digamos, mostrando maior arrogância com a Bolívia, demonstrando maior poder, maior firmeza ou coisa parecida, pode ser que o Governo boliviano resolva mandar parar o fornecimento de uma hora para a outra.

Então, isso é um péssimo exemplo para um país que procura fortalecer a economia local, da América do Sul, o Mercosul, fazer tantas coisas, e um exemplo não pode ser dado. Embora eu concorde que o governo boliviano fica com algumas ameaças, de uma hora para a outra, contra um governo que tem honrado seus compromissos, se a discussão é preço ou outra coisa, que se faça. O Governo brasileiro tem sido extremamente responsável para com o governo boliviano e, portanto, é isso que devemos defender daqui para frente. Acho que, se fosse preciso, talvez, uma melhor manifestação brasileira diante deste assunto, podemos até trabalhar isso. A ação popular de V. Ex^a talvez seja no sentido de impedir que o Governo brasileiro mantenha firmeza nas negociações, que acho até que não precisa, mas nada como uma manifestação nacional. O rompimento com a Bolívia é um mau sinal para a América do Sul e, consecutivamente, para um cenário de relacionamento com outros países.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero que V. Ex^a entenda uma coisa: não estou propondo o rompimento com a Bolívia; a Bolívia é que está anunciando o rompimento com o Brasil e ameaçando constantemente romper relacionamento. A minha ação popular é no sentido de não permitir que o Brasil faça novos investimentos confiando no fornecimento de um gás cuja manutenção pode não ser tão segura.

Senador, eu não vi o livro da CIA, mas, naturalmente, nele deve constar que já temos campo de gás natural detectado no litoral do Espírito Santo e que a Petrobras, apenas por questão de economia, está optando pela exploração do gás boliviano porque investimentos já foram feitos. Mas, diante de um fato dessa natureza,

a providência brasileira deveria ser, imediatamente, dar andamento a esse projeto, prestigiar o gás brasileiro.

O Senador Marco Maciel, que colaborou muito para isso, sabe que há quase trinta anos – Senador, desminta-me se estou errado no tempo – que Pernambuco se abastece de gás natural vindo do Rio Grande do Norte. Várias indústrias de Pernambuco consomem um gás mais barato e menos poluente, e esse gasoduto se estende por vários Estados do Nordeste. O que precisamos, Senador Sibá Machado, é fazer com o gás o que se está fazendo com o petróleo e com outros derivados de combustível: investir na planta nacional, porque não podemos ficar prometendo, por exemplo, a construção de um gasoduto que será maior do que a Muralha da China.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite mais um comentário?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, com maior prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Tão logo surgiu a crise, a Petrobras anunciou que vai trabalhar agora com toda a velocidade possível para que o Brasil seja auto-suficiente em gás, para não ficarmos dependendo apenas da Bolívia. Agora, a análise que se faz também é que o governo boliviano não faria um rompimento porque o único País que consome o gás boliviano é o nosso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a está certo. Somos consumidores potenciais do gás boliviano, mas o Brasil não pode se submeter à humilhação que lhe está sendo imposta. Não podemos admitir que, todas as vezes que o Presidente quiser crescer nas pesquisas, aprovar votações, aprovar a convocação de assembléia constituinte ou fazer média nas pesquisas, ataque e agrida o Brasil. Não é justo que um Estado como Mato Grosso viva o pânico que viveu esta semana por causa disso. E V. Ex^a disse ontem com todas as letras – está aqui a cópia do discurso de V. Ex^a – que novos investimentos serão feitos. Não há a menor possibilidade, Senador Sibá Machado, que ocorra um fato dessa natureza...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, eu falei sobre o acordo de preços.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não. O acordo de preços é uma briga comercial entre duas empresas. O que quero preservar é a soberania.

Vou sair daqui hoje muito preocupado...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Os investimentos que citei são exatamente os que a Petrobras vai fazer em território brasileiro. O que se está fazendo na Bolívia é acordo de preços.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A discussão ontem não foi essa, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a pode ter entendido que a Petrobras está ampliando seus investimentos lá, mas eu desconheço esses investimentos. O que sei é que o Presidente Lula nomeou uma comissão para ir à Bolívia para fazer novas negociações, comissão formada pelo Ministro Silas Rondeau, das Minas e Energia, e pelo Presidente da Petrobras. Essas duas pessoas têm a responsabilidade de chegar a um entendimento com a Bolívia. Novos investimentos lá, que eu saiba, estão suspensos. Data de quando a presença da Petrobrás na Bolívia? De 1996.

Desde 1996, a Petrobrás opera o gás na Bolívia. Então, se há medo de um acordo lesa-pátria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Heráclito Fortes, o debate é muito importante, mas o Senador Marco Maciel tem um compromisso e aguarda ansiosamente sua vez. Sugiro que a discussão desse assunto continue depois da sessão ou após o pronunciamento do Senador Marco Maciel.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Prometo-lhe que em um minuto eu encerro.

Quero dizer apenas ao Senador Sibá Machado que vou sair daqui hoje bastante preocupado. Na Legislatura passada, como Deputado Federal, vi o então Deputado Waldir Pires trabalhar para impedir um acordo que o Brasil faria com o governo americano envolvendo a operacionalização da base aérea de Alcântara. O argumento que ele usou foi exatamente o de que os segredos nacionais tinham de ser preservados. Depois que vi V. Ex^a fazer aqui a leitura ufanista de um relatório da CIA projetando o que quer que o Brasil seja daqui a vinte anos, Senador, lembrei-me imediatamente do ex-Deputado Waldir Pires. S. Ex^a certamente não sabe disso. Portanto, como eu havia pedido a distribuição de cópias daquele pronunciamento para algumas pessoas, incluo entre os destinatários o Dr. Waldir Pires, que é um ultranacionalista, até exageradamente nacionalista. S. Ex^a realmente vai ficar preocupado com a evolução do Partido dos Trabalhadores, aquele partido que combatia banqueiros e hoje é o protetor dos banqueiros no Brasil. Aquele partido que pregava nos seus discursos e pichava nas paredes do Brasil “Fora, ianque!”, “Fora, Bush!”, “fora” para qualquer americano que assumisse a presidência hoje segue o que a cia dita para esta pátria outrora chamada de gigante adormecido.

Acorda, PT!

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno)

Bolívia ameaçou cortar gás, afirma MT

Governo do Estado aponta "motivação política"; vizinho alega problema técnico

Depois de intervenção de Dilma Rousseff (Casa Civil) e de Silas Rondeau (Minas e Energia), fornecimento foi restabelecido

HUDSON CORRÊA

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE

FABIANO MAISONNAVE

DA REPORTAGEM LOCAL

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), pediu a intervenção da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) e do ministro Silas Rondeau (Minas e Energia) para assegurar o fornecimento de gás à usina termelétrica de Cuiabá (MT) que seria interrompido ontem por "motivação política" do presidente da Bolívia, Evo Morales, segundo avaliou o governo estadual.

O secretário-chefe da Casa Civil de Mato Grosso, Antonio Kato, Morales anunciou que o fornecimento de gás para a usina cairia ontem de 1,8 milhão de m³ por dia para 600 mil, mas La Paz voltou atrás após a ação do governo federal.

Procurado pela Folha ontem à noite, o presidente da YPF (estatal boliviana), Jorge Alvarado, disse, por telefone, que não comentaria o caso e orientou a reportagem a procurar a Petrobras, apesar de a empresa brasileira não ter nenhuma participação no ramal que leva o gás a Mato Grosso.

Oficialmente, segundo Kato, o governo da Bolívia alegou problemas técnicos devido às chuvas na região de extração do gás ainda no mês de abril.

"Isso [a redução] colocaria Mato Grosso num sistema de apagão porque 70% da energia do Estado é proveniente dessa usina", disse o secretário.

"A gente interpreta isso mais como uma motivação política porque, na verdade, não há nenhuma pretensão em questão de tarifa. A questão tarifária já foi resolvida e tudo está acertado", acrescentou Kato.

A Secom (Secretaria de Comunicação) do governo de Mato Grosso chegou a informar que anteontem a usina parou de funcionar por falta de gás boliviano, mas Kato disse que o risco de paralisação só foi afastado definitivamente ontem "Alegaram essas questões técnicas, mas a gente acha que estavam querendo um fato político. A gente está sujeito a uma extemporaneidade dada a veledade do presidente da Bolívia", disse Kato. Para ele, se fosse um problema técnico, o fornecimento não teria sido restabelecido tão rapidamente. A termelétrica, cujo nome é Usina Governador Mário Covas, pertence ao fundo inglês Ashmore Energy International, que comprou em maio último as ações da Prisma Energy, dona de ativos da falida norte-americana Enron. No site da usina, aparece como dona da termelétrica também a Shell.

Em junho, o governo boliviano abriu uma ação contra a Enron por suposta lesão à Bolívia em contratos na construção de um gasoduto em 1994 e informou que o processo poderá atingir o fundo Ashmore.

MT prestes a 'apagar'

Responsável por 70% da energia consumida no Estado, usina entrou em colapso após desabastecimento de gás natural.

SHEILA FONTES
Especial para o Diário

Mato Grosso poderá parar. Esse será o reflexo do desabastecimento de gás natural, que está caindo a cada dia pelo governo boliviano, e divulgado ontem em tom de alarme pela Usina Termelétrica Mário Covas, mais conhecida como Termelétrica de Cuiabá. Responsável por 70% do suprimento de energia de Mato Grosso, a usina é a principal fonte energética do estado.

Segundo Carlos Baldi, superintendente da Usina, dos 2 milhões de metros cúbicos necessários para suprir o abastecimento, apenas 600 mil metros estão sendo disponibilizados, ocasionando um fracionamento que deverá chegar ao déficit em pouco tempo.

A previsão é que a partir de hoje ou amanhã a planta térmica da Usina deverá ser paralisada, reduzindo o potencial energético do Estado inteiro, ocasionando um possível "apagão".

A possibilidade de uma sobrecarga de energia foi confirmada pelo superintendente regional da Eletronorte, Paulo César Kogima, que afirmou que apesar da notícia ainda não ter sido confirmada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), as precauções estão sendo tomadas. "Estamos preparando o sistema para agüentar uma possível sobrecarga", afirmou.

As retaliações do gás ao Brasil foi uma das primeiras medidas do presidente Evo Morales, que nacionalizou o gás boliviano e pretende rever os preços acordados. O governo boliviano impôs um prazo de 60 dias para resolver a questão (ver matéria).

Nesse primeiro momento apenas o abastecimento para Mato Grosso está comprometido. Segundo Carlos Baldi, o abastecimento para a Petrobras, região sudeste do país e a Argentina ainda não foram reduzidos, fato explicado pelo tamanho da frente de demanda do Estado, bem menor que as demais.

O abastecimento de energia sofre uma demanda maior nesse período do ano, em que a seca reduz a capacidade das PCHs (pequenas centrais hidrelétricas).

O secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia do estado, Alexandre Furlan, demonstrou preocupação com o atual cenário de possível queda de abastecimento. "O problema sai da nossa competência, mas estamos acompanhando as negociações. Um problema desses afeta diretamente nossas indústrias", disse.

GNV - A falta de gás para o abastecimento interno de GNV (gás natural veicular) ainda não deverá ser prejudicado, pelo menos nos primeiros dias. Segundo o presidente da MT Gás, Helny de Paula, não há motivos para alarde. A quantidade utilizada para esse fim é pequena comparada ao volume utilizado pela EPE, e o abastecimento está garantido. "utilizamos apenas 200 metros cúbicos por mês. Isso significa um volume pequeno que poderá ser viabilizado de outras formas", afirmou.

A mudança de cenário não está sendo visualizada pela Usina, que espera um posicionamento do governo boliviano quanto à volta do pleno abastecimento. E até lá a demissão de 64 funcionários poderá ser cogitada. "Se isso acontecer, quer dizer que está fora do nosso controle".

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3ª Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Paulo Octávio, Sr^{as} e Srs. Senadores, o famoso estudioso de Ciência Política Adam Przeworski, natural da Polônia – e como sabemos, os nomes poloneses se caracterizam pela abundância de consoantes e por poucas vogais –, observou com muita propriedade que, nos últimos duzentos anos, a mais importante invenção da democracia foi o voto universal. E acrescentou: “Há voto sem democracia [em regimes autoritários isso acontece com frequência], mas não há democracia sem voto”.

Faço essas observações, Sr. Presidente, para refletir sobre o sentido do voto no momento em que nos preparamos para as eleições de outubro, que são, podemos dizer assim, eleições gerais, vez que se destinam a prover os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, um terço do Senado Federal, a totalidade da Câmara dos Deputados, os cargos dos Executivos Estaduais e do Distrito Federal, Governadores e Vice-Governadores, bem assim os das Assembleias Legislativas e da Assembleia Legislativa do Distrito Federal.

Tomo, como documento para análise desse pleito, oportuno pronunciamento do Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. S.Ex^a, com muita propriedade, chamou a atenção para a importância do voto, no dever do cidadão ou da cidadã de participar.

Disse ele: “... o momento requer a maior atenção. Observe a situação de hoje a exigir de todos nós muita responsabilidade. Sim, devemos exercer a cidadania com os olhos voltados à preocupação com o bem-estar geral, com o patrimônio público. O poder é do povo – continuo citando o Presidente Marco Aurélio Mello –, que transfere a homens ou a pessoas cujo único interesse nessa caminhada deve ser o de bem servir. Daí a necessidade de estarmos atentos, fazendo nesses dias de campanha eleitoral o exame criterioso dos candidatos e de suas propostas, desprezando aqueles que prometem coisas absurdas, deixando levar em conta somente a simples fachada. Olhemos a vida profissional dos candidatos, analisando, com muito cuidado, não nos deixando enganar.”

Aliás, uma das marcas fundamentais do político deve ser aquela de não se deixar enganar, mas, também, de não enganar. Daí a importância de uma cidadania ativa esteja atenta àqueles políticos que, às vezes, fazem de suas promessas um caminho para o engano do eleitor.

O apelo do Ministro Marco Aurélio, que eu referendo integralmente, é um apelo à cidadania; é um apelo à participação, para a construção do País. Ele condena de forma veemente todos os movimentos absenteístas, ou seja, aqueles pregando que o eleitor não deve comparecer às urnas. E condena os que desejam anular o voto, uma atitude não construtiva, nociva, porque, se não comparecemos ao pleito, se anulamos o nosso voto, estamos concorrendo para sermos governados pelos piores. A nossa omissão, no caso, é um grave equívoco, pode ser responsável por termos o País em rumos inadequados, comprometendo assim o seu sonho de se converter em uma nação justa, próspera e desenvolvida.

Cito ainda o Ministro Marco Aurélio: “É hora de prestar atenção no que dizem e como se comportam, no que fizeram no passado e, principalmente, de saber se essas pessoas são de fato pessoas corretas e cumpridoras dos deveres”.

Aí passamos para um outro nível de debate. O eleitor, ao votar, terá de fazer, a meu ver, um estudo conseqüente e consciente sobre em quem está votando, olhando o programa partidário, posto que, no Brasil, nenhum candidato pode se apresentar, se não estiver filiado a uma agremiação. Portanto, é fundamental saber qual o programa desse partido e que idéias defende o postulante. E, mais ainda, tentar analisar o currículo desse postulante, seus antecedentes e aquilo que ele propõe.

Então, diria que o tempo de campanha – e no Brasil o tempo já não é tão longo assim, as campanhas já foram mais longas – deve ser o tempo também de uma grande mobilização cívica, de um grande esforço para fazer com que todos venham a exercer o direito do voto.

Volto a citar o Ministro Marco Aurélio: “Lembre-se de que, ao depositar o voto na urna, você[, eleitor,] estará demonstrando confiança em um futuro melhor. Por isso, o seu voto é muito, muito importante”.

Sabemos que no Brasil, Sr. Presidente, o voto não é só um direito, é um dever, o cidadão não somente dispõe da faculdade de votar, como também a legislação estabelece que é uma obrigação a que não se pode fugir.

Na verdade, o voto é fundamental para que consolidemos as instituições democráticas e possamos melhorar os níveis de governabilidade. Creio que o voto serve de pedagogia para o eleitor, mas também, de alguma forma, contribui para que o candidato possa habilitar-se a receber o voto. Com isso, quero dizer que o voto obrigatório que se pratica no Brasil – que defendo – é muito importante, porque força o candidato a percorrer todo o País. Assim, ao tomar posse já terá conhecido bem o Brasil, sua diversidade regional, sua multiplicidade étnica, suas disparidades econômicas, suas desigualdades sociais. Enfim, é importantíssimo!

Quando Roraima ainda era território, estive na sua capital, Boa Vista, e assisti a um depoimento que não me saiu da cabeça. Fiz uma palestra na Associação Comercial e Industrial de Roraima, nos idos de 1983/1984, onde estavam representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, talvez por ser advogado, membro da OAB, embora licenciado em virtude do mandato legislativo.

Ao final da palestra, ouvi um depoimento que me deixou muito sensibilizado. Contou-me um grupo de advogados que, durante a campanha de Jânio Quadros, em 1960, havia um clima em Roraima no sentido de dialogar com o Presidente. Algumas pessoas do Estado se reuniram, fretaram um avião e foram até Manaus, onde estava previsto um comício do Presidente Jânio Quadros. Quando desembarcaram no aeroporto, tomaram conhecimento de que o Presidente estava chegando naquele momento. Então, eles se aproximaram de uma fileira de admiradores do Presidente e se juntaram ao grupo. No momento em que Jânio Quadros passou entre essas fileiras, um deles gritou: “Presidente, quando V. Ex^a vai a Roraima?” Ele disse: “Não sou candidato a Vereador”.

Era uma resposta típica, de bate-pronto, do Jânio. Mas, de alguma forma, tinha uma lógica. Naquela época, Roraima ainda era território, talvez não tivesse cem mil, ou menos cinqüenta mil eleitores. Não tinha sentido um candidato a Presidência da República ir a Roraima – um território como diriam os franceses **là-bas**, muito distante. Era mais simples o candidato ficar só nas zonas densamente povoadas. Para que conhecer Roraima, ou Amapá, ou Acre, ou Rondônia, ou agora o mais jovem Estado do Tocantins? São Estados que têm pequeno eleitorado.

Portanto, o voto obrigatório não somente serve de pedagogia para o eleitor, que, tendo de votar e fazer uma opção, precisa refletir, mas serve também de pedagogia para que o candidato, sobretudo ao cargo

de Presidente da República, prepare-se para bem governar. Para isso, tem de conhecer o território nacional em toda a sua extensão e deve ter propostas de resolver os problemas com as quais as diferentes regiões do País se defrontam.

Sr. Presidente, o voto obrigatório é um fato positivo e, por isso, o eleitor não deve esquecer essa circunstância. E vou mais além, o Brasil abriu oportunidade da manifestação popular a um segmento muito grande da sociedade, e o fez muito bem. Primeiro, quando acolheu o voto do analfabeto. Se ele trabalha, paga imposto, cumpre suas obrigações, porque lhe negar o direito do voto, que é a primeira forma de participar de uma sociedade democrática? E permite ainda que, após 70 anos, a pessoa, se quiser, continue votando. Não é por outra razão que o Brasil, a essa altura, tem 125 milhões de eleitores. Somos o maior colégio eleitoral do mundo ocidental graças a essas decisões, que, a meu ver, contribuem para que basicamente dois terços da população brasileira votem, o que é muito positivo. O eleito sai com maior legitimidade, assim esperamos. Os eleitos terão, portanto, maior condição de governar e aí neles também vai recair a responsabilidade de bem gerir os destinos do País, ou do Estado, ou, se representantes do povo, o dever de bem cumprir o encargo que lhes foi conferido pelo povo. Nessa questão do voto obrigatório, é bom lembrar que pensadores insuspeitos como Stuart Mill e tantos outros sempre defenderam ser o voto entendido como um dever. Recentemente eu tive a oportunidade de participar do lançamento de um livro aqui, “Reforma política”, trabalho feito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Depois, lendo o livro, vi na parte de verbetes, e um dos temas abrange a questão dessa polêmica sobre voto facultativo **versus** voto obrigatório, o que me surpreendeu positivamente. Não vou demorar, Sr. Presidente. O autor do referido verbebo, o Prof. Cícero Araújo, diz:

“Note-se que, sob essa perspectiva, o direito de sufrágio é incompatível com a obrigação legal, mas não é preciso que o seja com o dever cívico, contanto que pensado em termos morais, e não jurídicos. [Eis a parte que considero mais importante:] O cidadão tem o direito (legalmente garantido) e também o dever (moral) de votar, mas de votar com sua consciência”.

Com isso, quero esposar a idéia de que é fundamental, nesta hora que vive o Brasil, que não nos omitamos.

Aproveito a ocasião para abordar um assunto que decorre da necessidade do voto exercido com cons-

ciência cívica, o chamado voto republicano. A palavra “república” é polissêmica, por apresentar vários significados. Certamente, quando se fala em “república”, lembra-se logo da forma de governo – República x Monarquia. Gostaria de insistir na palavra “república” no sentido empregado por Cícero, grande orador romano, há mais de dois mil anos, quando usou a palavra **Res publica** como sinônimo de coisa pública, não tendo definido o termo dentro da chamada tipologia clássica das formas de governo, objeto não somente dos especialistas de teoria geral do Estado, mas também, de modo mais particular, dos especialistas em Direito Constitucional.

Com isso, Cícero queria chamar a atenção para aquilo que nós chamamos de valores republicanos. Estamos vendo que no Brasil esses valores estão sendo erodidos. Essa crise ética que vive o País é um grave sinal da erosão dos valores republicanos.

Vou ler um pequeno trecho da obra de Cícero, valendo-me inclusive de um dicionário de política editado sob a direção de Norberto Bobbio, juntamente com Giafranco Pasquino e Nicola Matteucci. Eles tratam dessas questões relevantes da Ciência Política e, num dos verbetes de lavra de Nicola Matteucci, diz o seguinte:

Cícero em sua “De Republica”, I, 25, foi o primeiro a conceituar o sentido de **Res publica** ao demonstrar que por povo se há de entender “não toda reunião de pessoas de qualquer forma congregadas, mas um consórcio, sob a égide do direito, pelos interesses comuns almejados pela sociedade”.

E Nicola Matteucci, no referido dicionário, comenta: “É uma palavra nova”, empregada em um outro sentido, para exprimir um conceito que corresponde, na cultura grega, a “politéia”, era essa a expressão usada pelos gregos.

Aliás, Cícero retirou o conceito da obra de Platão, que tratava da questão da politéia. Quer dizer que Cícero, sob esse aspecto, não foi o primeiro a dissertar sobre o tema com esse sentido. Então, prossigo citando Matteucci: “É uma palavra nova para exprimir um conceito que corresponde, na cultura grega, a uma das muitas acepções do termo ‘politéia’, acepção que se afasta totalmente da antiga e tradicional tipologia das formas de governo”.

“Com efeito” – ainda citando Matteucci – “**res publica** quer pôr em relevo a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum, a comunidade, enquanto que quem fala de monarquia, aristocracia, democracia realça o princípio de governo”.

Na mesma direção eu poderia citar, no Brasil, Rui Barbosa, que foi um dos construtores da República e teve um acentuado papel na primeira Constituição Republicana, mesmo porque, além de ser um grande jurista, à época era Ministro da Fazenda e, portanto, foi chamado pelo Marechal Deodoro da Fonseca para fazer a revisão do projeto que seria encaminhado ao Congresso Nacional. Quem for à Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, encontrará os originais com as suas observações.

E Rui Barbosa foi, na acepção plena do termo, um cidadão republicano, não somente porque defendia a República e foi, antes, um federalista mas porque era um republicano na sua forma de proceder. Ele definiu a República também no sentido, por assim dizer, ciceroniano da expressão: “A pátria não é ninguém; são todos. Cada qual tem no seu seio os mesmos direitos à idéia, à palavra e à associação.” República é assim, a cidadania, a coisa do povo, o bem comum.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a ocasião para citar aqui mais um texto do livro “Reforma Política no Brasil”, a que me referi anteriormente. Nele também um verbete chamado republicanismo, que é, aliás, de autoria de Heloísa Starling*.

Talvez não dê para ler o texto todo, mas vale a pena um parágrafo, sobre o que é ou do que deve ser uma verdadeira república em nosso entendimento. Diz ela:

Com efeito, o fim visado pela tradição não é diretamente a virtude do cidadão. É, ao contrário a efetivação da **polis**, como forma específica de organização do convívio dos homens. Vale dizer a existência mesma da cidade vista como uma espécie de totalidade política capaz de indicar, desde de sua origem grega, a possibilidade de agregação de seus membros tendo em vista o bem comum, tendo em vista o bem, os direitos e os interesses comuns.

Com isso, Sr. Presidente, encerro a minha manifestação renovando o apelo que faço ao eleitorado para que, com o nível de politização que possui o povo brasileiro, não deixe de comparecer, e o faça de forma construtiva, pensando no País, nas suas instituições.

Será com atos e não com meras palavras que vamos construir o futuro deste País. Há uma expressão latina muito usada que diz **res, non verba**, ou seja, atos e não palavras, penso que devemos esperar da sociedade brasileira agora atos e que possamos, já no começo de 2007, no início da legislatura, nos prepararmos para a reforma política, como primeira consequência.

ência do voto do eleitor. Se não fizermos as reformas políticas, certamente não iremos avançar no sentido de melhorar a governabilidade do País. .

A reforma política tem um alcance muito mais amplo do que se pode entender; é algo que extrapola os limites do sistema eleitoral e partidário, que alcança o sistema de governo. E o Legislativo sofre, por exemplo, com a edição freqüente de medidas provisórias, que praticamente retiram do Congresso o comando da ação legiferante. A reforma política deve também robustecer a Federação, que está virando, como diria Drummond, “um retrato na parede”, uma mera Federação legal e não uma Federação real. Enfim, mas não menos importante, a reforma política terá que restaurar os valores republicanos, isto é, o que, no começo do século XX, disse o ex-Senador e ex-Ministro Joaquim Murinho: “É necessário republicanizar a República”.

Creio que o voto deve ser dado pensando o País e suas instituições; deve-se pensar em restaurar os verdadeiros princípios republicanos, não só aqueles princípios que se consolidaram no País a partir da Carta de 1891, de República Federativa, bicameral, presidencialista, mas também de República enquanto conduta; de República enquanto preservação dos valores de uma sociedade que quer ter uma democracia digna do seu nome.

Muito obrigado a V. Ex^{as}!

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Paulo Octávio, 3^a Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Marco Maciel, a importância do seu discurso pode ser medida pela concentrada atenção com que o Senador Sibá Machado assistiu a V. Ex^a. Tenho certeza absoluta de que os ouvintes da TV Senado agradecem, mais uma vez, a aula que V. Ex^a ministrou na área de ciência política.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, ilustre representante de Brasília, Capital Federal.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pela referência, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que preside a sessão de hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que tenho visto as inúmeras iniciativas de inclusão das pessoas portadoras de deficiência patrocinadas por diversos segmentos da sociedade brasileira. Inegavelmente, nosso País acordou para uma questão que sempre se fez presente, mas para a qual nunca se deu a devida importância: o provimen-

to das condições necessárias para que o portador de deficiência possa exercer seu direito fundamental à cidadania plena.

São dignas de aplauso as novelas da Rede Globo, que sempre têm abordado o cotidiano das pessoas com deficiência. Agora mesmo, a novela das oito está discutindo os problemas enfrentados pelos portadores de Síndrome de Down, pessoas que, infelizmente, ainda são vítimas de preconceito e de discriminação.

Na esfera pública, é fundamental mencionar a atuação do Senado Federal na promoção da cidadania e do bem-estar das pessoas com deficiência.

Em outubro do ano passado, foi realizada a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, evento que teve enorme repercussão e que alcançou estrondoso sucesso. Para se ter uma idéia, mais de 10 mil pessoas participaram das atividades da Semana, número que superou, e muito, as expectativas.

Foi com grande contentamento, inclusive, que recebi da Presidência desta Casa um comunicado dando conta da realização da 2^a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que ocorrerá entre os dias 20 e 24 de novembro deste ano. A propósito, gostaria de parabenizar o Presidente Renan Calheiros por essa brilhante iniciativa, que certamente será um marco anual da promoção da cidadania da pessoa com deficiência.

Bem sabemos que a sociedade brasileira tem feito muito para a inclusão dessas pessoas, mas é preciso fazer ainda mais! Não é rara nos noticiários de TV a cena de cadeirantes tentando vencer degraus na calçada ou mesmo tentando entrar em prédios que ainda não possuem a devida rampa de acesso. Também não são raros os locais que possuem rampa, mas a rampa é tão íngreme, Sr. Presidente, que é preciso um esforço sobre-humano para vencê-la – e alguns não o conseguem.

É consenso entre os especialistas que a acessibilidade não deve ser somente física, mas também auditiva e visual. Muito me preocupa a situação dos nossos deficientes visuais, incapazes que são de distinguir entre as diversas cédulas do nosso papel-moeda, pois todas possuem o mesmo tamanho e formato. A meu ver, trata-se de um problema que mutila a cidadania dessas pessoas, condenadas a depender dos outros para atividade tão prosaica como comprar os bens de que necessitam para o seu dia-a-dia.

Foi com essa preocupação que apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003, que prevê a diferenciação dos tamanhos das cédulas de papel-moeda, de forma a permitir sua correta identificação

pelas pessoas com deficiência visual. Devemos adotar o exemplo de sucesso do Euro, que, desde seu lançamento, possui cédulas de tamanho diferente, por sugestão da União Européia de Cegos.

Infelizmente, não existe, no Brasil, nenhuma lei que obrigue o Banco Central a emitir cédulas em tamanhos diferenciados. Já é hora de mudarmos essa realidade! Essa medida simples beneficiará quase 17 milhões de brasileiros, pessoas que, no Censo do ano 2000, se declararam incapazes ou com alguma dificuldade de enxergar.

Ainda que existisse apenas uma pessoa com deficiência visual neste País, seria igualmente dever do Estado assegurar o gozo da cidadania plena a esse indivíduo. Isso não é um favor, é uma obrigação! Ademais, a aprovação do Projeto beneficiará, acessoriamente, todos os cidadãos brasileiros, que encontrarão mais facilidade no manuseio das cédulas.

Lamento, Sr. Presidente, ser obrigado a dizer que o meu Projeto se encontra parado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desde março de 2005, aguardando parecer da Relatora. Sinceramente, não acredito que esteja sendo dada ao Projeto a importância e a prioridade que ele merece.

Concedo, com a maior honra, um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, V. Ex^a traz à consideração uma questão que, a meu ver, tem dupla significação: primeiro, V. Ex^a é defensor de uma providência que, de alguma forma, concorrerá a todos os portadores de deficiências – e são muitas as deficiências que marcam os serem humanos. Todos somos deficientes em alguma coisa ou em mais de alguma coisa – agora mesmo, falo recorrendo aos óculos, o que não deixa de ser uma deficiência óptica. V. Ex^a demonstra preocupação com aqueles que possuem deficiência de forma mais geral. E, no segundo plano, V. Ex^a também demonstra preocupação com a pessoa que tiver uma deficiência óptica mais acentuada. Encerro meu aparte sem querer interrompê-lo mais, felicitando V. Ex^a pela iniciativa do projeto e fazendo votos para que seja aprovado o mais rapidamente possível. V. Ex^a contará, tenho certeza, com o sentimento majoritário da Casa e de todos aqueles que se preocupam com o País e o aperfeiçoamento de suas instituições. V. Ex^a, oferece uma contribuição para aqueles que ainda não dominam os códigos básicos da sociedade em que vivem, infelizmente. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL - DF) – Muito me honra seu aparte, Senador Marco Maciel. Quero regis-

trar a visão enorme - apesar de usar óculos, Senador Marco Maciel – que V. Ex^a tem deste País, e a maior visão, entre todos os Senadores, da reforma política, a qual, seguramente, devemos ter a coragem de votar nesta Casa.

Demos passos importantes e tenho certeza de que a campanha atual reflète o pensamento do PFL, que foi autor do projeto que diminuiu os seus custos.

Nesta semana, vi fotografias das cidades brasileiras durante as campanhas de 2002 e de 2006. É extraordinária a diferença de limpeza das cidades. A poluição visual que ocorreu na campanha de 2002 não acontece na de 2006, graças a uma pequena reforma política que foi feita nesta Casa, por obra do PFL e por intuição de V. Ex^a.

Por isso, entendo que o Brasil ganha com peças, pensamentos e idéias como as que tivemos a coragem de votar, que simplificaram a campanha. Com elas, logicamente, teremos condições de fazer uma campanha mais justa, democrática e econômica.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, quero fazer mais uma breve interrupção para falar, dentro desse quadro, do papel que desempenhou o Presidente Jorge Bornhausen. S. Ex^a conheceu muito bem o projeto que tive a oportunidade de apresentar e consolidou uma série de preocupações básicas que muito estão concorrendo para o bom desenvolvimento das eleições deste ano. É importante, como disse V. Ex^a, que continuemos a progredir nessa área, aprimorando as nossas instituições para que a sociedade possa ter a convicção de que o Brasil avançará, neste século, na realização do seu futuro.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não tenho dúvida. Cabe a nós essa grande responsabilidade. A reforma política – inclusive a reeleição –, seguramente, será um dos temas do Congresso Nacional nos próximos meses.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a iniciou aqui, há cerca de dois anos, um debate sobre reeleição, coincidência de mandatos e ampliação do mandato para cinco anos. Há matérias de V. Ex^a tramitando na Câmara dos Deputados. Eu desconhecia o seu projeto e, por convicção, apresentei ao Senado um outro muito próximo da idéia de V. Ex^a. Também creio que a iniciativa de fazer a minirreforma para as eleições foi um dos melhores sinais que o Brasil recebeu, pois foi turbulento o período do ano passado para cá. O que levou à dificuldade de entendimento, no ano passado, e culminou em CPI e debate, foram o caixa dois, os recursos não contabilizados e as dificuldades

dos Partidos. Muitas pessoas ficam preocupadas porque, apesar de poderem doar, não gostam de que seus nomes apareçam. Para isso devem ter seus mil motivos. Pensou-se na diminuição das despesas de campanha e na redução do seu tempo. Reduzindo-se tantas coisas, a campanha seria barata. Entendo que isso é o que o Brasil precisa. Não precisamos estabelecer uma competição. Ainda defendo que deve desaparecer a figura do marqueteiro, um dos itens mais caros de uma campanha eleitoral, porque o debate termina ficando muito superficial. Deve haver a construção de estadistas, pois o Brasil precisa de pessoas cada vez mais representativas de seus anseios, suas vontades e seus desejos. Esse será o próximo passo. Vencidas essas eleições, inevitavelmente, algumas matérias deverão ser tratadas. O Senado já se debruçou sobre elas e deu a sua contribuição. Talvez o Senador Tasso Jereissati concorde em voltar à idéia da coincidência de mandatos. Defendo que ele pode ser de cinco anos, mas não farei um cavalo de batalha pelo tempo, pois a questão não é ele ser de quatro, cinco ou seis anos.

Acredito que não deva existir reeleição e o mandato deva ser único, com duração de cinco anos, de forma que haja perenidade na execução de um projeto de Governo. Uma pessoa que ganha uma eleição tem seus sonhos de Governo, de obras estruturantes, de longo prazo, seja ela a do menor Município brasileiro ou a que concorre à Presidência da República, e deve ter tempo para isso. Realizar uma eleição a cada dois anos quebra, inevitavelmente, esses sonhos, esses desejos, porque sempre se está envolvido num período eleitoral. O ano eleitoral quebra o exercício fiscal, cujo prazo é até 30 de junho. O que não for realizado até essa data ficará para o final do ano e se houver um fluxo de caixa mais complicado, não haverá nem mesmo a execução fiscal. Portanto, devemos destinar as sessões não deliberativas do Senado para esse debate. Talvez o Presidente Lula tenha sido mal entendido ao dizer que era necessário um Congresso específico para tratar da reforma política. Eu não tenho dúvidas de que o Senado possui maturidade para tratar da reforma política, mas existe preocupação quanto à Câmara, porque seus integrantes foram eleitos pelas regras atuais. Se retirarmos a marca de mídia e uma série de coisas que levam à eleição dos parlamentares, deixando-os apenas com sua voz, muitos não confiarão na possibilidade de reeleição. Ouvir o brilhante Senador Marco Maciel é sempre uma aula. A respeito da Amazônia, S. Ex^a citou uma expressão de Jânio Quadros, se não me engano, sobre o atual Estado de Roraima. Realmente, a população e o eleitorado daquele Estado

são muito pequenos. O Acre, hoje, representa 0,38% do eleitorado nacional. Em termos de densidade eleitoral, ele é muito pequeno, mas é território brasileiro e existe uma série de questões que, com certeza, podem torná-lo de grande importância política. Então, como fazer uma campanha eleitoral num Município como São Paulo, com milhões de pessoas, ou como Santa Rosa do Purus, no Acre – que, em escala do menor para o maior, é o segundo do Brasil -, onde a população é tão pequena que todos se conhecem? Como fazer campanha numa situação como essa? Assim, devemos garantir que o candidato tenha espaço na mídia e oportunidade de expressão pública. No Brasil, devem ser modificados o financiamento de campanha, a personalidade político/partidária, se vai haver candidatura individual ou não, portanto, a configuração da presença do Partido político. V. Ex^a amplia para mais algumas categorias da sociedade o direito ao voto. Como, sempre que aborda o assunto, V. Ex^a fala com grande propriedade e conhecimento invejável, eu gostaria, se possível, que trouxesse o tema para o debate por mais vezes. Isso seria inspiração para que nos preparássemos mais para falar e acompanhar seu pensamento.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Veja V. Ex^a, Senador Sibá Machado, partimos de um tema inicial relativo à deficiência de tantos milhões de brasileiros e chegamos a um outro tema, que é importantíssimo para o País, que é a reforma política. Realmente, esse tema é fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira. Que possamos resolver, definitivamente, questões como essa! Concordo com V. Ex^a, nós não podemos ter eleições de dois em dois anos, porque elas são caras, custam muito ao Brasil, dificultam o processo administrativo nos Estados e Municípios. Creio que a coincidência de mandatos é o futuro, é o fortalecimento dos Partidos e de sua valorização, e, logicamente, de uma administração dos Estados e dos Municípios mais eficientes.

Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, retomando o tema do deficiente visual, espero, sinceramente, que a demora para a apreciação da matéria não se deva a qualquer casuísmo do Governo Federal, avesso aos gastos com a troca do meio circulante. Segundo ofício que recebi do Banco Central, o custo estimado para confecção das novas cédulas – até porque, constantemente, o Governo troca as cédulas efetivamente – é de R\$206 milhões, valor pequeno se comparado aos gastos do Governo atual com publicidade.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com o maior prazer, nobre Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Paulo Octávio, meus cumprimentos a V. Ex^a – candidato a Vice-Governador do Distrito Federal –, principalmente por encontrar tempo para fazer pronunciamento tão importante no Senado Federal, discurso que me trouxe ao plenário para fazer algumas considerações. V. Ex^a fala sobre a implantação do voto para deficiente visual e os seus custos.

Quero fazer uma adução ao pronunciamento de V. Ex^a, aproveitando a experiência que estamos vivendo – V. Ex^a, eu, todos nós – na campanha deste ano acerca da imagem do Congresso e à opinião das pessoas nas ruas sobre Deputados e Senadores. Acredito que tínhamos, além do que V. Ex^a está propondo, de pensar seriamente sobre dois fatos: um, que já está em curso, e o outro, não. O primeiro, Senador Paulo Octávio, é o fim do voto fechado para processo de cassação. O Congresso está pagando um preço muito alto pelo fato de ter votado de forma secreta o processo de cassação de pessoas que a sociedade não perdoou. O Congresso as perdoou, mas a sociedade não. E quem paga o pato é o Congresso. E, para livrar a imagem do Congresso, só há um caminho: o fim do voto secreto. É cada Parlamentar votar conforme sua consciência. É preciso deixar a amizade e o coração de lado e votar no interesse coletivo. Deve-se deixar a amizade de lado e votar no interesse coletivo. Serviço público, vida pública é para quem tem vocação. Quem vem para a vida pública vem para se doar; doar no bom sentido. As ruas reclamam. Vejo isso. Não sou candidato a nada, meu mandato vai até o ano de 2010. Mas estou vendo. Ando pelas ruas – e os cidadãos me respeitam muito, graças a Deus –, e as pessoas reclamam e dizem: “Não vou votar em ninguém para Deputado Federal. Vou até votar pela renovação, vou votar em alguém novo, que nunca foi candidato a nada, porque, nesses que estão aí, não me atrevo a votar”. Tudo isso por conta – não tenho dúvida – do mensalão, dos sanguessugas, dos processos de cassação mal terminados...Tudo isso gerou uma revolta da população contra o Congresso Nacional, que é a representação democrática da sociedade. É a representação democrática da sociedade. Temos de pensar nisso, Presidente Geraldo Mesquita. O grande caminho, o mertiolate, o mercurocromo, o iodo na ferida é o fim do voto secreto. Cada qual que assuma a sua responsabilidade: casse ou não casse. Já sim, você eleitor, que votou sim ou não, fique você

exposto à execração pública, se for o caso, se a sociedade se virar contra você, se não ocorrerem evidências claras de razão para cassar. É preciso que se dê, evidentemente, a oportunidade de defesa. E a outra, Senador Paulo Octávio, é a urgência do financiamento público. Foi aprovada alguma coisa sobre reforma política, muito pouca coisa, e foi aprovada, emergencialmente, uma nova regra que, supostamente, barateou o custo da campanha eleitoral. Mas o que se vê são Deputados, são candidatos ao Senado, são candidatos a Governador com megaestruturas de som, de publicidade, de propaganda, de bandeira, de capacidade de mobilização, e outros pobres coitados minguados. Qual é o caminho de saída para isso? Financiamento público de campanha. Não se admite campanha desparronzada. A campanha de um tem de ser balizada pela campanha do outro, porque o dinheiro que um legítima é o dinheiro que o outro recebe. Estamos conversados. Financiamento público exclusivo é – na minha visão – a saída para que se possa moralizar e democratizar com “D” maiúsculo, o processo eleitoral.

Quero, com essas considerações, cumprimentar V. Ex^a por levantar, dentro da sua campanha política, um assunto de tal relevância e importância. Meus cumprimentos a V. Ex^a e muito boa sorte em sua campanha.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, nobre Líder, Senador José Agripino.

Inclusive, um dos projetos que tramita no Congresso Nacional acabando com o voto secreto é justamente de autoria do nosso candidato ao Governo do Distrito Federal, José Roberto Arruda. Também o entendo necessário. A sociedade não tolera mais ver os processos de cassação do Congresso Nacional mostrarem todos os desmandos e descaminhos de Parlamentares para, ao final, não dar em nada. A sociedade, realmente, cobra uma atuação firme. Creio que o voto aberto mostrará à sociedade quem tem coragem de cortar a própria carne, mostrar, realmente, aqueles que são corajosos ao votar, eliminando os que não são bons Parlamentares. Então, defendo, como V. Ex^a, o voto aberto nesta Casa, o Senado, bem como na Câmara. Tenho a certeza de que teremos maior isenção e comunicação com a sociedade, seremos mais transparentes quando pudermos votar abertamente e o voto ser consignado e, depois, do período de quatro ou oito anos, o eleitor poder cobrar que votou, naquele ponto, “sim” ou “não” de acordo com a sociedade. Muitas vezes nos escondemos com o voto secreto.

Quanto ao financiamento público de campanha, concordo com V. Ex^a. Este é momento. O nobre Líder não havia chegado ao Plenário quando, justamente,

elogiava o trabalho do PFL, representado por V. Ex^a, pelo Senador Marco Maciel e pelo Senador Jorge Bornhausen por terem mudado esta eleição. Vivemos uma eleição única no País, totalmente diferente da eleição de 2002, muito mais econômica, sem poluição nas cidades, sem grandes “showmícios”, graças a reforma que o PFL teve a coragem de trazer à discussão no Senado, votando e aprovando a matéria. Simplificou muito para todos. Esta campanha, entre todas dos últimos 12 anos, é a mais econômica, a mais transparente, e, logicamente, a que mais tem dado oportunidade a todos. Esta é a mais democrática das eleições dos últimos 12 anos. Por isso, fica aqui registrado os meus cumprimentos ao nosso Partido, principalmente a V. Ex^a, que foi Líder e que conduziu, brilhantemente, o processo de aprovação dessas novas regras eleitorais que estão mudando o Brasil. Parabéns!

Não acredito, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que possa haver, voltando ao tema dos deficientes visuais, nesta Casa, algum Senador ou Senadora com posicionamento contrário a um projeto que beneficiará 17 milhões de brasileiros. Recuso-me a aceitar que isso possa ocorrer. Nesse sentido, gostaria de fazer um apelo a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para que concedam ao meu Projeto a prioridade necessária, de forma que ele possa ser aprovado o mais rapidamente possível e avançar em sua tramitação nesta Casa.

Todos sabemos que muito já foi feito pelas pessoas com deficiência.

Mas, ao mesmo tempo, sabemos que ainda há muito que fazer. Orgulhamo-nos do que foi conquistado até agora, mas não nos acomodemos com o que já passou! É preciso avançar; avançar muito.

As pessoas com deficiência já amargaram, por gerações, uma carga enorme de preconceitos e uma persistente falta de respeito a seus direitos de cidadãos. Elas não podem mais esperar! Está em nossas mãos melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, resgatando sua auto-estima e garantindo-lhes o direito fundamental à cidadania plena. É o nosso dever como Parlamentares e, acima de tudo, como cidadãos.

Sr. Presidente, para terminar, chamo atenção para um outro ponto. Tenho elogiado muito a atuação de uma nova empresa aérea brasileira, a Gol, de empresários de Brasília. Agora, em todas as revistas, vemos o anúncio da compra de mais 101 novas aeronaves. É extraordinário, motivo de muito orgulho para o Brasil e para Brasília. Ao mesmo tempo, quero registrar que tenho acompanhado e recebido também algumas reclamações de pessoas que ficam horas

na fila de embarque para serem atendidas, do excesso de rigor no peso das bagagens e na abertura das bagagens de mão.

Isso, realmente, não é condizente com o turismo que queremos neste País.

Então, chamo a atenção para o fato de que o crescimento de uma empresa, muitas vezes, pode cegá-la para o que deve ser feito: tratar bem o consumidor. Ficam aqui registrados, ao mesmo tempo, o meu cumprimento efusivo pela aquisição de novas aeronaves, pelo crescimento da empresa, e minha preocupação com o tratamento ao usuário da aviação civil no Brasil, que sofre muito com filas intermináveis, demora, atraso em aviões. Isso realmente não é o que queremos para a aviação civil deste País.

Portanto, ficam registrados aqui a minha preocupação e, ao mesmo tempo, o meu entusiasmo. O mercado brasileiro tem de entender que o consumidor deve ser respeitado e bem tratado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Paulo Octávio. Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Sérgio Guerra e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da nota publicada na revista **Veja**, do dia 26 de julho de 2006, intitulada “o dono das estradas”.

A nota destaca que, em dezembro, o Deputado Sandro Mabel (PL–GO) – aquele que saiu ileso do escândalo do mensalão – indicou Mauro Barbosa para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Desde então, Mabel se tornou uma espécie de “feitor” da repartição. O Deputado inclusive obriga o diretor a despachar do gabinete da Liderança do PL na Câmara e a anotar pedidos de amigos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida nota passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

► O DONO DAS ESTRADAS

O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) responde por todas as obras feitas em rodovias federais. Em dezembro, o deputado **Sandro Mabel** (PL-GO), aquele

que saiu ileso do escândalo do mensalão, indicou seu diretor-geral, Mauro Barbosa. Desde então, Mabel se tornou uma espécie de “feitor” da reparação. Vai lá a cada quinze dias “monitorar” o trabalho e obriga Barbosa, uma vez por mês, a despachar na liderança do PL na Câmara e anotar pedidos de amigos. O Ministério dos Transportes faz que não vê.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “A cerimônia da hipocrisia”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 5 de julho do corrente.

O artigo critica a cerimônia de transmissão de cargo no Ministério da Agricultura e afirma que o Presidente Lula foi mais uma vez falso ao afirmar que o ministro Roberto Rodrigues saiu do Governo por questões pessoais. A matéria lembra ainda que durante

toda a gestão de Roberto Rodrigues o governo Lula permitiu que movimentos como o MST atacassem o setor produtivo.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A cerimônia da hipocrisia

Foi mais uma daquelas encenações em que o presidente Lula é mestre a cerimônia de transmissão de cargo no Ministério da Agricultura. O chefe do governo cobre de elogios rasgados o colaborador que se vai - no caso, Roberto Rodrigues - e este, por sua vez, faz a parte que lhe toca no espetáculo de faz-de-conta, não pelo que diz, mas pelo que deixa de dizer. Na solenidade de ontem, havia por isso mesmo a sensação de que se assistia pela segunda vez à despedida do então ministro da Fazenda, Antonio Paccei, para não remontar à partida do titular da Casa Civil, José Dirceu - um e outro saídos do presidente, por notórios motivos de força maior.

Se, nesses episódios, Lula fez de conta que não havia empurrado os demissionários para nada falso, agora quis fazer crer que nada do que pudesse fazer neste mundo demoveria Rodrigues de seu gesto. Afinal, fingiu se resignar porque você decidiu que deveria dar um tempo na vida - como se, possuído por um impulso incontrolável, o ministro tivesse resolvido, assim, não mais aquela, jogar tudo para o alto sem e jamais o presidente tivesse contribuído pa-

ra isso. E, no mesmo tom de transbordamento familiar a Dirceu e Palocci, Lula só faltou se lançar aos braços de Rodrigues quando disse: "Quero que saiba que da parte do presidente da República você deixou mais que um amigo, um irmão."

Muy amigo e muy hermano, é apropriado observar: em três anos e meio de fraternal coabitação no governo, o presidente Lula recebeu seu ministro da Agricultura não mais de quatro vezes. Os que conhecem os fatos não podem relevar a falsidade do presidente ao ouvi-lo lamentar-se: "Eu vivia dizendo para o Roberto" que "tudo isso parece futebol. Tem dias em que a gente é aplaudido, mas meio minuto depois a gente perde um pênalti e recebe vaiá." A metáfora, além de gastar, ofende quem aplaudiu (ou vaiou) e quem foi aplaudido (ou vaiado). O setor agrícola nacional teve motivos substanciais para uma coisa e outra, mas não foi devido aos seus humores variáveis que o seu representante foi "dar um tempo na vida".

Já a alocação de despedida do ex-ministro, exatamente por isso, teve um ponto alto e o

seu contrário. Citando um exemplo depois do outro, ele fez uma exposição brilhante sobre os múltiplos impactos positivos da agricultura brasileira - sem dúvida a primeira do mundo em matéria de eficiência - sobre o conjunto das atividades econômicas e o nível de emprego industrial. "Não há calça jeans sem plantador de algodão, não há sapato e bolsa sem o pecuarista, não há etanol sem cana, não há pão sem trigo, óleo sem soja, manteiga sem leite", enumerou.

Esse setor, a âncora verde do esforço antiinflacionário do Real e o principal fator do superávit comercial recorde do Brasil, foi sabotado sistematicamente por aqueles que, dentro do governo Lula, e com apoio ostensivo do presidente, são aliados dos inimigos juramentados do agronegócio. Mas, se na sua fala Rodrigues fez justiça a uma classe vítima do preconceito e do vilipêndio, faltaram-lhe por outro lado as palavras corajosas que teriam liquidado na raiz o lero-lero do presidente sobre a sua saída. Pois, no limite, ele se demitiu para não ter de assinar a elevação dos índices de produtividade abaixo dos quais uma propriedade pode ser

desapropriada para fins de reforma agrária.

O seu substituto e ex-auxiliar, Luis Carlos Guedes Pinto, embora técnico qualificado em assuntos agrícolas, é petista de carteirinha e parece enxergar o colosso do agronegócio nacional pelas lentes deturpadoras da reforma agrária como a revolução de que o campo brasileiro necessita para ser uma bonança social. No discurso de posse, Guedes fez questão de acentuar que "há consenso" no governo sobre a revisão dos índices. O "dissenso" estava saindo do governo naquele momento. Poucos acreditam, de qualquer forma, que o presidente irá autorizá-la antes das eleições.

Tudo o que ele não quer são conflitos com parcelas do eleitorado que já não têm apreço por sua candidatura. Mas, sendo as campanhas uma incógnita, nada assegura que Lula adiará ao menos até outubro a decisão de alterar os índices. Nesse sentido, se Roberto Rodrigues tivesse vinculado o problema à sua saída, não apenas faria por merecer a gratidão da classe a que pertence, como teria agido na linha do interesse nacional. À falta disso, decreto não bastará pedir a Deus, como declarou o presidente, "que não tenhamos mais crises (no setor) nos próximos dois, três anos".

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o editorial intitulado "Inoportuno", publicado pelo jornal **O Globo** em sua edição de 4 de agosto do corrente.

O editorial trata da proposta do Presidente Lula de convocar uma Assembléia Constituinte exclusiva para executar uma reforma política. Segundo o editorial, "É tão extemporânea a proposta do presidente que estimula a suspeita de que não passaria de uma manobra para alterar a pauta de discussões na campanha eleitoral, em que se destacam mazelas éticas do PT e do governo".

Sr. Presidente, solicito que o editorial do jornal **O Globo** seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que me traz à tribuna, neste momento,

quero comentar a matéria intitulada "Desconforto para presidente", publicada no jornal **Correio Braziliense** de 23 de julho do corrente.

Segundo a matéria, "No seu primeiro comício na campanha pela reeleição, realizada ontem em Recife, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou pelo constrangimento de ter ao seu lado no palanque o ex-Ministro da Saúde Humberto Costa, candidato ao Governo de Pernambuco pelo PT, principal autoridade do Executivo supostamente envolvida com a liberação de dinheiro do orçamento para a compra de ambulâncias em troca de propina".

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Inoportuno

É tentadora a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de se convocar uma Constituinte exclusiva para executar a reforma política. Discutida numa reunião entre Lula e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, a idéia parece ir ao encontro dos clamores gerais por mudanças na legislação que fortaleçam os partidos, cobram a corrupção no meio político, reforcem a fidelidade partidária — que, enfim, saneiem as Casas legislativas.

A atratividade da sugestão está na simplificação permitida pela Constituinte para a aprovação de mudanças na Carta. As alterações passam a ser feitas em votações decididas por maioria simples — 50% mais um voto —, revogando-se a

exigência do apoio mínimo de três quintos (60%), necessário para qualquer emenda à Constituição executada pelo Congresso.

A tentação da proposta acaba aqui. Entre os vários aspectos negativos dessa Constituinte — e que justificam a sua rejeição com veemência — está a própria inoportunidade do tema. Ora, colocar esse assunto na agenda do país a dois meses das eleições é permitir que o tema seja contaminado pelas pai-

xões políticas e ideológicas inerentes ao calendário.

Soma-se a isso a grave crise ética e de imagem por que passam o Congresso, a classe política e mesmo a administração pública. Não é esta, portanto, a melhor conjuntura para um eleitorado arredio e desconfiado da política escolher representantes e dar-lhes a missão de executar uma difícil cirurgia num dos órgãos vitais do regime de democracia representativa.

E como juristas alertam, é preciso cuidado com constituintes exclusivas, pois elas podem criar um indesejável clima de insegurança jurídica. Por esse motivo, o rito para a aprovação de emendas constitucionais é difícil de ser cumprido.

Além de tudo, o mesmo cuidado é necessá-

rio com a reforma política. A cláusula de barreira, por exemplo — um avanço —, entrará em vigor agora, e precisará ser testada durante algumas legislaturas. Não pode ser colocada em risco.

É tão extemporânea a proposta do presidente que estimula a suspeita de que não passaria de uma manobra para alterar a pauta de discussões na campanha eleitoral, em que se destacam mazelas éticas do PT e do governo.

Proposta de
Constituinte
para reforma
política é
inaceitável

DESCONFORTO PARA PRESIDENTE

LEUNIL ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

O escândalo da máfia dos sanguessugas começou a transbordar do Congresso para a disputa eleitoral. No seu primeiro comício na campanha pela reeleição, realizado ontem em Recife, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou pelo constrangimento de ter ao seu lado no palanque o ex-ministro da Saúde Humberto Costa, candidato ao governo de Pernambuco pelo PT, principal autoridade do Executivo supostamente envolvida com a liberação de dinheiro do orçamento para a compra de ambulâncias em troca de propina.

O envolvimento do ex-ministro é revelado em reportagens das revistas *Veja* e *Época* que começaram a circular ontem. As publicações contam que os empresários Darci Vedoin e seu filho Luiz Antônio, donos das empresas do Grupo Planam, fornecedoras de ambulâncias às prefeituras com preços superfaturados, confessaram o pagamento de propina a funcionários públicos e parlamentares.

As duas revistas contam que Luiz Antônio negociou o pagamento de R\$ 400 mil com José Caubi Diniz, preposto de José Airton Cirilo, ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e candidato petista derrotado às eleições do Ceará em 2002. Cirilo é amigo de Humberto Costa e dirigente nacional do PT. Diniz teria pedido a propina quando encontrou os Vedoin em uma feira de negócios, em Brasília. De acordo com as reportagens, dias depois do encontro na feira de negócios, Vedoin e o pai — acom-

panhados de Diniz e Cirilo — desembarcaram na ante-sala do gabinete de Humberto Costa, no Ministério da Saúde.

Lá, ainda segundo as revistas, Cirilo despachou sozinho com o ministro por cerca de duas horas. Ao fim da audiência, o petista disse aos presentes que havia conseguido a liberação do dinheiro da Planam, em quatro parcelas. De acordo com o depoimento de Luiz Antônio e os documentos bancários apresentados por ele à Justiça, a propina teria sido paga para que o Ministério da Saúde liberasse cerca de R\$ 8 milhões que as empresas do grupo Planam tinham direito a receber do governo. De acordo com as revistas, o contato dos Vedoin com o Ministério da Saúde foi o então chefe de gabinete de Humberto Costa, Antônio Alves de Souza, hoje secretário de Ação Estratégica do ministério.

Esquema

O esquema montado pela quadrilha deu tão certo que Cirilo e Vedoin decidiram ampliá-lo. Segundo o empresário, o dirigente petista disse que havia combinado com o próprio ministro Humberto Costa a liberação de R\$ 30 milhões de recursos extra-orçamentários que seriam destinados à aquisição de equipamentos hospitalares para municípios do interior.

Em nota divulgada à imprensa, o ex-ministro e candidato Humberto Costa considerou "absurdas as insinuações" a respeito do seu ex-chefe de gabinete. Sobre a participação de José Airton Cirilo no episódio, Costa diz na nota que o dirigente petista "jamais esteve autorizado em negociar em seu nome ou do Ministério da Saúde sobre qualquer assunto".

O presidente Lula chegou ao comício no bairro de Brasília Teimosa, no Recife, às 18h, para participar do maior ato até agora da campanha eleitoral. O início do evento foi marcado por forte esquema de segurança. Duzentos policiais militares e homens da segurança oficial do presidente protegeram a área do comício, cercada por 140 barreiras de contenção. Três detectores de metal foram colocados nas estradas do evento, bandeiras de militantes chegaram a ser quebradas e bolsas foram revistas. A estimativa da organização era reunir 40 mil pessoas, mas até às 19h30, a maior parte dos eleitores estava fora da área cercada pela segurança. O escritor Ariano Suassuna cantou um frevo para o público e os políticos. (Mirella Marques, do Diário de Pernambuco)

ALENCAR RECEBE ALTA E PASSA BEM

O vice-presidente da República, José Alencar, recebeu alta ontem do Hospital Sirio Libanês, em São Paulo, onde passou por uma cirurgia de retirada de um sarcoma, tumor maligno localizado no abdômen. Segundo o médico Raul Cutait, um dos responsáveis pela cirurgia, Alencar está "muito bem" e o tratamento ainda não foi decidido. Dentro de três ou quatro dias, Alencar voltará ao hospital para tirar os pontos e ser informado sobre a sequência do tratamento. "Sarcoma não é um tumor benigno, mas é um tumor

tratável. E foi tratado da forma que é habitual, retirando todo o tumor. A sorte dele é que foi achado em uma fase mais inicial. Isso dá uma chance de cura bastante boa para ele", explicou Cutait. Alencar disse que continuará fazendo campanha, como vice na chapa de Lula.

Na corrida ao Planalto, o tucano Geraldo Alckmin fez campanha ontem em Santa Catarina, visitando Chapecó e Criciúma, onde participou de comício que reuniu 15 mil pessoas. Heloisa Helena, candidata do PSol, passou mal na

viagem de carro entre João Pessoa (PB) e Natal (RN). Exausta após quatro dias de intensa campanha pelo Nordeste, teve náusea e vômitos, mas cumpriu a agenda eleitoral prevista para Natal. Hoje, ela estará em São Paulo.

O candidato do PDT à Presidência da República, Cristovam Buarque, fez campanha no interior do Rio Grande do Sul, visitando uma dezena de municípios da região do Alto Jacuí, norte do estado. Cristovam faz caminhada hoje no Parque da Redenção, em Porto Alegre.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{rs} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Constituinte golpista”, de autoria do ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 9 de agosto do corrente.

O autor, em seu artigo, trata da proposta do Presidente Lula de convocar uma Assembléia Constituinte para realizar uma reforma política. Segundo o autor, “É uma hipótese demagógica, politicamente incorreta e juridicamente inconstitucional”. E continua: “A idéia de realizar uma Assembléia Constituinte a partir de

uma ação do Executivo denota o pouco apreço que se atribui ao sistema normativo e, ainda, ao Parlamento nacional, bastando verificar como o governo edita sucessivas medidas provisórias”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Constituinte golpista

RUBENS APPROBATO MACHADO

Convocar uma Constituinte para fazer a reforma política é uma hipótese demagógica, politicamente incorreta e inconstitucional

HÁ MOMENTOS da vida nacional em que a extravagância chega às raias do absurdo. Basta olhar para essa idéia do presidente da República, maturada após uma reunião com um grupo de advogados na Ordem dos Advogados do Brasil, de apresentar PEC (proposta de emenda constitucional) com vistas à realização de uma Assembléia Nacional Constituinte para realizar a reforma política.

É uma hipótese demagógica, politicamente incorreta e juridicamente inconstitucional. Nos meus 50 anos de advocacia, aprendi que só se instala uma Assembléia Constituinte para a elaboração de nova Constituição quando ocorre ruptura do ordenamento jurídico existente, situação que deriva de mudança do regime, o qual, por sua vez, se efetiva por meio de força ou de um golpe de Estado.

Não se pode alterar uma Constituição de maneira abusiva e ao sabor das circunstâncias, como está se pretendendo. Uma PEC nesse sentido chega a alterar até o modo de mudar a Constituição, pois hoje se exigem dois terços dos votos na Câmara e no Senado, mas uma Assembléia Constituinte poderá aprovar modificações no texto constitucional por maioria simples.

Uma Constituinte só poderá ser convocada pelo povo, por meio de seus representantes, e só tem justificativa caso estejam abalados os fundamentos da República. E a reforma política, como a que a nação está aclamar, pode ser realizada no próprio foro do Congresso Nacional.

A idéia de realizar uma Assembléia Constituinte a partir de uma ação do Executivo denota o pouco apreço que se atribui ao sistema normativo e, ainda, ao Parlamento nacional, bastando verificar como o governo edita sucessivas medidas provisórias.

A par da ilegalidade, reina ampla ignorância sobre os processos que deram origem às Constituições brasileiras. Em 1822, o país rompeu o período colonial, se tornando nação independente. Por essa transformação, elaborou-se, em 1824, uma Constituição imperial, que perdurou até ser proclamada a República. Em 15 de novembro de 1889, ocorreu a ruptura do regime imperial e conseqüente ingresso do país no sistema republicano, surgindo, então, a Constituição de 1891.

Em 1934, após o golpe de 1930 e a revolução constitucionalista de 1932, chegamos a uma nova Constituição, que vigorou até o Estado Novo, na ditadura varguista, quando foi elaborada a Carta de 1937, conhecida como “polaca”.

Fimda a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo, o Brasil, ao lado dos vitoriosos, enterrou o regime ditatorial de Vargas instaurando a democracia, o que ensejou a Constituição liberal de 1946. Com ela, chegamos a 1964, quando se instalou o regime autoritário dos militares, ensejando a Constituição de 1967 e a emenda constitucional de 1969.

Com o retorno do país ao sistema democrático, passamos a conviver com a chamada Constituição Cidadã, de 1988. O Poder Constituinte de 88 previu, expressamente, a possibilidade de uma revisão constitucional,

após cinco anos de sua vigência — coisa que ocorreu em 1993.

A OAB, na ocasião, se opôs tenazmente à revisão por entender que daria margem a uma nova Constituição, rompendo o sistema democrático vigente, apesar de prevista pelo constituinte originário.

Decorridos quase 18 anos de vigência da atual Constituição, uma revisão com a possibilidade de reformar cláusulas pétreas é um golpe. Não há mudança do sistema político ou do regime que a justifique e nem ato de força.

Ademais, estamos em ano eleitoral. Proposta como essa beneficiaria uma das facções que disputam as eleições. Os candidatos derrotados em outubro poderão se candidatar a uma Constituinte?

Consagrado jurista defende a idéia de que a Assembléia Constituinte poderia elaborar a nova Constituição por meio de uma proposta de emenda constitucional, usando um artifício visando a anular as vedações contidas nas cláusulas pétreas (art. 60 da Constituição). Seria feita emenda à emenda constitucional, elaborando-se nova Constituição, sob o nome de emenda, com posterior consulta plebiscitária, violando, inclusive, as chamadas cláusulas pétreas. Trata-se de engenhoso artifício para dar “coloração de legitimidade” a ato de força.

A idéia de uma Constituinte para a reforma política abre especulações em torno da mudança de identidade do presidente Lula, possivelmente inspirado no ideário bolivariano e revolucionário que move a crença dos presidentes da Venezuela e da Bolívia, Hugo Chávez e Evo Morales.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior.
PMDB – AC) – Não havendo mais oradores inscritos
e nada mais havendo a tratar, a Presidência vai en-
cerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior.
PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 33
minutos.)*

Ata da 136ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência das Sras. Heloísa Helena e Iris de Araújo

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2006** (nº 2.820, de 2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (*dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas*);

– **Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac);

– **Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006** (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 552, de, 2006, Relator **ad hoc**: Senador Juvêncio da Fonseca), que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição.

O Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005, recebeu uma emenda e volta à Comissão de Educação para exame.

Os demais Projetos não receberam emendas, e serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a emenda apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005:

EMENDA (de Plenário) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2005, QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE “INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC)

EMENDA Nº 1 – PLEN

Dê-se à alínea **c**, do inciso IV, do art. 3º, da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 a seguinte redação:

Art. 3º

IV – estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais, museus, bibliotecas, arquivos, templos de qualquer natureza ou credo religioso e outras entidades culturais.

Justificação

A matéria basicamente propõe duas modificações no texto atual. De um lado, propõe a ampliação irrestrita do qualificativo que acompanha e define a noção de “fundações culturais”, que pela nova redação sugerida passa a ser de qualquer natureza e não mais com fins específicos, conforme a redação vigente.

Complementarmente, e de forma razoavelmente coerente com a orientação geral das alterações propostas pelo PL nº 69, a proposta insere os templos como possíveis beneficiários de recursos do Pronac, ao mesmo tempo em que iguala estes espaços de culto religioso ao lado dos museus, bibliotecas e arquivos como “entidades culturais”.

A ampliação irrestrita do qualificativo que define as “fundações culturais” parece-nos indevida ao suprimir as especificidades e mesmo especializações que a redação vigente exige para a atuação das fundações culturais.

Nesta questão, encontramos subliminarmente o problema do alargamento indevido do conceito de cultura operacionalizado pelo legislador: o que fica de fora de uma noção tão alargada como fundações culturais de qualquer natureza? Se, em certo sentido, como resultante da ação coletiva e cultural do Homem, toda

e qualquer forma de organização e expressão social é cultural, poderão receber recursos do Pronac fundações culturais que não atuem preferencialmente para o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas ou que não expressem tal atuação em seus documentos constitutivos e diretivos?

O qualificativo, consagrado no texto vigente, que acompanha e delimita o acesso aos escassos recursos públicos alocados pelo Pronac às fundações culturais “com fins específicos” visa assegurar exatamente esta especialização necessária à consolidação do campo cultural e artístico como um espaço relativamente autônomo e específico da interação humana criativa. Esta definição restritiva, além de ser resultado de uma luta histórica do setor para a especialização do setor cultural e artístico, representa o filtro mínimo de salvaguarda para os gestores públicos alocarem recursos na atividade cultural com base em procedimentos especificados e comprovados. Somos, portanto, de parecer contrário à supressão do qualificativo “com fins específicos” e sua substituição pela expressão “de qualquer natureza” para qualificar as fundações culturais.

Com relação à inclusão dos templos ao lado de museus, bibliotecas, arquivos e outras entidades culturais como instituições beneficiárias de recursos do Pronac, cumpre ressaltar um aspecto crucial da questão envolvendo os desafios que o legislador se defronta diante da multiplicidade de formas de manifestação de crenças e religiosidades.

Se a intenção é contemplar as instituições/organizações de caráter religioso, de culto, crença, profissão de fé, sincretismo religioso e congêneres, o uso do substantivo templos é claramente insuficiente, já que deixa de fora outras organizações/instituições/ espaços como terreiros, igrejas, capelas, mesquitas, sinagogas e lojas maçônicas, dentre outras, além de uma infinidade de práticas religiosas e de crenças místicas que se utilizam de espaços menos formais para a realização de seus ritos (por exemplo, as práticas de xamanismo).

Caso a opção for incorporar explicitamente as organizações de caráter religioso, de crença, de culto e/ou místicas no escopo da Lei nº 8.313/91 – algo que seguramente merece uma reflexão muito mais acurada por parte dos legisladores – para um estado democrático de direito, a opção só pode ser entre incorporar toda a miríade de expressões religiosas e de crença, ou, então, assegurar uma redação suficientemente genérica que assegure o abarcamento desta enorme multiplicidade de manifestações de crença, culto e religiosidade em seu enunciado.

Como o uso exclusivo do termo templos não satisfaz a nenhuma das alternativas mencionadas acima, somos de parecer que a alteração proposta é parcial e, por esta razão, inadequada para ser incorporada ao texto legal, razão pela qual apresentamos a presente emenda.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2006. – **Sibá Machado.**

(À Comissão de Educação.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Senhor Presidente da República adotou, em 16 de agosto de 2006, e publicou no dia 17 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 317, de 2006**, que “altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que *dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e dá outras providências.*”

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002– CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Alvaro Dias (PSDB)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. vago

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira	1. Alberto Silva
Luiz Otávio	2. vago
Valdir Raupp	3. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	1. vago
Sibá Machado (PT)	2. vago
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. vago

PTB

1. Sérgio Zambiasi

Mozarildo Cavalcanti

PRB*

Marcelo Crivella	1. vago
------------------	---------

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000–CN.

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Henrique Fontana 1. Ângela Guadagnin
Fernando Ferro 2. Anselmo

PMDB

Wilson Santiago 1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho 2. Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia 1. Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu 2. José Rocha

PSDB

Jutahy Junior 1. Bismarck Maia

PP

Mário Negromonte 1. Benedito de Lira

PTB

José Múcio Monteiro 1. Fleury

PL

Luciano Castro 1. José Carlos Araújo

PSB

Alexandre Cardoso 1. Dr. Ribamar Alves

PDT

Miro Teixeira 1. Alvaro Dias

PPS*

Fernando Coruja 1. Colbert Martins

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 17-8-2006
- Designação da Comissão: 18-8-2006 (SF)
- Instalação da Comissão: 21-8-2006
- Emendas: até 23-8-2006 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 17-8-2006 a 30-8-2006 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 30-8-2006

– Prazo na CD: de 31-8-2006 a 13-9-2006 (15º ao 28º dia)

– Recebimento previsto no SF: 13-9-2006

– Prazo no SF: de 14-9-2006 a 27-9-2006 (42º dia)

– Se modificado, devolução à CD: 27-9-2006

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 28-9-2006 a 30-9-2006 (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 1º-10-2006 (46º dia)

– Prazo final no Congresso: 15-10-2006 (60 dias)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 212, de 2006 (nº 674/2006, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2001 (nº 2.589/2000, na Casa de origem), que *altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial*, sancionado e transformado na Lei nº 11.341, de 7 de agosto de 2006.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra a nossa nobre e querida Senadora Iris de Araújo pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento. Em seguida, terá a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é preciso que as mulheres brasileiras tenham a exata consciência de sua força e de seu imprescindível papel no contexto das mudanças tão necessárias a um País campeão em desigualdades e desequilíbrios que infelicitam, provocam dor e sofrimento.

Tudo começa com pequenas atitudes que podem se tornar grandiosas. O voto feminino, por exemplo, tem potencial para mudar o País. Nele pode estar a semente de um novo país, moldado pelas lágrimas, pela fé, pela coragem e pelo coração das brasileiras no seu terno e perene compromisso com a solidariedade, com as virtudes, com o amparo e com o amor ao próximo.

Sr^a Presidente, infelizmente, a Nação vem sendo vítima do incrível desequilíbrio quanto à participação de homens e mulheres na vida política. O prosseguimento de tamanha disparidade é uma ameaça concreta ao presente e ao futuro de um País que precisa fazer a opção pelos caminhos da justiça. Afinal, a busca pela igualdade de gênero não pode ser encarada como uma utopia feminista. Ela encerra uma dimensão muito mais ampla: insere-se numa perspectiva altamente diferenciada para o Brasil, na medida em que daria um basta a este interminável processo cultural e histórico que secundariza ou, simplesmente, exclui a participação da mulher no debate e na definição dos nossos destinos.

Temos de manter a sinceridade, Senadora Heloísa Helena. O controle do Brasil está demasiadamente, exageradamente nas mãos dos homens! Talvez seja essa uma das explicações para a infinidade de excessos e desvios que se transformam na bola de neve dos escândalos. Sabemos que a mulher é muito mais rigorosa, muito mais cuidadosa no trato das questões públicas. Por sua formação, por sua natureza, pela sua índole, não coloca o poder acima de tudo, não tem obsessão pelo dinheiro sujo, procura preservar valores tão fundamentais como a honra, o caráter e a integridade moral. Falo porque tenho a convicção de que as mulheres, realmente, são mais zelosas e poderiam, com o seu rigor, oferecer uma contribuição decisiva, caso não estivessem tão alijadas do processo administrativo e dos centros das decisões.

Pois bem, Sr^a Presidenta, estão aí os números do Tribunal Superior Eleitoral que mostram como é pequena a proporção de mulheres candidatas ao pleito de outubro deste ano, embora a população feminina corresponda a 51,53% do eleitorado brasileiro. Ao todo, o TSE aprovou 19 mil candidaturas, das quais apenas 13,95% são mulheres: elas são 12% dos que se habilitam para a disputa dos governos estaduais, 16% para o Senado, 12% para a Câmara Federal e 14% para as Assembleias Legislativas.

Em outras palavras, nem de longe se cumprirá a Lei Eleitoral nº 9.504, de 1997, uma conquista do movimento feminista que obriga os partidos a preservarem para as mulheres 30% de suas candidaturas à Câmara e às Assembleias.

Por que isso acontece, se as mulheres representam mais de 51% do eleitorado? Será por medo do poder? Ou será porque a forma como se estabelece a disputa no País já é, por si, um martírio para as pessoas retas, que não se dispõem ao jogo do tomalá-dá-cá na obtenção de recursos para as campanhas, Senadora Heloísa?

Sim, estamos diante de um jogo que assumiu demais essas características masculinas. Neste sentido, a política perdeu muito da sensibilidade tão fundamental à compreensão dos conflitos e das necessidades humanas. Digamos que ela se embruteceu. Deixou de se ocupar daquelas causas para que as mulheres são sagradas: o martírio da infância abandonada, a solidão dos idosos em frios asilos à espera do milagre de uma simples visita para que possam apenas conversar e sorrir; os caminhos e os desencontros de uma juventude de quem se usurpam os sonhos.

Assim, assistimos à epopéia de uma política machista: a linguagem dos negócios, a violência verbal, a luta pelo poder a qualquer custo. Um confronto amargo que, às vezes, beira a insanidade. O duelo bárbaro dos partidos. O combate rasteiro por espaços e domínios. Para quê? Por quê?

Sem delicadeza, a política se distancia da alma e do coração dos brasileiros. Torna-se urgente, urgentíssimo, que a ação pública receba o toque feminino, para que possamos atingir a essência da vida nacional e descortinar as soluções para tantos que se encontram desamparados.

Mudar o perfil de uma sociedade conservadora e superar o ranço patriarcal e patrimonialista, em que a mulher é considerada ainda patrimônio do homem: trata-se do grande desafio das brasileiras. Temos um grande compromisso com o povo deste País, principalmente por causa da maternidade que nos faz dedicar mais aos outros. Mas a conquista da igualdade exige diálogo permanente, compreensão e participação política.

Conquistamos recentemente uma importante vitória, temos que reconhecer, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que triplica o tempo de detenção dos agressores: o período máximo de reclusão saltou de um ano para três anos. A lei altera também o Código Penal e possibilita que agressores sejam detidos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Chamada de "Maria da Penha", a medida é uma homenagem a esta corajosa brasileira que, em 1983, por duas vezes, foi vítima do marido que tentou assassiná-la: primeiro com uma arma de fogo e, depois, por eletrocussão e afogamento.

Fica claro: as mulheres precisam tomar a iniciativa para resgatar a verdadeira cidadania feminina. Afinal, 30% das mulheres já sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar no País: mais de dois milhões de casos por ano. É muita coisa. Este cenário é também consequência da insegurança e dos desajustes sociais.

Maridos desempregados mais facilmente se entregam ao alcoolismo, uma das principais fontes de agressão. Como se não bastasse, preocupa-nos o crescimento da terrível violência protagonizada por filhos contra as próprias mães – está nas páginas dos jornais praticamente todos os dias –, resultado da disseminação das drogas que acabam por se tornar o refúgio predileto de uma geração que não enxerga perspectivas nem oportunidades num País marcado pelas injustiças. Outro dado estarrecedor: mais de 50% dos estupros ocorrem dentro da própria família. Senadora, esse quadro triste merece a reflexão de chamamento à responsabilidade do mundo feminino na questão do voto.

A maior presença da mulher na vida pública, desta forma, significa um olhar mais atento para as questões fundamentais da educação, da saúde, da segurança, porque ninguém mais do que ela teme pela vida dos filhos e do marido.

Portanto, fica a nossa veemente defesa da paridade não como a pregação de um poder feminino, mas sim como luta pelo equilíbrio de gênero, que representa um avanço cultural de largas proporções, capaz de mudar de maneira efetiva a vida de um país.

A questão da paridade no espaço público e privado como meio de atingir a igualdade não se trata de um modismo. É um conceito difundido por instituições internacionais de defesa dos direitos humanos como instrumento insubstituível para provocar mudanças nos processos de tomada de decisão, eliminando todas as formas de discriminação e de violência com base no gênero ou sexo.

A mulher, Senadora, tem em suas mãos as armas da paz e da justiça para transformar o Brasil. Está na hora de agir.

Fico feliz, Senadora, porque sem nada combinado, acontecendo por acaso, quis o destino que V. Ex^a hoje assumisse a Presidência desta sessão. Fico muito feliz pronunciando este discurso para V. Ex^a e os outros Senadores aqui presentes para chamar a mulher a essa reflexão, a esse momento de tomada de consciência. Nós que representamos, pelo poder do voto, a maioria da população temos de sentir que, neste momento tão difícil para a vida brasileira, um momento político tão horrível, para usarmos um termo bem forte para descrever o que está acontecendo no nosso mundo político, a mulher precisa participar mais, a mulher precisa saber escolher, a mulher precisa olhar na hora de votar, assim como todos os cidadãos brasileiros.

A grande reforma política pode ser feita não por decreto. A grande reforma política pode ser feita com o voto popular, quando as pessoas tiverem a consciên-

cia de que é por meio do seu voto que a mudança tem de ocorrer. Vamos ter uma sociedade mais justa, mais igualitária a partir do momento em que soubermos escolher representantes à altura daquilo que queremos. E não podemos pensar em escolher representantes, Senadora Heloísa Helena, sem buscar a vida do candidato ou da candidata, sem saber em quem estamos votando, sem saber quem estamos escolhendo para colocar aqui, nestas cadeiras, nas cadeiras da Câmara, ou em cada Estado. Temos que ter consciência do momento que estamos vivendo, senão não vamos poder apontar futuramente e dizer: não queremos mensaleiros, não queremos mensalões, abominamos sanguessugas.

Ninguém aqui arrombou portas. A porta dos que aqui chegaram foi o voto popular e dos que vão chegar ainda e dos que estão chegando agora, nesta eleição, também será o voto.

Neste momento, tenho de fazer esta conclamação para as mulheres, que representam a maioria dos votos. Eu gostaria que todas as mulheres se conscientizassem de que este é o momento nosso. E que Deus nos ajude e nos guarde a todos nesta hora de decisão.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Iris, compartilhando inteiramente da sua preocupação. Só um coração generoso como o de V. Ex^a é capaz de fazer um pronunciamento como esse.

Tenho certeza de que o povo de Goiás saberá analisar a competência, a dedicação, a disciplina de V. Ex^a ao longo da sua história no mundo da política. Sou testemunha disso aqui, nesses anos de Senado com V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão querendo acabar com o Pólo Industrial de Manaus. A gente do Amazonas, no Norte do Brasil, a mais pobre das regiões brasileiras, está convencida de que passou a ter um inimigo. Infelizmente, um colega nosso, o ilustre Senador Hélio Costa, hoje Ministro das Comunicações.

De minha parte, o canto não é apenas de contristação. É um canto de guerra. Não contra a pessoa do Ministro, que prezo, mas contra, sim, seu gesto impenhado. Desculpe-me o Sr. Hélio Costa, nosso prezado colega, que sempre soube honrar esta Casa legislativa, desculpe-me, caro Ministro, mas a luta será franca e dura, e o Amazonas não sairá derrotado.

Leio, Sr^a Presidente, o seguinte requerimento de informações, dirigido ao Sr. Ministro das Comunicações:

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações informações acerca de declarações publicadas na imprensa e a ele atribuídas relativas à pretensa alteração na legislação, que, se confirmadas, representariam desrespeito à decisão soberana das duas Casas do Congresso Nacional, além de comprometer a existência do Pólo Industrial de Manaus.

Indago:

1 – Confirma o Ministro sua suposta iniciativa de levar ao Presidente da República minuta de Medida Provisória que contraria uma decisão do Parlamento e, portanto, da sociedade brasileira, com inevitáveis prejuízos para o Pólo Industrial de Manaus?

2 – O Ministro sabe que esse suposto desrespeito agride de imediato uma decisão majoritária da sociedade brasileira e, ademais, é a iniciativa considerada inconstitucional por setores de notório saber jurídico?

Leio, Sr^a Presidente, a justificativa:

O noticiário da imprensa brasileira, exaustivamente veiculado esta semana, dá conta de que o Senhor Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, anunciou a intenção de propor ao Presidente da República a edição de Medida Provisória que, contrariamente ao que dispõe claramente a legislação vigente, amplia para outras áreas do País as isenções que o legislador brasileiro estabeleceu para dar à mais pobre de nossas regiões, a região Norte, condições para seu desenvolvimento econômico e, sobretudo, social.

A se confirmar esse impatriótico, extemporâneo e até inacreditável propósito, a região Norte passa a ter os dias contados para retornar a uma situação de pobreza em desfavor de suas populações.

Mais ainda: a Zona Franca de Manaus, tal como foi concebida e em razão dos benefícios criados pelo Congresso e pelo Governo, é hoje uma grata realidade que concorre para o equilíbrio entre as regiões do País. O simples comparativo entre as condições econômicas da Amazônia e as demais regiões deixa evi-

dente que a Zona Franca de Manaus, com seu Pólo Industrial, representa este fator de equilíbrio. Os habitantes da Amazônia não se conformam e não entendem as razões dessa atitude do ilustre Ministro, mormente por ser ele também Senador, com assento na Casa Legislativa que representa os Estados. S. Ex^a chegou a participar dos debates em que, ao final e ao cabo, concluiu o Senado da República que era e continua sendo necessário preservar a Zona Franca de Manaus como elemento indispensável para que os habitantes da região consigam sobreviver.

Concluo a leitura, Sr^a Presidente, da justificativa e faço, desde já, dura advertência às Lideranças da base governista: a se confirmar essa pretensa e surda guerra contra o Amazonas, revidarei com outra guerra, implacável, uma guerra sem fim para defender o meu Estado e sua altiva população. A partir do esforço concentrado de setembro já não se votará mais nada neste Plenário. Quem duvidar, que pague para ver.

Minhas armas serão os procedimentos regimentais, que usarei à exaustão. O Amazonas prefere não ter inimigos. Porém, se alguém se credenciar a esse triste papel, muito bem, guerra é guerra!

Passo a historiar os fatos, Sr^a Presidenta.

O brutal golpe que se arquiteta contra Manaus, contra o Estado do Amazonas, contra a Amazônia Ocidental e mais o Amapá, que está, infelizmente, sendo confirmado pelas recentes declarações do nosso colega Senador Hélio Costa, digno Ministro das Comunicações, visa a atingir o principal pólo do meu Estado, que é o pólo eletroeletrônico, responsável por 63% de um faturamento de US\$22 bilhões, neste ano, e por metade dos cem mil empregos diretos que são gerados em no Pólo de Manaus.

Em visita ao pólo industrial de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais, no fim da semana passada, segundo matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de sábado, dia 12, o Ministro “garantiu que o Governo Federal vai considerar todos os equipamentos usados no sistema de TV digital como bens de informática”.

No mesmo jornal, edição do dia 17, outro Ministro, o da Fazenda, Guido Mantega, confirma a ameaça ao anunciar que o Presidente da República está para editar medida provisória estabelecendo incentivos fiscais para a implantação de fábricas de semicondutores no Brasil. E acrescenta Guido Mantega: “Será mais abrangente e não tratará apenas de semicondutores”. Conterá – abro aspas novamente, lamentando fazê-lo, para o Ministro – “outras medidas que buscam facilitar a implementação da TV digital no Brasil”.

Isso significa, é claro, a concretização do que o Ministro Hélio Costa declarou em Santa Rita do Sapucaí: o Governo Federal se prepara para considerar “bem de informática” todo equipamento relacionado com a TV digital.

Com isso, esses bens passarão a ter os benefícios previstos na Lei de Informática, como redução do IPI, isenção de PIS e Cofins, além de direito a financiamentos especiais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

“Dessa forma – como o jornal mesmo informou –, não só empresas do Pólo Industrial de Manaus terão competitividade para produzir os equipamentos, mas empresas localizadas em qualquer Estado brasileiro”.

A se concretizar esse intento, qualquer lugar das regiões ricas do País passaria a poder produzir TV digital, pelas suas desvantagens comparativas, menos o Estado do Amazonas, que é o tradicional fabricante de televisores neste País, inclusive concorrendo para cumprir papel brilhante de defesa do equilíbrio da balança comercial brasileira.

Mas esse, Sr^a Presidente, é o golpe que se articula, um tremendo golpe contra o pólo principal de Manaus, o coração do meu Estado, o setor de televisão. O pólo eletroeletrônico representa, repito, 63% do faturamento de mais de US\$20 milhões anuais e de 50% dos empregos da Zona Franca de Manaus.

A medida provisória que se anuncia representa também clara afronta a uma decisão do Congresso Nacional, que, ao votar a nova Lei de Informática, deixou, expressamente, com Manaus a fabricação de televisores e o que a eles, aos televisores, se relacione.

O Governo Lula pretende estraçalhar o que aqui foi aprovado. Terá, porém, que passar por cima deste Congresso Nacional, por cima da Bancada amazônica, que estará coesa em defesa de um legítimo interesse do Estado.

Lutarei com todas as minhas forças, usarei de todas as armas parlamentares e regimentais para impedir que se concretize essa iniquidade contra o povo amazonense, contra uma das regiões mais pobres do País.

Para falar português claro, Senador Geraldo Mesquita, é melhor nem convocarem o esforço concentrado de setembro, porque não se votará nada aqui a depender de mim e dos outros Senadores do Estado do Amazonas. É perda de tempo, é fazer turismo em Brasília. Não se votará nada. Que deixem as sessões continuarem discursivas porque prometo que sessões deliberativas não acontecerão.

O Amazonas, portanto, não assistirá a isso de braços cruzados!

O Presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, Sr. Maurício Loureiro, já declarou ao mesmo jornal, **O Estado de S. Paulo**, edição do último dia 15, considerar inaceitável a posição do Ministro das Comunicações, posição, a seu ver, tendenciosa. E faz a concessão de imaginar que o Ministro não falou pelo Governo, embora os dias estejam confirmando que, infelizmente, parece que falou, sim.

O Sr. Loureiro, de qualquer modo, adianta que o Pólo Industrial de Manaus vai brigar pela produção do receptor-decodificador, o **set top box**, e por todos os produtos que vierem a ser incluídos no sistema de TV digital, que, segundo o Governo, deverá movimentar R\$100 bilhões em uma década.

Há coisas, segundo o Presidente do Centro das Indústrias, que poderão ser feitas em outras regiões do País. O que não se pode é transformar um eletroeletrônico comum, como é o caso do conversor de sinais, o *set top box*, em produto de informática, para poder ser fabricado, com incentivos, em outra parte do País e, com isso, acabar com a competitividade da indústria do meu Estado.

O **set top box** não é senão uma caixinha que, acoplada a um televisor analógico, desses existentes hoje no País, permite a captação de sinais emitidos pela TV digital. É, portanto, um eletroeletrônico, não um produto de informática.

A admitir-se que o conversor de sinais é bem de informática, estará aberto o caminho para que Manaus deixe de ter exclusividade também na fabricação dos televisores. Esse seria o passo seguinte.

Graças à tenaz luta que travamos aqui, nós todos da Bancada amazônica, e com muita compreensão dos demais segmentos deste Parlamento, a nova Lei de Informática, aprovada em fins de 2004, excluiu expressamente dos seus benefícios os produtos do segmento de áudio, vídeo, lazer e entretenimento, “ainda que” – friso isto, que é texto da Lei de Informática – “incorporem tecnologia digital”. Ou seja, não importa se tem chip ou não, não importa a forma que o televisor assumo, se é televisor, a produção é no meu Estado, e não é, portanto, algo a ser beneficiado por incentivo da Lei de Informática.

Isso está dito expressamente na lei. De forma que a pretensão do Governo Lula de considerar todos os equipamentos usados no sistema de TV digital como bens de informática significaria atropelar, passar por cima de uma solução a duras penas negociada nesta Casa. Mudar a lei, ainda por cima por meio de medida provisória, equivalerá a declarar guerra ao povo amazonense.

Não creio que o Governo Lula tenha coragem de chegar a esse ponto. Vai recuar. Terá de recuar!

O Ministro das Comunicações disse, em Santa Rita do Sapucaí, que o mercado que se abrirá com a futura TV digital deve ser compartilhado por todo o País. Bonitas palavras, mas não à custa da mola propulsora do desenvolvimento do Estado do Amazonas e da Amazônia ocidental mais o Amapá.

Se o **Set top box** e o futuro televisor digital ganharem os incentivos da Lei de Informática, Manaus perderá sua competitividade. Seria golpe de morte no setor de televisores. Manaus ficaria com a produção dos televisores analógicos, sistema fadado ao desaparecimento em 10 anos no máximo, enquanto as regiões ricas do País ficariam com o novo, o televisor digital.

É isto que deseja o Governo do Presidente Lula da Silva: acabar com o principal Pólo Industrial de Manaus? Acabar com milhares de empregos? Destruir o Pólo Industrial de Manaus, que tantos benefícios trouxe e vem trazendo, não apenas para o Amazonas e para o Brasil, do ponto de vista da segurança nacional, do ponto de vista do financiamento do interior do Estado, do ponto de vista da defesa ecológica da floresta mais intocada da região amazônica, que é do meu Estado e que mantém mais de 98% da sua cobertura florestal intacta?

Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Muito obrigado, caro amigo e companheiro, Senador Arthur Virgílio. Louvo, admiro o esforço compenetrado que faz V. Ex^a em defender os interesses do Estado do Amazonas e daquela população briosa, trabalhadora. O País inteiro reconhece que esse esforço tem fundamentos sólidos. Pode-se dizer que o Parque Industrial do Amazonas, tendo surgido há muitos anos e se consolidado cada vez mais, representa muita coisa para este País. Representa, Senador Arthur Virgílio, a democratização do esforço de industrialização deste País; representa a descentralização do esforço de industrialização deste País; representa, sobretudo, o enorme esforço feito pela população do seu Estado – empresários, trabalhadores, classe dirigente e políticos –, ao acenar para este País tão prenhe de diferenças abissais. O povo do Amazonas se preparou, inclusive, para esse momento. Parece que estava adivinhando, vaticinando. Senador Arthur Virgílio, sobre essa decisão, admito até a discussão democrática, levando-se em consideração aspectos técnicos. Agora, V. Ex^a tem razão em não admitir a possibilidade de que uma decisão dessa seja tomada de cima para baixo, sem um debate acalorado, sem consulta. Admito, inclusive, que, aspectos técnicos, porque isso é um assunto técnico, devam ser introduzidos nesse debate. Agora, não se pode tomar uma decisão dessa de cima para baixo. Não se trataria de um golpe de Estado, mas de

um golpe ao Estado do Amazonas, ao povo do Amazonas, que, durante estes últimos anos, num esforço fenomenal – o País é testemunha disso –, se organizou, de forma disciplinada, para ostentar o que tem hoje: um parque industrial fantástico! Um parque industrial fantástico. É como colocar uma viseira e só olhar um rumo neste País, só olhar um determinado segmento deste País, uma determinada região deste País. Precisamos descentralizar, precisamos democratizar. E isso passa pela distribuição de riquezas neste País. É inadmissível, portanto, que uma decisão como essa seja tomada de cima para baixo, sem um debate amplo, democrático. Precisamos perder o hábito de adotar medidas neste País de cima para baixo, o que representa uma verdadeira falta de respeito ao povo do Amazonas, ao povo de Manaus, que está ali, durante muitos anos, sofrido. Hoje, com galhardia, ostenta para todo o País, inclusive, Senador Arthur Virgílio, uma condição conquistada aos trancos e barrancos, conquistada com competência, conquistada com capacitação, conquistada com treinamento, conquistada com investimento, investimento. Portanto, V. Ex^a, mais uma vez aqui, ao defender os interesses do seu Estado, do povo que V. Ex^a tão brilhantemente representa, não o faz gratuitamente, mas por ter razões, razões profundas, razões inafastáveis para fazer a defesa dos interesses daquele seu Estado tão bonito, tão grandioso, que tanto serviço tem prestado a este País. Parabenizo V. Ex^a por seu discurso. V. Ex^a tem a nossa solidariedade, desde já, vizinhos que somos de seu Estado, acompanhando com simpatia, com prazer o que se desenvolve, o que se desenrola em seu Estado sob a condução do brioso e trabalhador povo do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. De V. Ex^a, aliás, eu não esperava mesmo gesto diferente. Passo a V. Ex^a o sentimento que hoje se espria pelos amazonenses. Eles são sabedores de que, se de repente aquele Pólo tivesse desaparecido, a balança comercial brasileira entraria em parafuso. Imaginem se o Brasil tivesse que importar – para ficar só nos televisores – os televisores que são fabricados em Manaus. Já enfrentamos a concorrência predatória dos produtos chineses, e o Brasil deve apoiar, portanto, o Pólo de Manaus, como a China apóia suas zonas de exportação. E o que o Brasil fez foi considerar a China uma economia de mercado, aquela patacoada que nós já vimos e que custou tanta ridicularia para cima deste Governo que aí está. A sensação que se tem é de que se faz necessário ao Amazonas enfrentar os chineses duramente.

Produzir o televisor analógico fica com o Amazonas.

Na hora – V. Ex^a disse muito bem – do melhor, da grande consolidação tecnológica, do grande avanço que iria, de fato, significar uma bandeira de desenvolvimento irreversível para aquela região, tira-se de lá e, segundo o Ministro Hélio Costa, leva-se para Santa Rita do Sapucaí, para não sei onde, para regiões ricas, que devem ser apoiadas, que nunca deixaram de ter o meu apoio. Qualquer medida que visou beneficiar a indústria automobilística brasileira, por exemplo, que me tenha apanhado como Deputado ou como Senador, encontrou claro apoio de minha parte. Procuro olhar o todo do Brasil.

Quando eu era Prefeito de Manaus, contra o então Senador Amazonino Mendes, apoiado pelo então Governador Gilberto Mestrinho, fui muito claro e, como Prefeito, recusei brincar de estabelecer um pólo automobilístico lá, porque era uma coisa ridícula. Era uma fábrica que pertencia ao Sr. Gilberto Miranda Batista e que era defendida pelo Sr. Amazonino Mendes, como se aquilo fosse o pólo automobilístico do Amazonas. Eu disse: “Vamos deixar de ridículo! Vamos tratar com seriedade! Essa fábrica emprega seis funcionários – dois vigias, mais quatro pessoas. Isso não é fábrica de automóveis. Isso é montagem aberrante. É um friso no máximo que põem aqui. Não vou arrostar, enfrentar o rancor da Anfavea contra o Pólo de Manaus para beneficiar um grupo, uma pessoa, uma empresa”. Era a tal Kia Motors que estava fingindo que fabricava carros em Manaus.

Tive a hombridade de, como Prefeito, dizer que não queria aquele pólo lá. Queria justamente mostrar para o Brasil que pretendíamos uma divisão social do trabalho em que a nós coubesse a fabricação de televisores, duas rodas, motocicletas, bicicletas e mais alguns itens que são essenciais para a chamada Zona Franca de Manaus. Disse: “Não venham brincar de automóveis aqui, porque nós não temos a menor possibilidade de enfrentar a concorrência com as outras regiões do País”.

Essas atitudes merecem ser entendidas com seriedade. Eu poderia ter feito todo aquele oba-oba, aquela história, afinal quem é que não quer um pólo de automóveis em sua região se puder tê-lo? Tive a coragem de dizer que a nossa Região, a minha Região, não podia ter e vim aqui dizer ao sempre Senador Eduardo Suplicy, ao então Senador Mário Covas, ao então Senador Fernando Henrique Cardoso e a tanta gente que queríamos a preservação dos pólos tradicionais da Zona Franca de Manaus e não aquela patacoada da Kia Motors.

Exijo agora o mesmo sentimento de brasilidade em relação ao que está consolidado na Lei de Informática, que nos dá o direito de produzir televisores

com a exclusividade de incentivos fiscais que regem a Zona Franca de Manaus. Ou seja, bem de informática é bem de informática, e a Lei de Informática foi muito clara: televisores são televisores, não importa a feição tecnológica que assumam, ou seja, televisores e suas evoluções tecnológicas são do Amazonas. Isso vai ser mostrado por bem ou por mal ao Ministro Hélio Costa, ao Presidente Lula ou a quem mais se levante supondo que aqui se vota alguma coisa, até mesmo um voto de pesar, a partir do esforço concentrado de setembro se não recuarem dessa insanidade.

Sr^a Presidente, volto a dizer: isso que o Governo Lula tenciona concretizar seria um ato de insanidade. Senador Geraldo Mesquita, estão associados ao Pólo Industrial de Manaus os seguintes números: em 2005, o seu faturamento foi da ordem de US\$ 19 bilhões e, este ano, pode chegar a US\$ 22 bilhões; 100 mil postos de trabalho diretos e 350 mil indiretos, R\$ 10 bilhões de arrecadação tributária; investimentos anuais de US\$5 bilhões; exportações de US\$ 2,2 bilhões e que crescem em ritmo quatro vezes maior que o das importações. São números expressivos. E não são apenas esses. O Pólo Industrial de Manaus apresentou, em 2005, o maior índice de crescimento industrial no Brasil. Cresceu 12,1%, quatro vezes mais do que o crescimento do próprio País, que foi de 3,1%.

Outro dado: 52% dos insumos industriais utilizados no Pólo Industrial de Manaus são brasileiros e, desses, 33% são da própria Região Amazônica.

O desenvolvimento industrial em Manaus se espraia pelo Estado, pela Amazônia Ocidental e pelo Amapá, portanto, beneficia o Brasil. E é sobretudo importante para uma Região estratégica como a Amazônia.

Não vamos permitir que se perpetre esse golpe. Estou certo de que os amazonenses contarão com o apoio decidido de todos os brasileiros que amam a Amazônia e que desejam ver nela desenvolvimento sustentado com a preservação das florestas e sem agressão ao meio ambiente. É isso o que o Pólo Industrial de Manaus propicia.

O Ministro das Comunicações, nosso prezado colega Senador Hélio Costa, declarou também, e isto está nos jornais, que “não se justifica tanta histeria” nessa história do tremendo rombo que ocorreria na economia do Amazonas caso aconteça de fato a alteração por ele sugerida de criar centenas de zoninhas francas por todo o País.

Aqui abro parênteses, Sr^a Presidente, para responder a uma referência do Ministro. Ele está falando em histeria, e eu sou bom rimador: falarei em hipocrisia.

Histeria rima com hipocrisia, e há um escândalo brutal com os incentivos fiscais, que são justificados plenamente por um faturamento anual de US\$22 bilhões. Mas não há escândalo com os incentivos fiscais concedidos para as regiões ricas do País fabricarem os produtos capitulados na Lei de Informática como bens de informática. Ou seja, de repente, parece-me até um preconceito mesmo contra a minha Região, algo que tem de ser olhado com atenção para não cairmos aqui num etnocentrismo imbecil do tipo: na divisão social do trabalho, fica aquela turma do Norte destinada a produzir o que não agregue grande valor, e as regiões mais ricas, destinadas a ficarem cada vez mais ricas, embora arcando elas com o ônus de um desequilíbrio interno muito grande que surge do fato de não se encarar o desenvolvimento regional como direito de cada região.

Não nos esqueçamos nunca de que São Paulo é a maior cidade nordestina do País, não nos esqueçamos nunca disso. Estamos em eleição, e é fundamental se falar em São Paulo para o eleitorado nordestino. Os nordestinos estão mais em São Paulo do que em qualquer outra cidade do País.

O Ministro votou a mudança da Lei de Informática conosco aqui. Por isso, estranho a posição que assume agora. É estranho que o Ministro Hélio Costa, meu prezado colega – espero até poder dizer meu prezado amigo –, como Senador tenha ajudado a consolidar o Pólo Industrial de Manaus e, como Ministro, dispo-nha-se a destruí-lo. Como Senador, ele só mereceu meus agradecimentos, como Ministro, só terá o meu combate evidentemente, e não será um combate fácil, é bom que ele fique avisado desde já.

Devo dizer ao Ministro que não há no meu Estado nenhuma histeria. Há, sim, uma reação natural de quem é atingido por golpes sorrateiros. Vejo, sim, um sentimento de revolta em função de tudo o que aqui já foi historiado.

Agora, se o Ministro entra pelo terreno médico e fala em histeria, faço o mesmo e defino esse gesto do Governo Federal como capitulado na psicopatologia. Manifestam-se sintomas de falta de controle e de sentido mórbido de autoconsciência em um Governo no mínimo insensível ao que significa equilíbrio entre as regiões que compõem o território brasileiro. Vejam como sou solidário: para o Ministro não ser processado sozinho pelo exercício ilegal da Medicina, aqui estou eu a fazer o mesmo – eu seria processado junto com ele –, adentrando o campo de conceitos da Medicina.

Só não esperava – e aí também sou franco – que declarações de animosidade contra a minha região partissem de um Senador tão ilustre, hoje Ministro. Ele, que acompanhou aqui, neste Plenário, a imensa luta

que despendi ao lado dos Senadores do Amazonas e com a adesão dos demais Estados da Região Norte e até mesmo do próprio Líder do Governo, Senador Mercadante, declarou o seu apoio à Amazônia, antevendo o futuro do Brasil. Surpreende-me o Ministro Hélio Costa.

Foi aqui, em um aparte do Mercadante, que nasceu a minha idéia de fazer a PEC, Proposta de Emenda à Constituição, que muda o nome de Zona Franca, até porque aquilo não é mais zona franca. Vamos ser francos: não é zona e não é franca. Lá se recolhem mais tributos federais do que em todos os Estados da Região Norte juntos. Sessenta e quatro por cento dos tributos federais da Região são arrecadados no meu Estado, 36% nos demais Estados todos. Então, não tem nada franco ali, não é parede fiscal coisa alguma.

Muito bem. E o Senador Aloizio Mercadante dizia: “Eu lhe sugiro uma PEC trocando o nome para o Brasil perceber que se trata de um pólo industrial de alta definição tecnológica”.

Fiz a PEC, e ela foi aprovada por unanimidade no Senado, portanto, com o voto do ilustre Senador Wellington Salgado, suplente do Ministro Hélio Costa. Foi unanimemente aprovada no plenário e em todas as comissões. Já foi aprovada na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados por unanimidade também. Falta agora o plenário da Câmara dos Deputados.

Se faltasse apenas o plenário do Senado, porém, já não ia mais ser aprovada. Eu próprio barraria a aprovação de minha PEC, pois vou barrar todas as matérias a partir de setembro, todas, todas, enquanto o Governo não recuar dessa insanidade que supostamente estaria disposto a perpetrar.

Dirijo-me agora ao meu prezado colega Ministro Hélio Costa.

Meu caro Hélio Costa, retorne à sua serenidade habitual, que é cativante. Acostumei-me com sua serenidade e peço-lhe que reveja a idéia de prejudicar o meu Estado.

Meu caro Ministro Hélio Costa, V. Ex^a veio para o Senado com os votos de um Estado que sempre soube ser excelso. Não é à toa que me encantei, quando ainda estudante, com uma frase de Milton Campos: “O mundo é grande, mas Minas é muito mais!”. A grandeza de Minas não se resume às suas alterosas montanhas. Minas é grande por si só. E sempre com G maiúsculo.

Repasso ao caro Ministro, digno representante das Minas, as reações que mexeram com o meu Estado. Estarei ao lado Minas Gerais sempre. Estarei ao lado de Minas Gerais toda vez que os interesses de quem quer que seja não colidirem com os do Amazonas, é evidente.

Sr^a Presidente, nesta fase do discurso, eu gostaria de me dirigir ao Ministro Hélio Costa, advertindo-o de que a mudança que pretende é inconstitucional e pode ser barrada no Supremo Tribunal Federal. Antes disso, ela será barrada no Senado, com certeza, e espero que na Câmara também. Antes disso, o Governo terá tantos problemas para encaminhar suas soluções que eu convoco a raciocinar, a meditar, a pesar as conseqüências, a procurar entender as coisas com boa leitura. Ele verá que, na relação custo/benefício, é muito melhor cumprir o seu compromisso com o que estabelece a Lei de Informática e seu compromisso com o Amazonas – e, portanto, com o Brasil – do que brincar de editar medida provisória que desestabilize a economia de um Estado como o meu. É o papel de Senador pelo Amazonas que vou cumprir à risca.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, recebi um e-mail muito interessante do Sr. Antônio Simões dos Reis Sobrinho, da cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, sugerindo que o Governo do Amazonas estimule, em Manaus, a geração de um parque industrial de apoio para as indústrias que lá funcionam. Ele se refere, basicamente, a uma longa história que tem implicações legais, mas louvo o seu patriotismo. Ele pretende ver mais indústrias de componentes em Manaus. Ele consegue compreender – e escreve com muita firmeza, com muita lucidez, com muita simplicidade, com muita clareza – que com isso se baixaria o custo Amazonas e se facilitaria o esforço exportador.

O Pexpam, que gerou o *boom* exportador da chamada Zona Franca de Manaus, foi uma idéia do Ministro José Serra quando Ministro do Planejamento. Correspondeu a um esforço também do Ministro José Serra de moralização daquele órgão, que ficou fora completamente daqueles escândalos que abalaram a Sudene e a Sudam. Isso se deve a um cidadão chamado José Serra.

Muito bem, faço o registro da diferença entre o Governo, que deveria compreender e não compreende, e um cidadão que diz assim: “Moro aqui em São Paulo, mas entendo que era melhor concentrarmos horizontal e verticalmente a produção de motocicletas, por exemplo, no Amazonas”. E isso é um gesto que registro com muito agradecimento.

Mas, Sr^a Presidente, aproveitando o fato de termos esta sessão tão íntima, inicialmente presidida pela Senadora Heloísa Helena e agora, com muita alegria para mim, presidida por V. Ex^a, Senadora Iris de Araújo, vou falar um pouco da questão nacional.

Com o início da campanha política nas emissoras de rádio e televisão, tenho de admitir que o programa do PT é o melhor. O programa do Presidente Lula chamou minha atenção. Ficou evidenciado que o PT

não existe mais. Não existe mais o vermelho do PT, já estão querendo ficar com nossas cores. Azularam, que nem o PSDB. Uma coisa complicada. Eles querem ser nós. É uma coisa meio freudiana. E o interessante é que eles começaram tão orgulhosos que chegaram a colocar a estrela vermelha do PT nos jardins do Palácio da Alvorada, em flagrante desrespeito à lei da impessoalidade no exercício do poder.

O Presidente Lula não compareceu ao debate da Bandeirantes na última segunda-feira. Acho que ele abandonou o vermelho, cor marcante nas suas campanhas anteriores, e amarelou de vez, além de deixar muito claro que passou a ter vergonha do Partido que ele ajudou a criar há 26 anos. Ou tem vergonha, ou quer se distanciar dos escândalos e pretende passar para o seu Partido o ônus pelos escândalos que ele e seu Governo geraram; escândalos que não podem deixar de ser examinados nesta campanha eleitoral, sob pena de avalizarmos que escândalos não foram aqueles escândalos tão escandalosos que, por isso, escandalizaram o País.

Mas o programa de Lula que foi ao ar, após revisão final do Duda Mendonça, está de volta o Duda, impressionante, trabalhando para a Petrobras. Tudo aquilo foi bobagem, tudo aquilo que se apurou na CPI foi bobagem, aquelas confissões que ele próprio fez. Está todo mundo reabilitado, está todo mundo bem, mas aquele mesmo Duda que recebeu recurso do Delúbio no exterior atropelou, mais uma vez, os fatos e apresentou números que não correspondem à realidade. Mais uma vez, o candidato Lula volta a vender ilusões ao povo brasileiro. Depois de não ter visto nada, não saber de nada do que se passa em seu Governo e em seu Partido, voltou a exercitar a mentira no seu programa de ontem, com a mesma retórica e as bravatas que marcaram a sua vida política.

Veja, Sr^a Presidente, que até a refinaria de Pernambuco ele anunciou como obra realizada. A obra nem recebeu autorização ambiental para execução do projeto, e ele já a vê como obra devidamente acabada.

Sugiro, Presidente Lula, que compareça aos debates e que apareça nos programas e que apareça com seu Partido, apareça com sua face inteira, para que o País o julgue por inteiro também.

Prefiro o Lula natural, o Lula original, não o Lula maquiado pelos programas idealizados ainda por Duda Mendonça. Prefiro o Lula que esteve no Jornal Nacional, aquele que estava tenso, que não resiste a debater com ninguém assunto nenhum, por falta de profundidade ao fazê-lo. Prefiro o Lula que contrariou o depoimento de Okamoto em uma CPI sob juramento. Prefiro o Lula que disse que ia demitir o Palocci e o José Dirceu, embora os dois tenham saído a pedido,

e ele os tenha coberto de elogios. Prefiro o Lula que disse que foi traído, mas não disse por quem. Prefiro o Lula porque esse é o Lula verdadeiro. É aquele que, com essa face, precisa ser julgado, sem maquiagem e sem fantasias pelo povo brasileiro. É esse o Lula que precisa ser conhecido e visto no âmago, no seu coração, no fundo da sua alma.

E mais, Presidente Lula, apresente em seus programas os companheiros de longas datas. Onde estão os seus companheiros Ministro Palocci e Ministro José Dirceu? Onde está o seu companheiro Delúbio? Onde está o seu companheiro Sílvio Pereira? Vai apagar?

Há pouco, lembrei-me do Mário Covas. Dá para apagar o Mário Covas da minha vida? Dá para apagar o Fernando Henrique Cardoso da minha vida? Dá para apagar o José Serra da minha vida? Dá para apagar o Geraldo Alckmin da minha vida? De repente, dá para apagar toda essa gente da vida do Presidente Lula? De repente, assim, como se o povo brasileiro fosse imbecil, como se o povo brasileiro fosse composto por imbecis? E não o é. Espero muito fortemente que não o seja mesmo e tenho convicção de que não o é.

O Presidente não vai expor Waldomiro Diniz, que tinha uma sala quase contígua à sua sala de trabalho? Não vai expor a dançarina do mensalão, a Deputada que dançou aquele balé deplorável comemorando a absolvição dos mensaleiros?

O Presidente estava muito sozinho no programa e muito isolado. Tem de chamar os amigos! Política é equipe, é grupo. Tem que estar com o seu pessoal, com a sua turma. Então, sugiro mais solidariedade, mas também mais companhia, o Presidente tem que mostrar essa gente. E dos outros partidos também, aquela turma toda.

Faço um parêntese para dizer que já estão agora renunciando. Uns, acredito que renunciam até com um restinho de vergonha que possam ter, renunciam para sair da vida pública. Outros desses sanguessugas estão renunciando para voltarem como candidatos. Cumpre ao povo barrá-los. Se o povo não barrar, é sinal de masoquismo mesmo; é sinal de que estamos diante de uma sociedade que supostamente gostaria de ver esses fatos repetidos e a impunidade grassando.

Peço, portanto, ao Presidente que se apresente ao povo de forma natural, como ele apareceu no Jornal Nacional. Não precisava ficar tão nervoso nem tão gaguejante como estava no Jornal Nacional, mas que se apresente de uma vez, mostre sua cara e suas intenções “chavistas” – que ele mal consegue esconder – para um eventual segundo mandato que, tenho certeza, o povo não lhe concederá. Mas digo, Presidente, uma coisa bem simples. Presidente Lula conte onde estão os seus companheiros. Renegar seus compa-

nhheiros de uma vida? Que história? Que coisa? Como se pode fazer isso? Volto a dizer, Presidente, não escondo Mário Covas, não escondo Fernando Henrique Cardoso, não escondo Geraldo Alckmin, não escondo José Serra, não escondo Tasso Jereissati, não escondo ninguém. Não é justo que o senhor esconda seus companheiros que tanto esforço despenderam para construir esse Partido que é o PT, a começar pelo José Dirceu. Estou esperando a hora em que o José Dirceu vai aparecer no programa do Presidente pedindo votos para ele. Tem que mostrar aquelas fotos. Acho que a gente tem que ser o que é mesmo. Vai ver que o José Dirceu tem muitos votos e vai ajudar o Presidente a se reeleger.

Muito bem. O Presidente Lula agora foi multado em R\$900 mil por propaganda fora do tempo – temos de convocar o Paulo Okamoto aqui para ele dizer se confirma ou não que mentiu à CPI, porque o Presidente Lula, na sua entrevista ao Jornal Nacional, disse que o Okamoto mentiu à CPI –, o Presidente Lula está empenhando papagaio novo de R\$900 mil de multa por propaganda ilegal; multa que lhe aplicou o TSE por propaganda eleitoral antecipada. Vou dizer ao povo brasileiro, aos leitores, aos ouvintes, aos telespectadores: com o seu dinheiro, brasileiro! O Lula teria de pagar com o dinheiro dele, mas a propaganda que motivou a multa foi feita com o dinheiro do povo brasileiro. Em janeiro, a Casa Civil, a Secretaria-Geral da Presidência e o Ministério do Planejamento mandaram imprimir e distribuir nada menos de um milhão de cartilhas que se chamava “Brasil, um País de Todos.” A frase é uma das marcas publicitárias do Governo Lula e se dedicava a comparar as realizações deste Presidente com as do anterior, Fernando Henrique Cardoso – tudo, claro, tendenciosamente favorável, adivinhem a quem? E, por isso, a multa. O PSDB acionou o TSE, e Lula perdeu por 4 a 2. O seu advogado agora vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Vou dar uma sugestão: o Okamoto, quando era pobre, podia pagar. Quem sabe agora ele mete a mão no bolso e paga R\$900 mil e salda essa dívida presidencial?

Sr^a Presidenta, finalmente, eu gostaria de anunciar que estou endereçando ao Ministério dos Transportes, baseado em matéria publicada nas revistas que circularam no fim de semana, uma série de perguntas, em requerimento de informações, sobre o tal programa tapa-buracos, que parece eivado de irregularidades.

Da mesma forma, encaminho à Mesa requerimentos de informação solicitando informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o perfil dos declarantes do Imposto de Renda de Pessoa Física, o IRPF, por faixa de renda, baseado nas declarações entregues entre os anos de 2000 e 2006.

Então, são várias perguntas que visam a defender o contribuinte.

Ainda, Sr^a Presidente, requeiro voto de pesar pelo falecimento do maestro e compositor Moacir Santos, ocorrido no último dia 6 de agosto e, igualmente, pelo editor Armando Campos, ocorrido em 4 de agosto deste ano.

Finalizo, agradecendo a V. Ex^a pela paciência proverbial de sempre e conclamando o Ministro Hélio Costa a fazer, de fato, uma reflexão. Não vai sair barato esse intento do Governo de prejudicar o pólo de Manaus, não vai sair barato. Estou aqui precisamente para dizer isso. Estou aqui precisamente para anunciar que se essa medida provisória sair nesses termos... Duvido que o Governo tenha a coragem de fazê-lo, duvido da coragem do Governo.

É bom nem o Presidente Renan Calheiros convocar o esforço concentrado em setembro, é bom deixar apenas as sessões discursivas, o plenário às moscas mesmo, como está. É bom deixar assim, porque estarei aqui cedinho para obstaculizar a votação de qualquer matéria. E não se vota nada nem antes nem depois das eleições enquanto o Governo não recuar dessa insanidade, que é golpear de morte a economia do meu Estado.

Por ora era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Iris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – A Mesa recebe os requerimentos a que V. Ex^a se refere e lhes dará o encaminhamento regimental.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 921, DE 2006

Requer ao Ministro das Comunicações, informações acerca de pretensas alterações, pela via de Medida Provisória, na legislação relativa à fabricação de itens para TV Digital.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado como disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, informações acerca de declarações publicadas na imprensa e a ele atribuídas, relativas a pretensa alteração na legislação que, se confirmadas, representariam desrespeito a decisão soberana das

duas Casas do Congresso Nacional, além de comprometer a existência da Zona Franca de Manaus.

Indago:

1. – Confirma o Ministro sua suposta iniciativa de levar ao Presidente da República minuta de Medida Provisória que contraria uma decisão do Parlamento e, portanto, da sociedade brasileira, com inevitáveis prejuízos para a Zona Franca de Manaus?

2. – O Ministro sabe que esse suposto desrespeito agride de imediato uma decisão majoritária da sociedade brasileira e, ademais, e a iniciativa considerada inconstitucional por setores de notório saber jurídico?

Justificação

O noticiário da imprensa brasileira, exaustivamente veiculado esta semana, dá conta de que o Senhor Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, anunciou a intenção de propor ao Presidente da República, a edição de Medida Provisória que, contrariamente ao que dispõe claramente a legislação vigente, amplia para outras áreas do País, as isenções que o legislador brasileiro estabeleceu para dar à mais pobre de nossas regiões, condições para o seu desenvolvimento econômico e sobretudo social.

A se confirmar esse impatriótico, extemporâneo e até inacreditável propósito, a Região Norte passa a ter os dias contados para retornar a uma situação de pobreza em desfavor de suas populações.

Mais ainda: a Zona Franca de Manaus, tal como foi concebida e em razão dos benefícios criados pelo Congresso e pelo Governo, é hoje uma grata realidade que concorre para o equilíbrio entre as regiões do País. O simples comparativo entre as condições econômicas da Amazônia e as demais regiões deixa evidente que a Zona Franca de Manaus, com seu Pólo Industrial, representa esse fator de equilíbrio.

Os habitantes da Amazônia não se conformam e não entendem as razões dessa atitude do ilustre Ministro, mormente por ser ele também Senador, com assento na Casa Legislativa que representa os Estados. Sua excelência chegou a participar dos debates em que, ao final e ao cabo, concluiu o Senado da República que era e continua sendo necessário preservar a ZFM, como elemento indispensável para que os habitantes da região consigam sobreviver.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 922, DE 2006**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o perfil dos Declarantes do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), por faixa de renda, baseadas nas declarações entregues entre os anos de 2000 e 2006.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre o perfil dos declarantes do Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF, por faixa de renda, baseadas nas declarações entregues entre os anos de 2000 e 2006:

1. O número de Declarantes do IRPF por faixa de renda e item de dedução, o montante da renda tributável, o montante do imposto devido e da alíquota efetiva, o total da renda média tributável, a participação relativa no número de declarantes por faixa de renda e item de dedução, a dedução média por faixa de renda e item de dedução, a renda tributável maior que R\$500 mil/ano por distribuição de ocupação e por distribuição da Região geográfica;

2. As deduções da renda tributável desagregada por desconto padrão simplificado, previdência oficial, previdência privada, dependentes, instrução, despesas com saúde, pensão judicial e livro caixa;

3. O montante dos rendimentos isentos e não-tributáveis; do lucro na alienação de bens ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel e da redução do ganho de capital, dos lucros e dividendos recebidos; da parcela isenta correspondente à atividade rural; dos rendimentos de cadernetas poupança e letras hipotecárias; rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados; das transferências patrimoniais – doações, heranças, meações e dissolução da sociedade conjugal ou unidade familiar; e, dos rendimentos isentos e não-tributáveis dos dependentes;

4. O montante dos rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva; do décimo terceiro salário; dos ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos; ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie; ganhos líquidos em renda variável (bolsa

de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas); e, dos rendimentos de aplicações financeiras;

5. As informações solicitadas nos itens de 1 a 4 do requerimento em tela devem ser fornecidas agrupadas em faixas de renda tendo como base o número de salários-mínimos anuafizados, iniciando-se a primeira faixa até 1 salário mínimo, a segunda, de 1 a 2 salários mínimos, a terceira, de 2 a 3 salários mínimos e, assim, sucessivamente, até o maior nível de renda declarada.

Justificação

As informações contidas na declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) formam um documento informativo cujo preenchimento constitui uma obrigação acessória ao efetivo pagamento do imposto de renda. Os dados coletados são depurados e trabalhados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), com a finalidade primeira de garantir a precisão da constituição e lançamento do crédito tributário. Paralelamente à verificação do correto cumprimento da obrigação tributária, os valores agregados servem como uma importante fonte para a análise da política tributária brasileira e para formulação de proposições nesta área. Ademais, a consolidação das informações das declarações do IRPF permite uma radiografia do universo de contribuintes sujeitos à entrega da declaração.

Até o final do ano de 2002 a SRF divulgava trabalhos que comentavam os dados consolidados das declarações do IRPF, que permitiam uma visão panorâmica do universo constituído pelos principais contribuintes do imposto incidente sobre a renda das pessoas físicas e tornavam possível a percepção de importantes aspectos, que, de outra forma, se perderiam na simples agregação.

No entanto, a partir de 2003, com a posse do presidente Lula, a SRF suspendeu a divulgação dessas informações, numa manifestação nítida da falta de transparência do atual governo para com o cidadão.

Os dados solicitados, por serem agregados, não violam informações pessoais e sujeitas ao sigilo fiscal. Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para o desempenho de minhas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB no Senado Federal.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 923, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre os resultados obtidos com o programa do governo federal para recuperar parte da malha rodoviária brasileira, mais conhecido como “operação tapa-buraco”

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes informações sobre os resultados obtidos com o programa do governo federal para recuperar parte da malha rodoviária brasileira, mais conhecido como “operação tapa-buraco”:

1. Qual foi a extensão de rodovias recuperadas com o referido Programa?
2. O resultado obtido atingiu a meta estabelecida no início do Programa?
3. Qual foi o custo final das obras?
4. O custo final extrapolou o orçamento previsto inicialmente para o Programa?
5. Existe alguma estatística mostrando que o referido Programa contribuiu para a redução dos tempos de viagem, dos custos de transportes e para a redução de acidentes?
6. Existe algum estudo mostrando que a realização desse Programa emergencial contribuirá para a maior economicidade de obras no momento de intervenções programadas?
7. Que providências foram tomadas em relação às empreiteiras responsáveis pelas obras que prestaram serviços com indícios de “irregularidades graves”, segundo auditorias do TCU?

Justificação

O Ministério dos Transportes divulgou, no começo do mês de julho, que mais de 80% das obras do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, chamado de Operação Tapa-Buracos, já estavam concluídas.

Assim, o objetivo deste requerimento é oferecer ao Ministro de Estado dos Transportes uma oportunidade para apresentar um balanço das obras realizadas no âmbito do referido Programa.

Sala das Sessões, de 18 de agosto de 2006.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa, para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 924, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do maestro e compositor Moacir Santos, ocorrido em 6 de agosto deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 6 de agosto, do maestro e compositor Moacir Santos.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

Conhecido pelo seu virtuosismo, o maestro e compositor Moacir Santos foi um dos grandes mestres da música brasileira. Foi professor de grandes músicos como Baden Powell, Nara Leão, Sérgio Mendes e Roberto Menescal.

Conhecido no exterior por MPB, foi indicado para o Grammy pelo seu brilhante “Maestro”, de 1974. Recentemente ganhou o Prêmio Shell do Música e o Prêmio TIM de Música as duas mais importantes, premiações na área.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 925, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do editor Armando Campos, ocorrido em 4 de agosto deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 4 de agosto, do editor Armando Campos.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

Armando Campos nasceu em outubro de 1922 e depois de uma longa carreira bancária, apaixonou-se pelo mundo das editoras: foi diretor financeiro da Editora Nova Fronteira por quase duas décadas e sócio-fundador da Editora Objetivo. Entre 2001 e 2003 continuou dando assessoria à Nova Aguilar e à Lacerda Editores.

Sala das Sessões, 18 agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Papaléo Paes e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Zona Franca brigará

por exclusividade na TV digital”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 15 de agosto de 2006.

O artigo destaca que as indústrias da Zona Franca já se prepararam para uma batalha contra o Governo. Tudo começou com a declaração do Ministro das Comunicações, Hélio Costa, em Santa Rita do Sapucaí, Sul de Minas Gerais, dizendo que o governo não deixará a produção do set-top Box (equipamento que permitirá que um televisor analógico receba sinal digital) seja exclusiva da Zona Franca. O Ministro disse: “trabalho nesse sentido, não existe nenhuma decisão do governo com respeito a não enquadrar os produtos de TV digital dentro da Lei de Informática”. O setor não quer que o Governo transforme produtos eletroeletrônicos, fabricados hoje em Manaus, em bens de informática, como quer o Ministro.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Zona Franca brigará por exclusividade na TV digital

Representante da indústria da região diz que ministro foi 'tendencioso' ao defender produção em Minas Gerais

Agnaldo Brito

As indústrias da Zona Franca já se prepararam para uma batalha contra o governo. A indústria não aceita perder a exclusividade do Pólo Industrial de Manaus na produção dos equipamentos para a TV digital. As consultas jurídicas para sustentar até uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) já começaram. O setor não quer que o governo transforme produtos eletroeletrônicos, fabricados hoje em Manaus, em bens de informática, conforme desejo do ministro das Comunicações, Hélio Costa.

Costa disse na última sexta-feira, em Santa Rita do Sapucaí, Sul de Minas Gerais, que o governo não deixará a produção desses equipamentos exclusivamente nas mãos da Zona

Franca. O governo estima que a produção do set-top box (equipamento que permitirá que um televisor analógico receba sinal digital) movimentará R\$ 9 bilhões em três anos. "Trabalho nesse sentido, não existe nenhuma decisão do governo com respeito a não enquadrar os produtos de TV digital dentro da Lei de Informática", disse Costa.

O presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, Maurício Loureiro, disse ontem que a posição do ministro é "inaceitável". Ele afirmou que a defesa de Costa ao pólo eletroeletrônico do Sul de Minas é "tendenciosa" e que a mudança fiscal do equipamento para dar incentivos da Lei de Informática é "oportunismo" das indústrias fora da Zona Franca.

Somente o enquadramento desses produtos na Lei de Infor-

mática assegura competitividade para que sejam produzidos fora da Zona Franca, assim como ocorreu com o celular. "O Brasil é o único país do mundo que considera o celular bem de informática. Se fizermos isso com os equipamentos da TV digital, vamos rasgar as leis", disse Loureiro. Entre os benefícios fiscais previstos na lei estão a redução do IPI e isenção do PIS e da Cofins, além de acesso a financiamentos do BNDES.

Loureiro antecipou que a Zona Franca vai brigar pela produção do receptor-decodificador e por todos os produtos que foram incluídos no sistema de TV digital. O governo estima que, em uma década, a implantação dos Sistema Brasileiro de TV Digital vai movimentar R\$ 100 bilhões. "Acho que há coisas a serem desenvolvidas dentro

desse R\$ 100 bilhões, que podem ser feitas em outras regiões do País", diz Loureiro.

Ele criticou o ministro. "Ele foi infeliz na declaração. Ele não pode dizer que essa decisão já foi tomada no governo, porque ele não fala sozinho pelo governo", afirmou. Hélio Costa é senador por Minas e não escondeu, durante a visita a Santa Rita do Sapucaí, que assumiu a causa dos industriais da região.

PERDA ADICIONAL

Loureiro afirmou que a Zona Franca não teme perder apenas a produção do set-top box (o terminal de acesso). Para ele, ao converter um eletroeletrônico em produto de informática, cria-se a possibilidade de transformar também o televisor em bem de informática, tirando a exclusividade de produção da Zona Franca. "Esse será um segundo passo, não tenho dúvida. Se isso ocorrer, vão tirar metade das receitas da Zona Franca. Acabam com o Pólo Industrial de Manaus", afirma.

O pólo deve faturar este ano entre US\$ 21 bilhões a US\$ 22 bilhões. Metade dessa receita é obtida com produção de eletroeletrônicos. Segundo a Citeam, 36 mil empregos dependem da fabricação de produtos eletroeletrônicos na Zona Franca. ●

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Lula perde pontos com a segurança”, publicada no **Jornal do Brasil**, de 6 de agosto do corrente.

A referida matéria trata da questão da segurança pública e mostra que a última pesquisa CNI-Ibope registrou que os brasileiros creditam na conta do Governo Lula o problema da violência no País. Segundo a matéria, os baixos investimentos e as promessas

não cumpridas mostram a inépcia do Governo com a questão.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula perde pontos com a segurança

Bruno Garschagen e
Paula Barcellos

A crise de segurança pública em São Paulo atingiria em cheio a candidatura à Presidência de Geraldo Alckmin, especulava-se. Mas a pesquisa CNI-Ibope, divulgada ontem, mostrou que os brasileiros creditam na conta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva o problema da violência no país. A desaprovação popular pelo desempenho da gestão Lula subiu de 61% em junho para 71% em julho. Foram consultadas 2.002 pessoas em 142 municípios.

O esforço do governo em parecer preocupado com os recentes ataques do PCC em São Paulo provocou uma reação contrária, assinalam especialistas. A forma como foi oferecida ajuda, rejeitada pelo governo paulista, não convenceu a população.

Uma subida de 10% num período tão curto é marcante – acredita o sociólogo Ignácio Cano. – As pessoas são muito críticas quando tema tão sério é tratado assim em período eleitoral. O crescimento da avaliação negativa não surpreende estudiosos de segurança pública. É o resultado da decepção geral com o tratamento que o governo deu ao tema.

A população, vítima da violência, não aceita que um presidente deixe de fazer sua parte no processo de combate ao crime – explica o cientista político e sociólogo Antônio Flávio Testa, da Universidade de Brasília (UnB).

A pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Sílvia Ramos, acha que, em certo sentido, a desaprovação popular já era esperada.

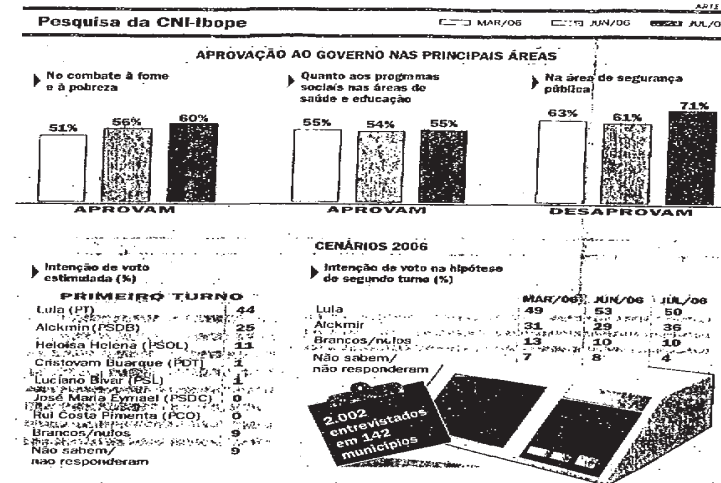
Surpreendentemente, a segurança pública talvez tenha sido a área com pior desempenho desse governo, que tinha um Plano Nacional de Segurança muito bom, mas que foi

■ Cresce popularidade de candidatos

Paula Barcellos

As pesquisas estimuladas de intenção de voto – quando são dados aos eleitores os nomes dos candidatos – ao menos para a Presidência, não têm apresentado grandes oscilações. Nas pesquisas espontâneas, sem que os presidencialistas sejam apresentados, o quadro é diferente. Em quatro meses, Geraldo Alckmin (PSDB) saltou de 8% para 14% e Heloisa Helena (PSOL), de 1% para 6%. O presidente Lula caiu de 32% para 31%.

Tudo indica que, quanto mais intenso o ritmo de campanha e a aparição nos veículos de comunicação, maior a possibilidade de



descartado no início do mandato – lembra a pesquisadora.

Além do recente caso dos atentados do PCC, o histórico da administração federal na área de segurança pública explica os números da pesquisa CNI-Ibope. Baixos investimentos e promessas não cumpridas mostram a inépcia do governo Lula na área. Dos cinco presídios federais prometidos, apenas um foi inaugurado. A penitenciária de Catanduvas (PR), inaugurada em junho, custou R\$ 20 milhões. Até agora só abriga um preso, o traficante Luiz Fernando da Costa, o *Fernandinho Beira-Mar*. É o detento mais caro do país. Custa no mínimo R\$ 38.300 por dia ao cofres públicos, se somados só os sala-

rios dos agentes do presídio.

A inabilidade do governo em promover uma articulação nacional com os Estados também explica a reprovação, acentuam os especialistas. A inconsistência do discurso e a

Baixos investimentos e promessas não cumpridas mostram inépcia do governo

falta de integração, segundo o cientista político Antônio Flávio Testa, são imediatamente percebidas pelos brasileiros. O sociólogo Ignácio Cano lembra que o resultado do re-

ferendo sobre o comércio de armas de fogo e munição no país já mostrava a reação dos brasileiros contra o governo, que defendia o fim da venda. A maioria (63,94%, total de 59.109.265 pessoas) votou contra a proibição.

Para Antônio Flávio Testa, a segurança pública será um dos principais temas dos candidatos à Presidência. Enquanto o governo recebeu o golpe da desaprovação, o candidato Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, conseguiu saltar de 4% (junho) para 14% (julho) na intenção de voto espontânea. No mesmo período, Lula subiu de 27% para 31%.

Leia e opine no JB Online.
www.jb.com.br/24 horas

“O próprio Alckmin disse que, ao se tornar conhecido, crescerá

Fábio Wanderley Reis,
cientista político

Universitário de Pesquisa dos Rio de Janeiro (IUPERJ).

Outra razão na condução eleitoral possível seria uma espécie de afurilamento: quanto mais próximos das eleições, mais eleitores abririam mão de um voto simbólico (a um candidato sem chances na corrida eleitoral) para um voto útil. Mas, se tal movimentação vai partir de partidos ou eleitores, ainda não se sabe.

– Acredito em uma união estratégica: em vez de um bater no outro, unirem-se para enfrentar Lula.

cido, cresceria. O mesmo acontece com a Heloisa Helena, que ainda tem a favor a imagem de integridade nas CPIs, vinculada na televisão a analisa o cientista

tenções de voto depois do início do horário eleitoral gratuito, em 15 de agosto.

– Precisamos esperar um pouco mais com um po-
tencial

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Refis eleitoral”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 5 de julho do corrente.

O artigo critica a edição da Medida Provisória 303, assinada dia 30 de junho, e que, no seu bojo, institui mais um programa de parcelamento de débitos tributários e previdenciários, o Refis 3. Segundo o artigo, o Presidente Lula, “mais interessado na reeleição do que em justiça tributária ou equilíbrio das finanças públicas, determinou que a Receita Federal atendesse o

pedido dos empresários”; “São indiscutíveis os objetivos eleitorais da medida”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Refis eleitoral

Não pagar imposto virou ótima opção de investimento. O contribuinte não recolhe o imposto, aplica o dinheiro no mercado financeiro, recebe a remuneração oferecida pelas instituições e, algum tempo depois, se inscreve num programa de refinanciamento de débitos tributários a juros subsidiados e prazo a perder de vista. É essa a mensagem que o governo envia aos contribuintes com a edição da Medida Provisória nº 303, que institui mais um programa de parcelamento de débitos tributários e previdenciários.

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, argumenta que a MP 303, assinada na sexta-feira passada, não desrespeita o contribuinte honesto e não tem relação com a eleição presidencial. Mas são indiscutíveis os objetivos eleitorais da medida e seus efeitos nocivos sobre os contribuintes que pagam em dia os impostos devidos.

Não há, e os funcionários da Receita sabem disso, nenhum argumento técnico que justifique o programa. Experiências recentes tiveram resultados pífios em termos de recuperação de tributos, beneficiaram sonegadores contumazes e geraram a expectativa de que novas moratórias viriam, como essa veio agora, o que estimulou a sonegação. Dos que aderiram ao Refis de 2000, 80% foram excluídos por inadimplência. Das pessoas jurídicas que aderiram ao segundo – de 2003, chamado Parcelamento Especial (Paes), mas conhecido como Refis 2 –, 53% foram excluídas pelo mesmo motivo;

a exclusão atingiu 67% das pessoas físicas.

Mesmo assim, interessado apenas em votos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva forçou a área técnica do governo a oferecer mais benefícios aos que, afrontando as regras tributárias, estão em débito com a Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o INSS.

A MP 303, ou Refis 3, foi publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* que contém as “bondades” eleitorais para o funcionalismo público, que implicarão gastos adicionais de R\$ 4,3 bilhões neste

Os votos dos sonegadores valem mais do que o parecer da Receita

ano e de R\$ 10,8 bilhões em 2007. É um conjunto de punições aos contribuintes honestos. Eles enfrentaram a concorrência desleal dos que, apesar de não terem recolhido os tributos na época devida, ganharam um benefício extra. E a conta dos gastos eleitorais com o funcionalismo será apresentada a esses mesmos contribuintes honestos – que começam a se sentir otários.

Há tempos, um grupo de empresários vinha tentando obter, no Congresso, a aprovação de um programa como o Refis 3. Com a ajuda de parlamentares, procurou incluí-lo em qualquer proposição de natureza tributária que tramitasse no Congresso. Conseguiu que ele fosse acrescentado ao projeto de conversão da MP que corrigiu a tabela do Imposto de Ren-

da das Pessoas Físicas, e que foi aprovado.

Por recomendação do Ministério da Fazenda, o presidente Lula vetou essa parte do projeto. Mas, mais interessado na reeleição do que em justiça tributária ou equilíbrio das finanças públicas, determinou que a Receita Federal atendesse o pedido dos empresários.

O resultado é a MP 303. Débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003 poderão ser parcelados em até 130 meses. Até devedores excluídos do Refis 2 por falta de pagamento serão beneficiados. As parcelas serão corrigidas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 7,5% ao ano, e não pela Selic aplicada aos demais tributos federais, e que está em 15,25% ao ano. As multas serão reduzidas em 50%. Para as dívidas vencidas depois de fevereiro de 2003 e até 31 de dezembro do ano passado, a MP amplia de 60 para 120 meses o prazo de pagamento. O total de dívidas que poderão ser refinanciadas chega a R\$ 377 bilhões.

As regras são menos generosas para os devedores do que as aprovadas pelo Congresso e vetadas pelo presidente. Mas é grande o risco de a MP ser emendada no Congresso, para que sejam restabelecidas exatamente as condições que o presidente vetou.

É até possível que, no curto prazo, se registre algum aumento da arrecadação por conta desse novo programa de refinanciamento de débitos tributários. No longo prazo, porém, seu efeito é incentivar os contribuintes a não pagarem os impostos em dia, pois ele reforça a expectativa de que, mais dia, menos dia, novos benefícios virão para os inadimplentes.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Um ‘negócio’ de R\$30 milhões”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, no dia 2 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, o empresário Darci Vedoin, dono da Planam, uma das principais empresas envolvidas na máfia das ambulâncias, afirmou à Justiça Federal que o petista José Airton Cirilo teria fechado um “acerto prévio” com o então Ministro Humberto Costa, prevendo a liberação de cerca de R\$30 milhões de recursos extra-orçamentários.

SANGUESSUGAS

Dono da Planam diz que tinha um “acerto prévio” com Humberto Costa para liberar recursos fora do Orçamento destinados aos governos petistas do Piauí e do Mato Grosso do Sul.

Ministro nega envolvimento

Um “negócio” de R\$ 30 milhões

LÚCIO VAZ E
MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

O empresário Darci Vedoin, um dos líderes da máfia das ambulâncias, afirmou à Justiça Federal que o petista José Airton Cirilo teria fechado um “acerto prévio” com o então ministro da Saúde, Humberto Costa, prevendo a liberação de cerca de R\$ 30 milhões de recursos extra-orçamentários para a aquisição de unidades móveis e equipamentos médico-hospitalares, mediante o pagamento de uma comissão de 15% das licitações executadas. Teriam sido destinados R\$ 6 milhões para municípios e entidades do Ceará, R\$ 14 milhões para o governo do Piauí e R\$ 10 milhões para o governo do Mato Grosso do Sul. O empresário Ronildo Medeiros confirmou a existência desses acordos e acrescentou que também teria sido feito um acerto com a prefeitura de Campinas.

Darci afirmou que o dinheiro do Piauí chegou a ser empenhado (reservado no Orçamento) e disse que esteve com o governador Wellington Dias, junto com José Diniz, Raimundo Lacerda, Luiz Antônio Vedoin e Ronildo Medeiros. Segundo ele, nessa reunião, ficou acertado que as empresas do grupo iriam realizar os projetos e as licitações para a Secretaria de Saúde, mas não se teria falado em comissão. Teriam ocorrido outras reuniões com o governador, mas sem a sua presença. Disse que o grupo teria vencido uma licitação para a venda de algumas unidades móveis

Ronildo confirmou que o governador participou da reunião em que conversaram sobre a liberação de recursos “acima de R\$ 10 milhões”. Disse que “o governador tinha conhecimento de que a licitação seria direcionada”. Ele afirmou que esteve no gabinete do governador por duas ou três vezes para tratar dos projetos e das licitações. O assessor do grupo, conhecido como Noriaque, teria permanecido por 30 dias na Secretaria de Saúde para elaborar os projetos.

Chefe de gabinete

No Mato Grosso do Sul, os recursos se destinariam a aquisição de ambulâncias e equipamentos médico-hospitalares, mas que ainda não teriam ocorrido o empenho, afirmou Darci. Noriaque também teria permanecido em Campo Grande por alguns dias, trabalhando na Secretaria de Saúde, mas o negócio não teria ido à frente. O empresário afirmou que as comissões eram pagas a Airton, Diniz e Lacerda. Algumas despesas de viagem teriam sido pagas para o chefe de gabinete do ministro, identificado como Antônio, quando o servidor esteve em Fortaleza no carnaval fora de época.

Ronildo disse que esteve no Mato Grosso do Sul acompanhado de Luiz Antônio, para tratar de projetos no valor de R\$ 5 milhões, para equipamentos médicos e ambulâncias. Teriam chegado ao secretário de Saúde por intermédio de uma pessoa conhecida como Alemano, indicada por José Diniz. Na conversa com o secretário,

O Ministro nega o envolvimento, mas a CPMI das Sanguessugas tem de investigar o caso, se houve mesmo a participação do Poder Executivo.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

teriam acertado a elaboração dos projetos, o direcionamento da licitação e a liberação dos recursos, que estariam “garantidos” pelo ministro. Ronildo não soube dizer se houve empenho, mas afirmou que nenhuma licitação foi executada.

Diniz também teria levado Ronildo, Darci e Luiz Antônio a Campinas (SP), para acertarem detalhes de licitações no município, governado pelo petista Dr. Hélio. Teriam se reunido com o secretário de Finanças para acertar a venda de medicamentos. A empresa Romed, que estava em nome de Rogério e Ivo Marcelo, mas que pertenceria a Luiz Antônio, fazia as vendas. Diniz teria cobrado 20% de comissão. Ele teria afirmado que fez o caixa de campanha do PT no município, tendo injetado R\$ 8 milhões na campanha de Hélio, por intermédio do Banco Schahin.

Ronildo descreveu com detalhes a venda de equipamentos hospitalares para municípios do Ceará, no valor de R\$ 2 milhões. Ele disse que estava hospedado no hotel Caesar Park, em Fortaleza, com Luiz Antônio, Diniz e Lacerda, para tratar das licitações com os prefeitos, quando ficou sabendo que José Airton e Antônio, servidor do Ministério da Saúde ligado ao ministro Humberto Costa, também estavam no hotel. O encontro teria ocorrido durante o carnaval fora de época. Vários municípios, além da Fundação São Judas Tadeu, teriam sido beneficiados. Um dirigente da fundação teria recebido 5% de comissão. Airton, Diniz e Lacerda teriam ficado com uma comissão de 20% nesse negócio.

Costa contra-ataca

A assessoria do ex-ministro da Saúde Humberto Costa afirmou ontem que o petista não foi informado sobre o conteúdo dos novos depoimentos recebidos pela CPI dos Sanguessugas. Reiterou declarações anteriores de que ele não tem qualquer envolvimento com o escândalo e que está à disposição da comissão para prestar os esclarecimentos necessários, mas defendeu que todos os ex-ministros dos últimos cinco anos sejam convocados, o que incluiria seu antecessor Saraiva Felipe (PMDB-MG), o candidato tucano à Prefeitura de São Paulo, José Serra, e Bargas Negri, também do PSDB.

Humberto Costa ressaltou ainda que as irregularidades atribuídas à máfia dos sanguessugas tiveram início durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e que a investigação da Polícia Federal que desbaratou o esquema ocorreu na administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sobre José Airton Cirilo, afirmou que encontrou com ele apenas para tratar de questões político-partidárias e que "o dirigente petista nunca esteve autorizado a falar em meu nome ou do ministério".

“O DIRIGENTE PETISTA (JOSÉ AIRTON CIRILO), NUNCA ESTEVE AUTORIZADO A FALAR EM MEU NOME OU DO MINISTÉRIO”

*Humberto Costa,
ex-ministro da Saúde*

A Coordenadoria de Comunicação do Piauí garantiu que o governador Wellington Dias não participou de qualquer acordo para direcionamento de licitações com vistas à compra de ambulâncias. Informou ainda que a licitação realizada para a aquisição do objeto ambulância durante a atual gestão estadual ocorreu por meio

de pregão eletrônico. "Os procedimentos relacionados a licitações fazem parte de processos públicos que estão disponíveis a qualquer pessoa. A secretária de Saúde do Piauí, Tatiana Chaves, está à disposição para qualquer outra informação", informou a nota.

O Correto procurou o governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, também citado no depoimento em poder da CPI. O ajudante de ordens, major Tolentino, atendeu a ligação e ficou de

retornar com contatos da assessoria do governador, que estaria em missão oficial em Brasília, mas até 21h30 não ligou de volta. No escritório do estado na capital do país, não foram encontrados funcionários. O prefeito de Campinas (SP), Hélio de Oliveira Santos, também não foi localizado pela reportagem.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB
– GO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência
vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB
– GO) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 10 horas e 2
minutos.)*

(OS:14865/2006)

Ata da 137ª Sessão Não Deliberativa, em 21 de Agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Geraldo Mesquita Júnior,
Heráclito Fortes e Roberto Saturnino*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Exª dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado amigo Senador Alvaro Dias, há pouco tempo anunciei nesta tribuna o propósito de protocolar, no Senado Federal, um projeto de lei – autorizativo, logicamente – que cria no meu Estado uma Escola Técnica de Construção Naval. De lá para cá, juntamente com minha Assessoria, colhemos substanciais informações para subsidiar o projeto e para avolumar a justificativa apresentada. Hoje, tenho o prazer de anunciar que estou pronto para protocolar o referido projeto.

O texto do projeto é muito simples. Em seu art. 1º, ele autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Ministério da Educação, a Escola Técnica Federal de Construção Naval – desta feita, no Município de Cruzeiro do Sul, segundo Município do meu Estado, situado às margens do rio Juruá, que permite navegação durante praticamente todo o ano. Tempos atrás, eu já havia proposto, nesta Casa, a instalação de uma Escola Agrotécnica Federal – desta feita, localizada em Rio Branco. Portanto, o atual projeto prevê a instalação da Escola Técnica de Construção Naval no Município de Cruzeiro do Sul, no meu Estado, estando o Poder Executivo autorizado também a criar os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento. O parágrafo único desse artigo diz que “a Escola a ser criada nos termos desta lei incluirá, em sua estrutura, o Estaleiro-escola destinado às práticas

indispensáveis à formação dos técnicos em construção naval de natureza artesanal”.

Diz o art. 2º que “a Escola Técnica Federal de Cruzeiro do Sul oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender às necessidades regionais de construção naval artesanal e de transporte fluvial indispensáveis ao desenvolvimento da região”.

O art. 3º estabelece que “a instalação da Escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento”.

Por fim, o art. 4º, tradicional na legislação, estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo a ler a justificativa.

A economia da Amazônia depende, direta e efetivamente, da utilização racional de sua bacia hidrográfica, a maior do Planeta e um dos maiores patrimônios naturais do País. O que é um truísmo em relação a todos os Estados da região é, de forma incontestável, mais verdadeiro ainda em relação ao Estado do Acre. Lamentavelmente, o caráter imediatista e de improvisação que tem caracterizado a ocupação e a exploração dos recursos naturais do território nacional nunca levou em consideração os fatores geográficos e humanos daquela região, de forma a tornar seu aproveitamento não predatório e compatível com os seus ecossistemas, imperativo de que depende a sobrevivência humana em nossa imensa diversidade territorial e biológica.

Os rios formam o curso natural das vias de penetração que viabilizaram a ocupação e a exploração da vastidão amazônica. Essa realidade, em relação ao antigo território federal, pode ser claramente constatada no Mapa I em anexo, em que se evidencia ter a ocupação do Acre, antes mesmo de sua incorporação ao Brasil, se processado ao longo dos rios tributários do Amazonas que continuam exercendo papel vital no aproveitamento dos recursos naturais que sustentam a vida econômica do Estado.

Em que pese ser o regime natural das águas da região condicionante essencial de sua navegabilidade, é fora de dúvida que a acessibilidade às cidades que se distribuem à margem dos rios que cortam o Estado em sentido longitudinal tem que ser, necessariamente, complementada pela malha rodoviária ainda incipiente, que também exerce papel essencial no aproveitamento de nossos recursos econômicos.

O Mapa II, também em anexo, mostra a distribuição humana e a potencialidade do uso intensivo das vias fluviais, que permitem diferentes opções de navegabilidade durante todo o ano, por embarcações de tonelagem em pelo menos três diferentes capacidades: até 1,5 tonelada de deslocamento; de 1,5 a 5 toneladas e acima de 5 toneladas, até 10 toneladas.

Não é difícil concluir que, à semelhança do que ocorre com os demais Estados amazônicos, também no Acre a rede produtiva e a vida sociocultural dependem, em grande parte, do transporte fluvial, em razão do que as populações ribeirinhas dominam e exercitam um histórico e tradicional conhecimento da construção artesanal de embarcações de transporte e de pesca essenciais à sua sobrevivência.

Esse conhecimento, que pode e deve ser aproveitado e desenvolvido em benefício da ocupação racional do nosso território, requer o emprego de técnicas racionais de construção de embarcações fluviais de caráter artesanal e semi-industrial indispensável ao abastecimento regional e local, aproveitando-se a capilaridade de nossa rede fluvial.

Esse objetivo poderá ser racionalmente atingido com a construção da obra proposta de criação de uma Escola Técnica Federal de Construção Naval – no Município de Cruzeiro do Sul –, que deve ser complementada com um estaleiro-escola que a integre.

A iniciativa é tão mais necessária e urgente quando se consultam os dados disponíveis no sítio do Ministério da Educação, disponível na Internet, relativo à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que informa haver, no País, nada menos de 139 instituições federais dessa natureza. São nada menos que 71 Centros Federais, 37 Escolas Agrotécnicas Federais, 30 Escolas Técnicas vinculadas às universidades e uma Escola Técnica Federal.

No sumário do programa “Criação de Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais”, lê-se, textualmente: “Decorridos 95 anos da criação das primeiras instituições federais de educação profissional, não existe, até hoje, nenhuma instituição federal de educação tecnológica nos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e no Distrito Federal”.

Essa realidade pode ser visualizada no anexo Mapa III. Segundo se esclarece nessa mesma fon-

te, em cada um dos Estados do Acre e do Amapá, na Região Norte, está prevista a criação de uma Escola Técnica Federal, assinalando-se, em relação à primeira, o seguinte: “Tomando-se por referência os estudos promovidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, verificamos que os indicadores educacionais do Estado do Acre são alarmantes (são dados citados pelo Ministério da Educação e colhidos junto ao IPEA): a taxa de analfabetismo gravita em torno dos 35%; entre as pessoas com mais de 25 anos, 48% não completou a 4ª série do ensino fundamental e 70% possui menos de 8 anos de estudo; apenas 1% da população tem acesso a cursos de formação profissional de nível básico ou técnico, sendo que o Estado possui apenas 2 escolas de ensino profissionalizante, ambas na área de saúde”. Logicamente, são estabelecimentos públicos.

A propósito, convém deixar consignado que o Senado já aprovou proposição autorizando o Executivo a criar essa Escola Agrotécnica Federal de Rio Branco, que atualmente tramita na Câmara como Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2005. A presente proposta, contudo, vem apenas complementar a anterior, que já consta dos planos do Ministério da Educação, pois tem o objetivo específico de preservar e desenvolver o conhecimento local em matéria de construção naval artesanal como instrumento para propiciar meios adequados para qualificar, técnica e cientificamente, a produção familiar tradicional. Trata-se de matéria de enorme relevância econômica e social e de inquestionável importância para o desenvolvimento das potencialidades locais, de forma não predatória, com aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na região, que, seguramente, beneficiarão não apenas o Acre, mas toda a área de influência da bacia do rio Juruá.

A síntese dos indicadores socioeconômicos do Estado que faço anexar, juntamente com os dados relativos à estrutura industrial acreana do setor de serviços e um breve panorama da agropecuária, além das conclusões que podem ser encontradas no sítio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Acre do MEC, servem para fundamentar a imprescindibilidade da Escola Técnica de Construção Naval e do Estaleiro-escola previsto neste projeto.

Estive, recentemente, Senador Alvaro Dias, no Município de Cruzeiro do Sul e tive o privilégio e a oportunidade de me reunir com dezenas de pequenos empresários, marceneiros, numa reunião que se realizou nas dependências das instalações fabris do Sr. Hélio, e tivemos oportunidade de discutir a questão daquele segmento tão importante da economia, segmento que floresce e se desenvolve naquela região.

A idéia da instalação dessa Escola Técnica de Construção Naval em Cruzeiro do Sul, Município situado às margens do rio Juruá, transcende as próprias vicissitudes e necessidades do Estado do Acre. Cruzeiro do Sul pode tornar-se um centro fabricante de pequenas, médias e grandes embarcações não só para prover as necessidades do nosso Estado, da região do Juruá e de outras regiões, como de todos os outros Estados e Países limítrofes que integram a Bacia Amazônica. Podemos ser um pólo exportador de embarcações, o que representará, certamente, geração de oportunidades, geração de empregos, incremento no desenvolvimento econômico e social daquela grande região do Juruá. Cruzeiro do Sul é o maior e mais importante Município de toda aquela região.

Portanto, Senador Alvaro Dias, tenho o prazer de anunciar mais uma iniciativa que, se for aproveitada pelo Poder Executivo, pode resultar em algo que o povo acreano anseia, ou seja, abertura de mercado de trabalho, abertura de mercado, instalação de empreendimentos para aquele povo sofrido, trabalhador, que sonha com a integração com o restante do Estado. Durante grande parte do ano, o acesso a Cruzeiro do Sul e ao Vale do Juruá se faz tão-somente por via aérea. Há acesso também pelo rio Juruá, pela via do Amazonas.

Acredito que, instalada essa escola, teremos a oportunidade de formar centenas, talvez milhares de jovens que terão – quero crer – oportunidade de colocar o pé no mercado de trabalho, numa atividade rentável e produtiva. Isso trará como resultado renda para centenas, milhares de famílias acreanas. Isso trará como resultado concreto a instalação de mais uma atividade ou a revitalização de uma atividade que já teve tempos mais prósperos em nosso Estado, qual seja a construção de embarcações.

Portanto, está aqui mais uma iniciativa para a qual espero ter a acolhida e o apoio dos meus Pares nesta Casa – após isso, na Câmara dos Deputados –, para oferecermos ao Poder Executivo instrumento que garanta o crescimento econômico do Estado do Acre, que garanta a percepção de renda por uma faixa grande da população, e renda com dignidade, porque resultante do esforço do próprio trabalho. É isto que o acreano quer, é isto que o brasileiro quer e precisa: oportunidade, crescimento econômico com distribuição de riqueza, para que eles mesmo possam prover as suas necessidades.

Hoje protocolo com muito prazer o projeto e, como disse, torço e espero que possamos colher a aprovação desta Casa e, posteriormente, da Câmara dos Deputados.

Senador Alvaro Dias, era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Convido o Senador Geraldo Mesquita Júnior para assumir a Presidência.

O Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Tenho o prazer de conceder a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho aqui em mão o número da **CartaCapital** deste fim de semana, publicação que não deixo de ler semanalmente, pois, em meu juízo, é o melhor órgão da nossa imprensa.

Nesta edição, há uma matéria editorial feita pelo jornalista Mino Carta, essa grande figura que dirige a revista, sob o título “Será o fim do populismo?”.

Sr. Presidente, é um tema que merece um exame detalhado, uma meditação mais profunda e um debate mais acurado nesta Casa.

Freqüentemente, recorre-se a essa expressão para atacar um governante aqui, um governante ali.

Mas diz Mino Carta, na sua matéria:

Como sustenta há tempo Wálter Fanganelli Maierovitch, e nesta edição Luiz Gonzaga Belluzzo reitera, o PCC [que está tão falado atualmente] nada tem de político, seus líderes gostariam de comprar roupas na Daslu e carrões importados nos castelos de vidro que ladeiam a avenida Europa, em São Paulo. Não esperem que dele ecloda a revolução dos *sans-culottes*.

Sr. Presidente, realmente o PCC, essa organização, quis apresentar-se com uma fachada ideológica que não convenceu ninguém, mas deu ensejo a alguns comentários, felizmente logo sepultados, porque o banditismo não tem nada a ver com ideologia

nem com política. Atrás dessa fachada ideológica que o PCC tentou adquirir, em vão, porque, como disse, não convenceu ninguém, há todo um período grande de opressão, exatamente aos encarcerados que não seguem a liderança dessa entidade.

Continua Mino Carta:

Por causa disso, inclusive, trata-se de fenômeno único na história do mundo. O Brasil inova. E o PCC é altamente representativo desta nossa Idade Média forçada à contemporaneidade com o celular e o deus mercado.

Quer dizer, a Idade Média brasileira forçada a adquirir essa feição de contemporaneidade com o celular, esse distintivo da modernidade, e o deus mercado, outro distintivo da modernidade. Muito bem feita essa matéria, esse editorial de Mino Carta.

A despeito do avanço tecnológico e do progresso científico, o homem do terceiro milênio vive uma época de violência inaudita e prepotência sem conta [no mundo todo, obviamente] “intelectualmente obtusa e moralmente cavernícola.”

Muita sabedoria em tudo isso que diz Mino Carta. Vivemos essa modernidade que é tão vendida por meio do mercado no mundo todo. No fundo é, como ele diz, intelectualmente obtusa e moralmente cavernícola.

Admitamos, contudo, que o Brasil bate recordes. Nessa marcha a ré galopante somos imbatíveis.

E continua desenvolvendo o seu raciocínio o jornalista Mino Carta. Mais adiante diz:

Sem entrar agora na análise desempenhado pelo governo desde 1º de janeiro de 2003 [quer dizer, sem entrar na análise do Governo Lula] permito-me registrar um mérito de Lula presidente, a brotar da sua simples presença.

Quer dizer, um mérito que brota da simples presença de Lula na Chefia do Poder brasileiro, como trabalhador que é.

As pesquisas de opinião [continua Mino Carta] são eloqüentes: o apoio à reeleição vem maciçamente das classes ditas menos favorecidas [e ponha menos]. As quais tendem a se identificar com o ex-retirante ex-metalúrgico. Nenhum espanto, é óbvio, assim como não deveria haver se Lula, na sua campanha, mirar nelas em primeiro lugar.

O ex-Presidente Fernando Henrique enxerga nisso um recurso demagógico, mas a tese não convence. Demagógico foi, na acepção correta, o populismo

à brasileira, com sobrevida indiscutível até Fernando Collor e o próprio FHC, autor do maior engodo eleitoral da história nativa na reeleição de 1998.

O populismo é necessariamente hipócrita, chafurda na ignorância e teve intérpretes excelentes”, aqui no Brasil. Isso é importante. O populismo é hipócrita na medida em que tem conhecimento de que toma ações de curto prazo para agradar imediatamente a uma massa da população, sabendo que, a longo prazo, aquelas medidas serão prejudiciais a essa mesma classe.

O que caracteriza o populismo é o imediatismo político-eleitoreiro e não a preferência, o atendimento ou a prioridade para as classes mais necessitadas, que merecem essa prioridade exatamente porque são as classes mais carentes.

Esta matéria de Mino Carta é muito importante para que se esclareça que praticar políticas voltadas para o atendimento das necessidades principais da camada mais carente não é populismo, mas prática de justiça social, projeto de governo, projeto político, modelo de desenvolvimento, mudança de modelo de desenvolvimento que, até então, sempre foi voltado para as elites brancas, como diz o Governador Cláudio Lembo.

Como em outros países da América do Sul, o que há de mais freqüente na imprensa é a classificação de Hugo Chávez e Evo Morales como populistas. O termo é empregado, obviamente, com uma conotação depreciativa. Aliás, o termo tem essa conotação depreciativa, mas ambos desenvolvem – pelo menos Hugo Chávez, que já está no poder há bastante tempo – um programa de alcance social muito amplo e profundo que não pode ser negado nem contestado.

Aliás, esta mesma edição da **CartaCapital** tem uma grande matéria sobre a revolução do petróleo, o sonho bolivariano, o retrato da política de Hugo Chávez que não aparece em outros órgãos da nossa imprensa porque o objetivo é sempre depreciá-lo e mostrá-lo como falso líder, um líder populista que só quer aparecer e ocupar espaço na América do Sul.

Ele tem condições muito boas e fortes de desenvolver esses programas por causa do preço do petróleo e da condição de grande exportador de petróleo venezuelano. Porém, essa história do petróleo da Venezuela é muito antiga, e, nunca, presidente algum cuidou de desenvolver programas sociais explícita e prioritariamente voltados para as camadas mais necessitadas da população venezuelana. Hugo Chávez está fazendo isso. E Evo Morales começa a fazer, na medida em que tomou posse na presidência há pouco tempo. Houve conflitos com o Brasil – o que é natural porque o Brasil tinha investimentos grandes lá –, que estão sendo negociados, mas a figura de Evo Morales

como Presidente verdadeiro e autêntico da maioria da população venezuelana é incontestável.

Sr. Presidente, está no circuito comercial dos cinemas do Rio de Janeiro – não sei se está em Brasília e em outras capitais – um filme extremamente interessante: “Bolívia: História de uma Crise”*. Trata-se de um documentário sobre a campanha do ex-Presidente deposto Sánchez de Lozada, a qual acabou vitoriosa. Ele venceu as eleições e, um ano e pouco depois, estava deposto, porque não tinha condições; era um candidato mais norte-americano do que boliviano. O seu próprio falar mostra isso; ele fala o espanhol com sotaque e o inglês como um americano. Ele foi educado desde criança nos Estados Unidos e quis ser e foi Presidente da Venezuela. Contratou, parece-me, a maior empresa de consultoria política americana; o quartel general da sua campanha falava inglês, o candidato e os consultores falavam inglês. Uma demonstração de alienação completa em relação à realidade daquele país, Bolívia, e do povo boliviano. Essa é história da Bolívia; culminou com Sánchez de Lozada, que já havia antes sido presidente. Quer dizer, uma história de espoliação: primeiro, da prata, a maior jazida do mundo, Potosí, que se acabou; depois o estanho, o Sr. Simon Patiño, o rei do estanho boliviano, morava em Londres, não queria saber de Bolívia, mas ganhou rios de dinheiro e esgotou o estanho. A Bolívia só fez perder terras, perder território; era um país que tinha o sentimento da espoliação e agora, percebendo que se não tomasse medidas drásticas iria perder a sua última oportunidade, a sua última riqueza, o gás, resolveu nacionalizá-lo. Foi uma exigência, houve um plebiscito. E esse filme mostra o que foi essa campanha do gás.

Então, classificar de populistas esses líderes é uma forma apressada, falsa e propositada de querer diminuir as suas figuras e torná-las, enfim, condenáveis sob o ponto de vista de uma política amadurecida.

Relativamente ao Sr. Evo Morales, evidentemente, é difícil fazer comentários porque ainda está no início do governo, mas o Sr. Hugo Chávez tem todo um programa já desenvolvido que não é sequer mencionado no noticiário da nossa mídia.

Sr. Presidente, vou um pouco adiante nesta leitura da edição da **CartaCapital**, falando exatamente sobre este problema social que o Brasil vive hoje e o enraizamento do banditismo e da criminalidade nesse caldo de cultura. Não é que a criminalidade seja fruto da pobreza. Isso tem sido muito discutido aqui. A criminalidade não é fruto da pobreza mas cresce no caldo da injustiça, da distribuição desigual, da concentração de renda, da injustiça estrutural. Nesse caldo de cultura, cresce, evidentemente, a descrença total, a quebra dos valores morais, o banditismo e a criminalidade.

Páginas adiante há um artigo excelente de Luiz Gonzaga Belluzzo, um dos grandes economistas deste País, uma das grandes figuras do Brasil de hoje que, exatamente comentando este assunto, diz:

Nas áreas de exclusão social o crime organizado prospera como modo de sobrevivência dos mais fracos e modo de enriquecimento dos mais ‘aptos’.

Adiante diz:

O mercado supera a política dentro e fora da cadeia. Isso demonstra que a criminalidade não tem origem na pobreza. Tem origem na riqueza, sobretudo na riqueza que se forma nos mercados subterrâneos e só vem à luz nos paraísos fiscais, onde se confraterniza com a finança globalizada e concentrada.

Aí está, Sr. Presidente, a criminalidade não tem origem na pobreza; tem origem na riqueza, nessa riqueza ilícita, subterrânea, fraudulenta, que prospera sob a luz das regras de mercado, sob a égide das regras de mercado, especialmente naqueles paraísos fiscais, isto é, naquelas economias que não têm regra nenhuma, que são inteiramente desregulamentadas, onde tudo é permitido. Os nossos neoliberais querem isso. O Brasil estava ficando cada vez menos regulamentado até que, a partir de 2003, essa tendência se inverteu – graças a Deus para os brasileiros.

Diz adiante Gonzaga Belluzzo:

O crescimento de 300% em dez anos da população carcerária do Estado de São Paulo e o avanço da criminalidade parecem não dizer nada às classes supostamente ‘esclarecidas’ [essa elite branca do Governador Cláudio Lembo] além de ensejar a conclusão, no espírito da dialética do ilusionismo, de que, à exceção do empilhamento de cadáveres, a vida dos sobreviventes melhorou muito.

Quer dizer, a prática desse tipo de economia que levou à concentração de renda, à injustiça estrutural aprofundada e que levou também a essa explosão de criminalidade, com o crescimento de mais de 300% na população carcerária – não há mais cárcere neste País que dê conta de tanto preso – parece que não diz nada à nossa elite, principalmente a essa elite da Daslu, a essa elite que se concentra no principal foco de economia neoliberal do País, que é a cidade, o Estado de São Paulo, infelizmente.

Sr. Presidente, essas matérias, essas advertências, essas meditações transcritas aqui...

Diz Belluzzo mais adiante:

A segurança pública está contingenciada pelo superávit primário, mas a grana do orçamento do orçamento [a grana grossa] escorre célere para os bolsos das 20 mil famílias rentistas que protegem sua existência e seu patrimônio com as horas extras de policiais mal remunerados.

Sr. Presidente, o orçamento se contingencia, por um lado, para não confrontar, não afrontar o mercado e, por outro lado, os juros elevados levam para os bolsos dessas 20 mil famílias de rentistas uma fortuna incalculável, com a qual elas pagam toda a sua proteção, suas blindagens e nem com isso conseguem se colocar a salvo do crescimento da criminalidade, que assusta o nosso País.

Sr. Presidente, são palavras que merecem muita atenção, como toda essa publicação merece, porque trazem à luz essas questões de uma forma não usual no resto de nossa imprensa, com poucas exceções aqui e ali – não quero generalizar. Quero ressaltar que estamos vivendo um período crucial, e o povo brasileiro, ao que parece – voltarei a esse assunto oportunamente –, está tomando consciência dessa questão estrutural que é a da falta de justiça social, da má distribuição de renda, a mais importante no País hoje e que, se não for resolvida, não vai permitir que o desenvolvimento brasileiro chegue a bom termo e satisfaça os anseios, as aspirações, os projetos, os sonhos da nossa população.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria hoje trazer a esta tribuna.

Agradeço a atenção de V. Ex^a e a de todos.
Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa solicita a V. Ex^a que assuma a Presidência para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

O Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, lamentavelmente, estamos aqui cumprindo com os nossos deveres para com o Senado, embora se compreenda a

ausência de Senadores que estão envolvidos nessa campanha como candidatos ou à reeleição ou a mandatos de Governador ou de Presidente da República pelo Brasil afora.

Senador Roberto Saturnino, a presença de V. Ex^a neste plenário, é a segurança de que sempre se tem um debate atual e de bom nível. V. Ex^a aborda um tema que tem de ser motivo de nossas permanentes preocupações. É evidente que o termo “populismo” muitas vezes é mal interpretado. Existem os populistas que, por vocação, são democratas mas o que assusta é que em nossa vizinhança nós passamos a ter uma série de pseudo-líderes que enveredam pelo caminho do populismo mas que são tiranos agressivos. É o caso da Venezuela, país que nada em dinheiro, em virtude de circunstância internacional que lhe favorece, tendo em vista o preço do petróleo, dando sinais de generosidade para com outros países, mas deixando seu próprio povo passar fome, e os indicadores sociais não têm nenhum sinal positivo de melhoria.

O que nos preocupa no populismo do Sr. Evo Morales, por exemplo, é a falta de respeito para com o Brasil. O Presidente do maior país do continente deu um crédito de confiança ao Sr. Evo Morales e pediu ao povo brasileiro e ao povo sul-americano que prestasse atenção no recém-eleito e ainda não empossado Presidente da Bolívia, que iria, segundo o Presidente Lula, trazer grandes novidades como administrador. E as novidades trazidas foram exatamente desapontadoras para com o Brasil. Todos se lembram do modo como rompeu um contrato multilateral para abastecimento de gás, assim como da maneira truculenta como invadiu uma propriedade brasileira – no caso, a Petrobras – e forçou a saída de outra empresa que se instalava na Bolívia, produto de um acordo que estava em pleno curso. Daí por que nós temos uma preocupação muito grande quando o Presidente Lula anunciou que o fim de todos os males brasileiros seria a criação de uma Assembléia Constituinte, e o fez de maneira que deixou, num primeiro momento, a impressão de que atendia a uma reivindicação, a uma sugestão da Ordem dos Advogados do Brasil. Foi preciso que aquela centenária associação de advogados nacionais desmentisse, para que vissemos que a intenção do atual Presidente da República era seguir os passos de Hugo Chávez e Evo Morales.

Onde no mundo, hoje, vive-se um momento de transformação constitucional? Onde no mundo estamos vivendo uma assembléia constituinte, a não ser na Venezuela e na Bolívia, que não são os melhores exemplos para se seguir no momento, até porque são dois países que estão na contramão da história mundial?

Vivemos – e aí podemos concordar ou não – numa época de globalização imposta pela tecnologia; vivemos um momento em que os nossos quintais são devassados; vivemos, Senador Saturnino, um momento de abertura ampla, geral e irrestrita. Lamentei muito V. Ex^a não estar aqui na semana passada, porque ouvimos um discurso moderno, avançado e voltado para o futuro. O Senador Sibá Machado, nosso querido Colega, em nome da Liderança do PT, fez um discurso, transcorrendo sobre um relatório da CIA, aquela CIA que o partido de V. Ex^a, quando estava na Oposição, tanto combatia, tanto temia. Era o terror – os ianques, V. Ex^a lembra muito bem isso. E aqui foi feita uma verdadeira apologia das projeções que a CIA faz para o Brasil dos próximos vinte anos. O que fez o PT andar de braços dados com a CIA? Quero crer que foi a globalização.

Senador Roberto Saturnino, há três anos, na Câmara dos Deputados, o Ministro Valdir Pires, hoje Ministro da Defesa, usando os argumentos do nacionalismo, rebelou-se contra um possível acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para operação conjunta da Base Aérea de Alcântara. Esse acordo não foi a bom termo. Fomos surpreendidos com a apologia aqui feita, exatamente, de um Brasil projetado para vinte anos, estudo esse feito pelos olhos do satélite ou dos espões da – até pouco tempo atrás – criticada e combatida CIA. Mas é bom que as coisas mudem, porque ninguém é obrigado a ter compromisso com o erro.

Eu acho que se o Sr. Hugo Chávez estivesse na Venezuela, no momento, fazendo um governo com modificações sociais concretas para melhorar a vida do povo venezuelano, nós teríamos motivos para aplaudir-lo e até, em alguns casos, invejá-lo.

Mas a Assembléia Nacional Constituinte ali instalada serviu única e exclusivamente para endurecer o regime, restringir as liberdades democráticas, culminando com o fato de que a Venezuela, hoje, praticamente não tem oposição no Parlamento. E ninguém melhor do que V. Ex^a sabe, porque já viveu, o que é um Parlamento castrado: Parlamento onde as notícias não ecoam, onde há censura instalada e onde o medo de expressão domina pelos corredores.

Outro dia, tive oportunidade de conversar com brasileiros que vivem na Venezuela e pude sentir um pouco isso. Na realidade, o que esperava hoje, meu caro Senador Roberto Saturnino, era que o Partido do Governo, com todas as divergências que tem – que são históricas – com os americanos, pelo menos viesse aqui dar um crédito de confiança ao Sr. Bush, que instala uma cruzada mundial de combate à corrupção.

O jornal **O Globo**, na sua página 15, numa matéria assinada pelo Sr. José Meirelles Passos, mostra de maneira bem clara o que é esta intenção.

Nós vivemos aqui o caso dos sanguessugas, nós vivemos aqui o caso do mensalão e nós sabemos que, quando contaminado o Congresso, há o agente contaminador. Nós estamos vivendo nas filiais que se corrompem, mas a matriz corruptora é o Palácio do Planalto – onde há a caneta, o poder e a decisão –, principalmente quando se vive num presidencialismo onde o Chefe de Estado, onde Sua Excelência tudo pode e tudo faz.

Acho excelente a idéia do Sr. Bush e da Sr^a Condoleezza Rice. Só espero que esse projeto, que essa cruzada não fique no papel, e que o americano tenha a humildade de ver, em muitos casos, onde a corrupção internacional predomina, de saber a origem e onde estão os corruptores, e de puni-los.

Acho que o Sr. Bush poderia se redimir de todas as truculências que fez no mundo, embora em parte porque as vidas tiradas não têm volta, poderia pelo menos dizer que está colocando em prática essa cruzada de combate à corrupção. Tenho certeza de que, valendo isso, vamos diminuir também a violência das armas que entram no Brasil, muitas vezes de origem ianque, como eram chamados os americanos naquele tempo – V. Ex^a lembra-se bem –, as compras milionárias e as concorrências internacionais. Tenho certeza, Senador Roberto Saturnino, de que esse é um fato histórico, e, lamentavelmente, o PT de ontem – que não é o de hoje – não trouxe esse assunto a esta Casa.

Mas volto a dizer a V. Ex^a que o Governo norte-americano, por meio dessa cruzada, tem um prato cheio para começar a investigar empresas que constroem aviões pelo mundo – fora os escândalos que vêm da década de 80 –, que têm constituição privada e respondem a processos em vários lugares do mundo, como o Citibank.

Como saber se é verdade o processo de corrupção da Argentina, da Índia, do Japão, da América do Sul, do México, com livros publicados? Se o Presidente Bush, por meio da sua inteligência – não dele, mas do seu sistema de inteligência, quero que fique bem claro – mandar realmente investigar, começando pelas ações do Citibank pelo mundo afora, estará prestando um grande serviço ao mundo de hoje.

Ficará muito ruim se essas apurações forem feitas apenas, como se diz no Brasil, na raia miúda.

Aliás, o Citibank, que no passado era tão combatido pela então Oposição, hoje, aqui no Congresso Nacional, tem seus porta-vozes, tem os seus defensores. Era preciso que o Sr. Bush – eu não acredito em nenhuma apuração feita aqui no Brasil – desse a

primeira demonstração, já que não é um caso exclusivamente brasileiro. As denúncias contra o Citibank – posso até fazer um levantamento e trazer aqui posteriormente – atingem vários Países, como a Itália, o Japão e, salvo engano, a Índia. A Argentina tem um livro publicado.

Estamos muito preocupados com o quintal alheio, Senador Saturnino.

Quero me dirigir a V. Ex^a agora para tratar um pouco de nossa seara interna. No jornal **O Globo**, pág. 12, lemos a imperdível coluna de Ancelmo Gois, que traz uma nota que, com certeza – e conheço sua luta –, vai entristecê-lo, porque me entristeceu e entristeceu vários brasileiros. Sei que V. Ex^a é dos que lêem o jornal ao alvorecer, mas quero alertar a Nação. Não posso sonegar à Nação os detalhes de que estou falando.

Vou apenas repetir a nota do jornalista Ancelmo Gois: “Um ex-piloto que trabalhou 32 anos na Varig reuniu as economias e... comprou um táxi. Trocou o céu pelo chão. É taxista da cooperativa Transcotour, que faz ponto, por ironia, no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro”.

Senador Saturnino, V. Ex^a sabe da omissão do atual Governo com relação a essa empresa, da falta de vontade, da falta de decisão. O que se fez com essa empresa foi um crime!

Aliás, essa mesma coluna, na semana passada, anunciou que a revista **Playboy**, do próximo mês, irá trazer na sua capa três ex-comissárias que vão posar para a revista – evidentemente mostrando suas intimidades – em troca de um cachê para sua sobrevivência. É um absurdo, Sr. Presidente, que essas moças, que se prepararam, como esse comandante, vejam-se, neste momento, na obrigação de recorrer a alguns expedientes que demonstram de logo serem de desespero, para poderem sustentar suas famílias. E justo num momento em que o Brasil é governado pelo Partido dos Trabalhadores, que voltou suas costas para 12 mil servidores diretos da Varig, 40 mil servidores indiretos e, indiretamente, para toda a população brasileira, que vai aos aeroportos e enfrenta um verdadeiro caos de filas, incertezas e insegurança, fora os brasileiros que estão, há 10, 15 dias, sobrevivendo – só Deus sabe como! –, em busca de uma vaga para retornar ao País, uma vez que daqui saíram nas asas da Varig e não têm como voltar.

É de entristecer, meu caro Senador Saturnino. Não se admite, não se justifica!

Participamos de várias discussões, de vários encontros. Várias sugestões foram dadas. E o Governo levou este assunto com a barriga.

Sabe bem V. Ex^a, e sabe o Brasil todo, que existe um crédito decidido na Justiça em favor da companhia

aérea. E era só uma questão de decisão governamental, não para fazer um pagamento direto, mas para um simples encontro de contas, uma vez que a Varig também é devedora do Governo brasileiro.

Eu não diria que nós, no Brasil, vivemos um Governo populista. Eu diria que, no Brasil, vivemos um Governo imobilista: sem ação, sem decisão e sem perspectiva.

É evidente, não há por que desconhecer, que é o Governo de um Presidente da República que conseguiu popularidade. Mas o Brasil sabe o preço que está pagando por isso.

O Brasil está parado, Senador Saturnino. Somos um verdadeiro canteiro de obras paradas. E olha que o PT, quando era Oposição, pediu a constituição, na Câmara, de uma CPI para investigar obras paradas. Foram investigadas várias obras, mas nenhuma delas foi recomeçada no atual Governo, exceto a famosa Operação Tapa-buraco.

Senador Saturnino, o Lula, no Pará, anunciou, há quatro anos, recuperar Tucuruí. No ano passado, anunciou a inauguração de Tucuruí, sendo que das 22 turbinas apenas uma foi colocada em funcionamento no seu Governo. Anunciou a refinaria de Abreu e Lima, em parceria com o seu colega Hugo Chávez.

Quero saudar aqui, com muita alegria, a chegada do meu amigo, Senador Sibá Machado. Já citei V. Ex^a aqui, Senador Sibá, falando sobre os nossos embates da semana passada, no que diz respeito àquela defesa que fez da CIA. Num contexto. Não vá...Veja primeiro o que foi que eu disse. Estou dizendo aqui que o seu Partido mudou. Tinha horror à CIA, dizia que a CIA era olheiro das riquezas brasileiras e que queria tomar a Amazônia. E o seu discurso foi feito.

No entanto, o que eu quero é que V. Ex^a leia a matéria da página 15 do jornal **O Globo**, a respeito de uma cruzada de combate à corrupção que o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, propõe. O PT vai ficar muito mal se não se aliar a isso.

V. Ex^a sabe que a corrupção vem de fora também; ela não é genuinamente brasileira. Digo “genuinamente” sem nenhuma ligação com o ex-Presidente do seu Partido – quero que isso fique bem claro, para eu não ser mal interpretado depois.

De qualquer maneira, Senador Roberto Saturnino, esta segunda-feira nos proporciona a tranquilidade de discutir aqui alguns temas. Esse tema trazido por V. Ex^a, com sua preocupação geopolítica, é importante e tem de ser permanente, pois não pode ser tratado numa discussão eventual.

O Brasil, pela sua importância e pela sua dimensão, tem vocação para ser líder deste continente e não para ser liderado. Não podemos ter um Presi-

dente que quer copiar uma Constituinte, porque os seus vizinhos assim o fizeram. Sabe bem V. Ex^a que uma Assembléia Constituinte é paralisante e, acima de tudo, tem um foco importante: para dirigi-la e para presidi-la, tem de haver alguém com autoridade e com motivação. Quem presidiu um Governo com mensuralão, com membros da sua equipe transportando dólares na cueca e com sanguessugas não tem liberdade e autonomia para presidir uma Assembléia Nacional Constituinte. E o mais grave: ao começar a discutir a Assembléia Nacional Constituinte, não procurou o Congresso Nacional, que é a origem, mas procurou entidades que, por mais respeitáveis que sejam, não têm autoridade para legislar porque essa é uma atividade exclusiva desta Casa, numa tentativa – que lhe é permanente – de tentar jogar o Congresso contra a opinião pública.

Esta é uma Casa de liberdades, mas uma Casa indefesa e desarmada. Já pensaram o Congresso Nacional tendo à sua disposição o dinheiro que o Presidente da República tem, da publicidade da Petrobrás – para ficar só nela – a anunciar autonomia de petróleo, o que V. Ex^a sabe ser uma mentira, algo que não existe?

O Brasil avançou bem e, nos últimos 50 anos, desde a fundação da Petrobras, vem crescendo nas suas pesquisas, mas não é autônomo; ainda precisa importar.

Aliás, o Brasil do atual Governo virou as costas para o gás e tranqüilizou-se com o fato de que ia ter o gás da Bolívia, até que Evo Morales nos deu uma mostra do que é um Governo sem nenhum compromisso com a nossa geopolítica, como V. Ex^a quis bem dizer, e com a integração continental.

O episódio de Evo Morales é pedagógico para o País. Se temos condições de exploração do gás – a Bacia do Espírito Santo demonstra isso –, não podemos fazer investimentos confiados no humor dos Países vizinhos, porque existe a autonomia, a independência, que V. Ex^a frisou muito bem.

Faço este registro na certeza de que o PT amanhã vai se juntar ao clamor mundial lançado pelo Presidente do País mais poderoso do mundo, com quem o Presidente Lula tem contato permanente via telefone – inclusive, jacta-se de ter uma amizade, uma relação estreita com o Presidente Bush –, e deve pedir que a operação de combate mundial à corrupção, Senador Sibá Machado, comece por aqui. Feito isso, quem sabe, estaremos dando o primeiro e grande passo para não ver a repetição, nesta Casa e no País, dos constrangimentos que estamos vivendo de 2003 para cá.

Sr. Presidente, muito obrigado pela generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Sibá Machado, próximo orador inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Saturnino, Senador Heráclito Fortes, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive a oportunidade de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Saturnino, porque estava me dirigindo para cá; ouvi que V. Ex^a tratava um pouco sobre populismo, mas não pude ouvir o conteúdo. Mas me senti motivado a vir à tribuna nesta tarde para falar por que fiz o pronunciamento na semana passada a respeito do relatório da CIA, relatório considerado reservado, mas não sigiloso, e que foi publicado em livro pela Ediouro se não me falha a memória, pelo jornalista Heródoto Barbeiro.

Li aquele livro e, no meu entendimento, há ali uma visão do que pode vir a ser o mundo a partir de 2020, 2022. O assunto me chama a atenção porque, logo que cheguei ao Senado, estávamos debatendo, em vários fóruns, principalmente nos fóruns da academia ligada à Geografia, ligada a uma série de outras áreas do conhecimento que se preocupam com a avaliação de futuro, a geopolítica no mundo, no presente, passado e futuro, e me chama muito a atenção porque já havia dentro do NAE, Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo, uma avaliação do bicentenário da Independência do Brasil. Isso tudo se soma, os esforços do Brasil de chegar em 2022 com o que nós todos aqui desejamos, e acho que indistintamente, que é a nossa independência completa.

Ao fazer uma avaliação da Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro I, às margens do igarapé ou riacho do Ipiranga, em São Paulo, fez aquele gesto político simbólico, que foi o grito da independência, gosto de registrar as fontes em que me inspiro. Uma delas é a de Cristovam Buarque, ainda em 2003, quando ele dizia que, na História do Brasil, os sucessivos governos tiveram muita dificuldade de relacionar desenvolvimento, equilíbrio fiscal e democracia. Ele fazia uma retrospectiva e nos convenceu a todos. Fiquei muito convencido da avaliação de Cristovam Buarque. Juntamente com esses documentos que eu li do NAE – Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo, culminando com o relatório da CIA, fecha-me um nível de pensamento capaz de dizer que o Brasil está, sim, dando passos significativos para chegar em 2022 – bicentenário da Independência – com a sua independência completa: política, econômica e tecnológica, mas com uma coisa que considero das mais importantes, Sr. Presidente, construída em bases próprias. Não estamos construindo isso com base no suor e no sacrifício de outros. Se olharmos

para a construção de todos os impérios ao longo da história – podemos voltar a nossa memória a Genghis Khan, vindo de lá até o império romano –, veremos que todos foram construídos, edificados, em cima do suor, do sacrifício e às vezes até do sangue das pessoas. A Revolução Industrial foi isto: com a descoberta da navegação e o melhoramento da tecnologia, os europeus se espalharam pelo mundo, dominando povos, arrebatando as suas culturas, aprisionando, escravizando. Foram essas as bases da construção do sistema que temos hoje dominante no mundo. No meu entendimento, o Brasil caminha para chegar, em 2023, a uma independência que junta esses três fatores importantes, que ouvi de Cristovam Buarque e repito: a democracia, o desenvolvimento e a tecnologia, construídos com o trabalho, a inteligência e a dedicação dos brasileiros e das brasileiras.

D. Pedro I, dois anos depois do grito da Independência, convida para construir, para escrever a primeira Carta Constitucional brasileira – é o que a História registra – um grupo de juristas. Mas o trabalho dessas pessoas desagradou-o muito, e ele mandou rasgar, jogar fora aquele trabalho e fez outro. Assim, começou ali o cerceamento da participação democrática. D. Pedro I deu o grito político da independência, mas retirou ali a democracia.

Nessa época, o que tinha o Brasil como economia? A cana-de-açúcar, o cacau e o café. Era basicamente isso. Havia os barões do café, os barões do cacau e os barões do açúcar. Toda a infra-estrutura brasileira estava pensada nesses três itens da nossa economia, que era de exportação, basicamente voltada para a exportação.

Foi preciso chegar Getúlio Vargas para que o Brasil começasse a pensar na industrialização. É claro que houve iniciativas anteriores, mas o governo que centrou o seu planejamento na industrialização foi o de Getúlio Vargas. Por isso eu citei Getúlio Vargas na semana passada. Eu falei até que conheço agora dois Getúlio Vargas: o Getúlio Vargas que conheci ao longo da história do movimento sindical brasileiro, aquele que mandou prender e deportar Olga Benário, que mandou prender Carlos Prestes, que cassou direitos políticos de muitas pessoas, que controlava a imprensa brasileira. Esse era o Getúlio Vargas que eu aprendi, inclusive, a odiar. O Getúlio Vargas que eu aprendi a respeitar, sem eximi-lo daquilo que considero os seus defeitos, como pessoa, como estadista, foi aquele que pensou um Brasil cinqüenta anos depois, que criou a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce e tantas outras empresas que apontavam o Brasil para esta independência sobre a qual estamos conversando neste momento.

Cem anos depois de Pedro I, Artur Bernardes reprisa um cerceamento democrático, ao dizer: “Movimento social brasileiro é caso de polícia”.

Getúlio Vargas caminhou para a industrialização. Ao chamar a industrialização, ele mostrou, pelo que se lê na história – eu não estava lá, não sou testemunha ocular dos fatos –, que não tinha grande admiração pelos americanos. Pelo que se vê na história, a admiração de Getúlio estava mais ligada a Benito Mussolini. Tanto é assim que a Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil, a CLT, até hoje vigente, foi de certa forma uma cópia da Carta do Trabalho italiana, de Benito Mussolini. E ele tinha uma certa amizade, sim, com os nazistas. É o que mostra a nossa história. Tanto é assim que, quando Hitler perdeu a guerra, ele ficou em uma situação de perda de espaço político aqui.

Mas não é esse o foco do assunto que eu quero tratar. Quero retornar ao relatório da CIA.

Nesse período, o Brasil caminhou para a industrialização. Voltando ao assunto, Getúlio Vargas cerceou a democracia.

Atentando para a observação de Cristovam Buarque, baseada no tripé desenvolvimento, equilíbrio fiscal e democracia, vamos falar de outro grande estadista brasileiro: Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek anunciou que o Brasil crescerá cinqüenta anos em cinco. Avançou ainda mais na industrialização e na democracia brasileira, mas nasceu ali um endividamento. Então, quebrou-se ali o equilíbrio fiscal brasileiro. O endividamento internacional brasileiro iniciou-se no Governo de Juscelino Kubitschek.

Da década de 90 para cá, tivemos a busca do desenvolvimento, a garantia da democracia, mas tivemos a quebra do equilíbrio fiscal, e o nosso País continuou com um olhar muito mais para o outro lado do mar do que para dentro de si. Poucos governos, nesse período de quase sessenta anos, tiveram um olhar cuidadoso para dentro do Brasil, apostando numa economia interna pulsante, na distribuição de renda, no fortalecimento e na consolidação das instituições, no movimento social independente, em instituições de pesquisa mais ousadas, e assim por diante. Então, esse marco foi difícil durante esse período. E o que estamos vivendo agora – e aí o porquê da leitura – é porque eu compreendo, com paixão ou não pela defesa do governo do Presidente Lula, pela sua visão de mundo, de relações internacionais e de Brasil, pela forma como tem buscado um novo intercâmbio comercial, pela forma como tem buscado uma nova solidariedade entre povos e nações, pela forma como tem buscado a soberania do nosso País. E desculpe-me, porque eu não ouvi o discurso de V. Ex^a quando falou da questão

do populismo. Nós sabemos das responsabilidades que recaem sobre os ombros do nosso País. O nosso Brasil não pode ser comparado com uma aventura. Sr. Presidente, nós não somos aventureiros. Este Brasil é um país sério, que tem um lugar promissor no futuro e – volto a dizer – com muita diferença do que foi a construção de outros impérios. Podemos construir o bom império daqui para frente: o império da solidariedade entre as nações. Este é o império que nós haveremos de construir até 2022.

Portanto, era preciso pegar o arcabouço da história do Brasil, o que D. Pedro I nos trouxe de importante, o grito da independência política, porque não queríamos mais Portugal ditando os rumos do nosso Brasil. Para chegar à era Getúlio Vargas, foi preciso haver um lastro industrial. Nós tivemos que sair do que era apenas a cultura do café, da cana-de-açúcar e do cacau para a produção industrial na área da metalurgia. Tivemos que criar a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional e avançar nos pilares da indústria de base do Brasil, como queríamos, e na infra-estrutura. No meu entendimento, a vinda da capital para Brasília para cá era realmente algo inimaginável para aqueles momentos – tirar a capital do País do Rio de Janeiro e trazê-la para cá.

São essas coisas que contribuem para esse embasamento de que, no bicentenário da independência do Brasil, nós haveremos de comemorar com esses três pontos de vista. E acrescento a eles o quarto, que trata da questão de construir esse bom império sob os auspícios do povo brasileiro.

Quando olharmos para os nossos países vizinhos, olhemos para a história. Eu li Galeano, **As Veias Abertas da América Latina**, ainda em 1984, se não me engano. E aquilo mexia com nosso coração, como foi a formação do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, da Venezuela, do Peru, da Bolívia, do Equador. Como foi a formação desses países? E o seu grito de independência? E a troca da dependência presencial para uma dependência na área do endividamento, na área da subserviência tecnológica, da subserviência política? Isso não nos interessa. Isso não nos interessa. A globalização chegou e pronto.

Eu considero a globalização, Sr. Presidente, inerente à própria vida. É da Biologia a própria globalização. Eu estudei um pouco sobre a localização dos seres vivos no planeta. Muitos dos seres vivos nasceram e continuaram lá nos seus nichos, nos seus habitats, e nunca se expandiram. Mas outros se expandiram.

Observando o transporte do coco, eu li um outro autor, o Sr. Antônio Zuffo, que lançou o livro **A Infoera** há algum tempo, se não me engano, na metade da década de noventa. Ele fala um pouco sobre a velocidade dos transportes dos seres vivos e diz que, no período remoto, lá pelo neolítico, para se fazer a circulação de uma informação no planeta,

Levavase milhares de anos. Hoje, os meios de comunicação fazem isso quase em tempo real. Como vamos conviver com isso? Coloquei na minha monografia uma frase que representa bem o que penso sobre tudo isso. Escrevi que a velocidade dos meios de transportes e dos meios de comunicação de um povo determina também a velocidade de seus pensamentos. Penso que as pessoas estão cada vez mais aceleradas, buscando processos cada vez mais acelerados. É por isso que se avança na tecnologia, na nanotecnologia, na biotecnologia, no sentido de se buscar informações na área molecular, para que possamos ter maiores velocidades e podermos concorrer comercialmente.

Assim, diante destes fatos, falemos do Brasil de 2022. O que traz o relatório da CIA quanto a isso, Sr. Presidente? São cenários. Ele fala de quatro cenários. Em um deles, fala-se da possibilidade de haver, em 2020, uma globalização sem o rosto dos Estados Unidos. É um rosto diferente, que pode ser da China, que pode ser da Índia, um pouco mais asiático.

Há uma possibilidade de a União Européia se estabilizar, de perder espaço, de os Estados Unidos perderem espaço e de a Ásia emergir. Nesse momento, ele chama a atenção para um grupo de países que podem fazer a diferença. Seria o BRIC.

É no grupo do BRIC – formado pelo Brasil, pela Rússia, pela Índia e pela China – que o Brasil deve entrar. Entrar como? Ele diz lá que só há uma forma: com distribuição de renda. Penso que é isso que está acontecendo hoje no Brasil. Foi na distribuição de renda que o Governo Lula avançou, Sr. Presidente. Por que há muita gente incomodada? Por que ele está bem nas pesquisas? Porque houve distribuição de renda quando o Presidente Lula conseguiu controlar a inflação. Aí vão para o equilíbrio fiscal, um grande ganho da observação de Cristovam Buarque. Tem que haver o equilíbrio de contas. Aí se diz que o Brasil está crescendo menos do que a Argentina, menos do que...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Crescimento e desenvolvimento, no meu entendimento, são coisas diferentes. Está certo que são duas partes de um

todo, mas são distintas entre si. No meu entendimento, nós podemos ter crescimento sem distribuição de renda, que é a marca comum do mundo. Eu não quero invejar esse crescimento, que acho errado. O Brasil não pode seguir este caminho, tem que recusar este caminho. Nós haveremos de fazer desenvolvimento com respeito à natureza e, principalmente, com respeito ao povo, fazendo com que ele participe dos investimentos e tenha uma contrapartida.

Portanto, é o trabalhador que ganha com a inflação sob controle. Hoje, vi uma avaliação do Ministro Guido Mantega de que o ideal de uma taxa Selic nominal para os próximos meses seria de 9%. Se não me engano, a fórmula de cálculo da taxa Selic é formada, em parte, pelo juro real e, em parte, pela inflação acumulada do período. Se nós tivermos, então, o controle da inflação na faixa de 4% e tivermos um juro real na faixa de 5%, nossa taxa Selic nominal estará, em dezembro, na faixa de 9%.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Portanto, aí nós teremos um grande salto de qualidade, que é o investimento no setor produtivo.

Então, haveremos de ter a abertura de mais postos de trabalho no Brasil, muito mais do que hoje, um número que já é, a olhos vistos, de longe, “deixando no chinelo”, muito maior do que o referente ao Governo anterior.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO – Vou já conceder o aparte a V. Ex^a.

Outro fator, Sr. Presidente, é o salário mínimo. O nosso companheiro Senador Paulo Paim, que eu conheci quando ele ainda era vice-Presidente da CUT nacional, nos idos dos anos 80, nunca abandonou essa bandeira de um dia o Brasil ter um salário mínimo de US\$100.00. Sr. Presidente, não sei qual a cotação do dólar hoje, mas acredito que hoje, se convertermos os R\$350,00 em dólar, dará mais ou menos US\$150.00. Este assunto também está resolvido.

Houve a modificação da Tabela do Imposto de Renda, para que uma categoria maior de trabalhadores não precise mais pagar Imposto de Renda. Por isso, há mais renda no bolso do trabalhador.

Concordo com aqueles que dizem que o Bolsa-Família é um paliativo. Ele não pode ser permanente porque permanente tem que ser a busca incessante por outras políticas permanentes de transferência de

renda, de garantia de oportunidades. É isso que se tem que buscar.

Mas há pessoas, Sr. Presidente, que não têm, neste momento, um pedaço de pão para comer. É por isso que tem que haver Bolsa-Família, que está atendendo a doze milhões de pessoas. É por isso que vemos, em muitos dos menores municípios do Brasil, dos mais desassistidos, que o programa é um dos fenômenos da economia local. A pessoa sai da sua casa com dinheiro no bolso e pode comprar, perto de sua casa, um alimento para o seu filho ou um caderno para levar para a escola, uma roupa, um medicamento, algo assim.

Então, quando fazemos o somatório das políticas do Governo, vemos que houve distribuição de renda, pilar colocado no relatório da CIA.

Outro: o investimento na tecnologia. Quero parabenizar o Governo Lula por colocar mais oportunidades para que jovens pobres possam cursar o ensino superior.

Digo isto, Sr. Presidente, porque passei por alguns desses problemas na minha vida. Em 1968, um dia eu comi o que tinha na minha casa: um arroz velho, apodrecido, com gosto de barata. Foi o que minha mãe nos serviu naquele dia. Eu tinha oito ou dez anos de idade.

Acho que as pessoas têm que um dia virar gente, Sr. Presidente! Nós temos que virar gente! Não podemos aceitar um modelo em que um ganha e outro perde. Então, o ano de 2022 vai chegar, tendo o Brasil como quarto pilar. Temos que ter, Sr. Presidente, tecnologia, temos que ter economia sólida, democracia sólida e soberania e respeito aos povos. É isso que eu acho que temos que fazer.

O nosso império é um império do povo, um império da solidariedade das nações.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desculpem-me pela emoção.

Aceito o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essa emoção de V. Ex^a contamina a mim e, tenho certeza, também a toda a Nação. V. Ex^a faz um discurso que eu acho que noventa por cento do seu Partido gostaria de fazer. Só não gostariam de fazer esse discurso os que estão no poder. Como sei que V. Ex^a é um dos que não estão no poder, seu discurso é, subliminamente, um desabafo. Sr. Presidente, temos de aplaudir o discurso que o Senador Sibá Machado faz hoje. Ele

faz a apologia do cidadão fantástico que é Cristovam Buarque, que se preocupou com o Brasil de daqui a 22 anos e que merece, portanto, de todos nós a reverência pela coerência, pela honestidade e, acima de tudo, pela coragem de acreditar e de pôr em prática as suas convicções. Lamentavelmente, ele foi afastado do Ministério do Governo de V. Ex^a, por telefone, quando cumpriria uma missão do Governo brasileiro na África. Ele estava em Portugal, na metade do caminho. O Senador Paulo Paim, que V. Ex^a cantou em prosa e verso e que é uma das figuras mais extraordinárias do Parlamento brasileiro – fomos colegas na Câmara dos Deputados durante muitos anos e somos agora colegas no Senado Federal –, não teve apoio do Partido de V. Ex^a com relação à luta pelo salário mínimo, que ele mantém desde que aqui chegou. Foi desautorizado, foi derrotado em plenário no Senado e teve que ter a compreensão da Oposição para, contra a decisão do Governo, aprovar, apoiar conquistas de trabalhadores. V. Ex^a foi muito sincero e foi contra, inclusive, declarações do seu Presidente da República sobre o fato de o Bolsa-Família ser permanente em seu Governo. V. Ex^a vem aqui, o contradiz e diz que o Bolsa-Família não é permanente, é transitório. V. Ex^a está certo. Não podemos criar um país de dependentes. V. Ex^a está certo. A tese de V. Ex^a está correta. Quando o Bolsa-Família foi criado sem “Botox”, no Governo Fernando Henrique, tinha contrapartida. O aluno tinha que freqüentar escola. A mãe tinha que participar do dia-a-dia do filho. O Bolsa-Família hoje, com “Botox”, é produto de um programa criado por Fernando Henrique, com três vertentes, para atender a três categorias sociais diferentes, mas exigindo sempre a contrapartida. V. Ex^a sabe, meu caro Senador, que um grande e ilustre conterrâneo nosso fala muito bem sobre essa questão: Luiz Gonzaga – não quero repetir seus versos. No Governo Fernando Henrique, o Ministério da Educação, com o programa do Governo passado, melhorou a freqüência nas escolas, melhorou o índice de aproveitamento e, acima de tudo, fez uma coisa fantástica: ocupou os jovens. Sabe muito bem V. Ex^a o que é hoje um jovem sem deveres, como o de, pelo menos, freqüentar a escola. Sabemos o prejuízo que, no futuro, dará ao País. Parabênizo V. Ex^a por esse discurso, por ter a coragem de fazer apologia ao seu ex-companheiro Cristovam Buarque. Mas alerta a V. Ex^a que quem está em campanha, no seu Partido, é o Presidente Lula. Traga aqui o que ele pensa do Brasil para os próximos 20 anos, para os próximos 30 anos, o que ele pretende fazer e por que não o fez nos últimos quatro anos, para poder colocar o candidato na

mídia. V. Ex^a está fazendo campanha para Cristovam Buarque, o que aprovo. Lamento: se eu não tivesse um candidato, o Cristovam seria uma grande opção. Seu subconsciente falou mais alto, e a verdade sai das trevas e vem à luz. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Citei um fato referente ao nosso companheiro Senador Cristovam Buarque quando ele era do Partido dos Trabalhadores e considero até que ele está emprestado ao PDT. Ainda aposto no retorno de Cristovam Buarque ao PT. Foi um quadro que nos ajudou muito durante um bom tempo, que tem e sempre terá o nosso respeito. Qualquer coisa que tenha acontecido foi ocasião do momento, o que não vou discutir, porque acredito que todos têm suas razões.

Mas ele nos chamou a atenção naquele dia em que tratamos sobre esses assuntos, o que gostei muito. Por isso, reproduzo aqui o pensamento de Cristovam Buarque.

Já vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo apenas que tenho andado em alguns Estados brasileiros e penso que esse clima nacional, esse clima de Brasil grande, Brasil soberano, Brasil respeitado, Brasil que define um novo lugar no mundo, principalmente com seus vizinhos, no seu entorno, haverá de ser a nossa marca para essa tão esperada data do bicentenário de nossa independência.

Agradeço a V. Ex^a e saio daqui agora desafiando para que possa, no momento mais adequado, relatar para mim o que foi o seu pensamento, na tarde de hoje, sobre a questão do populismo. Eu gostaria, se der tempo, de voltar a tratar desse assunto no dia de amanhã. Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a sabe, como todos, que, regimentalmente, a Presidência não pode se manifestar, não pode interferir nos pronunciamentos dos Senadores. Mas quero, ao fim do discurso de V. Ex^a, cumprimentá-lo.

Parabéns pelo discurso que fez hoje! Parabéns pela atuação que tem tido!

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler, solicitando que a Hora do Expediente em comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis, de autoria do Senador Paulo Octávio e de outros Srs. Senadores, seja no dia 29 do corrente.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 962, DE 2006

Requer que a Hora do Expediente da sessão do dia 29 do vcorrente seja destinada a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis.

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 918 de 2006, requiero a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a Hora do Expediente, no dia 29 de agosto do corrente ano, em Comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis.

JUSTIFICAÇÃO

Dia 27 de agosto é comemorado o Dia Nacional do Corretor de Imóveis, a laboriosa profissão que tem por objetivo a intermediação na compra, venda, locação e administração do bem mais sagrado do ser humano, a Casa Própria.

É uma data significativa para a categoria e também de grande importância para a construção e solidificação da Capital da República, uma vez que o eterno Presidente Juscelino Kubitschek, ao iniciar as obras do que seria a nossa cidade, convocou os profissionais, que até então ainda não tinham a profissão regulamentada, mas já exerciam com orgulho e responsabilidade a corretagem imobiliária, para entregar-lhes uma pasta contendo os documentos necessários para que aqueles abnegados profissionais corressem mundo afora vendendo o maior loteamento do mundo, Brasília.

Sala das Sessões, de agosto de 2006.


Senador PAULO OCTÁVIO



O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, tendo em vista que a data do evento ocorrerá antes de 4 de setembro, quando haverá sessão deliberativa.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a para registrar, Senador Saturnino, antes do encerramento da sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Senador Moacyr Dalla, ex-Presidente desta Casa, ocorrido ontem no Espírito Santo.

As informações que nos chegam ainda não são completas, mas gostaria de fazer este registro, evidentemente com o apoio do Senador Sibá, da Senadora Serys e de todos os companheiros, por se tratar de um homem que teve assento nesta Casa, representou o Estado do Espírito Santo e presidiu o Congresso Nacional no período de transição do regime autoritário para a democracia.

Faço esse registro, interpretando o pensamento da Casa e pedindo a V. Ex^a que, como de praxe, comunique aos seus familiares e às autoridades do Espírito Santo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pergunto ao Senador Heráclito se foi feito um requerimento por escrito. Se houver, gostaria que pudéssemos também apor nossas assinaturas, concordando plenamente com o requerimento apresentado por S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência, Senador Heráclito, associa-se à manifestação de V. Ex^a.

Efetivamente, Moacyr Dalla foi um grande representante, um grande Senador que presidiu esta Casa num momento difícil, como V. Ex^a ressalta. Foi um homem de conduta exemplar, que teve o respeito de todos os seus companheiros. Tive a oportunidade, o privilégio de conviver com ele, razão por que V. Ex^a recebe, em nome de toda a representação no Senado, o apoio ao requerimento que apresenta, que será devidamente encaminhado e processado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no momento oportuno, gostaria de usar da palavra pela Liderança do meu Partido, o PL.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Sr^s e Srs. Senadores, nas minhas últimas andanças pelo meu Estado de Minas Gerais, passando pelo Triângulo Mineiro, pelo Alto Paranaíba e pelo sul de Minas, tenho mantido contato com um grande contingente de produtores rurais que, felizmente, enxergam na nossa pessoa um representante legítimo dos seus interesses.

Essa condição, de que muito me orgulho, foi alcançada por meio de muito trabalho em questões como a criação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nesta Casa, a apresentação de projetos que garantam incentivos tributários ao setor e a defesa de uma política mais firme de securitização e também por meio de bons resultados de algumas de nossas ações, que são claramente perceptíveis.

A manutenção da isenção de ICMS aos produtores de material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal foi alvo de emenda de nossa autoria à PEC nº 74, de 2003, que alterava o sistema tributário nacional, tendo sido a emenda aprovada e incorporada à PEC nº 74 A.

A emenda, que defendi em atendimento a um pleito da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), com sede na querida cidade onde moro, Uberaba, estabeleceu que a isenção para operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, com energia elétrica de baixo consumo, com insumos agropecuários, inclusive com material genético reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e com medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar.

É importante citar que, desde o início da década de 70, já existe tratamento tributário diferenciado para operações de melhoramento genético, tanto animal quanto vegetal, por meio de convênios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), envolvendo os Estados da Federação. O Convênio AE 07/70 já autorizava os Estados a concederem isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias nas saídas

de quaisquer estabelecimentos de diversos produtos, incluindo o sêmen congelado ou resfriado.

O Convênio AE 08/72 dispunha sobre a concessão de isenção para as operações com reprodutores e/ou matrizes bovinos, puros de origem ou puros por cruza, efetuadas entre criadores e para as de importações.

Registraram-se, durante a década de 80, o desenvolvimento e maior difusão da adoção da tecnologia da inseminação artificial e transferência de embriões na pecuária brasileira. Como conseqüência, em 1988, por meio do Convênio ICM 49/88, foram isentas as operações com sêmen congelado ou resfriado e embriões de bovinos. O Convênio ICMS 70/91 ampliou esta isenção para as saídas interestaduais de embriões, ovos férteis, girinos, alevinos e sêmen congelado ou resfriado. Por fim, o Convênio ICMS 70/92 estendeu a isenção de ICMS para ovinos, caprinos e suínos.

Estudos realizados pela Associação Brasileira de Inseminação Artificial mostram um grande crescimento dessa atividade no mercado nacional, sobretudo na segunda metade da década de 90, destacando-se o grande aumento da participação dos fornecedores nacionais no início do século XXI, tendo ultrapassado a marca de 7 milhões de doses de sêmen comercializadas nos anos de 2002 a 2005.

Pesquisadores americanos acreditam que “o Brasil será em pouco tempo líder em difusão de tecnologia de reprodução bovina. O País já lidera em número de Fecundações *in Vitro* (FIV) realizadas, e é o segundo do mundo em transferência de embriões”.

Sabemos também que, por força dos convênios estabelecidos no Confaz, existe isenção de ICMS para sêmen bovino. Consideremos a aplicação de percentuais entre 4% (mínimo estipulado pela PEC nº 74-A, de 2003) e 18% (média das alíquotas máximas de ICMS aplicadas sobre mercadorias pelos Estados). Neste caso, teríamos um aumento dos preços do sêmen que importaria em montantes entre R\$135,46 a R\$153,69 milhões.

Ou seja, a aplicação da alíquota de 4% de ICMS implicaria num aumento de R\$5,21 milhões dos custos de produção da inseminação artificial, enquanto a alíquota máxima de 18% implicaria num aumento de R\$23,44 milhões por ano. Logo, pode-se concluir que a nossa emenda à proposta de reforma tributária em tramitação, que propõe a manutenção da isenção de ICMS aos produtores de material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, tem um grande impacto na atividade como mecanismo de estímulo a esse mercado, pela redução de custos da produção de inseminação artificial.

Essa foi uma vitória importante, mas continuamos em busca de outras conquistas para o segmento. Até o final do meu mandato, tenho o compromisso de trabalhar firme para que seja aprovado aqui no Senado Federal um outro projeto de minha autoria que visa incluir 58 Municípios do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, e alguns do noroeste de Minas Gerais, entre os beneficiários do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

A proposta está sendo discutida na Comissão de Assuntos Econômicos – a última Comissão por que tramita o projeto nesta Casa –, com parecer favorável do nobre Senador Wellington Salgado, e tenho certeza de que conseguiremos sensibilizar também os outros nobres Pares.

Se analisarmos hoje os agricultores de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal, mas em especial os de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, principalmente os que produzem algodão, 80% deles vêm do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba – 80% dos produtores que hoje plantam algodão nos dois vizinhos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul vêm da minha região. Enquanto no FCO retira-se qualquer empréstimo, seja para custeio ou investimento, a juros de 8,75% ao ano, com um, dois ou até três anos de carência para financiamentos de até dez anos de prazo para pagamento, nas nossas regiões, o financiamento tem o prazo de um ano apenas, sem nada de carência, e com juros acima de 20% ao ano, o que inviabiliza esse segmento produtivo na região. Por isso, estamos perdendo nossos conterrâneos, ano a ano.

Portanto, Sr. Presidente, em nome desses sofridos produtores rurais, peço aos Senadores que vejam com carinho e ajudem a dar aos nossos produtores rurais do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba a condição de ter o mesmo direito e a mesma possibilidade de continuarem produzindo e trabalhando como os vizinhos produtores do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, pois, tão bem quanto os produtores do Centro-Oeste, sabem fazer o que sempre fizeram: plantar, gerar emprego e renda e agregar valor naquilo que é produzido em nossa terra.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência agradece ao Senador Aelton Freitas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 927, DE 2006

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do excelentíssimo Senador e excelentíssimo Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Espírito Santo.

Santa Maria, 21/08/06
 Sala das Sessões, em 21/08/06

Senador

Senado Federal
 Protocolo Legislativo
 RQS nº 927/2006
 Fls. 01

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Sr. Senador Sérgio Guerra, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição quer que Okamoto vá ao Senado se explicar”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 16 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, deverá explicar, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, as versões con-

flitantes dadas por ele e pelo Presidente Lula sobre o pagamento da dívida de R\$ 29,4 mil do presidente com o PT.

O assunto foi resgatado neste momento porque, em entrevista ao Jornal Nacional, o Presidente Lula afirmou que sabia da dívida. “No entanto, sempre que se pronunciou sobre o caso, Okamoto se responsabilizou pelo pagamento dos R\$ 29,4 mil de Lula com o PT, registrados na prestação de contas do partido, mas disse que não informou o presidente sobre o caso”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

Oposição quer que Okamoto vá ao Senado se explicar

Tasso quer que presidente do Sebrae deponha na CCJ sobre nova versão dada por Lula para pagamento de dívida com PT

Para senador, ou amigo do presidente cometeu crime de perjúrio ao dizer à CPI que não o alertou sobre a dívida ou Lula mentiu ao "JN"

SILVIO NAVARRO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um dia após o início da campanha eleitoral na TV, PSDB e PFL pretendem iniciar hoje uma ofensiva para resgatar um dos temas mais polêmicos da crise política: o pagamento da dívida de R\$ 29,4 mil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT feito pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

O argumento dos tucanos é que Okamoto deve explicações sobre as versões conflitantes do pagamento da dívida, dadas por ele à CPI dos Bingos, e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao "Jornal Nacional".

A estratégia da oposição é anunciar hoje que apresentará um requerimento cobrando a

ida de Okamoto à CCJ (Comissão e Constituição de Justiça) do Senado na primeira semana de setembro, conforme o calendário de "esforço concentrado" do Congresso para votações e funcionamento de comissões.

Como a CPI dos Bingos foi encerrada, a CCJ seria o foro apropriado para argumentar que Okamoto cometeu crime de perjúrio (falso testemunho) ao afirmar à CPI que o presidente Lula não teve conhecimento do pagamento da dívida. Antes de prestar depoimento à CPI, o depoente é obrigado a assinar um termo no qual se compromete a dizer a verdade.

"Ou ele cometeu perjúrio, e vamos pedir a sua prisão, ou ele vem desmentir o presidente", disse o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE).

Em entrevista ao "JN", na semana passada, o presidente Lula relatou uma suposta conversa entre ele e Okamoto antes do pagamento da dívida. "Quer pagar, você paga, porque eu não

vou pagar, porque não devo ao PT", disse Lula.

No entanto, sempre que se pronunciou sobre o caso, Okamoto se responsabilizou pelo pagamento dos R\$ 29,4 mil de Lula com o PT, registrados na prestação de contas do partido, mas disse que não informou o presidente sobre o caso. Antes da entrevista, o Palácio do Planalto sempre negou que Lula soubesse da dívida. Depois da entrevista de Lula ao "JN", Okamoto informou que não falaria sobre o assunto.

No ano passado, a CPI dos Correios suspeitava que o dinheiro usado para quitar a dívida era oriundo do "valerioduto". Okamoto conseguiu impedir a quebra de seu sigilo no Supremo Tribunal Federal.

Pelo regimento da CCJ, Okamoto seria "convitado", o que não o obriga a comparecer. A oposição analisa uma brecha jurídica para exigir sua vinda, mas avalia que reacender o tema já causará turbulências.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna no dia de hoje para fazer o registro da matéria intitulada “Dinheiro a conta-gotas”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 16 de agosto do corrente.

A matéria mostra que “A quatro meses do final do ano, o governo federal desembolsou R\$63 milhões, cerca de 6% dos R\$930,2 milhões previstos para investimentos na segurança pública no orçamento de 2006”.

A matéria destaca, ainda, que o economista Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, declarou

SEGURANÇA PÚBLICA

Apesar da crise e dos ataques do PCC, governo federal mantém política de contingenciamento dos recursos para o combate ao crime organizado e à violência urbana. Investimentos somam 6% do total

Dinheiro a conta-gotas

GASTOS MINGUADO!

Até o dia 14 de agosto, o governo federal desembolsou apenas 6% dos R\$ 930,2 milhões previstos para investimentos na área este ano. Em relação aos

empenhos ainda não pagos 21% do valor está comprometido, embora ainda não se saiba quando dinheiro sairá, efetivamente do cofre. Quase R\$ 85 milhões de despesas de anos anteriores ainda não foram quitadas

Quase
R\$ 85 milhões
de despesas de anos
anteriores ainda não
foram quitadas

PALOMA OLIVEIRO
DA EQUIPE DO CORREIO

A quatro meses do final do ano, o governo federal desembolsou R\$ 63 milhões, cerca de 6% dos R\$ 930,2 milhões previstos para investimentos na segurança pública no orçamento de 2006. Em plena crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), nem o crédito extra de R\$ 200 milhões liberado por medida provisória ajudou a alavancar a execução das cinco unidades orçamentárias que, juntas, representam 97,3% da verba autorizada do Ministério da Justiça.

Levantamento da ONG Contas Abertas com dados do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) mostra que, até ontem, a programação de investimentos do Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol), do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), além dos orçamentos dos departamentos de Polícia Federal e Rodoviária Federal, chegaram até agora a R\$ 193,2 milhões. Em 2001, o volume de investimento dessas unidades chegava a R\$ 1,1 bilhão.

Na linguagem orçamentária, investimento significa obra. E o dinheiro destinado, por exemplo, para a construção e reforma de presídios, compra de equipamentos como armas, detectores de metal e viaturas policiais. Nesse grupo, excluem-se os gastos com pagamento de pessoal e custos administrativos — contas de água, luz, papel e outras despesas de custeio. Os dados do Siafi revelam que, até agora, apenas 21% do valor previsto foi empenhado. Isso significa que ao preparar o empenho o governo mostra que está se comprometendo a gastar em um determinado projeto. Mas só irá fazer o pagamento quando o calendário da equipe econômica permitir.

Quando o dinheiro sai, é preciso gastá-lo. “Nessas condições, piora a qualidade do gasto, que já é muito ruim. Corre-se o risco de fazer uma licitação menos cuidadosa, contratar o fornecedor que não é o mais indicado, acelerar a execução de uma obra em detrimento da qualidade”, alerta o economista Roberto Piscitelli, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Execução

Das cinco unidades que compõem o orçamento da segurança pública, o melhor desempenho na execução é do Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol). Este fundo é ad-

ministrado pela Polícia Federal, órgão que é tido como a “menina dos olhos” do ministro Márcio Thomaz Bastos. Do Funapol, foram gastos R\$ 6,2 milhões do total de R\$ 143 milhões autorizados para investimentos. Isso representa 4,3% do total desembolsado. Ainda

assim, o Funapol lidera o ranking das unidades orçamentárias com melhor execução voltadas para a área de segurança pública.

Depois vem o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que desembolsou até o momento 2,4% dos R\$ 405 milhões destinados a investimentos. Motivo de bate-boca e constrangimentos entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) pagou, até ontem, R\$ 47,2 milhões dos R\$ 323 milhões autorizados. Só o governo

que “não há como justificar o desempenho do governo em uma área tão sensível como a segurança pública. Os investimentos são pífios”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria do **Correio Braziliense** passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Paulista abocanhou R\$ 44,7 milhões deste valor, usados para compra de equipamentos de segurança para penitenciárias. A verba foi liberada na sexta-feira.

Por meio da assessoria de imprensa, o ministro da Justiça justificou a baixa execução, informando que, “historicamente, o empenho dos recursos disponíveis ocorre no segundo semestre”. O órgão também informa que os recursos de FNSP e do Funpen dependem de apresentação de projetos enviados pelos estados. E que, em relação aos investimentos diretos, o atraso é explicado pela demora na aprovação do Orçamento da União pelo Congresso Nacional, que só aconteceu no fim de maio.

O economista Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, avalia que o governo poderia ter liberado recursos para a segurança pública por meio de medidas provisórias, como fez quando resolveu reformar parte das rodovias brasileiras, na chamada Operação “Tapa-buracos”. Ele lembra que foi assim que saiu o dinheiro que levou o astronauta brasileiro Marcos Pontes ao espaço. Para Castello Branco, não há como justificar o desempenho do governo em uma área tão sensível como a segurança pública. “Os investimentos são pífios.”

Consultor da Câmara, o economista Roberto Piscitelli critica a política econômica do governo, que impõe elevados índices de superávit primário — economia óbida para o pagamento de juros da dívida — perseguida pelos últimos governos às custas do investimento público. Ele diz que, refens dos técnicos da Fazenda e do Planejamento, os ministros pouco podem fazer para conseguir liberar os recursos de um orçamento que considera fantasioso. “Na administração pública, adotam-se práticas orçamentárias e financeiras que deixam o gestor limitado. Há muito pouca preocupação com objetivos e metas”, opina.

Piscitelli aponta uma distorção orçamentária em relação ao contingenciamento de fundos, como o Funpen e o FNSP. “Por definição, os fundos são criados com uma determinada finalidade, e seus recursos só poderiam ser usados para esta finalidade. Jamais poderiam ser utilizados para fazer superávit primário”, ressalta. “Todos os governos contingenciam recursos da segurança pública. O dinheiro dessa área jamais poderia ser negociado”, alerta o especialista em segurança Inácio Cano.

QUEDA LIVRE

Os investimentos em segurança pública estão em queda livre desde 2001, quando o governo federal desembolsou R\$ 707 milhões em compra de equipamentos, construção de presídios, modernização de sistemas etc. Os valores estão atualizados pela inflação.

Unidade orçamentária	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	36.692.446,75	32.748.297,40	6.971.949,82	19.542.144,72	7.703.364,03	17.972.178,49
Departamento de Polícia Federal	1.473.372,57	419.706,67	1.987.293,84	11.918.588,76	58.161.649,20	9.058.350,62
Fundo Penitenciário Nacional	242.426.140,77	110.099.889,07	101.336.679,71	146.920.745,70	91.799.605,43	84.031.515,93
Fundo para Aparelhamento da Polícia Federal	103.145.099,29	152.145.414,66	53.742.280,95	84.460.655,12	116.923.376,69	39.745.216,89
Fundo Nacional de Segurança Pública	324.147.309,69	208.106.951,00	134.341.892,14	270.200.993,44	200.634.086,07	48.478.185,52
Total	707.884.369,07	503.520.258,80	298.80.096,46	533.043.127,74	475.222.081,42	199.285.447,45

INVESTIMENTOS EM 2006*

O que foi investido em segurança pública nas cinco unidades relacionadas à área. Na linguagem orçamentária, investimento são os gastos com obras, instalações, etc. Este grupo inclui o que foi destinado, comprometido e pago com, por exemplo, construção de presídios e compra de armamentos e viaturas

Unidade orçamentária	Dotação autorizada	Empenhos	Valores pagos	Restos a pagar não pagos
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	48.500.000,00	8.452.986,63	90.933,61	8.837.332,79
Departamento de Polícia Federal	9.350.000,00	238.287,86	55.523,76	429.835,91
Fundo Penitenciário Nacional	323.190.252,00	117.049.612,90	47.206.406,81	53.378.710,74
Fundo para Aparelhamento da Polícia Federal	143.088.240,00	10.427.188,60	6.233.480,55	13.624.906,24
Fundo Nacional de Segurança Pública	405.063.298,00	61.798.454,35	9.824.859,12	8.494.560,91
Total	929.191.790,00	197.966.530,34	63.411.203,85	84.765.346,59

Fonte: Contas Abertas (<http://contasabertas.uol.com.br>), a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Fundo penitenciário é alvo de críticas

Ex-secretário nacional de Segurança Pública no governo FHC, o coronel José Vicente da Silva diz que os recursos para a área deveriam ser de, no mínimo, R\$ 800 milhões anuais. Ele diz que os cálculos são do Banco Mundial. Além de criticar a dotação e a execução da segurança, Silva acusa os gestores de incompetência. "Gastam mal o pouco que têm", reclama. Segundo o especialista, há um descompasso entre o planejamento do Ministério da Justiça e o que, efetivamente, é feito. "No planejamento, que está disponível a qualquer um no site do ministério, falava-se da criação de 100 mil vagas no sistema peniten-

ciário, com dinheiro do Funpen. Em três anos, as vagas criadas não chegam a 10 mil", diz.

A liberação do dinheiro do Funpen foi motivo de dor de cabeça para o Ministério da Justiça, quando o governo de São Paulo começou a reclamar que os R\$ 100 milhões emergenciais, anunciados ao estado por medida provisória demoraram a sair. Na semana passada, depois que os projetos da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo foram apresentados, o ministério liberou R\$ 35,08 milhões para a construção de penitenciárias e depositou na conta do estado R\$ 44,7 milhões para a compra de equipamen-

tos de segurança e inteligência.

Além do financiamento de novos presídios, o Funpen investiu, em 2005 e 2006, com móveis e equipamentos de decoração. Levantamento do Contas Abertas verificou que em um processo lançado em 25 de outubro do ano passado, foram gastos R\$ 93.629,24 com aquisição de móveis. No lote, constam 36 poltronas, 20 cadeiras, três armários, um guarda-roupa, quatro camas, 63 colchões, uma geladeira, um forno microondas e um sofá que, sozinho, consumiu R\$ 2.836,00. Com instalação e remanejamento de divisórias, lambris, armários, estantes, guichês, revestimentos acústicos, forros

diversos com pinturas, suportes para pastas suspensas, prateleiras, portas e fechaduras no âmbito do Ministério da Justiça, foram gastos R\$ R\$ 20.036,18. A compra de dois notebooks consumiu R\$ 12.460,00 do Funpen.

Segundo a assessoria do ministério, o dinheiro serviu para a aquisição do mobiliário permanente destinado à ala federal do Presídio Pascoal Ramos de Cuiabá (MT), que tem capacidade para 50 presos, e depois transferido para as penitenciárias federais de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR). Os computadores foram comprados para repor equipamentos antigos e defetuosos do próprio Depen. (PO)

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia da Prata (FONPLATA), Organismo Internacional Integrado pelos cinco países da Bacia do Rio da Prata - Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai - cuja missão é o desenvolvimento da região através do apoio técnico e financeiro aos projetos de desenvolvimento que contribuem à integração de seus países membros, seleciona cargo de categoria internacional para seu staff:

ADVOGADO

O CARGO: Responde diretamente ao encarregado da Área Jurídica e tem sob sua responsabilidade dar assistência em matéria legal, administrativa, política, normativa e operativa. Terá sob suas principais responsabilidades: estudar aspectos legais, elaborar projetos de resolução, brindar assistência legal a contratantes, órgãos diretivos, apoiar na preparação de informes jurídicos e assistir na elaboração, negociação e firma de contratos de empréstimos.

OS POSTULANTES: Deverão ser advogados com título universitário, registro na Ordem dos Advogados de Brasil e experiência em Direito Administrativo e Internacional exercido em Organismo Internacional, Instituições Financeiras ou de Desenvolvimento. Se valorará os títulos de Mestrado ou de Doutorado, assim como o conhecimento da língua espanhola. Deverão contar com a idade máxima de 55 anos no momento de sua contratação.

APROPOSTA: Implica um contrato por cinco anos, que inclui um período de um ano de experiência. O lugar de trabalho será na Sede do Organismo em Santa Cruz da Sierra, Bolívia, com possibilidades de residir nos outros países membros. Se oferece formar parte de um projeto de Desenvolvimento Regional com um salário competitivo e benefícios atrativos.

Os interessados nesta chamada, que reúnam os requisitos, deverão enviar curriculum vitae até o dia 31 de agosto à direção de e-mail hr4@deloitte.com.uy, fazendo menção à referência N° 2918.

Os postulantes pré-selecionados deverão apresentar os certificados correspondentes, que serão requeridos para comprovar seus méritos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Dia do Maçom

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com enorme satisfação que, mais uma vez, venho à tribuna para celebrar a Maçonaria Brasileira. Antes de prosseguir, no entanto, gostaria de parabenizar os nobres Colegas que, capitaneados pelo Senador Mozarildo sessão especial para comemorar o transcurso do Dia do Maçom, em 20 de agosto.

Apesar da importância da Instituição Maçônica ao longo da História Brasileira, Cavalcanti, requereram para não dizer mundial, existe, lamentavelmente, um grande desconhecimento sobre o que vem a ser a Maçonaria. Para grande parte da população, seria apenas um grupo de amigos a seguir rituais secretos, ou, pior ainda, pessoas tramando conspirações de toda espécie. Nada disso, evidentemente, é verdade.

A Maçonaria, de fato, é algo completamente diferente. E para descobrir o que ela é, vale a pena examinar o sentido da palavra.

O termo Maçonaria significa, literalmente, “construção realizada por um pedreiro num canteiro de obras” e tem origem no vocábulo francês *maçonnerie* e no inglês *masonry*.

Mais do que um vínculo a uma determinada categoria profissional, a maçonaria implica uma ligação profunda com um projeto de melhoria do mundo. Tanto é assim que as origens da moderna Maçonaria remontam ao início do século XVIII, quando quatro Lojas Maçônicas se reuniram em Londres e formaram a Grande Loja daquela cidade inglesa.

O ideal maçônico, consolidado naquele momento, rapidamente se difundiu por outras partes do mundo. Em 1728, foi fundada a primeira Loja na Europa continental, em Paris. Pouco depois, sabia-se da existência de lojas nas então colônias americanas e em outras partes da Europa e da América.

Além disso, os princípios maçônicos de Igualdade, Liberdade e Fraternidade vieram a ser não apenas a base das Revoluções Americana e Francesa. De fato, foram os fundamentos para a construção das principais instituições do mundo moderno, como a Democracia, os Direitos Universais do Homem, a Luta contra a Desigualdade e a Escravidão, a aceitação da Tolerância como valor a ser defendido.

Não é por acaso que a Maçonaria foi perseguida, durante toda a sua história por regimes autoritários e ditatoriais. Na Alemanha Nazista, estima-se que entre 80 mil e 200 mil maçons foram mortos em campos de concentração.

Durante o domínio comunista sobre a Rússia e outros países da Europa Oriental, a Maçonaria foi posta na ilegalidade e mantida sob estreita vigilância, com um número incalculável de maçons tendo perecido sob aquelas ditaduras.

Da mesma forma, durante a longa ditadura de Sadam Hussein no Iraque, a Maçonaria foi perseguida, e ser maçom era considerado crime.

Em suma, onde há regime ditatorial, autoritário ou que cerceia a liberdade de expressão, a Maçonaria é vista com desconfiança, perseguida e, inclusive, exterminada.

Isso ocorre porque a Maçonaria constitui um porto seguro para a defesa da Fraternidade, da Liberdade e da Tolerância, valores estes tidos como fundamentais para o progresso humano.

No Brasil, da mesma forma, a maçonaria esteve sempre ligada ao progresso e ao desenvolvimento de nossa sociedade. Em nenhum momento a Instituição se furtou de enfrentar os grandes problemas nacionais. Esteve presente, por exemplo, na Inconfidência Mineira, na Independência Nacional e na Proclamação da República.

No momento atual, está preocupada com a nossa querida região amazônica. O Grande Oriente do Brasil vem promovendo discussões sobre o tema “Amazônia, Soberania Nacional”, que resultarão em Congresso a ser realizado na cidade de Goiânia, no mês de novembro próximo.

O assunto é crucial para o futuro de nossa Nação. Pensar e defender a Amazônia é imprescindível para a nossa existência enquanto Estado livre e independente. Omitir-se no trato desta questão é permitir que outros se apoplesem daquilo que foi conquistado a tão duras penas, com o sacrifício de milhares de brasileiros ao longo de séculos.

Em meu Estado do Pará, há questões prementes a serem resolvidas, especialmente aquelas relacionadas à violência no campo, ao desmatamento desordenado e às invasões de terras promovidas por grupos supostamente sem-terra. Além disso, há uma quantidade impressionante de organizações não-governamentais que se empenham em enfraquecer a soberania nacional ao divulgar idéias que batem, de frente, com os ideais da Pátria brasileira.

Sob o manto de uma pseudo benevolência, na verdade essas organizações constituem agentes estrangeiros mal-disfarçados que visam, sobretudo, a minar e a desmoralizar o Brasil perante os olhos das outras nações do mundo.

Essas são questões postas, atualmente, sob o exame da Maçonaria, única entidade que, ao longo de toda nossa História, esteve ao lado do povo brasi-

leiro e desta nação abençoada pelo Grande Arquiteto do Universo.

Tenho certeza de que, mais uma vez, seremos capazes, com o auxílio da Maçonaria, de fazermos frente aos desafios que enfrentaremos no futuro, em especial no diz respeito à região amazônica.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 16 minutos.)

Ata da 138ª Sessão Não Deliberativa, em 22 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza,
Romeu Tuma e Marcos Guerra*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, na condição de Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, informo a V. Ex^{as} que, com relação ao Relatório Parcial nº 1, de 2006 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar denúncias envolvendo a compra de ambulâncias, designei os seguintes Senadores para relatar as matérias:

– Senador Demóstenes Torres – documentação referente à Senadora Serys Silhesarenko;

– Senador Sibá Machado – documentação referente ao Senador Magno Malta;

– Senador Jefferson Péres – documentação referente ao Senador Ney Suassuna.

Comunico, ainda, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está convocado para uma reunião a realizar-se amanhã, quarta-feira, dia 23 de agosto, às 10 horas, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa (Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), e que determinei à Secretaria-Geral da Mesa que encaminhasse aos relatores a documentação pertinente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circu-

lação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 2º e o § 2º do art. 4º, da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.
.....

§ 2º A concessão ou revogação total ou parcial de benefícios dependerão de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

..... (NR)”

“Art. 4º.....
.....

§ 2º O convênio ou a revogação total ou parcial de benefícios de que trata o § 2º do art. 2º desta Lei serão considerados rejeitados se não forem expressa ou tacitamente ratificados pelo Poder Executivo de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O ICMS é nosso imposto mais importante. Trata-se da principal fonte de receita para a manutenção dos serviços públicos estaduais. Tendo em vista a relevância da matéria, a Constituição Federal (CF), em seu art. 155, delineou minuciosamente sua forma, alcance e limites. Nessa tarefa, buscou-se criar mecanismos que impedissem a chamada “guerra fiscal”, mas sem jamais ferir a autonomia de cada ente federativo para dispor sobre suas receitas.

Vemos exemplo dessa preocupação na alínea g do § 2º do art. 155, que determina que Lei Complementar regulará a forma como serão concedidas e revogadas as isenções, incentivos e benefícios fiscais. É

saudável e conveniente que os favores fiscais concedidos pelos Estados sejam precedidos de amplo entendimento entre os diversos membros da Federação.

A Lei Complementar (LC) nº 24, de 1975, regulamentadora do dispositivo, por ser anterior à Carta de 1988, foi além dos limites constitucionais, ferindo de morte a autonomia federativa e praticamente inviabilizando a concessão de benefícios fiscais. Ao condicionar a concessão de um benefício à concordância unânime dos Estados da Federação, na prática, inviabiliza-a. Não era essa, certamente, a intenção do legislador constituinte. O equívoco da Lei Complementar fica mais evidente quando constatamos que, para revogar um benefício, basta a maioria de quatro quintos. Quatro quintos dos Estados, portanto, sobrepõem-se à unanimidade deles.

Assim, para tornar exequível o cumprimento da alínea g do § 2º do art. 155 da CF, e para igualar a concessão do benefício ao quórum para sua revogação, apresentamos o presente Projeto de Lei Complementar, para cuja aprovação pedimos apoio a nossos Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 24,
DE 7 DE JANEIRO DE 1975

Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 2º Os convênios a que alude o art. 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.

§ 2º A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

Art. 4º Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no **Diário Oficial da União**, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação

tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo.

§ 2º Considerar-se-á rejeitado o convênio que não for expressa ou tacitamente ratificado pelo Poder Executivo de todas as Unidades da Federação ou, nos casos de revogação a que se refere o art. 2º, § 2º, desta Lei, pelo Poder Executivo de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I Do Sistema Tributário Nacional

SEÇÃO IV Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

XII – cabe à Lei Complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Ministério da Educação, a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, bem como os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A Escola a ser criada nos termos desta lei incluirá, em sua estrutura, o Estaleiro-escola destinado às práticas indispensáveis à formação dos técnicos em construção naval de natureza artesanal.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender às necessidades regionais de construção naval artesanal e de transporte fluvial indispensáveis ao desenvolvimento da região.

Art. 3º A instalação da Escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A economia da Amazônia depende, direta e efetivamente, da utilização racional de sua bacia hidrográfica, a maior do planeta e um dos maiores patrimônios naturais do País. O que é um truísmo em relação a todos os Estados da região é, de forma incontestável, mais verdadeiro ainda em relação ao Estado do Acre. Lamentavelmente, o caráter imediatista e de improvisação que tem caracterizado a ocupação e a exploração dos recursos naturais do território nacional, nunca levou em consideração os fatores geográficos e humanos da região, de forma a tornar seu aproveitamento não predatório e compatível com os seus ecossistemas, imperativo de que depende a sobrevivência humana em nossa imensa diversidade territorial e biológica.

Os rios formam o curso natural das vias de penetração que viabilizaram a ocupação e a exploração da vastidão amazônica. Essa realidade em relação ao antigo Território Federal, pode ser claramente constatada no mapa I em anexo, em que se evidencia ter a ocupação do Acre, antes mesmo de sua incorporação ao Brasil, se processado ao longo dos rios tributários do Amazonas que continuam exercendo papel vital no aproveitamento dos recursos naturais que sustentam a vida econômica do Estado. Em que pese ser o regime natural das águas da região condicionante essencial de sua navegabilidade, é fora de dúvida que a acessibilidade às cidades que se distribuem à margem dos rios que cortam o Estado em sentido longitudinal tem que ser necessariamente complementada pela malha rodoviária ainda incipiente, que também exerce papel essencial no aproveitamento de nossos recursos econômicos. O mapa II, também em anexo, mostra a distribuição humana e a potencialidade do uso intensivo das vias fluviais que permitem diferentes opções de navegabilidade durante todo o ano por embarcações de tonelage em pelo menos três diferentes capacidades: **a)** até 1,5 tonelada de deslocamento; **b)** de 1,5 a 5 toneladas e **c)** acima de 5 toneladas, até 10 toneladas.

Não é difícil concluir que, à semelhança do que ocorre com os demais Estados amazônicos, também no Acre a rede produtiva e a vida sociocultural, do transporte fluvial, em razão do que as populações ribeirinhas dominam e exercitam um histórico e tradicional conhecimento da construção artesanal de embarcações de transporte e de pesca essenciais à sua sobrevivência. Esse conhecimento, que pode e deve ser aproveitado e desenvolvido em benefício da ocupação racional do nosso território, requer o emprego de técnicas racionais de construção de embarcações fluviais de caráter artesanal e semi-industrial essencial ao abastecimento regional e local, aproveitando-se a capilaridade de nossa rede fluvial. Esse objetivo poderá ser racionalmente atingido, com a construção da obra proposta de criação de uma Escola Técnica Federal de Construção Naval que deve ser complementada com um estaleiro-escola que a integre. A iniciativa é tão mais necessária e urgente, quando se consulta os dados disponíveis no sítio do Ministério da Educação, disponível na Internet, relativo à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica que informa haver no País nada menos de 139 instituições federais. São nada menos de 71 Centros Federais, 37 Escolas Agrotécnicas Federais, 30 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e 1 Escola Técnica Federal.

No sumário do programa “Criação de Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, se lê textualmente”: “Decorridos 95 anos da criação das primeiras instituições federais de educação profissional, não existe até hoje, nenhuma instituição federal de educação tecnológica nos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal”. Essa realidade pode ser visualizada no anexo mapa III. Segundo se esclarece nessa mesma fonte, em cada um dos Estados do Acre e do Amapá, na região Norte, está prevista a criação de uma Escola Técnica Federal, assinalando-se, em relação à primeira, o seguinte: “Tomando-se por referência os estudos promovidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, verificamos que os indicadores educacionais do Estado do Acre são alarmantes: a taxa de analfabetismo gravita em torno dos 35%; entre as pessoas com mais de 25 anos, 48% não completou a quarta série do Ensino Fundamental e 70% possui menos de 8 anos de estudo; apenas 1% da população tem acesso a cursos de formação profissional de nível básico ou técnico, sendo que o Estado possui apenas 2 escolas de ensino profissionalizante, ambas na área de saúde”.

A propósito, convém deixar consignado que o Senado já aprovou proposição autorizando o Executivo a criar essa Escola Agrotécnica Federal de Rio Branco, que atualmente tramita na Câmara como Projeto de

Lei do Senado nº 156, de 2005. A presente proposta, contudo, vem apenas complementar a anterior, que já consta dos planos do Ministério da Educação, pois tem o objetivo específico de preservar e desenvolver o conhecimento local em matéria de construção naval artesanal como instrumento para propiciar meios adequados para qualificar, técnica e cientificamente, a produção familiar tradicional. Trata-se de matéria de enorme relevância econômica e social, e de inquestionável importância para o desenvolvimento das potencialidades locais, de forma não predatória, com aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na região que, seguramente beneficiarão não apenas o Acre, mas toda a área de influência da bacia do rio Juruá.

A síntese dos indicadores socioeconômicos do Estado que faço anexar, juntamente com os dados relativos à estrutura industrial acreana, do setor de serviços e um breve panorama da agropecuária, além das conclusões que podem ser encontradas no sítio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Acre do MEC servem para fundamentar a imprescindibilidade da Escola Técnica de Construção Naval e do Estaleiro-escola previsto neste projeto.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB-AC.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 928, DE 2006

Considerando que se encontra sob apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 204, de 2006, que encaminha pedido de autorização para a elevação temporária de limite de endividamento da Petrobras Transportes S.A. (TRANSPETRO), no valor de R\$5,6 bilhões, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1 – qual o estoque atual da dívida da Petrobras Transportes S.A. (TRANSPETRO), a natureza do credor, detalhando-a entre público e privado, seu prazo médio de amortização, sua percentagem vincenda nos próximos quatro anos, seu perfil e sua composição?

2 – quanto representa o financiamento ora pretendido pela Transpetro, Mensagem nº 204, de 2006, relativamente aos elementos principais de sua estrutura de

capital – Ativo Permanente e Patrimônio Líquido? Qual o nível atual de alavancagem de recursos financeiros de terceiros, em face de sua estrutura de capital? Qual o impacto sobre esses indicadores em decorrência da presente operação de crédito pleiteada?

3 – que projeções estatísticas, sobretudo as relativas ao impacto nos fluxos de caixa da Empresa decorrentes dos investimentos planejados, fundamentam e asseguram a capacidade financeira da Transpetro, face aos compromissos financeiros advindos com a contratação desses financiamentos junto ao Fundo de Marinha Mercante?

4 – quais as características financeiras a serem praticadas nesses financiamentos a serem obtidos com recursos do Fundo de Marinha Mercante – encargos financeiros, cronogramas de desembolso e de amortização, prazo de carência, juros incidentes, garantias prestadas etc.? Que proporção desses recursos deverá ser contratada com risco integral do BNDES, agente financeiro do Fundo? Que outras instituições financeiras deverão funcionar como agentes desses financiamentos e que participação assumirão nos riscos envolvidos? Quais os índices de **del credere** que serão praticados nesses financiamentos? Que participação terão os diversos agentes financeiros na alocação desses recursos do FMM?

5 – sob que condições, em que montantes e com que garantias seriam os recursos provenientes desses financiamentos repassados aos estaleiros vencedores das licitações referentes à 1ª fase do Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios da Transpetro (PROMEF)?

6 – quais os limites de endividamento atuais da Transpetro, de que tratam os incisos I e II do art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal? Qual será o percentual de ampliação nesses limites decorrente da presente solicitação para elevação dessas margens de endividamento?

7 – quais as restrições econômicas ou legais, inclusive de natureza orçamentária, de conhecimento desse Ministério ou de seus órgãos, que impossibilitariam a contratação dessas operações de crédito, nos termos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal? Quais restrições ou limitações seriam essas?

8 – como serão alocados os recursos oriundos da primeira fase do Promef, que prevê a construção de 26 novos navios, e quais serão as localidades beneficiadas e os impactos econômicos e sociais previstos?

Justificação

Encontra-se sob apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 204, de 2006, que encaminha pedido de autorização para a elevação temporária de limite de

endividamento da Petrobras Transportes S.A. (TRANSPETRO), no valor de R\$ 5.587.828.973,00.

Essa ampliação de limite se faz necessária para que a empresa contrate financiamentos com recursos do Fundo da Marinha Mercante, através de seus agentes financeiros, destinados ao Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios da Transpetro (PROMEFL).

O presente Requerimento tem por objetivo a obtenção de dados e informações adicionais aos constantes do processo acima referido, de modo que possa o Senado Federal deliberar com maior conhecimento sobre a matéria.

Sabe-se que, nos termos estipulados no art. 32, **caput**, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica estipulado que *o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente* (grifo nosso).

Para atender a mencionada determinação legal, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a Nota GERFI/COREF/STN nº 1.580, de 1º de agosto de 2006. Contudo, as informações contidas nesse documento e em outros que instruem a Mensagem nº 204/06 não permitem um completo entendimento desta Casa sobre as operações de crédito a serem contratadas pela Transpetro, seus limites atuais de endividamento, os impactos financeiros decorrentes da ampliação de limites pretendida e sobre a real capacidade financeira da empresa arcar com os compromissos advindos dos financiamentos a serem contratados. É o que se busca com o Requerimento que ora apresentamos.

Sala das Sessões, – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 929, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao atleta Roger Gracie pela conquista do título de Vice-campeão Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta Roger Gracie, pela conquista do título de Vice-campeão Absoluto

no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu e ao homenageado, Roger Gracie.

Justificação

Roger Gracie, um dos grandes expoentes do Jiu-Jitsu mundial, conquistou o título de Vice-campeão Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro. Ele disputou arduamente a final com o amazonense Xande Ribeiro, classificado em primeiro lugar, como novo Campeão Mundial Absoluto. É, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro, em homenagem ao excepcional atleta.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2006

Requer Voto de Aplauso aos atletas do Amazonas, pela brilhante participação no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos atletas amazonenses, pela conquista de medalhas no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da Federação Amazonense de Jiu-Jitsu e, por seu intermédio, aos atletas que conquistaram as medalhas, a saber:

Nome, faixa e academias que representam:

MASCULINO

Campeão Mundial 2006:

1. Bibiano Fernandes (Preta) – Pina
2. Antonio Braga Neto (Marrom)
3. Antonio Braga Neto (Marrom/absoluto)
4. Thiago Pinheiro (Roxa) – Orley
5. Raifan Barbosa (juvenil) – Monteiro
6. Ary Farias (juvenil) – Asle
7. Diego Borges (juvenil) – Gato

Vice-campeão:

1. Ivaniel Oliveira (Preta) – Carioca
2. Adriano Mineiro (Roxa) – L. Neto
3. Rickson Monte (Roxa) – Pina
4. Daniel Trindade (Roxa) – Elvys

5. Rhadames Geber (Roxa) – Carioca
6. Marciel Trindade (juvenil) – Elvys
7. Renato Souza (adulto/azul) – Asle

Terceiro colocado:

1. Adriano Martins (Preta) – L. Neto
2. Alex Taveira (Marrom) – Carioca
3. Antonio Carlos (Marrom) – Asle
4. Kledison Carvalho (Roxa) – L. Neto
5. Kleiton Carvalho (Roxa) – L. Neto
6. Alan Diones (Roxa) – O. Salum
7. Imerson Oliveira (adulto/azul) – Carioca
8. Ayes Neto (adulto/azul) – Carioca
9. Renato Souza (absoluto) – Asle
10. Fabricio Nascimento (absoluto) – O. Salum
11. Alcemir D’Arc (juvenil) – L. Neto

FEMININO

Vice-campeã:

1. Juliana Gonçalves (faixa preta) – Elvys
2. Jackeline Gonçalves (faixa Roxa) – Elvys.

Justificação

Os praticantes amazonenses de Jiu-Jitsu brilharam no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Tijuca Tênis Clube, Rio de Janeiro. O Jiu-Jitsu ou “Arte Suave”, segundo alguns historiadores, nasceu na Índia e era praticado por monges budistas. Preocupados com a auto defesa, os monges desenvolveram uma técnica baseada nos princípios do equilíbrio, do sistema de articulação do corpo e das alavancas, evitando o uso da força e de armas. Na atualidade, o Amazonas e, no Brasil, uma das maiores expressões em Jiu-Jitsu. E, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2006

Requer Voto de Aplauso, ao atleta amazonense Xande Ribeiro, pela conquista do Título Absoluto do 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta amazonense Xande Ribeiro, pela conquista do Título Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da Federação Amazonense de Jiu-Jitsu e ao novo Campeão Mundial Absoluto Xande Ribeiro.

Justificação

O Amazonas uma vez mais brilhou no Jiu-Jitsu internacional. Xande Ribeiro firmou-se definitivamente nessa modalidade esportiva, ao conquistar o Título Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Tijuca Tênis Clube, Rio de Janeiro. O Jiu-Jitsu ou “Arte Suave”, segundo alguns historiadores, nasceu na Índia e era praticado por monges budistas. Preocupados com a autodefesa, os monges desenvolveram uma técnica baseada nos princípios do equilíbrio, do sistema de articulação do corpo e das alavancas, evitando o uso da força e de armas. Na atualidade, o Amazonas é, no Brasil, uma das maiores expressões em Jiu-Jitsu. É, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro, em homenagem ao grande atleta amazonense.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Srª Maria Edice Caitete, que completou 75 anos de idade.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado Federal, Voto de Aplauso à Srª Maria Edice Caitete, em comemoração ao seu aniversário de 75 anos.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à homenageada.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelos 75 anos honrados e dedicados a Manaus e ao Estado do Amazonas pela Srª Maria Edice Caitete.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para Dom José Afonso Ribeiro que, aos 78 anos, deixa a Diocese de Borba-AM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado Federal, Voto de Aplauso para Dom José Afonso Ribeiro que, aos 78 anos, deixa a Diocese de Borba-AM.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à Diocese de Borba-AM.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelo admirável trabalho de evangelização e de pastoral realizados, ao longo de 18 anos, para o povo do rio Madeira e seus afluentes.

Com certeza a Diocese do Município de Borba reconhece e agradece os anos de doação e dedicação de Dom José Afonso Ribeiro à população da região.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 934, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para o jovem atleta amazonense Emanuel Castro, que sagrou-se campeão da Copa Samel de Judô.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado Federal, Voto de Aplauso para o jovem atleta Emanuel Castro, que sagrou-se campeão da Copa Samel de Judô.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado e à Federação de Judô do Amazonas.

Justificação

Um dos jovens destaques do Jiu-Jítsu em Manaus, o atleta Emanuel Castro, de apenas oito anos de idade, participou pela primeira vez de um campeonato de judô, conquistando o título, após vencer três lutas, da Copa Samel de Judô, categoria até 32 kg, realizada no Sesi.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 935, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Padre Elói Roggia, nomeado Bispo da Prelazia de Borba-AM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Padre Elói Roggia, nomeado Bispo da Prelazia de Borba-AM.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à Diocese de Borba-AM.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o Padre Elói Roggia pela sua forma-

ção profundamente cristã e pelo seu profícuo trabalho pastoral, iniciado em 1972 no Seminário Menor São José, em Faxinal do Soturno-RS, sua terra natal.

Com certeza a Diocese do Município de Borba irá acolher com bastante alegria Padre Elói Roggia.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 936, DE 2006

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, moção de congratulações ao empresário Fernando de Oliveira Carvalho pelos cinquenta anos de atividade do Grupo Publivendas de Publicidade.

Justificação

O Senado Federal se congratula com o empresário Fernando Carvalho pelos cinquenta anos de atividade do Grupo Publivendas de Publicidade.

Fernando e seu filho Cláudio Carvalho são demonstrações inequívocas de como é possível agir no setor de publicidade com eficiência, competência e, sobretudo, decência.

A Associação Comercial da Bahia, muito justamente, comemorou o acontecimento em uma reunião solene, ontem pela manhã, com a presença de inúmeros empresários e membros da sociedade baiana.

A história de sucesso do publicitário Fernando Carvalho é motivo de orgulho para a Bahia e, por essa razão, peço a esta Casa que aprove este Requerimento de Congratulações e dele dê conhecimento ao empresário e à sua empresa aniversariante.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2006. – **Antônio Carlos Magalhães**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas.

Senador Arthur Virgílio, a Senadora Iris de Araújo, com muita razão, diz que gostaria, se possível, de falar.

Consulto a Senadora se o Senador Arthur Virgílio pode falar primeiro ou se V. Ex^a quer fazê-lo agora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pode falar o Senador Arthur.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Depois, concederei a palavra à Senadora Iris de Araújo.

E peço desculpas, Senadora, porque V. Ex^a estava inscrita para falar em primeiro lugar.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seria um prazer reconhecer a vez da Senadora Íris de Araújo, que é colega das mais corretas e mais estimada por todos nós.

Antes de entrar na parte específica deste pronunciamento, encaminho à Mesa, Sr. Presidente, os seguintes pronunciamentos:

– Apelo ao Major Brigadeiro do Ar José Eduardo Xavier, Comandante do Sétimo Comando Aéreo Regional da Força Aérea, para que apóie, com o deslocamento, os jogos esportivos dos Centros Federais de Educação e Escolas Agrotécnicas da Região Norte do Brasil.

– Registro da mensagem de um conterrâneo, Sr. Francisco Cruz, que me diz que, mais do que se fortalecer a Universidade Estadual do Amazonas, com vistas a criar massa crítica de conhecimento e de apoio ao Pólo Industrial de Manaus, deve-se partir para o reconhecimento de que a educação no meu Estado está defasada em quarenta anos e, depois, fazer o que os Estados Unidos fazem: importar cérebros. Os norte-americanos importam 250 mil cérebros por ano. Francisco Cruz sugere que pensemos nos cérebros indianos. É uma idéia que adoto como minha, por ser de enorme mérito.

– Registro do livro sobre reforma política no Brasil de iniciativa do PNUD e da Universidade Federal de Minas Gerais, que me foi encaminhado pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

– Como flamenguista – nunca neguei isso –, registro do coquetel no salão nobre do Clube de Regatas do Flamengo, hoje, que lança a campanha “Flamengo Pan 2007”.

Sr. Presidente, de maneira bem rápida, encaminho ainda o pronunciamento que passo a resumir.

Senador Alvaro Dias, o Presidente Lula foi de extrema grosseria comigo neste fim de semana, dizendo que eu teria, no momento, 3% dos votos e que ele teria 72% dos votos no meu Estado.

A coisa mais rara, na minha vida, tem sido eu ser derrotado em eleição contra quem quer que seja. No entanto, eu já vi o Presidente Lula perder várias disputas para muita gente, para Governador do seu Estado, para Presidente da República por diversas vezes. Porém, eu não estou falando, Presidente Lula, em índices. Vossa Excelência pode ter 200% e eu, menos 10%. O que estou falando é que o meu percentual vai ser atingido sem mensaleiro; o meu percentual vai ser atingido sem corrupto ao meu lado; o meu percentual vai ser atingido sem toda essa gangue que se instalou no Palácio do Planalto. Essa é uma diferença essencial que marca a sua vida, Presidente Lula, e que marca a minha vida.

Portanto, não vou aqui repetir que considero que o senhor não tem compostura; não vou aqui repetir que o senhor é uma figura menor; não vou repetir que o senhor é uma figura diminuta. Vou repetir que o senhor estava muito quietinho quando aqui deliberamos não fazer o *impeachment*, do qual fui um dos artífices no seio das Oposições, sugerindo que não partíssemos para tal via extremada.

Pouco tempo depois, recebi, por um amigo em comum, um convite do Presidente Lula para me encontrar com ele de noite. Segundo ele, ninguém saberia e o encontro não vazaria. Eu disse: “Não. Eu aceito conversar com o Presidente a qualquer momento, de dia, e comunicando ao Comitê de Imprensa do Senado que estou indo lá conversar com ele e iria a qualquer momento, mas não de noite”. De noite, não, Presidente, pelo amor de Deus! Fique o senhor no seu canto, e eu, no meu canto, e não vamos com essa história de que um tem de confiar no outro porque nem o senhor deve confiar em mim, nem eu devo confiar no senhor. Muito menos eu devo confiar no senhor. Não devo!

Portanto, Presidente, aprenda a ter mais humildade, aprenda a respeitar seus adversários. O senhor sempre foi um emérito perdedor de eleições. Se eu tiver de perder a eleição que dispuo, estarei cumprindo com meu dever de homem público no Senado. Se tiver de ganhar, vou governar diferentemente do senhor. Não haverá mensaleiro no meu Governo, não haverá ninguém algemável no meu Governo, não haverá corrupção do meu Governo.

Ouçõ o aparte do Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, é lamentável que o Presidente da República esqueça sempre que é Presidente da República. A postura de um Presidente deve ser diferente da postura de um candidato. Ele precisa saber conciliar as duas situações, de candidato e de Presidente. Se relativamente a V. Ex^a, ele não teve a elegância necessária, que V. Ex^a merece, da mesma forma, em São Paulo,

com José Serra e com Geraldo Alckmin, o Presidente da República tem sido grosseiro como candidato, como o é também como Presidente da República. E ele diz que gostaria de ver no Brasil uma Operação Mãos Limpas, como a da Itália. Cabe um repto ao Presidente nesta hora, Senador Arthur Virgílio: vamos, então, para uma Operação Mãos Limpas no Brasil, para ver o que sobra do seu Governo. Muitos já foram jogados para fora, foram cuspidos pela opinião pública, já não pertencem mais ao Governo. Mas o que se deseja realmente no Brasil é que se separe o joio do trigo, e, nesta campanha eleitoral, gostaríamos que isso ocorresse. Mas, se o Presidente quer a Operação Mãos Limpas, vamos a ela, Senador Arthur Virgílio. Por que o Presidente da República não toma as providências necessárias para que isso ocorra no Brasil?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a talvez não tenha nem entendido bem o Presidente; talvez ele tenha dito que quer uma Operação Mãos Limpas na Itália de novo. Duvido que ele queira, de fato, uma Operação Mãos Limpas no Brasil. Duvido, duvido. Ele pode ser trêfego, mas não é louco. Duvido!

Sr. Senador Alvaro Dias, o Presidente não tem sido a não ser uma triste figura. Eu estava vendo isso agora em Osasco. Na mesma cena em que ele me agride, em que ele vem com essa bobagem de me agredir, ele faz uma outra coisa, que é do malicioso: ele fingiu que não conhecia o Deputado João Paulo Cunha, porque ele quer se distanciar dos mensaleiros dele, como se ele não tivesse a culpa maior por tudo o que aconteceu em mensalismo, em corrupção neste País. Ele, imaginando que o Brasil é um País de tolos – ele diz de todos na propaganda mas seria de tolos, com “i” e não com “d” –, não imagina que alguém aqui estaria a se preocupar com os detalhes da moralidade pública mínima.

Aliás, o Presidente fala muito em eleição, mas o Serra dá uma surra nos candidatos dele; Aécio dá uma outra surra no Nilmário Miranda, que tem ínfimos 6% ou 5% dos votos. Então, ele não valoriza o Nilmário, ele acha que o Nilmário não tem valor nenhum, a não ser o de fazer palanque para ele, enfim.

Sr. Presidente, vou encontrar-me agora com o Ministro Hélio Costa, porque se criou uma celeuma muito grande em relação à TV digital. Isso é uma coisa simples: a Lei de Informática, aprovada por nós, Senador Alvaro Dias, aqui, no Senado, estabelece que incentivos para a produção de televisores no Brasil e suas evoluções tecnológicas – ou seja, televisores de quaisquer evoluções tecnológicas por que passem os televisores – são exclusivos daqueles que regem a chamada Zona Franca de Manaus.

Então, amanhã, não dá para a televisão do futuro ficar nas mãos de outros Estados, e o pólo analógico, ultrapassado, antigo, nas mãos do Amazonas. Isso seria inconcebível, seria condenar à morte o modelo vitorioso do parque industrial de Manaus.

Antes disso – e estou intranquilo em relação às declarações dadas pelo Ministro Mantega e pelo Ministro Hélio Costa –, criou-se uma outra celeuma: o *set top box*, que nada mais é do que o conversor de televisores analógicos em digitais e que envolve o mercado de dezenas de milhões de dólares em dez anos, não é considerado um bem de informática; ele é considerado um acessório do televisor. E o Ministro anunciou que isso poderia ser considerado um bem de informática; portanto, passível de receber incentivos facultados pela Lei de Informática, ou seja, isso tiraria completamente a competitividade do pólo de Manaus. A Ministra Dilma diz que, talvez, o Governo aceite que o *set top box* fique no Amazonas, mas a intenção do Governo, com clareza, é fazer com que a televisão digital seja fabricada em qualquer lugar com o incentivo da Lei de Informática, o que significa dizer textualmente, claramente, até pelas nossas dificuldades locais – as do Amazonas – que, a ser assim, então, vai-se produzir em qualquer lugar, menos no Amazonas. Não teremos como competir.

A filosofia da Zona Franca de Manaus é dar condições excepcionais de desenvolvimento a um Estado estratégico, a um Estado que tem muito a ver com segurança nacional, que tem muito a ver com o resultado ecológico brilhante que lá se alcançou, com menos de 2% da sua cobertura florestal devastados. Esse resultado estará esboroadado, cairá por terra.

Tenho aqui o jornal **O Globo**, onde se lê: “TV digital, um pacote para agradar a todos. O Governo dará incentivos para a indústria, mas a Zona Franca ficará com o conversor”. Isso significa dizer – vamos ser bem claros para que os amazonenses entendam: a televisão digital, Sr. Presidente, fica com o resto do País; e o conversor, que é algo para ser utilizado por apenas dez anos, no máximo, fica com o Amazonas.

Diz a Ministra Dilma, na **Gazeta Mercantil**, que, talvez – não é consenso ainda –, conceda o Governo que os conversores fiquem em Manaus. Ela nem discute a hipótese de admitir que não compramos a lei que rege a Zona Franca, mas a Lei de Informática, que diz que televisores são de exclusivo direito, quanto aos incentivos fiscais, do meu Estado.

Parece que o Governo pensa que não temos o direito de manter o privilégio de produzir televisores no Brasil, a não ser os televisores analógicos.

Quanto à tolice de dizerem que pode ser considerado bem de informática o conversor, o *set top box*,

vou falar, Senadora Íris, de maneira bem simples: alguém chega até V. Ex^a, tira sua caneta, tira sua bolsa e depois diz assim: “Reconheço que a caneta é sua”. A caneta é sua, a bolsa é sua, e o cidadão acha que pode levar a bolsa e deixar V. Ex^a satisfeita, devolvendo-lhe a caneta!

Para sermos bem claros: não temos como admitir que se coloque esse bode na sala e que percamos a possibilidade e o direito que temos, na divisão social do trabalho, que há muitos anos está criada no País, de continuar fabricando – e agora exportando – os televisores. Portanto, não podemos abrir mão disso. Televisor digital ou não é com o Amazonas. Essa é a minha opinião, essa é a opinião do meu Estado.

Por outro lado, os *set top box*, os conversores de televisores analógicos em digitais, é claro que não são bens de informática. Eles não têm nada a ver com computadores, eles têm a ver com televisores. Ou seja, não tem sentido fabricá-los fora do Amazonas, até porque isso aumenta o custo do televisor fabricado no meu Estado. O justo é fabricar lá mesmo, até por razões de economia de custo, até para facilitarmos as exportações dos televisores que, porventura, venham a ser convertidos.

Portanto, esse bode russo não vai nos convencer. O Estado está-se mobilizando. Já anunciei de maneira muito nítida, muito clara – esta é uma posição que vou adotar: do jeito que está, não tenho como colaborar com nenhuma votação nesta Casa. Não há hipótese.

Já disse isso ao Ministro e vou repetir: tenho por ele profundo carinho pessoal, mas, nesta hora, registro o meu compromisso com o meu Estado. Não há como se pensar em votar nada aqui – a depender de mim e, certamente, a depender do Senador Jefferson Péres e do Senador Gilberto Mestrinho –, não há como se pensar em votar nada em setembro se esse quadro persistir obscuro.

Se alguém quiser, para bajular o Presidente, comprar gato por lebre e agradecer se resolverem manter o *set top box*, entendendo que não há outra possibilidade, pode fazê-lo. Mas não há como retirar o *set top box* de Manaus, porque ele não tem nada a ver com computador; ele tem a ver mesmo com televisor. É um aparelhinho que se acopla ao televisor para fazê-lo virar digital. Como se vai dizer que, de repente, isso virou computador ou virou parte integrante de computador? É o bode russo.

O que queremos mesmo – não considero conquista nenhuma mantermos o *set top box* –, para valer, Sr. Presidente, é que o Governo reconheça que os incentivos para a produção de TV analógica ou TV digital, ou TV aeroespacial, ou TV subaquática, ou TV de qualquer sorte têm de ser os mesmos que regem

o Pólo Industrial de Manaus, ou seja, os que regem a Zona Franca de Manaus. Fora isso, estão propondo uma guerra ao meu Estado, guerra essa que não aceitarei de bom grado, mas no cumprimento do dever. O meu dever mesmo é representar o meu Estado, defendê-lo, e vejo que a sua economia está em perigo.

Encerro dizendo, Sr. Presidente, que a situação é tão grave que, se por um lado o Pólo Industrial de Manaus é pujante – vai faturar, neste ano, algo em torno de U\$22 bilhões –, do outro lado, o pólo eletro-eletrônico, que tem como carro-chefe, basicamente, hoje, o televisor, representa 63% do faturamento total. Ou seja, 63% de U\$22 bilhões, “b” de bola, bilhões de dólares, e representa metade dos cerca de 100 mil empregos diretos gerados pelo pólo de Manaus. Ou seja, estão propondo que se liquide o principal pólo desse parque industrial pujante, que é o de Manaus, com todas as conseqüências sob o ponto de vista de segurança nacional e ecologia. Seria um desastre tão grande quanto foi aquele gerado pela própria insensibilidade das elites locais e que se seguiu ao fim do ciclo áureo da borracha, que foi um período de imprevidência e desperdício. Coronéis da borracha, junto com as belas francesas que importavam para suas farras no Teatro Amazonas – eles que submetiam os seus trabalhadores a verdadeira escravidão –, acendiam charutos com notas de 500 mil réis. Seria fazer Manaus voltar a ser um porto de lenha, depois de tudo que já avançou no terreno industrial, inclusive da produção de tecnologia.

Proponho, de fato, darmos um grande salto tecnológico lá, para enfrentarmos a concorrência predatória da China e para nos alçarmos à capacidade de efetivo investimento em capital intelectual, imitando os Estados Unidos, que importam 250 mil cérebros por ano. Devemos começar a pensar em importar para o Brasil – e eu, particularmente, penso em fazê-lo para o Amazonas – cérebros indianos, por exemplo, para darmos o grande salto tecnológico e fazermos a consolidação desse pólo industrial pela via do custo baixo, da qualidade melhor e da agregação tecnológica e econômica maior.

Mas como fazer isso se o Governo está aí a nos ameaçar com “nos dá o que é nosso” – e não poderia deixar de ser nosso o *set top box*, o conversor – e, ao mesmo tempo, nos ameaçando claramente de tirar de Manaus a prerrogativa de fabricar, com privilégio do pólo tecnológico, deixando a televisão do passado para nós – a analógica – e, para o centro-sul do País, a televisão digital, porque é lá que se vai instalar a indústria se isso acontecer.

Não posso me conformar com isso e quero repetir o que já disse desta tribuna: é inútil o Presidente Re-

nan Calheiros convocar votação para qualquer coisa nesse período de setembro, porque, com esse quadro, estarei aqui, vigilante, durante os três dias da convocação, para não deixar que se vote nem manifestação de pesar. Nem manifestação de pesar, nada. Vou cumprir o meu dever à risca. É regimental e democrático se fazer obstrução quando não se está satisfeito com os andamentos do trabalho. Então, de maneira democrática e regimental, estarei aqui para impedir qualquer votação enquanto perdurar esse quadro de ameaça à economia do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada dia, é possível constatar mais e mais que o candidato-presidente à reeleição parece mesmo pouco afeito a participar em nível elevado da campanha eleitoral. Mas ele insiste. Imagina que palanque aceita tudo. Só que o linguajar de Sua Excelência – digo isso com desprazer, encosta em ordinária vulgaridade, inadmissível para um Presidente da República.

O que Lula diz e repete, como aconteceu no último final de semana, é próprio de quem tem comportamento reles. Não serve de modelo para os futuros Presidentes. As palavras que Lula pronuncia em seus comícios tocam as raias da grosseria e da má-educação.

A Nação acompanha com tristeza essas aparições em que o Presidente não diz nada sério. Apenas, como registra o editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, desfia um rosário de baixarias.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Anexos.”

Primeiro, Lula invocou o dever de preservar a integridade da função presidencial para não se expor ao confronto direto com os adversários nas sabatinas previstas pelas principais redes de televisão. Depois, mandou às favas as aparências, ao dizer que só irá a debates “quando (lhe) interessar” – completando, no melhor estilo autocrático, “não posso ir só porque outros acham que devo”, como se o eleitor não tivesse a mais remota importância. Por fim, o mesmo presidente da

República aparentemente preocupado em zelar pela dignidade do cargo permitiu-se, domingo, praticar uma grosseria sem precedentes nesta campanha.

Mais aspas para o **Estadão**:

Claro que há amplo espaço para explorar a vulnerabilidade de Lula em matéria de ética, sem descambar para o insulto – e sem mentir.

Completa o editorial:

Foi o que fez Alckmin anteontem em São Paulo, ao avivar a memória do eleitorado para as indigestas companhias do presidente. “O candidato deu as costas para o povo brasileiro, para a Justiça e os bons costumes”, criticou o tucano. “Trabalhou do lado do Waldomiro, do mensalão, dos sanguessugas, do valerioduto.” Ele há de saber que nada desgosta mais o público do que o bate-boca entre os políticos.

Foi o que fez também o candidato tucano ao Governo de S. Paulo, José Serra:

Não respondo a grosserias (de Lula e outros petistas)

Não é, nem de longe, – repito – o que o Brasil quer de um Presidente. O Presidente tem que ser superior, para se mostrar à altura do mandato outorgado pelo povo. Não é o que se vê nesse momento.

Digo, pois: há, sim, falta de nível. A Nação ouviu entristecida os destemperos de quem deveria ao menos se controlar. Se lhe falta preparo intelectual, é certo, porém, que ele tem experiência de uma longa participação política.

Lula usa, então, essa sua experiência apenas para encobrir o cenário que o cerca. Hoje até evita aparecer no palanque com seus amigos mensaleiros.

Foi assim em Osasco, base política de alguns decaídos petistas, a começar pelo ex-Presidente da Câmara. João Paulo Cunha. Dele Lula fugiu que nem o Diabo foge da cruz.

A platéia que ouvia o candidato-presidente reclamou. Primeiro, o grito de aflição de um mulher, no meio da multidão: Chama o João Paulo, Lula!

O coro veio logo. Muitos dos que ali estavam igualmente protestaram e gritaram: João Paulo, João Paulo!

Em vez de chamar o antigo companheiro petista, Lula jogou a culpa na mulher:

Leio o que está nos jornais:

Olha, gente, deixa eu terminar aqui porque a Dona Marisa é brava e, se eu não chego em tempo para almoçar, vocês sabem que o pau quebra!

O pau quebra! Vejam só!

Não é de bom tom prometer não baixar o nível da campanha e, em posição reversa, ficar a repetir palavras sem nexos, palavras com pouco ou nenhuma im-

portância, para não dizer palavras chulas. O oposto do que o Brasil esperava ouvir do candidato-presidente.

O Presidente encena que está descontente com a postura da oposição. Critica-a e diz:

Podem baixar o nível da campanha o quanto quiserem. Eu não moverei uma palha.

E mais, instiga o povo a se voltar contra a oposição, o que, aliás, é próprio das mentes que não aceitam a democracia. Abro aspas novamente para Lula, ao instigar o povo, supondo que tem poderes de atraí-lo para o jogo sujo, que, assim, vai se tornando a característica do PT:

(...) eu não moverei uma palha (...) porque vocês moverão o paiol contra eles..(...)

Eles, quem, Presidente? A oposição que denunciou a corrupção criada em seu Governo, no Palácio do Planalto? A oposição que criou as CPIS que comprovaram a corrupção desenfreada no seu Governo? A oposição, que descobriu o valerioduto, o delubioduto, o silvioduto, o waldomiroduto?

A oposição, Presidente, continuará denunciando excessos e essa corrupção que insiste em ser prioridade no seu Governo.

Não é por acaso que o Presidente usa sua afeição a práticas comum aos vivaldinos. Agora, torna-se ainda mais esperto e mete a mão no dinheiro do povo para fazer sua campanha pela reeleição.

Não sou a dizer. Está na **Folha de S.Paulo** de ontem, segunda-feira:

Estratégia do Planalto ajuda PT a reduzir gastos com viagens de Lula

Abro aspas para o grande jornal paulista, que relata o “aproveita-tudo” do candidato-presidente:

Para diminuir os gastos do PT com a campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Palácio do Planalto passou a agendar eventos oficiais nas mesmas cidades em que o petista tem compromissos como candidato. O uso da estratégia faz com que despesas com o combustível da aeronave presidencial sejam pagas pela União, e não pelo partido.

Um exemplo disso acontece hoje. À noite, na condição de candidato à reeleição, Lula participa de jantar na casa do ministro Gilberto Gil (Cultura), no Rio de Janeiro. Antes disso, também no Rio, marcará presença, como presidente, em um congresso mundial de saúde.

Dessa forma, todos os custos do traslado de ida e volta do petista entre Brasília e o Rio de Janeiro serão pagos pelo Planalto. A legislação eleitoral autoriza o uso de aeronave oficial, mas diz que gastos de viagem (combustível, transporte terrestre e hospedagem) serão pagos pelo comitê do candidato.

Nos últimos dias, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, tem reclamado do alto custo dessas viagens. Em prestação de contas entregue no início do mês ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o comitê de Lula afirmou ter gasto R\$ 206,3 mil com transporte ou deslocamentos – sendo R\$156 mil no ressarcimento à Presidência.

A estratégia do Planalto tem sido aguardar a definição da agenda petista para, em seguida, encaixar algum evento oficial no próprio município.

Na semana passada, por exemplo, a Presidência modificou a rota de Lula ao Sul do país para adequar a agenda oficial a um comício em Criciúma (SC).

O PT também consegue poupar quando a agenda oficial é em cidade próxima à de campanha. Em 11 de agosto, como presidente, Lula teve evento em São Paulo, de onde seguiu ao Rio de Janeiro para comícios. Neste caso, a União bancou o trajeto Brasília-São Paulo, enquanto o PT arcou com São Paulo-Rio de Janeiro-Brasília.

Bem traduzido e em palavras bem claras essa chamada estratégia do Planalto significa o seguinte:

O Presidente Lula usa a máquina pública, portanto o dinheiro do povo para fazer sua tentativa de reeleição.

Nem com extrema boa vontade é possível qualquer outra conclusão. E que o povo saiba – é a imprensa a denunciar: o dinheiro público, o dinheiro dos impostos pagos pela população, está sendo usado para fins partidários pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tinha uma leve esperança, e o povo brasileiro também, de ver uma campanha eleitoral civilizada. Já não tenho.

E o povo também não! Lula dela participa!

Além de se locomover às custas do dinheiro público, usando sem pagar o avião presidencial, Lula vale-se de suas ditas atividades como chefe do Governo, usa essas ocasiões para politiquice e – aí sim, há preconceitos – volta toda sua ira e seu desvario contra o que ele, sem saber de nada – diz ser a elite brasileira.

Primeiro, ele foi contra a classe média. Praticamente liquidou-a. Agora, volta-se enfurecido contra as oposições e as liberdades. Promove verdadeiro festival de baixarias e insiste em jogar o povo contra algumas categorias da sociedade, como, por exemplo, os empresários, que trabalham de sol a sol.

Ontem à noite, na reunião político-partidária (paga pelo povo) na residência do Ministro da Cultura, no Rio, disse o candidato-Presidente:

Fui atacado por uma elite que queria me sangrar.

Quem foi, Presidente? Sangrá-lo como?

A essas alturas, ensaiou o choro acebolado e disse, conforme registra o jornal **Folha de S.Paulo**:

Quem fará minha vingança será o povo.

Mais baixarias:

O que aconteceu com Getúlio Vargas? Foi levado à morte. O que aconteceu com João Goulart? E com JK?

Antes, no comício do final de semana, em Osasco, mereci, sem entender, uma agressão estúpida, grosseira e, além de tudo descabida.

O Presidente confundiu tudo e não sei porque tentou estabelecer um paralelo entre o percentual que ele supostamente deteria nas pesquisas de intenção de voto no meu Estado e o meu igualmente suposto percentual como candidato ao Governo do Amazonas.

Lula, como registra o noticiário, ironizou os 3% de intenção que eu teria no Amazonas, segundo ele acha.

E fez comparações grosseiras, logo comigo, que não sou candidato a Presidente.

Se é para comparar, vamos lá, Presidente. Vamos colocar os pingos nos *ii*.

Os tais 3% que o candidato-Presidente me atribui, a serem verdadeiros, são meus, limpos e legítimos.

Não se confundem com nada que envolve o Presidente. Rodeado por mensaleiros, por esquemas de valerioduto, de dudas mendonças, de aparelhamento da máquina estatal, tudo isso cheirando a chama crime. Crime de constranger alguém, mediante esquemas de corrupção, e com o intento de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer algo.

Os meus ínfimos 3% que ele espera que eu alcance, se forem reais são meus, são legítimos. Não sou chefe oculto de 40 ladrões.

Sabe direitinho a Nação que esse esquema de formação de quadrilha nasceu no outro lado da praça e o cep é o do Palácio do Planalto, numa sala vizinha ao gabinete do Presidente Lula. Ali, bem ao lado do então todo-poderoso Ministro José Dirceu.

O que eu tiver de votos, Presidente, terá sido foi conquistado com lisura.

Por isso, Presidente, tenho as mãos limpas e a consciência em paz.

Pergunto se Sua Excelência pode dizer o mesmo?

Consciência em paz, talvez. É característica dos que, pobres de espírito, entendem que o Poder pode tudo, inclusive deixar que,

ao seu redor, viesse a se formar o mais repugnante esquema de formação de quadrilha jamais visto no Brasil. Nisso, Lula é o campeão absoluto dos últimos 500 anos.

Índices de pesquisa, mesmo, só no final das eleições. Mas, desde logo, sabe a Nação, que é séria, que quem paga minhas contas sou eu e não Paulo Okamoto, o “mecenas” financeiro de Lula.

Antes de encerrar, faço advertência direta ao Presidente e peço que ele tenha ouvidos bons para ouvir e gravar.

Digo-lhe, Presidente, que para mim não serve o tipo de conduta de seu partido. Não a aceito nem cabe na linha de conduta de quem conduz sua vida pela ética.

Aceito convivência com todas as correntes de opinião, contrárias ou a favor, incluindo as próprias correntes da parte do PT que se salvou. Lamentavelmente, o outro bocado virou o PT de Lula, essa facção que, no Poder, no Governo, se deixou impregnar pela corrupção de um grupo instalado na chefia da Nação, no Palácio do Planalto.

E mais: não aceito – e que Lula entenda isso em definitivo – não aceito conviver com a patifaria ou com correntes que se deleitam em velhacadas. Lula só ainda tem relevância porque é Presidente da República. Fora disso, virou trambolho cívico.

Meu perfil, saiba o Presidente, passa distante dessas condutas maroteiras, tão a gosto do seu Governo, a ponto de gerar as ações acobertadas por Lula ao insistir de que nada sabia.

Aí está a verdade brasileira. Os amigos mais próximos de Lula pintaram e bordaram, escandalizando a Nação, num momento em que o normal seria festejar o ato convocatório às urnas.

Por último, digo ao Presidente que não gostaria de ouvi-lo pronunciar novamente meu nome. Por uma questão de profilaxia ética.

Prefiro, Presidente, como diz Edgar Allan Poe, que seus disparates fiquem apenas como (...) o som de alguém levemente batendo, batendo a minha porta. (...) Que se resuma a “Uma visita, de alguém batendo a minha porta (...) Só isso e nada mais.”

A baixaria do presidente

Primeiro, Lula invocou o dever de preservar a integridade da função presidencial para não se expor ao confronto direto com os adversários nas sabatinas previstas pelas principais redes de televisão. Depois, mandou às favas as aparências, ao dizer que só irá a debates “quando (lhe) interessar” – completando, no melhor estilo autocrático, “não posso ir só porque outros

acham que devo”, como se o eleitor não tivesse a mais remota importância. Por fim, o mesmo presidente da República aparentemente preocupado em zelar pela dignidade do cargo permitiu-se, domingo, praticar uma grosseria sem precedentes nesta campanha.

Num comício em Osasco – reduto do companheiro-mensaleiro João Paulo Cunha, o ex-presidente da Câmara absolvido na Pizzaria Plenário, de quem um esperto Lula tratou de manter profilática distância -, ele desceu aos porões da retórica. Acusou o seu principal contendor de 2002 e atual candidato do PSDB ao governo paulista, José Serra, sem citá-lo nominalmente, de “vomitar preconceito contra o povo nordestino que tanto ajudou a construir esse país e essa cidade”. Eis um golpe baixo que junta injúria e calúnia. Em entrevista à Rede Globo, na semana passada, o ex-prefeito considerou o fluxo migratório para o Estado um dos fatores responsáveis pela queda da qualidade do ensino local.

“São Paulo tem muita migração. Muita gente que continua chegando, esse é um problema”, avaliou Serra. Pode-se concordar ou discordar da explicação, mas o fato é que ele não falou em nordestinos – e muito menos contra a migração de nordestinos. Ainda assim, o candidato petista ao Palácio dos Bandeirantes, Aloizio Mercadante, tratou de espalhar a inverdade de que o filho de imigrantes José Serra era antinordestino. Pelo menos se conteve no limite do tolerável, evitando o verbo que Lula utilizou como se estivesse num bate-boca de botequim. O jeito lulista de falar é fartamente conhecido de todos quantos conversam com ele em privado. Certa vez, sem se dar conta de que outros o ouviam, comentou que Pelotas “é um pólo exportador de veados”.

No comício de Osasco, Lula ainda se sentiu à vontade para desafiar a oposição no plano da composição. “Podem provocar, podem baixar o nível da campanha o quanto quiserem”, desdenhou, como se ele tivesse aversão a isso. Mas o palanqueiro, que veste metaforicamente a faixa presidencial quando lhe interessa e dela se despe quando lhe convém, não é um impulsivo. É claro que ele inventou o preconceito de Serra contra os nordestinos não apenas para dar uma força a Mercadante, mas principalmente para se exibir, ainda uma vez, como o defensor, disposto a tudo, do segmento do eleitorado brasileiro que nele tende a votar maciçamente.

O que a canelada de Lula talvez tenha de pior é que poderá servir de senha para o rebaixamento geral do padrão da campanha – o que não é tão difícil assim, se se levar também em conta o pendor da candidata Heloísa Helena para a incontinência verbal. Decerto a agressão do presidente leva água para o moinho de

aliados do tucano Geraldo Alckmin, como o senador Antonio Carlos Magalhães, para quem o candidato “ou bate, ou tira logo esse programa do ar”, alheio ao modo de ser do candidato, que desde a primeira hora repete que falar mal dos outros não torna ninguém melhor. Claro que há amplo espaço para explorar a vulnerabilidade de Lula em matéria de ética, sem descambar para o insulto – e sem mentir.

Foi o que fez Alckmin anteontem em São Paulo, ao avivar a memória do eleitorado para as indigestas companhias do presidente. “O candidato deu as costas para o povo brasileiro, para a Justiça e os bons costumes”, criticou o tucano. “Trabalhou do lado do Waldomiro, do mensalão, dos sanguessugas, do valerioduto.” Ele há de saber que nada desgosta mais o público do que o bate-boca entre os políticos. Seja qual for a sua extração social, o eleitor tende a considerar que, ao brigar entre si, em vez de falar do que lhe interessa e apresentar propostas inteligíveis, os candidatos o excluem do debate público – e logo dá as costas ao xingatório.

O problema do nível de campanha não é, pois, de boas maneiras. O que conta – se não nos comícios, de audiência arregimentada e cada vez mais restrita, decerto no horário de propaganda – é a forma como o eleitor se sente tratado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em outubro, realizam-se em Belém os Jogos esportivos dos Centros Federais de Educação e Escolas Agrotécnicas da Região Norte do Brasil.

Será um evento importante, principalmente para os estudantes do Norte, que raramente têm oportunidade de uma participação saudável como essa.

Há, no entanto, sérias dificuldades para que as representações estaduais possam realmente ir a Belém, a menos que – é o que peço – a Força Aérea Brasileira possa contribuir, assumindo o deslocamento dos atletas ao Pará.

Com esse comunicado, endosso o pedido já formulado pelo Secretário de Educação Superior e Tecnológica do MEC, com aquele objetivo.

Meu apelo dirige-se ao Major Brigadeiro do Ar José Eduardo Xavier, ilustre Comandante do 7^o Comando Aéreo Regional da nossa Força Aérea.

Sei que o ilustre militar será sensível a esse apelo.

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebo mensagem de um conterrâneo, Sr. Francisco Cruz, cumprimentando-me por defender o fortalecimento da Universidade Estadual do Amazonas

com vistas a criar massa crítica de conhecimento de apoio ao Pólo Industrial de Manaus.

O Sr. Francisco Cruz diz que o fortalecimento da Universidade Estadual não será, no entanto, suficiente. Assinala que Manaus está atrasada 40 anos no campo da educação. É preciso, agora, uma revolução nessa área.

O Sr. Francisco Cruz defende a idéia – e desde já digo que com ela concordo inteiramente – de tornar Manaus um centro de excelência em tecnologia.

Para tanto, ele sugere a importação de inteligência, de cérebros, como fazem outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, importam – diz o Sr. Francisco – 250 mil “cérebros” por ano, de vários países, inclusive do Brasil.

Ele sugere que o Governo do Amazonas estimule a vinda de “inteligências” estrangeiras para Manaus e observa que buscá-las na Índia poderia ser boa opção.

Essa, segundo o Sr. Francisco Cruz, seria a grande solução para o Pólo Industrial de Manaus. E acrescenta, com muita pertinência: “Por despreparo, continuamos a achar que o nosso inimigo é a FIESP, o FHC, o Serra e agora o Alckmin. Não conseguimos ver que o nosso inimigo não está aqui dentro. Nosso inimigo chama-se Revolução Tecnológica. Só poderemos enfrentá-la se tivermos a mesma condição de que ela dispõe: CONHECIMENTO.”

De pleno acordo. E agora sou eu que, por essas idéias, cumprimento o Sr. Francisco Cruz.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e srs. Senadores, foi muito oportuna a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, lançar – por sinal, em ato realizado no Gabinete da Presidência desta Casa – o livro **Reforma Política no Brasil**.

Levei comigo para Manaus, no fim da semana passada, o exemplar que recebi do Presidente Renan Calheiros e, durante o voo, pude folhear boa parte desse excelente trabalho.

O livro, como bem assinalou Renan, é riquíssimo em informações sobre o sistema político brasileiro e será fonte importante de consulta nos debates que se travarão em torno desse tema.

A necessidade de uma reforma política surge como clamor geral. Não mais pode ser postergada. Este Congresso, em fim de legislatura e fortemente ferido pelas denúncias e comprovações de mensalão e da “Operação Sanguessuga”, não teria condições de mergulhar numa tarefa como essa.

A idéia, lançada pelo Presidente da República, de convocação de uma Constituinte específica para tratar da reforma política, não tem sentido e foi amplamente condenada pelo mundo jurídico. Não estamos, felizmente, em face de uma situação de ruptura do ordenamento jurídico, a ponto de justificar a convocação de uma Constituinte.

A própria Constituição disponibiliza os instrumentos necessários para essa reforma, que deverá ser feita, impreterivelmente, pelo próximo Congresso, a ser eleito no dia 1º de outubro.

Não vou entrar na apreciação dos temas – que são muitos. Alguns até já aprovados por esta Casa. Tal não é o objetivo destas breves considerações. Só queria dizer que a obra do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, constitui excelente contribuição para a discussão dessa relevante matéria.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui, com muita satisfação, flamenguista que sou, que hoje é um dia de festa no Flamengo.

Logo mais à noite, durante coquetel no Salão Nobre do Clube de Regatas do Flamengo, será lançada a CAMPANHA FLAMENGO PAN 2007.

Na oportunidade, serão apresentados os atletas que representarão o Flamengo e o Brasil nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007.

Fui honrado com convite para a festa, mas infelizmente não poderei estar lá, pois tenho de atender, em Brasília, compromissos previamente assumidos.

Deixo aqui registrados, porém, meus cumprimentos à Diretoria do Clube de Regatas do Flamengo e aos atletas que haverão de honrar, no Pan-Americano, a tradição de um Clube que tem – como bem diz o convite que recebi – “um passado de glórias, um presente de realizações e um futuro de conquistas”.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, candidato a Governador do grande Estado do Amazonas.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás, por 10 minutos. Em seguida, por permuta com o Senador Eduardo Azeredo, concederei a palavra ao Senador Marcos Guerra.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo domingo, mais de 3 milhões e 731 mil jovens, em todo o País, devem participar do Exame Nacional do Ensi-

no Médio – o Enem 2006. Esse número de inscritos é 24% maior do que o do ano passado e as provas acontecem em 800 cidades brasileiras. Viabilizar pontos extras no exame vestibular para ter vantagem na disputa pelas vagas em universidades públicas é o que busca a maioria desses estudantes.

Um outro dado importante sobre essa faixa etária relaciona-se ao pleito de outubro: o eleitorado jovem cresceu mais de 39,3% nos últimos quatro anos, conforme revelam dados do Tribunal Superior Eleitoral. O contingente de adolescentes de 16 e 17 anos que possuem o título passou de 2,2 milhões, em outubro de 2002, para três milhões, em junho de 2006 – com o detalhe de que, para esse contingente, o voto é facultativo.

Em outras palavras, a juventude que ainda não atingiu a maioria se constitui, hoje, numa força política em crescimento expressivo. No entanto, esse segmento continua *secundarizado* quanto a providências para que realmente tenha uma educação de qualidade, que habilite todos ao enfrentamento dos desafios de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente.

É preciso reconhecer que, durante as últimas décadas, existiram alguns avanços no processo educacional brasileiro, mas, com certeza, não foram nem de longe suficientes para atender às demandas de uma Nação que tem tudo para se transformar em potência, mas que insiste em limitar as suas possibilidades ao se negar a fazer a aposta decisiva na educação.

O documento “Brasil, o estado de uma nação”, recentemente lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, é claro em sua análise: o baixo nível educacional da nossa força de trabalho é um dos fatores limitativos do crescimento. O estudo ressalta nossas dificuldades para realizar tarefas complexas e tomar decisões que exigem análise sofisticada – o que impede o desenvolvimento.

O coordenador do trabalho, o economista Paulo Tafner, explica que a qualidade precária do ensino se dá por motivos didáticos: atraso da educação e falta de treinamento e motivação de professores – que merecem plano de carreira definido e salários diferenciados de acordo com a produção. Assim, a qualidade é “péssima”. Resultado da baixa escolarização: diminuição da capacidade para liderar, realizar tarefas complexas e criar novos conhecimentos.

O IPEA qualifica como “lastimável” a educação básica no Brasil, ao compará-la com a de outros países. Apesar do aumento do número de vagas, os pesquisadores constatam que não há estímulo para a permanência do aluno na escola. Embora o ensino fundamental tenha-se universalizado – ou seja, todos

entram na escola –, somente 84% concluem a quarta série e 57% terminam o ensino fundamental.

Muito mais dramático é o cenário para os jovens. No nível médio, o índice de conclusão é de apenas 37% – número absolutamente precário, preocupante e desalentador.

Essa constatação assume contornos de injustiça quando se analisa o poder aquisitivo: a evasão escolar está intimamente ligada à condição social.

Na categoria dos 20% mais pobres do País, 95,2% dos alunos entre 7 e 14 anos estão na escola; mas, quando alcançam de 15 a 17 anos, a proporção cai para 73,6%; e, entre 18 a 24 anos, apenas 28% permanecem estudando.

Trata-se de um extermínio absurdo do futuro de milhares de jovens submetidos à miséria e, de repente, privados da única esperança de encontrar um lugar ao sol: afinal, sem educação, as chances de crescimento no mercado são praticamente nulas – o que significa eternizar a dor da pobreza para milhares de brasileiros excluídos em seu direito básico e fundamental.

“A persistência de resultados negativos na educação brasileira pode, indiscutivelmente, comprometer o futuro do País”, alertou, recentemente, um dos integrantes da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, em entrevista ao jornal **O Globo**, observando que a educação ainda não constitui uma prioridade nacional.

Essa análise é reforçada por dados incontestáveis do Relatório de Monitoramento Global da Unesco de 2005, que traz números importantes sobre gastos públicos com educação primária, levando em conta o paralelo entre cada aluno e o Poder de Paridade de Compra em dólar. No Brasil, esse valor é de apenas US\$663, muito inferior à aplicação de países considerados emergentes. Por exemplo, na Argentina, o valor é de US\$1.173; no México, US\$1.252; no Chile, US\$1.452. Em relação aos países desenvolvidos, a diferença, então, torna-se brutal. Na Alemanha, o valor dos gastos públicos é igual a US\$4.511, e, nos Estados Unidos, chega a US\$7.423.

Dessa forma, Sr^s e Srs. Senadores, os gastos públicos com educação no Brasil estão muito aquém das necessidades: não nos permitem resgatar uma dívida social histórica. A promessa de um choque de qualidade no ensino público ficou apenas no papel. E o que é pior: em vez de o debate caminhar para as questões realmente de fundo, se resumiu à proposta das quotas nas universidades públicas – providência que não interfere no quadro estrutural de um País que tem 33 milhões de analfabetos funcionais, segundo o IBGE.

A Professora e Doutora em Educação, pela Universidade de Brasília, Regina Vinhaes Gracindo, em

reportagem no jornal goiano **Diário da Manhã**, destacou algumas soluções para o dilema educacional brasileiro, tendo por base a melhoria na qualidade do ensino, não no grau de exigência – o que ocasionaria maior número de repetências –, mas no desenvolvimento natural do aluno na escola. O reforço do processo educativo continuado foi uma das indicações: é o método que permite à criança continuar estudando outras disciplinas, apesar das dificuldades em algumas. Outra solução apresentada pela educadora foi a política de formação continuada dos professores, com incentivos para que, constantemente, se atualizem, num trabalho a ser feito em conjunto com as universidades.

E, já que falamos de professores, é imprescindível ressaltar que o nível salarial dos nossos professores é simplesmente inaceitável. Como alcançar qualidade de ensino se os seus agentes – segmento tão fundamental na vida de um país – são submetidos a verdadeiras migalhas, insuficientes para que consigam se manter? O Brasil precisa, urgentemente, reparar esse dano com uma política salarial digna e justa, que corrija as gritantes distorções, que ofereça todas as condições necessárias para que o mestre possa se dedicar, de maneira integral, à escola, sem precisar recorrer a bicos para sobreviver.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senadora...

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Senador. Desculpe-me, não havia percebido.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o maior prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senadora Iris, V. Ex^a traz à discussão um assunto muito, mais importante para a Nação. Segundo disse V. Ex^a, há 33 milhões de estudantes no País. Mas, se aprofundarmos mais, veremos que somente 8% desse total participam de estudo em horário integral, complementando suas aulas com professores particulares. A grande maioria estuda, em média, quatro horas por dia, o que considero muito pouco. Apresentei um projeto, recentemente, pleiteando horário integral principalmente para os alunos do Ensino Fundamental, por acreditar que, realmente, a salvação do Brasil está na educação. V. Ex^a está de parabéns pelas colocações. Esta Casa tem, sim, de se preocupar com a educação. Infelizmente, quando digo que grande parte dos nossos alunos estuda praticamente quatro horas por dia, temos de pensar também que esses alunos, principalmente os de baixa renda, estão vulneráveis à violência, às ruas, às drogas etc, enquanto seus pais trabalham. V.

Ex^a está de parabéns! Gostaria de me associar ao seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, Senador, a oportunidade do aparte, que complementa o que tento transmitir desta tribuna.

Concordo com V. Ex^a, mas, quando diz que essa maioria estuda apenas quatro horas por dia, chego à conclusão de que nem mesmo isso acontece, pelo quadro em que vivemos neste País, tão merecedor de atenção.

Agora, em que se aproxima o momento do debate político, em que as candidaturas se apresentam e discutem as várias soluções para o País, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a, que tem percorrido todo o País levando a mensagem de uma mulher que busca, logicamente, expor, por meio do seu olhar e da sua ação, o seu projeto de governo como candidata a Presidenta da República, permita-me fazer-lhe uma singela sugestão, na qualidade de política do Estado de Goiás, porque sei que V. Ex^a tem essa preocupação. Refiro-me à nossa educação, a um olhar mais profundo para as nossas crianças, para essa juventude que busca seu espaço, mas que não tem oportunidade, não tem vez nem voz e que está se transformando, infelizmente, em presa fácil para o narcotráfico, para o crime.

Concedo o aparte, com o maior prazer, a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senadora Iris, está quase terminando o tempo destinado ao pronunciamento de V. Ex^a. No entanto, eu não poderia deixar de também compartilhar das preocupações de V. Ex^a, que sei não serem de agora. Em vários momentos, tivemos a oportunidade de conversar sobre a questão da educação básica, que vai desde a educação infantil, com creches, pré-escola, Ensino Fundamental, educação de jovens e adultos, Ensino Profissionalizante, Ensino Médio. Lembro-me de que, certa vez, estávamos V. Ex^a, a Senadora Patrícia, a Senadora Lúcia Vânia e eu, e, naquele local, havia um cartaz que dizia assim: “Para onde vai essa criança?”. Eu até brincava, dizendo: “Depende do que ela traz na mão”. Se ela tiver na mão a possibilidade de um caderno, um livro, um lápis, ela vai para um lugar; se ela tiver *crack*, maconha ou qualquer outra coisa, ela vai para um outro lugar. Então, eu sei o quanto a primeira década da vida de uma criança é importante. Recentemente, estive no Estado de V. Ex^a, visitando uma experiência, com mais de 800 crianças, em uma creche pré-escola, infelizmente com pouquíssima ajuda do Poder Público, mantida praticamente pela Federação Espírita Brasileira, do mesmo jeito que muitas igrejas evangélicas fazem – o Senador Magno Malta que está aqui sabe disso. Há várias experiências da

Igreja Católica e de organizações não-governamentais que também fazem aquilo que, infelizmente, seria o papel do Estado. É aquilo que digo sempre: o Estado brasileiro tem de adotar suas crianças antes que a prostituição e o narcotráfico o façam. E garantir escola integral a uma criança não é jogá-la o dia todo na escola, porque também existem experiências de escolas integrais em vários Estados brasileiros que jogam a criança lá o dia todo, e ela não faz nada durante a tarde, absolutamente nada. Então, se não se possibilita a uma criança escolher seu futuro, se ela será cientista, professora, bailarina ou pianista, se o menino será um desportista ou um engenheiro, se não se possibilitam condições objetivas para que as crianças e os jovens possam escolher seu destino, eles são condenados a isto que acontece hoje: um país que se dá ao direito de ter 76% de suas crianças sem nunca terem visto uma creche; um país que se dá ao direito de ter 72% dos seus jovens de 14 a 24 anos passando o dia sem fazer nada – não estudam, não fazem esporte, não aprendem nada relacionado à cultura –, e, portanto, serem presas fáceis, como diz V. Ex^a, para o narcotráfico e para a criminalidade. Portanto, parabéns V. Ex^a pelo pronunciamento e, mais do que isso, pelo compromisso e sensibilidade com um tema tão precioso na vida de todos nós, que é a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora, por gentileza, gostaria que V. Ex^a concluisse seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente.

Gostaria que V. Ex^a me permitisse agradecer à Senadora Heloisa Helena pelo aparte e dizer, em outras palavras, Sr. Presidente, que o momento eleitoral é mais do que adequado para que todos os candidatos, em todos os níveis, assumam um compromisso definitivo no sentido de mudar a realidade educacional no Brasil. Essa é uma bandeira que não pode ser exclusiva ou prioritária de apenas um ou outro postulante: trata-se de uma meta que deve ser abraçada pelo conjunto das forças nacionais, sob pena de macular para sempre o nosso futuro.

A maravilhosa transformação que sonhamos para o Brasil não se tornará realidade senão pelos caminhos da educação. Daí por que o primeiro passo será sempre a decisão política de implantar um sistema de ensino realmente de qualidade, com investimentos maciços, recursos vigorosos, independentemente das amarras dos tecnocratas da economia, que tanto limitam a alocação de verbas para um setor tão essencial.

Tudo o que se investe em educação redonda em resultados dez vezes maiores que os gastos. Somente

o investimento em educação pode, finalmente, tornar possível a redenção e o autêntico crescimento de um país que não pode, eternamente, depender de bolsas famílias ou rendas cidadãs. O que o nosso povo quer e precisa é da dignidade do emprego, é da profissão que habilita o jovem, que habilita a mãe e o pai de família para o mercado – um suporte que só se torna possível quando se frequenta a sala de aula, quando se tem acesso à informação e ao conhecimento, únicas armas que têm poder para provocar grandes e inadiáveis mudanças.

As várias linguagens do processo eleitoral, os inúteis confrontos, os discursos sem fim poderiam ser todos substituídos por um projeto de educação integral, pela proposta renovadora voltada para a elevação do ensino como prioridade de uma nação séria e responsável.

Está na hora de mudar a linguagem e as atitudes. O Brasil clama por educação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Iris de Araújo.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo, por permuta, como havia comunicado à Casa, com o Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, falarão o Senador Alvaro Dias e, depois, o Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra V. Ex^a, por dez minutos, por gentileza.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Espírito Santo perdeu domingo, dia 20, um de seus políticos mais importantes, um homem que teve participação ativa e marcante na história deste País. Morreu, aos 79 anos de idade, o ex-Senador Moacyr Dalla, homem simples, humilde e honrado, que, por muitos anos, fez da política sua devoção maior. Capixaba que teve a honra de presidir o Senado Federal, ele desempenhou essa tarefa num dos momentos mais significativos da vida brasileira, quando nos encaminhávamos para a redemocratização, na década de 80.

Na trajetória de Moacyr Dalla, destaca-se, além do importante papel que cumpriu no cenário político do Brasil, a defesa das causas de seu Estado natal, as quais sempre dedicou o melhor de seus esforços.

Senador de 1979 a 1987, exerceu, antes de chegar ao Senado Federal, três mandatos como Deputado

Estadual, de 1962 a 1974, e como Deputado Federal, de 1975 a 1979. No Governo do Estado, foi Secretário dos Serviços Públicos Especiais e Secretário de Obras Públicas.

Membro da extinta Arena e depois do partido que a sucedeu, o PDS, Moacyr Dalla, como Presidente do Senado Federal, presidiu a histórica sessão do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves Presidente da República, em janeiro de 1985.

Eu gostaria de lembrar uma frase sua sobre o período em que esteve à frente do Poder Legislativo: “Sou e serei homem de partido, mas reza-me a consciência de, na Presidência, haver-me conduzido como magistrado”.

É uma frase que define o caráter de Moacyr Dalla, idealista e combativo, o chefe de família exemplar que passou a se dedicar integralmente a ela depois que decidiu deixar a vida pública. Ele lutou por aquilo em que acreditava com coerência, correção e seriedade, mas, acima de tudo, com atenção ao bem público. A conduta ética e moral fazia com que o respeito à lei e o cuidado com a isenção fossem prioridade em suas decisões.

Quem teve o privilégio de conviver com o Senador Moacyr Dalla em sua casa, em Colatina, sabe da extensão e do valor da sua história política. Os documentos de sua carreira, que ele tinha grande prazer em compartilhar com seus amigos, são o melhor testemunho de uma vida dedicada a causas maiores, de sua bondade e de sua integridade. Mesmo depois da decisão de se ausentar da política, o Senador Moacyr Dalla não perdeu o interesse e a vontade de participar dos grandes acontecimentos do País e continuou sendo um conselheiro valioso...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Marcos Guerra, V. Ex^a é a pessoa mais indicada para falar do histórico de Moacyr Dalla e até de fatos pitorescos da vida dele que a própria história desconhece, pois é seu conterrâneo, de Colatina, terra que ele tanto amou cujo povo também tanto o amou. Certamente, minha fala muito pouco pode acrescentar ao pronunciamento de V. Ex^a, que tudo sabe a respeito da trajetória política de Moacyr Dalla, da sua vida familiar, da sua relação com os amigos, da relação de amor dele com o Espírito Santo e do Espírito Santo com ele. Mas não poderia, neste momento, deixar de apartear V. Ex^a. É verdade que não fui parte, nem V. Ex^a, do período em que Moacyr Dalla esteve no exercício da política no Estado do Espírito Santo. Entrei na vida pública, em

Cachoeiro do Itapemirim, em 1992, e V. Ex^a, agora Suplente do Senador Gerson Camata, é um empresário de sucesso que, certamente, ao crescer naquela cidade, conviveu com toda a história política e vitoriosa de Moacyr Dalla, que tanto orgulha a sua Colatina, a nossa Colatina, do Estado do Espírito Santo. A minha fala é para parabenizar V. Ex^a, para abraçar a família enlutada de Moacyr Dalla e o Estado do Espírito Santo. Em uma matéria da **Gazeta**, há uma fala do Senador Gerson Camata, que diz que não existe um canto sequer, no Estado do Espírito Santo, em que não haja uma obra com a marca de Moacyr Dalla. Aliás, foi ele o grande responsável pelas verbas para a Terceira Ponte, que mudou a história da grande Vitória e de Vila Velha, que era uma cidade dormitório. A Terceira Ponte, um esforço de Moacyr Dalla, mudou toda a história do povo de Vila Velha, a história da própria cidade, a história econômica de Colatina. O turismo cresceu de forma assustadora a partir da Terceira Ponte, que foi um grande esforço dele. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento tão significativo, tão bem detalhado, tão importante para nós do Espírito Santo e para o Brasil. Foi Moacyr Dalla quem presidiu a sessão histórica – como disse V. Ex^a – que pôs fim à ditadura militar no Brasil. E a família de Moacyr Dalla, enlutada e sofrida, gostaria de abraçar neste momento, quando faço este aparte e parabenizo V. Ex^a.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Obrigado, Senador.

Realmente, o Senador Moacyr Dalla foi tudo isso e também um político que muito orgulhou a nossa cidade e o nosso Estado, um homem público de valor para a Nação brasileira.

Como dizia, Moacyr Dalla era um conselheiro valioso no Estado do Espírito Santo, dotado da mesma sensatez e ponderação que demonstrou ao longo de tantos anos de vida pública.

Dono de uma oratória invejável, Moacyr Dalla foi também autor de inúmeros trabalhos publicados por esta Casa, entre os quais se destacam os que escreveu em defesa da agricultura capixaba, uma de suas bandeiras de luta.

Perdem os capixabas, perde o Brasil com a morte deste colatinense ilustre. Seu espírito generoso, a simplicidade e a dignidade que pautaram os atos de sua vida e que fizeram dele um político de expressão nacional devem servir de exemplo para todos nós.

Sr. Presidente, preparei um voto de pesar à família, mas soube que o Senador Heráclito Fortes apresentou ontem à Mesa um requerimento nesse sentido. Retiro, portanto, o meu e me associo ao Senador Heráclito Fortes e aos demais Senadores que assina-

ram o requerimento justamente no dia do enterro de Moacyr Dallas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, eu também gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa também se associa às homenagens póstumas ao Senador Moacyr Dalla, que ontem, nesta Casa, foi homenageado pelo Senador Heráclito Fortes, com uma série de outros apertes.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro. São 14h55min. Tenho um pronunciamento a ser feito e gostaria de fazê-lo, quando houvesse alguém do Partido dos Trabalhadores presente, pois é o Partido do Governo. Hoje é terça-feira, não é segunda-feira; são 14h56min, e não há ninguém do Partido dos Trabalhadores. Há uma praxe nesta Casa, que gosto de seguir: quando se fala de um partido ou de um companheiro, que haja sempre alguém aqui para defender ou se calar.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por permuta com o Senador Heráclito Fortes, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, ex-Governador da Bahia, ex-Presidente desta Casa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os adjetivos e as qualificações do Presidente Lula foram os mais variados nesta Casa. Hoje, quero apresentar mais um: Lula, o sabidinho. Lula, o sabidinho, aquele que marca viagens políticas e administrativas para não pagar transporte, combustível, hotel para si e para sua *entourage*. É assim que está vivendo o Brasil.

Acredito que o Tribunal Superior Eleitoral, tomando conhecimento desse assunto, vai fazer uma advertência – gentilmente, como sempre faz o Ministro Marco Aurélio, que é, sem dúvida, um ponto alto da Justiça brasileira. É um homem de coragem, de saber e que, sobretudo, sabe a hora de advertir. Ainda há pouco, S. Ex^a fez uma advertência sobre propaganda enganosa. Propaganda enganosa, Sr. Presidente, é sinônimo do Dr. Lula, que só faz mentir. Mente, como se dizia antigamente, que não sente. E, assim, fica enganando o povo na televisão.

Hoje tenho vários assuntos a tratar, inclusive, escalei seu time verdadeiro – os que estão aparecendo

na televisão não são os titulares. Os titulares são: Okamoto, talvez o goleiro; Delúbio Soares; Marcos Valério; o meu amigo José Dirceu, Silvío Pereira, Waldomiro Diniz; o Ministro vampiro, autor de tudo isso que está aí, dos sanguessugas; o Cirillo; o Zé Guimarães, que fez chegar a si os dólares na cueca; Ivan Guimarães, do Banco Popular; e mais quatro ou cinco reservas. Estão aqui. Esse é o time. O técnico é o Lula, o goleiro é o Okamoto, e é esse time que faz com que ele, no dia de ontem, ou melhor, anteontem, tenha feito mais uma humilhação ao ex-Presidente da Câmara João Paulo. João Paulo, coitado, teve de ficar escondido no palanque. Enquanto isso, ele se reunia com os artistas. E eu faço questão de dar para transcrição a crônica de quem assistiu ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil – oh! Deus, infelizmente baiano – reunir os seus colegas artistas; e foram muito poucos. Os artistas brasileiros estão de parabéns porque não aceitaram o convite do Ministro Gilberto Gil, que é muito bom sujeito, é engraçado, um bom amigo – me dou muito bem com ele e mais ainda com a Flora –, mas, na realidade, ele ganha muito nesses *shows* mais do que realiza na pasta da Cultura.

Mas foi um fracasso. Mas, além do fracasso, ele se comparou a Fidel Castro. Ele fez xingamentos a algumas pessoas. Pediu uma homenagem a José Dirceu, a José Mentor e a José Genoíno – isso o ator José de Abreu – “todos envolvidos no escândalo do mensalão” – diz Mônica Bergamo. “O Presidente aplaudiu. Na saída, Abreu perguntou a Lula: “Estraguei a festa?” E o Presidente: “Não, não. Não podemos renegar as amizades que temos.”

O Presidente renegou a amizade, publicamente, na televisão. Ele disse que não tinha nada com José Dirceu, nada com o Palocci, nada com esse time todo que forma a seleção do PT no País e no seu Governo.

Isto não foi só Mônica Bergamo. Este grande jornalista, que apesar de eu discordar dele aqui e ali – ele também discorda de mim – Clovis Rossi, no artigo “De ataques e quadrilha” da **Folha de S. Paulo** de hoje, produz um artigo primoroso a respeito do Presidente do PT, de João Paulo e de muitos outros.

Confesso que esse artigo é uma das melhores coisas que eu li em matéria jornalística; sequer o estou examinando, mas é de quem sabe escrever. Daí por que peço a transcrição deste artigo também: “De ataques e quadrilha”. Não pode deixar de constar dos Anais desta Casa a posição do jornalista Clovis Rossi.

É engraçado! O Presidente está tão animado do ponto de vista econômico! Hoje eu vi vários artigos contra a política econômica do Governo, falando do desastre que vai ser. Diz a manchete do jornal **O Globo**: “Banco Mundial vai negar dinheiro a país corrupto”. E

enquadra o Brasil como um país corrupto. E enquadra muito bem quando diz: "...agravou sua situação, caindo da 59ª para a 62ª posição". Piorou a corrupção no Brasil no Governo Lula. Está aqui. É o Banco Mundial que apresenta.

E o destaque do dia, os jornais hoje enfatizam, é a corrupção. **O Globo**: "Banco Mundial vai negar dinheiro a país corrupto". No Governo do PT, Lula, segundo pesquisa da ONG Transparência Internacional, divulgada no *ranking* de percepção de corrupção, de outubro de 2005, agravou a situação do Brasil: da 59ª posição para a 62ª, entre 159 países. Ele deve estar contente, porque tem ainda uns oitenta abaixo dele. Mas – Ave Maria! – isso nunca aconteceu no Brasil! Acontece agora. Daí por que **O Globo** diz que país corrupto está em situação difícil para o próximo ano.

Mas, ainda, Sr. Presidente, a corrupção já levou do País mais de R\$10,8 bilhões. Em quatro anos, foram desviados R\$10,8 bilhões. Isso é o que pegaram. Aqui não se está contando os abusos, como agora mesmo aconteceu no metrô da Bahia: 150% de superfaturamento. Quem fez? Precisamos apurar.

Tenho falado aqui e não encontrado eco. Não sei se é o Presidente Mozarildo que é o culpado, mas a Comissão de Fiscalização e Controle precisa ver o ônibus comprado – esse, sim, imoral – pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em segunda ou terceira mão, por R\$350 milhões. Aliás, R\$350 mil; não quero parecer o Lula, aumentando de mil para milhões – ele gosta disso.

Portanto, Sr. Presidente, a situação do Brasil é crítica.

Mas, hoje, a **Folha de S. Paulo** traz uma matéria escondida, cheia de elogios, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dr. Lula, aos militares, inclusive ao Presidente Médici. Lá há vários elogios, e aqui ficam alguns petistas bobocas falando contra o regime militar, contra os generais, quando o Chefe deles faz elogios até ao Presidente Médici! Está na **Folha** de hoje! Vou também pedir a transcrição dessa matéria, mas, como não a tenho aqui, quero dizer a V. Exª que voltarei à tribuna amanhã para pedir essa transcrição.

É preciso acabar com a corrupção do Governo Lula em todos os sentidos.

O País não agüenta um Governo cuja corrupção é o lema e a desonestidade, a marca. O Brasil não agüenta um Presidente que mente e que se junta a todos aqueles.

A charge de **O Globo** hoje é interessantíssima. Há o Luizinho, coitado, se arrastando com o João Paulo e a série de figuras atuais que aconselham o

Lula e que, talvez, estejam em pior situação do que o Luizinho e o João Paulo. Essa é a situação do Brasil. Tudo se leva aos jornais. Tudo se leva ao povo, mas é preciso que haja uma reação forte em relação ao que acontece neste País.

Nós, a cada dia, nos degradamos mais. A classe política já chegou a quase zero; e vai chegar, e a culpa é do Lula. E o resultado disso é que os seus Ministros, que são candidatos, estão todos eles, quase todos, derrotados.

Falo, agora, da Bahia, onde há um Ministro. Ele foi tão bom Ministro que foi de três Ministérios: do Trabalho, onde teve dois empregos – o dele e o da filha; das Relações Institucionais e do Desenvolvimento Social. Resultado: Paulo Souto, 56, Jaques Wagner, 13. Essa é a situação que está ocorrendo em todo o País.

E aí se pergunta por que Lula está na frente. Está na frente porque o povo não está sabendo do que se passa no seu Governo. O povo precisa saber. Não é só essa tribuna do Senado. Os programas eleitorais têm de mostrar o que ele fez. Tem de se dizer, claramente, em toda a sociedade, no interior e na capital, que esse é um governo de desonestos; que o País não suporta, nem nacional nem internacionalmente, prosseguir mais quatro anos o que aí está. E ninguém pense que ele vai melhorar. Se fosse melhorar, não se estaria escondendo de João Paulo e de Luizinho e, ao mesmo tempo, se unindo a outros tantos.

Sr. Presidente, vejo que V. Exª me olha com aquele olhar de quem diz: seu tempo está a terminar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O seu tempo foi prorrogado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não quero aborrecê-lo, até porque sei que, no fundo, V. Exª está gostando do que eu digo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – BA) – Estou concordando com V. Exª. Meu sinal é de concordância.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas não vou abusar. Vamos lutar, Sr. Presidente. Vamos lutar para acabar com os crimes praticados por esse Governo incompetente, desonesto e que não tem nenhum amor à moralidade pública. Vamos fazer um novo Brasil, e o novo Brasil passa pela expulsão, pelo voto, de Lula do Palácio do Planalto.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

Lula afirma a artistas que elite quis fazê-lo "sangrar"

Petista se apresenta como vítima e diz que "vingança quem vai fazer é o povo"

Em encontro na casa de Gil, presidente reclamou de falta de "condescendência" da imprensa e chorou ao lembrar do auge da crise

MÔNICA BERGAMO
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

Em reunião ontem com artistas na casa do ministro Gilberto Gil (Cultura), no Rio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que foi atacado por uma elite que queria fazê-lo "sangrar", mas que quem fará "sua vingança" será o povo. O presidente se emocionou e chegou a chorar ao lembrar do ápice da crise em seu governo.

Lula começou seu discurso lembrando que, na década de 80, conheceu os "artistas famosos" do Rio numa reunião na casa da atriz Dina Sfat, quando pediu apoio para as Diretas-Já.

"Estávamos eu e o FHC. Não estava só o Lula."

Ao falar da crise política, reclamou da imprensa. "Se a imprensa desse para mim 10% da condescendência que deu para outros presidentes, eu teria hoje 70% dos votos."

Segundo o petista, parte da elite política "se deu conta" de que era preciso "impedir" a continuidade de seu governo.

"O que aconteceu com Getúlio Vargas? Foi levado à morte. O que aconteceu com João Goulart? E com o JK? Ele foi achincalhado pelo Carlos Lacerda e por outros que ainda hoje o representam. A elite queria fazer o Lula sangrar. Eis que todo mundo ficou surpreso quando saíram as pesquisas e as pessoas que eles queriam destruir estavam crescendo.

Esqueceram de um componente chamado povo brasileiro. E houve um antagonismo das pessoas que escreviam com sabedoria infinita com o povo que provavelmente não lê o que eles escrevem."

Ontem, em evento em São Paulo, FHC também citou Lacerda. Lula citou uma frase de Fidel Castro - "A história me absolverá"- e concluiu: "Nós não vamos precisar da história. O povo vai mostrar quem é quem neste país". Afirmou ainda: "Que não mexam comigo: estou com 60 anos, não me irrita com nada. Minha vingança quem vai fazer é o povo". Sobre o escândalo do mensalão, Lula afirmou: "Foi triste? Foi. O PT errou? Errou. O PT, não, teve companheiros que erraram. Como posso julgar o PT por erros que alguns companheiros cometeram?"

No fim do discurso, o ator José de Abreu pediu uma "homenagem" a José Dirceu, José Mentor e José Genoíno, todos envolvidos no escândalo do mensalão. O presidente aplaudiu. Na saída, Abreu perguntou a Lula: "Estraguei a festa?". E o presidente: "Não, não. Não podemos renegar as amizades que temos".

Após o discurso, Lula chorou ao abraçar o compositor Wagner Tiso, lembrando de entrevista em que ele defendeu o presidente no auge da crise.

O presidente reclamou com a reportagem de notícia de ontem da Folha sobre ele não ter querido aparecer no palanque ao lado do deputado federal João Paulo Cunha, outro envolvido com o mensalão. "Foi uma sacanagem da Folha. Em todos os meus comícios, tem separação entre deputados, prefeitos e candidatos majoritários. Eu não tinha visto o João Paulo."

Diversos dos presentes declararam voto em Lula -entre outros, Luiz Carlos Barreto, Tônico Pereira, Alcione, Lécya Brandão e Tássia Camargo. Também foram ao jantar, entre outros, os atores Paulo Betti, Renata Sorrah e Letícia Sabatella e os cantores Zeca Pagodinho, Sandra de Sá e Fernanda Abreu. Não compareceram Chico Buarque, que já declarou voto em Lula, e Caetano Veloso. "O Caetano não vem porque já não é Lula há muito tempo. Não é uma questão racional, é uma questão de afeto. Política não se faz só com razão, mas com afeto também", disse Gil.

EL REFERENCIOSSI

De ataques e quadrilha

SÃO PAULO - Faço questão de me solidarizar com o presidente do PT, Ricardo Berzoini, em sua campanha para dedicar a eventual vitória do partido aos “companheiros que foram atacados”.

De fato, os “ataques” foram inaceitáveis. Veja o caso do deputado João Paulo Cunha: pede à mulher que pague a conta da TV a cabo no banco, mas ela, de maneira vil e soez, é “atacada” por um maço de R\$ 50 mil. Ninguém mais agüenta a violência neste país.

Pior: a moça foi obrigada a levar o dinheiro para casa e entregar para o marido. Que “ataque”, hein?

A baixaria dos “ataques” revelou-se especialmente no caso daquele petista do Ceará: os “atacantes” visaram literalmente suas partes baixas, ao enfiarem a mão na cueca do cidadão para nela colocar até dólares. “Ataque” com moeda forte deve doer mais.

Se eu fosse Berzoini, pediria a demissão sumária do procurador-geral da República por ter confundido a opinião pública ao afirmar que o

PT se transformara em “quadrilha” e “organização criminoso”.

É capaz de algum desavisado, que não vê a aura de santidade em torno da cabeça de todo petista, achar que os “ataques” não foram “ataques”, mas fatos.

A confusão é tamanha que envolveu até o presidente da República, presidente de honra do PT: ele, em vez de condenar os “ataques” que seu partido sofreu, pediu desculpas, na certa supondo, como o procurador, que não houve “ataques”, mas fatos.

Ainda por cima demitiu algumas das vítimas dos “ataques”, chamando-as de “envolvidos” (Palocci, no ataque ao sigilo bancário de um caseiro; Dirceu no “ataque” chamado “mensalão”).

Faltou a Berzoini dedicar a eventual vitória igualmente a Paulo Maluf. Maluf também se queixa sempre de ser vítima de “ataques” e, afinal, é companheiro de viagem do lulo-petismo.

crossi@uol.com.br

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador João Alberto Souza, do PMDB do Maranhão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quatro anos ocupei esta tribuna para denunciar, com indignação, uma matéria publicada pelo **Correio Braziliense** no dia 26 de junho de 2002, na qual esse jornal me atribuía responsabilidade no desvio de dinheiro para campanhas eleitorais do PT, juntamente com Klinger Luiz de Oliveira Souza, à época, Secretário de Servi-

ços Municipais da Prefeitura de Santo André, de quem eu seria tio.

Anunciei, naquela ocasião, que iria interpelar o jornal e os jornalistas responsáveis pela matéria perante a Justiça.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu tenho um irmão chamado Antônio Klinger de Souza, economista, professor universitário, fiscal de renda no Pará, e esse Klinger Luiz de Oliveira Souza nem eu nem meu irmão conhecemos. E, naquela época, o jornal dizia que era meu sobrinho, filho de meu irmão e que fazia parte de um esquema de corrupção em que eu estaria envolvido.

Hoje, quatro anos depois, tenho em mão a sentença da Dr^a Gabriela Jardon Guimarães, Meritíssima Juíza da 6ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, prolatada em Brasília no dia

26 de julho do ano em curso. Afirma a sentença que houve dano moral contra a minha pessoa, pois o conteúdo da matéria jornalística “é altamente ofensivo à honra e à imagem de qualquer pessoa, especialmente pública, como o é o autor na qualidade de Senador da República”.

Nada pôde ser comprovado contra minha pessoa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelos inquéritos conduzidos pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, seja em relação a dinheiro desviado ou no que se refere ao meu parentesco com o Sr. Klinger, que, aliás, nem conheço.

Os autores da matéria foram condenados a pagar a este Senador a importância de R\$30 mil (trinta mil reais) “pelos danos morais causados”.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, apesar da justiça da sentença, confesso que minha indignação não diminuiu. Continuo revoltado, pois considero que fui atingido na minha honra e que o mal feito pela difamação é irreparável. Como água jogada em solo arenoso, o maldizer penetra, infiltra-se, e seu caminho se torna irrefreável, inestancável.

Quatro anos se passaram entre a ação encaminhada e a sentença agora proferida pela Justiça. Quantas pessoas, no Brasil e no meu Estado Maranhão, que, no passado, leram a matéria e formularam juízo desairoso sobre minha pessoa, e não mais tiveram ou terão condições de rever seu julgamento! Perante a Justiça, o jornal e os jornalistas alegaram que apenas realizaram a narração de um fato jornalístico, o que é dever da imprensa e direito do cidadão. Ora, que fato jornalístico é o que se cria com base em mentira? Que responsabilidade e competência têm um instrumento de comunicação, ou os profissionais desse setor, se privados de seriedade e condescendentes com aleivosias? Entendo que um fato jornalístico, para ser ético, deve primar pelo rigor em relação à verdade. Do contrário, não passa de charlatanice e desprezível leviandade.

A calúnia é solerte, virulenta, brutal e impertinente!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu hoje sou o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Quando vejo a imprensa se açodar, querer pressa no julgamento dos Srs. Senadores, fico a pensar em um caso pessoal. Será que tudo que disseram sobre os Senadores é verdade? Será que o que disseram dos Senadores, sem nenhuma apuração, merece condenação imediata? Tenho procurado ser firme e equilibrado, a fim de que o julgamento de amanhã seja o julgamento que a sociedade espera.

Alegro-me a decisão da justiça, mas a reparação, considero-a parcial. Pois a calúnia, por sua natureza,

denigre pessoas e subverte a própria história. Essa questão ultrapassa valores monetários. A honra não tem preço.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador João Alberto, V. Ex^a está de parabéns e de parabéns está a Justiça. V. Ex^a, pela coragem de tomar a iniciativa de defender a sua honra e não deixar que o tempo apague os fatos. V. Ex^a diz que “água jogada em terreno arenoso infiltra, e não há quem possa estancá-la”. Uma coisa é o fato, outra coisa é a leviandade. E um homem de bem tem de reagir com indignação quando sua honra é tocada. Eu mencionei, nesta tribuna, uma lição que aprendi com minha filha mais velha. Apesar de muito nova, ela me disse: “Pai, cuida do teu caráter, porque da tua reputação, você não pode; ela está na mão de qualquer um, e qualquer um faz o que quer”. Esse “qualquer um faz o que quer” é porque poucos têm, como V. Ex^a, a disposição de interpelar os fatos, de levá-los à Justiça para que esta se posicione. A honra de uma pessoa é a coisa mais sublime da sua vida. Não se pode jogar a história de alguém, a honra de alguém, o nome da família de alguém no lixo, sem que, concretamente, haja fatos para condená-lo ou desmerecê-lo perante a opinião pública. É verdade que a imprensa tem o dever de informar, mas temos visto por aí descalabros sem pé nem cabeça, que não têm nascedouro, e, simplesmente, quando passa a onda, fica por isso mesmo, sem que alguém tenha de explicar as barbaridades que cometeu contra a honra de alguém. V. Ex^a leu a sentença prolatada por uma juíza, após uma luta de quatro anos com relação a algo que V. Ex^a nada tem a ver. Apenas em razão de um sobrenome e pelo fato de ter um irmão com o mesmo nome, foi envolvido em um emaranhado. E aqueles que não têm contato com a TV Senado – que, infelizmente, não é aberta – ainda guardam essa informação caluniosa, que V. Ex^a acaba de demonstrar que era mentirosa, e não terão contato com a verdade que está nas mãos de V. Ex^a. V. Ex^a está correto. Certíssimo. Parabéns pela iniciativa. De fato, é isso o que se tem de fazer. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço mais dois minutos para encerrar.

Agradeço o aparte do Senador Magno Malta. Realmente é difícil ver exibida em um comício metade da página de um jornal com a sua foto e seu adversário político usar esse jornal para enlamear a sua pessoa. Perante a família e os amigos, a situação é muito difícil, em se tratando de um homem que pautou sua vida com muita dignidade.

Em parte, estou satisfeito com a decisão da Justiça. Não pelo valor de R\$30 mil que o jornal vai me pagar – inclusive as palavras da juíza me isentam em tudo, dizendo que o jornal foi leviano em relação à minha pessoa –, mas por se tratar de uma sentença que posso, amanhã, deixar guardada para quem for fazer a história do País.

Agradeço mais uma vez o aparte de V. Ex^a. Aos Srs. Senadores que me ouviram afirmo que sofri muito com essa acusação, pois foi algo que nunca aconteceu e que eu sequer conhecia.

Sr. Presidente, agradeço pelo acréscimo de dois minutos e dou por encerrado o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa é que lhe agradece e se solidariza com V. Ex^a, Senador João Alberto Souza.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, tendo em vista a permuta com o Senador João Alberto Souza.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho falar do desencanto do povo.

E começo destacando matéria que vem de fora do País. O Jornal *El País* destaca, em manchete: “Brasil está desencantado com políticos”.

Leio algumas das expressões utilizadas na matéria:

O Brasil está vivendo um paradoxo. (...) A imagem transmitida para o exterior é de “entusiasmo, simpatia” diante de um momento econômico favorável; internamente, no entanto, reina o desencanto.

A alegria de quatro anos atrás, quando o país comemorava a vitória na Copa do Mundo e a chegada do Presidente Lula da Silva ao poder, contrasta com a apatia de hoje, escreve o correspondente do jornal no Rio de Janeiro, Juan Arias.

Ao longo dos últimos quatro anos, a ortodoxia econômica do governo petista fez a opinião pública entender que “as promessas de Lula de transformação do poder não tinham resposta concreta”. Quando apareceram os escândalos de corrupção “foram como um pesadelo nacional”. “Não há euforia”, diz o correspondente. O medo venceu a esperança.

O povo está apenas desencantado com seus governantes, conclui a matéria.

Sr. Presidente, trago também uma consulta da **Gazeta do Povo Online**, feita nas ruas de Curitiba, com cinquenta pessoas apenas – mas já é um sintoma –, sobretudo entre taxistas, comerciantes, estudantes, ambulantes e transeuntes, a maioria esmagadora afirma, simplesmente, não ter vontade de acompanhar a propaganda política. “Desligo a tevê”, “Tiro o som” e “Nem quero saber” são as respostas mais comuns. “A gente já sabe que é tudo mentira”, dizem outros.

Enfim, Sr. Presidente, todos nós que estamos em campanha, percorrendo as ruas do Brasil, sabemos que há uma tempestade de indignação varrendo o País. E não poderia ser diferente. Temos de concordar que só há lugar para revolta diante de tantos escândalos, os escândalos maiores da nossa história, que ocorreram nos últimos anos.

O Congresso Nacional é o mais enlameado, marcado pela corrupção. Mas se isso é verdade, Sr. Presidente, é verdade também que a corrupção teve origem no Poder Executivo, no Palácio do Planalto, onde se arquitetou um projeto de poder de longo prazo. A arrecadação de fundos para a sustentação desse projeto de poder foi a parte mais revoltante dessa arquitetura engendrada no Palácio do Planalto.

Instituiu-se a relação de promiscuidade do Executivo com o Legislativo, dando origem a mensalão, valeriodutos, sanguessugas, etc. É por isso, Sr. Presidente, que há, assim, essa revolta latente no seio da população brasileira.

Concedo, Senador Marcos Guerra, o aparte que V. Ex^a solicita.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a citou um ponto com o qual, infelizmente, tenho de concordar: o desinteresse da população em assistir ao programa eleitoral. Quando mostram obras que não foram construídas, asfaltos que não foram feitos, segurança que não existe, anúncios do crescente número de empregos – constantemente divulgado – neste País, o que, na verdade, não acontece, a população se vê no direito de não acreditar em muitas coisas que são ditas e mostradas nos programas de televisão, principalmente no programa do PT. Infelizmente, Senador Alvaro Dias, só conhece o problema do desemprego quem não tem emprego. Muita gente que, neste momento, está me ouvindo e me assistindo está desempregada e sabe dos reais problemas. Hoje, alguns segmentos em nível nacional – uma meia dúzia – empregam mão-de-obra de forma intensiva e estão sofrendo muito com essa política implantada pelo Governo Federal. Senador, infelizmente, a população tem razão de não ter muito ânimo para assistir aos programas eleitorais, porque a TV, as fitas,

os vídeos, os DVDs e os papéis aceitam muitas coisas que são colocadas ali.

Muito obrigado, Senador Marcos Guerra, V. Ex^a ilustra o nosso pronunciamento com essas informações que traz também do seu Estado, o Espírito Santo.

Quando se fala em desemprego, o Dieese revela que temos 17% de desempregados e, entre os jovens, há mais de 25% de desempregados. E não poderia ser diferente, pois o nosso País cresce de forma irrisória, com um crescimento de 2,3%, que é festejado pelo Presidente da República.

O mundo cresce bastante, a economia mundial viveu um grande momento nos últimos anos e o Brasil conseguiu crescer mais do que o Haiti e é motivo de comemoração para o Presidente da República. Mas o Haiti o povo brasileiro conhece pelas imagens da televisão, onde mora a miséria, a pobreza, a violência e o infortúnio.

O que está acontecendo com o nosso País? O que estão fazendo com os sonhos e as esperanças da nossa gente? Como pode um país com tantos talentos, riquezas naturais, crescer tão pouco, sobretudo comparativamente aos países emergentes ou aos nossos vizinhos da América Latina? Só há uma justificativa, Sr. Presidente: a corrupção somada à incompetência administrativa. Isso é uma desgraça para o povo brasileiro.

O que fazer diante desse quadro de desencanto, de desesperança que se generaliza? Ora, Sr. Presidente, temos o dever de assumir compromissos de que trabalharemos para a construção de uma imagem nova sobre os escombros provocados por esses escândalos de corrupção que semearam revolta, indignação e desesperança. O que fazer? Buscar competência administrativa, honestidade, separar o joio do trigo, limpar a política do País para a idealização de um novo modelo político que possa dar sustentação às instituições públicas valorizadas, respeitadas, mais acreditadas pela população do Brasil e capazes de ressuscitar as esperanças que foram sepultadas pelos escândalos dos últimos tempos em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa é que agradece a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Para uma comunicação urgente, concedo a palavra ao Senador Magno Malta, intercalando-o entre os oradores inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, não tive tempo para apartear a Senadora Íris de Araújo, que tratou, desta tribuna, de tema tão importante como a questão da educação infantil, do in-

vestimento nas crianças, da prevenção, com um aparte muito significativo da Senadora Heloísa Helena, que disse que o futuro de uma criança depende do que se coloca em suas mãos nos primeiros dez anos de vida: se for um lápis ou uma caneta, certamente o caminho será outro; se não houver essa chance e se a possibilidade for a de pegar em uma arma, certamente ela engrossará o exército daqueles que já fazem a violência, com o uso de drogas, com o tráfico de drogas, com o abuso de drogas. Estamos convivendo com essa violência no País há anos.

Eu gostaria de ter aparteadado a Senadora, Sr. Presidente, porque tenho o prazer de trabalhar em uma instituição de recuperação de drogados, Senadora Heloísa Helena, há 25 anos, tirando gente drogada das ruas, das cadeias, crianças, adultos, bêbados. Aliás, Senador Romeu Tuma, o maior índice de reincidência, daqueles que saem e que voltam porque caíram, é de alcoólatras; não é dos dependentes de cocaína ou de qualquer outro tipo de droga. O alcoolismo é também uma grande desgraça para as famílias brasileiras.

É do alcoolismo, dizem as estatísticas, que se forma o grande exército de órfãos do Brasil. São acidentes de trânsito, são famílias que se desfazem – o pai vai embora para um lado; e a mãe, para o outro –, é o alcoolismo. E as famílias e as crianças começam a pagar. As crianças crescem sem a atenção do pai e da mãe. E o pior é que nascem de organismos drogados. Por conta do vício dos pais, os filhos pagam o preço já no nascimento.

No domingo próximo passado, lá na instituição, estávamos mandando de volta para casa alguns filhos de famílias que lá estavam para recebê-los. E uma das coisas mais importantes, Senadora Heloísa Helena, quando se dá a palavra a eles, no final de tudo, quando vão abraçar as famílias, retornando para casa com suas famílias, depois de quatro ou cinco meses de processo de reabilitação, de recuperação, é quando eles pedem perdão à mãe, ao pai, pelo mal causado a ambos e por terem abandonado a escola. A vontade do pai e da mãe, por mais simples que sejam e por mais relapsos que sejam, é a de que o filho tivesse ido para a escola, Senador Marcos Guerra. E ouvi a palavra, neste final de semana, de um deles, chorando e dizendo: “Mãe, quero lhe pedir perdão por todo o mal que lhe fiz, quero pedir perdão porque abandonei a escola, porque lhe fiz chorar”.

Então, é necessário, Senador Marcos Guerra, que tenhamos a visão de que a prevenção é muito mais importante que o processo curativo. Tudo que estamos fazendo é processo curativo, ou seja, receber no hospital aqueles que já estão quase no fim da vida, aqueles cuja família diz: “Olha, é sua última oportuni-

dade, ninguém o agüenta mais. Estou trazendo-o aqui, estou dando a última oportunidade, porque ninguém o agüenta mais. O sofrimento é muito grande. Ele começou a usar droga com 14 anos, com 16 anos. Acabou com a família. Destruiu tudo o que o pai tinha”.

É preciso investir em prevenção, e foi com essa visão que a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) foi criada. A Secretaria Nacional Antidrogas do País, Senadora Heloísa Helena – V. Ex^a é candidata à Presidência da República –, que é uma das Secretarias mais importantes do País, deveria estar diretamente ligada à questão da segurança pública, porque, quando se faz prevenção, trabalha-se com a redução da violência no seio da sociedade.

Senadora Heloísa Helena, a Lei nº 6.368 instituiu o estudo sobre drogas nas escolas do Brasil há mais de 30 anos – V. Ex^a, que é candidata a Presidente, deve analisar o assunto e discuti-lo –, mas nunca se instituíram estudos sobre drogas nas escolas brasileiras.

O que é o estudo sobre drogas na escola? Trata-se da questão moral, da questão familiar, da historicidade das drogas, dos seus malefícios físicos, psicológicos, morais e sociais. O caráter de um homem é desenvolvido de acordo com a informação que recebe; a deformidade é fruto da falta de informação. E, em relação ao vício, Senadora Heloísa Helena, o Brasil paga o preço da falta de informação.

Senador Guerra, se a lei, que existe há mais de 30 anos, houvesse sido colocada em vigor, certamente, hoje, já haveria duas gerações de pais de família que teriam recebido informações a respeito. Essas informações teriam servido para a formação dos seus filhos em casa. Mas eles não a receberam.

Portanto, observamos todo esse terror instalado na sociedade por causa do uso, do consumo e do tráfico de drogas e também por causa do consumo de drogas legalizadas – o álcool e o fumo – e vemos que as famílias pagam um preço.

Não é suficiente a atenção apenas das pessoas que estão diretamente envolvidas nessa questão, mas é importante o envolvimento dos religiosos; dos abnegados; dos bons samaritanos, daqueles que estendem a mão àquele que já acabou com a vida, que já bebeu tudo o que a família tinha, que já cheirou tudo o que possuía, que já fumou tudo o que a família conquistou, que desgraçou a vida, ou seja, o dependente. São necessários aqueles que estendem a mão ao dependente e aqueles que estendem a mão ao usuário de drogas.

Aliás, a nova lei antidroga que o Presidente Lula vai sancionar é muito ruim com relação ao usuário e ao dependente de drogas, porque não há punição nenhuma, absolutamente. Pode-se fumar. É como se

houvessem legalizado as drogas no Brasil. Pode-se fazer o que quiser, porque não há juiz no mundo que vai punir. É dado um corretivo, e, se o corretivo não valer, o juiz manda o cidadão prestar serviços comunitários ou pagar uma cesta básica. Mas se a pessoa não fizer nada disso, está tudo certo também, porque não há como prender o cidadão. Não está na lei. Sabe o que isso quer dizer, Senador Guerra? Que o traficante está morrendo de alegria, porque uma empresa só é forte quando o cliente dela é protegido. V. Ex^a é um grande empresário. O que é mais importante para V. Ex^a? São seus clientes. Se eles estão satisfeitos e protegidos, a indústria, a empresa cresce.

A indústria do tráfico vai crescer com essa lei, porque o usuário é o único responsável pela violência da sociedade. É o dinheiro do usuário que compra o coquetel molotov, que compra a arma, que paga o seqüestro, que paga o contrabando.

É preciso rever essa questão, para que possamos oferecer à sociedade dias melhores, por meio de uma legislação mais significativa e de quem esteja disposto, seja quem ganhar a eleição para a Presidência da República, a investir na Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), para fazer políticas de prevenção.

Em seguida, Sr. Presidente, deve-se investir em educação, chamando a atenção para a Lei nº 6.368, que institui, Senador Tuma – e V. Ex^a os conhece muito bem –, estudos sobre drogas nas escolas brasileiras. Essas aulas já podiam estar sendo ministradas há muitos anos, informando nossas crianças, informando nossos adolescentes, formando o caráter da criança pelo conhecimento adquirido sobre o vício. E aí já haveria pais de família – alguns até avós, porque alguns teriam recebido essas informações há 35 anos; é mais ou menos o tempo que a lei entrou em vigor –, hoje, com 55 anos; já poderiam passar para frente as orientações recebidas na escola.

Sr. Presidente, quero encerrar minha fala, agradecendo à Câmara Municipal de Juiz de Fora a moção de apoio que recebi, assinada pelo Presidente Vicente de Paula Oliveira, pelo Vice-Presidente Francisco Canalli e pela 2^a Vice-Presidente Rose França, nos seguintes termos:

A Câmara Municipal de Juiz de Fora, através de iniciativa da vereadora Rose França, confere esta moção de apoio ao Senador Magno Malta, como prova de confiança e respeito por seus serviços prestados à Nação brasileira, com dedicação e transparência.

Essa moção me emociona e me deixa feliz, Senador Tuma, neste momento em que estou vivendo.

Juntamente com a moção de apoio, Sr. Presidente, enviaram centenas de assinaturas de brasileiros daquela área de Minas Gerais, com telefones e com

endereços, no momento em que me vejo dentro de uma cova sem que nela eu tenha pedido para entrar.

A vontade permissiva de Deus existe, pois Deus está no controle de todas as coisas. A Bíblia diz que não cai um fio de cabelo da nossa cabeça sem que tenha havido autorização do Senhor. Se Deus permitiu que eu fosse jogado nesta cova, será Ele que vai ter de me tirar dela.

Numa situação como essa, um homem comum, que tem vergonha na cara, tem três caminhos a seguir: ou ele se suicida, porque tem vergonha – e é fácil entender por que um homem que tem vergonha tira sua vida; ou ele mata; ou ele confia em Deus. O meu caminho é confiar em Deus, só em Deus, porque Ele é justo Juiz, é meu Justificador. E confiar em Deus por quê? Porque a verdade está comigo.

Senador Guerra, quando ouvi essa história de máfia de ambulância, surpreendi-me, porque nunca coloquei uma emenda nesse sentido. Não há um registro de uma emenda minha no Orçamento da União para ambulância; não há uma emenda de minha autoria para favorecer Planam, que nem conheço – dela ouvi falar pelos jornais.

Quero agradecer, Senador Guerra – estes são os *e-mails* que recebi agora, na parte da tarde –, pelos milhares de *e-mails* que chegam do Brasil, de pessoas que não conheço. Alguns fazem questão de registrar sua fé, dizendo: “Não pratico sua fé. Sou do candomblé”. Outros dizem: “Sou kardecista, sou católico, sou ateu, mas acredito em V. Ex^a e lhe sou solidário. Conheço sua trajetória, sua história”.

Eu gostaria de ler o nome de todos, mas não posso. Às pessoas que me mandam *e-mail*, muito obrigado. Receba meu afeto e meu carinho o povo do nosso Estado do Espírito Santo, de norte a sul; de todos os recantos dos 78 Municípios, desde as pessoas mais simples aos mais letrados, que reiteram confiança na minha pessoa, na minha trajetória, na minha história. V. Ex^a sabe que não foi assim que construí minha vida e minha história. Minhas mãos continuam limpas.

Fico grato. Alguém me mandou um *e-mail* dizendo: “Eu gostaria que você dissesse exatamente isto: ‘Meu Brasil, grande Nação, Pátria sublime, quero verte, muito breve, ainda maior, combatendo a iniquidade, o vício, o crime, rendendo-se aos pés de Cristo, Salvador’”. Está aqui o que me veio num *e-mail*, tão bonito, tão significado e tão verdadeiro para a vida da Nação brasileira!

Agradeço a essas pessoas! Agradeço-lhes com muito carinho.

Algumas pessoas já me pediram: “Não fale mais nesse assunto, não; não toca mais nesse assunto, não!”. Mas como não tocar no assunto?!

Agora, o Senador João Alberto Souza vem à tribuna para falar da sua honra.

Observam-se tantos fatos inverídicos, tantas inverdades, tantas mentiras, com as quais procuram atingir a honra de um cidadão e sua história, com as quais tentam desmerecer uma vida. Como não falar, como não falar?!

Minha gratidão a todas essas pessoas! E meu alerta àqueles que estão disputando a eleição para a Presidência da República! Duas coisas precisam ser feitas: investimento na Senad, como política de segurança pública, e investimento em prevenção. Em segundo lugar, na área da educação, deve-se resgatar a Lei nº 6.368, que institui estudos sobre drogas nas escolas do Brasil, para que seja formada, a médio prazo, uma geração consciente do problema das drogas, do seu uso e abuso no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Trocarei o horário com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O Senador Romeu Tuma está cedendo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a falará em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito bom que, na primeira fila, na falta de representantes do Governo, estejam três ex-petistas empedernidos e convictos: dois Deputados e uma Senadora que trocaram de Partido porque cometeram o pecado de continuar pensando, agora, como pensavam no início de suas vidas públicas.

Meu caro Presidente, eu queria falar dos dois “brasis” que o PT vive: o PT que trabalha e o PT que festeja.

A imprensa, hoje, publica uma matéria em que diz que a Volkswagen poderá fechar a fábrica do ABC paulista.

Senador Tuma, essa conversa já vem sendo tratada há alguns dias.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Há meses.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meses. Nós não ouvimos, aqui, o dito, o vulgo Partido dos Trabalhadores levantar uma voz sequer sobre essa

questão. Muito pelo contrário. Fez com a Volkswagen a mesma coisa que fez com o governo da Bolívia. No caso da Bolívia, perdoou dívidas, mandou aviões usados, deu crédito de confiança ao novo governo e este, ao assumir, chicote no Brasil. E o Brasil, desmoralizado. Aqui, a mesma coisa.

Colocou linha de crédito do BNDES, Senador Antonio Carlos Magalhães, à disposição da Volkswagen, sem nenhuma contrapartida, e a empresa, agora, ameaça demitir pelo menos três mil pessoas.

No mesmo dia, Senador Marco Maciel, na **Folha de S. Paulo**, o jornalista Guilherme Barros publicou uma matéria sobre o outro PT: “Furlan reúne pesos pesados para jantar em casa com Lula.” Imagine o vinho que se tomará e a comida que será consumida. Os assuntos tratados, evidentemente, serão relativos mais aos interesses eleitorais próximos que aos interesses desta Nação.

Há uma lista dos ilustres convidados, os comensais de Lula, o trabalhador, para esse jantar de patrões, que devem tratar os seus empregados, colegas de Lula, de maneira exemplar. Aí é bonito. Veja bem: Marcio Cypriano, presidente da Febraban e do Bradesco; Emílio Odebrecht, da empresa que leva o seu nome; Rogério Agnelli, da Vale do Rio Doce; Horacio Lafer Piva, da Klabin; Carlos Ermírio de Moraes, da Votorantim; David Feffer, da Suzano; Cledorvino Bellini, da Fiat; José Armando de Figueiredo Campos, da CST; Paulo Burtori, do Sindipeças; Carlos Alberto Vieira, da Aracruz; e José Antônio Martins, da Marcopolo.

Veja, Sr^a Senadora Heloísa Helena, quem lá estará também: Hans-Christian Maergner, Presidente da Volkswagen, que, durante o dia, em seu expediente, demite trabalhadores e, à noite, confraterniza-se com o Presidente da República. É esse o Partido dos Trabalhadores. É essa a cabeça do Presidente, que, naturalmente, aqui repetirá a “Carta aos brasileiros”, há quatro anos produzida. Naquele momento, deu garantias aos bancos de que os lucros continuariam como estavam e disse-lhes que ficassem tranquilos porque, no Brasil, nada mudaria.

Honrou o compromisso: foi buscar, para a Presidência do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles, tucano, da mesma linha dos Ministros que o PT combatia em praça pública. Aliás, até o compromisso assumido por Meirelles de pagar adiantadamente a dívida com o FMI foi honrado.

Esse é o PT que tentamos entender mas não conseguimos.

Sr. Senador, Antonio Carlos Magalhães, no Piauí, existe um ditado que diz que cachorro mordido por cobra corre com medo de língua. No PT não é assim.

Na eleição passada, o Sr. Duda Mendonça, na euforia quero crer que não de uma vitória já assegurada, mas de enormes contratos conquistados – e que, depois, o Brasil soube em que circunstâncias –, criativo na maneira de vender um mau produto como algo excelente, fez do Senhor Lula Presidente da República.

Comemoraram, segundo a imprensa local, no mais caro restaurante do Rio de Janeiro. Lá, tomaram uma garrafa de vinho Romanée-Conti. Nada demais. Ganhando em dólar, por dentro e por fora, para fazer do candidato a Presidente um bom produto, que maldade havia, Sr. Presidente, em o Sr. Duda Mendonça tomar um inofensivo Romanée-Conti, que, evidentemente não é o mesmo vinho que os trabalhadores do Brasil bebem?

Zero, zero por cento, Senador Saturnino, dos trabalhadores brasileiros tiveram sequer a oportunidade de ver um rótulo desse difícil produto.

A revista **Veja**, como se comemorando o aniversário de quatro anos desse episódio, noticiou que o Ministro Gushiken, no Magari, restaurante chique de São Paulo – parece que é o mais careiro da cidade no momento –, juntamente com um empresário do setor de comunicação, tomou uma garrafa de Grand Vin de Château Latour, safra 1994, e, depois, fumou um charuto. Disse que a conta foi de R\$3,5 mil, mas o que representa esse valor para o Sr. Gushiken? Nada.

Fiquei preocupado menos com o gasto e mais com o Gushiken. Homem discreto, hoje é terça-feira e ele não desmentiu a notícia, mas a minha preocupação maior é com a sua saúde. Lembro-me que, antes de depor na CPMI do Banestado, funcionários do Palácio procuraram nossos gabinetes para nos prevenir quanto ao risco daquele depoimento, porque a saúde do então todo poderoso porta-voz estava a merecer cuidados.

Acredito que ele esteja fazendo extravagância e não sei o que lhe causa maior mal, se o charuto ou o vinho. De qualquer maneira, ele precisa ter mais cuidado com a saúde e não se deve expor tomando vinho com esse preço, porque, meu caro Presidente, tanto faz beber o famoso vinho Dom Bosco, produzido na serra gaúcha, como o Romanée-Conti ou o Latour. O mal para a saúde é o mesmo. Mas, o que fica ruim aqui é o exemplo. A Revista – não sei se não teve acesso – não detalha quem foi o seu companheiro de noitada; diz apenas ser o diretor de uma empresa de comunicação.

Senador Roberto Saturnino, o que é uma empresa de comunicação? Será uma televisão? Será uma empresa de publicidade? Será alguém que tenha conta no Governo? Será alguém a quem o Governo deve? É algo curioso.

Tenho o Sr. Gushiken na conta de uma pessoa séria, manda no Governo, tanto é que o Lula, num ato falho, disse que todos os envolvidos nos escândalos recentes haviam sido demitidos, menos ele; apenas rebaixado de posto por questões estratégicas, mas continua lá, mandando. Acho eu que o seu lugar está meio comprometido, não por falta de competência, mas porque o PT mudou de cabeça: coloca o Gushiken para tratar de assuntos estratégicos, e o Senador Sibá Machado, esta semana, Senador Antonio Carlos Magalhães, veio falar da estratégia escolhida para o Brasil nos próximos 20 anos e elaborada pela CIA, a mesma a que eles tinham horror quando estavam na Oposição, inclusive pichavam nas paredes “Fora americanos!”, aquela verdadeira paranóia. Ontem, ouvimos uma aula da história da colonização do nosso mundo: como se chegou no Brasil, como os europeus dominaram o planeta, sempre sob a visão estratégica do americano. Americano com quem o Partido dos Trabalhadores faz constantes parcerias, ora para pagar dívidas, ora para comungar com os seus pensamentos.

Senador Antonio Carlos Magalhães, na ocasião, V. Ex^a não estava aqui, infelizmente, até pedi ao Líder do Governo que falasse baixinho para que Fidel Castro não ouvisse, porque se Fidel Castro souber que o Governo do PT está se baseando em relatório da CIA para projetar o futuro do Brasil, não vai ficar satisfeito.

O Sr. Chávez, truculento como é e raivoso, vai esconjurar o parceiro e não deixará fazer aquele gasoduto, que é comparável, pelo Presidente da República, às Muralhas da China. Esse é o PT da ilusão; o outro é o PT do desprezo ao trabalhador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone) E o da corrupção?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É a união dos dois pensamentos. É o resultado disso tudo, Senador Antonio Carlos Magalhães. É o produto. É o que assiste à demissão do trabalhador durante o dia, o assalariado; e é o que se confraterniza nos restaurantes caros do Brasil afora, tomando vinhos dessa natureza. Aliás, disseram-me que há ex-Ministros que estão por aí a ostentar bom gosto e finura nos restaurantes do País, tomando vinhos bem mais caros e mais sofisticados. Vai ver que é doação e generosidade dos amigos!

Uma vez, a minha assessora de imprensa, a Letícia, que está aqui, disse-me que eu era preconceituoso quando eu comecei a ver que o PT estava mudando os costumes. Antigamente, vestiam-se na Casa Colombo; ao tomar posse, passaram, todos, a se vestirem no Ricardo Almeida. Em Brasília, era o Hotel Torre – quem mora em Brasília se lembra –: era aquele restaurante árabe, que era freqüentado de

manhã, de tarde e de noite e um outro na Asa Norte, que servia comida a quilo. Fundaram o Porcão. E o Porcão passou a ser o quartel-general. O Hotel Torre foi abandonado. E, hoje, são os donos do Blue Tree. Para se hospedar no Blue Tree, alguém que venha de fora, Senadora Heloísa Helena,...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL. Fora do microfone) Não quero saber deste Blue Tree!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sei que V. Ex^a é traumatizada por eventos ocorridos no Blue Tree.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL. Fora do microfone) Completamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi lá o seu patíbulo; foi lá onde V. Ex^a foi para a força do Partido dos Trabalhadores! Foi lá! Comemorado com uísque – aquele com selo azul, Johnnie Walker de não sei quantos anos. Mas como tudo que não é feito com naturalidade, meu caro Deputado Ivan Valente, é malfeito, colocaram o guaraná – o guaraná é uma bebida genuinamente brasileira, saborosa – separado; o guaraná separado do uísque. Mas não misture porque não dá rima. Todos estavam lá, foram fotografados, porque no dia seguinte a cabeça de Heloísa Helena iria rolar. Foi a última vez que alguém foi condenado pelo Conselho de Ética do seu ex-Partido, Deputado Valente, por questões ideológicas! Por corrupção, não! Ninguém foi julgado; foram protegidos.

Deputado Valente, há quatro anos, V. Ex^a estava naquele comício, em São Paulo, quando Lula condenou a corrupção e disse que, no palanque dele ladrão não subia? Todo mundo acreditou... Todo mundo acreditou...

No entanto, há uma pessoa, Senador Marco Maciel, neste País, que merece uma estátua: é o Waldomiro Diniz! O primeiro, o pioneiro a quebrar todas aquelas verdades pregadas. Não foi punido. Demos até um crédito de confiança aqui, achando que aquilo era um erro de percurso, e que Waldomiro era uma ovelha negra no meio daquele bando de cordeirinhos, branquinhos que iam a caminho do céu. O Governo brasileiro era apenas o estágio. Mas não. Não foi punido. E hoje Lula está para cantar aquela música popular, que fez muito sucesso no ano passado – pena que a Líder não esteja aqui, pois é S. Ex^a quem canta, eu não canto–: “Se gritar pega ladrão...” Amanhã, ela continua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, gostaria de transmitir aos meus nobres Pares idéias e informações a respeito da presente conjuntura criminal, orientada para angustiar a sociedade brasileira e corroer os fundamentos do Estado democrático de direito. Refiro-me à criminalidade desenfreada, em especial ao crime organizado, que intenta demolir a cidadania, graças a uma posição de mando alcançada no interior e através das cadeias. Posição que permite a calejados facínoras – menos de 0,5% da população carcerária – comandarem, da cela, ações subversivas e terroristas de asseclas, nas ruas, com atentados à vida de agentes públicos e a bens das esferas estatal e particular.

As senhoras e os senhores podem ter lido que facções criminosas mais conhecidas (Comando Vermelho – CV, no Rio de Janeiro, e Primeiro Comando da Capital, famoso e famigerado PCC, em São Paulo) estruturaram-se a partir de um erro tático ocorrido no combate ao terrorismo político nas décadas de 60 e 70. Pois, é verdade! Então, principalmente no presídio de Ilha Grande, no Estado do Rio, permitiu-se promiscuidade entre os presos oriundos de organizações subversivas clandestinas e os chamados criminosos “comuns”. Com isso, bandidos absorveram ensinamentos sobre táticas de guerrilhas urbanas e aprenderam a importância da organização. Assim, nasceu a Falange Vermelha, depois rebatizada de Comando Vermelho e que serviu de modelo às demais facções criminosas.

A chamada “luta armada” agonizava. Alguém percebeu como poderia ser vantajosa a substituição da “guerrilha urbana” política pela criminalidade “comum”, principalmente devido à inexistência de vínculos diretos entre aquelas organizações clandestinas e os bandidos que iam praticar os crimes ao acaso. Esses delitos teriam os mesmos efeitos do terrorismo organizado, mas a repressão policial seria mais difícil e sem riscos para os ocultos beneficiários do terror. Surgiu, dessa maneira, uma simbiose criminal, em função das possibilidades de atemorizar cidadãos ordeiros e desacreditar instituições para extorquir benefícios carcerários e processuais. Devido ao componente político, tal simbiose conseguiu subverter e degenerar o sistema jurídico-penal.

Existia então um movimento internacional, muito forte na Europa, denominado “Nova Criminologia”. Seu ideário marxista-leninista incluía a extinção das penas privativas de liberdade de origem “burguesa”, objetivo oportunista e totalmente utópico. Os novos criminólogos pregavam a abolição das leis penais, apresentando-as como recurso maldoso das elites para silenciar outras classes. Na chamada “luta de classes”, a prisão seria o castigo reservado aos pobres renitentes, revoltados

com a vida miserável e capazes de pegar em armas para despojar e resistir aos opressores.

Assim, as sociedades “burguesas” oprimiriam com a força da lei as pessoas que considerassem insurgentes. Como se fosse possível admitir, por exemplo, que matar alguém deixa de ser crime em algum lugar do mundo ou não receba a maior pena existente em qualquer sistema penal, inclusive no socialista. Ou ainda considerar pobreza como sinônimo de criminalidade.

Na verdade, a “Nova Criminologia” funcionava como linha-auxiliar dos terroristas italianos das Brigadas Vermelhas, alemães da Bader Meinhof e até dos japoneses da Facção do Exército Vermelho. Mercenários de potências hegemônicas, eles espalhavam-se pela maioria dos países ocidentais. Ansiavam pela derrubada dos arcabouços jurídicos nacionais que a eles se contrapunham. A seu ver, elidir as leis penais significava meio caminho para a revolução comunista e a tomada do poder.

Sem conseguir concretizar essa quimera, os neocriminólogos contentaram-se com o paulatino enfraquecimento dos sistemas criminais. Nesse afã, olvidaram as palavras “fazer justiça”. Fizeram triunfar suas aberrações jurídicas graças a poderosas máquinas partidárias de propaganda, informação e convencimento. Seqüelas dessa insanidade são o que vemos hoje, trinta anos depois.

Herdeiros do pensamento distorcido pela dialética do materialismo histórico ganharam projeção e fizeram escola no Brasil, como se vivêssemos nos cenários de Tolstói, de Dostoievski ou Gorki. Virou modismo e de bom-tom transformar criminosos em vítimas e responsabilizar estas pelo próprio infortúnio. Chegou-se a criar uma pseudociência, batizada de “Vitimologia”, rapidamente absorvida por juristas de renome e governantes. Ficou definida nos dicionários como “teoria que tende a justificar um crime pelas atitudes com que a vítima como que a motiva”.

Neocriminólogos brasileiros disseminaram a imagem do delinqüente “comum” como “rebelde sem causa”, merecedor de apoio e carinho. Um herói romântico, forçado a roubar, matar, seqüestrar, traficar drogas para sobreviver. É que, diante do fracasso da “luta armada” para mudar o regime, seus mentores optaram pela caminhada revolucionária alternativa – um neoterrorismo – através da supressão do caráter punitivo das penas. Acreditaram que a revolução popular eclodiria fatalmente, caso se generalizasse a impunidade. Para tanto, as punições criminais precisaram ser reduzidas à simples ressocialização por meio da reeducação de quem delinqüisse. E, por isso, passaram a exaltar tudo o que pudesse ser considerado apenas como caráter ressocializante e educativo das penas.

O castigo penal caiu no esquecimento ou no desuso até para garantir a disciplina entre facínoras encarcerados. Chega a ser constrangedor e fora de moda invocá-lo agora. Deram-lhe aroma de vingança. Quanto à Justiça e à prevenção do crime, que se danem!

Sem o espectro da punição, desapareceria o temor penal desestimulante da criminalidade. Por consequência, segundo a análise dos mentores encobertos, uma escalada de violência inaudita, agravada pelo incremento da corrupção de agentes públicos, irradiaria sentimento de injustiça e revolta no seio do povo. Desmoralizaria autoridades e instituições democráticas por elas representadas. As gritantes diferenças sociais, agravadas pela má distribuição de renda, baixa escolaridade, deprimente assistência médico-odontológica-hospitalar, carência de lideranças políticas autênticas, vergonhosa sangria dos dinheiros públicos e o imobilismo do arcaico e detestável sistema prisional brasileiro fariam o resto. O regime político viria abaixo, Sr. Presidente.

Paralelamente, uma grande limitação, inexistente em meio às hostes neoterroristas, comprometeria a autodefesa democrática. Sim, porque é da essência de nossa democracia o respeito incondicional aos princípios declarados em cláusulas pétreas da Constituição. Repudiá-los significa morte. Aliás, a atual afronta terrorista ao Estado objetiva instigar esse rompimento institucional, Senador, Presidente da República, que aqui se encontra entre nós.

Para neocriminólogos, ética democrática e piedade são coisas de “sociedade burguesa” desprezadas por seus protegidos, os malfeitores. Mas, por questão de princípio, o governo democrático sempre estará obrigado a punir exemplarmente autoridades e agentes que desrespeitem direitos individuais de criminosos.

Eis, portanto, o perigoso paradoxo: a democracia capitalista combate em duas frentes, isto é, precisa reprimir tanto os que a estejam sufocando, quanto os que extrapolem sua autodefesa legal.

Na estratégia diabólica do “terrorismo sem terrorista”, o grande cavalo de Tróia foi a Lei de Execução Penal, secundada pelos Códigos Penal e de Processo Penal. Do seu bojo, saem decisões judiciais que diluem a já diminuta capacidade de dissuasão dessas leis. Tornam-se quase inócuas devido a um sem-número de benefícios carcerários e processuais.

Juristas e parlamentares desavisados ou comprometidos entregaram-se ao mister de demolir o sentido punitivo dessas leis. Eles acabaram por esquecer que, na outra ponta, estão as vítimas sedentas de justiça e uma sociedade acuada pela dificuldade em desestimular práticas delituosas.

No passado, a dúvida sempre beneficiou o réu até sua absolvição, porém, agora, tudo é desculpa para ajudá-lo antes e depois da condenação. Configuram-se aberrações que chegam a eivar uma das mais belas páginas escritas pela humanidade, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Faço minhas as palavras do Desembargador Álvaro Lazzarini, do Judiciário paulista, que diagnosticou uma “terceira vertente” na criminalidade, dizendo-a não mais restrita “aos malformados da teoria de Lombroso nem às vítimas do modelo econômico, os desvalidos, que, aliás, continuam a aumentar”. O insigne magistrado assinala que “o bandidismo mudou seu perfil e formou uma nova classe social”, lastreada na destruição de valores sociais, familiares e morais operada nas duas décadas anteriores, para ressaltar:

“Trata-se agora de uma terceira categoria: os deformados morais que acreditam ter o ‘direito’ de atacar os demais cidadãos, roubando-lhes os bens e tirando-lhes a vida, como bem entenderem. Eles se baseiam no que a mídia lhes ensinou. Já que ninguém presta, todos, em tese, são bandidos. (...) Essa nova classe de bandidos, ao contrário de antigamente, tem hoje o apoio dos seus familiares, que também foram convencidos pela mídia de que ninguém presta. Antes, o filho ladrão era até mesmo renegado e posto fora de casa pela família. Hoje basta ir aos presídios para verificar as multidões que ali acorrem para dar seu apoio moral aos presos e, quem sabe, levar-lhes informações e outros ‘meios’. Estranhamente, essas multidões não são encontradas nas portas dos asilos e dos hospitais.”

Concordo ainda com o desembargador quando afirma que a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) tornou-se “tão benevolente que beira a irresponsabilidade”.

O inigualável Jô Soares costuma qualificar o que se passa no Brasil de forma jocosa, mas realista.

É impossível, a esta altura, abstrair algum provável exagero, quando o vemos afirmar: “A corrupção não é invenção brasileira, mas a impunidade é uma coisa muito nossa”.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a simbiose iniciada na Ilha Grande cresceu e frutificou. Para perceber a sua atual pujança, basta observar o comportamento de alguns conhecidos próceres políticos. Com semblante angelical ou irado – conforme as circunstâncias –, chegam a dormir em portas de cadeia para prestigiar bandidos da pior espécie, sem sequer se atreverem a visitar as famílias infelicitadas por eles.

Mais fácil ainda é compreender a extensão do problema quando lembramos, por exemplo, que o traficante Fernandinho Beira-Mar foi capturado nas sel-

vas colombianas, onde se transformara em sócio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. As Farc praticam o narcoterrorismo prognosticado pelo antigo chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar, que proclamou ser a cocaína uma “bomba atômica” ao dispor dos guerrilheiros latino-americanos para financiá-los com bilhões de dólares e deteriorar as sociedades democráticas existentes ao redor.

Sr. Presidente, sei que meu tempo está-se esgotando, mas quero cumprimentar a Senadora Heloísa Helena e agradecer a S. Ex^a os depoimentos no seu trabalho de campanha pela Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a pode concluir, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu pediria a V. Ex^a que permitisse a leitura total. É algo muito importante, Sr. Presidente. Faço um apelo, Senadora Heloísa Helena, para que os outros candidatos imitem V. Ex^a. Quando se fala em segurança pública nas propagandas eleitorais, faz-se uma terrível mistura; os candidatos mais divergem para um ataque pessoal do que propriamente para a busca da solução. Há uma coisa que não podemos esquecer, e à qual V. Ex^a tem-se referido: a figura do policial. Apelo aos outros candidatos para que observem isto: o policial é homem de bem, digno, e merece nosso respeito, nossa confiança. Ultimamente, ele tem sido relegado a segundo plano, como se fosse um ser qualquer e não tivesse a capacidade de entregar a própria vida em defesa do cidadão. Os policiais são relegados a um salário ínfimo em relação a outras atividades de Estado; são relegados à falta de condições para enfrentar o crime organizado, que vem crescendo dia a dia; são postos como alvos da marginalidade, para serem mortos na porta de suas casas – quando não têm alvejado o filho ou a esposa.

Não podemos esquecer que, atrás de cada arma, no interior de cada viatura policial, há alguém que vai nos defender. Que os corruptos sejam punidos permanentemente! Mas aqueles que abraçam essa profissão por vocação têm de ser tratados com respeito. Penso que os candidatos têm de referir-se aos policiais com respeito; têm de dar-lhes melhor organização em defesa da sociedade e meios para que desenvolvam bem seu trabalho. Não adianta dizer que vão colocar as Forças Armadas nas ruas. Meu Deus do céu! Eu vou dar o rio Tietê para a Marinha patrulhar? Eu vou dizer para a Aeronáutica pilotar as favelas ou os morros do Rio de Janeiro? O Exército vai tomar conta da criminalidade urbana, e a Polícia vai recolher-se dentro dos quartéis ou das delegacias? Isso é loucura, Senadora! V. Ex^a está correta no seu diagnóstico, no sentido de que precisamos dar os meios corretos, decentes,

para que os policiais possam, realmente, corresponder à expectativa da própria vocação, que é a alma e o coração em defesa da sociedade.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a está tocando em um ponto importantíssimo, que é o lado humano de toda essa problemática: o abandono do policial. O policial brasileiro, hoje, é tratado de forma completamente diferente do que era nos meus tempos de infância e juventude, quando havia, por parte da população, um profundo respeito. Só a passagem de um carro-patrolha impunha respeito; a população tinha admiração por aquele momento. V. Ex^a tocou em um ponto importantíssimo com relação à habitação do policial. Na minha infância, existiam as vilas militares, os locais onde os policiais ficavam agrupados, convivendo com famílias do mesmo nível, do mesmo padrão. Hoje, em função dos salários praticados, os policiais são obrigados a conviver, lado a lado, com os favelados. Esses são os seus vizinhos. E, quando os vizinhos são marginais, a situação se agrava: é a filha que namora o vizinho, que é bandido; é a ameaça na sua entrada em casa e na sua saída; é a visualização dos seus hábitos cotidianos, que ficam à mercê da espreita de todos aqueles marginais que o cercam. Então, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento, principalmente no tocante ao lado humano que envolve a situação do policial brasileiro no presente momento. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Roberto Cavalcanti, agradeço a V. Ex^a. Recordo-me de situações inusitadas, como a do policial que mora na favela, a que V. Ex^a bem se referiu, Senador Marcos Guerra. A esposa, Senador Heráclito Fortes, Senador Marco Maciel, é obrigada a lavar a roupa do marido na pia e secá-la atrás da geladeira, porque não pode pendurá-la no varal. Se algum membro do PCC ou do Comando Vermelho identifica onde mora um policial, ou sua casa é queimada ou ele é morto na primeira oportunidade. É a degradação da atividade policial.

No meu tempo, isso era mais difícil acontecer: o policial era respeitado, o bandido tinha medo da Polícia. Ela, hoje, se obriga a submergir pela onda de proteção que a marginalidade tem.

Ouvi uma discussão muito clara, neste final de semana, em que se dizia que a pena não pode ser um castigo. Como não pode ser um castigo? O que é a pena? Ressocialização? Mas o marginal que pratica um crime grave vai para a cadeia como um castigo por ter violentado a sociedade. Então, não se pode

tentar desvirtuar a razão essencial da pena. Temos, realmente, de estudar penas alternativas, buscá-las para os crimes de baixa periculosidade, e enfrentar a segurança com o respeito que ela merece.

Ouçó V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, como faz habitualmente, traz à consideração da Casa tema não somente de grande atualidade, mas também de grande significação para o nosso País: o problema da violência e, de modo especial, da violência urbana. Dentro desse quadro, V. Ex^a salienta o papel do policial, que deve ser cada vez mais realçado e reconhecido, sobretudo porque sua função, como agente da sociedade, é a de proteger a vida do cidadão, mais do que isso, a vida e o patrimônio – o privado e o público. Daí por que transmito a V. Ex^a meus cumprimentos pela abordagem que está fazendo. Espero que as suas palavras sejam ouvidas não somente pelo Poder Executivo Federal e por todos aqueles que se interessam, em nosso País, pela melhoria da prestação dos serviços de segurança pública, quer no plano federal, quer no plano dos Estados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço, Senador Marco Maciel. Sou testemunha de que V. Ex^a, na Vice-Presidência, sempre viu com simpatia todo o esforço no sentido da busca de respeitabilidade e de meios para melhorar a atividade policial.

Ouçó V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena. Peço desculpas, Sr. Presidente, e mais um minuto para o aparte de S. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Tuma, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Sei que não é a primeira vez, certamente milhares de vezes V. Ex^a já foi à tribuna falar do tema, fez apelos, apresentou proposições concretas... O mais doloroso para mim no debate sobre segurança pública é que ele acabou sendo centralizado em São Paulo quando sabemos que o problema da segurança pública e do sistema prisional brasileiro acontece em todo o Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Hoje, existe uma disputa inconseqüente, eleitoreira e demagógica entre o PT e o PSDB. Os dois Partidos têm a obrigação de, humildemente, reconhecer a irresponsabilidade que patrocinaram, ao longo dos últimos doze anos, na área de segurança pública. E o mais doloroso é que, há dois anos e meio, como sabe V. Ex^a, todos os secretários de segurança pública ou defesa social do Brasil e todos os dirigentes do sistema prisional brasileiro encaminharam à Secretaria Nacional de Segurança Pública, ao Ministério da Justiça, um diagnóstico absolutamente preciso dos principais problemas e das alternativas concretas

a curto, médio e longo prazo para tentar solucioná-los – e aí vai desde um sistema único de segurança, um piso salarial digno para os Policiais Civis e Militares... Há um cadastro dos mais de 360 mil encarcerados do Brasil, pelo crime cometido, pelo grau de periculosidade. Todos nós sabemos qual a situação de jovens ou mulheres e homens que estão em regime aberto, semi-aberto ou fechado, que estão nas delegacias ou no sistema penitenciário. Todo mundo sabe – é proposta de V. Ex^a, minha e de vários outros – o que se pode fazer para garantir o monitoramento, vinte e quatro horas por dia, dos chefões do crime organizado, que estão se aproveitando dos campos de concentração de pobres, que são muitos dos presídios brasileiros, e manipulando essas pessoas. Então, não é possível, não é possível que só o Presidente da República não saiba exatamente o que está acontecendo no Brasil. O mais triste é que, se fosse uma situação que ninguém conhecesse com precisão e alguém tivesse de fazer todo o diagnóstico e uma pesquisa a fim de identificar todos os problemas, ainda haveria razão para tanta irresponsabilidade e inoperância. O mais doloroso é que todas as pessoas têm, com exatidão técnica, o diagnóstico preciso do sistema prisional, do aparato de segurança pública. Não vou nem falar das políticas sociais, que, como sabemos V. Ex^a, a Senadora Patrícia, eu – todos falam sobre esse assunto –, diminuem o risco de que nossas crianças e jovens sejam arrastados para a marginalidade. Mas, além disso, o que pode ser feito hoje? O que pode ser feito agora? Realmente, fico impressionada com tanta incompetência, irresponsabilidade e insensibilidade com que está sendo tratada a área de segurança pública. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a não pelo pronunciamento, mas pelo compromisso de vários pronunciamentos, de várias propostas e sugestões feitas por V. Ex^a nestes oito anos em que tenho a oportunidade de conviver com V. Ex^a no Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena. Peço a Deus que ande sempre ao seu lado para que V. Ex^a possa, nessa progressão, fazer com que todos sintam que há solução, que depende – essa questão de vontade política, para mim, é meio confusa – da vontade férrea de querer trazer tranqüilidade à sociedade. Esta angústia, este sofrimento tem que acabar: o medo tomando conta das famílias de bem e o bandido rindo, tranqüilamente, sem nenhuma preocupação de ser molestado por uma autoridade. É o fim do mundo!

Que Deus a abençoe, Senadora!

Muito obrigado a todos os que me apartearam.

Sr. Presidente, peço à Presidência que publique na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, preciso transmitir aos meus nobres Pares idéias e informações a respeito da presente conjuntura criminal, orientada para angustiar a sociedade brasileira e corroer os fundamentos do Estado democrático de direito.

Refiro-me à criminalidade desenfreada, em especial ao crime organizado, que intenta demolir a cidadania graças a uma posição de mando alcançada no interior e através das cadeias. Posição que permite a calejados facínoras – menos de 0,5% da população carcerária – comandarem da cela ações subversivo-terroristas de asseclas nas ruas, com atentados à vida de agentes públicos e a bens das esferas estatal e particular.

As senhoras e os senhores podem ter lido que as facções criminosas mais conhecidas (Comando Vermelho – CV, no Rio de Janeiro, e Primeiro Comando da Capital – PCC, em São Paulo) estruturaram-se a partir de um erro tático ocorrido no combate ao terrorismo político das décadas de 60 e 70. Pois é verdade! Então, principalmente no presídio da Ilha Grande, no Estado do Rio, permitiu-se promiscuidade entre os presos oriundos de organizações subversivas clandestinas e os chamados criminosos “comuns”. Com isso, bandidos absorveram ensinamentos sobre táticas de guerrilha urbana e aprenderam a importância da organização. Assim nasceu a Falange Vermelha, depois rebatizada de Comando Vermelho e que serviu de modelo às demais facções criminosas.

A chamada “luta armada” agonizava. Alguém percebeu como poderia ser vantajosa a substituição da “guerrilha urbana” política pela criminalidade “comum”, principalmente devido à inexistência de vínculos diretos entre aquelas organizações clandestinas e os bandidos que iriam praticar os crimes ao acaso. Esses delitos teriam os mesmos efeitos do terrorismo organizado, mas a repressão policial seria mais difícil e sem riscos para os ocultos beneficiários do terror. Surgiu dessa maneira uma simbiose criminal, em função das possibilidades de atemorizar cidadãos ordeiros e desacreditar instituições para extorquir benefícios carcerários e processuais. Devido ao componente político, tal simbiose conseguiu subverter e degenerar o sistema jurídico-penal.

Existia então um movimento internacional, muito forte na Europa, denominado “Nova Criminologia”. Seu ideário marxista-leninista incluía a extinção das penas privativas de liberdade de origem “burguesa”, objetivo oportunista e totalmente utópico. Os novos criminólogos

pregavam a abolição das leis penais, apresentando-as como recurso maldoso das elites para silenciar outras classes. Na chamada “luta de classes”, a prisão seria o castigo reservado aos pobres renitentes, revoltados com a vida miserável e capazes de pegar em armas para despojar e resistir aos opressores.

Assim, as sociedades “burguesas” oprimiriam com a força da lei as pessoas que considerassem insurgentes. Como se fosse possível admitir, por exemplo, que matar alguém deixa de ser crime em algum lugar do mundo ou não receba a maior pena existente em qualquer sistema penal, inclusive no socialista. Ou ainda considerar pobreza como sinônimo de criminalidade.

Na verdade, a “Nova Criminologia” funcionava como linha-auxiliar dos terroristas italianos das Brigadas Vermelhas, alemães da Bader Meinhof e até dos japoneses da Facção do Exército Vermelho. Mercenários de potências hegemônicas, eles espalhavam-se pela maioria dos países ocidentais. Ansiavam pela derrubada dos arcabouços jurídicos nacionais que a eles se contrapunham. A seu ver, elidir as leis penais significava meio caminho para a revolução comunista e a tomada do poder.

Sem conseguir concretizar essa quimera, os neocriminólogos contentaram-se com o paulatino enfraquecimento dos sistemas criminais. Nesse afã, olvidaram as palavras “fazer justiça”. Fizeram triunfar suas aberrações jurídicas graças a poderosas máquinas partidárias de propaganda, informação e convencimento. Seqüelas dessa insanidade são o que vemos hoje, trinta anos depois.

Herdeiros do pensamento distorcido pela dialética do materialismo histórico ganharam projeção e fizeram escola no Brasil, como se vivêssemos no cenário de Tolstói, de Dostoievski ou Gorki. Virou modismo e de bom-tom transformar criminosos em vítimas e responsabilizar estas pelo próprio infortúnio. Chegou-se a criar uma pseudociência, batizada de “Vitimologia”, rapidamente absorvida por juristas de renome e governantes. Ficou definida nos dicionários como “teoria que tende a justificar um crime pelas atitudes com que a vítima como que a motiva”.

Neocriminólogos brasileiros disseminaram a imagem do delinqüente “comum” como “rebelde sem causa”, merecedor de apoio e carinho. Um herói romântico, forçado a roubar, matar, seqüestrar, traficar drogas para sobreviver. É que, diante do fracasso da “luta armada” para mudar o regime, seus mentores optaram pela caminhada revolucionária alternativa – um neoterrorismo – através da supressão do caráter punitivo das penas. Acreditaram que a revolução popular eclodiria fatalmente, caso se generalizasse a impunidade. Para tanto, as punições criminais precisaram ser reduzidas

à simples ressocialização por meio da reeducação de quem delinqüisse. E, por isso, passaram a exaltar tudo o que pudesse ser considerado apenas como caráter ressocializante e educativo das penas.

O castigo penal caiu no esquecimento ou no desuso até para garantir a disciplina entre facínoras encarcerados. Chega a ser constrangedor e fora de moda invocá-lo agora. Deram-lhe aroma de vingança. Quanto à Justiça e à prevenção do crime, que se danem!

Sem o espectro da punição, desapareceria o temor penal desestimulante da criminalidade. Por consequência, segundo a análise dos mentores encobertos, uma escalada de violência inaudita, agravada pelo incremento da corrupção de agentes públicos, irradiaria sentimento de injustiça e revolta no seio do povo. Desmoralizaria autoridades e instituições democráticas por elas representadas. As gritantes diferenças sociais, agravadas pela má distribuição de renda, baixa escolaridade, deprimente assistência médico-odontológica-hospitalar, carência de lideranças políticas autênticas, vergonhosa sangria dos dinheiros públicos e o imobilismo do arcaico e detestável sistema prisional brasileiro fariam o resto. O regime político viria abaixo, Sr. Presidente.

Paralelamente, uma grande limitação, inexistente em meio às hostes neoterroristas, comprometeria a autodefesa democrática. Sim, porque é da essência de nossa democracia o respeito incondicional aos princípios declarados em cláusulas pétreas da Constituição. Repudiá-los significa morte. Aliás, a atual afronta terrorista ao Estado objetiva instigar esse rompimento institucional, Senador, Presidente da República, que aqui se encontra entre nós.

Para neocriminólogos, ética democrática e piedade são coisas de “sociedade burguesa” desprezadas por seus protegidos, os malfeitores. Mas, por questão de princípio, o governo democrático sempre estará obrigado a punir exemplarmente autoridades e agentes que desrespeitem direitos individuais de criminosos.

Eis, portanto, o perigoso paradoxo: a democracia capitalista combate em duas frentes, isto é, precisa reprimir tanto os que a estejam sufocando, quanto os que extrapolem sua autodefesa legal.

Na estratégia diabólica do “terrorismo sem terrorista”, o grande cavalo de Tróia foi a Lei de Execução Penal, secundada pelos Códigos Penal e de Processo Penal. Do seu bojo, saem decisões judiciais que diluem a já diminuta capacidade de dissuasão dessas leis. Tornam-se quase inócuas devido a um sem-número de benefícios carcerários e processuais.

Juristas e parlamentares desavisados ou comprometidos entregaram-se ao mister de demolir o sentido punitivo dessas leis. Eles acabaram por esquecer que,

na outra ponta, estão as vítimas sedentas de justiça e uma sociedade acuada pela dificuldade em desestimular práticas delituosas.

No passado, a dúvida sempre beneficiou o réu até sua absolvição, porém, agora, tudo é desculpa para ajudá-lo antes e depois da condenação. Configuram-se aberrações que chegam a eivar uma das mais belas páginas escritas pela humanidade, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Faço minhas as palavras do Desembargador Álvaro Lazzarini, do Judiciário paulista, que diagnosticou uma “terceira vertente” na criminalidade, dizendo-a não mais restrita “aos malformados da teoria de Lombroso nem às vítimas do modelo econômico, os desvalidos, que, aliás, continuam a aumentar”. O insigne magistrado assinala que “o bandidismo mudou seu perfil e formou uma nova classe social”, lastreada na destruição de valores sociais, familiares e morais operada nas duas décadas anteriores, para ressaltar:

“Trata-se agora de uma terceira categoria: os deformados morais que acreditam ter o ‘direito’ de atacar os demais cidadãos, roubando-lhes os bens e tirando-lhes a vida, como bem entenderem. Eles se baseiam no que a mídia lhes ensinou. Já que ninguém presta, todos, em tese, são bandidos. (...) Essa nova classe de bandidos, ao contrário de antigamente, tem hoje o apoio dos seus familiares, que também foram convencidos pela mídia de que ninguém presta. Antes, o filho ladrão era até mesmo renegado e posto fora de casa pela família. Hoje basta ir aos presídios para verificar as multidões que ali acorrem para dar seu apoio moral aos presos e, quem sabe, levar-lhes informações e outros ‘meios’. Estranhamente, essas multidões não são encontradas nas portas dos asilos e dos hospitais.”

Concordo ainda com o desembargador quando afirma que a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) tornou-se “tão benevolente que beira a irresponsabilidade”.

O inigualável Jô Soares costuma qualificar o que se passa no Brasil de forma jocosa, mas realista.

É impossível, a esta altura, abstrair algum provável exagero, quando o vemos afirmar: “A corrupção não é invenção brasileira, mas a impunidade é uma coisa muito nossa”.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a simbiose iniciada na Ilha Grande cresceu e frutificou. Para perceber a sua atual pujança, basta observar o comportamento de alguns conhecidos próceres políticos. Com semblante angelical ou irado – conforme as circunstâncias –, chegam a dormir em portas de cadeia para prestigiar bandidos da pior espécie, sem sequer se atreverem a visitar as famílias infelicitadas por eles.

Mais fácil ainda é compreender a extensão do problema quando lembramos, por exemplo, que o traficante Fernandinho Beira-Mar foi capturado nas selvas colombianas, onde se transformara em sócio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. As Farc praticam o narcoterrorismo prognosticado pelo antigo chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar, que proclamou ser a cocaína uma “bomba atômica” ao dispor dos guerrilheiros latino-americanos para financiá-los com bilhões de dólares e deteriorar as sociedades democráticas existentes ao redor.

Sr. Presidente, sei que meu tempo está-se esgotando, mas quero cumprimentar a Senadora Heloísa Helena e agradecer a S. Ex^a os depoimentos no seu trabalho de campanha pela Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a pode concluir, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu pediria a V. Ex^a que permitisse a leitura total. É algo muito importante, Sr. Presidente. Faço um apelo, Senadora Heloísa Helena, para que os outros candidatos imitem V. Ex^a. Quando se fala em segurança pública nas propagandas eleitorais, faz-se uma terrível mistura; os candidatos mais divergem para um ataque pessoal do que propriamente para a busca da solução. Há uma coisa que não podemos esquecer, e à qual V. Ex^a tem-se referido: a figura do policial. Apelo aos outros candidatos para que observem isto: o policial é homem de bem, digno, e merece nosso respeito, nossa confiança. Ultimamente, ele tem sido relegado a segundo plano, como se fosse um ser qualquer e não tivesse a capacidade de entregar a própria vida em defesa do cidadão. Os policiais são relegados a um salário ínfimo em relação a outras atividades de Estado; são relegados à falta de condições para enfrentar o crime organizado, que vem crescendo dia a dia; são postos como alvos da marginalidade, para serem mortos na porta de suas casas – quando não têm alvejado o filho ou a esposa.

Não podemos esquecer que, atrás de cada arma, no interior de cada viatura policial, há alguém que vai nos defender. Que os corruptos sejam punidos permanentemente! Mas aqueles que abraçam essa profissão por vocação têm de ser tratados com respeito. Penso que os candidatos têm de referir-se aos policiais com respeito; têm de dar-lhes melhor organização em defesa da sociedade e meios para que desenvolvam bem seu trabalho. Não adianta dizer que vão colocar as Forças Armadas nas ruas. Meu Deus do céu! Eu vou dar o rio Tietê para a Marinha patrulhar? Eu vou dizer para a Aeronáutica pilotar as favelas ou os morros do Rio de Janeiro? O Exército vai tomar conta da criminalidade urbana, e a Polícia vai recolher-se dentro dos

quartéis ou das delegacias? Isso é loucura, Senadora! V. Ex^a está correta no seu diagnóstico, no sentido de que precisamos dar os meios corretos, decentes, para que os policiais possam, realmente, corresponder à expectativa da própria vocação, que é a alma e o coração em defesa da sociedade.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a está tocando em um ponto importantíssimo, que é o lado humano de toda essa problemática: o abandono do policial. O policial brasileiro, hoje, é tratado de forma completamente diferente do que era nos meus tempos de infância e juventude, quando havia, por parte da população, um profundo respeito. Só a passagem de um carro-patrolha impunha respeito; a população tinha admiração por aquele momento. V. Ex^a tocou em um ponto importantíssimo com relação à habitação do policial. Na minha infância, existiam as vilas militares, os locais onde os policiais ficavam agrupados, convivendo com famílias do mesmo nível, do mesmo padrão. Hoje, em função dos salários praticados, os policiais são obrigados a conviver, lado a lado, com os favelados. Esses são os seus vizinhos. E, quando os vizinhos são marginais, a situação se agrava: é a filha que namora o vizinho, que é bandido; é a ameaça na sua entrada em casa e na sua saída; é a visualização dos seus hábitos cotidianos, que ficam à mercê da espreita de todos aqueles marginais que o cercam. Então, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento, principalmente no tocante ao lado humano que envolve a situação do policial brasileiro no presente momento. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Roberto Cavalcanti, agradeço a V. Ex^a. Recordo-me de situações inusitadas, como a do policial que mora na favela, a que V. Ex^a bem se referiu, Senador Marcos Guerra. A esposa, Senador Heráclito Fortes, Senador Marco Maciel, é obrigada a lavar a roupa do marido na pia e secá-la atrás da geladeira, porque não pode pendurá-la no varal. Se algum membro do PCC ou do Comando Vermelho identifica onde mora um policial, ou sua casa é queimada ou ele é morto na primeira oportunidade. É a degradação da atividade policial.

No meu tempo, isso era mais difícil acontecer: o policial era respeitado, o bandido tinha medo da Polícia. Ela, hoje, se obriga a submergir pela onda de proteção que a marginalidade tem.

Ouvi uma discussão muito clara, neste final de semana, em que se dizia que a pena não pode ser um castigo. Como não pode ser um castigo? O que é

a pena? Ressocialização? Mas o marginal que pratica um crime grave vai para a cadeia como um castigo por ter violentado a sociedade. Então, não se pode tentar desvirtuar a razão essencial da pena. Temos, realmente, de estudar penas alternativas, buscá-las para os crimes de baixa periculosidade, e enfrentar a segurança com o respeito que ela merece.

Ouçó V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, como faz habitualmente, traz à consideração da Casa tema não somente de grande atualidade, mas também de grande significação para o nosso País: o problema da violência e, de modo especial, da violência urbana. Dentro desse quadro, V. Ex^a salienta o papel do policial, que deve ser cada vez mais realçado e reconhecido, sobretudo porque sua função, como agente da sociedade, é a de proteger a vida do cidadão, mais do que isso, a vida e o patrimônio – o privado e o público. Daí por que transmito a V. Ex^a meus cumprimentos pela abordagem que está fazendo. Espero que as suas palavras sejam ouvidas não somente pelo Poder Executivo Federal e por todos aqueles que se interessam, em nosso País, pela melhoria da prestação dos serviços de segurança pública, quer no plano federal, quer no plano dos Estados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço, Senador Marco Maciel. Sou testemunha de que V. Ex^a, na Vice-Presidência, sempre viu com simpatia todo o esforço no sentido da busca de respeitabilidade e de meios para melhorar a atividade policial.

Ouçó V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena. Peço desculpas, Sr. Presidente, e mais um minuto para o aparte de S. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Tuma, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Sei que não é a primeira vez, certamente milhares de vezes V. Ex^a já foi à tribuna falar do tema, fez apelos, apresentou proposições concretas... O mais doloroso para mim no debate sobre segurança pública é que ele acabou sendo centralizado em São Paulo quando sabemos que o problema da segurança pública e do sistema prisional brasileiro acontece em todo o Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Hoje, existe uma disputa inconseqüente, eleitoreira e demagógica entre o PT e o PSDB. Os dois Partidos têm a obrigação de, humildemente, reconhecer a irresponsabilidade que patrocinaram, ao longo dos últimos doze anos, na área de segurança pública. E o mais doloroso é que, há dois anos e meio, como sabe V. Ex^a, todos os secretários de segurança pública ou defesa social do Brasil e todos os dirigentes do sistema prisional brasileiro encaminharam

à Secretaria Nacional de Segurança Pública, ao Ministério da Justiça, um diagnóstico absolutamente preciso dos principais problemas e das alternativas concretas a curto, médio e longo prazo para tentar solucioná-los – e aí vai desde um sistema único de segurança, um piso salarial digno para os Policiais Cíveis e Militares... Há um cadastro dos mais de 360 mil encarcerados do Brasil, pelo crime cometido, pelo grau de periculosidade. Todos nós sabemos qual a situação de jovens ou mulheres e homens que estão em regime aberto, semi-aberto ou fechado, que estão nas delegacias ou no sistema penitenciário. Todo mundo sabe – é proposta de V. Ex^a, minha e de vários outros – o que se pode fazer para garantir o monitoramento, vinte e quatro horas por dia, dos chefões do crime organizado, que estão se aproveitando dos campos de concentração de pobres, que são muitos dos presídios brasileiros, e manipulando essas pessoas. Então, não é possível, não é possível que só o Presidente da República não saiba exatamente o que está acontecendo no Brasil. O mais triste é que, se fosse uma situação que ninguém conhecesse com precisão e alguém tivesse de fazer todo o diagnóstico e uma pesquisa a fim de identificar todos os problemas, ainda haveria razão para tanta irresponsabilidade e inoperância. O mais doloroso é que todas as pessoas têm, com exatidão técnica, o diagnóstico preciso do sistema prisional, do aparato de segurança pública. Não vou nem falar das políticas sociais, que, como sabemos V. Ex^a, a Senadora Patrícia, eu – todos falam sobre esse assunto –, diminuem o risco de que nossas crianças e jovens sejam arrastados para a marginalidade. Mas, além disso, o que pode ser feito hoje? O que pode ser feito agora? Realmente, fico impressionada com tanta incompetência, irresponsabilidade e insensibilidade com que está sendo tratada a área de segurança pública. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a não pelo pronunciamento, mas pelo compromisso de vários pronunciamentos, de várias propostas e sugestões feitas por V. Ex^a nestes oito anos em que tenho a oportunidade de conviver com V. Ex^a no Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena. Peço a Deus que ande sempre ao seu lado para que V. Ex^a possa, nessa progressão, fazer com que todos sintam que há solução, que depende – essa questão de vontade política, para mim, é meio confusa – da vontade férrea de querer trazer tranqüilidade à sociedade. Esta angústia, este sofrimento tem que acabar: o medo tomando conta das famílias de bem e o bandido rindo, tranqüilamente, sem nenhuma preocupação de ser molestado por uma autoridade. É o fim do mundo!

Que Deus a abençoe, Senadora!

Muito obrigado a todos os que me apartearam.

Sr. Presidente, peço à Presidência que publique na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, preciso transmitir aos meus nobres Pares idéias e informações a respeito da presente conjuntura criminal, orientada para angustiar a sociedade brasileira e corroer os fundamentos do Estado democrático de direito.

Refiro-me à criminalidade desenfreada, em especial ao crime organizado, que intenta demolir a cidadania graças a uma posição de mando alcançada no interior e através das cadeias. Posição que permite a calejados facínoras – menos de 0,5% da população carcerária – comandarem da cela ações subversivo-terroristas de asseclas nas ruas, com atentados à vida de agentes públicos e a bens das esferas estatal e particular.

As senhoras e os senhores podem ter lido que as facções criminosas mais conhecidas (Comando Vermelho – CV, no Rio de Janeiro, e Primeiro Comando da Capital – PCC, em São Paulo) estruturaram-se a partir de um erro tático ocorrido no combate ao terrorismo político das décadas de 60 e 70. Pois é verdade! Então, principalmente no presídio da Ilha Grande, no Estado do Rio, permitiu-se promiscuidade entre os presos oriundos de organizações subversivas clandestinas e os chamados criminosos “comuns”. Com isso, bandidos absorveram ensinamentos sobre táticas de guerrilha urbana e aprenderam a importância da organização. Assim nasceu a Falange Vermelha, depois rebatizada de Comando Vermelho e que serviu de modelo às demais facções criminosas.

A chamada “luta armada” agonizava. Alguém percebeu como poderia ser vantajosa a substituição da “guerrilha urbana” política pela criminalidade “comum”, principalmente devido à inexistência de vínculos diretos entre aquelas organizações clandestinas e os bandidos que iriam praticar os crimes ao acaso. Esses delitos teriam os mesmos efeitos do terrorismo organizado, mas a repressão policial seria mais difícil e sem riscos para os ocultos beneficiários do terror. Surgiu dessa maneira uma simbiose criminal, em função das possibilidades de atemorizar cidadãos ordeiros e desacreditar instituições para extorquir benefícios carcerários e processuais. Devido ao componente político, tal simbiose conseguiu subverter e degenerar o sistema jurídico-penal.

Existia então um movimento internacional, muito forte na Europa, denominado “Nova Criminologia”. Seu ideário marxista-leninista incluía a extinção das penas privativas de liberdade de origem “burguesa”, objetivo oportunista e totalmente utópico. Os novos criminólogos pregavam a abolição das leis penais, apresentando-as como recurso maldoso das elites para silenciar outras classes. Na chamada “luta de classes”, a prisão seria o castigo reservado aos pobres renitentes, revoltados com a vida miserável e capazes de pegar em armas para despojar e resistir aos opressores.

Assim, as sociedades “burguesas” oprimiriam com a força da lei as pessoas que considerasse insurgentes. Como se fosse possível admitir, por exemplo, que matar alguém deixe de ser crime em algum lugar do mundo ou não receba a maior pena existente em qualquer sistema penal, inclusive no socialista. Ou ainda considerar pobreza como sinônimo de criminalidade.

Na verdade, a “Nova Criminologia” funcionava como linha-auxiliar dos terroristas italianos das Brigadas Vermelhas, alemães da Bader Meinhof e até dos japoneses da Facção do Exército Vermelho. Mercenários de potências hegemônicas, eles espalhavam-se pela maioria dos países ocidentais. Ansiavam pela derrubada dos arcabouços jurídicos nacionais que a eles se contrapunham. A seu ver, elidir as leis penais significava meio caminho para a revolução comunista e a tomada do poder.

Sem conseguir concretizar essa quimera, os neocriminólogos contentaram-se com o paulatino enfraquecimento dos sistemas criminais. Nesse afã, olvidaram as palavras “fazer justiça”. Fizeram triunfar suas aberrações jurídicas graças a poderosas máquinas partidárias de propaganda, informação e convencimento. Seqüelas dessa insanidade são o que vemos hoje, trinta anos depois.

Herdeiros do pensamento distorcido pela dialética do materialismo histórico ganharam projeção e fizeram escola no Brasil, como se vivêssemos nos cenários de Tolstoi, Dostoiévski ou Górkii. Virou modismo e de bom tom transformar criminosos em vítimas e responsabilizar estas pelo próprio infortúnio. Chegou-se a criar uma pseudo-ciência, batizada de “Vitimologia”, rapidamente absorvida por juristas de renome e governantes. Ficou definida nos dicionários como “teoria que tende a justificar um crime pelas atitudes com que a vítima como que o motiva”.

Neocriminólogos brasileiros disseminaram a imagem do delinqüente “comum” como “rebelde sem causa” merecedor de apoio e carinho. Um herói romântico forçado a roubar, matar, seqüestrar e traficar drogas para sobreviver. É que, diante do fracasso da “luta armada” para mudar o regime, seus mentores optaram

pela caminhada revolucionária alternativa – um neoterrorismo – através da supressão do caráter punitivo das penas. Acreditaram que a revolução popular eclodiria fatalmente, caso se generalizasse a impunidade. Para tanto, as punições criminais precisariam ser reduzidas à simples ressocialização através da reeducação de quem delinqüisse. E, por isso, passaram a exaltar tudo o que pudesse ser considerado apenas como caráter ressocializante e educativo das penas.

O castigo penal caiu no esquecimento ou no desuso até para garantir a disciplina entre facínoras encarcerados. Chega a ser constrangedor e fora de moda invocá-lo agora. Deram-lhe aroma de vingança. Quanto à justiça e à prevenção do crime, que se danem!

Sem o espectro da punição, desapareceria o temor penal desestimulante da criminalidade. Por consequência, segundo a análise dos mentores encobertos, uma escalada de violência inaudita, agravada pelo incremento da corrupção de agentes públicos, irradiaria sentimento de injustiça e revolta no seio do povo. Desmoralizaria autoridades e instituições democráticas por elas representadas. As gritantes diferenças sociais, agravadas pela má distribuição de renda, baixa escolaridade, deprimente assistência médico-odontológica-hospitalar, carência de lideranças políticas autênticas, vergonhosa sangria dos dinheiros públicos e pelo imobilismo do arcaico e detestável sistema prisional brasileiro fariam o resto. O regime político viria abaixo.

Paralelamente, uma grande limitação, inexistente em meio às hostes neoterroristas, comprometeria a autodefesa democrática. Sim, porque é da essência de nossa democracia o respeito incondicional aos princípios declarados em cláusulas pétreas da Constituição. Repudiá-los significa morte. Aliás, a atual afronta terrorista ao Estado objetiva instigar esse rompimento institucional.

Para neocriminólogos, ética democrática e piedade são coisas de “sociedade burguesa” desprezadas por seus protegidos, os malfeitores. Mas, por questão de princípio, o governo democrático sempre estará obrigado a punir exemplarmente autoridades e agentes que desrespeitem direitos individuais de criminosos.

Eis, portanto, o perigoso paradoxo: a democracia capitalista combate em duas frentes, isto é, precisa reprimir tanto os que a estejam sufocando, quanto os que extrapolem sua autodefesa legal.

Na estratégia diabólica do “terrorismo sem terrorista”, o grande cavalo de Tróia foi a Lei de Execução Penal, secundada pelos códigos Penal e de Processo Penal. Do seu bojo, saem decisões judiciais que diluem a já diminuta capacidade de dissuasão dessas leis.

Tornam-se quase inócuas devido a um sem número de benefícios carcerários e processuais.

Juristas e parlamentares desavisados ou comprometidos entregaram-se ao mister de demolir o sentido punitivo dessas leis. Eles acabaram por esquecer de que, na outra ponta, estão as vítimas sedentas de justiça e uma sociedade acuada pela dificuldade em desestimular práticas delituosas.

No passado, a dúvida sempre beneficiou o réu até sua absolvição, porém, agora, tudo é desculpa para ajudá-lo antes e depois da condenação. Configuram-se aberrações que chegam a eivar uma das mais belas páginas escritas pela humanidade, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Faço minhas as palavras do Desembargador Álvaro Lazaroni, do Judiciário paulista, que diagnosticou uma “terceira vertente” na criminalidade, dizendo-a não mais restrita “aos malformados da teoria de Lombroso nem às vítimas do modelo econômico, os desvalidos, que aliás continuam a aumentar.” O insigne magistrado assinala que “o banditismo mudou seu perfil e formou uma nova classe social” lastreada na destruição dos valores sociais, familiares e morais operada nas duas décadas anteriores, para ressaltar:

“Trata-se agora de uma terceira categoria: os deformados morais que acreditam ter o ‘direito’ de atacar os demais cidadãos, roubando-lhes os bens e tirando-lhes a vida, como bem entenderem. Eles se baseiam no que a mídia lhes ensinou. Já que ninguém presta, todos em tese são bandidos. (...) Essa nova classe de bandidos, ao contrário de antigamente, tem hoje o apoio dos seus familiares, que também foram convencidos pela mídia de que ninguém presta. Antes, o filho ladrão era até mesmo renegado e posto fora de casa pela família. Hoje basta ir aos presídios para verificar as multidões que ali acorrem para dar seu apoio moral aos presos e, quem sabe, levar-lhes informações e outros ‘meios’. Estranhamente, essas multidões não são encontradas nas portas dos asilos e dos hospitais.”

Concordo ainda com o Desembargador quando afirma que a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) tornou-se “tão benevolente que beira a irresponsabilidade”.

O inigualável Jô Soares costuma qualificar o que se passa, no Brasil, de forma jocosa, mas realista. É impossível, a esta altura, abstrair algum provável exagero quando o vemos afirmar: “A corrupção não é invenção brasileira, mas a impunidade é uma coisa muito nossa”.

Assim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a simbiose iniciada na Ilha Grande cresceu e frutificou. Para perceber sua atual pujança, basta observar o comportamento de alguns conhecidos próceres polí-

ticos. Com semblante angelical ou irado – conforme as circunstâncias –, chegam a dormir em portas de cadeia para prestigiar bandidos da pior espécie, sem sequer se atrever a visitar as famílias infelicitadas por eles.

Mais fácil ainda é compreender a extensão do problema quando lembramos, por exemplo, que o traficante “Fernandinho Beira-Mar” foi capturado nas selvas colombianas, onde se transformara em sócio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. As Farc praticam o narcoterrorismo prognosticado pelo antigo chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar, que proclamou ser a cocaína uma “bomba atômica” ao dispor dos guerrilheiros latino-americanos para financiá-los com bilhões de dólares e deteriorar as sociedades democráticas existentes ao redor.

A relação entre crime organizado e luta ideológica aflora na onda de atentados promovida pelo PCC em nosso Estado. Há indícios de interesses outros por trás dos ataques sangrentos, além dos declarados pelo presidiário “Marcola” e seus sequazes. A par da coincidência entre a onda de violência descabida e o período eleitoral em andamento, a Polícia paulista investiga a possibilidade de o terrorista chileno Mauricio Hernandez Norambuena ter orientado o recente seqüestro de uma equipe da maior emissora de televisão do País. A vida de um repórter da Rede Globo de TV foi trocada pela exibição de um vídeo subversivo-terrorista, a exemplo do que acontecia no Chile, ao tempo em que Norambuena integrava a organização guerrilheira Frente Patriótica Manuel Rodríguez.

Em seu país, Norambuena está condenado à prisão perpétua pelo assassinato do senador Jaime Guzmán e seqüestro de Cristián Edwards del Rio, filho do dono do jornal “El Mercurio”, entre 1991 e 1992. Em 31 de dezembro de 1996, ele fugiu de uma prisão de segurança máxima chilena. Veio ao Brasil e aqui acabou condenado a 30 anos de reclusão por haver comandado o seqüestro do publicitário Washington Olivetto, em São Paulo. No dia do seqüestro da equipe jornalística da Globo, cumpria essa pena na mesma penitenciária em que Marcos Williams Herbas Camacho, o “Marcola”, instalou o comando do PCC.

Os laços afetivos entre a delinquência comum e a política também facilitaram a eliminação do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, assim como a impunidade dos mandantes do clamoroso homicídio disfarçado de seqüestro.

Diz-se que a pior cegueira é a de quem não quer ver. Não é à-toa que o livro Comando Vermelho – A História Secreta do Crime Organizado, escrito por Carlos Amorim, reproduz depoimento dado à polícia carioca, no início dos anos 90, por William Lima da Silva, o

fundador da Falange Vermelha e do CV. Alcunhado de “Professor”, William afirmou sob interrogatório:

“Vou aos morros e vejo crianças com disposição fumando e vendendo baseado. Futuramente, elas serão 3 milhões de adolescentes, que matarão vocês [os policiais] nas esquinas.”

“Professor” vangloriava-se de ser “o último comunista preso”, conforme afirmou a esposa à imprensa. Seu depoimento desnuda o espírito maligno que ronda nossas instituições democráticas.

Mas, afinal, como reverter tal situação perigosa e infame, já que só é possível prevenir o crime organizado mediante eficaz repressão policial que o desorganize e amedronte seus chefes?

Diagnóstico e remédios para essa grave moléstia social figuram nas conclusões e sugestões de uma série de Comissões Parlamentares de Inquérito que este Senado e a Câmara dos Deputados realizaram nos últimos 10 anos. Eu mesmo tive a honra de integrá-las, como a CPMI dos Precatórios, e até presidi outras, como a do Roubo de Cargas, que funcionou de 2000 a 2002.

Graças ao poder judicante outorgado pela Constituição, nossos colegiados parlamentares quebraram sigilos bancários, telefônicos e fiscais para desvendar estruturas de associações criminosas e seus esquemas de “lavagem de dinheiro”. Ficou patente que tais **modus operandi** são comuns a todas as formas de crime organizado, seja as montadas por corruptos e corruptores, entre eles os políticos desonestos, seja as que faturam com o narcotráfico, tráfico de armas, jogos de azar, roubo de cargas, assaltos a bancos, seqüestros ou prostituição, inclusive infantil.

As conclusões dessas CPIs e CPIMs são autênticos planos de batalha para derrotar associações criminosas. A partir deles e das resoluções de diversas assembleias mundiais da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), encampadas pela ONU, várias leis surgiram e outras têm sido aprimoradas em nosso Congresso Nacional para facilitar a investigação e a repressão policiais.

Eis, por exemplo, algumas das recomendações da CPMI do Roubo de Cargas que resultaram na produção de leis em vigor:

“Implementação de mecanismos de cooperação entre a União e os Estados, permitindo que se criem medidas de resposta integradas para os delitos que ultrapassem as fronteiras estaduais.”

“Participação obrigatória dos órgãos fazendários (Receita Federal e Fazenda dos

Estados) no combate aos delitos de veículos e cargas.”

“Perdimento de bens móveis e imóveis usados para prática do crime.”

“Responsabilidade do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no estabelecimento dos dispositivos antifurto obrigatórios nos veículos, bem como dos requisitos técnicos e de segurança da documentação de propriedade e transferência de propriedade de veículo.”

“Aprovação de legislação federal específica para regulamentar o desmanche de veículos.”

“Ampliação, em recursos humanos e materiais, da atual infra-estrutura do Departamento de Polícia Federal para possibilitar ao Órgão cumprir suas atribuições definidas pela Lei nº 10.446, de 08/05/2002.”

“Prioridade absoluta à investigação e ao combate à receptação, o que, segundo entendemos, requer uma ‘força-tarefa’ que integre os diferentes organismos (Polícia Federal, Polícias Estaduais, fiscais fazendários, Ministério Público, outros órgãos públicos estaduais e municipais, etc.), conforme suas competências e as necessidades de cada operação.”

“Estabelecimento de mecanismos legais ou contratuais que obriguem as concessionárias de rodovias de todo o País a colocarem à disposição das autoridades policiais competentes as imagens obtidas pelas suas câmeras de controle, bem como os sistemas de comunicações de que dispõem, para fins de prevenção e repressão aos crimes em geral, e, em especial, aos roubos e furtos de veículos e cargas.”

“Atualização do “Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública” – INFOSEG, regido pelo Ministério da Justiça, que se destina a permitir o inter-relacionamento entre os Bancos de Dados das SSP / Estaduais (RENAVAM – RENACH – SINARM – Informações Criminais).”

“Compete às Secretarias de Segurança Pública estaduais a atualização dos seus respectivos Bancos de Dados, de modo a viabilizar a eficácia do INFOSEG.”

“Tornar a Lei mais severa e o trâmite processual mais ágil, em relação aos delitos contra o patrimônio, da seguinte forma: aumentar a pena prevista para o crime de receptação dolosa qualificada (considerar a possibilidade de tornar o delito inafiançável, de modo a

manter o receptor preso e evitar penas alternativas); criar Varas Especializadas de Justiça nas capitais das Unidades Federadas, com competência ampliada para toda a UF, com a finalidade de combate ao crime organizado em todas as suas modalidades (considerar a possibilidade de criação de Juizados Especiais para Delitos de Veículos e Cargas); limitar a tramitação recursal na Justiça, resolvendo a ampla maioria das questões em níveis de 1ª e 2ª Instância; simplificar o rito processual; estabelecer a instauração de Inquérito Policial, independentemente de se tratar de autoria inicial conhecida ou desconhecida, dando maior prioridade e agilidade ao procedimento investigatório; celerizar procedimentos administrativos quanto ao expurgo de funcionários corruptos/desonestos.”

As maiores dificuldades, porém, continuam presentes para realizar aquilo que norte-americanos e canadenses chamam de “imposição da lei” (*law enforcement*). Isto é, temos leis para tudo, mas sua aplicação final permanece distante da objetividade e rapidez observadas em outros sistemas judiciais, como os de origem anglo-saxônica, e mesmo no italiano, por exemplo.

Vejo com satisfação, mas um pouco de reserva, que os governos da União e de São Paulo chegaram finalmente ao acordo para agir em conjunto contra o crime organizado, em função dos atentados praticados pelo PCC. A administração de recursos federais e estaduais através de um gabinete de gestão integrada pode, realmente, produzir a derrocada dessa e outras facções criminosas, desde que se preserve a honestidade de propósitos, sem desvios para exploração eleitoral. Como vimos, tal integração também está recomendada nas conclusões das comissões parlamentares de inquérito.

Ao presidir a CPMI do Roubos de Cargas, pude testar os notáveis efeitos de forças-tarefas compostas de agentes federais e estaduais dos setores de Polícia (militares e civis), Polícia Federal, fiscalização do Ministério e das secretarias da Fazenda estaduais, Agência Nacional do Petróleo (ANP) e outros órgãos importantes para esse tipo de repressão, a exemplo do indispensável Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Todavia, nada superou o uso do recurso legal chamado “delação premiada”. Permitiu-nos, aliado às quebras de sigilo, penetrar rapidamente no âmago das quadrilhas e produzir provas irrefutáveis.

As polícias civil e militar paulistas são exemplares em matéria de formação e treinamento do seu

peçoal. Conscientizei-me disso ao longo de 50 anos de carreira em nossa Polícia Civil, da qual continuo a me sentir parte, agora como Delegado de Classe Especial aposentado. Da mesma forma que a Polícia Federal, onde militei por 10 anos, as corporações policiais do Estado de São Paulo possuem todas as condições para desarticular as facções criminosas do neoterrorismo.

A investigação policial hodierna possui recursos legais, operacionais e técnico-científicos impensáveis naquela época. A defesa da sociedade passou a dispor de mecanismos legais até então apenas sonhados. Pode-se enfrentar o crime organizado, mesmo com a forma e diversidade de atuação que ele apresenta, particularmente na capacidade de alcançar grande extensões geográficas para se aprofundar no tecido social e comprometê-lo.

Entretanto, em âmbito nacional, esse enfrentamento implica medidas distribuídas por três grandes áreas: a jurídica, a estrutural e a operacional. Entre outras, podemos destacar as seguintes ações, algumas realizadas e outras por realizar:

Área Jurídica – Promulgação de leis

– Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que “dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas”, alterada pela Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001;

– Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que “Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal (interceptação de comunicações telefônicas);

– Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “Dispõe sobre os crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores; (...) e dá outras providências”;

– Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que “Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas (...).

Área Estrutural

– modernização das polícias técnicas;

– modernização, informatização e desenvolvimento de bancos de dados;

– informatização dos sistemas administrativos e operacionais das polícias;

– integração dos sistemas de comunicações e informações da polícia federal e das polícias estaduais.

Área Operacional

– saneamento das polícias (corrupção, relações criminosas, relação problemática policial/sociedade, ligações promíscuas com a política local, inépcia na investigação criminal etc.);

– integração operacional da polícia ostensiva com a polícia judiciária;

– integração Ministério Público/polícia judiciária em todas as fases da atividade de investigação, conforme prevê a norma constitucional (art. 129).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, permitam-me chamá-los assim. Fazer justiça no campo criminal é algo mais abrangente do que somente aplicar a lei, embora dela jamais devamos nos afastar durante os procedimentos que levem à condenação de quem ou sou desafiá-la.

Para fazer justiça, os magistrados guiam-se por seu próprio convencimento à luz das provas coligidas e dos valores do direito universal. Rogo aos céus que, em benefício da segurança pública, isto é, da felicidade de nossas famílias e nós mesmos, a Providência Divina sempre os oriente no sentido maior das nossas leis. Ou seja: proteger os direitos do ofendido, sem descurar do ofensor, e garantir a vida, a integridade física e moral dos cidadãos, assim como o seu patrimônio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador Romeu Tuma, V. Exª será atendido na forma do Regimento da Casa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, do Distrito Federal.

V. Exª dispõe de até dez minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcos Guerra, Srªs e Srs. Senadores, há trinta anos, o Brasil perdia, trágica e misteriosamente, seu eterno Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Morria na Via Dutra um homem do tamanho do Brasil, um homem bem maior do que seu tempo, bem maior do que seu próprio sonho. Foi uma morte quase que anunciada, para usar a expressão do escritor Gabriel Garcia Marques. Foi um acontecimento que deixou o Brasil em estado de choque e toda a sociedade, especialmente o mundo político, em profundo luto.

Tenho em mão um exemplar histórico da revista **Fatos e Fotos Gente**, de 5 de setembro de 1976, veículo de comunicação do grupo Manchete, presidido e dirigido pelo jornalista Adolpho Bloch, amigo e companheiro do Presidente Juscelino de todos os momentos, principalmente dos momentos mais difíceis de sua vida. É uma edição especial, toda dedicada ao fatídico acidente, que, certamente, está arquivada na Biblioteca do nosso Senado Federal.

Vale a pena folheá-la, especialmente nesta data, pois, pelo registro dessa tragédia, podemos fazer uma viagem pela vida e pela memória desse homem exemplar, que, como diz aqui no editorial da edição, “durante o breve tempo em que governou este País, demonstrou

uma visão e uma capacidade de realizações que acabariam por mudar o curso de nossa história”.

Juscelino Kubitschek, prossegue o editorial dessa edição histórica, “não precisou de poderes especiais para mandar e criar. Simplesmente, como um autêntico democrata, sonhou e concretizou o que ninguém esperava dele. E pela primeira vez, com JK, o nosso povo passou a acreditar na imagem de um Brasil país do futuro”.

Sr. Presidente, como já disse, a edição da revista é totalmente dedicada à gloriosa trajetória da vida do Presidente Juscelino. Na realidade, é um documento histórico que merece estar nos Anais desta Casa, que também foi casa de Juscelino.

Entre as inúmeras chamadas e fotografias da página onde está o índice da revista, chamou-me a atenção uma foto do Presidente tendo ao fundo o Congresso Nacional com a seguinte chamada: “O criador e a criatura”.

E, aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, vale a pena lembrar que, para cumprir a Constituição Brasileira e dar vida à meta-síntese do seu governo, Brasília foi construída em apenas mil dias, uma epopéia que espantou o mundo e que calou a ferrenha oposição ao seu Governo.

Há, nessa edição de **Fatos e Fotos**, um depoimento do escritor e acadêmico, também já falecido, Josué Montello, que, na época, era membro do Gabinete Civil da Presidência da República. Escreveu ele, lembrando uma fala de JK: “Se Deus, para fazer o mundo, teve de trabalhar seis dias, podendo descansar no sétimo, eu, para fazer a nova capital do Brasil, terei de trabalhar todos os dias, até poder concluí-la”. “Ouvi essas palavras do Presidente Juscelino, quando Brasília era apenas um sonho absurdo”, escreveu Montello.

Ora, Sr. Presidente, esse episódio demonstra o nível de consciência e de sabedoria do estadista que sonhou, que criou e deu vida à cidade onde hoje vivemos e de onde, com acertos e com erros, dirigimos os destinos do nosso Brasil.

Ao iniciar a construção de Brasília, Juscelino prometeu à sua equipe: “Quero deixar a cidade inaugurada e funcionando de modo que ninguém possa abandoná-la, sob pena de cometer um crime que terá o castigo da História”.

Que maravilha de destino esse que o Presidente JK sempre desejou dar à nossa cidade, a esta adorável Brasília!

Voltando a citar o escritor Josué Montello: “Brasília é o mais belo sonho que um homem poderia realizar no século XX”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao lembrar esta data que, embora trágica, é também história em sua essência, desejo refletir sobre os destinos desta filha predileta do Presidente Juscelino, que é Brasília, a Capital de todos os brasileiros.

Quis o destino que eu me casasse com a neta de JK, Anna Christina, mãe de meus filhos, que hoje cuida com zelo e com competência da parte da memória do fundador da nova capital, que se encontra no Memorial JK.

É neste contexto-homenagem à memória do nosso “Fundador” – palavra que ganhou uma dimensão extraordinária na inscrição da lápide do seu túmulo, hoje localizado no Memorial JK – que desejo avançar meu raciocínio de um passado tão vivo e glorioso para um futuro digno e promissor. Afinal, viajar no tempo foi também uma das especialidades de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Bem sabemos que, quando decidiu construir Brasília, chamou para si um dos desafios políticos e estratégicos mais impressionantes da história moderna: cinqüenta anos em cinco.

JK produziu uma das mais profundas e conseqüentes transformações realizadas na história política brasileira. Com um gesto rumo ao Planalto Central, viabilizou a integração nacional, criando as bases para a modernidade e para o desenvolvimento.

Brasília completou 46 anos no último abril. Neste período, o Brasil deu saltos de qualidade em todos os sentidos, sendo hoje uma das nações mais respeitadas e queridas do planeta. Faltam apenas quatro anos para Brasília completar o seu cinqüentenário. Ou seja, esta cidade-síntese do Brasil, que, em tão pouco tempo, ganhou a admiração mundial e o honroso título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, dado pela Unesco, é também uma jovem senhora prestes a completar seus 50 anos.

Como todos sabem, Sr. Presidente, sou candidato a Vice-Governador na chapa do PFL. Aceitei o desafio para podermos, juntos, Arruda e eu, fazer um governo compartilhado, respeitando esse passado tão precioso do Presidente JK e viabilizando um futuro desenvolvimentista de luz e de realizações. Não foi à toa que nossa chapa foi batizada de “Por amor a Brasília”. Um dos nossos lemas é “Brasília, rumo aos 50 anos”.

Hoje, deste plenário, diante da memória de Juscelino, planto a semente primeira das comemorações do cinqüentenário de Brasília. Trata-se de cidade que vive para si e vive para o Brasil, que tem vida própria e reflete o Brasil, que é cidadã e é capital, que é vila, assentamento, quintal, mas também é metrópole, planetária, utópica, universal e transcendental. É cidade aberta aos desafios e brasileiramente mestiça. É uma

cidade que já criou seus filhos, seus próprios códigos, seus ritmos, suas manias, desejos, sonhos e vontades. É cidade única, onde os automóveis param na faixa de pedestres, talvez um dos nossos mais nobres gestos de cidadania na Capital dos brasileiros.

Se Deus quiser, como Vice-Governador do Distrito Federal, terei muitas responsabilidades no sentido de garantir um maior desenvolvimento para nossa Capital. Entre os inúmeros projetos e programas que o nosso futuro governo está discutindo com a população brasiliense, um deles é dedicado ao cinquentenário de Brasília.

Desejo também que o Senado Federal, Casa que recebeu o Presidente Juscelino Kubitschek como Senador por Goiás e que instituiu uma Comissão, que tenho a honra de presidir, para comemorar o cinquentenário de sua posse como Presidente do Brasil, venha a ser uma instituição parceira no projeto de mostrar Brasília ao Brasil e aos demais países do mundo.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, peço escusas a V. Ex^a por apartear-lo.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – É uma honra receber o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Muito me sensibiliza ouvi-lo hoje, sobretudo quando evoca Juscelino Kubitschek, figura a quem V. Ex^a está ligado, até por laços familiares. Juscelino, de fato, é um referencial da vida republicana brasileira e o seu governo marcou, de maneira funda, a preocupação com a integração nacional. A edificação de Brasília é bem um exemplo disso. A transferência da Capital do Rio para um outro sítio, para uma outra região, foi o gesto de Juscelino Kubitschek que buscou promover a integração do País através da interiorização de sua Capital. Houve um historiador, Frei Vicente do Salvador, que não nasceu no Brasil, mas que escreveu sobre a nossa História, que disse de certa feita que o brasileiro vivia feito caranguejo, arranhando o litoral. Graças a Juscelino e com a mudança da Capital, que antes fora na Bahia, no litoral, em Salvador, o interior, para o Planalto Central, começou um grande processo de integração nacional. Não estaria exagerando se dissesse que todo esse processo de desenvolvimento que o País vive a partir da década de 60 é produto desse seu gesto, porque o governo naturalmente teve de dotar a capital de sua infra-estrutura física, de sua infra-estrutura de comunicações. Possibilitou que o Centro-Oeste desabrochasse, sendo hoje a região de maior dinamismo, em termos relativos, não tenho dúvida em afirmar isso, embora o Sudeste seja a mais rica do País. Ninguém pode deixar de reconhecer que o Centro-Oeste é, em termos relativos, a região de maior dinamismo econômico-social. Isso permitiu maior aproximação

Amazônia, tão esquecida, e permitiu o desenvolvimento da região nordestina, concorrendo, assim, para que o Brasil se integrasse sob vários aspectos, inclusive no demográfico, porque aqui vivem cidadãos e cidadãs das mais diferentes partes do território nacional. Lembrar Juscelino é lembrar o otimista, que acredita no País. Repito sempre uma frase dele, que tive oportunidade de ler: “o otimista pode errar, mas o pessimista começa errando”. Vi essa sua frase num jornal do Rio meses antes de sua posse na presidência, que reflete muito o que também penso sobre o Brasil. Acho que temos razões, em que pesem as crises que vivemos, para sermos otimistas, porque o Brasil tem tudo para ser a grande nação que todos almejamos. Esse é um sonho possível, “... um sonho intenso, um raio vívido”, como diz o nosso Hino Nacional.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Marco Maciel.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Foi justamente quando V. Ex^a assumiu a vice-Presidência da República, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que Brasília teve o privilégio de ver aprovado nesta Casa, em dezembro de 2002, o Fundo Constitucional que garante a sua manutenção.

Registro, mais uma vez, o reconhecimento da população desta cidade, que V. Ex^a conhece muito bem, até porque mora aqui há muitos anos, como vice-Presidente e como Senador da República. Somos muito gratos a V. Ex^a, porque foi em seu Governo que Brasília conquistou independência econômica para continuar sobrevivendo.

Fica aqui, Senador Marco Maciel, o profundo respeito que tenho por V. Ex^a, e o apreço e a gratidão desta cidade pelo empenho de V. Ex^a no que diz respeito à sua consolidação.

Muito obrigado, de coração, em nome de Brasília e em nome dos brasilienses que tenho a honra de representar.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, era o que gostaria de registrar: um momento triste da histórica política brasileira e também um momento político de muita expressão, que diz respeito a um Senador da República que foi arrancado da cadeira do Senado, que foi cassado, que teve seus direitos políticos suspensos, mas que é, sem dúvida, um brasileiro que, quanto mais o tempo passa, mais aprendemos a admirá-lo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Paulo Octávio, a Mesa pede licença a V. Ex^a, mesmo sendo este um momento triste, para se incorporar à homenagem que V. Ex^a presta ao grande brasileiro, vulto da nossa História, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar toda a população do Município de Colatina, minha terra natal, que completando hoje 85 anos de emancipação política.

É uma cidade da confecção, dos móveis, de ceramistas, uma cidade do mármore e do granito. Enfim, é uma cidade de empreendedores, de gente humilde, uma cidade que teve a honra de mandar para esta Casa cinco Senadores.

Fica aqui o meu registro. Parabéns a todos os colatinenses pelo dia de hoje, em que o Município completa 85 anos de emancipação política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental, com os nossos aplausos.

Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs Senadores, ontem, compareci a esta tribuna para comentar matéria importante publicada na edição desta semana da revista **Carta Capital**, órgão de nossa imprensa que considero modelar.

Hoje, passando a vista nos noticiários dessa mesma imprensa, destaquei dois pontos, e quero ter breves comentários a respeito.

O primeiro diz respeito a uma declaração do Ministro Luiz Fernando Furlan, que, rebatendo notícia publicada no **O Estado de S. Paulo** com relação a uma desaceleração da nossa economia, disse que o Produto Interno Brasileiro crescerá ao redor ou acima de 4% neste ano.

Sr. Presidente, o crescimento da economia brasileira tem sido um dos temas preferidos da Oposição neste plenário, e há justificadas razões porque o País, há 20 anos, mais de duas décadas, atravessa um período de estagnação que prejudica enormemente a qualidade de vida da população e a própria perspectiva da sociedade brasileira em galgar os patamares a que está destinada a subir. Compreendo, embora não

aceite as declarações vindas da Oposição, porque no período anterior o Brasil cresceu menos, e aqui não havia as vozes deles a criticar a estagnação. As vozes vinham exatamente da Oposição do momento, que era o PT e os Partidos coligados.

Mas, Sr. Presidente, o que eu quero é aproveitar o tema para insistir em um ponto que já abordei desta tribuna e que, ontem, o Senador Sibá Machado abordou exemplarmente também em um pronunciamento que considere muito oportuno e clarificador.

S. Ex^a chegou a se comover com o pronunciamento, que foi comovente por tudo isso e porque retratou a expectativa da massa alijada do processo econômico, da massa marginalizada, da massa de brasileiros excluída do processo de desenvolvimento. A expectativa é que agora, com o Governo Lula, esse processo venha a se reverter como está se revertendo.

A afirmativa de que a prioridade do Governo Lula é a distribuição é crucial e da maior importância, porque altera toda a visão que se tinha até então do desenvolvimento econômico como sendo crescimento. Dizem que é preciso haver crescimento de, no mínimo, 5% ou 6% ao ano, porque a China cresce 10%, porque a Argentina cresce 8%, e não sei que outros países, mas há comparações exigindo da política econômica uma meta de crescimento acima de 6%.

Compartilhei desse ponto de vista, razão pela qual, escutando ontem o Senador Sibá Machado e meditando sobre os últimos tempos, sobre o que foram esses anos do Governo Lula, passei a compreender que o crescimento é importante sim, até porque é impossível distribuir sem um mínimo de crescimento; do contrário, teríamos que estar naquela hipótese do jogo de soma zero, em que é preciso tirar de um para dar a outro.

A distribuição se faz com maior facilidade e com maior viabilidade na margem de crescimento. Assim, um certo crescimento é importante. Entretanto, a prioridade é a distribuição, a prioridade é a justiça social, a prioridade tem essa substância ética que é o fundamento de qualquer nação.

É preciso que o Brasil seja um país justo para os seus cidadãos. Do contrário, encontrará, no futuro – e já começa a encontrar –, a ingovernabilidade e a instabilidade que caracterizam tantos países do nosso continente. Observem a Bolívia, a própria Venezuela e o México. O México, hoje, é um país profundamente dividido e de destino preocupante para nós.

É preciso que o Brasil cuide de estabelecer uma rota de crescimento que priorize a distribuição, invertendo aquele pronunciamento clássico de “fazer primeiro crescer o bolo, para depois distribuir”. Eu diria que é importante distribuir o bolo para que ele possa

crescer mais solidamente, com maior estabilidade, com a formação de consensos nacionais que possibilitem uma governabilidade estável, uma governabilidade que produza estabilidade e futuro. E isso exige uma dose de distribuição mais acelerada e mais prioritária em relação ao próprio crescimento.

Então, se crescermos 4% ao ano, e não 6%, estará atendido esse coeficiente mínimo, desde que se dê continuidade aos programas de distribuição e, até, que se aprofundem, se ampliem, esses programas de distribuição, como o Bolsa-Família, o Agricultura Familiar, o salário mínimo. Enfim, todo esse conjunto de programas que está distribuindo a renda e que vai alterar a estrutura e a distribuição de renda pela primeira vez na história do Brasil.

É importante que haja continuidade e aprofundamento desses programas. Agora, com crescimento sim, mas não vamos priorizá-lo. Vamos priorizar a distribuição. Foi isso que disse ontem, aqui, o Senador Sibá Machado, de uma forma candente, que nos comoveu a nós todos, referindo-se à sua história, às suas origens no Estado do Acre.

Sr. Presidente, pulando de um ponto a outro, quero referir-me ao noticiário de hoje, que deu conta da realização de um encontro, ontem, do Presidente Lula com um grupo de artistas, de intelectuais, de músicos, no Rio de Janeiro, na casa do Ministro Gilberto Gil. Lá não estava Chico Buarque, que seria a principal estrela de um encontro dessa natureza. Ele explicou a sua ausência em razão de compromissos inadiáveis, pois os havia marcado com muita antecedência.

Mas, ao não comparecer, reafirmou a sua intenção de voto no Presidente Lula para reelegê-lo. Mas é importante recordar aqui trechos da sua entrevista à **CartaCapital** e à **Folha de S. Paulo**, recentemente. Vou ler poucos trechos, Sr. Presidente, não vou ler a entrevista por inteiro. Mas diz Chico Buarque:

É claro que esse escândalo abalou o Governo, abalou quem votou no Lula, abalou, sobretudo, o PT. Para o partido esse escândalo é desastroso. O outro lado da moeda é que disso tudo pode surgir um partido mais correto, menos arrogante.

É importante essa reflexão do Chico Buarque sobre “um partido menos arrogante”. No fundo, sempre existiu, no PT, a idéia de que você ou é petista, ou é um calhorda; um pouco como o PSDB, que acha que ou você é tucano ou é burro”.

E diz adiante: “A crítica que se faz ao PT, entretanto, erra a mão”.

Olha essa expressão! O que é errar a mão? Errar a mão é errar na dose, errar na dosagem.

Ele diz:

A crítica que se faz ao PT erra a mão. Não só ao PT, mas principalmente ao Lula. Quando a Oposição vem dizer que se trata do Governo mais corrupto da história do Brasil, é preciso dizer: espera aí!

É preciso dizer: espera aí, Sr. Presidente, grande Senador Romeu Tuma, porque eu era menino e ouvia as críticas que se fazia ao Presidente Getúlio Vargas, que era o homem mais corrupto da história do Brasil. Era o homem mais corrupto da história do Brasil! Era um mar de lama. Essa expressão “mar de lama” nasceu naquele momento. Então, é preciso dizer: espera aí. O Governo mais corrupto!? Espera aí!

O mais corrupto foi o de Getúlio Vargas, depois, talvez, o de Juscelino Kubitschek, hoje tão brilhantemente lembrado aqui pelo Senador Paulo Octávio.

Mas era uma corrupção só. A construção de Brasília foi uma corrupção só. Eu me lembro, eu vivi. Lembro-me, perfeitamente. Então, diz Chico Buarque: “espera aí, espera aí. Errou na mão, errou na dose”.

Tenho dito isso aqui, repeti e até ponderei junto ao Senador Heráclito Fortes: espera aí, não é assim. Não vamos só ficar falando aqui, repetindo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – ... coisas, porque esses pronunciamentos estão favorecendo à candidatura do Lula. Isso está sendo soberamente demonstrado.

Mas não é isso que me incomoda. Ao contrário, gostaria que ainda houvesse mais pronunciamentos, para melhorar a candidatura do Lula.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Já darei o aparte a V. Ex^a.

Mas, esses pronunciamentos acabam atingindo a Instituição. As pesquisas também têm demonstrado isto: quanto mais se fala em corrupção, o alvo, o objeto do pensamento do povo sobre a corrupção é o Congresso Nacional. Com isso, estamos atingindo a nossa própria Instituição ao errar na mão, como diz Chico Buarque. Então, é preciso ter essa sensibilidade.

Quero muito que discursos, como os que fazem aqui os representantes da Oposição, melhorem a candidatura do Presidente Lula, porque melhoram. Todos eles fazem subir o percentual, porque o povo está percebendo que, naquilo ali, há erro na mão, um erro de dosagem. E isso é muito importante para uma consideração política.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Saturnino, falo, em primeiro lugar, para fazer justiça ao Chico Buarque. E aí se coloca por terra aquela história de o Presidente da República dizer que não sabia de nada. No comecinho do Governo, Chico Buarque sugeriu a criação de um ministério cujo nome é jocoso e, regimentalmente, não posso dizer aqui. Mas V. Ex^a sabe qual foi o ministério que ele sugeriu, exatamente para evitar esses escândalos todos. E o Presidente, ingrato, não ouviu o companheiro de grandes lutas Chico Buarque de Holanda e não criou esse ministério. Talvez se tivesse ouvido o Chico ele não estivesse passando por tudo o que está passando. Agora, Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a, que já foi Prefeito do Rio de Janeiro, V. Ex^a, que sempre foi um apologista intransigente da retidão administrativa, vir para cá com a tese do rouba, mas faz, não fica bem. Não fica bem para a sua biografia. Desculpe-me a sinceridade, certo? Dizer que meteu a mão e achar que isso é normal, em V. Ex^a, com a respeitabilidade, com o nome que possui, com a admiração que muitos brasileiros depositam em V. Ex^a, não soa bem. Acho que o Presidente Lula não tinha o direito de permitir meterem a mão, até porque passou 20 anos pregando exatamente o contrário, a ponto de dizer que no palanque dele não subiria ladrão. Destruí reputações, atacou, acusou. Senador Saturnino, eu prefiro continuar com a linha que defendo, a da intransigência com esse tipo de atitude, a pensar que esse procedimento é normal. Confio um pouco, Senadora Heloísa Helena, no preceito bíblico de que, mais cedo ou mais tarde, é a virtude que triunfa. Não vi ainda ninguém enveredar pelo caminho da concordância, da omissão e da convivência nesta Nação e se dar bem. Desse modo, a vida do opositor Lula é quase perfeita, de luta. Entretanto, a vida do Presidente Lula, que não sabia de nada, fazendo com que o País tenha assistido aos quatro anos mais tristes da sua história no que diz respeito à corrupção, é inaceitável. Há, todavia, uma diferença grande: Juscelino – não sei se é verdade, pois praticamente eu não era nascido nessa época – pelo menos fez algo pelo Brasil. Quanto ao Presidente Lula, houve obras virtuais, só promessas e caixa dois. Paciência. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem razão: no curso da história, a virtude triunfa, tanto assim que Getúlio Vargas é hoje reconhecido como o maior estadista do Brasil e Juscelino Kubitschek é tão grande – ou quase – quanto ele. Mas, também na época, eram os mais corruptos.

No entanto, esse tipo de ataque que V. Ex^a me faz – e que, noutro dia, me fez o Senador Tasso Jereissati – está distorcendo as minhas palavras, como

se eu dissesse que não tem importância nenhuma a ética. Em momento nenhum, eu disse isso.

V. Ex^a deve, pelo menos, escutar o que eu digo. Eu disse o seguinte, está aqui, eu li as palavras: “o PT cometeu pecados”. Ninguém contesta que houve atos de corrupção. Ninguém contestou os trabalhos das CP-MIs. Nunca, Senador Heráclito. É preciso ver as outras dimensões da Nação brasileira, do povo brasileiro e não ficar só com esse argumentozinho que, pela repetição, fica enfadonho, desgastante e cai sobre nós, instituição Parlamento. Vamos discutir...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu até...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Vamos discutir o futuro do Brasil, o destino do Brasil, a justiça social, o pronunciamento do Senador Sibá de ontem. É isso o que eu quero. Agora, V. Ex^a fica no cantochão da coisa... Sabe, para mim é muito bom, isso só favorece o Presidente Lula porque ele cresce nas pesquisas, no entanto para a Instituição eu não acho o melhor caminho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Saturnino...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Tenho dito isso de uma forma, de bom senso, chamando o bom senso; agora, quando digo isso minha palavra é distorcida, como foi agora, como foi outro dia com o Senador Tasso Jereissati. Assim mesmo, insisto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero apenas prestar um esclarecimento. V. Ex^a tanto disse que defende a tese de que se a Oposição continuar batendo nessa tecla quem cresce é o Presidente Lula. Agora, o partido de V. Ex^a diz a meia verdade. Se essa tese fosse boa, o PT não teria entrado com recursos na Justiça Eleitoral proibindo que se fale em cuecão, em mensalão e outros termos. Então não é tão bom.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É importante o respeito às instituições e, por isso, é importante não permitir que certo tipo de pronunciamento vá a público. É outra questão. Agora, ética e corrupção são absolutamente importantes e fundamentais. Ninguém nunca deixou de reconhecer isso, ao contrário. Já encerrarei, Sr. Presidente...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Presidente Lula não reconhece, até porque ele alega que não sabia.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Reconhece, sim. Ele diz: “No meu Governo, todas as CPIs prosperaram. No Governo anterior, não se instalou nenhuma CPI. A CPI da Privatização não se instalou, a CPI da Compra de Votos não se instalou; a dos Empreiteiros não se instalou. No meu Governo, todas se instalaram e se apuraram”.

Sobre a discussão se Lula sabia ou não sabia, tudo bem, vamos ficar nessa discussão. Mas o povo já fez seu julgamento, e as próprias CPIs apresentaram suas conclusões. E vamos discutir isso? Vamos. Agora, vamos discutir também as questões levantadas pelo Senador Sibá Machado, as questões que dizem respeito ao destino desta Nação, à justiça social, ao fundamento ético que é a distribuição dos frutos do trabalho gerado pelos brasileiros. Isso a Oposição não quer discutir; a Oposição só quer ficar no cantochão, naquela lengalenga do dólar na cueca e etc.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me desculpe. Fiz um pronunciamento aqui, fiquei inclusive apelando, retardei meu pronunciamento para esperar que o Governo estivesse no plenário hoje. O Governo chegou ao plenário depois das 16 horas. Troquei meu lugar, esperando exatamente o debate. E puxei um assunto da maior gravidade que é exatamente a ameaça de fechamento da Volkswagen.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ah, bom...

Sobre esse tipo de pronunciamento, eu digo: deixa existir a Oposição, é preciso deixar ser a Oposição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Veja bem, não vi o Governo se manifestar com essa preocupação com os desempregados, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Eu estava aqui, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas não vi a preocupação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Mas é claro, eu disse: deixa o Senador falar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ontem, nós discutimos a Varig aqui. A Oposição discute, mas o Governo foge da...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É diferente, é diferente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agora, não posso deixar, Senador, de mostrar ao Brasil que, enquanto a Volkswagen ameaça ser fechada depois de receber empréstimo do BNDES, o Presidente da República vai para um jantar junto com empresários e o Presidente da Volkswagen. Vão comemorar o quê? Confraternizar? Um homem ocupado, em véspera de eleição, vai fazer o quê?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Senador...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É arrecadação? O que é?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Quem sabe ele foi exatamente fazer ver ao Presidente da Volkswagen que é uma bobagem se retirar, fechar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas aí seria uma conversa no Palácio, que é o local de trabalho, não com 12 ou 14 empresários.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não, mas ele, explicitando suas perspectivas, seus planos de governo, é absolutamente convincente.

Quer saber, Sr. Senador Heráclito, eu não acredito que Volkswagen vá sair do Brasil coisa nenhuma. Sabe, isso é dessas notícias...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não. É só do ABC, Senador, não é do Brasil, não!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ah, bom, é só do ABC! Então, está bom.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas vai desempregar.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Mas se for para o Estado do Rio, acharei muito bom, será um grande progresso para o Brasil.

O que quero dizer é o seguinte: vamos discutir essas questões, V. Ex^a defende isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O problema é que vai demitir; não estão falando em remanejamento não, estão falando em demissão. E um partido, vulgo dos trabalhadores, tem o dever e a obrigação de abraçar essa causa para não deixar que aconteça o que houve com os servidores da Varig, pelos quais V. Ex^a lutou tanto.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Hoje, realmente, cheguei um pouco tarde porque tinha por obrigação, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, receber a Sr^a Presidente do Senado japonês, que visitou a nossa Casa. Por isso, cumpri essa obrigação.

Mas, depois, escutei o pronunciamento de V. Ex^a e dos demais aqui e achei por bem dizer essas coisas que estou dizendo, secundando o que o Senador Sibá disse ontem. Para mim, foi da maior importância. A prioridade é a distribuição, é a justiça social, é o fundamento ético que dá aos que produzem a retribuição justa por aquilo que eles contribuem para a formação da riqueza do País.

Desculpe se me alonguei demais, Sr. Presidente. Agradeço-o pela benevolência.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje referencia-se a data de falecimento do ex-Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek. O Senador Paulo Octávio já falou sobre essa matéria, mas quero fazer um registro de protesto pela comparação, jogando em vala comum, que fez o Senador Saturnino Braga com relação a esse grande brasileiro.

Aliás, Juscelino, com sua característica democrática, entregou a direção da Novacap para o partido que mais oposição lhe fazia, que era a UDN. Foi preso, passou por provações, teve a sua vida devassada e nada se encontrou contra esse homem.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Entregou para Israel Pinheiro, do partido do Presidente!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Cinquenta anos depois,...

Quero dizer a V. Ex^a que a UDN achou por bem entregar a Israel Pinheiro a Novacap.

Agora, traçar uma comparação entre Juscelino e o que foi feito agora... E o volume de obras que havia naquele período? Aliás, Senador Roberto Saturnino, a grande virtude e a grande glória do atual Governo é que nós não temos obras; e as pequenas que temos, como as de tapa-buracos, estão cheias de denúncias de corrupção.

De forma que essa é uma injustiça que o Senador Roberto Saturnino comete contra o maior brasileiro do século passado. Lamento que, no desejo de defender o seu recém-escolhido correligionário Lula, o Senador Roberto Saturnino perca um pouco o compromisso com a história, com a dimensão e com o passado. Tenho pelo Senador Roberto Saturnino o maior apreço. Fui fã dele de carteirinha, quando eu ainda era garoto e S. Ex^a brilhava nas tribunas do Brasil, defendendo liberdades e combatendo injustiças.

Ninguém foi mais injustiçado neste Brasil que Juscelino. É inadmissível que, no dia de hoje, se tente, por longe que seja, comparar Juscelino ao atual Governo. Nisso, soa uma coisa muito estranha. Vez ou outra, o Lula se compara a Juscelino. O Presidente quer se comparar a quê? Obra, não fez. Dançador, não é. O Presidente Lula gosta de dançar, é homem da noite? Eu não sei. Pelo que sei, não. Juscelino tinha medo de Dona Sarah, mas enfrentava e corria o risco. Então eu não sei em que o Lula se pareceria com o Juscelino.

Juscelino era um democrata, conversava com parlamentares, recebia de manhã, de tarde e de noite. Lula corre de parlamentar como o diabo foge da cruz.

Não vejo, Senador Roberto Saturnino, na data de hoje nem em dia nenhum, nada de pior gosto que comparar Juscelino com Lula.

Quando ele se compara a Getúlio Vargas, é justificável, não pelas conquistas sociais, mas pela vocação íntima de ditador. Aí, sim! Lula não tem a visão estadista e desenvolvimentista de Getúlio, mas toda vez que pode manifesta-se com a vontade de criar um estado novo, de mandar, de criar um DIP; aliás, tentou criar um DIP no momento em que quis mudar e cercear a liberdade de imprensa, a expressão da classe artística brasileira. Quando quis que os textos das produções teatrais fossem remetidos ao Governo, mostrou sua vocação ditatorial, coroada com chave de ouro no momento em que pediu uma constituinte, imitando os exemplos de Hugo Chávez e Evo Morales.

Juscelino viveu crises, enfrentou o conflito de Aragarça, teve de anistiar militares, mas nunca quis se refugiar em uma constituinte para dar golpe no País. Foi um homem que amou as liberdades. Não se tem notícia de Juscelino, em nenhum momento, mostrando, Sr. Presidente, por menor que fosse, o veio de tirano ou de ditador. Perdoou os inimigos, conviveu com os adversários, de forma que não é justa a comparação feita nesta tarde.

Quem aqui fala é uma pessoa que, volto a lhe dizer, é seu fã de carteirinha e exatamente por isso, enquanto ainda é tempo de correções taquigráficas, peço que V. Ex^a não deixe constar na sua biografia esse equívoco que, tenho certeza, cometeu levado pela emoção. Mais do que, V. Ex^a, como correligionário e como homem que conviveu com Juscelino, sabe que em termos de virtudes um não amarra o cadarço do sapato do outro.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES.) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu podia pedir a palavra pelo art. 14 porque fui citado, mas vou falar pela ordem, porque acho que a Oposição tem de falar e tem de ter a oportunidade de se expressar mesmo que distorça as palavras que digamos aqui. Deixe a Oposição falar. Os que me escutaram compreenderam muito bem o sentido de minhas palavras, que não têm nada a ver com o que diz o Senador Heráclito Fortes, mas deixem a Oposição falar porque essa é uma regra do jogo democrático.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não estava no plenário, mas fui avisado do pronunciamento do Senador Roberto Saturnino, que considero uma pessoa de altíssimo nível, muito educado. Quero registrar a minha perplexidade. No momento em que acabo de fazer um pronunciamento enaltecendo a figura de um Presidente da República –que se torna maior a cada ano que passa – é triste vermos nesta Casa, de que Juscelino foi membro representando Goiás, um Senador atacar um governo que foi respeitado e reconhecido como o governo que mais fez pelo Brasil. Um governo que ofereceu emprego, que teve o maior salário mínimo, um governo que respirou liberdade e democracia, que incentivou as artes, um governo que abriu estradas, que incentivou a indústria naval e a indústria automobilística, um governo que todos nós estimamos e respeitamos.

É comum nesta Casa, nos pronunciamentos em homenagem a JK, mais de trinta Senadores, de todos os partidos políticos, fazer seus pronunciamentos.

Por isso, no momento em que, com pesar, registramos os trinta anos do desaparecimento desse grande estadista, não posso aceitar que um colega nosso venha, representando a Bancada do Rio de Janeiro, denegrir a imagem daquele que todos respeitamos.

Quero agradecer a posição firme do Senador Heráclito Fortes e fazer minhas as palavras de S. Ex^a, que falou com muita eloquência e com muita firmeza.

Sr. Presidente, eu acompanho a família JK e vejo em todos os locais a que vou, no Brasil todo, o respeito que a população brasileira tem por esse grande estadista. Presenciei aqui em Brasília os últimos dias de Dona Sarah Kubitschek, que morava em um apartamento. O homem que fez esta cidade, Sr. Presidente, não tem um imóvel, um pedaço de chão, não deixou absolutamente nada, absolutamente nada!

Esse foi Juscelino Kubitschek. É por isso que a História tem feito justiça ao homem que soube ser o senhor do seu tempo. Ele soube fazer, soube honrar a Presidência da República nos momentos mais difíceis e tortuosos da vida republicana.

É por isso que não podemos, de maneira nenhuma, aceitar uma crítica, como a que foi feita aqui pelo Senador Roberto Saturnino, justamente no dia de hoje. É muito triste!

Quero registrar aqui o meu pesar pelas palavras de que estou tomando conhecimento e pedir que o Senador Roberto Saturnino pense no que disse. Agora só nos resta esperar o julgamento das pessoas

que o ouviram, mas é melhor ele ter oportunidade de demonstrar o arrependimento de suas palavras. Ele não pode querer defender o governo atual mirando-se no Governo de Juscelino, que todos nós, brasileiros, consideramos o estadista do século. Ele foi eleito o presidente mais atuante, o que mais ajudou o Brasil. Por isso, não podemos macular a nossa história nem podemos macular um herói brasileiro. Já temos poucos heróis neste país. Sem dúvida, na política, JK é um herói e não podemos macular a imagem desse grande estadista.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, ao Senador Sibá Machado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Flexa Ribeiro se dirige à tribuna, eu pediria a V. Ex^a que aceitasse o envio de um requerimento que faço, nos seguintes termos:

Considerando que se encontra sob apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 204, de 2006, que encaminha pedido de autorização para a elevação temporária de limite de endividamento da Petrobras Transportes S. A. (Transpetro), no valor de R\$ 5,6 bilhões, nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda o seguinte pedido de informações:...

Sr. Presidente, elenco oito pedidos e faço uma justificativa, agora reforçada pelo zelo que o Senador Roberto Saturnino tem pela discussão do futuro. Para se discutir o futuro da Transpetro e da Marinha Mercante brasileira é preciso que, de maneira urgente, esse requerimento seja respondido, até para que, com lucidez, possamos discuti-lo no plenário e estudar a sua aprovação, sem nenhuma necessidade de aqodamento pré-eleitoral. Além do mais, causa-me estranheza o fato de a exposição de motivos dizer que se trata da infra-estrutura do transporte marítimo no Brasil e esse processo, no aqodamento e na pressa da sua aprovação, não ter passado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado.

Aproveito a oportunidade para sugerir a V. Ex^a que o devolva à Secretaria da Mesa para os procedimentos legais; ou seja, encaminhá-lo à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da Casa e assim cumprir o rito legal, que é uma tradição no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O Requerimento de V. Ex^a será encaminhado na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

S. Ex^a disporá de até dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para dirigir-me aos meus amigos do meu querido Estado do Pará, que nos têm recebido em nossa caminhada por todos os municípios, no extenso território paraense com apreço, admiração e carinho na comitiva do candidato ao governo Almir Gabriel. Temos passado por Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná, Monte Alegre, Capanema, entre outros municípios. Temos andado por todas as regiões, e a receptividade do povo do Pará em ter novamente, a partir de 1º de janeiro, no governo do nosso Estado, o ex-governador Almir Gabriel, que começou a reestruturação do Estado com o projeto do novo Pará, é imensa. Isso já é visto pela própria pesquisa do Ibope, que já coloca o futuro Governador Almir Gabriel, que possui 46% das intenções de voto, bem à frente, com um número de pontos superior à soma dos índices de todos os outros que também concorrem ao governo do Estado do Pará.

Sou surpreendido aqui, Senadora Heloísa Helena, apesar de não ter ouvido o pronunciamento, com a tentativa do Senador Saturnino Braga de tentar comparar o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o estadista, reconhecido por todos os brasileiros da nossa geração, Juscelino Kubitschek.

O Presidente Lula, ao longo de seu governo, tem tentado se comparar com diversas personalidades. Eu acho que ele deve se considerar, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, o grande messias que veio para resolver os problemas do nosso País.

Sr. Presidente, quero aqui referendar aquilo que foi muito bem dito pelos Senadores Heráclito Fortes e Paulo Octávio. Vimos que o governo do Presidente Juscelino Kubitschek foi um Governo de plena democracia, que teve de combater duas tentativas revolucionárias – e o fez de forma democrática –, conviveu com os adversários e transformou este País. O meu Estado, hoje, encontra-se ainda na tentativa de subir no patamar de desenvolvimento, mas muito pior estaria se não fosse a visão de estadista de Juscelino Kubitschek de, naquela altura, abrir a Belém-Brasília, que fez com que a região Norte e, principalmente, o Estado do Pará se interligasse ao resto do Brasil, o que era somente feito por via aérea ou via marítima. Fez por via rodoviária, e abriu aquela que era chamada de “estrada das onças”, hoje, reconhecidamente, um

eixo de integração da maior importância não só para a região Norte, para o Estado do Pará, mas também para o Brasil.

Então, nós, que lutamos por uma integração nacional em que as regiões ainda em desenvolvimento possam realmente se incorporar ao esforço de desenvolvimento econômico e social dos brasileiros, lastimamos essa comparação por um Governo que nada fez e nada faz para vencer essa situação de inoperância.

No meu Estado – e acho que nos demais Estados brasileiros – não há nenhuma obra do Governo Federal. Eu desafio que se encontre no Estado do Pará uma obra iniciada e terminada pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como acho que não há em nenhum outro Estado brasileiro.

O meu pronunciamento de hoje, Senador Marcos Guerra, Senador Sibá Machado, coincidentemente, era nessa direção. Na propaganda eleitoral do candidato Lula, ele se apodera de obras, algumas inexistentes, como é o caso da Transnordestina, onde esteve lá há pouco, assinando, talvez, um termo de início de serviço. Rodou por seis quilômetros de linha férrea – e o Senador Sibá com certeza reconhece isso – com vagões levados, por via rodoviária, de Fortaleza até o trecho iniciado da Transnordestina, para que ele pudesse colocar na sua campanha eleitoral que a Transnordestina é obra dele. É uma desfaçatez! Não há como. Os paraenses têm a oportunidade de me ver e ouvir pela TV Senado e Rádio Senado, Senador Sibá Machado. É impressionante como o Presidente Lula pode dizer para a Nação brasileira que foi ele quem duplicou a Hidrelétrica de Tucuruí. Não há como se entender um negócio como esse. Deveria haver, Presidente Renan Calheiros, uma legislação que punisse os candidatos “promesseiros” que se comprometessem junto à população, à sociedade brasileira, com promessas – porque não são compromissos, e não cumprissem. Teria de haver algo como uma punição. Pior ainda são aqueles que, como o Presidente Lula, se apoderam de obras que não são suas, que não foram iniciadas no seu governo, e quando muito, foram concluídas nesta gestão, como é o caso da Hidrelétrica de Tucuruí, que ele tão somente, Senadores Sibá Machado e Wellington Salgado, inaugurou a montagem das últimas turbinas.

Aí verificamos que a população brasileira, eu acho, não está enxergando essa jogada de *marketing* que está sendo feita; e ela não pode separar o joio do trigo daquilo que é mostrado à Nação como sendo obra do atual Governo.

Realmente, eu lamento. Gostaria até de estar aqui na tribuna, fazendo oposição ao Governo, por ser da base do Partido de Oposição, mas de uma Oposição

que pudesse reconhecer algo que tivesse sido feito de avanço para a sociedade brasileira.

Eu digo - e tenho dito aqui até a Senadora Ana Júlia Carepa, do Estado do Pará – que todos os programas deste atual Governo foram iniciados no Governo passado, e só se deu continuidade a eles. Os programas implementados por outros Governos foram só continuados. Eu até brinco com a Senadora Ana Júlia Carepa, digo a ela que só vou referir-me a esses programas pelo seu nome de batismo, ou seja, pela denominação que tinham, quando foram criados no Governo de Fernando Henrique Cardoso. É o caso do Bolsa Família. Então, vamo-nos referir ao Bolsa Escola, ao Vale Gás, que, fundidos e ampliados, deram origem ao Bolsa Família.

O Partido dos Trabalhadores induz a Nação brasileira. Tenho absoluta certeza de que o Brasil quer um momento novo no País, de desenvolvimento, de progresso, de geração de emprego e renda. Ainda no domingo, no programa Fantástico, houve uma declaração, se não me falha a memória, em um município da Bahia, de uma pessoa que queria emprego. Ela não queria esmola, mas uma oportunidade de trabalho para os filhos, que, naquele município, viam apenas a vida passar, sem terem oportunidade de evoluir como cidadãos.

Então, o Bolsa Família precisa ser continuado, não há dúvida disso. Ele não pode ser extinto, até porque começou no Governo passado, mas tem que ser direcionado àquelas pessoas que precisam de um atendimento emergencial, para que possam ter um emprego, gerar renda e, com dignidade, sustentar a sua família.

O Luz para Todos, tão festejado neste Governo, foi iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso como Luz no Campo e apenas continuado por este Governo. Qual é técnica do PT?

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

Assume os projetos do Governo passado e faz com que esses projetos rebatizados sejam absorvidos como de autoria dele próprio. Isso não é possível! Não é possível enganar todo o mundo todo o tempo.

Então, eu tenho absoluta certeza de que a Nação brasileira irá refletir sobre aquilo que está sendo mostrado e há de ver que nós precisamos, sim, ter um Governo que coloque este País – ainda, se possível, nesta onda de desenvolvimento internacional – num patamar pelo menos próximo daqueles países que pretendem, como nós, alcançar o nível de Primeiro Mundo, e não ficar disputando índices de crescimento

com o Haiti. Ou seja, ao invés de nós estarmos disputando a presença no pelotão principal dos países em desenvolvimento, nós estamos disputando quem vai ficar por último no desenvolvimento nacional. Isso prejudica toda uma geração que pretende, com certeza absoluta, melhores condições de vida.

Se o Presidente me permitir, eu darei um aparte ao nobre Senador Sibá Machado.

Encerrando, quero dizer que essa propaganda que eu diria enganosa que está sendo veiculada há muito tempo – não é de agora – inclusive com verbas vultosas federais, agora, em nível eleitoral, continua na mesma linha de se apoderar de obras e de serviços que não têm nada a ver com este Governo.

No meu Estado, volto a repetir, eu desafio que alguém aponte uma única obra que tenha sido iniciada e tenha sido terminada por este Governo. E, no Brasil, uma obra de vulto que tenha sido iniciada e concluída nesta gestão do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer. E agradeço a generosidade do Presidente Renan Calheiros pelo tempo em que foi transcrito.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra ao Senador Sibá Machado e, posteriormente, à Senadora Heloísa Helena, eu gostaria de, em nome do Senado Federal, dizer duas palavrinhas sobre a morte do ex-Presidente do Senado Federal Senador Moacyr Dalla.

O Senador Moacyr Dalla exerceu seu mandato entre 1979 e 1987, e marcou sua presença nesta Casa como defensor ardoroso do seu querido Estado, o Espírito Santo.

Coube ao Senador Moacyr Dalla presidir o Senado Federal e o Congresso Nacional em duas sessões históricas, que marcaram, sem dúvida nenhuma, a redemocratização do Brasil e, conseqüentemente, o fim do regime de exceção.

A primeira delas foi a votação da Proposta de Emenda à Constituição que instituiu as eleições diretas já para Presidente da República no Brasil: tratava-se da Emenda Dante de Oliveira, em 1984.

Mesmo sendo do PDS, Partido do Governo Militar, Moacyr Dalla se comportou com a isenção de magistrado. A derrota da Emenda Dante de Oliveira foi conseqüência da correlação de forças dentro do Congresso Nacional, naquele momento.

A redemocratização do País viria depois, de forma inevitável, porque era a vontade majoritária do povo brasileiro, como vinham demonstrando as eleições parlamentares no País ao longo de vários anos antes.

E foi ainda, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, Moacyr Dalla quem presidiu a não menos histórica sessão do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves Presidente da República, em 1985. Foi o último Colégio Eleitoral da História, porque a democracia no Brasil é irreversível.

Na ocasião, Moacyr Dalla pronunciou as seguintes palavras, ao anunciar o resultado: “Acabamos de escrever a última linha de um capítulo da vida pública brasileira. Páginas importantes elas contêm, ricas de experiência e ensinamentos, de glória e de frustração”.

O Senador Moacyr Dalla morreu no último dia 20, domingo, em seu Estado natal, o Espírito Santo, aos 79 anos. Seu enterro, no dia de ontem, recebeu as merecidas honras do povo capixaba.

Eu, como Presidente do Senado Federal, em nome de todos os Senadores, presto as merecidas homenagens a esse grande brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Sibá Machado. Em seguida darei a palavra à Senadora Heloísa Helena.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Heloísa Helena, ouvindo, na tarde de hoje, um pouco da continuidade do debate da semana passada e de ontem, aponte, em pronunciamento na tarde de ontem, algumas questões que considero importantes para complementar, Sr. Presidente.

O debate do qual participou há pouco o Senador Roberto Saturnino pareceu-me muito injusto, segundo pude compreender, por ter desvirtuado a comparação – que eu fiz ontem também – que ele faz do Governo Juscelino Kubitschek, como temos feito em relação a Getúlio Vargas, com o Governo do Presidente Lula.

Lendo algumas matérias nos jornais, uma chamou-me a atenção neste fim de semana. Uma pergunta se fazia na matéria: se, em relação ao déficit da Previdência e ao crescimento do País, deveríamos, para poder crescer a 6%, primeiramente superavitar a Previdência ou se, para superavitá-la, deveríamos, antes, crescer a 6%.

Volto ao que eu disse durante a semana passada e no dia de ontem. Entendo que o Presidente Lula está trabalhando nas duas direções: manter um crescimento equilibrado do nosso País com distribuição de

renda e, ao mesmo tempo, melhorar as condições da Previdência Social.

Dos elementos que consideramos, Sr. Presidente, para o desenvolvimento do nosso País, não há apenas a preocupação com uma obra prática, aquela que, no Estado do Acre, costume chamar de investimento da porta para fora das pessoas. Todos os investimentos da porta para fora são extremamente importantes, mas o Governo atual tinha uma missão primeira que não poderia deixar para depois, que não poderia pagar para ver, que era a de executar as políticas públicas da porta para dentro da casa das pessoas. Essa é a grande novidade.

Quando vejo da tribuna do Senado brilhantes pronunciamentos contestando a posição de membros do Governo, considero que seja a força da expressão Oposicionista que temos que respeitar, porque faz parte do debate. No entanto, não vamos abrir mão de expor aqui as grandes conquistas que tivemos durante esse tão curto período de tempo, porque foram significativas.

Não queremos aqui apenas responder aos desafios: onde está a ferrovia que foi feita ou não? onde está a hidrelétrica que deixou de ser construída? onde está a refinaria que não saiu do papel?

Isso é claro, porque são obras de médio e longo prazo e, por isso, não existe a menor possibilidade de serem concluídas e inauguradas dentro do tempo de um mesmo Governo, de um mesmo mandato.

Agora, repetir algumas coisas que já foram ditas e lembrar mais algumas, Sr. Presidente, é que eu pretendo fazer aqui.

Uma das perguntas que fiz ontem foi: quais são os cenários que o Brasil tem para ser considerado uma Nação desenvolvida e respeitada nos próximos vinte anos? Citei três fatores que já havia mencionado em vários momentos desta tribuna: o primeiro fator é que este País precisa, inicialmente, garantir a sua democracia. A nossa democracia está garantida, Sr. Presidente.

O segundo fator que acho muito importante é que possamos garantir o equilíbrio de contas do Brasil, que, no meu entendimento, está sendo feito. O terceiro item é que tenhamos o desenvolvimento com sustentabilidade. Não pode ser um crescimento de bolha, que, num primeiro sopro, se desmorone como se fosse um castelo de areia. Então, esse é o debate que estamos fazendo.

Acrescento o desendividamento do Brasil a partir das duas dívidas principais: a externa e a interna. Na dívida interna, ainda está longe de alcançarmos tal objetivo. E é claro que qualquer um que ler sobre a economia, verá esses números.

Agora, quanto ao desendividamento acelerado da questão externa, o Brasil está dando um basta. O País está saindo do seu endividamento externo e, daqui a médio prazo – no meu entendimento – haveremos também de resolver o problema da dívida interna.

Quanto ao crescimento do país, volto a dizer que, com relação à grande preocupação de crescer por crescer, poderemos crescer como muitos sem distribuição de renda. E para onde vai isso? Aprisionamento da riqueza?

Gosto de citar uma outra frase, Sr. Presidente, que quanto maior é o crescimento da riqueza individual de uma pessoa, mais alto será seu muro e mais valente será seu cachorro. Portanto, ele terá que fazer uma espécie de redoma de vida, viver isoladamente, preso na sua própria casa, porque não poderá sair à rua, pois haverá contestação sobre isso. Não queremos este caminho. O caminho da redoma das riquezas não nos interessa. Interessa para o Brasil o crescimento, o desenvolvimento com distribuição de renda e respeito à natureza.

Sobre a inflação, há um controle, Sr. Presidente, e não foi preciso escrever um texto mirabolante sobre uma maquete do que seria a política econômica do Governo ou um chamado plano econômico, como já vimos na nossa história, que não é isso. Há um compromisso de que tenhamos políticas que garantam um controle inflacionário. Quando há esse controle, protege-se o poder de compra das pessoas. Aqueles que conhecem a ciranda financeira estarão sempre protegidos, mas quem não conhece, quem não sabe como fazer aplicação, que recebe o seu salário e, no outro dia, tem de comprar comida, precisam de política de garantia de controle de inflação. E a nossa inflação está em queda, depois de fechar os oito anos do período do ex-Presidente Fernando Henrique com mais de 12%. E haveremos de chegar a 31 de dezembro deste ano com uma inflação de, no máximo, 5%. Com certeza, atingiremos essa meta, Sr. Presidente.

A questão do dólar, que tanto se critica, é um caminho que ficou dito desde os primeiros dias do mandato do Presidente: o dólar não será controlado por decreto do Presidente; é uma questão comercial, tem de estar numa relação livre. Com isso, é claro, há um setor que se prejudica porque é um momento conjuntural, mas, mesmo assim, está com alta competitividade. Hoje, temos um crescimento no setor de exportação no Brasil que é invejável e que desejo para todos os países do mundo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou já abrir para os apartes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, não, é só para...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, com licença, deixe-me fechar aqui, se não, tenho de voltar ao crescimento depois.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É só para corrigir V. Ex^a com relação ao dólar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a, mas deixe-me terminar o meu pensamento. Com certeza, voltaremos ao debate.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fico preocupado, quando um conterrâneo meu comete um erro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Um instantinho, Senador Heráclito. Deixe-me terminar aqui e voltamos já ao debate.

Na questão da massa salarial como outro fator de distribuição de renda, o salário mínimo tinha uma política que ainda continua, porque não conseguimos encontrar a tal da fórmula de proteção de longo prazo. Ainda não conseguimos, temos que admitir isso e ter humildade nessa hora. Mas há uma busca incessante de se garantir ganho real. Cobre-se a inflação e dá-se um ganho real que, durante esse período de três anos e meio do Presidente, foi de R\$350,00.

A tabela do Imposto de Renda foi modificada para garantir que um número maior de trabalhadores esteja isento da cobrança do Imposto de Renda.

Quanto à política discutida no âmbito das centrais sindicais, em relação a oportunidade de trabalho, carteiras assinadas, estamos com mais de quatro milhões de carteiras assinadas. O problema dos desempregados, dos subempregados ou daqueles que estão na economia informal foi resolvido? Ainda não, mas estamos caminhando nessa direção e haveremos de atingir a meta anunciada há três anos.

Sr. Presidente, com relação ao equilíbrio das instituições, sabíamos disso e assistíamos a isso na imprensa, e os que estavam aqui também são testemunhas, que tínhamos um Ministério Público que não se expressava da forma como deveria. Agora, ele se expressa. Temos um Supremo Tribunal Federal que se expressa.

Se há uma dívida por parte do Congresso, cabe a ele se corrigir. Temos hoje – quero louvar V. Ex^a, Sr. Presidente, também por isso – o respeito às três instituições que representam o Estado brasileiro: o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Quando falamos em salto de qualidade, temos de, no ano que vem, apresentar ao Brasil uma reforma política. Eu assisti aqui às duras palavras que foram ditas por causa...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...de uma proposta feita pelo Presidente Lula. Está-se no âmbito de uma proposta. É uma sugestão, se o Congresso Nacional acatar. Quem decide é o Congresso Nacional, não é o Presidente da República. Qualquer cidadão brasileiro – incluindo o Presidente da República – pode fazer sugestões. A proposta foi a de uma Constituinte específica para tratar da reforma política. Por quê? Talvez, na imaginação do Presidente, como pode ser na de muitos, o Congresso Nacional, do jeito que está, com tantas matérias paralisadas há tanto tempo, não possa ter a velocidade necessária para fazer uma reforma mais aprofundada a partir do ano que vem. Portanto, cabe, sim, a análise da questão: com uma Constituinte específica ou não, que caminho teremos, no ano que vem, para aprofundarmos a reforma política?

Fala-se de melhorias em todos os setores da sociedade. Fala-se em baixar taxas de juros, que é um caminho que estamos percorrendo. Acredito piamente que podemos fechar este ano, Sr. Presidente, num patamar de inflação muito mais adequado do que aquele que estamos enfrentando atualmente.

Portanto, acredito que as turbulências da economia internacional não haverão de mudar o rumo do nosso País. O Brasil estará pavimentado para se sustentar em qualquer cenário que a economia mundial possa apresentar no ano que vem.

Agora, ouço, com atenção, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Inicialmente, Senador, parabeno-o porque o pronunciamento de V. Ex^a é o de um candidato à Presidência da República.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vai demorar um pouco, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a dissecou as problemáticas e apresentou ou encaminhou as soluções. Só se esqueceu de dizer que quem tem memória e ouviu o belo e competente pronunciamento de V. Ex^a reforça aquilo que disse, há pouco, da tribuna: o Presidente Lula deu continuidade a tudo aquilo que vinha sendo feito nos dois primeiros governos de Fernando Henrique Cardoso, que reorganizou a Nação brasileira, reorganizou a economia nacional...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ouviu meu pronunciamento de ontem?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Lamentavelmente, eu estava no interior.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, vou repetir alguns pontos. Mas pode concluir o pensamento de V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quando o Presidente Lula diz que recebeu uma nação com alta

taxa de juros e uma inflação descontrolada, ele se esquece de colocar, no contexto daquele momento, que isso ocorreu porque, quando se verificou, por meio das pesquisas, a possibilidade – que, naquela altura, se mostrava real e aconteceu – da vitória do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, a economia do Brasil entrou em pânico. Quando o Presidente assumiu e não fez nada daquilo que, ao longo de 20 anos, dizia que faria – pelo contrário, ele deu continuidade às políticas de Fernando Henrique Cardoso – a economia voltou à normalidade e deu seqüência a essa situação de tranqüilidade, concordo com V. Ex^a, de superávit da balança comercial que sustenta a posição confortável na economia brasileira. Mas V. Ex^a esquece também de dizer, com referência ao salário mínimo de R\$350,00, que quem deu esse salário mínimo não foi o Presidente Lula.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Foi uma medida provisória da Presidente Lula.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, foi uma medida provisória do Presidente Lula.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a esquece, e é bom que a Nação brasileira lembre, que quando veio o Orçamento, encaminhado pelo Executivo para o Congresso Nacional, a peça orçamentária previa R\$320,00.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Era a lógica do que foi decidido na LDO, R\$300,00.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Trezentos e vinte e três reais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – De R\$300,00.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Trezentos e vinte e três reais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – De R\$300,00.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quem viabilizou os recursos no Orçamento para o salário mínimo de R\$350,00 foi o Congresso Nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Foi o que veio na LDO. Foi a medida provisória do Presidente Lula. Não, neste ponto, V. Ex^a está misturando as datas, a data de 2006 com a data de 2004. Em 2004 houve isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Sibá está absolutamente certo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu pediria, com todo o respeito a V. Ex^{as}, que simplificassem um pouco o debate porque temos uma lista extensa de oradores.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Se o Presidente me permitir mais um minuto, só quero concluir o

raciocínio. Então vamos deixar claro, Presidente Renan Calheiros, Senador Marcos Guerra, Senadora Heloísa Helena, que quem concedeu o salário mínimo de R\$350,00 para o trabalhador brasileiro foi o Congresso Nacional, este Congresso que o Presidente agora quer descaracterizar e desqualificar perante a Nação brasileira. Talvez por isso Sua Excelência venha com essa proposta que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...V. Ex^a vem defender, Senador Sibá Machado, como democrata que é,...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Defendo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – a idéia de uma constituinte para a reforma política. Isso tem cheiro e rumo de Hugo Chávez, do *hermano* boliviano e de Fidel. Então, não é possível que isso contamine a Nação brasileira!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Defendo, porque senão posso dizer que é golpe qualquer idéia que o Congresso possa a vir a ter também. Estaremos proibidos de ter qualquer idéia. Qualquer idéia, independentemente de quem venha, pode parecer golpe. Não posso aceitar isso!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, mas nós não podemos...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não! V. Ex^a está sendo injusto com o nosso Presidente. Sua Excelência tem o direito de ter qualquer idéia. O que não pode é o Congresso Nacional se submeter; pode acatar, se for uma idéia interessante.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Então, V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senão, qualquer idéia de qualquer Senador ou de qualquer Deputado Federal estará sendo motivo de golpe contra a sociedade brasileira!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a já deu a resposta que eu queria. Então, como podemos concordar com uma Constituinte quando o Presidente Lula não respeita o Congresso Nacional e veta todos os projetos aprovados? A maioria dos projetos em benefício da população brasileira é vetada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Projetos que estão muito mais na linha da disputa eleitoral.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, senhor! Não, senhor! A maioria dos projetos é vetada pelo Presidente. Não discutimos o veto do Presidente aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Cabe a nós discutirmos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Então, o Congresso Nacional está sendo desqualificado pelo Executivo. E o Congresso tem que ser independente, como V. Ex^a sabe. Por último e para concluir, porque já estou abusando da generosidade do Presidente Renan, quero louvar V. Ex^a e pedir a Deus que isso se realize mesmo. V. Ex^a, se eu ouvi bem, disse há pouco que até o final do Governo será completada a promessa – não o compromisso – que o candidato de então fez de gerar dez milhões de empregos. Só gerou quatro! V. Ex^a disse, parece que eu ouvi isso, mas podemos recorrer às notas taquigráficas...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – As carteiras formais estão em cinco milhões.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, a promessa era de dez. Se a promessa tivesse sido cumprida, seriam dez milhões. Deus queira que isso aconteça, para o bem do Brasil e de todos os brasileiros.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, e ao Presidente, mas quero parabenizá-lo pela sua lucidez, pela sua coragem. V. Ex^a tem absoluta razão, o salário de R\$350,00 foi de autoria do Presidente Lula, por meio de uma medida provisória. A vontade do Congresso, Senador Flexa Ribeiro, era de dar um salário de R\$370,00, mas o Presidente Lula achou que o trabalhador ia ganhar muito e mandou uma medida provisória reduzindo-o, como fez agora com os aposentados. Admiro V. Ex^a por isso, porque não se afasta da verdade. O Presidente errou; V. Ex^a sabe disso. Ontem até falou muito bem aqui o Senador Paulo Paim. Para ver V. Ex^a o quanto uma medida provisória tem força nesta Casa, Sr. Presidente. Mais do que nunca, está provado que é hora de acabá-la. A vontade da Casa era de R\$370,00. Entretanto, o Presidente Lula foi contra a vontade da Casa e do trabalhador e fez essa redução. Mas o que eu quero mesmo, Senador Renan Calheiros, que tão bem preside esta Casa e está aqui neste momento, é parabenizá-lo e mostrar que nesta terra ninguém é insubstituível. A grande preocupação que se tinha aqui, Senadora Heloísa Helena, era, na ausência do Senador Mercadante, quem iria discutir economia pelo Partido dos Trabalhadores. E veja que V. Ex^a o substitui, Senador Sibá Machado, com melhor qualidade. Humilde, aceitando o debate, aceitando o diálogo e com números claros. Como sei que o pronunciamento de V. Ex^a, neste momento, não é só para este plenário um pouco vazio, mas para a história, sugiro que V. Ex^a apenas faça uma correção: o preço do dólar não é livre no mercado. O Banco Central, que é do Governo...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ele tem feito intervenções porque essa tem sido também uma reclamação...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então não é livre o mercado. A intervenção do Governo, por meio do Banco Central, é constante. Quando o Governo intervém para comprar dólar mais barato, não é para aproveitar o subpreço e empregar esse dinheiro em questões sociais. Isso ocorre porque ele tem pressa em pagar os débitos internacionais. O PT sempre condenou os governos passados, aqueles que se preocupavam em pagar esses débitos. V. Ex^a, que é versado em economia, pode pegar um jornal de hoje, que tem um artigo muito bom sobre essa matéria. Por fim, já que V. Ex^a fala com autoridade, poderia deixar aqui, neste final de tarde, neste crepúsculo, na hora do Ângelus, alguma notícia que tranquilizasse os empregados da Volkswagen, que estão aqui sob ameaça de demissão. E o partido de V. Ex^a, vulgo Partido dos Trabalhadores, não se manifestou ainda em defesa dos trabalhadores. A minha preocupação é que este Governo não repita com os empregados da Volkswagen a atitude de insensibilidade, a falta de sentimento que teve com relação aos servidores da Varig. V. Ex^a, que é um homem que hoje defende as questões econômicas do Governo, podia tranquilizar a Nação e o povo de São Paulo. Isso porque a discussão já está ocorrendo desde segunda-feira passada. A discussão funciona? A discussão acontece? E agora há mais um novo avanço. Além da redução e das demissões, ainda vai haver redução no plano de benefício dos empregados, um reajuste na participação do plano médico e *outras coisas más*. O Governo Fernando Henrique, que V. Ex^a tanto critica, em uma questão como essa, chamava os responsáveis às falas, não deixava correr frouxo. Portanto, V. Ex^a, que teve passado marcante como trabalhador em São Paulo, podia tranquilizar os seus ex-colegas,...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou tranquilizar V. Ex^a; pode ficar sossegado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...dizendo que o governo dito dos trabalhadores também se preocupa com o trabalhador brasileiro. Mas parabéns a V. Ex^a! O Mercadante não faz falta aqui. V. Ex^a está discutindo a economia do seu Governo com mais clareza e humildade do que o até então Líder do Partido dos Trabalhadores. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a me permite trinta segundos?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Presidente já me alertou sobre o meu tempo. Eu preciso concluir.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – São apenas trinta segundos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o que eu faço? Posso aceitar? (Pausa.) Pois não, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Apenas para esclarecer o seguinte: é evidente que o salário mínimo foi decretado por meio de uma medida provisória do Presidente Lula. Não há dúvida quanto a isso. Contudo, eu me referi, Senador Heráclito Fortes, ao fato de que, quando veio a peça orçamentária para o Congresso, estava lá – é um documento – um salário mínimo de R\$323,00.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim, foi isso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quem viabilizou os recursos para os R\$350,00 foi o Congresso Nacional, que emendou o Orçamento aqui. Como bem disse o Senador Heráclito Fortes, o Congresso – Senadores e Deputados – queria mais para o trabalhador brasileiro. O Presidente, então, fez a medida provisória estabelecendo o valor de R\$350,00. Mas, repito, quem viabilizou o salário mínimo de R\$350,00 foi o Congresso Nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me conceda mais um tempo, apenas para que eu possa concluir.

Primeiro, quero agradecer pelo debate, na linha do respeito às pessoas e às suas idéias. Acho isto importante e penso que é o que tenho procurado fazer aqui.

Mas quero dizer que as informações que estou trazendo são do meu mais profundo convencimento, baseadas na realidade dos fatos que estão sendo divulgados.

Quando realizamos a LDO, ao longo dos, agora, quatro anos do Presidente Lula, o maior debate que fizemos foi sobre como iríamos trabalhar o salário mínimo, com que tipo de política a longo prazo. Aí, está se avaliando se o salário mínimo é calculado sempre baseado na inflação do período mais qual tipo de ganho real: um ganho real baseado no PIB real ou baseado no PIB *per capita*. Que tipo de indicador nós utilizaríamos para fazer a proteção do salário mínimo? Pode-se perguntar: Por que isso não foi feito antes? Porque não cabia, não podia, não havia caixa, não havia condições. Agora é que o País caminha, sim, para ter condições. Por que não foi feita a política de regularização do salário dos servidores de carreira? Porque não havia condições. Agora está tendo e é por isto que está acontecendo.

Portanto, neste aspecto de fazer um quadro demonstrativo... Onde estão os investimentos visíveis,

chamados de “da porta para fora”? Onde estão os investimentos que não são visíveis, chamados de “da porta para dentro”? Essa é a grande diferença.

Sr. Presidente, para encerrar, vou reproduzir o que dissemos ontem aqui. O nosso Brasil caminha para a sua consolidação democrática, para a consolidação do seu equilíbrio fiscal, para o seu desenvolvimento sustentável e – o que eu quero acrescentar mais uma vez – para fazer um outro império, não aquele império que se pautou em cima do sangue, do suor e do desespero de muitas pessoas e de muitos povos, mas do império dos mais pobres, do império daqueles que têm que se dar as mãos; império pautado na solidariedade.

É por isso que o Presidente Lula tem levado mundo afora, por onde ele tem andado, as experiências do que é o Bolsa-Família. Ele agora lança o desafio de levar o SUS, que não é uma criação do Presidente Lula, mas que é uma política que funciona bem no Brasil, embora ainda precise ser melhorada. Ele leva as boas experiências do Brasil para os países que precisam se dar as mãos e estabelecer outro tipo de relacionamento político, econômico, tecnológico e, principalmente, solidário.

A fome no mundo não pode ser um problema a ser tratado apenas por quem passa fome; ela precisa ser tratada por todos os estadistas e por qualquer pessoa que tenha responsabilidade pública.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá, o SUS funciona bem no Acre?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou encerrar, mas, se o Presidente concordar, poderemos nos inscrever para falar pela Liderança para continuar o assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu iria falar sobre a questão da segurança pública em São Paulo e em todo o Brasil e sobre essa disputa, inseqüente, demagógica e eleitoreira entre o PT e o PSDB quanto à questão da segurança pública. Porém, diante dos últimos minutos de pronunciamento, eu me vejo muito tentada a falar um pouco sobre a política econômica, é claro.

Eu sei que a verborragia da patifaria neoliberal é muito sedutora. Ela traz uma terminologia com um ar de sofisticação técnica. Ela é pouco apropriada por alguns. E é por isso, Senador Flexa, que eu defendo com veemência o conhecimento. Conhecer profundamente as coisas, dedicar-se ao conhecimento, ao estudo. Acho que só isso é capaz de mudar o mundo.

Há pessoas que sabem exatamente o que é essa política econômica, que sabem que ela destrutura parques produtivos, destrói milhões de postos de trabalho, promove dor, sofrimento, pobreza, e há pessoas que a defendem por inocência ou por ignorância. É por isso que essa verborragia neoliberal é muito sedutora.

Não há nenhuma racionalidade técnica ou objetiva em defender a política econômica do Governo Lula, que é a continuidade técnica da política econômica do Governo Fernando Henrique. Um capitalista, um neoliberal defender essa política econômica eu compreendo, porque nós vivemos uma democracia e as pessoas podem se manifestar suas posições políticas. Mas, alguém que se reivindique de esquerda defender essa política econômica ou o faz por inocência e ignorância ou o faz por cinismo, vigarice e dissimulação.

O que acontece hoje no Brasil? Como se estabelece a política econômica? O Conselho Monetário Nacional, ou seja, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central e o Ministro do Planejamento... Espero eu ter a honra de chegar à Presidência da República para que essas figuras não sejam o que são hoje, três moleques sabotadores do desenvolvimento econômico, três moleques a serviço do capital financeiro, porque nunca houve, no Brasil, uma tão brutal e avassaladora transferência de renda do pobre, da classe média assalariada e do setor produtivo para o capital financeiro. Nunca! O maior lucro das instituições de capital aberto da história da América Latina acontece agora.

Então, esses três senhores, supostamente iluminados, com aquela cara de conteúdo, são três farsantes, que reproduzem a farsa técnica e a fraude política do Governo Lula, que reproduz, de forma medíocre, o Governo medíocre de Fernando Henrique Cardoso. Esses três senhores iluminados definiram, com base em equações matemáticas que nenhum economista sério do País conhece, que o Brasil não pode crescer mais do que 3,5%, enquanto que a média de crescimento no planeta Terra é de 5,5%.

A Argentina, nossa vizinha, cresce, há três anos, 9%, sem falar da China, da Índia, da Malásia e de outros países mais. Pois esses três senhores iluminados, medíocres, sabotadores do desenvolvimento econômico, estabeleceram que o Brasil não pode crescer mais do que 3,5%.

Então, toda vez que o Brasil vai se aproximando de 3,5% de crescimento, vem o Copom, presidido pelo Presidente do Banco Central, que deveria estar preso por crimes contra o Sistema Financeiro, que era Deputado Federal pelo PSDB porque comprou o mandato, e que foi nomeado Presidente do Banco Central por um Presidente Lula acovardado diante do

Sistema Financeiro... Então, vem o Copom, formado pelo Presidente e pelos Diretores do Banco Central, e diz que o crescimento não será saudável, aumentando a taxa de juros.

Tenho que respeitar a inocência, mas não posso aceitar alguém relacionar inflação à taxa de juros. Meu Deus do céu, não é possível uma coisa dessas! Nunca, na história do Brasil, houve um surto inflacionário que não viesse acompanhado do mesmo surto em outros países em igual situação. Sessenta por cento da inflação mais baixa do Brasil é de taxas administradas pelo Governo, taxas que o atual Governo, covarde, não teve a coragem de estabelecer a superação do chamado equilíbrio econômico-financeiro-contratual das tarifas da privatização irresponsável do Governo Fernando Henrique Cardoso. Não pode alguém dizer que baixar a taxa de juros faz voltar a inflação. Meu Deus, não faça uma coisa dessa, porque, se fizerem isso por ignorância ou inocência, tenho que dar a minha paciência maternal; senão, é vigarice política vender isso à opinião pública. Fuga de capital... Mentira! É impossível acontecer. O Banco Central tem todos os mecanismos objetivos se quiser estacionar 100% dos recursos numa instituição de crédito. Alguém dizer que essa política econômica distribui renda, meu Deus, é não conhecer a verdade. O PNAD, Programa Nacional de Amostragem Domiciliar foi comemorado pelo Governo, que dizia estar havendo distribuição de renda – uma ova. Desculpe-me a expressão. O PNAD só analisa renda do trabalho. No Brasil, é considerado milionário quem ganha R\$1,5 mil. É considerado milionário e paga 15% de tributo direto. Agora, os banqueiros, os especuladores, que ganham por mês R\$620 mil da bolsa, esses não pagam nem Imposto de Renda, nem CPMF.

Como pode alguém dizer que esse tipo de política econômica não concentra renda? Como pode alguém dizer que esse tipo de política econômica distribui renda? Sinceramente, pela inocência, tenho de agir com a paciência maternal. Mas só com muita vigarice política se é capaz de dizê-lo.

É por isso que o povo odeia político. É por isto: não há um detector de mentira quando o cabra está falando. Não há poço para colocar tanto óleo de peroba. Não há. É por isso que o povo odeia político.

Ir à televisão e mostrar o país das maravilhas nos discursos, realmente, é algo muito difícil de entender.

Concedo o aparte ao Senador Flexa.

Quero ainda abordar o tema da segurança pública, mas não pude deixar de falar sobre a política econômica.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Heloísa Helena, primeiro, parabenizo V. Ex^a pela sua

performance na disputa presidencial. A abordagem que V. Ex^a faz da área econômica me sugere dizer ao Senador Sibá Machado – que disse que o Presidente Lula distribui renda – que essa taxa de juros inominável usada no Brasil, não interessando se a inflação está baixa, é a taxa de juros real mais alta do mundo, continua sendo a mais alta do mundo. A inflação baixa, e a taxa de juros não baixa na mesma proporção. A transferência de renda está sendo feita para os banqueiros, para os banqueiros. Enquanto o Presidente Lula distribui para o Bolsa-Família R\$8 bilhões, ele distribui para os banqueiros, pagando esses juros inomináveis, Senador Sibá Machado, R\$48 bilhões por ano. É isso que leva aos lucros do sistema financeiro. Então, é isso que é tirado. O Brasil paga R\$48 bilhões aos bancos de resultado – estão aí os resultados dos bancos mostrando os lucros estratosféricos –, e esse dinheiro poderia estar sendo usado para infra-estrutura e geração de empregos. Trata-se daquilo a que a Senadora Heloísa Helena se referiu e que está relatado em matéria de revista semanal: há um problema sério em saber se a Previdência deve primeiramente saldar o déficit para poder crescer ou se tem de crescer para saldar seu déficit. Não se deve fazer mais nada do que gerar empregos. Para gerar empregos é preciso haver investimentos. Para haver investimentos é necessário que haja recursos. Desse modo, temos realmente, Senadora Heloísa Helena, de distribuir renda, ou seja, não concentrar renda no sistema financeiro, como o Governo Lula fez mais do que qualquer outro governo. Há 500 anos na história do Brasil, não se via uma concentração de renda tão forte como acontece nestes quatro anos do Governo do Presidente Lula.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e aproveito o seu aparte para falar sobre a seguridade social, até porque há uma cantilena enfadonha e mentirosa, que acontecia no Governo Fernando Henrique Cardoso e acontece no Governo Lula, afirmando que há um déficit na seguridade social. Não há quem agüente isso. Será possível que essas pessoas não podem fazer contas? Será possível uma coisa dessa?

O próprio relatório do Tribunal de Contas da União, analisando as contas do Governo Lula de 2005, mostra claramente que a seguridade social é superavitária em mais de R\$50 bilhões. O problema é que a Desvinculação de Receita da União, criada por Fernando Henrique Cardoso por quatro anos e reeditada pelo Governo Lula por mais quatro anos – que espero seja extinta agora, que o próximo governo tenha vergonha na cara e não a reedite, como o Presidente Lula e Fernando Henrique fizeram –, saqueia oficialmente

25% do dinheiro da saúde, da assistência social e da previdência pública para jogar no superávit, que enche a pança dos banqueiros e esvazia as políticas sociais para o povo brasileiro.

Então, isto é fato: a seguridade social não é deficitária; é superavitária.

Sobre segurança pública tenho falado várias vezes aqui. Sei que o Senador Tuma já falou sobre isso. Se há algo que realmente me deixa triste – fico mais triste até do que indignada –, é o debate desqualificado, eleitoreiro e inconseqüente que está sendo travado entre o PT e o PSDB sobre a área de segurança pública.

Existe um foco em São Paulo, onde a polarização entre PT e PSDB é muito maior, mas qualquer pessoa de bom senso no País sabe que a crise na área de segurança pública, a crise no sistema prisional brasileiro está em todo o País. Qualquer pessoa o sabe.

Aliás, o Senador Arthur Virgílio até se comportou como homem aqui. Há alguns dias, S. Ex^a, que foi Líder do Governo Fernando Henrique, assumiu que o Governo Fernando Henrique não fez os investimentos que deveria ter feito na área de segurança pública.

São 12 anos de desrespeito completo com a área de segurança pública!

Há três anos todos os secretários de segurança pública do Brasil, todos os dirigentes do sistema prisional brasileiro entregaram à Secretaria Nacional de Segurança Pública do atual Governo e ao Ministério da Justiça do atual Governo todo um quadro, Senador Wellington, todo o detalhamento do sistema prisional brasileiro. Todo.

Qualquer um de nós aqui que tenha ao menos a possibilidade de manusear, de forma razoável, a Internet, terá conhecimento da situação de cada um dos 360 mil encarcerados do Brasil. Eu sei quanto existe de jovens, de mulheres ou de homens em regime aberto, semi-aberto, fechado; se eles estão na delegacia ou no sistema penitenciário. Todos têm condições de saber exatamente tudo: quais são as pessoas que estão lá porque roubaram margarina; quais são as pessoas que estão lá comandando o crime organizado. Ou seja, sabe-se de tudo exatamente.

Há dois anos e meio, apresentaram todas as alternativas concretas. Não estou nem falando de política social, não estou nem falando daquilo que diminuiria o risco de os filhos da pobreza irem para a marginalidade como último refúgio. Claro que não estou dizendo que somente filho de pobre é levado à marginalidade como último refúgio. É só olhar o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto para ver o monte de bandidos.

Não fizeram nada pelas políticas sociais, que diminuem o risco de os filhos da pobreza serem arrasta-

dos para a prostituição, para o narcotráfico. Este País se dá o direito de ter 76% dos seus jovens de 14 a 24 anos passando o dia sem fazer nada. Não estudam, não são capacitados para o trabalho, não fazem música, não têm acesso à cultura, não têm acesso a esporte, a nada. Viram olheiros, esticas, falcões do narcotráfico ou vão vender o corpo por um prato de comida.

Além de não terem feito nada pelas políticas sociais, para diminuir o risco, não fizeram nada para o sistema prisional. Não fizeram debate sobre o Sistema Único de Segurança Pública, sobre piso salarial para os trabalhadores da área de segurança pública, sobre os mecanismos de disponibilizar inteligência e o conhecimento, o monitoramento e o controle, a fim de impedir a promiscuidade do aparato de segurança pública com o crime organizado, monitoramento 24 horas por dia para aqueles que são reconhecidamente chefões do crime organizado, que se utilizam dos verdadeiros campos de concentração de pobres, que são os presídios brasileiros, e não fazem nada, absolutamente nada.

O Presidente da República, em vez de se ausentar da sua condição de candidato, em vez de sair do debate desqualificado, inconseqüente e eleitoreiro entre o PT e o PSDB, em vez de chamar todos os Governadores, todos os Secretários de Segurança e dirigentes do sistema prisional para coordenar um novo pacto na área de segurança pública, tratando de todo o sistema, aproveitando todo o diagnóstico e a exatidão técnica apresentada por todos os Estados brasileiros, em vez de se apropriar dos dados técnicos e objetivos para viabilizar uma alternativa concreta na área de segurança pública, ele entra nesse debate e pratica esse tipo de exercício do cinismo, da vigarice e da dissimulação. Realmente, é muito triste o que está acontecendo hoje no Brasil.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, contando com a delicadeza do Presidente, para encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora Heloísa Helena, concordo inteiramente com V. Ex^a no que diz respeito à crítica à economia brasileira. Não ouvi o discurso do Senador Sibá Machado, pelo que entendi, defendendo essa tal economia, mas até o compreendo, pois uma das tarefas delegadas aos Líderes pelo Governo atual é defender o indefensável. Nenhum petista de verdade pode apoiar essa política, sob pena de revogar o passado e de assinar um documento dizendo: “Nunca acreditei no que eu disse a vida toda”. E não tem nada a ver com objetivos precários – V. Ex^a sabe que não é essa a minha atitude. Mas reconheço, da maneira mais clara possível, a sua desenvoltura, a sua capacidade de afirmação e sinceridade, que são

muito importantes neste momento da vida pública brasileira, quando é indispensável despertar a capacidade de indignação do povo. A sua palavra tem sido fundamental para que o povo desperte, levante-se e abra os olhos. Não há concordâncias nem discordâncias – nem é caso para serem explicitadas agora –, mas o reconhecimento do papel de V. Ex^a, para que o Brasil seja um País diferente, não este País de brincadeira, de fraude, com pessoas dizendo palavras em que não acreditam e o Presidente da República sem a menor responsabilidade pelo que diz. Não faz a menor questão de não falar a verdade. É prisioneiro de uma armadura que ele próprio criou, de uma política que se fundamenta basicamente em duas grandes alavancas: o Bolsa-Família e a Polícia Federal. Quando alguém acusa o Governo do Presidente Lula de algo que tenha a ver com a questão da honra, da austeridade, da corrupção, das instituições, o Presidente se pendura nas ações espetaculares da Polícia Federal. Não estou criticando essas ações. Estou dizendo que é nelas que o Presidente se apóia para não responder o que não pode responder. Quando alguém fala que a economia vai mal, que a pobreza é muito grande, que as disparidades regionais aumentaram, que as distâncias entre ricos e pobres cresceram, que a classe média empobreceu de fato e que os mais pobres do País continuam tão pobres quanto antes, o Presidente faz de conta que não viu nada, e fala do Programa Bolsa-Família. É uma forma de fugir da verdadeira discussão e de tentar levar a discussão apenas para o que lhe interessa: a versão, e não os fatos. Mesmo tendo com V. Ex^a discordâncias evidentes, reconheço que V. Ex^a atua de maneira sincera, concreta e destemida, o que sempre foi a sua marca. E esse é, seguramente, dentre todos os seus valores, o que eu mais admiro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

Já que V. Ex^a mencionou o Programa Bolsa-Família, aproveito para dizer, mais uma vez, que, infelizmente, o Presidente Lula repete o Governo Fernando Henrique nessa história de não ir a debates. Isso é tão feio! É um misto de arrogância e de covardia. A arrogância é cega, embora não seja cegueira de fato. A minha filha de leite, Fabrícia, que é cega, vê muito mais do que todos nós juntos. Esse misto de arrogância e de covardia de não participar dos debates é algo muito ruim, porque eles saem mentindo nas belas peças publicitárias do programa eleitoral, ou colocam seus bajuladores, sua Base de bajulação, para mentirem pelo País afora.

V. Ex^a não imagina – sei que alguns Ministros disseram isso nos jornais – o quanto sou perguntada, por onde ando, por que vou acabar com o Bol-

sa-Família. Isso cabe na cabeça de alguém? É algo impressionante!

Digo que o Bolsa-Família ou qualquer política de transferência de renda não pode ser o que é hoje: um instrumento demagógico-eleitoreiro de se apropriar da dor e da pobreza de um pai e de uma mãe de família para tomar voto. Ficar o tempo todo tratando isso de forma demagógica é o mesmo de que nós, nordestinos, fomos vítimas, a vida toda, com a cesta básica. É a mesma política.

Defendo que o Bolsa-Família esteja associado à escola integral, para que, em vez de ser um estímulo à gravidez na adolescência, as meninas brasileiras possam escolher se serão cientistas, pianistas, bailarinas, professoras, qualquer coisa, e não condenadas a permanecerem pobres porque, do contrário, o Estado brasileiro não as quer ver. Essa política está sendo feita assim: se a pessoa arranjar um trabalho, perde a estabilidade da Bolsa. Então, não pode arranjar.

Por isso, defendemos muito mais o que é discutido como política de renda básica pelo Senador Eduardo Suplicy, uma proposta conseqüente, absolutamente estruturada tecnicamente e que pode estar associada à capacitação profissional, à inserção no mundo do trabalho, à escola em tempo integral, àquilo que, de fato, pode dar dignidade para meninas, meninos e famílias espalhadas pelo Brasil.

Mas esse tipo de molecagem de uma base de bajulação cínica, corrupta e dissimulada é que deveria obrigar o Presidente da República a ir aos debates. Porque vai ficar muito feio esse tipo de mentirinha contada, contada, contada, contada, contada, e que acaba criando uma situação de desespero nas famílias pobres de Alagoas ou de Piauí ou de qualquer outro Estado do Brasil.

Encerro, Sr. Presidente, mais uma vez pedindo ao PT e ao PSDB que superem esse debate inconseqüente, eleitoreiro e desqualificado sobre o tema da segurança pública. Que assumam humildemente os erros. E que possa, imediatamente, o Presidente coordenar um novo pacto federativo na área de segurança pública, a fim de diminuir o risco. O crime organizado age em São Paulo, mostrando ao Brasil o que pode acontecer. Em Alagoas, minha querida Alagoas de paz, quando Fernandinho Beira-Mar lá foi passar um tempo na Polícia Federal, o crime organizado e a base do narcotráfico soltaram fogos durante toda a madrugada para deixar claro que o Brasil – porque é também uma cambada de irresponsáveis – sequer faz o monitoramento das florestas para impedir a entrada de pasta-base de cocaína. E, é claro, pasta-base de cocaína não são os favelados que têm, eles apenas

são usados como mão-de-obra para essa grande empresa capitalista.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, quero, por intermédio de V. Ex^a, de público pedir desculpas ao povo de Alagoas, pois tive culpa dessa visita incômoda. V. Ex^a se lembra de que esse hóspede estava sendo deslocado para o Piauí, em uma cooperação entre o Governo Federal e o Governo Estadual.

Aliás, foi o único momento em que o Governo Federal, de maneira efetiva, se preocupou com o Governo do Piauí, exatamente querendo mandar para lá um prisioneiro de segurança máxima. Fiz um protesto; houve uma frustração de expectativa por parte do Governo, e fui acusado de estar contra o desenvolvimento do Piauí, porque em troca – veja só que troca danada de boa, Senadora! – iam mandar construir no Piauí três presídios de segurança máxima. Com o impasse criado, o Governador ficou preocupado com a quebra de popularidade. E eu raciocinava: o que o Piauí vai ganhar com presídios de segurança máxima? Para colocar bandido federal? Não agüentamos os bandidos estaduais; para que isso? Dois dias depois, o Governador fez um pronunciamento me acusando de estar contra o progresso do Piauí e que o Governador Lessa, como tinha aceitado, ia ganhar os três presídios. Semana passada, estive em Alagoas e, muito sem jeito, perguntei sobre aquele assunto que me incomodou durante muito tempo. Pois bem, Alagoas recebeu lá o Fernandinho Beira-Mar, viveu problemas terríveis e não foi construído um palmo sequer daquilo que havia sido prometido. De forma que foi apenas uma enganação! Fico com a consciência muito tranqüila por ter defendido o Piauí. Mas, por outro lado, fico com remorso pelo sofrimento por que passou Alagoas. Dessa forma, aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para, de coração, movido por um sentimento de remorso, pedir desculpas ao povo de Alagoas pelo mal que causei. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Heráclito.

Sr. Presidente, apenas para encerrar: há necessidade de um esforço. Às vezes, é muito cansativo ficar falando, porque são muitos anos de repetição sobre essa questão e muita insensibilidade por parte dos Governos.

Cabe na cabeça de alguém que um País não faça monitoramento de suas fronteiras? Cabe na cabeça de alguém que um País não fiscalize os seus laboratórios

brasileiros que estão produzindo insumos químicos como éter, acetona, ácido clorídrico, que vão para os Países produtores de coca, que fazem o refino dessas substâncias, para, depois, entrar aqui? Cabe na cabeça de alguém que o Brasil virou não apenas um corredor de exportação, mas uma base estruturada de narcotraficantes? Cabe na cabeça de alguém que a infância pobre brasileira esteja sendo destruída pela cocaína em pedra, que é o *crack*, e a juventude, em todas as classes sociais, esteja sendo destruída pela cocaína em pó?

Então, realmente, fica muito difícil entender por que, com tantas alternativas concretas, ágeis, eficazes, objetivas, de baixo custo e grande impacto social, os Governos se revezam no cinismo, na dissimulação, na incompetência, na irresponsabilidade. E, enquanto isso, quem sofre mesmo é a grande maioria do povo brasileiro.

É só, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno da Casa.

V. Ex^a está com a palavra, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero pedir desculpas aos ouvintes por ter que voltar a falar hoje. Não gostaria de fazer isso. Mas aprendi com o Dr. Tancredo Neves, Senador Sibá Machado, que na vida ou na política você pode falar muito. Você não pode é falar demais. Eu vou tentar não falar demais, mas falar o suficiente para que todos entendam o momento que estamos vivendo.

O Presidente Lula, em uma entrevista a uma rede de tevê, no Rio de Janeiro, declara o seguinte:

Se alguém tiver alguma denúncia [claro que de corrupção], aproveite o meu Governo e a faça. Acho que isso é dinheiro que poderia ser revertido para programas sociais e ajudar o povo brasileiro.

Ele foi mais longe.

Achamos que é possível desbaratar todas as quadrilhas que estão montadas. Os números são estarrapedores [ele já sabe]. Mas eu sonho que estamos

caminhando para consagrar no Brasil o que aconteceu na Itália, onde não ficou pedra sob pedra.

Consagrar o Brasil como um País que vem crescendo ano a ano. Senador Sibá, hoje o jornal **O Globo** traz isso com muita clareza: o Brasil vem crescendo ano a ano nos índices de corrupção.

O índice de corrupção no Governo Lula cresceu mais que o índice de crescimento econômico – aquele que V. Ex^a, como economista, tanto defende.

Senador Sibá Machado, o Presidente Lula quer comparar o que está sendo feito no Brasil com a Operação Mãos Limpas, na Itália, é uma piada porque de limpa não tem nada. O que se fez aqui foi uma ação de “mãos sujas”, com os dólares na cueca, com o mensalão, com as sanguessugas, com a evasão de divisas. Quem foi punido, Senador Sibá Machado?

Se é verdadeiro o sentimento expressado pelo Presidente Lula – para enganar as massas –, por que manobrou e não permitiu que o sigilo do Sr. Okamoto fosse quebrado?

Sr. Presidente, se é verdade o que disse o Presidente, por que proteger os seus companheiros de caminhada para que não fossem cassados, gesto esse simbolizado pela dança da Sr^a Angela Guadagnin em uma madrugada fria no Plenário da Câmara, em Brasília?

E a absolvição imediata de todos que voltam a ser seus companheiros nos palanques de São Paulo e do Brasil?

Que autoridade tem o Presidente da República para falar em mãos limpas, Senador Romeu Tuma? Não! A Operação Mãos Limpas, na Itália, foi outra coisa: prisões, condenações, perseguição de bandidos e morte. Aqui: conivência, silêncio, esquecimento e perdão. Que diferença!

Não sei o que o Presidente da República ganha com isso, tampouco que mensagem ele quer passar e para quem passar, Senador Sibá Machado. Como eu sei que não está em nenhum desses grupos de seu Partido – penalizados não, desbaratados sim – V. Ex^a não concorda com nada disso e seu semblante se torna triste a partir do momento em que se começa a falar desse assunto.

V. Ex^a é um assalariado, daqueles que nós olhamos e vemos que deve estar com o cheque-ouro comprometido, diferentemente dos colegas que tomam vinhos caros nos restaurantes da moda e de luxo pelo Brasil afora.

Senador Romeu Tuma, há um fato mais grave. Agora, estão tentando fazer da Polícia Federal instrumento dessas investigações. Mas a Polícia Federal não pode, Senador Romeu Tuma, se deixar levar por

esse tipo de coisa, pois pertence ao Estado e não à transitoriedade de Governo.

Senador Romeu Tuma, eu não sei por que, de repente, o Presidente Lula se diz defensor da Polícia Federal quando maltratou, durante três anos, com greve, com incompreensão, os servidores daquela corporação.

Sabe bem V. Ex^a que os servidores vieram aqui muitas vezes para pedir, no Congresso Nacional, o apoio que não tiveram no Governo. Essa história de querer carimbar como ação eventual é crime. É crime.

Senador Romeu Tuma, o mais grave disso tudo eu vou dizer agora. O Ministro Thomaz Bastos, no exercício da função que lhe é conferida de Ministro da Justiça, tem todo o direito de comunicar à Nação as ações da Polícia Federal, que ele diz ser republicana, e que é republicana não por sua vontade, mas pela formação que aqueles profissionais receberam. Mas ele não pode ter a dupla função, como Ministro da Justiça, de apontar para a Nação as ações da Polícia Federal em São Paulo em um dia e, no dia seguinte, Senadora Heloísa Helena, em um programa de televisão, defender um candidato da sua preferência – no caso, o Senador Mercadante, nosso amigo e nosso colega –, usando os argumentos da segurança pública de São Paulo. É um crime, é uma irresponsabilidade e, acima de tudo, uma falta de ética. E ninguém no Brasil deve conhecer mais de ética do que o Ministro, pela sua longa carreira como advogado, defendendo pessoas ilustres e famosas neste País.

Não é possível que isso aconteça, Sr. Presidente. O Ministro, que defende ações republicanas, não pode se apequenar para sobreviver em um cargo com esse seu gesto de comandar ações, de anunciar providências tomadas, de debater com o Secretário de Segurança, o Sr. Saulo, pela televisão, de ter posições contrárias, de passar informações da sua conveniência e, depois, ir para São Paulo usar o programa eleitoral gratuito para defender o candidato da sua preferência, usando exatamente os mesmos argumentos.

O que me estarrece é o Sr. Aloizio Mercadante aceitar isso. De repente, cola nele a pecha de vinculação de fatos graves que acontecem em São Paulo, com a participação direta do Governo.

Senador Tuma, concedo um aparte a V. Ex^a, com muita alegria. Em seguida, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, eu tive a oportunidade hoje de ser apartado, com elegância, pela Senadora Heloísa Helena sobre a atividade histórica do PCC, do Comando Vermelho, e toda essa ligação e organização do crime. A Polícia Federal evoluiu e vem evoluindo na tecnologia de investigação. Mas

a Polícia não é de nenhum governo; é do Estado. Ela tem a responsabilidade de apurar os fatos que envolvam ou não agentes públicos. Toda a gama de legislação foi o Congresso que deu. Ao tempo em que lá eu estava, o hoje Diretor Dr. Paulo Lacerda, um homem de bem, correto, sério, que não aceita pressão, criou mecanismos contra a lavagem de dinheiro; investigou aquele caso do PC, do Collor de Mello; foi ele que iniciou toda essa operação na busca de informações. E desde o tempo em que lá passei, com o auxílio deles, fomos mudando a legislação que esta Casa deu. O grande número de investigações está na tecnologia da escuta telefônica, da infiltração, da lavagem de dinheiro. Então, a Polícia não tem nada, absolutamente nada, com o governante. Teria se o governante pressionasse para evitar que ela fizesse o trabalho, e ele aceitasse pacificamente – mas aí não mereceria a dignidade do cargo. Então, eu acho que ele não aceita, tem independência, e tem realmente sofrido com a falta de dinheiro para pagar diligências, para pagar diárias. Tudo isso é difícil. Veja quantos homens há na Amazônia. Falei hoje com a Senadora Heloísa Helena, trocando idéias de como melhorar o policiamento da região amazônica. Trabalha-se com dez, doze homens naquela fronteira enorme! Como é que se vai conseguir vencer o crime de fronteira? Não é só o tráfico de drogas; temos tráfico de armas, entrada de grupos guerrilheiros, tudo aquilo que envolve a atividade criminosa de fronteira. E o Exército, que quer impor dez mil homens em São Paulo, tem dificuldade, Senador Heráclito Fortes, para manter projetos, principalmente o Calha Norte. Quantas vezes, nós brigamos, quando da elaboração do Orçamento, para arrumar dinheiro para a manutenção de projetos como Sivam, Sipam e tudo isso que são tecnologias de ajuda à proteção não só da Amazônia, mas também para combater o crime. Então, são elementos que a Polícia tem hoje, mas que precisam, permanentemente, ser subsidiados e pagos para que possam desenvolver. Então nego, peremptoriamente, que algum governante possa dizer que a sua Polícia é particular.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem toda a razão e sabe o conceito que tenho da Polícia Federal. Na semana passada inclusive, dei a V. Ex^a um depoimento em aparte sobre o Superintendente da Polícia do Piauí, que não conheço, mas sei que pratica corretamente o exercício das suas funções lá no meu Estado. Não o vejo em badalação; vejo-o em ações corretas. Agora, pergunto a V. Ex^a: o Ministro da Justiça, responsável hierarquicamente pela Polícia Federal, Senadora Heloísa Helena, hoje vai para a televisão e fala sobre as questões de São Paulo como Ministro da Justiça; amanhã fala como militante político num progra-

ma eleitoral. O que é que a população entende? Que o Ministro está a serviço de uma causa, de um partido. O Ministro da Justiça, isento e republicano! Se saísse uma declaração dele, nobre Líder Salgado, envolvendo o nome do Ministro da Justiça num programa eleitoral – fosse de quem fosse –, teria o dever e a obrigação de tomar providência na Justiça Eleitoral para que os fatos não se repetissem.

E se a aparição tivesse uma conotação que deixasse em dúvida a Nação, deveria pedir o direito de resposta para prestar os esclarecimentos devidos. Não pode é o Ministro da Justiça ser militante partidário, nem um militante partidário ser Ministro da Justiça. Esse, sim, é o começo do caos.

Senador Sibá Machado, nobre Líder do PT nesta Casa, com o maior prazer concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, eu me sinto na obrigação de fazer este aparte porque, volto a dizer, como no debate de ainda há pouco, todos nós aqui estamos defendendo pontos de vista. E vamos defender aqui o nosso. Primeiro, a respeito da posição da Polícia Federal. A Polícia Federal está corretíssima. Ela não é propriedade privada de ninguém, de nenhuma força política ou de qualquer pessoa que esteja no exercício de um mandato. Mas sabemos que, na história da Polícia Federal, ela foi utilizada, sim, por determinados governos; tinha orientação para fazer algumas ações.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a, como homem responsável...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Período militar!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – deveria dar os nomes.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Período militar! No período militar, ela foi orientada a ser uma polícia política.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Espere aí, mas nós lutamos tanto para mudar esse regime!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só um instantinho. V. Ex^a me permite fazer o aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, V. Ex^a vai falar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Estou só dizendo aqui que o papel da Polícia é republicano mesmo, e é como tal que ela está trabalhando hoje. Não há interferência no seu papel. Portanto, a preocupação contra o Presidente Lula não procede. O Governo do Presidente Lula, no meu entendimento, e eu defendo isso por convicção, tem duas instituições hoje de fiscalização no Brasil que trabalham com total liberdade e isenção, o que não se via pouco tempo atrás, a Polícia Federal e o Ministério Público. Essas

duas instituições têm feito um trabalho no sentido de trazer aspectos históricos de corrupção no Brasil, tem desenterrado uma série de fatos. Mas não se pode dizer que a corrupção nasceu em 2003. Ela nasceu – sabe Deus quando – com a história do Brasil. Portanto, as instituições tinham uma dívida de cobrança e fiscalização. O Senador Roberto Saturnino lembrou uma série de episódios. Desse modo, o que não pode haver são dois pesos e duas medidas no trato com a Polícia Federal. Quanto à questão do Ministro Márcio Thomaz Bastos, quero dizer que essa regra vale para todos e não só para o Ministro da Justiça. Em todos os governos, qualquer ministro ou qualquer outra pessoa que assume função pública, antes de assumir essa função, tem uma opinião partidária...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... daquele Partido que ganhou as eleições. Então eu quero defender, porque, se um dia eu ganhar uma eleição, quero montar um gabinete com as pessoas que formaram a aliança com a qual eu venci a eleição. Essa é a questão. Senão, fica parecendo que é pecado nomear alguém. Está correta a nomeação. Temos uma aliança política. Preenchemos, sim, os cargos que fazem parte da formação da aliança política, da governabilidade. Se essa pessoa fez uma declaração num programa eleitoral, é porque isso é permitido. Não está escrito na Constituição que é errado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eticamente, é correto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quero dizer a V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eticamente, é correto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É correto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senadora, aquela cartilha do PT só foi usada contra V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senão, qualquer Ministro de Estado estaria impedido de fazer isso. Podemos fazer referência a outras funções do serviço público, qualquer outra função do serviço público. Então, essa condenação não pode ser aceita.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que dia o Ministro do Exército vai dar um depoimento lá, o Chefe do Exército, da Aeronáutica, da Marinha? Quando é que eles vão se pronunciar a favor da candidatura do Governador de São Paulo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aí é um direito individual, porque ali está fora de uma citação. É escolhido dentro do quadro. É diferente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É dentro do quadro, carreira do quadro. Aí é diferente. Nas Forças Armadas, é escolhido dentro do quadro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ainda bem que V. Ex^a pensa igual aos militares. Parabéns a V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quando a função é civil, aí eu defendo, porque pode sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Ministro Armando Falcão deve estar orgulhoso da cria que mandou aqui para o Senado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aí é uma relação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, paciência! Qual é a autoridade que tem um Ministro da Justiça que está negociando, fazendo acordo com São Paulo e que nesta semana teve uma reunião com Cláudio Lembo para tratar do assunto mais grave do Brasil, que é a questão dos atentados...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele não fez nada de errado. Cumpriu com a sua função de Ministro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... e, em seguida, dá um depoimento sobre segurança apontando caminhos? Por que ele não foi falar sobre outro assunto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele pode.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, pode?!?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Pode.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eticamente, é correto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É uma área que ele conhece.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eticamente, é correto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Conhece muito bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Partindo desse pressuposto – esse é um assunto de que eu não gosto de falar, mas V. Ex^a está me forçando –, é correto filho de Presidente da República montar empresa, receber dinheiro da iniciativa privada. É correto! Não é gente, não é ser humano? Que ética tem esse Partido de V. Ex^a! Que cartilha! Quando é o lançamento da nova cartilha do PT? Eu quero ir a esse lançamento, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, eu sempre digo aqui que admiro muito

a inteligência de V. Ex^a, que pensa muito rápido, consegue fazer um diagnóstico em fração de segundos, é muito preciso na hora de fazer citações e dribla muito bem o assunto que está sendo tratado. Neste caso, estou citando apenas o que diz respeito a um direito civil do cidadão, desse Ministro ou de qualquer outro Ministro, que não os de carreira, no caso das Forças Armadas, fazer uma coisa dessas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É um direito. O próprio Diretor-Geral da Polícia Federal, se assim quisesse, poderia se manifestar. Não é isso. Não é isso, não; a questão é ética.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, aí, o Ministro da Fazenda também não poderia, o da Reforma Agrária não poderia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – São funções diferentes. O Ministro da Justiça...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, são pontos de vistas sobre questões que são conflitantes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Ministro da Justiça tem funções específicas de segurança. Sob sua responsabilidade está a Polícia Federal. É questão da ética de cada um.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E ela está livre para trabalhar. É isso que estou dizendo. A Polícia Federal não tem se pautado nem pelo corporativismo. Às vezes, os representantes de muitas categorias são corporativistas, mas ele não tem sido nem corporativista, porque quando alguns de seus membros estão envolvidos eles são presos. Veja: na última operação, foi presa uma pessoa vinculada ao Exército brasileiro...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Então, essa admiração pela Polícia Federal, a que V. Ex^a está se reportando, todos nós a temos, todos nós estamos muito satisfeitos com o desempenho da Polícia Federal. É um desempenho à altura de todo o mundo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a não acha que neste governo está se prendendo mais porque está se roubando mais? Seja sincero. V. Ex^a é um homem sincero.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, digo a V. Ex^a que isso é força de expressão de oposição. Imputar ao Presidente atual, imputar ao Governo essas responsabilidades é um direito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Espere um pouco, Senador Sibá Machado. O dólar na cueca foi no governo passado?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como também a questão da privatização, da compra de vo-

tos, das 69 CPIs de São Paulo. Existe uma série de questões.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, não venha com essa cantilena!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quero dizer a V. Ex^a que está correta a investigação sobre pessoas da atualidade. Está correta. Mas, o que não pode ser imputado é que a corrupção nasceu em janeiro de 2003.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a implantou aqui um novo método: o PT está no banco dos réus e não quer ficar só, precisa de companhia; onde houver erro e pecado, assumam-se e venha para cá porque o PT não quer ficar sozinho.

Que é isso, Senador? Assumam as responsabilidades de vocês.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quem tiver cometido...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Assumam as responsabilidades de vocês.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...terá um tratamento linear, se for do PT ou de outro partido tem de ser tratado igual.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é a autoridade que vocês têm para acusar o governo passado, se vocês assumiram e não fizeram acusação sequer?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como as coisas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual a autoridade?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...que imputamos ao governo passado também não nos redime .

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nós estamos acusando o Governo agora, no alto.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...de não ser acusados de coisas que aconteceram com pessoas nossas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estamos acusando no momento, no momento que ocorrem.

Ontem, quando V. Ex^a começou a falar sobre a navegação européia para o mundo, pensei: vai achar ladrão na Europa, lá atrás, nas caravelas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E pode ter tido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vai ver que eles...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E houve muitos mesmo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eles são os culpados pelo PT ter roubado. O que é isso,

Senador? O Brasil todo está ouvindo. Esse partido de V. Ex^a que, durante vinte anos, quis ser monopolista da virtude, não pode entrar nessa de o Presidente falar em campanha de mão limpa, ter como exemplo a Itália...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Ele pode.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...e ter protegido, inclusive...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, aí ele pode. Ele pode, está aceitando...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, Senador, um Presidente que não permitiu sequer a quebra o sigilo bancário de seus apaniguados?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas o Presidente não tem autoridade sobre isso, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Manobrou o Congresso. E V. Ex^a, como membro, assinou sem saber uma das páginas mais vergonhosas de uma CPI, que é um anexo...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Temos uma Bancada...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...tirando os seus companheiros.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...que tem os seus compromissos e suas responsabilidades.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E por que seus companheiros de Bancada não assinaram? Por que a Líder não assinou?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aqui temos autonomia, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Temos a nossa autonomia. Assumo minhas responsabilidades e acredito que cada um que está nesta Casa também o faz. E tem as questões de assuntos coletivos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Peço aos Senadores que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Coletivos?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...que têm de ser tratadas coletivamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Coletivo? Consciência coletiva ou individual?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como aceito que todas as Bancadas tenham o mesmo tipo de entendimento...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não, Senador Sibá. Não há homem no mundo que me faça assinar o que não concordo, principalmente um relatório naqueles termos, que isenta, que não acusa e quando acusa ainda é sob tese. E o PT, com rabo

preso, por que sabe por onde andou, sabe os seus rastros, quis fazer um acordo, desmerecendo o trabalho do relator. Seria melhor que não se falasse nisso. Esse é um momento negro. O relatório daquela CPI não deveria ser citado e eu não gostaria de falar sobre isso, porque não é bom.

Quero falar de assuntos recentes, como o Presidente da República falar sobre campanha das mãos limpas e que vai levar até o fim, não permitindo sequer que se quebre o sigilo bancário dos que lhe deram dinheiro para pagar as contas, que não deixa sequer que as investigações sejam concluídas.

Sr. Senador, infelizmente, a ética do Partido de V. Ex^a mudou, e mudou muito. O Brasil está julgando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O Sr. Senador Valdir Raupp, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos 25 anos, o desenvolvimento alcançado pela indústria brasileira de turismo merece elogios. Todavia, apesar do enorme salto de qualidade registrado no período, o turismo brasileiro é ainda uma atividade econômica e de lazer em fase de organização, com uma potencialidade invejável de crescimento, com um enorme mercado a ser conquistado, com grande capacidade de geração de lucros e com muitas ofertas atraentes de investimentos.

É importante destacar dois pressupostos dessa expansão. Em primeiro lugar, ressaltou o processo de modernização acelerada de nossa economia, que se verificou com maior rapidez a partir do início da década de 1980. Em segundo lugar, evidencio a ação pontual do Governo, que tomou consciência da necessidade de apoiar e de participar ativamente dessa onda modernizadora que levou o nosso País a abrir seu caminho no processo de globalização.

Em face dessa realidade, grande atenção passou a ser dada à melhoria do turismo interno. O Estado cuidou logo de dinamizar as atividades da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), incentivou a realização de seminários, encontros e debates sobre turismo em todo o território nacional, ampliou consideravelmente os espaços de difusão na mídia, promoveu a criação de cursos específicos nas Universidades, patrocinou treinamento para milhares de pessoas que já atuavam no mercado do turismo e que não tinham boa qualificação, permitiu a abertura de linhas de crédito atrativas

em favor dos empreendedores, e contribuiu de forma objetiva para a criação de milhares de empregos diretos e indiretos, em uma atividade econômica exigente em termos de competência, de nível de escolaridade, enfim, de qualificação.

Merece igual destaque o volume de recursos que foi investido para estimular o turismo em nível nacional. Com o apoio do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), foram realizadas obras de saneamento básico em vários Estados, melhoria da coleta de lixo nas cidades turísticas, recuperação de trechos rodoviários e de patrimônios históricos, modernização de aeroportos nas principais capitais do País, e preservação de grandes áreas rurais destinadas ao turismo ecológico.

Segundo a Doutora Maria Luisa Leal, Secretária Nacional do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), entre 1994 e 2004, nove Estados do Nordeste receberam 670 milhões de dólares para ser aplicados em projetos de infra-estrutura e construção de aeroportos. Desse total, 400 milhões de dólares vieram do BID, 100 milhões de dólares de contrapartida federal, e 170 milhões de dólares dos Estados e dos Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao acompanhar todo esse esforço desenvolvido pelo Governo e pelos agentes interessados no desenvolvimento sustentável de nossa indústria turística, é importante fazermos uma rápida radiografia do setor, a fim de determinar qual a real importância da atividade turística em termos nacionais, e qual o seu significado no contexto de nossa economia.

Segundo estimativas do Plano Nacional de Turismo, a indústria brasileira do turismo deverá gerar, até o final deste ano, cerca de 310 mil empregos e ocupações. Outra meta a ser atingida até o final de dezembro de 2006 é a de atrair 7 milhões de turistas estrangeiros. A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) divulgou que, no mês de janeiro deste ano, houve cerca de 4 milhões e 200 mil desembarques nacionais de turistas. Para os representantes do Ministério do Turismo, em curto prazo, o setor deverá ser a terceira fonte de divisas na pauta de nossas exportações, com cerca de 6 bilhões de dólares anuais. Em 2005, essa receita ocupou o 5º lugar.

De acordo com a 2ª Pesquisa Anual de Conjuntura, da Fundação Getúlio Vargas, as 80 maiores empresas do ramo turístico faturaram 25 bilhões e 500 milhões de reais em 2005, um crescimento médio de 17,27% em relação a 2004. É importante dizer que esse lucro propiciou a oferta de 67 mil postos de trabalho formais, uma alta de 14,23% em comparação com 2004.

Por sua vez, o Banco Central deu a conhecer que, durante o ano de 2005, cerca de 5 milhões e 500 mil turistas estrangeiros gastaram no Brasil 3 bilhões 861 milhões de dólares. Este ano, a indústria do turismo deverá crescer cerca de 5,3% e somar um faturamento de 165 bilhões de reais. Tal resultado deverá colocar o nosso País na 18ª posição no *ranking* mundial, segundo os analistas internacionais. Assim, o rendimento do turismo brasileiro deverá representar cerca de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) até o final de 2006.

Sem dúvida alguma, a indústria do turismo e sua capacidade de influência sobre outras áreas da economia estimulam o desenvolvimento em todos os sentidos. Além dos incontáveis benefícios que traz para um País e para uma região, favorece a criação de milhares de empregos diretos e indiretos em médio prazo, e, o que é mais importante, empregos qualificados.

Eminentes Sr^{as} e Srs. Senadores, a Amazônia detém um maravilhoso potencial turístico e uma inesgotável capacidade de oferta praticamente inexplorada. Sua beleza natural, sua grandeza, suas diversas paisagens, seu exotismo, a abundância de água, sua fauna inigualável, sua flora gigantesca, suas riquezas cobiçadas, e um clima que favorece a atividade turística ambiental, é um patrimônio privilegiado do Brasil e invejado pelo mundo inteiro.

No caso do Estado de Rondônia, por exemplo, que tenho a honra de representar nesta Casa, a rentabilidade desse bem natural e o usufruto harmônico e sustentável dessa fabulosa riqueza em favor de nossa população depende, fundamentalmente, de políticas equilibradas de turismo. Em minha opinião, esse valioso patrimônio requer, desde já, investimentos racionais, ou seja, iniciativas econômicas compatíveis com o equilíbrio do meio ambiente local e o respeito à integridade da floresta.

Infelizmente, no Estado de Rondônia e no resto da Região Amazônica, os incentivos às atividades turísticas ainda são bastante modestos. Isso nos leva a deixar de acumular receitas consideráveis a cada ano. O caminho seria prestar mais atenção à valorização desse acervo porque estamos deixando escapar a oportunidade de aquecer a nossa economia e gerar centenas de postos de trabalho.

Em minha opinião, todas as lideranças políticas estaduais, independentemente de posição partidária ou ideológica, deveriam motivar o restante de nossa sociedade organizada, empresários, comerciantes, intelectuais, religiosos, trabalhadores, estudantes, organizações sociais de peso e outras entidades representativas, para fazer um esforço conjunto em defesa da dinamização e do fortalecimento de nossa atividade turística. Entretanto, se não agirmos logo nessa dire-

ção continuaremos a perder uma grande oportunidade de abrir portas importantes ao desenvolvimento regional.

Assim, um plano diretor criterioso de turismo deveria ser pensado imediatamente, com definição precisa sobre o ordenamento do solo para a exploração turística na região. Ao mesmo tempo, precisaríamos desenvolver uma ação eficiente em matéria de saneamento básico dos municípios para evitar surtos de doenças tropicais, organizar cursos sobre educação ambiental, limpeza pública, higiene e segurança, enfim, destinar recursos razoáveis para a formação de mão-de-obra qualificada e construção de infra-estrutura de hotéis, pousadas e outros equipamentos fundamentais para o bom funcionamento da indústria do turismo em nosso Estado.

Dessa forma, sem uma política de turismo bem planejada no Estado de Rondônia, deixaremos de aproveitar as nossas belezas naturais e o grandioso potencial turístico. O Vale do Guaporé, por exemplo, onde podemos encontrar o Forte Príncipe da Beira, no Município de Costa Marques, cuja construção foi iniciada em 1776, poderia render somas importantes às finanças do Estado, gerar muitos empregos e contribuir, de maneira decisiva, para o desenvolvimento sustentável de toda a região. Todavia, a sua exploração turística ainda está longe de ser representativa.

O mesmo acontece com o Pólo de Guajará-Mirim, que é formado por áreas primitivas e remotas, localizadas em ambientes de serras e planícies. Esse Pólo oferece ao visitante a oportunidade de vivenciar e conhecer os costumes, o extrativismo, as lendas, o artesanato dos povos da floresta, índios, seringueiros e ribeirinhos, os quais convivem em harmonia com a natureza, retirando dela o essencial para a sobrevivência, com total respeito ao equilíbrio ecológico. Segundo os especialistas em turismo ecológico, conhecer Guajará-Mirim significa mergulhar pelo menos 100 anos no passado, em uma região cuja fauna e flora estão catalogadas entre as mais diversificadas do planeta.

Nobres Senadoras e Senadores, toda essa dissertação nos leva a concluir que, mais do que nunca, precisamos sensibilizar com muita firmeza as nossas autoridades para que novos incentivos sejam destinados ao turismo rondoniense. Ao mesmo tempo, é preciso estudar, modernizar, refletir sobre as vantagens e desvantagens do aproveitamento turístico de nossa região. É preciso, portanto, como disse anteriormente, definir estratégias e pensar de maneira profissional. Devo dizer que essa é uma tarefa não só do Governo local, mas, também, dos políticos, dos dirigentes, dos empresários, enfim, de toda a sociedade de Rondônia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, realizam-se no Rio de Janeiro, até sexta-feira, o 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e o 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva.

Os eventos são promovidos pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública.

Estão inscritos cerca de 10 mil pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Eles vão debater o tema “Saúde Coletiva no mundo globalizado: rompendo barreiras sociais, econômicas e políticas”.

O momento não poderia ser mais oportuno.

Estamos às vésperas de eleições em nível federal e regional. Candidatos apresentam-se ao eleitorado com programas em todas as áreas, e a da saúde é, sem dúvida, das mais importantes.

O Sistema Único de Saúde em nosso País atende, hoje, a mais de 80% da população, além de cobrir grande parte dos procedimentos mais caros e de alta complexidade que os planos de saúde não pagam.

O SUS teve seus princípios e bases estruturados há 20 anos, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde.

Sua implantação no País significou, sem dúvida, o maior movimento de inclusão social da história brasileira.

É evidente que ainda há muito o que fazer, e o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e o Congresso Mundial de Saúde Pública são eventos da maior importância para a discussão dos aperfeiçoamentos necessários para a promoção da saúde e da vida por meio do SUS.

Eu gostaria de divulgar também alguns dos vários temas que estarão em debate hoje e nos próximos dias nos dois Congressos.

São temas que dizem respeito à saúde da população brasileira e mundial e que repercutem na vida do nosso planeta. Por exemplo, a importância da escassez da água e da crescente desertificação; as mudanças climáticas e a repercussão na saúde das populações; a bioética e a saúde pública; as últimas pesquisas sobre HIV/Aids; políticas públicas de acesso a medicamentos; políticas públicas em saúde mental; atenção primária à saúde; envelhecimento e saúde, entre tantos outros temas que englobam a questão da saúde como um dos principais desafios a serem enfrentados pelos governos visando à superação das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e saudável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil está de parabéns!

Uma instituição brasileira de renome internacional foi escolhida como a melhor instituição de saúde pública do mundo pela Federação Mundial das Associações de Saúde Pública, uma organização não-governamental que une profissionais de saúde para intercâmbios e colaborações.

Trata-se da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, considerada a mais destacada instituição de ciência e tecnologia da América Latina.

Com 106 anos de existência, a Fiocruz abriga inúmeras atividades, como o desenvolvimento de pesquisas, a prestação de serviços ambulatoriais de referência em saúde, a fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico, o ensino e a formação de recursos humanos, entre outros.

São mais de 7.500 servidores e profissionais, que atuam num **campus** de 800 mil metros quadrados no bairro de Manguinhos, na zona norte do Rio de Janeiro, e nas unidades nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Manaus.

A Fundação Oswaldo Cruz é um orgulho para o nosso País e merece desta Casa o reconhecimento pelo trabalho que desenvolve há mais de um século.

Como liderança sanitária mundial individual, recebe o prêmio o sanitarista Paulo Buss, Presidente da Fiocruz. Faço questão de cumprimentá-lo e a todo o corpo de funcionários e servidores da Fundação Oswaldo Cruz por esses prêmios, mais do que merecidos e justos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar a matéria intitulada “Alckmin: onda de violência é represália”, publicada pelo **Jornal do Brasil** no dia 8 de agosto do corrente.

A matéria destaca declarações do candidato à Presidência Geraldo Alckmin ao Jornal Nacional, da TV Globo:

“Há verdadeiras máfias para fazer o governo recuar”. Segundo o candidato a onda de violência em São Paulo foi motivada como represália às duras medidas adotadas pelo governo do estado contra o PCC.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL 1891

DATA: 08/08/2006

ELEIÇÕES ■ Tucano garante que não vetaria reajuste a aposentados

Alckmin: onda de violência é represália

O candidato tucano à Presidência, Geraldo Alckmin, declarou ontem ao *Jornal da Nacional*, da TV Globo, que a nova onda de violência em São Paulo foi motivada como represália às duras medidas ado-

tadas pelo governo do Estado contra o PCC.

– Há verdadeiras máfias para fazer o governo recuar – disse Alckmin. – Mas temos que enfrentar e colocar esses bandidos em presídios de segurança máxima.

Alckmin também afirmou que, se eleito, concederia o reajuste de 16,6% negado aos aposentados pelo presidente Lula, sob a alegação de que o aumento causaria um rombo de R\$ 7 bilhões aos cofres da União.

– Faria tudo o que pudesse para pagar o reajuste – prometeu. – O governo gastou R\$ 20 bilhões com todo mundo, libe-

rou recursos para municípios e disse para aposentados: “Não temos dinheiro para vocês”.

Indagado se o PSDB não estava sendo incoerente, já que quando estava no governo também respeitava o controle dos gastos públicos na hora de reajustar as aposentadorias, respondeu:

– O governo FH sempre procurou conceder reajustes e um erro não justifica outro. O governo Lula não tem R\$ 7 bilhões para quem ganha pouco, mas tem R\$ 9 bilhões para os aposentados da Petrobras.

Alckmin também respondeu sobre a atuação do PSDB

no caso do senador Eduardo Azeredo, acusado de receber recursos de Marcos Valério em 1998, quando concorreu à reeleição ao governo de Minas Gerais. Reforçou que o caso não pode ser comparado ao mensalão e que Azeredo responderá pelas acusações.

O tucano disse ainda que o PT no poder mudou.

– Hoje, qual é a tese do PT? Antes era: “Somos todos diferentes”. Hoje é: “somos todos iguais”. Não somos iguais.

O candidato do PSDB também negou irregularidades nos contratos de publicidade do banco Nossa Caixa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto hoje a esta tribuna para comentar o editorial intitulado “Os riscos do descontrole”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

O editorial trata da irresponsabilidade praticada pelo atual governo petista no que diz respeito à sua política de pessoal. Segundo o editorial, “O governo não apenas elevou o número de servidores, interrompendo a trajetória de redução que se observava desde o início da década passada, como passou a negociar a concessão de aumentos diferenciados e

generosos com dirigentes sindicais das carreiras do funcionalismo”.

O editorial conclui: “É pouco provável que, se reeleito, o presidente modifique a atual política, pois a utiliza para conquistar prestígio e votos e não demonstrou ter compreendido os riscos que ela embute”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que editorial acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os riscos do descontrole

A política de pessoal do governo Lula está sob o comando dos sindicatos. A afirmação, do consultor de economia do Senado e especialista em contas públicas Marcos Mendes, define bem a maneira como o atual governo está administrando os gastos com o funcionalismo e embute uma advertência séria para o próximo presidente, qualquer que seja o escolhido pelos eleitores. Se o novo governo não conseguir retomar o controle dessa política, a crise fiscal será ainda pior do que a que já vem sendo antevista pelos especialistas e exigirá um ajuste ainda mais profundo e doloroso, se o objetivo for garantir o crescimento econômico com estabilidade.

A evolução das contas públicas mostra que um ajuste fiscal será inevitável já a partir de 2007. Em seminário realizado pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, adverte que o modelo seguido até agora para a obtenção de superávits primários, baseado no aumento constante da carga tributária e na compressão dos investimentos do governo, já está esgotado.

Na sua abalizada opinião, esse ajuste chegou ao limite, porque “a sociedade não está disposta a pagar mais impostos nem há mais onde cortar investimentos”. Só isso seria mais do que suficiente para tornar urgente a mudança da trajetória das despesas correntes, que crescem ininterruptamente há vários anos. O futuro governo deverá tomar as decisões necessárias “logo depois

de tomar posse, quando terá cacife político para adotar medidas impopulares”, disse Velloso.

O atual governo vem fazendo exatamente o contrário, com uma política irresponsável na área de pessoal. Garantias asseguradas na legislação impõem aumentos constantes nos gastos com pessoal. Mas, por sua própria decisão, o governo Lula vem aumentando ainda mais essas despesas, que estão crescendo numa velocidade nunca vista desde o início do Plano Real.

O governo não apenas elevou o número de servidores, in-

Irresponsabilidade na área de pessoal ameaça as metas fiscais do governo

terrompendo a trajetória de redução que se observava desde o início da década passada, como passou a negociar a concessão de aumentos diferenciados e generosos com dirigentes sindicais das carreiras do funcionalismo – daí o consultor Marcos Mendes falar, no mesmo seminário de que participou Velloso, em política de pessoal comandada por sindicatos.

Os resultados dessa política são péssimos para as finanças públicas e, sobretudo, para o bolso do contribuinte. Mendes calcula que, só neste ano, as despesas de pessoal deverão registrar crescimento real, isto é, acima da inflação, de 10,2%. Isso equivale a praticamente todo o aumento real acumulado entre 1995 e 2005. É bom ressaltar que esse período inclui os três primeiros

anos do governo Lula, quando começou a mudar a política salarial. Em 2003, os gastos com pessoal foram reduzidos, mas nos dois seguintes eles voltaram a crescer de maneira acelerada, até atingir a velocidade máxima em 2006.

Até há pouco, os aumentos se concentravam no Legislativo e no Judiciário. De acordo com números apurados por Mendes, entre 1995 e 2005, as despesas com o pessoal do Judiciário cresceram 133% em termos reais. O governo não tem como evitar benefícios desse tipo concedidos pelos dirigentes dos outros poderes. Mas vinha compensando essa generosidade excessiva com um severo controle de seus próprios gastos com pessoal.

O quadro mudou. “O governo está soltando o fiel da balança, perdendo a única âncora dos gastos com pessoal”, disse o consultor do Senado ao **Estado** há algumas semanas. Ele teme que a generosidade do Executivo estimule os outros Poderes e o Ministério Público Federal a agir do mesmo modo.

Se persistir a tendência de crescimento dos gastos correntes, entre os quais se destaca a folha de pessoal, haverá uma crise fiscal cuja consequência, como apontou Velloso, será a perda da confiança na capacidade do governo de administrar sua dívida, o que pode resultar em fuga de capitais, alta do dólar, aumento dos juros, redução do ritmo de crescimento e, por fim, a recessão.

É pouco provável que, se reeleito, o presidente modifique a atual política, pois a utiliza para conquistar prestígio e votos e não demonstrou ter compreendido os riscos que ela embute.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 9 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, campanha eleitoral é uma boa oportunidade para ouvir a população e recolher as suas aspirações, as suas reivindicações.

Hoje, pretendo ser porta-voz de reivindicações empresariais do Paraná. Entidades representativas dos empresários estão elencando uma série de questões da maior importância para o desenvolvimento do nosso Estado e, por conseqüência, para o desenvolvimento do nosso País.

Os pontos destacados são relevantes. Ouvi a mesma reivindicação em vários pontos do Estado e em Curitiba, por intermédio do Presidente da Federação das Indústrias do Paraná. Na presença do candidato Geraldo Alckmin, em grande evento realizado na Capital do Estado, o Sr. Rodrigo Rocha Loures apresentou as principais reivindicações. O Vice-Presidente da República José Alencar, quando esteve no Paraná na posse do novo Presidente da Associação Comercial do Paraná, da mesma forma, ouviu reivindicações.

Estive em Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá, cidades importantes do Estado do Paraná, e essas reivindicações são repetidas. O diagnóstico correto é o seguinte: agricultura, indústria e comércio acumulam prejuízos e dívidas em função da política econômica adotada pelo Governo Federal. Juros altos, juros estratosféricos fazem a alegria dos banqueiros que ganham como nunca na história do nosso País. Há a elevada carga tributária, que faz com que o Governo arrecade muito, arrecade exageradamente, aplicando muito mal e investindo muito pouco.

Daí a deficiência na infra-estrutura. Nós já repetimos aqui inúmeras vezes que o Brasil necessita de US\$28 bilhões de investimentos anuais para atender as necessidades do País em matéria de infra-estrutura.

Ano passado, Senador Geraldo Mesquita, o Governo Federal investiu apenas R\$3 milhões – míseros

R\$3 milhões –, o que nos leva à preocupação de que, a médio prazo, pode ocorrer um apagão logístico em nosso País, ou seja, traduzindo: o setor produtivo poderá produzir, vender e não conseguir entregar.

A política cambial agrava, hoje, a situação. É uma política cambial equivocada sob o ponto de vista do interesse das exportações dos produtos do setor produtivo nacional. O setor exportador vive uma crise em razão da valorização do real.

As cidades do interior do País, que têm a economia baseada na agricultura ou no agronegócio, passam por sérias dificuldades. Muitos Municípios tiveram perda de 40% de suas receitas. É a conseqüência: o Município perdendo 40% das suas receitas.

É bom destacar que o setor agropecuário representa a base de sustentação do comércio e dos serviços. Essas atividades foram fortemente atingidas pela crise.

Entre os pontos elencados pelas entidades empresariais do Paraná, destacamos alguns: mudanças na política cambial; agilização na renegociação das dívidas do setor rural; redução da carga tributária sobre o setor produtivo e consumidores, para permitir alavancagem dos investimentos e aumento do poder de compra da população; investimentos na infra-estrutura do País; ação vigorosa perante os organismos internacionais, especialmente a Organização Mundial do Comércio, para reduzir o subsídio com que os países desenvolvidos protegem seus produtores agropecuários; e etc.

Aliás, essa é uma questão crucial, que vai exigir capacidade e liderança política do novo Presidente do País, já que, até aqui, foram frustradas todas as tentativas de negociação com as nações mais poderosas do mundo, além dos subsídios – US\$1 bilhão por dia –, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, o que coloca em desvantagem o produtor nacional no momento de exportar seus produtos para o mundo.

Além disso, há uma política protecionista ampliada com barreiras alfandegárias e não alfandegárias que torna o produtor brasileiro refém das injunções internacionais. Certamente, seríamos uma nação muito mais rica e muito mais poderosa se tivéssemos a necessária força política para impor aos países que oferecem proteção em desvantagem aos brasileiros e aos países emergentes de modo geral, se tivéssemos essa capacidade política e força de representação para convencer as grandes nações de que é um bom negócio permitir o desenvolvimento de países como o nosso, que são contidos em função da política protecionista adotada pelas nações mais poderosas.

Como já destacamos, e ao encontro da visão das entidades empresariais do Paraná, a infra-estrutura de rodovias, ferrovias e portos do Paraná necessita de investimentos para dar vazão à produção e reduzir custos, uma vez que a maior parte dos produtos do Estado é de baixo valor agregado; em consequência, não comportam custos elevados de transporte e embarque para a exportação. Portanto, são necessários investimentos no setor de infra-estrutura.

Rodovias: recuperação da malha rodoviária federal existente no Paraná e pavimentação de rodovias federais, como a Boiadeira e a Transbrasiliana. Com relação à chamada Boiadeira, quando fui Governador, fizemos toda a pavimentação e as obras de infra-estrutura, e conseguimos pavimentar 20 km a partir da cidade de Campo Mourão*. Deixamos o Governo, e ninguém mais se preocupou com ela. Já são decorridos 16 anos, e ninguém mais cuidou de investir nessa rodovia, nem o Governo Federal, nem o Governo Estadual. As obras de infra-estrutura e terraplanagem, realizadas no período do nosso Governo, estão perdidas, em função das chuvas e da erosão, em prejuízo evidentemente do Estado do Paraná. Essa é uma rodovia importante, que liga a região de Campo Mourão ao Mato Grosso do Sul, passando por Cruzeiro do Oeste* e chegando até Icaraíma. Em nosso Governo, também demos início à construção da grande ponte de Porto Camargo, uma das maiores do País, a segunda em extensão. E a rodovia não foi concluída, não foi pavimentada. Ou seja, houve um enorme investimento na ponte, que, infelizmente, não pode dar vazão ao escoamento da produção do Mato Grosso do Sul na direção do Porto de Paranaguá, pelas péssimas condições rodoviárias.

Também a Transbrasiliana é outra rodovia que, quando Governador, construímos 50km dela, embora seja uma rodovia federal, que atravessa o País de ponta a ponta e, portanto, da maior importância. Quando Governador, investimos porque a União não investia. Já que a União não investia e o Paraná era prejudicado, o Governo Estadual houve por bem investir, e pavimentamos desde Ibaiti, no norte pioneiro do Paraná, até Ventania, mais ao centro do Estado. A Transbrasiliana é uma rodovia importante para o País e também para o Paraná.

Espero que o Governador Geraldo Alckmim, se eleito Presidente da República, atenda a todas as reivindicações que o Paraná apresenta e que, neste momento, eu me faço de porta-voz.

Além disso, a recuperação da Rodovia Lapa-São Mateus do Sul e a conclusão da duplicação da BR-116, trecho de Curitiba a São Paulo.

Ferrovias: a construção de um novo trecho ferroviário entre Guarapuava e Ipiranga e a construção de um novo traçado entre Curitiba e Paranaguá. Esta é uma ferrovia centenária, que está superada e comprometendo o transporte ferroviário no Estado, porque não tem condições de suportar o volume de carga que se exige hoje. Com a construção de um novo traçado, a modernização do traçado de Curitiba a Paranaguá é uma reivindicação da maior importância. O Governo Federal terá que gastar em ferrovia e armazéns R\$1 bilhão, já que também existe um déficit de cerca de 33,6% de armazenagem no Estado do Paraná, o equivalente a 8 milhões e 600 mil toneladas de grãos, portanto, um déficit considerável.

A construção dos trechos, também ferroviários, de Cascavel a Guaíra e de Cascavel a Foz de Iguaçu. Em nosso Governo, iniciamos a Ferroeste. Realizamos todos os projetos de viabilidade técnica e econômica e os projetos de engenharia; fizemos a licitação e iniciamos a obra, concluindo o primeiro trecho na região de Guarapuava. A construção do trecho de Cascavel a Guaíra e de Cascavel a Foz de Iguaçu, portanto, completaria a obra da Ferroeste, que é uma ferrovia de integração do Estado, ligando o oeste do Paraná ao Porto de Paranaguá.

Há, também, a necessidade de agilização na implantação de programas de modernização dos portos e a realização da dragagem permanente do canal; retirar as restrições ainda existentes para o embarque de soja transgênica; ampliação no sentido oeste do cais em Paranaguá; reforma da sub e da superestrutura de suporte à atracação de navios.

A cabotagem merece um capítulo especial na dissertação sobre a necessidade de se investir em infra-estrutura no Brasil. A utilização da cabotagem está dificultada pela pouca disponibilidade de navios com bandeira brasileira e seu alto custo, em função da reserva de mercado para empresas nacionais, garantida em lei.

Destacamos que os entraves legais e burocráticos que regulamentam a movimentação de cargas no Brasil também afetam a cabotagem, que sofre com a imensa burocracia. Há consenso sobre a necessidade de se elevar o volume de cargas transportadas por cabotagem no Brasil. A quebra da exclusividade da bandeira nacional é urgente para recapacitar competitivamente a cabotagem brasileira.

A cadeia logística está baseada em uma matriz de transporte (ferroviário, rodoviário e hidroviário) totalmente distorcida na utilização dos modais que a

integram e, em particular, a participação da hidrovia é praticamente inexistente.

O modal rodoviário está saturado, e a malha ferroviária logo chegará ao limite de sua capacidade de transporte.

O custo da cabotagem é encarecido ainda mais em face da incidência do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM. Afirma-se que é de até 25% o valor do frete.

Nesse contexto, apoiamos a isenção da cobrança do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante no transporte de cabotagem.

Igualmente defendemos a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para navegação de cabotagem para transporte ao longo da costa brasileira, bem como a criação de programas de investimento para recuperação e modernização da frota brasileira, antiga e insuficiente, de modo a reduzir o custo no transporte de cabotagem.

Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ainda em meu Estado, há necessidade de investimentos em aeroportos. A cidade de Cascavel, uma capital regional, no oeste do Paraná, reivindica, há muito tempo, a construção de um aeroporto à altura do seu crescimento econômico. Há resistência em relação a essa obra, mas já houve a desapropriação da área, que ficaria entre Toledo e Cascavel, atendendo, portanto, a duas grandes cidades do oeste do Paraná. É uma reivindicação das mais importantes para o desenvolvimento do oeste do Estado. Estamos apresentando, entre todos os temas abordados aqui, a construção desse aeroporto de Cascavel como uma prioridade para o desenvolvimento do nosso Estado.

É urgente também a necessidade de se considerar a construção da terceira pista do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais – o 6º aeroporto nacional.

Aliás, a internacionalização do referido aeroporto se deu também no nosso Governo, no período em que governava o Paraná e era Presidente da República o atual Senador José Sarney. Reivindicamos ao Presidente Sarney não só a internacionalização do Aeroporto Afonso Pena, mas a construção dele, a construção do novo aeroporto. Essa obra foi realizada àquela época, com o Estado cuidando das desapropriações necessárias, diárias, que deveriam ser utilizadas para a construção do aeroporto. O Estado cuidou de deslocar as famílias que lá residiam a outras áreas, adotou todas as providências burocráticas com agilidade e conquistou o Aeroporto Internacional Afonso Pena,

encravado no Município de São José dos Pinhais, na periferia de Curitiba.

Hoje se reivindica a construção da terceira pista, que custa em torno de R\$120 milhões. Portanto, uma obra importante.

Também reivindicamos a construção do terminal de cargas no Aeroporto Afonso Pena, com o objetivo de acomodar o crescente fluxo de aeronaves, bem como capacitar o aeroporto para receber aeronaves de maior porte, uma vez que elas não podem decolar com grandes cargas.

Essa é uma reivindicação não apenas dos empresários do Paraná, mas de todo o povo paranaense.

Esperamos que aqueles que disputam a eleição agora, ao assumir compromissos com o nosso Estado do Paraná, possam levar em conta essas reivindicações que estamos apresentando hoje da tribuna do Senado e que serão, sem dúvida alguma, bandeira nossa aqui, em Brasília, a partir da instalação do novo Governo Federal, em 1º de janeiro do próximo ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ata da 139ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. João Alberto Souza

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na condição de Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, informo que, em reunião realizada na manhã de hoje, aquele Colegiado decidiu encaminhar à Mesa a documentação proveniente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda das ambulâncias”, referente aos Srs. Senadores Magno Malta, Ney Suassuna e Serys Slhessarenko.

Essa decisão decorreu do entendimento de que compete à Mesa decidir se formulará ou não representação contra os mencionados Srs. Senadores.

Nesse sentido, estou encaminhando ofício, acompanhado da referida documentação, ao Sr. Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 1.554/2006/SGM/P

Brasília, 22 de agosto de 2006

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar

Senhor Senador,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Coriolano Sousa Sales, nome parlamentar Coriolano Sales (PFL/RJ), em 15 de agosto de 2006, nos termos do artigo 239, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no Suplemento do **Diário da Câmara dos Deputados** nº 143, de 17 de agosto de 2006, exemplar em anexo.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

Of. nº 1.559/2006/SGM/P

Brasília, 23 de agosto de 2006

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar.

Senhor Senador,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Marcelino Ayub Fraga, nome parlamentar Marcelino Fraga (PMDB/ES), em 21 de agosto de 2006, nos termos do artigo 239, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no Suplemento do **Diário da Câmara dos Deputados** nº 144, de 22 de agosto de 2006, exemplar em anexo.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 323, de 2006

Brasília, 23 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do meu nome, para integrar, como membro titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Wellington Salgado**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira como titular para compor a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá.

Art. 2º A Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari será uma instituição de ensino profissionalizante em nível médio, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas do setor industrial, extrativista e agropecuário da região do vale do Jari.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A demanda por mão-de-obra especializada para atuar na indústria de extração e beneficiamento de minérios, no manejo florestal e na agroindústria constitui uma das maiores emergências educacionais do Estado do Amapá, especialmente do Vale do Jari.

A despeito do esgotamento das jazidas, o Amapá se mantém como segundo produtor nacional de manganês, ostentando, ainda, a sexta colocação no **ranking** de produção de ouro. No extrativismo vegetal, destacam-se a exploração de pinus, palmito, castanha-do-pará e açaí. Na agricultura, tem-se tornado expressivas as culturas de mandioca, arroz, milho, feijão e banana.

Assim, para que a região mantenha o seu ritmo de crescimento, de forma sustentável, impõe-se contar com profissionais qualificados para imprimir eficiência àquelas atividades econômicas, sem prejuízo do patrimônio natural de que o Estado dispõe.

A propósito, a harmonização entre essas atividades, outrora incompatíveis, tem marcado e tende a se firmar na identidade produtiva do município de Laranjal do Jari. Criado em 1987, o município já é o terceiro do Estado, com uma população de aproximadamente 40 mil habitantes e uma economia diversificada, que lhe tem permitido experimentar um extraordinário crescimento nos últimos anos, sobretudo na indústria.

Com efeito, a demanda reprimida por mão-de-obra qualificada já é significativa e, decerto, serão necessários alguns anos para atendê-la.

Por oportuno, vale lembrar a importância estratégica que o Ministério da Educação, especialmente a partir de 2003, vem conferindo à educação profissional e tecnológica, como parte do processo integral de formação dos trabalhadores. Para corroborar essa

política, em 18 do novembro de 2005, o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.195, mediante a qual a União foi reabilitada a investir na expansão da rede de educação tecnológica e profissional, permitindo, assim, a criação de novas escolas a serem mantidas e geridas pela Administração Federal.

Por tudo isso, conclamamos os nobres colegas congressistas a apoiar o presente projeto de lei, com o que estarão contribuindo com ampliação da oferta de educação técnico-profissional, e com a implantação da primeira unidade federal do segmento no Estado do Amapá.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2006. – Senador **José Sarney**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994

Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

.....

Art. 3º As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.

§ 1º A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.

§ 2º A complementação do quadro de cargos e funções, quando necessária, decorrentes da transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, será efetivada mediante lei específica.

§ 3º Os critérios para a transformação a que se refere o **caput** levarão em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

§ 4º As Escolas Agrotécnicas, integrantes do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, poderão ser transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica após processo de avaliação de desempenho a ser desenvolvido sob a coordenação do Mi-

nistério da Educação e do Desporto. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Redação dada pela Lei nº 11.195, de 2005)

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2006

Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para dispor que o Tribunal de Contas da União é competente para julgar ordinariamente as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – julgar as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

..... (NR)”

“Art. 7º

§ 1º

§ 2º Também se sujeitam ao regime ordinário de tomada ou prestação de contas aqueles que, por intermédio de convênio ou instrumentos congêneres, receberem recursos ou bens públicos em valor superior ao fixado pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu regimento interno.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei visa a alterar o art. 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (LOTCU), para adaptá-la à redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, ao parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Com efeito, em sua redação original, o referido parágrafo previa que deveriam prestar contas quaisquer pessoas físicas ou entidades públicas que utilizassem, arrecadassem, guardassem, gerenciassem ou administrassem dinheiros, bens e valores públicos. Por força da Emenda Constitucional, esse universo de responsáveis foi ampliado, para abranger quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que desenvolvessem as citadas atividades. Foi evidenciado, pois, que é da natureza pública dos recursos que surge o dever de prestar contas e não de características da pessoa a quem eles são confiados, como sempre propugnou o mestre Hely Lopes Meirelles.

A LOTCU, contudo, não foi alterada, para se adequar aos novos ditames constitucionais. Em seu art. 1º, I, continua a figurar a competência do TCU para “julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos

poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário”.

Não obstante sempre esteja aberta a possibilidade de julgamento de contas quando se apurarem indícios de irregularidade conducentes à instauração de processo de tomada de contas especial, o texto atual da lei não prevê a prestação de contas ao TCU como regra nos casos de recebimento de bens e recursos públicos por entidades particulares mediante convênios e outros instrumentos similares. Nesses casos, as contas são apreciadas pelo TCU, como dissemos, somente após a detecção dos indícios de irregularidade pelo órgão de controle interno ou por equipe do TCU em uma eventual auditoria.

O presente projeto de lei tem por escopo modificar a LOTCU para possibilitar o julgamento ordinário de contas daqueles particulares aos quais forem transferidos recursos e bens públicos para a realização de projetos e atividades de interesse público. Sendo certo que o volume de convênios celebrados é gigantesco e para evitar que controle externo efetuado pela Corte de Contas fique inviabilizado pela grande massa de processos, convertendo-se numa atividade meramente cartorial, havemos igualmente por bem inserir dispositivo que, a exemplo do que ocorre com as tomadas de contas especiais (art. 8º da Lei nº 8.443, de 1992), confere competência ao TCU para definir a partir de qual valor transferido seria obrigatória a remessa do processo de prestação de contas à Corte, para julgamento.

O número de irregularidades no uso desses recursos é considerável. Em um país com tantas restrições orçamentárias, é inadmissível que verbas públicas transferidas a entidades sem fins lucrativos sejam desperdiçadas ou desviadas. A razão de ser da transferência de recursos reside exatamente na presunção de que tais entidades desenvolverão atividade de interesse público de forma até mais eficaz do que se fosse realizada pelo próprio Estado. Caso contrário, não haveria sentido em promover a descentralização dos recursos.

Não é preciso ir longe para constatar a necessidade de exame das prestações de contas pelo TCU. Em julgamento ocorrido em maio de 2006, a Corte de Contas condenou associação que recebeu recursos federais com o objetivo de prestar assistência social e educacional a atletas profissionais e em formação, mas os utilizou em finalidades diversas do que foi estabelecido, o que resultou em um prejuízo de mais de 125 mil reais aos cofres públicos. Noutro julgamento reali-

zado no mesmo mês, a Corte condenou o presidente de uma associação de produtores e moradores rurais por não ter comprovado a regular aplicação de recursos da ordem de 122 mil reais, transferidos mediante convênio, com o objetivo promover o desenvolvimento tecnológico de práticas agropecuárias e a realização de cursos, em benefício de comunidades rurais. Os exemplos são inúmeros. Cremos serem estes que descrevemos representativos de um quadro que reclama a intensificação das medidas de fiscalização e controle sobre o bom uso dos recursos públicos.

Animados por esse propósito de fortalecer os mecanismos de controle externo a cargo da Corte Federal de Contas, apresentamos o presente projeto de lei, para cuja aprovação solicitamos o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2006. – **José Sarney.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IX

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Natureza, Competência e Jurisdição

CAPÍTULO I

Natureza e Competência

Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta lei:

I – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

TÍTULO II

Julgamento e Fiscalização

CAPÍTULO I

Julgamento de Contas

SEÇÃO I

Tomada e Prestação de Contas

Art. 6º Estão sujeitas à tomada de contas e, ressaltado o disposto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, só por decisão do Tribunal de Contas da União podem ser liberadas dessa responsabilidade as pessoas indicada nos incisos I a VI do art. 5º desta lei.

Art. 7º As contas dos administradores e responsáveis a que se refere o artigo anterior serão anualmente submetidas a julgamento do Tribunal, sob forma de tomada ou prestação de contas, organizadas de acordo com normas estabelecidas em instrução normativa.

Parágrafo único. Nas tomadas ou prestações de contas a que alude este artigo devem ser incluídos todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, geridos ou não pela unidade ou entidade.

Art. 8º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

§ 1º Não atendido o disposto no **caput** deste artigo, o Tribunal determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

§ 2º A tomada de contas especial prevista no **caput** deste artigo e em seu § 1º será, desde logo, encaminhada ao Tribunal de Contas da União para julgamento, se o dano causado ao erário for de valor igual ou superior à quantia para esse efeito fixada pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu regimento interno.

§ 3º Se o dano for de valor inferior à quantia referida no parágrafo anterior, a tomada de contas especial será anexada ao processo da respectiva tomada ou prestação de contas anual do administrador ou ordenador de despesa, para julgamento em conjunto.

(À Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 937, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006 que, “altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de de 2006. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 938, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de congratulações ao Senhor Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, e aos Diretores e funcionários daquela Empresa, pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar edição 2006, concedida pelo conceituado Guia Exame Você S/A.

Justificação

O Grupo São Bernardo Saúde, com sua sede na cidade de Colatina – Espírito Santo, tem contribuído com o progresso e a valorização de seus trabalhadores e de maneira especial da mulher que sente orgulhosa em prestar seus serviços aquela empresa, na área de saúde em todo o Estado Espírito Santo.

O Grupo São Bernardo Saúde, anteriormente premiado em 3 ocasiões, concorreu em 2006 com as grandes empresas do Brasil, mostrando que com seriedade, responsabilidade social e respeito ao ser humano as conquistas advêm.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2006. – **Marcos Guerra.**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Há oradores inscritos.

Por permuta com a Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, ex-Governador de Pernambuco, ex-Vice-Presidente da República, do PFL de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado!

Ilustre Presidente desta sessão, nobre Senador João Alberto, Representante do Maranhão no Senado Federal; Sr^{as} e Srs. Senadores, a colaboração entre empresa e universidade é, como sabemos, fundamental para o desenvolvimento econômico, baseado na ciência e na tecnologia. O exemplo mais conhecido está nos Estados Unidos da América do Norte, onde as empresas médias e pequenas – não só as grandes, é bom frisar – colaboram com instituições de ensino superior. O pragmatismo americano ensinou, portanto, as vantagens da livre concorrência na competição mediada democraticamente pelo Estado.

O exemplo dos Estados Unidos se estendeu ao Japão, à Coreia do Sul, a Taiwan, à Malásia e a Cingapura. O Canadá e a Austrália, anglófonos, em menor escala pelo tamanho das suas economias, posto que suas economias são bem menores que as dos Estados Unidos da América, já vinham acompanhando o modelo americano com, frise-se, igual sucesso.

No Brasil, pesquisa recente do Ipea, que é uma instituição conceituada – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão criado há cerca de 30 anos e vinculado ao Ministério do Planejamento –, demonstrou outro dos impactos da globalização na transformação do mercado brasileiro de trabalho.

Um conjunto de empresas brasileiras inovadoras, com mais de 500 funcionários cada uma, aumentou em 29% a oferta de postos de trabalho, gerando cerca de 500 mil novos empregos entre 2000 e 2004, portanto, em sua maior parte, esse avanço ocorreu na Presidência de Fernando Henrique Cardoso.

As mudanças internas das referidas empresas tiveram origem na necessidade de modernização para dar competitividade internacional.

Sabemos que a globalização tornou o mundo muito competitivo. Urge, pois, que o Brasil se converta também num país que tenha a preocupação em competir, sobretudo nessa área extremamente sensível do desenvolvimento, que é a educação – em primeiro lugar, é óbvio –, na ciência e tecnologia e na inovação. E adotar também novos procedimentos, entre os quais não se pode deixar de reconhecer a importância desse enlace entre universidade e empresa.

No Brasil, tem-se a sensação de que ainda há certo preconceito da academia, de um lado – isto é, da universidade –, em se associar a empresas; e, de outra parte, ocorre no sentido contrário: o empresário, às vezes, receia que a universidade possa não atender a uma demanda específica da sua área.

É necessário remover aquilo que eu chamaria de preconceito sem fundamento, que, de alguma forma, está engessando o desenvolvimento científico-tecnológico do País e suas reverberações nos campos sociais. Na medida em que se avança e se inova em ciência e tecnologia, em que se estabelecem também novos enlaces, fica muito mais fácil alavancar a economia e, sobretudo, gerar empregos.

O desenvolvimento tecnológico adveio das decisões certas, a meu ver, nas áreas empresariais, que se beneficiaram da expansão das pesquisas no Brasil entre 1981 e 2004, elevando-se a uma média específica de 9% ao ano em produção de artigos científicos publicados em revistas especializadas de circulação internacional, num crescimento acumulado de mais de 600%.

Esse é um dado extremamente positivo porque, como se sabe, no mundo todo, um dos critérios para se medir o avanço nessa área tão estratégica do desenvolvimento é a produção de artigos científicos, que são inseridos em revistas e periódicos especializados e que, de alguma forma, permitem fazer com que se amplie o espaço da criação.

Os pesquisadores brasileiros – e aí me refiro especificamente, mais uma vez, ao Brasil – passaram de 0,44% da produção científica mundial, em 1981, para 1,78% em 2004. No Governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma grande preocupação com ciência e tecnologia. Foi mantido o Ministério de Ciência e Tecno-

logia, e criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esses dois órgãos apoiaram, e muito, as instituições de pesquisa em nosso País.

De mais a mais, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em cujo período fui Vice-Presidente da República, foram retomadas também as conferências nacionais para discutir ciência, tecnologia e inovação. Isso é igualmente um fato muito positivo, porque permite que os esforços governamentais tenham mais perfusão, articulem-se melhor com as demandas da sociedade e interajam com a universidade, com as instituições de pesquisa não somente públicas, mas também privadas.

É certo que o desenvolvimento tecnológico é cada vez mais fundamental para o País, num mundo que se divide entre os que sabem e os que não sabem. Formamos aproximadamente dez mil doutores por ano, em patamar semelhante ao da Inglaterra, ao da Coréia e ao da Índia. Mas temos um foco difuso, não priorizando a engenharia, as ciências naturais, que concorrem para o processo de inovação, conforme destacou recentemente o Professor Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a reconhecida internacionalmente Fapesp. É bom lembrar que a Fapesp foi, certamente, a primeira experiência estadual da criação de uma fundação – e nisso vamos fazer justiça ao Governo de São Paulo – voltada para propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico. A Fapesp se converteu num modelo que foi depois copiado por todos os Estados. Na Constituição de 1988 se tornou um preceito que os Estados adotaram nos seus procedimentos com relação ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existem crescentes quantidade e qualidade de pesquisas científicas nas universidades e em institutos especiais, como a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, a famosa Fiocruz.

A Universidade de Campinas, conhecida por Unicamp, criada em 1962 e instalada a partir de 1966, tornou-se outro grande exemplo de pesquisa tecnológica pura e aplicada em acordos de colaboração com empresas privadas brasileiras e estrangeiras.

Noutras partes do Brasil, vêm sendo efetuadas experiências análogas. Vou dar um exemplo de um modelo bem sucedido em Pernambuco.

No meu Estado, desde 1996, surgiu o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, conhecido pela sigla Cesar, como continuação do trabalho do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco, iniciado em 1974, que recebeu, ao lado de tantos outros, o meu incentivo e a minha colaboração, quer

como Deputado Federal, Governador de Pernambuco e, sobretudo, como Ministro da Educação e Vice-Presidente da República. Devo destacar nesse processo, dentre muitos que concorreram para o êxito do Cesar, a figura que o lidera, o cientista Sílvio Meira, que adquiriu, inclusive, reconhecimento internacional.

Faço tais observações, Sr. Presidente, para destacar quão importante é a pesquisa tecnológica avançada, aplicável ao mercado pelas empresas. Ela sempre ajuda, e muito, no resultado dos esforços que vêm sendo feitos no sentido de aprofundar os alicerces do conhecimento.

No Brasil, o analfabetismo juvenil caiu de 12%, em 1991, para menos de 3%, em 2002. Esse é um fato positivo, porque significa que mais jovens estarão habilitados ao enriquecimento cultural que a educação propicia. Daí surge a possibilidade, também, do aparecimento de novos pesquisadores, cientistas, tecnólogos e pessoas voltadas para a inovação.

Como exemplo da preocupação do Governo Fernando Henrique Cardoso com a questão da ciência e tecnologia, o Brasil chegou a investir cerca de 2% do Produto Interno Bruto anual em pesquisa científica e tecnológica. Parece que essas taxas não se mantiveram no atual Governo. São informações que recebi e não custa tentar confirmá-las, mas o que importa é lembrar que esse é um ponto fundamental, se queremos ter um País desenvolvido.

Volto a citar o físico Carlos Henrique de Brito Cruz que, em entrevista à revista **Veja**, fez uma série de observações muito úteis ao debate do tema. Ele é o diretor científico da Fapesp, a que já me reportei, e demonstrou que, nos Estados Unidos, uns 20% dos pesquisadores estão nas universidades e mais ou menos 80%, nas empresas. No Brasil, a média se revela inversa, ou seja, 80% nas universidades e 20% nas empresas, o que demonstra, mais uma vez, a importância de políticas voltadas para a articulação entre universidade e empresa.

Diante da nossa circunstância, reconheceu ele que, na mudança de perspectiva, a maioria dos atuais cientistas deveria permanecer, por enquanto, nas universidades, para formar as novas gerações de pesquisadores, à medida em que são mudados os hábitos e as novas gerações sejam mais encaminhadas às empresas, para haver um equilíbrio cooperativo entre os dois setores.

Tudo isso comprova, Sr. Presidente, a necessidade de colaboração entre universidade e empresa.

Quando falo em universidade e empresa, quero ampliar esse entendimento para não o circunscrever apenas entre universidade pública e empresas privadas, lembrando que isso deve envolver todas as ins-

tuições de ensino superior, públicas ou privadas, federais, estaduais e até municipais, quando for o caso, para que se gere uma consciência cívica de que é fundamental essa parceria, se desejamos construir, de fato, um País não somente democrático, mas também desenvolvido e justo.

Por isso, concluo as minhas palavras, Sr. Presidente, acreditando ser essencial que forjemos uma consciência coletiva para que o enlace entre as instituições de ensino e as empresas se difunda cada vez mais, gerando, assim, novas oportunidades para o nosso crescimento.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concedo um aparte ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, da representação da Paraíba no Senado Federal.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – É um privilégio apartear-lo, Senador. V. Ex^a, além de amigo pessoal, é um ícone dentro deste Parlamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Na verdade, eu queria me acostar às palavras citadas, no sentido de fazer com que haja, realmente, essa integração maior de universidade e empresa. Tive a oportunidade, momentos antes de aqui estar, de visitar, na Paraíba, todas as instituições de ensino, quer sejam federais, estaduais ou privadas. Assim, captei o pensamento da universidade paraibana, que é o mesmo da universidade brasileira e coincide com o que V. Ex^a acabou de transmitir. Eu ressaltaria, também, um outro tema, no qual estou procurando me aprofundar para, talvez, fazer um pronunciamento a respeito nesta Casa. No mundo moderno, nos Estados Unidos, por exemplo, verifica-se que as grandes universidades e centros de ensino vivem, fundamentalmente, de doações. No Brasil, as restrições e o complicador das doações são tamanhos que a própria lei que permite a doação começa dizendo: “É vedada a doação, exceto...” Em seguida, citam-se as exceções. É como se fosse: “É proibido se desenvolver, a não ser que se faça isso”. Ou: “É proibido fazer o bem, a não ser que faça aquilo”. A revista **Veja**, recentemente, trouxe uma matéria sobre essas grandes doações de magnatas mundiais. Fiz, então, o comparativo: por que, no Brasil, não existe isso? Por que o cidadão e a grande ou a média empresa não têm o hábito de fazer as doações para as universidades, pulmão enriquecedor, em todo o mundo moderno, da pujança desses centros e academias? Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento. E vamos, o Senado, juntos, tentar fazer com que se possibilite canais modernos com legislação moderna, para permitir que haja recur-

sos não só da esfera federal como da iniciativa privada para que sejam alocados às universidades. Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Roberto Cavalcanti. Adito ao que disse V. Ex^a uma consideração, inclusive por V. Ex^a trazer à discussão também a questão de estímulos a empresas e empresários que possam doar recursos para o desenvolvimento, incluindo ciência e tecnologia. Isso é uma prática muito comum nos Estados Unidos, onde há um incentivo a esse procedimento. É muito comum quando falecem pessoas ricas, abastadas, de considerável poder aquisitivo, de tais pessoas deixarem no testamento tantos mil ou até milhões de dólares em favor de uma instituição X. Com isso, a pessoa não somente pratica uma ação que ajuda entidades beneméritas, como também beneficia-se da isenção ou redução do imposto de renda. Isso deveríamos desenvolver no Brasil: criar uma cultura dessa cooperação. Além do mais, essas pessoas abastadas, às vezes, não desejam outro reconhecimento senão o de terem seus nomes em salas ou denominando uma instituição, ou até mesmo o de um ascendente seu.

Recentemente, um amigo comentou comigo haver tomado conhecimento do falecimento de uma pessoa nos Estados Unidos desconhecida para ele. No entanto, essa pessoa rica teve um gesto elogiável ao doar US\$500 milhões a uma fundação, independentemente de ter deixado algo para os seus descendentes. O fato é que consignou, nada mais nada menos, do que US\$500 milhões para o desenvolvimento de uma fundação.

Essa é uma cultura que precisamos gerar igualmente no País. Dizem que o desenvolvimento é, sobretudo, uma questão cultural e, nessa questão cultural, há uma componente política também. Precisamos pensar em investir nesse campo para criarmos uma sociedade mais solidária.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a me concede um outro aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço V. Ex^a antes de encerrar.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Senador Marco Maciel, as pessoas, os legisladores ou o próprio Governo não se apercebem que isso é realimentar o bem. Nós temos de criar todos os instrumentos para realimentar o bem, o que não é feito. Na verdade, recebi um relatório, dizendo que “tendo em vista as fraudes que aconteciam, a legislação nova passou a ser redigida de tal forma”. Nós não podemos partir do pressuposto da fraude e do erro para então inibir uma atividade. Nós temos de fazer com que a atividade seja, realmente, policiada, acompanhada. No entanto, não

podemos basear as legislações na idéia de se evitar a fraude. Permita-me, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a, e que possamos, juntos, criar instrumentos para que as universidades tenham outras fontes para serem realimentadas.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concordo com V. Ex^a.

Sr. Presidente, já encerrando, devo dizer que sempre que há uma lei corre-se sempre o risco de surgir uma forma de fraudá-la. Aliás, há uma expressão espanhola que diz: “Hace la ley, hace la trampa” – quando se faz a lei, já há quem pense em fazer a fraude. Mas aí o que cabe, a meu ver, ao Governo é proceder com medidas fortes de fiscalização para evitar que isso ocorra. Se tal fizermos, certamente estaremos ensinando, conseqüentemente, a prática de gestos que vão concorrer para o desenvolvimento do País. Isso é um traço cultural que precisamos – talvez importando não apenas dos Estados Unidos, mas da Europa e da Ásia – adotar aqui em nossa praça. Acredito que isso nos ajudaria a promover o desenvolvimento do País. Há quem diga – e é verdade – que o brasileiro é solidário. Concordo com isso. O fato de ser solidário é importante, e a solidariedade não deixa de ser um gesto de grande significação, mas é, geralmente, um gesto pessoal. Precisamos, ao lado da solidariedade, desenvolver algo que é também indispensável na minha opinião: o associativismo. Uma coisa é a solidariedade; outra coisa é o associativismo. Sinto que somos solidários, mas não temos uma cultura associativista. Quando houve um grande processo migratório – aliás, isso é pouco destacado –, no fim do século XIX e início do século XX, de europeus e também de asiáticos, esse processo migratório trouxe uma cultura associativista, como prova o cooperativismo que se desenvolveu no Sul do País, onde se instalaram. Eles, a meu ver, procuravam uma região com clima mais compatível com o dos países em que viviam. E, nesses lugares, se desenvolveu muito, entre outras culturas, a do cooperativismo. Algo, por exemplo, que não acontece muito intensamente em outras Regiões do País, inclusive na minha, o Nordeste, porque não houve um choque de culturas, no sentido positivo do termo, que suscitasse esse sentimento do associativismo, que é tão ou mais importante quanto o exercício da solidariedade.

Encerro as minhas palavras, mas, antes de concluí-las, gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Senador João Alberto, ilustre representante do Maranhão no Senado da República, pelo tempo que me concedeu.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso, 2º Vice-Presidente desta Casa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, interrompi a minha campanha eleitoral porque acho que é meu dever dar uma satisfação à opinião pública brasileira.

Sou jornalista, por formação, sou radialista e sou bacharel em Direito, embora ainda não tenha feito o exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Como jornalista, não fiz curso superior. Fui beneficiado pela Lei Camata. O curso superior que tenho é de bacharel em Direito. Mas, mesmo tendo sido beneficiado pela Lei Camata, nunca vi, em jornalismo, isso que a revista **Veja** fez comigo.

Tenho pela **Veja** a maior admiração. É uma revista da maior credibilidade. Não sou daqueles que brigam com os fatos e com a notícia. Sei que é, jornalisticamente, interessante uma entrevista, por mais bandido que ele seja, do Sr. Luiz Antônio Vedoin. Compreendo tudo isso jornalisticamente. Só não posso compreender não ter recebido sequer um telefonema da revista **Veja** para que pudesse dar a minha versão dos fatos.

E os fatos, como ali se passaram, Sr. Presidente, inquietam a inteligência humana. Isso porque esse cidadão Luiz Antonio Vedoin foi ouvido durante mais de 120 horas, em diferentes esferas – no Ministério Público Federal, na Polícia Federal, na Justiça Federal e, por mais de um dia, aqui na CPMI –, e, em todas essas oitivas, e era normal que isso acontecesse, perguntaram-lhe sobre todos os membros da Bancada de Mato Grosso. Absolutamente normal, até porque o viveiro de sanguessugas é lá em Mato Grosso; a Planam, a empresa dos sanguessugas, é lá de Mato Grosso. E, nas mais de 120 horas de depoimento, ele nunca teve lembrança de ter conversado comigo.

Agora, sem lhe ter sido perguntado – justiça se faça à **Veja**, que não lhe perguntou sobre o Senador Antero Paes de Barros –, ele lembra de dizer que “o Senador Antero...”, “meu pai me disse...”. O depoimento do pai dele, na CPMI, é inteiramente diferente, de que o Senador Antero era inacessível. O depoimento da Maria da Penha era que o Senador Antero era inacessível, porque, da Bancada de Mato Grosso, nunca conversaram com o Senador Antero. “Meu pai me disse que tinha uma emenda de R\$400 mil e que ele deu R\$40 mil – não foi para o Antero, foi para o Lino Rossi; para o Lino Rossi dar para o Antero.”

Quanto ao Deputado Lino Rossi, confesso dizer que temi que ele tivesse combinado com Luiz Vedoin, porque o Deputado Lino Rossi apóia o meu adversário político em Mato Grosso, o atual Governador Blairo Ma-

ggi. Mas o Lino Rossi teve oportunidade de desmentir isso numa entrevista dada à imprensa de Mato Grosso – não sei sequer se teve cobertura nacional ou se a **Veja** sequer vai ter oportunidade de repor a verdade.

Pessoalmente, já tomei providência jurídica. Protocoliei, ontem, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, o pedido de direito de resposta à revista **Veja**, sem prejuízo de outra ação jurídica, dependendo do caminhar dos acontecimentos, porque os fatos, como relatados pela **Veja**, são uma ofensa; seria uma propina portuguesa, porque o coordenador da área de emendas da saúde foi o Deputado Federal Lino Rossi. Chegaram a ser indicados quatro Municípios como destinatários da minha parte na emenda de Bancada. Posteriormente, houve um ofício do Deputado Ricarte de Freitas, coordenador da Bancada à época, para que disséssemos onde é que queríamos que aplicassem os recursos. Fiz um ofício para o Secretário-Geral da Presidência, Arthur Virgílio, e mandei um *e-mail* ao Deputado Ricarte de Freitas dizendo exatamente que eu queria que cortassem os recursos para ambulâncias. No que dependesse de mim, eu cortava os recursos para ambulâncias, porque, conversando com o Secretário de Saúde de Mato Grosso, ele me disse: “Antero, pelo amor de deus, ambulância não é política de saúde. O grande problema da saúde é levar a saúde até a população. É melhor, então, destinar para postos de saúde, para hospital municipal, para centro de saúde, mas, para ambulância, não”. E cortei os recursos.

Quer dizer, então, que teria sido dada uma propina para o Lino Rossi – o que ele já desmentiu – para me entregar, em função de eu ter cancelado a emenda, de eu ter mandado cancelar parte dos recursos que seriam destinados à Planam.

Ponto. Está feito o esclarecimento. Eu vou virar a página. Por que isso? Porque eu enfrento uma das maiores fortunas do Brasil. Eu enfrento o Sr. Blairo Borges Maggi como candidato a governador. Eu não discuto, eu sei que ele é muito mais rico do que eu. Eu não vou ter chance, nunca na minha vida, de competir com ele em recursos. Lá é um massacre.

E por que isso ocorreu? Porque a nossa campanha é assim: ou se vota no PSDB ou se vota nos mensaleiros e sanguessugas. Ele organizou um palanque onde todos os mensaleiros e sanguessugas estão. Nenhum ficou de fora. E eu estou dizendo isto na campanha eleitoral: “Vamos acabar com esse viveiro de sanguessugas patrocinado pelo Governador Blairo Maggi”.

Ele não fez, Sr. Presidente, uma coligação partidária. Ele organizou uma quadrilha para tomar conta do palácio, para transformar o palácio num verdadeiro viveiro de sanguessugas.

Eu quero dizer que Deus é pai, não é padrasto. As pessoas ficam indignadas e nos procuram. Eu só tenho a honra, o nome, para deixar aos meus filhos. E as pessoas nos procuram e nos revelam quem é esse Governador.

Hoje, aqui, protocoliei na CPMI dos Sanguessugas – e vou descer da tribuna e correr ao Ministério Público Federal para protocolar lá também – um pedido de investigação sobre o Governador Blairo Borges Maggi, pelos motivos que passo a expor.

Esse Governador mandou uma lei para a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, datada de 7 de janeiro de 2004 – o autor, portanto, é o Poder Executivo –, em que ele estabelece, no art. 3º, isenção de IPVA aos veículos automotores terrestres, novos, adquiridos de empresas de transformação. Isenta da cobrança de IPVA veículos adquiridos de empresas de transformação. Quantas empresas de transformação existem em Mato Grosso? Só uma. Só a Planam; só a empresa das sanguessugas.

Essa lei é do dia 7 de janeiro. Estabelece, no parágrafo de um dos artigos, que a isenção é válida desde que o veículo isento permaneça pelo menos dois anos no Estado de Mato Grosso. Regulamenta, por meio de decreto, a lei aprovada na Assembléia Legislativa, conforme ele havia mandado. A lei era de 7 de janeiro. Veja bem, Sr. Presidente, no dia 29 de janeiro – de 7 para 29 são 22 –, vinte e dois dias depois, o Deputado Silval Barbosa, da Assembléia Legislativa – Quem é o Deputado Silval? É o candidato a vice-governador na chapa do Sr. Blairo Maggi –, propõe a mudança da lei para estabelecer o quê? “Em relação aos veículos tais, quando a transferência para outra (...)”. Ele elimina o prazo fixado no §1º – prazo de dois anos –, quando se der a transferência para outra Unidade da Federação. Ou seja, a Planam fica isenta de pagar IPVA e entrega ambulâncias em outros Estados da Federação. Hoje, eu soube aqui, por importantes jornalistas brasileiros, que a Planam é isenta do IPVA em Mato Grosso, mas prefeituras do Brasil inteiro pagam o IPVA para a Planam.

De quem é a Lei? Do Deputado Estadual Silval Barbosa, Vice-Governador do Blairo Maggi. Essa lei aprovada no dia 29 foi regulamentada em fevereiro pelo Governador Blairo Maggi. Aí ele faz um outro decreto alterando os dispositivos dessa lei.

Pasmem, Senadores e Senadoras, pasmem, para verificar os tentáculos dos sanguessugas no Estado de Mato Grosso: no dia 13 de outubro de 2005, a própria empresa Planam, aí já sem intermediário, faz um ofício diretamente ao Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso – no dia 13 de outubro de 2005 –, em que solicita que se inclua, no rol do art. 5º, §5º,

do decreto número tal, o Cnae nº 5010-5/02. (Cnae é a Classificação Nacional de Atividade Econômica). O que a Planam fez? Como indústria transformadora, ela já tinha isenção do IPVA e, com esse pedido direto à Secretaria da Fazenda, assinado pela Sr^a Cleia Maria Trevisan Vedoin, solicita isenção também para a empresa Santa Maria – também dos Vedoin, também dos sanguessugas –, para ter os mesmos benefícios do IPVA.

E o que mais pede a Sr^a Cleia Maria Trevisan Vedoin? Pede que esses benefícios sejam estendidos até novembro de 2006. Isso chegou à Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso no dia 13 de outubro de 2005. E pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador Blairo Maggi, do alto da sua riqueza, do alto da sua montanha de soja – ele que é o rei da soja –, resolve mostrar a seus parceiros dos sanguessugas: “Alto lá! Sou o sanguessuga-rei”. Assim como existe aquela história da abelha-rainha, para a qual todas as abelhas trabalham, a situação política lá em Mato Grosso é a seguinte: todos os sanguessugas trabalham para o sanguessuga-rei.

Descobrimos quem é o sanguessuga-rei em Mato Grosso. É o Governador Blairo Maggi. Olhem o que ele escreve no decreto de novembro de 2005, atendendo **ipsis litteris** ao que havia pedido a Sr^a Cleia Maria Trevisan Vedoin. Ele atende no que se refere à inclusão do Código 5010-5/02, mas diverge dela – tenho de ser honesto e dizer qual é a divergência – quanto ao pedido para prorrogar o benefício até novembro de 2006. Aí ele divergiu: “Não, não é assim”. E, por decreto, ele prorrogou o benefício até dezembro de 2007, para mostrar que é um “parceiraço” mesmo dos sanguessugas de Mato Grosso.

Portanto, essa gente pode ser mais rica que eu, mas não tem a menor chance de ter mais dignidade que eu; não tem a menor chance de empatar comigo em honestidade. A mesma dificuldade que tenho de combater economicamente a campanha dele é a mesma dificuldade que ele tem de eticamente combater a minha candidatura. O Sr. Blairo Borges Maggi está enganado e só tem duas alternativas na vida: respeitar-me ou respeitar-me. E estou provando, com documentos, que ele é o sanguessuga-rei do Estado de Mato Grosso.

Ontem, participamos do primeiro debate na televisão. Fiz-lhe um apelo: “Vá ao debate, Governador, saia detrás dos Vedoin, venha enfrentar-me cara a cara”. Ele foi ao debate e saiu de lá com a perna bamba, tremendo, porque lhe mostrei todos esses documentos. E sabem qual foi a reação dele? “Ah! Eu não sabia que tinha assinado isso.” Está igual ao Lula, que ele apóia. “Eu não sabia que tinha assinado. Vou

estudar com minha assessoria como revogar...” E eu lhe disse: no meu Governo, não vou assinar nada em favor dos sanguessugas, sem ler, sem pesquisar, sem documentar.

Então, Sr. Presidente, juntei os dados, toda a documentação da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, já entreguei à CPI, que vai abrir um espaço para fiscalizar os atos que envolvem setores do Poder Executivo. Espero que a CPI investigue bem o meu Mato Grosso, para ver o conluio existente no Estado.

Essas pessoas, não tenho dúvida nenhuma, jamais conseguirão atingir a minha honra.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Solicito um aparte a V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Antero Paes de Barros, não entro no mérito das questões suscitadas por V. Ex^a, mas como seu colega de Partido, seu companheiro, seu amigo, tenho o dever de manifestar minha solidariedade a V. Ex^a no momento em que é agredido injustamente e acusado irresponsavelmente. Todos nós conhecemos a postura ética imbatível de V. Ex^a, por isso creio que será muito difícil atingi-lo. Poderão até derrotá-lo nas eleições, se conseguirem. Poderão derrotá-lo nas urnas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Mas também será difícil, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Mas, certamente, como disse V. Ex^a, encontrarão terríveis dificuldades. E, se conseguirem, derrotarão apenas no plano eleitoral, porque, no plano ético, não acredito. Seria para nós, seus colegas, a maior surpresa se isso ocorresse, mas temos consciência de que isso jamais ocorrerá. Basta olhar para o comportamento corajoso de V. Ex^a em todos os momentos, expondo-se e combatendo implacavelmente os poderosos da corrupção; basta verificar essa sua trajetória para entender que a conduta de V. Ex^a sempre merecerá aplausos por parte daqueles que estão indignados no Brasil diante de tantos escândalos de corrupção. Precisamos preservar e valorizar aqueles que ousam, como V. Ex^a fez desde a CPMI do Banestado, enfrentar os poderosos da corrupção. As calúnias assacadas certamente frustrarão aqueles que as assacaram, porque, ao final, a verdade prevalecerá.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte do Senador Alvaro Dias.

Agradeço também ao Senador Marcos Guerra. Tenho vôo agora para Cuiabá. Vou cuidar da minha campanha, vou lá para falar com os eleitores. Penso que a situação está boa: quanto mais tentarem agredir-nos, mais eles ficarão sacrificados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina. Em seguida, eu a concederei ao Senador Roberto Cavalcanti e, depois, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores presentes nesta sessão de quarta-feira. Trago à tribuna algumas matérias dos jornais de hoje e dos últimos dias que entendo serem pertinentes e que estão profundamente relacionadas entre si.

A primeira matéria, publicada em vários jornais, versa sobre os estudos do Professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, nossa querida FGV, que faz a análise dos dados que apontam, de forma significativa, a diminuição da desigualdade em nosso País.

O estudo do Professor Marcelo Néri nos informa:

O mercado de trabalho brasileiro promoveu nos últimos quatro anos uma melhor distribuição de renda. Entre março de 2002 e junho deste ano, a participação dos 50% mais pobres na renda nacional saltou de 10,11% para 12,20%, enquanto a fatia dos 10% mais ricos caiu de 49,12% para 46,89% no mesmo período. Com isso, o Índice de Gini, que mede a desigualdade da renda do trabalho e é melhor quanto mais perto de zero estiver, recuou de 0,633 para 0,600.

Portanto, esse é um recuo bastante significativo, que dá a prova inequívoca de que o crescimento econômico, enfim – há pessoas que não gostam disso –, talvez pela primeira vez na história, está absolutamente atrelado, vinculado à redução da desigualdade econômica em nosso País.

Peço que possa ser incluída a reportagem, na íntegra, do **Correio Braziliense**, em que me baseei para trazer as informações à tribuna, mas o assunto está em vários outros jornais. Inclusive, o **Valor Econômico** tem uma reportagem maior. Vários jornais estão registrando esse estudo importante do Professor Marcelo Néri, da FGV.

Outra matéria, que, com muito prazer, também trago à tribuna, é da Folha Online que diz:

Lucro da indústria quase triplicou durante Governo Lula.

As empresas do setor não-financeiro lucraram bem mais durante os três anos e meio do Governo Luiz Inácio Lula da Silva do que no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Levantamento da consultoria Econômica revela que o lucro de 180 empresas de diversos setores (excluídos os bancos) no segundo mandato de FHC chegou a R\$71,582 bilhões contra R\$213,973 bilhões

na gestão Lula. Ou seja, houve um crescimento de R\$142,4 bilhões ou de 198,9%.

Além disso, diz ainda a matéria da Folha Online: “Excluindo a Petrobras do cálculo, no segundo mandato de FHC as 179 empresas não-financeiras analisadas acumularam lucro de R\$ 29,2 bilhões, contra R\$136,5 bilhões na gestão Lula, o que mostra um avanço de 366%”.

Portanto, se for incluída a Petrobras, o comparativo de lucratividade das empresas é de 198%; se a retirarmos, as demais empresas têm um lucro comparativo, um crescimento de 366%.

É importante ver os dados setor a setor, Senador João Alberto:

Petrobras – Lucro de R\$42,285 bilhões sob FHC e de R\$77,439 bilhões sob Lula.

Energia elétrica – Prejuízo de R\$17,847 bilhões sob FHC e lucro de R\$14,753 bilhões com Lula.

Bancos – Lucro de R\$31,937 bilhões com FHC e de R\$57,637 bilhões sob Lula.

Siderurgia e Metalurgia – Lucro de R\$5,279 bilhões com FHC e de R\$28,554 bilhões com Lula.

Mineração – Ganho de R\$12,514 bilhões com FHC e de R\$29,195 bilhões com Lula.

Papel e Celulose – Lucro de R\$3,909 bilhões com FHC e de R\$10,954 bilhões com Lula.

Química – Lucro de R\$2,375 bilhões com FHC e de R\$8,122 bilhões com Lula.

Telecomunicações – Ganho de R\$9,469 bilhões com FHC e de R\$13,777 bilhões com Lula.

Alimentos e bebidas – Lucro de R\$4,683 bilhões com FHC e de R\$8,203 bilhões com Lula.

Veículos e peças – Lucro de R\$4,950 bilhões com FHC e de R\$4,187 bilhões com Lula.

Portanto, de setor a setor, conforme dados levantados pela empresa de consultoria Econômica, é esse o placar extremamente significativo para os que entendem como importante fazer este País desenvolver distribuindo renda.

Além de matérias sobre a diminuição da desigualdade, há ainda as reportagens da semana passada. Trago a nacional e também a do meu Estado. Todos os jornais da semana passada deram informações a respeito dos acordos salariais, divulgando que os acordos salariais negociados no primeiro semestre deste ano batem a inflação, correspondem a um aumento real de salário em 81,9%.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senadora Ideli, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Não quero entrar em números com V. Ex^a, mas, quando V. Ex^a fala em lucros, vou chamar a atenção para uma única empresa, que é a grande responsável pelo desenvolvimento do País, pelo combustível. O petróleo está presente em praticamente toda a economia do País. Por que uma empresa como a Petrobras, que teve R\$77 bilhões de lucro no Governo Lula, aumenta tanto o preço do combustível se ela é uma empresa tão lucrativa? Acredito que o lucro vem do produto que se vende. Então, gostaria de ter essa resposta de V. Ex^a, porque esses aumentos, infelizmente, oneram o custo dos nossos produtos em geral.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Marcos Guerra, caso eu não possa responder à altura, quero deixar consignado, em primeiro lugar, que o preço do petróleo está vinculado ao mercado internacional e segue essa regra. Portanto, todos os contratos e tudo aquilo relacionado com preço estão vinculados ao preço internacional do petróleo. Medidas que poderíamos adotar para fazer uma modificação nos valores dos preços dos combustíveis vendidos dentro do País muitas vezes são impraticáveis, tendo em vista que temos de respeitar os contratos internacionais.

Além disso, infelizmente, a Petrobras teve ações vendidas na Bolsa de Nova York. Durante o Governo Fernando Henrique, essa empresa não foi privatizada, mas parcela significativa de suas ações foi vendida. Por isso, a empresa está também sujeita ao controle dos acionistas minoritários. Tudo isso é levado em consideração na hora de estabelecer as políticas de preço.

De qualquer maneira, o gás de cozinha, que é um produto de consumo das classes de baixa renda, está com seu preço praticamente congelado durante todo o período do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Neste momento, pela alta do petróleo, já deveria ter havido reajustes significativos no preço da gasolina. Portanto, eu gostaria de ficar por aqui, até porque gostaria de terminar minha exposição e já estou sendo acionada.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Peço-lhe apenas um segundo, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não há problema algum em trazer ao debate, em outro momento, a política de preços da Petrobras...

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Mas o Brasil... Veja bem: a Petrobras...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Marcos Guerra, posso ser bem sincera? Não tenho problema em trazer esse assunto ao debate em outro momento, mas eu gostaria de concluir meu pronunciamento. O Presidente é rígido – e está correto em sê-lo –, e quero concluir ainda algumas questões, se V. Ex^a me permite. Peço também desculpas ao Senador Sibá Machado.

Eu trouxe aqui dados referentes à redução das desigualdades; são estudos realizados por renomado cientista político da Fundação Getúlio Vargas. Trouxe

também os comparativos relacionados à lucratividade das empresas, feitas pela consultoria Economática. O Dieese, ao longo da semana passada, divulgou os dados dos acordos salariais, em que 81,9% de todos os acordos salariais negociados no primeiro semestre foram superiores à inflação – portanto, os trabalhadores tiveram aumento real de salário. Se pegarmos os que conseguiram entre aumento real e recuperação da inflação, praticamente a totalidade dos acordos salariais, 95,6% deles, foi celebrada com recuperação da inflação ou com aumento real – 82% como aumento real de salário. Inclusive, no meu Estado, o Dieese fez a pesquisa em Santa Catarina, e os acordos salariais do primeiro semestre são os melhores dos últimos dez anos.

Para concluir, Sr. Presidente, a edição de hoje do jornal **Folha de S. Paulo**, que traz mais uma pesquisa – não quero falar dos números da pesquisa, que é sempre uma fotografia do momento –, mostra o crescimento de dois pontos do Presidente Lula, 1% de crescimento do Alckmin e a redução de 1% da Senadora Heloísa Helena. No entanto, o que merece destaque efetivamente é que, nessa pesquisa, o Governo é visto como bom ou ótimo por 52% dos pesquisados. E o Datafolha aponta que esse índice é o maior desde 1987.

A Folha de S. Paulo apresenta o gráfico das avaliações dos últimos governos, desde 1987, apontando os 52% de ótimo e bom de avaliação do Governo pela população pesquisada, segundo o Datafolha, o que é um recorde. O outro percentual que mais se aproximou desses 52% se deu em dezembro de 1996, de 47% no primeiro mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, se estamos distribuindo renda, se estamos desenvolvendo com lucratividade os setores produtivos de forma significativamente melhor do que no governo que nos antecedeu, se estamos fazendo com que os trabalhadores, nos seus acordos salariais, tenham ganhos, aumentos significativos acima da inflação, nada mais poderia estar acontecendo.

Consigo entender, dessa forma, como uma decorrência natural que a população faça uma avaliação positiva, inclusive com o recorde do último período, desde 1987, das ações do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, são esses os dados, todos de órgãos reconhecidos e avaliados como isentos pela sociedade brasileira, numa demonstração inequívoca de que crescer com distribuição de renda é o caminho que o País escolheu.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Diminui a desigualdade

O mercado de trabalho brasileiro promoveu nos últimos quatro anos uma melhor distribuição de renda. Entre março de 2002 e junho deste ano, a participação dos 50% mais pobres na renda nacional saltou de 10,11% para 12,20%, enquanto a fatia dos 10% mais ricos caiu de 49,12% para 46,89% no mesmo período. Com isso, o Índice de Gini, que mede a desigualdade da renda do trabalho e é melhor quanto mais perto de zero estiver, recuou de 0,633 para 0,600. Outro indicador da melhora é a redução no percentual de trabalhadores pobres, que antes representavam 23,95% da força de trabalho do país e hoje somam 18,57%. Os dados são da Fun-

dação Getúlio Vargas (FGV).

Autor do estudo, Marcelo Neri, ressalta que a redução da desigualdade no mercado de trabalho não é fruto da política de aumento do salário mínimo implementada pelo governo Lula. Segundo ele, a maior parte dessa evolução foi concentrada entre abril e julho de 2004, quando a participação dos mais pobres na renda nacional saltou de 10,50% para 11,62%, o Índice de Gini caiu de 0,626 para 0,609 e os trabalhadores pobres passaram de 23,88% para 19,45% do total. Mas foi justamente em 2004 que o salário mínimo registrou seu menor aumento real. O valor subiu de R\$ 240 para R\$ 260, um aumento de 8,33%. Descontada a inflação de 7,60%, o ganho real limitou-se a apenas 0,77%.

Segundo Neri, em 2005 e 2006, quando o aumento real

do salário mínimo foi de 9% e 13%, respectivamente, não houve redução significativa da desigualdade. "Pelo contrário, o aumento do mínimo tem gerado demissões", afirmou o economista.

Renda média

No período analisado pela FGV, a renda média do trabalhador brasileiro cresceu 5,5%, atingindo R\$ 415 em junho último. Embora ainda ganhem 23 vezes menos que os abastados, foram os mais pobres que tiveram melhor ganho de renda. Entre 2002 e 2006, os 50% mais pobres viram sua renda média crescer 29,5%, de R\$ 59,49 para R\$ 77,03, enquanto os 10% mais ricos tiveram apenas 1,18% de ganho, de R\$ 1.775,23 para 1.796,23. No mesmo período, os 40% intermediários (a conhecida classe média) tiveram 7,75% de ganho real, de

R\$ 342,16 para R\$ 368,69. Segundo Neri, entre 2000 e 2004 o Índice de Gini de todas as fontes de renda (salários, transferências de renda e aposentadorias) recuou de 0,586 para 0,574. "O Brasil saiu da 3ª pior posição para a 10ª. O crescimento econômico, enfim, está reduzindo a desigualdade", afirmou. (MT e LP)

PONTO A PONTO // CARLOS KAWALL

Ajuste fiscal é o desafio

O secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, tem compensado a falta de experiência nos meandros do poder em Brasília com a vivência no mercado financeiro, onde trabalhou por 12 anos. Por enquanto, está se adaptando ao contato periódico com parlamentares e com a *secura do ar na capital*. Ao assumir o Ministério da Fazenda em abril, Guido Mantega convocou o auxiliar na diretoria do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estar à frente da política fiscal e da administração da dívida. Para o secretário, está chegando o momento em que o governo deverá enfrentar a difícil questão do corte de gastos. "O desafio dos próximos anos é um ajuste fiscal com foco, sobretudo, nas despesas correntes. Esse é o ponto", disse ao *Correio*. A seguir, os principais trechos da entrevista.

A trajetória declinante é importante. O superávit fiscal de 4,25% do PIB permite a queda da dívida dentro de parâmetros de mercado. Acreditamos que a dívida em 40% do PIB, por volta de 2011, é um bom número. O perfil melhorou. A parcela atrelada à Selic vai ficar em torno de 40% neste ano, numa redução de 10 pontos percentuais. Em 2007, podemos evoluir para 33% da dívida. Hoje, a parcela de prefixados e dos títulos corrigidos pela inflação é de 52%. No passado, era de 25%. Isso reduziu o risco da dívida. Hoje, uma desvalorização do real de 1% até

diminui o estoque porque somos credores em dólar. O aumento de um ponto percentual na Selic causa um impacto de apenas 0,22%.

Este será o oitavo ano consecutivo de cumprimento da meta de superávit primário. Mas, como todos sabem, o superávit foi pautado por uma forte elevação de receitas. Desde 1996, temos tido aumento de despesas correntes em relação ao PIB em todos os anos, com exceção de 2003. O debate está evoluindo para além da meta primária. Será que devemos continuar no rumo de um resultado fiscal dependente do

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas pedir que V. Ex^a determine à Mesa que me remeta, o mais rápido possível, esse brilhante discurso, feito aqui pela Liderança do PT, em que faz uma apologia do capital e se esquece dos empregados, no exato momento em que a Volkswagen ameaça o fechamento de fábricas.

Em seguida, Sr. Presidente, encaminharei requerimento solicitando informações da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina sobre as indústrias produtoras daquele Estado: indústrias do setor têxtil, do setor de azulejos e, acima de tudo, dos que investem no campo, na agropecuária – a Sadia e todas as empresas que geram emprego naquele Estado, como também do setor de calçados. É um pedido que faço: que a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina me mande um quadro desse mar de rosas em que vive o Estado nesses quatro anos do Governo Lula. Evidentemente, peço que essa cópia seja também remetida para o Presidente do Sindicato dos Funcionários dos Trabalhadores da Volkswagen do Brasil. São pedidos impessoais, apenas cumprindo aqui o meu dever de Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Alvaro Dias.

Eu vou atender V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, com referência à cópia do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Após a fala do Senador Alvaro Dias, concederei a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Solicito a V. Ex^a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra pela ordem a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador, considero bastante relevante pedirmos o detalhamento da

situação não somente no meu Estado, que enfrenta problemas em alguns setores. Não tenho problema algum em fazer o debate aqui. Devemos levar em conta o embargo à exportação da carne suína determinado pela Rússia. Tivemos a agroindústria afetada, sim. Apesar de não haver nenhuma incidência ou qualquer situação delicada no Estado, fomos afetados pela gripe aviária. E temos setores com problemas de câmbio, como o moveleiro e o calçadista, como acontece em outros Estados. Não há problema algum, porque Santa Catarina tem outros setores que acabam compensando. Nós podemos fazer aqui o debate de forma tranqüila, mas acho que valeria a pena ter um levantamento – quero solicitar ao Senador Heráclito que faça isso – para todos os Estados, inclusive para o Estado de S. Ex^a, para que possamos ter o detalhamento.

Já tive a oportunidade aqui, em vários momentos, de detalhar, por exemplo para o Senador Marcos Guerra, sobre a geração de empregos no Estado de S. Ex^a e o crescimento ao longo dos últimos dez anos. Penso que podemos fazer esse debate com tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito, eu não gostaria do debate paralelo em plenário. Gostaria que V. Ex^a apenas registrasse sua opinião a respeito do que disse a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – S. Ex^a me facilita muito as coisas e pode ter acesso ao Governo do Estado do Piauí, que é do PT, ao qual eu não tenho. O Estado do Piauí está vivendo seus piores momentos.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – À Federação V. Ex^a deve ter acesso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Estado do Piauí está vivendo os piores momentos de um Governo de promessas e de factóides, muito parecido com o Governo Federal. De qualquer maneira, eu vou procurar...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito, V. Ex^a está dizendo que as análises e os estudos da Fundação Getúlio Vargas e do Dieese são factóides? É isso que V. Ex^a está dizendo?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu não falei de Fundação Getúlio Vargas.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Porque aí eu só posso lamentar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senadora Ideli.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu falei do Governo do Estado do Piauí. Lá, não tem nada. Portanto, já fica de V. Ex^a aqui a resposta de que o Governo comandado pelo seu Partido no Piauí não fomentou indústria. Vivemos no Piauí a crise da soja, e a indústria passa o seu pior momento. Agora me admira uma Senadora por Santa Catarina fazer a apologia do lucro dos banqueiros e dos industriais no Brasil enquanto o seu Estado passa dificuldades!

Está aí, Sr. Presidente, a justificativa do jantar do Presidente da República hoje com os que mais lucraram no Brasil. Assim é bom se confraternizar, enquanto setores consideráveis da produção no Brasil passam dificuldades. Durma-se com um barulho desses.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias pela Liderança da Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não pedi pelo meu Partido porque sabia que ia falar. Se for, eu peço pela Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas Senador, o Senador Alvaro Dias é o Líder da Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim, mas o Líder do meu Partido aqui está também para me indicar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas V. Ex^a não disse naquele momento, e S. Ex^a tem...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Porque V. Ex^a disse que eu ia falar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu cedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas seria, no caso, o Senador Roberto Cavalcanti do Partido Republicano Brasileiro. V. Ex^a me permita. Deixe-me conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias. E, se V. Ex^a for falar pela Liderança do PFL, eu concederei a palavra a V. Ex^a, com muita satisfação.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná, pela Liderança da Minoria, do PSDB do Paraná.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, por gentileza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO, DE 2006, QUE, RETIRA-

DO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a.

Por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Governador da Bahia e ex-Presidente do Senado Federal, do PFL da Bahia.

Com a palavra V. Ex^a, por dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as minhas primeiras palavras são de agradecimento ao nosso Colega que tanto conquista, em pouco tempo, a amizade e o respeito de todos nesta Casa: o Senador Roberto Cavalcanti. S. Ex^a é uma figura que, realmente, todos nós torcemos para que continue neste Plenário.

Sr. Presidente, estamos diante de uma situação inacreditável: na Bahia, muda-se o candidato sem a Justiça Eleitoral permitir. Jaques Wagner era o candidato e não é mais. O candidato é o Presidente Lula, Sr. Presidente!

Advirto V. Ex^a para chamar a atenção do nosso Tribunal Superior Eleitoral, composto de gente muito decente, principalmente o seu Presidente, Marco Aurélio, para o fato de que todo programa do PT, do primeiro ao último minuto, é de Lula. Lula faz questão de ser derrotado na Bahia e tirou o seu amigo íntimo. Jaques Wagner desapareceu e aparece Lula de corpo inteiro – coisa que, aliás, não é boa – na televisão, durante todo o tempo.

Em segundo lugar, quero dizer que, se aqui estivesse ontem, eu teria respondido ao Sr. Roberto Saturnino, que agrediu a memória de Juscelino Kubitschek, logo nos 30 anos de sua morte, comparando os ladrões do atual Governo ao Governo Kubitschek. Eu reagiria, com todo vigor, e provavelmente, se V. Ex^a estivesse aqui, teria de suspender a sessão.

Infelizmente ou felizmente, eu não estava presente, porque eu não poderia permitir isso de um Senador da República com quem não mantenho relações e que talvez não devesse estar aqui, posto que dividiu seu mandato ao meio com o substituto Carlos Luppi, mas não cumpriu. O processo foi ao Conselho de Ética, e não se fez nada!

Uma advertência para quem comete um crime desse, Sr. Presidente, não é o que desejavam fazer comigo em outra época. Quero dizer a V. Ex^a que não cabe advertência, cabe a perda do mandato. O sujeito, por meio de uma carta, passa metade do seu mandato

para seu suplente. E não cumpriu. É algo totalmente diferente.

Tenho procurado tratá-lo convenientemente, sem amor, mas sem ódio. E ele não deveria fazer isso com o Presidente Kubitschek, que tem seu nome gravado no Brasil, enquanto ele não o tem na Prefeitura do Rio de Janeiro, porque, ao contrário, foi a pessoa mais fraca que saiu da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, acho que é uma vergonha esses números falsos apresentados pela Líder do PT! Eles são falsos, e lê-se no próprio **O Globo** de hoje: “Lula erra na TV: inflação no seu Governo não é a menor, foi menor no Governo Fernando Henrique”. Esse é um dado; outros foram salientados pelo Senador Heráclito Fortes. Tudo é uma farsa, mas uma farsa que beneficia os poderosos.

Ele, que era um torneiro mecânico, pobre, paupérrimo, que veio em um pau-de-arara, janta hoje – ou jantou ontem – com os milionários do Brasil: os banqueiros; com os empresários maiores deste País, ele janta. E, na véspera da eleição, esses jantares têm um significado diferente!

Vejam bem, não se admite mais caixa dois, e esse jantar tem um significado. Por que só agora? Por que tiveram lucros tão grandes? Por que mentem nos números, como diz bem **O Globo**? Por que pediu à ONU para não averiguar a situação de corrupção no Brasil antes das eleições? Está aqui: porque se a ONU viesse verificar, diria que nenhum país, nem mesmo os da África, vive uma situação tão grave quanto o Brasil no que se refere à corrupção; corrupção essa que parte do Palácio do Planalto e segue em todos os Ministérios.

Ora, não é sem razão que ele designa um homem do Ministério da Saúde, um da era dos vampiros, dos sanguessugas para representá-lo no evento da sua campanha. Está aqui também. Hoje, ele indica um sanguessuga para isso.

Sr. Presidente, é uma situação grave esta do País! Este Presidente não toma juízo!

O único dado certo que a Senadora apresentou, com certeza, é o de que aumentou o consumo de bebidas no Palácio do Planalto. Quanto a isso, não há dúvida, ninguém duvida, ninguém contesta, até porque ele diz que gosta de tomar seu uísque, seu vinho e sua cachacinha. É o próprio Presidente da República quem o diz! E é uma pena que não digamos isso no nosso programa eleitoral. Aí vai uma crítica ao PSDB e ao PFL, no caso, de não apresentar fatos graves como esse no programa eleitoral.

Defenderei – e não defendi – o governo Fernando Henrique, comparando-o com o de Lula. Não há comparação possível nem em relação aos números, nem em relação à moralidade! Fiz críticas fortes ao governo Fernando Henrique, mas sua honorabilidade nunca poderá ser comparada à do Presidente Lula ou à de qualquer Ministro do Presidente Lula.

Defendo-o aqui e agora, dizendo que estarei pronto, em qualquer trincheira, para lutar pela moralidade pública do Brasil.

Ontem, eu disse aqui – e alguém duvidou – que Lula fez comentários favoráveis ao governo militar brasileiro. Elogiou o General Emílio Garrastazu Médici, que, segundo o jornal – com o que não concordo –, foi quem mais fez repressão militar no País.

Ainda há mais: no auge da ditadura, vivemos um *boom* de empregos na história deste País, e houve um crescimento de 10% ao ano.

O que dizer de um País que está crescendo apenas 2,5%? É Lula quem o diz: 1970 foi a maior época de empregos, e houve o maior crescimento do PIB brasileiro.

É Lula quem diz que o regime militar teve essas virtudes; e registra outras que, certamente, farei publicar.

Sr. Presidente, cumpro meu dever nesta tribuna, chamando mais uma vez a atenção do Tribunal Superior Eleitoral para o fato de que não se pode mudar candidato a não ser oficialmente. Já tiraram o Jaques Wagner e colocaram o Lula na Bahia. O Governador Paulo Souto pouco se incomodou, porque, com Lula ou Jaques Wagner, ele vai vencer no primeiro turno com uma grande diferença.

Por tudo isso, quero pedir moralidade na administração, decência nas eleições e, sobretudo, que o Presidente da República não se utilize, como certamente vai fazê-lo, de caixa dois, prática que ele tanto condenou, mas que achou natural quando esteve na França. Hoje, ele tem todos os elementos do caixa dois, todos aqueles que respondem a inquéritos, os mais graves, na República, ainda não solucionados, como aqueles do seu Estado-Maior.

Portanto, o Brasil com Lula é uma sede de corrupção do mundo inteiro, é o País mais corrupto que existe no universo.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Petista também fez elogios aos militares

DA REDAÇÃO

Lula também já fez comentários favoráveis a políticas do governo militar brasileiro. Em 29 de agosto de 2002, ano em que foi eleito, ele elogiou o governo do general Emílio Garrastazu Médici, cuja gestão (1969-1974) marcou o período de maior repressão política e policial do regime militar.

Para se contrapor ao que considerava falta de planejamento estratégico do governo tucano de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula disse: "Em 1970, no auge da ditadura, vivemos o maior boom de empregos da história desse país, a um crescimento de 10% ao ano".

A afirmação foi feita em entrevista ao "Bom dia Brasil", da Rede Globo. Questionado sobre as altas taxas de inflação deixadas pelos militares, Lula respondeu: "Não é verdade". O presidente ressaltou, porém, que "não vale a pena viver sem liberdade" e que luta pela democracia.

Em julho de 2001, em Minas Gerais, Lula já havia feito outros elogios a militares: "Eles criaram o pólo petroquímico e empresas de energia", disse.

Texto Anterior: Eleições 2006/Presidência: Alckmin diz que vai usar Forças Armadas no combate ao crime

Próximo Texto: Eleições 2006/Regras do jogo: Justiça restringe imagem de Lula em SP

Índice

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais, ex-Governador das Alterosas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para, mais uma vez, manifestar a minha preocupação com o andamento das obras do metrô de Belo Horizonte, ou melhor, com o descaso do Governo Federal, no que diz respeito à aplicação dos recursos para essa obra, que foi iniciada há cerca de 20 anos.

Minha indignação, nobres colegas, encontra razão quando observamos os valores da execução orçamentária da União, disponíveis no Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro – o Siaf. Chocaria afirmar que, do Orçamento de 2006, um centavo sequer chegou a ser aplicado no sistema ferroviário de transporte urbano da capital mineira. Todos sabem que a proposta orçamentária deste ano só foi aprovada no mês de abril, mas os dados demonstram a pouca liberação financeira para essa obra.

O que verdadeiramente respalda este pronunciamento são os números referentes a Orçamentos de anos anteriores, tendo como referência as obras do metrô de Belo Horizonte. Dos R\$110,7 milhões aprovados para execução em 2005, R\$16,1 milhões foram efetivamente pagos, ou seja, apenas 14% do total foram liberados. Para 2004, estavam previstos investimentos de R\$50,7 milhões, dos quais R\$25,3 milhões, ou 49%, foram pagos. Em 2003, dos R\$60,2 milhões aprovados pelo Congresso, as obras do metrô receberam apenas R\$12,3 milhões, ou seja, um percentual de 20,5%. Portanto, foram repassados 20% em 2003, 49% em 2004 e 14% em 2005, em relação ao metrô de Belo Horizonte.

Destrinchando ainda mais esses dados, tive a comprovação do que havia alertado já em outubro do ano passado, nesta mesma tribuna: o anúncio de que iria investir nas linhas 2 e 3 do metrô de Belo Horizonte era mais uma entre as muitas falácias deste Governo Federal.

A despeito de as obras da linha 1 não terem sido concluídas, a CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, anunciou números espetaculares para o novo trecho: 20 quilômetros de linhas subterrâneas, mais de 20 estações e investimentos de R\$4,5 bilhões. Imaginem quem consegue executar apenas R\$16 milhões dos R\$110 milhões do ano passado vir falar em R\$4,5 bilhões.

Já seria absurdo o Governo Federal falar na construção de uma nova linha subterrânea, sem dar seguimento ao ramal do Barreiro – que beneficiaria, sobretudo, uma das mais populosas regiões da capital – e sem liberar os recursos para terminar a linha 1. Mas absurdo, mesmo, é constatar, pelo Siafi, que essa alardeada obra nada recebeu em recursos da União. Aliás, na proposta para 2005, não havia qualquer previsão de recursos para o novo trecho, que foi incluído a partir de ação da Bancada mineira no Congresso.

Nobres Colegas, Sr. Presidente, não é segredo para ninguém a habitual conduta do Presidente Lula de fazer comparações entre o seu Governo e os Governos anteriores. Hoje, porém, peço licença a ele para lançar mão do mesmo recurso. Faço questão de voltar na História e citar os valores repassados durante as gestões do PSDB no Estado e na Presidência para as obras do metrô de Belo Horizonte.

De acordo com o Siafi, em 1995 – meu primeiro ano como Governador do Estado de Minas –, foi feita a liberação de R\$33,5 milhões dos R\$64,2 milhões previstos no Orçamento – ou seja, 52%. Já em 1997, conseguimos ampliar esse percentual para 76,4%, com investimentos de R\$77 milhões, dos quais R\$60 milhões foram pagos. Em 1998, já no último ano de Governo, foram efetivamente investidos R\$99,1 milhões – 82,2% dos R\$120 milhões constantes na Lei Orçamentária.

Nos primeiros quatro anos de seu Governo, o PT – que há mais de 12 anos comanda também a Prefeitura de Belo Horizonte – conseguiu investir apenas R\$54 milhões nas obras do metrô da capital. Nos quatro anos de sua primeira gestão, o Governo tucano investiu R\$192 milhões. Portanto, foram investidos R\$54 milhões no atual Governo do PT e R\$192 milhões no Governo anterior.

Alguns podem concluir que a União tende a beneficiar os Estados cujos governantes são aliados do poder central, mas não é essa a visão que o PSDB tem. O PSDB não tem esse pensamento mesquinho. Não é segredo para ninguém que nunca foram das melhores as relações entre o meu sucessor no Governo de Minas e o Planalto.

Pois vejam só: o Orçamento de 2000 previa recursos de R\$81,8 milhões, dos quais foram pagos 60,3% – R\$49 milhões. Já em 2001, foram efetivamente aplicados R\$67,7 milhões, ou seja 65% dos R\$105 milhões previstos.

Ainda comparando, em apenas dois anos da sua segunda gestão, o PSDB investiu R\$116,7 milhões no metrô de Belo Horizonte.

Quantas vezes esses investimentos, somados ou isolados, são superiores aos feitos pelo Governo do PT? Quatro, cinco vezes.

O PT, que era extremamente crítico durante o Governo passado em relação a esse metrô, que fazia manifestações e convocava a população para dizer que não era possível essa obra receber tão pouco recurso, consegue, agora, menos recursos ainda para liberação.

Tenho, comigo, uma edição de um jornal de Belo Horizonte, o **Estado de Minas**, de ontem, terça-feira, que diz: “Metrô – desprezado pela União”, mostrando que os investimentos do metrô de Belo Horizonte foram muito inferiores aos de metrôs de outras capitais onde o Governo Federal tem, ainda, a sua responsabilidade, como Recife, Fortaleza e Salvador. Observem que Recife, Fortaleza e Salvador também fazem parte de Estados onde a aplicação de recursos é muito pequena.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ouço, com prazer, o Senador Marco Maciel, do Estado de Pernambuco.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a fere, nesta tarde, um assunto que diz respeito não apenas ao Estado de Minas Gerais e, de modo especial, a sua capital e região metropolitana, como também a outros Estados da Federação, inclusive Pernambuco. V. Ex^a observa, com propriedade, que o atual Governo desconsiderou a construção ou ampliação dos chamados metrôs dos diferentes Estados. Isso se aplica não somente a Minas Gerais, mas a Pernambuco, à Bahia e a muitos outros Estados. Para o caso de Pernambuco, nobre Senador, eu gostaria de chamar a atenção porque, no ano passado, sequer se abriu rubrica no Orçamento para se consignar verba para o metrô. Não fora uma emenda que apresentei, no valor de 60 milhões, que permitiu abrir rubrica, o metrô não teria um real sequer no Orçamento deste ano. O grave é que quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso concluiu sua administração a expansão do metrô de Recife estava prestes a ser inaugurada. Faltava um percentual muito pequeno para ser concluído, mas como em 2003 e 2004 os valores liberados foram insignificantes – e uma marca do Governo Lula é justamente fazer investimentos cadentes em Pernambuco –, o metrô não teve a sua ampliação concluída, o que é muito grave. Neste ano, em função de emenda que apresentei ao Orçamento, foi possível abrir-se uma rubrica. A partir daí, o Governo emitiu uma medida provisória e alocou algo como R\$78 milhões, que estão sendo liberados

em parcelas. Infelizmente, o que V. Ex^a denuncia com relação a Minas se aplica a outros Estados da Federação. Lamento que isso ocorra, porque o metrô é um tipo de transporte de massa que beneficia sobretudo as pessoas de baixa renda. É um transporte que eu chamaria de “primeiro mundo para todo mundo”. Portanto, isso sempre foi uma prioridade. Quando fui Governador de Pernambuco, no início da década de 80, uma das preocupações minhas foi justamente essa questão. Iniciaram-se, então, os primeiros estudos e obras para a construção do metrô, o chamado Metro-rec. Agora, com a ampliação que está sendo feita, vamos passar de 160 mil para 400 mil passageiros/dia, o que vai beneficiar a população mais pobre, sobretudo a que mora na periferia e no grande Recife, e desafogar o tráfego urbano. Na medida em que se usa mais o transporte sobre linhas férreas – como é o caso do metrô –, de alguma forma se reduz o número de linhas de ônibus, que contribuem para congestionar o tráfego na cidade-mãe, Recife, e nas cidades circunvizinhas. O metrô tem inúmeras vantagens. Espero que o apelo de V. Ex^a seja ouvido – e aqui o reforço –, para que se dê prioridade a esse tipo de transporte, até por um reconhecimento do direito que tem o trabalhador a um transporte de melhor qualidade, o que não está sendo assim entendido pelo Governo Federal. E mais: um transporte de melhor qualidade, sobretudo para quem – como são os trabalhadores de mais baixa renda, que moram longe dos estabelecimentos em que trabalham – consomem grande parte do tempo – o que é muito grave – para se deslocarem até o trabalho e retornarem às suas casas. Há capitais em que esse percurso significa quatro, cinco horas de lazer sacrificadas em função do deslocamento para o trabalho, e, às vezes, em condições muito precárias. Portanto, louvo a iniciativa de V. Ex^a em trazer esse assunto na tarde de hoje. Espero que o Governo seja mais atento a esse tipo de transporte tão importante em um País que não somente se urbanizou, mas se metropolizou sobretudo, porque, como sabe V. Ex^a, o processo de urbanização brasileira, especialmente o de migração no Brasil, não foi só um processo campo-cidade, mas das pequenas e médias cidades para as grandes cidades, para as capitais, que se converteram em grandes aglomerados humanos, exigindo, por isso, intervenções muito importantes, não somente no abastecimento, mas no transporte e também na questão de saúde e educação. Era o que tinha a dizer. Cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a, pelo discurso que profere nesta Casa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a, realmente, enriquece este meu pronunciamento, como homem público que é, como Vice-Presidente da República que foi, trazendo

do exatamente a mesma visão do que hoje ocorre em Pernambuco.

Veja V. Ex^a que, no primeiro programa do Presidente Lula, nessa campanha reeleição, ele anunciou que estava investindo nos metrô de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador, quando, na verdade, isso não está acontecendo devidamente. Tanto é que, no programa seguinte, foi dito que havia projetos para a ampliação dos metrô, reconhecendo o erro do primeiro programa.

O fato é que, tirando São Paulo, as outras grandes cidades brasileiras não podem dizer que possuem sistema de metrô. São Paulo tem quatro linhas funcionando, fruto da ação inclusive do Governo do Estado. No entanto, nas demais grandes cidades brasileiras, os metrô ainda são tentativas de transporte de massa, diria. Em Belo Horizonte, não chegamos ainda às 150 mil pessoas. Este número gira em torno de 130 a 140 mil pessoas/dia. O transporte via ônibus, por melhor que seja – considero até que o transporte de Belo Horizonte está acima da média –, não consegue atender a massa de trabalhadores que o utilizam, porque as vias são finitas e, com tantos carros e ônibus que entrem todos os meses nas nossas grandes cidades, a cada dia fica mais difícil.

Belo Horizonte necessita e há muito espera por um metrô de grande extensão, subterrâneo, que facilite a vida de milhões de pessoas que, mensalmente, usam o transporte coletivo em toda a região metropolitana.

Estamos passando por um momento importantíssimo da vida brasileira. Momento em que o cidadão se prepara para ir às urnas escolher seus novos representantes. E é a esses a quem me dirijo agora.

Obras estruturantes, de extremo valor para a população, não podem ficar apenas no discurso. Aqueles que pretendem conduzir o País e, em particular, o meu Estado de Minas Gerais, peço que incluam em seus programas de governo, como o Governador Aécio Neves as incluiu, não apenas as obras do metrô, mas tantas outras que o Estado e o País necessitam. E mais: há a necessidade de empenho para que elas sejam levadas a cabo.

As dificuldades vividas por milhares de trabalhadores, diariamente, gastando parte preciosa do seu tempo dentro de ônibus, em pé quase sempre, não podem passar despercebidas.

O Poder Público não deve e não pode ficar insensível! O tempo perdido no trânsito poderia ser melhor aproveitado no aprimoramento educacional, no convívio familiar, ou no simples lazer.

Ainda na última semana, pude ver, na Avenida Amazonas, em Belo Horizonte, ao me dirigir à cidade de Betim para o comício do candidato à Presidente,

Geraldo Alckmin, pude ver as filas nos pontos de ônibus – filas enormes e ônibus repletos. Ironicamente, acabara de ver o programa eleitoral do PT, em que o Presidente Lula iludia à opinião pública ao propagandar as obras dos metrô de Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e Recife, como mencionei anteriormente.

Como bem demonstrei neste pronunciamento, com números, trata-se de mera propaganda desprovida de base real.

Solicitei ao nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin que, se eleito, dê a necessária atenção ao metrô de Belo Horizonte. Sei que o fará, pelo seu compromisso demonstrado com o metrô de São Paulo enquanto Governador daquele Estado.

Geraldo Alckmin, ao lado de Aécio Neves, em Betim, na grande Belo Horizonte, garantiu essa prioridade, explicitando ainda a importância de o metrô ser estendido de Contagem a Betim, de forma a beneficiar milhares de mineiros, milhares de trabalhadoras e trabalhadores.

Há poucas semanas, abordei, aqui, a necessidade de um plano arrojado de duplicação das principais estradas brasileiras. Não dá para continuarmos apenas com os tapa-buracos; temos de ter uma visão de futuro.

É hora de duplicarmos as principais estradas brasileiras! Algumas delas, Senador João Alberto Souza, ainda são da época de Juscelino Kubitschek. Precisamos que essas obras estejam de acordo com o crescimento do País.

O mesmo arrojado é necessário para enfrentar o problema do transporte coletivo nas grandes cidades, por intermédio do metrô e da duplicação de estradas, entre as grandes capitais.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ouço V. Ex^a, Senador Sibá Machado, com muito prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a chama a atenção do Brasil para a questão da infraestrutura em transporte. Realmente é um apelo nacional. Tem-me chamado a atenção o fato de o Brasil haver priorizado o transporte rodoviário. Nosso País tem um índice pluviométrico bastante elevado, e o intemperismo químico e físico, principalmente no Centro-Sul do Brasil, causam fortes choques de temperatura. Por isso, a resistência de nossas rodovias é, digamos, precária. O Brasil, nesse campo, não copiou o modelo ferroviário nem dos Estados Unidos, nem da Europa. O Brasil, por ser um País continental, não usa o sistema ferroviário. Há também a questão das hidrovias, que também são pouco utilizadas e quase nada discutidas. Passando

para o transporte de cabotagem, soube que também é pouco utilizado. É claro que o transporte de uma carga via rodovia é bem mais confortável, porque se tem maior velocidade, além de a carga ser entregue porta a porta. Por isso, também é bem mais caro. No caso do transporte aquático, temos uma velocidade menor, o tempo no transporte maior e uma capacidade de carga de maior atendimento, o que reduz custos.

É preciso apostar ainda mais. É claro que se pegarmos os grandes eixos rodoviários que temos, veremos que alguns deles têm de ser melhorados, ampliados até, como V. Ex^a coloca. Mas, preocupa-me, por estarmos sempre fazendo um chamamento aqui, preocupados com o transporte rodoviário, caríssimo, cada vez mais caro, e cuja manutenção também é de alto custo. O fluxo do transporte rodoviário do Centro-Sul até compensa ser privatizado, mas quando vamos para o Nordeste, para o Centro-Oeste e para a Amazônia, acho pouco provável que alguma empresa se interesse. A manutenção fica a cargo dos Estados e dos Municípios, os quais têm pouca condição para tal. Então, faço aqui um apelo nacional – no caso das ferrovias e das hidrovias –: que se evite a questão das cargas. Ano a ano o Brasil aumenta sua capacidade de produção no campo. Se Deus nos ajudar, no próximo ano podemos chegar a 150 milhões de toneladas. Haja carreta, haja caminhão para transportar toda essa produção do Centro-Sul até os portos, tendo em vista a capacidade de carga tão reduzida. Então, é o apelo que faço a V. Ex^a: que insistamos na mudança da matriz de transporte do Brasil!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Sibá Machado, agradeço o aparte de V. Ex^a, que, na verdade, vem no mesmo sentido do pronunciamento que ora faço. Já tive a oportunidade de ocupar a tribuna para falar da questão ferroviária. Esta é uma questão em que o Brasil cometeu alguns erros na hora da privatização, mas, no geral, se mostrou acertada. Hoje, a participação do transporte ferroviário na matriz de transporte do Brasil cresceu.

Já estamos perto de 20% do transporte de carga por trem. Era da ordem de 13%. Evoluiu bastante. Uma das estradas não foi bem-sucedida, uma das privatizações; outras foram bem-sucedidas. Não tenho dúvidas sobre a questão do transporte sobre trilhos – e aqui falo do transporte de passageiros – nas grandes metrópoles, do metrô. O Brasil é um País continental. Sempre fui favorável e continuo defendendo que haja investimentos em ferrovias.

Sentimos que o Governo não consegue dar seguimento à questão das rodovias, que não consegue fazer concessões. O Governo Lula não fez uma concessão à iniciativa privada. São três anos e oito meses. Não é mais uma questão ideológica. Sei que o PT já mudou

muito a cabeça, nesse caso até para melhor. Já não tem o preconceito que tinha contra conceder uma estrada à iniciativa privada sob o regime de pedágio. Por que não consegue, então? Não fez nenhuma, não houve nenhuma. V. Ex^a sabe de alguma? Não sei de nenhuma estrada que o Governo tenha, nesses três anos e oito meses, passado para o sistema de pedágio.

A rodovia Fernão Dias, entre Belo Horizonte e São Paulo, tem um trânsito que justifica a utilização de pedágio. O brasileiro já demonstrou que quando vê o resultado do investimento do dinheiro se convence da necessidade de pagá-lo. Não tenho dúvida de que quem paga um pedágio e vê que a estrada está em boa situação, em bom estado, fica convencido da necessidade daquele recurso. O Governo não fez. Não fez com as PPPs também, nas parcerias público-privadas, em alguns trechos onde o custo teria de ser alto demais para ser justificado, sob o ponto de vista econômico.

O Governador Aécio Neves, por exemplo, já está lá com o primeiro projeto de parceria público-privada em andamento. É uma rodovia de Minas, a MG – 50, que liga Belo Horizonte ao oeste mineiro, ao sudoeste mineiro.

Encaminho-me já para o encerramento, Sr. Presidente.

Vejam bem que caminhos existem para a questão das estradas. Sejam as PPPs, seja com recursos da Cide, seja com as concessões. O que realmente tem havido é uma demora muito grande.

Sei também reconhecer – já o fiz desta tribuna –, a questão da BR-040, que liga Belo Horizonte a Brasília, que está prevista. O Governo abriu licitação no último dia 14 de julho. Já consegui por duas vezes que tivéssemos aprovação de emendas de bancada para a retomada dessa duplicação. O Ministro Passos realmente tem acompanhado esse processo e anuncia, por meio do Denit, que agora, em setembro, devem ser iniciadas as obras de retomada da duplicação, de Belo Horizonte até o chamado Trevo de Curvelo, que hoje está parada na cidade de Sete Lagoas e será retomada para a realização de mais cinquenta quilômetros.

Então, sei reconhecer quando é o caminho correto, e o faço sem nenhuma dificuldade. No entanto, é necessário que no caso do metrô tenhamos o mesmo tipo de visão, de mentalidade moderna, de pensamento aberto, de visão que enxergue o futuro. Já tive oportunidade de aqui demonstrar que recursos existem, vindos, como já disse, do Orçamento e da arrecadação da Cide. Também existem alternativas, como as parcerias público-privadas.

Cito ainda, encerrando este meu pronunciamento, a criação, ontem, em Belo Horizonte, da Frente Parlamentar Pró-metrô, que busca trabalhar no sentido de que ao metrô de Belo Horizonte designem as verbas

necessárias. Além disso, que possa ser transferido para a gestão do Estado, como já previsto, ao Estado de Belo Horizonte, da Prefeitura de Contagem. Já existe uma empresa com esse objetivo, a Metrominas, que foi criada quando eu era Governador, há quase oito anos. Essa empresa está criada; entretanto, não se passa o metrô para ela. Por quê? Porque as obras não são devidamente concluídas.

De maneira que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reafirmo a importância de que tenhamos projetos arrojados, à altura deste País imenso que temos, projetos de duplicação das principais rodovias, projetos de metrô para transporte de massa nas grandes cidades, fazendo com que o trabalhador não sofra como sofre hoje e, além disso, seguramente, Senador Sibá Machado, investimentos nas ferrovias, nas hidrovias. Ou seja, uma matriz de transportes que dê ao Brasil as condições de crescer e, nesse sentido, dê emprego a toda sua população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, do Partido Republicano Brasileiro da Paraíba.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar o meu mais profundo respeito a esta Casa, a esta instituição, a V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores. Peço permissão, neste ato, para abordar um tema extremamente delicado.

Vivemos um momento no Senado no qual pairam acusações sobre supostas irregularidades praticadas por companheiros nossos, pelos quais mantenho profundo respeito.

No momento atual, existe uma sensação de desconforto entre nós. Tenho conversado com vários companheiros, e este sentimento é presente, é constante.

Não viemos aqui para julgar colegas. Nossa missão é, antes de tudo, legislativa. Aqui estamos para transmitir os anseios, os problemas e as esperanças da população dos Estados que representamos.

A opinião pública, no entanto, espera de nós não somente a punição dos realmente culpados, mas o fortalecimento de leis que evitem, no futuro, a repetição de tais procedimentos.

Venho hoje, aqui, oferecer a minha colaboração, a minha contribuição.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma responsabilidade do Senado Federal, é uma responsabilidade nossa para com a opinião pública e para com as nossas consciências. Temos de fazer a nossa parte.

O momento político-eleitoral desvia o foco de nossas atenções. Existe uma dificuldade de concentração em matérias que não tenham como tema o processo eleitoral.

Dedicar-me-ei, porém, a falar hoje, neste plenário, sobre um assunto que chamo de “Tríplice Aliança” contra a corrupção. A liberdade de imprensa caracterizei como ponto “a”.

Nada aconteceria, nada faria com que vivêssemos o clima em que vivemos hoje no Brasil se não houvesse a liberdade de imprensa. Graças a ela, conseguimos viver este momento pleno de democracia – democracia com sacrifícios, desgastes, mas momentos de democracia.

Como item “b”, colocamos o fim da impunidade. Sem o fim da impunidade, a população brasileira não acredita em nenhum de nós. O fim da impunidade se faz necessário qualquer que seja o trauma, a consequência.

Como ponto “c”, coloquei a transparência na gestão pública.

Este será o meu foco:

Primeiro, apuração dos fatos – direito absoluto e constitucional de defesa. Todos os acusados devem ter pleno e real espaço de direito à defesa. Não devemos permitir o que chamamos de malhação de Judas em festas de Semana Santa no Nordeste, nas quais um boneco, que muitas pessoas não sabem nem o porquê, está rua e a população apedreja, queima, esquarteja, sem fazer a avaliação devida. Não é isso que queremos.

Em segundo lugar, o que queremos, na verdade, é a punição exemplar dos culpados. É a imagem do Congresso Nacional que está em jogo.

Como terceira medida, sugiro que sejam tomadas medidas no sentido de eliminar, reduzir, limitar a repetição de fatos como esses que têm abalado o Congresso Nacional.

É exatamente para tratar desse último tema que encaminhei à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania três emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, em tramitação naquela Comissão, que tem como pressuposto básico dificultar a má gestão pública. São remédios jurídicos que denominamos de “vacinas contra sanguessugas”.

As propostas visam a alterar a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, com vistas a aperfeiçoar o controle e a transparência das transferências de recursos federais aos Municípios. O objetivo final, ao propor a alteração da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, é reduzir o espaço para o desvio de recursos públicos, por meio da maior transparência e da maior informação à comunidade a respeito dos recursos federais recebidos pelas Prefeituras.

Antes de lê-las, desejo agradecer à Consultoria Legislativa do Senado Federal, que tem feito um trabalho fantástico para esta Casa e, em especial, a este Senador. Ressalto o nome do Dr. Marcos Mendes e do

Dr. Rogério Machado, na elaboração da Nota Informativa nº 915, de 2006.

Agradeço a participação, nesse trabalho, de colaboradores anônimos, tirados do seio dos meus amigos e, em especial, ao Procurador Federal Dr. Antônio Edílio de Magalhães.

Passo a ler as minutas das emendas, Sr. Presidente. Serei bastante objetivo: tratarei apenas das modificações e da justificativa.

A Emenda nº 1 acrescenta o seguinte parágrafo único:

Parágrafo Único. Recebida a notificação, deverá o Presidente da Câmara, por escrito, no prazo de dois dias úteis, levar o fato ao conhecimento dos demais vereadores e fazer fixar uma cópia em quadro de avisos disposto em local de amplo acesso público.

Sr. Presidente, isso visa, fundamentalmente, a que se torne objetiva, de acordo com a lei em vigor, a comunicação ao Presidente da Câmara dos recursos federais encaminhados àquele município. V. Ex^a sabe muito bem que, na maioria das vezes, o Presidente da Câmara é um correligionário do Prefeito, razão pela qual aquela informação se torna fechada dentro de um círculo vicioso e, muitas vezes, é engavetada.

A nossa proposição pretende, exatamente, garantir transparência e tornar público o que está ocorrendo com os recursos federais.

A justificativa da emenda é a seguinte:

Pretende-se, com esta emenda, tornar a aludida notificação mais efetiva, obrigando não só a Administração Pública Federal direta e indireta a notificar as câmaras municipais, no caso de liberação de recursos federais aos municípios, mas também o Presidente da Câmara Legislativa a notificar os outros Vereadores no prazo de dois dias úteis.

A proposta, contrariamente ao que se pode imaginar, não enseja violação da autonomia municipal pela esfera federal, uma vez que recursos federais estão envolvidos, e, nesse caso, pode a Administração Federal estabelecer condições para a sua liberação.

A Emenda nº 2 destina-se à inserção do art. 2º e à transformação do atual art. 2º em art. 3º.

Art. 2º O Art. 3º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º As Câmaras Municipais, através dos seus respectivos Presidentes, representarão aos órgãos de controle externo e ao Ministério Público competentes o descumprimento do estabelecido nesta Lei, sem prejuízo da faculdade de representação por qualquer interessado.

O que isso significa? Que qualquer cidadão pode informar o não-cumprimento do que está previsto em lei.

É a seguinte a justificativa dessa emenda:

Esta emenda vem reforçar o comando legal já existente. Primeiro, imputando diretamente ao Presidente da Casa legislativa a responsabilidade de representação aos órgãos de controle externo competentes. Segundo, incluindo a obrigatoriedade de representação também ao Ministério Público. Por fim, a nova redação reforça a importância do controle social, quando torna expressa a possibilidade, antes tácita, de representação, por qualquer interessado, do descumprimento da Lei nº 9.452, de 1997.

Finalmente, Sr. Presidente, a terceira emenda acrescenta ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, que estabelece:

Art. 2º A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 3º-A. A não-observância do disposto nos artigos antecedentes importa em causa de rejeição de conta e em ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Isso significa, Sr. Presidente, que haverá dupla caracterização de descumprimento da lei e dupla punição. A lei atual simplesmente dá a atribuição de fazer, mas não cria nenhum instrumento de punição para o não-fazer.

Da justificativa técnica, destaco o seguinte trecho:

[...] *constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições e, notadamente, conforme o inciso II, vise retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício.*

Essas três emendas consolidam um pacote de medidas que visam exatamente a eliminar fatos como esses que estão ocorrendo em nosso País, no presente momento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essas eram as minhas indicações de vacinas contra a corrupção.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que faça constar dos Anais do Senado a Nota Informativa nº 915, de 2006, bem como o teor das minutas de emenda que acabo de encaminhar à Casa.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

NOTA INFORMATIVA Nº 915, DE 2006

Em atendimento à STC nº 200604806, do Senador ROBERTO CAVALCANTI, que solicita elaboração de proposição para alterar a Lei nº 9.452, de 1997, com vistas a aperfeiçoar o controle e a transparência das transferências de recursos federais aos municípios.

Em atendimento à solicitação em epígrafe, e nos termos combinados em reunião com o Senhor Senador, enviamos, em anexo, minutas de emendas ao PLC nº 5, de 2005.

Aproveitamos a oportunidade para enviar, também, artigo da série Texto para Discussão, editado pela Consultoria Legislativa, que trata de tema correlato ao da proposição em questão.

O objetivo final do Senhor Senador, ao propor alterações à Lei nº 9.452, de 1997, é reduzir o espaço para o desvio de recursos públicos, através da maior transparência e maior informação da comunidade a respeito dos recursos federais recebidos pelas prefeituras.

Outra frente de batalha contra a corrupção seria alterar a Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990), para tornar o efetivo o comando constitucional que determina a proteção da probidade administrativa, da moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato (CF, art. 14, § 9º).

O problema básico da Lei de Inelegibilidade é que ela torna inelegível apenas o candidato condenado em última instância (com trânsito em julgado). A lentidão da justiça e as inúmeras possibilidades de recursos abrem espaço para que criminosos contumazes possam se eleger. Diversos projetos buscam alterar essa realidade, mas não têm obtido sucesso dentro do parlamento. Talvez esse seja um momento oportuno para reavivar a discussão.

Consultoria Legislativa, 16 de agosto de 2006.


Marcos Mendes
Consultor Legislativo


Rogério Machado
Consultor-Legislativo

MINUTA DE EMENDA Nº 1**MINUTA DE EMENDA Nº 2****MINUTA DE EMENDA Nº 3**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, eram estas as minhas indicações de “vacinas” contra a corrupção.

Senhor Presidente, peço que faça constar dos Anais do Senado, a Nota Informativa nº 915, de 2006, bem como o teor das minutas de emendas. Muito obrigado.

EMENDA Nº
(ao PLC nº 5, de 2005)

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, renumerando-se os demais:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 1º**

Parágrafo único. Recebida a notificação, deverá o Presidente da Câmara, por escrito, no prazo de dois dias úteis, levar o fato ao conhecimento dos demais vereadores, e fazer fixar uma cópia em quadro de avisos disposto em local de amplo acesso público. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Pretende-se com esta emenda tornar a aludida notificação mais efetiva, não só obrigando a administração pública federal direta e indireta a notificar as Câmaras Municipais no caso de liberação aos municípios de recursos federais, mas obrigando também o Presidente da Casa Legislativa a notificar os outros vereadores, no prazo de dois dias úteis. A proposta, contrariamente ao que se pode imaginar, não enseja violação da autonomia municipal pela esfera federal, vez que recursos federais estão envolvidos e, neste caso, pode a administração federal estabelecer condições para a sua liberação.

Sala da Comissão,

Senador ROBERTO CAVALCANTI

EMENDA Nº
(ao PLC nº 5, de 2005)

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

Art. 2º O Art. 3º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** As Câmaras Municipais, através dos seus respectivos Presidentes, representarão aos órgãos de controle externo e ao Ministério Público competentes o descumprimento do estabelecido nesta Lei, sem prejuízo da faculdade de representação por qualquer interessado. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda vem reforçar o comando legal já existente. Primeiro, imputando diretamente ao Presidente da Casa Legislativa a responsabilidade de representação aos órgãos de controle externo competentes. Segundo, incluindo a obrigatoriedade de representação também ao Ministério Público. Por fim, a nova redação reforça a importância do controle social quando torna expressa a possibilidade, antes tácita, de representação, por qualquer interessado, do descumprimento da Lei nº 9.452, de 1997.

Sala da Comissão,

Senador ROBERTO CAVALCANTI

EMENDA Nº
(ao PLC nº 5, de 2005)

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, renumerando-se o atual art. 2º para 3º:

Art. 2º A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“**Art. 3º-A.** A não observância do disposto nos artigos antecedentes importa em causa de rejeição de contas e em ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.”

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de fortalecer a transparência e os controles sobre as transferências de recursos federais aos municípios, esta emenda traz ao descumpridor dos mandamentos inculpidos nos artigos anteriores da Lei que se pretende modificar a sanção de rejeição das contas, o que, conforme a Lei Complementar nº 101, de 4 e maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu art. 25, § 1º, inciso IV, alínea “a”, é uma das condições que, não cumpridas, impede o ente federado de receber transferências voluntárias. Além disso, a não observância do disposto nesta Lei teria como resultado a declaração de improbidade administrativa do ato, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o qual dispõe que *constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente, conforme o inciso II, vise retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.*

Sala da Comissão,

Senador ROBERTO CAVALCANTI

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já tinha apresentado, há vários dias, uma solicitação para fazermos uma sessão em homenagem a Juscelino Kubitschek pelo passamento dos 30 anos de sua morte, que ocorreu ontem.

Não pude estar presente à sessão de ontem, mas quero deixar registrado meu apreço e minha admiração pelo Presidente Juscelino Kubitschek, lamentando a infelicidade do Senador Roberto Saturnino por ter criticado o Presidente Juscelino exatamente ontem, quando estávamos lembrando os 30 anos de sua morte, lamentando os trinta anos que passamos sem a presença de Juscelino Kubitschek. Ele foi um dos maiores mineiros que tivemos. Foi também um Presidente democrata, um Presidente de visão e um homem que deve servir sempre de exemplo para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa registrará a intenção de V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje quero falar sobre empresas que geram emprego ou segmentos que geram emprego de forma intensiva. Não quero comparar o crescimento do Brasil, que realmente foi pífio, com os países emergentes, como a China, que cresceu 9%; a Índia, em torno também de 9%. Não quero comparar também com os países da América do Sul: o Chile cresceu 6%, a Venezuela, 9,1%, o Uruguai, 6,10%, a Argentina, nossa vizinha, 9%. Esta é a década para os países emergentes crescerem, e o Brasil está perdendo esta oportunidade de

crescer. E olha que o nosso Brasil é um país que tem toda a capacidade para crescer.

Recentemente, a CNI fez uma pesquisa em 26 segmentos industriais do País e constatou que somente cinco cresceram. Eu poderia aqui citar vários segmentos, eu poderia falar da cerâmica, da panificação, do setor de alimentos, dos setores gráficos, mas falarei somente de dois: o moveleiro e o de vestuário, que são segmentos que empregam mão-de-obra de forma intensiva.

O setor moveleiro vem enfrentando grandes problemas, Senador César Borges. Tem no País 16.500 empresas, chegando próximo de 30 mil se somarmos as informais, e emprega 300 mil pessoas no Brasil.

No Estado do Espírito Santo, temos um pólo de vestuário forte. Cito, aqui, junto com vestuário e têxtil, o setor moveleiro, porque no Espírito Santo ele está sofrendo, e muito, com a crise em nosso País. É um setor que, no primeiro semestre, já reduziu em torno de 9% a sua produção, e em 11% as exportações; um setor que teve, no primeiro semestre deste ano, 12% de redução de empregos.

Num comparativo de 2002 com 2004, esse setor praticamente dobrou as suas exportações. E, neste primeiro semestre, já tem uma redução de 16%, se comparado ao exercício de 2005. Recentemente, conversei com o Presidente da Abimóvel, Domingos Rigoni, um grande empresário do Espírito Santo, que disse que a perspectiva de crescimento deste ano é zero.

Agora, a coisa que mais me chama a atenção é que é um setor que, para gerar um único emprego, basta investir uma média de R\$10 mil, e o Governo não lhe dá atenção. Hoje, quase que 98% da matéria-prima desse setor, principalmente no Estado do Espírito Santo, vem de reflorestamento com o eucalipto e o pinho. Quer dizer, é um setor que trabalha de maneira ecologicamente correta. E o Governo também não tem dado atenção a esse quesito nesse setor.

Quero falar do setor têxtil. Em 1990, esse setor, junto com o de confecção, gerava 2 milhões e 950 mil postos de trabalho em todo o País; em 2000, 1 milhão 873 mil postos de trabalho; em 2002, 1 milhão 734 mil postos de trabalho. Em 2006, esse número caiu para 1 milhão e 650 mil postos de trabalho, uma queda que, se comparada a 1990, chega a 44% dos empregos gerados no setor.

A previsão para 2010 é de que o setor têxtil/vestuário chegue a 944 mil postos de trabalho – dados da Abit, Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, entidade da qual faço parte. Isso significa menos 43%, se comparado a este ano. E o Governo não tem feito nada para socorrer esses dois setores,

que estão presentes praticamente, Senador Roberto Cavalcanti, em todo o País.

A indústria do vestuário, Sr. Presidente, é responsável pela maior interiorização do emprego no País. Ela está presente no Estado de São Paulo, onde cito o Bom Retiro e o Brás; em Santa Catarina, no Vale do Itajaí; no Paraná; na Bahia do Senador César Borges; no Ceará; no meu Estado do Espírito Santo, onde é um setor altamente representativo, com cinco pólos de vestuário: em Vila Velha, em Cachoeiro, em Linhares, em Colatina, representando 21% da força de trabalho daquele Município, e em São Gabriel da Palha, representando 32% da força de trabalho daquele Município. Nós temos pólos em Goiânia, no Estado de Goiás, e em Minas Gerais. Em Pernambuco, temos dois grandes pólos que ficam em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Temos também na Paraíba.

Enfim, é um setor que está presente praticamente em todo o País. Mas o que é mais curioso é que é um setor que, para gerar um único emprego, investe menos de R\$9 mil na média, enquanto nos setores petroquímico, de celulose, de mineração, de petróleo e de gás, para gerar um único emprego, fala-se em investimento em torno de R\$2 milhões. Temos exemplos, no nosso Estado, de grandes plantas que foram construídas com investimentos superiores a até R\$2 milhões para gerar um único emprego. E os setores do vestuário e moveleiro, com investimento médio de R\$9 mil, geram um único emprego. Mas o Governo Federal não tem prestado atenção a esses segmentos.

Recentemente, estive no gabinete do Presidente da República com representantes da Abit e vários empresários, em que esteve presente a Senadora do PT Ideli Salvatti. Os setores do vestuário e têxtil foram mostrar ao Governo Federal a dificuldade que estão enfrentando em nível nacional e internacional. Pedimos ao Governo Federal um socorro. Falamos que a “luz vermelha” estava acesa nesses setores.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – É um privilégio ter V. Ex^a na tribuna do Senado, porque V. Ex^a tem a competência e o foco de visão empresarial de que o Brasil tanto necessita. É muito difícil ouvir discursos nesta Casa que tenham exatamente o foco nas dificuldades empresariais. Conversava há poucos segundos com o nobre Senador Sibá Machado sobre a existência de um hiato, de algo que não funciona na informação entre a base empresarial e o Presidente Lula. Acredito nas boas intenções do Governo, o meu Partido faz parte da base aliada do Governo, mas

não posso deixar de me acostar às preocupações de V. Ex^a. Cito um exemplo que mostra que essa assessoria, essas pessoas da base econômica do Governo que cercam o Presidente têm essa dificuldade: é exatamente esse clima, transmitido magistralmente pelo nobre Senado, em que há uma angústia da base empresarial brasileira, porque os números são fantásticos, mas beneficiam uma elite empresarial, alguns segmentos específicos da economia brasileira que vivem, no presente momento, um clima de euforia. Mas isso não representa a base do pensamento e da circunstância vivida pela classe empresarial brasileira. Cito o caso específico do recente veto do Presidente Lula ao Refis, que se tratava de um anseio do Brasil, de um anseio da base trabalhadora, da base empregadora, patronal. Por quê? Pela sobrevivência das empresas. Hoje, na modernidade do relacionamento entre patrão e empregado – existe isso de uma forma fantástica hoje –, todos anseiam pela sobrevivência das empresas. Houve uma decisão tomada por larga maioria na Câmara Federal, que representa o pensamento brasileiro, uma decisão tomada por quase maioria absoluta desta Casa, que representa o pensamento dos Estados. Isso foi desrespeitado integralmente. Houve um simples veto. Dois ou três assessores chegaram ao ouvido do Presidente da República e disseram: “Vete, porque isso vai criar um vício de mau pagador”. Não, Sr. Presidente, esse era um anseio desta Casa, que aprovou a matéria quase por maioria absoluta – se não me engano, houve somente quatro votos contrários; o restante da Casa votou favoravelmente –, e o veto talvez seja uma desmoralização do Senado, porque representamos os anseios dos Estados deste País, e a Câmara Federal é a representação do povo brasileiro. As duas Casas aprovaram a matéria de forma maciça – não se tratou nem de assunto polêmico –, e houve o veto, simplesmente porque a assessoria econômica do Governo Federal induziu o Presidente ao erro. Conversava, com a maior intimidade, com o Senador Sibá Machado, que faz parte mais profundamente do Partido e da base do Governo, e lhe dizia que o Presidente Lula precisa ouvir a classe empresarial brasileira para que não se tomem medidas inadmissíveis como esse veto. Existe, sem dúvida, um hiato entre o interesse da Nação brasileira e o pensamento do Presidente.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Senador Roberto Cavalcanti, o meu pedido hoje, desta tribuna, não faço somente ao Presidente da República. Represento entidades empresariais, e qualquer Senador desta Casa pode perguntar, no seu Estado, a representantes desses dois segmentos – e até incluo, Senador, o setor calçadista também – e ouvirá que estão enfrentando a maior crise das últimas décadas.

Conheço empresários da indústria de calçados que acabaram com as suas fábricas e terceirizaram a produção na China com a sua marca. Hoje, eles estão importando produtos. Terceirizaram a fábrica e a mão-de-obra e, hoje, estão simplesmente vendendo a sua marca aqui no País. Trata-se também de setor que, com investimento médio de R\$8 mil a R\$9 mil, gera um emprego.

Sei que a indústria de vestuário, principalmente a indústria de confecção, não tem cultura exportadora, Senador Sibá Machado, porque é um setor em que praticamente 98% das empresas são micro e pequenas. Não é fácil incentivar, Sr. Presidente, uma microempresa a exportar, mesmo com as facilidades que, às vezes, existem no Governo Federal, com a Apex e tudo o mais, mas eles não vão. Geralmente, eles trabalham, no máximo, com um ou dois Estados da Federação.

Com relação a esses setores, o que o Governo deve fazer? O que o Senado Federal deve fazer? O que o Congresso Nacional deve fazer? Temos que criar uma musculatura para essas empresas, principalmente para esses pequenos empresários desses três segmentos a que me referi, principalmente vestuário e calçadista, para que eles realmente possam enfrentar a globalização. Os números mostram que houve 43% de redução de emprego nos próximos quatro anos. Um Governo que tem como meta principal a geração de empregos deve ficar atento a esses segmentos que estão realmente morrendo.

O Brasil tem recebido grandes redes, grandes magazines do mundo todo que têm se instalado no País, muitos dos quais importam os seus produtos e desprezam a produção nacional. Temos de ficar atentos a esses detalhes, porque, senão, esses setores vão acabar. Aí, acaba a interiorização do emprego.

Senador César Borges, o emprego da indústria do vestuário é diferente, porque mais de 70% são mulheres, sem formação acadêmica, com idade um pouco avançada. São funcionários muitas vezes discriminados no comércio e em certas indústrias, em certos segmentos da indústria brasileira. Trata-se, realmente, de um setor que tem um papel social muito importante. Trata-se de um setor que, realmente, precisa ser ouvido, precisa ser trabalhado.

Sr. Presidente, aproveito para pedir um pouco mais de tempo.

Concedo um aparte ao nobre Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Marcos Guerra, concordo plenamente com V. Ex^a e o parabenizo pelo seu pronunciamento. Essa sua preocupação é a de todos nós, à exceção do Partido dos Trabalhadores e

da Senadora Ideli Salvatti, que pintam um quadro róseo para o País, ou da propaganda eleitoral do Presidente Lula. Mas sabemos que isso não é verdade.

A crise é profunda. O que nós verificamos é que quem cresce economicamente é quem pode e tem capacidade de exportar para mercados extremamente compradores, francamente compradores, como a China, que está absorvendo muita matéria-prima. Mas a China processa a matéria-prima e coloca produtos aqui no Brasil por preços com os quais não podemos competir por conta do custo Brasil. Não conseguimos aprovar, por exemplo, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, porque o Congresso Nacional...

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – ...não tem avançado.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – ...não tem avançado. A Base do Governo não apóia a aprovação dos projetos, há uma verdadeira obstrução por parte da Base do Governo na Câmara dos Deputados. A reforma tributária, que deveria desonerar a produção, principalmente para o pequeno e o médio industrial, não existe. A reforma tributária, durante quatro anos, se resumiu à desvinculação da receita da União e a manter a CPMF e a Cide. Foi só isso. Não avançamos numa distribuição mais justa para que a produção pudesse ser desonerada. Então, aquilo a que assistimos é o que V. Ex^a traça aí. Nós temos problemas na indústria têxtil, na calçadista, na de vestuário. Isso se verifica também na Bahia, onde diversas empresas estão fechando. Só aqueles setores mais concentrados em capital, como o petroquímico, o de petróleo, o de minério e o de aço é que podem disputar, com alguma vantagem, o mercado internacional. Há o crescimento de uma indústria muito intensiva em capital, mas não geradora de mão-de-obra. Ou seja, não vamos empregar as pessoas mais humildes. Se hoje são 11,5 milhões de famílias recebendo o Bolsa Família, vamos para vinte milhões. Vamos, daqui a pouco, arrecadar impostos apenas para colocar no Bolsa-Família, deixando de fazer investimentos. V. Ex^a cobra do Governo uma política.

Não há essa política. Não há uma política industrial brasileira. O Ministério do Desenvolvimento Industrial simplesmente fica acompanhando as exportações. Muitas dessas vantagens da Balança Comercial vêm do setor agroindustrial. Será que esse setor agroindustrial, esse setor do agronegócio, está sendo apoiado? Não existe uma política. Existe, na verdade, uma política de juros altíssimos. Quem for descontar uma duplicata hoje vai pagar juros de quase 50% ao ano. Será que alguma pequena e micro empresa consegue sobreviver? Não consegue.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Com certeza não.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a está cheio de razão. Parabeno-o pelo pronunciamento.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Peço ao Sr. Presidente mais um tempo para poder concluir.

Tenho um pedido a fazer, mas não me dirigirei apenas ao Presidente Lula, mas aos nossos futuros presidentes: que se sensibilizem com a causa dos segmentos que geram emprego de forma intensiva.

O Senador César Borges citou o Bolsa-Família. Não pretendia citá-lo, mas, aproveitando o gancho, quero dizer que com muito pouco investimento, Senador, geram-se muitos empregos. Com uma média de R\$ 8 mil geram-se empregos. Seria o maior pacote assistencialista do País sob a forma de geração de emprego. É preciso olhar realmente para os setores que geram emprego. Hoje fiz referência a dois setores, mas há mais.

Recentemente, quando estivemos no gabinete do Presidente da República, fizemos um pedido: que todo contrabando que entrasse no Brasil, que todas as mercadorias que entrassem no Brasil de forma ilícita fossem incineradas em vez de serem vendidas em leilões.

Muitas vezes são apreendidas as cargas de navios vindos da Ásia, principalmente confecções vindas da China. De modo geral, são produtos subfaturados que depois vão a leilão. Quer dizer, eles vão para o mercado, Sr. Presidente, tomar postos de trabalho. Então, o ideal seria queimá-los, porque a Nação não perde nada com isso, aliás, ela ganha, porque é mantido o emprego nacional. Esse foi um dos pedidos.

Recentemente se leu o seguinte na **Folha**: “Polícia Federal e Receita prendem suspeitos do maior esquema de fraudes com importação”. Só de tributos, perderam-se mais de quinhentos milhões de reais em decorrência da sonegação possibilitada por importações fraudulentas. Então, produtos apreendidos nessas circunstâncias têm de ser incinerados, não podem ser jogados no mercado.

Meus Senadores, se chegarmos a nossos Estados e observarmos esses segmentos, tenho certeza de que esta passará a ser a bandeira de todos nós: a geração de empregos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Marcos Guerra, gostaria de apartear-lo. Sr. Presidente, V. Ex^a me concede um minuto?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O Presidente vai permitir?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Sim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigado. Eu não ia fazer aparte, mas agora, no final, me senti tentado. Estava procurando aqui uma matéria de jornal, mas não consegui encontrá-la. A minha intenção era reprimir os fundamentos do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.

A Senadora Ideli Salvatti citou aqui dados da Fundação Getúlio Vargas e de outras instituições que constantemente fazem estudos sobre o comportamento de nossa economia. Todos nós concordamos com o que V. Ex^a traz na tarde de hoje, pois temos uma situação colocada no Brasil que não é de hoje, é histórica: precisamos tentar acertar o passo de nossa economia frente à aceleração da globalização e a outros cenários que nos são impostos. Nas negociações internacionais de que o Brasil participa, insiste-se, em todas as rodadas, para que seja diminuída ou suprimida a carga de subsídios da economia. Isso é negociado, em primeiro lugar, com produtos da agricultura. Agora estamos ainda mais preocupados, porque, na constituição dos blocos econômicos, são muitos os itens em relação aos quais os países exigem a contrapartida de nossa parte no sentido de desonerar as exportações e importações. Então, para que vendamos determinado produto, somos obrigados a aceitar alguns outros em determinadas condições. Acontece que parte do crescimento da China é baseada em baixos salários, inclusive, algum tempo atrás, foi denunciada a utilização da mão-de-obra de presos nas indústrias chinesas, o que barateava, e muito, os custos de produção. Trata-se de um país que não hesita minimamente em copiar, a tecnologia chinesa é acusada de copiar o tempo inteiro. A China não mostra preocupação em relação à distribuição de uma massa salarial mínima, básica. O nosso País tem essa preocupação.

Neste cenário, alguns setores avançaram, mas outros não conseguiram avançar. A preocupação que V. Ex^a traz aqui merece a nossa consideração. De fato, precisamos nos esforçar para dar as mãos aos setores que não estão encontrando alternativa no meio dessa situação toda, e o Governo tem de se esforçar também. No meu entendimento, o Brasil está caminhando para o equilíbrio de sua economia, e todos os setores industriais haverão de ser contemplados. No meu entendimento – e isso será motivo de meu pronunciamento daqui a pouco –, é preciso que fique claro o que vai acontecer no Brasil a partir do ano que vem. Queremos saber o que o Presidente Lula vai anunciar, a partir do final desta semana, tendo em perspectiva um segundo mandato. Num segundo mandato, que caminho será adotado no Brasil? Isso diz respeito diretamente

à questão do crescimento com distribuição de renda. Concordo que há setores que não foram bem assistidos, que estão, digamos assim, com dificuldades, como o de calçados, que enfrenta produtos da China, da Itália e de outros países, que têm um *design* também aceito no mundo inteiro, mas com um custo de produção muito mais baixo. Além disso, com o valor do dólar hoje no Brasil, essas indústrias não conseguiram competir. Isso realmente merece um estudo de nossa parte, mas não penso que devamos colocar o Bolsa Família nessa discussão porque é outro assunto.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – De forma alguma.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Também entendo que o caminho do Brasil para os próximos dez anos é apostar em pequenas e médias empresas mesmo, porque a grande empresa trabalha com uma capacidade de tecnologia tão alta, que dispensa cada vez mais mão-de-obra. E são as pequenas empresas que têm gerado as oportunidades de trabalho, e é nelas que o Brasil deve concentrar seus esforços daqui para a frente para que tenhamos maior equilíbrio de participação entre todos os setores.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço mais dois minutos para encerrar.

Concluindo, quero dar o exemplo da Índia, que criou o Ministério das Confecções. O Brasil tem que criar políticas voltadas para esses segmentos se desejar que eles realmente continuem a gerar emprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que V. Ex^a me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Marcos Guerra.

Srs. Senadores, vou conceder a palavra agora aos Senadores inscritos para uma comunicação inadiável. Primeiro, ao Senador Sibá Machado e, depois, ao Senador Heráclito Fortes.

Senador César Borges, concederei a palavra a V. Ex^a imediatamente após a fala desses dois Senadores. O tema que o Senador Marcos Guerra trouxe era bem interessante, o que suscitou uma série de apartes e a conseqüente prorrogação do tempo, pois eu não poderia conceder a S. Ex^a somente 10, 15 minutos. S. Ex^a extrapolou o tempo falando por mais de 30 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, inscrito para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como eu havia dito no aparte ao pronunciamento do Senador Marcos

Guerra, o que me chama atenção, na tarde de hoje, é a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que deverá ocorrer amanhã.

No Conselho, há a participação do Governo, das entidades de representação de classes, tanto patronal quanto de trabalhadores, e de diversas organizações da sociedade civil. Amanhã, nessa reunião, vai se tratar de um ponto que foi o motivo de meus pronunciamentos, feitos da semana passada para cá. O Presidente Lula também participará dessa reunião, em que se vai debater um texto, escrito pelo BNDES, pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, denominado “Plano Estratégico de Crescimento com Distribuição de Renda”. Esse é o título do documento que vai ser debatido amanhã, que propõe, para os próximos quinze anos, que essa deve ser a orientação da economia e do Governo do Brasil.

É um plano estratégico de desenvolvimento que perpassa o mandato de um Governo. Como há uma eleição agora, sabemos que quem vencer a eleição haverá de debater o assunto a ser apresentado, como sugestão, amanhã por esse Conselho.

E diz mais, Sr. Presidente: trabalhar o crescimento econômico com as mudanças nas taxas de juros, nas metas de superávit primário, na redução do Índice de Gini e procurar sempre levar em consideração agora grandes investimentos na área da infra-estrutura do País, visando seu crescimento, mas também garantindo a distribuição de renda.

Vejam bem que o documento remete a um debate no período de 2007/2008 a 2022. Prevê-se crescimento econômico brasileiro de 6% ao ano – é essa a meta a ser alcançada a partir de 2008 – e com investimentos básicos no setor produtivo e na infra-estrutura.

Eu até gostaria de estar na reunião amanhã, mas estarei impossibilitado. Todavia, ficarei atento e tentarei ter acesso, inclusive, ao resultado desse documento para que, semana que vem, voltemos novamente ao debate, nesta Casa, sobre essa linha de pensamento do nosso Governo hoje. No meu entendimento, esse é o caminho que levará o Brasil a sua verdadeira independência a partir do ano de 2022, Sr. Presidente.

Outro tema que gostaria de tratar refere-se às negociações com a Bolívia. Por que os índios guaranis ameaçaram fechar o fornecimento de gás ao Brasil?

É que consta do consórcio formado pela Petrobras, Repsol YPF e Total – empresas que administram o empreendimento do gás na Bolívia – cláusula que prevê investimento de US\$9 milhões para aquela comunidade. Segundo o Presidente da Petrobrás, esse investimento é verdadeiro e tem prazo contratual de 20 anos para ser concluído – não é algo que se realize imediatamente. Como amanhã deverá vir aqui

do Vice-Presidente da Bolívia, Garcia Linera, esse deverá ser um dos assuntos tratados. O Presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, nos diz que nada impede a Petrobras de antecipar esse investimento de US\$9 milhões. Portanto, não deve haver nenhuma preocupação quanto ao corte no fornecimento do gás da Bolívia para o Brasil.

Sr. Presidente, um outro assunto diz respeito à Volkswagen. Tentei entrar em contato com o Presidente do Sindicato do ABC, Sr. José Feijó, e não consegui. Todavia, tive acesso a diversos documentos que estão na Internet. Um deles mostra a versão mais ligada à empresa; o outro, a versão mais ligada ao sindicato.

A empresa diz aqui que o seu plano de reestruturação, de 1996, prevê o enxugamento ou até o fechamento da unidade do ABC.

O sindicato, em dez anos, tem buscado negociações, para evitar essa política da Volkswagen.

A Volkswagen se reunirá neste final de semana, em sua matriz, para decidir os novos investimentos da empresa. O sindicato, por sua vez, tenta negociar a inclusão da unidade do ABC nesses investimentos.

A empresa propõe um remédio muito amargo. Analisei os dados, trata-se de um remédio extremamente amargo! Não dá para se tomar esse remédio; seria como se pulássemos de uma frigideira para o fogo, Sr. Presidente.

Veja o que diz.

Hoje a unidade da Volkswagen no ABC conta com 12.400 operários. Doze mil e quatrocentos! A empresa pretende que haja um corte imediato de 3.672 postos de trabalho. Além da demissão de 3.672 empregados, exige também o corte no reajuste de participação do plano médico, o corte no Programa de Participação nos Resultados – parece-me que seria participação nos lucros –, uma reconsideração no banco de horas e que haja um novo acordo na tabela salarial.

Portanto, o que a empresa propõe ao sindicato é demissão e, para os que ficarem, corte nos salários e nas garantias negociadas anos a fio.

O sindicato, a meu ver, está reivindicando que a matriz da Volkswagen, na Alemanha, aceite a proposta dele: colocar novos modelos para serem industrializados naquela unidade e mudar o que foi considerado pelo sindicato uma administração maluca, anterior, que errou muito na condução do seu programa de trabalho e que investiu recursos erroneamente. Hoje, a empresa paga por uma incapacidade de lucros que ameaça os trabalhadores.

Digo a V. Ex^a com convicção que, neste momento, o sindicato está correto. Há uma situação a ser negociada neste final de semana. O sindicato reabriu as negociações: deve manter durante a quinta e a sexta-feira

as negociações com a direção da empresa; no sábado, deve haver uma assembléia da categoria na porta do sindicato, esperando que na reunião de sábado ainda, que ocorrerá na Alemanha, a empresa reconsidere o seu plano de reestruturação e garanta as oportunidades de trabalho para esses operários.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pode conceder, Sr. Presidente? Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em primeiro lugar, V. Ex^a faz um pronunciamento em caráter pessoal ou como Líder do Governo? Se for como Líder do Governo, gostaria de saber oficialmente qual é a posição do Governo com relação a isso, se está do lado da Volkswagen ou se está do lado dos trabalhadores. Se estiver do lado dos trabalhadores, que providências já tomou, porque é isso, realmente, o que está deixando angustiada a classe de trabalhadores da Volkswagen, que, aliás, é uma fábrica simbólica, tradicional. Então eu queria saber, até para tranquilizar todos que estão nos ouvindo, se V. Ex^a está falando em caráter pessoal ou como Líder do Governo e que esclareça ao País essa posição. Se é pessoal; se é da Volks; se é da Volks, qual é a posição do Governo e por que ele ainda não se manifestou. O Presidente Lula hoje janta com o Presidente da Volkswagen. Vão tratar assuntos objetivos de campanha ou vão tratar a questão dos desempregados da Volkswagen? Agradeço a V. Ex^a

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O que vai tratar o Presidente Lula em reunião com os empresários, eu desconheço. Não sei qual é o objetivo da reunião. O que quero dizer para V. Ex^a é que, independentemente de qualquer coisa, tenho aqui a obrigação pessoal de tratar do assunto e de me solidarizar com os trabalhadores. Esse é um problema grave, é um problema de decisão da empresa em âmbito mundial. Não é uma decisão da empresa local, da matriz local; essa decisão faz parte de uma administração complicada que teve, no passado, a própria Volkswagen do Brasil. O que nós estamos querendo aqui é encontrar uma saída diferente do caso da Varig. São dois casos distintos, embora possam ter um resultado final muito parecido. Aqui se coloca a perspectiva de demissão. A Varig, para ser salva, propunha demissão. A Varig, para ser salva, propunha reinvestimento. O próprio BNDES está dizendo que está disposto – é o que vi ali no jornal – a financiar essa reformulação da empresa, o reinvestimento da empresa no Brasil. Os trabalhadores exigem que outros modelos de carros da Volkswagen sejam fabricados naquela unidade de produção. De acordo com o sindicato, assim estaria resolvido o problema. Resta saber se a direção inter-

nacional da empresa, a direção mundial alemã, vai acatar essa proposta ou não. Entendo que todos nós aqui, independentemente de uma decisão de Governo... O Governo tem limites sobre isso, o Governo não pode determinar, por caneta, que a Volkswagen tome posições; o Governo pode fazer o que já foi feito ao longo dessas negociações, ou seja, facilitar o crédito para aquisição de carros.

Outro aspecto é que a Volkswagen do Brasil participa com mais ou menos 10% do conjunto das vendas da Volkswagen no mundo, haja vista as exportações do Fox do Brasil para a própria Europa e assim por diante. Assim, entendo que deve haver sensibilidade da própria empresa. Se o comportamento for esse, de um trabalho apenas descartável, não podemos aceitá-lo de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes para uma comunicação inadiável por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero crer que falo como orador inscrito regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu pensei que V. Ex^a havia dito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Neste caso tenho que continuar com a lista de oradores. V. Ex^a será o último.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Falará primeiro o Senador César Borges, depois o Senador Luiz Otávio e depois V. Ex^a.

Com a palavra o Senador César Borges, ex-Governador da Bahia, por dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero saudar desta tribuna os 50 anos de uma lendária agência de propaganda da Bahia, a Publivendas – hoje chama-se Morya – que faz história no mercado publicitário baiano desde àquela época quando atuava, inicialmente, em Salvador, cidade que tinha 700 mil habitantes e apenas dois jornais diários.

A Publivendas cresceu com Salvador e com a Bahia. Hoje é uma empresa solidificada que atua também nos mercados mais importantes do País como São Paulo, Recife e Belo Horizonte, cidades onde tem filiais.

Com isso, este grupo Publivendas, hoje Morya, já emprega cerca de 165 brasileiros com um faturamento anual de 70 milhões e uma carteira de clientes que inclui algumas das mais importantes empresas do País. A Morya tem a marca do dirigente que tem conduzido o seu destino nas últimas décadas: o publicitário Fernando Carvalho. A sua competência e criatividade foram também usados na administração de um importante Município baiano – a cidade de Maracais – onde, como Prefeito, foi inovador, sendo destacado inclusive com o Prêmio Nacional do Sebrae como um dos melhores administradores municipais.

Aos poucos, Fernando Carvalho vai abrindo espaço para as novas gerações, tendo, agora, o seu filho Cláudio como o braço direito e responsável pelos novos caminhos que o grupo vai tomando. A Morya soma criatividade com a marca social diferenciada que a leva a novas práticas na publicidade brasileira. É por isso que ela, hoje, é tão destacada para a Bahia.

A própria mudança de nome elege o novo conceito de comunicação do grupo. Morya homenageia o conhecido mestre espiritual indiano que trabalha a comunicação, a transformação e a força. Quem ganha com isso são os seus clientes públicos e privados e a Bahia, que vê a sua cultura e a sua inteligência valorizadas pelo trabalho dessa empresa.

Faço este registro por um dever de justiça, fazendo jus ao aniversário de uma agência inovadora, socialmente responsável, que orgulha a Bahia e que eu saúdo neste instante. Ontem, o Senador Antonio Carlos Magalhães, aqui nesta Casa, solicitou a aprovação de um requerimento parabenizando essa empresa.

Colocada essa posição que é um dever de justiça para com a Bahia, Sr. Presidente, quero trazer a esta Casa matéria publicada no Caderno de Economia do jornal **A Tarde**, da Bahia, sobre a cacauicultura baiana. Essa matéria é muito importante, Sr. Presidente, porque essa cultura, lamentavelmente, vive se arrastando numa crise interminável. Em primeiro lugar, há uma praga que assola a cultura – e há denúncias recentes, inclusive de um membro da quadrilha que patrocinou a entrada, na região, dessa doença chamada Vassoura-de-Bruxa – que tem levado a uma queda acentuada da produção. Até agora nós não conseguimos retomar a produção na lavoura cacauieira.

Em segundo lugar, além de o preço internacional ser baixo – com o dólar irreal – o real supervalorizado perante o dólar faz com que as receitas diminuam a cada dia e as despesas aumentem, sufocando uma lavoura importantíssima para uma região da Bahia que compreende mais de 90 Municípios.

Mas voltando à matéria do jornal **A Tarde**: Fazendas vão a leilão. O que se está verificando agora

é que o Governo Federal tenta dar o último aperto no pescoço dos cacauicultores, dos produtores rurais. A matéria diz que, enquanto o Governo Federal estende uma mão e assina nova medida provisória renegociando débitos, com a outra despacha notificações de execução de cacauicultores que podem perder suas fazendas em leilão.

Imagine, Sr. Presidente! O Governo Federal, que deveria se preocupar em promover o desenvolvimento do agronegócio, da agricultura, é o alçôz dessa cultura! O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 317, publicada no Diário Oficial do último dia 18, que desonera de encargos de inadimplência as parcelas do Pesa, da securitização e do Recoop e renegocia as dívidas vencidas em 2005 e em 2006. Quer dizer, edita uma medida provisória que, virtual ou aparentemente, tenta salvar a região e também a agricultura, mas, por outro lado, nada acontece porque não passa de uma medida virtual, que não está em prática. Veja V. Ex^a a posição do Sr. Isidoro Gesteira, Presidente do Sindicato Rural de Ilhéus, importante cidade que seria, junto com Itabuna, a capital da produção do cacau. Disse o presidente do Sindicato que a nova medida provisória favorece menos de 1% dos produtores, já que contempla apenas os que estariam adimplentes até 2004. Portanto, pelas palavras do próprio presidente do Sindicato, é mais um engodo só para confundir a região. Segundo ele, o problema vem desde 2003, quando ocorreu o acúmulo do vencimento das parcelas do Pesa, primeira e segunda etapas do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, que se acumulou com a terceira etapa e com as CTNs. Do jeito que está, segundo ele, a maioria dos produtores pode ser executada a qualquer momento, e suas fazendas irão a leilão, já que o Banco do Brasil transformou a dívida agrícola em dívida fiscal. E isso acontece com milhares de produtores rurais no País, com pequenos produtores, em especial no semi-árido e na região cacaueira.

A esperança dos produtores é de obter decisão favorável da Justiça Federal para a ação civil pública que pede o retorno da dívida para o Banco do Brasil. Só pelo sindicato de Ilhéus, 243 assinaram a ação, e o órgão vai entrar com outra ação civil pública, pedindo a nulidade de contratos da primeira e segunda etapa do programa.

Agora, quem vem falando em nome do Governo é o Coordenador Geral de Apoio Operacional da Ceplac, Wellington Duarte. Vem enaltecendo a medida provisória e dizendo que ela vai beneficiar as operações alongadas e renegociadas por meio do Pesa.

Sabem quem é Wellington Duarte? É um dos acusados de ter levado da região amazônica, mais

precisamente do Estado de Rondônia, a vassoura-de-bruxa para o Estado da Bahia. Ele tem um elevado cargo na Ceplac, o cargo de Coordenador Geral de Apoio Operacional. É alguém que já devia estar afastado de suas funções. Lamentavelmente, é ele que está defendendo o Governo. Ele levou a vassoura-de-bruxa para alcançar seus objetivos políticos.

Volto a dizer aqui, Sr. Presidente, é o crime que compensa. Saindo um pouco dessa área policial – a Polícia Federal se mostra muito eficiente em determinadas áreas, mas não eficiente quando é para apurar fatos relativos ao Governo – eu quero dizer a V. Ex^a que **O Estado de S. Paulo** publica hoje, na primeira página, que o agronegócio cai 1,9% e vai perder R\$10 bilhões. Essa é a estimativa da Confederação Nacional da Agricultura. Com isso, está comprometida a previsão de crescimento do PIB, que poderá não chegar sequer aos 4%, aliás, sempre dissemos que dificilmente chegaria a 4%.

Diz ainda o jornal **O Estado de S. Paulo** que a queda do PIB da agricultura é de 3,81% – trata-se de queda e não de crescimento – e que a redução esperada do PIB no setor da pecuária – que também vive uma grave crise – é de 4,21%. Essa é a situação da pecuária e da agricultura brasileiras.

Enquanto isso, o Governo Federal, que aprovou a Medida Provisória nº 285, aqui transformada na Lei nº 2.322, a qual dispõe sobre renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área do Nordeste, na área do semi-árido, na área da Adene, até hoje, não efetivou as providências nesse sentido, porque, pelo art. 18, o Conselho Monetário Nacional precisa regulamentá-la, mas ele não se reúne para fazer isso.

Então, de que adiantam essas medidas provisórias, que não são transformadas em realidade? Essa é a crise que está assolando o Brasil, Sr. Presidente. É uma crise que assola o agronegócio, a pecuária, a agroindústria, a pequena e a média empresas, todos em dificuldades para sobreviver, para gerar emprego.

O Contrário acontece com o grande capital financeiro. Os bancos, estão indo para o livro de recordes, o *Guinness Book*, porque nunca aconteceu neste País uma lucratividade tão elevada, dos bancos. Não tenho nada contra banco. Longe de mim ser contra banco. Agora, sou contra a que esteja a população brasileira pagando esses altíssimos lucros, seja devido ao acúmulo de taxas cobradas dos clientes, seja devido ao aumento dessas taxas muito além da inflação. Não há controle. O Banco Central não fiscaliza absolutamente nada. Você fica livre para fazer da forma que deseja. Nós sabemos que nesse mercado não há uma concorrência. O mercado bancário é cartelizado.

Por outro lado, os bancos quando emprestam utilizam um *spread* altíssimo, o maior *spread* do mundo, Sr. Presidente. Quando nós aprovamos aqui a Lei das Falências, perguntei a um alto dirigente da Febraban que impacto essa Lei teria na diminuição do *spread*. Ele não respondeu. Impacto não houve nenhum para diminuir o *spread*. Muito pelo contrário, aprovamos a Lei de Falências, que privilegia o recebimento desses créditos, mas aumentaram os *spreads*. Então, paga a conta todo o setor produtivo, especialmente o pequeno e o médio produtores.

O único setor que cresce efetivamente no País é o exportador, que consegue para algumas *commodities*, para alguns produtos semifaturados ou industrializados um mercado altamente comprador.

Quanto ao restante, há uma crise generalizada. Todos que nos ouvem sabem desses problemas. O Brasil inteiro, o Brasil verdadeiro, o Brasil que não é da propaganda engenhosa do PT, da televisão, sabe dessa lamentável crise que estão vivendo setores tão importantes para gerar emprego e renda, para fixar o homem, no campo, como é o caso da agricultura e da pecuária. Qualquer um dos Senadores aqui conhece essa realidade brasileira. Lamentavelmente, assistimos a comemorações de alguns setores limitados, que são lucrativos, porque a conjuntura internacional lhes é favorável. O setor do álcool é lucrativo – sabemos disso –, mas representa quanto do agronegócio? E o arroz? E a soja e tantos outros produtos que estão com seus preços depreciados, como é o caso do cacau? É uma crise fortíssima. Estamos vendo, aí, um trabalho, às vezes, de gerações, sendo destruído, e o Governo dizendo que tem grandes números na economia, na macroeconomia. Mas, o que essa macroeconomia significa para o pequeno produtor e para o pequeno empresário? Lamentavelmente, apenas dificuldade, Sr. Presidente.

Por isso, neste momento quero consignar aqui esse protesto. Essa situação do cacau da Bahia é um problema antigo. Diversas vezes, tratamos desse assunto, fomos falar com o Ministro Roberto Rodrigues, que não teve força alguma, para fazer nada pelo cacau.

A corda está apertando o pescoço dos cacauicultores baianos. Essa cultura que serve tanto à Bahia, e ao Brasil já serviu tanto, hoje é pequena na pauta de exportações, mas merecia atenção maior do Governo. Mas esse não é um Governo que olhe para a agricultura. Sequer tem Ministro da Agricultura. Eu pergunto a qualquer um dos senhores aqui quem é o Ministro da Agricultura do Brasil e ninguém saberá dizer o nome dele.

Eu concedo um aparte, com muita satisfação, se V. Ex^a permitir, ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a, como sempre, oportuno nos temas que trata nesta Casa. Esse mistério que paira sobre o crime praticado contra os plantadores de cacau na Bahia, com o famoso caso da vassoura-de-bruxa, merece ser apurado. Eu gostaria de ver a ação do Ministério da Justiça de maneira bem efetiva e rápida nessa questão. Mas, Senador César Borges, é realmente de estarrecer. V. Ex^a mostra a situação de um setor tradicional da Bahia, como é o do cacau, e o Governo vem fazer aqui apologia de lucros dos banqueiros e das grandes empresas, quase todas multinacionais. E um setor como o agrícola, como o da agropecuária, no Brasil, é colocado de lado. Um setor que gera emprego, que fixa o homem no campo. Ninguém está preocupado com isso. Realmente, é entristecedor ver aqui a maneira leviana como o Governo se ufana dos quatro anos em que dirige este País, com factóides, com promessas de maquete, obras virtuais e, acima de tudo, desrespeito ao trabalhador brasileiro. Vejam o tratamento que o Governo está dando à Volkswagen. Tive até o cuidado de perguntar ao meu querido amigo Sibá Machado qual a posição efetiva do Governo. Ele escorregou daqui, dacolá, não respondeu, disse apenas que o problema existe. Mas o Governo tinha que ser claro quanto a sua posição, se a favor ou contra o trabalhador. A posição do Governo com relação à Varig foi vergonhosa. Será que com a Volkswagen será a mesma coisa? Eu lamento, mas este é o Brasil em que se está vivendo hoje. E aí ouvimos aqui a palavra oficial do Governo, que se ufana de que os lucros no Governo atual foram bem maiores do que no Governo passado, Senador João Alberto, como se fosse uma grande coisa para melhorar a situação de vida do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Senador Heráclito. Veja bem V. Ex^a: ninguém pode ser contra um programa como o de Renda Mínima, de um programa como o Bolsa Família. Achamos que é um programa necessário para a população mais carente, o que não significa que achamos, Sr. Presidente, que esse programa seja estendido de forma indefinida, porque já alcançou onze milhões e meio de famílias. Isso representa 55 milhões de pessoas, num País de 180 milhões de habitantes. E vai continuar expandido. Se entrarmos em crise na agricultura, na pecuária, no agronegócio, nas pequenas e microempresas, vamos precisar de mais Bolsa-Família. Daqui a pouco vamos ter cem milhões de pessoas no Bolsa-Família. Será que essa é a política certa que queremos? O Renda Mínima é um dinheiro dado sem contrapartida. Queremos emprego, crescimento econômico, dignidade, acima de tudo, para o trabalhador brasileiro, para a sua família, oportunidade para seus filhos. Isso é o que não

estamos assistindo. O Presidente fala no Bolsa-Família por quê? Porque é o programa por meio do qual está conseguindo angariar votos. É o coronel do século XXI: dá o dinheiro com uma mão e toma o voto com a outra. Aproveita-se exatamente da crise econômica para dar Bolsa-Família.

Ontem ouvi, estarrecido, o Presidente falar das críticas que ele mesmo faz ao Bolsa-Família, e uma delas é de que precisamos criar uma porta de saída. Ora, já falamos quantas vezes que era preciso criar essa porta de saída? O que é a porta de saída? Treinar as pessoas, promover crescimento econômico, arrumar empregos, dar dignidade ao trabalhador. Disso ele não cuidou e nem cuida. Ele está falando antes que seja criticado, mas já falamos disso muitas vezes aqui.

Se V. Ex^a permitir, até para contribuir com o debate, concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Posso, Sr. Presidente? Obrigado. Senador César Borges, eu faço este aparte, primeiro, para dizer que acho que o PFL está muito catastrofista na tribuna, sempre fazendo observações como se o Brasil tivesse parado, travado; como se o Brasil, de janeiro de 2003 para cá, tivesse quebrado a engrenagem, como uma caixa de marchas de um carro ou um comando de válvula quebrados e fundido o motor. V. Ex^a trouxe o assunto do cacau e, pelo que me consta, não é a primeira vez. Se existe qualquer pessoa que tenha tomado uma atitude como esta, de ter transportado uma bactéria para contaminar as plantações de cacau na Bahia, ou de qualquer outro lugar, essa pessoa é uma criminoso e deveria estar muito mais do que exonerada do cargo: tinha que estar presa. Agora, é preciso provar que ela fez isso. V. Ex^a tem referendada essa matéria. Acho que cabe, sim, um inquérito policial, porque é um crime que considero de ordem federal. Se a Polícia Federal tiver um inquérito sobre isso, requer uma investigação. Fiz aqui um pronunciamento sobre o que penso a respeito da agricultura brasileira. Isso é bíblico, vem de José, que fez a interpretação dos sonhos do Faraó sobre as sete espigas magras e as sete vacas magras que comiam as gordas. Aquilo era um sinal de que haveria sete anos de grande produção e sete anos de seca e que o rei deveria se preparar para o período ruim. Então, no período bom, deveria se preparar para o período ruim. Também sou filho desta área, fui agricultor. Na cabeça do agricultor, indistintamente, os mais pobres e os mais ricos, sempre existe a esperança de que o ano que vem será melhor. Os investimentos no setor são de muito curto prazo. E o que ocorre? No momento em que um produto sobe de preço, todo mundo corre para lá. Aí, no ano seguinte, vem uma supersafra daquele produto, e o outro está em falta e volta para cá de novo. Nunca

plantei cacau, mas plantei pimenta-do-reino e café. A terra do meu pai não dava cacau, mas, nas redondezas, havia muito cacau – na Transamazônica, no Estado do Pará. No momento em que o cacau alcançou grande preço – preço dolarizado, a pimenta-do-reino também –, vi muita gente viver por um ano como se fosse rico: mandou fazer casas enormes, comprou carro de luxo para rodar na Transamazônica. Na época, era o lançamento do Santana Quantum, da Volkswagen, da qual acabei de falar, para rodar naquelas vias que, quando chove, não passa quase nem cavalo, imagine andar com um Santana Quantum! Estou falando desta maneira para dizer que há, sim, a necessidade de se trabalhar um melhor equilíbrio de investimento para o setor da agricultura, que é muito cíclico, e trabalha com a questão de *commodities*, com o preço internacionalizado. Quando a Bolsa de Nova Iorque ou de outra decide que o preço de determinado produto é aquele, determinado país faz um estoque e quebra. Li muito sobre a história do cacau em Gana, na África. A Nestlé e outras grandes empresas de chocolate fizeram um trabalho para controlar o preço e arrebentaram com o cacau em Gana e no Brasil. Então, V. Ex^a tem razão num ponto: precisa, sim, haver uma investigação policial para saber se essa pessoa transportou ou não essa bactéria de maneira criminoso. Se foi, tem de ser presa. Mas discutir o preço da agricultura brasileira requer outro tipo de debate. Sou franco em dizer a V. Ex^a que este assunto não é de hoje, nem de ontem. Vai chegar para mim, daqui a pouco, um trecho de um pronunciamento sabe de quem? Do Senador Antonio Carlos Magalhães. Pronunciado quando? No ano de 2001, exatamente sobre o cacau, dizendo que está cansado – naquele discurso de 2001! – do Governo Fernando Henrique, que não atendia a seus pleitos a respeito do cacau baiano.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Com relação ao inquérito policial, lamentavelmente, há mais de 60 dias, eu, o Senador Rodolpho Tourinho e o Senador Antonio Carlos estivemos com o Ministro da Justiça. Foi aberto o inquérito e não temos notícia nenhuma da Polícia Federal. Não há nenhuma resposta, nenhuma informação que possa nos dar alguma esperança de que esses criminosos serão responsabilizados pelo ato.

Quanto à agricultura, penso que crises de preços sempre existem. No entanto, o Governo tem que ser sensível para renegociar as dívidas; tem que estar pronto a dar o apoio necessário para que não tenhamos uma migração do campo para as cidades, fazendo com que as periferias das nossas cidades trans-

formem-se em invasões e favelas. Mas este Governo não tem sensibilidade.

E com relação às pragas dos sete anos que V. Ex^a citou, espero que a praga do PT seja apenas de quatro anos – não passe dos quatro anos. Essa é a minha expectativa. Espero que o povo brasileiro possa refletir, para que encerremos essa praga no final deste ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio, do PMDB do Pará.

V. Ex^a dispõe de 30 minutos, aliás, 10 minutos. Estou dizendo 30 minutos por que o Senador César Borges quase ultrapassa os 30 minutos. Só o Senador Sibá Machado falou oito minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Ex^a em me permitir os cinqüenta minutos.

Sr. Presidente desta sessão, Senador João Alberto Souza, do PMDB do Estado do Maranhão, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta tarde, primeiro, para dizer da satisfação com que o povo do meu Estado, Pará, recebe, a partir de hoje, a equipe do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que vai à capital, Belém, para iniciar as tratativas do financiamento do Portal da Amazônia e da macrodrenagem da bacia da Estrada Nova. Os membros da comitiva do BID se encontram, ainda hoje, com o Prefeito Duciomar Costa, no Palácio Antônio Lemos. No domingo, eles visitarão a orla de Belém, onde também inspecionarão a área do Portal da Amazônia, que, na verdade, é uma grande via que será construída na orla de Belém.

Essa área foi resultado de uma questão judicial com a Prefeitura Municipal de Belém, numa região onde funcionava o late Clube do Pará. A área é bem maior: cerca de oito quilômetros, onde se inclui um espaço muito próximo da Universidade Federal do Pará. Como eu disse, é uma área ribeirinha, pois ela é a orla do nosso rio e, com certeza, faz vista, principalmente, para quem chega a Belém pelo nosso rio Pará ou pela baía do Guajará ou mesmo de avião.

É um grande impulso para o turismo. Principalmente para a população de Belém, é um grande avanço na questão sanitária e na saúde. Tendo em vista que já concluímos a macrodrenagem de grande parte de Belém, com essa área da Estrada Nova que estava faltando, a nossa beira-rio, com certeza, o Prefeito de Belém terá uma grande oportunidade de sanear por completo a região.

Faço esse registro porque, na verdade, esse foi um grande trabalho nosso no Senado Federal, em Brasília, junto ao Ministério da Fazenda. Iniciamos os trabalhos, na administração do Ministro Antônio Palocci, com o Secretário do Tesouro Nacional e com a Secretaria Executiva do Tesouro Nacional e continuamos na gestão do Ministro Guido Mantega, com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a quem agradeço. Fui eu o Senador do Pará que conseguiu, principalmente por intermédio da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, incluir alterações na Resolução nº 43 do Senado Federal prorrogando o prazo de obrigatoriedade de apresentação de CNPJ, das certidões negativas de todos os órgãos dos Estados e dos Municípios brasileiros e também do Governo Federal:

Executivo, Legislativo e Judiciário.

Foi realmente um grande avanço. Tivemos um trabalho muito grande com a equipe da Prefeitura de Belém lá, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, porque havia na época uma enorme dificuldade, uma enorme barreira a ser vencida. É que nos últimos sete anos o Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional não estavam autorizando financiamento para municípios. Então vários municípios brasileiros se habilitavam e não conseguiam ultrapassar a Secretaria do Tesouro Nacional, que é quem analisa a prioridade, a capacidade de endividamento dos municípios bem como a capacidade de pagamento. O Governo Federal é quem dá o aval nessas operações internacionais, nesses empréstimos externos que são feitos junto ao BID, ao BIRD e à Cafap, que é uma instituição financeira com sede na Venezuela e que tem penetrado no Brasil, como já faz em outros países, mas iniciou-se há pouco tempo, com capacidade de emprestar, de financiar projetos principalmente na área social, na área de infra-estrutura, na América Latina.

Faço também esse registro porque sei da dedicação, do empenho e do entusiasmo do Prefeito de Belém, Prefeito Duciomar Costa, que foi nosso colega, Senador da República, e que teve de realmente fazer da sua administração uma administração eficiente, competente e principalmente de apresentar resultados superavitários, haja vista que a Prefeitura de Belém, na legislatura anterior à do Prefeito Duciomar, era deficitária.

Esse superávit fez com que a Secretaria do Tesouro Nacional, em razão do sucesso do primeiro ano de administração do hoje Prefeito de Belém, em 2005, bem como do sucesso que vem apresentando em 2006, aprovasse esse financiamento. São mais de US\$160 milhões, que vão proporcionar à população de Belém, à cerca de mil pessoas, melhoria sanitária.

ria, melhorias com relação à questão da saúde, que é muito precária.

Com certeza, Belém, por meio da aprovação desse financiamento e agora da visita da equipe do Bid, dar-se-ão ainda na administração do atual Prefeito o início e a conclusão dessa obra, bem como a do Portal da Amazônia, que será dada em contrapartida a esse financiamento como obra da Prefeitura de Belém abrangendo a área ribeirinha, a área que fica de frente ao rio, a nossa baía, obra que vai melhorar muito o trânsito, o tráfego e vai possibilitar à população mais segurança.

A questão da segurança é muito importante em Belém, em razão da precária iluminação pública, da ausência de pavimentação de ruas, por falta de saneamento e principalmente pela situação em que se encontra Belém, o Estado do Pará e todo o Brasil, no que se refere à segurança pública.

Tenho também que registrar, Sr. Presidente, Senador João Alberto, a visita que a CAF fará a Ananindeua, Município da área metropolitana de Belém. Da mesma forma que Belém, foi também aprovado o financiamento para Ananindeua, a carta-consulta para serviços de infra-estrutura nessa cidade. Isso vai beneficiar mais de 600 mil pessoas. Conseguimos aprovar esse financiamento junto à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Ministério da Fazenda. Contamos com a participação importante do prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho*, que conseguiu, inclusive, junto à Câmara Municipal da sua cidade, aprovar esse financiamento inédito. A isso o Município de Ananindeua, pela primeira vez, habilitou-se e aprovou esse financiamento que vai dar realmente uma nova cara para a cidade. Com certeza isso contribuirá muito para diminuirmos os índices de acidentes, porque vai melhorar a infra-estrutura, vai melhorar os índices de natalidade e diminuir os índices de mortalidade de crianças principalmente pela deficiência existente nessa área sanitária, na área de doenças endêmicas. Com certeza, isso vai atender, e muito, o município de Ananindeua.

Faço esse registro porque essa é uma notícia que aguardávamos há algum tempo. Tenho certeza de que o trabalho do Senado Federal, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, de todos os senhores membros do Senado pela aprovação que tivemos ainda este ano... Em uma matéria publicada no **Jornal do Brasil** dizia que os empréstimos foram aprovados a toque de caixa, tanto o empréstimo do Pará como o do Rio Grande do Norte e do Estado do Rio de Janeiro.

Ao contrário, aprovamos os empréstimos, todos, dentro da maior legalidade, dentro do prazo regimental. Apenas tivemos a capacidade de mudar a validade, a

vigência da resolução, principalmente, conseguimos convencer os Senadores desta Casa de que precisávamos alterar a Resolução nº 43, tendo em vista que ela obrigava que contratos só poderiam ser assinados, tanto pelo governo federal como pelos governos estaduais ou municipais, até seis meses antes do prazo final do mandato do gestor. E nós conseguimos alterar isso para 120 dias, modificando essa resolução que há muitos anos não era alterada no Senado.

Conseguimos, convencendo o Ministério da Fazenda, o próprio Ministro da Fazenda, o Ministro Guido Mantega; o Secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kwall, e o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Api, e o Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, que participa, assiste a todas as reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Na reunião, quando discutimos este assunto, mostrando que, neste ano precisávamos aprovar duas alterações. Uma delas permitia a diminuição do prazo para a assinatura dos contratos, bem como a prorrogação de uma resolução que permitia que os contratos fossem assinados sem a Certidão Negativa de Pessoa Jurídica, a CNPJ, de todos os órgãos da administração porque o sistema hoje implantado exigia que todos os órgãos da administração estadual, municipal e federal teriam que, para assinar qualquer contrato, apresentar um número enorme de certidões, o que dificultava e, normalmente, atrapalhava não só o tempo como também criavam obstáculos que eram intransponíveis, principalmente para os municípios brasileiros. No Estado do Paraná, Londrina foi atendida com essa necessidade. Tenho certeza de que aprovamos uma mudança que dá mais celeridade e transparência, permitindo aos municípios e aos Estados brasileiros. E aí incluo o Estado do Pará que terá agora a chance de, ainda no esforço concentrado que faremos nos dias 4, 5 e 6 de setembro, de aprovar um empréstimo externo que se encontra na Secretaria do Tesouro Nacional, que é o Pará Rural. São R\$124.000.000,00 – US\$62 milhões – que já estão lá, praticamente aprovados, dependendo de uma única pendência que não foi incluída no Plano Plurianual do Estado do Pará.

Já entrei em contato com o Governo do Estado do Pará para que fosse providenciada essa modificação, fosse retirada essa pendência. E, no esforço concentrado, se assim Deus permitir, votaremos esse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, votaremos a sua urgência e, se Deus quiser, votaremos também no Plenário do Senado Federal esse projeto que é da maior importância para mais de sessenta, dos 143 Municípios do Estado do Pará. Nós já aprovamos aqui, logo nos primeiros dois ou três anos de mandato no Senado Federal, o Paraurb*, um projeto também

financiado pelo Bird, que levou recursos para 63 Municípios no Estado do Pará, que foram atendidos com infra-estrutura. Agora, com certeza, com esses recursos, teremos caixa para viabilizarmos alguns projetos que estão paralisados no Pará, relativos à pavimentação e ao asfaltamento de ruas que estamos fazendo em vários Municípios.

Esses recursos, com certeza, servirão para melhorar a infra-estrutura rural do nosso Estado e, principalmente, dos Municípios responsáveis pela capacidade produtiva do Estado, que geram impostos, empregos, renda e fazem com que o Pará participe positivamente da balança comercial do Brasil.

O Pará exporta mais de 4,5 bilhões de dólares por ano e importa menos de 400 milhões de dólares. Assim, tem um superávit de mais de quatro milhões de dólares por ano há mais de doze anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Luiz Otávio, e parabeno o Pará. V. Ex^a sempre foi um arauto das coisas do Pará aqui no Senado.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, ex-Prefeito da bonita cidade de Teresina, capital daquele Estado.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requero à Mesa, na forma do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja formulado um voto de congratulação ao Sr. Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo Saúde, e aos diretores e funcionários daquela empresa pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar, edição de 2006, concedido pelo conceituado **Guia Exame-Você S/A**. Essa empresa, que já ganhou no ano passado, não é grande, concorreu com várias grandes empresas no Brasil, é uma empresa de saúde e tem conquistado vários prêmios. Este ano ganhou como a melhor empresa do Brasil para as mulheres trabalharem. Então, é um motivo de orgulho para mim e para Colatina estar aqui encaminhando à Mesa do Senado este voto de congratulação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda o encaminhamento do requerimento e dará seguimento de acordo com o Regimento.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra por 10 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, por dever de justiça e coerência, comunicar à Casa documento que recebi.

Ontem, eu repercutei, da tribuna desta Casa, uma nota da revista **Veja** sobre um jantar em que o chefe de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Sr. Luiz Gushiken, teria participado em um fino restaurante de São Paulo com um empresário do setor de comunicação – e a revista não revela quem -, e consumido um vinho caro, repetindo mais ou menos o que o candidato à Presidência fez há quatro anos.

Recebi do Sr. Gushiken uma correspondência em que desmente a revista e diz inclusive que está tomando providência. Tive a cautela, antes, de ligar para a revista. E o repórter com quem falei, o diretor, compreendeu a minha posição de fazer o anúncio, mas afirmou que no domingo, no final de semana, quando da edição, ela voltará ao assunto.

Eu quero fazer o registro para que não fique a impressão de que é algo pessoal contra o chefe de Assuntos Estratégicos; apenas contra um servidor público que ocupa uma função importante, porta a porta com o Presidente da República, de origem trabalhadora. Notícias dessa natureza repercutem mal no Brasil inteiro. A começar pelos garçons, que, como ele, são de origem trabalhadora e vêem aquele desperdício exatamente patrocinado por um membro influente de um partido que deveria dar o melhor exemplo ao País.

Cumpri a minha parte e fico aqui aguardando esclarecimentos ou não, comprometendo-me, inclusive, a voltar ao assunto na próxima segunda-feira.

Por dever de ofício, Senador César Borges, tenho que tratar de um assunto e louvar a TV Senado. Estávamos aqui quando a Líder do Governo fez uma apologia ao preço do gás de cozinha no Brasil inteiro. Por ironia do destino, recebo um fax de Santa Catarina, de um atento ouvinte desta TV Senado, que me deixa duplamente triste por dois Estados.

Em primeiro lugar, o gás subiu entre 30% e 35%, sendo a média, mais ou menos, de 30%. Pasmem, senhores, onde o gás mais subiu foi em Santa Catarina e no Piauí. Isso me deixou triste e realmente preocupado com a Líder, que tinha obrigação de saber, pelo menos, que o seu Estado foi o mais penalizado com essa subida do gás. Fica aqui o registro.

Pedi a V. Ex^a – sei que vou receber – esse discurso pronunciado há pouco, em que se faz uma apologia sobre os lucros obtidos pelas grandes empresas no Brasil este ano.

Mas sei que o Estado de Santa Catarina, que tem vocação para setores como a indústria calçadista, a indústria da cerâmica, a indústria têxtil e a indústria de laticínios – cujas exportações estão proibidas por determinação do Ministério da Saúde, tendo em vista falhas gravíssimas no Governo com relação à campanha de combate à febre aftosa –, foi bastante penalizado. E uma quantidade de *e-mails* que recebi de ouvintes daquele Estado já dá uma prova imediata de que esse discurso não vai muito com a realidade do que acontece no Brasil. Logo a seguir, vimos aqui um pronunciamento do Senador da Bahia César Borges, que governou aquele Estado e que não conta nenhum avanço para corroborar com o pronunciamento de S.Ex^a.

Infelizmente, o Senador Sibá Machado atendeu ao chamamento da Líder e, dessa vez, em dupla, retiraram-se do plenário. Naquela velha tradição de o Governo não querer debater verdades com a Oposição. Lamentável! O Senador Sibá Machado é um homem que não foge ao debate. Mas o Partido dos Trabalhadores é um partido de hierarquia forte, e desobediência custa caro. Então, S. Ex^a teve que atender ao chamamento. Tenho certeza de que a contragosto.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui é mostrar, mais uma vez, o veio autoritário do Partido dos Trabalhadores. Vejam V.Ex^{as} que eles proclamam liberdade nas tribunas, mas, nos tribunais, não abrem mão das prerrogativas autoritárias.

Na semana passada, recebi aqui, de maneira despretensiosa, uma pessoa que foi ao meu gabinete e que me trouxe um pequeno boneco, a princípio querendo chamá-lo de Lulóquio. Eu achava que com aquele nome atingiria diretamente a figura do Presidente da República, por isso não concordei. Um ou dois dias depois ele voltou. Havia substituído o nome por Pitóquio. Era uma figura simpaticíssima, com um narigão, numa versão tecnológica, moderna, que infelizmente não vai poder ser apresentada. Por meio de controle remoto, no momento em que o boneco mentia, o nariz crescia. Era algo fantástico. Só a criatividade do brasileiro consegue alcançar, a custo quase zero, a preço barato, esse tipo de coisa.

Lamento que a proibição da continuidade da fabricação do boneco vá desempregar gente, ou tirar a possibilidade de emprego. A imaginação brasileira é criadora, Senador Marcos Guerra. Imagine que no Blog do Noblat, que repercute a matéria, a quantidade de brasileiros querendo ter acesso a esse inocente boneco é algo impressionante. E há sugestões. Uns querem que se faça chaveiro, outros, que se faça aquele bonequinho de colocar na frente do carro, que agrada às crianças. O boneco é simpático, não é arrogante. Tem um defeito que às vezes a criança tem, mas, com

uma boa educação, ela passa a ter compromisso com a verdade ao se tornar adulta. Afinal é uma criança.

Bom, recebo agora já uma decisão do juiz auxiliar do Tribunal do Estado, Dr. Oton Lustosa, que expediu uma sentença proibindo a coligação Resistência Popular de usar o boneco Pitóquio em comícios ou propaganda gratuita no Estado.

É o tipo da medida tomada por expectativa. O boneco foi lá. Foi dado o presente, foi entregue, não sei o destino, nunca mais tive notícia dele. As notícias foram todas por meio da correspondência recebida. E a minha preocupação é saber se a Justiça brasileira toda vai tomar a mesma providência. Porque a minha preocupação, criativo como é o Brasil, é que as pessoas já tenham clonado – já que o clone é uma coisa em moda – o Pitóquio original e ele esteja disseminado pelo Brasil afora.

Não entendo por que uma decisão tomada dessa maneira. Aliás, o PT, num passado recente, era useiro e vezeiro em usar esses expedientes, em satanizar as pessoas. É isso.

Mas vou mostrar coisa mais grave que está acontecendo no Piauí. A Justiça proíbe a vinculação do PT ao mensalão. Nós não podemos mais dizer, na propaganda eleitoral, que existiu mensalão no Brasil. E aí?

E aí? Vamos mostrar o quê? Não vi nenhuma decisão sobre o dólar na cueca. Não está aqui. No entanto, no momento em que se falar sobre isso, evidentemente, vão entrar na Justiça.

Novamente, o Governador entra e ganha na Justiça. O PT consegue proibir que se veicule, na televisão, o envolvimento do Governador do Estado com os “sanguessugas”. Eu até pensava que não tivesse nada com o episódio, e daí não temer o debate sobre o assunto. Acharam umas ambulâncias estocadas num muro no fundo, ele recebeu o Vedoin duas vezes, mas isso poderia não dizer nada. O que houve de grave foi a liberação de recursos após o prazo permitido pela lei eleitoral. O Tribunal de Contas, de maneira ágil, tomou providências e pediu.

Aliás, estou curioso para ver o despacho do Ministro Valmir Campelo no todo. Vi apenas um resumo. Quero saber exatamente o que foi que motivou S. Ex^a a tomar partido, a tomar uma decisão dessa natureza, uma vez que é um homem muito seguro, muito tranquilo, muito equilibrado.

Agora vem outra: “Wellington Dias quer acabar vídeos de humor do Firmino”. Firmino é o candidato do PSDB. Tem que tomar conhecimento, até porque não conseguimos nem nos coligar, tivemos diferenças, e não é justo que ele não possa sequer reproduzir um vídeo de humor – não entendi bem o que é – mostrando ações de S. Ex^a o Governador do Piauí.

Se esse pedido de Constituinte do Lula passa, não tenho dúvida de que eles vão criar um tribunal de Nuremberg. O modelo que seria adotado pelo Brasil com essa nova Carta Constitucional é o modelo do Chávez e do Evo Morales.

Aliás, o Lula tem demonstrado gratidão para com esses dois fiéis companheiros. No programa de televisão, ele se mostra, muito cerimonioso – parecia que estavam se vendo pela primeira vez –, com vários estadistas europeus, num cumprimento formal, mas não mostra nenhuma fotografia de um encontro seu, de intimidade real, inclusive desrespeitosa, com Evo Morales, como aquela em que Evo o abraça. O Evo Morales não aparece no programa de Sua Excelência. Mas a fixação é grande, desde o começo. Até o avião comprado pelo Governo brasileiro é igual ao comprado pelo seu líder maior: Hugo Chávez.

Trago isto à tribuna porque acho lamentável que o PT enverede por esse caminho do cerceamento à liberdade.

Agora fico preocupado, porque o que acontece na campanha eleitoral do Piauí, Senador João Alberto, é um fato muito grave. Fico me perguntando: será que vão poder dizer que o Governador prometeu fazer estrada no Piauí todo em troca de votos e que está começando uma aqui, outra acolá, e não está continuando? Ou a Justiça Eleitoral vai proibir de se dizer isso? Será que não vamos poder dizer que o Governador prometeu vinte mil empregos e anunciou a instalação da Vale do Rio Doce no sul do Piauí? Seria para o ano de 2005 e o *slogan* era “O Piauí adora Vale”. Agora pergunto: vale o quê? Os empregos não aconteceram, nada, tudo factóide.

Teremos condições de, em praça pública, dizer que o Governador anunciou, no Piauí, inclusive marcando data, um vôo internacional saindo de Milão para Parnaíba. O que havia de funcionários, de empresários, em Parnaíba ajestando suas vendas para receber italianos, franceses, o pessoal todo querendo treinar uma língua para facilitar aquele contato... O Governador mandou, inclusive, a equipe precursora para vir no avião. Aí esqueceram-se da escada, daquele carrinho da bateria e do combustível. Esqueceram de tudo. Esqueceram mais: esqueceram da migração.

Tinha de haver um posto da alfândega para receber os que chegassem. Esqueceram da data. Adiaram para setembro; mas, como setembro já está chegando e em outubro haverá eleição, estão adiando para dezembro.

Será que vamos poder dizer que o Governador prometeu para outubro a reinauguração da estrada de ferro São Luís/Teresina e não fez nada? É uma estrada que poderia ter, inclusive, uma grande importância

não só para o transporte de nossas riquezas, mas, principalmente, para o turismo.

Vamos poder dizer que é mentira a história das quatro hidrelétricas prometidas, que iam começar, pois já estava tudo pronto? Vamos poder dizer que é mentira?

O estilo Duda Mendonça, que é o que funciona aqui e em São Paulo, inspirado ainda no “fura fila” do Sr. Maluf... Todo mundo se lembra disso: era o “fura fila” e o Pitta. O Maluf dizia que, se o Pitta não cumprisse tudo, o povo poderia nunca mais votar em Maluf. Nem o Pitta cumpriu e nem ele deixou de pedir voto. Duda agora está lá. Ele não pode aparecer, não vai na frente, mas parece-me que a campanha que ele faz para o Mercadante gratuita. Pelo menos quanto à campanha da eleição passada, na própria CPMI, os dois concordaram que era uma generosidade de um empresário do setor de comunicação, de um “marqueteiro” famoso, para um velho amigo. Mas o estilo é o mesmo: estradas que não existem, pontes que não saíram da prancheta, a refinaria do Hugo Chávez...

Agora eles estão com o factóide de resolver o problema da Marinha Mercante. Vamos ter, daqui a alguns dias, o esforço concentrado. A psicose é aprovar esse aumento de crédito para que a Transpetro possa construir os tais navios. Estão prometendo navio em todo lugar. Em todo lugar vai ter um estaleiro. É uma brincadeira a facilidade com que prometem estaleiro. Vão resolver o problema da Transpetro, que é rica, mas vão se esquecer, Sr. Presidente, dos pequenos estaleiros, inclusive de um existente no seu Estado, o Estado do Maranhão, que precisa, esse sim, do Fundo da Marinha Mercante, vão se esquecer de estaleiros para atender o transporte de passageiros da Amazônia, para construir as barcas que fazem a travessia entre Rio e Niterói, para atender à população. Querem fechar um pacote para atender à Marinha Mercante.

Senador Marcos Guerra, vejam só o descaramento: o projeto vai até 2024, mas querem resolver o problema agora. Querem que o Senado aprove. Se o Senado não fizer isso estará contra o Brasil? Não! O Senado da República tem que ter responsabilidade nesses assuntos, até por que, Senador Marcos Guerra, esse é um projeto que mexe – reconhece-se isso na exposição de motivos – na infra-estrutura do transporte brasileiro. Por que, na tramitação, não se remeteu a matéria à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura? Por que fizeram a aprovação a toque de caixa, quando sequer era um dia rotineiro de reunião da comissão? Trata-se de coisas em cuja aprovação precisamos ter muita cautela.

Vamos admitir que a generosidade nos remetes-se a essa aprovação, num crédito de confiança. Ainda assim, segundo a programação deles, há apenas 10% dos recursos liberados para o presente ano. Há algo errado nisso, Senador Marcos Guerra!

Mesmo assim, vamos lá. Acaba-se com o dinheiro do Fundo da Marinha Mercante. A Transpetro tem condições de tirar empréstimos externos alongados, sem comprometer o BNDES, em melhores condições e com aval insuspeito e ilimitado, que é o da Petrobras. Vamos usar esse fundo para a geração de empregos no País, fortalecendo os estaleiros pequenos que já existem e que são permanentes.

Concedo o aparte ao Senador Marcos Guerra, com muita alegria.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Heráclito Fortes, com muita sabedoria, V. Ex^a trouxe a esta tribuna vários fatos que ocorrem de norte a sul do País. Ainda agora, fiz um pronunciamento justamente sobre os nossos dois brasis. São R\$5,6 bilhões para gerar em torno de 22 mil empregos até o ano de 2025. Reforço a conta que fiz da tribuna ainda agora: os grandes projetos, em torno de R\$2 milhões, geram um único emprego. Há setores da economia brasileira que estão morrendo, como o do vestuário, lembrado por V. Ex^a, do Estado da Senadora, no Vale do Itajaí, que, tenho certeza, está me ouvindo e sabe do que estou falando. O Governo não faz nada para socorrer esses segmentos, inclusive este a que V. Ex^a se refere, os pequenos estaleiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, Santa Catarina é forte também na questão dos estaleiros.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Com certeza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A Senadora até foi lá com o Presidente, inaugurar, fazer o lançamento de um barco desses. Mas é preciso estimular a indústria de uma maneira geral.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Com certeza, Senador. Infelizmente, o Governo realmente não tem olhado para a geração de emprego, que está nos micros, pequenos e médios negócios. V. Ex^a está de parabéns, pois assoma à tribuna, mais uma vez, para relatar à Nação os problemas sérios que devem ser corrigidos com o maior rigor. Lamento também que o Estado de V. Ex^a não possa citar mensalões em campanha eleitoral. Realmente, é uma pena porque a população perde a oportunidade de realmente se lembrar de fatos importantes que aconteceram na Nação brasileira e que mudaram inclusive o rumo da política nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O mais grave, Senador, é que, no Piauí, não há nenhum

mensaleiro, não podemos importar o exemplo. Estamos proibidos de dizer o que houve no Brasil, até para alertar. É uma situação difícil.

Quero encerrar, Senador João Alberto, para mostrar como está o PT. Questionei o Senador Sibá Machado, que tem se mostrado um excelente economista e que mostra que ninguém é insubstituível. S. Ex^a tem conseguido explicar de maneira mais fácil. Eu, por exemplo, que não entendo nada de economia, consigo entender o que o Sibá diz e não entendo o Mercadante. O Senador Sibá Machado é muito mais lógico, muito mais prático e fala com todos.

Perguntei, sobre a Volkswagen, qual era a posição do Governo, se era contra ou a favor dos trabalhadores. Não respondeu. Foi aqui, foi acolá, não respondeu. Daí eu pergunto: a Volkswagen está recebendo empréstimos do BNDES, e esse banco não exige nenhuma contrapartida pela manutenção dos empregos?

S. Ex^a aqui disse uma coisa fantástica: que a fábrica está envelhecida e que pretende mudar de cidade. Já pensaram o que é transferir famílias, três mil e tantas famílias? O PT de hoje pensa assim. O PT de hoje pensa assim. Se fosse antigamente, estaria na porta da fábrica fazendo piquete, estaria fazendo nas fábricas o que o Bruno Maranhão fez aqui no Congresso, invadindo, fazendo bagunça. Mas não há preocupação alguma. Hoje, para coroar tudo isso, há um jantar importante em São Paulo, ao qual acho que o Presidente da República deve ir. É missão. Espero que seja um jantar com interesses republicanos, para discutir a conjuntura nacional e não necessidades eleitorais que, como sabemos, são grandes. Mas que ele discuta, não venha com bravata como fez quando foi para a Inglaterra, quando disse que iria tratar olho no olho a questão daquele brasileiro que, por engano, foi morto no metrô, e se encantou com os tapetes do Palácio, com a conversa da Rainha, com o luxo e com a riqueza e não trouxe nenhuma solução, e a família ainda hoje espera.

Lamento, Sr. Presidente, que essas coisas estejam acontecendo. A minha preocupação é que Sua Excelência esteja jogando um cesto de pedras para cima e se esqueça de sair de baixo, fazendo com que, na hora certa, todas elas caiam sobre a sua cabeça.

É esperar para ver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Marcos Guerra, Alvaro Dias, Renan Calheiros e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dois atos falhos e uma revelação”, publicada no **Jornal do Brasil**, do último dia 11 de agosto do corrente.

A matéria trata da entrevista concedida pelo presidente Lula ao **Jornal Nacional** e de seus tropeços ao responder as perguntas dos apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes. Segundo a matéria, o presidente-candidato se mostrou “nervoso, tenso, trocando as palavras”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dois atos falhos e uma revelação

Nervoso, tenso, trocando as palavras, o presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva respondeu ontem às perguntas dos apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes, do **Jornal Nacional**, no Palácio do Planalto, na bancada montada especialmente para a entrevista. Minutos antes, soube, pela pesquisa Ibope encomendada pela TV Globo, que pode ganhar as eleições no primeiro turno. O cenário positivo não aplacou o nervosismo. Na primeira fala, um erro: “combate à ética”. No quarto programa, depois de ouvidos os adversários Geraldo Alckmin (PSDB), Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT), o presidente foi tratado como “candidato”. Ao final de questões incisivas sobre escândalos de corrupção no governo, a imagem que ficou foi a de um presidente apreensivo com perguntas no campo da ética.

Lula informou que demitiu os ex-ministros da Casa Civil José Dirceu e da Fazenda Antônio Palocci, depois de acusados de envolvimento em escândalos. “Afastei todos. Afastei o José Dirceu. E afastei o Palocci”. A revelação colide com o teor da

carta de despedida a Dirceu (“meu querido Zé”) e do discurso de adeus a Palocci (“eterno companheiro, grande irmão, o melhor ministro da Fazenda de todos os tempos”).

Questionado sobre porque Paulo Okamoto – amigo de Lula e presidente do Sebrae, acusado de pagar dívidas do presidente com o PT – não liberou seu sigilo bancário para esclarecer as suspeitas, Lula respondeu: “É um direito dele não querer quebrar o sigilo, isso pode acontecer com qualquer cidadão. Pode acontecer com você, Fátima, com você, William”.

Durante os 11 minutos e meio cravados, durante os quais foi interrompido três vezes, Lula deu apenas um sorriso. Nervoso, ao final da entrevista cometeu mais um ato fa-

lho. Perguntado sobre o que gostaria de fazer no segundo mandato, o presidente-candidato elogiou o próprio governo, citando dados positivos da economia, e cometeu mais um deslize: “Está tudo crescendo neste país, a única coisa que cai é o salário”. Logo depois, corrigiu-se: “Não, não. Desculpe, é a inflação”. E riu.

Os tropeços do presidente-candidato talvez pudessem ter sido evitados. Como debates e entrevistas já fazem parte da rotina presidencial, Lula dispensou o chamado *media training*, programa especial de treinamento utilizado pela maioria dos candidatos, com o objetivo de prepará-los para entrevistas coletivas à mídia impressa e eletrônica. À tarde, em reunião com assessores no Palácio da Alvorada, o presidente atualizou números e estatísticas do governo, e repassou temas que vêm sendo abordados com frequência durante a campanha eleitoral, como segurança pública, geração de emprego e renda, crescimento da economia, taxas de juros e combate à corrupção.

“ Afastei todos. Afastei o José Dirceu. E afastei o Palocci

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente e candidato

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pela Delegada da DRT/AM, Gláucia Reis Credie, intitulada “Não ao trabalho infantil”, publicada no jornal **Diário do Amazonas**, em sua edição de 13 de agosto do corrente.

Na entrevista, a Delegada Regional do Trabalho trata da brilhante iniciativa de criar uma comissão para combater a utilização de crianças e adolescentes na venda de jornais impressos nos semáforos de Manaus. A Delegada Gláucia destaca, ainda, os trabalhos de

fiscalização da DRT no combate à exploração do trabalho infantil.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Não ao trabalho infantil

Crianças e adolescentes estão proibidos de vender jornais nas ruas da cidade. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT/AM) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Semdh) montaram uma comissão para impedir a comercialização de jornais por crianças, segundo informou a delegada da DRT, Gláucia Credie, em entrevista dada à repórter Paula Litaiff. Gláucia propõe que as empresas de jornais impressos se responsabilizem pela fiscalização dos distribuidores de jornais que utilizam mão-de-obra infantil.

“Nossa intenção não é multar, mas buscar parceiros para o combate ao trabalho infantil”

A utilização de crianças e adolescentes para a venda de jornais nos semáforos é uma prática muito antiga em Manaus e no Brasil. Quando surgiu a idéia de combater esse tipo de ação na cidade?

Surgiu em 2001 na DRT, durante a gestão de Jorge Guimarães (atual secretário da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Semdh)). Na época a Delegacia convocou os distribuidores dos cinco jornais da cidade para assinar um Termo de Ajustamento e Conduta. Sem que se comprometendo a não utilizarem mão-de-obra infantil na venda de jornais.

Eles cumpriram com o acordo?

Nunca cumpriram, durante cinco anos. É na segunda vez que chamávamos os distribuidores para prestar contas na DRT, não eram os mesmos que tinham assinado o Termo de Ajustamento e Conduta. Havia muita rotatividade desse tipo de profissional nas empresas de jornal impresso, então se tornava difícil o cumprimento do acordo. Os novos distribuidores valiam-se do fato que não foram notificados pela DRT. Enquanto isso, as crianças continuavam a ser exploradas. Então decidimos chamar as empresas para discutir o assunto.

Mas por que a DRT decidiu responsabilizar as empresas de jornais pela contratação de crianças feita pelos distribuidores?

Porque toda empresa é responsável pelo processo de comercialização do seu produto até o consumidor final. Ou seja, se uma empresa contrata pessoas de mão indolente para utilizar crianças na venda dos produtos dela, ela também se torna corresponsável no crime de exploração do trabalho infantil. Além do mais, como já disse, a fiscalização a pessoas físicas era muito ineficaz. Por outro lado, a relação com empresas é mais sólida e viável judicialmente. Pois todas elas possuem um assessor jurídico que as orientam na execução dos serviços junto à DRT.

O que foi feito para formalizar a responsabilidade das empresas na contratação de crianças para a venda de jornais?

No mês de abril deste ano, a DRT juntamente com o MPT solicitaram um estudo da ex-stita Secretaria Municipal de Infância e Juventude (Seminf), atual Semdh, para saber qual era a faixa etária das pessoas que trabalhavam na venda de jornais na cidade. Além de verificar quais eram as condições de trabalho delas e para que empresas elas trabalhavam. Com o resultado desse estudo em mãos, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública contra as seis empresas de jornais da cidade.

O que pediu a ação?

Uma indenização no valor de R\$ 200 mil para ser revertido ao Fundo Municipal de Apoio à Criança e ao Adolescente, ligado à Semdh. Esse valor é uma forma de indenizar a sociedade pelo mal causado contra as crianças no período em que elas foram exploradas pelas empresas na venda dos jornais. A segunda petição é uma multa diária no valor de R\$ 1 mil por cada criança ou adolescente encontrado vendendo jornal nas ruas.

A senhora acredita que com essa atitude as empresas passarão a controlar o trabalho de contratação feito pelos distribuidores e as crianças e adolescentes não serão mais usados na venda de jornais?

Temos grandes esperanças que o problema, pelo menos, diminua. Particularmente, já observei uma grande redução no número de crianças e adolescentes vendendo jornais nos semáforos. Mas é claro que ainda existem alguns trabalhando. Na realidade, é bom deixar claro que não é nossa intenção multar as empresas, mas tê-las como parceiras no combate ao trabalho infantil. Isso, na verdade, é o que a sociedade deveria fazer para lutar contra esse mal.

E como a sociedade pode ajudar no combate à exploração do trabalho infantil?

Não comprando mais produtos vendidos por crianças e adolescentes. Com essa atitude, os exploradores terão que procurar adultos para contratar. As pessoas precisam ser cientes que, ao comprar de uma criança, elas não estão lhe ajudando, mas prejudicando o futuro. Isso porque estudos demonstram que crianças que trabalham têm baixo rendimento escolar.

O problema é que, embora as instituições realizem ações de combate à exploração infantil e uma parte da população deixe de comprar de crianças, os pais desses meninos insistem em colocá-los nas ruas com a desculpa da necessidade financeira. O que fazer nesse caso?

Nesse caso, o Poder Público deve atuar com a realização de políticas públicas voltadas para a geração de empregos. O governo, tanto na esfera estadual como municipal precisa entender que ao criar postos de trabalhos, milhares de crianças podem deixar de trabalhar nas ruas.

Quais são as principais consequências do trabalho na infância?

Posso citar uma em especial que acarreta outras consequências: a baixa escolaridade. Sem perspectiva de vida, jovens tornam-se medocres profissionais, e a falta do dinheiro muitas vezes os levam à prática de crimes.

E em relação a outros segmentos comerciais, como a DRT vem atuando no combate ao trabalho infantil?

Em junho (mes que se celebra o combate ao trabalho infantil em todo o Brasil) de 2005, fizemos um estudo para saber em que segmentos, crianças e adolescentes poderiam ser encontrados e o resultado foi: restaurantes e padarias. Então deslocamos nosso efetivo para fiscalizar esses locais e encontramos somente dois adolescentes. Logo percebemos que o mercado formal quase não usa mão-de-obra infantil. Esse junho deste ano, realizamos palestras e cursos orientando crianças e familiares sobre o problema. Mas no Dia da Criança, em 12 de outubro, a DRT irá chamar todas as instituições ligadas ao combate ao trabalho infantil para pedir prestação de contas dos serviços prestados nos últimos 12 meses.

O DIÁRIO decidiu assinar a carteira de jovens maiores de 16 anos para a venda de jornais. O que a senhora acha disso?

Se houve um acordo judicial, e o juiz entendeu que esses jovens precisavam do emprego para a subsistência deles e da família não vejo mal nisso. A legislação permite que jovens maiores de 16 anos possam trabalhar, desde que o trabalho não prejudique a vida escolar deles.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Educação e segurança estão carentes de investimentos, diz ONG”, publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, em sua edição de 24 de julho do corrente.

A matéria mostra que a Organização não Governamental Contas Abertas, que fiscaliza os gastos públicos, constatou que “o perfil de investimentos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva traz à tona um abismo entre a prática de sua administração e o discurso de campanha adotado pelo presidente-candidato”.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Educação e segurança estão carentes de investimentos, diz ONG

KARLA CORREIA
BRASÍLIA

A observação mais detalhada do perfil de investimentos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva traz à tona um abismo entre a prática de sua administração e o discurso de campanha adotado pelo presidente-candidato. Setores como educação, bandeira eleitoral de Lula, e segurança pública, tema inevitável na corrida presidencial, se mostraram carentes de investimentos no governo petista, de acordo com dados levantados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) pe-

O volume de recursos em educação no primeiro ano do governo Lula foi equivalente a 8% do total de gastos na área

la Organização não Governamental Contas Abertas, que fiscaliza os gastos públicos.

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

O volume de investimentos em educação no primeiro ano do governo Lula foi equivalente a 8% do total de gastos na área. Dos R\$ 17,3 bilhões reservados para essa rubrica em 2003, 55,3% foram destinados a encargos sociais e despesas com pessoal.

Os investimentos, que representam o que o governo faz de novo no setor, mereceram 8% dos recursos. Essa porcentagem cai para 4% em 2004, em um volume que contrasta com o bordão repetido por Lula, de que dinheiro para a educação não pode ser encarado como despesa em seu governo.

O balanço sobre investimentos em segurança pública, por

Segundo a matéria, setores como educação e segurança pública se mostraram carentes de investimentos no Governo petista.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

sua vez, não só mostra uma queda expressiva nos recursos aplicados pelo governo na área como também traz o questionamento sobre a eficiência desses investimentos. O montante total de investimentos pagos no ano passado no setor equivale a menos da metade daquele desembolsado em 2001.

O volume total de recursos aplicados no Estado de São Paulo entre 2003 e 2006 caiu 16,29 pontos percentuais na comparação com o total investido pela União somente nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Contudo, o estado continua com investimento per capita, nessa área, superior à média nacional de R\$ 130,52. São Paulo recebe R\$ 153,81 em recursos por pessoa. O Rio de Janeiro, outro estado vitimizado pela violência, recebe R\$ R\$ 236,98 por habitante.

DIÁRIAS DE HOTÉIS

No ano passado, a União investiu R\$ 484,3 milhões em segurança. Cifra inferior à despesa dos ministérios com diárias em hotéis – R\$ 528,8 milhões – por exemplo. Essa parte dos gastos é uma parcela privilegiada entre as despesas do governo. A União desembolsou R\$ 598,2 milhões com passagens no ano passado.

Outros R\$ 1,403 bilhão com a aquisição de imóveis e R\$ 127,4 milhões com a aquisição de periódicos e pagamentos de anuidades. Materiais e serviços de áudio, vídeo e foto consumiram R\$ 63,2 milhões em verbas orçamentárias, no mesmo período. Para efeito de comparação, a União investiu, no ano passado, R\$ 28 milhões em saneamento. Que é outra bandeira da candidatura de Lula à reeleição.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, as baixas taxas de crescimento econômico brasileiro têm sido um dos temas mais debatidos no País. As razões são muitas e as mais citadas são a excessiva carga tributária e os juros mais altos do mundo. Mas há um fator poucas vezes mencionado e que tem sido, como os impostos extorsivos e os juros absurdos, um fator determinante para impedir que tenhamos índices de crescimento maiores.

Não há país que cresça sem investimentos em infra-estrutura, especialmente em transportes. O atual Governo, que abandonou o programa de privatizações e não propôs uma alternativa viável, vem assistindo, sem tomar providências, à degradação da infra-estrutura do País. As deficiências da infra-estrutura brasileira fazem com que os empresários gastem por ano US\$4,400 bilhões de dólares a mais que nos Estados Unidos para movimentarem suas mercadorias, de acordo com um estudo da empresa de consultoria Trevisan.

Como poderemos ser competitivos no mercado internacional se o custo de transporte rodoviário por tonelada de grão até o porto de embarque no Brasil é de US\$70.00, enquanto em outros países é de US\$20.00? Como teremos condições de alcançar altas taxas de crescimento se a movimentação de um contêiner em nossos portos custa US\$60.00, e em outros países não passa de US\$15.00? Como incentivar exportações se os navios cargueiros que atracam num porto brasileiro são obrigados a pagar uma “taxa de farol”, única no mundo, de mais de R\$3.400,00 – em plena era da navegação por satélite e das cartas náuticas computadorizadas? São apenas alguns exemplos do chamado “Custo Brasil”, que tanto prejudica nosso desempenho no comércio exterior.

Nossas estradas, em sua maior parte, estão em péssimo estado de conservação – apenas um quarto delas, de acordo com a Confederação Nacional dos Transportes, pode ser considerado como em boas condições de uso. Não tenho notícia de programa algum para recuperá-las, a não ser ações emergenciais e comprovadamente ineficazes, como a recente “Operação Tapa-Buracos” – embora por elas trafeguem 62% das cargas transportadas no País. A movimentação portuária no Brasil cresceu mais de 79% desde 1993, mas muito pouco foi feito até agora para modernizar nossos portos.

Como o Governo federal não investe, não faz manutenção preventiva e não cria condições favoráveis ao investimento privado na área, a perspectiva a médio e longo prazo é de colapso. Se continuarmos a adiar indefinidamente os investimentos em infra-estrutura, jamais alcançaremos índices de crescimento similares aos de outros países emergentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Google inc. impetrou ontem ação na justiça

brasileira pedindo que seja indicado um especialista com o objetivo de confirmar, de maneira independente, que o Google Brasil não possui informações de usuários do orkut.com.

Por meio de uma ação civil pública com pedido de liminar, o procurador regional dos direitos do cidadão, Sergio Gardenghi suíama, quer que a filial brasileira seja obrigada a cumprir as ordens já expedidas pela justiça federal de quebra de sigilo de comunidades e perfis criminosos no Orkut, sob pena de multa.

O Ministério Público Federal – MPF – pede na ação que a filial do Google no Brasil, localizada em São Paulo, seja fechada caso a determinação não seja cumprida. no mérito, o mpf pedirá a condenação da google brasil ao pagamento de indenização milionária à sociedade pelos danos causados pelos sucessivos descumprimentos de ordens judiciais.

Há denúncias de mais de 100 mil crimes no orkut, sendo que mais de 40% deles são de pedofilia e pornografia infantil na comunidade virtual.

O Google brasil quer provar que não possui o banco de dados das comunidades virtuais do orkut ou qualquer informação sobre esses usuários.

A empresa alega que as informações sobre usuários do orkut são administradas pelo Google inc., empresa sediada nos estados unidos e que mantém o orkut.

A ausência de uma agenda estratégica do governo, que contemple políticas para as tecnologias de informação e para a economia digital foi tema trazido à tribuna no final de maio passado.

Dado: segundo relatório do fórum econômico mundial, em 2006 o Brasil caiu, pelo terceiro ano consecutivo, seis posições no *ranking* que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade segundo relatório do fórum econômico mundial, em 2006 o Brasil caiu, pelo terceiro ano consecutivo, seis posições no ranking que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade.

O episódio “Google Brasil” ratifica, mais uma vez, a nossa preocupação já manifestada da tribuna do senado :

A ocorrência diária de ilícitos através da internet e redes de todos os tipos reforça a nossa visão: o congresso nacional deve discutir com urgência uma legislação mais rigorosa para impedir os crimes virtuais

Nesse contexto, a questão da certificação digital é inadiável. devemos tornar obrigatória a identificação de todas as partes: o agente, e-consumidor, internauta ou usuário de internet em geral. o anonimato da rede não pode estar a serviço de posturas delituosas. há crimes que nascem via internet. precisamos urgentemente de um amplo projeto de política nacional para nossa economia digital”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Homenagem a JK - 30 anos de sua morte

*Pronunciamento do senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal - 22/08/06*

Homenageamos, na sessão de hoje, a memória de um dos brasileiros mais queridos e admirados deste século, o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

A morte de JK, 30 anos atrás, deixou órfão um país inteiro. Foi com ele que vivemos os anos dourados. Foi com ele que experimentamos um período de desenvolvimento sem precedentes.

Com JK, o Brasil entrou na era da modernidade, na era industrial. Ganhou 13 mil quilômetros de estrada, uma indústria automobilística e naval, ganhou uma nova Capital em pleno cerrado. Ganhou, acima de tudo, auto-estima e confiança no futuro.

O Brasil de JK foi o Brasil da bossa nova e do cinema novo, da era de ouro do futebol, da efervescência cultural e intelectual. Foi o Brasil das grandes obras, dos 50 anos em apenas cinco.

Dinâmico, visionário, empreendedor, o presidente seresteiro e bom de papo soube conduzir, como nenhum outro, um crescimento econômico anual de oito por cento, em média. Implantou um Plano de Metas ambicioso, com foco nas áreas de energia, de transportes, alimentação, educação e indústria de base.

O Brasil deu, naquela época, um salto invejável em direção ao futuro. E é esse caminho que precisamos continuar trilhando.

Homenagear Juscelino Kubitschek, 30 anos depois, não é apenas lembrar sua história, admirar a imponência de Brasília, a capital que ele sonhou e construiu, nem apenas reconhecer sua enorme contribuição para o desenvolvimento do Brasil.

Homenagear JK é retomar o caminho do desenvolvimento e do crescimento econômico. É colocar esse país de novo rumo ao futuro e à modernidade. É esse nosso desejo, é essa a nossa esperança.

Muito obrigado!

O SR. EDISON LOBÃO (PLF – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a TV Senado, de 11 a 13 deste mês de agosto, divulgou o programa especial “Guardiões da Fronteira”, uma ampla reportagem sobre a atuação do Exército nos limites amazônicos. Como registra a apresentação do programa: “Em pleno coração da Amazônia, nos limites das fronteiras com nossos vizinhos, brasileiros marcam presença garantindo a soberania nacional. O programa apresenta quem são estas pessoas, como elas superam adversidades e suportam as agruras e perigos da selva e o modo de vida nos postos avançados no Exército Nacional.”

Essa reportagem devolveu-me aos idos da “Eco 92” – e eu era então o governador do Maranhão, a 4 de junho de 1992 -, a conferência sobre meio ambiente que, reunindo no Rio de Janeiro as lideranças de 180 nações, teve fundamental importância histórica ao chamar a atenção da opinião pública mundial, pela primeira vez, para as ligações entre os problemas ambientais do planeta, as condições econômicas e a justiça social.

Na ocasião, Sr. Presidente, pudemos admirar e aplaudir, no decorrer desse mais importante congresso internacional do fim do século que se exauriu, a plena segurança então vivida pelos integrantes da Conferência e pela população carioca.

Foi a contribuição proporcionada pelas nossas Forças Armadas, junto às bravas forças policiais e militares daquele Estado, à realização pacífica daquele congresso, que alcançou extraordinária relevância pelos resultados alcançados.

Além da competência dos oficiais das nossas três Forças Militares, que dedicam suas vidas às carreiras que abraçaram, há de ressaltar a eficiência dos chamados “praças”, os modestos conscritos ou engajados que, com plena consciência da disciplina e hierarquia, estão sempre a postos para cumprir suas missões.

No Exército, têm sido inúmeras tais missões de paz e segurança, atribuídas à Força Terrestre e seu Batalhão de Aviação. Só no Rio de Janeiro, além da “Eco 92”, ocorreram as chamadas Operações I e II, em 1994 e 1995, sempre articuladas com órgãos de todos os níveis de governo. Fizeram-se presentes nos conflitos fundiários no Sul do Pará e fazem-se permanentemente atuantes no reconhecimento e patrulhamento de fronteiras, na colaboração com o IBAMA no controle e monitoramento das queimadas e desmatamentos, nos casos de calamidades públicas e, entre outras missões, atendendo às requisições da Justiça Eleitoral para garantir o clima de tranquilidade nos sucessivos pleitos eleitorais.

Vemos em todos esses acontecimentos, Senhor Presidente, o modesto soldado verde-oliva no contexto dos “heróis anônimos”, que, ao lado dos que os comandam, são credores da grande estima que lhes devota a nação.

Na pesquisa IBOPE de agosto de 2005 – estudo que vem sendo realizado desde 1989 –, as Forças Armadas estão incluídas entre as instituições em que os brasileiros mais confiam, resultado que não nos surpreende pela avaliação que no dia a dia aferimos junto ao povo.

Isto explica por que, nesta lamentável conjuntura de violência sofrida por nosso país, tanto se pede a presença das Forças Militares para preencher os vazios da reação legal a esse colapso da segurança.

Contudo, não é esta a missão constitucional para a qual estão preparados o Exército, Marinha e Aeronáutica. Aos nossos aguerridos oficiais e soldados não se atribuíram o exercício e a logística para embates tipicamente policiais. Colaboram com os órgãos de prevenção e repressão federais e estaduais quando necessário, como ocorreu e ocorre nos casos citados, mas seria uma inconveniência envolver os militares das Forças Militares – oficiais e soldados – nas lutas urbanas contra bandidos cuja única bandeira é a do crime covarde e a da crueldade.

Às Forças Armadas, Sr. Presidente – e isto temos dito cansativamente no Senado -, o que se tem a fazer, na contribuição que delas se pode contar contra a crescente ousadia dos fora da lei, é lhes proporcionar recursos relevantes para ampliar sua atuação nos limites fronteiriços. Dar-lhes condições efetivas para a defesa das enormes extensões territoriais através das quais se deslocam os armamentos e as drogas que fortalecem os bandos delituosos. Este o caminho, adotado na maioria dos países, único possível para impedir a audaciosa posse de armas pesadas, contrabandeadas, com as quais se exibem publicamente os criminosos das favelas metropolitanas.

Mas o meu objetivo hoje é referir-me ao “25 de agosto” – data do aniversário de Caxias -, quando se festeja no Exército o “Dia do Soldado”. Creio ser de muita oportunidade repercutir desta tribuna essa comemoração. É o reconhecimento devido pelo país a esses jovens “praças” que, com o seu preparo militar, compõem o importante contingente atento à defesa do Brasil.

Levo a todos eles, Senhor Presidente, através do seu comandante General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, a minha saudação pela data comemorativa do 25 de agosto, almejando que continuem oferecendo o devotamento e o patriotismo reconhecidos por toda a nação.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 16 minutos.)

(OS Nº 14910/06)

Ata da 140ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Cavalcanti, Magno Malta e Eduardo Suplicy

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são muitas as razões que me trazem a esta tribuna mais uma vez. Atendendo a apelos de companheiros e de alguns Senadores, volto à tribuna para falar do mesmo assunto.

Tenho recebido solidariedade, por meio de *e-mails* vindos de todo o País, de pessoas de classes e de credos diferentes, que não me conhecem e que não têm relacionamento comigo, de amigos próximos, de líderes de todas as classes, de pessoas do Ministério Público, da Justiça e do meio artístico.

Agradeço a meu amigo Pampa, campeão brasileiro de vôlei, pela solidariedade; a Zezé di Camargo pelo telefonema, pelo carinho e pela reiteração de confiança na minha pessoa. Pode continuar confiando, porque nada tenho com esse episódio sujo, que macula a honra da Nação! Nunca dele participei, nunca dele fiz parte. Agradeço ao Pastor Lécio Dornas, de Salvador, pela solidariedade e pelo carinho, bem como aos pastores líderes de todo este País, inclusive os de Rondônia, onde o Senador Amir Lando, Relator da CPMI que trata desse caso, é candidato a Governador.

Eu disse aos Líderes: “Reúnam-se com ele e perguntem-lhe se devo algo, se algo macula minha honra e meu nome, se fiz parte disso, porque ele é o mais convicto de que não tenho nada”.

Sr. Presidente, esse Relator falou comigo todos os dias. Ainda que alguns zombem da fé que professo – tenho orgulho dela e do meu compromisso com Jesus –, na noite anterior à leitura do relatório, orei com o Relator, que me pediu oração pelo telefone, porque

estava angustiado. E disse-me: “Não há absolutamente nada contra você. Essa ilação está desfeita com este documento aqui”. No outro dia, ele me inclui e some. É algo difícil de entender.

Peço que os Líderes de Rondônia se reúnam com ele e vejam, realmente, se ele é digno do seu voto e do seu apoio com esse comportamento.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a um cidadão de 88 anos, aposentado, e à sua esposa, do Paraná. Das centenas de *e-mails* que recebi, fiquei emocionado com esse que partiu desse homem de 88 anos. Ele disse que gostaria muito de ser do meu Estado, porque acompanha minha trajetória há seis anos e tem orgulho dos serviços que tenho prestado a este País.

Agradeço ao meu povo, do Estado do Espírito Santo, de todos os Municípios, de Ponto Belo a Presidente Kennedy, de Mimoso do Sul, de Santa Maria de Jetibá, de Cachoeiro de Itapemirim – nossa terra querida, em que está acontecendo a Feira Internacional do Mármore, que muito contribuiu para a economia deste País –, de Vitória. Agradeço ao povo da serra, o povo do norte, desde Conceição da Barra a Barra de São Francisco. Tenho recebido a solidariedade do povo de todo o litoral do Estado. Isso me deixa muito feliz e fortalecido, razão pela qual, Sr. Presidente, ocupo a tribuna todos os dias.

Com os ataques nefastos e mentirosos que tenho sofrido, era para eu estar muito encolhido e para eu ter sumido deste plenário e desta tribuna, mas nada me faz calar, nada me mete medo. Quando a verdade está do seu lado – e ela está comigo – e quando você confia em Deus absolutamente, não há de correr de uma situação, embora ela se apresente tão grave – e ela é grave –, como um grande gigante diante de você, quase que irremovível, quase que imbatível! Essa situação se apresentou dessa forma diante de mim, mas me alegro e me dá muito orgulho receber a solidariedade dessas pessoas do Brasil. Isso me fortalece, e agradeço a todos.

Venho à tribuna hoje, porque, na próxima semana, estarei ausente desta Casa por problemas particula-

res. Não sei se V. Ex^a sabe, porque é novo na Casa, mas sou lesionado de medula. Sou um paraplégico que anda. A minha coluna é um enxerto. Sou um milagre de Deus! Por razões alheias à minha vontade, não virei na próxima semana. Por isso, estou aqui hoje. As pessoas que assistem à TV Senado fazem questão de nos acompanhar, e, como não temos a grande mídia, é preciso que elas me ouçam.

Hoje é um dia feliz para mim, Sr. Presidente, porque me faço acompanhar da minha esposa, que ali está, companheira de 25 anos; da minha irmã Susi; de Glória, uma amiga e companheira. A minha esposa está comigo há 25 anos, Sr. Presidente, tirando drogados das ruas. Há 25 anos, tiramos pessoas da cadeia e bêbados das ruas. Recebemos trapos humanos das mãos das famílias e os devolvemos à sociedade. Há meninos de 10 anos de idade viciados e traficantes de craque e pessoas com 70 anos e alcoólatras, e os recolhemos como filhos e os devolvemos à sociedade. Lá, juntamente com minha esposa, recebo homens de 50 anos ou de 60 anos com cirrose, com epilepsia alcoólica, com **delirium tremens**.

Sr. Presidente, fui Deputado Federal e nunca coloquei uma emenda no Orçamento para essa instituição. Como Senador, nunca o fiz. Recuperando alcoólatras e com tantas pessoas doentes, se eu tivesse qualquer ligação com a máfia da ambulância, minha instituição seria a primeira a ter uma ambulância bem equipada, pois há gente com epilepsia alcoólica. Mas prefiro, Sr. Presidente, continuar vendendo CD, recebendo direitos autorais, realizando eventos e **shows**, vendendo camisetas. Com isso, mantenho nossa instituição, que é filantrópica, que é decente e que tem recuperado milhares, milhares e milhares de jovens, de adultos e de anciãos, devolvendo-os às suas famílias.

Aliás, quero agradecer às famílias de todo o Brasil que me enviaram *e-mails* com muito carinho, fortalecendo-me. Fico orgulhoso, porque, desde o primeiro ano do meu casamento, eu e minha esposa não temos privacidade. Nossas filhas já nasceram nos braços dessa gente.

Hoje é um dia mais importante ainda, a despeito de tudo, porque, hoje, minha filha Magda faz 23 anos de idade – é a minha filha mais velha. Quero mandar um abraço e um beijo para minha filha e dizer do orgulho que sinto pela vida que ela leva, pelo comportamento que tem e pela cobertura que me faz com orações neste momento tão difícil não só meu, mas de toda a minha família.

Veja o disparate, Sr. Presidente: CPI de máfia de ambulância. Quando escuto ou vejo isso – aliás, não vejo nem leio mais nada sobre máfia de ambulância

–, fico estupefocado, porque nunca coloquei uma emenda nesse sentido; não há uma emenda no Orçamento para essa máfia da ambulância. Já deve ter chegado ao seu gabinete os documentos, porque os mandei a todos os Senadores. Gostaria que cada um tivesse o cuidado de olhar cada documento. São esses mesmos documentos que estão nas mãos da imprensa.

Passo ali, e o jornalista me diz: “Olha, que momento duro o senhor está vivendo! Li aquilo tudo, e não tem nada a ver com o senhor”. Perguntei: “Você leu? Por que não publica?” Ele disse: “Não posso”. Não há problema. Se na vontade permissiva de Deus é preciso que eu passe por este momento, estou passando por ele. É como se eu estivesse vivendo minha Sexta-Feira da Paixão, esperando o Domingo de Páscoa.

Sr. Presidente, V. Ex^a é Parlamentar e sabe que uma CPI se constitui com um fato determinado. O fato determinado dessa CPI foi fraude no Orçamento para ambulância superfaturada. Não fraudei o Orçamento, não coloquei emenda no Orçamento; nunca fiz isso na minha vida, não coloquei emenda para superfaturar ambulância. Não há uma prefeitura, um prefeito que levante o dedo e diga que recebeu de mim, porque não há, não existe. Estão lá as emendas.

Fiz questão de resgatar minhas emendas de quando eu era Deputado Federal, emendas para saúde, para hospitais filantrópicos, para hospital evangélico, para a Santa Casa do Espírito Santo; as emendas foram aplicadas quando eu ainda era Deputado Federal. Não existe absolutamente nada que me ligue a essa máfia.

Aí você vê: Senadores acusados da máfia da ambulância! Não temos ambulância nem para a instituição que dirigimos! No depoimento do Sr. Vedoin, ele disse, com raiva, que nunca coloquei emenda para ele. Disse que me deu um carro em 2003. Mas eu não recebi isso. E não o conheço. De acordo com o depoimento dele, comprou em 2003 o tal carro, mas os documentos são de 2001. Em 8/1/2001, ele passou esse mesmo carro para o nome do Deputado Lino Rossi. Esse carro é uma *van*. Eu não os conheço. Nunca tratei nada com ele. Mas, se ele tratou alguma coisa com o Deputado Lino Rossi em meu nome, não tomei conhecimento disso. Isso não chegou a mim.

Em 2003, um amigo que participou da CPI do Narcotráfico... Quem não se lembra dessa CPI? Eu cruzei o País inteiro. Estive no Acre, do Senador Tião Viana, de Jorge Viana, de nossa querida Ministra Marina Silva, de nosso querido Senador Sibá, atendendo a um apelo do Senador Tião, do Governador Jorge, acuado pela máfia de Hildebrando Pascoal, daqueles que cercavam o Acre e tiravam a liberdade do povo.

Eu passei cinco dias lá. Até um cemitério clandestino eu escavei. Debelamos aquilo tudo. Coloquei minha vida em risco.

Fui para São Paulo, fui para Minas Gerais a convite de Aécio Neves – hoje Governador, mas, naqueles dias, era Líder de seu Partido na Câmara dos Deputados – e de Jutai Júnior, que hoje é o Líder. Eu fui para lá resolver problemas seriíssimos. Fui para o Amapá. Fui para o Maranhão, do Senador José Sarney. Prendemos uma máfia de delegados e José Gerardo, o terror do Maranhão. Cruzamos São Paulo, cruzamos o Rio de Janeiro. Isso me custou o fim da liberdade: começamos, eu e minha família, a andar com seguranças.

“De que valeu isso?”, fico me perguntando. Estou marcado pelo narcotráfico e pelos “bingueiros” e preciso de segurança. De que me valeu isso? Coloquei minha vida em risco neste País. Valeu algo? Será que valeu?

Hoje, vejo como se meu nome, Senador Magno Malta, estivesse no lixo, no monturo, indo embora, jogado pelo esgoto. Fui acusado de algo que não conheço. Em 2003, esse cidadão participou da CPI do Narcotráfico. Eu ainda posso chamá-lo de amigo, porque era tão amigo como Moroni Torgan, como Fernando Ferro e como muitos daqueles que participaram daquela célebre CPI que prendeu 248 pessoas e que indiciou 864. Mas todos foram ouvidos; nenhum bandido foi indiciado e preso sem ser ouvido. Essa é a primeira CPI que ouve o acusador, que pede para que os outros se manifestem por escrito e que não lê nada de ninguém.

Há algo até muito engraçado. Anteontem, Sr. Presidente, liguei para o Senador Antero Paes de Barros, meu companheiro, colega aqui, para ser solidário a S. Ex^a e à família dele, pois este é um momento difícil na vida de qualquer pessoa. O rapaz, na revista **Veja**, citou o nome do Senador Antero, com o qual fui solidário: liguei para S. Ex^a, a fim de abraçá-lo. Leio aqui o que disse o Deputado Carlos Sampaio, Vice-Relator da CPI, promotor público, experiente, rapaz de bem, de São Paulo. Segundo Sampaio, “Antero Paes de Barros nem sequer tem do que se defender, pois não há qualquer prova contra ele, e até mesmo o Deputado Lino Rossi, de acordo com o Sub-Relator, já teria afirmado que não fez nenhum repasse de dinheiro ao Senador”. Antero afirma, com todas as letras, com a valentia que lhe é peculiar – e eu acredito no Antero –, que nunca teve negócio com essa gente. Eles dizem que acertaram com Lino Rossi. E Lino Rossi desmente. Fico abismado, porque o Sub-Relator agiu certo. Quem podia acusar Antero era o Lino, que desmentiu, disse que está tudo

correto. Mas o que me assusta é que, no meu caso, ele não considerou o documento do Lino.

Em 2003, recebi um carro emprestado de um amigo. E, aliás, a minha banda tem 15 músicos, e era uma *van* só de quatro lugares. Eu usei essa *van* de Lino Rossi, nunca recebi *van* em nome de Planam nem em nome de empresa nenhuma. Recebi da mão de um cidadão, pessoa física, Sr. Presidente, e devolvi há um ano e três meses. Os documentos estão todos aí, inclusive o recibo da transportadora que levou a tal *van* para seu dono, Lino Rossi. Dono, digo, porque ela continua na porta dele. É essa *van* que leva os filhos dele para a escola.

Não tenho nada com Vedoin, não tenho nada com Planam, nunca coloquei emenda! Agora, veja que descalabro o meu nome estar metido nisso! Há mais de 30 dias, sou manchete nos jornais como bandido; há mais de 30 dias, sou manchete nos jornais como ladrão de Orçamento, como quem superfatura Orçamento, rouba orçamento público para favorecer máfia. Nunca fiz isso.

Quem me conhece sabe quem eu sou! Quem é Parlamentar comigo, quem foi Parlamentar comigo, quem me conhece sabe do meu comportamento! Durante toda a minha vida, fiz enfrentamento. Imagino que, hoje, esses bandidos do narcotráfico – que estão presos até hoje, que estão recolhidos para se fazer a paz no Estado do Acre e em muitos outros – estão rindo nos presídios, com cada recorte de jornal, dizendo: “Olhe aí! Veja o que você recebeu agora! Tome o seu troco agora!”.

Eu não tenho segurança por fazer esse enfrentamento. Pergunto a V. Ex^a: valeu a pena? Vale a pena?

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para dizer que a mim não preocupa o Conselho de Ética. Realmente, o Conselho de Ética e a Mesa do Senado têm de seguir os ritos do Regimento da Casa. O Conselho de Ética é melhor, porque lá, pelo menos, seremos ouvidos e alguém vai ler nosso depoimento. Lá eu serei ouvido, até porque esses documentos estão nas mãos de todos. E eu estou repetindo aqui tudo o que está em documento: o recibo, o tempo em que usei esse carro, quando o devolvi. Sr. Presidente, eu não o devolvi há 60 dias, não; eu o devolvi há um ano e três meses ao seu dono, e está na porta do dono. Não está na porta do Vedoin, nem do filho dele, mas na de Lino Rossi, que é o dono do carro. Em fevereiro, ele me disse que usava esse carro para levar os filhos para a escola. E vejo meu nome envolvido nisso como se eu fosse o bandido. Saem manchetes como se eu fosse o maior

bandido deste País, o maior facinora, ladrão de Orçamento, ladrão de dinheiro público!

E me pergunto: o que Deus quer de mim? Como isso tudo vai acabar?

Lino Rossi vem a público e defende o Senador Antero. O Sub-Relator disse: “É o suficiente”. Lino Rossi faz um documento em que declara: “Eu, Lino Rossi, Deputado Federal, sou dono desse carro de placa tal. O carro é meu. Eu o emprestei para o Senador, que me devolveu na data tal. O carro é meu, continua meu, está na minha porta. Dou fé”. E isso não vale.

V. Ex^a, Sr. Presidente, conhece um pouco da área jurídica e sabe que tudo o que foi feito na Justiça desmantela, não vale nada. Como é que você não ouve? É direito das pessoas. Todo cidadão tem direito à sua defesa. Ele tirou o direito, dizendo: “Você responde aí se quiser, por escrito”. E ninguém leu nada.

Há muita gente envolvida lá? Há. E quem está envolvido tem de pagar? Tem. Há gente envolvida até o pescoço? Há. Mas fico me perguntando... E vou ler isso novamente aqui, até porque um aposentado me pediu que o fizesse. Para fazer a lista, eles criaram três critérios, Sr. Presidente. Vou lê-los agora.

O primeiro deles era o de incluir na lista todos os Parlamentares que se utilizaram da prerrogativa do mandato com apresentação de emendas para auferir benefício financeiro ou outras vantagens. Eu nunca coloquei emendas. Eu me enquadro neste item aqui? Não.

O segundo era o de incluir todos que permitiram, por ação ou omissão, que servidores – isto é, assessores seus – conseguissem benefícios financeiros ou outras vantagens junto ao grupo Planam sobre emenda de Parlamentar. Eu me enquadro nesse item? Não. Não há nada de assessor meu envolvido; não há nada de emenda minha, não.

O terceiro era o de que deveriam ser enquadrados todos os Parlamentares que utilizaram servidores ou terceiros para recebimento, em suas contas bancárias ou em espécie, de recursos destinados ao Parlamentar. Eu me enquadro nisso? Não. Nem servidor, nem Parlamentar. Não há dinheiro de Planam em conta de parente meu, de assessor meu.

Em qual me enquadro? Em nenhum. Sabe qual foi meu pecado? Não ter a capacidade de adivinhar. O meu crime é o de não ter poderes sobrenaturais de adivinhar que o carro que o Deputado Lino Rossi me emprestou, que eu devolvi há um ano e meio, que é dele, que está na porta dele, foi o Vedoin que deu a ele em 2001. Isso poderia ter acontecido com qualquer pessoa, Sr. Presidente. Qualquer homem desse que está em campanha e que pega um carro emprestado de

um amigo que foi enrolado, pois comprou um carro cujo chassi foi raspado, pois tinha sido roubado – e o sujeito não sabia –, pode virar, depois, ladrão de carro.

Então, eles tinham de ter colocado um quarto critério aqui referente a todos aqueles que não têm premonição, que não têm capacidade de ter visões, que não têm a capacidade da adivinhação. E esse é um dom que eu não queria ter, porque a Bíblia diz que os adivinhos não herdarão o Reino dos Céus.

Não há o quarto item. V. Ex^a conhece um pouco do Direito. Isso se sustenta na Justiça? Não. Onde eu estou enquadrado? Há dinheiro em conta minha? Há dinheiro em conta de assessor meu? Onde é que há assessor meu envolvido? Encontraram-me nas gravações? Onde há registro de encontro meu com eles? Não há, porque eu não os conheço, nunca falei com eles, nunca coloquei emenda para eles. Eu usei um carro do Deputado Lino Rossi; o carro é tão dele, que o devolvi há um ano e três meses. E tenho todos os documentos.

Então, é bom que a Justiça entre nisso mesmo, que o Supremo entre nisso! A Justiça vê o que é técnico, a verdade. Aí, sim, quem sabe, terei a capacidade de me defender e terei oportunidade para isso. E, no Conselho de Ética, também terei oportunidade para fazê-lo, Sr. Presidente. E o farei, sem o menor problema.

Todas as pessoas decentes... A maior prova de que ninguém leu nada de ninguém se deu no dia da fatídica reunião em que houve a tal lista. V. Ex^a viu os Congressistas todos em campanha. Vieram somente para aquela reunião. E eles diziam, assim: “Nós apoiamos”. Todo mundo apoiou, e ninguém participou, porque só se reuniram quatro aqui; o restante estava nos Estados.

O Senador Amir Lando me deixou muito triste, não porque colocou o meu nome lá, mas porque ele sabe da verdade. E sabe qual é a verdade, Sr. Presidente? A verdade é que, quando eu estava discursando aqui, ele ligou para o celular do Senador Romeu Tuma e pediu para falar comigo. O Senador Amir Lando, Relator, pediu para falar comigo no celular do Senador Romeu Tuma. Sabe o que ele falou comigo? “Eu tenho consciência da sua inocência, consciência de que você não deve nada. Mas eu sofri muita pressão”. De quem? Que Relator é esse? “Mas você pode me arrolar como testemunha de defesa em qualquer lugar, que eu vou dizer que você é inocente”. Isso é brincadeira, não?

O Senador Amir Lando ligou para o celular do Senador Romeu Tuma, Sr. Presidente, pediu para falar comigo depois da leitura do relatório. E disse: “Olha, eu

tenho consciência da sua inocência. Mas eu sofri muita pressão”. De quem? Para mentir? Para pegar uma pessoa inocente e jogar no cadafalso? Como?

Ele disse: “Você pode me arrolar como testemunha sua em qualquer lugar, que eu vou lá dizer que você é inocente”. Veja que foi o que disse o Relator!

Pergunto a V. Ex^a: isso é brincadeira? É a honra de um homem, de uma família, que está em jogo. Tenho três filhas, Magda, Magna Karla e Jaisliny, mas tenho centenas de filhos do coração, tirados das ruas, das cadeias.

Brincar com a honra alheia, Sr. Presidente?! É por isso que todo dia estou aqui no plenário. É por isso que todo dia uso da palavra. Não vou fugir daqui, não vou colocar o galho dentro. Não sou covarde, não sou covarde!

Deus tem o controle de todas as coisas. Tudo está no controle Dele, e creio nisso. Se não acreditasse nisso, teria acabado com a minha vida. Eu disse, anteontem, que o homem tem três caminhos para seguir numa situação dessa quando é honesto e tem vergonha na cara: ou ele mata, ou ele se suicida, ou ele confia em Deus.

A Bíblia diz que muitos preferem confiar em carros, em riquezas e em cavalos, mas prefiro confiar no Senhor, meu Deus, que me trouxe até aqui. A minha confiança está Nele, e, se Ele permitiu que eu caísse nessa cova de leões, será Ele que terá de me tirar dela. Ou me tirará dela ou, então, terá de me matar. Não há nada que eu possa fazer por mim. Tudo o que eu podia fazer por mim eu fiz: ser honrado, ser honesto, ser decente, ser honrado nos mandatos que este País me deu, que o Espírito Santo me deu, que o Estado do Espírito Santo me deu! E fui honrado, decente e corajoso em todos eles.

Sr. Presidente, digo a V. Ex^a que, pela situação do Acre – nós fomos lá –, pelo índice de ameaça e de gravidade, qualquer um não iria lá. Eu fui lá. Eu fui a Minas Gerais, atendendo a Aécio Neves. Eu fui ao Rio de Janeiro, à Bahia, ao Pará, ao Maranhão, ao Piauí. Fui socorrer Mão Santa do Coronel Viriato. Coloquei minha vida e a da minha família em risco. Valeu a pena? Valeu a pena?

Sr. Presidente, afirmo que valeu e está valendo por conta tão-somente da fé que professo em Deus. E a crença que tenho Nele diz: “Não vos deixarei provar além das vossas forças”. O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem logo ao amanhecer. Por quê? Porque, na noite, há hora para começar e hora para acabar.

É possível que eu esteja vivendo minha Sexta-Feira da Paixão, mas meu Domingo de Páscoa vai

chegar, porque a verdade há de se restabelecer, a verdade há de vir à tona. E sobre tudo aquilo que foi tramado no escuro contra mim, a Bíblia diz: “Tudo o que é feito nas trevas um dia virá à luz”.

Sr. Presidente, dou todo apoio ao Presidente da Casa, Renan Calheiros; ao Senador João Alberto Souza, do Maranhão, Presidente do Conselho de Ética; e a todos os Senadores que compõem o Conselho de Ética. Para mim, o Relator do meu caso pode ser qualquer um, qualquer um, porque nada devo. É só olhar! Gostaria que V. Ex^a, até por deferência a um pedido meu, ao chegar a seu gabinete, olhasse um pouco os documentos, os depoimentos, as contradições, o que está lá. Quando perguntado se aquele carro estava com o Senador, sabe o que ele disse? “Está com ele até hoje”. Essa é a prova mais contundente de que nada deles recebi, porque o carro foi devolvido há um ano e três meses a seu dono real: o Deputado Lino Rossi.

Como me enquadro em máfia de ambulância, se não participei, se não coloquei emenda, se não há ambulância comprada com dinheiro de emenda minha para a Planam ou para qualquer outra superfaturada?

V. Ex^a há de convir que, como ser humano, isso dói muito. A alma fica ferida, mas vou até o final, sangrando, olhando para frente, com a cabeça levantada, erguida, sem esmorecer na minha fé e na minha caminhada. Não foi homem nenhum que me colocou nesta Casa. Por isso, não será homem nenhum que dela vai tirar-me.

Sou filho de uma faxineira, Sr. Presidente, do interior da Bahia. Cheguei aqui por pura misericórdia de Deus. Quem me pôs aqui é quem me tira! Não há artimanha que seja feita nas trevas ou retaliação dos donos de Bingo e do narcotráfico, pois toda arma forjada contra mim não prosperará em juízo.

Eu precisava vir à tribuna nesta tarde, até porque vou ausentar-me na próxima semana em razão de necessidades pessoais. Mas estarei aqui na semana do esforço concentrado, para que as pessoas que vêem a TV Senado não imaginem que o Senador Magno Malta sumiu do plenário. Não, estou aqui, firme e confiando em Deus, que tudo pode e vê. Ele é o único que pode fazer algo por mim. Ninguém pode fazê-lo. Nenhum homem pode fazê-lo, só Deus. E, se Deus não me tirar dessa cova, terá de me matar, porque tenho vergonha na cara, Sr. Presidente! Tenho vergonha e decência! Tenho uma vida pública decente e honrada, sou comprometido com Deus, com minha família, com a fé que professo e com este País.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, a benevolência comigo.

Era o que tinha a dizer nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Senador Magno Malta, convido V. Ex^a a assumir a Presidência dos trabalhos.

O Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de dirigir minhas palavras ao Senador Magno Malta, que tenho ouvido constantemente. Estou assiduamente neste plenário, por isso não é a primeira vez que assisto a seu pronunciamento na tribuna. Quero fazer a ressalva de que não recebi o seu material; deve ter havido alguma falha de encaminhamento, porque não está em nosso gabinete o seu material, que gostaria muito de ler. Louvo e parabeno V. Ex^a pela postura. Acompanho V. Ex^a desde os primeiros momentos e percebo o desejo de transmitir o seu pensamento, de transmitir o que, na verdade, as coisas de Deus permitem: que vigore e vença a verdade. Espero que V. Ex^a possa, com a forma como se está comportando e com a verdade, comprovar eventualmente esse equívoco que possa estar sendo cometido contra V. Ex^a.

Sr. Presidente, na última terça-feira, aqui estava e assisti a um pronunciamento magistral feito pelo nobre Senador Arthur Virgílio, do Estado do Amazonas. Naquele momento, desejei apartear S. Ex^a, mas preferi não fazê-lo. O Senador Arthur Virgílio defendia o Estado do Amazonas, Manaus, a Zona Franca de Manaus, a produção de televisores digitais na Zona Franca de Manaus.

Sou testemunha da fantástica operação industrial em Manaus. Visito aquela cidade há mais de 30 anos e lá percebo a pujança de todo o Amazonas, exatamente em função do vigor econômico da Zona Franca. Poderia dar um depoimento, naquele momento, sobre a Honda, empresa que tenho o privilégio de acompanhar. Mais de um milhão de motos são produzidas anualmente na unidade fabril da Honda Amazonas, que atende ao mercado brasileiro e exporta para diversos países do mundo.

Refleti como era bonito assistir a um Senador defender uma causa do seu Estado, defender um investimento do seu Estado. O Senador Arthur Virgílio, na verdade, era um homem feliz: lutava por aquilo que tinha.

Sr. Presidente, eu não tinha e não tenho o que defender de investimentos federais na Paraíba.

Estou nesta tribuna na luta por um fato que Deus ou que a natureza deu à Paraíba, que é a ocorrência de petróleo no seu território. O quadro econômico da Paraíba é de extrema dificuldade, pois não temos grandes vocações, nem outras grandes virtudes naturais que permitam um diferencial, que permitam que lá sejam feitos outros investimentos. Mas surgiu a esperança com a ocorrência e com a produção petrolífera em nosso Estado. Meu grito de alerta, a partir desta tribuna, sobre a decisão equivocada da ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível ficou no vazio; até agora, não tive nenhum retorno.

Ao regressar ao meu Estado, fui procurado por dezenas e dezenas de pessoas, parabenizando uma voz que se levantava em prol do desenvolvimento econômico e do progresso da Paraíba. Tive, realmente, com singela vaidade, o reconhecimento do público da nossa Paraíba, mas não tive nenhuma reação política. Nada, nada politicamente aconteceu na Paraíba, à exceção de uma voz, a do Deputado Estadual Rodrigo Soares, do PT da Paraíba, Deputado da Assembléia Legislativa do nosso Estado, que tentou convocar uma sessão extraordinária daquela Assembléia, mas não conseguiu nada. O interesse político-econômico inexistente no momento presente. O que existe, unicamente, é o interesse político-eleitoral.

Conclamei o Governador do Estado, Dr. Cássio Cunha Lima, PSDB da Paraíba, e não aconteceu nada. Nenhum Secretário de Estado se pronunciou a respeito. Nenhum Secretário de Estado enviou à ANP ou ao Ministério das Minas e Energia nenhum documento, nenhum apelo político para reforçar o meu discurso.

Devo registrar correspondência recebida do engenheiro Wagner Granja Victor, Secretário de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Política Energética – o tal Conselho por decisão do qual, eles alegam, não se vai extrair petróleo na Paraíba.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro acotou-se ao nosso depoimento, aos Senadores do Estado de Pernambuco, para que, juntos, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba pudessem obter da Agência Nacional do Petróleo essa concessão de ir a um leilão. Não estamos pedindo nada mais do que termos o direito de estarmos expostos a uma licitação. Não há um centavo de Governo Federal nisso. Há simplesmente uma autorização para que se possa prospectar petróleo na Paraíba.

O Senador Roberto Saturnino é testemunha do quão importante é a ocorrência de petróleo no Estado. O Estado do Rio de Janeiro tem se enriquecido ultimamente em função exatamente dos *royalties* do petróleo. Assim como o Senador Roberto Saturnino, o Senador Magno Malta, do Espírito Santo, é testemunha de quão importante é para o seu Estado a ocorrência de petróleo.

Para a Paraíba, nada.

Os Senadores Marco Maciel e José Jorge, de Pernambuco, estão lutando por seu Estado. Discutimos sobre a possibilidade de convocar o Diretor-Geral da ANP, o Sr. Haroldo Lima, mas não pudemos fazê-lo. Os caminhos legais não permitem isso. A única alternativa seria um convite. Conversando com o Senador Marco Maciel, S. Ex^a demonstrou seu pessimismo ao afirmar que trazê-lo aqui simplesmente não proporcionaria nenhuma decisão. Como membro da Agência, ele culparia o Conselho. Ele viria aqui e não teria nenhum poder de decisão a respeito da exclusão da Paraíba da prospecção de petróleo.

Sou filiado ao PRB – Partido Republicano Brasileiro, aliado à base do Governo e Partido do Vice-Presidente da República, José Alencar. S. Ex^a é um empresário competente, com grandes vínculos com o nosso Estado, a Paraíba, onde tem um substancial volume de investimentos. S. Ex^a sabe dos anseios do Estado, dos benefícios que o Estado tem-lhe dado em termos de incentivos fiscais, de qualidade de mão-de-obra, de atendimento a todos os seus pleitos e aos das suas empresas na Paraíba.

O Estado da Paraíba não tem nenhum projeto estruturante até o presente momento. Contrariando o discurso do nobre Senador Arthur Virgílio, no qual reclamava do Governo Federal para que não fosse tirada determinada produção do seu Estado, na Paraíba não se pode tirar nada, pois não tem nada. Não existe nenhum investimento federal na Paraíba. Então, não há o que tirar. A única coisa que pedimos é que o Governo permita que a Paraíba esteja no leilão, esteja na prateleira, disponibilizada para os grandes grupos internacionais num momento econômico fantástico, no qual o barril de petróleo está acima de US\$77.00, no qual tudo é viável, qualquer volume que jorrar de um poço da Paraíba é economicamente viável. Mas não acontece nada.

Temos um exemplo que poderíamos chamar de exceção: a BR-101 passa pelo Estado da Paraíba porque não existe uma outra solução geográfica para unir o Estado do Rio Grande do Norte a Pernambuco; por isso, a duplicação inclui a Paraíba, e só por isso. Não

haveria uma forma de contornar o Estado da Paraíba para fazer a duplicação da BR-101.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um apelo ao empresário, ao Vice-Presidente da República, José Alencar, meu correligionário, filiado ao PRB; S. Ex^a visitará a Paraíba amanhã, sexta-feira, dia 25 de agosto – estou hoje, um dia antes, fazendo este apelo. S. Ex^a é o único homem que politicamente poderá salvar a Paraíba. A reinclusão da bacia Pernambuco/Paraíba na oitava rodada de licitações da Agência Nacional de Petróleo não custa nada. Volto a repetir, não é um investimento do Governo a ser feito na Paraíba, é somente não impedir que a Paraíba esteja colocada neste leilão. Trata-se apenas de incluir a oferta de mais uma bacia, uma única bacia, entre as 284 outras que foram recomendadas para estar nesse leilão. Só pedimos uma, uma só.

A frustração de expectativa é traumática. Não fomos nós, não foi a Paraíba que gerou essa expectativa, foi a Agência Nacional de Petróleo.

Descobrimos petróleo lá por acaso, não foi a Petrobras que descobriu, não foi o Governo que descobriu; foi Deus que lá colocou um cidadão cavando um poço para tirar água em uma pequena fazenda, um pequeno sítio e, no lugar de encontrar água, que era o que ele desejava, encontrou petróleo. Mas não se deixa extrair economicamente esse petróleo; inibe-se, proíbe-se a Paraíba de tirar petróleo.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de convocar o povo da Paraíba, gostaria de convocar a imprensa da Paraíba: vamos receber bem o Vice-Presidente José Alencar amanhã em nosso Estado; vamos cobrar bem do Sr. Vice-Presidente José Alencar. Trata-se de uma decisão de governo, de uma decisão política. Está provado que não se trata de uma decisão técnica. Toda argumentação técnica vai por água abaixo. A decisão é unicamente política.

O Presidente Lula, nas pesquisas de opinião pública na Paraíba, está numa posição formidável, mas o reconhecimento por essa posição não é o suficiente para fazer com que haja sensibilidade do Governo Federal em permitir que os Estados de Pernambuco e Paraíba estejam incluídos no oitavo leilão.

Temos de exigir o nosso desenvolvimento, temos de dar boas-vindas ao Vice-Presidente. Porém, e o petróleo? Nós temos de dar bom-dia. E o petróleo? Nós temos de dar boa-tarde. E o petróleo? Nós temos de dar boa-noite. E o petróleo?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. O meu muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Cavalcanti, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Consulto o Senador José Jorge se deseja usar da palavra. (Pausa.) Também asseguraremos a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a notícia de hoje é a seguinte:

Desemprego atinge maior taxa em 15 meses e renda cai, diz IBGE.

A taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas do País subiu de 10,4% em junho para 10,7% em julho, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Trata-se da maior taxa desde abril de 2005 (10,8%), o que contraria ainda expectativas de que o desemprego fosse começar a ceder.

Na comparação com julho do ano passado, quando o desemprego era de 9,4%, o índice subiu 1,3 ponto percentual [o que é muito: 1,3 sobre milhões de desempregados]. O contingente total de desempregados atingiu em julho 2,4 milhões de pessoas e se assemelhou ao de julho de 2004.

Já a renda do trabalhador também decepcionou e apresentou no mês passado a primeira queda, após cinco altas consecutivas: uma redução de 0,7% em relação ao mês anterior.

A economia brasileira desacelerou no segundo trimestre deste ano apesar da contínua queda da taxa básica de juros da economia.

A economia brasileira no ano passado só cresceu 2,3%, o que significa um crescimento menor do que o de todos os países da América Latina, menos o Haiti. Só para comparar, a economia da Argentina cresceu 9%, a do Chile cresceu 6%, a do Uruguai cresceu 6%. Todos os países emergentes cresceram mais do que o Brasil. E, agora, está desacelerando; quer dizer, aquele crescimento, que já era pequeno, ainda está diminuindo.

Além da crise da agricultura, a indústria também patinou e teve, em junho, queda de 1,7% em relação a maio. O governo explicou

a queda com os dias parados devido à Copa do Mundo. [Ora, o que Copa do Mundo tem a ver com o setor industrial?]

Para o coordenador da pesquisa, [...], no mês de julho houve um maior número de pessoas dispostas a procurar emprego graças ao período eleitoral, mas o baixo dinamismo da economia fez com que o número de vagas abertas fosse insuficiente.

“Acendeu a luz de atenção. Alguma coisa no mercado de trabalho não vai bem”. Afir-
mou.

Na comparação regional, a maior taxa de desemprego foi observada em Recife: 15,3%. A menor taxa de desocupação até julho é a mesma do ano passado: 10,2%.

Portanto, Sr. Presidente, além de tudo, nós, pernambucanos, ainda temos de conviver com essa taxa de desemprego, a maior do Brasil, de 15,3%, 5% a mais do que o valor médio, que estava em 10,7%.

Renda.

O poder de compra da população ocupada registrou em julho a primeira queda do ano. O decréscimo de 0,7% em relação a junho fez com que o rendimento médio real ficasse em R\$1.028,50. Em relação a julho de 2005, por outro lado, houve um aumento de 3,4%.

A queda na renda foi puxada pelo desempenho da Região Metropolitana de São Paulo, que apresentou um recuo de 2%.

A redução do rendimento foi acompanhada de uma perda de fôlego na formalização do mercado de trabalho. Os empregos com carteira subiram apenas 0,8%.

Por outro lado, o aumento de 2,3% nos empregos sem carteira assinada, o que não vinha ocorrendo nos últimos meses, também contribuiu para pressionar para baixo o valor dos rendimentos.

Sr. Presidente, essa foi a realidade da pesquisa de hoje. A taxa de desemprego no Brasil, em vez de diminuir, cresceu, o que o Governo não apresenta. Para quem ouve o Presidente Lula falar na televisão, principalmente, parece que este País aqui é o céu; parece que estamos próximos do céu e que só aparece coisa boa. No entanto, a realidade não é essa. Existem milhões de brasileiros, de forma crescente, desempregados.

E qual foi a reação do Governo? A reação foi a seguinte:

“Não sei onde o IBGE encontrou esses números” de desemprego, diz ministro.

O ministro Luiz Marinho (Trabalho) reagiu com ironia à pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que mostrou hoje que o índice de desemprego em seis regiões metropolitanas brasileiras atingiu 10,7% da população ativa em julho, o maior índice em 15 meses.

“Não sei onde o IBGE encontrou esses números”, afirmou o ministro no Palácio do Planalto, onde participa de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Marinho lembrou que a pesquisa não cobre todo o território nacional e que, por esse motivo, não representa a tendência da evolução do emprego no país, uma vez que a maior parte das novas vagas têm sido criadas no interior.

Ele disse que o IBGE é uma instituição de respeito, que tem competência para fazer a pesquisa, mas disse que o próprio instituto já discute formas de ampliar a área de coleta de dados com o objetivo de realizar um levantamento mais amplo.

Na realidade, verifica-se que o Governo, mais uma vez, diz que não conhece o que está acontecendo no Brasil. Quer dizer, qual é a reação do Ministro do Trabalho? A reação do Ministro do Trabalho é dar uma explicação técnica e dizer que, se a agricultura não está crescendo e se a indústria está diminuindo, é evidente que o emprego tem de diminuir.

Se temos altas taxas de juros, e a carga tributária do ano passado aumentou, mesmo com o Governo dizendo que a carga tributária iria diminuir, então, o Governo tem razões para dizer que o desemprego tenha diminuído, e essas razões são exatamente as que acabei de citar: taxa de juros alta, carga tributária alta e falta de incentivos para investimentos.

Entretanto, a reação do Governo, Senador Heráclito Fortes, é igual a todas aquelas situações quando se coloca algum fato para o Governo explicar, que é: “Não vi, não sei, não conheço.” É essa a reação do Presidente Lula quando acontecem os escândalos, quando acontece alguma coisa ruim e ele tem de explicar. Agora é, também, a reação dos ministros. A frase do Ministro do Trabalho é esta: “Não sei onde o IBGE encontrou esses números.” Quer dizer, o IBGE é o órgão oficial, o instituto de pesquisa do Governo Federal. Não foi o Ibope ou o Datafolha. Não foram institutos privados que coletaram esses números. Quem

coletou esses números foi o órgão oficial de coleta de informação do Governo, que é o IBGE, que mostra o desemprego aumentando e, ainda, lamentavelmente, que a região metropolitana com a maior taxa de desemprego é exatamente a região metropolitana do Recife, capital do Estado que represento nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, no momento em que o Governo, com a sua política, não consegue aumentar o emprego – como disse que consegue – que, pelo menos, tivesse uma reação racional, apresentando uma explicação técnica para que a população brasileira possa, efetivamente, entender o que está acontecendo. No entanto, a explicação dada pelo Ministro foi desconfiar dos números do IBGE, o que, na realidade, não tem razão alguma.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Exm^o Senador, ex-Ministro e meu conterrâneo – estou aqui representando o Estado da Paraíba, mas todos sabem que nasci em Pernambuco. Muito me entristece ver números que demonstram a situação de dificuldade na qual se encontra o Estado em que nasci. Parabênzo V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento e o conclamo também a participar da luta que visa a revisão dos critérios que excluíram Pernambuco e Paraíba da próxima licitação, da Oitava Rodada de Licitação. V. Ex^a não estava no Plenário no momento em que proferia o meu pronunciamento, mas citei V. Ex^a como um dos poucos políticos da Paraíba e de Pernambuco a estar acostado nessa nossa luta. V. Ex^a talvez seja um dos maiores conhecedores do problema no Brasil, tendo estado, inclusive, competentemente à frente do Ministério das Minas e Energia. V. Ex^a tem o domínio e a consciência do quanto representa para o Estado o início da prospecção de petróleo, o quanto é importante economicamente.

V. Ex^a sabe que hoje, diferentemente dos momentos em que V. Ex^a era Ministro, o barril do petróleo está a US\$77, o que viabiliza qualquer poço.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – No meu tempo era US\$28.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Veja que diferença! O perigo que nós corremos, Pernambuco e Paraíba, é que nos próximos leilões, quando a força política desejar que nossos Estados tenham sobrevivência, o barril do petróleo esteja em outra condição. Temos de tirar proveito do fato de que a lei da oferta e da procura nos beneficia neste momento. O presente momento econômico não pode ser desper-

diçado. Se Pernambuco e Paraíba esperarem o ano seguinte, poderão ter de se submeter ao critério que estiver em vigor e às circunstâncias que envolvam o petróleo. Então, eu queria me acostar e parabenizar o depoimento de V. Ex^a a respeito da situação em que se encontra o Estado de Pernambuco no que diz respeito ao desemprego. Ninguém mais do que V. Ex^a sabe da importância da prospecção de petróleo, o quanto ela alavanca um Estado. Vamos torcer por isso, ainda há tempo. Conclamava o Estado há poucos minutos a se unir em torno da presença do Vice-Presidente José Alencar, que estará na Paraíba. É o momento de darmos as mãos, principalmente o povo, a população, porque existe, lamentavelmente, uma preocupação momentânea da classe política muito enfocada nas eleições. Pernambuco e Paraíba precisam se juntar para conseguir a tempo essa participação, sob pena de ter de ouvir: “É, lamentavelmente o pleito é válido, mas agora não dá mais tempo”. Ainda há tempo! Mais uma vez parabenizo V. Ex^a. Peço-lhe desculpas pela tempo que tomei de seu pronunciamento, mas achei importante somar minha voz à de V. Ex^a para dizer que, juntos, podemos obter uma vitória no tocante ao petróleo em nossos Estados.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Em relação a essa questão do petróleo, tanto V. Ex^a quanto eu já nos pronunciamos aqui. Realmente, o que aconteceu foi um absurdo político contra Pernambuco e a Paraíba. A Agência Nacional do Petróleo – ANP fez a seleção de uma série de áreas para que fosse incluída no leilão e a encaminhou ao CNPE. A Agência Nacional do Petróleo é o órgão técnico competente para determinar as áreas que devem entrar em leilão e, na realidade, incluiu Pernambuco e a Paraíba. No entanto, sem que ninguém saiba o porquê, o Conselho Nacional de Política Energética retirou essas áreas de Pernambuco e da Paraíba, não apresentou nenhuma razão, nenhuma justificativa. Não se conhece a razão que motivou o CNPE, que é o Conselho que formalmente aprova, a fazer isso. Aliás, formalmente, o Conselho pode retirar, mas o órgão técnico é a ANP, é a ANP que pode colocar, e o Conselho normalmente homologa essas situações.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Eu pediria novamente um aparte a V. Ex^a. É que estou aqui com um documento que esclarece esse ponto a que V. Ex^a se refere. Trata-se de um documento do Governo do Estado do Rio de Janeiro assinado pelo engenheiro Wagner Granja Victor, que é Secretário de Estado no Rio, mas é membro do tal Conselho Nacional de Política Energética. E ele diz no documento que, assim

como aconteceu em áreas de Pernambuco e da Paraíba, no Rio de Janeiro, a Bacia de Campos também foi alijada. Manifesta seu apoio aos nossos Estados e diz que isso não foi tratado lá não. Essa decisão, que está sendo imputada ao Conselho Nacional de Política Energética, ele, como seu membro, desconhece.

Na verdade, a Agência Nacional de Petróleo está se escudando em uma decisão do Conselho que pelo menos um de seus Conselheiros desconhece. É extremamente grave portanto, nobre Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, deve ter sido decidido pelo Governo **ad referendum** do Conselho. Quer dizer, é o Governo mais uma vez passando por cima do Conselho. Aliás, já que estamos falando nesse tema de agência, há de se lamentar o que está ocorrendo no setor de Telecomunicações. O Ministro Hélio Costa, por sinal nosso colega aqui, está querendo modificar uma decisão da Agência Nacional de Telecomunicações. Isso tem uma gravidade superior até à decisão da Agência. Sendo a decisão da Agência boa ou má, o mais importante é preservar a sua autonomia, porque a Agência é a garantia para o investidor de que ele terá alguém a quem recorrer quando tiver de ser decidida alguma coisa tecnicamente. A Agência decidiu, e o Ministro agora não quer aceitar essa decisão; busca embasamento, inclusive, se não me engano, numa lei da época do Regime Militar para modificar a decisão tomada – na época nem existia a Agência! Agora também, como V. Ex^a está dizendo, o Governo está se sobrepondo a uma decisão da ANP e a uma decisão do próprio Conselho Nacional de Política Energética!

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a sabe, mais do que ninguém no Brasil, que essa decisão não implica nenhum investimento federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, nada.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Nenhum compromisso da Petrobrás nem de ninguém de fazer algo. O que Pernambuco e Paraíba desejam é, simplesmente, serem disponibilizados na prateleira de um leilão.

Não é possível tanta insensibilidade! Se a nossa mercadoria não presta, cabe às empresas privadas e à própria Petrobras dizer “não quero”, mas que se deixe que ela vá a leilão. O que é inadmissível é que impeçam que se coloque isso na prateleira. Senador Heráclito Fortes, o que V. Ex^a acha?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – S. Ex^a não quer dar opinião porque o Piauí não está envolvido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, neste momento instala-se no Senado Federal a figura do aparte compulsório!

Participo com muita alegria dessa discussão. Eu estava prestando atenção às reclamações do Senador Roberto Cavalcanti, e acho que ele está coberto de razões. A Paraíba, desde aquela época em que o PT tratava americano com palavrão e dizia “fora ianques” – época, Senador Suplicy, em que começamos – tinha condições de produzir petróleo. Há um estudo da década de 40, começo da década de 50, que mostra que no Nordeste, em vários Estados, foi detectada a existência de petróleo. Foi deixada uma marca para que, no futuro, quando viesse uma crise de petróleo ou o consumo aumentasse, fosse possível reexaminar as antigas bacias. Isso também foi feito no Piauí. Este é o momento de se começar a explorar, afinal de contas, se tem alguém da iniciativa privada estimulando o leilão, é porque há perspectivas, e não se justifica, realmente, vetar a oferta. Mas é que o Governo tem dois pesos e duas medidas, Senador José Jorge. Para construir navios para a Transpetro, quer fazer estaleiros em cinco ou seis Estados – pelo menos está prometendo isso agora, em época de eleição. Aí pode ampliar, pode abrir o leque, pode horizontalizar. Na questão do petróleo, não. Acho que temos de explorar, até porque, em alguns desses poços, pode ser que não tenhamos petróleo, mas tenhamos pelo menos o gás. Já é uma alternativa. De forma que me solidarizo com a Paraíba e parabenizo este Estado, por ter mandado ao Senado o Senador Roberto Cavalcanti, que traz todos os dias, nesta Casa, temas do momento e de interesse do povo daquele Estado. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que, apesar de compulsório, foi brilhante.

Encerro o meu pronunciamento, exatamente lamentando duas coisas em relação ao Governo do Presidente Lula: primeiro, o aumento do desemprego, que espero ele comente no seu programa de televisão; e segundo, a atitude do Ministro do Trabalho, que, em vez de explicar as causas do aumento do desemprego, coloca a culpa no IBGE, responsável pela elaboração da pesquisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero protestar aqui contra o Senador José Jorge, pois invadiu as minhas inspirações da quinta-feira. Seleccionei dois temas para tratar, e ele falou na minha

frente, sobre a questão do IBGE e do Ministério das Comunicações.

Mas, para falar do Governo do PT, não falta assunto. Se há um Governo que dá motivo, Senador Eduardo Suplicy, é esse do PT. Ainda bem que V. Ex^a é um dissidente e, por isso, está bem nas pesquisas em São Paulo. Parabéns!

Hoje pela manhã, em Juiz de Fora, o Ministro da Saúde aderiu a protestos. Os médicos residentes que estavam na inauguração do Centro de Atenção à Saúde da Universidade de Juiz de Fora reivindicavam aumento de salário, melhores condições de ensino e outras coisas. E o Ministro da Saúde tirou um apito do bolso, Senador Eduardo Suplicy – parecendo seus colegas da Câmara dos Deputados na época das reformas – e aderiu ao protesto.

O Ministro tem o direito de protestar num caso como esse, mas tinha o direito de apresentar solução, porque a caneta da solução desse problema está na mão dele. No entanto, o País todo teria aplaudido, Senador Roberto Cavalcanti, se o Ministro da Saúde protestasse contra os sanguessugas que proliferaram no seu Ministério, protestasse de uma maneira bem simples: demitindo os envolvidos. Qual nada! Ontem, numa solenidade em que se tratava do futuro das Santas Casas, quem o Presidente da República mandou? O ex-Secretário-Geral do Ministério, que é o sanguessuga segundo, o testa-de-ferro do ex-Ministro lá de Pernambuco. Como é o nome dele, Senador José Jorge?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – São tantos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Ministro que era um sanguessuga?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Há mais de um.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Ministro da Saúde.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ah, Humberto Costa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Humberto Costa.

Bom, pois ele saiu da Secretaria Executiva e foi para a de Assuntos Estratégicos do Ministério da Saúde. E foi escolhido, então, como representante do Presidente da República na solenidade de ontem.

Houve uma curiosidade de toda a imprensa, um mal-estar, e o Presidente, na última hora, trocou o seu representante – espero que por alguém melhor qualificado, ou que, pelo menos, não tenha tido envolvimento com os sanguessugas.

O Ministro da Saúde, Senador José Jorge, teria prestado um grande serviço ao País se, no momento do estouro do escândalo dos sanguessugas, tivesse

feito um protesto. Protestar ontem, numa solenidade de médicos, com apitação e não levar uma solução é lamentável, é deplorável e mostra a crise de autoridade por que passa o atual Governo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Como é o nome do Ministro da Saúde? V. Ex^a sabe?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Suplicy, Presidente, como é o nome do Ministro da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou dizer após o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero apenas saber o nome do Ministro da Saúde.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Só o nome para esclarecer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Só o nome.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Se V. Ex^a não souber, pergunte à Assessoria, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agenor Álvares, está aqui. Não

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não entendi bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agenor Álvares. Vai ver que é parente daquele que nos descobriu lá atrás.

Mas, Sr. Presidente, é lamentável que um Ministro de Estado vá a Juiz de Fora, representando o Presidente da República, representando o Governo do Brasil, e, num gesto impensado, adira ao apitação.

Daí por que, Senador Roberto Cavalcanti, não se pode esperar outro comportamento de aliado do PT, como o Sr. Bruno Maranhão, da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, que veio à Câmara dos Deputados para praticar aquela bagunça que praticou, sem nenhuma justificativa, depredando inclusive o bem público e o bem privado, como os caixas automáticos dos bancos ali instalados. E depois, o próprio advogado do PT e advogado do Incra fez força para tirá-lo da cadeia.

O Senador José Jorge trouxe um assunto da maior gravidade, que é exatamente a ameaça do Senador e hoje Ministro Hélio Costa de intervir na Anatel. Seria tão grave como se invadir as dependências de uma agência bancária sem ser assaltante ou qualquer patrimônio, sem ordem judicial para isso. As Agências são reguladas por lei, aprovadas pelo Congresso Nacional e servem exatamente para dar garantia ao investidor por meio desse processo de regulação.

Ora, qualquer investidor que queira colocar o seu capital em investimento dessa natureza pensa duas, três vezes, quando o Ministro, ao ter o interesse

contrariado, ameaça agir dessa maneira. E vai além, ameaça, inclusive, de intervenção.

Senador Suplicy, é uma verdadeira falta de noção do que seja um ato dessa natureza. E o paradoxal de tudo isso é que, ontem, a Líder do PT, desta tribuna, vangloriava-se de que o Governo do Presidente Lula deu mais lucro às grandes empresas do que o Governo passado; que os bancos do Governo atual ganharam mais do que os do Governo passado. Como se isso fosse uma grande obra de Governo. Penso até que um Governo que se preza, que se preocupa com a renda mínima, como é o caso de V. Ex^a, deveria acender a luz amarela para um caso dessa natureza.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Na semana passada, o Ministro Paulo Bernardo, nosso ex-Companheiro, Deputado, também deu uma declaração, dizendo que comeria todas as páginas de papel de declarações do PT contra...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A favor.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Não, contra o aumento do lucro dos bancos. A declaração era contra. Se for comer a favor, vai comer um bocado; ele vai comer, durante uma semana, só papel. Então, na realidade, essa é uma situação grave, porque existem dezenas de declarações do PT, quando era da Oposição – não sei se há do Senador Suplicy –, protestando contra os lucros dos bancos. E, naquela época, o lucro dos bancos não era nem um terço do que ocorreu no Governo Lula. Realmente, o Governo Lula, como disse a Senadora Heloísa Helena, criou o chamado “bolsa-banqueiro”, que tem um valor, inclusive, bem mais alto do que o Bolsa-Família. Se o Ministro Paulo Bernardo for comer todo esse papel, ele vai terminar tendo uma indigestão. Na verdade, existem essas declarações, mas elas são do tempo em que o PT era da Oposição, e não de agora. Os lucros dos bancos aumentaram bastante. Não que alguém tenha algo em contrário. Eu mesmo não tenho nada contra lucro de banco, desde que seja em valores razoáveis e que o País tenha uma taxa de juros compatível com o crescimento da economia. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão, e o Ministro Paulo Bernardo ficará muito mal se for cumprir essa palavra, porque há discursos, inclusive do próprio Presidente Lula – então candidato –, culpando o excessivo lucro dos banqueiros, exata-

mente algumas das mazelas que ocorriam no Brasil naquela época.

Dizia-se que o Brasil não avançava no social porque tudo o que arrecadava era para pagamento da dívida, e que se fosse examinado o lucro dos banqueiros, veríamos exatamente onde estava toda a causa das dificuldades por que o Brasil passava.

Quero fazer justiça ao Senador Eduardo Suplicy: não conheço nenhuma declaração dele contra lucro de bancos. Ele é paulista Mas conheço declarações dele pedindo que parte dos lucros dos bancos – o que é muito justo – fosse empregada em seu programa de renda mínima. Isso é outra coisa completamente diferente, mas é um processo justo, não é verdade, meu caro Senador?

A grande vantagem do Senador Eduardo Suplicy, que preside a sessão neste momento, é que o que ele pensava há quatro, oito ou dez anos, ele continua pensando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre as inúmeras observações que V. Ex^a fez, estando eu na Presidência, quero esclarecer o seguinte: V. Ex^a disse que eu seria um dissidente do Governo. V. Ex^a sabe que sou um membro do Partido dos Trabalhadores que apóia o Governo do Presidente Lula e a reeleição do Presidente Lula. Posso, em alguns momentos, ter diferenças de opinião, que externo com toda sinceridade e amizade ao Presidente. Portanto, sou alguém que o apóia. Sobre o Ministro da Saúde, o seu nome completo é José Agenor Álvares da Silva. Com respeito à minha posição, relativamente aos bancos, tenho acompanhado com muita atenção o tema que hoje está sendo objeto de grande debate quanto aos lucros dos bancos e o grau de competição do sistema bancário brasileiro.

Precisamos encontrar meios de fazer com que o sistema financeiro brasileiro seja suficientemente competitivo. Avalio que hoje ele é mais competitivo que há algumas décadas. Hoje, há a presença de um número significativo de instituições financeiras, ainda que haja uma forma de oligopólio para parte do sistema financeiro brasileiro.

Porém, cabe tanto às autoridades monetárias, sobretudo ao Conselho de Política Monetária, quanto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, examinarem em que medida está havendo qualquer ação que caracterize uma concorrência indevida.

É preciso que tomemos passos para diminuir gradualmente a taxa de juros, inclusive a taxa de juros básica.

Foi com esse propósito que V. Ex^a soube, em junho último, que a matéria foi aprovada. E aqui estiveram, na Comissão de Assuntos Econômicos, por minha iniciativa, tanto o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, quanto todos os diretores do Conselho de Política Monetária.

Na ocasião, indagamos deles como raciocinam para decidir o aumento ou a diminuição da taxa de juros, porque avalio que se deve dar muita transparência à maneira como os membros do Copom tomam essas decisões. Felizmente, nos últimos meses, temos verificado uma diminuição gradual da taxa de juros Selic, mas ainda não num nível que possamos considerar satisfatório. Porém, acredito que haverá diminuição significativa da taxa de juros e com um sistema financeiro mais saudável.

Há algumas instituições do sistema financeiro brasileiro que acabaram tendo problemas muito sérios, como aqueles que fizeram operações incorretas. Por isso, acabaram sendo objeto de intervenção e até de liquidação, como ocorreu recentemente com a decisão das autoridades monetárias.

Mas quem está agora com a palavra é V. Ex^a. Como instou-me a responder a algumas indagações, resolvi atender-lhe.

Continue com a palavra, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente que nós, aqui, descumprimos o Regimento, mas existe, no Direito, a figura do estado da necessidade. A necessidade da defesa do Governo de V. Ex^a foi tão grande que V. Ex^a, como obreiro, resolveu assumi-la, já que não há ninguém da sua Bancada – sendo hoje uma quinta-feira – presente.

Soube que há um bocado de gente nos ministérios tratando de fisiologia e de outros assuntos. Há temas como estradas do Sul, estradas de Santa Catarina, enfim, está todo mundo nos ministérios, usando o prestígio!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – E o Senador Sibá? Realmente, o Senador Sibá tem aqui, sozinho, procurado representar toda a Bancada do Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Sibá tem recebido aulas de economia. Hoje, S. Ex^a está estudando commodities!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Queremos aprender com o Senador Sibá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Logo mais ele estará aqui.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Inclusive, há muitos Senadores aqui que não são candidatos a nada. O Senador Suplicy, que é candidato à reeleição em São Paulo, está aqui; sou candidato a Vice-Presidente e estou aqui; e, na Bancada do Governo, há uma série de Senadores que não é candidato a nada, como a Senadora Ideli, por exemplo. Teríamos muito prazer em que S. Ex^a estivesse aqui agora para discutir com V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a fala em seu nome ou coletivamente?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Falo coletivamente, em nome da nossa Bancada. Faço um apelo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nunca discordamos na vida. Não vai ser agora!

Sr. Presidente, quando eu disse que V. Ex^a é um dissidente, eu apenas plagiei alguns Companheiros seus de Partido no passado.

Mas, antes, quero louvar sua assessoria, que foi muito competente em trazer ao plenário o nome do Ministro da Saúde enquanto falávamos. Espero que a minha assessoria faça o mesmo e traga, dos arquivos, a prova da dissidência.

Tenho certeza de que algumas das declarações contra V. Ex^a hoje podem servir até como trunfo, porque um dos que lhe chamavam de dissidente e que lhe pediam inclusive que deixasse o Partido era o então todo-poderoso José Dirceu.

Há também uma declaração do Genoio, de quando V. Ex^a quis assinar a CPI do Waldomiro e o PT não entendeu. Talvez, se tivessem feito a CPI naquele momento, os ladrões novos tivessem-se quietado. O que aconteceu? Ninguém tomou providência e todo mundo viu que não acontecia nada, que havia sempre uma proteção. Realmente, foi o que aconteceu, haja vista a proteção dada a todos os membros do Partido envolvidos, os quais foram sistematicamente absolvidos na Câmara. O auge e a simbologia disso foi a dança da Deputada Ângela Guadagnin.

O PT, que combatia o Proer de Fernando Henrique, que é exatamente o que possibilita, hoje, à Líder do Partido se vangloriar dos lucros dos bancos, copiou, como copia tudo, e criou o Proer da corrupção. Fez um Proer para salvar as contas do PT, só que de maneira ilegal. Criaram um fundo e colocaram um administrador, o Senador José Jorge é testemunha. Em dinheiro atualizado, seriam 90 milhões e o Senador Sibá Machado, Líder do Governo, reconheceu oficialmente o débito do Partido.

De forma que eu gostaria de dizer a V. Ex^a que quem o classificou como dissidente não fui eu, foram os seus próprios companheiros de Partido. V. Ex^a tem

uma coisa que eles não têm: uma popularidade e um respeito consolidados em São Paulo.

Eu soube que V. Ex^a estava em um comício em que havia uns três ou quatro “mensaleiros” e que eles ficavam de cócoras, parecendo sapos. Andavam embaixo do palanque para não serem vistos. Quando não se abaixavam – estavam lá V. Ex^a, o outro candidato majoritário e o Presidente – os seguranças apertavam-nos para que não aparecerem na foto. Dizem que foi uma coisa altamente constrangedora. Não sei se a imprensa retrata tudo com muita precisão, mas para V. Ex^a, homem sério e honesto, que tem tradição e passado, subir num palanque, em São Paulo, cheio daqueles envolvidos, não é agradável. Não é agradável.

Eu soube que V. Ex^a, inclusive, recebeu um convite para participar de um comício, em Minas, com Newton Cardoso. Aposto como V. Ex^a não vai. Aposto! Isso eu aposto. A esse não vai.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ele vai.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não vai. Vai ser, novamente, dissidente do PT.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Eu acredito que ele vá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não vai. Não vai. Essa aposta está feita.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Pois eu vou apostar com V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele não vai.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Está aceita a aposta. Eu acho que ele vai.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não houve tal convite.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Olhe lá!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desculpem-me por essa descontração. Isso é a alegria de ver de volta, suspendendo um pouco a campanha, essa extraordinária figura que é o Senador Suplicy, o qual dá, aqui, uma demonstração de responsabilidade no trato da coisa pública e no exercício do seu mandato. S. Ex^a sabe do apreço que tenho por ele, embora estejamos em palanques diferentes, pela maneira correta com que se comporta no Senado. Ele veio ao mundo para mostrar que a tese é correta: para toda regra há uma exceção. Felizmente, a exceção é V. Ex^a.

Faço o meu registro e manifesto a minha estranheza pelo comportamento do Ministro da Saúde de praticar apitaco em Juiz de Fora. Não é um bom exemplo. Governo deve mostrar compromisso com a ordem, a disciplina e, acima de tudo, com a autoridade. Fiquem certos V. Ex^{as} de que não vai dar em nada. Se não deu com os que assaltaram o cofre público,

que pecaram de maneira capital, imaginem com esse Ministro de que ninguém sabia o nome, cujo pecado é apenas pegar um inocente apito e azucrinar o ouvido dos presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, agradeço se puder fazer a gentileza de presidir a sessão, ou o Senador Roberto Cavalcanti, para que eu faça o meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, eu vou tratar de diversos assuntos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de analisar uma decisão muito importante que foi divulgada no dia de hoje, relacionada à indústria da laranja e à produção dos citricultores brasileiros.

A má notícia é que as indústrias de suco de laranja aceitaram pagar indenização de R\$100 milhões ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica para se livrar de um processo por formação de cartel na aquisição de laranja dos produtores. Se o acordo for fechado, será a primeira vez na história da defesa da concorrência do País que um setor pagará para encerrar uma investigação dos órgãos públicos. Pelos termos do acordo, as indústrias se comprometerão ainda a acabar com a suposta prática de cartel, o que é considerado crime contra a ordem econômica, por impedir a competição. O fechamento do acordo ainda depende da concordância dos conselheiros do Cade.

A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça enviou, ontem, ao Conselho um relatório das apurações feitas até agora e as sugestões do setor privado para o possível acordo. O pagamento da multa ou indenização, como o Cade prefere chamar, foi uma condição imposta pelas autoridades para negociar.

A investigação foi iniciada em 1999, com base em denúncia de citricultores, pois a Cargil, a Cutrale, a Citrosuco, a Coimbra, a Citrovita, a Montecitros, além da própria Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus), estavam sendo acusadas pelos produtores de laranja de dividirem o mercado e fixarem os mesmos preços de compra da fruta **in natura**.

O valor de R\$100 milhões foi estabelecido há 15 dias. A posição da SDE e do Cade é sólida na direção de se manter esse valor de R\$100 milhões. “Como 85% dos recursos retornam para o setor produtivo na forma de financiamento aos pequenos e médios citricultores, a indústria vai aceitar” – disse ao jornal **O Estado de S. Paulo** o Presidente da Abecitrus, Sr. Ademerval Garcia, conforme informa a Agência Estado em matéria de Isabel Sobral.

O Relator do caso no Cade, Conselheiro Luís Fernando Rigato, vai, agora, estudar o processo e ouvir a opinião da Procuradoria-Geral do Cade e do Ministério Público Federal, para apresentar o seu parecer sobre a possibilidade de um acordo ou não ao plenário do Conselho. Os demais integrantes do Conselho terão de homologar a proposta para que ela possa valer. A expectativa dos empresários envolvidos é de que até setembro o assunto seja julgado.

Se for firmado o acordo, a intenção do Cade é destinar R\$85 milhões da indenização a projetos de pesquisa tecnológica e de desenvolvimento da produção de laranja, por meio de um fundo de defesa da citricultura. Em princípio, o Cade defende que esse fundo tenha a participação majoritária de citricultores em sua administração. Os R\$15 milhões restantes devem ser destinados a outros fundos de pesquisa e de desenvolvimento do setor, ainda a serem definidos.

Segundo Daniel Goldberg, titular da SDE, o Governo quer usar, sempre que possível, a cobrança de valores em troca da extinção de processos de investigação e assim tornar o sistema de defesa da concorrência mais eficiente. Entre 2000 e 2006, considerando todo o tipo de multa aplicada pelo Cade, o sistema recebeu apenas R\$31 milhões.

É muito importante que o Conselho de Desenvolvimento Econômico esteja atento a essa questão que tem sido acompanhada por inúmeros Senadores desta Casa, inclusive pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que promoveu inúmeras reuniões entre os produtores de suco de laranja, os agricultores e os citricultores. Mas é preciso que o Cade tenha a devida atenção para, de fato, ouvir as aspirações dos citricultores. Para se firmar qualquer entendimento é preciso ouvir efetivamente a opinião dos produtores de laranja.

A Associtrus, em comunicado de hoje, alerta os citricultores para a importância da seqüência das discussões sobre a implementação deste chamado consenso, Consecitrus, para a próxima safra, considerando que o bônus de US\$0,50 proposto pelas indústrias para esta safra para resolver os problemas do setor

produtivo, vai muito além de um reajuste imediato de 14% por uma safra.

A pressão das indústrias para que os citricultores prorroguem os seus contratos por dois ou mais anos, muitas vezes com preços inferiores aos US\$4, fará com que essa bonificação seja devolvida, já na próxima safra, para as processadoras. Em sete meses de negociações, a Associtrus sempre lutou para que os citricultores ganhassem, ao menos, o valor referente ao custo de produção que, em São Paulo, segundo a associação, chega a R\$15,00 por caixa de 40,8 quilos, e para que fosse implementado o Consecitrus como instrumento regulador dos preços aos produtores nas próximas safras.

A oportunidade que os produtores tinham em mãos era imperdível, assim foi considerada pela Associtrus, por conta das pressões sofridas pela indústria, pela Operação Fanta. A Operação Fanta foi aquela determinada pelos órgãos controladores e pela própria Polícia Federal e acabou achando evidência de procedimentos contrários à concorrência por parte das empresas produtoras de suco de laranja.

A Associtrus contesta o acordo feito entre a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), o Governo e a indústria porque entendem que o reajuste proposto para esta safra não garantirá a sobrevivência do pequeno e médio produtor na citricultura. Diz o Presidente da Associtrus, Flávio Viegas, que em 15 anos de cartel, 15 mil citricultores foram expulsos do setor e, nos próximos anos, outros 10 mil serão expulsos e perderão o seu patrimônio.

Ora, a contestação da representatividade da Associtrus, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), como argumento para que a juíza Cristiane Pedrezoli, da 17ª Vara da Justiça Federal de Brasília, cassasse a liminar que ela mesma havia concedida há cerca de dez dias, será rebatida pela Associtrus.

Diz o Sr. Flávio Viegas que associações legalmente constituídas têm autoridade inata atribuída pela Constituição Federal para representar seus membros. A Associtrus possui 942 citricultores cadastrados e não apenas 50, como argumenta o Cade. “Teríamos mais de 2 mil associados se muitos deles não tivessem medo de oficializar a filiação, temendo represálias das indústrias”, diz Viegas.

O Cade sempre reconheceu a representatividade da Associtrus tanto que iniciou, por meio delas, negociações para a elaboração do Consecitrus. Técnicos do Cade e do SDE estiveram na sede da Associação, em Bebedouro, quando precisaram de declarações

de citricultores para a investigações de cartelização da indústria de suco.

Eu mesmo, Sr. Presidente Roberto Cavalcanti, fui um dos autores de requerimentos para que houvesse reuniões, inclusive no interior de São Paulo, como em Bebedouro, para que os membros do Cade ouvissem tanto os citricultores, os produtores de sucos e as próprias autoridades, como o Ministro Roberto Rodrigues, então da Agricultura, que foi, em mais de uma ocasião, a essas reuniões, ouvindo a todos.

A multa de R\$100 milhões proposta pelo Cade para que as investigações sejam encerradas e os documentos apreendidos na Operação Fanta sejam devolvidos às indústrias não significa nada diante dos mais de US\$6 bilhões que foram retirados dos citricultores em 15 anos de cartel, segundo a Associtrus.

A associação pede o apoio do produtor, por meio de *fax*, com o objetivo de demonstrar a insatisfação do setor produtivo com o reajuste de US\$4, que corresponde a R\$8,60 e não cobre nem o custo dos insumos, pois, segundo a Associtrus o custo, hoje, de produção de laranjas, chega a R\$15,00 por caixa de 40,8 quilos.

Espero, Sr. Presidente – graças aos esforços do ex-Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que se empenhou em promover o entendimento –, que se chegue efetivamente a um entendimento que leve, na devida conta, a opinião dos citricultores, tanto os de São Paulo como os da Região Nordeste, da Região Sul, da Região Centro-Oeste, enfim, todos os produtores de suco de laranja do País. Felizmente, o Brasil é hoje um dos maiores produtores de laranja e de suco de laranja no mundo. Somos grandes exportadores, mas é preciso que os órgãos responsáveis pelo abuso de concorrência no Brasil, como a Secretaria de Direito Econômico e o Cade, estejam atentos para ouvir o setor produtivo de laranjas.

Sr. Presidente, há outro assunto sobre o qual gostaria aqui de falar. Embora eu não tenha participado, hoje, da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na qual o Ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, expôs algumas metas a respeito do desenvolvimento econômico nos próximos 12 anos – S. Ex^a falou que o desenvolvimento econômico é necessariamente um processo de concertação nacional e propôs enunciados políticos e enunciados de modelo de desenvolvimento para discussão –, eu gostaria de levantar aqui alguns pontos e de fazer algumas considerações a respeito do que ali foi tratado.

Diz o documento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social:

Os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), substanciados principalmente nas Cartas de Concertação e na Agenda Nacional de Desenvolvimento, demonstraram sua capacidade de interação e construção de consenso em torno do grande tema do desenvolvimento do Brasil. Os consensos elaborados pelo CDES apresentam princípios sobre os quais devemos construir o desenvolvimento e os objetivos estratégicos a serem alcançados pela sociedade brasileira, nos encorajando a dar novos passos. Diante disso, nos empenhamos na tarefa de elaborar propostas e diretrizes com pretensão de interferir num planejamento de Estado que conduza e coordene o desenvolvimento do País.

As condições para planejar estrategicamente os caminhos de médio e longo curso para o desenvolvimento do País foram estabelecidas nos últimos anos – inflação sob controle, superávits expressivos nas transações correntes, equilíbrio das contas públicas e bem-sucedidas metas sociais. O foco nas prioridades econômicas – ajustamento macroeconômico e a diminuição da vulnerabilidade externa – pode, a partir de agora, deslocar-se para a aceleração dos processos de distribuição das riquezas como imperativo para o crescimento sustentado do País. Esses são os pressupostos que estão na base da construção dos enunciados aqui apresentados.

Os enunciados receberam as contribuições de conselheiros e conselheiras do CDES, da Fundação Getúlio Vargas e de personalidades da área econômica e da gestão pública.

O formato escolhido para a apresentação dos enunciados tem a virtude da objetividade e da brevidade, embora tenha a limitação de não apresentar a fundamentação das propostas – que seguramente existem. Essa forma facilita o prosseguimento da elaboração e dos debates, que seguirão até a última reunião do Conselho deste ano.

A idéia é conduzir o debate através de um processo de aproximações sucessivas: iniciar chancelando os enunciados consensuais e apontando os que têm maioria; aqueles que não têm apoio significativo do CDES ficarão registrados como sugestões. Num segundo momento, serão arrolados os enunciados que podem dar base a uma concentração estra-

tégica comprometida com o desenvolvimento, entendendo que a distribuição da renda é fator indispensável para o crescimento sustentado e a estabilidade econômica e social.

A respeito dos enunciados políticos, diz o documento:

A reforma política deve dar nova regulamentação às formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular), conforme o Projeto de Lei nº 4.718/2004, proposto pelo Conselho Federal da OAB e pela CNBB, em tramitação no Congresso Nacional.

Priorizar a reorganização do sistema partidário e a qualificação dos processos eleitorais com base nos seguintes pontos: fidelidade partidária, financiamento público de campanha e votação ilícita, promovendo a valorização dos partidos políticos e o aprimoramento de sua vida interna.

A reforma política também buscará o aperfeiçoamento das formas de representação popular.

No que diz respeito a esses aspectos, sou inteiramente favorável ao fortalecimento da utilização do plebiscito, do referendo e das iniciativas populares. Sou, inclusive, ao lado de outros Senadores, autor de proposta para ampliar a atualização e regulamentar as iniciativas populares, o plebiscito e o referendo, à luz das sugestões que os professores Fábio Konder Comparato, Maria Vitória Benevides e outros fizeram a mim, ao Senador Pedro Simon e a muitos outros que encaminharam proposições nesse sentido.

No que tange aos pontos da reforma política e da fidelidade partidária, estou inteiramente de acordo em sermos eleitos por um partido e permanecermos nele enquanto durar o nosso mandato.

Com respeito ao financeiro público de campanha, sou inteiramente favorável na medida em que ainda temos um sistema misto de financiamento público e de contribuições de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Considero fundamental que venhamos a dar total transparência às formas de financiamento de nossas respectivas campanhas eleitorais.

Reitero que, até o início de setembro, procurarei dar total transparência a tudo aquilo que foi obtido para o financiamento da campanha, da qual sou o responsável como candidato ao Senado.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Heráclito Fortes, para dar a seguinte informação: as pessoas do Brasil inteiro, sobretudo as do Estado de São Paulo, que desejarem apoiar a minha campanha para o Senado poderão comparecer, no próximo dia 4 de setembro, segunda-feira, às 20h, no Tom Brasil, cujo proprietário, Paulo Amorim, teve a gentileza, a generosidade, por acreditar em meu trabalho, de oferecer um jantar. Qualquer pessoa que avalie que o meu trabalho está sendo positivo e que poderei continuar realizando-o no Senado nos próximos oito anos e desejar apoiar poderá contribuir. Há três valores diferentes: R\$50,00 (cinquenta reais), R\$100,00 (cem reais) ou R\$500,00 (quinhentos reais). Portanto, qualquer pessoa que queira comparecer ao jantar estará fazendo a devida contribuição, que ficará oficialmente registrada. Se, porventura, alguém desejar fazer uma contribuição ainda mais elevada, poderá eventualmente comprar até mais convites e convidar outras pessoas. Portanto, isso vai ocorrer no próximo dia 4 de setembro. Espero dar inteira transparência ao resultado dessa cooperação de todos.

Quanto à valorização dos partidos políticos, isso é muito importante. Mas aqui está citada a votação em lista. Observo aos meus companheiros de Partido e ao Ministro Tasso Genro que avalio que a questão de votação em lista precisa ser melhor considerada, pois acredito que, se for feita uma consulta ao povo hoje se preferem escolher diretamente seus parlamentares, sobretudo os deputados federais e estaduais e vereadores que seriam objeto de votação em lista, ou se preferem que seja a direção partidária e a convenção que definam a ordem dos parlamentares na lista, tenho a impressão de que os eleitores vão preferir escolher, eles próprios, quais estarão no Parlamento, representando-os.

Mas uma possibilidade, se se quiser fazer a votação em lista, é que, então, todos os filiados de cada partido sejam antes convidados para, eles próprios – senão apenas os filiados, mas quem sabe até a população –, definirem primeiro qual é a ordem dos candidatos numa lista; algo nessa direção. Portanto, essa é uma idéia que avalio deva ainda ser aperfeiçoada.

No que diz respeito aos enunciados do modelo de desenvolvimento, diz o documento do Ministro Tarso Genro:

1) Ter como meta o crescimento médio do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, resultando na duplicação do PIB **per capita**. Os instrumentos fiscais – receitas e gastos públicos – e os monetários – crédito

e taxas de juros – devem ser ajustados para permitir a combinação de baixa inflação e alto crescimento econômico, como demonstram ser possíveis os momentos históricos vividos por países hoje desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Canadá, Espanha, dentre outros.

Ressalto que o próprio Brasil, sobretudo do período pós-guerra até 1980, teve um período de crescimento com taxas em média superiores a 7%, havendo períodos, como no início dos anos 70, em que crescemos a taxas de 10% a 14% ao ano. Então, crescer a 6% ao ano nos próximos 12 anos deve ser considerada uma meta perfeitamente atingível, de preferência, crescendo mais do que 6% ao ano, a exemplo do que tem ocorrido com a própria Argentina, país vizinho ao nosso, nesses últimos dois, três anos, bem como nos países que também estão em fase de desenvolvimento, como a China e o Japão, já por mais de uma década.

2) Promover a redução das desigualdades na sociedade brasileira. Adotar a equidade como critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos, de modo a garantir que o Coeficiente de Gini, atualmente mensurado em 0,569 (2004), seja reduzido para 0,400, em 2022, aproximando o Brasil da mediana atual dos países classificados pelo Pnud. Para isso [diz o documento do Ministro Tarso Genro], o ritmo de redução da desigualdade deve ser acelerado e a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais pobres deve dobrar no período. Para a fixação de metas de curto prazo deverão ser adicionados a esse índice um conjunto de indicadores que relacionem o comportamento da renda dos 50% mais pobres com a dos 10% mais ricos e com a dos 1% mais ricos; relacionem a média e a mediana das distribuições de rendimentos e, no combate à pobreza, verifiquem especificamente o comportamento da renda dos 50% mais pobres.

Segue-se uma lista de iniciativas que seriam consideradas importantes.

Contribuem para o alcance desta meta as previsões de crescimento da economia (em torno de 6% ao ano); de aumento do nível de emprego; de priorização absoluta da educação; do aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); de valorização do salário mínimo; de reforma do sistema tributário; de

priorização de investimentos em infra-estrutura com alta taxa de retorno social; de políticas ativas para redução da desigualdade regional e intra-regional; e do reforço dos programas de transferência direta de renda.

A ação de redução das desigualdades regionais brasileiras será medida pela renda média domiciliar. A diferença entre a renda domiciliar média mensal da unidade da federação mais rica e a daquela mais pobre se reduzirá dos padrões atuais (cerca de 5 vezes, conforme o Censo de 2000), para 4 vezes em dez anos, e para 3 vezes em 20 anos (o que representará uma redução global da ordem de 25% entre a unidade mais rica e a mais pobre em 20 anos). De forma semelhante, na escala sub-regional, deverão ser fixados indicadores de redução das desigualdades, focalizando as múltiplas escalas de dimensão das desigualdades no País.

Aqui, Senador Heráclito Fortes, há um comentário sobre aqueles diversos itens. Vejo que V. Ex^a deseja um aparte, mas avalio que ele poderá ter maior relevância, se me for permitido fazer uma leitura sobre esses itens importantes. Lembro que estou referindo-me ao documento que o Ministro Tarso Genro hoje expôs ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, composto de inúmeros representantes: dos mais diversos segmentos empresariais, de trabalhadores, de organizações não-governamentais, de entidades de classe, de entidades religiosas, entre outros.

Comentarei alguns desses pontos, mas, em especial, a ausência de um ponto fundamental e externarei aqui uma sugestão sincera ao Ministro Tarso Genro, que não levou em consideração algo de grande relevância, na minha avaliação, referente aos programas de transferência de renda, porque não considerou algo que já é lei aprovada pelo Congresso Nacional. Refiro-me à renda básica de cidadania. Mas chegarei a esse ponto em breve.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, como V. Ex^a falou sobre reforma política, proponho apartear V. Ex^a sobre a reforma, para não se misturarem os temas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não. Depois, vamos às questões econômicas e sociais. Como mencionei a reforma política, não há dúvida de que é pertinente a sua observação.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Financiamento de campanha, que, na realidade, o PT queria

durante todo esse tempo em que se discutiu reforma política: todas as vezes em que participei de reuniões, a questão maior era a do financiamento público. Quero dizer a V. Ex^a que até concordo, mas só trabalharei e só votarei a favor do financiamento de campanha, depois que conseguirmos atingir o objetivo de V. Ex^a, que é a renda mínima. Como vamos justificar à Nação brasileira, com a classe política desgastada como está hoje, que não temos recursos para matar a fome do brasileiro, e os temos para financiar campanha? E aí o imaginário popular permite que cada um pense como queira. Penso que haverá o momento de introduzir na regra do jogo político brasileiro o financiamento de campanha, mas não com o povo passando fome. Concordo inteiramente com V. Ex^a. A lista é outro ponto com que me preocupo. E me preocupo com o futuro de V. Ex^a, que é um líder de base, mas não de partido. De repente, com toda a sua força popular, V. Ex^a pode ser tragado pela ditadura da cúpula partidária. Então, passarão a existir neste País bancadas que serão escolhidas por quem tem o comando partidário, e não necessariamente será escolhido aquele que melhor interpreta o pensamento popular. Isso, para ditadores, é uma beleza. Escolhe-se a lista... E a ditadura partidária existe, V. Ex^a sabe melhor que ninguém. A fidelidade partidária é relativa. Acho que não deve haver fidelidade partidária: cada um vai para aonde quer. A fidelidade tem de ser do mandato. Ora, se alguém se elege pelo PT, pelo PFL, usando a legenda e a estrutura partidária, o mandato não lhe pertence, até porque há a figura da legenda, ou, mesmo que não houvesse, o mandato é do partido: quem sai perde o mandato, e assume o suplente. Senador Suplicy, se adotarmos no Brasil essa prática, vamos livrar-nos de alguns vexames que aconteceram, no último mandato, quando o Partido dos Trabalhadores promoveu verdadeiro leilão de troca partidária – V. Ex^a sabe disso –, o que foi exatamente o útero que gerou o mensalão. Se examinarmos a migração partidária nos últimos quatro anos, será bem mais fácil observar o que digo. Imagine a Nação, os que nos estão ouvindo: a partir de agora, o mandato é do partido. Quem quer renunciar, quem não pode mais conviver com aquela sigla, por questões ideológicas ou seja lá por que motivo for, sai, mas perde o mandato. Isso acaba com cem por cento da confusão. Concordo com os articulistas em que não é possível mais conviver com esse troca-troca partidário. Há casos de Parlamentares na Câmara dos Deputados, Senador Eduardo Suplicy, que trocaram de partido cinco vezes neste mandato. Trocavam de partido, para definir votações. É uma coisa vergonhosa! Agora, V. Ex^a quer uma prova cristalina de caixa dois em campanha? Pegue as contas – é melhor olharmos

o exemplo de casa, o do seu Partido – dos candidatos de 2002 e dos que estão disputando mandato agora. Há candidato em São Paulo, que se elegeu para cargo majoritário, gastando R\$2 milhões e que agora coloca a campanha em R\$30 milhões.

Por que isso? Tenho no Piauí um exemplo que cito muito, do presidente do Partido, Deputado João de Deus, que se elegeu deputado estadual gastando R\$26 mil. Acho que andou de jumento, porque não conseguiu gasolina – uma coisa inaceitável –, não tinha camiseta, não tinha nada. Agora, na primeira prestação de contas, já gastou três vezes mais. Na campanha de 2002, gastou R\$26 mil; a de agora está orçada em R\$300 mil ou R\$400 mil. Aí é a prova do caixa dois. Mas o que pegou o PT não foi o caixa dois eleitoral, o caixa dois de campanha, aquele para o qual todo mundo fechava os olhos; foi aquela arrecadação pós-eleição da qual ninguém sabe o destino. Era um caixa que estavam montando talvez para alimentar esse projeto, só agora revelado, do Ministro Tarso Genro de continuidade no poder até 2022. Esta semana eu ouvi o Senador Sibá Machado falar aqui sobre esse projeto de 2022 e pensava que era a comemoração do Centenário da Semana de Arte Moderna – o que seria um grande feito. Mas, não, é a tentativa do atual Governo de se projetar no poder até 2022. Acho que poder se conquista por voto e voto se decide a cada quatro anos. Penso que para o exercício da imaginação isso funciona. Mas não quero atrapalhá-lo, quero discutir um pouco as reformas administrativas. V. Ex^a já citou cinco ou seis delas. Queria perguntar somente o seguinte: por que Tarso Genro lança tudo isso em véspera de eleição e não presta conta das reformas que estão aqui e que eram do programa de governo inicial do Lula e que não avançaram em nada? Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Senador Heráclito Fortes, com respeito à reforma política, estou inteiramente de acordo com V. Ex^a no que se refere à importância da fidelidade partidária. Uma vez eleito para um mandato – por qualquer Partido que seja –, sendo candidato pelo Partido dos Trabalhadores, utilizando toda a estrutura, estando de acordo com o programa do Partido dos Trabalhadores, é mais do que razoável, de bom senso e justo que meu mandato seja sempre exercido como membro do Partido dos Trabalhadores. Se eu, como Deputado, como Senador, deixasse o Partido, seria bom senso que, então, deixasse de ser Senador ou Deputado, porque se trata de uma representação do Partido.

No que diz respeito à questão da lista...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Vou pedir a V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti, a gentileza de liberar meu tempo. V. Ex^a pôde fazer sua exposição à vontade hoje, pelo tempo que considerou necessário. Então, que eu possa também fazer o mesmo agora! Isso seria razoável. Se houver algum Senador para falar, vou respeitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – É um privilégio ouvir V. Ex^a. Eu só queria comunicar que V. Ex^a está falando há quarenta minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Então, vou falar um pouco mais, porque ainda tenho bastante por dizer, ainda mais diante das reflexões do Senador Heráclito Fortes.

Pois bem, considero, Senador Heráclito Fortes, que, se hoje perguntarmos ao eleitor brasileiro se prefere que a definição de seus representantes, numa Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, seja efetuada por lista escolhida pela direção do Partido ou pela convenção ou se prefere ele mesmo escolher seu Deputado, seu Vereador, os eleitores, em larga maioria, preferirão, se forem consultados, escolher aquela pessoa que vai representá-lo. Portanto, se for para definir uma lista, Senador Heráclito Fortes, que ela seja escolhida pelo povo! É preciso combinar.

O Senador Roberto Requião chegou a propor aqui uma combinação tal como no sistema da Bélgica, que é misto, em que se assegura ao eleitor a escolha direta também do seu representante. Portanto, tenho afinidade com seu ponto de vista.

Como o Presidente Roberto Cavalcanti me deu menos tempo, quero pelo menos assinalar um aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – O tempo de V. Ex^a está liberado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Quero assinalar alguns pontos de concordância, primeiro no que diz respeito ao fortalecimento das oportunidades de educação.

Diz o documento:

3) A educação é estratégica para a transição para um novo modelo de desenvolvimento do país, a partir de uma visão sistêmica do processo educacional, tendo como objetivos centrais: ampliar a oferta de alfabetização para jovens e adultos, articulada com o ensino básico e a educação profissional, tendo como meta a erradicação do analfabetismo estru-

tural; garantir a universalização do acesso e conclusão da educação básica, alcançando padrões internacionais de qualidade, através da valorização e formação inicial e continuada dos professores; ampliar e consolidar a rede de educação tecnológica, oferecendo programas para a inclusão educacional para jovens e adultos, com iniciação profissional e elevação da escolaridade, ampliando o ensino médio integrado e tendo como meta a universalização do ensino médio em um prazo de cinco anos; consolidar a ampliação da rede federal de instituições federais de educação superior, garantindo marco legal para a expansão com qualidade do setor privado, tendo como meta atingir 30% dos jovens brasileiros cursando o ensino superior (sendo 40% das matrículas em instituições públicas); impulsionar a evolução de todo o sistema nacional de Pós-graduação. O alcance desses objetivos prioritários requer a expansão do investimento em educação para uma participação em torno de 6% do PIB.

Sobre essas metas e esses planos, estou de acordo, podendo haver detalhes, mas completamente de acordo, podendo até aperfeiçoar isso.

Continua o documento:

4) Aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde (SUS), com definição clara das responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios e a ampliação do investimento público em saúde nas três esferas de poder. A meta de investimento é passar dos atuais 3,2% para 4,5% do PIB até 2011.

Também estou inteiramente de acordo com isso.

(...) Esses recursos devem tornar possível a expansão e melhoria da qualidade dos serviços, em especial a universalização da atenção farmacêutica, a ampliação da lista de medicamentos essenciais e a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família.

Aqui se fala também da valorização do salário mínimo, dos instrumentos de política industrial e tecnológica, de as metas de inflação serem diminuídas gradualmente e de fazer o spread expressar o risco Brasil de forma realista.

(...)O Banco Central deve flexibilizar seletiva e progressivamente os depósitos compulsórios e as operações de redesconto, as-

sociando essas medidas a metas de redução do **spread**. Os bancos públicos devem cobrar um **spread** máximo de 15% ao ano, estimulando a concorrência no setor” [com o que estou de acordo].

9) O crescimento econômico, impulsionado pelas políticas governamentais, aliado à progressiva redução da taxa de juros, de gastos por meio da melhoria da gestão pública e da sonegação e da informalidade abre espaço para a necessária diminuição da carga fiscal – de responsabilidade da União, estados e municípios – para um patamar em torno de 33% no prazo máximo de cinco anos, resultado de uma reforma tributária que incremente a tributação direta, reduza a tributação indireta por meio de consenso com estados e municípios.

Assegurar condições necessárias para que os Estados pratiquem uma política tributária que respeite os princípios de neutralidade e justiça social. Para isso a reforma tributária deve isentar de ICMS os alimentos e remédios e implementar o princípio do destino para o ICMS pela eliminação gradual do imposto interestadual como forma de acabar com a guerra fiscal e as fraudes.

Com isso, estou de acordo.

Aqui, também, a expansão do mercado interno e externo.

11) Atingir uma taxa de formação bruta do capital de, pelo menos, 25% do PIB ao ano. (...)

12) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – aplicará nos próximos dez anos recursos no valor de R\$650 bilhões para financiar projetos industriais e de infra-estrutura [inclusive com atenção para as regiões menos desenvolvidas].

13) O Conglomerado do Banco do Brasil, com recursos próprios, será um agente estratégico. (...)

14) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) deve alterar o patamar competitivo da indústria rumo à inovação e diferenciação de produtos. (...)

15) Aumentar a participação do gasto em Ciência e Tecnologia. (...)

16) A política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e a Política Industrial devem contemplar a política nacional de saúde como

área estratégica para o desenvolvimento nacional. (...)

17) Fortalecer e consolidar a política de comércio exterior. (...).

E vêm os capítulos de infra-estrutura econômica, infra-estrutura urbana e social:

22) A Reforma Agrária é condição para a Democracia. A distinção entre terra de trabalho e terra de negócio deve ser o principal critério para a desapropriação e redistribuição de terras, respeitando os diferentes modos de produção dos povos originários e quilombolas.

Ênfase na reforma agrária. A segurança pública e o sistema judiciário também são tópicos importantes. Daí o “Sistema Judiciário e a Concertação Nacional” e a “Governança Estratégica”.

E conclui o documento sem fazer referência direta, a não ser daquela maneira geral que, de início, eu havia mencionado, quando fala do reforço dos programas de transferência direta de renda.

Senador Heráclito Fortes, Presidente Roberto Cavalcanti, da maneira mais sincera e construtiva, recordo ao Ministro Tarso Genro que, hoje, está em vigência o Programa Bolsa-Família, que presentemente atinge 11 milhões e 135 mil famílias, segundo os últimos dados de que tenho conhecimento. Isso significa que mais de 44 milhões de famílias no Brasil hoje recebem um complemento de renda, com algumas condicionalidades, tais como ter renda **per capita** familiar até R\$120,00 por mês. O benefício para as que recebem até R\$60,00 **per capita** por mês é de R\$50,00, mais R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00, variando de R\$15,00 a R\$95,00. Se a família estiver no intervalo de renda **per capita** de R\$60,00 a R\$120,00, então, o benefício é apenas de R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00, dependendo se a família tem uma, duas, três crianças ou mais.

Há exigências. A família precisa demonstrar que as crianças até 6 anos estão sendo vacinadas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde; as mães gestantes precisam ter o seu grau de saúde acompanhado nos postos de saúde. E, para as crianças de 7 anos a 15 anos e 11 meses, as famílias devem demonstrar que estão freqüentando 85% das aulas por menos.

Pois bem, essa proposição, a lei que institui o Programa Bolsa-Família, Senador Heráclito Fortes, Presidente Roberto Cavalcanti, foi aprovada por todos os partidos – todos os Senadores e Deputados. Trata-se de uma lei consensual. E ela é aplicada, consensual-

mente, hoje, no Brasil, por todos os 5.564 Municípios, administrados por praticamente todos os partidos, pelo menos aqueles que têm prefeitos e representação no Congresso Nacional. Então, trata-se de algo que tem o mérito de toda a sociedade, com toda a representação partidária.

Saliento, contudo, que não está sendo considerado aquilo que também já foi aprovado pelo Congresso Nacional – pelo Senado Federal, unanimemente, em dezembro de 2002, e pela Câmara dos Deputados, quase unanimemente, em dezembro de 2003 –, e que foi sancionado pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004. Refiro-me à Lei nº 10.835, que diz que será implantada no Brasil, por etapas, começando pelos mais necessitados, com o faz o Programa Bolsa-Família, a Renda Básica de Cidadania. Trata-se do direito de toda e qualquer pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica, de receber – inclusive V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes – uma modesta renda como um direito à cidadania; o direito de sermos brasileiros ou brasileiras, que a ninguém será negado.

Mas por que razão até nós, aqui, vamos receber? Porque, obviamente, os que têm mais recursos iremos, todos, contribuir para que nós próprios e todos venhamos a receber. E quais as grandes vantagens desse mecanismo? Eliminar toda e qualquer burocracia envolvida em se ter de saber quanto cada um ganha no mercado formal e informal; eliminar qualquer sentimento de estigma de a pessoa precisar dizer que recebe apenas tanto, merecendo tal complemento de renda; eliminar os fenômenos de dependência, que acabam causando as chamadas armadilhas do desemprego e da pobreza. Vamos, ainda, avançar muito mais, porque, do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, será muito melhor para cada pessoa saber previamente que, nos próximos doze meses e a cada ano, cada um de nós vai partilhar da riqueza da Nação e receber essa renda mínima, essa Renda Básica de Cidadania. Não como uma caridade, mas como um direito da pessoa de partilhar da riqueza da Nação.

Portanto, isso é algo que já foi aprovado pelo Congresso Nacional, e espero que o Presidente Lula venha, uma vez eleito, a considerar isso, assim como o Ministro das Relações Institucionais.

Senador Heráclito Fortes, tenho feito palestras sobre esse tema nas universidades. Hoje, fiz uma, por convite da Missão Criança, aqui, em Brasília; ontem, na Universidade Metodista de Santa Bárbara d’Oeste; de manhã, na Associação Comercial e Industrial de Campinas. Tenho feito cinco, seis, sete, oito, dez, doze palestras por semana sobre esses temas. Em todos os

auditórios, seja de trabalhadores, de empresários, de movimentos sociais, quando explico toda a origem, os fundamentos, as vantagens e desvantagens da Renda Básica de Cidadania, observo que todas as resistências acabam. As pessoas a consideram de bom senso e percebem como essa proposição vai dar resultados muito significativos no sentido de alcançarmos as metas de erradicação da pobreza absoluta, de atingirmos um grau de equidade e um grau de solidariedade na sociedade brasileira que vai significar um avanço muito importante.

Quero contribuir, portanto, para que avancemos na direção de fazer do Brasil uma sociedade a mais justa possível, solidária. E será exatamente na medida em que avançarmos nessa direção mais rapidamente que conseguiremos diminuir o grau de criminalidade tão intenso que temos vivido – os assaltos, os roubos, os seqüestros que estão preocupando tantos de nós, inclusive a sociedade em São Paulo, a sociedade paulista. O crime organizado nasce, em grande parte, porque tantas crianças, tantos jovens neste País – por vezes, por falta de alternativas – seguem pelos caminhos dos falcões ou daquelas pessoas que se tornam aviõezinhos do narcotráfico e de outros grupos do crime organizado por falta de alternativas de sobrevivência digna.

Quero ainda ressaltar que a experiência demonstra que, onde foi instituída a Renda Básica de Cidadania, ela é consistente com o crescimento estável da economia e a proximidade do pleno emprego.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Evidentemente, V. Ex^a participou dessa solenidade comandada pelo Ministro Tarso Genro, já que a base do Governo esteve toda presente. Imagino que tenha sido um ato solene, com a presença inclusive daqueles Ministros cujos nomes não sabemos, todos estavam lá. O Ministro Tarso Genro seria muito mais honesto com a Nação se, antes de mostrar o que pretender fazer até o ano 2022, mostrasse à Nação brasileira o que foi feito nestes três anos e meio, ou seja, por que o País parou, por que as estradas continuam esburacadas, por que os vinte presídios de segurança máxima prometidos não foram feitos, por que o combate à corrupção no Governo, prometido pelo próprio Presidente da República, não foi colocado em prática. É muito simples, depois de quatro anos, Senador Eduardo Suplicy, simplesmente anunciar promessas à Nação relativas ao que vai ser feito nos próximos quatro, dez ou vinte anos sem a responsabilidade de mostrar o que foi feito agora. Aliás, digo isso porque, ontem – repito aqui porque achei

grave –, a sua Líder, aquela que lhe derrotou para a Liderança na Casa, fez uma apologia aos lucros dos bancos e das empresas multinacionais. Citou, inclusive, que no atual Governo os banqueiros lucraram mais do que no Governo passado, e as empresas tiveram mais lucros do que nos oito anos que o antecederam, como se o objetivo do Governo do PT fosse esse, como se aquela pregação do Presidente Lula para romper com os grilhões do conservadorismo brasileiro e fazer com que a política social realmente fosse atendida estivesse sendo jogada na cesta de lixo. Aliás, o Presidente Lula, que prometeu uma política social aguerrida e culpava o compromisso dos governos anteriores com o capital internacional pelo fato de não se atender ao social, deu a sua primeira prova de que algo mudaria quando comprou, pagando adiantado, um avião de R\$168 milhões. É uma simbologia. Avião, todo governo compra; mas, pagamento adiantado, eu desafio que seja mostrado. V. Ex^a sabe, pois é um economista e lê: compra-se um avião hoje pagando em dez, vinte ou trinta anos. Além disso, o avião veio com defeito e teve de ser reparado. Mas não é essa a questão. O Sr. Tarso Genro deveria ter o cuidado de mostrar, por exemplo, aos aposentados brasileiros que o Governo mentiu quando alegou que não daria o percentual aprovado nesta Casa por falta de recursos.

Tanto é mentirosa a informação, que agora mesmo estava anunciando, numa manobra eleitoreira, a antecipação da segunda parte do 13^o salário para os servidores brasileiros – aí o dinheiro aparece! De dinheiro o cofre está abarrotado, até porque está tudo contingenciado, o Governo não tem obras. O Governo prometeu a refinaria de Pernambuco em acordo com a Venezuela, lançou a propaganda na televisão, mas está lá só o terreno. Os metrô de Fortaleza, Recife e Salvador não existem. Quanto à Hidrelétrica de Tucuruí, que anuncia como obra sua, é bom lembrar que o Governo fez apenas uma das 22 turbinas ali existentes. A Transnordestina está no papel. E há algo mais grave: das PPPs anunciadas em prosa e verso, o atual Governo não conseguiu realizar uma sequer. Sabe por quê? Pela falta de confiança do investidor externo. O investidor, Senador Suplicy, está vindo para cá aos borbotões, mas para quê? Para especular na Bolsa, porque sabe que o Brasil, ao contrário do que o atual Governo prometia, paga hoje os melhores juros do mundo entre os países que não estão em guerra, entre os que têm estabilidade. Mas não foi isso que se prometeu. Como se não fosse pouco, vem o Ministro das Comunicações e diz que vai romper com decisões da Anatel relativas à esfera das comunicações.

Qual é o investidor estrangeiro que vem para o Brasil fazer investimentos a longo prazo? Não vem não. Ele faz o “investimento-motel”: coloca dinheiro aqui, mas, na hora em que baixar a taxa, ele o puxa através de cabos da tecnologia e vai procurar outra praça para o seu investimento. Parabenizo V. Ex^a, que é um homem de boa-fé, é um dissidente. Volto a repetir: graças a Deus V. Ex^a é um dissidente dentro de seu partido, é um homem benquisto, é um homem que tem postura e mostrou pelo menos algumas falhas no que diz o Sr. Tasso Genro. Aliás, para sentirmos que o que o Sr. Tasso Genro diz não merece muita credibilidade, não precisamos ir longe: a sua filha mudou de partido porque não acredita nem no partido dele nem no que promete e hoje é uma militante do P-SOL – está percorrendo o Brasil ao lado da Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy, são muito bonitas essas reuniões: só faltou tratar-se da questão da Constituinte que o Presidente Lula chegou a anunciar – aliás, um desrespeito ao Congresso Nacional, esse, sim, a origem e a razão de ser de uma Assembléia Nacional Constituinte. Numa reunião com a Ordem dos Advogados do Brasil, anunciou o desejo de uma Assembléia Nacional Constituinte e depois disse que foi um pedido da Ordem dos Advogados; foi preciso a Ordem dos Advogados desmentir. Mas a intenção é copiar quem? Copiar o modelo da Venezuela e o da Bolívia. No momento, são os dois países do mundo, Sr. Presidente, em que está instalada uma Assembléia Constituinte. Aliás, na Venezuela já acabou e, no final, o que deu? Endurecimento, um regime ditatorial, sem oposição, o Congresso castrado, as liberdades castradas, e o Presidente a fazer bravatas no mundo inteiro enquanto os indicadores sociais continuam os mesmos.

Na Bolívia, o Sr. Evo Morales, dia após dia, humilha o brasileiro, expulsa as indústrias que estavam lá, mandou o Exército invadir as dependências da Petrobras e rompeu unilateralmente o contrato para fornecimento de gás que havia firmado com o Brasil. Aliás, foi aqui anunciado esta semana pelo Líder que vão continuar investindo lá, e eu disse que entraria com uma ação popular – aquelas coisas que os petistas faziam muito no passado, quando eram oposição; agora vou viver um pouco esse período. Investimento na Bolívia, meu caro Senador, com a situação de insegurança política que estamos vivendo? Pegar o dinheiro brasileiro e fazer esse investimento é caso de cadeia, é caso de polícia, é insensatez. Como sei que V. Ex^a é independente e coerente, vai me ajudar e subscrever essa ação popular. Agora...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/ PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, agora preciso responder...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a vai responder, mas eu queria antes que V. Ex^a me satisfizesse uma curiosidade: V. Ex^a participou do jantar do Presidente Lula ontem com os empresários do Brasil inteiro? Se participou, gostaria de lhe pedir que retratasse como foi esse encontro e o que se tratou de interesse nacional. Gostaria de saber se nesse encontro foram, única e exclusivamente, tratados assuntos republicanos. Mas eu queria pedir...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/ PT – SP) – Permita, então...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Gostaria apenas que V. Ex^a, se pudesse, lesse e fizesse chegar algo às mãos do Sr. Tarso Genro, a quem não tenho acesso. Um ex-aliado de V. Ex^a, muito prestigiado, tem no *blog* de sua autoria hoje um artigo chamado “Réquiem moral aos que representavam a cena da ética.” Sabe quem é o autor? Roberto Jefferson. Seria bom que o Tarso Genro, antes de dar lição de futuro para o País, lesse um pouco o que está escrito aqui por um ex-aliado dele – seu não é, porque V. Ex^a não é aliado dele. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, V. Ex^a está perfeitamente consciente de que a população brasileira, os eleitores brasileiros têm feito, por intermédio das pesquisas de opinião, como as últimas publicadas pelo Ibope e o DataFolha, ainda hoje, uma avaliação significativamente positiva do Governo do Presidente Lula, dando a ele uma vantagem significativa em relação aos seus adversários.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Emílio Garrastazu Médici teve 80% de aprovação da população brasileira em pesquisa, Senador Suplicy. Vamos ter cuidado com as pesquisas. Emílio Garrastazu Médici teve 80%.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Faltam 39 dias para o nosso 1º de outubro e, felizmente, todos nós estamos tendo a oportunidade de bem ouvir os candidatos à Presidência da República, ao Senado, a Deputado Federal e Estadual.

Sejam bem-vindos os que visitam o Senado Federal, mas escutem mais um minutinho.

Peço a atenção dos visitantes, porque, como ouviram o Senador Heráclito Fortes, não é justo que o guia, que os está levando, diga-lhes para não ouvirem as considerações que irei fazer. Então, é preciso que ouçam os dois lados. Quero que o Senador Heráclito Fortes e os nossos visitantes estejam cientes de que...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, minha preocupação é a de que eles devem estar numa excursão. Eles podem ter horário em outra programação, podem precisar pegar ônibus ou avião. No entanto, o prazer é que estejam aqui realmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eles atenderam ao meu convite. Então, quero ser eficiente e rápido.

Por que o Presidente Lula está bem nas pesquisas de opinião em relação aos adversários? Porque há pontos muito positivos em seu mandato.

Em relação ao que acontecia nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, é importante ressaltar que a taxa média de crescimento econômico dos últimos quatro anos foi superior a dos oito anos anteriores – ainda que não tenha sido, em média, 6% ao ano, como o Ministro Tarso Genro está propondo que aconteça nos próximos 12 anos, por uma concertação de todos nós, qualquer que seja o Governo, de qualquer Partido que seja.

No que diz respeito à taxa de risco e à expectativa de investidores estrangeiros, ela atingiu um recorde de mais de 2.400 pontos e, agora, alcançou pouco mais de 200 pontos, a menor taxa de risco dos últimos anos.

A taxa de inflação, que, de 2002 para 2003, tinha chegado a mais de 12% ou 14%, em 2006, está em torno de 4%, 5%.

É uma das menores taxas alcançadas pelo Brasil em diversos anos. Não é a menor, mas é uma das menores.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, em homenagem aos presentes nas galerias, vamos esclarecer. Seu Partido foi à praça pública dizer que a política anterior estava totalmente errada, mas foi buscar exatamente no Partido dos tucanos o Presidente do Banco Central, que é o avalista...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Espere aí. Por que hoje V. Ex^a está vivendo estabilidade? Porque o Governo passado construiu essa estabilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em todos os partidos, há...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Construiu a estabilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe que considero que há, no PFL, no PSDB, pessoas de extraordinário valor, que, às vezes, poderão ter boas...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas por que vocês foram buscar o Henrique Meirelles, Presidente do Banco de Boston, no PSDB?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite que V. Ex^a fizesse o aparte longamente, mas peço agora atenção porque preciso concluir meu pensamento.

O Ministro e Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, tem tido méritos, inclusive ao cooperar para que a taxa de inflação tenha chegado a um nível bem mais baixo. A taxa de juros ainda é bastante elevada, mas, felizmente, nos últimos cinco ou seis meses, tem estado em declínio. É muito provável que consigamos chegar a um conjunto de dados macroeconômicos muito positivos, como, poucas vezes, vivemos no Brasil.

A taxa de endividamento público sobre o PIB, que era de 57%, baixou para 51%. Ainda não é o ideal em relação ao Produto Interno Bruto, mas é um dado positivo.

A taxa de desigualdade medida pelo Coeficiente Gini, nos períodos 2002/2003/2004 e, muito provavelmente, 2005/2006, está diminuindo consideravelmente, ainda de forma moderada, mas na direção correta, graças aos programas de transferência de renda, como a expansão do Bolsa-Família, que beneficiava três milhões e meio de famílias em dezembro de 2003, agora, beneficia onze milhões e cento e trinta e cinco mil, atingindo um quarto da população brasileira. Isso faz com que Estados como o Piauí, Acre, Estados do Nordeste, Paraíba e outros, tenham a economia mais ativada e que pessoas em condições de extrema pobreza antes tenham pelo menos acesso a esses programas.

V. Ex^a sabe do nosso propósito, conforme eu estava definindo, por meio de lei já aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente, de caminharmos na direção de uma renda básica incondicional para todos os brasileiros. Essa renda básica nos permitirá eliminar toda essa problemática que, volta e meia, é publicada nos jornais, como ainda hoje em **O Globo** há a preocupação de dizer que o Bolsa-Família deixa de punir à véspera da eleição. Quando for um direito de todo e qualquer brasileiro, de todos os nossos visitantes, a Renda Básica de Cidadania será incondicional. Toda pessoa, não importa se menino ou menina de um mês, avô ou avó, todos terão o direito inalienável de participar da riqueza da Nação quando plenamente instituída a Renda Básica de Cidadania.

De onde são os senhores? (Pausa)

Taguatinga Norte? Taguatinga, Distrito Federal.

Sejam sempre bem-vindos. Obrigado pela atenção.

Estaremos vendo em breve como o povo definirá nas urnas o destino do Brasil.

Senador Heráclito Fortes, quero aqui falar de uma coisa tão boa que está acontecendo. Neste ponto, tenho certeza que ambos estamos de acordo. Presidente Roberto Cavalcanti, estou quase concluindo. Concordamos que, diferentemente de outras ocasiões da história brasileira, agora estamos vivendo uma democracia. Em 1º de outubro, vamos poder escolher nosso Presidente, nosso Governador, nossos Senadores, nossos Deputados Federais e Estaduais. Que bom que isso esteja ocorrendo! Que bom que esteja havendo a divulgação, pelo horário eleitoral, das propostas de cada um.

Gostaria de poder assistir ao debate entre os candidatos ao Governo do Estado de São Paulo, de todos os Estados. Gostaria de ver o debate entre os candidatos à Presidência.

Mantenho a minha avaliação de que será positivo se o Presidente da República decidir, até 1º de outubro ainda, participar de debates.

Eu, como candidato ao Senado, tenho dito aos meus dezoito adversários que se algum meio de comunicação quiser organizar um debate eu aceito participar, ainda que esteja muito bem nas pesquisas de opinião.

Ainda hoje fiquei contente ao saber que o Datafolha indicou que, lá no Estado de São Paulo, a preferência pela minha candidatura evoluiu de 35%, na última pesquisa, para 42%; os demais candidatos, como Guilherme Afif Domingues, está com 6%; Alda Marco Antonio e também a Srª Elza Pereira, estão com 2%, e outros candidatos com percentagens menores. Mas é importante que todos possam debater comigo, porque eu estou aberto para debater com todos.

Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, para concluir – agradeço a tolerância de V. Exª desde já –, quero dizer da minha preocupação com o que ocorre no Oriente Médio. Entendo ser muito importante que possa o Brasil, por intermédio do nosso Governo e do Congresso Nacional, colaborar para que haja um entendimento entre Israel, os países árabes, a Palestina. Que, para essa guerra entre Israel, o povo judaico, o povo palestino e aqueles que, no Líbano, têm realizado ações bélicas, possa haver uma inspiração por parte de todos aqueles que, na Organização das Nações Unidas e todos os governantes, e habitantes, inclusive todos aqueles que, no Brasil, tenham amigos, parentes, sejam eles judeus, árabes ou palestinos, que possamos, inspirados no exemplo brasileiro de con-

vivência entre povos árabes e judeus, seja no âmbito das universidades, das empresas, do comércio, da indústria, enfim, em todas as áreas de convivência entre judeus, árabes e palestinos conversando, produzindo, que possa haver um espírito de realização, de justiça e efetiva paz, tanto no Líbano, quanto em Israel, ou em todos os países árabes. Acredito, Sr. Presidente, que isso será possível.

Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria de me referir a algo que recomendo a todos conhecer. Na última terça-feira, fiz uma visita à empresa Natura, a convite do Presidente do Conselho da Natura, Antônio Luiz Seabra, e do Sr. Alessandro Carlucci, Presidente da Natura, e fiquei impressionado ao ver, em Cajamar, aquele conjunto arquitetônico de rara beleza. Poucas vezes vi uma fábrica tão bonita, em que os princípios de transparência e de cooperação são colocados em prática. Todas as pessoas podem visitar o local. Impressionou-me também a forma de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados da empresa, inclusive por parte de mais de 530 mil promotores e colaboradores que vendem os produtos Natura.

É muito importante que estimulemos a preocupação que empresas, como a Natura, têm com o meio ambiente. Além disso, a Natura também tem formas de participação nos lucros para todo o quadro de trabalhadores, empregados, dirigentes e vendedores.

Sr. Presidente, quando há um sistema de quotas de participação nos resultados, não apenas para os sócios acionistas mas também para todos aqueles que trabalham no empreendimento, estaremos sempre muito mais próximos de melhor distribuir a renda e a riqueza.

Meus cumprimentos à Natura pela campanha que está realizando no sentido de que todas as pessoas, no Brasil, votem com muita responsabilidade, conhecendo bem a história de cada candidato que estejam considerando escolher, seja para a Assembleia Legislativa de seu respectivo Estado, seja para o Congresso Nacional, seja para o Governo estadual, seja para a Presidência da República. É importante, como mostram aqueles desenhos, que haja a devida escolha das sementes que serão plantadas, a fim de produzirem árvores frondosas. Nós podemos pensar isso do ponto de vista do Brasil. Na medida em que o povo escolher Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais, Governadores e Presidente da República em quem, cada um de nós, poderemos confiar inteiramente, melhor será o Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, esse trabalho da Natura é com relação a Senadores e Deputados?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Natura é uma empresa de cosméticos. Tive a oportunidade de conhecê-la e recomendo o mesmo a V. Ex^a. Trata-se de uma fábrica brasileira, que utiliza vários produtos da Floresta Amazônica, no Acre, e que tem tido o cuidado, inclusive fez um convênio de renovação da Floresta, portanto, tem a preocupação com a proteção ambiental.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ela divulga o que viu em cada candidato? Não estou entendendo o espírito da campanha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O espírito da campanha se traduz em diversos cartazes, eu os vi, muito bonitos, com frases que procuram estimular as pessoas a escolherem bem os seus candidatos, os seus representantes. Não há qualquer menção de nome ou de partido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Evidentemente que V. Ex^a combina com a árvore frondosa. No entanto, eu queria ver quando tivesse que botar aquele rapaz da cueca, teria que colocar um mandacaru ao lado. Ele e aqueles seus colegas que estão envolvidos nesses escândalos todos: cuecão, minhocão. Realmente, V. Ex^a tem razão, e a Natura está de parabéns!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe que em cada organização onde há seres humanos pessoas podem perfeitamente errar. V. Ex^a sabe que na história de cada partido, neste País, houve pessoas que cometeram erros gravíssimos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Algumas punidas e outras não; algumas foram punidas e outras, defendidas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe perfeitamente que é importante que tenha, continuamente, o cuidado para prevenir problemas sérios e graves. Tenho a certeza de que V. Ex^a estará muito atento para que problemas não estejam ocorrendo no âmbito do Partido de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Mas o Dr. Tarso Genro cometeu um erro. S. Ex^a falou em gastos de campanha, mas não falou em ética de campanha. Seria bom que na reforma política do Dr. Tarso Genro tivesse também ética de campanha, ética da política, que é um assunto que saiu completamente da pauta do Partido que ele representa. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Absolutamente. Quando V. Ex^a tiver a oportunidade

de ver o programa da minha candidatura como Senador, no horário eleitoral, verá, sempre, a preocupação que tenho tido para com ética na política, com toda a afinidade com o Ministro Tarso Genro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, gostaria de me acostar às palavras do nobre Senador Heráclito Fortes, e dizer que V. Ex^a está de parabéns em estar aqui, deixando a campanha, para falar, principalmente, de temas econômicos. Meus parabéns!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 318, de 2006**, que “Abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 858.478.335,00 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais), em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 318	
Publicação no DO	23-8-2006
Emendas	até 29-8-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	23-8-2006 a 5-9-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	5-9-2006
Prazo na CD	de 6-9-2006 a 19-9-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	19-9-2006
Prazo no SF	20-9-2006 a 3-10-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	3-10-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	4-10-2006 a 6-10-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	7-10-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	21-10-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 2006-CN

MENSAGEM Nº 90, DE 2006-CN (nº 713/2006, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 2.155.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 2.155.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 56900 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56701 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

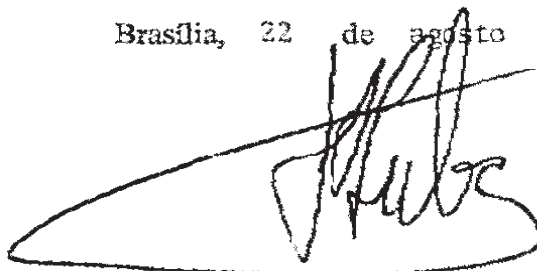
FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS										2.155.000
PROJETOS										
15 453	1295 5174	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - RS								2.155.000
15 453	1295 5174 0047	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								2.155.000
										2.155.000
TOTAL - FISCAL										2.155.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.155.000

Mensagem nº 713

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 2.155.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 22 de agosto de 2006.



EM nº 00147/MP/2006

Brasília, 10 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) no valor de R\$ 2.155.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), em favor do Ministério das Cidades.

2. Os recursos destinam-se à reforma de locomotivas, com a instalação de freios microprocessados nos vagões, à cobertura do terminal de ônibus da Estação Canoas e à conclusão do bicicletário da Estação Sapucaia, no âmbito da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB.

3. A presente solicitação será atendida com recursos oriundos de excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o § 13 do art. 63 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, LDO-2006, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias e o § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

5. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no § 10 do art. 63 da LDO-2006, o excesso de arrecadação das receitas utilizado parcialmente neste crédito.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 10, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

Unidade: 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRUNSUB

Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros

		2006		RS 1,00
NATUREZA			EXCESSO /	
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	FRUSTRAÇÃO C - (B-A)	
13110000	Aluguéis	1.035.744	979.301	-56.443
13120000	Arrendamentos	156.536	221.970	65.434
16000000	Receita de Serviços	38.221.121	43.619.245	5.398.124
19180000	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	552	1.617	1.065
19190000	Multas de Outras Origens	0	4.350	4.350
19210000	Indenizações	0	0	0
19220000	Restituições	0	450.079	450.079
19900000	Receitas Diversas	3.412	3.689	277
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	0	0	0
25800000	Saldos de Exercícios Anteriores	0	0	0
Total		39.417.365	45.280.251	5.862.886
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)				0
Créditos Extraordinários abertos (E)				0
Créditos Suplementares e Especiais (F)				5.542.000
Abertos				3.387.000
Em tramitação (I)				2.155.000
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)				0
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)				320.886

(I) Inclui o valor do presente crédito em 08.08.2005.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 10. Nos casos de créditos a conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da lei, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Nos termos das normas constantes da **Resolução nº 1, de 2001 – CN** (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 24-8-2006

Até 29-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 6-9 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 11-9 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 21-9 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – ro. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a população brasileira certamente se lembra, vivamente, dos incêndios florestais que ocorreram em diversas partes da floresta amazônica, em 1998, causando prejuízos vultosos e danos ambientais gra-

víssimos. Naqueles dias, intermináveis, as dimensões e a recorrência dos incêndios eram reportados diuturnamente pela mídia, e as pessoas se perguntavam quando aquela TRAGÉDIA ECOLÓGICA TERIA FIM.

O fenômeno **El Niño**, provocado por mudanças atmosféricas que aquecem as águas e tornam o clima mais seco, propiciou a rápida propagação do fogo nas matas amazônicas, mas a utilização do fogo nas práticas agrícolas foi a causa principal daquela série de incêndios. Estima-se que 250 milhões de toneladas de carbono foram lançadas ao ar, com prejuízos da ordem de cinco bilhões de dólares, de acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

O Estado de Roraima foi o que mais sofreu com os incêndios, que devastaram uma área de 13 mil quilômetros quadrados. Porém, o fogo castigou duramente também os demais Estados da região, entre eles o Estado de Rondônia, que represento neste egrégio Colegiado. Relatório então divulgado pelo IPAM demonstrou que o fogo se alastrou por nada menos que 30 mil quilômetros quadrados da mata amazônica, já excluída a área de Roraima.

Todo este preâmbulo, Sr^{as} e Srs. Senadores, teve como finalidade avivar nossa memória para que possamos justificar e aplaudir algumas medidas que, tomadas naquela ocasião, hoje dão seus frutos; e que, na impossibilidade de evitar desastres ecológicos, contribuem de forma significativa para minimizar as conseqüências de incêndios e queimadas que periodicamente flagelam a região que concentra a maior floresta tropical do planeta.

Quero referir-me, especialmente, ao Programa de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia, o chamado *Proteger*, e, no meu Estado, à decisiva contribuição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, a Fetagro. O *Proteger* foi criado como resposta a uma situação emergencial à citada série de incêndios ocorrida na região em 1998, e resultou de uma iniciativa da Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.

Em sua primeira etapa, o *Proteger I* contou com recursos de um milhão de dólares, do Programa Piloto, para coordenar uma campanha de sensibilização e para mobilizar e treinar pequenos agricultores na prevenção de incêndios. Foram treinados nessa etapa, com um resultado que correspondeu à expectativa, cerca de 12 mil agricultores em 322 municípios da Amazônia.

Com o êxito da primeira fase, foi lançado então o *Proteger II*, com o objetivo de minimizar o uso de queimadas na agricultura e promover a adoção de prática sustentáveis. Deve-se lembrar, Sr. Presidente, que as queimadas agrícolas respondem por praticamente a totalidade das queimadas no Brasil, e que essa prática está associada a modelos primitivos de produção, embora ainda subsista entre nós na cultura intensiva da cana-de-açúcar e dos cereais em geral.

O *Proteger II* desenvolveu diversas parcerias, com governos estaduais e municipais, com federações de trabalhadores na agricultura e com numerosas entidades não governamentais. Nessa segunda etapa, que foi encerrada em 2004, o projeto selecionou 134 municípios, nas regiões de maior ocorrência de desmatamento por queimadas. Nesses municípios, o projeto promoveu a capacitação de 400 monitores, com efeito multiplicador para 40 mil agricultores familiares; realizou seminários estaduais e regionais para capacitação dos monitores; distribuiu 100 mil cartilhas e 80 mil cartazes; formou 240 grupos de mutirão ambiental; e promoveu 12 caravanas anuais para visitas de intercâmbio, com 36 experiências de manejo e produção agrícola sem utilização de queimadas.

Após a segunda etapa, o projeto passou a ser executado de forma contínua, integrando um consórcio com seis entidades ambientalistas denominado “Consórcio Verde”, com previsão de apoio até 2007. Atualmente, o *Proteger* conta, entre outros executores, com a participação das Federações de Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Acre e do Pará, além da Rondônia, conforme já anunciara.

No meu Estado, Sr. Presidente, a Federação vem desenvolvendo atividades de recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas. Algumas dessas áreas foram escolhidas, com base nos critérios do *Proteger*, nos municípios de Jaru, Theobroma e Ji-Paraná, onde foram implantados os projetos de recuperação das matas ciliares. Uma das metas da Comissão de Meio Ambiente da Federação, conforme relata o jornal **Diário da Amazônia**, de Porto Velho, “é trabalhar a educação ambiental, implantando experiências onde os agricultores, estudantes, pesquisadores e a comunidade em geral possam participar e se conscientizar dos problemas ambientais que estão causando a destruição do meio em que vivemos”. O periódico acrescenta que ainda este ano deve ser desenvolvida uma parceria do Ministério do Meio Ambiente com a Federação dos Trabalhadores para recuperação de novas matas ciliares e implantação de 15 áreas de sistema silvopastoril.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a participação intensa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia – Fetagro e das entidades congêneres da região em projetos como o *Proteger* é altamente significativa. Significa que essas entidades compreenderam o alcance de sua mobilização e que, sem ignorar as questões corporativas, estreitam seus laços com a comunidade buscando objetivos comuns. A preservação de nossas riquezas naturais deve ser uma aspiração de todos os amazonenses e de todos os brasileiros, motivo por que aplaudo os êxitos do projeto *Proteger* e parabeno os agricultores do Estado de Rondônia por mais essa demonstração de consciência ambiental e de integração com a comunidade.

Muito obrigado!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado na **Folha de S. Paulo**, de 6 de agosto do corrente. O artigo, intitulado “A Constituinte é um golpe parlamentar”, trata da proposta do Presidente Lula de convocar uma Assembléia constituinte para fazer a tão necessária reforma política.

Segundo o autor, a proposta “é golpista, dissimulada, velha e suicida”.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, solicito que o artigo do jornalista Elio Gaspari passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

16 brasil

DOMINGO, 6 DE AGOSTO DE 2006

ELIO GASPARI

A Constituinte é um golpe parlamentar

A proposta de convocação de uma eleição para formar uma Assembléia Constituinte depois de outubro é golpista, dissimulada, velha e suicida. É golpista porque pretende obter de um Congresso formalizado uma emenda constitucional que eleja e instale uma Constituinte alavancada pelo resultado presidencial de outubro. A idéia foi endossada por Nosso Guia e pelo comissário Torso (“Fôra FHC”) Genro.

Um tese, seria uma Constituinte para fazer a reforma política. Trata-se de matéria que não precisa desse remédio e que não prosperou nos últimos anos porque o governo preferia manter aberto o quichê pagador da corrupção política. O que se busca é a afirmação autoritária do Poder Executivo.

O governo tem hoje uma bancada sólida de 250 votos num Congresso de 594 cadeiras. Na próxima eleição o PT poderá perder pelo menos 20 de seus 81 deputados. Estimando-se que os outros partidos de mensaleiros e sanguessugas percam outras 20 cadeiras, avizinha-se um Congresso onde Lula, rodeado com pelo menos 50 milhões de votos, terá vida dura. A Constituinte será um videotape editado. Algo que permita mostrar Ro-

berto Carlos tirando o passo de Zidani de caminho de Harry. Quando

Getúlio e Brizola namoraram idéia de Constituinte. Deram-se mal, para a satisfação dos seus adversários políticos

Lula diz que os deputados e senadores deste Congresso não podem fazer uma reforma política porque “estão legislando em causa própria”, ofende a inteligência da escumalha: De onde virão os constituintes? Do sistema político brasileiro ou de

Marte? Vedando aos eleitos de outubro o direito de concorrer à Constituinte, os câmbios inventarão o poder da ponta de estoque, com uma bela bandeada de refugados.

A proposta é golpista porque pretende modificar o curso das instituições nacionais. Isso já foi feito duas vezes. Em 1840 o Parlamento golpeou a Regência declarando a maioria de D. Pedro 2º aos 14 anos. Em 1961, noutro golpe, instalou-se um regime parlamentarista para mutilar os poderes de João Goulart presidente constitucional do país.

A proposta é dissimulada porque irá além do pretexto da reforma polí-

tica. Gerará uma situação parecida com a da Venezuela de Hugo Chávez, a Bolívia de Evo Morales e a Argentina das últimas reformas de Néstor Kirchner.

Ficando-se no varejo partidário, pretende-se revogar os efeitos das cláusulas de desempenho, que afastam da bolsa da Viúva os partidos sem votos. Isso e mais o voto de lista, pelo qual a patulêia não escolherá mais os deputados. Ele virão empacotados pelas cúpulas partidárias.

A Constituinte de Nosso Guia será um fator de instabilidade política sem paralelo nas últimas décadas. Para gosto de seus mais radicais adversários, recolocará o tema da legalidade no pano verde da política nacional.

O truque da Constituinte como gazuza presidencial já foi usado duas vezes. Em 1945, Getúlio Vargas empurrou com mão de gato a campanha da “Constituinte com Getúlio”. Em março de 1964, Leonel Brizola defendeu a eleição de uma Constituinte, a partir do fechamento do Congresso (coisa que Lula jamais sugeriu). Deposto, o Pai do Pobres foi para São Borja. Exilado, Brizola foi para o Uruguai. Nos dois casos, a manobra serviu muito bem aos adversários.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para solicitar que seja inserida nos Anais da Casa a entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, concedida ao jornal **Correio Braziliense**, do último dia 20 de agosto do corrente, e que recebeu o título “País tem nojo e medo”.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua entrevista, faz avaliações sobre o Governo do Presidente Lula e afirma que a população brasileira

EX-PRESIDENTE ATACA CONGRESSO E DEFENDE REFORMA POLÍTICA

GILBERTO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

São Paulo – Aos 75 anos, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso dividiu seu tempo entre aulas e palestras ao redor do mundo. Acompanha

com atenção a política brasileira, mesmo longe da linha de frente da campanha do tucano Geraldo Alckmin à presidência.

Nesta entrevista ao **Correio**, o ex-presidente fez avaliações parciais sobre o governo Lula. Perguntado sobre o fato de a Polícia

Federal prender hoje muito mais gente, disse que, em contrapartida, “nunca se roubou tanto como hoje”, mas nega que a responsabilidade seja de Lula. Diz que a ação da Polícia Federal é “um avanço do Estado brasileiro”.

Suas críticas mais duras foram pa-

ra o Congresso. “Está paralisado, tem muito ladrão, não se faz nada”. Diz que a população brasileira “está com nojo e com medo” da corrupção e da crise do sistema político do país e que o próximo presidente terá de tomar a iniciativa de propor uma reforma deste sistema.

está “com nojo e com medo da corrupção e da crise do sistema político do País”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PAÍS TEM NOJO E MEDO

Há um ano, o senhor disse que o presidente Lula transformou os partidos numa “geléia geral”. Era uma previsão da crise? Todo mundo viu isso. O sistema partidário ficou muito diluído com essa questão de sanguessuga e mensaleiro. Hoje, se há dois pólos: o PT, e a aliança PSDB e PFL. O PT eu não sei se vai sobreviver a tudo isso. Sai muito arranhado. Lula aparece em fotografias com antigos adversários, que ele tratava de uma maneira dura, até xingando. Vivemos um momento de crise. É a falta de identidade do eleitor com quem se eleger e com os partidos. Temos de mudar o sistema de voto. Partir para o voto distrital.

O presidente falou numa Constituição para fazer a reforma política. O Congresso pode fazer isso?

As coisas só acontecem quando a sociedade está grávida da idéia. Não se pode falar de Constituinte assim. A Constituição muda as regras, mas as regras não mudam. Hoje, o que comove o brasileiro são a corrupção e a violência, o medo. E o Congresso não faz nada, tem muito ladrão, não se toma medidas. Isso cria um clima de mal-estar. A sociedade está recuada na função do nojo e do medo. Está enojada com tanta podridão e com medo da insegurança gerada. A reforma deve ser feita pelo Congresso, mas ele só vai funcionar se houver pressão da sociedade. É preciso saber qual é a agenda do Brasil. Qualquer que seja o presidente novo, ele tem de ter uma agenda.

Esse Congresso desgastado conseguirá fazer isso?

As coisas só avançam quando há lideranças com força. A responsabilidade dos líderes brasileiros é levar uma agenda de transformação ao Congresso. Se o presidente da República tivesse uma noção da sua responsabilidade histórica, estaria fazendo isso. Estaria propondo um caminho para o Brasil, em vez de dizer: “Eu já fiz, eu sou o maior, eu comecei tudo”. O desafio depois das eleições é saber quem vai ter a capacidade de despertar essa sociedade.

Qual o reflexo da ação do PCC em São Paulo? Não prejudica o PSDB?

Pode prejudicar. Mas todos sofrem prejuízos. A população não é boba. Percebe que há uma reação do PCC ao fato de que o governo prendeu muita gente e fez um regime disciplinar mais duro. As manifestações do PCC são contra o PSDB. Mas não se deve partidizar isso. O assunto é grave demais. Também acho que não se deve colocar o Exército na rua. O Exército tem que ajudar na inteligência, na infra-estrutura. O governo de São Paulo pode dizer que os crimes de sua alçada, como homicídio e latrocínio, caíram enormemente. O que não caiu foram armas e droga. Isso é crime federal.

Tucanos têm elado em envolvimento do PT com o PCC... Não é que o PT esteja envolvido. Como quem está no governo é o PSDB, ataca-se o PSDB. Não é que haja uma relação PT-PCC. Não concordo com essas afirmações.

Como o senhor analisa a queda de Alckmin nas pesquisas?

Houve uma exposição grande do Geraldo na mídia com o acesso ao ho-

rário da televisão. Ele subiu nove pontos. Depois, saiu da mídia. Numa sociedade como a nossa, com pouca informação e interesse pela política, a formação da opinião se dá pela exposição na TV e no rádio. É importante saber o que vai acontecer daqui a 15 dias.

O senhor considerou o Serra melhor candidato que Alckmin...?

É a pessoa mais preparada para governar o Brasil. Mas entre ser bem preparado e o melhor candidato, vai uma diferença.

E por que o PSDB não lançou então o mais bem preparado?

Porque achou que era mais fácil formar forças através do Geraldo. O Geraldo tem uma comunicação na televisão bem diferente da dos políticos. Fala direto, fala as coisas de maneira clara e passa uma boa imagem.

O Geraldo é bem preparado também. O Serra foi líder do Congresso, ministro duas vezes, candidato a presidente da República, prefeito. Estou dizendo que o Serra é o mais bem preparado, mas não que ele vai ser presidente.

A afirmação do senhor causou mal-estar no PSDB...

Minha opinião é conhecida. Também meu apoio ao Geraldo é conhecido. É simplesmente um grau de experiência maior ou menor. Se achasse o contrário, teria insistido para o Serra ser candidato.

Para o senhor, a rouboalheira começou nesse governo?

Ela vem desde Pedro Álvares Cabral. Mas quando você organiza um sistema com a implicação direta de pessoas do governo ou de líderes po-

líticos ligados ao governo, isso é novo. É institucional. Tira o dinheiro do Banco do Brasil, passa para o Banco Rural, daí passa ao partido para apoiar o governo. É diferente da patifaria tradicional. É diferente do caixa dois, que é uma fonte privada.

Como será a governabilidade de quem for eleito?

O governo perdeu a iniciativa política no Congresso. Duvido que o presidente Lula saiba o nome de todos os ministros. Falta governo. Governabilidade depende não só do sistema eleitoral, mas do governo também. Se o governo tem rumo, ele consegue. Nós vamos na direção do que faz a Venezuela hoje? Achamos bom que a Petrobras seja expropriada na Bolívia? São muitos problemas que levam à falta de governabilidade e o Congresso começa a colocar as manguinhas de fora.

O Lula e o seu governo perderam a respeitabilidade?

É melhor perguntar à população. Você tem um presidente que diz que não sabe de nada, não viu nada. Tudo acontece em volta e ele não sabe. Depois vai à televisão e diz que demitiu os ministros. Demitiu quem? Quem ele chama de companheiros.

Qual a avaliação que o senhor faz do Lula hoje?

Ele tem uma inteligência intuitiva muito forte. Tem um senso tático e prático. Não tem visão estratégica e nem a paciência para a administração. É muito bom comunicador. Está sempre em campanha, sempre comunicando. Ele se adapta às situações. É mais conservador do que eu imaginava.

E o governo?

Na área econômica, aghram com responsabilidade. O que foi definido em 1999 ficou: câmbio flutuante, superávit fiscal. Lei de Responsabilidade Fiscal, definição da taxa de juros em função de uma meta de inflação. No que diz respeito à abertura da economia, nós paramos. Na negociação comercial, não fizemos nada. Minha avaliação não é negativa nessa área. Na área social, o Bolsa-Família juntou o que já havia antes, mas tirou o nervo. Quando se faz um programa dessa natureza, não é só dar o dinheiro. É dar dinheiro para melhorar. Mas os requisitos diminuíram. Na saúde, não houve nenhum avanço importante. Na Previdência, o déficit é preocupante. A média de salário mínimo real do governo Lula, tirando esse último, é igual à do meu governo. Lula aumentou no último ano para ter impacto eleitoral. É uma esperteza. Não tenho uma avaliação negativa no conjunto das coisas. Acho que faltou comando, faltou rumo, mais eficiência na administração. Crítico muito o aparelhismo de Estado, a nomeação indiscriminada. É esse sentimento de verdadeiro ou falso, de desorganização e de corrupção.

O senhor tem criticado o fato de o Lula perder espaço para o presidente Hugo Chávez na América Latina...

Lula não é Chávez, embora tenha sido eleito, em parte, na ilusão de que seria. Chávez simboliza o antiglobalização e o antiamericano. Lula não é antiamericano, se dá muito bem com o presidente Bush. E não é antiglobalização. Por isso, Chávez ganha espaço nessa área. Como Lula vem de um passado que passa a impressão de que era tudo isso, não tem condição de se opor a isso na política externa.

A Polícia Federal hoje prende mais gente. O Lula ressalta isso.

É uma afirmação de que nunca se prendeu tanto como hoje podemos dar outra. Nunca se roubou tanto como hoje.

Por causa desse governo?

Não acho que seja só isso. É mais complicado. A Polícia Federal foi se reaparelhando. Não havia concurso, fizemos concurso. Os primeiros banqueiros presos foram no meu período. O Jader Barbalho (senador e ex-governador do Pará) não foi algegado? Aquele processo sobre a Roseana Sarney (caso Luruno) não veio da Polícia Federal? É bom que haja isso. Se eu pudesse ter desbaratado mais coisas que existissem, ficaria mais contente. É bom que a Polícia Federal seja cada vez mais um órgão de Estado. É a orientação que eu também imprimi. O Estado está melhorando.

“O que comove o brasileiro são a corrupção, a violência, o medo. O Congresso não faz nada, tem muito ladrão. A sociedade está enojada com tanta podridão e com medo da insegurança”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Ataque do PCC é reação à ofensiva do Estado”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 17 de agosto de 2006.

A matéria reproduz trechos da entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo** pelo candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin. Nela, foram apresentadas as propostas de Geraldo

Alckmin para questões importantes para o País como educação, saúde e, principalmente, segurança.

Sr. Presidente, para concluir, requero que a entrevista acima citada seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ataque do PCC é reação à ofensiva do Estado

Alckmin argumenta que São Paulo conseguiu reduzir todos os seus índices de criminalidade

O candidato Geraldo Alckmin disse ontem, no auditório do Estado, que, se o governo não tivesse prendido tanta gente e não tivesse sido duro com os líderes do crime organizado, não teriam ocorrido as ondas de violência. Essas ondas, segundo ele, foram justamente a reação dos criminosos à ação do governo estadual. Na entrevista que concedeu ontem, ele garantiu que o crime organizado ficou enfraquecido. Eis passagens de vários temas na entrevista de Alckmin:

... ‘Não há governo. Sob o ponto de vista de crescimento, o Brasil perdeu as oportunidades’

CONSTITUINTE EXCLUSIVA
Não entendo nenhuma lógica em convocar uma constituinte exclusiva para fazer a reforma política. Constituinte é um pacto novo que se faz no País e não há nenhum fato que justifique um novo pacto. A nossa Constituição tem apenas 8 anos e não há nenhum sentido nesse “mudancismo” de a toda hora querer fazer uma nova Carta Magna. Isso paralisarizaria o País.

EDUCAÇÃO
Fizemos um esforço grande na questão da educação e pretendemos priorizar a educação básica. Nossa meta é universalizar o ensino médio, trabalhar para melhorar a qualidade da educação básica e trazer de volta aqueles alunos que deixaram de estudar.

ÍNDICES DE MORTALIDADE
Na saúde, se compararmos o Brasil com nossos irmãos latino-americanos de mesma renda per capita, vamos verificar que os nossos índices são muito ruins, tanto na mortalidade infantil, quanto na expectativa de vida média, quanto, e principalmente, na mortalidade materna.

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL
A rede de proteção social foi criada no governo do presidente Fernando Henrique e tinha uma contrapartida. O que está errado é acabar essa contrapartida. Você recebe uma quantia, mas tem o compromisso de levar a criança ao posto de saúde, ver vacina e controle de peso.

GOVERNO NÃO FUNCIONA
Temos um governo que não funciona sob o ponto de vista da gestão. Não tem uma obra andando, a não ser tapa-buraco. São 2 mil obras paralisadas. Não há governo. Sob o ponto de vista de crescimento, o Brasil perdeu todas as oportunidades. Qual o sonho, a não ser o poder?

REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE
O Estado de São Paulo reduziu todos os seus índices de criminalidade, todos. Os homicídios, que eram em torno de 12.800 em 2004, caíram para 7.200 em 2005, e este ano serão menos de 7 mil. Os latrocínios tiveram uma queda de 72%. Nós tiramos das ruas 90 mil criminosos.

NÚMERO DE PRESOS
Na maioria dos Estados, cresce muito pouco o número de presos. São Paulo passou de 55 mil para 143 mil presos. Temos 22% da população brasileira e 43% da população carcerária.

SEGURANÇA MÁXIMA
Criamos as penitenciárias de segurança máxima, o Brasil nunca teve isso. Tanto é que, quando ninguém tinha onde colocar o Fernando Beira-Mar, ele veio para cá para ficar 30 dias e ficou dois anos e meio. Ficou quieto aqui, ninguém nunca mais ouviu falar dele.

LÓGICA DO BANDIDO
Instituímos o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). O crime organizado quer o quê? Fazer retroceder o RDD, comandar as penitenciárias e corromper funcionários. Não tem lógica o bandido atacar a polícia. Qual a lógica do bandido? Passar longe da polícia, ter o menor risco e o maior benefício material possível. O que ele ganha to-

... ‘A atual lei, de 2003, sancionada pelo presidente Lula, abrandou para o crime organizado’

cando fogo num ônibus? Nada. O que ganha dando um tiro num posto de gasolina? Nada. O que ganha dando tiro na polícia? Nada.

TERRORISMO ELEITORAL
O resultado foram 600 presos e 100 mortos em quatro meses. Por que isso aconteceu? Porque o crime organizado precisa ser desmontado. E você desmonta com o RDD, isolando essas lideranças. Mas é óbvio que eles querem interferir no processo eleitoral. Qual é a lógica

de bandidos sequestrarem uma pessoa para colocar uma fita na televisão? Isso não tem o menor sentido, isso é puro terrorismo político-eleitoral.

A PAZ DOS PÂNTANOS
Se o governo não tivesse feito nada disso, essas organizações estariam vivendo a paz dos pântanos, mas estariam organizadíssimas. Com esse enfrentamento duro, as organizações vão ficar muito enfraquecidas e o governo vai cumprir sua tarefa.

CRIME SEM FRONTEIRA
Esse problema de segurança é de todas as grandes cidades. Crime não tem fronteira. O presidente tem de assumir essa tarefa como sendo responsabilidade do governo brasileiro.

... ‘Esse problema de segurança é de todas as grandes cidades. Crime não tem fronteira’

O QUE FAZER?
Primeiro, rever a legislação, que é toda federal. Hoje, o que faz a lei? Ela é muito dura com o pequeno. Podemos ter uma progressão de pena mais rápida e não precisaremos manter tantos presos. Segundo, ser duro com o crime organizado. A atual lei, de 2003, sancionada pelo presidente Lula, abrandou para o crime organizado. Nós pegávamos um criminoso perigoso e colocávamos em RDD, sem precisar de autorização judicial. Agora a lei manda ouvir antes o juiz.

O QUE PRETENDE MUDAR
Vou mudar a Lei de Execuções Penais, rever o Código de Processo Penal, o Código Penal. Fortalecer o policiamento de fronteira com as Forças Armadas e a Polícia Federal, e liberar recursos para os Estados. São Paulo investiu, nós temos 130 mil policiais, o que é três vezes a Aeronáutica, duas vezes a Marinha e daqui a pouco é maior que o Exército.

QUARTO ESCALÃO
São Paulo abriu 70 mil vagas nas cadeias. Os criminosos estão todos em RDD. Quem está cometendo crime aqui fora é o quarto escalão.

PCC SEMPRE EXISTIU
O PCC não surgiu agora. Sempre existiu organização criminosa na cadeia. O diferente é que aqui ele é enfrentado. Se o governo não tivesse sido duro, não teria nada do que está acontecendo.

LADO CONTRA O CRIME
O meu lado é contra o crime. Tenho disposição para enfrentá-lo.

CRIME DE SANTO ANDRÉ
A questão de Santo André gera enormes suspeitas. Agora, não se pode fazer uma acusação sem prova. É preciso ter cautela nessas coisas porque não podemos dar um caráter político. ●

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

(OS Nº 14916/06)

Ata da 2ª Reunião, em 25 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a reunião às 9 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – No plenário não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

MENSAGEM Nº 213, DE 2006

(Nº 712/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Josal Luiz Pellegrino, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Zâmbia.

Os méritos do Senhor Josal Luiz Pellegrino que me induziram a escolhê-lo para o desempenho

dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 333 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 16 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Josal Luiz Pellegrino, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Zâmbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Josal Luiz Pellegrino que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSAL LUIZ PELLEGRINO**

CPF.: 31308163720

ID.: 6469 MRE/DF

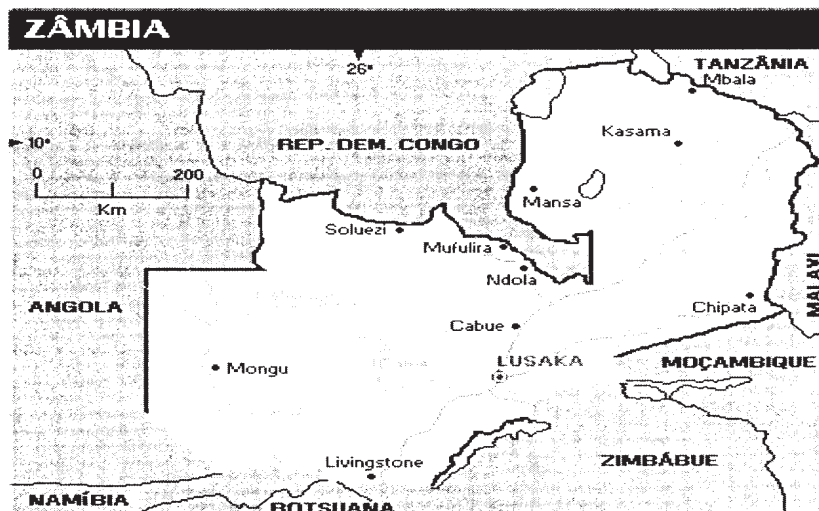
- 1943 Filho de José Pellegrino e Alcina Mourão Pellegrino, nasceu em 02 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
- 1971 Ciências Políticas e História pela Universidade de Gotemburgo, Suécia
- 1976 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
- 1976 Divisão do Oriente Próximo, assistente
- 1977 Embaixada em Bissau, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1977 Divisão da África-II, assistente
- 1978 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
- 1978 Feira Internacional de Maputo, Diretor-Geral do pavilhão
- 1979 Divisão de Feiras e Turismo, assistente e Chefe, substituto
- 1979 Segundo Secretário, por antigüidade, em 21 de junho
- 1979 Feira Internacional de Santiago, Diretor-Geral do pavilhão
- 1980 Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
- 1982 Embaixada em Kinshasa, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1982 CAD - IRBr
- 1983 Primeiro Secretário, por merecimento, em 22 de junho
- 1984 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário
- 1987 Embaixada em Praga, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1990 Embaixada em São Salvador, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1992 Divisão do Arquivo, Chefe, substituto
- 1993 Conselheiro, por merecimento, em 22 de junho
- 1995 Divisão de Arquivo, Chefe
- 1995 Embaixada em Paris, Conselheiro
- 1997 CAE - IRBr, O Papel Atual e Potencial do Parlamento Europeu nas Relações do Brasil com a União Européia
- 1998 Assessoria de Relações Federativas, assessor
- 2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 27 de dezembro
- 2001 Divisão de Passaportes, Chefe
- 2001 Departamento das Comunidades Brasileiros no Exterior, Diretor-Geral, substituto
- 2002 Embaixada em Islamabade, Encarregado de Negócios, missão transitória

- 2003 Embaixada em Port of Spain, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 2003 Divisão de Passaporte, Chefe
- 2005 Secretaria-Geral, assessor

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

República da Zâmbia



Capital	Lusaca
Superfície total	752.614 km ²
População	11,7 milhões (estimativa para 2005)
Composição étnica (principais grupos)	36,2% Bemba, 17,6% Tonga e 15,1% Nyanja (Censo de 2000)
Idiomas	inglês (oficial), línguas regionais (principais: nyanja, bemba, tonga)
Religiões	Evangélicos 34,2%, católicos 26,2% e adeptos de crenças tradicionais 27% (censo de 2000)
Sistema político	República presidencialista
Chefe de Estado e de Governo	Levy Mwanawasa
Chanceler	Reverendo Ronnie Shikapwasha
Moeda	kwacha zambiana (média de ZK 4.549,6 por US\$ em 2005)
PIB	US\$ 6,8 bilhões (est. Para 2005)
	Em PPP: US\$ 10,28 bilhões (est. para 2005)
PIB per capita	US\$ 581 (est. para 2005)
	Em PPP: US\$ 900 (est. Para 2005)

RELAÇÕES BRASIL-ZÂMBIA

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Zâmbia foram formalmente estabelecidas em 1970, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil em Lusaca, cumulativa com a do Quênia. Tornaram-se mais densas a partir de 1975, quando visitou o Brasil o então Chanceler Rupiah B. Banda. O diálogo político então iniciado recebeu impulso maior com a vinda do Presidente Kenneth Kaunda ao Brasil, em setembro de 1979. No ano seguinte, o Chanceler Saraiva Guerreiro visitou Lusaca e assinou o

Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Brasil e a Zâmbia, concluindo negociações que haviam sido iniciadas em 1977. Atendendo a solicitação do governo da Zâmbia, foi extinta a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Lusaca com a de Nairóbi e criada a Embaixada residente na capital zambiana, em janeiro de 1982. Em novembro daquele ano, o Embaixador Bernardo Brito apresentou ao Presidente Kaunda suas credenciais como primeiro Embaixador do Brasil no país. Terminou sua missão em dezembro de 1986. No final de 1996, a Embaixada em Lusaca foi fechada. Os assuntos relativos à Zâmbia passaram a ser tratados informalmente pela representação no Zimbábue. Em fevereiro de 2000, foi formalizada essa cumulatividade.

Em janeiro de 2006, o Brasil formalizou junto ao Governo da Zâmbia pedido de anuência para a abertura de Embaixada em Lusaca. Posteriormente, o Governo zambiano comunicou a decisão de abrir Embaixada da Zâmbia em Brasília, que será a primeira representação diplomática daquele país na América Latina.

Em março de 2006, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Reverendo Ronnie Shikapwasha, visitou o Brasil oficialmente. Foi assinado, na ocasião, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países – iniciativa proposta pelo Brasil em dezembro de 2005.

Lista de visitas recíprocas

- Visita do Chanceler Rupih B. Banda ao Brasil (1975)
- Visita do Presidente Kenneth Kaunda ao Brasil (1979)
- Visita do Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro à Zâmbia (1980)
- Visita do Ministro das Relações Exteriores Roberto de Abreu Sodré à Zâmbia (1986)
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Ronnie Shikapwasha, ao Brasil (2006)

POLÍTICA INTERNA

Levy Mwananwasa é o segundo Presidente da República da Zâmbia sob a égide do multipartidarismo, havendo tomado posse em 2/1/2002. Deverá candidatar-se à reeleição. Seu antecessor e correligionário do Movimento pela Democracia Multipartidária (MMD, na sigla em inglês) foi Frederick Chiluba (1991-2001). A eleição deste último, por sua vez, levou ao fim 26 anos de governo sob regime de partido único, dirigido pelo Partido Unido da Independência (UNIP, na sigla em inglês) – versão local de socialismo designada “humanismo”, por inspiração de Kenneth Kaunda.

O Governo Mwanawasa dá continuidade à política de liberalização e internacionalização da sociedade e do Estado zambianos iniciada por Chiluba, a qual tem sido implementada, com eficácia, em parceria com organismos internacionais, como o FMI. Outra prioridade da atual administração é o combate à corrupção. A maior fonte de prestígio político interno de Mwanawasa é sua imagem de austeridade.

ECONOMIA

Ao tornar-se independente, a Zâmbia apresentava pujante economia baseada na exportação de cobre – o país possui 10% das reservas mundiais conhecidas do metal – e havia a expectativa de que se tornasse um dos países mais ricos do continente. No entanto, o legado colonial, a má administração, a dívida, a queda acentuada dos preços do cobre e as doenças não contribuíram para a conquista dessas metas.

A Zâmbia detém um PIB de US\$ 6,8 bilhões. Além do cobre, maior fonte de divisas, é também o maior exportador de cobalto do mundo. Em 2003, as exportações dos dois metais somaram, respectivamente, US\$ 595 milhões e US\$ 74 milhões.

O país padece de alto nível de desemprego (50%, estimativa para 2000) e de endividamento público (104,2% do PIB, est. 2005). Não há estatísticas de pobreza recente: em 1993, 86% da população estavam abaixo da linha de pobreza. A inflação, nos últimos anos, manteve-se na faixa dos 18 a 20% ao ano – nível moderado se comparado com os 200% ao ano do Zimbábue, país vizinho.

Apesar dos avanços no processo de privatização e de reformas orçamentárias, o crescimento econômico permanece algo abaixo dos 6 ou 7% necessários para reduzir significativamente a pobreza. A privatização das minas de cobre estatais evitou que o Governo tivesse de cobrir gigantescos prejuízos gerados pela indústria e melhorou as perspectivas de que a mineração volte a dar lucro e a gerar crescimento econômico. A produção de cobre vem aumentando constantemente desde 2004, em virtude dos bons preços do produto no mercado internacional e da abertura de novas minas.

O setor agrícola absorve 85% da mão de obra nacional e é responsável por 21,7% do PIB (est. 2005). Os principais produtos agrícolas são: milho, sorgo, arroz, amendoim, sementes de girassol, verduras, flores, tabaco e algodão. A seca levou à quebra da colheita de milho de 2004/2005, e o Governo tem buscado facilitar a importação do produto. O aumento do preço dos alimentos aumentou consideravelmente o número de zambianos necessitados de assistência alimentar.

O setor de serviços é o que mais contribui para o PIB da Zâmbia. Seu crescimento, contudo, é fortemente dependente do da indústria de mineração. O turismo vem crescendo como fonte de divisas para o país, pois a Zâmbia possui algumas das mais importantes reservas de vida selvagem da África meridional. Entretanto, o mau estado de conservação da maioria das unidades de conservação zambianas é empecilho a esse crescimento. Experiências de privatização de parques nacionais vêm sendo feitas.

Historicamente, o kwacha zambiano apresenta tendência a grandes e súbitas desvalorizações frente ao dólar, refletindo as oscilações do preço do cobre no mercado internacional. Nos últimos anos, contudo, a moeda zambiana tem-se mantido estável e, em 2005, até se valorizou frente à norte-americana. A tendência para os próximos dois anos é leve depreciação, em função da queda do preço do metal, alta da inflação e instabilidades políticas decorrentes das eleições.

Restrições estruturais ao crescimento são: a aversão do setor bancário ao risco de emprestar ao setor privado, as secas recorrentes, a AIDS e a escassez de energia elétrica e de combustível.

POLÍTICA EXTERNA

A Zâmbia é membro do Movimento Não-Alinhado, da União Africana, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA, na sigla em inglês), este último com sede em Lusaca.

O Presidente Kenneth Kaunda foi persistente e notório ativista anti-imperialista, tendo apoiado movimentos de libertação em Angola, Moçambique, Namíbia, Zimbábue e África do Sul. Várias dessas organizações estavam baseadas na Zâmbia durante as décadas de 70 e 80.

O Presidente Frederick Chiluba assumiu posição de maior relevo, no âmbito internacional, na segunda metade da década de 90. Seu Governo desempenhou papel construtivo na região ao estimular as negociações de paz angolanas que levaram à assinatura dos Protocolos de Lusaca entre as facções beligerantes em Angola.

A Zâmbia já disponibilizou soldados para operações de paz da ONU em Moçambique, Ruanda, Angola e Serra Leoa. Foi o primeiro país a cooperar com o Tribunal Internacional para os crimes de genocídio em Ruanda.

Em 1998, a Zâmbia liderou esforços para o estabelecimento de um cessar-fogo na República Democrática do Congo. O país foi ativo nos esforços de paz congolezes após a assinatura do acordo de cessar-fogo em Lusaca, em julho e agosto de 1999. Entretanto, quando a Missão Militar Conjunta encarregada de implementar o cessar-fogo se mudou para Kinshasa, a participação zambiana perdeu muito de sua intensidade.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ZÂMBIA

Ano	Exportações para a Zâmbia (US\$ FOB)	Importações da Zâmbia (US\$ FOB)	Saldo
2000	692.961	135.181	557.780
2001	1.250.490	99	1.250.391
2002	1.420.365	68.000	1.352.365
2003	5.524.835	675.235	4.849.600
2004	8.456.133	8.402.208	53.925
2005	8.109.747	1.687.175	6.422.572
2006 (janeiro)	109.636	0	109.636

Aviso nº 973 – C.Civil

Em 22 de agosto de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Josal Luiz Pellegrino, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Zâmbia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Conforme estabelecido anteriormente, por não haver número regimental de Senadores para a abertura da sessão, esta não poderá ser realizada.

Portanto, vou encerrar a reunião, convocando nova sessão não deliberativa para a próxima segunda-feira, às 14 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 1 minuto.)

Ata da 141ª Sessão Não Deliberativa, em 28 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. João Alberto Souza

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 939, DE 2006

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em 27 de agosto corrente, na cidade de São Paulo:

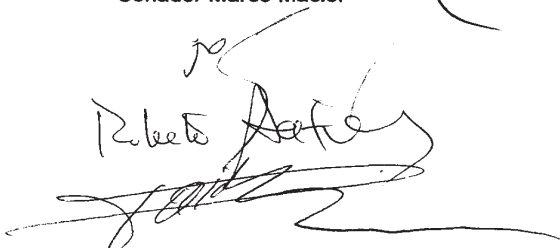
a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências aos irmãos Luiz Fernando Mendes de Almeida, Cândido José Mendes de Almeida, Antonio Luiz Mendes de Almeida e Maria da Glória Mendes de Almeida Greve;

c) apresentação de condolências à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, à Nunciatura Apostólica e a Arquidiocese de Mariana, em Minas Gerais.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2006.


Senador Marco Maciel



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para encaminhar o requerimento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador João Alberto, representante do Estado do Maranhão nesta Casa da Federação, o Senado Federal; Sr^{as} e Srs. Senadores. Saúdo de modo especial o Senador Paulo Paim, aqui presente.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, como V. Ex^a anunciou, para manifestar o pesar do Senado Federal pelo passamento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido ontem à noite na cidade de São Paulo. Peço, em documento também assinado por V. Ex^a, Sr. Presidente, e pelo Senador Paulo Paim, que fosse inserido em ata o voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo, bem como apresentação de condolências aos seus irmãos, Sr. Luiz Fernando Mendes de Almeida; Sr. Cândido Mendes de Almeida, meu colega na Academia Brasileira de Letras; Sr. Antonio Luiz Mendes de Almeida e Sr^a Maria da Glória Mendes de Almeida Grevi. Por fim, também que votos de condolências sejam expedidos à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, à Nunciatura Apostólica e à Diocese de Mariana, em Minas Gerais.

Sr. Presidente, Senador João Alberto, o falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana, cidade histórica de Minas Gerais, ex-Secretário-Geral da CNBB, durante dois períodos de 1979 a 1986, e ex-Presidente da CNBB, também em dois períodos: 1987 a 1995, deixou entristecida não só a comunidade católica, mas igualmente a sociedade brasileira.

Dom Luciano, nascido no Rio de Janeiro, era filho de ilustre família e deixou profundas lembranças de sua atuação como sacerdote e como prelado.

Dom Luciano iniciou a sua vida religiosa na Companhia de Jesus, Ordem dos Jesuítas, em 1947. Posteriormente, foi alçado à condição de seu delegado interprovincial no Brasil. Filósofo, graduou-se em Nova Friburgo, cidade do Rio de Janeiro, e doutorou-se, posteriormente, na Universidade Gregoriana de Roma, em cuja cidade foi ordenado padre. Era também doutor em

teologia, título que obteve ao tempo em que residiu em Roma, aperfeiçoando não somente os seus estudos, mas também já no cumprimento de funções eclesiais. Exerceu as funções de bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, nomeado pelo Papa Paulo VI, por sugestão do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Sr. Presidente, em São Paulo, Dom Luciano criou a Pastoral do Menor e dedicou-se, ao lado das funções episcopais, à promoção de projetos voltados às crianças carentes, dando-lhes apoio material e espiritual. Aliás, foi esta talvez a marca maior da atuação pastoral de Dom Luciano: a dedicação às crianças. Até então, a Igreja não tinha uma pastoral do menor; e ele a criou e a fez desenvolver em todo o Brasil. Era uma demonstração concreta do seu amor, não somente pelas crianças, que Jesus tanto privilegiou nos seus ensinamentos, mas também uma demonstração do seu amor pelos pobres, sobretudo os excluídos da sociedade.

Posteriormente, Dom Luciano esteve em Puebla, no México, no Conclave da América Latina, que teve uma posição muito nítida no sentido de inserir na Igreja a preocupação cada vez maior pelos pobres. Daí surgiu a idéia de que a Igreja devia ter uma “opção preferencial pelos pobres”.

Em fins da década de 70 passada, já na condição de Secretário-Geral da CNBB, negociou o novo Estatuto de Estrangeiros com o Governo do Presidente João Figueiredo, especialmente com o seu Ministro da Justiça, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Para a Igreja Católica, a liberação de vistos era fundamental, porque, à época, grande parte do clero brasileiro constituía-se de estrangeiros. As negociações que Dom Luciano empreendeu num momento difícil de nossa história não se circunscreveram à questão dos vistos, porque tiveram um alcance mais amplo no sentido de dotar o País de uma legislação mais moderna que, inclusive, agilizasse a concessão dos vistos, não criasse dificuldades a sua renovação e, sobretudo, não se fizesse exclusão, porque, muitas vezes, negavam-se vistos ou se exigiam muitas condições para que fosse concedido.

O trabalho de Dom Luciano foi muito importante na ocasião porque ele conseguiu finalmente que se fizesse um novo Estatuto e, assim, houvesse uma disciplina mais aberta no tratamento da questão.

Outro ponto importante de sua atuação, já no Governo do Presidente José Sarney, foi a questão da reforma agrária e da violência no campo, que deixou fundas cicatrizes pelos assassinatos de padres e de trabalhadores. Os entendimentos também caminharam

bem e houve um diálogo fluido, como se diz em linguagem diplomática, entre o Governo e a CNBB.

Em 1987, sucedendo Dom Ivo Lorscheiter, ocupou a Presidência da CNBB durante dois períodos, como disse no início das minhas palavras. Para não me alongar, Sr. Presidente, vou citar apenas um ponto da sua fecunda atividade. Ele atuou junto à Constituinte em favor dos direitos sociais, inclusive dos índios, levando reivindicações do Cimi e de outras instituições de natureza social. Seu trabalho foi muito profícuo, porque a Constituinte foi um grande momento de afirmação nacional e, sobretudo, de consolidação de uma legislação que não somente assegurasse o retorno do País ao Estado democrático de direito, mas também a ampliação dos direitos fundamentais, quer no campo político ou social, quer no campo econômico ou dos direitos culturais. Aliás, cada vez mais, esses direitos recebem maior proteção, inclusive da comunidade internacional, por meio de instituições como a ONU, a OEA e, também, de muitas organizações regionais ou sub-regionais, como é o caso do Mercosul, que contempla essa proteção por meio da chamada cláusula democrática, que exige que um país, para que possa pertencer à instituição, deva obviamente praticar a democracia.

Sr. Presidente, apreciando a estuante vida de Dom Luciano, gostaria de salientar haver privado de relacionamento próximo quer como Parlamentar, quer como Ministro da Educação e Ministro-Chefe da Casa Civil, quer como Vice-Presidente da República e posso assim dizer que, por conta de entendimentos, tornei-me amigo dele, e, muitas vezes, conversamos. Antes da internação que o levou ao hospital, tive oportunidade de falar-lhe ao telefone. Tinha por ele uma grande admiração, que penso ser o sentimento de todos os brasileiros.

É bom recordar, também, que Dom Luciano participou intensamente da renovação da Igreja pós-Concílio Vaticano II e exerceu ativo papel na defesa dos direitos humanos, da realização da reforma agrária e da abertura política do País.

Ouçõ, com prazer, o nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Marco Maciel, cumprimento V. Ex^a pela brilhante iniciativa desse voto de solidariedade, de pesar à família e a todo o povo brasileiro, por tudo que representava e representa Dom Luciano. Sempre digo que o corpo dos homens e das mulheres morre, mas as idéias ficam, e as idéias de Dom Luciano, com certeza, terão continuidade. Diria que a frase que ouvi hoje de um Bispo em relação a Dom Luciano merece ser repetida. A última frase de Dom Luciano, que foi repetida hoje

pela manhã, foi a seguinte: “Por favor, não se esqueçam dos pobres. Lembrem-se sempre dos meus, dos nossos pobres.” Achei muito bonita essa frase, a última que ele teria dito. Fui Constituinte também – e V. Ex^a atuou intensamente naquela época –, e, de fato, todas as vezes em que ele esteve aqui, dialogando com os Parlamentares, Senadores e Deputados Constituintes, foi na linha dos direitos humanos. Portanto, essa é a imagem que levo dele. Ele, como Secretário Geral, foi um mediador, buscava uma saída para os conflitos, sempre na linha dos homens e das mulheres em primeiro lugar. Creio que é isto que falta, hoje, à grande parte dos líderes deste País: que o discurso, a fala leve, em primeiro lugar, o interesse do ser humano. Isso é fundamental, e essa é a imagem que ele me deixou, uma imagem muito bonita. Como digo, ele morreu, mas seus ideais continuarão sempre vivos junto a nós. Parabéns a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento – V. Ex^a que conhece a história dele, porque era seu amigo pessoal, inclusive falou com ele, quando ele ainda estava no hospital. Parabéns, mais uma vez, Senador Marco Maciel, pela iniciativa. Tenho muito orgulho por V. Ex^a ter-me convidado a assinar, junto com V. Ex^a e outros Senadores, esse voto de pesar. Obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Paulo Paim. Acolho, com muito reconhecimento, as palavras que V. Ex^a profere a respeito de Dom Luciano.

De fato, Dom Luciano foi um dos grandes prelados da Igreja Católica, sobretudo nos momentos difíceis que atravessou o País. É bom lembrar que a sua atuação, não excluía sempre a busca do diálogo. Ele amava o diálogo. Diria até que tinha o estilo mineiro. Era veemente e assertivo em suas colocações, mas sempre mantinha a capacidade dialogal aberta. Ele esposava com convicção suas idéias, mas era capaz de buscar entendimento e a solução. Era uma pessoa, portanto, com vocação de líder. Daí a grande repercussão que seu falecimento alcança desde o dia de ontem.

Conviver com ele era para mim um dom, pois nele se descobria sua forte vocação profética, expressa na denúncia das injustiças. Geralmente, pensamos, Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, que o profeta é aquele que prevê o futuro, que o antecipa. Mas, na realidade, o verdadeiro profeta não é só aquele que prevê o futuro, que orienta e dá rumos, mas aquele também que denuncia as injustiças. Um dos grandes profetas, que foi Isaías, disse certa feita: “Clama, não cesses, ergues como a trombeta a tua voz”, querendo dizer que não bastava orientar suas comunidades, seus povos, com relação ao futuro, mas que era fundamental, também, denunciar as injustiças do presente. Nisso posso afirmar, sem nenhum receio, que Dom Luciano

foi um autêntico profeta, no sentido polissêmico que a palavra “profeta” tem. Ou seja, múltiplos sentidos, e um deles é certamente aquele de denunciar as agruras do presente e, de alguma forma, lembrar o passado com base nas lições que brotam do Antigo e do Novo Testamento.

Sr. Presidente, embora saibamos, como dizia Alceu Amoroso Lima, ser a “morte o avesso da vida, mas não o contrário dela”, seu falecimento consterna a todos, especialmente os amigos.

Dom Luciano publicava aos sábados, desde 1984, uma coluna na página A2 da **Folha de S. Paulo**.

No dia 5 deste mês, há somente pouco mais de vinte dias, já hospitalizado e talvez pressentindo a proximidade da morte, Dom Luciano assim se expressou em seu artigo: “Estou nas mãos de Deus. Deus nos criou por amor e Ele sabe o que é melhor para nós. Coloco minha vida em suas mãos”.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, desejo ler três curtos depoimentos sobre Dom Luciano.

De Dom Cláudio Hummes, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, disse: “Lamentamos a morte de D. Luciano, mas nos alegamos por sua missão cumprida de forma iluminada. Ele foi uma das grandes figuras da Igreja Católica do Brasil e do mundo. Nós o consideramos um bispo exemplar que se distinguiu pelo desprendimento e atenção às pessoas. Sob este aspecto, D. Luciano foi um modelo de santo.”

Na mesma direção, foi o depoimento de Dom Geraldo Majella, Cardeal-Arcebispo de Salvador, Arcebispo Primaz do Brasil e atualmente Presidente da CNBB: “Manifestamos nossa solidariedade aos familiares e parentes de D. Luciano e à Arquidiocese de Mariana. Seu dinamismo, inteligência privilegiada, dedicação incansável e testemunho de amor à Igreja deixaram marcas profundas na Conferência Episcopal e na Igreja no Brasil. Sua vida de oração e o testemunho de amor a Deus e ao próximo ajudaram muitas pessoas a se aproximarem de Deus”.

Por fim, gostaria de citar um depoimento do Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, que – é importante lembrar – era amigo de Dom Luciano e o conheceu há cerca de três décadas, quando este era Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, ao tempo em que, como lembrei aqui, era Arcebispo de São Paulo o Cardeal Dom Paulo Arns.

O Professor Cláudio Lembo, hoje exercendo as funções de Governador de São Paulo, se manifestou de forma sintética, mas muito precisa, sobre ele: “Dom Luciano foi um homem completo e acima de tudo um bom religioso, um representante à altura dos jesuítas. Um homem de cultura, sensível e muito diplomático”.

Aliás, ao lembrar a condição de jesuíta, saliento que Dom Luciano foi o primeiro jesuíta brasileiro a ser escolhido bispo.

Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, encerro minhas palavras citando um versículo do Atos dos Apóstolos que Dom Luciano gostava de mencionar e se constituiu, na minha opinião, na marca de sua conduta: “Quando vamos aprender que é feliz quem faz os outros felizes?”

E foi essa conduta que marcou D. Luciano, a busca de ser feliz procurando fazer com que os outros fossem felizes.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a disse tudo sobre Dom Luciano Mendes de Almeida. E guardo, também, excelentes recordações de Dom Luciano. Tive a honra de subscrever o requerimento de V. Ex^a. Eu via em Dom Luciano aquele homem santo, que todos nós considerávamos, mas o que mais me marcava em Dom Luciano era a sua simplicidade, seu comportamento, como ele falava com as pessoas. O Brasil sente muito o desaparecimento de Dom Luciano. Ele deixa uma lacuna entre todos nós. Deus levou um homem bom.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador João Alberto Souza, permita-me, talvez até anti-regimentalmente, dizer que V. Ex^a tocou num ponto talvez nuclear na personalidade de Dom Luciano: a sua simplicidade; até a forma de falar, de se relacionar, isso que o fez uma pessoa capaz de dialogar com todos e cada um. Daí por que também quero aproveitar a ocasião para dizer que as palavras de V. Ex^a foram muito oportunas, sobretudo investido da condição de Presidente da sessão. Aproveitar também para dizer que expressamos nosso sentimento de pesar ao Vaticano, através do Núncio Apostólico no Brasil, D. Lourenço Baldisseri.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Em votação o requerimento de autoria do Senador Marco Maciel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, e Senador Marco Maciel, falarei hoje sobre educação, mas não simplesmente da questão específica da universidade

ou dos chamados alunos e alunas de primeiro grau. Falarei da situação dos professores.

Começo dizendo, Sr. Presidente, que me preocupou muito a Adin proposta pelo Procurador-Geral da República alegando que é inconstitucional a Lei nº 11.301/2006, aprovada por unanimidade pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que eu tive inclusive a satisfação de defender junto com outros Senadores na tribuna desta Casa.

Essa lei, Sr. Presidente, garante a extensão do benefício de aposentadoria especial para a carreira do magistério e destaca a relevância naturalmente dos diretores, aqueles que não estão na sala de aula, mas – por exemplo, no Rio Grande do Sul – são eleitos pelo voto direto para serem os dirigentes. Eles, então, que têm de coordenar toda a estrutura do colégio respectivo, não terão direito mais à aposentadoria especial.

Lamento essa posição do Procurador-Geral da República, Sr. Presidente, porque entendo que o Congresso agiu de forma correta em relação à garantia da aposentadoria especial para os professores. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, CNTE, naturalmente, vai lutar, de todas as formas possíveis, para que essa ação, se julgada, e o será, no Supremo Tribunal Federal, reconheça o direito dos professores.

É incontestável, Sr. Presidente, o conteúdo da Lei nº 11.301. Ela encontra legalidade no princípio constitucional da isonomia, uma vez que equipara servidores em função de direção, coordenação e assessoramento com as de professores, pretendendo, assim, a melhoria dos padrões de qualidade do ensino e a valorização dos profissionais.

Falamos tanto em educação, mas é preciso que também lembremos que não teremos educação de qualidade sem a valorização dos professores. Quem convive com a realidade escolar sabe que as condições de trabalho e os fatores de desgaste profissional afetam por igual todos os trabalhadores e a educação.

Assim pensando, Sr. Presidente, na dignidade do servidor da educação como pessoa humana e no valor social do trabalho que ele realiza, é que nós aprovamos aqui a lei.

Todos os especialistas em psicologia são unânimes em afirmar que a Síndrome do Esgotamento Profissional ou Síndrome de Burnout vem sendo considerada como o maior fator de desgaste a afetar os trabalhadores em educação.

Essa doença é revelada por uma das consequências mais marcantes do estresse profissional e se caracteriza pela exaustão emocional, a avaliação negativa de si mesmo, depressão e insensibilidade com relação às pessoas e aos fatos do seu dia-a-dia.

Pesquisas demonstram também que a Síndrome de Burnout atinge, além de professores, também diretores, orientadores educacionais, servidores de ensino e especialistas em educação em igual grau de manifestação quanto ao seu comportamento.

Os nossos doutos Ministros do Supremo Tribunal Federal, com certeza, irão rever o entendimento consolidado naquele Tribunal, para que não somente os professores em real exercício da função em sala de aula possam usufruir da contagem especial para a aposentadoria, como aqui apontou o Congresso Nacional. E tenho muita convicção de que o Supremo Tribunal Federal vai alterar essa visão apresentada pelo Procurador-Geral da República.

Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, na defesa da Lei nº 11.301, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação promete atuar junto à Advocacia Geral da União mediante o instituto jurídico *Amicus Curiae*, atuando como colaborador informal da Corte para sustentar a defesa dos professores.

A briga é justa e, como se diz no Rio Grande, essa peleia vem de longe. Por isso, os professores não devem desanimar, pois os argumentos a seu favor são inúmeros. Eu teria de discorrer neste meu pronunciamento por horas e horas, para que não ficasse dúvida alguma de que os professores merecem a aposentadoria especial e também a regra de transição assegurada aos outros trabalhadores e que não foi estendida aos professores no seu conjunto.

Sr. Presidente, respeito à dignidade dos educadores é um dos aspectos de urgente reflexão que se faz necessário quando o assunto é educação. Nós temos de pensar, também, naquilo que concerne aos reflexos da educação no comportamento e na vida de nossa sociedade.

Afinal, qual é o caminho mais certo na direção de eliminarmos a pobreza e melhorarmos a qualidade de vida de nossa população? Com certeza, todos dirão que passa pela educação. Com certeza, é por intermédio da educação!

Nesse sentido, Sr. Presidente, trago à tribuna o papel fundamental que também as escolas técnicas desempenham em nosso País, escolas de tempo integral que têm realizado um bem inestimável aos nossos jovens, às suas famílias, às comunidades e à nossa sociedade.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, assisti, em uma emissora de televisão, ao meio-dia, um documentário muito positivo em favor do ensino profissionalizante. Eu, que venho dessa área – estudei no Senai durante longo período e lá me formei –, reconheço que foi fundamental para minha vida, para

a formação do meu caráter, ter passado por escolas técnicas.

É nas Escolas Técnicas, Senador Saturnino, que os nossos jovens encontram a oportunidade valiosa de aprender um ofício e ter uma profissão. Eles não só se tornam aptos a participar do mercado de trabalho como técnicos qualificados, mas se lançam nele de forma mais madura, exercendo a sua cidadania, munidos de consciência ética e de valores fundamentais para a formação da sociedade que queremos para todos nós.

Sempre digo que sou um apaixonado pelo ensino profissionalizante e, por isso, apresentei o chamado Fundep, Sr. Presidente, projeto que visa a fortalecer verbas para o ensino profissionalizante. Nesse aspecto, Senador Roberto Saturnino, com alegria, gostaria de ouvir o aparte de V. Ex^a, porque entendo necessário cada vez mais o investimento nas Escolas Técnicas. Assim, o nosso jovem, antes de ter a oportunidade que quero que ele tenha na universidade, já pode ter uma profissão adquirida no ensino de Primeiro e Segundo Graus, para que possa até, quando for o caso, pagar a sua universidade. Sabemos, Senador Roberto Saturnino, que V. Ex^a gostaria que todos tivessem ensino público e gratuito do jardim de infância até à universidade, mas, num país de terceiro mundo como o nosso, temos de criar alternativas. Por isso, o Presidente Lula, que V. Ex^a defende com muita precisão, criou o ProUni.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Nobre Senador Paulo Paim, meu aparte é para concordar com tudo o que V. Ex^a diz. V. Ex^a cita o nosso Presidente, que é um exemplo à Nação do que pode exercer um ensino profissional bem constituído sobre a formação da pessoa humana, sobre sua dignidade, na medida em que oferece o caminho da profissão bem lastreada, que abre outros caminhos para o seguimento, no Terceiro Grau, na formação universitária, mas que dá, desde logo, o lastro ao jovem que vem de uma condição mais modesta, para usufruir de sua dignidade e ter a perspectiva e a possibilidade de continuar galgando até patamares mais elevados. V. Ex^a tem sido um lutador. Na verdade, ambos temos sido, porque eu também me considero engajado nessa defesa do ensino profissional. Lá em meu Estado, agora, tivemos o galardão de conseguir, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a grande escola de Realengo, que há anos e anos se demandava – escolas na Baixada, em Nova Iguaçu, em Nilópolis, em Campos. Há uma progressão muito nítida dos projetos e das realidades de Escola Técnica no Rio, fruto exatamente do empenho do Governo atual e de todo o esforço que pessoas como V. Ex^a têm feito em prol dessa grande bandeira, que é o

ensino profissional. Parabéns mais uma vez a V. Ex^a por mais este pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a por lembrar com muita precisão a figura do Presidente Lula, que também passou por Escola Técnica, como muitos de nós que estamos aqui. V. Ex^a, em todos os debates que tivemos nas comissões sobre o tema, defendeu, de forma apaixonada, mais investimentos no ensino profissionalizante.

Senador Marco Maciel, com alegria, ouço seu aparte sobre o tema da educação, voltado para a Escola Técnica e a valorização de todos os professores.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Paulo Paim, associe-me, a exemplo do que já o fez o Senador Roberto Saturnino, às palavras de V. Ex^a. A grande questão estrutural brasileira ainda não resolvida é a educação, sem a qual não vamos ter uma sociedade verdadeiramente democrática, nem adequadamente desenvolvida, porque é somente através dela se oferece a todos e a cada um o domínio dos códigos básicos da sociedade, para que o cidadão participe plenamente da comunidade em que vive. Em segundo lugar, o cidadão pode ter exata consciência de seus direitos e deveres e, mais do que isso converter-se em cidadão útil, participando da construção do País. V. Ex^a, então, fere uma questão que está permanentemente na agenda brasileira e, não por outra razão, é essencial. Devo também acrescentar que, com a revolução científico-tecnológica que tem vivido o mundo desde o fim do século XX e início do Século XXI, torna-se mais relevante ainda o papel da educação; isto é, a educação e seus múltiplos desdobramentos. V. Ex^a chamou a atenção não somente para o ensino básico, mas também para o ensino profissionalizante – o ensino sobre diferentes etapas e métodos – e o chamado ensino superior. E aí não podemos desligar a questão de educação da questão da ciência e da tecnologia. O que estamos vendo é que o Brasil também precisa se inserir no mundo, investindo em parcerias entre a universidade e a empresa, buscar desenvolver novas tecnologias, novos procedimentos que alavancem o processo de desenvolvimento. Atualmente, a questão científica e tecnológica, que passa pela inovação, exige enlaces não somente no País, mas também no exterior, mesmo porque os tempos de mundialização faz que haja mais integração de todos os países na comunidade internacional. E o Brasil não pode deixar, como vem fazendo, de participar deste momento. Isso é essencial, se desejamos ser a grande nação que acredito que seremos no Século XXI. O Brasil tem tudo para realizar aquele sonho intenso de que fala o Hino Nacional: “...um sonho intenso, um raio

vívido...”. Mas é fundamental investir em educação. E investir em educação lembro – insisto – falar na ciência e na tecnologia, porque o mundo, segundo Norberto Bobbio – repito –, vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Marco Maciel, cumprimento V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a toma um eixo que reforça a linha do que disse em seu aparte o Senador Roberto Saturnino. É indiscutível.

Para isso, tenho o que eu chamaria de uma frase quase pronta. Digo sempre que o avanço tecnológico, a robótica, a cibernética e a automação são uma realidade. Se o nosso aluno de primeiro e segundo graus não aprender esses princípios que vão nortear a sua profissão no futuro, que já hoje passa por essa área, amanhã ou depois, não terá como se apresentar para o mercado de trabalho. Portanto, o ensino profissionalizante é fundamental.

Lembro-me que, quando era menino e morava no interior, em Caxias do Sul, meu sonho era ir para a Escola Técnica Parobé, na capital gaúcha, Porto Alegre. Em Caxias do Sul, eu dizia que sairia do Senai e iria para o Parobé ou para a Escola Técnica da Varig. Como V. Ex^{as} se lembram, a Varig era o xodó, o centro das atenções – infelizmente, a Varig acabou, mas, quem sabe, agora retome suas atividades, pois, pelo menos, não foi à falência.

Aproveito, Sr. Presidente Senador João Alberto, para, no dia de hoje, prestar uma homenagem àquela primeira escola técnica que conheci, a Escola Técnica Parobé. E ao prestar esta homenagem especial a uma escola profissionalizante de alta qualidade no Rio Grande do Sul, quero homenagear todas as escolas técnicas do Brasil pelo excelente trabalho que realizam, por seus fundamentos e objetivos e pelos êxitos alcançados com seus alunos.

Desejo cumprimentar, de forma calorosa, com muito respeito e orgulho, o Centro Tecnológico Estadual Parobé, que, no dia 1º de julho passado, comemorou seu centenário. São cem anos de luta em prol da formação do nosso povo.

Essa escola é motivo de orgulho para a comunidade gaúcha e, com certeza, exemplo e referência nacional, um marco do ensino profissionalizante, tão falado aqui por todos nós.

O Parobé nasceu em 1º de julho de 1906, por iniciativa de um grupo de professores – e, no início da minha fala, insisti muito na valorização dos professores – da Escola de Engenharia, liderados pelo saudoso João José Pereira Parobé. E ressalto, pois, que o nome da escola foi tomado de empréstimo a um de seus fundadores, Parobé Iniciou oferecendo cursos de

marcenaria e forja a seus dezesseis alunos e funcionava nos porões da Escola de Engenharia. Ou seja: os engenheiros, à época, queriam que a meninada tivesse o ensino técnico, e começaram a dar aulas a fim de que eles enfrentassem o mercado de trabalho. A escola ganhou sede própria em 1908, e acrescentou ao currículo mais três cursos: mecânica, serralheria e carpintaria.

O Instituto vai crescendo, com aulas nos três turnos, e estabelece convênios com escolas similares da Europa. Em 1932, passa a integrar a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, onde é considerado um dos estabelecimentos de referência por sua qualidade excepcional de ensino e o nível superior dos seus jovens formandos.

A atual sede foi inaugurada em 1960, quando também foi alterado o seu nome de Instituto para Escola Técnica Parobé.

O Parobé superou a crise originária da Reforma do Ensino, em 1971, mediante a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando passou a receber o aporte de recursos e o redirecionamento de seus cursos a profissões emergentes e que apontassem para o futuro.

A Escola oferece hoje cinco cursos técnico-profissionalizantes de tecnologia avançada em duas grandes áreas: na área de indústria, cursos em eletrônica, eletrotécnica e mecânica. Na área de construção civil, cursos em edificações e em estradas. Oferece também o ensino médio regular.

Hoje, Sr. Presidente, os 3.986 alunos – veja bem: de 16 alunos, temos hoje 3.986 alunos – operam com GPS, tornos computadorizados, eletrônica de ponta e outros equipamentos e ferramentas ultramodernos.

Na Escola, os alunos podem aprender tarefas de alta especialização, como regulagem de elevadores, testes de material elétrico, levantamentos topográficos, análise de características de metais, operação de centrais telefônicas, e tantas outras áreas.

Esses alunos facilmente encontram oferta de trabalho, não apenas estágio, mas até empregos permanentes nas empresas. Cerca de 1.200 empresas buscam e disputam os alunos da Escola Parobé.

A escola oferece ainda à comunidade cursos de especialização, centro de idiomas, grupos de terceira idade e estação de radioamadores.

É importante lembrar também os 286 professores e funcionários que mantêm a escola. Fica aqui um abraço carinhoso a esses professores e funcionários, pela forma apaixonada como defendem essa caminhada do ensino profissionalizante.

Não posso deixar de mencionar também a importante parceria do Sindicato dos Técnicos Industriais – Sintec, que representa legalmente esses técnicos, promove e protege o exercício profissional e tem na pessoa do Sr. Ricardo Nerbas, técnico industrial, o seu Presidente.

Trata-se de uma escola exemplar, na forma de um moderno centro tecnológico, uma instituição pública e gratuita – esta é gratuita –, com espírito empreendedor e visão de futuro. O legado da escola para o nosso Rio Grande é incalculável.

Sr. Presidente, sou oriundo de escola técnica, sou egresso, com muito orgulho, do Senai da cidade em que nasci, Caxias do Sul, uma escola co-irmã da Parobé. São escolas de filosofias semelhantes, que prestam um excelente serviço e fazem parte de uma categoria, para mim, muito elevada de estabelecimentos de ensino, porque forma a nossa juventude.

Sinto orgulho por ter passado por uma escola técnica. Foi um aprendizado para toda a minha vida, como trabalhador, como pessoa, como cidadão, como sindicalista. Particpei da construção de um novo modelo social, em que a justiça é a mola mestra e em que as oportunidades realmente estão ao alcance de todos. Ao alcance de todos que têm oportunidade de passar por uma escola técnica. Nem todos têm essa chance. Em seguida vou falar sobre isso, Sr. Presidente.

Lembro-me que, quando ingressei no Senai naquela época, houve uma disputa enorme: eram cem candidatos para dez vagas. E, felizmente, eu consegui entrar.

Como eu quero escola técnica para todos, apresento aqui uma proposta. Como Senador, sinto grande satisfação de ver que o Governo Federal está disposto a avançar na caminhada para que tenhamos mais escolas técnicas. O Ministério da Educação já se comprometeu conosco a trabalhar para aprovação de projeto de minha autoria que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). O Projeto de minha autoria encontra-se tramitando na Comissão de Educação desta Casa, pronto para entrar na pauta. O relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, que já apresentou parecer favorável à matéria.

Entre os objetivos do Fundep estão o de geração e manutenção de emprego e renda, o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais, descentralização regional, além da elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo, via nossos alunos, que poderão, com certeza, fazer o seu curso técnico.

Os recursos do Fundep serão provenientes de percentuais da arrecadação dos impostos sobre renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – que tem hoje superávit de quase R\$50 bilhões e que deveria investir mais na escola técnica porque isso gera emprego e renda para o nosso povo – e de outras fontes que estão especificadas no projeto.

O programa financia as seguintes ações:

- Realização de estudos de pré-investimentos necessários à elaboração de planos estaduais para a Reforma e Expansão do Ensino Médio – PEM, e – Expansão da Educação Profissional – PEP, bem como de projetos escolares;

- Investimento na área de educação profissional, incluindo ações de reforma/ampliação de instituições federais e/ou estaduais de educação profissional já existentes;

- Construção de Centros de Educação Profissional sob a responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e do segmento comunitário;

- Aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão;

- Aquisição de materiais de ensino-aprendizagem;

- Capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo com salários decentes – mais uma vez, ressalto a importância da valorização dos professores do Jardim de Infância, 1º e 2º graus, ensino técnico até a universidade; e

- Prestação de serviços e consultorias para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógicas e de gestão.

Enfim, um enorme leque de ações que possibilitam que o nosso País entre na esfera do desenvolvimento tecnológico, tendo com base as escolas técnicas de ensino profissionalizantes.

O Fundep pode ajudar na construção de um novo perfil da classe trabalhadora – eu que venho do movimento sindical, Sr. Presidente, digo isso com muita convicção –, que esteja qualificada a responder aos desafios das modificações tecnológicas e da globalização, e assim também contribuindo para o novo projeto de desenvolvimento nacional e ajudando a fazer do Brasil um País cada vez mais justo, moderno e soberano.

Gostaria de deixar registrado aqui o meu convite a todos para que participem da audiência pública que

solicitei com vistas a discutir o ensino técnico-profissionalizante em nosso País, à luz do PLS nº 274/2003 e também da PEC nº 24/2005, ambos de minha autoria, com reflexos nos programas do MEC e de todo o sistema de educação do País.

Foram convidadas para participar do evento, que será no próximo dia 5, diversas entidades, entre elas a Federação Nacional dos Técnicos, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a Superintendência da Educação Profissional, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e também os responsáveis pelo Governo Federal nesta área, até porque estão já avançando, e o Fundep vem contribuir nesse sentido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa matéria é muito importante para a comunidade jovem do nosso País e também para aqueles, Sr. Presidente, que têm mais de 45 anos, porque também estes precisam, muitas vezes, reciclar-se para o novo momento em que vive o nosso mercado de trabalho. Infelizmente, muitos deles são discriminados por causa da idade.

É comum, Sr. Presidente João Alberto, nessa caminhada que estou fazendo pelo Rio Grande neste momento eleitoral, em que pulsa mais forte o coração da democracia, por ser o momento da disputa – assim é a vida –, as pessoas me dizem que seria importante uma lei – e tenho projeto neste sentido, assim como outros Senadores e Deputados – buscando incentivo às empresas para que contratem homens e mulheres com mais de 40, 45 anos, que acabam sendo discriminados ainda jovens, eu diria.

Sr. Presidente, estou com 56 anos e sinto-me ainda com um enorme potencial para produzir para o meu País. Como pode alguém discriminar um homem ou uma mulher porque têm 40, 45 anos? No Fundep, também, queremos investimentos nessa área, para que o nosso jovem se prepare para o amanhã e para que aquele cidadão com mais de 40, 45 anos, que operava uma máquina superada pela tecnologia, possa se preparar para reingressar ou permanecer no mercado de trabalho, disputando de igual para igual com outros homens e mulheres o direito ao trabalho, um direito de todos.

Por isso insisto na realização desta audiência pública que pretende discutir novas oportunidades para todos os brasileiros, tanto os jovens que estão entrando no mercado de trabalho como aqueles que têm mais de 40 anos.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, que permitiu que eu discorresse, nesta segunda-feira, sobre a im-

portância da valorização dos professores, garantindo a todos aposentadoria especial, a regra de transição que aprovamos na PEC paralela e que não querem admitir para os professores, bem como, agora, falar sobre o ensino técnico-profissionalizante.

Obrigado, Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Sobre a mesa, Avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 921/2006, de 10 do corrente, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 578, de 2006, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 1.145/2006, de 11 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 621, de 2006, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, Mensagem do Presidente de República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 214, de 2006 (nº 708/2006, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2006 (nº 3.168/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física, sancionado e transformado na Lei nº 11.342, de 18 de agosto de 2006.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de agosto de 2006, e publicou no dia 25 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 319, de 2006**, que

“Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca(PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira	Alberto Silva
Luiz Otávio	vago
Valdir Raupp	vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

*PDT

Jefferson Péres	vago
-----------------	------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	Anselmo

PMDB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	José Rocha

PSDB

Jutahy Junior	Bismarck Maia
---------------	---------------

	PP	
Mário Negromonte		Benedito de Lira
	PTB	
José Múcio Monteiro		Fleury
	PL	
Luciano Castro		José Carlos Araújo
	PSB	
Alexandre Cardoso		Dr. Ribamar Alves
	PDT	
Miro Teixeira		Álvaro Dias
	*PC do B	
Inácio Arruda		Jamil Murad

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 25-8-2006**
- Designação da Comissão: **28-8-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **29-8-2006**
- Emendas: **até 31-8-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **25-8-2006 a 7-9-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **7-9-2006**
- Prazo na CD: **de 8-9-2006 a 21-9-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **21-9-2006**
- Prazo no SF: **de 22-9-2006 a 5-10-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **5-10-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **6-10-2006 a 8-10-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **9-10-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **23-10-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de agosto de 2006, e publicou no dia 25 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 320, de 2006**, que “Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	
Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca(PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	Alberto Silva
Luiz Otávio	vago
Valdir Raupp	vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

*PSOL

Heloísa Helena	vago
----------------	------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
PT	
Henrique Fontana	Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	Anselmo
PMDB	
Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes
PFL	
Rodrigo Maia	Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	José Rocha
PSDB	
Jutahy Junior	Bismarck Maia
PP	
Mário Negromonte	Benedito de Lira
PTB	
José Múcio Monteiro	Fleury
PL	
Luciano Castro	José Carlos Araújo

	PSB	
Alexandre Cardoso		Dr. Ribamar Alves
	PDT	
Miro Teixeira		Alvaro Dias
	*PV	
Jovino Cândido		Fernando Gabeira

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 25-8-2006**
- Designação da Comissão: **28-8-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **29-8-2006**
- Emendas: **até 31-8-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **25-8-2006 a 7-9-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **7-9-2006**
- Prazo na CD: **de 8-9-2006 a 21-9-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **21-9-2006**
- Prazo no SF: **de 22-9-2006 a 5-10-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **5-10-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 6-10-2006 a 8-10-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **9-10-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **23-10-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, ex-prefeito do Rio de Janeiro, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje voltar a um tema que introduzi na semana passada e que causou certa estranheza entre alguns Senadores da Oposição, quando fiz referência ao Presidente Lula equiparando-o aos outros dois presidentes que constituíram marcos na história republicana do Brasil, que foram Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Quero voltar ao tema com a maior serenidade e sem ironias para justificar esse meu ponto de vista, destacando aqueles governantes e respectivos pe-

ríodos de governo que introduziram transformações estruturais na sociedade brasileira.

Trata-se daquela sociedade que saiu do Império para a República, marcada pelo regime da República Velha, com uma predominância absoluta de chefes políticos locais, que tomavam conta do Estado brasileiro, de propriedade dessa oligarquia que nomeava os funcionários e tomava todas as decisões num nível regional. Não havia um projeto nacional brasileiro, um projeto de Nação.

A criação desse projeto deu-se com a Revolução de 30, com os dois governos de Getúlio Vargas e com a estruturação do Estado, o Estado Racional, a criação do Dasp e dos concursos públicos. Depois, houve o projeto de industrialização, o Estado intervindo nos setores de economia importantes do País – o café e o açúcar –, criando em seguida a infra-estrutura industrial e, no período seguinte, a Petrobras, o BNDES e a Vale do Rio Doce bem como introduzindo os direitos trabalhistas de forma não-democrática, porque Getúlio Vargas não era um democrata; Getúlio Vargas era um positivista, uma daquelas mentalidades que via na ciência, no bom senso e no patriotismo um caminho para fazer bem ao povo, mas não a partir deste, e sim, a partir das luzes que a ciência indicava. Assim eram os positivistas. E Getúlio decorreu de uma linha de positivistas célebres do Rio Grande do Sul – Júlio de Castilho, Borges de Medeiros etc. Esse foi o primeiro grande projeto nacional brasileiro que transformou estruturas deste País. Realmente o Brasil foi outro depois de Getúlio Vargas.

O segundo grande projeto transformador foi o de Juscelino Kubitschek, sim. Não tanto pela continuidade do desenvolvimentismo que vinha de Vargas, mas especialmente pela visão do alargamento da fronteira do País. O Brasil era um país litorâneo, este interior era um deserto. Conheci Brasília na sua construção. Vindo de avião, levavam-se horas e horas sobrevoando um deserto. Em Minas Gerais, nas proximidades do Rio de Janeiro, não havia ocupação na Zona da Mata; a partir de Belo Horizonte, não havia praticamente nada. Todo este imenso território brasileiro era desconhecido do Brasil, e Juscelino, com a implantação da Capital, abriu essa fronteira, sob críticas terríveis. Vivi essa fase, era jovem e me lembro das terríveis críticas da construção de Brasília. Os adversários, os udenistas da época, viam na construção de Brasília uma ladroagem só!

O Senador Paulo Octávio parece que ficou chocado, mas ele era muito pequeno nessa época ou não havia nem nascido – nem sei –, mas eu vivi esse momento e me lembro bem.

Enfim, esse foi um grande projeto brasileiro, o de integração deste território gigantesco que não era conhecido do Brasil, a partir da implantação da Capital, daquela resolução política, eminentemente política. Não havia qualquer motivação de natureza econômica, nem mercado algum que falasse em Brasília; foi uma decisão política de integrar o País. Então o Brasil conheceu uma nova etapa depois da construção de Brasília e da abertura da fronteira oeste.

Sr. Presidente, agora nesse primeiro Governo Lula, com todas as críticas que se possam fazer e que se devam fazer, o fato é o seguinte: pela primeira vez um governo definiu como projeto a integração social, isto é, a implantação progressiva, muito progressiva – embora ainda muito lenta no início –, como projeto de governo definido e prioritário, a distribuição de renda, a integração das zonas pobres do Brasil, a integração das camadas pauperizadas deste País, a realização da justiça social, da justiça econômica, da justiça estrutural, que nunca ocorreu, nunca esteve presente no Brasil. Ao contrário, desde os tempos da escravidão, este País foi marcado pela injustiça estrutural.

Então, pela primeira vez, um Presidente – pioneiro neste caso – age para mudar as estruturas sociais. Isto é que considero importante.

O que marca a história da República são as mudanças estruturais. Primeiro, o projeto de Nação, de Getúlio Vargas; depois, a interiorização, a abertura do território, o alargamento, o aprofundamento da fronteira, com Kubitschek; e, agora, a estruturação, a mudança de estrutura no campo social, com o projeto de redistribuição de renda e de incorporação à vida econômica e social do País camadas enormes, imensas da população que estavam à margem. Então, isso é um fato histórico! Isso caracteriza um período, um marco histórico, sim, quer dizer, um novo patamar. E, por conseguinte, comparável e análogo aos patamares produzidos por Vargas e Kubitschek.

É claro que este projeto ainda não está concluído. É um projeto que foi iniciado. Mas o seu início, a sua eleição, por parte do Governo, como projeto prioritário – e é um projeto prioritário – inclui, nitidamente, a distribuição até à frente do crescimento econômico,

invertendo aquele lema de fazer crescer o bolo para distribuí-lo. Ao contrário, distribuiu-se o bolo até antes para fazê-lo crescer já em novas bases estruturais – isso é o importante –, com uma produção agrícola-industrial voltada para o atendimento das necessidades fundamentais de enormes massas da população brasileira que estavam à margem dele.

Essa é uma mudança estrutural de grande envergadura, para marcar a História, sim. Para marcar a História, sim. Façamos críticas – e é importante que sejam feitas –, mas é necessário reconhecermos essa marca de pioneirismo, de mudança estrutural, marca esta que introduz algo que não existia antes.

Podem chamar de assistencialistas programas como o Bolsa-Família, mas o fato é que se muda a distribuição de renda. A pirâmide de distribuição de renda, no Brasil, está mudando a olhos vistos, na nossa face, e a população, obviamente, está respondendo. Não é por acaso que o Presidente, debaixo de tantas críticas, mantém a popularidade e o apoio da população. Espero que eles sejam mantidos – não quero antecipar resultado eleitoral algum –, mas não é por acaso que eles existem, é porque isso está acontecendo. Estão acontecendo coisas importantes como o Bolsa-Família, a melhoria significativa do valor real do salário mínimo, a agricultura familiar, a reforma agrária – que, embora devagar, anda muito mais depressa do que em qualquer outro período da nossa História –, microcréditos e incentivos a cooperativas.

Na edição de ontem de **O Globo**, há toda uma página relatando o crescimento das cooperativas de trabalhadores brasileiras, que assumem empresas em processo de falência e encontram apoio governamental para fazê-las renascer, reviver, redinamizando-as. O título da matéria é “Cooperativa cresce e aparece”. Empresas, em associação de trabalhadores, já movimentam, por ano, R\$6 bilhões e empregam mais de um milhão de pessoas.

Esse conjunto de programas voltados para a justiça social é algo de muito importante, refletindo-se em outras atitudes também.

O **Jornal do Brasil** de sexta-feira, por exemplo, coloca em sua manchete: “Duplicam prisões por crimes de luxo”. Os crimes de colarinho branco, que nunca eram punidos no País, passaram a sê-lo. Detidos, neste ano, já são 400. No ano passado, foram 600. Isso nunca ocorreu. Isso nunca ocorreu no Brasil!

Algo de novo está ocorrendo sob a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, um trabalhador que chegou

ao cargo de Presidente com todas as suas limitações: não tinha experiência de Governo e foi apoiado por um Partido que também nunca tinha exercido o Governo no âmbito federal. Tudo isso cria dificuldades, exige aprendizado. Cometem-se erros, por vezes muito graves, mas o fato é que há um conjunto de realizações no campo social.

O projeto de investimento na educação de base demorou, pois poderia ter sido concluído antes, mas, finalmente, foi aprovado e vai encontrar a sua realização. Além disso, está sendo dada prioridade ao ensino profissional e técnico, como o Senador Paulo Paim, que me antecedeu, ressaltou muito bem em seu discurso.

Tudo isso compõe um quadro em que se verifica, claramente, a prioridade do Governo, pela primeira vez em nossa História, de enfrentar o problema estrutural da injustiça existente neste País.

Isso se constitui, sim, num marco importante e é motivo suficiente para se colocar o Presidente Lula num patamar análogo, equivalente ao de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, na minha opinião. Posso estar equivocado e não estou querendo ser verdade histórica, mas acredito que a História, nos seus períodos posteriores, vai mostrar isso com clareza. Tenho essa convicção, assim como creio que ele será reeleito para um segundo mandato e aprofundará essa diretriz voltada para a justiça social, inaugurando um novo período histórico da República brasileira.

Por tudo isso, Sr. Presidente, julguei conveniente fazer essas observações, confirmando o que eu já havia dito.

Soube depois, pois eu não me encontrava presente, que houve um mal-entendido com relação ao Senador Paulo Octávio, que acreditou que eu estava tentando diminuir a figura de Juscelino. Nunca, ao contrário. Fui um jovem que trabalhou no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, no período áureo do seu Governo, e fiquei indignado com as acusações levianas, absurdas e cruéis dos seus adversários udenistas. Estes, como eu disse, classificavam o Governo de Juscelino das formas mais depreciativas possíveis e eu, indignado, continuava trabalhando. Então, que transformação seria essa de eu, hoje, querer denegri-lo? Ao contrário, considero que Juscelino foi um dos grandes marcos, assim como foi Getúlio Vargas e como é Lula, que será reconhecido pela História, na medida em que é um pioneiro que introduz uma transformação

nova, estrutural, na sociedade brasileira, dando prioridade à questão social.

Sr. Presidente, tudo isso vai continuar em discussão. Estamos num período de disputa eleitoral, de disputa presidencial, e é muito normal, muito natural que as opiniões se tornem agudamente mais confrontantes. Creio que a sociedade brasileira como um todo está reconhecendo isso e dará ao Presidente condições de, reeleito, executar, aprofundar e levar à frente a sua prioridade, o seu projeto de justiça estrutural na sociedade brasileira. É claro que vai precisar de um apoio muito grande da sociedade para aprofundar esses veios que ele apenas indicou no seu primeiro mandato, mas que devem ser desenvolvidos, retomando, sim, o crescimento, se bem que de uma natureza diferente.

Não será mais aquele crescimento eminentemente voltado para o atendimento do consumo das classes privilegiadas, ou eminentemente baseado no esforço de exportação, que será sempre importante, bem como o consumo das classes mais elevadas de renda. No entanto, o mais importante é o alargamento do mercado interno, capaz de sustentar uma base de produção industrial e agropecuária, com consumo voltado para as necessidades fundamentais do povo mais carente, que nunca teve presença marcante no mercado, a partir do Nordeste. A própria equalização regional do Brasil vai resultar desse programa do Governo Lula.

Noutro dia, tive a oportunidade de mostrar aqui, também com matérias publicadas na imprensa mais insuspeita, que nunca o Nordeste teve aplicações da ordem de R\$6 bilhões em programas de desenvolvimento regional como agora. Nunca! Então, tudo isso vai-se refletir e inaugurar, marcar uma época específica na História republicana brasileira, presidida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria trazer, outra vez, à Casa, para confirmar e reafirmar o que eu disse há uma semana e que causou certa estranheza em alguns Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

Esta Presidência se sente muito satisfeita com a visita dos alunos e professores do Colégio La Salle, de Águas Claras, em Brasília. Eles visitam o Sena-

do Federal comandados pelas Professoras Débora e Émile.

Sintam-se em casa no Senado Federal, e muito obrigado pelas presenças.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na condição de Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, comunico ao Plenário que designei o Senador Jefferson Péres para relatar a Representação nº 1, de 2006 (Senador Ney Suassuna); o Senador Paulo Octávio para relatar a Representação nº 2, de 2006 (Senadora Serys Slhessarenko); e o Senador Demóstenes Torres para relatar a Representação nº 3, de 2006 (Senador Magno Malta).

Comunico, ainda, que convoquei reunião do referido Conselho a realizar-se no dia 5 de setembro próximo, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Determinei à Secretaria-Geral da Mesa o envio das referidas Representações aos respectivos Relatores, bem como cópia de toda a documentação que instrui cada Representação a cada um dos Senadores contra o qual foi oferecida, para, querendo, apresentar defesa no prazo previsto no inciso II do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, combinado com o da Resolução nº 37, de 1995, ambas do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.568 SGM/P

Brasília, 25 de agosto de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Encaminhamento do processado da Medida Provisória nº 292, de 2006.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 292, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência ontem, 24 de agosto de 2006, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente lido vai à publicação e será cumprido o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O processado da Medida Provisória nº 292, de 2006, vai à Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e a Srª Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O governo quer tomar as terras deles”, publicada pela revista **Exame** em sua edição de 19 de julho do corrente.

A matéria trata da proposta do governo de alterar os números dos índices de produtividade que atualizariam a produção mínima necessária para que as propriedades não sejam consideradas improdutivas e, nesse caso, destinadas à reforma agrária.

Segundo a reportagem, a proposta do governo foi feita com base num trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra que calcularam os indicadores de produtividade com base na produção registrada entre 1999 e 2003, período em que o agronegócio bateu seguidos recordes. Com a crise atual, para a qual o governo Lula contribuiu de forma decisiva, a queda de produtividade no setor é clara.

A matéria termina com a seguinte indagação: “Quem está cumprindo melhor sua função social, os produtores que respondem por um terço do PIB brasileiro ou os ineficientes assentamentos rurais?”

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GOVERNO QUER TOMAR AS TERRAS DELES

Grandes proprietários podem ser desapropriados caso entre em vigor uma polêmica alteração na lei de reforma agrária

Felipe Seibel

NÃO BASTASSE TER DE ENFRENTAR uma das piores crises que já assolaram o campo brasileiro, os produtores rurais acabam de receber uma notícia que caiu como uma verdadeira bomba. Meio na surdina, setores do governo planejam uma abrupta alteração nos rumos da reforma agrária no país e ameaçam de desapropriação uma enorme parcela dos fazendeiros. Pela idéia em debate, cada grande produtor será obrigado a atingir um índice mínimo de produtividade — quem ficar abaixo dele num único ano corre o risco de perder a terra. Por si mesma, tal notícia já é suficiente para tirar o sono de milhares de proprietários. O mais grave, porém, é que as versões que circulam em Brasília apontam que essa exigência de produtividade poderá ser draconiana. O medo é que os produtores, abalados pela crise, simplesmente não tenham condições de cumprir as exigências. Embora ainda não se conheçam os detalhes, algumas estimativas mostram o fantástico potencial de problemas da medida. No caso da soja e do milho, o consultor André Pessoa, da Agroconsult, empresa especializada em agronegócio, estima que até 58% das lavouras fiquem abaixo da nota de corte. Nos estados mais afetados pela seca, como o Rio Grande do Sul, é provável que haja atualmente um número muito reduzido de produtores em condições de produzir com a eficiência exigida nas versões originais do projeto. “O clima no campo é de apreensão”, diz Luiz Antônio Pinazza, diretor da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

A discussão sobre o índice de produtividade foi um dos fatores que motivaram há duas semanas a saída do governo de Roberto Rodrigues, que ocupava o Ministé-

rio da Agricultura desde a posse do presidente Lula, em 2003. Em Brasília, Rodrigues era o principal opositor da medida. Uma de suas críticas ao índice era a de que ele fora feito com base num trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, que calcularam os indicadores de produtividade de cada cultura pela produção registrada entre 1999 e 2003 — período em que o agronegócio nacional bateu seguidos recordes. Com a crise atual, naturalmente, os produtores têm menos recursos para aplicar em insumos, como defensivos e fertilizantes. É por isso que todos os especialistas já vinham trabalhando com a perspectiva de queda na produtividade do setor. Portanto, o momento não poderia ser pior para cobrar dos fazendeiros que cumpram as exigências em termos de produção. “Além de fixar um teto alto, o governo não leva em conta as características cíclicas do setor”, afirma Pessoa. “É natural que a produtividade seja maior nos anos positivos e caia nos de dificuldades.”

A saída de Rodrigues representou a queda de um dos últimos defensores do agronegócio dentro do governo Lula. O anúncio do nome de seu substituto deixou o setor para lá de ressabiado. Quem assumiu o cargo foi o antigo secretário executivo do ministério, Luís Carlos Guedes Pinto. Embora fizesse parte da equipe de Rodrigues, Guedes tem ligações históricas com os movimentos de reforma agrária. Em razão disso, os produtores acham que ele tende a ser simpático à idéia de facilitar a desapropriação de novas terras. Na cerimônia de posse, o novo ministro utilizou um discurso conciliatório, dizendo que o tema ainda não está fechado. Presente na ocasião, o presidente Lula também fez ques-

tão de apaziguar os ânimos. “Nada será feito por agora”, afirmou ele, num sinal de que a medida não será implementada antes das eleições de outubro. O que vem depois ninguém sabe.

Independentemente do desfecho do caso, o episódio já abriu uma nova crise entre os agricultores e o governo. O presidente da Sociedade Rural Brasileira, João de Almeida Sampaio, diz que o setor fará cam-

panha aberta contra a administração petista caso a nova política seja implementada. Alguns produtores falam até em adotar uma espécie de política de “desespero”, investindo o que puderem nas culturas, mesmo que isso resulte em mais prejuízo, apenas para atingir o índice de produtividade a ser exigido pelo governo. “Pior do que perder dinheiro numa safra é perder a terra”, afirma Nelson Taludo, agricultor do interior do Paraná, um dos produtores que estariam hoje ameaçados de desapropriação (*veja quadros nestas páginas*).

O fato de haver produtores dizendo que vão jogar dinheiro fora para manter suas propriedades não é o aspecto mais surreal de toda essa discussão. Há outros absurdos na história. Em primeiro lugar, o governo não tem condições de saber qual será o impacto da medida, pois não realiza desde 1996 um censo agropecuário no Brasil. Ou seja, ninguém sabe dizer se a mudança das regras liberará 100 ou 1 milhão de hectares passíveis de desapropriação. Além disso, o empenho do governo dá a impressão de que estão faltando terras no país para ser distribuídas — daí a necessidade de avançar sobre quem produz e gera riquezas. É um raciocínio incorreto. Hoje existem mais de 90 milhões de terras agricultáveis ociosas no Brasil

(veja quadro abaixo). Como elas se localizam longe dos grandes centros urbanos, são propriedades desprezadas pelo MST e por outros movimentos do gênero. “Aumentar o estoque de terras para reforma agrária não é o principal objetivo da medida”, afirma Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário. “Queremos melhorar a performance no campo. A situação atual premia a improdutividade e impede o andamento das reformas.”

As palavras de Cassel sugerem que haja no Brasil um número considerável de especuladores de terra, sem interesse em investir seriamente na agricultura. Ocorre exatamente o contrário. Se há um setor eficiente na economia brasileira é o agronegócio. Ele é responsável por 34% do produto interno bruto (PIB), 37% dos empregos gerados e 93% do saldo da balança comercial. Além do mais, trata-se de um dos setores mais produtivos do país — graças a investimentos em tecnologia implementados ao longo de décadas. Desde 1991, o país foi capaz de dobrar a produção agrícola, apesar de a área plantada quase não ter crescido. Em vez de investir em fatores que possam turbinar ainda mais o trabalho de quem já produz, como novas pesquisas e linhas de financiamento, o governo planeja tomar as terras para entregá-las à turma dos assentamentos agrários, que já provou ser capaz de tudo, menos de produzir com eficiência.

O interesse do governo em fixar um índice mínimo de produtividade traz também outras questões importantes a ser discutidas envolvendo o conceito de direito de propriedade. Um exemplo: punir a ineficiência de um produtor com a perda de suas terras é algo justo? Mal comparando, seria o mesmo que uma lei permitir a desapropriação de uma montadora de veículos que, por alguma circunstância, opera apenas em dois turnos — e não nos três de sua capacidade total. Em todos os demais setores da economia, fica a cargo do merca-

do definir quem são os produtores que merecem permanecer em operação — e quais serão deslocados. Ou seja, numa economia de mercado é normal que os mais competentes prevaleçam. No caso do universo do campo, a noção que abre espaço para que se rasgue o direito de propriedade é a chamada “função social da terra”, conforme fixa o artigo 184 da Constituição Federal. Na visão maniqueísta dos congress-

sistas que escreveram a Carta de 1988, só o fato de alguém ter uma grande propriedade já o coloca do lado dos vilões. A realidade é outra. “O modelo distributivista de terras, que o governo atual insiste em adotar, não deu certo em lugar algum do mundo”, afirma Xico Graziano, deputado federal do PSDB e ex-presidente do Inera. “Para ser eficiente, a atividade agrícola exige hoje muitos investimentos e uma grande infra-estrutura, condições difíceis de ser preenchidas nos assentamentos. Por isso, muitos deles viram, em geral, favelas rurais.”

Cabe aqui, portanto, uma questão fundamental: quem está cumprindo melhor sua função social, os produtores que respondem por um terço do PIB brasileiro ou os ineficientes assentamentos rurais? Os fatos mostram que a resposta é bastante óbvia. Mais do que isso, o resultado da discussão sobre o índice de produtividade pode definir a vocação brasileira nos assuntos do campo de uma vez por todas. Em última instância, está em jogo se o país vai continuar na vanguarda do agronegócio — com fazendas eficientes e capazes de gerar milhões de empregos diretos e indiretos — ou se vai jogar fora essas conquistas e, em troca, transformar o país num imenso favelão rural.

Na entrevista, intitulada “Lula foi um desastre”, o Senador Jorge Bornhausen afirma que a proposta de instalação de uma Constituinte visa apenas a mudar o foco da campanha eleitoral, que terá como questão central a ética. O Senador destaca, também, que o candidato à Presidência Geraldo Alckmin vai cortar gastos públicos, diminuir o tamanho da máquina estatal e criar um novo modelo de Previdência Social.

Como segundo assunto, gostaria fazer o registro da matéria intitulada “TSE multa presidente em R\$900

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida no último dia 6 de agosto ao jornal **Correio Braziliense** pelo presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen e que, dentre outros assuntos, aborda a proposta do Presidente Lula de convocar uma Assembléia Constituinte para aprovar uma reforma política.

mil”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 18 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o Presidente Lula foi condenado pelo TSE a pagar uma multa de R\$900 mil por fazer propaganda da sua candidatura à reeleição antes do prazo legal.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria e a entrevista acima citadas passem a integrar

este pronunciamento para que, assim, constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



PRESIDENTE DO PFL DIZ QUE GOVERNO QUER ENCOBRIR DISCUSSÃO ÉTICA COM PROPOSTA DE CONSTITUINTE E ACUSA TARSO GENRO DE TER VIÉS AUTORITÁRIO

GUSTAVO KRIEGER, LUIZ CARLOS AZEDO E OSWALDO BUARIM JR.

DA EQUIPE DO CORREIO

A última frase da entrevista do presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, foi pontuada com um sorriso. “Espero não ter sido muito violento...”, disse. Nos 40 minutos anteriores, o senador foi violento, sim. Pegou pesado nos ataques ao governo

Lula, fiel ao papel que adotou durante toda a campanha. Bornhausen é o chefe da artilharia do PFL, responsável pelos ataques mais pesados ao presidente em busca da reeleição. Assumindo a linha de frente, libera seu candidato, o tucano Geraldo Alckmin, para fazer um discurs

so mais tranquilo, propositivo.

Bornhausen se diz confortável na oposição, mas não esconde a vontade de reconquistar o poder. Aposta que Alckmin vencerá a eleição. “O governo Lula foi um desastre. O Brasil não agüentará um segundo desastre”. Confiante,

já traça os rumos para um possível governo Alckmin. Segundo ele, se eleito o tucano vai propor ainda este ano ao Congresso a reforma política, com prioridade para a fidelidade partidária. Assegurado o controle das direções partidárias sobre suas bancadas, será a vez

da segunda ofensiva, com o projeto de reforma do Estado. O presidente do PFL diz que Alckmin vai cortar gastos públicos, diminuir o tamanho da máquina estatal e criar um novo modelo de previdência social para quem entrar no mercado de trabalho a partir de 2007.

“LULA FOI UM DESASTRE”

O senhor chamou de golpista a proposta do presidente Lula de uma Constituinte para votar a reforma política. O senhor não apóia a reforma política?

Entre 2000 e 2001, o Senado aprovou projetos fundamentais para a reforma política. Um deles aumentava para quatro anos o prazo de filiação partidária. Outros reduziam os prazos de campanha para dois meses, criavam a votação por listas e o financiamento público de campanha. Aprovou também a proibição de coligações nas eleições proporcionais. Isto chama-se reforma política e está pronta para ser votada.

E por que a reforma parou na Câmara?

Durante o governo Fernando Henrique, o que atrapalhou foi a disputa pela presidência da Câmara entre o Aécio Neves e o Inocêncio Oliveira. Os dois se comprometeram com os pequenos partidos na campanha e o processo empacou. Quando veio o governo Lula, o José Genofon, então presidente do PT, me procurou para discutir a reforma política. Trouxe o Delúbio Soares para a reunião. O interlocutor trazia junto aquele que ia fazer a política de cooptação. O governo Lula abandonou a reforma política e adotou a cooptação. O operador desta era Waldomiro Diniz. O governo Lula não tem autoridade moral para fazer em política.

tão de sobrevivência do Poder Legislativo. Um presidente que tenha compromisso com a reforma como tem Geraldo Alckmin, e que tenha maioria, vota este assunto logo depois das eleições. Antes da posse. Se a fidelidade partidária for aprovada este ano, ao assumir ele pode encaminhar a segunda grande reforma, que é a do Estado. Para ser aprovada, esta reforma precisa de fidelidade.

O que o senhor considera reforma do Estado?

Ela inclui a questão fiscal, o pacto federativo e a reforma tributária, que é uma consequência do novo pacto federativo. E a nova previdência, para quem está entrando agora no sistema. A previdência atual será sempre alvo de demandas judiciais, de questionamentos sobre direitos adquiridos. A reforma do Estado inclui a reforma administrativa, o corte dos ministérios, dos cargos em comissão.

Sem demitir funcionários públicos?

Sem demissões. Você vai enxugar os cargos em comissão, ocupados por gente que tem uma estrelinha no peito e nada na cabeça.

O senhor traçou o cenário com

proporcionais, isto chama-se reforma política e está pronta para ser votada.

É por que a reforma parou na Câmara?

Durante o governo Fernando Henrique, o que atrapalhou foi a disputa pela presidência da Câmara entre o Aécio Neves e o Inocêncio Oliveira. Os dois se comprometeram com os pequenos partidos na campanha e o processo empacou. Quando veio o governo Lula, o José Genofino, então presidente do PT, me procurou para discutir a reforma política. Trouxe o Delúbio Soares para a reunião. O interlocutor trazia junto aquele que ia fazer a política de cooptação. O governo Lula abandonou a reforma política e adotou a cooptação. O operador desta era Waldomiro Diniz. O governo Lula não tem autoridade moral para falar em reforma política.

Então por que levantar esta questão agora?

O comando da campanha de Lula percebeu que a questão central da campanha será a ética e quer mudar o foco. A idéia deve ter surgido do ministro Tarso Genro, porque os senadores Renan Calheiros e José Sarney são experientes demais para entrar numa sugestão desta natureza. Tarso tem um viés autoritário. Por volta de 1997, escreveu um artigo intitulado "Fora FHC", pregando o golpe, a derrubada do presidente Fernando Henrique. Agora, ele que é fiel aos ideais de Fidel Castro, Hugo Chávez e Evo Morales. Por trás disto está a intenção de criar uma Constituinte ampla, como fez Chávez ou quer fazer Evo Morales. Isto cabe bem na cabeça do professor Tarso e na do

aluno Lula, que esta semana deu uma declaração na qual não contesta a sucessão de Fidel por seu irmão em Cuba. Quem não defende a democracia no mundo está sob suspeição na defesa da democracia em seu país.

Lula transformou a reforma política em tema de campanha e acusa as elites de serem contra.

Os projetos que foram aprovados de reforma são de autoria do PFL, do PSDB, do PMDB e do PSB.

Não há um projeto do PT. E quem barrou a reforma foi o projeto ambicioso de se manter 20 anos no poder, com a estratégia de cooptação comandada por Zé Diuceu e usando como instrumento o Waldomiro Diniz.

A idéia de uma Constituinte exclusiva é uma tentativa de aproveitar o desgaste na imagem do Congresso?

Não vejo autoridade moral no presidente para pregar uma solução que venha de fora do Congresso. O partido deles não expulsou os mensaleiros, não se manifestou sobre os sanguessugas. Os partidos têm de retirar das chapas os que tiverem culpa. O presidente já subiu com sanguessugas nos palanques. Não tem nenhum pejo de se deixar fotografar com mensaleiros.

Ele diz que ninguém pode ser excluído até o processo ser transitado em julgado. Ele é que vai transitar em julgado pelas urnas.

REFORMA DO ESTADO

Ela inclui a questão fiscal, o pacto federativo e a reforma tributária, que é uma consequência do novo pacto federativo. E a nova previdência, para quem está entrando agora no sistema. A previdência atual será sempre alvo de demandas judiciais, de questionamentos sobre direitos adquiridos. A reforma do Estado inclui a reforma administrativa, o corte dos ministérios, dos cargos em comissão.

Sem demitir funcionários públicos?

Sem demissões. Você vai enxugar os cargos em comissão, ocupados por gente que tem uma estrelinha no peito e nada na cabeça.

O senhor traçou o cenário com Geraldo Alckmin presidente.

E se o presidente Lula for reeleito?

Nós já vivemos um desastre. Um segundo desastre vai ser maior. O controle do país será perdido. Quem permitiu que acontecesse o que aconteceu com seu governo, por incompetência ou leniência com a corrupção, só iria piorar em um segundo mandato. Mas isso não vai acontecer. O Brasil já apanhou demais com a incompetência de Lula e do PT.

O senhor é a favor do fim da reeleição?

A reeleição no Brasil trouxe um prejuízo administrativo. Faço um mea culpa, porque apoiei a idéia. Mas a grande maioria dos chefes do executivo desviou o foco de suas administrações das obras e realizações para a propaganda visando à reeleição. Basta ver que o governo gastou R\$ 2,6 milhões por dia em publicidade este ano para manter Lula em alta nas pesquisas.

Segundo as pesquisas, no Distrito Federal, a eleição é liderada por Lula, Arruda e Roriz. Como transferir os votos de Arruda para Alckmin?

Fui a um evento do Arruda esta semana e ele foi muito incisivo em pedir votos para Alckmin. Se todos fizerem isto, o resultado será a vitória de Alckmin em Brasília.

O senhor acha que o PFL agiu certo ao lançar chapa pura em Brasília?

O PFL não tinha outra saída. Tínhamos uma disputa entre dois candidatos que estavam nos primeiros lugares nas pesquisas. Qualquer disputa em convenção seria o caminho para a derrota, porque o perdedor não assimila o resultado. Em vez de somarmos os dois maiores eleitores de Brasília, dividiríamos. Esta união não foi contra o Roriz, nem contra Abadia. Foi para salvar o PFL de Brasília, que poderia perder as eleições.

Nesta campanha, o senhor se transformou no inimigo número 1 dos petistas. Chegou a dizer que "esta raça vai ficar 30 anos longe do poder".

Evão mesmo. É pena que eu não viva estes 30 anos para ver.

Senador, obrigado pela entrevista.

Espero não ter sido muito violento...

Informe Publicitário

ESCLARECIMENTO À CLASSE ODONTOLÓGICA

Diante de manifestação pública do CRODF, assinada pelo seu Presidente, Cirurgião-Dentista Sérgio Valmor Riribosa e pelo seu advogado Marcus Aurélio Dias de Paiva, os Conselhos Regionais de Odontologia – abaixo relacionados – se vêm na obrigação moral de reiterar seus pontos de vista e defender a honra e a legitimidade de seus mandatos.

O texto que questiona a legalidade do atual número de representantes no Plenário do CFO – disponível no site do CRODF desde o dia 31 de julho último – já comete seu primeiro equívoco no título: "Posicionamento frente Manifesto CFO".

Há que se reiterar o óbvio: o Manifesto citado pelo CRODF foi assinado por Presidentes de Conselhos Regionais de Odontologia, sem nenhuma interferência do CFO. Subscrito por 18 CRO's, o texto já recebeu o apoio de mais 3 Regionais. Portanto, deve ser atribuída somente a estes CRO's a responsabilidade pelo Manifesto "Pluralidade, Soberania e Democracia – em defesa da representatividade dos 27 Conselhos no Plenário do CFO".

O texto do CRO-DF chama este Manifesto de "espúrio documento", dizendo que ele "ostenta menosprezo à lei e a ordem judicial". Questiona ainda a legitimidade destes CRO's na representação do desejo soberano da maioria dos profissionais de odontologia de seus Estados.

Ora, antes de tudo é importante realmar que o que está em discussão aqui é o avanço democrático representado por uma mudança no Regimento Eleitoral do CFO, feita com o objetivo de dar voz às 27 Unidades da Federação na Autarquia Federal da Odontologia, tendo em vista que, até 2003, o Plenário do CFO só garantia espaço a 18 representantes, deixando de fora 9 Unidades Federativas, que ficavam à mercê de decisões tomadas sem sua participação. Temos um exemplo muito próximo em que o número de conselheiros foi a fim de atingir o mesmo objetivo: o Conselho Federal de Medicina, que possui hoje em seu Plenário 54 Conselheiros 2 para cada Estado e o Distrito Federal.

Quanto ao "menosprezo à lei e a ordem judicial" vale dizer que uma mesma lei, como no referido caso, pode ser alvo de interpretações diversas. Mais ainda: uma medida tomada em favor da participação direta de todos os Regionais não pode ser lida a priori, como desrespeitosa à lei ou ao Estado de direito, conforme afirmação do CRODF. A propósito, é curioso notar que tal mudança na legislação eleitoral do CFO só passou a ser considerada "ilegal" pelo Presidente do CRODF e por esses quatro Cirurgiões-Dentistas, três anos depois de sua implementação, e após a realização de todos os pleitos eleitorais ocorridos nesse período, sem qualquer questionamento. Tal julgamento, feito agora, por ocasião da campanha para a eleição do Plenário Federal nos parece, no mínimo, oportunista.

Por fim, queremos repudiar com veemência toda e qualquer insinuação quanto à legitimidade dos Conselhos Regionais de Odontologia que assinaram o Manifesto. Todos estes CRO's que respeitam e honram a Lei 4.324/64 (que cria os Conselhos Regionais de Odontologia), foram eleitos pela maioria dos profissionais de seus Estados sob as mesmas regras eleitorais vigentes no CRO do Distrito Federal.

Se o uso de lei é a fiscalização da ética profissional apoiada à lei, tendo como escopo, sempre, o bem-estar da população, não há como se falar em menosprezo à lei e a ordem judicial.

ESCLARECIMENTO A CLASSE ODONTOLÓGICA

Diante de manifestação pública do CRODF, assinada pelo seu Presidente, Cirurgião-Dentista Sérgio Valmor Barbosa e pelo seu advogado Marcus Aurélio Dias de Palva, os Conselhos Regionais de Odontologia – abaixo relacionados – se vêem na obrigação moral de reiterar seus pontos de vista e defender a honra e a legitimidade de seus mandatos.

O texto que questiona a legalidade do atual número de representantes no Plenário do CFO – disponível no site do CRODF desde o dia 31 de julho último – já cometeu seu primeiro equívoco no título: "Posicionamento frente Manifesto CFO".

Há que se reiterar o óbvio: o Manifesto citado pelo CRODF foi assinado por Presidentes de Conselhos Regionais de Odontologia, sem nenhuma interferência do CFO. Subscrito por 18 CRO's, o texto já recebeu o apoio de mais 3 Regionais. Portanto, deve ser atribuída somente a estes CRO's a responsabilidade pelo Manifesto "Pluralidade, Soberania e Democracia – em defesa da representatividade dos 27 Conselhos no Plenário do CFO".

O texto do CRO-DF chama este Manifesto de "espúrio documento", dizendo que ele "ostenta menosprezo à lei e a ordem judicial". Questiona ainda, a legitimidade destas CRO's na representação do desejo soberano da maioria dos profissionais de odontologia de seus Estados.

Ora, antes de tudo é importante reafirmar que o que está em discussão aqui é o avanço democrático representado por uma mudança no Regimento Eleitoral do CFO, feita com o objetivo de dar voz às 27 Unidades da Federação na Autarquia Federal da Odontologia, tendo em vista que, até 2003, o Plenário do CFO só garantia espaço a 18 representantes, deixando de fora 9 Unidades Federativas, que ficavam à mercê de decisões tomadas sem sua participação. Temos um exemplo muito próximo em que o número de conselheiros foi a fim de atingir o mesmo objetivo: o Conselho Federal de Medicina, que possui hoje em seu Plenário 54 Conselheiros 2 para cada Estado e o Distrito Federal.

Quanto ao "menosprezo à lei e a ordem judicial" vale dizer que uma mesma lei, como no referido caso, pode ser alvo de interpretações diversas. Mais ainda: uma medida tomada em favor da participação direta de todos os Regionais não pode ser lida a priori, como desrespeitosa à lei ou ao Estado de direito, conforme afirmação do CRODF. A propósito, é curioso notar que tal mudança na legislação eleitoral do CFO só passou a ser considerada "ilegal", pelo Presidente do CRODF e por esses quatro Cirurgiões-Dentistas, três anos depois de sua implementação, e após a realização de todos os pleitos eleitorais ocorridos nesse período, sem qualquer questionamento. Tal julgamento, feito agora, por ocasião da campanha para a eleição do Plenário Federal nos parece, no mínimo, oportunista.

Por fim, queremos repudiar com veemência toda e qualquer insinuação quanto à legitimidade dos Conselhos Regionais de Odontologia que assinaram o Manifesto. Todos estes CRO's que respeitam e honram a Lei 4.324/64 (que cria os Conselhos Regionais de Odontologia), foram eleitos pela maioria dos profissionais de seus Estados sob as mesmas regras eleitorais vigentes no CRO do Distrito Federal.

Nossa profissão de fé é a fiscalização da ética profissional sob a ótica da lei, tendo como escopo, sempre, o atendimento aos interesses da classe odontológica, em respeito à sua pluralidade e soberania.

- ♦ ARNALDO DE ALMEIDA GARROCHO, CD - Presidente do CRO-MG
- JOAQUIM GUILHERME VILANOVA CERQUEIRA, CD - Presidente do CRO-RS
- CARLOS ROBERTO CERQUEIRA DE MENEZES, CD - Presidente do CRO-AL
- AUGUSTO TADEU RIBEIRO SANTANA, CD - Presidente do CRO-SE
- OUTAIR BASTAZINI, CD - Presidente do CRO-RJ
- FRANCISCO MICCIONE FILHO, CD - Presidente do CRO-AP
- JULIANO DO VALE, CD - Presidente do CRO-TO
- SANDRA MARIA RODRIGUES DE MENEZES, CD - Presidente do CRO-RO
- ÁLVARO LUIZ DO NAZARETH, CD - Presidente do CRO-MS
- SILVANO DA SILVA SILVESTRE, CD - Presidente do CRO-AC
- PAULO CÉSAR ALCANTARA RIBEIRO, CD - Presidente do CRO-BA
- LEONARDO MARCONI CAVALCANTI DE OLIVEIRA, CD - Presidente do CRO-PB
- CLÁUDIO FONTOURA NOGUEIRA DA CRUZ, CD - Presidente do CRO-MA
- HELÁDIO DE SOUZA GOMES, CD - Presidente do CRO-AM
- SÉRGIO DE SÁ PIRES, CD - Presidente do CRO-PI
- ♦ ANTÔNIO FERRELLI E, CD - Presidente do CRO-PR

• Fotografiar com mensageiros.

Ele diz que ninguém pode ser excluído até o processo ser transitado em julgado.
Ele é que vai transitar em julgado pelas urnas.

Mas há uma crise moral e de imagem do Congresso que é real. Este problema não tem de ser enfrentado?

A reforma política é prioridade. Se houver consciência, estes projetos que estão na Câmara podem ser votados este ano. Numa segunda fase, é necessário discutir os temas que dependem de mudanças constitucionais, como o voto distrital, o fim da obrigatoriedade do voto e, principalmente, o sistema de governo. Mais uma vez fracassamos em razão do sistema presidencialista. Se tivéssemos o parlamentarismo, no primeiro escândalo teria havido um voto de desconfiança do governo e o presidente da República teria de convocar eleições gerais.

Todo mundo é a favor da reforma política e de mudanças na comissão do Orçamento, mas nada acontece. Por que seria diferente agora?

A manifestação nas urnas, a reprovação que terão os envolvidos em escândalos, vão permitir a aprovação da reforma política. É uma ques-

e Roriz. Como transferir os votos de Arruda para Alckmin?

Fui a um evento do Arruda esta semana e ele foi muito incisivo em pedir votos para Alckmin. Se todos fizerem isto, o resultado será a vitória de Alckmin em Brasília.

O senhor acha que o PFL agiu certo ao lançar chapa pura em Brasília?

O PFL não tinha outra saída. Tínhamos uma disputa entre dois candidatos que estavam nos primeiros lugares nas pesquisas. Qualquer disputa em convenção seria o caminho para a derrota, porque o perdedor não assimila o resultado. Em vez de somarmos os dois maiores eleitores de Brasília, dividiríamos. Esta união não foi contra o Roriz, nem contra Abadia. Foi para salvar o PFL de Brasília, que poderia perder as eleições.

Nesta campanha, o senhor se transformou no inimigo número 1 dos petistas. Chegou a dizer que "esta raça vai ficar 30 anos longe do poder".

É vão mesmo. É pena que eu não viva estes 30 anos para ver.

Senador, obrigado pela entrevista.

Espero não ter sido muito violento...

TARSO RESPONDE

Alvo de ataques duros na entrevista do senador Jorge Bornhausen ao Correio, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, nega que a discussão da reforma política pelo governo seja uma tentativa de desviar a atenção da opinião pública das denúncias de corrupção. "Não foi o governo que levantou a tese da reforma política. Ela nasceu da sociedade". Para ele, "o debate entre governo e oposição nas eleições é importante, mas não pode esconder o essencial, que é a neces-

sidade de reformar o sistema político do país".

Genro nega ser o autor da proposta de uma Assembleia Nacional Constituinte para votar a reforma política. "Esta ideia tem sido levantada pelo presidente Lula há mais de seis meses. Eu tenho um candidato a presidente com ideias próprias e respeitabilidade política elevadas para formar um juízo original sobre as questões do país e não repetir obviedades sem brilho, como faz o candidato do senador Bornhausen".

TSE multa presidente em R\$ 900 mil

Tribunal considerou propaganda antecipada a distribuição de cartilhas comparando governo Lula com FHC

Mariângela Gallucci

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofreu ontem uma grande derrota no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo multado em R\$ 900 mil. Por 4 votos a 2, o tribunal entendeu que o presidente fez propaganda eleitoral fora de época ao editar a cartilha "Brasil um País de Todos", distribuída em janeiro. Com tiragem de 1 milhão de exemplares, a publicação apresentou um balanço do governo Lula e comparou a sua administração com a do antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

O advogado de Lula no TSE, José Antônio Toffoli, já anunciou que vai recorrer da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF), com a alegação de que a decisão contraria ao menos quatro dispositivos constitu-

Para advogado, decisão viola quatro dispositivos constitucionais

nais. Enquanto o recurso não for julgado, Lula não precisa pagar a multa.

Toffoli disse que, como o TSE considerou a cartilha como propaganda eleitoral, em caso de derrota poderá ser usado dinheiro da campanha para pagar a multa. Ao pedir o registro da candidatura à reeleição, Lula declarou possuir patrimônio de R\$ 839 mil, inferior portanto ao valor da multa.

A publicação e a distribuição

da cartilha foram contestadas no TSE pelo PSDB. Os tucanos alegaram que a cartilha - editada sob responsabilidade da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e do Ministério do Planejamento - trazia "intensa publicidade das realizações do governo federal".

O valor da multa aplicada corresponde ao custo estimado da produção de 1 milhão de exemplares da cartilha.

CHEFE DO EXECUTIVO

No início do julgamento, em junho, o relator do caso no TSE, ministro José Delgado, disse estar certo de que a cartilha fazia "louvor aos feitos do chefe do Poder Executivo, longe de se caracterizar como propaganda de cunho educativo".

Ele ainda acrescentou: "Reconheço a direta responsabilidade do presidente da República pela concretização da propaganda, uma vez que a responsabilidade pela publicação e distribuição é de (...) órgãos sob as ordens diretas do representado." Depois de interrompido por um pedido de vista, o julgamento foi retomado ontem.

Acompanharam o voto de Delgado os ministros Caputo Bastos, César Rocha e Cezar Peluso. Votaram contra a aplicação da multa os ministros José Gerardo Grossi e Ricardo Lewandowski. Grossi tentou suspender a votação, mas não conseguiu. O presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, não votou no caso. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “TSE condena Lula a pagar R\$900 mil”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 18 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, “O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) condenou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao pagamento de multa de R\$900 mil pela distribuição de um jornal tablóide de caráter eleitoral pela Casa Civil da Presidência, em janeiro último”. O Tribunal considerou que houve propaganda da

candidatura do presidente Lula à reeleição antes do prazo legal.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TSE condena Lula a pagar R\$ 900 mil

Presidente, que vai recorrer, foi considerado responsável por jornal de caráter eleitoral distribuído em janeiro

Multa tem de ser paga com dinheiro do candidato; se mantida, advogado afirma que tentará transferir pagamento para comitê

SILVANA DE FREITAS
DASUCURSALDEBRASÍLIA

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) condenou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao pagamento de multa de R\$ 900 mil pela distribuição de um jornal tablóide de caráter eleitoral pela Casa Civil da Presidência, em janeiro último.

A maioria dos ministros considerou Lula diretamente responsável pela publicação, que tinha 36 páginas e 1 milhão de exemplares. Por quatro votos contra dois, o tribunal afirmou

que houve propaganda de sua candidatura à reeleição antes do prazo legal, que é 6 de julho.

Os dois votos favoráveis ao presidente foram de Gerardo Grossi e Henrique Lewandowski. Para eles, o jornal “Brasil, Um País de Todos” não fez promoção pessoal do presidente, só comparou o governo atual com o anterior. Na corrente pela condenação, o relator, José Delgado, afirmou: “É uma cartilha com louvor aos feitos do chefe do Executivo, longe de se caracterizar como propaganda de cunho educativo.”

O jornal foi feito pela Casa Civil, em parceria com o Ministério do Planejamento e Secretaria Geral da Presidência.

O advogado de Lula, José Antonio Toffoli, disse que recorrerá ao Supremo Tribunal Fede-

ral alegando que a tramitação do processo no TSE violou princípios constitucionais como o devido processo legal. Também afirmará que o valor da multa, que o candidato tem de pagar do próprio bolso, é excessivo —supera o patrimônio declarado por Lula ao TSE.

Ele disse que, em tese, Lula poderá transferir a multa ao comitê, dando-lhe tratamento de despesa de campanha. O valor equivale ao custo estimado com a produção do tablóide.

O presidente do TSE, Marco Aurélio de Mello, não votou sobre a condenação —só precisaria se manifestar em caso de empate. Ele fez, porém, defesa veemente do prosseguimento do processo quando Gerardo Grossi sugeriu o arquivamento, alegando motivo processual.

Indefinição de programa irrita aliados de Lula

DA REPORTAGEM LOCAL

Causa desconforto a aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a demora em apresentar o programa de governo de um eventual segundo mandato. Na última reunião do conselho político da campanha, houve protestos, especialmente do PCdoB. Os seis partidos aliados definiram, então, a data para apresentação: dia 23.

A meta do PT era apresentar o programa antes do ho-

rário eleitoral. Os trabalhos não foram concluídos. A **Folha** publicou reportagem na terça-feira mostrando que os três principais candidatos à Presidência — Lula, Geraldo Alckmin (PSDB) e Heloísa Helena (PSOL) —não divulgaram os programas.

Com a criação de um conselho político suprapartidário, foi abortada a idéia do PT, do PSB e do PCdoB de divulgar uma segunda carta ao povo brasileiro. A intenção era mostrar a linha divisória entre o primeiro e o segundo mandatos. O foco agora seria o desenvolvimento. O conselho político também quer que as viagens de Lula sejam intensificadas. (MALU DELGADO)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna esta tarde para expressar minha concordância com o artigo publicado domingo na **Folha de S. Paulo**, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Intitulado “O exemplo de São Paulo”, o texto aborda com muita seriedade a questão da carga tributária em nosso País, que atingiu 37,37% do PIB em 2005, e cuja previsão para 2006 também não é nada otimista, prenunciando resultados ainda mais desanimadores para o ano que vem.

O empresário faz uma análise lúcida da situação de nosso País, onde “tem quase tudo por ser construído”. E cita como exemplo, para o Governo Federal, o

**ANTÔNIO ERMÍRIO DE
MORAES**

O exemplo de São Paulo

PROMESSAS... promessas. Quantas e quantas vezes o caro leitor ouviu do governo a promessa de que vai baixar a carga tributária?

O governo pode argumentar que, em 2005, foram concedidos incentivos como redução do IPI para auto-móveis, máquinas e equipamentos e diminuição do PIS e Cofins em vendas para a agroindústria, assim como para alguns itens da cesta básica.

Mas a realidade nua e crua mostra que a carga tributária aumentou e bateu um recorde em 2005, tendo chegado a 37,37% do PIB, segundo a *Receita Federal (Folha, 25/8)*. Os brasileiros pagaram, em 2005, R\$ 724 bilhões aos governos, dos quais 70% foram para o federal.

O aumento de recursos nos cofres públicos significa uma redução de recursos nos investimentos produtivos. E, ao que parece, a guia governamental está continuando. Em 2006, de janeiro a julho, o governo federal arrecadou cerca de R\$ 222 bilhões – o que significou uma elevação de 3,25% em relação ao mesmo período de 2005.

O mais grave é que, apesar desse aumento, os recursos arrecadados não conseguiram cobrir as despesas correntes, que, em 2006, aumentaram 15%.

Nessas condições, os investimentos acabaram ficando com a irrisória quantia de R\$ 5,5 bilhões.

Estado de São Paulo, “onde cortes drásticos no ICMS fizeram aumentar a arrecadação do governo”.

Antônio Ermírio de Moraes encerra seu artigo, afirmando que “temos todos os motivos para exigir do governo o fim da atual ganância e a redução de impostos”.

Seu artigo é esclarecedor, por isso peço que faça parte de meu pronunciamento.

Obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Isso não é nada para quem tem quase tudo por ser construído.

Vejo algumas autoridades dizerem que o crescimento da carga tributária foi “saúdável”, porque decorreu de uma maior obediência por parte dos contribuintes e do maior crescimento da economia. Não me consta que a informalidade tenha diminuído e que a economia tenha disparado. Mesmo que tivesse, devemos ser castigados pelo fato de termos crescido? Ademais, convém lembrar que os serviços de segurança, justiça, saúde e educação continuam bastante precários.

Onde estão os compromissos públicos de não elevar essa carga? Investimentos da ordem de R\$ 5,5 bilhões são ridículos quando vemos nossas estradas em frangalhos e vários outros setores da infraestrutura estagnados ou em colapso.

Apesar do aumento de carga tributária, tudo indica termos chegado à porta de uma grave crise fiscal, que pode explodir em 2007. Será mais um estelionato.

Inaceitável. Isso não pode continuar. Reduzir a carga tributária é disponibilizar recursos para crescer. O próprio governo ganha com isso. Basta ver o que foi feito no Estado de São Paulo, onde cortes drásticos de ICMS fizeram aumentar a arrecadação do governo. Em suma, temos todos os motivos para exigir do governo o fim da atual ganância e a redução de impostos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 22 minutos.)

(OS Nº 14925/06)

Ata da 142ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Marcos Guerra e César Borges

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A primeira hora da presente sessão se destina a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis, de acordo com os Requerimentos nº 918 e 926, de 2006, do Senador Paulo Octávio e de outros Srs. Senadores.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Sr. Luiz Carlos Attié, representante do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis. (Palmas.)

Por favor, podem tomar seus lugares. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa o Dr. Hermes Alcântara, Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília. (Palmas.)

Senador João Alberto Souza, Senador Paulo Octávio, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, em primeiro lugar, parabênizo todos os corretores de imóveis pela passagem de seu dia.

Para o Senado Federal e, especialmente, para mim, é uma honra muito grande poder abrir as portas do Senado Federal para esses profissionais exatamente na data em que comemoram seu dia.

Eu gostaria, sinceramente, de estender meus cumprimentos ao querido amigo e membro destacado de nossa Mesa Diretora Senador Paulo Octávio, requerente desta homenagem, que, sem dúvida, valoriza a profissão dos corretores de imóveis de todo o País.

O Congresso Nacional e, especialmente, o Senado Federal, buscam, sem dúvida, um diálogo constante com todas as categorias profissionais e não seria diferente com os corretores de imóveis.

Por isso, quando a matéria chegar ao Senado Federal, vamos analisar, de forma equilibrada, a proposta do Conselho Federal de Corretores de Imóveis para que os profissionais de nível superior, com formação em gestão imobiliária, obtenham o reconhecimento legal.

Os corretores de imóveis são os profissionais que se habilitam para tornar realidade um dos maiores sonhos dos brasileiros: a possibilidade de adquirir a casa própria.

Melhor preparação para essa função é uma necessidade diante de uma sociedade que exige cada vez mais dos prestadores de serviço e resultará em serviços de melhor qualidade para a comunidade.

Muito já fizemos, Senador Paulo Octávio, e outro tanto temos de fazer, para ampliar as possibilidades de os brasileiros adquirirem a moradia.

Cabe recordar que a chamada Medida Provisória do Bem, aprovada nesta Casa em 2005, depois de árdua negociação da qual todos nós participamos verdadeiramente, estimulou, sem dúvida, o crescimento do setor.

Em decorrência dela, houve o aumento da produção da construção civil e a diminuição do preço dos imóveis a serem adquiridos, com efeitos positivos na renda e no emprego.

Por fim, registro que cuidaremos para que seja rápida a tramitação do Projeto de Lei nº 167, de 2003, de autoria do nobre Senador Romeu Tuma, que concede a isenção de IPI sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis. (Palmas.)

A participação dos corretores de imóveis neste debate será, sem dúvida, fundamental e insubstituível, como sabe o Senador Paulo Octávio. Aguardamos a colaboração dos senhores para aperfeiçoar, como queremos, a legislação do setor.

Parabéns, portanto, a todos os corretores de imóveis, verdadeiros profissionais de consultoria de um setor que dá grande impulso ao desenvolvimento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, meus colegas corretores de imóveis, Exm^o Presidente Renan Calheiros, que hoje pela ma-

nhã brindou o Senado Federal e o País com um café, quando pudemos encontrar muitas pessoas portadoras de necessidades especiais que estão sendo muito bem tratadas nesta Casa. O Senado fez uma revolução, uma verdadeira revolução, ao dar condições excepcionais a tantos brasileiros e brasileiras que necessitam de um tratamento especial, de um carinho especial.

O Senador Renan Calheiros está mudando esta Casa, dando a todos os brasileiros, sem distinção, o mesmo tratamento digno.

O café da manhã de hoje foi surpreendente e orgulhou a todos os Senadores presentes. Todos ficamos muito orgulhosos de sua gestão, de seu trabalho e de seu empenho em uma causa esquecida por todos nós, que é a daquelas pessoas que necessitam de atendimento especial e que muitas vezes não encontram no local de trabalho o que precisam. No Senado, felizmente, estamos revolucionando, transmitindo esse novo conceito ao País. Seguramente, os corretores de imóveis sabem da importância da acessibilidade para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Senador Renan Calheiros, o Senado está caminhando bem sob sua gestão, sob sua batuta. Parabéns! Fico orgulhoso de fazer parte da Mesa muito bem presidida por V. Ex^a.

Meus cumprimentos ao Senador João Alberto Souza, Presidente do Conselho de Ética, que terá pela frente um mês árduo, de muito trabalho. É uma honra tê-lo nesta sessão.

Caro Saulo Cortes, Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 8ª Região – ainda não o vi, onde está? –, receba meu abraço. (Palmas.)

Senador Renan Calheiros, gostaria de tomar a liberdade de convidar o Sr. Saulo, Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, para fazer parte da Mesa, por favor, ao lado do nosso querido Attié.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estamos aguardando a presença do Dr. Saulo Cortes para compor a Mesa com muita honra. (Palmas.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Hermes Alcântara, Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília; meu caro Antonio Bispo, Presidente da Fesecovi e também do Secovi-DF; meu caro amigo Luiz Carlos Attié, que neste ato representa o Conselho Federal dos Corretores de Imóveis – corretor tradicional na cidade –, meus cumprimentos e muito obrigado pela sua presença. (Palmas.)

Meus senhores, minhas senhoras, meus prezados Senadores e Senadoras aqui presentes, foi com imensa

alegria e com o sentimento de estar cumprindo um dever, que apresentei, na semana passada, requerimento para que a Hora do Expediente da sessão desta tarde fosse destinada à comemoração do Dia do Corretor de Imóveis, transcorrido dia 27, domingo último.

Minha ligação, de cunho profundamente afetivo, com essa categoria profissional remonta aos tempos em que eu próprio exerci essa nobre ocupação. De fato, doces são as memórias que guardo daquela época, quando dirigia toda a minha energia laborativa para realizar uma transação imobiliária que fosse plenamente satisfatória para ambas as partes envolvidas. Inúmeras e duradouras são as amizades que construí naquele período. De valor inestimável são os ensinamentos adquiridos no rico cotidiano da intermediação dos negócios imobiliários.

Evidentemente, quando o generoso povo de Brasília me fez, pela primeira vez, seu representante – então para um mandato na Câmara Federal –, continuei a ter, entre minhas prioridades, a defesa dos interesses de classe e das condições para o bom desempenho profissional dos corretores de imóveis. Preocupado em combater o exercício ilegal da profissão, apresentei naquela Casa do Parlamento projeto de lei tornando obrigatória a inclusão do nome do corretor, ou da empresa de corretagem responsável pela venda dos imóveis, nas escrituras de transações imobiliárias. Trata-se de providência que visa a dar credibilidade ao negócio, pois o corretor de imóveis, seja pessoa física ou pessoa jurídica, é elemento indispensável para a segurança das partes em qualquer transação. Bem sabe aí o nosso amigo GG Leite, bem sabe o Luiz Cláudio Nasser, os dois que são símbolos dos corretores aqui da nossa cidade.

Mas não é preciso que se tenha, pessoalmente, exercido a profissão para perceber o alto valor social da função desempenhada pelo corretor de imóveis. Afinal, os elevados valores monetários com que esse profissional trabalha representam, não raras vezes, o sonho maior e a poupança de toda uma vida daqueles que recorrem a seus serviços. Todos sabemos que o grande sonho – e muito bem colocou aqui o nosso Presidente Renan – de cada cidadão brasileiro é a aquisição da casa própria. E nós sabemos, em um Brasil com essa extensão continental, um Brasil que tem todos os insumos da construção civil, como é duro saber que tantos brasileiros, hoje, não têm onde morar. É triste e duro para nós, que vivemos buscando dar cidadania por meio da qualidade de vida e da casa própria, saber que ainda há tantos e tantos desabrigados em nosso País.

E aqueles que, como eu – e aqui há tantos –, escolheram Brasília para viver, para criar os filhos, para

construir o amanhã encontram belas coincidências nas trajetórias de criação da nova Capital Federal e de consolidação da profissão de corretor de imóveis.

Bem ao tempo em que essas vastidões do Planalto Central eram um gigantesco canteiro de obras, a luta dos corretores de imóveis para regulamentar sua profissão encontrava-se no auge. Foi em setembro de 1957 que se realizou o I Congresso Nacional dos Corretores de Imóveis, ao qual compareceu uma delegação altamente representativa do sindicato da categoria do Estado de Goiás, chefiada por seu presidente, o empresário Elias Bufaiçal.

Além de participar dos debates sobre a necessidade de se proceder à regulamentação do ofício de corretor, a delegação goiana apresentou duas importantes proposições. A primeira era no sentido de que fosse dirigida ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, uma moção de integral apoio à mudança da Capital Federal para Brasília. A segunda era para que a venda de terrenos da nova Capital do País fosse promovida por intermédio dos corretores de imóveis e sob a supervisão dos respectivos sindicatos.

Aprovadas as propostas pelo Plenário daquele Congresso, um representante da categoria foi incumbido de contatar o Presidente da Novacap, Israel Pinheiro, no final daquele mesmo ano. Assim, com o apoio do Presidente Juscelino, ficou confirmada a venda dos terrenos de Brasília por intermédio dos corretores de imóveis sindicalizados.

E aí eu abro parênteses, Presidente Renan. Sou do interior de Minas Gerais, do sul de Minas, lá de Lavras. Eu me lembro – tinha aproximadamente oito anos de idade – do meu pai, dentista naquela cidade, muito feliz, porque tinha recebido a visita de um corretor de imóveis da Novacap e havia comprado um terreno em Brasília. Talvez tenha sido este o motivo que trouxe minha família para Brasília: a visita de um corretor de imóveis, no interior, vendendo terreno desta cidade, e o entusiasmo dos brasileiros que aceitaram o desafio de JK e se transferiram para esta cidade.

Então, veja a importância do corretor de imóveis no desenvolvimento nacional. Foram eles que, naquele momento de pessimismo, quando ninguém acreditava em Brasília, bateram de porta em porta, de casa em casa, vendendo terrenos na nova capital do Brasil. E aí Brasília se consolidou, porque os terrenos foram vendidos, e as pessoas começaram a investir, as pessoas acreditaram, porque os corretores são otimistas e acreditam neste País.

Com efeito, era muito grande o apreço que o Presidente Juscelino nutria pela categoria dos corretores. Em seus discursos, nosso eterno Presidente enaltecia o

trabalho desses profissionais, agradecendo sua efetiva participação na epopéia de construir Brasília. Chegava ele mesmo a dizer que, sem essa importante colaboração, teria sido impossível realizar esta cidade.

Aliás, não foi por acaso que, ao criar, em 2002, uma comenda destinada a homenagear personalidades que tenham colaborado com a categoria, o Conselho Federal dos Corretores de Imóveis escolheu designá-la “Comenda JK”. Explicando essa escolha, o Presidente do Conselho Federal lembra que, “no exercício da Presidência do Brasil, Juscelino sempre deu importância ao trabalho do corretor de imóveis. Antes da regulamentação da nossa profissão, ele chamou os corretores para vender os lotes de Brasília”.

Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, a moradia está elencada no artigo 6º da Carta Magna como um direito social. De fato, uma das necessidades mais sentidas por qualquer ser humano é ter um lar para recompor as suas energias. Nesse sentido, podemos dizer que os corretores de imóveis são os profissionais que trabalham com o sonho mais caro do ser humano. Além disso, devemos ter em mente seu relevante papel social como dinamizadores da economia. O setor da construção civil ocupa, reconhecidamente, um papel de especial destaque na geração de empregos neste País. E as transações imobiliárias não podem prescindir do conhecimento técnico especializado do corretor de imóveis.

Essa profissão é hoje reconhecida pelo mundo afora, principalmente nos países mais desenvolvidos, também por sua indispensável contribuição no fomento à economia, fazendo girar riquezas incalculáveis.

Vale lembrar, aliás, que as atribuições hoje exercidas pelos corretores de imóveis são muito mais abrangentes do que aquelas exercidas no passado. Entre suas competências profissionais, encontram-se a captação, a venda, a locação, a permuta, o controle de recebimento de aluguéis e de taxas de condomínios, a avaliação de imóveis a serem comercializados, além do assessoramento sobre todos os assuntos relacionados ao mercado imobiliário.

Desde que se acelerou fortemente o processo de urbanização do País, o profissional do setor imobiliário viu-se compelido a lidar com um cenário cada vez mais complexo. Sua atividade não mais se resume a participar da alienação de imóveis. Cabe, também, ao corretor do século XXI orientar investimentos e contribuir nas discussões acerca do planejamento e do desenvolvimento urbano. Não menos relevante é sua participação no debate das questões relativas ao meio ambiente e à qualidade de vida nas grandes metrópoles.

Ao orientar um novo loteamento, é dever do corretor de imóveis evitar locais sujeitos a enchentes, a deslizamentos de terra, quedas de barreiras e a outros sinistros, problemas freqüentes quando são invadidas áreas de risco e de preservação ambiental. A ação do corretor moderno deve associar-se à das autoridades governamentais nos objetivos de prevenção de danos ao meio ambiente. Não pode ele contribuir nem ser conivente com aqueles que jogam esgotos **in natura** nos cursos d'água, despejam efluentes industriais sem tratamento ou deixam lixo abandonado a vazar para os rios. O corretor de imóveis moderno é um soldado na defesa do meio ambiente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a categoria dos corretores de imóveis reúne cerca de 180 mil profissionais em todo o País. Aqui em Brasília, sou um dos primeiros. Sou licenciado sob o nº 279. Sou um dos trezentos primeiros, antes, logicamente, do Gegê, que se formou depois de mim. A categoria dos corretores, então, reúne este exército: 180 mil brasileiros em todo o País.

A todos os corretores de imóveis que nos estão assistindo pela TV Senado e àqueles corretores aqui presentes desejo apresentar meus calorosos cumprimentos pelo transcurso do seu dia. Mas, em face da impossibilidade de nomear cada um, gostaria de homenagear a todos na pessoa de uma extraordinária liderança da categoria que já não mais se encontra entre nós.

Refiro-me ao inesquecível Antônio Macuco Alves, conhecido como Toneco, o maior líder de toda a categoria dos corretores de imóveis de sua época, e uma personalidade importantíssima na organização da categoria. Foi Presidente de cinco entidades relacionadas ao setor imobiliário: associação, sindicato, Câmara de Valores Imobiliários, Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região e Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

Membro da Junta Provisória criada em 1938 para estabelecer os primeiros parâmetros da Associação Profissional dos Corretores de Imóveis, Toneco participou das duas primeiras diretorias dessa associação. Em 1942, fundou, junto com outros pioneiros, a Câmara de Valores Imobiliários do Estado de São Paulo. No sindicato de seu Estado, foi Vice-Presidente em duas gestões e ocupou a Presidência durante três gestões consecutivas. No Conselho Federal, foi o primeiro Presidente, cargo que ocupou de 1962 a 1968.

Batalhou incansavelmente pelo reconhecimento da profissão, esforço que acabou sendo recompensado pela promulgação da Lei nº 4.116, de 1962. Destacou-se, ainda, na luta para que o Conselho Federal de Educação definisse o currículo escolar para corretores de

imóveis. Por sua dedicação aos interesses da classe, recebeu o título "Colibri de Ouro", a maior homenagem prestada a um corretor de imóveis, além de haver sido eleito patrono e presidente benemérito do Sindicato de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo. Um ano após seu falecimento, em 1976, foi homenageado com a inauguração de uma rua com seu nome no bairro Butantã, na cidade de São Paulo.

Ao homenageá-lo, queria também homenagear outro brasiliense, meu caro Attié, meu caro Saulo, queria homenagear uma pessoa que conheci e que foi realmente um incansável lutador pela nossa categoria aqui em Brasília. Queria dar um abraço lá no céu no Aref Assreuy, ele que tanto ajudou a nossa categoria. Muito me emociona falar do Aref, porque tivemos com ele uma convivência extraordinária, amiga e fraterna.

Estou certo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que Antônio Macuco Alves, como Aref, muito bem representou as virtudes da seriedade, competência e lealdade à categoria, que devem sempre nortear o trabalho do corretor de imóveis. Por isso, na sua pessoa, homenageio a cada um dos corretores de imóveis do Brasil que, nos dias que correm, dão seqüência a essa rica tradição de respeito ao cliente, dedicação aos interesses da classe e contribuição ao nosso País.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, concedo, com muita honra, um aparte ao ilustre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Presidente Renan Calheiros e Senador Paulo Octávio, peço desculpas, pois estava em um compromisso com o pessoal do Judiciário. Estou até transpirando, porque corri para chegar a tempo de ser solidário a V. Ex^a nessa justa e correta homenagem que presta aos corretores de imóveis. Durante a vinda, ouvi V. Ex^a falar do art. 6º da Constituição, que reza que a propriedade do cidadão é um direito constitucional. Eu fui o relator da matéria, e, daqui deste Senado, saiu esse projeto, aprovado por unanimidade e sancionado pelo então Presidente Fernando Henrique. Senador Paulo Octávio, eu acompanho de perto a evolução do Conselho em São Paulo. Vou a quase todas as reuniões no interior, porque eles têm uma mensagem muito positiva para os cidadãos. Peço a sua solidariedade, Senador, para um projeto de minha autoria que isenta de IPI os corretores de imóveis, por ser o carro o único instrumento de trabalho deles. O projeto foi aprovado pela CAE – e existe o projeto de encaminhamento conjunto. Faço esse apelo também ao Presidente Renan, que é sensível a essas solicitações que favorecem aqueles que exercem sua atividade em benefício da sociedade, buscando um caminho melhor para aqueles que menos oportunidade têm. Até na novela, ontem, alguém

queria um imóvel e procurava um corretor para buscar um preço melhor. Então, essa homenagem vem com a vestimenta da correção, da honestidade e da lisura com que V. Ex^a conduz o seu mandato nesta Casa. Solicito que V. Ex^a me ajude para que consigamos a isenção do IPI aos corretores de imóveis do Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Nobre Senador Romeu Tuma, agradeço a sua participação e quero registrar que, antes de meu pronunciamento, o Senador Renan Calheiros, com muita justiça, já havia feito a referência devida a seu projeto, projeto esse que tem o consenso da Casa. Tenha certeza de que uma providência importante como essa, que dá aos corretores a possibilidade de obterem sua condução para marcharem rumo a novos negócios e ao desenvolvimento do País, tem o nosso apoio. E, seguramente, esse projeto será aprovado no Senado e na Câmara. Será um projeto vitorioso. E quem sabe um dia os corretores de imóveis possam retribuir o seu trabalho e a sua dedicação lhe concedendo o Colibri de Ouro como um dos corretores de imóveis de coração do nosso País, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nem que eu tenha que fazer o exame, porque não há corretor sem que se faça prova. A fiscalização é eficiente, correta, decente. E sempre são divulgados em uma publicação os atos ilícitos praticados por falsos corretores. Se pegarmos um jornal em São Paulo – e acho que no Brasil inteiro –, permanentemente veremos notícias a respeito da fiscalização rigorosa que é exercida pelos conselhos. Então, trata-se de uma atividade que merece todo o nosso respeito, sem dúvida alguma. E fico encantado por V. Ex^a ter falado do Presidente Juscelino e de tudo o que ele fez em benefício dessa categoria. (Palmas.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – O aparte de V. Ex^a só enriquece o nosso pronunciamento. Fica aqui a homenagem, o apoio a seu projeto e, seguramente, a certeza de que os corretores de imóveis de Brasília e do Brasil vão continuar esse grande trabalho pelo nosso País.

E vamos atender ao apelo de nosso Presidente: não vamos deixar nenhum brasileiro sem casa própria, Sr. Presidente, nenhum brasileiro sem acessibilidade.

A partir de seu ensinamento no Senado, vamos dirigir nossa preocupação para os portadores de necessidades especiais, que precisam muitas vezes enfrentar uma escada muito íngreme para chegar a um edifício. Faço um apelo a todos os corretores para que, na orientação de novos empreendimentos, levem às empresas, às construtoras, aos investidores essa

noção de respeito às pessoas que precisam de tratamento especial. A mesma acessibilidade que estamos proporcionando aqui no Senado deve ser levada a todo o Brasil. E os senhores são os condutores das mensagens que devem melhorar a vida do nosso povo.

Por isso, ao fazer esta homenagem pelo transcurso do Dia do Corretor de Imóveis, eu que me considero ainda um corretor razoável – ouviu, Attié? - quero dar um abraço a todos e digo que aprendi muito no meu tempo como corretor de imóveis. E com eles tenho uma convivência muito intensa em Brasília. Desejo a todos os presentes muito sucesso. Espero também que se orgulhem da profissão, que requer muita paciência, muita tolerância, muita capacidade de aglutinação das pessoas, com o intuito de beneficiar ambas as partes. Mas é gratificante.

Tenho certeza de que cada um dos presentes deve ter, como tenho, a sensação boa de ver tantas famílias com a sua casa própria hoje, que têm um investimento, um bem de raiz adquirido muitas vezes com sacrifício. São hoje pessoas que têm a segurança e a tranquilidade de terem onde morar. Essa segurança passa de pai para filho. Uma família que tem um imóvel, uma casa, um apartamento, um local onde morar, seguramente será mais tranqüila, mais feliz, será uma família mais abençoada.

Fica aqui a minha gratidão, Presidente Renan Calheiros, pela sua presença.

Registro que o Presidente Renan Calheiros fez questão de estar presente, trazendo o seu abraço a todos os corretores de imóveis do Brasil. E agradeço a todos os amigos de Brasília que vieram prestigiar esta sessão.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço o Senador Paulo Octávio pela feliz iniciativa desta justíssima homenagem. Agradeço as autoridades que nos honram com suas presenças, aos convidados e aos corretores de imóveis.

Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(Suspensa às 14 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 14 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 28 de agosto de 1979, exatamente há 27 anos, o País assistia aliviado à edição da Lei nº 6.643, que instituiu a anistia ampla, geral e irrestrita. Era, Srs. Senadores, o primeiro passo da caminhada em direção à redemocratização

do Brasil. Era o começo do fim de mais um triste capítulo de nossa história contemporânea: os anos de linha dura que tanto marcaram minha geração e a de muitos outros brasileiros.

Por tudo isso, nunca é demais comemorar a anistia no Brasil. Em primeiro lugar, porque foi um marco histórico o reencontro do Brasil consigo mesmo. Em segundo lugar, porque é por meio de suas memórias que uma nação evita cometer os erros do passado. Graças à maturidade do nosso País, esperamos nunca mais ter aqui regimes de exceção e interrupções da normalidade institucional. Os radicalismos de qualquer tipo são rejeitados em conjunto pela nossa sociedade. Temos a vocação da democracia!

Essa comemoração coincidiu ontem com um momento triste: a perda de D. Luciano Mendes de Almeida, uma das principais vozes da redemocratização do País e da justiça social. Durante os anos de autoritarismo, D. Luciano pôs o peso de sua autoridade moral a serviço da luta pela democracia, em favor da anistia, da pacificação do País.

A comemoração do aniversário da anistia em nosso País ontem e a dor pela perda de D. Luciano são momentos que exigem de todos nós uma profunda reflexão. Temos um Brasil redemocratizado, mas que precisa, sem dúvida, de aperfeiçoamento, de correções de rumo, de ações firmes na busca da retomada do nosso caminho.

Estamos às vésperas de uma nova eleição e é a hora de repensar, sem dúvida, o futuro. Não podemos mais conviver com os níveis alarmantes a que chegou a violência urbana; não podemos mais permitir que nossas instituições e que a população sejam acudadas por organizações criminosas. A onda de terror que vivenciamos hoje não pode, no entanto, ser motivo para que direitos humanos fundamentais sejam violados. Não é mais uma questão de novas leis. Trata-se de aplicar com rigor a legislação que já existe, aperfeiçoar as instituições, reaparelhar o Estado para que ele cumpra suas funções constitucionais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como Ministro da Justiça, criei a primeira Comissão de Anistia, que analisa a concessão de compensações aos perseguidos pelo regime autoritário. Como Senador, tive a honra de relatar, em 2002, o projeto que regulamentou o pagamento dos benefícios às vítimas do autoritarismo. Há, na Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça, muitos pedidos de indenização em análise; uma análise técnica, isenta, que depende de recurso e, por isso, demorada.

É preciso lembrar sempre que a transição democrática no Brasil foi a mais pacífica de todas; uma obra de maturidade política que envolveu toda a sociedade

e que trouxe, sem dúvida, novas esperanças. Foi uma festa democrática inesquecível.

Mas está na hora, como dizia, de corrigir os rumos, em busca da consolidação de todas as expectativas que a anistia e a democratização trouxeram há 20 anos. Há muito a ser feito, e uma eleição geral é um bom momento para refletir sobre os caminhos a serem tomados. O Brasil, sem dúvida, espera isso tudo de todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2006

Revoga o § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para suprimir restrições ao eleitor que deixar de votar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º
§ 1º (Revogado)

§ 2º Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nas arts. 5º e 6º, I, sem prova de estarem alistados não poderão praticar os seguintes atos:

I – inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II – receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de cargo, função ou emprego público, na administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como em sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo Governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

III – participar de licitação pública da administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios;

IV – obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, Caixas Econômicas Federal ou Estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração

este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

V – obter carteira de identidade ou passaporte;

VI – renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo Governo;

VII – praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou Imposto de Renda.

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O eleitor que deixar de votar e não se justificar devidamente, ou então deixar de pagar a multa que lhe for infligida, nos termos do **caput** do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) – ou, meramente, não comprovem a adimplência das obrigações eleitorais legalmente impostas – está impedido, como se sabe, de realizar vários atos necessários ao exercício da cidadania ou de atividade econômico-financeira, conforme expressa o § 1º do mencionado art. 7º.

De acordo com o referido dispositivo, que se encontra na parte introdutória do Código Eleitoral, são vedados ao eleitor absenteísta: inscrever-se em concurso público, receber remuneração dos órgãos e entidades estatais, participar de licitação pública, obter empréstimo de entidades financeiras estatais, obter passaporte ou carteira de identidade, renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo Governo e praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou Imposto de Renda.

Trata-se de restrições que entendemos ser de constitucionalidade duvidosa, em razão de violarem os princípios fundamentais da Carta Maior, em especial, o princípio da cidadania, previsto no seu art. 1º, inciso II. Paradoxalmente, viola-se a cidadania, que é o valor jurídico-constitucional que o legislador pretende realizar, mediante a imposição de penalidades ao cidadão que deixar de cumprir o dever do voto, que também constitui direito político a informá-la.

A nosso ver, a multa imposta ao eleitor que deixar de justificar a sua ausência no local de votação e a possibilidade de cancelamento do seu registro eleitoral em caso de deixar de votar em três eleições consecutivas, sem que tenha se justificado ou pago a multa, conforme prevê o § 3º do referido art. 7º do Código Eleitoral, são medidas suficientemente desestimuladoras do absenteísmo voluntário do eleitor, tendo em vista que o comparecimento do eleitor à seção eleitoral para

votar torna-se menos embaraçoso que o pagamento da multa – ainda que seja irrisório o seu valor – para regularizar sua situação junto à Justiça Eleitoral.

A proposta privilegia a necessidade de comprovação do alistamento eleitoral, na forma que dispõe o § 1º, do art. 14 da Carta Magna e mantivemos, no entanto, as referidas restrições, com algumas atualizações redacionais, conforme previsto no § 2º do citado art. 7º, para os não-alistados.

Finalmente, acreditamos que o projeto vai ao encontro dos anseios de todos os adeptos do voto compulsório nessa quadra da vida política nacional, mas que desejam desvestir do ato de votar a camisa-de-força materializada em restrições que são incompatíveis com a ampla liberdade política inerente ao nosso sistema constitucional.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Marco Maciel**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral.

Art. 5º Não podem alistar-se eleitores:

I – os analfabetos;

II – os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III – os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

I – quanto ao alistamento:

a) os inválidos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os que se encontrem fora do País.

II – quanto ao voto:

a) os enfermos;

b) os que se encontrem fora do seu domicílio;

c) os funcionários civis e os militares, em serviço que os impossibilite de votar.

Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 5 (cinco) a 20 (vinte) por cento do salário-mínimo da zona de residência, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367.

§ 1º Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

I – inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II – receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou paraestatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo Governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

III – participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

IV – obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, Caixas Econômicas Federais ou Estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo Governo, ou de cuja administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

V – obter passaporte ou carteira de identidade;

VI – renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo Governo;

VII – praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou Imposto de Renda.

§ 2º Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos arts. 5º e 6º, I, sem prova de estarem alistados não poderão praticar os atos relacionados no parágrafo anterior.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2006

Dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. A concessão de lavra ou licença poderá ser desmembrada em concessões ou licenças distintas, a juízo do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM),

desde que o fracionamento não comprometa o racional aproveitamento da área e fiquem evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes e o incremento da produção da área.

§ 1º O desmembramento será pleiteado pelo pretendente por meio de requerimento dirigido ao Ministro de Minas e Energia, entregue mediante recibo no Protocolo do DNPM, onde será mecanicamente numerado e registrado, devendo conter, além de memorial justificativo, os elementos de instrução referidos no art. 38 deste Código, relativamente a cada uma das concessões ou licenças propostas.

§ 2º O desmembramento somente poderá ser efetivado se o titular do direito mineral preexistente não promover, dentro de prazo fixado pelo DNPM, o aproveitamento requerido pelo pretendente e se o aproveitamento for considerado de interesse para o setor mineral.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o atual Código de Mineração do Brasil, Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a área requerida para exploração de substâncias minerais será considerada onerada, conforme redação dada pela Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976, se ela estiver vinculada a autorização de pesquisa, registro de licença, concessão de lavra, manifesto de mina ou permissão de reconhecimento geológico.

Ressalte-se, ainda, que, conforme previsto no Decreto nº 3.358, de 2 de fevereiro de 2000, qualquer requerimento de extração mineral que objetivar área onerada deverá ser instruído com a autorização do titular do direito mineral preexistente, sob pena de indeferimento.

Assim sendo, a atual legislação brasileira permite que os titulares de direito mineral não autorizem outros pretendentes a explorarem a mesma área, ainda que a substância mineral seja diferente da autorizada no título preexistente. Isso traz sérios prejuízos para toda a sociedade brasileira, pois muitas áreas com grande potencial mineral ficam subexploradas.

A presente proposta legislativa altera o art. 56 do Código de Mineração de modo a permitir que, a juízo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com base no interesse do setor mineral, uma concessão de lavra ou licença possa ser desmembrada

sem a necessidade de autorização do titular do direito minerário preexistente.

Esse fracionamento, contudo, não pode comprometer o racional aproveitamento da área. Devem, ainda, ficar evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes e o incremento da produção da área.

Registre-se também que a iniciativa legislativa proposta mantém inalterada a prioridade do titular do direito minerário preexistente em promover o aproveitamento pleiteado por um terceiro. No entanto, esse titular terá que fazer esse aproveitamento dentro de prazo fixado pelo DNPM, sob pena de ocorrer, no interesse do setor mineral, o desmembramento.

O presente Projeto de Lei pode significar um importante avanço no sentido de flexibilizar o processo de exploração das mais diversas substâncias e aumentar a produção mineral brasileira. Com a sua aprovação, uma substância mineral como o granito poderá ser explorado em uma área onde já esteja sendo explorada, por exemplo, a argila. Esse fato ilustra todo o alcance social e econômico da proposição.

Em razão dos grandes benefícios que este Projeto de Lei pode trazer para o Brasil, conclamamos os nobres pares a apoiarem nossa iniciativa.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Marcos Guerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 227,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)

Art. 56. A concessão de lavra poderá ser desmembrada em duas ou mais concessões distintas, a juízo do Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, se o fracionamento não comprometer o racional aproveitamento da jazida e desde que evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes e o incremento da produção da jazida. (Redação dada pela Lei nº 7.085, de 1982)

Parágrafo único. O desmembramento será pleiteado pelo concessionário, conjuntamente com os pretendentes às novas concessões, se for o caso, em requerimento dirigido ao Ministro das Minas e Energia, entregue mediante recibo no Protocolo do DNPM, onde será mecanicamente numerado e registrado, devendo conter, além de memorial justificativo, os elementos de instrução referidos no artigo 38 deste Código, re-

lativamente a cada uma das concessões propostas. (Redação dada pela Lei nº 7.085, de 1982)

LEI Nº 7.085, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1982

Modifica dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, com as alterações posteriores.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

DECRETO Nº 3.358, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2000

Regulamenta o disposto na Lei nº 9.827, de 27 de agosto de 1999, que “acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996”.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.827, de 27 de agosto de 1999, decreta:

LEI Nº 6.403, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Modifica dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), alterado pelo Decreto-Lei nº 318, de 14 de março de 1967.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2006

Altera a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores.

Art. 1º A Lei nº 4.090, de 23 de julho de 1962, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A Entre os meses de janeiro e junho de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação prevista no art. 1º, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.

§ 1º Tratando-se de empregados que recebam apenas salário variável, a qualquer título, o adiantamento será calculado na base da soma das importâncias variáveis devidas nos meses trabalhados até o anterior àquele em que se realizar o mesmo adiantamento.

§ 2º O empregador não está obrigado a pagar o adiantamento no mesmo mês a todos os empregados.

§ 3º A importância que o empregado houver recebido a título de adiantamento será deduzida do valor da gratificação devida.

§ 4º Nos casos em que o empregado for admitido no curso do ano, ou, durante este, não permanecer à disposição do empregador durante todos os meses, o adiantamento corresponderá à metade de um doze avos da remuneração, por mês de serviço ou fração superior a quinze dias.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, ao criar a gratificação natalina (décimo terceiro salário), a despeito dos impactos positivos para o trabalhador e a economia, dobrou o valor das despesas com pessoal no mês de dezembro, causando às empresas dificuldades de fluxo de caixa e obrigando-as, na maioria das vezes, a socorrer-se de empréstimos bancários.

No Governo Castelo Branco, com o objetivo de manter a referida gratificação, mas, ao mesmo tempo, trazer algum alívio financeiro aos empresários foi permitido o parcelamento do seu pagamento, mediante adiantamento entre os meses de fevereiro e novembro.

O décimo terceiro salário é responsável pela injeção de, aproximadamente, 45 bilhões de reais na economia brasileira, considerado nesse montante o pagamento que é feito aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e aos trabalhadores com carteira assinada.

A maior parte do dinheiro é devida aos trabalhadores com carteira assinada, seguidos pelos aposentados e pensionistas.

A legislação atual, da forma como se encontra, determina que o pagamento do abono natalino seja feito em duas etapas: a primeira parcela até 30 de

novembro e a segunda a ser depositada até 20 de dezembro.

O presente projeto modifica as datas de pagamento para determinar que o primeiro depósito seja feito no período compreendido entre janeiro e junho, permanecendo para a segunda parcela a data de 20 de dezembro.

A alteração se deve ao reconhecimento da extrema relevância que ganhou para o trabalhador o pagamento da gratificação natalina, que nela encontra a possibilidade de saldar débitos, equilibrando as finanças familiares.

Tanto e assim que o sistema bancário, de uma maneira geral, já dispõe de linhas de crédito que adiantam o pagamento do 13º salário para seus clientes, mediante a cobrança de tarifas, que variam de banco a banco.

A medida que propomos possibilitará que os trabalhadores possam receber seu dinheiro sem a necessidade de intermediação do sistema financeiro, e conseqüentemente, sem o ônus que ela representa.

Lembramos que o Governo Federal anunciou, recentemente, que pagará a antecipação dos aposentados e pensionistas do INSS até setembro. Entretanto, tal medida não alcança a massa de trabalhadores que está na ativa. Para corrigir tal injustiça, apresentamos o presente projeto de lei.

Por serem justos e altamente relevantes os motivos que norteiam esta iniciativa, contamos o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962

Institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da renumeração a que fizer jus.

§ 1º A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 3º A gratificação será proporcional: (Incluído pela Lei nº 9.011, de 1995)

I – na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e (Incluído pela Lei nº 9.011, de 1995)

II – na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes de dezembro. (Incluído nela Lei nº 9.011, de 1995)

Art. 2º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no § 1º do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 940, DE 2006

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 255, II, c, item XII, do Regimento Interno, requeiro que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal também seja ouvida com relação ao PLS nº 146/2006, além da Comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Paulo Octávio**, PFL-DF.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 941, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida aos 75 anos de idade, ocorrido no último domingo, dia 27, na cidade de São Paulo. Requeiro também que o voto de pesar seja levado ao

conhecimento da família do falecido e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil–CNBB.

Justificação

Nasceu no Rio de Janeiro em 1930 numa família católica e formou-se no Colégio Santo Ignácio, um dos mais prestigiados do País. Aos 16 anos entrou para o Seminário da Companhia de Jesus em Nova Friburgo. Em 5 de julho de 1958 foi ordenado Padre em Roma, onde terminou seus estudos com o grau de doutor em Filosofia. Ordenado Bispo pelo Papa Paulo VI em 1976, foi nomeado Bispo Auxiliar de Dom Paulo Evaristo Arns. Destacou-se como dedicado defensor da população carente e da Pastoral do Menor.

Sua posição firme em relação a reformas sociais e de base foram decisivas para sua eleição a secretário-geral da CNBB em 1979 e, em 1983, à presidência da entidade, tendo sido reconduzido ao cargo em 1987. Ali representou uma guinada da liderança da ala política e social para um posicionamento moderado, de cunho mais religioso.

Sempre foi defensor de reformas sociais e sua voz foi clara nas questões de doutrina: rejeitou o aborto, a campanha do combate à AIDS, era contra o divórcio e o controle de natalidade por meios artificiais. Adotou uma trajetória em que se definiu como um padre que rezava de verdade, praticava a caridade de modo radical e viveu uma intensa religiosidade de cunho bíblico e evangélico.

Seu corpo, depois de velado na Catedral da Sé, em São Paulo, seguirá para Belo Horizonte e depois Mariana, onde será sepultado.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 215, de 2006** (nº 725/2006, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente de até oitenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – BID/FOR I”.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/9, de 2006** (nº 64, de 2006, na origem), de 25 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da Lei nº 10.424, de 24 de abril de 1990, do Estado de Pernambuco (reajuste mensal automático dos vencimentos dos salários do Poder Judiciário), da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 269169, que declarou a inconstitucionalidade da referida Lei.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, aviso do Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.041 – GP/TCU

Brasília, 28 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o **Diário Oficial da União** de 24-8-2006, Seção 2, página 1, publicou o Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de 23 de agosto de 2006, por meio do qual é concedida aposentadoria ao Ministro Adylson Martins Motta.

Esclareço, por oportuno, que o Ministro Adylson Martins Motta havia sido nomeado para o Tribunal de Contas da União, por escolha do Congresso Nacional em vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Respeitosamente, **Walton Alencar Rodrigues**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Aviso que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 85/2006

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que reassumi o exercício do meu mandato de Senador da República, pelo Estado de Alagoas, a partir do dia 18 de agosto do corrente ano, por haver terminado o período das licenças requeridas nos termos dos Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Teotonio Vilela Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, com a aquiescência do Senador Paulo Paim.

Tem a palavra o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que estava inscrito em primeiro lugar e que me cedeu a vez para que eu fizesse meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, abordo, neste pronunciamento, uma questão que me tem preocupado profundamente ao longo do exercício do meu mandato de Senador. Trata-se de uma questão que muito mais tem preocupado milhares de brasileiros que necessitam de recorrer aos bancos para obterem algum dinheiro ou para transacionarem-no.

Devo afirmar que a convicção adquirida, e que permanece dolorosamente dentro de mim, é de que o Brasil se transformou num paraíso dos bancos.

Confirmam minha convicção as freqüentes notícias e análises que leio na imprensa nacional, comentando que os balanços divulgados desde o início do ano mostram lucros espetaculares dos bancos em 2005.

Segundo os dados liberados pelo Banco Central por meio da internet, publicados pela Gazeta Mercantil, o lucro dos cinquenta maiores bancos em operação no Brasil, em 2005, cresceu 36,5%.

O feito é de fácil explicação, de acordo com os que examinam o crescimento. De acordo com dados coletados pelo Fundo Monetário Internacional, em 107 países, os juros dos empréstimos cobrados pelos bancos no Brasil são os mais altos do mundo, chegam a 44,7% ao ano. Depois do Brasil vem Angola, com 43,7%, Gâmbia, com 31,8%, Gabão, com 18,2%, e Moçambique, com 14,7%. Até o Haiti pratica taxa menor que a brasileira, com 13,1%.

O custo médio de um financiamento bancário no mundo é de 7,4% ao ano. Em nosso País, esse custo é de 44,7% ao ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é de estranhar que os bancos ocupem a liderança na remessa de lucros para o exterior. Segundo um jornal de grande circulação nacional, de janeiro de 2005 a março do ano em curso, as instituições financeiras mandaram para fora do País nada menos do que US\$2 bilhões. De janeiro de 2003 a junho deste ano, igualmente não causa estranheza o fato de o Brasil ser “o maior mercado da América Latina, estimulando o interesse dos estrangeiros em investirem no País, pois ainda há espaço para mais crescimento”.

De janeiro de 2003 a junho de 2006, as dez maiores instituições financeiras do Brasil acumularam um lucro de R\$23,561 bilhões.

Ainda não fiz referência à quantidade de tarifas de serviços que foram instituídas e se instituem à revelia dos correntistas. São muito freqüentes os sustos dos correntistas mais atentos, que descobrem “mordidas silenciosas” nos seus depósitos, praticadas sem o menor constrangimento na calada das compensações, sem considerar as tarifas de manutenção de contas que são compulsórias.

Vive o Brasil, no que diz respeito à disciplina para o custo de execução dos serviços bancários, uma situação semelhante à praticada na Idade Média, em que a autoridade do rei existia teoricamente, mas, de fato, era fraca. Os grandes barões feudais eram independentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu pronunciamento não tem intenção de ser um libelo contra o lucro dos bancos nem de qualquer empresa prestadora de serviço. Longe de mim a visão pequena e medieval da usura, mas choca-me a liberdade em benefício próprio com que os bancos agem quando se trata de iniciativas para auferir ganhos sem preocupação com o interesse dos correntistas, cujo dinheiro transita compulsoriamente por seus balcões, que agem com independência total.

Entristece-me profundamente quando recebo uma correspondência como a que acaba de chegar ao meu gabinete, enviada por um cidadão da minha cidade natal: Bacabal, no Maranhão. Seu nome é Antônio Rodrigues. Ele mora na Rua Djalma Dutra, no bairro da Areia, em Bacabal, e escreve dizendo que está desesperado pois, em 1999, fez um empréstimo de R\$1,5 mil num banco oficial.

Devolveu ao banco, em três prestações, R\$520,00 e não teve mais condições de honrar o restante do pa-

gamento. Hoje, em seu nome, no Cartório do 1º Ofício de Bacabal, está a dívida que estão lhe cobrando, que saltou para R\$119.753,35.

Para que eu não fizesse um pronunciamento sem antes consultar a parte, telefonei para a instituição bancária, que me confirmou: a dívida, contraída em 1999, era de R\$1,5 mil. Foram pagos R\$500,00, e hoje resta esta astronômica quantia de débito: R\$119.753,35. Disse-me a instituição que está pronta para negociar, mas esse é o valor da dívida.

No exercício de meu mandato de Senador, tentei algumas vezes apresentar propostas legislativas visando à criação de regras seguras e de fácil compreensão, inclusive com responsabilização dos bancos no campo do seu relacionamento com os correntistas. No entanto, nunca encontrei caminho para avançar, pois a legislação que ampara essas instituições é hermética e muito bem garantida até por convenções internacionais.

Não me oponho ao dispositivo de segurança. Pleiteio tão-somente instrumentos legais que possibilitem ajustes nesses importantes negócios.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Alberto, cumprimento V. Ex^a por abordar, mais uma vez, a questão da taxa de juros. Sem sombra de dúvida, avançamos muito. Sei da sua posição e sei que V. Ex^a não está fazendo crítica ao Governo, mas alegando que a taxa de juros praticada no Brasil ainda é muito alta. Quando o Presidente Lula assumiu, a referida taxa estava em torno de 25%; hoje, é 14%, a mais baixa dos últimos 20 anos. Ainda assim, é altíssima. Concordo com V. Ex^a no que se refere ao abuso do sistema financeiro. Eu, a exemplo de V. Ex^a, recebi algumas cartas de pessoas que compraram apartamento pelo sistema financeiro, pagaram três vezes o valor e estão devendo ainda três vezes mais, em face da taxa de juros exorbitante, que, infelizmente, ainda é aplicada em nosso País. Se analisarmos friamente as taxas bancárias, vamos constatar que elas surgem todos os dias pelo livre arbítrio do banqueiro. Até em relação à emissão de cheques, quando se ultrapassa certo limite, passa-se a pagar determinada taxa. Se se emite cheque de pouco valor, paga-se um percentual extra. Veja a que ponto chegamos! Por isso, V. Ex^a faz um alerta mais do que justo ao País, à Nação e ao próprio Governo e aos banqueiros, porque é lamentável a forma como eles agem, com verdadeira

ganância sem limites, trazendo V. Ex^a à tribuna para fazer um pronunciamento duro, forte, consistente, mas na linha de buscar a justiça. Parabéns a V. Ex^a. Vamos sonhar para que, um dia, neste País, tenhamos uma taxa de juro que acompanhe, pelo menos, o índice da inflação. Parabéns.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. V. Ex^a realmente é conhecedor profundo desses problemas bancários e das ações dos bancos no nosso País.

Apresentei um projeto que trata da punição dos bancos sobre os cheques sem fundo até um determinado limite. Lutei muito para a aprovação desse projeto. Não posso admitir que os bancos dêem um talonário de cheque especial, que uma pessoa emita um cheque de R\$5,00 sem fundo e que os bancos não tenham a menor responsabilidade sobre esse cheque, mas, ao contrário, ganhem. Se se deposita o cheque no banco, é cobrada uma taxa pela sua devolução; se se reapresenta esse cheque, é cobrada outra taxa pela sua segunda devolução. Daqui a pouco, esse cidadão tira um outro cheque especial.

Apresentei um projeto que exige que os bancos sejam responsáveis pelo pagamento dos cheques no valor de até 50% do salário mínimo. Hoje o salário mínimo é R\$350,00; o banco seria obrigado a honrar os cheques até de R\$175,00. O banco deveria fazer o cadastro e saber para quem deve dar o talão de cheques. O cidadão poderia também sacar seu dinheiro na máquina eletrônica, sem que fosse preciso que o banco desse talão de cheques a todos, sem a menor responsabilidade.

Eu não consegui êxito. Lutei, lutei, mas as convenções internacionais não deixam o projeto ir à frente. Assim, os bancos passam, de forma desalmada, a fazer isto: fazem um empréstimo de R\$1,5 mil, do qual o cidadão pagou R\$520,00 e ainda deve R\$119 mil.

Digo também a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e ao Plenário que, se se aplicassem esses R\$1,5 mil nesse prazo de 1999 a 2006, sete anos, o valor não seria dobrado, não se teria direito a R\$3 mil. Nesse caso, estão cobrando R\$119 mil.

Ora, com a menor análise possível verifica-se que com isso não podemos concordar. Precisamos encontrar, nesta Casa ou fora dela, uma maneira de consertar isso. Não é possível! Quem vai ao banco está precisando. Se o banco faz isso com quem está precisando, com o empresário ou com o pequeno empresário, termina acontecendo essa quebra generali-

zada e a mudança constante de nomes de empresas por não poderem pagar os seus débitos.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelo aparte de V. Ex^a.

Continuando, Sr. Presidente, é preciso que o Congresso Nacional, esta Casa, assumam a responsabilidade e a iniciativa de reequilibrar o relacionamento dos cidadãos com suas instituições bancárias, a não ser que o País queira ver os seus bancos repetindo o papel das casas aviadoras na Amazônia da borracha, que, utilizando expedientes descritos pela História, capturavam com dívidas os seringalistas, e estes os seringueiros, implantando o regime que Euclides da Cunha chamou de “anomalia”, isto é, o regime do homem trabalhando para ser escravo.

Sr. Presidente, agradeço o tempo concedido por V. Ex^a e volto a agradecer ao Senador Paulo Paim.

Trata-se de uma crítica à situação em que vivemos no momento, mas acredito muito no Brasil e acredito, como disse V. Ex^a, no Presidente Lula, e penso que passos à frente vamos dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a por convidar a mim, a outros Senadores e funcionários da Casa para participarmos de um café da manhã em que tratamos do que a Casa vem realizando em benefício da pessoa com deficiência, o que, de fato, é um trabalho brilhante. V. Ex^a sabe, tem citado sempre, que sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E esta Casa está dando o exemplo. O Estatuto não é lei, mas a Casa está à frente até do Estatuto, por tudo que vem fazendo e foi demonstrado hoje, pela manhã.

Eu comentava com V. Ex^a da importância desse trabalho. Às vezes, as pessoas não entendem alguns gastos que o Senado faz, mas V. Ex^a, junto com a Mesa, autorizou a compra de máquinas modernas para a Gráfica do Senado para impressão em Braille. Isso é muitíssimo importante. V. Ex^a me dizia que rapidamente vai demonstrar a importância desse equipamento, que permitirá que grande parte do povo brasileiro receba a Constituição e projetos em Braille, e acompanhe o funcionamento da Casa. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Fiquei muito alegre ao ver o Luciano – V. Ex^a se lembra dessa história –, que era o menino que traba-

lhava comigo na Vice-Presidência. Infelizmente, quando assumi outro cargo, ele poderia perder o emprego, mas V. Ex^a o contratou e o colocou à minha disposição. Contratou-o por ordem do Senado, e isso é muito importante. E hoje, pela manhã, vi a alegria dele, Senador Renan Calheiros. Ele já escreve discursos para mim, pois a Casa adaptou os computadores do meu gabinete para ele, que é cego, trabalhar. Dou este depoimento em reconhecimento ao trabalho de V. Ex^a.

Cumprimento também o Senador Paulo Octávio, pela sessão de homenagem aos corretores de imóveis – só não pedi um aparte porque eu falaria logo em seguida –, e o Senador Romeu Tuma, pela importância do IPI. Acompanho o debate há um longo período. Creio que poderíamos ir além: deveríamos olhar com cuidado a situação do cidadão que utiliza o seu automóvel, e que tenha somente um automóvel, para o seu trabalho, como, por exemplo, vendedores, a fim de que eles, pelo menos, não pagassem o IPI, desde que tenham somente um carro. Se alguém possuir uma frota de carro, é milionário, é claro, vai pagar.

A medida é interessante para as pessoas que dependem do seu carro para trabalhar e para a sobrevivência de sua família, como no caso do corretor – eu ia falar isso se tivesse feito o aparte –, que é inclusive gerador de emprego, pois a cada imóvel que vende, outro será construído pelas empresas. Ele cumpre, portanto, um papel social. Gostaria muito que esse projeto beneficiasse todo cidadão que depende do seu carro para trabalhar; não para ir para o trabalho, porque senão, daqui a pouco, até o meu carro ficaria isento –, mas para aquele que depende do carro como instrumento de trabalho, como o taxista, por exemplo, ou o cidadão que vive na estrada, do vendedor, como é o caso do corretor, que faz a transação para que o imóvel chegue àquele que não tem imóvel. Em tese, é isso, independente daqueles que podem ter mais do que um.

Fica aqui a minha homenagem.

Também quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo rápido pronunciamento sobre a anistia, que deve ser devidamente divulgado a fim de que as pessoas saibam da importância da anistia como um dos eixos do processo democrático. Se não fosse a anistia, o País não seria o que é hoje.

Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois desse breve comentário que entendo mais do que justo, gostaria de falar sobre a Previdência.

Confesso que estou muito preocupado. Fala-se muito que haverá uma nova reforma da Previdência no

próximo ano. Provavelmente, haverá. Não por vontade minha, sua ou do Poder Executivo, mas porque há um movimento na sociedade. Vamos ter de enfrentar esse debate com a responsabilidade devida. Provavelmente, durante os próximos anos – eu sinalizo para o ano que vem –, teremos reforma da Previdência, reforma política, reforma trabalhista – todos sabem do zelo que tenho por este tema, mas sei que ele virá –, reforma sindical e reforma tributária. Esses temas virão, e temos de estar preparados. Inquieta-me muito pensar que possa vir uma reforma da Previdência que suprima direitos dos trabalhadores.

No debate que ocorre no País, percebo que não há enfoque na Previdência. Sei que este é um tema delicado. Todos os candidatos à Presidência da República tratam da matéria com muito cuidado. Confesso, Sr. Presidente, que o tema tem de ser aprofundado. Este é o momento para que o eleitor saiba qual a visão da Previdência de cada um dos candidatos e como eles poderão contribuir para o debate do próximo ano.

Sr. Presidente, abordo este tema porque a Cobap realiza hoje um de seus congressos, no auditório da CNTI, inclusive vou participar da abertura, e para amanhã a Cobap convidou todos os candidatos à Presidência da República, para falarem da sua visão da Previdência no auditório da CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. Tenho uma visão que gostaria de expressar aqui e que entregarei amanhã aos presidentiáveis que estiverem na CNTC, como uma contribuição à Previdência.

Sr. Presidente, a Previdência deve seguir o princípio da universalidade, ou seja, igual para todos, por ser, inclusive, um princípio assegurado na nossa Constituição. Nesse sentido, entendo que as regras aplicadas aos servidores – que não se aplicam ao fator previdenciário, que considero um crime –, no princípio da integralidade, da paridade e com cálculo atuarial, devem ser para todos.

A Previdência, embasada no princípio da igualdade, como já falei, deve também garantir as contribuições baseadas em cálculo atuarial e o respectivo pagamento, porque o sistema é contributivo.

É preciso acabar – repito – com o cruel fator previdenciário, uma verdadeira usurpação dos direitos dos trabalhadores. O fator previdenciário retira da mulher, no ato da aposentadoria, em torno de 40% daquilo a que ela teria direito, e do homem, em torno de 35%.

Temos de aprovar o princípio da integralidade e da irredutibilidade dos vencimentos, garantindo aos

aposentados os mesmos vencimentos que eram assegurados a eles quando estavam na ativa ou que se faça o percentual equivalente ao reajuste do salário mínimo.

Senador Renan Calheiros, podem até dizer que estou sonhando. Não estou sonhando porque estou falando em cálculo atuarial, de forma que cada um pagará para ter aquele direito. Por exemplo, os servidores públicos se aposentam com salário integral, mas eles pagam sobre o total dos vencimentos. O Regime Geral da Previdência limita, em tese, até dez, mas vira sete. Se todos pagarem sobre o total dos vencimentos, com o cálculo atuarial, terão direito também à aposentadoria integral, como é assegurado ao outro setor.

Uma reforma democrática de Previdência deve partir da discussão da implementação de uma gestão quadripartite, com a formação prevista na Constituição de um Conselho deliberativo, de que participariam trabalhadores, aposentados, Governo e representante dos empregadores.

Entendo também que é imprescindível que se faça com urgência uma auditoria nas contas da Seguridade Social, o que, no meu entendimento, vai provar, definitivamente, que a Seguridade, na qual está a saúde, a assistência e a Previdência, é superavitária.

Defendo que é necessário transferir a carga da contribuição previdenciária relativa ao empregador – que hoje é sobre a folha – para o faturamento das empresas. Não se pode fazer com que quem mais emprega e menos fatura pague mais do que aquele que mais fatura e menos emprega. Assim, voltaríamos à situação dos bancos.

A nossa Carta Magna defende que a Seguridade deve ser financiada por toda a sociedade e, no art. 195, aponta as fontes.

É preciso definir os percentuais exatos da arrecadação para a Previdência, porque se vê lá Cofins, tributação sobre o lucro, aí vem faturamento, jogos lotéricos, enfim, em toda transação um percentual vai para a Seguridade. Mas, não se especifica quanto vai para a Previdência. Daí recolhem para a seguridade e não mandam nada para a Previdência, pois dizem que, para a Previdência, só vai a contribuição do empregado e do empregador. Assim, alegam que ela é deficitária, o que é um contra-senso.

Ora, se tivemos um superávit de quase R\$ 60 bilhões no ano passado, por que parte do dinheiro da Seguridade não iria então para a Previdência? Temos que assegurar que o dinheiro para a Previdência, com

o percentual devido da Seguridade, não será desviado para outro fim.

Precisamos garantir as atuais fontes de arrecadação, garantindo o sistema, conforme manda a Constituição.

Sr. Presidente, cito todas as fontes arrecadoras: do empregador, da empresa, da entidade, incidentes sobre a folha de salários – o empregado continuará contribuindo sobre a folha –, e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe presta serviço, mesmo sem vínculo empregatício, e, como eu dizia antes, sobre a receita ou faturamento e sobre o lucro; do trabalhador e demais segurados da Previdência Social, não incidindo contribuição sobre a aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social.

O que quero dizer? Que não se pode tributar quem já é aposentado. Ora, se eu contribuí, no caso da mulher com 30 anos e do homem com 35, quando eu passo a receber o meu benefício, não posso voltar a contribuir de novo. Então, não se pode tributar quem já contribuiu e tem direito a receber o benefício. Esse é um princípio até da Previdência Privada. Por exemplo, depois de contribuir durante um período e passar a ter direito ao benefício previdenciário, o Banco não pode querer que o beneficiário da previdência passe a pagar um percentual sobre o que já foi pago.

Não me venham com essa história de tributar o benefício do aposentado e do pensionista.

Lembramos também que os produtores rurais, sobre tudo o que comercializam, devem pagar o valor correspondente.

As associações desportivas que mantêm as respectivas equipes também têm de pagar o valor correspondente.

Os empregadores domésticos pagarão sobre o salário de contribuição dos empregados.

Os que arrecadam receitas provenientes de concursos e prognósticos, chamados jogos de azar, também têm de pagar contribuição.

Todos sabemos que a CPMF abrange um percentual assegurado em lei para a Previdência, mas o dinheiro não chega, nunca chegou e continuará não chegando a essa instituição. Quando foi criada essa contribuição, fui contrário a isso, lembro-me de receber a visita do Dr. Adib Jatene, à época, Ministro da Saúde, na Bancada do PT. Por que fui contra? Porque, como eu disse a ele, o dinheiro não irá para a saúde. Na Bancada, ganhei o debate. No plenário,

perdemos. Criou-se a CPMF. Se alguém perguntar hoje se a CPMF vai para a saúde, duvido. Continua não indo, como não vai à Previdência a parte a ela correspondente.

Para não dizer que fiquei falando apenas das coisas bonitas, afirmo que também somos simpáticos à idéia da idade mínima para a aposentadoria, desde que seja garantida a regra de transição, como fizemos na PEC Paralela. Senadora Iris de Araújo, V. Ex^a acompanhou o longo debate em que construímos aquela fórmula 95, que foi uma saída para que a pessoa que começou aos 15 anos não tenha de ficar de 40 a 45 anos contribuindo, enquanto que, aquele que ficou só estudando e ingressou no mercado de trabalho após 25 anos, vai contribuir apenas 35 anos.

Por fim, lembro aqui, e muitos não comentam, que a tal DRU termina ano que vem. Se a tal DRU termina em 2007, conforme previsto em lei, ela não pode ser mais uma vez aplicada por meio de uma nova lei. A DRU autoriza a desvinculação de 20% de recursos da Previdência, que são destinados à Seguridade, conseqüentemente, retira 20% da receita da Previdência.

Com a extinção da DRU, vejo um excelente caminho para ampliar a receita da Previdência, haja vista que, hoje, infelizmente retiram-se esses 20% da nossa Previdência, correspondentes a alguns bilhões.

Dados divulgados esta semana pelo Ministério da Previdência Social, demonstram que, em março último, 65,9% dos aposentados recebiam benefícios iguais ou inferiores a um salário mínimo. Com o último reajuste, esse índice aumentou para 67,7%. Ou seja, 70% dos benefícios da Previdência destinam-se aos quem ganham salário mínimo.

Por que mostro essa diferença de 65% para 67%? Porque, se continuarmos com essa política de reajustes diferenciados entre o salário mínimo e o salário dos aposentados, assegurando, como foi o caso este ano, um terço do reajuste aos aposentados que ganham acima do mínimo, não dou sete anos e todos os aposentados estarão ganhando somente um salário mínimo.

Já sabemos que tem aumentado o número de aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário mínimo, provocando achatamento dos benefícios.

Isso é uma verdadeira crueldade com os nossos aposentados.

Segundo informações divulgadas pela Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social – Anfip, em sua cartilha Análise da Seguridade Social 2005:

“... mais de R\$32 bilhões (trinta e dois bilhões de reais) foram carregados do Orçamento da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal”.

Isso significa que ingressaram na Conta Única do Tesouro Nacional e terão livre utilização, inclusive compondo o superávit fiscal, servindo de importantíssimo instrumento para política monetária.

E pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo assim, o resultado da Seguridade Social ainda é positivo! Calculem quando a DRU não for mais aplicada.

Desde 1988, ela tem demonstrado um superávit crescente, culminando, em 2005, com R\$24,8 bilhões (vinte e quatro bilhões e oitocentos milhões de reais), após a DRU. Mesmo tirando 20%, tivemos 24,8% de superávit. Por isso, chego a dizer que é falta de conhecimento, má-fé ou inocência divulgar a idéia de que a Previdência brasileira é deficitária.

Precisamos ter em mente que uma inverdade contada inúmeras vezes se torna uma verdade incontestável. Por isso, é preciso que discutamos com profundidade devida a questão da Previdência no Brasil, que passa pela análise da verdadeira situação da Seguridade.

Sabemos que, nos sete primeiros meses deste ano, a arrecadação previdenciária líquida atingiu R\$65,1 bilhões (sessenta e cinco bilhões e cem milhões de reais). Em comparação com os dados de 2005, isso representa um aumento real de 9%.

Importantes estudos realizados pelo Banco Mundial e divulgados pela Anfip demonstram que o aumento de 1% na economia reduz em 1,25% a pobreza do País e que a queda de 10% no nível geral de pobreza promove um crescimento econômico de 1% do PIB.

Assim, eu me convenço, cada vez mais, de que é preciso investir em políticas públicas que promovam efetivamente a redução da pobreza em nosso País.

Quando nos detemos no enfoque político, sabemos que a receita correta inclui, entre outros ingredientes, investimentos em saúde, previdência e assistência social.

Não restam dúvidas de que a ampliação dos serviços públicos é o mecanismo propulsor da redução das desigualdades sociais, da diminuição dos índices de indigência e de pobreza. Conseqüentemente, assim, estaremos caminhando na linha do desenvolvimento social e do crescimento econômico da nação.

Somos a favor da idéia de que a Seguridade Social deve e pode ser um dos sistemas com caráter

assistencialista, mas estou falando aqui de seguridade. Repito: a seguridade é composta por saúde, assistência – e por isso assistencialista – e previdência. A Previdência não é assistencialista; a Previdência é contributiva. Por isso, digo sempre que dos recursos da Previdência contributiva nós devemos destinar recursos para os que contribuem, conforme manda a própria Constituição no art. 203.

A assistência social prestada a quem dela necessita é importante, independentemente da contribuição. É uma responsabilidade do Estado, haja vista que todos têm o direito de envelhecer com dignidade, mesmo aquele que não pôde contribuir. Aí está o Estatuto do Idoso, do qual – tenho a alegria de dizer – fui o autor, mas esta Casa melhorou muito o meu projeto original e o aprovou por unanimidade.

E lá está garantido – aí é assistência social – que todo idoso que provar que não pode se manter terá direito a um salário mínimo, mas o dinheiro não sai da Previdência e sim da Assistência.

Quero ressaltar, mais uma vez, que precisamos defender o reajuste de nossos aposentados e lutar por uma reforma previdenciária que, efetivamente, traga a justiça social. E, ainda, dizer a todos os aposentados que estarão, com certeza, no grande encontro da Cobap: Não desistam! Continuem firmes! Apresentem as suas reivindicações para que as mudanças que estão para vir, efetivamente, garantam a vocês, pelo menos, o mesmo percentual dado ao salário mínimo.

Sr. Presidente, hoje à noite vou participar do Congresso da Cobap. O Congresso será presidido pelo Sr. Hermélio Soares Campos e terá como convidados o palestrante Professor e Doutor Wagner Barela; o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, junto comigo, coordena a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública; o Deputado Ivan Ranzolin; o Presidente da Cobap, licenciado, Benedito Marcílio; o Dr. Dayson Portanova; o Sr. Pedro Dornelles; o Presidente da Anfip, Dr. Ovídio Palmeira Filho; o Diretor Presidente da Fundação Anfip, Sr. Floriano José Martins; o Presidente do Mosap, Sr. Edison Guilherme Haubert. E teremos – tomara que aceitem o convite! – amanhã o debate com os presidenciais, quando eu lhes apresentarei este pronunciamento, dizendo que a Previdência é superavitária, basta que, por exemplo, esse Conselho quadripartite comece a tomar decisões, já que são aqueles que contribuem, efetivamente, para a Previdência.

Cumprimento a Cobap pela iniciativa.

Sr. Presidente, por fim, peço que seja registrado nos Anais desta Casa o brilhante artigo da professora e pesquisadora Sonia Fleury, intitulado “Juntos somos mais fortes”, em que ela demonstra, com muita categoria e com muitos dados, que a Previdência no Brasil é superavitária e é viável.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, que permitiu que eu apresentasse este pronunciamento, que, na verdade, é uma proposta que garante o princípio da igualdade a todo assalariado brasileiro no que tange à Previdência Social.

Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, me preocupa muito a próxima reforma da previdência anunciada para os próximos quatro anos de governo.

Me inquieta pensar que poderão vir mais supressões de direitos dos trabalhadores e aumento no número de requisitos para obtenção dos benefícios.

Me impressiona, também, a falta de propostas e estratégias dos candidatos à presidência para as alterações no sistema de seguridade social. Creio que tenha ficado fora do debate eleitoral por ser um assunto desagradável e sem consenso entre os partidos políticos.

Não esqueçam que aposentadoria é coisa séria, pois nós seremos os aposentados de amanhã e a luta pela dignidade deles é uma luta que deve ser de todos nós.

Encho-me de coragem e ânimo cada vez que subo a esta tribuna para defender nossos aposentados, porque renovo a esperança de que eles voltarão a ter o poder aquisitivo considerando o número de salários mínimos da época da concessão do benefício.

Acredito que um dia os nossos aposentados terão uma velhice digna e o descanso tranquilo e merecido por terem lutado e construído o crescimento deste país.

Concordo que seja necessária uma reforma previdenciária e que alterações devem ser feitas como forma de garantir a equidade social e os direitos já conquistados pelos trabalhadores.

Entendo que:

A Previdência deve seguir o princípio da universalidade, por ser inclusive um princípio garantido pela Constituição Federal, neste sentido, entendo que as

regras aplicadas aos servidores públicos devem ser as mesmas conferidas aos trabalhadores da iniciativa privada, a Previdência embasada no princípio da universalidade, como já falei, deve, também, garantir às contribuições a regra do cálculo atuarial desde que ocorra, é claro, o pagamento correspondente; é preciso acabar com o cruel fator previdenciário, uma verdadeira usurpação do direito dos trabalhadores; temos que aprovar o princípio da integralidade e da irredutibilidade dos vencimentos, garantindo aos aposentados os mesmos vencimentos da ativa ou o percentual equivalente ao reajuste dado ao salário mínimo; ao ser deflagrada uma reforma democrática da Previdência, deve-se partir da discussão da implementação da gestão quadripartite, com a formação de um conselho com poder deliberativo, em que participem trabalhadores, aposentados, governo e a representação patronal; entendo, também, que é imprescindível que se faça, com urgência, uma auditoria nas contas da Seguridade Social, para provar definitivamente que ela é superavitária e que os recursos são desviados, há anos, para outros fins; defendo que é necessário transferir a carga de contribuição previdenciária relativa ao empregador da folha de pagamento para o faturamento das empresas; a nossa Carta Magna defende que a seguridade deve ser financiada por toda a sociedade e elenca em seu artigo 195 as fontes que financiarão o sistema, é preciso definir os percentuais exatos de arrecadação para a previdência social e realizar um controle rigoroso para que não possam, em hipótese alguma, serem desviados para outro fim; precisamos lutar para garantir as atuais fontes de arrecadação visando a sustentabilidade do sistema, conforme preceitua nossa Constituição Federal a seguridade será custeada mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: do empregador, da empresa e da entidade incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, sobre a receita ou faturamento e sobre o lucro; do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social; as dos produtores rurais incidentes sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural; as das associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional, incidentes sobre a receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas

e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos; as dos empregadores domésticos, incidente sobre o salário-de-contribuição dos empregados a seu serviço; as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos; a incidente sobre a movimentação financeira (CPMF); do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. Somos simpáticos à idéia da idade mínima para a aposentadoria, desde que seja garantida uma regra de transição, a exemplo da fórmula 95 adotada na PEC Paralela; e, por fim, sabemos que a Desvinculação de Recursos da União – DRU terá sua validade encerrada em 2007. A DRU autoriza a desvinculação de 20% de todos os impostos e contribuições federais, permitindo ao governo reter fatia da receita originalmente vinculada a despesas, por isso não deverá ser renovada.

Vejo o fim da DRU como uma excelente possibilidade de ampliar o atendimento da previdência, haja vista que o Governo vem se utilizando dela para subtrair parcelas das receitas de contribuições sociais.

Dados divulgados esta semana pelo Ministério da Previdência Social demonstram que em março último 65,9% dos aposentados recebiam benefícios iguais ou inferior a um salário mínimo. Com o último reajuste diferenciado (13% para o mínimo e 1,7% para aposentadorias e pensões) este índice aumentou para 67,7%.

Já sabíamos que tem aumentado o número de aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário mínimo, provocando achatamento nos benefícios, isso é uma verdadeira crueldade com os nossos aposentados

Segundo informações divulgadas pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – ANFIP, em sua cartilha Análise da Seguridade Social 2005:

“... mais de R\$32 bilhões (trinta e dois bilhões de reais) foram carreados do Orçamento da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal”.

Isso significa que ingressaram na Conta Única do Tesouro Nacional e terão livre utilização, inclusive compondo o superávit fiscal, e servindo de importantíssimo instrumento para política monetária.

E pasmem, senhoras e senhores senadores, mesmo assim o Resultado da Seguridade Social é positivo!

Desde 1988 ela tem demonstrado um superávit crescente, culminando em 2005 com R\$24,8 bilhões (vinte e quatro vírgula oito bilhões de reais), após a DRU.

E a falta de conhecimento ou muita inocência defender e divulgar a idéia de que a Previdência é deficitária!

Precisamos ter em mente que uma inverdade contada inúmeras vezes se torna uma verdade incontestável. Por isso é preciso alardear a verdadeira situação da Seguridade e seu importante papel de distribuidor de renda, minimizando as desigualdades sociais brasileiras.

Sabemos que nos sete primeiros meses deste ano a arrecadação previdenciária líquida atingiu R\$65,1 bilhões (sessenta e cinco virgula um bilhões de reais). Em comparação com os dados de 2005 isso representa um aumento real de 9%.

Importantes estudos realizados pelo Banco Mundial e divulgados pela ANFIP demonstram que o aumento de 1% na economia reduz em 1,25% a pobreza do país e que a queda de 10% no nível geral de pobreza promove um crescimento econômico de 1% do PIB.

Assim, me convenço, cada vez mais é preciso investir em políticas públicas que promovam a redução da pobreza em nosso país.

E quando nos detemos no enfoque político, sabemos que a receita correta inclui entre outros ingredientes investimentos em saúde, previdência e assistência social.

Não resta dúvidas que a ampliação dos serviços públicos é o mecanismo propulsor da redução das desigualdades sociais, da diminuição dos índices de indigência e de pobreza, do desenvolvimento social e do crescimento econômico da nação.

Somos a favor da idéia de que a Seguridade Social deve e pode ser um sistema assistencialista, que conceda benefícios aos que não contribuíram, garantido inclusive pela Constituição Federal, em seu artigo 203.

Mas a assistência social prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição, é uma responsabilidade do Estado, haja vista que todos têm o direito de envelhecer com dignidade.

Por tudo isso, senhor presidente, não dá para tratar os aposentados como se o País não tivesse se beneficiado da sua força de trabalho e desprezar um assunto tão importante como este.

Quero ressaltar mais uma vez que precisamos defender o reajuste de nossos aposentados e lutar por uma reforma previdenciária que traga justiça social.

E, ainda, dizer a vocês aposentados que estão me escutando neste momento:

Não desistam de lutar!

Renovem a cada dia a força e a vontade de permanecer nesta batalha.

Continuem se organizando e exigindo seus direitos, porque esta luta é legítima e a vitória, com certeza, virá.

Hoje estarei participando do II Congresso Nacional Extraordinário de Aposentados, Pensionistas e Idosos, promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – Cobap.

Um convite que muito me envaidece!

O Congresso será dirigido pelo Presidente interino da Cobap, Sr. Hermélio Soares Campos e terá como convidados: o palestrante – Professor e Doutor Wagner Balera; o Deputado Arnaldo Faria de Sá; O Deputado Ivan Ranzolin; O Presidente da Cobap, licenciado, Benedito Marcílio; O Dr. Dayson Portanova; o Sr. Pedro Dornelles (representando o sul do país); o presidente da Anfip Dr. Ovídio Palmeira Filho; o diretor-presidente da Fundação Anfip Sr. Floriano José Martins; o presidente do Instituto do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – MOSAP Sr. Edison Guilherme Haubert.

Consta da programação do evento a participação dos candidatos à Presidência da República, convidados para focar o tema “A concepção do Governo para a seguridade social. O idoso e as garantias constitucionais”.

Pretendo, neste evento entregar a cada candidato as propostas por mim aqui defendidas.

Sinceramente, gostaria muito que cada candidato expusesse com clareza seu posicionamento a respeito deste tema, e com a responsabilidade que o assunto merece.

Estranho que nos debates realizados pelas emissoras de televisão a Seguridade Social não esteja sendo debatida com a profundidade devida.

Quero cumprimentar a Cobap pela iniciativa do evento.

Tenho certeza que será um excelente palco para uma avaliação do cenário político nacional e das expectativas para os próximos anos quanto à seguridade social e aos direitos dos idosos.

Sr. Presidente, por fim, peço que seja registrado nos anais desta Casa o brilhante artigo da Professora e Pesquisadora Sonia Fleury intitulado “Juntos Somos mais Fortes” em que ela demonstra, com muita propriedade, que a previdência é viável.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista SONIA FLEURY

“Juntos somos mais fortes”

Professora e pesquisadora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, a cientista política Sonia Maria Fleury há muitos anos defende a integração da saúde à seguridade social. Em sua sala na FGV, ela falou à *Radis* sobre a importância da articulação dos atores sociais coletivos na atual conjuntura político-econômica. Para Sonia, este é um momento oportuno para negociar o fim da incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre recursos da área social e também para se conceber um novo patamar de civilização para a população, com a conquista e a efetivação de direitos que garantam maior inclusão social.

Ex-pesquisadora da Ensp/Fiocruz, na qual se aposentou em 2005, Sonia integra o Conselho Nacional de Desenvolvimento Social e a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Abaixo, os principais pontos da entrevista, cuja íntegra está no site do RADIS na internet (www.ensp.fiocruz.br/radis/48/web-01.html).

No lançamento da CNDSS, em março, a senhora disse que ainda estamos enclausurados na questão sanitária. Por quê?

Do ponto de vista político, o fato de saúde, previdência e assistência social serem direitos de cidadania que estão colocados juntos [*na Constituição*] é um grande avanço. Porque é a primeira vez na história que os direitos sociais não estão vinculados necessariamente a uma contribuição anterior, mas a uma necessidade social. Isso é um modelo de sociedade muito mais justo e igualitário. Antes não era assim. Se nós, da saúde, estivéssemos aliados aos setores da previdência e da assistência numa articulação, teríamos muito mais força para resistir quando a área econômica, por exemplo, quer cortar benefícios, desvincular recursos. Estamos cada um trabalhando isoladamente, quando a própria Constituição nos diz que deveríamos trabalhar juntos. Mas para isso é preciso avançar. Por exemplo, convocar uma conferência nacional de seguridade social que abordasse os temas, os vínculos, as propostas políticas, para que os atores sociais pudessem intercambiá-las e se fortalecer como instância política.

Do ponto de vista material, se há benefícios importantes na área previdenciária e na área assistencial, é a população necessitada que está recebendo. Isso quer dizer que as pessoas estão comendo melhor, morando melhor, então isso vai reduzir problemas para a área de saúde. É o caso dos benefícios de prestação continuada aos idosos, por exemplo. É um salário mínimo, mas às vezes sustenta o neto, a família desempregada. Não podemos desvincular a questão da saúde das outras formas de proteção social.

É possível reconstruir esse sistema?

A própria saúde atuou mal nesse campo porque se tinha muito medo de um único ministério na área social e que se perdesse a especificidade da construção do SUS e da Reforma Sanitária. Então inicialmente a Saúde teve uma posição contrária e depois ambígua em relação a esse sistema. Hoje, com o SUS consolidado, quando inclusive já se transmite a experiência ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social), é perfeitamente possível pensar numa integração. As áreas já não precisam ter medo de perder a identidade.

Até do ponto de vista financeiro...

Essa reunião de forças é mais política, institucional, de articulação. A idéia inicial era um Orçamento da Seguridade Social. Mas não precisa ter um único fundo ou um único caixa — o risco que se via era de que ficasse na mão da previdência e nunca chegasse aos outros. Sempre existem essas tensões. No entanto, esse orçamento não precisa ter um único controlador. Em 2007, acaba o prazo de vigência da DRU. Seria preciso desde agora discutir com os candidatos a presidente a estratégia para substituir essa fonte de receita. Se não exigirmos isso, vão simplesmente prorrogar a DRU. Essa deveria ser uma bandeira de toda a área social, que tem sido pouco levantada.

Argumentam que há estabilidade por causa do superávit primário e dos juros...

A tendência nos últimos meses tem sido de redução das taxas de juros, então é uma conjuntura mais favorável para se negociar agora a retirada da DRU e voltar os recursos para a área social. É claro que, ao lado disso, há setores de pensamento conservador que estão sempre prontos a demonstrar que é preciso fazer a reforma da previdência, reduzir os benefícios... Esse é um discurso perene, uma questão de luta político-ideológica. Estão aqui, no jornal de hoje, economistas que defendem a desvinculação dos benefícios do salário mínimo, quando a vinculação foi uma grande conquista da Constituição. Na *Folha de S. Paulo* de domingo (2/7) saiu estudo do Ipea mostrando que esses benefícios reduziram mais a pobreza do que os programas de redução da pobreza. Acho que todos são necessários e não é essa a questão. A vantagem dos benefícios previdenciários é que não é um presidente que está dando, não estão associados a nenhuma tutela das pessoas. São benefícios porque são direitos de cidadania. O que é ruim não é ter programa de transferência de renda, ruim é transformar isso em práticas clientelistas, tuteladas. (C. R. L.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabéns a V. Ex^a!

V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr^{as} e Srs. Senadores, as diversas pesquisas de opinião divulgadas nos últimos dias só fazem reforçar o que, com insistência, nós temos repetido: há necessidade de se repensar o País para valer por meio de uma completa renovação das práticas políticas, sob pena de, perigosamente, fragilizar o coração do processo democrático brasileiro.

Podemos constatar que, neste momento, o Brasil caminha para a consolidação de duas alternativas quanto à grave crise que ele atravessa, Senador Paulo Paim: uma que desenha a necessidade de reformas apenas em aspectos do funcionamento das instituições políticas e a outra que prega abertamente uma atitude muito mais profunda, que caminhe para uma completa mudança na essência do sistema atual, abdicando dessa seqüência interminável de remendos nas leis – o que só faz adiar as providências estruturais tão reclamadas pela sociedade.

Essas recentes pesquisas reforçam, sim, e em todos os aspectos, a necessidade implacável de refundar o sistema político e de, a partir do próximo ano, escrever uma nova página em nossa História, tendo a ética como princípio irrevogável. A pesquisa Ibope exclusiva, divulgada pela revista **Veja**, mostra que o Brasil exhibe a campanha mais desanimada desde a redemocratização. Os dados são devastadores, Sr. Presidente: seis em cada dez eleitores, não votariam se não fossem obrigados. A grande maioria, cerca de 68%, afirma estar “mais ou menos”, “pouco” ou “nada” interessada nas eleições. No pleito de 2000, esse percentual não passava dos 51%, e pior: o estudo apontou que, para 52% dos ouvidos, o principal motivo para este pouco interesse nas urnas são as denúncias de corrupção.

Os índices revelam outra realidade dramática no plano institucional, algo que pode comprometer, de maneira irreversível, o futuro do País: 90% dos eleitores dizem não confiar nos políticos, segundo pesquisa realizada pela **Veja**.

Ainda mais preocupante é a pesquisa Datafolha publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, segundo a qual 18% dos eleitores ouvidos declararam ter a intenção de anular o voto para Deputado Federal – outro alerta que já havíamos feito desta tribuna. Em 2002, somente 3% dos eleitores votaram nulo no momento de escolher um representante para a Câmara dos Deputados, ou

seja, se confirmado o resultado da pesquisa, haveria um aumento de 500% no voto nulo.

Outro estudo, realizado pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar – Diap, estima que a renovação da Câmara dos Deputados, após estas eleições, deve chegar a 62%. Em 2002, esse índice de renovação ficou em apenas 46%. O percentual terá forte aumento porque, segundo técnicos do Diap, os eleitores devem rechaçar nas urnas os candidatos suspeitos de envolvimento com denúncias, como a máfia das ambulâncias e o mensalão.

Este é o explosivo cenário do Brasil a um mês das urnas, Senador Paulo Paim, a quem concedo o aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Iris de Araújo, cumprimento V. Ex^a pela análise que faz, pelas suas preocupações com o processo eleitoral. Viajei durante vinte dias pelo Rio Grande, fui a mais de dois Estados, tratando, naturalmente, do processo eleitoral. Concordo com V. Ex^a quando diz que a população está decepcionada com a política. Ninguém entende uma Comissão de Orçamento que é para inglês ver. Eu digo o seguinte: eu não entro na sala da Comissão de Orçamento. Tem gente boa, mas tem muita gente lá que se envolve num esquema malandro. Não estou dizendo nenhuma novidade. Não entro em sala de CPI. Há muita gente boa, mas tem gente lá que acusa num dia e no outro dia está sendo acusada. Isso não quer dizer que não é importante a CPI. Até teve uma rádio que disse: “O Paim nunca foi” Nunca fui e não autorizei a minha Líder a me indicar. Ela, inclusive, retirou o meu nome. Então, eu não entro em sala de CPI e não entro, também, na sala do Orçamento. Aí, alguém me pergunta: Paim, mas a Comissão de Deputados e Senadores, que tem quinze dias para discutir a medida provisória, reúne-se? Não, não se reúne. Não me lembro, nos últimos dez anos, de uma única vez que a Comissão Mista, que tem de analisar uma medida provisória, tenha se reunido e deliberado. Vou às Comissões Mistas da Medida Provisória, quando sou indicado, mas não me lembro de que tenham deliberado. Nunca deliberam. Então, é uma coisa meio que faz-de-conta. E, com tantas CPI acontecendo nesses últimos dois anos, e algumas delas – eu diria, na sua maioria – não dando o resultado que se criou como expectativa na população, dá-se a impressão, para grande parte da população, de que são todas iguais.

Isso gera um descrédito. Eu tenho uma relação muito carinhosa e respeitosa com o Diap, mas estou com uma dúvida sobre se vai haver essa renovação que se espera. Até vou conversar com o pessoal do Diap, com o qual me dou muito bem. Por quê? Devido à forma atual da campanha eleitoral, os novos são

totalmente desconhecidos e têm, no horário da televisão, às vezes cinco ou dez segundos, digamos. Os novos, quem sabe, vinte segundos, no máximo trinta segundos. Se eles não têm verba, não têm como fazer a propaganda. Não há mais aquela forma de colar cartaz no poste. Eles são totalmente desconhecidos, diferentemente daqueles que estão dentro do sistema, bons ou ruins. Há muita gente boa. V. Ex^a, para mim, é o exemplo de gente boa. Estou usando essa expressão, Senadora, pois sei que será uma grande Deputada Federal. V. Ex^a tem como ser lembrada pelo seu nome, pois é conhecidíssima, mas muitos dos novos não serão lembrados. Haverá vários votos brancos e nulos. Não que eu seja a favor. Acho, inclusive, que é burrice votar branco ou nulo, é dizer para ficar tudo como está e, quem tiver força econômica e contratar mais cabos eleitorais, será eleito. Por isso, eu estou um pouco preocupado. Claro, eu gostaria muito que os envolvidos com sanguessuga, “mensalão”, bingo e o diabo a quatro, acusados comprovadamente em CPI, não voltassem. Gostaria muito que não voltassem. Agora, quero dizer que essa pesquisa retrata a decepção da população com a política e é um quadro que nos leva, todos, a refletir sobre o que queremos para o futuro deste País.

Temos ou não temos de mudar a forma de elaborar, por exemplo, a peça orçamentária? Por que a peça orçamentária não é discutida no Estado e nós, aqui, defendemos a demanda do Estado, acabando com emenda individual e emendas coletivas? A tal de emenda de bancada coletiva nós todos sabemos como funciona: vai à bancada, e a corporação que jogar mais pesado acaba levando uma emenda de bancada. Por sua consequência, dá a impressão de que é efetivamente aquilo que o Estado quer, e, muitas vezes, não é. Tínhamos de discutir o Orçamento regionalmente, dividindo cada Estado em dez ou vinte regiões, passar pela assembléia legislativa, com a participação do Executivo, e nós, aqui, defender aquilo que cada Estado efetivamente quer, passando inclusive pelas Comissões temáticas, e não por uma comissão de iluminados que se reúne e resolve. Cidadão que nunca tratou da educação decide a verba da educação; cidadão que nunca tratou da segurança decide o que vai para a segurança. Por que não vai para as Comissões temáticas ou de Deputados e de Senadores que conhecem o tema e passam a discuti-lo? Peço desculpas a V. Ex^a, porque ultrapassei o tempo, mas o Presidente será tolerante, e o tempo que falei ele dará o devido desconto, já que são poucos Parlamentares que falarão hoje. Cumprimento V. Ex^a. Estou entendendo mesmo a revolta da população diante do processo eleitoral atual. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, Senador Paulo Paim. Considero que podemos discutir um pouco mais a respeito deste momento político que estamos vivendo, independente do tempo que possamos ter ou não – acho que vamos ter bastante tempo, não é, Presidente? Tenho uma visão um pouco diferente de V. Ex^a. Logicamente, há aquele candidato desconhecido que está começando agora e, também, aquele candidato que já tem um nome e está sendo suspeito de ter participado desses malfadados “mensalões” e “mensalinhos”, que eu considero a pior coisa que aconteceu para nós, políticos, nos últimos anos.

De certa forma, infelizmente, devendo ou não, nos misturou no mesmo caldeirão e o que percebemos é que, muitas vezes, as pessoas fazem um juízo generalizado do mundo político, achando que ninguém presta e está tudo acabado e diz que não vai votar. Isso tenho ouvido. Tenho-me valido, vamos dizer, da minha influência para mudar esse quadro, colocando que tudo isso aí pode ser mudado, independente até da chamada reforma política votada. Ela pode ser votada agora, na hora da eleição, na hora do voto. A grande reforma política que se pode fazer neste País é por meio da consciência do eleitor. Na hora em que ele for digitar o seu voto, que ele não vá, logicamente, alheio ao que está acontecendo.

Então, eu vejo um aspecto promissor dentro dessa circunstância infeliz que o País está vivendo, Senador Paulo Paim. Pelo menos lá no meu Estado, até eu mesma tenho-me valido de várias criatividade. A minha escola de fazer política foi gastando sola de sapato para valer, chegando perto do eleitor, conversando com ele. Hoje os candidatos estão sendo obrigados a mudar o comportamento em relação a isso, aproximando-se mais do eleitor, tentando convencê-lo das suas propostas.

O eleitor ia ao showmício muito mais para ver o artista do que para ver o candidato e, daí, não ouvia a sua proposta, não percebia o que estava acontecendo, votava sem perceber. E criou-se essa geração a que estamos assistindo, de políticos maus, sendo que sabemos, V. Ex^a sabe, os Senadores aqui presentes e eu também, que tem muita gente trabalhando, muita gente idealista aqui dentro, que busca, que trabalha e que não pode fazer parte dessa mesma cultura ou desse caldeirão que está misturando as pessoas.

Poderemos ter muitas surpresas. Poderemos ter surpresas desagradáveis, logicamente, se houver uma omissão grande em relação ao voto, o que é absolutamente pernicioso, porque os maus é que lucrarão com isso. Mas poderemos ter também, pelo voto, a grande reforma, que espero aconteça, para que tenhamos a oportunidade de sair dessas CPIs, Senador Paulo Paim,

e o País comece a trilhar o caminho da normalidade e possamos aqui dentro – não estarei aqui mais, mas posso estar em outro espaço – lutar por aquilo que acreditamos, pelos nossos valores, discutir propostas, Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra, e depois, novamente, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Íris de Araújo, seu pronunciamento é importante pela reflexão que V. Ex^a faz do quadro eleitoral que se avizinha. Acredito mesmo que V. Ex^a tem razão em relação às surpresas que podem vir dos resultados das urnas, em 1º de outubro, até porque parece que a sociedade brasileira está apática com relação ao processo eleitoral. Estamos fazendo uma sondagem, por meio de pesquisas, em que se verifica que grande parte da população ainda não se definiu e ainda se coloca numa posição de total apatia em relação a esse processo, talvez até pela ação do Poder Executivo em desacreditar o Poder Legislativo perante a sociedade brasileira. Evidentemente, temos de separar o joio do trigo, o que é uma função que deve ser levada a efeito por esta Casa. V. Ex^a tem razão, quando se refere a essa questão. Lembro uma frase de Martin Luther King, que dizia que a preocupação dele não era com o grito dos maus, mas com o silêncio dos bons. Isso é o que está acontecendo com o Brasil.

A nossa preocupação é, com certeza absoluta, com esse silêncio dos bons, a grande maioria dos brasileiros. Pelo voto, eles vão sair do silêncio e da apatia em que se encontram. Tenho absoluta certeza de que o resultado das urnas será bem diferente do que a pesquisa aponta neste instante. Temos andado bastante por todos os rincões do nosso Estado, o Pará, ao longo desses 60 dias, e, no corpo-a-corpo, temos visto uma realidade diferente da dos números. Espero que V. Ex^a tenha razão quanto à surpresa que a Nação brasileira terá no dia 1º de outubro.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obri-gada, Senador Flexa Ribeiro. Agradeço a opinião de V. Ex^a. É importante que tenhamos esta oportunidade para discutirmos o momento.

V. Ex^a no Pará, o Senador Paulo Paim no Rio Grande do Sul e eu em Goiás fazemos essa pregação. Lutamos contra esse pensamento. Tenho feito isso praticamente todos os dias e procurado falar o máximo possível no sentido de conscientizar as pessoas de que, mais do que nunca, a política não é coisa somente para político, não. Política é para todos porque faz parte da nossa vida, Senador Paulo Paim.

Desde o preçõ do pão às escolas e à fila na saúde, tudo decorre de decisões tomadas dentro do espaço político.

Como disse o Senador, é o silêncio dos bons. Tenho ouvido muitos bons perguntarem a mim: “O que vamos fazer, Senadora, com isso que está acontecendo?”

Digo que não sou eu. Digo que lhes posso dar um caminho, mas é o posicionamento deles, é a atitude deles ao participar dessa movimentação que pode fazer a diferença e mudar tudo isso que aí está.

Senador Paulo Paim, prosseguindo, eu gostaria muito de ouvi-lo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Serei muito rápido. Apenas quero dizer que não há discordâncias profundas entre o que V. Ex^a fala e o que eu falo. Apenas tenho a preocupação com a força do poder econômico. Vejo nos Estados pessoas que têm condições de contratar gente em todas as cidades – e sabemos que fazem isso – e de gastar três, quatro, cinco, seis milhões, conforme os dados, para uma campanha para deputado federal, distribuindo o programa – e o papel aceita tudo – com informações do que irá fazer como deputado, além dos carros de som ligados em todas as cidades, anunciando o mundo maravilhoso que vai acontecer com a chegada delas ao Congresso. Acho que é uma disputa desigual em relação aos idealistas, àqueles que gostariam muito de vir para o Congresso com a visão de efetivamente defender os mais pobres. Por isso, claro, temos de aprofundar o debate de financiamento de campanha. Particularmente, considero um equívoco não caminharmos para o financiamento público da campanha limitado. Para muitos, isso não pega bem, mas ele não sabe, como a Senadora mesmo disse, que quem paga a campanha do rico é ele. Na hora em que ele compra o pão e o leite e em que paga a água e a luz, ele está pagando a campanha. Não adianta. O dinheiro sai de algum lugar. Então, não querer enfrentar o debate do financiamento público de campanha, no meu entendimento, não é correto, não é adequado, porque o dinheiro sai do mesmo lugar. Só que os ricos têm dinheiro para fazer campanha, os pobres não têm. Tenho visto isso por todos os lugares por onde tenho andado. Não adianta achar que pobre pode chegar a Deputado Federal ou Senador. Que jeito? Como? É uma dificuldade enorme. Então, estou preocupado. Eu gostaria da renovação de que o povo fala. Mas como se fará a renovação, se os ditos idealistas não têm a mínima condição de fazer uma campanha para divulgar o seu nome, o seu trabalho, a sua história, o seu programa. Então, quero reafirmar que concordo em grande parte – e não é de hoje – com aquilo que a senhora fala. Neste momento, aproveito para dizer para o leitor: olhe para o passado do candidato, olhe quem ele foi ontem, olhe quem ele é hoje, para poder projetar quem poderá ele ser no futuro aqui no coração

da democracia, que é o Congresso Nacional. Quero mais é cumprimentar V. Ex^a, porque dificilmente faço dois, três apartes ao mesmo orador, mas seu discurso é tão brilhante que tomei a liberdade e a ousadia de voltar a dialogar com V. Ex^a. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, Senador. V. Ex^a, como sempre, abrilhantando-nos com os apartes, abordando, de uma certa forma, aquilo que pensamos – e tenho estado sempre aqui discutindo com V. Ex^a –, ou seja, debatendo o bom debate, como V. Ex^a mesmo coloca, sobre essas nossas idéias, ou ideais.

Eu realmente procuro, dentro daquilo que posso fazer – e acredito que V. Ex^a também – conscientizar aquelas pessoas que nos cercam de que o grande remédio é a participação política. Não há outro. Não há como mudar, se as pessoas se distanciarem da política, dos partidos políticos, como se isso fosse uma peste: “É só para político”; “É só lá”; “Eu não entro nisso”. Depois descobrem que todos os caminhos levam às decisões políticas que devem ser tomadas.

Este momento envolve todos. Todos estão ligados, de uma maneira ou de outra: desprezando, aceitando, aplaudindo ou não aplaudindo. Hoje a atenção da opinião pública está voltada para o debate eleitoral. Talvez seja importante que neste momento todos façam uma reflexão sobre a atuação, a fim de que esta não se restrinja apenas às candidaturas propostas, mas, principalmente, às daqueles que vão nos delegar a representatividade nesta Casa.

Continuo dizendo que é pena que as análises de determinados setores chamados “formadores de opinião” ainda não tenham convergido para a gravidade desse ambiente entre os brasileiros, que apresenta simultaneamente apatia, descrença e desesperança. Esse conjunto de características psicológicas não é apenas um mal estar passageiro. Sintetiza, isso sim, o prenúncio de um período de grandes dificuldades, ao sinalizar para o desprezo às instituições – especialmente o Congresso Nacional, pulmão do regime democrático.

Então, é imprescindível começar, e desde já, a exigir um comportamento totalmente diferenciado por parte da próxima legislatura, tendo por base um discurso claro e determinado não no caminho de paliativos e remédios, mas de uma mudança séria, radical e profunda no sistema político.

Considero absolutamente precárias as propostas já amplamente difundidas de reformas dispersas em um ou outro ponto, por exemplo, das regras eleitorais. Para que o Congresso Nacional recupere a credibilidade, será necessário ir muito mais além: a resposta terá que ser na proporção do tamanho da crise. Não pode

ser conivente com práticas abomináveis que ferem a dignidade. Não pode acobertar irregularidades. Não pode fazer vistas grossas para os crimes praticados. Tem que ser rigoroso. Autêntico. Justo. À altura das exigências do povo brasileiro.

Porque, na verdade, mesmo as personalidades mais esclarecidas que atuam no cenário político do País, parecem ainda não ter dimensionado o tamanho do buraco institucional brasileiro. É impossível retomar a confiança do povo com uma ou outra medida isolada.

O País requer uma transformação verdadeira na ação dos agentes públicos, refundando o sistema político – o que significa resgate dos valores éticos e redefinição de um arcabouço jurídico que, definitivamente, dê um basta a estes vícios que se tornaram rotina: a impunidade, a barganha, a compra de votos, as negociatas em troca de apoio, como V. Ex^a acabou de mencionar, a dependência odiosa em relação ao Executivo, a falta de independência dos partidos.

É terrível um país que tem o grosso dos recursos concentrados na União, deixando ao deus-dará estados e municípios – fator primeiro a transformar seus representantes no Parlamento em presas fáceis desse sistema em que o Governo dá a obra ou o benefício em troca do alinhamento automático. É nessa raiz que brotam os malefícios, uma cadeia ininterrupta de desvios que distorce o sentido do Legislativo. É assim que se deforma a fiscalização, que os partidos perdem a sua autoridade e que avança este certo compadrio que deságua no mar de corrupção que infelicita nosso povo.

Na semana passada, fiquei particularmente sensibilizada pela idéia de uma campanha lançada pelo internauta Guilherme Fiúza, no portal IG. Ele defende, com muita propriedade, que os políticos dignos do País, que trabalham duro, quase sem descanso, lancem o manifesto “Acorda Eleitor” – movimento que teria objetivos muito claros: impedir que cresça a onda que responsabiliza todos os políticos pelos deslizes cometidos por alguns. O que, em outras palavras, redundaria em não permitir que as instituições sejam atingidas em sua integridade. Isso se refere, especialmente, a determinados segmentos da intelectualidade, que, hoje, acabam prestando um desserviço ao País, ao pregar o voto nulo ou convocar protestos contra os políticos de maneira genérica, esquecendo-se que, antes de tudo, há um ideal democrático a defender – e, neste, o Congresso Nacional é pilastra e coluna central.

Ou seja, é extremamente perigosa esta tendência que busca hostilizar a política como a fonte de todos os males, por meio de expressões como “não agüentamos mais” ou “estamos enojados”. Tais atitudes podem

ser fonte de tentações com conseqüências danosas e desastrosas, especialmente neste momento em que surgem na América Latina, determinadas lideranças que ousam passar por cima de tudo para levar adiante seus propósitos ideológicos.

O bom caminho segue sempre a via democrática, a que transforma o Parlamento por dentro, tendo por base atitudes nobres, ilesas a posições de intelectuais ou artistas que chegam a ponto de declarar “não estarem preocupados com o exercício da ética” – imaginem!

O Brasil está diante de uma encruzilhada: ou produz mudanças profundas dentro do regime aberto, justo e democrático que se deseja construir – dando resposta aos desafios das mudanças –, ou, inexoravelmente, verá os seus poderes rendidos ao descrédito e às incertezas.

Pois não, Senador. Concedo a palavra a V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senadora Íris de Araújo, eu quero me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a pela maneira firme e correta com que se pronuncia na tarde de hoje, buscando a defesa das instituições do País, mostrando à população a necessidade que ela tem de estabelecer a diferença entre aqueles que se comportam de forma indigna dos que se comportam de forma digna. Nós precisamos construir e fortalecer instituições neste País, para dar estabilidade ao nosso povo e à sociedade. Evidente que a população tem parcela considerável de responsabilidade neste processo. E acredito que serei o próximo... Daqui a pouco estarei me pronunciando e farei críticas, inclusive, a um seguimento que deveria – a exemplo do seguimento político – dar exemplos dignos à sociedade brasileira e não estão dando, ou seja, em uma demonstração de que a responsabilidade não é apenas da classe política. É preciso que se reconheça que nós temos problemas gravíssimos no Parlamento brasileiro, não apenas no Congresso Nacional; problemas gravíssimos no Poder Judiciário e problemas muito graves, gravíssimos, também, no Poder Executivo. E muitos dos problemas que nós temos no Congresso Nacional decorrem não apenas da participação exclusiva dos Srs. Congressistas, com as grandiosas e numerosas ressalvas, mas sobretudo da convivência com o Poder Executivo, com o Palácio do Planalto. E, também, por responsabilidade da sociedade, porque, no Congresso nacional, ninguém foi conduzido, neste momento de Estado de Direito Democrático, como Senador biônico ou Deputado biônico. Vieram para cá porque a sociedade os elegeu. Portanto, a sociedade tem parcela considerável de responsabilidade pela

representação que tem. Minha solidariedade e meus parabéns ao pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a oportunidade do aparte de V. Ex^a, Senador Almeida Lima, que, como o dos outros Senadores que nos apartearam, contribuiu para que o nosso pronunciamento tivesse mais conteúdo por meio da opinião de V. Ex^{as}.

A intensidade da crise política deve ser vista sob novo enfoque: a oportunidade ímpar de extrair lições e mobilizar a sociedade na busca de soluções duradouras. Um novo comportamento político é essencial para que as instituições não percam a legitimidade junto à opinião pública. Neste sentido, é preciso reconhecer que o sistema atual de representação partidária, eleitoral e parlamentar está superado.

Urge debater com a sociedade um projeto renovado de nação, centrado no fortalecimento dos partidos, no equilíbrio entre os poderes e na mais absoluta ética.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela condescendência de V. Ex^a para que eu pudesse estender o meu pronunciamento.

Durante o discurso da Sra. Iris de Araújo, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Parabéns pelo pronunciamento, Senadora.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, como já disse aqui da tribuna em outras vezes, tenho o costume, a mania de, semanalmente, fazer um artigo, que é depois publicado na imprensa de meu Estado, o Sergipe. Vez por outra, alguns desses artigos transformo em pronunciamentos e os transmito, aqui da tribuna do Senado, à população brasileira e a meus Pares.

Na última quarta-feira, data que quero frisar bem, eu escrevi um desses artigos, sem tomar conhecimento, inclusive, de fatos que estavam acontecendo no País com determinado segmento social – e daqui a pouco virá à tona esse segmento social. Como não sou vidente, eu não sabia que, na quinta-feira e no fim de semana, em jornais e revistas, articulistas também se pronunciariam a esse respeito. Só que a minha previsão foi diversa daquela que, de fato, aconteceu. E passo a ler o que escrevi.

A construção de uma grande nação não é tarefa para um homem, por maior liderança que ele exerça; não é ação para um só governo, por mais bem intencionado e competente que seja. A construção de uma grande nação é obra a cargo de toda a sociedade e a ser executada por toda uma geração para ser consolidada pelas gerações seguintes.

No entanto, o caminhar de um povo de maneira edificante não acontece por acaso, não acontece sem o prévio ordenamento de ideais. Não ocorre de forma atabalhoada, sem um desejo arraigado no inconsciente coletivo que sinalize o horizonte a atingir. O caminhar de uma sociedade a construir uma grande nação depende da preexistência de formulações de uma elite – não a “elite” no sentido pejorativo, mas no sentido vernacular, castiço da palavra e que significa “o que há de melhor numa sociedade ou num grupo, a nata, a fina flor”. Refiro-me a uma elite intelectual engajada, uma elite de empreendedores e obreiros, com boa formação moral, dotada de espírito público e senso de solidariedade humana, comprometida com as causas sociais, com sensibilidade para compreender a dimensão grandiosa do que representa viver em uma sociedade progressista, igualitária e fraterna, sem injustiças sociais, o que caracteriza o estágio elevado de evolução de um povo.

Essas são as condições que a nossa elite, lamentavelmente, ainda não conseguiu reunir e que são indispensáveis para aglutinação da força de trabalho que temos e que hoje constitui uma massa disforme, sem um norte a seguir e cujas energias não são canalizadas para a construção do que poderia representar esse ideal coletivo. A nossa elite não se tem prestado ao papel de inserir o povo com toda sua força de trabalho no processo de construção desta grande Nação a que me reporto. Aliás, a elite política e dirigente deste País tem feito o percurso inverso, exatamente aquele que contribui para a desagregação da sociedade, levando-a ao estágio de depauperação moral em que se encontra.

O povo está sem referencial. Os nossos verdadeiros heróis e mártires, cujos feitos, lutas e valores morais a nossa história oficial não ressaltou e, por isso mesmo, não são cultuados, nem têm servido de inspiração à continuidade de suas lutas. Já a nossa elite está a desempenhar o papel pejorativo cujo significado a palavra elite passou a ter, numa decorrência mesmo do comportamento por ela adotado, que a levou a ser vista como uma “minoridade privilegiada e poderosa”, diante do seu caráter egoísta, da sua indiferença, da sua passividade e do isolamento a que se impôs perante o povo e seus problemas, como se não lhe dissessem respeito.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, tornou-se mais do que necessário, tornou-se urgente e imperioso o despertar da elite para a tomada de atitudes que importem no engajamento das discussões para a construção de um novo modelo de sociedade para o Brasil, cuja resultante vem a ser um projeto de uma grande Nação.

Os artistas – e é neste ponto que quero chamar a atenção para o meu pronunciamento –, que interpretam e exteriorizam os sentimentos mais nobres de um povo e que sempre estiveram na vanguarda dos acontecimentos, precisam sair do anonimato e, por suas produções e manifestações, inflamar e acender milhões de centelhas a acordar o povo brasileiro da letargia em que se encontra. Ressalto a importância da utilização disseminada desse instrumento moderno de comunicação e de relacionamento entre pessoas e grupos que se opera por meio da rede mundial de computadores. Que as vozes do bem se manifestem, que as idéias iluminadas sejam expostas para que sirvam de elemento multiplicador de mobilização da sociedade.

Em qualquer parte do mundo, ou no mundo inteiro, todo o progresso de um povo ou da própria humanidade somente foi alcançado pela disseminação de idéias inovadoras e revolucionárias. É disso que o Brasil precisa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, que coisa vergonhosa! Que coisa triste ter de vir à tribuna do Senado Federal para registrar o comportamento vergonhoso de alguns artistas brasileiros que são referenciais na nossa sociedade, até pelo espaço que ocupam, pelas produções que elaboram, pelas representações até na Rede Globo de televisão! Enquanto, na quarta-feira, em um artigo que escrevia em minha residência, eu formulava e mostrava que os artistas, que interpretam e exteriorizam os sentimentos mais nobres de um povo, deveriam se manifestar, organizar, acender milhões de centelhas para a construção de uma grande Nação, o que nós vimos foram artistas, produtores, cineastas, compositores, atores dizerem: “Não estou preocupado com a ética do PT, ou com qualquer tipo de ética. Para mim, isso não interessa. Eu acho que o PT fez um jogo que tem de fazer para governar o País”. Isso foi dito por Wagner Tiso, compositor de “Coração de Estudante”.

Que comportamento vergonhoso para um artista, uma pessoa iluminada, de vanguarda, que tem sensibilidade humana e social! Um referencial no País produzir uma asneira dessas! E segue com o Sr. Paulo Betti justificando as falcaturas petistas como “inevitáveis na política”, dizendo que não dá para fazer política sem

botar a mão no dinheiro, na roubalheira, na massa. Que vergonhoso, Sr. Paulo Betti!

Como disse a jornalista Dora Kramer, de cujo artigo farei questão, com a permissão de Presidência, de fazer a leitura, os senhores estão para a classe artística deste País como os mensaleiros e sanguessugas estão para a classe política do nosso País. Os senhores estão representando a escumalha, o que há de pior neste País. É lamentável que isso aconteça, como lamentável são os sanguessugas, os vendilhões do Congresso Nacional, os mensaleiros. Que papel ridículo!

Os senhores e as senhoras têm o direito de fazer a opção por uma candidatura. Esse é o direito de cada um, mas, se comportar como a escumalha, como o rebotalho, como o que existe de pior numa categoria, isso é lamentável e merece o protesto de toda a Nação brasileira.

Aliás, faço questão de trazer à tribuna, para que os brasileiros tomem conhecimento, a repulsa da colunista Dora Kramer, do jornal **O Estado de S. Paulo**, que escreveu “Os bobos da corte”. Diz a jornalista:

Os artistas que agora levantam a bandeira do descaso à ética para justificar o seu apoio à candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição não fazem bem a si nem ao candidato que defendem, e fazem muito mal ao País, pois emprestam a sua popularidade ao mau combate.

À jornalista Dora Kramer devo lembrar o artigo que escrevi, convocando a classe brasileira a se pronunciar, mas de forma diferente. Escrevi esse artigo antes da publicação desse de Dora Kramer, a quem quero elogiar.

E continua a articulista:

Lançam diatribes aos políticos, associam-se às justas críticas ao Congresso, mas, tangidos pela pressa de justificar suas posições sem se dar ao trabalho de encontrar argumentos consistentes, não percebem que estão para a classe artística assim como mensaleiros e sanguessugas estão para a classe política.

O festim que reuniu nesta semana em torno do Presidente Lula atores, produtores, cineastas e músicos não poderia ter resultado mais diabólico.

Um verdadeiro espetáculo de equívocos, a começar da convocação do ator José de Abreu aos presentes para uma saudação à gente denunciada pelo Procurador-Geral da República como integrantes de uma “organização criminosa”, passando pelo lançamento do lema “política só se faz com mãos sujas”, de

autoria do ator Paulo Betti, tendo como ponto alto a declaração do músico Wagner Tiso de condenação aos indignados com os escândalos. “Não estou preocupado com a ética do PT ou com qualquer tipo de ética”, disse Wagner Tiso, informando ao respeitável público que só está preocupado “com o jogo do poder”.

O festival de alienação, irresponsabilidade social e analfabetismo político teve sua culminância no dia seguinte, quando o produtor Luiz Carlos Barreto rasgou de vez a fantasia: “Se o fim é nobre, os fins justificam os meios”, afirmou. Para ele, “inaceitável é roubar”. E acrescentou: “Mensalão não é roubo, é jogo político”. Ao senhor Barreto parece não ter ocorrido que o dinheiro do mensalão não brotou em árvores; saiu de empresas estatais – algumas das quais lhes financiam os filmes – ou de bolsos privados em troca dos serviços prestados por tráfico de influência no serviço público. É roubo, portanto”.

E, ainda que não fosse, é corrupção, é desvio moral, é dissolução de costumes, é agressão ao preceito constitucional da probidade e da impessoalidade no serviço público, é a negação de princípios indispensáveis às sociedades democráticas e civilizadas.

Se são essas as companhias com as quais o Presidente da República pretende se apresentar ao setor cultural, pobres dos artistas, pois já tiveram como porta-vozes gente de convicções mais altivas.

Cabe apontar que muitos dos que estiveram com o Presidente no inacreditável encontro condenaram as opiniões dos colegas. Estavam ali de maneira legítima, emprestando apoio ao candidato que consideram o mais adequado para presidir o País e com o qual têm afinidades políticas.

Um exemplo foi o ator Tônico Pereira. “Não achei legal o que eles disseram. Se você não pensar nisso (a defesa da ética como valor de conduta) como possibilidade, então é melhor desistir. Eu persigo a ética na política”. A convicção de Paulo Betti sobre o imperativo das mãos sujas como prática aceitável, bem como a defesa do vale-tudo em nome da causa nobre, feita por Luiz Carlos Barreto, ou a preocupação exclusiva com o “jogo do poder”, manifestada por Wagner Tiso, mostram total menosprezo pelos esforços de aprimoramento nos quais se engaja a verdadeira vanguarda cultural, social e política do Brasil e avalizam

toda sorte de mazelas que infelicitam e atrasam o País. Além de corroborarem a suspeita de que, para certo tipo de gente, ética só é boa como **marketing** eleitoral.

A classe artística está, agora, em situação semelhante à da banda saudável da política: obrigada a reagir se não quiser se confundir.

O problema se apresenta mais grave aos partidários de Lula que o apóiam não porque mandam às favas a moralidade, mas porque concordam com ele, consideram-no o melhor candidato, avaliam positivamente seu primeiro mandato e o vêem como capaz de fazer um bom segundo governo.

Essas foram as palavras da jornalista Dora Kramer.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, quero ressaltar o artigo de Diogo Mainardi, que me parece um tanto mais esclarecedor, quem sabe, até das causas que levaram esses artistas a assim procederem, de forma vergonhosa, triste, deixando a nossa classe artística em posição desconfortável, embora toda ela, clara e evidentemente, não tenha responsabilidade pelo que essas pessoas disseram.

Diogo Mainardi escreve, em "O Mensalão das Artes":

José de Abreu é ator, apóia Lula. Os americanos decidiram boicotar Mel Gibson por seu anti-semitismo e Tom Cruise, por sua cientologia. Podemos boicotar José de Abreu por seu lulismo. Ele é nosso Mel Gibson, é nosso Tom Cruise.

A Eletrobrás patrocinou o último espetáculo teatral de José de Abreu. É um monólogo em que ele interpreta José Dirceu, José Mentor e Gilberto Gil. Uma gente da melhor qualidade.

Liguei para a assessoria de imprensa da Eletrobrás e perguntei quanto José de Abreu ganhou pelo espetáculo. Foram precisamente 145.900 reais. É muito? É pouco? Que sei lá eu? A rigor, qualquer investimento em teatro pode ser visto como um despropósito. O fato é que, contando com uma forcinha de José Sarney, José de Abreu ganhou o patrocínio da Eletrobrás. E apóia Lula. Em setembro, ele apresentará seu espetáculo no Amazonas. Amazonenses: boicotem-no.

Wagner Tiso também apóia Lula. Fui conferir sua agenda. Vi que ele rege a Orquestra da Petrobras, toca no Domingo na Funarte,

coordena as Quintas no BNDES, viaja a Paris a convite do Ministério da Cultura, é mandado a Goiás pelo Ministério do Turismo, apresenta-se no Centro Cultural Banco do Brasil e pede tutu da Lei Rouanet para gravar um CD comemorativo de sua carreira.

Gosto de me intrometer na vida dos outros.

Eu teria o maior interesse em saber quanto do faturamento de Wagner Tiso foi bancado pelo Estado nos últimos anos. E se o número aumentou ou diminuiu durante o mandato de Lula. Pensei em ligar para ele e perguntar-lhe diretamente, mas fiquei envergonhado. Wagner Tiso é amigo de um amigo. Já amolei tanta gente que só me restou amolar os amigos dos amigos. Acabei telefonando para a assessoria de imprensa da Petrobras, para tentar descobrir o valor de seu contrato com a Orquestra. Ninguém quis me informar. A Petrobras é o maior patrocinador cultural do Brasil. Em 2005, investiu 235 milhões de reais em patrocínios. É o mensalão das artes.

Cada um vota como bem entende. Eu só acho que, por pudor, os lulistas deveriam fazê-lo escondido, em vez de anunciá-lo publicamente, como aconteceu na casa de Gilberto Gil, na última segunda-feira. Listei algumas personalidades do meio artístico que declararam voto em Lula e que merecem ser boicotadas. Todas elas já receberam alguma ajuda do Estado. O efeito do boicote será nulo. Mas é sempre uma farra perturbar os lulistas. Caso alguém queira acrescentar um nome, mande-o para mim. Por enquanto, minha lista é a seguinte: Paulo Betti, Arlete Salles, Bete Mendes, Jorge Mautner, Alcione, Jards Macalé, Renata Sorrah, Zeca Pagodinho, Fernanda Abreu, Luiz Carlos Barreto, Augusto Boal, Rosemary, Jorge Furtado, Marcos Winter, DJ Marlboro, Ariano Suassuna, Shel, Cara Branca, Magrelo e Moringa. Peraí. Cancele a última parte.

Estou confundindo tudo. É o problema de ler tantos jornais. Os quatro últimos apóiam o PT, mas não pertencem ao meio artístico. Pertencem ao PCC.

Isso foi dito por Diogo Mainardi, na revista **Veja** do último final de semana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, enquanto estamos em casa elaborando um artigo, para mostrar a necessidade de este segmento social brasileiro, a classe artística, levantar-se com suas manifestações e com suas produções em defesa da

construção de uma grande Nação, assustamo-nos, ao ver que parcela – evidentemente diminuta – da classe artística brasileira, que pessoas representativas, que têm espaço na mídia, que se apresentam na Rede Globo, que são referenciais, estão a mostrar este tipo de perfil, a dizer expressões como estas: a ética que se dane; o jogo do poder é o que interessa; mensalão não é roubo.

Esperamos da classe artística deste País algo diferente, como já aconteceu em outras épocas e como acontece em todo o mundo. Artistas, pelas suas produções, pela sua sensibilidade social e humana, contribuem decisivamente para que nações inteiras tomem posições, busquem independência, lutem pela unificação.

Recordo-me de que Giuseppe Verdi, autor de óperas na Itália, nos idos de 1840, escreveu a peça Nabuco. Nabuco é uma ópera baseada no sofrimento do povo judeu, dominado por Nabucodonosor, pela Babilônia. O compositor foi buscar inspiração distante na história, porque, naquele instante, o povo italiano vivia história parecida, com a dominação da Espanha, da Áustria. Enfim, foi isso que o fez produzir *Va Pensiero*, “Voa Pensamento”, coro de escravos hebreus, mostrando a importância da libertação, inserindo no povo italiano a necessidade da libertação daqueles que também o oprimiam, mostrando a importância da unificação italiana: artistas contribuindo para a construção de um hino, que se transformou no hino nacional.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É isso que esperamos da classe artística, é essa sensibilidade, é o acender de centelhas para a construção de um ideário. Mas artistas globais, personalidades do mundo cultural, comportem-se de forma tão vergonhosa como essa? É de lamentar!

Isso é lamentável, tanto quanto o comportamento dos sanguessugas, dos mensaleiros, dos corruptos, dos corrompidos e dos corruptores. Isso é vergonhoso! É preciso, neste País, que a classe artística, o segmento cultural, levante a bandeira e mostre como a classe política, por vários de seus membros, tem procurado fazer a limpeza daquilo que há de pior em nossa instituição.

Aliás, em meu primeiro pronunciamento nesta Casa, Sr. Presidente, em fevereiro de 2003, antes que tudo isso acontecesse, mostrava claramente que, se quiséssemos ter uma democracia fortalecida, precisaríamos fortalecer o Parlamento, e, para isso, necessário seria que resolvêssemos os problemas que nos destroem aqui dentro e a partir de nós. Temos de resolver os problemas internamente, dentro do Par-

lamento, para que a sociedade nos possa respeitar. Disse isso no primeiro pronunciamento de apresentação que fiz nesta Casa, Sr. Presidente, exatamente em fevereiro de 2003.

Estava premeditando, imaginando que tudo isso iria acontecer? Não. É apenas uma questão de processo histórico, de perspectiva histórica daquilo que se fazia no Parlamento e que se continuou fazendo. Então, se quisermos um Congresso, um Parlamento limpo, teremos de resolver as mazelas que nós temos, aqui internamente, assim como, neste momento, o depoimento prestado por esses artistas precisa ser, de forma veemente, contestado, porque não é essa a forma de se construir uma grande nação, como a que precisamos em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador César Borges, ambos do PFL da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, passo à Mesa projeto de lei que apresento, para que, entre os meses de janeiro e junho de cada ano, o empregador pague como adiantamento a gratificação prevista no art. 1º, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior – quer dizer, o décimo terceiro salário. Então, passo à Mesa esse projeto, para que passe a ser obrigatório.

Sr. Presidente, o cinismo do Presidente da República é ilimitado.

Hoje, em São Paulo, o Presidente declarou: “No meu Governo não tem lixo debaixo do tapete”. Sr. Presidente, ou ele está louco ou o lixo está aqui: Lula, Delúbio, José Dirceu, Okamoto e outros ladrões do Governo dele.

O Presidente Fernando Henrique disse que não aceitava comparação com o Lula porque ele não é ladrão, e lugar de ladrão é na cadeia. Fez muito bem o ex-Presidente em não admitir que esse homem, que facilitou todas as roubalheiras e delas participou – e delas participou; é beneficiário até hoje da máquina do Governo; faz campanha com o dinheiro público; paga publicidade oficial para comprar a mídia; tem homens... E agora estou eu aqui: denunciei há mais de três anos, como ladrão, Humberto Costa – vampiro! E esse vampiro só agora é indiciado; ele com Delúbio. Ladrões que agiam em conjunto na máfia do sangue. Sanguessuga, sim, é isso: é Lula, é Humberto Costa, é Delúbio e essa corja que infelicitou o Brasil com um silêncio inacreditável, inclusive dos militares.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que o que declarou hoje, em São Paulo, o Presidente da Repú-

blica não ofende nem ao nosso Partido nem ao PSDB, porque tudo que ele disse, se ele tivesse um espelho em frente, era com ele. Ele, sim, é que é um Presidente que não respeita a moralidade pública, que não é sério e que os momentos de lazer que tem é para embebedar-se, e aí fala tudo que é asneira que vem na sua cabeça.

Sr. Presidente, nunca a Nação brasileira viveu momentos tão graves! O Presidente, candidato à reeleição, prometeu que no seu próximo governo intensificará o combate à corrupção. É engraçado Lula dizer que vai intensificar o combate à corrupção! O corrupto número um do Brasil vai intensificar o combate à corrupção! E joga para nós a corrupção, ele que faz todas as ladroagens do valerioduto; ele que toma conta do caixa depois de ser retirado tudo o que o caixa possuía. É muito bom abrirem-se cofres depois de esvaziá-los. É o que ele faz. E ainda se apresenta enganando a população brasileira como o pai dos pobres. Nunca uma pessoa se transformou tanto, de pobre em milionário como ele; e sua família também! Até hoje ele não respondeu por que seu filho recebeu R\$15 milhões da Telemar através da Gamecorp. Até hoje ele não respondeu por que Okamoto paga suas contas. Okamoto é do seu time titular.

Este Presidente não merece o respeito da Nação e é por isso que seus deputados aqui não vêm defendê-lo. Não vêm defendê-lo porque têm vergonha e não vêm defendê-lo porque não conseguem debater. E tudo isso acontece. Ele diz coisas sobre o presente e sobre o futuro que só mesmo um alienado é capaz de dizer. Quem faz um governo desta ordem e ainda quer alimentar o futuro com mais roubo, com gente pior do que a que ele tem?!

Ah, Sr. Presidente, não se pode esperar deste Governo coisa alguma. O que se pode esperar os jornais dizem: é que a renda cai e o desemprego sobe. E ele, cinicamente, vai à televisão e diz que há mais empregos hoje do que ontem. É assim o Presidente da República.

“Carga tributária bate recorde em 2005.” Ele, cinicamente, diz que nunca aumentou impostos e que os impostos, hoje, são menores que ontem. Ah, Sr. Presidente, está faltando a reação dos políticos, a reação do povo, inclusive a nossa reação, que temos oportunidade de dizer na televisão, nos programas eleitorais. quem é essa figura, e não o fazemos por um receio que não entendo. Confesso que esta não é a minha política. Confesso que ele teria que ouvir tudo o que fez; dizer que ele é o responsável pelo mensalão, que é o responsável pelo valerioduto, que ele é o responsável maior pelos sanguessugas.

O Presidente da República perdeu o respeito da Nação, por melhores que sejam as pesquisas. O respeito do País não se mede pela quantidade, mas pela dignidade do governante. Mas este governante perdeu a dignidade, perdeu a seriedade, não merece nenhum respeito dos homens de bem deste País.

E o que se faz? O que se faz é que alguns bobos da corte – como disse Dora Kramer, em artigo realmente magistral, e ainda foi assunto agora do discurso do Senador Almeida Lima – se reúnem para homenageá-lo na casa do Gilberto Gil. Um baiano inteligente, porque não trabalha e ganha dinheiro nos *shows* que faz como Ministro da Cultura. Se o dinheiro não é do Governo, pouca importa. Ele só está tendo esses *shows* todos por causa do Ministério da Cultura.

Acredite, Sr. Presidente, eu não gostaria de tratar assim desse assunto, que o candidato Jaques Wagner, que está tomando uma surra eleitoral, na Bahia, do Governador Paulo Souto, se declara o maior amigo de Lula; mas a falta de respeito dele é tão grande – e aí peço desculpas porque respeito também a sua senhora, que é minha amiga, ela é até minha eleitora, a Fátima –, e ele diz: “Ele é meu amigo, mas é mais amigo de minha mulher”.

Quem diz isso não pode ser candidato a governador! Não pode!

Que ele não seja baiano não é nada de mais, porque nós sempre atendemos a todos os brasileiros que vão para lá e fazem política lá. Já tivemos governadores não baianos. Mas ele não aprendeu nada na Bahia, de civilidade, de educação e, muito menos, de trabalho. É um preguiçoso da equipe do Lula e usa a amizade de sua esposa com o Presidente como um trunfo para obter votos. Isso, Sr. Presidente, é demais, e não podemos aceitar.

Sr. Presidente, são tantos os assuntos! “Governo pagou à ONG de amigos de Lula R\$7,4 milhões”. É assim. Agora, esse amigo de Lula faz voltar o dinheiro para eles. O dinheiro sai do contribuinte e volta para os políticos descarados que mudam de partido para apoiá-lo. Isso é o que está acontecendo no Brasil de hoje, com um Presidente que realmente não merece o respeito da Nação.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, na condição de representante do povo da Bahia, que não aceita esses métodos que o Presidente utiliza; do povo da Bahia, que não gosta dos ladrões, embora eles também roubem na Bahia. Onde eles estão, esvaziam os cofres. Eles são catedráticos em arrombamentos e sabem demais como furtar. É isso o que fazem, e jogam o dinheiro da Petrobras dizendo que vão dar um banho de asfalto na cidade de Salvador em troca de terrenos que jamais poderiam ser trocados, pois são

terrenos onde a Bahia não aceita que se faça posto de gasolina para a Petrobras utilizar distribuindo comissões a seus políticos ligados.

Já tenho feito tantas críticas a todos os setores deste Governo! Não há um governo que mereça tanto epíteto quanto este. A reação hoje do Presidente Fernando Henrique foi excelente. No entanto, Sr. Presidente, essa reação não pode ser somente do Presidente Fernando Henrique. Tem de ser de todos nós. Vamos reunir quatro, cinco, seis aqui e vamos formar uma luta insana contra essas figuras que estão deteriorando a vida da Nação!

Ah, Sr. Presidente, o tesoureiro de Lula não pagou a dívida de 2004! Não estou falando do Delúbio, não; é o novo. Todos são iguais. Tira Delúbio, bota o novo, José Felippi, e também é a mesma coisa. Waldomiro Diniz é a mesma coisa de Humberto Costa. Humberto Costa é a mesma coisa que Okamoto. Okamoto é a mesma coisa que Delúbio. E, assim, vai-se vivendo neste País. E esse cínico do Presidente tem coragem de dizer que nós é que somos corruptos!

Corrupto é o Presidente da República, Sr. Presidente, que não respeita esta Nação, que procura comprar artistas, mas encontra reação; a maioria dos artistas brasileiros não ratificou o que aqueles artistas disseram, ou porque estavam com uísque ou não, contra a ética: que governo não precisa ter ética e que quem faz política tem de fazer como Lula, metendo a mão na "M" – não vou dizer o nome, mas todos entendem.

Eles pensam que nós somos assim. Eles é que vivem sujos, porcos. Porcos! Pois realmente no lamaçal é que se dão bem.

Sr. Presidente, voltarei aqui amanhã. Tenha certeza de que não viajarei sem dizer mais verdades a esse Presidente da República, cujo cinismo chegou à raia do impossível.

Fez bem Fernando Henrique em responder e terá sempre aqui alguém para defendê-lo.

Não fui dos áulicos de Fernando Henrique. Tive amizade por ele, meu filho foi um grande amigo dele, mas, ao final, não nos entendemos bem. No entanto, comparar Fernando Henrique com Lula é um escárnio. E esse escárnio não aceito.

Quero, neste instante, apresentar ao Presidente Fernando Henrique a solidariedade do Senado da República pelas ofensas que lhe foram dirigidas por um Presidente que não sei se estava no seu estado normal, porque sempre se utiliza do álcool para falar.

Sr. Presidente, ou nós reagiremos, ou o Brasil vai sucumbir. Se não sucumbir é porque terá o bom senso de, ainda em tempo, mudar essa campanha da Oposição, que também não está boa, e Geraldo Alckmin

dizer perante a Nação tudo o que Lula é, sem receio de desagradar A ou B, dizer, claramente, como Fernando Henrique disse, que o lugar de Lula é na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, do PSDB do Ceará, por permuta com o Senador César Borges.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passei toda esta semana rodando por vários Municípios no interior do meu Estado, num contato muito próximo com a população sertaneja e interiorana do Ceará. Tive oportunidade de conversar com as pessoas e de sentir o momento político e econômico que vive a nossa região.

Recebi algumas notícias que eu ainda não tinha e constatei, depois, por documentos, o que vi **in loco**. Senador César Borges, V. Ex^a sabia que, de junho para julho, do primeiro semestre, para agora, julho e agosto, o número de Bolsas– Família, em valor, duplicou no Nordeste brasileiro? V. Ex^a tinha essa notícia? Ou seja, na época da eleição, duplicou-se o número de Bolsas– Família no Nordeste brasileiro – penso que isso aconteceu no Norte também, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Tasso Jereissati, permita-me?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Tasso Jereissati, a Agência Estado publicou, no dia de ontem, um texto dos jornalistas Expedito Filho e Fernando Dantas:

O desembolso com o programa Bolsa-Família deu um salto de 60% em apenas um mês, saindo de R\$ 597,7 milhões em junho para R\$ 952,4 milhões em julho, período que coincidiu com a melhora da avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva... (...) ...o aumento em julho foi ainda maior, atingindo 93% – de R\$245,8 milhões para R\$473,8 milhões.

O casamento do ano eleitoral com a expansão do assistencialismo pode explicar o bom desempenho do presidente Lula nas pesquisas de intenção eleitoral, assim como a boa avaliação do seu governo.

(...)

Para Marcos Coimbra, do Vox Populi, graças ao programa, “Lula quebra a resistência de um eleitorado dos grotões e das periferias das grandes cidades, formado por mulheres de baixa renda e escolaridade, que resistia a votar nele, mas por influência do Bolsa-Família, muda de idéia e passa a votar”.

Portanto, Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a denuncia, com muita propriedade, como é do seu estilo, um fato que está estarecendo todo o País: um assistencialismo que já chega a um terço da população brasileira. São 55 milhões de pessoas. Por que isso está acontecendo agora? Para garantir a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os índices que aí estão. Literalmente, o Presidente – e não podemos aceitar que o Tribunal Superior Eleitoral não veja isto – está fazendo uso da máquina pública, do dinheiro público para, simplesmente, malversar a consciência do eleitorado brasileiro, levando este a uma posição que não é a dele. Digo mais uma vez que o Presidente Lula tem se transformado no coronel do século XXI, comprando consciências e votos, e, de outro lado, dando dinheiro, sem gerar emprego, renda e crescimento econômico, promovendo um desajuste fiscal – ele que se gabava tanto do ajuste fiscal –, para garantir sua reeleição. Lamentavelmente, quem sofre é o País inteiro. Agradeço o aparte que V. Ex^a me concede.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador César Borges, por complementar, de maneira bastante competente, o que eu acabava de dizer.

Lembro-lhes que, assim como o Bolsa Família, fenômeno semelhante aconteceu com o programa chamado Pronaf B, que, se não me engano, mais do que dobrou. O Pronaf B, a título de ser um recurso de incentivo ao microprodutor rural, é um programa de distribuição de dinheiro pura e simplesmente. A pessoa credenciada a ser beneficiária do Pronaf B é credenciada pelo sindicato. Ao contrair empréstimo de R\$1.000,00 para pretensamente produzir algo, devolve R\$700,00, após dois anos.

Senador César Borges, V. Ex^a conhece o programa Pronaf B? O empréstimo é de R\$1.000,00, e, após dois anos, o devedor é obrigado a reembolsar R\$700,00; portanto, com juros negativos. O pior é que a pessoa é credenciada ao programa pelo sindicato local, e boa parte dos recursos destinados a produzir e a plantar, na verdade – tive oportunidade de conversar com várias pessoas –, está sendo gasta na compra de bens de consumo, desde bens duráveis até a bodega. Isso se explica de uma maneira bastante clara: somando o dobro do que foi feito em relação ao Bolsa-Família ao incremento de vendas em algumas lojas nas regiões do interior do Nordeste brasileiro. O Pronaf B é um programa, pura e simplesmente, de distribuição de dinheiro.

Senador Antonio Carlos Magalhães, que conhece isso muito mais do que eu, para mim esse programa não é novidade. Já era utilizado pelos velhos coro-

neis do Nordeste, na época da seca. Sempre houve distribuição de dinheiro, mas há 25, 30 anos, ela foi debelada por ser um programa, a longo prazo, mais nocivo à produção e ao desenvolvimento do Nordeste. Por quê? Porque tentava, de alguma maneira, anestesiar a população, quando se tornava freqüente. E a população, ao receber esse dinheiro constantemente, desconhecia a necessidade do trabalho, o valor do trabalho, a importância de produzir para desenvolver, estagnando a região no pauperismo. Isso foi política de 30 anos atrás, Senador Antonio Carlos Magalhães. A distribuição de dinheiro é política de 30 anos atrás.

Lembro-me que, na minha adolescência, uma das coisas que mais me impressionaram foi quando um grande coronel da minha região, na véspera da eleição, a quatro ou cinco meses da eleição, dizia: “Que Deus me dê a graça de uma seca, porque com a seca fazemos a distribuição de dinheiro, e estão garantidas as eleições”. Não é verdade? Dizia-se isso. Era o famoso voto de cabresto que, após tantas mudanças, tentamos modificar, e modificamos, no Nordeste brasileiro. Está se repetindo de uma maneira perversa uma política de 30 anos atrás, mas com uma diferença: com muito menos escrúpulos.

A distribuição do Pronaf B é uma vergonha. Assim também a duplicação do Bolsa-Família. Tenho notícias de uma dona de supermercado do interior do Nordeste que reclamou; disse que recebeu por engano o cartão, devolveu, mas, uma semana depois, recebeu novamente. Uma busca absolutamente inescrupulosa pelo poder está sendo exercida neste País pelo Governo do Presidente Lula.

Senador César Borges, também comecei a ver o outro lado da moeda em algumas questões que começam a aparecer. Não sei se, em suas andanças pela Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães e Senador César Borges, V. Ex^{as} tiveram a oportunidade de ver o outro lado da moeda, quando os problemas começam a aparecer. Teremos a oportunidade, nos próximos dois anos, de ver uma grande quantidade de problemas sociais em nossa região e no Brasil, de maneira geral, por causa do problema fiscal.

Senador César Borges, uma pessoa do Município de Jaguaruana, interior do Ceará – tenho amigos naquela região –, protestava violentamente contra a retirada das prestações do seu salário pelo chamado crédito consignado no banco. Um senhor idoso, provavelmente já avô, me mostrava seu contracheque. Seu salário reduzia-se a quase nada. Ele me disse: “Estão tirando, Dr. Tasso, esse recurso diretamente do meu salário. Senador, faça alguma coisa por nós, porque com esse salário eu não vivo.”

E fui verificar o contracheque e vi que apareceram outros programas de consignação, cada um com um limite. “Boa parte da população, Senador, não sabia o que era crédito consignado.” Receberam ofertas. E me mostraram, também nesse Município, se não me engano, uma kombizinha do BMG. Já viu isso na Bahia? Teve oportunidade de ver isso no Pará? A kombizinha do BMG, o famigerado BMG, oferecendo crédito consignado. O que deu aquela alegria, aquela explosão de consumo.

As pessoas não tinham noção de que o seu salário, depois de gasto todo esse crédito, viria totalmente corroído pelo BMG.

Isso está começando e vai estourar no ano que vem, Senador César Borges, para valer. Sugiro, inclusive, que se faça, entre os Prefeitos e Vereadores, Senador Flexa Ribeiro, uma avaliação do que está acontecendo. Os salários das pessoas estão corroídos. Vamos ter uma crise no comércio local, vamos ter de sustentar essa duplicação do salário e— o que é mais grave — estamos criando uma cultura do não-trabalho. Esse Governo conseguiu criar e implantar três culturas perversas, querendo instituí-las como uma tradição cultural brasileira de uma gravidade imensa.

São elas:

1) A cultura do não-trabalho, por meio dessas bolsas, desses Pronafs e dessa falsa ilusão de crédito. A cultura do não-trabalho, que não é novidade, repito, pois coronéis e alguns generais fizeram isso no passado. Era a grande indústria da seca! A indústria da seca era a distribuição de dinheiro, principalmente na época das eleições. Então essa é a cultura do não-trabalho.

2) A cultura da corrupção. Andando por aí, vemos que se está criando a cultura da corrupção. Conversando sobre o Governo do PT, a respeito da questão da corrupção, especificamente no caso do Estado do Ceará, ouvi de uma pessoa dizer o seguinte: “O Presidente Lula tem razão, Dr. Tarso, o Governo dele roubou, os amigos dele roubaram, o PT está roubando no Governo, mas quem não rouba? Todo mundo faz, por que não ele? Por que não ele?”

Ora, um Presidente da República que cria na sua população mais carente, mais pobre, menos educada, mais despreparada, a idéia de que roubar é normal, que todo mundo rouba, que roubar é válido, é uma liderança das mais perversas que já surgiu neste País. Que quer infundir na população brasileira menos preparada

de que roubo é uma coisa generalizada. E não é, nós sabemos que não é e ninguém aceita isso.

3) A cultura da mentira, que está sendo passada como devendo ser espalhada pela nossa população.

São: a cultura do não-trabalho, a cultura da corrupção e a cultura da mentira. Dizem que mentir é válido; mente o Presidente da República e, no dia seguinte, vai à televisão e se desmente; mente novamente no outro dia, se desmente no outro. E tudo isso é normal, permanece com a mesma cara que tinha antigamente.

E tudo isso é coroado em reunião com “intelectuais” brasileiros, que aplaudem e confirmam essas três coisas. É muito triste vermos acontecer no País o que está acontecendo.

Eu confesso, Senador, que fiquei profundamente impressionado. Aqui no Senado Federal, nesses dias... Nós sabíamos disso tudo. Sabíamos da corrupção — inédita na história deste País —; sabíamos dessas bolsas, que é um bom programa criado pelo PSDB e pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Foi implantado no Governo FHC, por sugestão e projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas que, hoje, distorceu-se em um projeto eleitoral, totalmente irresponsável e que incentiva o não-trabalho e a cultura da mentira, de que se pode mentir com a maior desfaçatez possível e, no dia seguinte, desmentir-se com a maior tranquilidade.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) — Perdoe-me, V. Ex^a. E tem o cinismo de querer nos colocar na posição deles, de corrupto. Ele é o maior corrupto, esse é o Governo mais corrupto que o Brasil já teve em todos os tempos, e querem jogar isso no Governo passado e no PFL. Evidentemente, que esse Presidente da República não merece o respeito da Nação. Ele pode ser Presidente, até como tantos, mas não tem a dignidade indispensável a um Chefe do País.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) — Senador Antonio Carlos, concordo inteiramente com V. Ex^a. E é, no fundo, o que estou dizendo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) — Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) — Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) — Senador Tasso, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que V. Ex^a faz, como também ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que o precedeu. V. Ex^a traz à Nação brasileira aquilo que a Nação brasileira ouviu e toma conhecimento, mas o sentimento de anes-

tesia da visão e da consciência da população por meio dessa – eu diria – aposentadoria da miséria. Porque o que está sendo feito é realmente nivelar todo mundo por baixo. Essa é a prática do PT: todo mundo tem de ser miserável e, assim, que se mantenha toda a sociedade brasileira sem oportunidade de crescer como cidadão, sem oportunidade de ter acesso ao emprego. E V. Ex^a apresenta aqui, talvez, os três piores pecados que esse Governo está trazendo à sociedade brasileira: a preguiça, a corrupção e a mentira. E aí, Senador Tasso Jereissati, como é que fica a juventude brasileira com o exemplo dado pelo Presidente da República à sociedade? Que exemplo essa juventude pode ter de um Presidente que considera natural esse tipo de coisa? Então, em relação à formação dessa geração brasileira que vê esse mal sendo arraigado na sociedade, talvez esse seja o maior crime que o Presidente Lula esteja cometendo contra os brasileiros. É bom que os brasileiros tomem consciência de que esta não é a verdade, que este não é o caminho correto, que o caminho correto é o da ética, é o do trabalho com dignidade, é o da verdade, que é tudo o que falta a este Governo. Tenho certeza de que isso vai ser revertido, mas lamentavelmente a sociedade ainda, por mais que se tente esclarecer, não enxergou que estamos caminhando para um futuro próximo que é perverso para a sociedade brasileira, na economia e em todos os segmentos. E V. Ex^a denuncia isso, como denunciam todos aqueles que têm um compromisso com este País, o compromisso com um País melhor. Com certeza absoluta, o País não será atingido por esse caminho que o PT mostra, e não só mostra, mas toma como princípio e como função de execução junto ao seu Governo. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

Hoje é difícil para mim dizer qual dos crimes é o mais grave. Na minha terra, talvez conhecida até pelas dificuldades naturais que existem no semi-árido – 85% do semi-árido está no Ceará –, tudo é muito difícil. O cearense, reconhecidamente um dos povos mais trabalhadores deste País, forte como diria Euclides da Cunha, vê essa tentativa de condenação dessa população ao não trabalho eterno e ao não emprego. Para mim, talvez isso doa mais do que a falta de valores que estamos discutindo.

Mas, fazendo alusão ao cinismo a que o Senador Antonio Carlos Magalhães se referiu, quero pedir licença ao Presidente desta sessão para ler um trecho do artigo do jornalista Arnaldo Jabor, publicado em **O Globo** de hoje, que faz menção, Senador Flexa, jus-

tamente a esse cinismo, Senador Antonio Carlos. Eu gostaria que V. Ex^{as} o ouvissem.

Peço ao Presidente que o artigo seja registrado nos Anais da Casa.

O Presidente responde a alguém no famoso encontro de intelectuais: “Sempre foi assim, corrupção endêmica, sobras de campanha, houve erros éticos, todos os Partidos fizeram isso...”

Diz o jornalista:

Esta falsa explicação é enlouquecedora, porque ilude, elide a verdade meridiana que é a seguinte: não foi apenas um desvio “ético” ou uma “roubalheira tradicional”. Não. Foi um plano armado para mudar o Estado por dentro, por um bando de sujeitos que se consideram “superiores” a nós, com a “missão” de usar a democracia para apodrecê-la. Ideólogos ignorantes e narcisistas tentaram mais uma “revolução” ridícula, que não rolou. Aliás, erram sempre e continuarão a errar. No entanto, é espantoso que gente que estudou e que come continue a achar que foi “caixa 2 ou desvio ético de alguns companheiros”. A barra foi muito mais pesada. E pode voltar a ser.

Os quadrilheiros do governo não são de esquerda, não; são de direita, autoritários. Não só desviaram bilhões de reais de aparelhos do Estado, de fundos de pensão, por contratos falsos, mas roubaram também nossos mais generosos sentimentos. E não é só a mentira que indigna. É a arrogância cínica com que mentem. E a mentira vai se acumulando como estrume e acaba convencendo muitos ingênuos.

Eu gostaria de ver estas palavras registradas.

Realmente, a inteligência e a facilidade de expressão do jornalista Arnaldo Jabor demonstram, com toda a clareza, a indignação que eu gostaria de expressar, mas não tenho o mesmo talento.

Recomendo a todos que leiam o artigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TASSO JEREISSATI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ARNALDO JABOR

Burrice no poder chama-se fascismo

Nosso atraso será mantido em nome do progresso

A reunião dos intelectuais e artistas com Lula, no Rio, destampou a panela da verdade. Quando dizem: "Os fins justificam os meios, mensalão não é crime" ou "Não estou preocupado com a ética do PT nem com qualquer ética. Isso não interessa; eu acho que o PT fez o que tem de fazer para governar o país...", esses bravos criadores de arte e pensamento estão trazendo à luz do dia, num ato falho espetacular, a verdadeira ideologia que orienta o PT.

Os petistas do governo ficam enrolando e, aí, vêm uns artistas ingênuos e abrem o jogo cuidadosamente escondido. Prestaram um serviço à verdade, porque muita gente boa repete, como robôs do Lula: "Sempre foi assim, corrupção endêmica, sobras de campanha, houve erros éticos, todos os partidos fizeram isso..."

Esta falsa explicação é enlouquecedora, porque ilude, elide a verdade meridiana que é a seguinte: não foi apenas um desvio "ético" ou uma "roubalheira tradicional". Não. Foi um plano armado para mudar o Estado por dentro, por um bando de sujeitos que se consideram "superiores" a nós, com a "missão" de usar a democracia para apodrecê-la. Ideólogos ignorantes e narcisistas tentaram mais uma "revolução" ridícula, que não rolou. Aliás, erram sempre e continuarão a errar. No entanto, é espantoso que gente que estudou e que come continue a achar que foi "caixa 2 ou desvio ético de alguns companheiros". A barra foi muito mais pesada. E pode voltar a ser.

Os quadrilheiros do governo não são de esquerda, não; são de direita, autoritários. Não só desviaram bilhões de reais de aparelhos do Estado, de fundos de pensão, por contratos falsos, mas roubaram também nossos mais generosos sentimentos. E não é só a mentira que indigna. É a arrogância cínica com que mentem. E a mentira vai se acumulando como esturme e acaba convencendo muitos ingênuos.

Sempre houve corrupção no Brasil? Claro que sim, mas o ladrão tradicional sabia-se ladrão, roubava em causa própria e se escondia pelos cantos para não ser flagrado. Os ladrões desse governo roubam de testa erguida, como se estivessem fazendo uma "ação revolucionária". Dizer que "sempre foi assim" é burrice ou má-fé.

SEGUNDO TEMPO

Não tem papo: Lula está reeleito. E, num segundo mandato, haverá uma obstinada tentativa de desmanchar os escândalos do chama-

do mensalão, desde os dólares na cueca até a morte de Celso Daniel e Toninho do PT, como já insinuam, dizendo que são "mentiras sobre supostos crimes sem comprovação..."

As chamadas "forças populares", que ocupam os 40 mil postos no Estado aparelhado, permanecerão nas "boquinhas".

As Agências Reguladoras serão assassinadas. Os sinais estão claros, com várias delas abandonadas, e com indícios de que o PMDB já quer diretorias, que o PT cederá com prazer.

O Banco Central deve perder possibilidade de autonomia, pelo que já declaram os membros do "comitê central". A era Meirelles-Palocci será queimada, velho desejo de Dirceu e camaradas. Qualquer privatização essencial, como a do IRB e a do Correios, por exemplo, será esquecida.

A Lei de Responsabilidade Fiscal será desmoralizada por medidas atenuantes, como já sinalizou Tarso Genro, que, a julgar por seus ademanos conciliatórios, talvez queira ser presidente em 2010.

Os gastos públicos aumentarão e não haverá cortes.

A obsessão do "Controle" sobre a mídia e a cultura voltará, como tentaram no início do primeiro tempo.

Certas leis "chatas" serão ignoradas, como Lula já está fazendo com a lei que proíbe reforma agrária em terras invadidas ilegalmente, "es-

quecendo-a” de propósito. Aliás, a evidente tolerância com os ataques dos “MSTs da vida” mostra que, além de financiá-los com mais de seis milhões num ano, este governo quer mantê-los unidos e fiéis, como uma espécie de “guarda pretoriana”, caso a crise política se agrave. Não duvidem, eles serão os peões de Lula.

TUCANOS CEGOS

Por outro lado, assim como os petistas e Lula desqualificam a seriedade, o PSDB atual desmoraliza a social-democracia moderna. Afinal, o que é o PSDB? Que partido é esse, sem plataforma, sem símbolo, a não ser uma aguada candidatura, posando de “limpinha”, um partido que não berra, não urra, não deseja nada? O que é o PSDB, para além do que FH formulou e Serra projetou? Onde está a herança da fundação, de Montoro, de Covas? Ninguém sabe. Desorientados, divididos e ociosos, não têm bala para competir com o carisma cínico e populista do Lula. Já eram.

É isso aí. Intelectuais e artistas votarão em Lula de novo porque não têm opção legível ou porque, no duro, acham que o *lulo-dirceuzismo* estava certo, e que o PT e sua quadrilha fizeram

bem em assaltar o Estado para um “fim revolucionário”. Na moita — porque não se declaram — não são democráticos. Deus os perdoará, pois não sabem o que fazem... Não sabem que jogaremos fora a única revolução possível no país, que seria o enxugamento de um Estado que come a nação, inchado de privilégios e clientelismo, um Estado que só tem para investir 0,5 do PIB. A única revolução seria administrativa, apontada na educação em massa, nas reformas institucionais. O único consolo é que, graças a Deus, a “macro” foi herdada e mantida por Palocci, e a economia mundial está “bombando”. Rezemos também para que não haja uma grave crise mundial, pois poderão pipocar bravatas “antiimperialistas”, exaradas pela política do nosso “Itamaraty revolucionário”.

De modo que as frases de artistas e intelectuais que temos ouvido, dentro e fora da Academia, não só denotam a pobreza de sua cultura política, como sintetizam, iluminam e até mesmo alcagüetam as verdadeiras intenções da quadrilha que continuará no poder e que poderá tentar um “chavismo cordial”.

O atraso do país será perpetuado em nome da burrice “progressista”.

O diabo é que burrice no poder chama-se “fascismo”.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. César Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Marcos Guerra, Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno à tribuna hoje, primeiro, para dizer da alegria que tive, ao longo da semana que passou, em visitar, juntamente, com o futuro Governador do Pará, Almir Gabriel, vários Municípios do meu Estado, principalmente os da região sul e sudeste, tais como: Bom Jesus, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Itupiranga, Marabá, Xinguara, Conceição do Araguaia e Redenção.

Lá, em companhia dos nossos companheiros, dos políticos que acompanham o projeto do novo Pará, fomos novamente, como eu aqui disse na semana passada, efusivamente recebidos pela população, que amistosamente acolheu a caravana que passou por essas cidades.

Verificamos o quanto já foi feito, ao longo desses doze anos de governo do novo Pará, por essa região do nosso Estado. Levamos, por intermédio do candidato Almir Gabriel, os compromissos – e não as promessas – daquilo que será feito no seu próximo governo.

É lamentável, meus brasileiros, principalmente, meus amigos paraenses, que os políticos, em época de campanha, Senador Marcos Guerra, façam promessas mirabolantes, digam inverdades que, ao longo do mandato, não são cumpridas.

Eu dizia, em pronunciamento anterior, que deveria haver uma lei que obrigasse o cumprimento dos compromissos, sob pena de perda de mandato e de inelegibilidade, caso aquilo que fosse assumido durante a campanha não pudesse ser realizado. Só assim não haveria possibilidade de políticos inescrupulosos enganarem a população, fazendo daquilo que sabem que não podem cumprir objeto de campanha.

Se voltarmos quatro anos, Senador César Borges, vamos verificar que tudo aquilo que foi dito – e é fácil ouvir novamente os programas nas rádios – não foi cumprido, Senador Antonio Carlos Magalhães. E fica por isso mesmo! Agora, continuam a dizer coisas que não serão feitas no futuro.

Há necessidade de se dar um basta em promessas não-cumpridas, de se ter um limite para isso, senão sob pena de perda de mandato, sob a inelegibilidade, para que ele não possa continuar mentindo à população brasileira em um próximo pleito.

É sobre isso que peço aos paraenses e aos brasileiros que reflitam. É muito fácil. É fácil refletir; é fácil comparar. Verifiquem nos seus Estados. Lembrem-se daquilo que foi prometido na campanha passada e se algo foi feito.

No Estado do Pará, Presidente Marcos Guerra, nada, absolutamente nada do que foi prometido foi executado. Nada! Ao contrário, o Presidente Lula classificou o Estado do Pará como seu inimigo e o fez por intermédio dos paraenses, que elegeram o Governador Simão Jatene – o qual faz um grande Governo, apesar das dificuldades e da falta de repasses das verbas federais, diferentemente daquilo que aqui se apregoa e que é mentira.

O Presidente Lula vai à televisão e diz que repassou ao Pará, no ano de 2005, mais de R\$5 bilhões, quando, na realidade, não houve repasse voluntário algum. Só é possível se chegar a essa cifra – embora eu acredite que nem mesmo assim – se considerarem os repasses constitucionais e, mais que isso, as aposentadorias e os salários. Aquilo que é obrigação do Governo, ele coloca como sendo benefício para o Estado.

Assim deve ser na sua Bahia. Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O único erro de V. Ex^a foi dizer que essa retaliação é no Pará. Isso é no Brasil inteiro, a não ser onde estejam roubando. E, lá no Pará, devem estar roubando também, porque se roubam no País, por que não vão roubar no Pará? Não tenha dúvida. É o inimigo do povo brasileiro e o está iludindo com o seu discurso evidentemente fora de moda. De qualquer maneira, está enganando a população, mas sem a dignidade de um verdadeiro Presidente da República.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo para abrilhantar o conteúdo do meu pronunciamento.

Verifiquem, brasileiros e brasileiras, como o Presidente Lula engana a Nação ao tentar esconder e se desvincular de seu Partido.

Isso também acontece no meu Estado. A candidata ao Governo do Pará pelo PT abandonou o vermelho e não o usa mais como a cor do Partido. Ela tornou-se cor-de-rosa. Ela só usa rosa e fala com mansidão, diferentemente dos pronunciamentos que fez no plenário, conhecidos por todos. Só fala das coisas que acredita não terem sido feitas, mas não tem programa, não tem projetos, Senador Antonio Carlos Magalhães, assim como o próprio Presidente, porque não tem como fixar metas e objetivos a serem cumpridos.

É lamentável que o próprio Presidente, hoje, esconda o PT, talvez por tudo que a sociedade brasileira saiba que representa esse Partido. Até as cores do seu programa de televisão já são diferentes: são as da Bandeira Nacional e não mais a tradicional cor vermelha – talvez porque, hoje, vermelho seja de vergonha.

Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, também vou-me referir a dois problemas da maior importância e gravidade que o Estado do Pará enfrenta na atualidade.

Todos os Estados em desenvolvimento – todos – possuem uma lei de incentivo fiscal voltada para atrair investimentos. Foi assim na Bahia e já tive a oportunidade de dar os parabéns ao então Governador e, hoje, Senador César Borges, que, de forma sábia, levou para a Bahia a fábrica da Ford, escoraçada do Rio Grande do Sul pelo então Governador Olívio Dutra, petista de carteirinha. Sabiamente, visando ao futuro da Bahia, o Senador César Borges deu os incentivos necessários para que a fábrica lá se instalasse. Em função disso, gerou-se o forte parque da indústria automobilística na Bahia, que hoje emprega e gera renda e recursos para o desenvolvimento do Estado.

Lamentavelmente, o meu Estado do Pará teve a sua lei de incentivos fiscais levada ao Supremo Tribunal Federal por uma denúncia de Deputada e de Vereadora do Partido dos Trabalhadores do Pará, que diz defender os trabalhadores mas que vai contra os seus interesses.

Essa denúncia gerou uma Adin julgada pelo STF como inconstitucional.

O Governador Simão Jatene refez a política, alterou o contexto, editou novas medidas. Para surpresa nossa, Senador César Borges, novamente um advogado de Brasília, por interesse não sei de quem, entrou com uma representação, denunciando a nova lei de incentivos, que foi acolhida pela Procuradoria-Geral e encaminhada ao STF.

Meus paraenses, é necessário que se identifique quem é contrário ao desenvolvimento do Pará, quem

não quer que o Pará cresça, quem não quer gerar emprego no Pará, porque não podemos ficar sem uma lei que possibilite a atração de novos investimentos e, mais que isso, a garantia de sobrevivência dos 167 projetos aprovados, que geraram 180 mil empregos diretos e indiretos.

É importante que o PT, que provocou essa situação, como Partido político, coloque-se de forma clara, assim como seu Presidente, como inimigo do Pará. Quem defende o fechamento dessas empresas defende, evidentemente, o desequilíbrio do Estado e é inimigo do nosso querido Pará.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muita honra, concedo um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Flexa Ribeiro, quero apenas solidarizar-me com V. Ex^a, que quer o crescimento do seu Estado. O crescimento e a dignidade de uma população se fazem com a geração de emprego. É o trabalho que dá dignidade ao homem. É claro que, para os mais necessitados, pode haver um programa assistencialista, mas deve existir uma porta de saída, deve-se qualificar a mão-de-obra, para que, por meio do crescimento econômico, ela consiga emprego. V. Ex^a pergunta de quem é a última Adin. Não tenha dúvida de que é do PT; a origem e a inspiração são petistas. Eles não querem o crescimento. Imagine V. Ex^a que, na Bahia, à chamada região cacauieira – que já prestou tantos serviços ao País, trazendo divisas para, inclusive, financiar a industrialização de São Paulo nas décadas de 50 e de 60 –, o PT levou o bioterrorismo. Levou para lá a vassoura-de-bruxa da Amazônia, porque queria ver a decadência da região, para poder assumir, politicamente, uma posição de destaque. E conseguiu! É o que chamo de crime que compensa. Hoje, todos estão na direção da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Um deles é candidato a Deputado Federal, o Sr. Geraldo Simões, e a Polícia Federal não apura absolutamente nada. Vou-lhe dar outro exemplo. V. Ex^a citou o caso da Ford. Foi uma luta dos baianos que amam a Bahia, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, no Congresso Nacional. Às vezes, havia má vontade do Governo Federal em dar incentivo federal – o estadual nós o demos. Sabe quem foi contra? O PT. O Sr. Jaques Wagner, candidato ao Governo da Bahia pelo PT, votou contra a instalação do projeto da Ford na Bahia. Aliás, a Ford permitiu que a Bahia duplicasse seu Produto Interno Bruto, em cinco anos, gerando mais de 60 mil empregos diretos e indiretos. Então, esse Partido é arrivista, ou seja, quer o poder pelo poder. O que ele quer

é poder. Quer desempenhar seu papel de conquistar o poder, para que haja ascensão social daqueles que fazem o sindicalismo petista. Em contrapartida, não há projeto para melhorar, realmente, a qualidade de vida da população. Agradeço a V. Ex^a, solidarizo-me com V. Ex^a, que, aqui, está bradando, gritando, sofrendo, para desenvolver o Estado que V. Ex^a aqui representa, ao passo que o PT não quer saber de nada disso! O PT quer ganhar a luta política! Ele quer ganhar o poder apenas; depois, não sabe sequer o que fazer com o poder nas mãos!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É o poder pelo poder.

Senador César Borges, agradeço pelo aparte de V. Ex^a, que abrilhanta o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, todos devem ter lido a biografia de José Genoíno, lançada recentemente, intitulada “Entre o sonho e o poder”. Quem era José Genoíno?

Era o braço direito de Lula, até ser derrubado pelas denúncias de corrupção.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. *Fora do microfone.*) – O dólar na cueca.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Também. Senador Antonio Carlos Magalhães, ele diz, com todas as letras, que “o PT é um Partido eleitoreiro”. Ele, que foi Presidente do PT, afirma isto: “O PT é um Partido eleitoreiro; abandonou a sua base social e não estava preparado para governar o País”. Quem diz isso é a oposição? Não, Senador Marcos Guerra! Não é a Oposição! Quem diz isso é o ex-Deputado José Genoíno, ex-Presidente do PT, braço direito de Lula. É ele quem confirma tudo aquilo que a Nação brasileira já sabe. Também o Assessor de Imprensa do Presidente Lula, Ricardo Kotscho, em sua biografia, no livro que escreveu, descreve, em minúcias, a reunião ocorrida, Senador Antonio Carlos Magalhães, no apartamento do ex-Deputado Paulo Rocha, com a presença de Lula, onde foi negociado o apoio do PL por R\$10 milhões. Está no livro do Ricardo Kotscho! Quem diz isso não é a Oposição, e sim o próprio PT.

Então, quando V. Ex^a, no brilhante aparte, diz que “o PT quer o poder pelo poder”, é evidente que é isso. Vejam Senadores César Borges e Antonio Carlos Magalhães, é importante que a Nação reflita, porque, agora, em 1º de outubro usaremos o maior instrumento que temos para definir o futuro das nossas famílias, o futuro dos nossos filhos, que é o nosso voto. Se quisermos um País com crescimento, com desenvolvimento, com geração de emprego – tive a oportunidade de, nas caminhadas que fiz pelo interior do Pará, conversar com uma senhora, em Bom Jesus do Tocantins. Ouvi essa senhora dizer que recebia o Bolsa-Família, mas não queria ficar presa a isso. Ela queria uma oportunidade

de emprego, para ter condições de, com dignidade, sustentar a família. O filho dela, que não recebia o Bolsa-Família, estava desempregado e não tinha condições de se empregar porque não há desenvolvimento no Município onde ele vive -, é importante que a Nação brasileira veja isso, e será pelo voto! Só assim poderemos transformar essa situação, esse quadro por que passa a Nação brasileira.

Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, conto com a generosidade de V. Ex^a, porque ainda quero fazer algumas considerações. Inclusive já disse isso ao Senador Renan Calheiros quando S. Ex^a presidia a sessão, e disse-o também no gabinete de S. Ex^a, na Presidência do Senado Federal. O Estado da Bahia e também 21 Estados brasileiros têm grande interesse no cumprimento do acordo firmado no gabinete do Presidente Renan Calheiros com relação à liberação dos recursos da Lei Kandir – recursos aprovados no Orçamento, que somam R\$5,2 bilhões. Deste valor, apenas a menor parte, não a parte referente ao fomento, nem à referente ao excesso de arrecadação, se não me falha a memória, apenas R\$1,950 bilhão, de um total de R\$5,2 bilhões, está sendo repassado aos Estados. Àquela altura, o Ministro da Fazenda assumiu compromisso com o Congresso Nacional no sentido de que esses recursos seriam automaticamente liberados. Espera-se, até agora, que o Presidente da República edite uma medida provisória para que o seu compromisso, um a mais feito e não cumprido, seja realmente tornado realidade, para beneficiar a Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Estados exportadores, os quais abriram mão, e mais o Espírito Santo, do Senador Marcos Guerra. Repito: Estados exportadores, que abriram mão do ICMS para ajudar o País a aumentar suas exportações, dando ao Presidente esse superávit da balança comercial que aí está. No entanto, retira-se dos Estados a capacidade mínima de poderem sustentar as suas necessidades de serviço junto à população, principalmente em um Estado como o do Pará, com uma base econômica voltada para o extrativismo mineral, em que a implantação dos grandes projetos faz com que haja grandes migrações, aumentando em um terço a população, nos últimos 10 anos, passando de 5,5 milhões para 7,2 milhões, sem que esses projetos gerem quaisquer recursos para o Tesouro estadual, porque são todos isentados dos impostos estaduais e federais, o que é correto, porque não se deve exportar imposto. Mas é preciso que o Governo Federal faça o ressarcimento desses impostos, e regulamente de vez a Lei Kandir, utilizando, para isso, o Imposto de Importação e o ICMS sobre a importação, que são recursos oriundos da importação e que devem beneficiar o esforço de exportação.

Espero, Senador César Borges, que o Ministro Guido Mantega mantenha aquilo que disse ao Governador Aécio Neves na segunda-feira retrasada. Ou seja: que até o final de agosto, essa medida provisória seria editada, e que os recursos seriam liberados nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Ministro Guido Mantega, V. Ex^a disse isso em canal aberto de televisão. Quero lembrar-lhe que o mês de agosto termina amanhã, para que isso não se torne mais uma inverdade entre outras tantas deste Governo!

Para finalizar, Presidente Marcos Guerra, eu trouxe um documento – mas não vou fazer a leitura, deixarei para um outro pronunciamento – com a preocupação da Confederação Nacional da Indústria, Senador César Borges, Senador Romeu Tuma, em relação ao curso da economia. Ainda hoje, por ocasião da reunião de diretoria, nas informações do Presidente, tem um texto que aponta para um futuro sombrio. Eu lerei apenas, com a generosidade de V. Ex^a, alguns trechos daquilo que foi relatado por meio de uma síntese da economia brasileira agora em agosto.

“A situação atual da indústria enseja avaliações distintas; na média, o setor cresce, ainda que a taxas apenas moderadas”. Nós estamos crescendo muito abaixo da necessidade que temos. É por isso que não há geração de emprego, porque a economia não desenvolve, a economia não cresce no ritmo necessário e este Governo não tem interesse em fazer a economia crescer, porque optou por criar a aposentadoria da miséria. Ou seja, distribui R\$90,00, R\$45,00 e não dá possibilidade de dignidade a esses brasileiros e brasileiras.

Diz mais o documento: “Mas o crescimento é bastante heterogêneo e concentrado em um pequeno grupo de segmentos ou empresas...” Está aí o lucro dos bancos. Enquanto se distribui para o Bolsa Família algo em torno de R\$9 a R\$10 bilhões por ano, os bancos lucram R\$48 bilhões. Onde está a distribuição de renda neste Governo, Senador César Borges? Está distribuindo ou está concentrando? Está fazendo com que essas pessoas possam melhorar o seu patamar ou está achatando e fazendo com que elas percam aquilo que este Governo disse que traria para o povo brasileiro, que era a esperança? Não há esperança nessas pessoas que recebem o Bolsa Família. Muito pelo contrário. O que há é um sentimento de desesperança, apenas. Como o nosso caboclo do interior diz: “Está vendo a vida passar”. Porque não tem nenhuma perspectiva de melhoria da sua vida e, muito menos, da vida de seus filhos.

Para não aumentar muito a generosidade do Presidente com relação ao meu tempo, vou apenas citar aqui o trecho:

O IBGE também mostrou o arrefecimento do crescimento da indústria em junho. Ajustada para a sazonalidade, a produção industrial recuou 1,7%, na comparação com maio, e mostrou queda de 0,6% em relação a junho do ano passado.

E mais:

A expressiva e persistente valorização do real frente ao dólar é preocupante. A taxa de câmbio média do primeiro semestre de 2006, Senador César Borges, ficou em R\$2,19, por dólar, contra a média de R\$2,57 no primeiro semestre de 2005. Em agosto, essa taxa recuou para R\$2,16 por dólar.

Estou pontuando as preocupações do setor produtivo brasileiro.

Os dados sobre o câmbio são importantes e mostram o desequilíbrio fiscal que vai acontecer por conta de atitudes tomadas, como disse aqui o nobre Senador Tasso Jereissati: o aumento politiquero da liberação de recursos do Bolsa Família e do Pronaf B. Eu mesmo já fiz um requerimento pedindo informações com relação à situação dos financiamentos do Pronaf e até hoje não recebi resposta, Senador César Borges.

Mas olhe o que diz a análise da Confederação Nacional da Indústria: “As dificuldades das empresas refletem a situação estrutural de uma carga tributária crescente nesta primeira metade do ano, com despesas aumentando em ritmo maior que as receitas”. Esse é o risco. Enquanto o crescimento do PIB nominal nos sete primeiros meses de 2006 – com relação ao mesmo período do ano passado, foi estimado em 7,7%, a arrecadação total do Governo cresceu 11,1% e a despesa do Governo, de custeio, 14,8%, em termos nominais. Então, nós crescemos menos, arrecadamos mais e gastamos mais do que arrecadamos.

O que isso nos leva a refletir? O ex-Ministro Palocci, por diversas vezes foi à Confederação Nacional da Indústria, veio à CAE – os Senadores César Borges e Romeu Tuma devem lembrar-se –, dizendo que a reforma proposta era neutra, que não haveria aumento de carga tributária.

Para terminar, vou ler apenas a questão da carga tributária atual: ainda em relação à economia, Senador César Borges, registro a análise do último dia 24, em que a Receita Federal anunciou que a carga tributária em 2005 foi de 37,37% do PIB, ante 35,88% em 2004. Este é o nível recorde de aumento da carga tributária no País pelo segundo ano consecutivo, e este Governo vem à sociedade dizer que não aumentou a carga tributária, quando a própria Receita Federal declara que a carga tributária de 2005 é bastante superior à

carga tributária de 2004, como a de 2006 será superior à de 2005. É lamentável.

Encerro, Presidente Marcos Guerra, na certeza de que os brasileiros, ao exercer o direito de voto em 1º de outubro, irão fazê-lo com a consciência de que estarão pensando no futuro de suas famílias, pensando nos seus filhos e nos seus netos e pensando, com certeza absoluta, num Brasil melhor, num Brasil maior, num Brasil mais justo, num Brasil desenvolvido econômica e socialmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia, e, em seguida, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assistimos, hoje à tarde, a discursos da maior relevância para os Estados brasileiros, como o do Senador Flexa Ribeiro para o Pará, o do Senador Antonio Carlos Magalhães para a Bahia e o do Senador Tasso Jereissati para o Ceará. Mas eu diria que a importância maior desses discursos, Presidente Marcos Guerra, é para o País, porque todos eles contextualizam a realidade brasileira, a lamentável realidade que nós estamos vivendo.

Há uma preocupação muito grande com este País, com o hoje e com o amanhã. Estamos assistindo – eu diria – quase que a uma lavagem cerebral, a uma tentativa de compra de consciência da população. O Governo, que se dizia ético, honesto e sério, um partido como o Partido dos Trabalhadores, que carregava a bandeira da ética e da moralidade, que prometeu reformar os costumes políticos brasileiros, nada disso fez, e, como disse o Senador Tasso Jereissati, banalizou a corrupção neste País. De certa forma, parece que a população está anestesiada, foi nivelada por baixo. Esse é o grande tributo que o Presidente Lula trouxe ao País.

Ele foi eleito sob o lema de que a esperança venceu o medo. Hoje, Senador Marcos Guerra, tenho muito medo do futuro do nosso País. Depois de quatro anos desse Presidente, Senador Romeu Tuma, tenho muito receio, porque sabemos que ele e seu Partido têm um viés autoritário. Ontem, lia na **Folha de S. Paulo** que o Presidente da República deseja criar controles para os setores de rádio e televisão e para a grande imprensa, nos quais reside uma resistência a todos os males que estão acometendo o País. Ele deseja criar “Conselhos populares” para poder controlar a mídia. Em outras palavras, ele quer implantar uma censura governamental sobre os meios de comunicação, algo que nem a ditadura, talvez, tenha pensado em fazer da forma como ele está cogitando hoje.

Portanto, neste momento, temos de refletir, temos de fazer um apelo à população brasileira, àqueles que pensam neste País, para analisarmos os rumos que estamos tomando, lamentavelmente, por conta de programas governamentais que visam a comprar a consciência da população com benefícios que sabemos que não são permanentes. Não são benefícios que dão crescimento econômico ao País, mas que iludem a Nação, principalmente aqueles que mais necessitam e que recebem o benefício para que possam amanhã dar seu voto em um Presidente que praticou o assistencialismo e que não conduziu o País no sentido de gerar emprego e renda para a população.

Tudo isso é uma questão de falta de ética. Esse Partido e o Presidente não têm, intrinsecamente, a ética, a vontade da honestidade e da moralidade pública. O Presidente banalizou a si próprio e o seu Partido quando admitiu aqueles atos e não teve a coragem de assumir, com sinceridade, o que aconteceu e está acontecendo no País.

Na semana retrasada, houve um artigo que saiu na revista **Época**, do articulista Eduardo Plarr, com o título “A mãe de todas as virtudes”, que me marcou e sobre o qual gostaria de tecer alguns comentários. Eduardo Plarr afirma que, na obra **Ensaaios**, o filósofo francês Montaigne escreveu: “O primeiro sintoma de corrupção nos costumes está no desamor à verdade. A sinceridade é o ponto de partida da grande virtude”.

Lamentavelmente, isso tem faltado ao Senhor Presidente da República, que não admite seus erros. Ele fala que foi traído, mas não diz quem o traiu; banaliza os atos de corrupção e os crimes dentro do seu Governo; quer investigar os outros; mas, quanto a si, absolutamente nada.

Sobre o capitão principal de seu time, José Dirceu, à época, o Presidente Lula disse ao País que ele havia pedido demissão do cargo para se defender melhor, mas hoje afirmou à Nação brasileira, com o maior desprazer, que demitiu José Dirceu. Onde está a verdade? Como o Presidente da República passa esse exemplo à nossa juventude, à população brasileira?

Com relação ao emprego, Sr. Presidente, o articulista diz que era muito mais fácil o Presidente admitir que não cumpriu a promessa de criar dez milhões de empregos. Já que fizera a promessa, diria: “não tive condições, não pude cumprir”. Mas ele não tem essa ética. Lamentavelmente, falta-lhe a humildade da ética de reconhecimento de seus erros.

E o que ele diz? O próprio articulista menciona: “[...] escorrega para estranhas evasivas. Afirma que tinha dito que era preciso criar 10 milhões de empregos, e não que ele faria isso”. Ora, não foi isso. Ele disse que criaria os dez milhões de empregos.

O articulista pergunta:

Quem criaria, então [os dez milhões de empregos]? Deus, em sua infinita misericórdia? Jesus, Buda? Alguém falou em Maomé? Esse tipo de conduta – em que se combinam promessa, falta de entrega e evasão de responsabilidade – é a marca da classe política brasileira [a marca que se está passando para a política brasileira].

Estava escrito no programa de governo do PT de 2002 que, para chegar aos 10 milhões de novos empregos, era “fundamental assegurar as condições econômicas para o crescimento do PIB em média de 5% ao ano.

Hoje, li, em uma coluna, que o PIB brasileiro deveria chamar-se PIF, produto interno pífio, porque o nosso crescimento tem sido pífio. Crescem os programas assistencialistas. Por quê? Quando não há crescimento econômico, geração de emprego e renda, cresce o assistencialismo, e, assim, vai-se comprando a consciência, lamentavelmente, dos mais humildes do nosso País.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador César Borges, quero apenas cumprimentar V. Ex^a, até porque hoje V. Ex^a fala com uma suavidade que demonstra profunda angústia na alma e no coração, Senador. Tenho visto V. Ex^a com vibração, mas agora vejo tristeza nas suas palavras. É essa coisa que vai avançando aos poucos, trazendo intranquilidade a um homem como V. Ex^a, que governou um Estado importante, que sentiu a dificuldade dos pobres, das pessoas que necessitam de um governo firme – atencioso, é claro, com programas assistenciais importantes, mas com aquela verdade à ética que responsabiliza quem administra. Outro dia, fui a um debate na TV Gazeta e fiquei um pouco assustado quando, pela primeira vez, ouvi – hoje leio nos jornais – que alguns atores e artistas dizem que a ética não é importante. Isso, realmente, começa a assustar. E assusta também a existência de um projeto de controle dos meios de comunicação, algo que já vem, há algum tempo, sendo tentado e contra o qual houve reação. Nós estaremos aqui, eu, V. Ex^a e outros Srs. Senadores, para reagir, porque a liberdade de imprensa é a coisa mais importante. Às vezes, somos atacados injustamente, às vezes até criminalmente, e temos meios de defender-nos e de exigir providências da Justiça; mas nunca se deve cercear a liberdade de expor o pensamento de um jornalista, de um escritor.

Daqui a pouco, até a proteção que temos na tribuna será caçada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o Presidente já foi contra a imunidade parlamentar. Não se trata da imunidade de processo criminal, mas do ato do Parlamentar de assomar à tribuna para expor suas idéias.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nenhum de nós pode ser impune na prática de um crime comum. Isso não existe. Existe o que V. Ex^a faz: exigir que se expliquem aqueles que nos governam. Essa é a proteção que o Parlamento tem, com justa e correta razão. Eu ia fazer um aparte ao Senador Flexa Ribeiro, mas peço licença para fazer o relato a V. Ex^a: estive em Barretos para uma festa bonita, a Festa do Peão, mas vi muita angústia dos agricultores, dos que pertencem ao agrogócio. Eles disseram que, no ano que vem, haverá alta descomunal dos produtos que o brasileiro come no dia-a-dia, Senador, e que aquele que hoje come carne provavelmente não comerá no próximo ano. Não fui eu que falei, porque não conheço a atividade desses empresários. Mas saí de lá assustado com a projeção feita por vários membros dos setores que estavam presentes na Festa do Peão. Eles estavam muito angustiados, pensando no dia de amanhã e em como iam controlar seus negócios. Peço desculpas e cumprimento V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço muito, Senador Romeu Tuma, porque V. Ex^a me permite fazer uma reflexão. Como cidadão brasileiro, estou angustiado e com medo do futuro. Quem falta com a verdade e com a sinceridade é capaz de tudo. Esse pessoal é o que chamo de arrivista: é o poder pelo poder; faz qualquer coisa para conquistar e manter o poder.

Qual o risco que corre a democracia brasileira? Sem sombra de dúvida, com a ajuda até de alguns Parlamentares, como o Presidente da Câmara dos Deputados, estão procurando desmoralizar o Congresso Nacional para que, amanhã, o Poder Executivo continue legislando e até – quem sabe – possa se pensar em coisa pior com relação ao Congresso Nacional. Enquanto isso, o que eles fazem? Eles estão instrumentalizando, com recursos públicos, os movimentos que eles controlam – a UNE, a CUT e o MST – para que amanhã eles financiem esses movimentos, como fizeram com o MLST, para invadir esta Casa e nos submeter ao vexame que aconteceu aqui.

A nossa posição é extremamente frágil, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a já conviveu com essa situação e sabe como isso é difícil.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só um minuto, Senador Flexa Ribeiro.

Essa própria revista diz: “PTleguismo”. Conhecemos as palavras pelego e peleguismo. Agora, existe o “PTleguismo”. O pelego era aquele que fazia a interface entre o patrão o empregado. O “PTleguismo” são os sindicalistas que vieram do PT, que estão, hoje, dentro do Governo. Quem era liderança na CUT? Luiz Marinho. O que é hoje? Ministro do Trabalho – era o Presidente da CUT. Osvaldo Bargas, Chefe de Gabinete do Ministro, foi fundador e assessor técnico. Marco Antonio de Oliveira, Secretário Executivo, hoje é assessor econômico.

V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, conhece muito bem, de São Paulo, o ex-Presidente da CUT Jair Meneghelli. Era um líder sindical, tinha que estar defendendo os seus filiados aos sindicatos. Pois bem, trocou o mandato de Deputado Federal pela Presidência do Serviço Social da Indústria, o Sesi. Por quê? Porque ganhou um amplo gabinete num dos prédios mais valorizados de Brasília, cidade onde circula no banco traseiro de um Ômega australiano e recebe de salário R\$ 24 mil por mês, praticamente o dobro do salário de um Parlamentar. Ele não quer ser mais Deputado, nem Senador tampouco, já que ganhamos a mesma coisa, R\$ 12 mil – e, às vezes, a mídia faz injustiça, dizendo que é um salário. Ele ganha isso como Presidente do Sesi; deve ter outros Conselhos.

O famoso Sr. Paulo Okamoto, que pagou as dívidas do Presidente. O Paulo Okamoto diz que o Presidente Lula não sabia; depois, o próprio Presidente Lula disse: você quer pagar? Pague. Ora, ele estava sabendo! Quem era Paulo Okamoto? Ex-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Como Presidente do Sebrae, ele recebe também R\$24 mil, anda num Corolla alugado pelo Sebrae e administra um orçamento de quase R\$1 bilhão.

Se analisarmos os fundos de pensão das estatais, aí é que a coisa é realmente uma excrescência. Todos eles recebem salários de executivo para atuar como conselheiros. Só a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, o maior do País, controlado pelo Governo, pelo PT, é responsável pelo preenchimento de 319 vagas de conselheiros em empresas privadas de que eles participam.

O ex-Presidente da CUT recente, João Felício, que era professor secundário e ganhava R\$1,5 mil, está ganhando, como Conselheiro do BNDES, para ir uma vez por mês, R\$10,6 mil.

Ivan Guimarães, que ouvimos na CPMI dos Correios e foi Presidente do tal Banco Popular, que só fez desviar recursos públicos, era assessor da CUT e amigo de Delúbio Soares. Como Presidente do Banco

Popular, braço do Banco do Brasil, ele tinha um salário de R\$18 mil, auxílio-moradia de R\$2 mil, cartão corporativo de R\$4 mil; e, além disso, participava do conselho de administração de três empresas privadas, pelo que recebia mais de R\$43 mil por mês. Esse é o PT. Essa é a ética do PT.

A CUT está entrando em greve depois que a Volkswagen anunciou a demissão de 1.800 empregados. Aí o Governo ameaça não emprestar dinheiro à Volkswagen, porque ela não pode demitir.

Senador Romeu Tuma, por que a Volkswagen de São Paulo está demitindo no ABC de São Paulo? Qual é a razão, a não ser o que disse o Senador Flexa Ribeiro sobre os juros altíssimos, a carga tributária altíssima e o câmbio artificial, que não permitem que as empresas exportadoras sobrevivam? Essa é a realidade que estamos vivendo. Mas, vamos dar mais bolsas-família. Serão 1.800 desempregados. Vamos sustentar na base do Bolsa-Família, e essa empresa pode ser fechada.

Hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**, publicou-se algo interessante. O Presidente Lula, às vezes, gosta de se comparar com o Presidente JK, e um eleitor colocou no Painel do Leitor, da **Folha**:

Lula gosta, às vezes, de se comparar com o ex-Presidente JK. Talvez seja pelo grande desenvolvimento implementado no País na década de 50 por JK. Mas não era possível encontrar nada [nada mesmo] que justificasse tal comparação até o surgimento da atual crise na Volkswagen. Agora já é: [já se pode encontrar algo similar] JK inaugurou essa grandiosa empresa [a Volkswagen, em 1959]; Lula a está fechando.

Fruto da política econômica do Presidente Lula. Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador César Borges, V. Ex^a transmite à Nação brasileira a sua preocupação, que, creio, deve ser de toda a sociedade. Senador Romeu Tuma, qual o rumo que este País tomaria – porque não irá acontecer – se houvesse um segundo mandato do Presidente Lula? Quero até, Senador Romeu Tuma, pedir-lhe desculpas por não lhe ter concedido o aparte, porque realmente já tinha ultrapassado o meu tempo – e muito – pela generosidade do Presidente Marcos Guerra, mas não tive a percepção e peço desculpas por isso. O aparte que V. Ex^a concedeu ao Senador César Borges é da maior importância – é exatamente isso que vai acontecer! Estamos tamponando com o dedo o furo de uma barragem que está para ruir, num futuro próximo, a continuar esse processo que está acontecendo. O que vai ser deste

País no próximo ano com o agronegócio acabado? Qual será o preço do alimento que será oferecido à sociedade brasileira? V. Ex^a, Senador César Borges, trouxe à baila em seu pronunciamento a preocupação com o destino do País. Há pouco tempo, mais atrás, o Presidente Lula tentou encaminhar ao Congresso uma lei que seria de mordça da imprensa; mais adiante, já há pouco tempo, ele fala numa Constituinte específica para tratar da reforma política. Com que intenção? Só ele sabe. Nós podemos até prever a intenção. V. Ex^a revela à Nação brasileira sua preocupação nesse sentido. Hoje, na **Folha de S.Paulo**, o renomado jornalista Clóvis Rossi escreve, sob o título “Nossa morte anunciada”, que o Planalto volta à questão da mordça na imprensa e diz que “os laboratórios de idiotia instalados em algum rincão do Palácio do Planalto acabam de produzir a mais recente tolice: o anteprojeto de ‘democratização dos meios de comunicação’”. Ele descreve isso como sendo o aparelhamento pelo Governo da imprensa ou a extinção da imprensa. Senador César Borges, lamentavelmente, o modelo do Presidente Lula é aquele sensacionalista de Hugo Chávez, de Fidel Castro, de Evo Morales, modelos esses que a sociedade está vendo que não dão certo. Ele recua, cede e mostra de forma indevida a soberania brasileira no incidente com a Bolívia, quando deveria ter reagido, pela forma como o Presidente se colocou. Aceitou a ida de Hugo Chávez à reunião para tratar da questão da Bolívia, quando esse não deveria ter nada a tratar lá, a não ser por ter sido ele mesmo o instigador ou o alimentador de Evo Morales. Fidel Castro, da mesma forma. Para onde vamos caminhar? É isso que V. Ex^a esclarece à Nação brasileira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É exatamente essa a minha preocupação.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E aí V. Ex^a, corretamente, mostra a ação do Governo com relação às sociedades de base. Com esses movimentos dos sindicatos, dos sem-terra, dos sem-teto. Por todos esses movimentos, é que penso que o Governo pretende fazer essa mudança de regime, que nós, brasileiros, não vamos deixar acontecer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Espero que não, Senador Flexa Ribeiro. Tenho os meus receios, mas espero que a população possa refletir, neste momento maior da cidadania: o momento do voto.

Tenho esperanças sinceras de que possamos ter um Brasil melhor, porque este que está aí, governado pelo Presidente Lula, foi capaz de exigir a demissão do jornalista Boris Casoy de uma rede de televisão pelo fato de ele, Boris Casoy, no exercício da liberdade de imprensa, fazer críticas ao Governo. Portanto, é essencialmente um Governo autoritário.

Aqui hoje, Senador Romeu Tuma, crítica ao governo dá demissão. Se fosse do Governo, poderíamos dizer: “Bom, se alguém do Governo criticou o Governo, não pode continuar”. Mas, não, foi o economista Roberto Troster. Ontem, ele foi demitido oficialmente da chefia do Departamento Econômico da Febraban – Federação Brasileira de Bancos. Por quê? Porque criticou as medidas que o Ministro Mantega anuncia, de crédito com desconto em folha para pagamento da casa própria como uma manobra diversionista, que não provocaria redução alguma nos juros bancários. É a pura verdade! No entanto, os bancos, de forma prestimosa, trataram rapidamente de demitir o economista Roberto Troster. Por quê? Porque o Governo exigiu; é claro! E os bancos, que estão sendo contemplados pelo Governo, trataram de dar essa satisfação, com a demissão do economista que fez uma análise democrática e livre sobre uma proposta de governo.

Então, a base do meu pronunciamento, hoje, é exatamente essa: o receio de um partido que tem viés autoritário, stalinista mesmo, como alguns já começaram a perceber, e que vai tentar manter-se no poder, malversando a verdade e cerceando a liberdade do cidadão brasileiro.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a falou stalinista; pedi, então, para levantar o nome certo do chefe de imprensa de Hitler, porque a memória é boa, mas, às vezes, foge: Joseph Goebbels, que V. Ex^a deve ter lido na História. Ele dizia que uma mentira se repete mil vezes até tornar-se uma verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Lamentavelmente, é isso que está acontecendo com esse Governo que não tem ética!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – E que não esteja dando lição para ninguém.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É um alerta que me sinto na obrigação, como Parlamentar, como homem público, de fazer, esperando que o tempo que temos até as eleições seja suficiente para alterar isso. Do contrário, vão-se contaminando as instituições. Coloca-se na parede o Congresso, tenta-se subverter o Judiciário na sua independência, e assim por diante. Conhecemos bem essa história e não queremos mais vê-la repetida no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcos Guerra, agradeço profundamente a tolerância de V. Ex^a, de ainda me conceder a palavra, apesar de me ter inscrito pela manhã, graças à assis-

tência e ao testemunho da minha inscrição feito pela Dr^a Cláudia Lyra.

Hoje foi tão corrido aqui, Sr. Presidente, até porque, na Corregedoria, tive de ouvir uma funcionária em virtude do que está sendo apurado na CPMI dos Sanguessugas. Então, ficamos correndo para cá, e o Conselho de Ética se reuniu com os Relatores também. Já dispomos de alguns dados importantes na Corregedoria, e acho que poderíamos auxiliar um pouco o andamento desses processos, que dependem muito ainda de algumas apurações. Deve-se tomar cuidado com a excessiva rapidez para não se cometerem injustiças. Entretanto, creio que estamos caminhando bem para isso com a designação dos Relatores, três Senadores que conhecem o aspecto jurídico dos procedimentos apuratórios. Entendo que se vai chegar a uma conclusão.

Hoje, encaminhei também, apesar de posteriormente saber que o Senador Marco Maciel apresentara requerimento no mesmo sentido, requerimento de louvor e pêsames pela morte do nosso Arcebispo Luciano Mendes de Almeida, que conheci, por muito tempo, em São Paulo como Bispo-auxiliar de Dom Evaristo Arns, no momento difícil por que passou o nosso País. Ele era um homem importante, está na justificativa, a qual peço a V. Ex^a que encaminhe.

O que motivou minha inscrição no dia de hoje, Sr. Presidente, foi o fato de não ter visto ou lido pronunciamento algum de homenagem ao Dia do Soldado, que transcorreu a 25 de agosto próximo passado. Então, eu não poderia deixar de me manifestar – o que nunca ocorreu – nesta data, pela importância que representa.

A Nação brasileira escolheu o dia 25 de agosto como Dia do Soldado, para reverenciar seus militares e a memória do Patrono do nosso Exército, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o nosso Duque de Caxias.

Muito se tem dito nesse dia para externar o regozijo da Pátria, mas nunca será o suficiente para lembrar a importância de Caxias e, por extensão, da Força Terrestre para a unidade nacional brasileira.

Já reproduzi desta tribuna a citação feita pelo ex-Ministro e então Senador Bernardo Cabral, em 1997, quando mencionou um trecho da carta de Moniz Barreto ao Rei de Portugal, escrita no fim do século XIX. Merece ser revisto porque reforça o sentido da data em reconhecimento do elevado mister desempenhado com estoicismo e galhardia por filhos diletos da Pátria, que se mantêm a postos para defendê-la de agressões externas, zelar pela paz interna e, se preciso for, imolar-se nessa nobre missão.

Diz esse texto:

Senhor, uma das casas existe, no Vosso reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam, obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares.

No momento em que enfrentamos um novo período de incertezas, em que princípios democráticos e até instituições são postos em xeque – isso foi repetido hoje várias vezes –, a figura do soldado paira acima dos interesses mesquinhos causadores de angústia ao povo brasileiro. Mas, por isso, o militar paga alto preço, traduzido pelo antagonismo dos que se locupletaram com a sangria dos cofres públicos e o encaram como ameaça. Gente que se entregou a inúteis tentativas de enfraquecê-lo. Gente que vem procurando forçá-lo à indigência, sem perceber a impossibilidade de suprimir a fidelidade, a hierarquia e a disciplina verde-oliva, seja subtraindo salários condignos, seja negando meios operacionais em qualidade e quantidade suficientes.

É impossível alquebrar o soldado ou afastá-lo da missão constitucional reservada às Forças Armadas, devido ao seu valor intrínseco e inarredável. Resume-se numa frase: amor à Pátria. Um amor sem limites, maior até que o instinto de autopreservação.

Caxias encarnou todas essas virtudes. Intransigente quanto à unidade nacional, sufocou revoltas, mas estendeu a mão aos vencidos. Tratou-os com dignidade e chegou a premiá-los com o perdão. Procurou fazê-los sentirem-se novamente irmãos e compatriotas. Conquistou-lhes a lealdade, o que lhe valeu a antonomásia de “O Pacificador”. Graças a ele, o Brasil continuou íntegro como os Bandeirantes a nós o legaram.

Vencer uma rebelião interna não significa apenas derrotar o adversário. A vitória só é completa quando se traz o ex-adversário para o nosso lado, faz-se a paz e evitam-se ressentimentos futuros. Foi isso o que Caxias obteve com mestria, principalmente nas décadas de 1830 e 1840, em meio a um período de instabilidade e de grave crise institucional.

Nascido a 25 de agosto de 1803, já era Capitão com pouco mais de 25 anos de idade, e aos 40 atingia o posto de Marechal de Campo. Portanto, nada mais justo que escolher essa data para homenagear aquele de quem ele é o patrono: o soldado do Exército brasileiro.

A liderança do Pacificador fê-lo moldar outra carreira vitoriosa, agora no terreno político, através do qual chegou a este Senado da República, depois de exercer altos cargos no Governo do Rio Grande do Sul.

Merece realce o fato de nosso Exército sempre se ter mostrado fiel a Caxias no culto à Pátria, na prática do amor ao Brasil e no exemplo de coragem, arrojo e determinação que transcendeu nossas fronteiras. Na I e na II Guerra Mundial, verteu sangue em feitos heróicos e vitoriosos no solo europeu. Depois, como emissário da paz, às ordens das Nações Unidas, garantiu a segurança e salvou vidas em Suez, República Dominicana, Timor Leste, Honduras, Nicarágua, Moçambique e Angola. Enviou observadores militares à Índia e ao Paquistão, além do Oriente Médio, em meio aos confrontos entre árabes e judeus. No momento, desincumbe-se, com heroísmo, da missão de manter a paz no Haiti.

Mantém-se preparado, enquanto isso, para atuar permanentemente em prol da segurança de nossas fronteiras e da integridade da Amazônia. Nos quartéis, ajuda a bem formar novos cidadãos, num trabalho de alto significado social, na medida em que molda o caráter de milhares de jovens recrutas. Através do serviço militar, nosso Exército fortalece-lhes o patriotismo e incute experiência que lhes fará tomar rumo na vida. Ao mesmo tempo, investe em pesquisas de novas tecnologias e, assim, agrega conhecimentos ao País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos olhar para o passado e aprender com aqueles que não apenas amaram o Brasil, mas também construíram este grande País. Lembremo-nos de Caxias, aprendamos com os seus feitos e atos. Não foi à toa que, quatro anos atrás, o Congresso Nacional, do qual fazemos parte, inscreveu o nome de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria.

Desta vez, em sua mensagem ao Soldado do Exército Brasileiro, o General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército, afirmou:

O Marechal Luís Alves de Lima e Silva agradeceria a você, em nome de todos que o ajudaram durante a difícil conjuntura do Brasil Império, no hercúleo trabalho pacificador

de unir diferentes regiões do País, objetivo alcançado, muitas vezes, sem desembainhar a vitoriosa Espada.

Incentivaria o diálogo franco, a palavra fraterna, os gestos de equilíbrio e o propósito conciliador do Exército, Instituição que transmite às gerações que se sucedem valores éticos, morais e patrióticos conformadores da cidadania. Pedir-lhe-ia para continuar contribuindo com toda a energia, do corpo e da alma, para o trabalho que realiza com dedicação e notória inteligência, tudo fazendo para que a Força Terrestre coesa, moderna, adestrada e pronta para o combate esteja em correspondência à estatura política-estratégica do País e à confiança que em você deposita a sociedade brasileira.

Foram as palavras que o General Francisco Roberto de Albuquerque, meu amigo, conhecido de São Paulo, e que por tantos anos vêm prestando serviços ao Exército brasileiro, conclamou a seus subordinados.

Conclamo, hoje, aos nobres Pares a erguerem uma prece aos céus para que o Brasil siga seu destino histórico de grandiosidade, amor e paz.

É a homenagem que desejo prestar ao Exército brasileiro, tanto falado hoje em dia, talvez, como a próxima salvação daqueles que sofrem com o avanço da criminalidade organizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Espero ter cumprido o horário que V. Ex^a designou para o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Esta Presidência se solidariza com o pronunciamento de V. Ex^a.

E peço permissão para me associar ao requerimento de V. Ex^a com relação ao voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, que faleceu aos 75 anos de idade, no Estado de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art.203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desemprego constitui-se em um dos mais graves e devastadores problemas a afligir, com impiedade, a classe trabalhadora brasileira. Não é de hoje que o tema figura, com destaque, nas sucessivas pesquisas de opinião que procuram detectar as preocupações centrais da sociedade brasileira em seu conjunto. Ao lado da corrupção e da violência urbana, o desemprego, mais do que um mero item no questionário das enquetes, é uma realidade que alcança, fere e desestrutura o cotidiano de milhões de brasileiros.

Em um mundo que não consegue evitar, ou sequer mitigar, o vigoroso processo de globalização, dentro do qual as habilidades laborais se sofisticam a cada dia, torna-se extremamente difícil para o trabalhador médio acompanhar os avanços tecnológicos dos vários segmentos econômicos. Assim, a exigência de novos saberes e a complexidade das rotinas, que reclamam um elevado nível de qualificação profissional, acabam por jogar ao ostracismo enormes contingentes de mão-de-obra não qualificada. O Brasil, um País que ainda se debate com os velhos problemas de escolarização, diluídos e resolvidos por inúmeras nações ao longo do século XX, remanesce enfrentando os mesmos desafios nesta nova quadra. Perde competitividade externa, e, o que é mais cruel, reduz o nível de satisfação das legítimas aspirações de milhões de famílias brasileiras, que buscam posicionar-se com dignidade e obter um mínimo de qualidade de vida dentro de um panorama que lhes é francamente adverso.

Os 10 milhões de empregos prometidos pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no alvorecer de um mandato de muitas promessas e expectativas, poucas realizações e indisfarçáveis frustrações e desapontamentos, restringiram-se tão-só ao âmbito do discurso. De efetivo, apenas uma pequena parcela da sedutora palavra empenhada; parcela, aliás, que se realizaria pela dinâmica própria do crescimento econômico, ainda que medíocre, como nos tem evidenciado a própria realidade.

Se o desemprego grassa e castiga de maneira inclemente nos grandes centros urbanos, nas metrópoles que abrigam fábricas e quase monopolizam o setor de serviços, imagine-se a repercussão da carência de postos de trabalho em centros menores, como as capitais dos pequenos Estados da federação. São famílias inteiras que se vêem na iminência da desagregação, tomando o rumo amargo da indigência. São sonhos irrealizados, horizontes cerrados e frustrações

consolidadas para um sem número de brasileiros, que se vêem arrastados para a indignidade do subemprego, do biscate, da exploração mais vil na prostituição, no ilícito e na criminalidade. Tudo pela absoluta falta de alternativa de trabalho; tudo pela insuficiência de educação, formação profissional e treinamento.

A capital de Rondônia, Porto Velho, evidentemente, não está imune a esse quadro constrangedor do desemprego. Ao contrário, a mais importante cidade de meu Estado tem hoje cerca de 40 mil desempregados. E isso implica conseqüências para algo em torno de 120 mil pessoas, considerados os desempregados como chefes de família e os seus dependentes diretos.

Os números consolidados pelo SINE – Sistema Nacional de Emprego, nos últimos dois anos, são preocupantes. Matéria veiculada pelo jornal **Diário Capital**, no início de maio, relata um visível crescimento do mercado informal de trabalho. Ambulantes disputam espaço na zona central da capital, onde operam também os “flanelinhas”, constata-se a expansão da prostituição e o abandono de menores, e registra-se, igualmente, a escalada da criminalidade.

O jornal informa que no ano de 2005, na cidade de Porto Velho, foram registrados 328 homicídios, incluídos os de trânsito, 10.287 furtos e 6.150 roubos, excluídos os veiculares, e 11 seqüestros relâmpagos. Por certo, não se pode imputar ao desemprego total responsabilidade pelos índices de criminalidade. É lícito, contudo, correlacionar a falta de trabalho com a indução ao crime, inicialmente com transgressões leves, os pequenos furtos que, eventualmente, podem avançar até mesmo para os crimes contra a vida.

Em Rondônia, como seguramente se verifica em todo o País, vive-se uma situação paradoxal de desemprego. No ano passado, mais de 23 mil pessoas procuraram o Sine, mas apenas 5 mil conquistaram um emprego. Contudo, por outro lado, como a oferta no mercado rondoniense, de acordo com o Sistema Nacional de Emprego, chegou perto de 7 mil postos de trabalho, permaneceram abertas quase 2 mil vagas. Em parte, o que se verifica ali, na realidade local de Rondônia, é exatamente aquilo que mencionei no início deste pronunciamento: temos uma carência enorme de mão-de-obra qualificada, o que dificulta e muitas vezes inviabiliza a colocação.

É justamente esse descompasso, Sr. Presidente, que precisa urgentemente ser corrigido, sob pena de aumentarmos ainda mais o desemprego. Logo, se não insistirmos na educação de alto padrão, orientada para o mercado, e mantida a mão-de-obra potencial desqualificada – incapaz, portanto, de atender as

necessidades dos distintos setores da economia —, teremos cada vez mais desempregados, que enfrentarão dificuldades a cada dia maiores para ingressar no mercado de trabalho.

É verdade que não existem fórmulas mágicas para a solução de problemas de tão alta complexidade como a questão do emprego. Tampouco o silêncio e a inação hão de proporcionar o equacionamento, por geração espontânea, de questão de tamanha gravidade. Enfim, todos sabemos também que não basta o voluntarismo dos discursos. O que me parece essencial diante desse quadro, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um investimento maciço e obstinado na requalificação do trabalhador, sem descuidar, é claro, de sua formação original, base imprescindível para uma força de trabalho dinâmica, flexível e atuante, capaz de fazer frente aos desafios que se apresentam com ritmo e diversidade nunca antes experimentados.

Além disso – para finalizar, Sr. Presidente – é preciso que o Governo Federal permaneça como garantidor da estabilidade econômica e empenhe-se na atração de novos investimentos, nacionais e estrangeiros, aportando capitais geradores de emprego e renda. Isso tudo só terá viabilidade dentro de um ambiente onde prevaleçam a segurança jurídica e políticas públicas coerente e conseqüentes.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 22 de agosto deste ano, intitulada “Fracasso nas urnas ronda ex-ministros”.

A matéria destaca que “ter na biografia o título de ex-ministro do governo Lula não tem ajudado o desempenho eleitoral de 11 ex-integrantes do primeiro escalão que se candidataram a cargos majoritários”. Os escândalos que permearam o governo do Presidente Lula certamente influem no desempenho eleitoral desses candidatos.

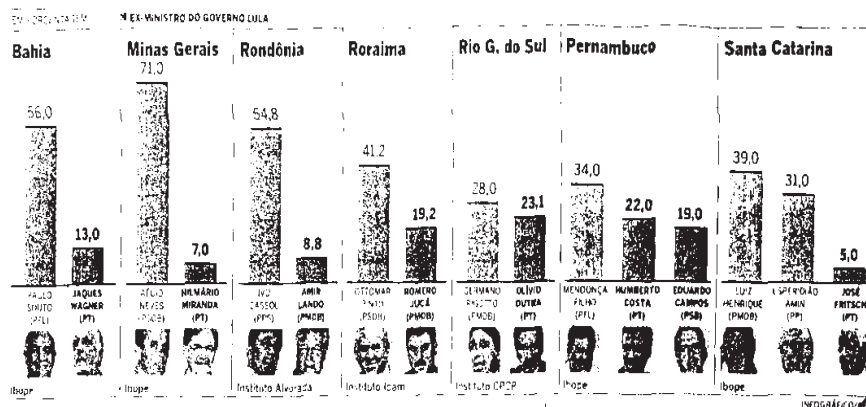
Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fracasso nas urnas ronda ex-ministros

Petistas e integrantes de PMDB, PSB e PC do B vão mal nas pesquisas



João Domingos

BRASÍLIA

Ter na biografia o título de ex-ministro do governo Lula não tem ajudado o desempenho eleitoral de 11 ex-integrantes do primeiro escalão que se candidataram a cargos majoritários. As dificuldades não atingem só petistas, mas também filiados do PSB, do PMDB e do PC do B que passaram pela Esplanada dos Ministérios, todos agora candidatos a tomar uma dura surra nas urnas.

Têm desempenho eleitoral ruim os candidatos petistas aos governos da Bahia, Jaques Wagner (Relações Institucionais); de Minas, Nilmário Miranda (Direitos Humanos); de Santa Catarina, José Fritsch (Pesca); do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (Cidades); e de Pernambuco, Humberto Costa (Saúde). De outros partidos, vão mal os peemedebistas Amir Lando e Romero Jucá, que comandaram a Previdência e lutam, respectivamente, pelos governos de Rondônia e Roraima; e Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), que também é candidato ao governo de Pernambuco.

Até o ex-ministro da Educação Cristovam Buarque, que saiu do PT e disputa a Presidência pelo PDT, enfrenta o problema. Ele tem o dobro do tempo da senadora Heloísa Helena (PSOL) na TV e no rádio, mas continua com 1% da preferência dos eleitores, enquanto a candidata tem perto de 12%.

Dois ex-ministros de Lula tentam o Senado e nenhum têm chances de vitória hoje. Agnelo Queiroz (Esportes), do PC do B, perderia para Joaquim Roriz (PMDB) no Distrito Federal. E Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário), do PT, seria vencido por Pedro Simon (PMDB) no Rio Grande do Sul.

Aloizio Mercadante (PT), ex-líder do governo no Senado, parece ter herdado a maldição. Senador mais votado do País em 2002, seria derrotado já no primeiro turno na eleição ao governo de São Paulo pelo tucano José Serra, segundo as pesquisas.

O curioso é que os ex-ministros vão mal apesar do favoritismo de Lula nas pesquisas. Aparentemente o presidente escapou ao bombar-

deio de denúncias que marcou a segunda metade de seu governo, mas atingiu em cheio o PT e aliados. O próprio presidente tem se empenhado em desvincular sua imagem da do partido.

Para o secretário-geral do PT, Raul Pont, os ex-ministros não enfrentam só uma maldição, mas a "má vontade" dos meios de comunicação. "Veja o Rio Grande do Sul. As pesquisas dizem que 70% não têm candidato ao Senado. Af, os jornais divulgam que o favorito é Simon. Não levam em consideração os indecisos que podem virar seu voto e eleger Rossetto."

Pont acha que nenhuma vitória está consolidada, nem a de Lula. "A campanha começou de fato há uma semana. Há um forte desalento no eleitor. O desenrolar do processo pode mudar a situação." Para ele, a situação do PT poderia estar até pior. "Houve um ano de massacre da mídia em cima do PT. Qualquer partido que tivesse sofrido o massacre que sofremos não sobreviveria. Sobrevivemos e estamos caminhando." ●

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Vergonhas e erros de Lula”, de autoria do jornalista Rubem Azevedo Lima, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 24 de julho do corrente.

O autor, em seu artigo, mostra que o presidente Lula “perdoou graves faltas dos companheiros, trocou alianças valiosas por aliados que o vexam e devem causar-lhe mais perdas do que lucros”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado, de autoria do jornalista Rubem Azevedo Lima, seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vergonhas e erros de Lula

RUBEM AZEVEDO LIMA

A imprensa revelou apelo, atribuído a Lula, feito à cúpula do PT para não associá-lo na campanha eleitoral a certos adesistas do PMDB, que apóiam sua tentativa de reeleição em outubro.

Lula quer os votos dos adesistas sem parecer que tenha ligação com essa gente, à qual concedeu cargo muito ironizado pela mídia: a direção dos Correios, o marco do descobrimento de um novo mundo de corrupção oficial, a ser dividido em capitânias. Não se combinou, porém, com a oposição, respeito à vergonha presidencial.

Nesse mar tormentoso há muito sargaço político. O presidente perdoou graves faltas dos companheiros, trocou alianças valiosas por aliados que o vexam e devem causar-lhe mais perdas do que lucros.

Sua candidatura já não tem o apoio do ex-presidente Itamar Franco, até então aspirante favorito ao Senado pelo PMDB, em Minas, com as simpatias do PT local. Seu nome foi preterido pelo do peemedebista e ex-governador Newton Cardoso, após ajustes cavilosos com o presidente, que lembraram os da traição a Tiradentes, por Joaquim Silvério. Diz-se que Lula

perdeu na troca milhares de votos; o PMDB, uma senatoria; e Aécio ganhou prestígio, ao repelir tais acertos.

Em Pernambuco, o ex-aliado governador Jarbas Vasconcelos deixou de apoiar Lula e lá se foram mais eleitores. O campeão de votos em Brasília, Roriz, e os candidatos bem cotados à sua sucessão, que apóiam o ex-governador ao Senado, estão distantes do presidente.

A luta eleitoral em São Paulo é difícil para Lula, que ali enfrenta dois candidatos de peso: Alckmim, a presidente; e Serra, a governador. No Rio, de Garotinho, adversário implacável, Lula deixou a candidatura do petista histórico Vladimir Palmeira a governador, ligando-se à do senador Crivela, da Igreja Universal. E Heloisa Helena, ó, dispara nas pesquisas.

A oposição deve reeleger-se em mais estados (BA, RS, PR, SC e GO). Lula, talvez não. Pelos erros que levaram Napoleão a Waterloo. Bom símbolo para o fim das reeleições: o governar, hoje, pensando em mais governo com favores a poderosos e mentiras à pobreza, sem promover, o tempo todo, o desenvolvimento do país e o bem-estar da nação.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal encerrou a Semana da Pessoa com Deficiência, com solenidade realizada esta manhã, em que os 58 funcionários da Casa portadores de deficiência foram homenageados. Reúno-me a essa homenagem, que representa o respeito do Senado Federal pelo universo de brasileiros que representam 15% de nossa população, os quais, a exemplo dos nossos servidores, também merecem ter a igualdade de oportunidades aqui oferecidas.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que tanto tem impulsionado as atividades aqui desenvolvidas, tanto pelos Parlamentares, na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, quanto pelos servidores na Comissão Especial de Acessibilidade e na Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Cumprimento, igualmente, o Senador Flávio Arns, incansável na sua luta pelos direitos dos deficientes; o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência; os Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim, também aliados na defesa da igualdade de direitos.

Eu gostaria ainda de fazer um agradecimento ao Diretor do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, e, por meio dele, aos servidores do Senado. O Dr. Agaciel expressa a sensibilidade de todos e a conscientização necessária para garantir a igualdade na diversidade. É assim que se deve agir num país democrático, onde o acesso aos espaços físicos, à informação, ao mercado de trabalho, aos equipamentos mais sofisticados, ao convívio social, enfim, aos relacionamentos humanos, são garantidos pela Carta Maior.

O Senado Federal dá um grande exemplo para as instituições públicas em nosso País.

E não vai parar por aí. Já há novas obras programadas. E muito entusiasmo por parte dos servidores.

Nós, Parlamentares, temos de contribuir com a garantia da legislação que assegura os direitos plenos ao deficiente.

Encerro meu breve pronunciamento com uma frase que está impressa na publicação distribuída esta manhã, na homenagem aos servidores.

Ela diz que “a pessoa com deficiência tem o direito de ser igual sempre que as diferenças a inferiorizem; e o direito de ser diferente sempre que a igualdade a descaracterize”.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em discurso recente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, caso seja reeleito, reduzir impostos, cortar gastos públicos e aumentar os investimentos em infra-estrutura. São promessas que até fariam sentido, não fosse o fato de o candidato estar em pleno exercício do mandato de Presidente da República, finalizando um governo de quatro anos.

Governo este em que a administração federal praticou exatamente o contrário do que prega agora o presidente-candidato. Os investimentos em infra-estrutura, que eram de 13 bilhões e 200 milhões de reais em 2002, no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, caíram três anos depois, em 2005, para 9 bilhões e 700 milhões de reais.

No mesmo período, os gastos com a máquina administrativa e programas sociais deram um salto, de 71 bilhões e 100 milhões de reais para 95 bilhões e 700 milhões. Ou seja, embora investimentos em infra-estrutura sejam fundamentais para estimular o setor privado a gerar empregos e renda, o governo preferiu distribuir dinheiro por meio de programas assistencialistas, que apenas prolongam a dependência de um contingente da população, sem proporcionar meios para que obtenham qualificação e consigam trabalho digno.

Quanto à carga tributária, dados divulgados pela Receita Federal mostram que ela atingiu no ano passado um recorde histórico, consumindo 37,37 por cento de toda a riqueza produzida pelo Brasil. É uma elevação de quase um e meio ponto percentual em relação a 2004. A carga federal – o peso dos impostos e contribuições cobrados pela União –, que representava 24,92 por cento do Produto Interno Bruto quando começou o atual governo, atingiu 26,18 por cento do PIB em 2005.

Fica difícil acreditar que, num segundo mandato, o governo pretenda gastar menos, diante de dados referentes ao período pré-eleitoral. Este ano, entre janeiro e julho, os gastos da atual administração cresceram 14,8 por cento sobre o mesmo período de 2005 – mais que a arrecadação, que subiu 11,1 por cento.

Mais difícil ainda é acreditar nas previsões oficiais de uma expansão de 4 por cento do Produto Interno Bruto este ano. O mercado já trabalha com uma previsão de crescimento que não deve ser superior a 3 e meio por cento, devido a uma série de fatores, que incluem os juros reais elevadíssimos, a crise do setor agrícola e de outras áreas produtivas, a perda de dinamismo das exportações e o aumento da inadimplência.

Com a redução da demanda, nossa indústria pisou no freio no primeiro semestre deste ano, e muitas empresas estão dando férias coletivas a seus empre-

gados. O real valorizado e os juros altos farão com que a contribuição do setor exportador para o desempenho do PIB este ano seja negativa, pela primeira vez desde 2000.

Como reflexo desse quadro desfavorável, o índice de desemprego tende a aumentar. A taxa começou o segundo semestre em alta, segundo o IBGE, com um índice de 10,7 por cento em julho. Nas seis principais regiões metropolitanas do País, existem 2 milhões e 430 mil pessoas desempregadas. Entre junho de 2005 e junho deste ano, as micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo eliminaram 130 mil postos de trabalho.

Enfim, estes são fatos, amparados por números, que demonstram a urgente necessidade de uma correção de rumo nas políticas artificiais e de fôlego curto a que o governo tem recorrido. Não há como ter crescimento sustentável, nem como garantir ânimo empresarial para investimentos, se a administração federal não demonstra seriedade e austeridade, se o Estado continua a absorver uma parcela considerável da renda gerada pela sociedade e nada oferece em troca – a não ser promessas que as estatísticas desmentem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)

(OS Nº 14945/06)

Ata da 143ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Marcos Guerra e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço licença ao Senador Paulo Paim para registrar que estou apresentando um requerimento de voto de aplauso para as entidades governamentais e não-governamentais que serão agraciadas hoje com a Medalha Paulo Freire, em Recife. A premiação é concedida pelo Ministério da Educação em virtude da redução do número de analfabetos no Brasil. Entre os premiados, com muito orgulho, está o Estado de Santa Catarina, que reduziu de 250 mil, em 2003, para 226 mil, em 2004, o número de analfabetos.

Portanto, parabenizo as cinco entidades governamentais e não-governamentais que estão recebendo o prêmio, como também parabenizo, com muito carinho e apreço, os alfabetizadores que fazem esse trabalho em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 942, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, Voto de Aplauso para as entidades governamentais e não governamentais que serão agraciadas hoje com a Medalha Paulo Freire, em Recife. A premiação é concedida pelo Ministério da Educação em virtude da redução da população de analfabetos. Dentre os premiados, destaco o Estado de Santa Catarina, que reduziu este número de 250 mil em 2003, para 226 mil em 2004, perfazendo 4,8% não alfabetizados.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa encaminhará o requerimento de V. Exª a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 16 de agosto, na cidade de Belém, da Professora Annunciada Chaves. A educadora Annunciada Chaves, se destacou no Estado do Pará por sua atuação na área da educação e da cultura, deixando como marca a sua determinação e dedicação. Foi professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), presidente do Conselho Estadual de Cultura, Pró-Reitora e imortal da Academia Paraense de Letras (APL), sempre em defesa do interesse social do Estado do Pará e da região amazônica.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado Federal seja encaminhado a Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA), a Academia Paraense de Letras (APL) e a sua família.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

REQUERIMENTO Nº 944, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao senhor Délio Mutran pela comenda “Empresário do Ano de 2006”, outorgada pela Associação Comercial do Pará – ACP.

Justificação

O empresário Délio Mutran é um exemplo de empreendedor da região Norte, que atua nos ramos comercial e industrial. Iniciou suas atividades no agro-

negócio em 1966, com a produção de castanha e, em 1975, criou uma usina de beneficiamento. Investiu também em pecuária e, em 1999, iniciou a Factoring DM Fomento Mercantil, “uma empresa que compra títulos de crédito obtidos nas transações comerciais e repassa o dinheiro do valor do título aos produtores e empresários”.

Sua grande importância para o agronegócio na região Norte foi reconhecida pela Associação Comercial do Pará, que outorgou ao empresário a comenda “Empresário do Ano 2006”. Vale destacar que a importância de uma comenda está relacionada não apenas com a expressão do premiado, mas também com a entidade que faz a outorga.

A Associação Comercial do Pará é a segunda entidade empresarial mais antiga do Brasil. Com o nome Praça do Comércio do Pará, foi fundada em 3 de abril de 1819, apenas 2 anos após a Praça do Comércio da Bahia. Em 1899 mudou sua denominação para Associação Comercial do Pará, nome que mantém até hoje.

Essa venerável instituição, dentre outras atividades, criou a Escola técnica de Comércio, o Museu Comercial do Pará, a Escola de Química Industrial e a Bolsa de Mercadorias do Pará.

Do exposto, considerando tanto os serviços prestados pelo homenageado quanto a importância da instituição que fez a outorga, solicitamos que seja aprovado voto de congratulações para o empresário Délio Mutran, por ocasião de sua premiação como Empresário do Ano de 2006.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor do Senado Federal, além de ser encaminhado ao homenageado, seja encaminhado à Associação Comercial do Estado do Pará – ACP.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Luiz Otávio**.

REQUERIMENTO Nº 945, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional Moacyr Dalla, ocorrido no dia 20 de agosto de 2006, no Espírito Santo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, dia 20 de agosto de 2006, em Guarapará, Espírito Santo, de Moacyr Dalla, ex-Presidente desta casa e do Congresso Nacional.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do ex-Senador.

Justificação

O Espírito Santo perdeu no domingo, dia 20 de agosto de 2006, o ex-Senador Moacyr Dalla, de quem fui não somente colega, mas também amigo no Congresso Nacional, onde ele se destacou pela firme defesa que sempre fez dos interesses do seu Estado, sobretudo os da cafeicultura e dos produtores rurais em geral. Depois de ter sido eleito Deputado Estadual por três vezes, ele veio para o Congresso Nacional, primeiro como Deputado Federal, depois como Senador, tendo chegado à Presidência do Senado, cabendo-lhe, em consequência, presidir as sessões do Congresso Nacional. Foi ele quem presidiu as duas sessões que marcaram a volta do País ao regime democrático: a da votação da Emenda das “Diretas já”, do saudoso Dante de Oliveira, em 1984, e a da eleição de Tancredo Neves, em 1985. Apesar de pertencer ao partido governista, Moacyr Dalla portou-se com isenção. Aliás, orgulhava-se de ter-se comportado “como magistrado”, apesar de ser “homem de partido”. É justa, portanto, a homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 946, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo naufrágio da embarcação “Quatro Netos”, ocorrido no dia 18 de agosto de 2006, no rio Solimões, deixando uma pessoa morta e duas desaparecidas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo naufrágio da embarcação “Quatro Netos”, ocorrido no dia 18 de agosto de 2006, no rio Solimões, causando a morte de Ricardo Porto Barcala Batista, integrante da Diretoria-Geral do Banco do Brasil S.A. e o desaparecimento de Paulo César Nardine, também funcionário do Banco do Brasil S.A., em Brasília, e de Gisele Gomes de Oliveira, encarregada da cozinha da embarcação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Ricardo Porto Barcala Batista e que às famílias dos desaparecidos, Paulo César Nardine e Gisele Gomes de Oliveira, sejam transmitidos votos de solidariedade e de esperança. E que esses votos sejam levados ao conhecimento também da Diretoria-Geral do Banco do Brasil S.A.

Justificação

O barco “Quatro Netos”, de 16 metros de comprimento e capacidade para 32 passageiros, havia sido contratado para pescaria artesanal e levava a bordo sete pessoas, quatro das quais altos funcionários do Banco do Brasil S.A., três de Brasília e um de Manaus. Por volta das 20h30 de sexta-feira, dia 18 de

agosto de 2006, quando navegava pelo rio Solimões, nas proximidades de Iranduba, a 30km de Manaus, a embarcação foi colhida por forte ventania e, segundo relato dos sobreviventes, emborcou, não dando tempo para as pessoas a bordo vestirem os coletes salva-vidas. Conseguiram salvar-se o comandante do barco, José Cordeiro Bentes, o tripulante Jessé Felipe de Magalhães e dois funcionários do Banco do Brasil S.A.: David Eduardo Eller, de Manaus, e Rubens Cardoso Silva, de Brasília. Ricardo Porto Barcala Batista não conseguiu sair da embarcação. Seu corpo foi retirado pela equipe de resgate da Marinha. Um funcionário do Banco do Brasil S.A., Paulo César Nardine, e a cozinheira Gisele Gomes de Oliveira foram dados como desaparecidos.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2006

Requeiro Voto de Aplauso ao jornalista Jaime Sirotsky agraciado com o Título de Sócio Honorário da Associação Nacional de Jornais na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, promovido pela entidade, da qual o homenageado é Presidente, pelas oportunas afirmações em defesa da liberdade de expressão no Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista Jaime Sirotsky, Presidente da Associação Nacional de Jornais pela segunda vez, e ontem, na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, agraciado com o Título de Sócio Honorário da ANJ.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à diretoria da Associação Nacional de Jornais.

Justificação

No momento em que iniciativas ensaiadas pelo atual Governo representam ameaça à liberdade de expressão no Brasil, o jornalista Jaime Sirotsky, Presidente pela segunda vez da Associação Nacional de Jornais, sai em defesa dos postulados da democracia. O jornalista fez categóricas afirmativas na solenidade inaugural do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, em São Paulo, na presença do Presidente da República. São dele essas palavras: “uma mídia independente permite o combate à corrupção. Nos regimes autocráticos, as mazelas não aparecem porque ficam mais escondidas”. Já o Presidente Lula fez discurso para reafirmar seu compromisso pessoal e de governo com a liberdade de imprensa e ressaltou que essa liberdade

está ligada ao compromisso com a verdade, frases que destoam do projeto em estudos no PT e revelado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, para, num suposto segundo mandato petista, alterar ‘democratizar’ a comunicação, com o incentivo à criação de meios independentes de grandes grupos econômicos. A iniciativa, que seria subordinada a uma secretaria ligada à Presidência da República, está sendo interpretada como projeto para controle da mídia brasileira pelo Governo. Por tudo isso e pelos méritos pessoais de Jaime Sirotsky, é justo o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 948 DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao paleontólogo Alexander Kellner e aos seus colegas e colaboradores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, pela remontagem do esqueleto fossilizado de maior dinossauro já descrito no Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao paleontólogo Alexander Kellner e a seus colegas e colaboradores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral—DNPM, pela remontagem do esqueleto fossilizado do maior dinossauro já descrito no Brasil.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do paleontólogo Alexander Kellner e, por seu intermédio, aos seus colaboradores, bem como à Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Diretoria do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Justificação

Remontado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o esqueleto de um gigantesco dinossauro foi apresentado ao público pelo paleontólogo Alexander Kellner e sua equipe. Com 13 metros de comprimento, nove toneladas e estimados 80 milhões de anos, o *Maxakalisaurus topai*, segundo a equipe, e o maior dinossauro descrito no País. Ao lado da réplica de resina, o público pode ver também alguns dos fósseis reais. Para Keller esse e, com certeza, o maior dinossauro brasileiro “com nome e sobrenome científicos”. Há fósseis maiores, mas ainda não devidamente estudados. A descrição do animal está na edição deste mês da revista científica **Boletim do Musel Nacional**. Quatro dinossauros do mesmo

do grupo, o dos titanossauros, já tinham sido identificados no Brasil. Todos foram encontrados no conjunto geológico conhecido como “Grupo Bauru”, que abrange áreas de São Paulo e Minas Gerais. O dinossauro agora remontado teve seus fósseis encontrados na cidade de Prata (MG). Seu esqueleto maciço foi descoberto durante a construção de uma estrada. Foram necessários quatro anos de trabalho para extrair seis toneladas do matenal fóssil. “Somente as vértebras dorsais pesavam uma tonelada”, disse Kellner. Por esse importante trabalho, o paleontólogo Kellner e sua equipe são merecedores da homenagem que estou propondo.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB-ES)

– A Presidência encaminhará os Votos Solicitados.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 949, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Petróleo Sabbá/Shell, pela decisão de fazer novos investimentos no Estado do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à Petróleo Sabbá/Shell pela anunciada decisão de, até 2008, aumentar em R\$4 milhões seus investimentos no Estado do Amazonas, criando, assim, mais empregos para a população.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Diretoria da Petróleo Sabbá/Shell e ao Presidente da Shell do Brasil, Sr. Vasco Dias.

Justificação

Num Estado estratégico e carente de investimentos e de empregos, como o Amazonas, a notícia de novos investimentos e sempre muito bem-vinda. É assim que recebo o anúncio feito pelo presidente da Shell do Brasil, Sr. Vasco Dias, de que a Petróleo Sabbá/Shell ampliará sua atuação no Estado, investindo mais R\$4 milhões até 2008. O anúncio foi feito recentemente, em Manaus, durante as comemorações do 35º aniversário de criação da Petróleo Sabbá/Shell. Metade dos investimentos, segundo notícia publicada pelo jornal **A Crítica**, edição de 19-8-2006, se destinara a construção de oito postos de gasolina, quatro deles ainda este ano. Com a ampliação da rede de postos, serão criados cerca de 100 empregos diretos. É justa, portanto, a homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB-ES).

O Requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 950, DE 2006

Requer Voto de Aplauso aos patinadores-mirins de Sobradinho/DF, Emerson dos Santos e Tiago Silva Nascimento, de 10 e 9 anos de idade, classificados em primeiro lugar na 15ª Maratona de Patinação de New York, realizada no dia 26 de agosto de 2006, bem como, à Professora Tuca Reichert, que preparou os jovens atletas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos patinadores-mirins de Sobradinho/DF, Emerson dos Santos e Tiago Silva Nascimento, de 10 e 9 anos de idade, classificados em primeiro lugar na 15ª Maratona de Patinação de New York, realizada no dia 26 de agosto de 2006, bem como à Professora Tuca Reichert, que preparou os jovens atletas.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da Professora Tuca Reichert e, por seu intermédio, aos patinadores-mirins de Brasília.

Justificação

Foi a primeira vez que a já tradicional Maratona Mundial de Patinação, que há 15 anos se realiza em Nova York, incluiu a participação de crianças. E os campeões tinham que ser de Brasília, líder absoluta nessa modalidade esportiva no Brasil. Os vitoriosos foram dois patinadores-mirins, Tiago Silva Nascimento, de 9 anos, e Emerson dos Santos Nogueira, de 10 anos de idade. Os dois são meninos carentes e moram na cidade-satélite de Sobradinho. Ambos foram descobertos pela Professora Tuca Reichert, que dá aulas de patinação em Brasília, responsável pela formação de centenas de patinadores. Diversos de seus alunos já participaram das Maratonas de Minnesota e de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Paralelamente às aulas que ministra no Parque da Cidade, Tuca desenvolve um programa de incentivo a menores carentes, treinando-os nessa modalidade esportiva. Este ano, ela “descobriu” que dois desses alunos-mirins reuniam condições para competir. Saiu a luta, obteve recursos para o deslocamento dos menores, que voltaram com o título de campeões na categoria infantil. Hoje, orgulhosamente eles exibem as medalhas e os certificados conquistados em Nova Iorque. Maior orgulho, porém, é o da Professora Tuca e, por consequência, de Brasília, cenário por excelência de patinação no País.

É, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2006

Acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º-A à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Vale – Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. Os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) serão concedidos, por um período de até seis meses, a cada trinta e seis meses, aos trabalhadores desempregados que estejam freqüentando cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem em entidades voltadas à educação para o trabalho, credenciadas junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

§ 1º O benefício de que trata o **caput** deste artigo será concedido diretamente pelas entidades credenciadas e as despesas serão ressarcidas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

§ 2º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) o estabelecimento, mediante resolução das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo e ao ressarcimento dos valores despendidos.”

Art. 2º A Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A. O Vale-Transporte será concedido, por um período de até seis meses, a cada trinta e seis meses, para os trabalhadores desempregados que estejam freqüentando cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem em entidades voltadas à educação para o trabalho, credenciadas junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

§ 1º O benefício de que trata o **caput** deste artigo será concedido diretamente pelas entidades credenciadas e as despesas serão ressarcidas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

§ 2º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) o estabelecimento, mediante resolução, das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo e ao ressarcimento dos valores despendidos.”

Art. 3º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-D:

“Art. 2º-D. Os cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem, em entidades credenciadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, o Vale-Transporte e a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador – FAF, destinados aos trabalhadores desempregados, serão custeados integralmente com recursos do FAT, vedada a cobrança de qualquer despesa ou taxa dos trabalhadores beneficiados.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), prevê a utilização do Programa de Seguro Desemprego para “auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” (inciso II do art. 2º). Como se pode ver, o referido fundo inclui a educação para o trabalho como um de seus objetivos. Nesse aspecto, entretanto, consideramos existente uma lacuna na legislação. Trata-se da inclusão dos trabalhadores desempregados nos programas de alimentação e concessão de Vale-Transporte, para que possam freqüentar cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem.

Nossa proposta objetiva preencher essa lacuna. Um dos grandes problemas do mercado de trabalho atual é a inexistência de trabalhadores capacitados para ocupar as vagas criadas pela aplicação de novas modalidades de trabalho e novas tecnologias. Além disso, o trabalhador que não se reciclar ou não se adaptar às novas demandas é um forte candidato ao desemprego continuado.

Sendo assim, são necessárias políticas públicas que enfrentem esse problema. De nada adianta oferecer cursos de capacitação se o trabalhador não tiver condições de deslocamento para o local da realização das aulas ou condições de se alimentar decentemente. A concessão do Vale-Transporte e de um auxílio alimentar são, portanto, necessárias e complementares aos programas de educação para o trabalho.

Usufruindo desses benefícios, os resultados educacionais serão ampliados. A freqüência às aulas e o interesse dos trabalhadores receberão estímulos que, certamente

redundarão em benefícios para toda a sociedade. A própria família do trabalhador desempregado receberá um apoio fundamental durante esse período de passagem para um novo emprego. Em melhores condições psicológicas e físicas, o trabalhador estará também mais bem preparado para enfrentar os processos de seleção para as vagas ofertadas e a maratona que, via de regra, precisa enfrentar para conseguir um emprego formal.

Este projeto prevê a concessão dos referidos benefícios diretamente pelas entidades responsáveis pela realização dos cursos, com ressarcimento integral e posterior das despesas, a cargo do FAT. Consideramos, também, necessário vedar a cobrança de qualquer taxa ou o repasse de qualquer custo para os trabalhadores beneficiados.

Finalmente, caberá ao Codefat, conselho que delibera sobre a utilização das verbas do FAT, fixar, mediante resolução, as condições necessárias para a concessão dos benefícios e para o ressarcimento a ser feito aos entes educativos credenciados para esse fim junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego.

Creemos que a aprovação desta iniciativa interessa a todos, trabalhadores e empregadores. Há recursos disponíveis e nada justifica a omissão do Estado neste assunto. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Marcos Guerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976.

Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art 2º Os programas de alimentação a que se refere o artigo anterior deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda e limitar-se-ão aos contratos pela pessoa jurídica beneficiária. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24.8.2001)

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho articular-se-á com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, para efeito do exame e aprovação dos programas a que se refere a presente Lei.

.....

LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985.

Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Fica instituído o Vale-Transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, poderá antecipar ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, mediante celebração de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho e, na forma que vier a ser regulamentada pelo Poder Executivo, nos contratos individuais de trabalho.~~

Art. 1º Fica instituído o vale-transporte, (Vetado) que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais. (Redação dada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987)

§ 1º - Equiparam-se ao trabalhador referido no caput deste artigo, para os benefícios desta Lei, os servidores públicos da Administração Federal direta ou indireta. (Vide Medida Provisória nº 2.165-36, de 23.8.2001)

~~§ 2º - A concessão do Vale Transporte cessará caso a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho não sejam renovados ou prorrogados. (Parágrafo revogado pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987)~~

§ 3º (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

.....

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

.....

Art. 2º-C O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo. (Artigo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

§ 1º O trabalhador resgatado nos termos do **caput** deste artigo será encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação

profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego - SINE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

§ 2º Caberá ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no **caput** deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela." (NR) (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

.....

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O projeto que acaba de ser lido vai às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência recebeu o Aviso nº 32, de 2006 (nº 1.084/2006, na origem), de 29 do corrente, do tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades referente ao 2º trimestre de 2006.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou participar hoje à tarde, na sede da CNTC, de um debate promovido pela Cobap com os presidenciáveis.

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas quer muito conhecer a posição dos candidatos à Presidência da República com relação a diversos temas, como reforma tributária, reforma previdenciária, reforma sindical e reforma trabalhista, esta última com possibilidade de ocorrer num futuro próximo, conforme circula em todo o País.

Acho interessante a iniciativa da Cobap, porque os idosos de nosso País precisam, cada vez mais, saber claramente quais são as posições, os programas

e as idéias de nossos governantes, no caso específico aqueles que se apresentam como candidatos à Presidência da República. Sei que nem todos os Senadores poderão comparecer – muitos têm problemas com a agenda –, mas eu estarei lá, dando a minha contribuição a esse debate. Eles farão uma exposição, e eu estarei lá como debatedor dos temas aqui listados por mim.

O País todo sabe da possibilidade de fazermos, no próximo ano ou – quem sabe? – no ano posterior a ele, amplo debate sobre esses temas. Ouvi o Senador Renan Calheiros dizer, numa entrevista, que vai receber hoje à tarde o Ministro Tarso Genro, que falará do Governo de coalizão. O Senador Renan Calheiros dizia que quer também levantar o debate das reformas. Eu acho que é muito bom, pois não devemos temer nenhum tipo de debate. Eu mesmo falei ontem, aqui, da minha visão de uma nova estrutura da reforma da Previdência, eliminando o famigerado e condenado por mim – durante mais de oito anos, falo nesse tema – fator previdenciário.

Sr. Presidente, nessa reunião com aqueles que estiverem lá – respeito os que não puderem, pois sei que suas agendas são muito dinâmicas e que eles são chamados em todo o País –, levantarei também o tema do pacto federativo, a possibilidade de que ele venha ou não da própria renegociação das dívidas dos Estados. Cito como exemplo o meu próprio Estado, que está em

uma situação quase de falência, tendo em vista o que o Estado tem de pagar à União todo ano.

Não há dúvida de que a sociedade brasileira hoje está fazendo esse debate. Em todos os partidos políticos, existe essa discussão. Com certeza, o debate será de alto nível.

Sr. Presidente, outros temas serão levantados nessa reunião, como a segurança pública e a educação. Quando eu tratar da educação, perguntarei aos presidentes qual a posição deles quanto ao ensino técnico profissionalizante, no qual aposto muito, pois entendo que essa é a maneira real e objetiva de nossos jovens se prepararem, já no 1º e no 2º graus, para o 3º grau, saindo do ensino médio com uma profissão que lhes permitirá sua formação cidadã. Sempre digo que tenho muita satisfação em ter tido minha formação básica em uma escola técnica. Sei que outros, como o Presidente Lula, também passaram por escolas técnicas.

Quero também saber qual a visão dos nossos candidatos, Sr. Presidente, no que tange à universidade, mas na ótica da universidade para todos, a universidade livre, pública e gratuita. Claro que sei que não vamos conseguir, em quatro, oito, dez ou mesmo doze anos, assegurar a todos os jovens do Brasil universidade gratuita, mas, pelo menos, apontar o caminho da universidade gratuita principalmente para os alunos que venham das escolas públicas.

Tenho falado muito da minha visão sobre a Previdência, que entendo tem de ser universal, igual para todos, que não tem de haver diferença entre a previdência do trabalhador da área privada e a do servidor público. Tenho reafirmado também minha posição quanto à não-redução dos vencimentos, à paridade, à igualdade, à integralidade. Falei ontem sobre esse tema e, naturalmente, não vou repeti-lo hoje. Mas acho fundamental a gestão quadripartite com poder deliberativo e a definição, com muita precisão, de quais são os percentuais destinados à Previdência daquelas contribuições que os Constituintes – e eu estava lá – apontaram para a seguridade: faturamento, lucro, CPMF, tributação sobre a especulação financeira, jogos lotéricos e tantos outros. Mas não está dito qual o percentual exato que deve ir para a Previdência. Então, pretendemos também apontar caminhos que decidam essa questão.

Sr. Presidente, temos andado muito pelo nosso Rio Grande, acompanhando nossos candidatos da Frente Popular, e percebo que há certa indignação da população contra os políticos. Entendo que só há uma forma de mudarmos esse olhar de certa indignação contra o Congresso Nacional. Basta, Sr. Presidente, sem sombra de dúvida – quero repetir essa afirmação –, mudarmos a forma da discussão do Orçamento da União. É inadmissível sabermos que o Orçamento da União, da forma

como é discutido, permite tudo isso que vem acontecendo, falcatura, corrupção, desvio de verbas, e não mudarmos a forma de elaborar o Orçamento. Sempre digo que, no meu entendimento, não deveria haver nem emenda individual e muito menos emendas coletivas, as chamadas emendas de Bancada, que vão na mesma linha. Basta que a pressão de algum grupo se faça nas reuniões de Bancada, e prevalece aquela visão e não a vontade verdadeira, eu diria, da população dos Estados.

Dizia também, Sr. Presidente, e quero repetir hoje: não consigo entender como brincamos com as medidas provisórias. Não me lembro, nos últimos dez anos, de uma única vez que uma Comissão Mista tenha se reunido para discutir medida provisória. O Presidente encaminha, o Congresso faz de conta que, na Comissão Mista, se faz um debate para saber se é urgente, se é relevante, se é constitucional. Mas não se faz, e ela acaba vindo ao plenário, e aqui é que é dado sempre o parecer. Se não funciona, o sistema tem que mudar. Não dá mais para ficar dando uma de avestruz, que enfia a cabeça na areia para ver se a tempestade passa, mas a tempestade não passa e acaba batendo nele.

Por isso tudo, Sr. Presidente, gostaria muito que fizéssemos também o debate da chamada reforma política. Não tenho nenhuma dúvida da forma como se está dando essa disputa eleitoral. Percebo, no meu Estado, alguns candidatos gastando cinco, seis milhões para chegar à Câmara Federal. Não tem lógica! Para o Senado, falam em dez, doze, quatorze milhões. Não tem sentido! Alguém está financiando. E quem financia vai cobrar no futuro. Por isso, Sr. Presidente, entendo que temos de aprofundar a questão do financiamento público das campanhas. É fundamental.

A população, às vezes, não entende este debate, mas eu insisto. Não pensem que esses milhões, milhões e milhões não estão saindo de algum lugar. Quem está pagando é a população. Não existe uma máquina de imprimir dinheiro. De algum lugar, o dinheiro sai. E a população paga para que os seus representantes venham para cá e, conseqüentemente, aprove projetos na linha do interesse deles. Quem paga no final é a população. Todas as vezes que um imposto aqui é aprovado, os que têm o poder, os que trabalham, por exemplo, na venda dos produtos, transferem a carga tributária para o preço final do produto. E quem paga é o consumidor. Qualquer tributo que aqui aprovamos, quem pagará, no fim da linha, será sempre o consumidor.

Por isso, Sr. Presidente, insisto em falar da importância da reforma tributária. Precisamos de uma reforma que, efetivamente, não permita que o consumidor seja o pato da história, ou seja, aquele que paga as contas de todos.

Era isso o que eu queria dizer.

Agradeço à Senadora Ideli Salvatti por ter permitido que eu falasse por dez minutos. Neste momento, vou me dirigir ao congresso da Cobap.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador Paulo Paim, peço a V. Ex^a que presida a sessão para que eu possa fazer meu pronunciamento. Em seguida, a Senadora Ideli Salvatti fará uso da tribuna.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje eu só vim com notícias boas do meu Estado. Enquanto V. Ex^{as} trocam de posto, quero fazer um registro. Santa Catarina é o primeiro Estado do Brasil a atingir a meta do programa Bolsa-Família. A Pesquisa Nacional de Domicílio apontou 143.000 famílias abaixo da linha da pobreza no meu Estado. Hoje, são atendidos pelo programa Bolsa-Família 146.000 domicílios. Portanto, conseguimos atender, até com uma pequena margem acima, mais famílias situadas abaixo da linha de pobreza.

Santa Catarina foi também o Estado que mais informou os índices de frequência escolar. Temos 98% das crianças cujas famílias são atendidas pelo Bolsa-Família frequentando a escola. Esses 98% estão bem acima da média nacional, situada em 79%.

Portanto, gostaria também de deixar aqui registrados os parabéns pela eficiência que a parceria, no caso do programa Bolsa-Família, em Santa Catarina, tem tido como resultado.

O Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Será registrado nos Anais da Casa o seu documento.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Marcos Guerra, que dispõe do tempo que assim entender necessário para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senadoras e Senadores, na semana passada, usei esta tribuna para relatar as dificuldades que alguns setores da economia brasileira vêm enfrentando, que são setores que geram mão-de-obra de forma intensiva. Não quero, mais uma vez, aqui falar sobre crescimento dos países vizinhos, dos países emergentes. Era para o Brasil estar crescendo junto com esses países. É uma década em que os países ricos não estão crescendo, a exemplo da Europa, mas os países emergentes, sim, e o Brasil, infelizmente, não está

acompanhando o crescimento desses principais países, a exemplo de China, Índia, o nosso vizinho Argentina, e corremos o risco de termos uma década perdida.

Mas eu quero falar sobre os segmentos de vestuário e têxtil, moveleiro e calçadista. Recentemente a CNI fez uma pesquisa com 26 segmentos industriais. Somente cinco setores cresceram no País.

O setor moveleiro emprega mão-de-obra de forma intensiva. São dezesseis mil e quinhentas fábricas no País, número esse que chega a dobrar quando somamos as empresas informais. É um setor que emprega trezentas mil pessoas no Brasil. No meu Estado praticamente toda a matéria-prima utilizada no setor provém de florestas renováveis de eucalipto e pinus. Então é um setor que trabalha ecologicamente correto. E no primeiro semestre deste ano já houve uma redução de 9% na sua produção, 11% nas exportações e 12% na oferta de emprego. No período de 2002 a 2004, as exportações dobraram. Este ano de 2006, a previsão da Abimovel é de uma redução na casa de 16% – palavra do Presidente Domingos Rigoni.

Nesse setor – repito, Sr. Presidente, porque acho que temos que repetir as coisas que devem ser ouvidas e analisadas – para gerar um único emprego o investimento gira em torno de dez mil reais. Com poucos recursos consegue gerar bastante emprego.

O setor têxtil e de confecção – e incluo aqui o setor calçadista – enfrenta os mesmos problemas. O setor têxtil e de confecção, em 1990, gerava 2 milhões, 950 mil empregos. Este ano está gerando 1 milhão, 650 mil empregos – uma redução de 44%. A previsão, Senador Paulo Paim, para 2010 é que esse setor venha gerar somente 944 mil postos de trabalho. Então, nós vamos ter uma redução de 43%.

O setor do vestuário, principalmente de confecção e o calçadista estão presente em todos os Estados brasileiros. Eu considero essa a maior interiorização do emprego. Em Estado de São Paulo, há pólos importantes no Braz e no Bom Retiro. Em Santa Catarina, o Vale do Itajaí é muito forte em confecção também. Há indústrias no Paraná, no Ceará... Praticamente em todo o interior do Ceará há fábricas de confecções. No meu Estado, o Espírito Santo, nós temos cinco pólos de confecção, que ficam em Vila Velha, Cachoeiro, Linhares, São Gabriel da Palha e Colatina. Em Colatina e São Gabriel da Palha, um quarto dos empregos é gerado pelas fábricas de confecção.

Então, imagina, Sr. Presidente, a aflição desses Municípios, desses Estados, desses empresários, quando recebem a informação da sua entidade maior de que a luz vermelha está acesa.

Temos aqui vizinho o Estado de Goiás. Goiânia é um grande pólo de confecção. Também o são Minas Gerais e Pernambuco, onde ficam a cidade de Santa Cruz do Capibaribe e a de Turitama.

Trata-se de um setor, Sr. Presidente, como outros da economia industrial – e falo aqui com muita propriedade porque o represento – em que com R\$8,5 mil gera-se emprego. Noventa e oito por cento das confecções são microempresas.

Temos o Simples federal, que, aparentemente, ajuda a microempresa. Quando a microempresa está comprando do grande produtor, da empresa de médio porte, está comprando a uma alíquota de 7,6% de Cofins, 1,65% de PIS, como V. Ex^a estava dizendo ainda agora da tribuna, está comprando o ICMS que aquela empresa paga no Estado de origem. E essa empresa não recebe esse crédito. Assim ela paga e descuida.

Então, Sr. Presidente, para ajudar a micro e a pequena empresa, nós temos que agilizar o processo, aqui no Congresso Nacional, da Lei Geral da Microempresa, que, infelizmente, está parada. Temo, Sr. Presidente, que ela seja muito modificada em relação à forma que foi apresentada aqui pelo Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Então, Sr. Presidente, o setor de vestuário – incluo aqui, neste momento, o de calçados – com 8.500 reais gera emprego; o moveleiro, com 10 mil reais, gera emprego; já o setor petroquímico, de celulose, mineração, petróleo e gás, para gerar um único emprego exige um investimento médio de R\$2 milhões. A exemplo disso, Sr. Presidente, temos aqui na Casa uma medida provisória pedindo um empréstimo de 5,6 bilhões para a Petrobras Transporte S/A (Transpetro), tendo sido já dito por diversas vezes aqui nesta Casa que irão gerar em torno de 22 mil postos de trabalho. Então, é só fazer a conta, que se acha ali investimento praticamente de R\$2 milhões, um pouco mais, para gerar um único emprego. Não que não seja importante esse empréstimo, mas o que quero chamar a atenção, Sr. Presidente, é para o problema de que esses setores – mais alguns outros – têm que ser observados pelo Governo Federal, e infelizmente não o são. Recentemente, eu e o Presidente – além da Senadora Ideli, que também estava presente – estivemos no setor têxtil e o setor de confecção, mostrando para o Presidente a angústia desse setor. O Presidente disse que ia tomar algumas providências. Depois gostaria de ouvir da Senadora Ideli Salvatti a esse respeito, porque ficou acordado que se criaria uma Secretaria – alguma coisa assim – para discutir a sobrevivência desse setor.

Chamo a atenção, Senadora, para um fato: naquele momento foram relatados vários pontos que prejudicam o setor, dentre os quais a importação, principalmente a ilegal, o contrabando. Infelizmente, no Brasil, quando se prende um produto nos portos, esse produto vai a leilão. O correto, Sr. Presidente, seria queimá-lo. O procedimento correto, quando se recebem contêineres de tecidos, de confecções, é queimar o produto, que entra

no País praticamente com 10% do seu valor de origem. Então, se o produto for a leilão com o dobro do preço, duas ou três vezes mais, estará ainda infinitamente mais barato do que a mercadoria comercializada aqui no Brasil. Então, o correto é queimar o produto, tendo em vista não tomar postos de trabalho dentro do Brasil. A Nação não perde nada com esse procedimento, que deve ser adotado para todos os produtos que entram de forma ilegal no País. Muitas vezes, Sr. Presidente, o produto é arrematado pelo próprio dono que o importou ilegalmente. Esse foi um dos pedidos que fizemos. Pedimos a desoneração da cadeia produtiva do setor que historicamente, Senadora Ideli Salvatti, não é pagador de imposto, mas gerador de emprego. Para se ter uma idéia, na indústria de confecções, 34% de tudo que é vendido vai para a folha de pagamento. Então é um setor que representa a mão-de-obra. Praticamente 75% do quadro de funcionários é composto por mulheres, que, muitas vezes, têm um nível de escolaridade baixo, por pessoas mais idosas, muitas vezes discriminadas pelo comércio e por outros segmentos da economia. A confecção absorve essa mão-de-obra.

Sr. Presidente, trago mais uma vez este assunto à tribuna – e quero trazê-lo novamente em outras ocasiões – porque não podemos deixar um setor dessa magnitude acabar no País. Em alguns momentos, vejo brigas entre Governos, entre Prefeitos, até mesmo o Presidente da República incentivando empresas a virem para o Brasil gerar emprego. Os Governos incentivam grandes plantas para seus Estados, muitas vezes com investimentos altíssimos, mas esquecem de trabalhar segmentos tão importantes como do vestuário, o calçadista e o moveleiro. Brigam para trazer novas empresas aos seus Estados e Municípios e deixam as que ali estão instaladas definharem e morrerem.

Ouvi dizer que o Brasil é o País onde mais se criam empresas; ou seja, aqui o número de novas empresas é muito grande. Mas eles se esquecem, Sr. Presidente, de falar que o fechamento de empresas também é muito grande. Hoje, há um bom número de empresas que nascem e morrem no período de cinco anos. Praticamente todas estão ligadas a esses segmentos que geram emprego de forma intensiva.

Chamo a atenção para um outro ponto, que ocorre principalmente no setor de confecção. Como se trata de um setor em que a mão-de-obra representa em torno de 34% sobre o valor da venda da empresa, sofre com alguns pontos. Por exemplo, em empresa de médio porte, temos ali o menor aprendiz que representa de 5% a 15% da folha. Tem-se de incluí-los como menores aprendizes. Dados como esses, muitas vezes, também maquiagem a geração de emprego no País, porque a confecção é um setor que emprega muito. Uma empresa com 100 fun-

cionários tem de incluir de 5 a 15 menores aprendizes, com idade mínima de 14 anos, que são considerados empregados da empresa, só que não trabalham na empresa. Chamo atenção para esse ponto.

Esses segmentos também pagam custo alto por serem grandes geradores de emprego. É um setor que consome muita energia elétrica. O Brasil todo sabe que o que mais sobe neste País é energia elétrica. No meu Estado, por exemplo, numa região, a energia subiu mais de 40%. Isso prejudica – e muito – o setor industrial, principalmente o ceramista, porque praticamente 10% do que esse setor vende é relacionado a energia elétrica.

Sr. Presidente, retornei a esta tribuna hoje para fazer mais este apelo, não só ao Governo, mas também a esta Casa, e a V. Ex^a, que sempre defendeu aqui no Senado os segmentos que realmente precisam de atenção. Convoco V. Ex^a a também levantar essa bandeira. Tenho certeza de que no seu Estado existem muitas indústrias de confecções, muitas indústrias de calçados. Não vamos esperar que esses setores acabem para, somente depois, correremos atrás; não.

Tive notícia recentemente de um importador de máquinas do meu Estado, do Espírito Santo, que está entrando no Brasil um número muito grande de máquinas têxteis, de máquinas de confecção usadas. Isso reflete, Sr. Presidente, também, a crise do setor. Enquanto o mundo está investindo em novas tecnologias, o setor, para sobreviver – algumas empresas, lógico –, está importando máquinas usadas para continuar no mercado.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a pediu um aparte; concedo-o com muito prazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Marcos Guerra, quero confirmar que estivemos juntos naquele evento, não apenas com o Presidente Lula, mas com toda a área econômica do Governo, com quatro Ministros presentes. O setor têxtil e de confecções emprega muito e está presente em praticamente todas as regiões do País. Em Santa Catarina, como V. Ex^a registrou, temos indústrias de ponta, exportadoras, marcas famosíssimas não só no Brasil como no exterior, e o setor está efetivamente muito preocupado porque esta é uma situação muito delicada. Registro apenas que mudanças para dar tratamento diferenciado em termos tributários de um setor para outro não são possíveis de serem feitas rapidamente. Elas têm um tempo de maturação. É necessário fazer todos os estudos, as projeções da questão tributária, da desoneração, do quanto diminuirá ou não. E também porque, quando é feita mudança na área tributária em um setor, em seguida aparecem outros setores que vão querer, nada mais justo, um tratamento também diferenciado. Até porque são questões que se abatem sobre o setor têxtil, de confecção, que têm a ver com a questão do dólar, com o contrabando, que não são exclusivas desse

setor. Durante todo o processo, acompanhamos o setor de materiais de construção, que acabou tendo uma desoneração da cesta básica dos produtos mais utilizados pela população de baixa renda, e o resultado já está estampado nas manchetes de alguns jornais. Por exemplo, houve o crescimento de 6,1%, no primeiro semestre, de mão-de-obra contratada legalmente, com carteira assinada, no setor da construção civil. Portanto, em setores como o da construção civil e da indústria têxtil, qualquer medida adotada tem uma rápida repercussão, um efeito bastante significativo. Tenho certeza absoluta disso, e não poderia ser diferente porque o Vice-Presidente da República é um industrial da área têxtil.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – O Vice-Presidente José Alencar esteve presente na reunião também, junto conosco.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Tenho certeza absoluta de que o setor têxtil merecerá providências, por se tratar de um setor que tem um dos maiores índices de pessoas empregadas. Por exemplo, algumas operações vêm sendo feitas no sentido de combater o contrabando. Houve uma operação grande da Polícia Federal em relação a questões de importação, que têm repercussão nesse setor. Os empresários da área têxtil em Santa Catarina ficaram muito satisfeitos em perceber movimentação e ação na Polícia Federal em relação a uma reivindicação forte por parte deles, para combater o contrabando, a entrada subfaturada ou superfaturada de produtos e algo que se costuma fazer muito com os contêineres: registra-se que se está trazendo um determinado produto, mas, dentro dos contêineres, está outro tipo de produto que faz uma concorrência de “terra arrasada” com os produtos brasileiros. Por isso, parabênizo V. Ex^a por trazer este assunto à tribuna. V. Ex^a pode ter certeza de que este é um assunto que está na pauta da área econômica e da área que atende a setores produtivos que precisam de um tratamento diferenciado para não sofrerem as consequências de determinadas questões. Algumas dessas questões estão até fora da nossa governabilidade, como é o caso da forte ofensiva da China. Foi exatamente a área têxtil o primeiro setor em que conseguimos estabelecer barreiras para que a entrada de produtos chineses não continuasse no volume em que estava ocorrendo no período mais recente.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senadora. V. Ex^a citou a China. Em março de 2008, vence a salvaguarda da entrada de produtos chineses no País. Precisamos nos unir para assegurar a continuidade dessa salvaguarda.

Quanto à China, chamo a atenção para o fato de que há hoje muitas empresas de calçados, inclusive confecções, que já estão fechando suas fábricas aqui, terceirizando sua marca naquele País e trazendo o pro-

duto para ser comercializado no Brasil de uma forma legal, logicamente. Muitos produtos chineses entram no Brasil para serem vendidos pelos próprios chineses do Brasil, tomando nossos empregos.

Sr. Presidente, o setor de vestuário está presente em todos os Estados da Federação; em 1990, gerou 2.950 empregos; hoje, 1,65 milhão postos de trabalho; previsão para 2010, 944 mil postos de trabalho.

A luz vermelha acendeu. E não podemos esperar – disse a Senadora que é complicado – porque o setor não agüenta mais esperar. Precisamos, urgentemente, Senador Antonio Carlos Magalhães, desonerar a cadeia produtiva desses setores. O custo para a geração de emprego é baixíssimo: em média, R\$ 8,5 mil. E o Governo não tem feito nada para socorrer esse setor. O setor realmente vai acabar se o Governo Federal não lhe der atenção.

Conheço várias regiões da Bahia que têm indústria de confecção e que também estão enfrentando problemas de mercado local. Se não preparamos essas empresas – que também não têm muita cultura exportadora –, a globalização também vai engoli-las. Elas não estão tendo musculatura para concorrer com o produto que está entrando no Brasil.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Marcos Guerra, V. Ex^a tem absoluta razão e faz um discurso importante em relação ao setor têxtil brasileiro. Realmente, se não tivermos como amparar essa indústria, teremos maior número ainda de desempregados.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Com certeza.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O drama a que V. Ex^a se refere também é vivido na Bahia. E não se encontra mais financiamento para essas indústrias. Inclusive o Banco do Nordeste não as financia. Conseqüentemente, se não agirmos – aliás, sempre demoramos a agir, o que é muito ruim para o Brasil e para o Congresso –, esperando que o Presidente da República faça algo, quando, na realidade, ele não deseja fazer nada. Louvo o discurso de V. Ex^a. Temas como este não podem passar despercebidos da opinião pública brasileira, principalmente do Senado da República. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a citou um ponto que realmente eu tinha me esquecido de citar da tribuna: crédito para o setor. Esse setor não consegue buscar o recurso, porque realmente está perdendo crédito. O Governo só quer emprestar, lógico, para quem paga. E como o setor vem enfrentando esses problemas, ele não consegue saldar as suas dívidas.

Agradeço a V. Ex^a e à Senadora Ideli Salvatti os apertes e ao Sr. Presidente o tempo que me concedeu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marcos Guerra, como estou presidindo a sessão, não posso apartear-lo. Entretanto, antes de V. Ex^a sair da tribuna, gostaria de dizer que concordo, em grande parte, com o seu pronunciamento. Ficou só um senão que quero, num outro momento, discutir com V. Ex^a. Quando eu era Deputado, apresentei um projeto de lei, dizendo que todos os produtos que chegassem ao Brasil de forma irregular, contrabando ou não, desde que passassem pela fiscalização de um órgão do governo, deveriam ser doados aos pobres.

Lembro-me de uma época em que foram apreendidos aqui milhares e milhares de pares de tênis, e eu fiquei abismado quando efetivamente queimaram aqueles tênis que poderiam ser doados para os pobres.

Mas quero aprofundar o debate, conversando com V. Ex^a nessa linha, a respeito de tecido, tênis, até mesmo alimentação. Se for comprovado que é de qualidade, que ela seja doada e não queimada ou colocada fora.

Enfim, é um debate que faremos em outro momento. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso brilhante como sempre.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Obrigado, Senador.

Faço apenas uma justificativa com relação a doação. Fico preocupado quando falamos em doação, porque, muitas vezes, ela não vai chegar à origem. Ela acaba, de uma forma ou de outra, tomando o emprego também. Esse é um ponto que realmente temos de discutir muito. Para tomarmos essa decisão, teríamos que criar uma comissão e, inclusive, chamar as entidades maiores do setor a fim de discutirmos esse assunto em conjunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo a palavra, de imediato, pela ordem de inscrição, à Senadora Ideli Salvatti, que é a primeira inscrita, mas permitiu que eu a antecedesse.

Em seguida, como segundo inscrito, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero aqui registrar meu pedido para que sejam incluídos nos Anais da sessão dois ofícios que recebi.

O primeiro deles, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), solicita a atenção para que, no esforço concentrado da próxima semana, tenhamos a possibilidade de aprovar o projeto de resolução que trata da autorização do endividamento temporário da Petrobras Transporte – Transpetro, para

a contratação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante para financiar o programa de modernização e expansão da frota da referida empresa estatal. Eu gostaria de deixar registrada essa solicitação da Federação das Indústrias do meu Estado, assinada pelo presidente da entidade, Dr. Alcântaro Corrêa.

Recebi também ofício, no mesmo sentido, do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval (Sinaval), assinado pelo Sr. Ariovaldo Rocha, que também solicita a atenção do Senado e a possibilidade de que, no esforço concentrado da próxima semana, também aprovemos o projeto de resolução, tendo em vista a perspectiva que a construção desses 26 navios tem no sentido de retomada e alavancagem da indústria naval brasileira e da criação de cerca de 22 mil empregos diretos.

Preparei algumas questões para trazer à tribuna neste dia. Ontem, Senador Marcos Guerra, infelizmente, quando eu adentrava o plenário, encerraram a sessão. Até brinquei dizendo que poderiam ter-me deixado falar, pelo menos, por dois minutos, mas não foi possível. Por isso, algumas coisas que pretendia dizer ontem falarei hoje.

Tenho tido sempre muito cuidado ao comentar pesquisas. Elas trazem um retrato da realidade, dão uma perspectiva para análise, permitem corrigir rumos, saber como o eleitor está avaliando as propostas, a posição, a correlação entre os candidatos. Trato pesquisas sempre dessa forma, porque elas não substituem o instrumento maior da democracia, que é o voto colocado na urna no dia da eleição pelas brasileiras e pelos brasileiros, mas não poderia deixar de fazer alguns registros acerca dos resultados.

Em primeiro lugar, devo dizer que foi divulgado o resultado da pesquisa Ibope em Santa Catarina e ficamos muito satisfeitos, porque obtivemos, no retrato deste momento, uma reversão no quadro eleitoral no nosso Estado. A candidatura do Presidente Lula estava atrás da do Geraldo Alckmin, mas a atual pesquisa Ibope sinaliza para uma reversão. Tomamos algumas medidas para que isso ocorresse, incluindo a instalação do Fórum Lula Presidente. Estamos atuando dessa maneira na campanha do Presidente Lula em Santa Catarina, tendo em vista que temos pessoas, personalidades, lideranças que estão fechadas com outras candidaturas ao Governo do Estado, mas estão apoiando, estão na campanha do Presidente Lula. Portanto, a forma que construímos em Santa Catarina para conduzir a campanha presidencial foi através do Fórum Lula Presidente, pela reeleição do Presidente Lula.

Penso que isso, conjugado com uma série de outras atividades, incluindo a presença do Presidente, que esteve lá, bem como a presença de alguns Ministros, com atividades muito importantes e de grande repercussão em Santa Catarina, como foi o caso da ida do Ministro da

Educação para inaugurar três novas escolas técnicas, três Cefets – praticamente dobramos, pois, dos três existentes, estamos agora com seis, e o Ministro ainda assinou uma ordem de serviço para a construção do sétimo –, são ações que vão tornando mais clara para a população a ação de governo e o resultado das ações do Governo Federal, do Governo Lula, no Estado de Santa Catarina.

A pesquisa Ibope apontou o crescimento da candidatura do Presidente Lula à reeleição: tinha 32% na pesquisa anterior, saltou para 38%; a candidatura de Geraldo Alckmin, de 34%, foi para 29%; e a da Senadora Heloísa Helena, de 12%, para 14%.

Portanto, os dados da pesquisa demonstram essa virada, o que, para nós que estamos conduzindo a campanha, com a tarefa de coordená-la no Estado, é bastante animador, mas também nos confere muita responsabilidade pela continuidade, expansão e ampliação da candidatura, com as ações que estamos adotando.

Outro dado que nos deixou bastante satisfeitos foi o crescimento da candidatura da nossa companheira Luci Choinacki ao Senado. Na pesquisa anterior, ela tinha 7% e agora, nessa pesquisa, pulou para 17%. A campanha para o Senado, em Santa Catarina, está polarizada, e o candidato que faz contraponto à nossa companheira Luci – o ex-Prefeito de Lages, Raimundo Colombo, do PFL – permaneceu estacionado, ficando com os mesmos 21% que teve na pesquisa anterior. Isso nos deixou muito animados, principalmente se levarmos em conta que a Luci é uma figura humana política de relevância e que tem um papel destacado nos movimentos sociais. É uma pessoa corajosa que, com certeza, vai honrar muito Santa Catarina, se conseguir os votos necessários para estar aqui no Senado da República. Ficarei muito satisfeita de poder compartilhar com ela a honra de representar o nosso Estado aqui no Congresso Nacional, no Senado da República.

Os outros comentários que gostaria de fazer referem-se às pesquisas feitas pelo Datafolha e pela CNT/Sensus. No caso desta última, gostaria de dar destaque para alguns dados da pesquisa que são relevantes no sentido da tendência, porque a intenção de voto pode ser um retrato muito momentâneo, mas há questões que a pesquisa apresenta que têm caráter mais qualitativo e são importantes de serem observadas de forma mais efetiva. A primeira delas é que a pesquisa CNT/Sensus, assim como o Datafolha, apresenta um crescimento significativo do voto espontâneo no Presidente Lula. Pela CNT/Sensus, o crescimento do voto espontâneo pulou de 32% para 42%.

Por que é importante registrar isso, mais até do que a intenção de voto estimulada, que é maior? Porque, dificilmente, o voto espontâneo se modifica. Quando a pessoa já declara, de pronto, em quem votará para presidente, dando o nome, é porque esse voto já está bastante consolidado,

e a possibilidade de haver reversão é extremamente difícil. Portanto, considero qualitativamente diferente uma indicação espontânea de 42%, em relação a tão-somente uma intenção de voto na pesquisa estimulada.

Além disso, a rejeição ao Presidente Lula atinge o menor índice da última série de pesquisas, pelo menos quanto ao último ano: apenas 25% de eleitores declararam que não votariam, em hipótese alguma, no Presidente Lula. E os adversários tiveram um crescimento na rejeição: Geraldo Alckmin está com 42% e Heloísa Helena ultrapassou a casa dos 50%.

A outra questão relevante na pesquisa CNT/Sensus é que, diferentemente de pesquisas anteriores, a intenção de voto no Presidente Lula para sua reeleição é superior em todas as Regiões do País e em todos os níveis de escolaridade. Esses dados demonstram que, apesar das diferenças nos níveis de escolaridade e mesmo com uma disparidade regional tão significativa – no Nordeste, a intenção é de 71%, e no Sul, 34,8% –, Lula ganha em todas as Regiões e em todos os níveis de escolaridade.

Para que ninguém suba nos saltos... Acho importante, sempre que trago pesquisas aqui, me referir ao momento. Há muito tempo ainda de campanha, muita água para rolar. Segundo a CNT/Census, as pessoas foram perguntadas se a eleição terminaria no primeiro turno ou se haveria segundo turno. Os dados demonstram que devemos ter a preocupação de manter a campanha e de ter todo o cuidado neste período até o dia 1º de outubro, porque 47% dos pesquisados entendem que a eleição vai terminar no primeiro turno. Mas 42% dos pesquisados ainda acham que pode haver segundo turno. Portanto, esses percentuais praticamente divididos, meio a meio, são um sinal para que mantenhamos o ritmo da campanha, a seriedade, a sobriedade e as famosas sandálias da humildade, que são importantes em todo processo eleitoral.

Ontem, eu tive a oportunidade de participar do lançamento do programa de governo do Presidente Lula para sua reeleição e fiquei extremamente satisfeita por conta dos seis pilares que foram explicitados como sendo as principais diretrizes, os eixos desse segundo mandato, se os eleitores confirmarem seus votos nas urnas, agora no mês de outubro.

A abertura do material que divulga o plano de governo traz de forma muito clara, segundo palavras do próprio Presidente, que “o nome do meu segundo mandato será desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade”.

Os seis pilares que estruturam todo o programa vão exatamente nessa linha: crescimento acelerado, preservada a estabilidade da economia, que se demonstra altamente necessária, pertinente e correta, principalmente para os que menos ganham neste País.

A segunda é a prioridade para a educação, com vista a um salto de qualidade. Todos temos esse entendimento. Não tivemos a possibilidade de ter, ao longo dos três anos e meio, essa prioridade por conta dos ajustes que eram necessários ser feitos, principalmente no ano de 2003 e boa parte de 2004. Mas, com certeza, haverá esse compromisso de priorizar a educação. Já há uma série de iniciativas deste Governo, como o ProUni, o Fundeb, que esperamos que a Câmara tenha condições e capacidade para votar agora, no esforço concentrado da semana que vem. Há medidas adotadas no sentido do livro didático, da merenda escolar, do transporte escolar, da ampliação significativa dos repasses.

Por exemplo, no meu Estado, os repasses constitucionais e a manutenção do sistema federal de ensino praticamente dobraram de 2002 para 2005, e estamos atendendo quase três vezes mais alunos na rede federal de ensino em Santa Catarina por conta do resultado da aplicação. Portanto, essa prioridade para a educação com vistas a esse salto de qualidade é de fundamental importância e é o segundo pilar do programa da reeleição do Presidente Lula.

O terceiro é a aceleração da distribuição de renda, com o fortalecimento do mercado interno. Sobre o tema, tive oportunidade de trazer dados, inclusive de Estados que não o meu. Por exemplo, tive oportunidade de vir à tribuna com dados da Bahia, onde o crescimento do comércio está diretamente vinculado aos programas de distribuição de renda.

O quarto é a requalificação da democracia pela reforma política. Esse é o grande desafio. É o quarto pilar, o quarto eixo do programa de reeleição do Presidente Lula, mas indiscutivelmente trata-se de algo que vai necessitar do aporte, da consolidação de um grande acordo político de todos os Partidos, porque a reforma política se faz no Congresso Nacional. Somos nós que temos essa prerrogativa de fazer as mudanças e as votações dos projetos que, infelizmente, tramitam há muito tempo. Colocar esse como centro de preocupação do próximo Governo entendo como muito importante.

O quinto é a segurança pública, com mais cooperação entre a União e os Estados. Finalmente, foi agora acertada toda a parceria em São Paulo de ajuste e de compartilhamento de dados, de informações, de monitoramento, principalmente com relação aos recursos do crime organizado. Vamos precisar fazer isso cada vez mais, para mexer no que move fundamentalmente qualquer ação criminosa, que é o dinheiro. Devemos ter essa capacidade. É necessário aprimorar e aperfeiçoar isso cada vez mais e é impossível fazê-lo exclusivamente com ações só do Governo Federal. Há que haver a cooperação entre a União e os Estados.

O último ponto é a presença soberana do Brasil no mundo e a prioridade à integração, ou seja, a continuidade da política externa soberana que o Brasil adotou nesses três anos e meio, a que entendemos ser muito importante dar continuidade.

Sr. Presidente, eu teria ainda outras questões a tratar, mas, infelizmente, tenho agora um compromisso no Palácio e vou precisar me retirar. O Presidente receberá, às 15 horas e 30 minutos, do Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, que, por muito pouco, não foi privatizado – atualmente, está federalizado –, o resultado desse banco que está instalado em todos os Municípios de Santa Catarina e que vem atendendo ao desenvolvimento regional do nosso Estado, como sempre fez nos seus 47 anos de existência. O resultado é extremamente positivo, pois os valores do primeiro semestre foram equivalentes ao ano passado inteiro.

O Besc, por intermédio de seus cerca de dois mil funcionários novos, contratados por concurso público, vem prestando um serviço inestimável ao desenvolvimento de Santa Catarina. Com muito orgulho, vamos entregar ao Presidente Lula o resultado extremamente positivo do trabalho, do desenvolvimento, da alavancagem regional do banco e o resultado eficiente da atual gestão.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a o tempo extra que me concedeu e me retiro da tribuna, porque terei que ir ao Palácio.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A NOTÍCIA

SC ultrapassa meta do Bolsa-família

Santa Catarina é o primeiro Estado do Brasil a atingir a meta do Programa Bolsa-família/segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda (SST). O trabalho é desenvolvido pela Gerência de Proteção Social Básica. SC ultrapassou a meta de 100%, atingindo 118%, no mês de julho. Também foi o Estado que mais informou os índices de frequência escolar, 98% contra a média nacional de 79%. Em 2004, a Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD) apontou 143 mil famílias pobres em SC, mas o programa atinge atualmente 146 mil domicílios

SANGUESSUGAS

Mais três são investigados

Dois deputados e um senador foram citados em conexão com esquema Brasília

Vinte dias depois de aprovar relatório parcial com a recomendação para cassar o mandato de 69 deputados e três senadores, a CPI dos Sanguessugas notificou ontem mais três parlamentares acusados de envolvimento com a máfia das ambulâncias: o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e os deputados Salvador Zimbaldi (PSB-SP) e Philemon Rodrigues (PTB-PB). "A notificação significa que eles serão investigados. Não significa que eles estão no rol dos cassáveis", afirmou o presidente da comissão, deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ).

Os três parlamentares tinham conexão com o esquema, segundo os empresários Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Darci Vedoin, donos da Planam, empresa que funcionava como a central da máfia. A cúpula da CPI decidiu notificar os três parlamentares, com a alegação de que os empresários apresentaram à Justiça indícios de que eles receberam alguma vantagem para apresentar emendas ao Orçamento, para que prefeituras pudessem comprar ambulâncias superfaturadas.

Ao mesmo tempo em que notificaram Zimbaldi, Philemon e Antero, integrantes da CPI das Sanguessugas isentaram outros quatro deputados: Ricardo Izar (PTB-SP), Ciro Nogueira (PP-PI), Luiz Piauhyllino (PDT-PE) e José Múcio Monteiro (PTB-PE). "Não basta que o parlamentar tenha emendas que foram parar no esquema. É preciso mais evidências", explicou Biscaia. Em entrevista à revista "Época", Luiz Vedoin citou o nome dos quatro deputados como integrantes do esquema sanguessugas.

Os relatores do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado ouvirão no dia 5 os supostos chefes da quadrilha dos sanguessugas. Deporão na Casa os empresários Luiz Antônio Trevisan Vedoin, o pai dele, Darci Vedoin, e o acusado de ser um dos principais integrantes do grupo, Ronildo Medeiros. [\(topo\)](#)

PFL desfilia deputado Almir Moura

A executiva nacional do PFL decidiu ontem desfiliar o deputado Almir Moura (RJ) por conta de seu envolvimento no esquema dos sanguessugas. Além dele, dois outros deputados perderam a legenda por iniciativa própria. São eles Coriolano Sales (BA) e Marcos de Jesus (PE), que preferiram pedir desfiliação a ser julgados pela executiva. O presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), disse que, em todos os casos em que havia provas suficientes para incriminar os envolvidos, a punição foi máxima. "A

N/Ref: CO-133/06

Exm^o Sr^a
Senadora **Ideli Salvati**

Ass.: Navios destinados à TRANSPETRO – votação no Senado

Sr^a Senadora:

Como certamente é de conhecimento de V. Exa., a empresa PETROBRAS TRANSPORTE S/A – TRANSPETRO concluiu recentemente o processo de licitação para construção, no Brasil, dos primeiros 26 navios de grande porte, de um total de 42 unidades, destinados à renovação de parte de sua frota de navios petroleiros e gaseiros.

Essa encomenda é de vital importância para os estaleiros nacionais vencedores da licitação e consolidará o processo de reerguimento da Indústria Naval brasileira, com amplos benefícios sociais, como a criação de milhares de empregos qualificados no setor e a distribuição de renda, considerando-se, inclusive, que a construção dos navios será realizada em três Estados, ou seja, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

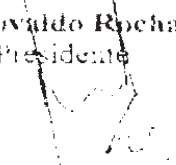
Para que a contratação dos navios pelos estaleiros nacionais seja possível, todavia, encontra-se em tramitação no Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado PRS 49/06, que autoriza a TRANSPETRO a elevar temporariamente seu limite de endividamento em até R\$ 5,6 bilhões, para a contratação de crédito com recursos do FMM – Fundo da Marinha Mercante. Tal providência tem o objetivo de financiar o programa de modernização e expansão da frota daquela empresa estatal.

Essa matéria é o primeiro item da pauta do primeiro dia (04 de setembro) do período de esforço concentrado de 04 a 11 de setembro para votação de matérias no Senado e constava da pauta do esforço concentrado anterior, tendo sido adiada sua votação por falta de acordo entre as lideranças partidárias.

Confiamos na sensibilidade de V. Exa. para esse assunto e solicitamos apoio a nosso pleito de aprovação do Projeto de Resolução quando de sua votação, o que antecipadamente agradecemos.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar nossas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,
Ariovildo Rocha
Presidente



C. F. FIESC Nº 862/2006

Brasília, 13 de agosto de 2006.

Senhora
Senadora Ideli Salvatti
Senado da República
Brasília - DF

Senhora Senadora,

Cumprimentado-a cordialmente, o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC manifesta posição favorável à aprovação do Projeto de Resolução do Senado – PRS nº 049/2006, que autoriza o endividamento temporário da Petrobrás Transporte S/A – TRANSPETRO em até R\$ 5,6 bilhões de reais, para a contratação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante para financiar o programa de modernização e expansão da frota da referida empresa estatal.

O programa prevê a construção de 26 navios de grande porte dos 40 destinados à renovação de parte da frota de navios petroleiros e gaseiros conforme processo de licitação recentemente concluído pela estatal. Como consequência haverá aumento da competitividade frente ao mercado internacional e a revitalização da indústria de construção de navios de grande porte no país, principalmente em Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Considerando que a matéria está na pauta de votação prevista para o período de esforço concentrado do Senado da República (04 a 11/09/06), solicitamos sua atuação parlamentar no sentido de votar pela aprovação do PRS nº 049/2006 e reiteramos manifestações de consideração e apreço.

Atenciosamente,


ALCANTARO CORRÊA
Presidente do Sistema FIESC

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os ofícios a que V. Ex^a se referiu serão publicados na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL baiano, pelo tempo que julgar necessário para proferir seu discurso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho um acordo implícito com a Líder do PT de não apartea-la e de S. Ex^a também não me apartear. Nunca fizemos esse acordo, mas ele funciona. Daí por que não pude contestá-la em alguns pontos com os quais realmente não concordo.

Sr. Presidente, o Presidente da República continua cada vez pior. Pior em tudo: na mentira e, sobretudo, na coragem de proteger os ladrões. Aqui está uma declaração do Presidente da República: “Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro”.

Ele quer dizer que não vai brigar com quem roubou no “valerioduto”, quem fez sanguessuga, quem fez mensalão; ao contrário, vai prestigiá-los. Se por acaso chegar à Presidência da República, nenhum deles vai sofrer coisa alguma, exceto ser promovido como bom ladrão. Quem melhor roubar mais eficiente será para o Presidente Lula.

É declaração dele, não minha. Essa declaração provocou artigo importante do jornal **O Estado de S. Paulo**, em que consta, entre outras coisas:

Nunca antes se viu um Presidente brasileiro – e nunca antes esse bordão de Lula há de ter sido tão apropriado – ir tão longe em defesa das mãos sujas na vida pública, embora essas palavras, tomadas pelo valor de face, fossem de resignação diante do que seria uma realidade amarga, porém imutável.

Diz **O Estado de S. Paulo**, repetindo o Lula:

“Política a gente faz com o que a gente tem, e não com o que a gente quer. Esse é o jogo real da política que precisou ser feito em quantos anos para que chegássemos a uma situação altamente confortável”.

Quer dizer que ele diz aqui que “política não é preciso fazer com gente decente; política se faz com ladrão. E com ladrão eu governei, e acho que está dando certo”.

Isso leva, ainda, o jornal a dizer que:

A primeira sentença é uma meia verdade. Faz-se política, de fato, com o que se tem. Nem por isso se precisa necessariamente fazer polí-

tica cultivando o que há de pior no que se tem. [Ou seja, o roubo, o furto.]

Essa é a mensagem pela qual o Lula confirma o que eu tenho dito aqui, várias vezes, do Governo: é um Governo desonesto, inimigo da moralidade pública.

O Presidente da República não conserta, Sr. Presidente. Não conserta. A meta dele, agora que subiu nas pesquisas – não tanto quanto disse a Senadora –, é esta: continuar roubando. E a Senadora citou algo que pensa que vai acontecer nos próximos dias 4, 5 e 6 aqui, e não vai acontecer. Não passa de jeito nenhum, se o Presidente Renan colocar em pauta – e ele já me garantiu que não coloca, pela divergência das Lideranças –, o projeto dos R\$5,6 bilhões da Transpetro, pois é feita para roubar, para dar a três empreiteiras que fazem navios, e eles pegarem, antes dos estaleiros, as comissões para as campanhas políticas que estão realizando.

É a Petrobras. É a Petrobras que alavanca mais recursos. Claro que o Ministério da Saúde rouba, o da Integração também, o das Cidades – não há nada em que não haja furto nesse Governo –, mas quem rouba mais é a Petrobras, por ser a mais rica. E ali ninguém descobre roubo, embora eu já esteja preparado para uma CPI pós-eleição em relação à Petrobras. Vou desmoralizar aquela instituição, que foi criada com os melhores propósitos pelo Presidente Vargas, mas que foi deturpada totalmente, no correr desses últimos anos do Governo Lula, para ser financiadora de candidatos do Partido a Governos estaduais.

Fazem negócios de toda a ordem. Até troca de terreno por asfalto. Ali é um balcão para qualquer negócio. Chegou, faz. Basta que seja afilhado do Presidente Lula ou desse partido que já desapareceu, que é o PT – desapareceu aqui, agora, e desapareceu no Brasil. Vejam que o Presidente Lula sobe, e o Partido desce, num contraste total, porque o Presidente Lula é o responsável pelo roubo do Partido: o “valerioduto”, o “mensalão”, os sanguessugas, os empréstimos bancários que Okamoto pagava por ele, os cartões de crédito que ainda não saíram, Sr. Presidente, mas que vão sair, e que pagam despesas as mais incríveis do Palácio do Planalto, não direi nem de quem.

Não vou citar esse tal Lulinha da Gamecorp. É o Lulinha, que se chama Fábio, que já levou R\$15 milhões da Telemar, e o Presidente não responde a nada. Nada, nada, nada. E ainda diz que nós é que somos corruptos. Nós que reagimos ao seu Governo. Como ontem, com muita bravura reagiu o Presidente Fernando Henrique. Foi exibido na televisão. O Presidente Fernando Henrique dizia: “Não se compare comigo. Eu não sou você. Lugar de ladrão é na cadeia”. Aquilo era como dizer: “Lula, eu o conheci um lutador, um operário que queria as boas causas. Hoje, vejo na Presidência da República alguém que pega o Erário para gastar à toa com os seus e beneficiar uma série de ladrões conhecidos no Congresso Nacional e no Supre-

mo Tribunal Federal”. Não vou citar nomes, até para não humilhar mais ainda a outra Casa do Congresso.

Mas, na realidade, o que se observa hoje é que os conselheiros do Presidente estão bem à altura dele. Fazem tudo o que é possível, dentro desse espírito que é o do seu Governo.

Além disso, ele não precisava utilizar a figura de um grande morto, Dom Luciano Mendes de Almeida, talvez uma das figuras maiores do Clero brasileiro em todos os tempos; talvez merecesse ser Cardeal, e o desejava, mas não o foi.

Perante o povo brasileiro, porém, ele foi um Cardeal, porque amava os pobres e os defendia.

Lula declarou que, quando Dom Luciano estava doente, visitou o Arcebispo, que lhe disse: “Vá em frente e não se esqueça dos pobres deste País”. Nessa frase, há dois sentidos. Primeiro, o morto não pode atestar a mentira do Lula. Segundo, se Dom Luciano disse para não se esquecer dos pobres, é porque pensava que o Presidente está se esquecendo dos pobres e está enriquecendo ainda mais os ricos, os bancos e as grandes empresas, com a pobreza aumentando e a fome grassando – isso tudo em um país em que o Presidente domina sozinho.

Aliás, Sr. Presidente, louvo a atitude de V. Ex^a, que está sempre presente nesta Casa, dando a muitos outros mais antigos que V. Ex^a um exemplo de que esta Casa é para ser freqüentada, é para haver debate, é para haver realmente o contraditório. Porém, eles fogem do contraditório, porque não têm argumentos. Os argumentos deles representam o silêncio dos mortos-vivos que eles são, porque quem é vivo para roubar é morto perante a dignidade dos homens de bem do País.

Sr. Presidente, cada vez me sinto mais à vontade para combater este Governo que não tem escrupulo algum.

Ainda há pouco, a Líder saiu para ir discutir com o Presidente sobre pesquisa e banco. Os outros não vêm aqui, embora estejam absolvidos por Lula, que disse que quer governar com ladrão. Isso está escrito e é motivo, inclusive, de um editorial de **O Estado de S. Paulo**.

Ontem, mostrei aqui coisas inacreditáveis que acontecem no Governo do Presidente Lula. Resultado: nunca recebi tantos *e-mails* e telefonemas me felicitando pela coragem de dizer aquilo que o povo quer dizer, mas que não o faz por estar sufocado pela propaganda oficial. Mas nós vamos dizer.

Ainda há tempo. E, nesse tempo que temos, ainda vamos mostrar que o Presidente Lula não pode governar este País porque lhe falta autoridade moral. Se, por acaso, ele tem votos, como disse a Líder, ele não tem a dignidade. E, sem dignidade, o homem público não sobrevive, é passageiro. A vida do homem é feita justamente de exemplo. Um pensador que sempre gosto

de citar diz: “Os moços são rebeldes aos conselhos, mas sensíveis aos exemplos”.

Que exemplos, Sr. Presidente, temos do Presidente da República e de muitos de seus ministros? O das sanguessugas? O do valerioduto? O do mensalão? Esses exemplos, Sr. Presidente, desgraçam a Nação brasileira e contaminam inclusive os homens de bem.

Os pobres são cada vez mais pobres. Seu programa de fome deu em coisa alguma. Seu Bolsa-Família é resultado de um projeto meu de combate à pobreza aprovado aqui e que deu, de saída, quatro bilhões ao Governo. Ele acabou com o Bolsa-Escola para fazer o Bolsa-Família. Com o Bolsa-Família, ele pensa que compra o eleitor pobre do Nordeste principalmente. Quando se observa o aumento do número de pessoas inscritas no Bolsa-Família no Nordeste em relação ao Sudeste, é de se estarrecer. É de estarrecer! Aproveitam a ignorância de muitos para que possam roubar mais.

Sr. Presidente, há outro ponto que quero abordar. O Ministro Márcio Thomaz Bastos prometeu que Polícia Federal daria, em 30 dias, o resultado do inquérito – passado esse prazo, não deu – que prova que o PT levou de Rondônia para a Bahia a vassoura-de-bruxa, praga que dizimou a grande produção baiana de cacau, deixando milhares pessoas à fome e duzentos mil desempregados.

Até agora nada, e ainda tem coragem a Líder do Governo de dizer que este Governo investe na Bahia. Não, Sr. Presidente. Na Bahia, nós lutamos sem apoio do Governo e, graças a Deus, vencemos sempre; vencemos porque as boas causas nós temos conosco; vencemos porque fizemos uma equipe de trabalho que honra a Bahia e serve de exemplo para o Brasil; vencemos porque não somos do “rouba, mas faz”. Somos do faz sem roubar.

Sr. Presidente, além do problema do cacau, o fundamentalismo ecológico não pode seguir norteando as decisões do Ibama. Uma situação inaceitável acontece agora na Bahia. Surpreendentemente, o Ibama negou licença ambiental a um dos blocos para produção de petróleo e gás no litoral do Estado. Surpreendentemente, porque, desde 2000, o Ibama já havia expedido várias licenças relacionadas com o mesmo processo.

Repete-se a história dos anos 30, com o primeiro poço de Lobato. Naquela época, falava-se na inexistência de petróleo. Hoje, fala-se na precaução. Mais uma vez o povo baiano vai reagir.

É exatamente por uma leitura malandra do chamado “princípio de precaução” que muitas hidrelétricas se encontram paralisadas e perdemos competitividade na nossa agricultura.

Como baiano, preocupa-me que cessem os fortes investimentos que vêm sendo feitos na região de Camamu, com repercussões positivas em vários outros municípios. Os prefeitos têm me procurado, alarmados, porque

sabiam que ali iam encontrar a riqueza que melhoraria a situação de centenas de milhares de baianos.

O País tem passado por um clima de insegurança no abastecimento de gás, e não podemos nos dar ao luxo de abandonar reservas comprovadas em função de pretensos riscos ambientais não comprovados. Concretos são os riscos do desabastecimento. Concretos serão os efeitos poluidores da falta de gás em nossa matriz energética, já que, nesse caso, ele será substituído por térmicas a óleo diesel.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É isso, Sr. Presidente, que vivemos. É imperioso que o Ibama reveja a sua posição e não crie obstáculos à exploração de gás naquela região baiana.

Concedo-lhe o aparte com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a tem completa razão. O Brasil vive um apagão de gás. Por quê? Porque temos utilizado o gás para diversas funções, como gerar energia elétrica, abastecer veículos e indústrias. Cinquenta por cento do nosso consumo de gás vem da Bolívia. Com a crise política que esse país vive e com a série de medidas que tomou, como a nacionalização das reservas, o que, inclusive, prejudica a Petrobras, atualmente, o Brasil vive a seguinte situação: se, por acaso, precisarmos usar as térmicas a gás instaladas no Sudeste e no Nordeste, não teremos gás, a não ser que paremos de atender às indústrias, lembrando que algumas nem mesmo têm como substituir seu uso. A reserva da Bahia é importantíssima, porque reforçará em cerca de três ou quatro milhões de metros cúbicos por dia – não sei o valor ao certo – a reserva do Nordeste. Se a situação do gás no Brasil é preocupante, no Nordeste a situação é ainda pior, porque a quantidade de gás disponível é pequena. Não há ligação entre o sistema de distribuição de gás do Nordeste e o do Brasil. Ela será feita por meio de um gasoduto cuja construção foi paralisada neste Governo, e deveria ter sido concluída. Essa construção é muito mais importante para o Nordeste do que a transposição do São Francisco, projeto polêmico e difícil de executar. Infelizmente, o Governo não fez a obra. Qual é a esperança do Nordeste? A utilização das reservas da Bahia, pois permitiria esperar a construção desse gasoduto por mais três ou quatro anos. Às vezes, por alguns detalhes ambientais deixamos atrasar, porque no fundo, em determinado momento, vai terminar sendo autorizada essa exploração de gás. Mas atrasa, com uma série de detalhes. Portanto, é importante que o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, tome as providências necessárias para que, o mais rapidamente possível, esse gás da Bahia pos-

sa ser utilizado, porque ele vai beneficiar todo o sistema de gás do Nordeste. Era só isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, além de ser um grande Senador, é um notável conhecedor do problema de gás e de petróleo em geral. Como Ministro, V. Ex^a provou isso e agora, mais uma vez, dá a sua colaboração à nossa chapa, trazendo subsídios excelentes para as discussões dos temas de que V. Ex^a participa. De maneira que agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem ilustrar bastante o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, V. Ex^a e um colega seu também já reclamaram de uma portaria do Ibama que sacrifica o território baiano, de Canavieiras ao Espírito Santo. É inacreditável que isso aconteça. Isso só acontece em um governo irresponsável como o do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra – PSDB-ES) – Portaria nº 39.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É a Portaria nº 39. V. Ex^a lembra, com propriedade.

Temos, nesta Casa, que forçar a revogação dessa portaria. Já discutimos esse assunto na Comissão, temos de discuti-lo no plenário, para fazer com que o Governo volte atrás, porque os baianos e os espírito-santenses não vão aceitar que lhes seja roubado o território pela vontade de um delegado qualquer do Ibama, que só tem prejudicado este País, principalmente na gestão do Presidente Lula, que é uma gestão irresponsável, como irresponsável tem sido a atuação do Ibama.

Sr. Presidente, quando não se tem governo, isso tudo acontece. É o que está ocorrendo. O Brasil pode ter presidente, mas não tem governo. Esse governo não tem capacidade para agir, porque não tem moralidade pública. É um governo imoral, desonesto e que só faz roubar em detrimento da Nação brasileira.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

Muito obrigado!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero chamar a atenção deste plenário para um fato gravíssimo, extremamente prejudicial aos interesses nacionais que está ocorrendo nas barbas do governo, sem que o presidente da República e as autoridades responsáveis pelo assunto tomem qualquer providência para impedir que as complicações dele decorrentes se agravem e impeçam o desenvolvimento econômico do país. E aumentem a pobreza do sofrido povo brasileiro.

Refiro-me ao fundamentalismo ecológico dos responsáveis pela área de licenciamento ambiental do Ibama, que além da militância teoricamente em defesa da natureza, inexperiência e desconhecimento técnico suficiente, e falta de comando no Ministério do Meio Ambiente, estão criando todos os óbices possíveis à concessão de licenças para projetos e obras, cuja execução é imprescindível para evitar a estagnação da economia brasileira.

Recentemente, o próprio senador Aloísio Mercadante, em debate realizado na sede do Instituto de Engenharia, São Paulo, indagou quantas obras estruturantes foram paradas por objeções ambientais, e atribuiu ao rigor da legislação ambiental a culpa pelo que está acontecendo.

Mas o senador Mercadante tem razão apenas em parte, porque a realidade é diferente. A legislação, é verdade, precisa ser amenizada. Todavia, as restrições maiores não são das leis, porém daqueles que deveriam executá-las com critérios definidos, e não ao sabor de conveniências políticas e ideológicas.

São dezenas de usinas hidrelétricas que já deveriam estar sendo construídas que não saem do papel por falta de licenciamento.

Agora mesmo, no jornal **O Estado S. Paulo** de segunda-feira, divulga-se recente pesquisa pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, segundo a qual é grande a preocupação quanto ao ritmo de crescimento da oferta de energia no Brasil. E ainda que quase 60 por cento das entidades do setor acreditam que o país poderá sofrer nova crise até 2010.

Ou seja, há risco de apagão até 2010.

Se for solicitada ao Ministério do Meio Ambiente a relação dos cursos de mestrado ou doutorado desses técnicos, ou ainda os trabalhos científicos que lhes confira autoridade para assinar os absurdos pareceres que emitem, será uma decepção. Simplesmente não existem.

Sr^{as} e Srs. Senadores, uma situação inaceitável surgiu na Bahia, e está parecendo mais retaliação contra aqueles que não compactuam com o governo Lula.

Volto ao passado, para lembrar que já com Monteiro Lobato verificou-se um embate com o órgão federal encarregado do licenciamento das atividades de petróleo e gás **offshore**.

Ocorre que agora, de forma surpreendente, o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis houve por bem negar uma das licenças ambientais postuladas pela adquirente de um dos blocos para produção de petróleo e gás no litoral do estado.

A recusa foi recente, muito embora o próprio Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, desde o ano 2000 já tenha expedido outras licenças dentro do mesmo processo complexo de licenciamento ambiental.

Fato é que, desde o ano 2000 fortes investimentos vêm sendo feitos na área da baía de Camamu com repercussões positivas em todos os municípios.

Repete-se, agora, sob a máscara ambiental, a mesma história ocorrida na década de 30 com o pioneiro poço de Lobato. Burocratas, por falta de coisa melhor a fazer, resolvem investir contra o desenvolvimento da Bahia.

No passado falava-se na inexistência de petróleo, a perseverança do povo da Bahia mostrou que o argumento era uma falácia; hoje, fala-se na precaução. Iguamente falacioso o argumento, igualmente será derrotado por um povo que clama por desenvolvimento.

Ex^{as}, lamentavelmente, estamos repetindo no Brasil os erros que foram praticados alhures na década de 70 do século XX. De fato, na década de 70 nos Estados Unidos tinha-se a ilusão da poluição zero, ilusão esta que é, ainda hoje, um mito muito caro aos burocratas do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Como conseqüência de tal mito, encontra-se uma leitura apressada do chamado princípio da precaução que, por lido transversalmente, é hoje um dos maiores entraves ao desenvolvimento nacional. Em nome dele, como comentei no início deste discurso, muitas hidrelétricas se encontram paralisadas em nosso país; em nome dele perdemos competitividade em nossa agricultura, em nome dele a inação e a paralisia caracterizam a atuação do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Como se vê, o nosso Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é mais realista do que o Rei. Reconhece princípios que a própria Corte Internacional de Justiça não reconhece. E faz tudo isto em prejuízo da Bahia e de seu povo, como no caso concreto.

O princípio da precaução não pode ser considerado como um empecilho à pesquisa de recursos naturais renováveis. O princípio da precaução ganhou o *status* de uma super norma, que prevalece sobre qualquer circunstância, sempre que um determinado empreendimento desagrade a algum grupo ou está em estágio tecnológico mais avançado do que a média.

Assim, o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis se substituiu à sociedade, ao Congresso Nacional e decide **sponte sua**, sobre os destinos da Nação. Está na hora, Sr^{as} e srs. Senadores, de darmos um basta a tal situação. Pelo Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, tudo deve ser paralisado para que se atinja a um grau de “certeza científica” capaz de garantir que o empreendimento não causará “dano ambiental”.

Toda esta triste e confusa realidade provocada pelo Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis, decorre de uma insuficiente capacidade institucional e de desinformação crônica de boa parte das pessoas que alegam proteger o meio ambiente.

O fato é que o grau de abstração e, até mesmo, de devaneio, conjugados com a má fé, que o princípio da precaução atingiu tem feito com que várias instituições se preocupem com uma maneira de dar-lhe mais concretude. Assim, algumas diretrizes para a sua aplicação têm sido formuladas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esperemos que o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis reveja a sua posição e não crie obstáculos à exploração de Gás na Baía de Camamu, até mesmo porque recentemente tivemos problemas sérios quanto à segurança de nosso abastecimento de gás e não podemos nos dar ao luxo de abandonarmos reservas comprovadas em função de riscos ambientais não comprovados.

Por outro lado, os riscos de abastecimento são concretos e mais: sabemos que o incremento de gás natural em nossa matriz energética e contribuir decisivamente para a diminuição da poluição e o barateamento da energia. Se o gás de Camamu não entrar na matriz energética, ele será substituído por térmicas a óleo diesel com conseqüências ambientais muito mais nocivas e que deverão, justamente, serem debitadas na conta do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Finalmente, é bom o governo atentar para o fato de que existe, ainda a conseqüência de obrigar o Estado Brasileiro a indenizar o adquirente do Bloco, tendo em vista a negativa de sua exploração por parte do mesmo Estado que o vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Geraldo Alckimin.

V. Ex^a dispõe do tempo que julgar necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula declarou hoje na Confederação Nacional da Indústria que política do xaxado provocou o apagão de 2001.

Bom, não sei bem o que é política do xaxado, Sr. Presidente. Depois ele disse que é uma situação em que o país cresceu muito pouco durante os últimos vinte anos. Realmente o Brasil cresceu pouco nos últimos vinte anos, sem dúvida, mas também cresceu muito pouco no Governo dele. No ano passado, o Brasil cresceu 2,3%, enquanto a Argentina cresceu 9% e o Chile e o Paraguai cresceram 6%. Isso mostra que o Presidente Lula seria a

última pessoa que poderia falar de crescimento do Brasil. A forma como ele diz isso é incoseqüente e mostra que, na realidade, todas suas afirmações não têm muito a ver com a realidade. Ninguém sabe de onde ele as tira. Ele fala, e as pessoas esquecem. Depois isso é repetido na televisão, nos programas eleitorais. A cada dia que passa, essas mentiras aumentam e são tão repetidas que as pessoas acabam acreditando nelas.

Ele fala também do apagão de 2001. Primeiro, em 2001 não houve apagão; em 2001 houve um racionamento devido ao risco de um apagão, que, na verdade, não existiu. Houve uma crise gravíssima, diga-se de passagem, que conseguimos superar.

À época, trabalhei como Ministro de Minas e Energia, e conseguimos superar a crise. Em nove meses, tivemos energia suficiente Na realidade, no Governo atual, não houve licitação nem construção de hidrelétricas. O saldo de energia existente hoje é o mesmo que existia no dia em que o Presidente Lula assumiu, pois não houve nenhuma obra a não ser as que já estavam em andamento. Os leilões realizados foram poucos. Nós temos de implantar cerca de 3.000 megawatts por ano. Portanto, em quatro anos, deveríamos implantar 12.000 megawatts de energia e no Governo do Presidente Lula foram leiloados apenas 890 megawatts de energia. Isso significa que, daqui a alguns anos, a situação será mais grave do que a de 2001, porque no setor elétrico há esta característica: as conseqüências só aparecem cinco anos depois da crise. Se não há investimento, cinco anos depois começam a vir as conseqüências.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, na edição do dia 28 de agosto de 2006, se não me engano, publica a seguinte manchete: “Risco de apagão assombra o País”. Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra que 60% das entidades do setor acreditam em nova crise até 2010. O que as entidades estão dizendo? Dizem que, como não foram realizados investimentos em energia elétrica durante esse período, daqui a quatro anos, portanto em 2010, haverá uma crise. Hoje no sudeste os reservatórios estão cheios de água, mas, no sul, já existe uma situação de crise.

Hoje, Senador Jefferson Péres, praticamente 70% do consumo de energia do sul está sendo transferido para o sudeste. Toda a capacidade da linha de transmissão, cerca de 6 mil megawatts, está sendo transferida do sudeste para o sul, porque, devido à seca nessa região, as hidroelétricas estão com os reservatórios vazios e não conseguem gerar a energia necessária. Como o sistema brasileiro é unificado, nós estamos transferindo energia do sudeste para o sul.

O que acontece quando se transfere durante muito tempo – faz alguns meses que isso está sendo feito – energia do sudeste para o sul? Usa-se mais a

água do sudeste, quer dizer, com essa transferência, nós estamos colocando essa região em risco.

E o que significa esse risco? Significa que nós não temos de onde tirar energia para atender o sudeste. Se há déficit no nordeste, o sudeste pode socorrê-lo porque o consumo lá é muito menor; se há déficit no sul, o sudeste pode socorrê-lo, porque também lá o consumo é muito menor; porém, se houver déficit no sudeste, cujo consumo, em números redondos, é mais ou menos três vezes o do sul e quatro vezes o do nordeste, nós não teremos como tirar energia nem do sul nem do nordeste para atender o sudeste.

O que acontece? Na realidade, o que verificamos na configuração atual do setor elétrico é que nos últimos leilões a energia hidroelétrica tem sido substituída por energia térmica.

Só que, para que tenhamos energia térmica, precisaríamos de uma grande disponibilidade de gás, porque o gás, Senador Antonio Carlos Magalhães, para gerar energia, é necessário em grande quantidade. Só para exemplificar, o Estado de Pernambuco consome mais ou menos 1 milhão de metros cúbicos de gás por dia. Há uma termoelétrica lá em Pernambuco com uma capacidade de 500 MW, que, se funcionar, sozinha consumirá 1,3 milhão de metros cúbicos por dia. Portanto, uma termoelétrica sozinha consome mais do que todo o consumo da indústria veicular, de tudo, do Estado de Pernambuco. Então, na realidade, há que se ter uma grande disponibilidade de gás, e essa disponibilidade não existe, porque metade de nosso consumo é atendida pela Bolívia e há essa crise política, vamos dizer assim, com relação àquele País, que resolveu tirar de lá todas as empresas estrangeiras, inclusive a Petrobras. Então, nós ficamos sem poder ligar as termoelétricas por causa do gás. Qual era a alternativa? Ligar as termoelétricas utilizando outro tipo de combustível derivado de petróleo – o *diesel*, por exemplo, ou o óleo combustível mesmo. Só que isso multiplicaria o custo da energia por três ou até por quatro em relação ao que se gastava com o gás natural. Então, é uma situação de risco que não cabe ao Governo esconder.

Se nós tivermos um apagão em 2010, será um racionamento, uma situação muito mais grave que a de 2001, porque naquela época nós tínhamos muitas obras em andamento que, rapidamente, foram concluídas e aquele racionamento pôde acabar. Agora, se nós tivermos novo apagão em 2010, nós não vamos ter nada em andamento, vai estar tudo parado, não há nenhuma obra em andamento, não há nada licitado, e portanto não há como reagir, mesmo porque a reação de diminuir o consumo já foi utilizada em 2001. A maioria das pessoas já economiza energia em relação ao que consumiam em 2000, antes daquele racionamento. Então, é mais uma declaração inconseqüente que o Presidente Lula faz,

sem respaldo na realidade. A realidade é muito diferente daquilo que o Presidente da República está fazendo no tocante ao setor de energia e de gás.

Quanto ao petróleo, essa dita auto-suficiência é relativa. Pode-se ser auto-suficiente hoje e não o ser daqui a dois anos. A Argentina, por exemplo, até o ano passado, era auto-suficiente em petróleo e gás. Neste ano e, principalmente no próximo ano, vai ter de importar esses produtos porque, na época daquela crise, parou de investir nesses setores. A Argentina consome mais gás do que o Brasil – aproximadamente o dobro –, porque lá todo o sistema tem como base o gás. Pois ela agora está importando gás, inclusive da Bolívia, e deixou de atender alguns contratos de gás e energia firmados com o Brasil.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – A ignorância do Presidente vai ao ponto de ele, num falso ufanismo, dizer que o Brasil vai ser a maior nação energética do mundo. É de uma ignorância total! Em termos de gás e de petróleo, sabe-se que a Rússia tem dez vezes mais possibilidades do que o Brasil. Eu não sei quem fornece esses dados a ele ou se ele, na hora, meio embriagado, não entende bem as coisas, e o resultado é esse que está aí. É sempre uma declaração, como V. Ex^a diz, irresponsável.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A Rússia, a partir deste ano, vai produzir mais petróleo do que a Arábia Saudita. Hoje, é o maior produtor de petróleo do mundo; ultrapassou a Arábia Saudita só em petróleo, fora o gás. Todos nós sabemos que, praticamente, toda a Europa é atendida com o gás que vem por tubulações, diretamente da Rússia. Então, a Rússia saiu da crise econômica em que ela estava – a chamada crise da Rússia, que aconteceu cerca de sete anos atrás – com base no sistema de petróleo. Foi a exploração de petróleo e a exportação de petróleo e gás que permitiram que atravessasse uma grave crise econômica que teve com a mudança do modelo comunista socialista para o modelo capitalista.

Para encerrar, Sr. Presidente, faço um apelo ao Presidente Lula: uma responsabilidade de Presidente é falar as coisas com base na realidade e não em ficção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres. V. Ex^a dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de longa ausência de algumas semanas, volto a esta tribuna para manifestar o meu desalento com a vida pública deste País.

Gostaria de estar aqui discutindo, como fez o Senador José Jorge, a respeito das riquezas naturais

do Brasil, com as quais ele tanto se preocupa, e não como falarei, sobre algo muito pior: a dilapidação do capital ético deste País.

Senador José Jorge, poderíamos não ter um barril de petróleo nem um metro cúbico de gás, mas poderíamos ser uma das potências mundiais em termos de desenvolvimento.

O Japão não tem nada. Não tem petróleo, gás ou riquezas minerais. A Coréia do Sul também não tem nada disso, Senador Antonio Carlos, e nos dá um banho em termos de desenvolvimento não apenas econômico, mas também humano.

O que está faltando mesmo ao Brasil e sempre faltou é uma elite dirigente com compromisso com a coisa pública, capaz de fazer neste País o que precisaria ser feito: investimento em capital humano.

Vejam que País é este. Estamos aqui com seis Senadores em pleno mês de agosto, porque estamos em recesso branco. Por que não se reduz a campanha eleitoral a trinta dias e transfere-se o recesso de julho para setembro? Nós ficaríamos com o Congresso aberto, de Casa cheia, até 31 de agosto. Fariamos trinta dias de campanha em recesso oficial, remunerado.

Estamos aqui no faz-de-conta. Como disse o Ministro Marco Aurélio, este é o País do faz-de-conta. Estamos fingindo que fazemos uma sessão do Senado, estamos em casa sem trabalhar. Estou em Manaus há quase um mês, recebendo, sem fazer nada – para o Congresso Nacional, pelo menos. Como se ter animação em um País como este com um Presidente que, até poucos meses atrás, era sabidamente – como o é – um Presidente conivente com um dos piores escândalos de corrupção que já aconteceu no Brasil, e este Presidente está marchando para ser eleito, talvez, em primeiro turno? É desinformação da população? Não, não é. Se fizemos uma enquete em qualquer lugar deste País, todos concordarão, ou a grande maioria, que o Presidente sabia de tudo. Então, votam nele sabendo que ele sabia. A crise ética não é só da classe política, não, parece que ela atinge grande parte da sociedade brasileira. Ele vai voltar porque o povo quer que ele volte. Democracia é isso. Curvo-me à vontade popular, mas inconformado. Esta será uma das eleições mais decepcionantes da minha vida. É a declaração pública, solene, histórica do povo brasileiro de que desvios éticos por parte de governantes não têm mais importância. Isso vem até da classe dos intelectuais, dos artistas. Que episódio deplorável aquele que aconteceu no Rio de Janeiro semana passada! Artistas, numa manifestação de solidariedade ao Presidente, com declarações cínicas, desavergonhadas, Senador Antonio Carlos Magalhães! Um compositor dizer que “política é isso mesmo, fez o que deveria fazer”, o outro dizer que “política é meter a mão na ‘m’!” Um artista, em qualquer país do mundo, é

a consciência crítica de uma nação. Aqui é essa, é isso que é a classe artística brasileira, pelo menos uma grande parte dela, é o povo conivente com isso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– E pagos pela Petrobras.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – E pior, pior ainda: os artistas estão fazendo isso em interesse próprio, porque recebem de empresas públicas contratos milionários – isso é a putrefação moral deste País –, e o povo vai reconduzir o Presidente porque “política é isso mesmo”.

Tenho quatro anos de Senado. Não me candidatarei em 2010, não quero mais viver a vida pública. Vou cumprir o mandato que o povo do Amazonas me deu, não vou silenciar. Ele pode ser eleito com 99,9%. Eu estarei aí na tribuna dizendo que ele deveria ter sido mesmo destituído porque o que ele fez é muito grave. É muito grave. Curvo-me à vontade popular, mas não sem o sentimento de profunda indignação. A classe política, nem se fala, essa já apodreceu há muito tempo mesmo. Este Congresso que está aqui, desculpem-me a franqueza, é o pior de que já participei. É a pior legislatura da qual já participei, Senador Antonio Carlos Magalhães. Nunca vi um Congresso tão medíocre. Claro, com uma minoria ilustre, respeitável, a quem cumprimento. Mas uma maioria, infelizmente, tão medíocre, com nível intelectual e moral tão baixo, eu nunca vi. O que se pode esperar disso aí? Não sei. Eu não vou mais perder o meu tempo. Vou continuar protestando sempre, cumprindo o meu dever. Não teria justificativa dizer que não vou fazer mais nada. Vou cumprir rigorosamente o meu dever neste Senado até o último dia de mandato, mas para cá não quero mais voltar, não!

Um País que tem um Congresso deste, que tem uma classe política dessa, que tem um povo... Senador Antonio Carlos Magalhães, dizem que político não deve falar mal do povo. Eu falo, eu falo. Parte da população compactua com isso. É lamentável! E que sabe. Não é por desinformação, não. E que não é só o povão, não. É parte da elite, inclusive intelectual. Compactuam com isso é porque são iguais, se não piores. Vou continuar nessa vida pública? Para que, Senador Antonio Carlos Magalhães? Eu louvo V. Ex^a, que é um pouco mais velho do que eu e vai continuar ainda. Mas, para mim, chega! Vou continuar pelejando pelos jornais e por todos os meios possíveis, mas, como ator na vida política e na vida pública deste País, depois de 2010, não quero mais! Elejam quem vocês quiserem! Podem chamar até o Fernandinho Beira-Mar e fazê-lo Presidente da República – ele não vai com o meu voto, mas, se quiserem, façam-no.

O meu desalento é profundo. Deixo isso registrado nos Anais do Senado Federal. Infelizmente, eu gostaria de estar fazendo outro tipo de pronunciamento, mas falo o que penso, perdendo ou não votos – pouco me

importa. Aliás, eu não quero mais votos mesmo, pois estou encerrando a minha vida pública daqui a quatro anos, profundamente desencantado com ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio, que dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta oportunidade, registro a presença do Prefeito de Belém, capital do meu Estado, Pará, Duciomar Costa, que hoje veio a Brasília para uma audiência com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com a equipe econômica do Governo, e amanhã, no Rio de Janeiro, entregará ao BNDES a carta-consulta para o financiamento do Portal da Amazônia, um projeto que, com certeza, tem o apoio do Governo Federal, em especial do Presidente Lula, que tem dado ênfase a investimentos na área de infra-estrutura, principalmente para agilização dos meios de transportes nas capitais, nos grandes centros populacionais do Brasil.

Esse projeto vai se juntar a outro projeto, importante também, da Prefeitura de Belém, que é a macrodrenagem da Estrada Nova, área de grande densidade populacional, com mais de 600 mil pessoas para serem atendidas. A carta-consulta desse projeto foi apresentada e aprovada no Cofix, Conselho de Financiamento Externo, do Ministério do Planejamento, que tem como Presidente o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e foi aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse outro projeto que o Prefeito Duciomar Costa apresentará amanhã, no Rio de Janeiro, ao Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca, trará uma nova cara para Belém, onde, principalmente na área ribeirinha, será construído um sistema de vias que interligará toda a cidade, dando vistas para as áreas ribeirinha e portuária. Haverá também uma grande e importante operação de deslocamento da população daquela área, onde há grande necessidade de atendimento na área sanitária e principalmente de saúde. Essas pessoas serão transferidas para uma área próxima à Universidade Federal do Pará, para que possam morar com dignidade, ter uma habitação que lhes dê condições de vida e que melhore o Índice de Desenvolvimento Humano não só de Belém, mas do Pará por inteiro.

É uma iniciativa do Prefeito de Belém, com o apoio de toda a Câmara Municipal de Belém e da Bancada Federal do Pará, lideradas por mim. Fiz esse trabalho junto ao Cofix, junto ao Ministro Guido Mantega, ao Secretário-Executivo Bernard Appy, ao Secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall. Agora, da mesma forma, farei o monitoramento e darei apoio junto ao

BNDES, ao Presidente Demian Fiocca, para que o projeto seja aprovado e tenha, com certeza, a chancela do Governo Federal, do Presidente Lula, a fim de viabilizar esse grande objetivo da população do meu Estado do Pará, especialmente de Belém.

Com relação à área metropolitana de Belém, também aprovamos no Cofix – Conselho de Financiamento Externo, recurso de quase R\$40 milhões para Ananindeua, que faz parte da área metropolitana de Belém, recurso esse que se completará com o projeto junto ao BID. No caso de Ananindeua, é a Cafap, que tem sede em Caracas, na Venezuela. O Prefeito Helder Barbalho esteve em Brasília, e eu o acompanhei a todas as reuniões na Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda, e temos certeza de que isso vai acontecer até a assinatura do contrato, no início do próximo ano.

O trabalho que o Prefeito Duciomar Costa tem feito em Belém é uma demonstração não só do apoio do Presidente Lula, da própria condição que ele tem com o Governo do Estado, mas, com certeza, do apoio que o Presidente Lula tem dado à Prefeitura de Belém e vai continuar a dar, tendo em vista o momento eleitoral. Há pouco, ouvimos vários Senadores se manifestarem desta tribuna, nesta tarde, no plenário do Senado, com relação a essas pesquisas que foram publicadas.

As pesquisas mostram claramente o avanço do Presidente Lula, com aceitação popular, não só com a aprovação do Governo, mas com a posição de vanguarda nas pesquisas quantitativas feitas pela CNT/Sensus, como pelo Ibope, pelo Vox Populi, e, em todas as pesquisas, o Presidente tem tido uma vantagem bastante significativa, superior a 50 pontos percentuais, dos votos válidos mais de 62%. Com certeza, teremos a vitória do Presidente Lula no primeiro turno no dia 1º de outubro, sempre contando com a vontade de Deus, que pode fazer com que este momento aconteça, e com a aprovação do povo brasileiro, em especial da Amazônia, onde o Presidente Lula tem o maior índice de aceitação não só do Governo, mas na pesquisa quantitativa com relação aos índices junto aos seus concorrentes, aos seus adversários.

No Amazonas, já estamos com uma proporção de oito votos para um, quase 80% dos votos do Estado. No Pará, já chegamos a 70%. Mas vamos continuar caminhando. Vamos em frente, aguardando nos próximos 30 dias, com certeza, o resultado desta eleição.

Da mesma forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem tive informação sobre o projeto do Estado do Pará que o Governador Simão Jatene pediu que eu encaminhasse, que acompanhasse e trabalhasse pela sua aprovação, que é o projeto Pará-Rural. São mais de US\$ 62 milhões, cerca de R\$ 130 milhões para atender à infra-estrutura rural do Pará. Esse projeto foi

encaminhado para o BIRD, já foi analisado pelo BIRD e, até ontem, estava na Secretaria do Tesouro Nacional, onde estive várias vezes acompanhando a análise dele. A informação que tive ontem do Secretário do Tesouro Nacional é de que ele já está com o Ministro da Fazenda – na verdade, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –, e o Ministro Guido Mantega deverá assinar ainda hoje o encaminhamento desse pedido de empréstimo de mais de R\$130 milhões para o Estado do Pará. Depois ele seguirá para a Casa Civil, onde, com certeza, estarei junto à Ministra Dilma Rousseff para que ela encaminhe ao Senado Federal, se Deus quiser, até sexta-feira, a fim de ser lido no plenário pelo 1º Secretário, encaminhado pelo Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Como Presidente da Comissão, designarei Relator para que o projeto possa ser analisado e aprovado na semana de esforço concentrado, dias 4, 5 e 6 de setembro. Se Deus assim permitir, traremos a matéria para a análise do Plenário do Senado Federal, a fim de que seja aprovado esse grande, sério e importante projeto.

A Bancada federal do Pará, todos os Srs. Senadores e todos os Deputados Federais têm sido incansáveis em atender às demandas, às necessidades do Governo do Estado.

O atual Governador do Estado, Simão Jatene, tem dado o respaldo necessário para esses projetos, até para a questão documental, como aconteceu há duas ou três semanas. Da Secretaria do Tesouro Nacional, informaram-me que o projeto estava paralisado por não haver sido incluído no Plano Plurianual do Estado do Pará de 2004.

Entre em contato com a Secretaria de Produção e o Secretário Especial de Produção do Pará, Dr. Vilmos, enviou-me por *fax* cópia do Diário Oficial em que consta a alteração do Plano Plurianual feita pelo Governador, apresentando uma lei que incluía a gestão do Pará-Rural, com seus gerentes, suas atividades, sua função, revelando como seria feito o gerenciamento desse projeto. Foi encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional e, assim, esse obstáculo foi superado.

Sr. Presidente, trago um outro assunto. Espero que, no esforço concentrado, possamos votar também a inclusão do Tribunal Regional do Trabalho. Essa questão altera as funções de funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Estado do Pará da mesma forma que o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, incluiu a questão de Diadema, no Estado de São Paulo, do Tribunal Regional do Trabalho de lá.

O Líder do Governo incluiu essa matéria em pauta, a pedido do Senador Aloizio Mercadante, e, com muita presteza e agilidade, isso foi feito.

Na última reunião do esforço concentrado, quando estava sendo discutido o projeto de construção de 42 navios para o aumento da capacidade de endividamento da Transpetro, de mais de US\$ 4,5 bilhões, com recursos do Fundo da Marinha Mercante, foi pedida a suspensão da discussão do projeto pelo Senador Tasso Jereissati. O Senador pediu prazo para analisá-lo melhor, foi apoiado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e pelo Senador José Jorge. Naquela ocasião, foi dado um prazo para esse projeto retornar à pauta. E o Presidente Renan Calheiros, que estava presidindo a sessão, incluiu em pauta a questão de São Paulo. E eu disse aqui e repito: se não for incluída a questão do Pará, não será votada também a questão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Ou entra o Estado do Pará, ou, então, não se vota São Paulo. Porque, naquele momento, pedi verificação de **quorum**, e não havia **quorum** para a matéria ser discutida nem votada. A sessão foi suspensa e transferida para a próxima semana.

Estou aqui alertando e lembrando a Liderança do Governo, o Senador Romero Jucá. Já fiz um requerimento para a inclusão na pauta essa questão do Pará, que não é criação de cargos, como ele na hora interpretou, dizendo que não o incluiria. Repito: ou se inclui o Pará, ou não se vota nada aqui! São Paulo também não será votado! Não podemos discriminar Estados no Congresso Nacional, no Senado Federal.

Reafirmo isso e, na próxima semana, retorno a esta tribuna, para, durante o esforço concentrado do mês de setembro, dizer novamente da obrigatoriedade de se incluir o Estado do Pará, como foi apresentado na oportunidade. Fiz isso agora, por meio de um expediente escrito, de acordo com o Regimento do Senado Federal, para que todos os Líderes assinem, assegurando que o caso é idêntico, é semelhante, é similar, é igual ao caso de São Paulo.

Portanto, não podemos prejudicar o Pará ou qualquer outro Estado.

Tomei essa decisão em relação ao Pará e reafirmo que irei insistir nisso: se, no dia, o Pará não for incluído, por qualquer motivo, vou pedir verificação de **quorum**, e, com certeza, não se vai votar nada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação, que também representa neste momento o Estado de Minas Gerais.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcos Guerra, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senhores telespectadores da TV Se-

nado, hoje vou cometer aquele erro sobre o qual meus conselheiros aqui sempre me advertem. Eles dizem: “Nunca fale de improviso, sempre traga o discurso escrito.” Mas hoje vou falar um pouco com o coração.

Estava eu sentado aqui, assistindo ao discurso do Senador Jefferson Péres, por quem tenho grande carinho, respeito e admiração, porque realmente S. Ex^a serve como modelo para quem acredita no País, para quem acredita na sociedade, para quem acredita nos políticos e para quem acredita em uma sociedade democrática. E realmente fiquei muito triste com praticamente um adeus da vida pública, com quatro anos de antecedência, do Senador Jefferson Péres.

Sinceramente, embora conheça bem a personalidade do Senador Jefferson Péres, torço para que S. Ex^a mude de opinião, porque o tenho no maior conceito. Esta Casa é muito valorizada com a presença do Senador. As discussões colocadas por S. Ex^a são sempre de uma honradez tremenda, falando bem do País.

Fiquei muito triste de estar sentado e vendo como falou o Senador Jefferson Peres. Não sei se S. Ex^a está um pouco magoado por este momento político que estamos vivendo; talvez esteja um pouco angustiado. Mas S. Ex^a tem caminhado bastante como candidato a vice-Presidente na chapa do Senador Cristovam Buarque, do PDT. Então, quero pedir que o Senador Jefferson Péres pense um pouco e que relaxe nesse feriado quem vem, analisando toda a história do Congresso Nacional, uma Casa onde os representantes estão presentes pelo voto.

Muitos morreram para que esta Casa não fosse fechada; muitos lutaram para que esta Casa não fosse fechada. Então, estamos vivendo todo esse problema com os políticos, mas não é a maioria do Senado nem da Câmara dos Deputados que está sendo julgada. Em todo grupo, seja de políticos, ou de empresários, ou de qualquer outro ramo, sempre haverá problemas.

Estamos vivendo momentos difíceis. Toda a imprensa está voltada para o Congresso Nacional, para os Deputados, para os Senadores. Uma série de denúncias estão sendo levantadas. Muitos estão sendo acusados, e penso que todos têm direito a defesa. Mas os que não têm mais como se defender – pois já há prova contra eles – estão sendo encaminhados para os órgãos do Congresso para serem julgados e serão condenados na forma como o Congresso permite. E esta Casa vai continuar a existir sempre.

Aqui passam grandes homens da nossa história, tanto no Senado quanto na Câmara. Aqui no Senado, temos ex-Presidentes, ex-Governadores, ex-Senadores que voltaram a ser Senadores. Então, creio que devemos ter um pouco de paciência. Temos de analisar as situações. A sociedade vai votar, e será com o voto secreto, Sena-

dor Marcos Guerra, o que é importante. Na hora em que o cidadão chega àquele local fechado onde vai assinalar seu voto, ele é o homem mais poderoso do Brasil. Seja ele da classe social que for, esteja ele ganhando um salário mínimo ou menos, seja ele um grande empresário, um grande milionário do Brasil, terá o mesmo direito ao voto que o outro. Ou seja, só vale um voto. Então, naquele lugarzinho, ele é o homem mais poderoso do País. Ele vai decidir um terço do Senado, que estamos renovando agora, e vai decidir toda a Câmara Federal.

Agora, se o povo decidir os nomes dos Deputados e dos Senadores que vão compor o Congresso Nacional, está decidido, Senador Guerra. Esse é o sistema democrático. É assim que se faz esta sociedade. É assim que se defendem os direitos. Esta sociedade é representada por grupos. No Congresso, tanto no Senado quanto na Câmara, esses grupos se fazem representar, sejam eles com cinco deputados, sejam eles com cinco senadores, sejam eles com dez deputados de uma linha de esquerda, de direita, de centro, negro, branco, amarelo. O importante é que esta Casa vai sempre representar o que é o nosso País. Penso que o bonito é isso: a todo momento vemos a renovação, senadores novos que chegam, senadores mais antigos que se vão.

A sociedade não perdoa o erro. Ela não elege quem ela acha que está errado. Agora, quando ela sente que existe algo de estranho no ar e que aquele candidato que está sendo acusado não é o culpado, ela vai julgar e votar. Isso é que é bonito na democracia.

Alguns erros acontecem? Sim. Entretanto, o que não pode existir, Senador Marcos Guerra, são pessoas que aparecem como se tivessem a definição da moralidade. Alguns estão sendo cassados porque não representam o que é a moralidade. No entanto, outros que deveriam ser cassados estão definindo que aquela moralidade passa.

Então, quem vai definir o que é moral e o que é imoral é o povo, na hora de votar. É o povo que vai definir quem vai voltar para o Congresso e quem não vai voltar.

Voltando ao assunto, eu queria, Senador Jefferson Péres – que com certeza está me ouvindo –, que V. Ex^a reconsiderasse sua posição, passado este momento. V. Ex^a deve estar angustiado, talvez seja isso. É um momento difícil para esta Casa, há uma pressão muito grande da sociedade, sempre representada na imprensa, mas não podíamos ficar sem V. Ex^a nesta Casa. Espero que reconsidere. Tenho-o realmente como um exemplo a ser seguido – não só V. Ex^a, como vários Senadores aqui. Fiquei muito triste ao vê-lo falar da tribuna tão angustiado e espero ouvir de V. Ex^a, após a eleição, que agora este é um novo Congresso, um Congresso que representa a vontade do povo e que V. Ex^a vai cumprir os quatro anos que lhe restam e depois tentar sua reeleição para mais oito anos aqui nesta Casa.

Penso que é isto que está faltando ao Congresso: o otimismo, a vontade de acreditar em um Brasil sempre melhor. E assim tem sido há anos e anos e anos.

Tive oportunidade ontem, Senador Marcos Guerra, de conversar com alguns políticos que citaram Getúlio – período da história da qual não participei –, mostrando que a democracia vem a todo momento enfrentando dificuldades, mas cada vez se consolidando mais. Creio que este direito de eu estar aqui falando para todo o Brasil, falando para os Senadores, para V. Ex^a, Sr. Presidente, foi conquistado não por mim, mas pelos políticos que nos antecederam. Esses políticos lutaram para que este Congresso continuasse aberto, permitindo a liberdade do debate de que hoje desfrutamos aqui, a ponto de o Senador Luiz Otávio dizer claramente que, se não se submeter à votação uma questão relativa ao Estado para o qual foi eleito para representar, o Pará, S. Ex^a vai também pedir verificação de **quorum** para matéria atinente a outro Estado. Este é um direito que a Constituição nos confere: a liberdade. É o maior direito que temos nesta Casa.

Diante de tudo o que está acontecendo, não adianta dizer que existem ou inexistem culpados. O próprio Congresso e o povo vão tirar os culpados. O povo é que eleger. O povo é que tira. O povo é que vai podar a árvore – digamos assim. E toda a árvore, depois de podada, cresce forte.

Sr. Presidente, assomei à tribuna hoje para dar uma injeção de otimismo no Senador Jefferson Péres, que me parece hoje um pouco angustiado.

Senador Jefferson Péres, vamos ter calma! Precisamos muito de V. Ex^a nesta Casa. São maravilhosos os debates dos quais sempre participa e aos quais o público, em casa, está acostumado a assistir. V. Ex^a conquistou o respeito da sociedade brasileira. Portanto, reconsidere sua posição. Espere as eleições e verá como é reconhecido pela sociedade por suas posições. Espero outra vez estar sentado na minha cadeirinha ali, ouvindo, com certeza, seu discurso dizendo que o País mudou, que V. Ex^a está mais otimista e que esta sociedade ficará cada vez melhor.

Muito obrigado, Presidente Marcos Guerra.

Era só isso o que eu tinha a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB - ES)
– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Marcos Guerra, Flexa Ribeiro e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Lula, Pressupondo-se Reeleito, Planeja
Controlar os Meios de Comunicação
Com Idéias Ditatoriais

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo com a leitura de frase com a qual concordo, sobretudo por combinar com democracia:

A liberdade de imprensa está ligada ao compromisso com a verdade.

A frase não é minha. Nem de Lula. Foi escrita para ele e por ele proferida, ontem, em São Paulo, na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornalistas.

A frase, repito, combina com democracia. Mas, em nenhuma hipótese, combina com a postura do Presidente Lula nem com seu Governo.

Ao invés de combinar, ela choca-se com os reais propósitos de Lula, revelados 24 horas antes pela **Folha de S. Paulo**. O jornal divulgou a essência de polêmico projeto do PT, o partido do Presidente, de “democratizar” a comunicação, com o incentivo à criação de meios independentes de grandes grupos econômicos.

O verbo democratizar foi publicado com aspas pelo jornal paulista por encobrir o real propósito do Governo, o de controlar os meios de comunicação, “assegurando equidade e proporção na cobertura da mídia eletrônica.”

O que quer dizer isso? Isso quer dizer que, para a mente petista, os horários da televisão devem ser divididos igualmente, desde que, devem pensar, a maior parte caiba ao Governo Lula em seu (suposto) segundo mandato.

Essa idéia aloprada e inteiramente destrambelhada, essa sim, combina com o perfil do Presidente Lula. Sobretudo diante de outras iniciativas, igualmente disparatadas que tentou antes, felizmente sem êxito e graças ao Congresso Nacional.

No evento de ontem, ele repetiu o que o Planalto entendeu que, às vésperas de uma eleição, era apropriado para o momento. Por isso, o Presidente reafirmou seu compromisso pessoal e de governo com a liberdade de imprensa e ressalvou que essa liberdade está ligada ao compromisso com a verdade.

A face verdadeira e oculta de Lula nesse quase findo quadriênio jogado fora revelou – e a Nação sabe disso – o protótipo brasileiro de um perfeito ditador. Passo a passo, ele tentou limitar a liberdade de expressão no Brasil, primeiramente com o famigerado Conselho Nacional de Jornalistas.

Lula, isso é óbvio, não gosta da imprensa livre, para ele um estorvo no caminho de suas intenções pouco recomendáveis. A Nação não se esquece daquela cena, em cenário europeu, do pretense Lula-ditador, num sofá colocado sobre o gramado do jardim

de um palácio. Foi aquela armação, apresentada como entrevista do Presidente!

Caiu no ridículo. E no ridículo caíram suas tentativas de cercear a liberdade de imprensa, como na ocasião em que pensou em expulsar do Brasil o jornalista Larry Rohter, correspondente aqui do **The New York Times**.

As ameaças permanecem, agora na forma de intenções governamentais de exercer o controle sobre as atividades dos meios de comunicação no Brasil.

Não sou eu a denunciar essas novas e afiadas garras do totalitarismo a que Lula devota incrível predileção.

Quem faz a denúncia é o respeitável jornal **Folha de S. Paulo**. Em sua edição de domingo, há uma completa reportagem assinada pelo jornalista Fábio Zanini, põe a nu um plano, já debatido no partido do Presidente, para financiar jornais e revistas independentes.

Por independentes, o Governo Lula entende essas publicações panfletárias pagas para falar bem das ações governamentais e seus dirigentes.

Já há uma dessas circulando no País, a pravdianna Revista do Brasil, bem ao gosto dos tiranos já fora de moda. Só aplaude, para não dizer endeusa, o para ela irrepreensível governo petista que aí está.

É de pasmar o que se anuncia e que o jornalista Zanini denuncia. Está logo na abertura da matéria:

(...) o texto em discussão na campanha petista inclui mudanças na legislação para assegurar equilíbrio e proporção na cobertura de mídias eletrônicas, incentivos econômicos para a formação de jornais e revistas independentes e a criação de conselhos populares que teriam poder sobre as atuais e futuras concessões de rádio e tevê.

Se isso não é controle sobre as atividades da mídia, então é preciso, e com urgência, mudar alguns verbetes dos dicionários da língua portuguesa.

Isso, essa idéia de Lula, não passa no Congresso Nacional, podem ele e seus companheiros tirar o cavaleiro da chuva. Mas ele vai insistir. E vai ter apoio dos petistas apatruilhados.

Se passasse, seria a farra do século. Picaretóides travestidos de jornalistas que nunca ninguém viu ou leu apareceriam céleres atrás desses incentivos petistas:

Dá um dinheiro aí que eu monto um jornal para só falar bem do Governo Lula!

A ditadura Vargas, que se iniciou na década de 30, fez algo parecido. E chegou a criar o horroroso DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda.

Agora, a ameaça é de um dipzinho disfarçado, o DIP-Lula. Se viesse a ser aprovado, iria caracterizar

para a história a passagem de Lula pelo poder no Brasil. Não será aprovado!

De Estado Novo, o tempo de exceção de Vargas, e, num tempo mais remoto, das práticas de Goelbs, na ditadura nazista, o povo livre apenas tem vagas lembranças.

Na ditadura militar de 64 no Brasil, existiu muita coisa parecida, incluindo as frases nazistóides do tipo Brasil, ame-o ou deixe-o e Brasil, um país que vai pr'á frente.

Nelas, terá se inspirado o Palácio do Planalto, sob a batuta de Duda Mendonça, para criar esse execrável dístico

Ao anunciar seu pretenso programa de Governo para um suposto segundo mandato, o Presidente-Candidato Luiz Inácio Lula da Silva agiu como o gato escaldado, que de água fria tem medo. Não repetiu a babilônica promessa dos tais 10 milhões de empregos e sinalizou o que diz pretender realizar com meia quilo de quirera. Quirera da pior. O mínimo que se pode dizer é que se trata de programa sem metas

Os novos acenos de Lula já não convencem o povo brasileiro. Ele, no entanto, nem mesmo percebe, nem sabe – agora sim, de verdade – que pau que nasce torto ninguém, jamais, em tempo algum, consegue endireitar.

Se ele, como imagina, vier a se reeleger, pobre País! Pobre mesmo, vai continuar tudo igual, com tendência a piorar. Basta ler o que ele diz ser um programa de Governo para o segundo mandato.

A verdade mais é que o quadriênio perdido vai dobrar de tamanho e a população pobre do Brasil permanecerá a ser tratada exclusivamente com os programas assistencialistas, que, se são necessários, só deveriam ser adotados como trampolim para o desenvolvimento do País e a geração de empregos, aqui, não na China, onde ele, Lula, ajudou a criar.

Nas ações classificadas como “prioritárias” – leio os jornalistas Vera Rosa e Sérgio Gobetti, do **Estadão** – o novo programa de Lula ressuscita a retórica da inclusão social como “eixo do desenvolvimento”. As metas numéricas desaparecem do dito programa, a não ser na Educação, numa equipe que só rateou nessa área nesses quadriênios de que nada se aproveita.

As linhas básicas para a Educação ainda estão sendo armadas. Quem, porém, delas tomou conhecimento lamenta que até o papel em que é redigido, o texto tenha como cabeçalho as frases de propaganda, como essa do Brasil, um país Brasil, um País de todos, que hoje substitui a bandeira nacional e o brasão das armadas da República.

Esses atentados à democracia foram perpetrados no Palácio do Planalto, naquela secretaria de Gushiken.

Também ali e, lamentavelmente, no Ministério da Cultura, nasceram as idéias amalucadas do Governo, como a do Conselho Federal de Jornalismo, que teria

por objetivo orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão com o poder de punir jornalistas. Foi rejeitado pelo Congresso Nacional.

Mas Lula, incorrigível e obsessivo, voltou à carga e propôs, com a ajuda do Ministro Gil, a criação de outro monstro, a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, para substituir e, para o bel-prazer de Lula, controlar a produção na área.

Nessas suas insólitas investidas, Lula e a turma petista do Planalto – a mesma dos escândalos dos Correios, dos Mensalões e dos sanguessugas – usam frases com as quais julgam encobrir intenções de despotismo.

No tal programa de democratização dos meios de comunicação, a reportagem da **Folha** menciona essa pérola de redação para inglês ver:

A democratização dos meios de comunicação deve ser entendida como ponto fundamental para o aprofundamento da democracia no Brasil.

O que Lula está querendo não é nada disso. Ele quer mesmo é rolha; lei rolha para dirigir, conduzir, dirigir, pressionar, avacalhar e achincalhar a imprensa.

No ensino fundamental e nos cursos de alfabetização de adultos, o imaginário segundo Governo Lula pretende criar uma tal de Rede Nacional de Educação Cidadã.

Educação, para começar, não precisa de rótulos. Basta ter professores, instalações, meios e seriedade.

Seriedade não foi o forte do Governo nesse quadriênio perdido. E aí vale repetir a frase com que comecei este pronunciamento: pau que nasce torto...

Quem tem acesso às linhas dessa Rede Cidadã, no mínimo se assusta. Vai ser igual ao aparelhamento da máquina estatal, tomada de assalto por petistas que só precisavam ter a carteirinha do partido.

É o País dominado pela ignorância. Que agora ameaçaria chegar às escolas públicas, dizem os que acesso aos rascunhos da Rede Nacional de Educação Cidadã, muito adequada para governos do tipo Chávez, da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia.

Imagino que, em seus propósitos surdos, Lula, se pudesse, determinaria que se redigisse uma nova Lei Rolha. Nela, os meios de comunicação estariam obrigados dividir o espaço de seus noticiosos com equidade, controlada pelo Palácio do Planalto e jamais criticar erros, desvios e corrupção dos agentes governamentais.

Se a Lei Lula-Rolha existisse, não teriam sido denunciados os atos de corrupção desse Governo

que aí está. Todos filmados e mostrados à Nação, que, só assim, graças à imprensa livre, pôde inteirar-se de todas aquelas barbaridades, o roubo mesmo, que se praticava a partir do Palácio do Planalto.

Termino, com duas conclusões:

1ª – Lula e democracia não combinam.

2ª – A democracia vai continuar, o Congresso está vigilante; a imprensa livre também. Não permitiremos, no Congresso e na imprensa, essas maluquices petistas. O Brasil é sério!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que o jornal **O Estado do Amazonas**, em sua edição do último dia 20, publicou excelente entrevista do professor Aguinaldo Nascimento Figueiredo, feita pelo jornalista Sebastião Reis.

O professor Aguinaldo é um apaixonado pela Educação e pela História. Leciona nos períodos da tarde e da noite para turmas que reúnem aproximadamente mil alunos.

Além disso, desenvolve outra importante atividade para o campo cultural. É o coordenador do suplente Museu do Conhecimento, publicado, nos fins de semana, pelo jornal **O Estado do Amazonas**.

Ele é o autor do livro “A História Geral do Amazonas”, no qual sistematizou conhecimentos esparsos, acabando com a lacuna até então existente para o ensino e o aprendizado de temas da história regional.

Na entrevista, o professor Aguinaldo fala da importância da Educação, critica modelos que vêm sendo adotados, sem êxito, pelo Brasil, expõe idéias para melhorá-la e, fala também por que se desligou do Partido dos Trabalhadores após 15 anos de militância.

Vale a pena ler aqui o que disse: “Politicamente – disse ele – o PT foi minha maior decepção. Enquanto vendíamos cartelas de bingo de galinhas, o alto escalão do partido se locupletava com grandes empresários da direita mais sórdida deste País no engendramento de maracutaias. O PT, para mim, foi uma fraude, um estelionato nacional.”

Sr. Presidente, anexo a este breve pronunciamento a íntegra da entrevista, a fim de que seja transcrita nos Anais da Casa.

Era o que eu tinha dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“O professor do museu”

Imprensa

Lula diz que mídia deve ser fiel à verdade.

Na abertura do congresso da ANJ, Presidente diz que liberdade de imprensa está ligada a compromisso com a imparcialidade.

Homenageado no evento, Jaime Sirotsky afirma que mídia independente torna possível o conhecimento e o combate contra a corrupção.

Lilian Christofoletti

Leandro Beguoci

DA REPORTAGEM LOCAL

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem da cerimônia de abertura do “6º Congresso Brasileiro de Jornais”, promovido pela ANJ -Associação Nacional de Jornais. No evento, o presidente reafirmou seu compromisso pessoal e de governo com a liberdade de imprensa e ressaltou que essa liberdade está ligada ao compromisso com a verdade.

A declaração de Lula foi feita um dia depois de a Folha divulgar o polêmico projeto do PT de “democratizar” a comunicação, com o incentivo à criação de meios independentes de grandes grupos econômicos. A iniciativa seria subordinada a uma secretaria ligada à Presidência da República.

“Um dos princípios da Carta de Chapultepec afirma que a liberdade de imprensa está ligada ao compromisso com a verdade, a busca de precisão e a imparcialidade”, disse Lula.

O presidente ainda completou: “A influência da palavra escrita dependerá sempre da sua veracidade e a nação pode confiar com segurança na sábia discriminação de um público leitor que, com a melhora da educação em geral, seja capaz de discernir entre a verdade e a ficção”.

Sob a coordenação da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), a Declaração de Chapultepec foi aprovada em março de 1994, no Castelo de Chapultepec, na Cidade do México, e afirma o compromisso e o apoio à liberdade de expressão e de imprensa. Trata-se de uma carta de princípios assinada por chefes de Estado, juristas, entidades ou mesmo cidadãos comuns.

Em recentes discursos e atos públicos de campanha, Lula tem criticado a atuação da imprensa e diz ser discriminado. Além do presidente, membros do PT e do governo acusam setores da mídia de fomentar atitude golpista.

Minutos antes de Lula iniciar sua fala, o presidente da ANJ, Nelson Sirotsky, que foi reconduzido ontem ao cargo, afirmou que a adesão do presidente aos princípios da Carta, em maio deste ano, “é um compromisso definitivo do cidadão Luiz Inácio Lula da Silva com os princípios da liberdade de expressão e de imprensa em nosso país”.

Lula afirmou ainda durante o discurso que a história política da vida dele deve-se muito à imprensa livre e independente. “A publicidade que ela deu à luta pela renovação dos movimentos dos sindicatos e da organização dos trabalhadores nos anos 70, a despeito da censura que ainda vigorava naquele tempo, foi fundamental para o início de um novo ciclo da história brasileira. O meu compromisso com a liberdade e a democracia é sagrado.”

Combate à corrupção

O homenageado da noite, Jaime Sirotsky, que já presidiu a associação e recebeu o título de sócio honorário da ANJ, disse que uma mídia independente permite o combate à corrupção. “Nos regimes autocráticos, as mazelas não aparecem porque ficam mais escondidas.”

O evento contou com a participação dos ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Márcio Thomaz Bastos (Justiça), Dilma Rousseff (Casa Civil), Tarso Genro (Relações Institucionais) e Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência); do presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), do governador de São Paulo, Cláudio Lembo, e do prefeito da capital, Gilberto Kassab (PFL).

O congresso continua hoje e amanhã no WTC Hotel, em São Paulo, e deverá contar nesta edição com um número recorde de 582 participantes.

Os trabalhos serão divididos em cinco palestras gerais e debates e painéis simultâneos. Serão discutidas tendências e inovações no campo do conteúdo, circulação, publicidade, tecnologia, gestão e responsabilidade social das empresas.

A abertura do congresso coincidiu com o encerramento da Primeira Cúpula Latino-Americana de Líderes de Jornais, que reuniu especialistas de 15 países diferentes em debates sobre os principais desafios estratégicos dos jornais da América Latina. **(Folha de S.Paulo, 30 de agosto de 2006)**

O professor do Museu

COORDENADOR DO SUPLEMENTO 'MUSEU DO CONHECIMENTO', AGUINALDO FIGUEIREDO CRITICA A INÉRCIA DO PROCESSO DE EVOLUÇÃO EDUCACIONAL

Como a maioria dos professores deste País, ele batalha muito para tentar viver dignamente. Leciona nos períodos da tarde e da noite para turmas que reúnem aproximadamente mil alunos. É o mestre, como se pode chamar pelo conhecimento e experiência que adquiriu e transfere em suas aulas, alusão que nos remete ao lendário filme "Ao mestre com carinho", protagonizado pelo ator francês Sidney Poitier. Ex-iarinheiro, o professor e historiador Aguinaldo Nascimento Figueiredo, coordenador do suplemento Museu do

Conhecimento, publicado todos os finais neste Jornal, é daqueles profissionais que vale a pena conhecer. Detém informações amplas e abrangentes sobre os fatos históricos deste mundo, além de uma visão ideológica que permite analisar criticamente todos os acontecimentos da História.

Ex-filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), o professor Aguinaldo diz, na entrevista ao *Estado do Amazonas*, o porquê de o Brasil viver hoje a situação em que se encontra, de violência extrema, abismos sociais terríveis e fracasso na educação.

■ Sebastião Reis

O Estado do Amazonas - pós 12 anos de magistério, como o senhor analisa hoje essa nobre missão?

Aguinaldo - Importante e estratégica para qualquer país que queira ser grande, porém negligenciada pelo poder gestor, que não valoriza a educação. Além disso, a cada dia a profissão vê mais sufocada por tarefas que não são afeitas à prática do magistério, sobrecarregando o papel do mesmo, influenciando a baixa estima do professor e na baixa qualidade do ensino.

O Estado - O que fazer para tentar mudar a realidade da educação no Brasil?

Aguinaldo - Primeiro, ética e competência na gestão da educação como um todo, combatendo o desperdício, a

corrupção e a incompetência. Segundo, investimento na formação dos professores, principalmente na base, com salários dignos e, claro, investimentos na estrutura física das escolas, dotando-as de bibliotecas (não saletas com livros amorfos e ultrassados), laboratórios, sala de artes e espaço para prática e educação física. O sonho seria a escola de tempo integral já concebida pelo então governador do Rio, Leonel Pizolla, aplicando uma idéia do antropólogo Darcy Ribeiro.

O Estado - O modelo de educação aplicado no Brasil é o ideal?

Aguinaldo - Na verdade, mudamos muito pouco em relação a modelos. Virou moda copiar modelos de educação talvez bem sucedidos em outros países, mas que aqui redundaram em grandes

fracassos. O que falta é chamar a sociedade para um grande pacto para elaborar uma proposta que contemple o que nós de fato podemos e queremos fazer. Isso tem que envolver todos os segmentos indistintamente, para saber onde buscar as soluções, porque de mágico de improvisadores, já bastam 300 anos de colonialismo.

O Estado - Sempre se diz que a violência, além de outros problemas de nossa sociedade, decorrem da negligência com a educação. O senhor concorda?

Aguinaldo - Só concordo. A educação é um processo demorado, enfadonho, mas revolucionário na vida de qualquer pessoa. Ledo engano das pessoas que pensam que frequentar a escola e adquirir conhecimentos vai tornar as pessoas ricas, opulentas. Não, a função da educação, fundamentalmente, é humanizar, é nos tornar seres diferentes dos irracionais pelo reconhecimento da nossa própria racionalidade e espiritualidade, pois conhecer a si é entender, compreender e respeitar o outro.

O Estado - O que é ser historiador?

Aguinaldo - O sociólogo Eduardo Galeano, certa ocasião, septenciou que o historiador "é um profeta com os olhos para o passado". De fato, o futuro é o reflexo do seu passado, do que você fez no seu currículo, e assim são as sociedades. Só podemos conhecer os caminhos a ser percorridos se analisarmos e tirarmos os bons proveitos do que foi feito no passado, para evitar justamente os passos mal dados. Ser historiador, hoje, é ser profissional. Não há mais espaço para amadorismo, para contadores de histórias, meros reprodutores de fatos, sem a reflexão e, acima de tudo, sem sua opinião. Porque, além de sujeito, o historiador é objeto da História.

O Estado - É possível, a luz da história, analisar hoje os problemas da violência e dos abismos sociais do Brasil?

Aguinaldo - Primeiro de tudo, está visível que parte da

violência é resultado do enfraquecimento da autoridade do Estado. Leis lenientes, fáceis de serem burladas, manipuladas, autoridades frouxas em tomar atitudes enérgicas para coibir o acinte da bandagem que cada dia se torna mais ousada, mais atrevida diante do recuo inexplicável de quem deveria reprimi-la. Não adianta colocar a culpa na polícia. A questão da ausência de política públicas, o péssimo exemplo de quem deveria ter zelo e honestidade com o bem-estar da sociedade influencia na questão moral que gera um sentimento de impunidade.

O Estado - Isso é decorrência de um processo histórico?

Aguinaldo - Com certeza. A história do Brasil é um mosaico de desmandos, de violência do próprio Estado na repressão de movimentos sociais, de abusos dos direitos humanos, da ausência do Estado levando os serviços básicos em regiões de extrema pobreza, que são os bolsões de miséria, hoje quartéis gerais da violência. A insistência em encerrar a educação como uma ação de segundo plano que, para o

poder, gera gastos ao invés de ser investimento, é fundamental no processo de agravamento da situação. É mais fácil construir presídios do que equipar ou construir escolas.

O Estado - Por que o senhor, após 35 anos de militância, deixou o PT?

Aguinaldo - Políticamente, o PT foi minha maior decepção. Enquanto vendíamos cartelas de bingo de galinhas, o alto escalão do partido se locupletava com grandes empresários da direita, mais sórdida deste País no engendramento de maracutaias e traições aos seus princípios. O PT, para mim, foi uma fraude, um estelionato nacional.

O Estado - Longe do PT, o senhor se aproxima mais de algum partido?

Aguinaldo - Não. Os partidos que se apresentam ditos de esquerda são agremiações ultrapassadas. Não fazem reflexões políticas há muito tempo, reproduzem situações arcaicas desafeitas ao mundo contemporâneo. São nefelibatas, sonham com uma revolução impossível. Além do mais, estão diante do povo que eleiuram deturpar, pois não conseguem mobilizar mais do que 30 pessoas numa reunião qualquer. Os partidos de direita, nem pensar!

O Estado - O comunismo associado ao capitalismo empregado em países como a China seria a solução?

Aguinaldo - Não. A China já dá sinais de graves distorções e repetição dos mesmos vícios dos países capitalistas. Por exemplo, a maior empresa chinesa é o Partido Comunista, corrupto, inchado e violento. Lá, já existem ao menos 150 milhões de pobres e miseráveis desamparados.

O Estado - Algum país no mundo desperta sua atenção pelo desenvolvimento e qualidade de vida?

Aguinaldo - Quando fui marinheiro, tive oportunidade de conhecer muitos países de primeiro mundo e outros menos desenvolvidos. Apenas um, não pelo fato de ser uma grande potência mundial, mas pela sua história, pelo seu grau de civilidade, me impressionou grandemente o modo como vivem os franceses, notadamente os de Paris. Só para se ter uma ideia do grau de avanço civilizatório, o último crime passionel ocorrido na França foi em 1967.

O Estado - Mas, hoje, tanto a França quanto outros países desenvolvidos da Europa enfrentam um problema sério: o peso da Previdência Social. O Brasil, cuja população envelhece, também está chegando lá. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Aguinaldo - O caso da França é emblemático. Não só a Previdência, mas outros benefícios a que o povo francês usufruiu foram conquistas de anos de lutas do pós-guerra, que transformou a França num Estado do bem-estar social, aquele que é presente nas reivindicações da sociedade de um modo geral. Acontece que isso atraiu uma enorme massa de imigrantes em busca de vida melhor, inchando o País. Além do mais, o País envelheceu, encarecendo os custos da Previdência. Vale lembrar, encarecendo os custos da Previdência. Vale ressaltar que a França foi o único país da Europa que resistiu às grandes reformas do neoliberalismo.

O Estado - E sobre o suplemento 'Museu do Conhecimento', do qual o senhor é coordenador. Esse trabalho é diferenciado, na sua opinião, em termos de jornalismo no Amazonas?

Aguinaldo - Com certeza. É um projeto de grande alcance do ponto de vista da complementação da informação em forma de conhecimento que visa a atingir as pessoas que admiram o saber como um todo. É plural, dinâmico, enciclopédico e está aberto a todo e qualquer questionamento e sugestão. Hoje, temos muitos leitores que interagem nesse processo, sugerindo e solicitando matérias relevantes e 'sui generis'.

O Estado - O senhor lançou há quatro anos o livro "A história geral do Amazonas". Fale um pouco sobre essa obra.

Aguinaldo - Esse trabalho representou um grande sonho que povoava meus desejos. Como professor verifiquei a dificuldade que colegas e alunos tinham em trabalhar com temas de história regional, uma vez que havia muito conhecimento produzido, mas pouco sistematizado e facilitado para linguagem da sala de aula. Fiz a obra às minhas expensas e vendi mais de cinco mil exemplares, o que considero um grande sucesso.

O Estado - E vem outro livro por aí?

Aguinaldo - Sim, brevemente, o mais tardar em outubro, estaremos com uma quarta edição na praça com novas abordagens e novo design, mais colorido e ilustrado, sempre com muitas informações de interesse de quem se preocupa com a nossa história.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conciliar proteção ambiental com crescimento não é tarefa impossível. Experiências de países desenvolvidos já provaram que o respeito ao meio ambiente pode até mesmo impulsionar a atividade econômica e o progresso de uma região. Mas pode muito bem acontecer o contrário – que uma região inteira, em que vivem milhares ou milhões de pessoas, seja condenada ao atraso, retardando em décadas ou para sempre qualquer perspectiva de progresso. É também muito possível colocar em risco a soberania nacional.

Isso acontece quando decisões arbitrárias, que desprezam a realidade, são tomadas por burocratas despreparados, e quando prevalece a influência de organizações não-governamentais, as chamadas ONGs, que escondem por trás de sua atuação interesses muitas vezes questionáveis.

É neste último contexto que se enquadram dois exemplos de ação desastrosa do Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e que atingem meu Estado, o Espírito Santo.

Na época em que era mais intensa a crise diplomática com a Bolívia, causada pela desapropriação das operações de petróleo e gás da Petrobras naquele país, o Ibama resolveu criar, por meio de portaria, uma “zona de amortecimento” no Parque Nacional de Abrolhos. Com a demarcação dessa zona, ficou proibida qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos num extenso território que abrange Espírito Santo e da Bahia. O pior é que, nessa região, estão situados campos que já produzem, e com resultados expressivos. Além disso, criou-se uma “área de restrição” em que a exploração de petróleo e gás está sujeita ao cumprimento de uma infinidade de procedimentos burocráticos, capazes de inviabilizar qualquer empreendimento.

Pois essa portaria partiu do mesmo governo que anunciou como meta atingir a auto-suficiência na produção de gás daqui a dois anos, em 2008. Para alcançar esse objetivo, é imprescindível e urgente a exploração intensiva dos recursos do litoral capixaba, como admite a própria Petrobras. No caso do Espírito Santo, que detém a segunda maior reserva de petróleo do País, a exploração torna-se quase impossível se forem obedecidos os critérios que o Ibama pretende impor.

É evidente, para qualquer observador atento, que a decisão do Ibama esteve sujeita à influência indevida de ONGs como a Conservation International, que, provavelmente para camuflar a natureza multinacional de suas operações, usa no Brasil o nome em português, Conservação Internacional. Uma publicação da

entidade, intitulada Megadiversidade, com data de outubro do ano passado, apresenta, com prefácio da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, um estudo sobre os supostos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos na região de Abrolhos, e defende ainda mais restrições para estas atividades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato é que estamos diante de um governo que parece não ter uma agenda coerente para o desenvolvimento do País. Falta um planejamento pragmático e objetivo que permita a concretização de empreendimentos de longo e até mesmo de médio prazo. Como confiar nas metas anunciadas pela Petrobras, se elas são inviabilizadas por uma simples portaria editada pelo Ibama – que, por sinal, quebra unilateralmente um acordo com os governos do Espírito Santo e da Bahia, segundo o qual não haveria alterações na zona de restrição de Abrolhos sem entendimento prévio entre as partes?

O segundo exemplo, não menos lamentável, é o da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, numa área de quase 17 mil e 500 hectares, nos municípios de Pancas e Águia Branca, na região Noroeste do Espírito Santo. É uma região habitada por mais de 500 famílias de pomeranos e alemães que vivem no local há muitas décadas, e por seus descendentes. Com o pretexto de proteger a Mata Atlântica, o que se pretende é expulsar de suas terras todos esses pequenos agricultores, justamente os responsáveis pela preservação da vegetação nativa.

Donos legítimos das terras que cultivam, eles serão obrigados a abandoná-las, ficando sem a sua fonte de sustento – tudo em nome de um critério absurdo, que ignora o fato de os métodos de cultivo praticados por esses imigrantes e suas famílias não agredirem a natureza. Ou seja, os “protetores do ambiente”, numa demonstração de visão estreita, estão se voltando contra quem é na verdade seu aliado.

O drama social dos moradores da área do Parque dos Pontões, os prejuízos que a portaria 39 causará para a economia do Espírito Santo e para a produção de combustíveis no Brasil – nada disso sensibiliza os burocratas e representantes de ONGs. Para eles, o que importa é que seus fins sejam atingidos, a qualquer custo. Conclamo os Senadores a lutarem pela derrubada de tais decisões insensatas, sob pena de vermos, em tempo não muito distante, o Brasil loteado em áreas de preservação, graças à interferência ilegítima de organizações estrangeiras, com a cumplicidade do Ibama.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Muito além do jardim”, de

autoria da jornalista Dora Kramer, publicado na sua coluna do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 18 de agosto do corrente.

A colunista, em seu artigo, mostra que o presidente Lula “tirou o PT de cena” em seu programa do horário eleitoral, com a expectativa de que o vejam como uma personagem acima das questões partidárias.

No entanto, o artigo mostra que o presidente Lula “continua muito à vontade na condição de petista-sím-

A6 : NACIONAL : SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

DÓRA
KRAMER

dora.kramer@grupoestado.com.br

Muito além do jardim

Quando tira o PT de cena em sua propaganda eleitoral, o presidente Luiz Inácio da Silva nada mais está fazendo do que aplicar à campanha atual o lema anos atrás notabilizado, por distração e artimanhas da tecnologia, pelo então ministro da Fazenda de Itamar Franco, Rubens Ricupero: o que é ruim “a gente esconde”, o que é bom “a gente mostra”.

Como o presidente surfa na onda dos escândalos enquanto o PT foi engolido por ela, na visão dos estrategistas de comunicação do candidato à reeleição – corroborada pelas pesquisas e pelo senso comum –, o melhor a fazer no momento é arquivar a figura do militante petista e evidenciar a imagem de Lula como presidente de todos os brasileiros, um personagem acima das questões partidárias.

É verdade que a ausência total de sutileza com que o partido com o qual Lula mantém relação de simbiose desde a entrada na vida pública foi cortado da propaganda eleitoral deu a impressão de que o presidente está morrendo de vergonha do PT.

Não, ele continua muito à vontade na condição de petista-símbolo – conforme demonstra nas defesas sistemáticas que faz dos amigos de fé, irmãos, camaradas – e por isso classifica como “hobagem” as interpretações negativas a respeito da ausência do partido em seu programa do horário eleitoral.

O que ele não quer por hora é dar o abraço do afogado no PT e, justamente por ele e o partido serem uma coisa só, faz isso sem cerimônia, vontade, certo de que o petista compreenderá seus motivos de força maior. São temporários.

A mesma lógica pautou o pedido de uma trégua nas invasões ao MST em 2002, para que o radicalismo em crescente estado de repúdio junto à população não prejudicasse a eleição de Lula.

Uma vez eleito, o presidente não demorou a retomar suas relações com os sem-terra, recebendo-os em palácio, pondo na cabeça o boné do movimento e deixando de cumprir a legislação em vigor para não punir invasores nem excluir da reforma agrária as terras invadidas.

**Ao renegar
o PT na
campanha, Lula
quer evidenciar
o presidente
e ocultar
o militante**

bolo – conforme demonstra nas defesas sistemáticas que faz dos amigos de fé, irmãos, camaradas”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Continua valendo, no tocante ao PT, a simbologia da estrela depositada em flores nos jardins do Palácio da Alvorada, mas, no momento, só para consumo interno. Não por outro motivo senão a segurança na relação o presidente do partido, Ricardo Berzoini, avalizou a combinada separação. Acredita que seja para o bem geral da Nação.

Mas, como tudo na vida, há um outro lado nessa história. No caso, dois lados. O do adversário, que tão logo confirme ser mesmo um constrangimento a presença do PT possivelmente se encarregue de ressaltá-la, e o lado dos petistas – os candidatos, os militantes e os simpatizantes.

Gente que sempre teve orgulho da legenda que durante anos simbolizou a esperança (ilusão?) numa forma diferente de fazer política e governar, representou num cenário de siglas sem identidade popular nem firmeza ideológica ou coesão doutrinária o que significava o exemplo único de partido que justificava sua razão de ser.

Esse povo não se descolará de Lula, não deixará de apoiá-lo, de acreditar nele como líder e único presidente capaz de fazer do Brasil um país mais justo. A recíproca é verdadeira: Lula tampouco abandonará o PT, sua criação e inspiração. Até porque é ali seu porto seguro, o mar aberto é traiçoeiro e as calmarias não são duradouras.

Mas, por mais que compreendam as razões que só o pragmatismo conhece e entendam a necessidade premente do gesto, não devem se sentir confortáveis quando vêem o capitão abandonar o barco, deixando a marujada à deriva.

Roncos da reação

O presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza, deu o dito pelo não dito e recuou da explícita intenção, manifestada no dia anterior, de arquivar liminarmente os pedidos de abertura de processos por quebra de decoro parlamentar contra os senadores Magno Malta, Ney Suassuna e Serys Shessarenko.

A posição do senador João Alberto de rejeitar os depoimentos dos empresários da máfia das ambulâncias como prova foi uma reação do atraso – vivido no Congresso – ao trabalho da CPI dos Sanguessugas, o primeiro ato do Legislativo recebido com satisfação pela sociedade.

O presidente do Conselho de Ética não voltou atrás porque quis, mas porque foi obrigado.

O senador José Sarney, a quem o maranhense João Alberto é ligado, o presidente do Senado, Renan Calheiros, comandante-em-chefe do PMDB governista, e, por extensão, o Palácio do Planalto, acabariam pagando a conta do desgaste.

Presença de FH

De preferência, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ficará longe do horário eleitoral. O argumento oficial é claro que não é a rejeição a FH registrada nas pesquisas, mas o fato de que ele “pertence à história”.

Nessa condição, age só nos bastidores, como consultor-mor. Ontem mesmo comandou uma reunião para discutir forma e conteúdo da propaganda política.

Mas, conforme for, o ex-presidente pode aparecer para defender a candidatura de Geraldo Alckmin nos últimos programas, já às vésperas das eleições. ●

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria do jornal **Folha de S. Paulo** de 16 de agosto do corrente, intitulada “Petistas evitam mencionar o mensalão no horário político”.

A matéria destaca que os candidatos a deputado federal pelo PT do Estado de São Paulo, Antonio Palocci e Ângela Guadagnin, não mencionaram, em

seus programas políticos, os seus envolvimento no escândalo do mensalão.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDIÇÕES 2006 / LEGISLATIVO

Petistas evitam mencionar o mensalão no horário político

No 1º dia de campanha na TV, Valdemar Costa Neto diz que errou e vai recomeçar

Entre os petistas, Antonio Palocci fala sobre economia, e Ângela Guadagnin, da ‘dança da pizza’, afirma que sua prioridade é a saúde

DEFINIÇÃO

O candidato a deputado federal Valdemar Costa Neto (PL-SP), que renunciou ao mandato no ano passado, após ser citado pelo deputado cassado Roberto Jefferson no mensalão, foi o único dos envolvidos no escândalo a fazer um mea-culpa em cadeia nacional, ontem, em sua primeira aparição no horário eleitoral gratuito na TV.

O ex-ministro da Fazenda e candidato a deputado federal Antonio Palocci (PT-SP) e a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) não mencionaram o tema.

Valdemar fez outra confissão sobre o recebimento de dinheiro: “Errei e só me restavam dois caminhos: abandonar a vida

pública ou ficar, reconhecer o erro e começar tudo de novo”.

À época, ele admitiu ter sacado R\$ 1,25 milhão de conta de empresa de Marcos Valério para saldar dívidas da coligação PT-PL em 2002. Antes de ser processado por quebra de decoro, renunciou para não sofrer cassação — que o impediria de se candidatar por oito anos.

Já Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Valério, aproveitou a exposição proporcionada pelo mensalão para se lançar candidata a deputada federal por SP pelo PMDB.

Palocci, envolvido em vários

escândalos (propina mensal quando prefeito de Ribeirão Preto, caixa dois na campanha de 2002 de Lula), falou sobre economia e evitou o “caso do caseiro”, episódio da violação do sigilo bancário de Francenildo Costa que levou à sua queda.

“Saúde sempre foi minha prioridade”, disse na TV Guadagnin, a ex-integrante do conselho que sempre pedia vista nos processos de cassação para atrasar o trâmite e beneficiar aliados. Ao comemorar a absolvição de João Magno (PT), ela dançou na Câmara e ficou conhecida como a deputada da

“dança da pizza”.

Antes e depois

Com poucos segundos para dizer a que vieram, muitos candidatos tentam estabelecer identificação com o eleitor pelo “nome de guerra”, como Rodinei da Cohab e Rosa do INSS. Outros usam rimas como estratégia (“Paulete, 2307”) e números simbólicos (“Bispo Gê, 2512, lembre do Natal”).

Deputado mais votado da história com 1,57 milhão de votos em 2002, Enéas Carneiro (Prona-SP), candidato à reeleição, mostrou sua foto com barba e explicou: “Tive uma doença gravíssima (...). Perdi minha barba, mas, com ajuda de Deus, estou vivo”. De camisa listrada e gravata xadrez, o apresentador, ator e candidato a deputado federal Clodovil Hernandez (PTC-SP), prometeu com fala mansa e pausada: “Brasília nunca mais será a mesma”.

(MARCELA CAMPOS)

Errei e só me restavam dois caminhos: abandonar a vida pública ou ficar, reconhecer o erro e começar tudo de novo

VALDEMAR COSTA NETO (PL)

Brasília nunca mais será a mesma

CLODOVIL HERNANDEZ (PTC)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB
– ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB
– ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 19 minutos.)

(OS Nº 14960/06)

Ata da 144ª Sessão Não Deliberativa, em 31 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim e da Srª Iris de Araújo

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra à nobre Senador Iris de Araújo, que dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento que, talvez, não o faça aqui mas, com certeza, o fará na Câmara dos Deputados.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, que hoje preside esta sessão:

Nunca me servirei de minha profissão para corromper os costumes ou favorecer o crime. Prometo que, ao exercer a arte de curar, me mostrarei sempre fiel aos preceitos da honestidade, da caridade e da ciência. Se eu cumprir este juramento, goze eu, a minha vida e arte com boa reputação, e para sempre; se dele me afastar ou se o infringir, que suceda-me o contrário.

Este é um pequeno trecho, Senador Paulo Paim, do juramento de Hipócrates, filósofo grego que viveu 400 anos antes de Cristo, mas que continua considerado por toda a Humanidade, o Pai da Medicina. Por tradição – e, suposta convicção –, ao longo de séculos, suas palavras vêm sendo repetidas, nas cerimônias de formatura em Medicina, por cada um dos milhares de jovens médicos saídos de Faculdades em todo o mundo.

Trata-se de um compromisso que assumem ao conquistarem, por meio de longos anos de estudo, o direito de praticar, junto a seus semelhantes, a sublime arte da cura.

Pois, no último final de semana, a maravilhosa cidade do Rio de Janeiro serviu de palco para umas cenas verdadeiramente chocantes, que atira ao chão

o comprometimento médico “com o mais alto respeito à vida humana”. Como diz em outro trecho, o mesmo juramento de Hipócrates. Em tempos tão duros como os atuais, em que a nossa sensibilidade como se embrutece de tanto e tanto enfrentar, eu confesso: diante daquele quadro, de uma violência subliminar, porém, apavorante, eu tremi, me assustei, mais do que isso, eu me indignei!!

Falo do ocorrido no sábado, 26 de agosto, no hospital Rocha Faria, no Rio de Janeiro: um flagrante registrado por um fotógrafo pelo jornal **O Dia**.

A impressionante foto revela uma moça, já em trabalho de parto, contorcida por dores e jogada no canto de uma escada de hospital, sem atendimento. No outro canto, da mesma escada – aliás, bem estreita –, e no mesmíssimo degrau em que a parturiente se debatia, a foto registra a figura de um médico, de jaleco e crachá, passando por ela, mas se espremendo no outro lado e virando o rosto para, simplesmente, ignorá-la!

Diz a matéria do jornal **O Dia** na edição de segunda-feira passada explicando a foto clicada por Jadsen Marques:

Nem os gritos e a imagem de uma jovem grávida contorcendo-se pela dor do trabalho de parto nas escadas da maternidade foram suficientes para que um cardiologista que passava pelo local se dispusesse a socorrê-la. Cristiane Ferreira, de 20 anos, chegou à unidade, já prestes a ter o bebê, mas não recebeu atendimento médico. Desesperada, sentou-se. O médico passou, olhou para o lado oposto e seguiu seu caminho.

A que extremo chegamos, Sr^{as} e Srs. Senadores?! Que lugar é esse em que vivemos onde um médico – um médico! – é capaz de ultrapassar uma mulher que está tendo um filho como se fosse um buraco que se precisa evitar no meio de uma estrada?! Ele estava no hospital, ou seja, seu ambiente de trabalho; estava de jaleco, ou seja, paramentado como médico... Virar o rosto... ignorar urros por socorro... negar ajuda a quem, obviamente, está dando à luz outra vida, como descreve a reportagem de **O Dia**, assinada pelas repórteres Maria Ignez Magalhães, Mônica Pereira e Cristina Nascimento. Trata-se do mais total desprezo

pelo ser humano! Não há razão que explique; não há explicação que justifique! É imperdoável! O hospital e os Conselhos Estadual e Nacional de Medicina estão apurando o caso. O registro do médico pode ser até cassado, mas o mal está feito e fotografado.

A dor do parto e do descaso estão registradas. E se, graças a Deus, o direito à vida acabou vencendo – porque Camille, o bebezinho que chegava, nasceu e, graças a Deus, sobreviveu –, de todo jeito a atitude daquele doutor escreveu uma das páginas, sem dúvida, mais lamentáveis de toda a história da Medicina.

Então, pergunto: o que está na raiz dessa violência contra a vida humana? Sr^{as} e Srs. Senadores, somos os escolhidos pela sociedade brasileira para representá-la e, portanto, defendê-la. Temos a obrigação de compreender o que se passa, de mergulhar fundo em direção ao âmago de todas as angústias e aflições, para lá diagnosticarmos razões e encontrarmos soluções.

O desvio de conduta daquele médico, reconhecemos, não é o único sintoma do caos que atravessamos neste momento. O povo brasileiro, historicamente reconhecido como um dos mais cordiais do mundo, tem testemunhado e protagonizado muito mais: a violência, em seus mais variados e tenebrosos matizes, que assola o nosso dia-a-dia.

Há semanas, num bairro nobre de São Paulo, um pai de família – ao que tudo indica, infelicitado por dívidas impagáveis – assassinou os três filhos e se matou em seguida. No Rio de Janeiro, anteontem, o vigia de uma clínica veterinária esquartejou uma mulher porque, ao que apurou a Polícia, Senador Paulo Paim, ela o chamou de “magricela”. Aqui mesmo em Brasília, nesses dias, um empresário matou a pauladas o namorado da ex-mulher e fez com que ela e a filha de 15 anos limpassem os sinais de sangue. Sem contar os ataques do crime organizado que voltaram a vitimar o Estado e tantos outros infelizes exemplos do Brasil atual que poderíamos acrescentar, com o perdão da palavra, a essa desgraçada lista.

Nada disso combina com a natureza do povo brasileiro, Senador Paulo Paim. Mas o que seriam então? Atos marginais? Não apenas. Loucuras individuais? O rótulo é insuficiente. Delírios e desvios pontuais? Antes fosse só isso!

É urgente, urgentíssimo, reconhecer: a nossa sociedade, como um todo, está doente. Carece de princípios, valores, critérios, rumos, esperança e fé.

Perdemos o sentido da conduta. Há variadas dúvidas, mas respostas autênticas não são apresentadas. Há suspeitas gritantes, mas responsabilidades indefinidas. Há centenas de promessas e projetos, a maioria, porém, não cumprida. Há dramas estruturais,

mas as soluções ficam sempre para depois. Há muitos crimes e faltam castigos. E é nessa incerteza geral que cada ato, em cada circunstância ou momento, de cada um de nós – mesmo os mais inocentes originalmente –, corre o risco de se desvirtuar.

O povo brasileiro é disposto, é alegre, sabe plantar para colher, estudar para progredir, está sempre pronto a abrir o coração e a casa aos que vêm do bem. Aquele mesmo médico, lá no hospital Rocha Faria, que ignorou a dor da mulher prostrada a seus pés, dentro do seu próprio ambiente de trabalho, no passado, recebeu o título de benemérito do Estado, conferido pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Somos, até por índole, bem-intencionados; temos, em maioria, excelentes intenções. Há muita gente boa em todos os segmentos sociais, inclusive na política.

Grande parte de cada uma das instituições brasileiras é formada por profissionais competentes, capazes de aperfeiçoar o presente e garantir um futuro melhor. Precisamos apenas reencontrar os nossos próprios passos, puxar o fio de uma meada que se perdeu em nós que se apresentam difíceis, mas não são impossíveis de desatar.

Cabe a nós representantes do povo brasileiro dar o exemplo. Urgem propósitos e atos imediatos para a redescoberta do sentido da conduta nacional. Esta é a missão. Mais do que isso: é o nosso dever.

Muito obrigada, Presidente, pela oportunidade. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Iris de Araújo, quero, primeiro, cumprimentá-la pela sensibilidade do pronunciamento a respeito da violência sem limite que assola o País. Como não lhe posso fazer um aparte, apenas quero endossar suas preocupações. A questão da saúde também é tratada por V. Ex^a com um enfoque muito firme, muito claro, e espero que sirva de alerta ao povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, convido V. Ex^a a presidir os trabalhos da sessão do Senado.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Iris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, pelo tempo que julgar oportuno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fruto de uma audiência pública que realizei aqui, no Senado da República, foi construído um projeto visando a, de uma vez por todas,

tirar todas as dúvidas sobre a chamada contribuição assistencial que os trabalhadores fazem para sua entidade sindical, resultado do chamado acordo coletivo. Essa audiência pública teve a participação de todas as centrais sindicais, de todas as confederações de trabalhadores – V. Ex^a passou por lá para dar o apoio àquele movimento. Após esse entendimento, eu estive com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que demonstrou também a sua preocupação e endossou a posição – inclusive do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho, das centrais sindicais e, creio eu, do Congresso Nacional – de que eu apresentasse um projeto regulamentando a contribuição assistencial para que, de uma vez por todas, o conflito que está havendo hoje entre o Ministério Público do Trabalho, os fiscais do trabalho, os empregadores e os trabalhadores ficasse resolvido.

Construí o projeto com a ajuda da assessoria, dos nossos consultores do Senado, remeti-o às centrais sindicais e às confederações e estou apresentando-o hoje, Sr^a Presidente, como uma contribuição ao debate. Vamos torcer, naturalmente, para que ele seja aprovado com rapidez, porque, assim, estamos inibindo aqueles que, de forma não adequada, diria até fugindo da ética, abusam das decisões em relação às contribuições para a entidade, aprovando em assembleia, por exemplo, de um a cinco dias de trabalho do empregado para a sua entidade, o que limitamos, nesse projeto, a somente 1% da contribuição anual. Havia uma discussão sobre se deveria ser 1,5%, 1,7%, mas optei, Sr^a Presidente, para que ficasse em apenas 1%. Penso que esse seja um percentual equilibrado, que fará com que toda a categoria seja beneficiada no acordo ou mesmo na convenção coletiva e até no dissídio coletivo. Em todos os movimentos que a entidade fizer a favor dos trabalhadores, todos estarão efetivamente contemplados.

Houve uma discussão, de que participei – e entendi que ela tinha certa lógica – no seguinte sentido: aqueles que não quiserem efetivamente se associar ou colaborar de forma a respeitar a decisão da assembleia não seriam beneficiados pelo acordo ou pelo dissídio coletivo.

Acompanhei o debate e julguei-o legítimo, mas cairíamos no sistema europeu, em que há, em uma única empresa, até dez sindicatos, e a empresa faz com o sindicato acordos para aquele respectivo grupo de associados. Não considero esse um exemplo positivo. Não é bom para o País. Preferi construir o projeto de lei na linha de que toda categoria, uma vez beneficiada, haverá de contribuir, com o respectivo percentual mínimo de 1%, somente uma vez por ano, para

ajudar a manter a vida pública, política e – espero eu – combativa do sindicato.

Sr^a Presidente, discordo daqueles que dizem que o sindicato não deveria receber contribuição alguma. Ora, os Partidos políticos recebem contribuição, assim como os empresários – está aí o Sistema S, por exemplo. Eu não sou contra o Sistema S, não sou contra a contribuição aos Partidos políticos, mas quero também fortalecer a organização dos trabalhadores.

Sou daqueles, Senadora Iris de Araújo – creio que V. Ex^a concorda comigo –, que acreditam ser fundamental a organização dos trabalhadores, das mulheres, dos índios, dos negros, dos pobres, dos brancos, de todos que se sintam discriminados. Todos têm esse direito, seja no clube de futebol, na associação de bairro, no clube de mães, na sua entidade, seja de que escalão entenderem necessário, no âmbito nacional, estadual ou municipal ou no grêmio estudantil. É fundamental a organização. E, para manter essa organização com força, tem de haver também a sustentação, mínima que seja, no campo financeiro.

Nesse sentido, anuncio hoje aos trabalhadores do País e às suas organizações que estou apresentando um projeto sobre esse tema. Como em tantos outros projetos que já apresentei, estamos abertos ao diálogo, ao entendimento, às alterações, à negociação para que o projeto se torne, na verdade, a vontade do conjunto do movimento sindical brasileiro e dos trabalhadores e não somente a vontade deste Senador.

O projeto é fruto de uma grande audiência pública, da qual participaram mais de mil dirigentes do País – repito –, todas as confederações e todas as centrais. Estiveram lá também representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Antes de apresentar o projeto, tomei a liberdade de dialogar com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que entendeu que a questão tem de ser regulamentada para se acabar, de uma vez por todas, com o conflito.

O projeto é simples, Sr^a Presidente. Neste momento, passo a apresentá-lo ao Senado:

Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006.

Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo III-A ao Título V:

Capítulo III-A

Da Contribuição Assistencial.

Art. 610-A. A Contribuição Assistencial, destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais, será descontada compulsoriamente de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não, conforme prerrogativa prevista na alínea e do art. 513 desta Consolidação, e na alínea c do art. 240 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º O percentual de Contribuição Assistencial devido, a ser creditado para a entidade sindical representativa, e a forma de rateio serão fixados por Assembléia Geral dos trabalhadores.

§ 2º É vedada a fixação de percentual de contribuição superior a um por cento da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade.

Esse é o resumo do projeto. É claro que, na justificativa, lembro em que ocasião ele surgiu.

Ele é fruto da vontade de todas as centrais sindicais – estou repetindo esse dado para que ninguém diga que isso é da minha cabeça –, de todas as confederações e da vontade de evitarmos, de uma vez por todas, o conflito que estava havendo entre empregado e empregador. Muitos empregadores estavam pressionando o trabalhador a assinar um termo de que não aceitava fazer parte do respectivo sindicato porque, senão, teria de fazer a devida contribuição. Por isso, e de acordo com a orientação que recebi de juristas, estamos resolvendo a questão de uma vez por todas.

Apresento hoje o projeto e já informo a todo o movimento sindical brasileiro que vou remetê-lo, ainda hoje, com o respectivo número, para que ele seja amplamente discutido, alterado, modificado, enfim, e receba uma redação final que represente a média de pensamento do povo brasileiro.

Srª Presidente, depois desse assunto, eu gostaria também – se V. Exª me permitir – de registrar a importância de um evento que está acontecendo no meu Rio Grande do Sul, no Parque de Exposições Assis Brasil, desde o dia 26 de agosto. Refiro-me à 29ª Expointer, feira que apresenta as últimas novidades da moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial.

Srª Presidente, Senadora Iris de Araújo, desde 1972, ano em que assumiu o caráter internacional, a Expointer consolidou-se como um dos mais importantes eventos agropecuários e de máquinas agrícolas de toda a América Latina. Até o dia 3 de setembro, cerca

de 2,5 mil expositores e mais de 6 mil animais de raça, máquinas, implementos, insumos e produtos veterinários, veículos, equipamentos, serviços e artesanato, estarão mostrando, no Parque Assis Brasil, o que há de melhor em cada um desses segmentos.

Os visitantes encontrarão ali também palestras técnicas, espetáculos musicais e dança, competições de ginetes e produtos da agricultura familiar gaúcha. Estão previstos na programação cerca de quatrocentos eventos e atrações.

Senadora Iris de Araújo, participei desse evento algumas vezes. Milhares de pessoas lá fazem fila para assistir à caminhada do povo gaúcho no campo da agroindústria, do agronegócio e da agropecuária.

Participam também países como Uruguai, Argentina, Paraguai, Equador, Chile, Peru, México, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Itália, Áustria, Camarões e China.

Para se ter uma noção do que representa a Expointer para a América Latina e para todo o continente americano, o relatório da edição de 2005 aponta que foram negociados, ano passado, mais de R\$6 milhões em exemplares das diferentes raças participantes, entre aqueles que optaram por comprar, naquela exposição, novilhos e animais de raça. Somente o pavilhão da agricultura familiar comercializou, ano passado, quase R\$300 mil. O número de pessoas que passou pelo Parque Assis Brasil foi de 526 mil, entre pagantes e não pagantes. A cifra de comercialização de máquinas e implementos chegou a mais de R\$135 milhões.

Srª Presidente, a 29ª Expointer ocorre em boa hora para a recuperação e da agricultura, da pecuária, da avicultura e da suinocultura. É claro que há problemas de preço e de comercialização de produtos agrícolas. Sei que V. Exª acompanha o caso devido à realidade do seu Estado. Há produtos agrícolas, infelizmente, que são negociados por preços inferiores, em muitos casos, ao custo de produção. O câmbio – a velha história do câmbio, não há como esquecer – encontra-se totalmente desfavorável, penalizando a agricultura e setores industriais, como o de máquinas e implementos agrícolas.

O nosso Estado, Senadora, é exportador, e, se o dólar despenca em relação ao real, paga-se o custo em real e se recebe em dólar.

Disseram-me hoje que o Presidente Lula havia sinalizado qualquer coisa nesse sentido. É preciso mexer nessa taxa de câmbio. É irreal a forma como o dólar está relacionado com o real.

Os Estados exportadores – a exportação gera emprego – estão em grande dificuldade. Esse é o caso do Rio Grande do Sul. A expectativa de todos

nós é a de que Expointer 2006 supere os números do ano passado.

Sr^a Presidente, como gaúcho que sou e brasileiro, eu gostaria de fazer a leitura da letra de uma canção gaúcha que se tornou símbolo da Expointer. Ela já faz parte daquelas canções que encantam o povo gaúcho e, tenho certeza, grande parte do povo brasileiro. Falo de “Querência Amada”, de autoria de Vitor Mateus Teixeira, o conhecido Teixeirainha, já falecido, o nosso inesquecível Teixeirainha.

Quem passar pelos pavilhões da Expointer verá homens de violão, gaita e pandeiro na mão cantando “Querência Amada”. O que diz essa música que faz parte daqueles hinos do Rio Grande?

Senadora Íris de Araújo, quero que todos sintam, quando eu fizer a leitura da letra, a homenagem que faço não só ao Rio Grande, mas a todos os Estados do Brasil. Esta música mexe com as minhas emoções e, tenho certeza, com as de V. Ex^a.

Eis a letra de “Querência Amada”:

Quem quiser saber quem sou
Olha para o céu azul
E grita junto comigo
Viva o Rio Grande do Sul
O lenço me identifica
Qual a minha procedência
Na província de São Pedro
Padroeiro da querência
Ó meu Rio Grande de encantos mil
Disposto a tudo pelo Brasil
Querência amada dos parreirais
Da uva vem o vinho
Do povo vem o carinho
Bondade nunca é demais
Meu coração é pequeno
Porque Deus me fez assim
O Rio Grande é bem maior
Mas cabe dentro de mim
Sou da geração mais nova
Poeta bem macho e guapo
Nas minhas veias escorre
O sangue herói de Farrapos
Deus é gaúcho de espora e mango
Foi maragato ou foi chimango
Querência amada meu céu de anil
Este Rio Grande gigante
Mais uma estrela brilhante
Na bandeira do Brasil

Essa é minha homenagem ao povo gaúcho, à nossa querida Expointer e ao nosso saudoso Teixeirainha, cantor, poeta, compositor, que encantou a todos, não só no Rio Grande, mas também no Brasil.

Estamos nos aproximando da Semana Farrou-pilha, para nós muito importante. Depois, virá o 20 de setembro. Na próxima semana, falarei sobre a importância do 20 de setembro para o Rio Grande.

Com muito orgulho, fui Relator, quando Deputado Federal, de um projeto de um grande Deputado, do PDS na época, Jarbas Lima, lá do meu Rio Grande, um estudioso da área. Jarbas Lima apresentou projeto que garante que 20 de setembro seja feriado no solo gaúcho e pediu que eu o relatasse. Fiz o relatório, com muito orgulho.

Farei um pronunciamento, semana que vem, demonstrando um pouco da indignação do povo gaúcho nesse momento que entendemos de muita firmeza, lembrando a luta dos maragatos e chimangos. Vou falar de ambos aqui, sem me referir à divergência que houve, e da situação atual do Rio Grande. Se não for rediscutida a dívida dos Estados, não só do nosso Estado, se não caminharmos para um novo pacto federativo, sei que os maragatos e chimangos, que tombaram no passado, haverão praticamente de se levantar para mostrar que, como está, não dá.

É preciso rediscutirmos a questão, tendo em vista o pacto federativo, a reforma tributária e a Lei Kandir. Não pode mais continuar a situação de centralização tão grande na União, com essa dificuldade enorme que os Estados vêm atravessando. Estou relatando um pouco a situação do meu Rio Grande.

Quando eu falava com Jarbas Lima, um grande tribuno – hoje reitor de uma universidade no Rio Grande do Sul –, ele me dizia: “Paim, se maragatos e chimangos estivessem vivos, diante da situação atual do Rio Grande, saiba que teríamos outro levante”. É claro que não queremos outro levante, somos da paz, da harmonia, da solidariedade, da igualdade. Queremos avançar muito, queremos estar juntos no Brasil. Longe de nós a idéia da separação. Naquela época, foi muito forte a idéia de que o Rio Grande devia separar-se. Não é o que estou pregando, longe de mim, repito. Quero fazer com que haja um processo de diálogo, de entendimento. Que possamos fortalecer cada unidade desta Federação.

Sinto, nesta caminhada, por cada canto, por cada coxilha, por cada rio que atravesso – fizemos, inclusive, campanha a cavalo, pelo interior –, que há uma vontade muito grande de que façamos um grande debate sobre a dívida dos Estados e o novo pacto federativo.

É nessa linha que concluo, agradecendo a tolerância a V. Ex^a.

Espero que, no grande debate nacional que está acontecendo nas campanhas para Deputado Estadual – sei que V. Ex^a é candidata a Deputada Federal pelo Estado de Goiás –, Senador e Presidente da Repúbli-

ca, sejam debatidos também esses temas, bem como a questão da saúde, a que V. Ex^a se referiu muito bem. Que se debata a violência. Que cada candidato possa explicitar, com muita força, com muita coerência, o que pensa.

É possível um novo pacto federativo? É possível rediscutir a dívida dos Estados? O que faremos com a segurança? O que faremos com a saúde? O que faremos com a política de exportação? O câmbio continuará o mesmo? O que faremos com a política de emprego? Creio que é um grande momento para o debate.

Quero reafirmar a minha posição, que entendi que é a mesma de V. Ex^a, e que não aceitemos a campanha do voto em branco e do voto nulo.

Que votemos em quem acreditamos. Um dia desses, um cidadão me disse: “Não, não acredito mais em ninguém! Vou votar em branco, vou votar nulo, porque ninguém presta!”. Disse-lhe então: “Então você deveria se candidatar! Se você acha que só você presta, candidate-se, porque acredito que você seja bom e quero votar em você”. E ele disse: “Olha, Paim, vou refletir”.

Não podemos deixar de acreditar nas pessoas. As críticas são cabíveis, eu também as faço e as recebo. É justo que seja assim! Se perguntarem a mim que nota dou para o meu mandato, digo que não dou 10, assim como não dou 10 para ninguém, porque todos podemos sempre melhorar a qualidade do nosso trabalho, seja como Deputado, como Senador, como Vereador, como Presidente da República, enfim, seja lá qual for o cargo que exercemos.

E digo mais, Senadora Iris de Araújo, a propósito de conversa que tivemos ontem: apesar do descrédito que percebo nas ruas, tenho muita esperança de que, com o que chamo de bom debate, ou seja, o debate qualificado do processo democrático, fortaleceremos o Congresso Nacional e as instituições. É preciso que se entenda que, se é ruim com a democracia, muito pior será sem ela. Ninguém, ninguém na história da humanidade inventou um sistema melhor do que o democrático. Por isso, é muito importante a valorização do voto, e temos efetivamente homens e mulheres comprometidos com todo o nosso povo, com toda a nossa gente.

Com essas palavras, termino o meu pronunciamento, cumprimentando mais uma vez V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Cumprimento-o, Senador Paulo Paim, pelo pronunciamento, que eu caracterizaria como agridoce. V. Ex^a consegue tratar incisivamente de assuntos diferentes e coloca nisso a alma do povo gaúcho, através dos versos do Teixeira, que eu conheço bem. V. Ex^a

traz também para seu discurso a sensibilidade política adquirida ao longo dos anos de trabalho que tem prestado a este País e, dessa forma, contribui para o engrandecimento do Parlamento.

V. Ex^a se referiu à questão do voto. Assim como V. Ex^a, eu também estou preocupada, e preocupada está toda a Nação, mas eu também, como V. Ex^a, acredito que há uma esperança, e a esperança está realmente no voto do povo brasileiro.

A Mesa encaminhará o projeto apresentado por V. Ex^a na forma regimental.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2006

Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo III-A ao Título V:

“CAPITULO III-A Da Contribuição Assistencial

Art. 610-A. A Contribuição Assistencial, destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais, será descontada compulsoriamente de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não, conforme prerrogativa prevista na alínea e do art. 513 desta Consolidação, e na alínea c do art. 240 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º O percentual de Contribuição Assistencial devido, a ser creditado para a entidade sindical representativa, e a forma de rateio serão fixados por Assembléia Geral dos trabalhadores.

§ 2º É vedada a fixação de percentual de contribuição superior a um por cento da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade.

Art. 610-B. As fraudes, os desvios ou a recusa arbitrária do empregador em efetuar o desconto da contribuição da categoria em folha de pagamento serão considerados ilícitos.

tos, puníveis na forma prevista nos arts. 553 e 598 desta Consolidação, cabendo apuração pelo Ministério Público do Trabalho.

§ 1º Sem prejuízo das penalidades legais fixadas nesta Consolidação, é vedada a concessão de empréstimos ou financiamentos bancários por entes públicos e vedada a participação em concorrências públicas, às empresas em situação irregular com as obrigações relativas ao recolhimento das contribuições assistenciais.

§ 2º Em se tratar de órgão ou empresa pública, o não recolhimento das contribuições assistenciais será tipificado como ato de improbidade administrativa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As entidades sindicais enfrentam verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quanto fixadas em assembléia da categoria ou Convenção Coletiva, e observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical. É um total desrespeito ao princípio da autonomia e da liberdade sindical, previsto na Constituição Federal. É necessário uma norma legal que acabe com a insegurança jurídica no que se refere a essas contribuições.

Sabemos que as contribuições sindicais são fundamentais para o funcionamento e o desenvolvimento das entidades sindicais. Sem esses recursos a prestação de serviços relevantes aos trabalhadores acaba sendo impedida ou dificultada. Ainda mais, essas contribuições revertem em benefício de toda a categoria, inclusive dos trabalhadores não filiados a uma entidade sindical. Não possuem razão, portanto, aqueles que argumentam a inexistência de filiação como base para a recusa dos recolhimentos.

Recentemente, a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais, ouvidos, em audiência pública, dirigentes sindicais de base, de confederações e centrais sindicais de trabalhadores, aprovou moção no sentido de que o Congresso Nacional aprove, em caráter de urgência, um projeto de lei regulamentando o desconto e a abrangência das contribuições assistenciais, assegurando, assim, o seu caráter universal e compulsório, em respeito ao princípio da autonomia sindical consagrado no texto constitucional.

É com base nos argumentos expostos pelos sindicalistas que elaboramos esta proposição. Ela prevê o desconto compulsório, limite percentual de até 1% (um por cento) da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade e punição para empregadores e órgãos ou empresas públicas que venham a dificultar ou impedir o recolhimento das contribuições.

Creemos que a sua aprovação servirá aos interesses de todos os trabalhadores. Dará aos sindicatos o instrumento jurídico de que necessitam e acabará com a insegurança jurídica presente, a este respeito, no ordenamento jurídico. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Vide texto compilado

Mensagem de veto

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 240. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;

c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria.

.....
DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos á atividade ou profissão exercida;

b) celebrar contratos coletivos de trabalho;

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, na estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

Parágrafo Unico. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

Art. 610 - As dúvidas no cumprimento deste Capítulo serão resolvidas pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, que expedirá as instruções que se tornarem necessárias à sua execução. (Redação dada pela Lei nº 4.589, de 11-12-1964)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 96/2006, de 16 do corrente, do Ministro de Estado da Previdência Social, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 616, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

– Nº 208/2006, de 14 do corrente, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 556, de 2006, dos Senadores Arthur Virgílio e Romero Jucá.

– Nº 1.156/2006, de 15 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações

referentes ao Requerimento nº 517, de 2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

– Nº 1.165/2006, de 22 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 555, de 2006, dos Senadores Arthur Virgílio e Romero Jucá.

– Nº 1.334/2006, de 17 do corrente, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 257, de 2006, do Senador José Maranhão.

– Nº 1.335/2006, de 17 do corrente, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 384, de 2006, do Senador Augusto Botelho.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

A resposta ao Requerimento nº 257, de 2006, foi juntada ao respectivo processado, que fica à disposição do Requerente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício de Ministro de Estado que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DA MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

– Nº 979/2006, de 14 do corrente, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 356, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Aviso nº 22, de 2006-CN (nº 1.086/2006, na origem), do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 2º trimestre do exercício de 2006.

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº SDA 83/06

Brasília, 31 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que, tendo em vista o término de minha licença de interesse particular, concedida de acordo com o Requerimento nº 498, de 2006, estou reassumindo, nesta data, o meu mandato de Senador da República.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o desemprego representa um dos mais graves problemas sociais da atualidade, em nível mundial. Trata-se de verdadeiro flagelo da humanidade, um desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois todos têm o direito ao trabalho e ao salário digno, capaz de garantir o próprio sustento e o de sua família.

A Constituição de 1988 estabelece que o Brasil é uma República Federativa, constituída em Estado democrático de direito, que tem como fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Para que possamos construir uma sociedade livre, justa e solidária, voltada para o desenvolvimento nacional, para a erradicação da pobreza, para a redução das desigualdades sociais e para o bem de todos, sem preconceitos e discriminações, precisamos oferecer condições dignas de trabalho a todos os brasileiros.

O art. 6º da Constituição Federal assegura a proteção à maternidade e à infância e o art. 7º garante relação de emprego protegida contra despedida arbitrária, ou sem justa causa, e licença à gestante por período de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, como proteção do mercado de trabalho da mulher.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988, veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Aparentemente, o Brasil já assegura as condições dignas de trabalho à mulher, principalmente à mulher gestante, pois nossa Constituição-Cidadã, teoricamente, garante à mulher plena igualdade e cidadania.

Apesar da aparente garantia assegurada por esse dispositivo constitucional, a realidade do mundo social e econômico em que vivemos é muito distinta, principalmente em relação à mulher e, particularmente, em relação à gestante.

No âmbito do Poder Judiciário, existem decisões divergentes e contraditórias em relação à estabilidade provisória da empregada gestante, quando constatada a gravidez no período de aviso prévio.

Para solucionar esse problema, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, que acrescenta à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) artigo que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

O mérito social do Projeto é notório, pois a situação atual é injusta e desumana, tanto para a mãe pobre, e muitas vezes abandonada pelo companheiro ao se confirmar uma gravidez, quanto para o nascituro, uma criança que já abre os olhos para o mundo numa situação de discriminação e grande desvantagem.

Muitas mães pobres, discriminadas e responsáveis únicas pelo sustento da família são obrigadas a esperar por intermináveis discussões judiciais, em que o prejuízo sempre recai sobre a parte mais fraca: a mulher trabalhadora, pobre, com baixa escolaridade, pouca informação e poucos recursos financeiros.

O Projeto está em consonância com os princípios fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT): o trabalho não é uma mercadoria; a penúria representa um perigo para a prosperidade geral; a luta contra a carência deve ser conduzida com infatigável energia, e por um esforço internacional contínuo e conjugado.

Todos os seres humanos têm direito ao bem-estar material e ao desenvolvimento espiritual, dentro da liberdade e da dignidade, da tranqüilidade econômica e com as mesmas possibilidades.

A OIT defende o pleno emprego, o emprego para todos, para elevar os níveis de vida, ampliar as medidas de segurança social, assegurar uma proteção adequada da vida e da saúde dos trabalhadores e garantir a proteção da infância e da maternidade, pois a justiça social é essencial para garantir uma paz universal e permanente.

Como frisado, os objetivos do Projeto que apresentamos estão em consonância com os princípios diretores da OIT. É, pois, com satisfação que submeto à consideração dos ilustres membros do Senado Federal o PLS nº 43/2006, que acrescenta o artigo 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho, para garantir estabilidade provisória à empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio.

Tenho plena convicção de que o mérito social do Projeto terá o apoio de todos os eminentes Senadores, pois corrige uma situação injusta e desigual para muitas mulheres pobres e trabalhadoras.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “OAB rejeita idéia de Constituinte defendida por Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 8 de agosto do corrente.

A matéria mostra que a OAB posicionou-se contrariamente à proposta do presidente Lula de convocar uma Assembléia Constituinte para realizar uma reforma política. Juristas e ministros do STF também “bombardearam” a proposta. Para o presidente da OAB,

Roberto Busato, a idéia seria um “factóide político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OAB rejeita idéia de Constituinte defendida por Lula

Ordem sustenta que plano partiu do Planalto e Roberto Busato o define como ‘factóide político’ do presidente

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) posicionou-se ontem, em Brasília, contra a idéia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que seja convocada Assembléia Constituinte para realizar uma reforma política, paralelamente aos trabalhos do Congresso. Para a entidade, providências como essa só podem ser tomadas em momentos de ruptura institucional, o que não é o caso.

A decisão pôs por terra toda a operação desencadeada pelo Palácio do Planalto na semana passada. Antes de divulgar a proposta na quarta-feira, o presidente telefonou a OAB. Mandou o ministro das Relações Institucionais, *Enzo Góes*, telefonar para o presidente da entidade, Roberto Busato, e transmitir seu desagrado. Esperou que a OAB divulgasse em seu site que Lula apoiaria a convocação de uma Constituinte específica para fazer a reforma política, caso a entidade apresentasse formalmente a idéia, para só então confirmar a proposta.

“Se houver forte movimento da sociedade, colaboração dos demais Poderes da República e se chegar à conclusão de que

sultado delas, remeteria projeto de emenda constitucional para convocar a Constituinte”, disse Tarso na ocasião.

Em defesa da proposta, Lula pôs em dúvida a isenção dos atuais deputados e senadores para fazer as mudanças políticas. “Eu não sei se as pessoas que estão legislando em causa própria podem fazer a reforma que a sociedade precisa”, argumentou o próprio presidente. Na mesmalinha, Tarso disse que a idéia de Constituinte partia “da constatação do esgotamento do sistema político atual”.

A proposta, no entanto, foi bombardeada por juristas e ministros do Supremo Tribunal Federal. O ministro aposentado Carlos Velloso disse que a convocação de Constituinte para votar a reforma política “cheira a golpe”. Em sua opinião, essa medida apenas deve ser tomada em situações de ruptura, como a transferência de um governo ditatorial para um democrático.

Ontem, em entrevista a uma rádio, Roberto Busato, da OAB, disse que a idéia de instalar uma Constituinte para realizar a reforma política teria partido de um “factóide político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

essa ou qualquer outra reforma, o Conselho Federal rejeita-a liminarmente”, afirma a OAB na nota aprovada ontem por unanimidade pelos conselheiros.

“Constituinte – plena ou parcial, exclusiva ou derivada – só se justifica quando há ruptura institucional. Não é o caso. Em que pesem as múltiplas denúncias envolvendo agentes públicos que abalaram o País nos últimos meses, as instituições funcionam e estão em condições de fornecer os remédios necessários à preservação da governabilidade, na plenitude do Estado democrático de Direito”, diz a nota da entidade. Apesar de rejeitar a Constituinte, a OAB apóia a realização de uma reforma política. “Este Conselho Federal sustenta que a reforma política é a prioridade institucional máxima que o País hoje reclama, por seu caráter regenerador. Deve, pois, na próxima legislatura, encabeçar a agenda das reformas, pois dará ao próprio processo reformista e aos legisladores maior confiabilidade.”

A entidade aprovou a criação de um fórum para debater a reforma política, com a participação de partidos e de setores representativos da sociedade. ●

Instituições têm funcionado e garantem as leis, diz a entidade

seria positivo para o País, o presidente, sim, depois das eleições, independentemente do re-

ESTADO DE DIREITO

“Com relação à proposta de convocação de Mini-Assembléia Constituinte para implementar

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 4 minutos.)

(OS Nº 14976/06)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª Sessão Legislativa Ordinária da

52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal

(269, II, do RISF)

(Período de 1º a 31/08/2006)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO

SENADO FEDERAL

I – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À

SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara.....	1
Total.....	1

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2006 (nº 3.168/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física.

Sessão: 02.08.2006

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À

CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	6
Da Câmara dos Deputados.....	2
Total.....	8

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.

Sessão: 02.08.2006

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Sessão: 02.08.2006

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem), que altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (possibilita, nos casos de urgência, que o Juiz nomeie curador provisório para representar o interditando).

Sessão: 02.08.2006

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Sessão: 02.08.2006

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Sessão: 02.08.2006

Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui, no ensino fundamental e médio, o componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2006

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 17.08.2006

Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no art. 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.08.2006

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	10
De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	11

Projeto de Resolução nº 48, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos.

Sessão: 02.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004 (nº 3.201/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2005 (nº 1.360/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2006 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006 (nº 2.089/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006 (nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – Ascoama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006 (nº 2.028/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2006 (nº 2.045/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – Fuenio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006 (nº 2.157/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006 (nº 2.032/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.08.2006

IV - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total	10
-------------	----

Mensagem nº 12, de 2006 (Parecer nº 1.006/06-CRE), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Antonio José Rezende de Castro*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Ruanda.

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 18, de 2006, pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Carlos Alberto Ferreira Guimarães*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo, desde que obtido o agrément do governo desse País.

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 111, de 2006, pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor *Hélio Magalhães de Mendonça*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 124, de 2006, pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do nome do Senhor *Carmelito de Melo*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 150, de 2006 (nº 370/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Haroldo Teixeira Valladão Filho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da

Croácia.

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 151, de 2006 (nº 371/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora *Marília Sardenberg Zelner Gonçalves*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia.

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 162, de 2006 (nº 430/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Arnaldo Caiche D'Oliveira*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 164, de 2006 (nº 435/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Fernando Paulo de Mello Barreto Filho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Comunidade da Austrália e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os agréments dos governos desses países.

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 165, de 2006 (nº 434/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Pedro Motta Pinto Coelho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Sessão: 02.08.2006

Mensagem nº 173, de 2006 (nº 466/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Luiz Fernando Gouvêa de Athayde*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Sessão: 02.08.2006

V – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total	9
-------------	---

Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 174, de 2006, pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. *Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin* para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Edson Carvalho Vidigal.

Sessão: 02.08.2006

Parecer nº 339, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 108, de 2006 (nº 196/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Romeu Donizete Rufino*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Sessão: 02.08.2006

Parecer nº 340, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 109, de 2006 (nº 197/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *José Guilherme Silva Menezes Senna*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Sessão: 02.08.2006

Parecer nº 421, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 121, de 2006, pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco José Rabelo do Amaral* para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE.

Sessão: 02.08.2006

Parecer nº 631, de 2006, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre a Mensagem nº 133, de 2006 (nº 324/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Enildo Meira de Oliveira Júnior* para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE.

Sessão: 02.08.2006

Parecer nº 637, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 144, de 2006 (nº 367/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Ricardo Villas Bôas Cueva* para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do

Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 02.08.2006

Parecer nº 640, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 153, de 2006 (nº 379/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *José Henrique Coelho Sadok de Sá* para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

Sessão: 02.08.2006

Parecer nº 738, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 154, de 2006 (nº 380/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Luiz Fernando de Pádua Fonseca* para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

Sessão: 02.08.2006

Parecer nº 663, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 160, de 2006 (nº 426/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *José Leôncio de Andrade Feitosa* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Sessão: 02.08.2006

VI - REQUERIMENTOS DE VOTOS DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE:

Total..... 1

Requerimento nº 115, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do Apartheid na África do Sul.

Sessão: 02.08.2006

VII - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....4

Requerimento nº 781, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2002-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 1º.08.2006

Requerimento nº 825, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 408, de 2003, e 99, de 2006 - Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 1º.08.2006

Requerimento nº 847, de 2006, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2003, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 272 e 374, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 1º.08.2006

Requerimento nº 877, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a desapensação, para que tenha tramitação autônoma, do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, de sua autoria, dos Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001; 167, 210 e 368, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87 e 236, de 2005.

Sessão: 1º.08.2006

VIII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

Total.....46

Requerimento nº 876, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-jogador de futebol Alcino Neves dos Santos Filho ou Negão Motora, como era carinhosamente chamado pela torcida e pela imprensa esportiva, ocorrido na cidade de Belém/PA, no dia 20 de julho último.

Sessão: 1º.08.2006

Requerimento nº 879, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Geraldo de Sá Milton da Silveira, ocorrido em Salvador, em 30 de julho último.

Sessão: 1º.08.2006

Requerimento nº 880, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando voto de congratulações pelo transcurso, no último dia 31 de julho, do cinquentenário de fundação da Rádio Verdes Mares, de Fortaleza.

Sessão: 1º.08.2006

Requerimento nº 883, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Flamengo Futebol Clube por ter-se sagrado bicampeão da Copa do Brasil.

Sessão: 2.08.2006

Requerimento nº 884, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto comemorativo pelo centenário de nascimento do poeta Mário Quintana.

Sessão: 2.08.2006

Requerimento nº 885, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de enaltecimento ao Ministério das Relações Exteriores e ao Comando da Aeronáutica pelo resgate de brasileiros moradores no Líbano.

Sessão: 2.08.2006

Requerimento nº 886, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcel Tranquilini Nery, professor e campeão brasileiro universitário de judô, ocorrido dia 31 de julho último.

Sessão: 2.08.2006

Requerimento nº 887, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,

solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Benedicto Cunha de Menezes, taquígrafo aposentado do Senado Federal, ocorrido dia 15 de julho último.

Sessão: 2.08.2006

Requerimento nº 888, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelos 173 anos de criação.

Sessão: 2.08.2006

Requerimento nº 898, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luís Ercílio do Carmo Faria, no dia 27 de julho último, em Belém-PA.

Sessão: 2.08.2006

Requerimento nº 899, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao ex-Deputado Federal Jorge Wilson Arbage por sua posse na Academia Paraense de Letras no próximo dia 25 de agosto.

Sessão: 2.08.2006

Requerimento nº 901, de 2006, de autoria do Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jóquei brasileiro Luiz Rigoni, ocorrido em São Paulo, no dia 03 de agosto de 2006.

Sessão: 4.08.2006

Requerimento nº 902, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor João Alexandre Barbosa, ocorrido em 3 do corrente, na cidade de São Paulo.

Sessão: 8.08.2006

Requerimento nº 903, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Senador Heráclito Fortes pela homenagem que lhe presta, hoje, a Assembléia Legislativa do seu Estado, agraciando-o com a Medalha “Petrônio Portella”, por ter se destacado por serviços prestados ao povo piauiense e em defesa da democracia.

Sessão: 8.08.2006

Requerimento nº 904, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Federal, Dr. José Maria de Mello Porto, ocorrido no dia 3, no Rio de Janeiro.

Sessão: 8.08.2006

Requerimento nº 905, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Professora Mônica Freiman de Souza Ramos, da USP de Ribeirão Preto, pelo seu trabalho científico sobre as propriedades medicinais da Copaíba.

Sessão: 8.08.2006

Requerimento nº 906, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos caratecas amazonenses vitoriosos no 13º Campeonato Brasileiro de Caratê Interestilos, realizado no final de julho de 2006, em Recife.

Sessão: 8.08.2006

Requerimento nº 908, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Paschoal Thomeu, ocorrido ontem, dia 09 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo – SP.

Sessão: 10.08.2006

Requerimento nº 909, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao ensejo das homenagens do Grupamento de Fuzileiros Navais à memória dos marinheiros que morreram nos conflitos em que o Brasil foi envolvido ao longo de sua história.

Sessão: 10.08.2006

Requerimento nº 912, de 2006, de autoria dos Senadores José Jorge e Marco Maciel, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos, ocorrido no domingo em Los Angeles – EUA.

Sessão: 10.08.2006

Requerimento nº 913, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de aplauso ao Município de Parnaíba, no Estado do Piauí, pelo transcurso de seus 162 anos de emancipação política, ocorrido no dia 14/08/2006.

Sessão: 14.08.2006

Requerimento nº 914, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, solicitando voto de solidariedade à Rede Globo de Televisão, pelo seqüestro de dois de seus funcionários.

Sessão: 14.08.2006

Requerimento nº 916, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de aplauso ao Município de Jaú, no Estado de São Paulo.

Sessão: 14.08.2006

Requerimento nº 917, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em Brasília, no dia 15/08/2006, do jornalista Moacir de Castro Drago, Mestre Calá.

Sessão: 16.08.2006

Requerimento nº 920, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de aplauso ao Município de Teresina/PI, pelos 154 anos de fundação.

Sessão: 16.08.2006

Requerimento nº 924, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,

solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do maestro e compositor Moacir Santos, ocorrido no dia 06/08/2006.

Sessão: 18.08.2006

Requerimento nº 925, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do editor Armando Campos, ocorrido 04.08.2006.

Sessão: 10.08.2006

Requerimento nº 927, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Presidente do Senado Federal, Moacyr Dalla, ocorrido no Estado do Espírito Santo.

Sessão: 21.08.2006

Requerimento nº 929, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta Roger Gracie pela conquista do Título de Vice-Campeão Absoluto no 10ª Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Sessão: 22.08.2006

Requerimento nº 930, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos atletas do Amazonas, pela brilhante participação no 10ª Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Sessão: 22.08.2006

Requerimento nº 931, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Xande Ribeiro, pela conquista do Título Absoluto do 10ª Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Sessão: 22.08.2006

Requerimento nº 932, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Sra. Maria Edice Caitete, que completou 75 anos de idade.

Sessão: 22.08.2006

Requerimento nº 933, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para Dom José Afonso Ribeiro, que aos 78 anos, deixa a Diocese de Borba – AM.

Sessão: 22.08.2006

Requerimento nº 934, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o jovem atleta amazonense Emanuel Castro, que se sagrou campeão da Copa Samel de Judô.

Sessão: 22.08.2006

Requerimento nº 935, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Padre Elói Roggia, nomeado Bispo da Prelazia de Borba – AM.

Sessão: 22.08.2006

Requerimento nº 936, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando moção de congratulações ao empresário Fernando de Oliveira Carvalho pelos cinquenta anos de atividade do Grupo Publivendas de Publicidade.

Sessão: 22.08.2006

Requerimento nº 938, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, solicitando voto de congratulações ao Senhor Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, e aos Diretores e Funcionários daquela Empresa, pela conquista do 1º lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar edição 2006, concedida pelo conceituado Guia Exame Você S/A.

Sessão: 23.08.2006

Requerimento nº 939, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em São Paulo, no dia 27/08/2006.

Sessão: 28.08.2006

Requerimento nº 941, de 2006, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Marcos Guerra, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em São Paulo, no dia 27/08/2006.

Sessão: 29.08.2006

Requerimento nº 943, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 16/08/2006, na cidade de Belém, da Professora Anunciada Chaves.

Sessão: 30.08.2006

Requerimento nº 944, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando seja apresentado voto de congratulações ao Senhor Délio Mutran pela comenda “Empresário do Ano de 2006”, outorgada pela Associação Comercial do Pará – ACP.

Sessão: 30.08.2006

Requerimento nº 945, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional Moacyr Dalla, ocorrido no dia 20 de agosto de 2006, no Espírito Santo.

Sessão: 30.08.2006

Requerimento nº 946, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo naufrágio da embarcação “Quatro Netos”, ocorrido no dia 18 de agosto de 2006, no rio Solimões, deixando uma pessoa morta e duas desaparecidas.

Sessão: 30.08.2006

Requerimento nº 947, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Jaime Srotsky, agraciado com o título de Sócio Honorário da Associação Nacional de Jornais, na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, promovido pela entidade, da qual o homenageado é Presidente, pelas oportunas afirmações em defesa da liberdade de expressão no Brasil.

Sessão: 30.08.2006

Requerimento nº 948, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao paleontólogo Alexander Kellner e aos seus colegas e colaboradores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, pela remontagem do esqueleto fossilizado do maior dinossauro já descrito no Brasil.

Sessão: 30.08.2006

Requerimento nº 950, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos patinadores-mirins de Sobradinho/DF, Emerson dos Santos e Tiago Silva Nascimento, de 10 e 9 anos de idade, classificados em primeiro lugar na 15ª Maratona de Patinação de New York, realizada no dia 26 e agosto de 2006, bem como à Professora Tuca Reichert, que preparou os atletas.

Sessão: 30.08.2006

IX - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total.....	12
-------------------	-----------

Ato nº 30, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006**, que “dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 1º de agosto 2006, seção I)

Ato nº 31, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006**, que “regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 1º de agosto 2006, seção I)

Ato nº 30, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006**, que “dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 1º de agosto 2006, seção I)

Ato nº 35, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006**, que “autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 36, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 301, de 29 de junho de 2006**, que “dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO e do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do IPI; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 6.645,

de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998; a criação de Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar e da Carreira de Apoio Operacional à Tecnologia Militar, a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar – GDATM e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar – GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDSA, de que trata a Lei nº 120.551, de 13 de novembro de 2002; alteração dos salários dos empregos público do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na Carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS – FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão, e dá outras providências”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 37, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 302, de 29 de junho 2006**, que “dispõe sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da Suframa e da Embratur, e da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais – GSISTE; a alteração de dispositivos da Lei nº 10.910, de 14 de julho de 2004, que dentre outras providências reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, da Medida Provisória nº 2.229, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreias, cargos e funções comissionadas técnica no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes as Carreias de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro – GEASEB; a instituição da Gratificação Especial de Função Militar – GEFM; e dá outras providências”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 38, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006**, que “dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 39, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 304, de 29 de junho de 2006**, que “dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama;

institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima – GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, aos militares dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria planos Especiais de Caros no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação – GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; cria as carreiras e o Plano de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP; aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e dá outras providências”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 40, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 305, de 29 de junho de 2006**, que “dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 41, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 306, de 29 de junho de 2006**, que “fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 42, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 307, de 29 de junho de 2006**, que “altera a Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, no tocante aos valores da Vantagem Pecuniária Especial – VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 43, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de agosto de 2006, a **Medida Provisória nº 308, de 29 de junho de 2006**, que “fixa o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto 2006, seção I)

X - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total.....	2
------------	---

Ato nº 33, de 2006– Declara que a **Medida Provisória nº 291, de 13 de abril de 2006**, que “dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de abril de 2006”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de agosto do corrente ano.

(Publicado no Diário Oficial da União de 14 de agosto 2006, seção I)

Ato nº 45, de 2006– Declara que a **Medida Provisória nº 292, de 26 de abril de 2006**, que “altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências” teve seu prazo de vigência encerrado no dia 24 de agosto do corrente ano.

(Publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto 2006, seção I)

(Republicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2006, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de agosto de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	3
Não Deliberativas	19
Extraordinárias	2
Total	24
Reunião	1

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de agosto de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS	44
I – Proposições aprovadas e enviadas à sanção	1
II - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	8
1 – Em decisão terminativa.....	3
1.1 – Proposições do Senado.....	3
2 – Por decisão do Plenário.....	5
2.1 – Proposições da Câmara dos Deputados	2
2.2 – Proposições do Senado Federal.....	3
III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....	11
1 – Concessões e telecomunicações.....	10
2 – Operações de Crédito.....	1
IV – Escolha de chefes de Missões Diplomáticas	10
V – Escolha de autoridades.....	9
VI – Requerimento de voto de aplauso ou semelhante	1
VII – Requerimentos diversos	4
 TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	 44
 ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	 12
 ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	 2

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE AGOSTO DE 2006

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de agosto de 2006)

Deliberativas Ordinárias	59
Não Deliberativas	69
Especiais	6
Extraordinárias	10
Total	144
Reunião.....	2

MATÉRIAS APROVADAS 709

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 22

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 7

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 8

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 5

4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados 2

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 36

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... 103

1 - Em Decisão terminativa83

 1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....83

2 - Por Decisão de Plenário20

 2.1 – Do Senado Federal.....8

 2.2 – Da Câmara dos Deputados..... 10

 2.3 – de Comissão Mista.....2

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação	406
1 - Acordos Internacionais.....	53
2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais...7	
3 – Operações de Crédito.....	17
4 – Concessões de telecomunicações.....	327
5 – Alterações do Regimento Interno	2
V – Escolha de chefes de Missão Diplomática.....	27
VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade	25
VII – Requerimento de informações sigilosas	1
VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante	7
IX – Requerimento de Auditoria do TCU	1
X – Indicação.....	1
XI – Requerimentos Diversos	80
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	20
XII - Matérias prejudicadas	5
XIII - Matérias rejeitadas.....	11
XIV – Matérias retiradas.....	4
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	729
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	37
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	2

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Fº (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁷		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 30.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

⁷ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS		ANTERO PAES DE BARROS	
Destaque para os avanços do Brasil em tecnologia de reprodução bovina.	153	Satisfação à opinião pública brasileira sobre fatos atribuídos à pessoa de S.Exa., pelo Senhor Vedoin, através de matéria veiculada pela revista <i>Veja</i>	245
ALMEIDA LIMA		Registro do artigo intitulado “A Constituinte é um golpe parlamentar”, do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 6 de agosto de 2006.	321
Responsabilidade da sociedade brasileira pela escolha de seus representantes políticos. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	381	Registro da matéria intitulada “O governo quer tomar as terras deles”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 19 de julho de 2006.	345
Lamento pelo comportamento de alguns artistas brasileiros, que são referenciais na sociedade, e que declararam apoiar Lula sem preocupação com a ética.	381	Registro do artigo intitulado “Vergonhas e erros de Lula”, de autoria do jornalista Rubem Azevedo Lima, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 24 de julho de 2006.	405
Comentários ao artigo da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , intitulado “Os bobos da corte”.	381	Registro da matéria intitulada “Petistas evitam mencionar o mensalão no horário político”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 16 de agosto de 2006.	445
ALVARO DIAS		Registro da matéria intitulada “OAB rejeita idéia de Constituinte defendida por Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 8 de agosto de 2006.	456
Críticas à atitude do Presidente Lula, no tocante a sua pré-candidatura à Presidência da República. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	168	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Comentários à matéria publicada no jornal <i>El País</i> , intitulada “Brasil está desencantado com políticos”. Considerações sobre o quadro de desencanto e desesperança que se generaliza em todo o País, com relação aos políticos.	186	Requerimento nº 936, de 2006, que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, moção de congratulações ao empresário Fernando de Oliveira Carvalho pelos cinquenta anos de atividade do Grupo Publivendas de Publicidade.	167
Comentários à consulta do jornal <i>Gazeta do Povo</i> que mostra o desinteresse da população de Curitiba em acompanhar a propaganda eleitoral.	186	Registro das matérias intituladas: “Lula afirma a artistas que elite quis fazê-lo ‘sangrar’” e “De ataques e quadrilha”, de autoria de Mônica Bergamo e Clovis Rossi, publicadas, respectivamente, pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006.	180
Destaque para as reivindicações da classe empresarial do Estado do Paraná.	234		
Considerações sobre a conduta ética do Senador Antero Paes de Barros. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.	247		
Considerações sobre o episódio “Google Brasil”.	285		

	Pág.		Pág.
Considerações sobre o uso da máquina pública pelo Presidente Lula, em sua campanha eleitoral.	180	visória, na legislação relativa à fabricação de itens para TV Digital.	129
Apelo em favor da moralidade na administração pública do País.	252	Requerimento nº 922, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o perfil dos Declarantes do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), por faixa de renda, baseadas nas declarações entregues entre os anos de 2000 e 2006.	130
Apelo em favor da decência nas eleições 2006.	252	Requerimento nº 923, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes sobre os resultados obtidos com o programa do governo federal para recuperar parte da malha rodoviária brasileira, mais conhecido como “operação tapa-buraco”.	131
Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2006, que altera a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores.	363	Requerimento nº 924, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do maestro e compositor Moacir Santos, ocorrido em 6 de agosto de 2006.	131
Encaminhamento à Mesa de projeto que altera a lei que dispõe sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores. ...	385	Requerimento nº 925, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do editor Armando Campos, ocorrido em 4 de agosto de 2006.	131
Críticas às declarações do Presidente Lula, durante o lançamento de seu programa de governo, em São Paulo.	385	Registro do artigo intitulado “Zona Franca brigará por exclusividade na TV digital”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 15 de agosto de 2006.	132
Críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	389	Requerimento nº 929, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao atleta Roger Gracie pela conquista do título de Vice-campeão Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.	165
Considerações sobre o desvio no repasse de verbas do Governo Federal para os Estados. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	393	Requerimento nº 930, de 2006, que requer Voto de Aplauso aos atletas do Amazonas, pela brilhante participação no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.	165
Considerações sobre a falta de investimentos no setor têxtil brasileiro. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	420	Requerimento nº 931, de 2006, que requer Voto de Aplauso, ao atleta amazonense Xande Ribeiro, pela conquista do Título Absoluto do 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.	166
Intenção de propor a instalação de uma CPI para investigar a Petrobrás, após as eleições 2006.	426	Requerimento nº 932, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Senhora Maria Edice Caitete, que completou 75 anos de idade.	166
Críticas às declarações do Presidente Lula e à incapacidade de seu governo.	426	Requerimento nº 933, de 2006, que requer Voto de Aplauso para Dom José Afonso Ribeiro que, aos 78 anos, deixou a Diocese de Borba- AM.	166
Comentários acerca da ignorância do Presidente Lula ao grande potencial energético brasileiro. Aparte ao Senador José Jorge.	431	Requerimento nº 934, de 2006, que requer Voto de Aplauso para o jovem atleta amazonense Emanuel Castro, que se sagrou campeão da Copa Samel de Judô.	167
ARTHUR VIRGÍLIO		Requerimento nº 935, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Padre Elói Roggia, nomeado Bispo da Prelazia de Borba-AM.	167
Registro da nota intitulada “O dono das estradas”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 26 de julho de 2006.	110		
Prejuízos ao Pólo Industrial de Manaus diante de declarações do Ministro das Comunicações com relação ao enquadramento dos produtos de TV digital dentro da Lei de Informática.	121		
Comentários ao programa eleitoral do Presidente Lula na televisão.	121		
Justificação a requerimentos de informações dirigidos aos Ministros dos Transportes e da Fazenda. Justificação a requerimento de informações dirigido ao Ministro das Comunicações.	121		
Requerimento nº 921, de 2006, que requer ao Ministro das Comunicações, informações acerca de pretensas alterações, pela via de Medida Pro-			

Pág.	Pág.
<p>Registro do apelo ao Major Brigadeiro do Ar José Eduardo Xavier, para que apóie os jogos esportivos dos Centros Federais de Educação e Escolas Agrotécnicas da Região Norte do Brasil. Registro do lançamento da Campanha Flamengo PAN 2007, no dia 22 de agosto de 2006.</p> <p>Cobranças de garantias do Governo Federal para que os incentivos fiscais para a produção de aparelhos de TV Digital fiquem restritos ao Pólo Industrial de Manaus, assim como os da fabricação dos conversores de televisores analógicos em digitais.</p> <p>Registro do lançamento do livro "Reforma Política no Brasil", de iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais.</p> <p>Registro da entrevista intitulada "Não ao trabalho infantil", concedida pela Delegada da DRT/AM, Gláucia Reis Credie, publicada no jornal <i>Diário do Amazonas</i>, edição de 13 de agosto de 2006.</p> <p>Requerimento n° 945, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Moacyr Dalla, ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional, ocorrido no dia 20 de agosto de 2006, no Espírito Santo.</p> <p>Requerimento n° 946, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo naufrágio da embarcação "Quatro Netos", ocorrido no dia 18 de agosto de 2006, no rio Solimões, deixando uma pessoa morta e duas desaparecidas.</p> <p>Requerimento n° 947, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornalista Jaime Sirotsky agraciado com o Título de Sócio Honorário da Associação Nacional de Jornais na abertura do 6° Congresso Brasileiro de Jornais, promovido pela entidade, da qual o homenageado é Presidente, pelas oportunas afirmações em defesa da liberdade de expressão no Brasil.</p> <p>Requerimento n° 948, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao paleontólogo Alexander Kellner e aos colegas e colaboradores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, pela remontagem do esqueleto fossilizado de maior dinossauro já descrito no Brasil.</p> <p>Requerimento n° 949, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Petróleo Sabbá/Shell, pela decisão de fazer novos investimentos no Estado do Amazonas.</p> <p>Requerimento n° 950, de 2006, que requer Voto de Aplauso aos patinadores - mirins de Sobradinho/DF, Emerson dos Santos e Tiago Silva Nascimento, de 10 e 9 anos de idade, classificados em primeiro lugar na 15ª Maratona de Patinação de New York, realizada no dia 26 de agosto de 2006,</p>	<p>bem como, à Professora Tuca Reichert, que preparou os jovens atletas.</p> <p>Registro da entrevista concedida pelo Professor Aguinaldo Nascimento Figueiredo ao jornal <i>O Estado do Amazonas</i>, em sua edição de 20 de agosto de 2006.</p> <p>Considerações sobre atitude do Presidente Lula que, pressupondo-se reeleito, planeja controlar os meios de comunicação "com idéias ditatoriais".</p> <p>CÉSAR BORGES</p> <p>Considerações sobre as necessidades por que passam as empresas brasileiras, especialmente o setor têxtil e calçadista. Aparte ao Senador Marcos Guerra.</p> <p>Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>A Tarde</i>, sobre a cacauicultura na Bahia.</p> <p>Registro do aniversário de 50 anos de atividades da agência de propaganda da Bahia, Publivendas, atualmente Morya.</p> <p>Críticas ao excessivo gasto com os programas sociais, particularmente, o Programa Bolsa-Família. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.</p> <p>Condições para o pleno desenvolvimento do Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ..</p> <p>Apelo à população brasileira, no sentido de analisar os rumos que o Brasil está tomando, através dos programas governamentais que iludem o povo.</p> <p>DEMÓSTENES TORRES</p> <p>Manifestação contrária ao arquivamento de denúncias contra Senadores acusados de quebra de decoro parlamentar.</p> <p>EDISON LOBÃO</p> <p>Homenagem pelas comemorações, no dia 25 de agosto, data do aniversário de Caxias, do "Dia do Soldado".</p> <p>EDUARDO AZEREDO</p> <p>Manifestação de preocupação com o caso do Governo Federal, no que diz respeito aos recursos para a concretização das obras do Metrô de Belo Horizonte. Reafirmação da necessidade de investimentos nas ferrovias e hidrovias em todo o País.</p> <p>Homenagem aos 30 anos da morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek.</p>
168	411
168	436
168	436
168	268
283	272
409	272
409	387
409	394
410	396
410	77
410	288
411	255
	266

	Pág.		Pág.
EDUARDO SUPLICY			
Análise de decisão divulgada em 24 de agosto de 2006, relacionada à questão da indústria da laranja e de sua produção pelos citricultores brasileiros, que teriam aceitado pagar indenização de 100 milhões de reais ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a fim de encerrar investigação sobre formação de cartel.	303	Preocupações quanto ao rumo do Brasil, por causa da possibilidade de um segundo mandato do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges.	399
Comentários sobre o Programa Bolsa-Família. ...	303	Preocupações quanto ao rumo do Brasil, por causa da possibilidade de um segundo mandato do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges.	399
FLEXA RIBEIRO			
Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2006 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada.	161	Registro da matéria intitulada “Fracasso nas urnas ronda ex-ministros”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006.	403
Críticas à propaganda enganosa veiculada pelo Governo Lula, apoderando-se de obras que nada têm a ver com a sua atual administração.	213	Registro do artigo intitulado “Muito além do jardim”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado na sua coluna do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de agosto de 2006.	443
Considerações sobre a continuidade, no Governo Lula, das políticas começadas no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Sibá Machado.	217	GERALDO MESQUITA	
Considerações sobre o crescimento da taxa de juros no Governo Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	221	Considerações a respeito do Parque Industrial do Amazonas, que representa a democratização do esforço de industrialização no País. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	124
Registro da matéria intitulada “Dois atos falhos e uma revelação”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 11 de agosto de 2006.	282	Justificativa a Projeto de Lei de autoria de S.Exa. que cria, no âmbito do Ministério da Educação, a Escola Técnica de Construção Naval, no Município de Cruzeiro do Sul, no Acre.	139
Registro da entrevista intitulada “País tem nojo e medo”, concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ao jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 20 de agosto de 2006.	322	Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.	162
Registro da matéria intitulada “TSE condena Lula a pagar R\$900 mil”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 18 de agosto de 2006.	352	HELOÍSA HELENA	
Considerações sobre a apatia da sociedade com relação ao processo eleitoral. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	379	Considerações a respeito da idéia da educação de qualidade como prioridade nacional, necessária ao crescimento econômico do País. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	177
Críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	389	Indignação com a forma que é tratada a área de segurança pública no País. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	195
Manifestação de alegria ao visitar vários municípios do Estado do Pará, especialmente da região sul e sudeste do Estado, em companhia do candidato a Governador, Almir Gabriel.	392	Reivindicação de investimentos para o sistema prisional brasileiro.	220
Denúncia sobre o atraso no repasse de verbas do Governo Federal para os Estados.	392	Questionamentos sobre a política econômica do Governo Lula.	220
		HERÁCLITO FORTES	
		Considerações sobre o arquivamento de denúncias contra Senadores acusados de quebra de decoro parlamentar. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	80

Pág.	Pág.
Críticas quanto à forma de elaboração da propaganda eleitoral gratuita. Aparte ao Senador José Jorge.	82
Críticas à leitura do relatório da Agência de Inteligência dos Estados Unidos, sobre a situação internacional nos próximos anos. Aparte ao Senador Sibá Machado.	87
Críticas ao discurso do Senador Sibá Machado, referente a previsões da CIA sobre o futuro do Brasil.	91
Recordação dos sete meses de Jânio Quadros no governo.	97
Registro de informações sobre a relação do Brasil com a Bolívia no episódio do gás.	97
Críticas à proposta do Presidente Lula de realização de uma Assembléia Constituinte.	144
Indagações sobre as perspectivas que o Presidente Lula, como candidato à reeleição, possui, no tocante ao desenvolvimento de políticas governamentais destinadas à melhoria na distribuição de renda e ao reajuste do salário-mínimo. Aparte ao Senador Sibá Machado.	150
Apresentação de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Moacyr Dalla, ocorrido em 20 de agosto de 2006.	153
Requerimento nº 928, de 2006, que requer que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, o pedido de autorização para elevação temporária de limite de endividamento da Petrobrás Transportes S.A. (TRANSPETRO), no valor de R\$5,6 bilhões, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal. .	164
Questionamentos sobre o PT que trabalha e o PT que festeja.	189
Críticas à postura do Presidente Lula diante dos escândalos de corrupção. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	209
Protesto contra as comparações feitas entre o Presidente Lula e o ex-Presidente Juscelino Kubitschek.	211
Justificação a requerimento de informações dirigido ao Ministro da Fazenda, tendo em vista o pedido de autorização para elevação temporária de limite de endividamento da Transpetro.	212
Considerações sobre a adoção de medidas para os trabalhadores assalariados, promovidas pelo Governo Lula. Enfoque especial aos funcionários da Volkswagen. Aparte ao Senador Sibá Machado.	218
Questionamentos sobre a política econômica do Governo Lula.	220
Considerações sobre o crescimento dos índices de corrupção no Governo Lula.	224
Pedido de desculpas ao povo de Alagoas pelo transtorno causado com a ida do presidiário Fernandinho Beira-Mar. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	224
Justificação a requerimento de informação que S.Exa. encaminhou à Mesa e solicitação de cópia do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.	251
Angústia por que passam os funcionários da Volkswagen, devido a possibilidade de fechamento da fábrica. Aparte ao Senador Sibá Machado.	271
Alerta para o desprezo no tratamento da cacauicultura no Brasil. Aparte ao Senador César Borges.	274
Críticas ao autoritarismo do Partido dos Trabalhadores.	278
Registro de correspondência recebida do Senhor Luiz Gushiken, manifestando-se sobre matéria da revista <i>Veja</i> a respeito de sua pessoa, e que foi objeto de pronunciamento de S.Exa. no Plenário do Senado Federal.	278
Comentários sobre a existência de petróleo no Estado do Piauí. Aparte ao Senador José Jorge.	298
Críticas ao Ministro da Saúde por sua atitude em evento no dia 24 de agosto de 2006, em Juiz de Fora/MG.	299
Críticas à ameaça de interferência na Anatel, pelo Ministro das Comunicações, o Senhor Hélio Costa.	299
Questionamentos sobre os recursos gastos para financiar a campanha eleitoral. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	307
Críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	311
IDELI SALVATTI	
Comentários sobre matérias publicadas em jornais referentes à redução da desigualdade social no País e aos comparativos da lucratividade das empresas.	248
Justificação a requerimento de informação que encaminhou à Mesa, solicitando informações da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.	251
Encaminhamento de requerimento de voto de aplauso para as entidades governamentais e não-governamentais que serão agraciadas com a Medalha Paulo Freire, em Recife, no dia 30 de agosto de 2006.	408
Encaminhamento de requerimento de voto de aplauso para as entidades governamentais e não-governamentais que serão agraciadas com a Medalha Paulo Freire, em Recife, no dia 30 de agosto de 2006.	408

	Pág.		Pág.
Satisfação com a meta atingida pelo Programa Bolsa-Família no Estado de Santa Catarina. ...	417	JOSÉ AGRIPINO	
Considerações sobre a geração de empregos através da indústria têxtil. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	419	Comentários sobre o fim do voto secreto para o processo de cassação. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	109
Considerações sobre vários resultados de pesquisas eleitorais. Participação de S.Exa. na solenidade de lançamento do programa de governo do Presidente Lula, visando sua reeleição.	420	JOSÉ JORGE	
Recebimento de ofícios da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval (Sinaval), solicitando a discussão e aprovação de projeto que autoriza a Petrobrás Transporte S.A (Transpetro) a elevar temporariamente seu limite de endividamento para operações de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante.	420	Considerações sobre o arquivamento de denúncias contra Senadores acusados de quebra de decoro parlamentar. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	80
ÍRIS DE ARAÚJO		Críticas à exibição de fotos de obras não iniciadas, veiculadas pelas emissoras de TV durante o horário eleitoral, na campanha pela reeleição do Presidente Lula. Crítica à retirada da estrela vermelha do PT da propaganda.	81
Necessidade de maior participação das mulheres brasileiras na política.	119	Considerações à pesquisa mensal de emprego, do IBGE, sobre o aumento do desemprego e a queda do poder de compra.	296
Registro da realização, no dia 27 de agosto de 2006, do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, em todo o País. Defesa da idéia da educação de qualidade como prioridade nacional, necessária ao crescimento econômico do País.	175	Comentários sobre o excessivo lucro dos bancos no Governo Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	300
Preocupação com a grave crise por que passa o País e a apatia da população, cuja solução é a participação de todos na política, com a renovação das práticas políticas.	377	Considerações sobre a continuidade das obras do gasoduto da Bahia, cuja construção foi paralisada no Governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	428
Registro de um caso de negligência médica ocorrido em hospital do Rio de Janeiro.	447	Críticas às declarações inconseqüentes do Presidente Lula, em discurso na Confederação Nacional da Indústria, referindo-se ao apagão no ano de 2001.	430
Lamento pela situação de extrema violência que assola todo o País.	447	JOSÉ SARNEY	
JEFFERSON PÉRES		Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá.	238
Manifestação de desalento com a vida pública provocado pela crise ética que tomou conta da política no País.	431	Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2006, que altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para dispor que o Tribunal de Contas da União é competente para julgar ordinariamente as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.	239
JOÃO ALBERTO SOUZA		LÚCIA VÂNIA	
Registro da sentença da Juíza da 6ª Vara Cível, do TJDF, reconhecendo que houve dano moral com relação à pessoa de S.Exa., em razão da atribuição de responsabilidade no desvio de dinheiro para a campanha do PT, feita pelo jornal <i>Correio Brasiliense</i>	184	Registro do artigo intitulado "Constituinte golpista", de autoria do ex-Presidente do Conse-	
Preocupação com a questão dos altos juros cobrados nos empréstimos bancários e com o reajuste de suas tarifas.	366		

Pág.		Pág.
	Iho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 9 de agosto de 2006.	115
	Registro da matéria intitulada “Um ‘negócio’ de R\$ 30 milhões”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 2 de agosto de 2006.	136
	Registro da matéria intitulada “Dinheiro a conta-gotas”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 16 de agosto de 2006.	157
	Registro da matéria intitulada “Alckmin: onda de violência é represália”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 8 de agosto de 2006.	231
	Registro da realização, no Rio de Janeiro, do 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e do 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, a fim de debater o tema “Saúde Coletiva no mundo globalizado: rompendo barreiras sociais, econômicas e políticas”.	231
	Registro do artigo intitulado “O exemplo de São Paulo”, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2006.	353
	Cumprimentos aos funcionários da Casa, portadores de necessidades especiais e ao Presidente Renan Calheiros que tanto tem impulsionado as atividades desenvolvidas no Senado Federal, com vistas à valorização da pessoa com deficiência.	406
	LUIZ OTÁVIO	
	Homenagem pelo Dia do Maçom.	159
	Satisfação com que os paraenses recebem a equipe do BID, a fim de iniciar as tratativas do financiamento do Portal da Amazônia e da macrodrenagem da bacia da Estrada Nova. Pedido de concessão de financiamento ao município de Ananindeua, no Pará, para melhoria nos serviços de infra-estrutura.	276
	Requerimento nº 943, de 2006, que requer a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 16 de agosto de 2006, na cidade de Belém, da Professora Anunciada Chaves.	408
	Requerimento nº 944, de 2006, que requer que seja apresentado Voto de Congratulações ao Senhor Délio Mutran pela comenda “Empresário do Ano de 2006”, outorgada pela Associação Comercial do Pará – ACP.	408
	Atribuições ao apoio e recursos para projetos de infra-estrutura na região amazônica, principalmente no Pará.	433
	Comentários sobre o favoritismo do Presidente Lula nas pesquisas eleitorais na Região Norte.	433
	MAGNO MALTA	
	Considerações sobre o possível envolvimento de S.Exa. em fraude no Orçamento para favorecer compra de ambulância e superfaturamento para a Planam. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	78
	Homenagem de Pesar pelo falecimento, no dia 20 de agosto de 2006, do ex-Senador Moacyr Dalla. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	179
	Considerações sobre o dano moral concernente ao Senador João Alberto Souza em relação à atribuição de responsabilidade no desvio de dinheiro para a campanha do PT, feita pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> . Aparte ao Senador João Alberto Souza.	185
	Importância do investimento nas políticas de prevenção ao uso das drogas.	187
	Considerações sobre as denúncias que culminaram com a instalação da CPMI dos Sanguessugas.	289
	Manifestação em defesa da honra de S.Exa. ...	289
	MARCO MACIEL	
	Reflexões sobre o sentido do voto para a democracia, e referências à fala do Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do TSE.	103
	Cumprimentos ao Senador Paulo Octávio pela iniciativa do Projeto de Lei do Senado 90/03, de autoria de S.Exa. que, “dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual”. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	107
	Melhoria da prestação dos serviços de segurança pública. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	195
	Homenagem à memória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, pelos 30 anos de sua morte. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	206
	Destaque para a importância de parceria entre as instituições de ensino e as empresas, necessárias ao desenvolvimento do País, especialmente na área da Ciência e Tecnologia.	242
	Considerações sobre a apresentação de emendas ao Orçamento, que destinam recursos para concretização das obras dos metrô dos Estados da Federação. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	256
	Voto de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em São Paulo, no dia 27 de agosto de 2006.	332
	Requerimento nº 939, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dom Luciano Mendes de Almeida,	

VIII

	Pág.		Pág.
ocorrido em 27 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo.	332	Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006, que dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão lavra ou licença. ...	362
Comentários sobre a importância do papel das escolas técnicas de ensino profissionalizante. Aparte ao Senador Paulo Paim.	337	Necessidade urgente de uma correção de rumo nas políticas artificiais e de fôlego curto as quais o Governo Lula tem recorrido.	406
Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2006, que revoga o § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para suprimir restrições ao eleitor que deixa de votar.	360	Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2006, que acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º-A à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências.	412
MARCOS GUERRA		Sugestão ao Congresso Nacional no sentido de que modifique a legislação, a fim de determinar a queima de confecções e têxteis apreendidos como contrabandeados.	417
Considerações a respeito da idéia da educação de qualidade como prioridade nacional, necessária ao crescimento econômico do País. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	177	Críticas às decisões arbitrárias do IBAMA, que atingem o Estado do Espírito Santo.	443
Homenagem de Pesar pelo falecimento, no dia 20 de agosto de 2006, do ex-Senador Moacyr Dalla.	178	PAPALÉO PAES	
Considerações sobre o quadro de desesperança da população brasileira frente à crescente corrupção praticada no País. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	186	Registro do artigo intitulado "A cerimônia da hipocrisia", publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2006.	111
Homenagem ao município de Colatina/ES, que completa 85 anos de emancipação política.	207	Registro do artigo intitulado "Refis eleitoral", publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2006.	135
Requerimento nº 938, de 2006, que requer que seja formulado voto de congratulações ao Senhor Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, e aos Diretores e funcionários daquela Empresa, pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar edição 2006, concedida pelo conceituado Guia Exame Você S/A.	241	PAULO OCTÁVIO	
Considerações sobre o petróleo, fator propulsor do desenvolvimento da economia do País. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	249	Aplauso às novelas da Rede Globo, por abordagens de assuntos sobre as pessoas com deficiência.	106
Considerações sobre as empresas e segmentos que geram emprego de forma intensiva e resultado de pesquisa da CNI sobre a questão. Destaque para os segmentos moveleiro e mobiliário e as dificuldades por que passam o setor têxtil e calçadista.	266	Cumprimentos à Empresa Aérea GOL pela aquisição de novas aeronaves. Preocupação com o tratamento dispensado aos passageiros daquela empresa.	106
Justificação a requerimento de voto de congratulações ao Senhor Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar, edição 2006, concedido pelo Guia Exame - Você S/A.	278	Apelo pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 90/03, de autoria de S.Exa. que, "dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual".	106
Considerações sobre a geração de empregos nos diversos setores da economia. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	281	Requerimento nº 926, de 2006, que requer que a Hora do Expediente da sessão do dia 29 de agosto de 2006 seja destinada a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis.	152
Destaque para a necessidade de investimentos em infra-estrutura no País, especialmente em transportes.	285		

	Pág.		Pág.
Homenagem à memória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, pelos 30 anos de sua morte.	204	Justificação de projeto que S.Exa. apresentou para dispor sobre a contribuição assistencial dos trabalhadores.	448
Solicitação de transcrição da edição histórica da revista <i>Fatos e Fotos</i> , que relata a trajetória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek.	204	Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.	452
Protesto às comparações feitas entre o Presidente Lula e o ex-Presidente Juscelino Kubitschek.	212		
Comemoração do Dia do Corretor de Imóveis. .	355		
Requerimento nº 940, de 2006, que requer que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal também seja ouvida com relação ao PLS nº 146/2006, além da Comissão constante do despacho inicial.	365	RENAN CALHEIROS	
		Homenagem à memória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, pela passagem dos 30 anos de sua morte.	285
PAULO PAIM		ROBERTO CAVALCANTI	
Homenagem de Pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em São Paulo, no dia 27 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Marco Maciel.	332	Homenagem ao Desembargador Antonio Elias de Queiroga, do Estado da Paraíba, que se despede da magistratura, ao completar setenta anos de idade.	92
Manifestação em defesa da Lei 11.301/2006, que concede aposentadoria especial para carreira do magistério, tendo em vista a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral da República. ...	335	Considerações sobre a situação em que se encontra o policial brasileiro. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	194
Importância do papel das escolas técnicas de ensino profissionalizante.	335	Considerações sobre legislação que destine recursos para as universidades. Aparte ao Senador Marco Maciel.	244
Considerações acerca da alta taxa de juros praticada no Brasil. Aparte ao Senador João Alberto Souza.	367	Destaque para a necessidade de transparência na gestão pública. Comentários sobre emendas apresentadas por S.Exa. ao Projeto de Lei da Câmara 5, de 2005, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	259
Preocupação com a anunciada “nova reforma” da Previdência e defesa no sentido de que a mesma promova justiça social.	368	Considerações sobre as necessidades por que passam as empresas brasileiras, especialmente o setor têxtil e calçadista. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	267
Cumprimentos à Presidência do Senado, pela iniciativa da homenagem prestada às pessoas portadoras de necessidades especiais, que integram o quadro funcional da Casa.	368	Manifestação de solidariedade ao Senador Magno Malta.	294
Considerações sobre a revolta da população diante do processo eleitoral atual. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	377	Alerta contra decisão equivocada da ANP, e apelo em favor da inclusão da Paraíba na Oitava Rodada de Licitação dos Blocos Exploratórios.	294
Necessidade de mudança na forma de elaboração do Orçamento da União.	415	Considerações sobre a exclusão dos Estados de Pernambuco e da Paraíba da Oitava Rodada de Licitação dos Blocos Exploratórios. Aparte ao Senador José Jorge.	297
Participação de S.Exa. em debate, no dia 30 de agosto de 2006, entre os candidatos à Presidência da República, promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, quando foram discutidos temas relativos à reforma tributária, sindical, previdenciária e trabalhista.	415	ROBERTO SATURNINO	
Registro da importância da 29ª Exposição da Expointer, um dos mais importantes eventos agropecuários e de máquinas agrícolas da América Latina, realizado no Rio Grande do Sul.	448	Reflexões sobre matéria intitulada “Será o fim do populismo?” de autoria do jornalista Mino Carta, publicada na revista <i>Carta Capital</i> , edição de 12 a 18 agosto de 2006.	141

	Pág.		Pág.
Comentários à entrevista do Ministro Luiz Fernando Furlan, rebatendo matéria publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , com relação a uma desaceleração da economia brasileira.	207	Registro da matéria intitulada “Lula perde pontos com a segurança”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 6 de agosto de 2006.	134
Registro de profundo respeito ao Senado Federal, com relação à atitude diante das denúncias que se abatem sobre alguns integrantes da Casa.	259	Registro da matéria intitulada “Oposição quer que Okamoto vá ao Senado se explicar”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 16 de agosto de 2006.	155
Destaque para a necessidade de transparência na gestão pública. Comentários sobre emendas apresentadas por S.Exa. ao Projeto de Lei da Câmara nº.5, de 2005, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	259	Considerações ao uso do Programa Bolsa Família como fuga das reais demandas da economia nacional. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	222
Comentários sobre a importância do papel das escolas técnicas de ensino profissionalizante. Aparte ao Senador Paulo Paim.	336	Registro do editorial intitulado “Os riscos do descontrole”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de agosto de 2006.	233
Justificação de referência feita ao Presidente Lula, equivalente a Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, fato que causou polêmica por parte de seus pares.	342	Registro da matéria intitulada “Educação e segurança estão carentes de investimentos, diz ONG”, publicada no jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , edição de 24 de julho de 2006.	284
		Registro da matéria intitulada “Ataque do PCC é reação à ofensiva do Estado”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de agosto de 2006.	323
ROMEU TUMA		Registro da entrevista intitulada “Lula foi um desastre”, concedida pelo Senador Jorge Bornhausen ao jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 6 de agosto de 2006. Registro da matéria intitulada “TSE multa presidente em R\$900 mil”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de agosto de 2006.	347
Apresentação de idéias e informações a respeito da atual conjuntura criminal desenfreada, exercida em especial pelo Crime Organizado.	191	SIBÁ MACHADO	
Esclarecimentos ao serviço da Polícia Federal, no tocante às investigações das facções criminosas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	225	Considerações sobre o novo cenário político que se dará no Brasil, após o processo eleitoral de 2006. Aparte ao Senador José Jorge.	83
Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	358	Comentários ao livro “O Relatório da CIA”, que apresenta os cenários desenhados pela Agência de Inteligência dos Estados Unidos para a situação internacional nos próximos anos.	86
Requerimento nº 941, de 2006, que requer que seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida aos 75 anos de idade, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo.	365	Registro de artigo intitulado “Reajustes salariais do primeiro semestre são os melhores desde 1996, diz Dieese”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 17 de agosto de 2006.	95
Alerta para a falta de moralidade pública do Governo Lula, no tocante à política assistencialista. Aparte ao Senador César Borges.	397	Comentários sobre a dependência brasileira do gás boliviano. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	99
Homenagem ao Dia do Soldado, comemorado em 25 de agosto de 2006.	400	Comentários sobre a reeleição e a ampliação dos mandatos para 5 anos. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	107
Justificação de encaminhamento de requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento de Dom Lucas Mendes de Almeida.	400	Considerações sobre a perspectiva de independência completa do Brasil até o ano de 2022, bicentenário da Independência, a partir do desenvolvimento de políticas governamentais destinadas à melhoria na distribuição de renda e ao reajuste do salário-mínimo.	147
SÉRGIO GUERRA			
Registro do editorial e da matéria intitulados: “Inoportuno” e “Desconforto para presidente”, publicados, respectivamente, nos jornais <i>O Globo</i> e <i>Correio Braziliense</i> , em suas edições de 4 de agosto e 23 de julho de 2006.	112		

	Pág.	XI	Pág.
Requerimento nº 927, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do excelentíssimo Senador e excelentíssimo Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla.	155	implantar uma cultura do não-trabalho na tradição cultural brasileira.	387
Comentários sobre as realizações do governo do Presidente Lula.	215	VALDIR RAUPP	
Posição do Departamento de Polícia Federal, como entidade federal. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	226	Elogios ao desenvolvimento alcançado pela indústria brasileira de turismo e apelo no sentido da destinação de novos incentivos ao turismo no estado de Rondônia.	229
Considerações sobre o transporte rodoviário no Brasil. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	257	Aplausos ao êxito do Programa de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia, o chamado Proteger.	319
Concentração de esforços para que seja diminuído o custo da produção nas indústrias brasileiras. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	269	Considerações acerca do desemprego, um dos mais graves e devastadores problemas a afligir a classe trabalhadora brasileira.	402
Registro da reunião, no dia 24 de agosto de 2006, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a fim de debater o Plano Estratégico de Crescimento com Distribuição de Renda.	270	Justificação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.	455
Comentários sobre a crise gerada pela possibilidade de fechamento da fábrica da Volkswagen, no ABC Paulista.	270	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Investigação policial para descobrir se houve transporte da bactéria que ocasionou a praga vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau na Bahia. Aparte ao Senador César Borges.	275	Requerimento nº 937, de 2006, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006 que, “altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	241
TASSO JEREISSATI		Manifestação de solidariedade ao Senador Jefferson Peres e apelo no sentido de que reconsidere sua decisão.	434
Registro de recentes viagens que fez a diversos municípios do interior do Estado do Ceará, onde pôde atestar que o Governo Lula está tentando			